Programa de Pós Graduação em História Social

Livro de Anais

IX Seminário Interno PPGHS/2021 - Online

Lutas por democracria e os desafios contemporâneos para as pesquisas em história

REALIZAÇÃO

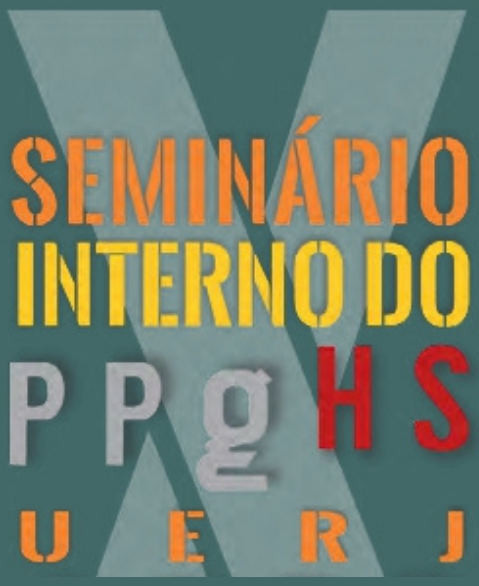
PPgHS Programa de Pós Graduação em História Social

APOIO

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UERJ

FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CAPES



2021

São Gonçalo - RJ novembro de 2021

COMISSÃO ORGANIZADORA

DOCENTES
Daniel Pinha
Eduardo Scheidl
Gelsom Rozenllno
Maria Aparecida Cabral
Rui Aniceto Fernandes
Sonia Wanderley

Editoração -ANAIS
Sonia Wanderley
Maria Aparecida Cabral
Fernando Rodrigo da Silva

DISCENTES
Alex da Costa Silva
Bárbara Oasky
Carlos Henrique Ferreira Leite Elisa
Defelippe Durso M. Silveira Farlen
Nogueira
Felipe Veclovoto
Karolina Moreira de Lucena
João Gonzáles
Marina Giovanette
Pedro Benicio
Roberto Alexandre de Jesus
Stephanie da Rocha Santana da Silva
Wanderson Bonifácio

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. (09.: 2021 : Rio de Janeiro)
Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social [Recurso eletrônico] / Lutas por democracias por democracias e os desafios contemporâneos para as pesquisas em história/ coordenação: Sônia Wanderley; Maria Aparecida Cabral. – Rio de Janeiro : FFP/ UERJ, 2021.

ISSN 2447-5947

I. História – Congressos. II. Wanderley. Sônia. Cabral. Maria Aparecida. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título.

CDU 94

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro CRB7/4924

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de suas autoras e autores.

Sumário

Apresentação----------09

Mesa 1: gênero, etnias e resistências----------10

Agda Lima Brito — Trabalho Feminino nos Seringais----------10

Ludmila Neves Müller — Estigma, violência e resistência: um estudo sobre a história do movimento travesti brasileiro----------20

Maria Eduarda Santos de Oliveira — Purpurinas e cassetetes: a resistência cultural das homossexualidades à ditadura militar brasileira na trajetória do Teatro Vivencial----------29

Stephanie da Rocha Santana da Silva — Negro ou black? Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970----------41

Mesa 2: as imigrações e tempos históricos----------53

Julianna Carolina Oliveira Costa — Hospedarias de imigrantes do Rio de Janeiro (1857-1883)---53

Marília Luíza Ramos da Cruz — Imaginário e representação para a análise de charges sobre o Japão e a imigração japonesa no Brasil----------69

Ramom Pereira de Jesus Moreira — Imigração europeia para o sul da província da Bahia: A Colônia Leopoldina entre o trabalho livre e o trabalho escravo (1818-1888)----------82

Wanderson Silva Bonifácio Júnior — Os portugueses na Ilha das Flores (1920-1930) --------91

Mesa 3: imprensa, política e representações----------101

Daiana Maciel Areas — Da experiência multifacetada à profissionalização – O Correio da Manhã e a construção do "sujeito jornalista" nos anos de 1950----------101

Felipe Vagner Silva de Farias — Cobrindo o inimigo-representações do PT no jornal O Globo----112

José Manuel Faria — Afirmação de uma identidade negra nas páginas do periódico *Quilombo* e a influência dos "Poetas da Negritude" ----------127

Letícia Crespo Bomfim — A campanha de reeleição de FHC nas páginas do jornal O Estado de São Paulo: da PEC da reeleição ao projeto de modernização do Estado----------141

Viviane Gomes Ribeiro — Eugenia e imprensa: As representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal A Noite e no Boletim de eugenia - nos anos 20 e 30----------152

Mesa 4: cultura visual e pesquisa histórica----------162

Kleber Oliveira dos Santos — A Revolta Comunista de 1935: A utilização da fotografia como prática de identificação criminal----------162

Reinaldo Ramos Diniz — Charges, caricaturas: Conceitos----------174

Wallace da Silva Costa — Guerra Fria: O anticomunismo e o cinema----------187

Mesa 5: práticas de ensino e políticas públicas para o ensino de história----------196

Carla Cristina — BNCC de História, tensões e contradições----------196

Felipe Vedovoto — O perfil da produção acadêmica acerca do Ensino de História nos anos iniciais: apontamentos preliminares----------203

Janaina Santana — As aquisições dos livros didáticos no município de Guapimirim/RJ------214

Renato Coelho — Aula de História e avaliação: reconstruções de saberes docentes e práticas pedagógicas----------222

Mesa 6: história pública e ensino de história----------235

Alexandre Freitas — A comunidade acadêmica fluminense e as mídias digitais: análise das práticas de divulgação científica e história pública a partir da didática da história----------235

Fábio Rodrigues — As escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática e a [re]afirmação de territórios e identidades "marginalizados(as)"----------246

João Gonzales — O uso da biografia em narrativas carnavalescas: motivações e escolhas na análise do "História para ninar gente grande"----------257

Marina Giovanette — O ensino de história da Ditadura Militar brasileira em disputa: do negacionismo às possíveis reações----------268

Mesa 7: economia, sociedade e relações de poder----------278

Emanoel Silva de Azevedo — A indústria brasileira e o estigma da subserviência aos países desenvolvidos----------278

Helena Wagner Lourenço Ferreira — A reforma da previdência de 1998 como consequência da construção do discurso hegemônico pró-neoliberalismo----------289

Karla da Silva Sampaio — Pescadores artesanais e os desafios de acesso aos direitos sociais no Tempo Presente: a informatização e constante modernização do sistema digital previdenciário--------300

Larissa Martins Monteiro de Barros — A Integração para a Infraestrutura Regional Sul-Americana e o favorecimento de grandes empresas brasileiras (2000-2015)----------309

Tamyres Pereira Campos Araújo — Impactos da Modernização na comunidade pesqueira da Ilha de Paquetá----------325

Mesa 8: expressões musicais e história----------332

Leticia Freixo Pereira — A conexão cultural entre espaços culturais e intelectuais----------332

Maria Alice Arrais Pereira — "É som de preto, de favelado": Corpo e território na construção do funk carioca----------343

Roberto Alexandre — "Um Woodstock para o Brasil": O Festival som, sol & surf e os embates pela memória----------354

Romeu Paula da Silva — Sociedade do Mangue, berço da Manguetown: A influência do romance homens e caranguejos sobre a obra da Banda Chico Science & Nação Zumbi---------365

Mesa 9: território, colonização e resistências----------405

Carlos Henrique Ferreira Leite — "De militar só tinha o nome, e seu comandante": lutas e resistências de homens livres e pobres em uma colônia militar no norte paranaense (Séc. XIX)----405

Karolina Moreira de Lucena — As trincheiras da fazenda São Lourenço: trabalhadores rurais e conflitos por terra na região da Baixada Fluminense (1950 - 1961)----------415

Marcos Vinícius Ferreira Leite — Das tentativas de (re)ocupação aos incentivos da colonização privada: as origens da territorialização do norte do Paraná a partir das atuações do governo do estado (1853-1925)----------428

Pedro Benicio Almeida Pinto — A contribuição do Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba, no olhar sobre o território----------438

Pedro Freitas de Almeida — Entendo a motivação e a atmosfera da sociedade portuguesa em abril de 1974----------449

Mesa 10: identidades plurais no ensino de história----------460

Aline de Assis — "Evangelizando a África" conflitos narrativos entre a igreja e o ensino de história----------460

André Luiz Garrido Barbosa— Convento franciscano de nossa senhora dos anjos: reflexões a respeito de patrimônio, tombamento e história local em cabo frio----------460

Marlon Barcelos — Um breve olhar sobre a história indígena da Região dos Lagos----------469

Rodrigo Silva — Uma nova maré no ensino de história: o local como território de (re)afirmação da cidadania, memórias, identidades e sujeitos históricos----------481

Thaís Silveira — Projetos educativos indígenas no Rio de Janeiro----------491

Mesa 11: educação, memória e movimentos sociais----------505

David de Oliveira Balbino — O “Boletim Policial”: Relatórios ao Ministro da Justiça sobre ação da polícia da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1907 e 1930, e a manutenção de uma estrutura social racista e conservadora----------515

Luís Marcos Gomes de Souza Júnior — História e memória nas Comunidades Eclesiais de Base de Campinas----------515

Rosane de Oliveira e Silva — A Educação Privada Brasileira e o caso do Grupo Kroton, atual Cogna Educação (2007-2020) ----------523

Sérgio Oliveira da Silva — Na Contramão, em defesa da vida----------536

Mesa 12: religiosidades e a construção de discursos----------547

Leandro de Castro Tavares — A Folia de São Tomé: Presença e influência das religiões evangélicas /protestantes e católica na comunidade quilombola Arapucu----------557

Marize Conceição de Jesus — Os estreitos laços entre o movimento negro e a Igreja Católica em tempos de repressão e autoritarismo----------572

Telma Lucia de Mello Castro — Wicca no Brasil: Expansão da religião e inclusão de panteões indígenas brasileiros----------586

Mesa 13: intelectuais e interpretações da nação----------595

Camila de Sousa Freire — Intelectualidade e regionalismo no início do século XX: A trajetória de Gustavo Barroso----------595

Farlen de Jesus Nogueira — Entre o altar e o gongá: As trajetórias de Tancredo da Silva Pinto e Boaventura Kloppenburg e suas atuações na Campanha de Esclarecimento aos Católicos (1953-1962)----------606

Guilherme dos Santos Cavotti — Imigração e colonização: Desenvolvimento econômico e ocupação territorial nos escritos de Artur Hehl Neiva----------617

Gustavo Orsolon — A produção literária da Alfa-Omega em tempos de censura----------629

Mesa 14: ideias, intelectuais e política----------637

Adauto Tavares Araujo — Paulo de Frontin (1860-1933): considerações sobre a trajetória e a memória do engenheiro----------637

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo — Congresso de Brasilidade: a contribuição dos intelectuais piauienses para a exaltação da pátria no Estado Novo----------649

Cristiane da Silva Portugal — O antissemitismo na Ação Integralista Brasileira: cooperação e mito dos Protocolos dos Sábios de Sião a partir de Gustavo Barroso----------659

Helber Renato — Feydit de Medeiros Lemos Britto e a proteção à infância e à adolescência-671

João Victor da Mota Uzer Lima — Desinformação e Misinformação na construção retórica da guerra ao terror (2001–2006) ----------682

Mesa 15: memória, história local e identidades----------693

Alex da Costa Silva — Memória, identidade nacional e história do Brasil na exposição de história 1881----------693

Leandro Rosetti de Almeida — A presença do passado em Duque de Caxias: Memórias saudosistas e a cultura histórica dos trabalhadores da cidade----------703

Wallace Alves dos Santos — O município e o triângulo: Administração, política carioca e o surgimento das lideranças locais----------714

Mesa 16: Identidades e escrita da história regionais----------725

Camilla Fogaça Aguiar — Waguinho Macumba e as eleições municipais de São Gonçalo, 2020----725

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes — As relações entre a imagem de Antônio Conselheiro e a construção da imagem do nordeste brasileiro----------734

Juarez de Almeida Moraes Junior — Compadrio de escravos na freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1668). Um estudo sobre os cativos da nobreza da terra e os seus laços através dos batismos----------746

Tamires Santos Pereira — Os índios no processo de conquista dos sertões do Vale do Rio Mucuri (séculos XVIII e XIX) ----------757

Tânia dos Santos Tavares — Mídia e violência urbana: Uma análise das memórias policiais de O São Gonçalo----------769

Mesa 17: mulheres e representações na história----------781

Hellen Dayane da Silva — Corrêa Representações do movimento feminista e das feministas na imprensa carioca durante a passagem do século XIX para o século XX----------781

Ruth Miranda Oliveira da Silva — O Jornal das Moças, a condição feminina e a figura materna (1914 -1934) ----------792

Vivian Marcello Ferreira Caetano — O papel da mulher na família: divórcio, mulheres divorciadas e suas representações na imprensa carioca (1910-1950) ----------804

Mesa 18: as representações políticas e culturais no mundo moderno (séc. XVI – XVIII) ----------815

Adriana de Souza Carvalho — Disputas pelo controle da cristandade na China: A chegada dos padres propagandistas em Pequim, no século XVII----------815

Luciana de Queiroz Pinto — Aspectos da iconografia renascentista no Atlas Vallard---------828

Mesa 19: ensino de história, narrativas e subjetividades----------844

Bárbara Oasky — Literatura de testemunho no Ensino de História: limites e possibilidades a partir de Vozes de Tchérnobil----------844

Elisa Defelippe Durso — Pros moleque da quebrada, um futuro mais ameno: um breve debate sobre juventudes, identidades e possíveis dilemas da pesquisa em História com adolescentes privados de liberdade" ----------856

Fabrícia Vieira — Ensino de História e direitos humanos: em foco as representações de alunos do Ensino Médio----------870

Rejane Rosa — Literatura de cordel no ensino da história escolar: a Era Vargas contada em versos----------884

Susanna Fernandes — Ser é ser percebido: o lugar da História ensinada na constituição do sujeito da aprendizagem no mundo contemporâneo----------896

Mesa Especial----------908

Ailson Carlos da Silva — História local na construção da identidade e preservação da memória do bairro Guarani----------908

Priscila Saraiva — Almanaque da Parnaíba e os itinerários da intimidade----------917

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa — Franklin Ferreira – um reformador da era digital-------937

APRESENTAÇÃO

Apresentamos os Anais do IX Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esse Seminário ocorreu entre os dias 16 e 18 de novembro de 202, no formato remoto, em razão da Pandemia de Covid-19 e contou com a apresentação de 70 trabalhos dos mestrandos e doutorandos ativos, divididos em um total de 19 Mesas, que refletiram a diversidade temática das pesquisas atualmente desenvolvidas no PPGHS. O IX Seminário Interno contou também com três conferências, organizadas pelas linhas de pesquisa do Programa, proferidas respectivamente pela professora Amanda Danelli da UERJ e pelos professores Luís Fernando Cerri da UEPG e Gilberto Maringoni da UFABC. O debate desenvolvido a partir das pesquisas apresentadas, assim como a oportunidade de trocas interinstitucionais demonstraram a consolidação do Programa e sua efetiva interação com a vida acadêmica da FFP.

Equipe organizadora

Relações de Gênero e Trabalho nos Seringais do Amazonas entre 1950-1970

Agda Lima Brito[1]
Doutoranda em História Social – PPGHS - UERJ
Bolsista FAPERJ

As relações dentro dos seringais estão envoltas em uma rotina de trabalho em que o cotidiano dessas mulheres, conforme podemos perceber, está totalmente ligado aos seus afazeres, isto é, aquilo que é exercido, e apreendido desde os primeiros anos de vida, transmitido por mães e por outras pessoas de vivência nos seringais. À medida que os anos avançam, percebe-se que homens e mulheres estão cada vez mais afeitos ao serviço que anteriormente era realizado, em sua maioria, por mulheres, como por exemplo: a roça. Nesse sentido, realizam o plantio de gêneros alimentícios, e o cultivo da juta e malva para a venda de fibra, este serviço que antes era tratado como "serviço de mulher", na década de 1950 em diante, passa a ser realizado por homens também. Ainda assim elas ainda acabam trabalhando muito mais, se levarmos em consideração afazeres como cuidar das crianças, cozinhar, atividades domésticas.

Com efeito, destacamos ainda que a mulher ainda exercia outras funções ao cuidar da casa, das crianças e dos demais serviços nos seringais. No entanto, devemos avaliar com cuidado as relações de gênero nessas regiões, a fim de entender como se deram as relações de trabalho e as mudanças observadas nos seringais com o final da Segunda Guerra Mundial.

Na realidade, ao analisar os relatos, percebemos como as mulheres estão inseridas em várias atividades, até mesmo de juta e malva, um trabalho considerado pesado e que passava por muitas etapas. Logo, percebemos que apesar dessas mulheres ensinarem seus filhos os serviços nos seringais, sobretudo a lida na roça, ela irá continuar sofrendo com as desigualdades nas relações de trabalho por parte dos homens.

Scott[2] explica que a categoria gênero deve ser estudada de uma perspectiva ampla, plural, pois acredita que essas relações entre os sexos são construídas socialmente, A autora pensa em como a sociedade e a cultura podem influenciar na formação dessa hierarquia sexual, de modo os estudos de gênero são importantes para entender essas relações de poder de forma mais ampla[3].

[1] Doutoranda em História – PPGHS-UERJ, agdalencar.lima@gmail.com, bolsista Faperj.
[2] SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
[3] Ibidem.

Na esfera do campo do trabalho, surgiram muitos trabalhos que analisaram as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, sobretudo em áreas urbanas, nas grandes capitais e ainda em trabalhos focados na região considerada "central" do Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, no meio rural encontramos uma gama de trabalho acerca dessas relações não só de trabalho, como também de vivências de famílias no campo; no entanto, em se tratando da região Norte do país e de suas comunidades, o número de estudos acerca de trabalho nos seringais ainda está em constante produção, sobretudo quando falamos do trabalho de mulheres, haja vista que a maioria dos trabalhos não contempla todas as regiões da Amazônia devido à dimensão do lugar. Em suma, damos destaque, por exemplo, ao Acre[4] que apresenta um número de estudos significativo sobre as mulheres e homens no contexto rural.

Ainda que nesse período os homens passem a fazer o serviço de roça, com a crise da borracha, exercendo uma função que antes afirmavam ser de mulher, ainda existem atividades que são exercidas por mulheres em sua maioria, como a realização dos partos, mulheres curandeiras e parteiras, que ajudavam com suas receitas de cura, as pessoas da região.

Percebemos que apesar de estarem responsáveis pela criação e segurança de seus filhos, pelos trabalhos que tinham que fazer nos seringais para sobreviver, além de outras funções que exerciam, continuaram invisíveis naquelas localidades, ignoradas durante anos pelo Estado.

Interessante pensar que a invisibilidade dessas mulheres implicou em prejuízos no seu futuro, ou seja, não se trata única e exclusivamente de dar luz a uma minoria, mas analisar como esses planos e políticas foram se constituindo, e excluindo também as trabalhadoras.

Para Scott, o ato de dar visibilidade está relacionado à noção de experiência, conforme explica:

> Tornar visível à experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A

[4] WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** uma história: Alto Juruá, Acre(1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. Ver citar também: WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. Ver também: ALMEIDA, Aldemira Ferreira de. **O trabalho feminismo em seringais do Acre (1960-1980).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2016. O trabalho de WOORTMANN, Ellen. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. (Org.). **Além dos Territórios:** por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998, trata-se também de uma importante pesquisa sobre essas relações de gênero nos seringais.

> experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. Esse tipo de historicização representa uma resposta aos/às muitos/as historiadores/as contemporâneos/as que argumentam que uma "experiência" sem problematização é o fundamento de suas práticas; é uma [Início da Página 28] historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria "experiência".[5]

Isto é, torna-se realmente necessário analisar como um todo a experiência desses agentes históricos, incluindo o contexto em que estão inseridos e observar também nas diferenças uma oportunidade de questionamento. Assim, a "experiência" está em nosso cotidiano através da linguagem, logo seria sempre discutível, apostando na subjetividade de analise do historiador, uma vez que ele que dará dimensão à pesquisa, "as experiências", o que não vai garantir sua neutralidade, o que também não iria implicar na desqualificação de sua pesquisa[6].

Neste caso, entender o cotidiano dessas trabalhadoras se faz necessário para que através da investigação de suas vivências nos seringais, possamos compreender a dimensão das implicações, e dificuldades nas relações de gênero vivenciadas nesse meio rural.

Sabemos que as mulheres até a década de 1940 estavam inseridas em diversos afazeres nos seringais localizados no Amazonas, ainda assim as atividades como trabalho doméstico que realizavam durante muito tempo foi considerada inferior, porém percebemos que se tratava de serviços essenciais para a reprodução social dessa parcela do campesinato.

À medida que os planos são formulados para recuperar a economia do Amazonas e despertando o interesse do Brasil em desenvolver a região, a realidade dentro das matas sofre algumas alterações, acarretando mudanças na esfera do trabalho na vida de mulheres e homens nos seringais.

Logo, podemos citar a roça, que anteriormente era considerado trabalho de mulher, agora passava a ser cultivada por homens, assim como outras atividades, nas quais as mulheres estavam inseridas. Entretanto o trabalho feminino continuava sendo visto por seus companheiros ou parentes como complementar, não havendo reconhecimento que estavam exercendo um trabalho necessário para a sobrevivência dessas famílias. Desse modo, ainda que ocorram mudanças no âmbito do trabalho, as mulheres continuavam exercendo várias

[5] SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA; LAGO; RAMOS (Org.) **Falas de gênero.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. p. 5.
[6] SCOTT, Joan W. .Experiência. In: SILVA; LAGO; RAMOS (Org.) **Falas de gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.p. 20.

funções nos seringais, mas sem ter o reconhecimento por parte do Estado e a sociedade como um todo, pois consideram a figura masculina "*o esteio da casa*".

Sabemos que a família camponesa tem organização patriarcal e com isso reproduz comportamentos tradicionais conservadores, seu trabalho principal tratasse da agricultura e sobrevive em torno do núcleo familiar, ao Fabrini explica o modelo de família patriarcal:

> Na família patriarcal a mulher é institucionalmente vista como incapaz, tendo que ser tutelada pelo marido. Nessa família, mesmo considerando complexidade das diferentes variações no espaço geográfico brasileiro, a mulher era (e ainda é em muitos casos) educada para cumprir seu papel de mãe de cuidar dos filhos, sendo boa mãe e mulher prendada. Ao homem cabiam as atividades fora de casa.[7]

Evidentemente que com o passar dos anos, o modelo de família patriarcal, foi se modificando dando lugar a família moderna, no entanto dentro do meio rural, mesmo com as mudanças como a industrialização, urbanização, a "a unidade econômica campesina está assentada na centralidade da família, comandada por um chefe, geralmente o pai." [8], desse modo, em geral a família camponesa esta formada em torno de uma unidade econômica, e vai ser a partir dai que permeiam suas vidas.

Evidente que o campesinato do nordeste e sudeste não pode ser aplicado de igual modo para a região amazônica, no entanto acreditamos que o ocorrido nas regiões estudadas dentro deste trabalho trata-se de sistemas agroflorestais, explorando rios através da pesca, nas plantações na várzea. Em suma, práticas do caboclo que consegue sobreviver nas áreas de seringais.

Quaresma analisa a vida das comunidades campesinas do nordeste paraense nos mostra uma nova perspectiva ao tratar sobre quintais agroflorestais como espaços de trabalho não reconhecidos, organizados pelas mulheres. Assim, percebe- se que por mais que as mulheres sejam responsáveis na manutenção do trabalho agrícola na região, elas são invisibilizadas e desvalorizadas em detrimento da ideia de que o homem ainda é o esteio da casa e do trabalho[9].

Sobre essas diferenças entre homens e mulheres no trabalho, temos a visão de seu Josué Ferreira Ruis, que trabalhou na agricultura no rio Manacapuru. Ele tem um olhar que privilegia o homem como o sujeito do trabalho, isso transparece ao ser ao ser questionado

---

[7] FABRINI, João Edmilson. CONTRADIÇÕES CAMPONESAS NO BRASIL. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 13, n. 30, 2018. p. 23.
[8] Ibidem. p. 26.
[9] QUARESMA, Amanda Paiva. **Mulheres e Quintais Florestais: A "Ajuda Invisível" aos Olhos que Garante a Reprodução da Agricultura Familiar Camponesa Amazônica**" In: **Coletânea sobre estudos rurais e gênero:** Prêmio Margarida Alves 4ª Edição / Karla Hora, Gustavo Macedo, Marcela Rezende, orgs.– Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

sobre a divisão de trabalho e como os seus pais dividiam as tarefas. Ele explica-nos que: "tudo agricultura, plantio de roça, de mandioca, plantio de juta, malva, essas coisas assim..." [10]. Sobre sua mãe, ele afirma que ela era dona de casa: "Trabalhava mais com os dois, a mãe sempre era dona de casa né... Muitas das vezes dava fé, ela estava lá pelo roçado com o velho, trabalhei com ele até 15 anos de idade." [11].

Para seu Josué, o serviço de sua mãe era ser dona de casa, mas ele afirma que trabalhava com os dois. Entretanto considera que quem trabalhava "de fato" era seu pai, e sua mãe realizava o serviço de roçado junto com seu pai, ou seja, sua mãe - para seu Josué - apenas ajudava.

Por sua vez, Severino Militão conta-nos sobre o serviço que aprendeu com sua mãe, lembrando que ainda trabalhou muito com sua mãe, até ela falecer no interior: "Sim, ela ficou comigo, ela só saiu de perto de mim quando foi lá para o cemitério, ela morreu deitada aqui na minha perna... no interior[12]". Interessante perceber que na sua leitura sua mãe exercia várias atividades, ele acompanhando ela desde pequeno, falou do serviço que realizava com ela com muita admiração.

Seu Militão revelou que sua mulher também trabalhava: "Casei no interior... ela trabalhava também, mas ela trabalhava lá com a família dela, mais em serviço doméstico né, roçado né, que antigamente trabalhava né, todo mundo trabalhava né.[13]".

Entre os serviços domésticos que sua esposa realizava estava a roça, para o entrevistado, o serviço doméstico e de roça tratavam-se de trabalhos realizados por sua mulher, e por ele também, uma vez que ele admite que todos trabalhavam com roça. No entanto, ainda assim para eles, a mulher só ajudava, seu serviço era complementar, logo doméstico, não sendo considerado um trabalho essencial na reprodução social do grupo.

Essas relações de trabalhos nos seringais são bem complexas, se pensarmos que no período do segundo ciclo da borracha a mulher tinha seu serviço inferiorizado pelos homens da família, eles - em sua maioria - cortavam seringa, logo os homens sustentavam a casa.

Ademais, eles cortavam, elas plantavam roça garantindo a reprodução do grupo. Passado esse período do auge do ciclo da borracha e com as novas políticas, temos a própria SPVEA que incentivava o desenvolvimento da agricultura na região. Nesse contexto, os

[10] FERREIRA, Josue. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
[11] FERREIRA, Josue. **Depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
[12] MILITÃO, Severino Gomes Militão. **Depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
[13] MILITÃO, Severino Gomes Militão. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

homens passaram a realizar o serviço de roça sem maiores problemas, no caso de alguns entrevistados até destacam que preferem trabalhar no roçado, pois a seringa daria muito trabalho e pouco dinheiro.

Ao passo que elas passam por essa situação, em suas falas colocam sempre seus parceiros como companheiros, e não em posição inferior frente ao trabalho e também não viam empecilho em trabalhar sozinhas. Conforme dona Maria da Conceição relata que com a morte de seu avô, ela ficava com seus irmãos e sendo criado pela sua avó:

> Nós trabalhávamos, com minha vó, meu irmão e meu avô, que nos criava nós, nós ficamos sem pai, nem mãe, e ele criou nós, e nós dava duro para trabalhar lá, no seringal, muitos anos. Aí a cobra picou meu avô, que faleceu lá, minha vó continuou trabalhando na seringa né, nos trabalhava também de roça, plantava banana, plantava cará, batata, criava galinha, porco.[14]

Avó de dona Conceição, dona Ana Brito, era proprietária de terrenos onde haviam seringais, propriedades que acabou herdando após a morte de seu pai. Em suma, ela tinha por costume arrendar o terreno para outras pessoas, foi nesse momento que dona Conceição conheceu seu marido:

> Ele foi trabalhar lá com o pessoal do Walter Queiroz lá, Walter Queiroz era o patrão deles, o homem que ia para lá corta malva e juta, aí minha vó arrendou pro senhor Walter Queiroz, ele é falecido já, aí ele foi trabalhar pra lá, muita gente trabalhou lá, minha vó arrendou né, esse terreno dela, grande lá, aí apareceu esse motor pra lá, que não tinha motor, aí conheci ele, eu tinha quinze anos.
> O terreno da vovó era mata bruta, aí plantava roça, juta, malva, aí nós moramos um tempão lá e viemos embora...[15]

Maria da Conceição relata que sua vó, por vezes, sofreu com tentativa de invadir seu terreno, sobretudo para tentar a retirada de madeira, nas vezes que isso ocorria, sua avó os expulsava de seu terreno, pois não permitia que retirassem madeira. Entretanto, aos poucos os exploradores de madeira acabavam retornando, ou seja, sua avó tinha que enfrentar esses invasores.

Ou seja, podemos afirmar que além de trabalhadoras atuantes, temos mulheres que criavam sozinhas seus filhos e netos no meio da mata, e ainda administravam os recursos, sejam mercadorias, sejam, em alguns casos, propriedades. Elas expulsavam invasores que

[14] LOPES, Maria da Conceição Brandão. **Depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
[15] SOUZA, Maria de Nazare. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

faziam desmatamento, fator que prejudicava seu sustento, tendo em vista que retiravam da mata alimentos para sua sobrevivência.

Dona Maria de Nazaré Souza ressalta que antes de casar já trabalhava, realizava serviços a fim de se manter, e trabalhava com sua família. Nesse sentido, observamos que na sua narrativa era seu pai quem ajudava sua mãe, tendo em vista que sua mãe trabalhava, e cuidava das crianças e seu pai cortava seringa:

> Ele ajudava, ela (sua mãe) fazia só mesmo serviço de roça, agora eu, eu trabalhava em roça, trabalhava em Malva e trabalhava, fazia vasilha, vasilha de barro, não sei se você já viu? Fogareiro de barro, até aqui na cozinha, fogareiro de barro a gente fazia, eu fazia pra vender, quando estava criando esses filhos e depois me casei... sozinha, aí depois casei e fui trabalhar com o marido.[16]

Dona Maria Nazaré de Souza trabalhava junto com seu marido em serviços de roça, porém as crianças eram também sua responsabilidade. Em sua entrevista, conta que trabalhou junto com seu marido após se casar: "cortava seringa ali na Terra Nova, que tinha um seringal lá, nos tínhamos umas quinhentas árvores de seringa lá, a gente cortava.[17]". Além de cortar seringa, também trabalhavam com juta e malva, roçado, e relatou que as crianças ficavam sobre sua responsabilidade, e quando teve uma decepção com seu marido, ela resolveu ir para Manaus:

> Iam (os filhos), eu levava também, ficava tudo comigo aí depois começaram ajudar, cresceram... ensinei. Foram meus três filhos criados lá em Manaus, o resto tudinho trabalharam com roça, o mais velho, o segundo, o terceiro, o quarto, tudinho...
> Eu fui-me embora pra Manaus, por que eu tive um desgosto com meu marido, sabe como é homem né... Ele começou a ir atrás de outra mulher, aí eu achei que não estava dando certo mais, por que ele não estava mais nem dando nada pros filhos, aí eu fui embora pra Manaus... Levei tudinho para Manaus...[18].

Assim como ela, outras mulheres criaram seus filhos sozinhas dentro dos seringais, e no seu caso ela acabou migrando para a cidade.

As narrativas dessas mulheres em relação ao serviço que exerciam se diferenciam dos homens, à medida que elas reconhecem que trabalham, e tinham outras funções, e que seus maridos "as ajudavam" nessas atividades. No caso dos homens, eles não reconhecem, o trabalho que suas companheiras exerciam. Se antes a roça era serviço de mulher, no decorrer

[16] SOUZA, Maria de Nazare. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
[17] MOTA, Maria Izabel. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.
[18] MOTA, Maria Izabel. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

do tempo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com a crise da borracha, a roça é serviço de todos, mas a mulher sempre trabalhou na roça que sempre foi parte do trabalho familiar.

Com efeito, percebemos como as relações de trabalho ainda são estreitas, revelando que os homens ainda julgam que seu trabalho é o principal, e de suas mulheres complementar. Se no primeiro momento, o homem dizia que não fazia roça, que era serviço de mulher, pois o corte da seringa dava dinheiro, porém no segundo momento com a crise da borracha, ele passou a trabalhar na roça, serviço pesado, que demandava a ajuda de todos da família.

Além de sofrerem diferenciação na esfera do trabalho, essas mulheres também enfrentaram dificuldades no ambiente aonde moravam, pois, trabalho e cotidiano sempre estiveram intimamente entrelaçados nos seringais. Assim, julgamos importante tratar dessas dificuldades, tais como: assistência médica (trabalhavam grávidas ou enfermas), e na ausência dos serviços médicos realizavam curas e partos. Em suma, as mulheres realizavam atendimentos nos seringais, recebiam mercadorias dessas famílias para conseguir se manterem nas matas. Nisso, podemos dizer que se tratava de mais uma das muitas funções realizada por mulheres nos seringais.

Além disso, percebemos como os homens estão inseridos em serviços antes considerados femininos. De acordo com as fontes, encontramos também mulheres proprietárias de terrenos, donas de regatão, ou seja, comerciantes, mulheres trabalhando com seus maridos, inclusive no corte da seringa para conseguir produzir mercadorias para trocar no regatão, barracão.

Então se por um lado ocorriam mudanças nos investimentos na Amazônia e nos incentivos do que seriam produzidos naquele momento, as famílias que trabalhavam no campo, possivelmente continuavam em uma situação difícil. Além disso, a degradação do meio onde viviam, acarretaram tensões no meio do trabalho. Para isso é importante analisar os serviços que realizavam e o cotidiano dessa população na mata.

Nas entrevistas percebemos como estas famílias, sobretudo as mulheres e crianças trataram de trabalhar em outros afazeres, dentre eles os mais presentes são o roçado, plantio de milho, mandioca, tabaco, coleta de castanha, fabricação de farinha, defumação da borracha, pesca, coleta de frutas. Uma infinidade de práticas que eram usadas para ficarem menos dependentes dos barracões.

Ainda que fosse difícil até para os patrões fiscalizar o serviço dos seringueiros, se ele descobrisse que o trabalhador estava vendendo borracha para os regatões (que se tratavam de embarcações fluviais que atracavam na beira dos rios, normalmente de noite para comprar

borracha dos seringueiros escondido dos patrões) ele confiscava toda mercadoria do seringueiro, entre outras práticas mais violentas.

Constatando que no pós-guerra esse controle sobre essas famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos, na realidade essa prática de trabalho análogo ao escravo tem se perpetuado por diversas regiões da Amazônia. Neste sentido, estamos tentando dar conta desse período de 1946 onde existe uma preocupação do governo federal com o desenvolvimento da Amazônia e seguindo até 1966 onde a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM que vem atuando até o tempo presente. Estamos tentando entender é o porque de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras.

Se pensarmos que essas mudanças incentivaram principalmente a agricultura, poderemos perceber também que atingiram essas trabalhadoras que tinham como principal tarefa o roçado. Boa parte da família estará envolvida nessa atividade de agricultura e também na extração da madeira, que já está em voga em 1960.

Acreditamos que surge aí outro problema, pois essa degradação do meio onde vivem essas famílias implicara uma quebra com sua cultura de preservação, tendo em vista que aprenderam outras práticas além do trabalho com a terra, como as práticas de cura dependiam da preservação do meio onde viviam.

Referências

ANDRADE, Regina Marcia. **Delírios e agruras do látex: o amazonas de 1880 a 1920.** Dissertação de Mestrado. Ano de obtenção: 1991.

ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. **Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema** RO. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).

BENCHIMOL, Samuel**. Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 16, volume 23(1): 2012.

CHEROBIM, M. —**Trabalho e comércio nos seringais amazônicos**. Perspectivas, São Paulo, 6:102-107, 1983.

DAUPHIN, Célia, FARGE, Arlette, PERROT, M. **A história das mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia.** Tradução de Rachel Soihet. Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. Gênero. NUTEG- Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero. 2º. Sem 2001- vol.2, n.1(2 sem 200), Niterói : Ed. UFF,2000.

FERREIRA, Maria Liége Freitas. **Mulheres no Seringal: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945)**. VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004.

LEAL, Davi Avelino. Por uma arqueologia dos seringais. **Revista Canoa do tempo** (UFAM), v. 1, p. 205-2201, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política.** N° 9,1997.

LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e Seringal: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas.** Dissertação de mestrado. Ufam: Manaus, 2013.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca.** Petrópolis, Vozes, 1984.

MCGRATH, David. Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa**, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.

NASCIMENTO, Maria das Graças. O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente-** Março. - N° 11, Vol. II, 1998.

PEREIRA, Marcelo Souza. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. **Revista Somanlu**, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.

PERROT, Michelle**. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina.** (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.p.p.124,136.

REIS, Arthur Cezar Ferreira**. O seringal e o seringueiro.** 2º Ed. ver. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas- Governo do Estado do Amazonas, 1997.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico**. Belém: UFPA, 1989.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. "A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

SOIHET, R. História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento**. Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **"Varadouros da Liberdade": Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre**. Projeto História, São Paulo, (16) de fev. 1998.

TEXEIRA, Carlos Correia. **Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia**. Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.

UGARTE, Maria Luiza. **Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920.** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. p. 2.

WOORTMANN, Ellen. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. **In. Os estudos rurais e estudos urbanos**. (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

Estigma, violência e resistência: um estudo sobre a história do movimento travesti brasileiro

Ludmila Neves Müller
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista CAPES

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a história do movimento travesti no Brasil, desde suas organizações pioneiras até as atuais. O estudo será fundamentado a partir da bibliografia mais recente sobre o tema, buscando entender formas de existência e resistência deste grupo em um território construído aos moldes colonizadores e imperialistas. Para além de toda a moralidade cristã e heteronormativa trazida pela Igreja Católica desde a chegada dos portugueses, a transição do século XIX para o XX, do Império para a República Velha, foi marcada por uma nova identidade de nação autoritária, criada a partir de uma ordem política e social, articulando valores morais para sexualidade, gênero e raça.[1]

Richard Miskolci, professor do programa de pós-graduação em sociologia da UFSCar, reflete sobre o projeto político nacional, reprodutivo, branco e heterossexual conduzido pelas elites neste período na ambição de um país de progresso. O autor disserta sobre o medo brasileiro de degeneração caso não assumisse padrões europeus e estadunidenses, portanto todo e qualquer comportamento moralmente desviante era reprimido e visto como um mal ao desenvolvimento do país.[2]

O futuro da nação era dependente de uma moralidade assentada na valorização de casais reprodutivos formados por mulheres e homens brancos, o que excluía toda e qualquer forma de homossexualidade ou transexualidade. Tais condutas foram elementos fundantes para a exclusão e início das práticas de violências de diversos modos contra as travestis, esses corpos diferentes e de natureza de "inversão", sobretudo perpetradas pelo Estado. Heranças nas mentalidades, que passaram por modificações e intensificações do longo do tempo, como no caso dos períodos ditatoriais no Brasil republicano, são de difícil rompimento.[3]

Sobre o período autoritário da Ditadura Militar Brasileira (1964 - 1985), para o cientista social e professor de Direito da Unifesp, Renan Quinalha, as sexualidades dissidentes passaram a ser tema de segurança nacional para os militares. Os desejos e afetos foram alvo do peso desse

[1] PADILHA, Felipe. O Haiti não é aqui: o desejo da nação viril e a biopolítica da branquitude. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, p. 535.
[2] MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012. P.50.
[3] Ibidem.

autoritarismo com pretensão de sanear moralmente a sociedade e criar uma nova subjetividade.[4] Segundo o autor, o que ocorreu no pós-golpe foi

> a estruturação de um aparato de violência complexo e funcional para seus objetivos, proveu aos síndicos da moralidade alheia os meios de que precisavam para levar a cabo um projeto de purificação, desde as agencias estatais. Isso fez com que esses padrões morais, outrora particulares e restritos a determinados grupos que, ainda que influentes, fossem então alçados ao status de políticas públicas e acabassem, por extensão, dotados da mesma legitimidade com que conta o Estado.[5]

Existia ainda o discurso falacioso, recorrente em diversos documentos, de que a pornografia, a homossexualidade, o erotismo e as transexualidades representavam uma ameaça à segurança nacional brasileira, ligada ao movimento comunista internacional.[6] Quinalha acusa que tais repressões a este "mal" compreendiam práticas de censura, veiculações de propagandas em defesa da família tradicional, agressões físicas e outros tipos de violências praticadas diretamente contra as travestis e homossexuais nas ruas.

Outro dado importante que o pesquisador nos traz é o fato de que a relativa abertura política do final da década de 1970 não significou o abrandamento das violências e da censura contra os segmentos LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais), visto que

> A popularização da televisão, enquanto meio de comunicação em massa e, sobretudo, a revolução sexual que se arrastou durante toda a década de 1970, serviram de pretexto para alimentar um pânico moral em diversos setores da sociedade que não conseguiam assimilar a velocidade com que tais mudanças ocorriam. [7]

O trabalho de Edward MacRae, professor associado de antropologia na Universidade Federal da Bahia, com foco em políticas e identidades homossexuais no Brasil em tempos de abertura política, analisa a reorganização da sociedade civil no pós período autoritário pensando na questão LGBT. Para o autor, a chegada da epidemia da AIDS ao Brasil, que começou a ser notificada no segundo semestre de 1982, coincidiu com o período em que a homossexualidade começava a ganhar grande visibilidade[8], a chamada "revolução sexual" ou movimento comumente conhecido como "desbunde", que causou este pânico moral.

[4] QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. et. al. História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda Ed. São Paulo, 2018. P.31.
[5] Ibidem.
[6] Ibidem. P.33.
[7] Ibidem. P. 34.
[8] MACRAE, Edward. A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018. P.78.

MacRae apresenta pesquisas de órgãos respeitados como a Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária, Instituto de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e o Centro de Referência Nacional para AIDS para o ano de 1987, que notificavam que a situação da epidemia neste período, no Estado de São Paulo, era de um total de 1026 casos, dos quais 387 já haviam falecido. De acordo com as fontes, um dos principais fatores de risco para a doença era a homossexualidade masculina, sendo ela recorrente em 54,94% dos casos.[9] Tais conclusões precipitadas da comunidade cientifica, juntamente com a imprensa sensacionalista, que continuava a estigmatizar este grupo à doença e perversão[10], fizeram com que a discriminação e violência não diminuíssem com a redemocratização.

> Todos esses aspectos parecem ter provocado a reação indignada das camadas médias, que cresciam e assumiam uma importância política cada vez maior, passando a cobrar medidas mais enérgicas de limpeza moral da cidade. [...] Esse foi o combustível necessário para dar sobrevida a um aparato repressivo que se reinventava e experimentava uma mudança em suas funções habituais.[11]

O estudo do historiador Rafael Ocanha, que trata sobre rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo na década de 1980, conclui que a passagem para a democracia aconteceu com estereótipos da população LGBT também atrelados à prostituição e criminalidade na prática policial. As rondas deixaram de ser noticiadas como uma solução para a ordem social, mas o poder da polícia sobre os segmentos dissidentes permaneceu intocado. As práticas continuaram no cotidiano da cidade e se intensificaram de forma estratégica durante a epidemia da AIDS em 1987, quando foi lançada a Operação Tarântula[12] de combate à prostituição de travestis[13], atuação investigada e analisada pelo documentário Temporada de caça, de Rita Moreira.[14]

Nos dias atuais esta realidade parece não mudar. De acordo com último relatório da Transgender Europe[15], o Brasil segue sendo o país que mais mata travestis e transexuais no

[9] Ibidem. P.79.
[10] MARIUSSO, V. H da S. G. "Prendam, matam e comam os travestis": a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). Albuquerque – revista de história. Vol. 7. N. 13. Jan. – jun./2015. P. 44-61.
[11] MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". . In: GREEN, James N. et. al. História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda Ed. São Paulo, 2018. P.31.
[12] Operação criada para prender arbitrariamente travestis na capital paulista. No pouco tempo que durou (de 27 de fevereiro a 10 de março), perseguiu cerca de 300 travestis e mulheres trans.
[13] OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 172.
[14] TEMPORADA de caça. Rita Moreira. São Paulo: Rita Moreira, 1988. 24 min.
[15] Relatório lançado em 20/11/2018 pela ONG Internacional Transgender Europe, que mapeia 72 países denunciando casos e índices de transfobia. A ANTRA (Associação Nacional das Travestis e Transexuais) e o IBTE são as instituições responsáveis pelo levantamento destes dados no Brasil.

mundo, de maneira que este também é um dos grupos com menos acesso a políticas públicas. Pensando neste sentido, além de diversas outras medidas, é também de extrema importância o estudo e visibilidade sobre suas formas de organização política e de resistência, buscando entender suas demandas e pontos de vista.

O leque de produção acadêmica sobre as experiências travestis no Brasil vem crescendo expressivamente desde o ano 2000, sendo estudos sobre gênero, sexualidade, HIV, transformações corporais, prostituição e violência o tipo de abordagem mais comum.[16] As práticas de resistência e militância política deste grupo foram discutidas em poucas, porém respeitadas pesquisas e etnografias para algumas capitais brasileiras. Um exemplo é o artigo de Luiz Morando, professor e pesquisador mineiro, que apresenta um breve tópico sobre as travestis e sua tentativa de organização, em Belo Horizonte ao longo da década de sessenta:

> É muito certo que esse desejo de organização e mobilização sociais não fosse recente. Já havia sido anunciada a tentativa de fundação de uma associação chamada "Liga dos Liberados do Amor", mas a polícia de Costumes já anunciou que não vai permitir a organização da "estranha entidade" e prometeu impedir a "saliência dos travestis mineiros."[17]

É possível perceber no trecho acima a atuação da polícia de Costumes, de Repressão à Vadiagem e de Vigilância Geral de Minas Gerais se posicionando contra esta iniciativa, que acabou sem sucesso, tal qual outras durante o período da Ditadura Militar.

Revisitando o trabalho de Ocanha, há evidências do caráter estatal das perseguições às travestis, como por exemplo a atuação do delegado José Wilson Richetti, que comandou uma operação-limpeza contra os segmentos LGBT na cidade em 1980. O autor também apresenta uma fonte periódica do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 6 de junho do mesmo ano, que noticiou a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis contra os rondões de Richetti, de acordo com a reportagem, estava prevista a queima de um boneco de três metros de altura representado o delegado.[18]

> Havia um clima de apreensão e medo dos manifestantes, temendo uma retaliação da polícia, pois, segundo a reportagem, Richetti teria declarado que prenderia todos os manifestantes. No entanto, depois de uma reunião com Rubens Liberatori, declarou à

[16] AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira e TONELI, Maria Juracy Filgueiras. "Do travestismo às travestilidades": uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. Psicol. Soc. [online]. 2014, vol.26, n.2, pp.301-311.

[17] MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (Org.). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 75.

[18] OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 164.

> *Folha de S. Paulo*: "Vou fazer de conta que não é comigo. Bem, vou ficar na cidade. Vou considerar isso uma brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada". No dia seguinte à manifestação, a Folha de S. Paulo não publicou notícias sobre o protesto. Não foram encontrados documentos em outras fontes da imprensa que comprovem que a manifestação aconteceu. Mesmo que a manifestação não tenha ocorrido, seu anúncio é um indício de que prostitutas e travestis começavam a organizar-se de forma autônoma a outros movimentos sociais para exigir o fim das prisões arbitrárias.[19]

O final da década de 1970 foi marcado por uma série de mobilizações sociais, incluindo alguns pioneiros do segmento homossexual, como o Grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) em São Paulo e a GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista), que integravam pessoas de elite e nível cultural elevado. As organizações de travestis demoraram mais tempo para se formalizar enquanto associação, por seu estigma pejorativo mais acentuado e sua existência marginal.[20] Além disso, como apresenta o artigo dos antropólogos Sérgio Carrara e Mario Carvalho, até os anos de 1990, travestis e transexuais não estavam formalmente incluídas no ainda chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). Somente em 1995 as organizações travestis puderam participar formalmente de um espaço do movimento, que posteriormente mudou o nome para ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis).[21]

Este artigo menciona também algumas informações importantes sobre a resposta das travestis à epidemia da AIDS. Podemos citar a *Casa de Apoio Brenda Lee,* a primeira casa de apoio a pessoas portadoras da doença no Brasil. Ainda em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua casa "pacientes sociais", ou seja, aqueles que embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários, a maioria travestis soropositivas e vítimas de violência.[22]

No entanto, segundo os autores, esta iniciativa parece não ter sido diretamente responsável pelo surgimento das primeiras mobilizações políticas travestis. Carrara e Carvalho discutem dois modelos na construção dessas organizações, que se iniciaram somente a partir da década de 1990. Algumas surgiram da sua auto-organização, em geral como uma resposta a violências de Estado ou a partir de programas ou ONGs voltadas para a prevenção da AIDS.

[19] Ibidem.
[20] De acordo com o dossiê da ANTRA (Associação Nacional das Travestis e Transexuais) de 2019, no Brasil, 90% das travestis e mulheres transexuais ainda vivem da prostituição, uma de suas únicas possibilidades de trabalho.
[21] Carvalho, M. & Carrara, S. Em direito a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Ago 2013, no.14, p.330.
[22] Ibidem. P 325.

Os anos de 1990 também foram marcados pela criação do SUS e o movimento de reforma sanitária, consolidando a ideia de responsabilidade do Estado em solucionar os problemas de saúde da população. [23]

No dia 2 de maio de 1992, liderada por Jovanna Baby e um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, foi criada a ATRAL (Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro), a primeira organização política de travestis da América Latina. Sua fundação foi apoiada por um projeto de prevenção de DTS e AIDS, chamado *Saúde na Prostituição*, que realizava encontros com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passariam a ocorrer as primeiras reuniões da associação. [24]

> O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem, ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, sob o slogan "Cidadania não tem roupa certa". Este encontro contou com 95 participantes de cinco estados. A partir dele surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999. [25]

O ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados) foi um marco na história do movimento travesti brasileiro, sendo a partir dele criadas diversas outras organizações estaduais e o início de um movimento nacional. Após algumas tentativas sem sucesso como a RENATA (Rede Nacional de Travestis), finalmente, no final do ano 2000, na cidade de Curitiba, se concretizou a articulação de uma rede nacional de ONGs de travestis, a ANTRA (Articulação Nacional de Travestis, Transexuais).[26] As pautas debatidas entre estas organizações em encontros posteriores, foram além de debates acerca do HIV/AIDS e violência de Estado, sobre a importância do respeito e direito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde e educação.[27]

A partir da criação da ANTRA, foi possível uma maior comunicação entre as associadas, promovendo uma interligação entre os estados, gerando importantes conquistas através da ocupação de espaços dentro do cenário político nacional. Outro avanço significativo foi o fato

[23] Ibidem.
[24] Ibidem. P. 326.
[25] Ibidem. P. 328.
[26] Ibidem. P. 329.
[27] História. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Último acesso: 21 dez. 2020.

de que, pela primeira vez na história, travestis discutiram com o governo federal a criação de uma campanha nacional para acabar com a discriminação sofrida. Assim, o Programa Nacional de DST/AIDS elaborou em conjunto com a ANTRA e lançou no Congresso Nacional a campanha chamada *Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos*, em 29 de janeiro de 2004. Essa data foi decretada nacionalmente como dia da visibilidade Trans.[28]

De acordo com o currículo digital de divulgação da história e princípios da ANTRA, que funciona até os dias de hoje e atualmente conta com 127 organizações travestis brasileiras associadas, estão entre suas linhas de atuação:

> Mapear, produzir estudos e denunciar nas instancias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes;
> Promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais;
> Colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma;
> Denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero;
> Ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos;
> Apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids;
> Atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para Travestis e transexuais;
> Incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas; [29]

A mobilização nacional em questão também começou a produzir, nos últimos anos, um dossiê anual dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras, elaborando dados através de pesquisas sobre os ainda altos índices de assassinatos e violência contra a população travesti no Brasil. Além disso promoveu diversos projetos importantes para este grupo ao longo do tempo, sendo os mais recentes o *Transações – Artistas Trans*, que fez o mapeamento de artistas trans no Brasil, em plataforma virtual de exposição audiovisual, criando um espaço inédito para a divulgação de pinturas, colagens, desenhos, fotografias, vídeos e performances de pessoas trans, o *Transeducação* e o lançamento de festivais de discussões sobre as relações sociais, pessoais, culturais e políticas travestis.[30]

[28] Ibidem.
[29] Ibidem.
[30] Projetos. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/projetos/>. Último acesso: 21 dez. 2020.

Historicamente, o Estado brasileiro possui um papel fundamental nas práticas de violência e exclusão da população travesti, que, apesar de seus grandes esforços e avanços através dos movimentos sociais, continuam sendo alvo de tais práticas, possuindo ainda um longo caminho de luta pela frente. Em esferas acadêmicas, este capítulo teve como objetivo visibilizar, mapear e citar a história fragmentada de formas de resistência deste grupo a partir de uma discussão bibliográfica de trabalhos que, de alguma forma conversam com o tema proposto.

Através deste panorama, é possível perceber a grande e corajosa mobilização deste segmento, iniciado de forma organizada por todo o país a partir da década de 1990, mesmo com todas as dificuldades e censuras, pela iniciativa de diversas personalidades e lideranças travestis brasileiras. Trazemos como exemplo e homenagem os nomes de Jovanna Baby, Keila Simpson, Pocina D'Alessandro, Katia Tapety, Adriana Tulipa, Indianara Siqueira e por fim, Cristiane Stefanny Vidal Venceslau, fundadora da ATMS (Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul). Esta organização é objeto de estudo de minha pesquisa de mestrado em desenvolvimento, intitulada *Temporada de luta: resistência e organização travesti na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (2001-2021)*.

Referências

AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira e TONELI, Maria Juracy Filgueiras. "Do travestismo às travestilidades": uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. Psicol. Soc. [online]. 2014, vol.26, n.2, pp.301-311.

CARVALHO, M. & CARRARA, S. Em direito a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Ago 2013, no.14, p.330.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

História. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Último acesso: 28 out. 2021.

MARIUSSO, V. H da S. G. "Prendam, matam e comam os travestis": a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). Albuquerque – revista de história. Vol. 7. N. 13. Jan. – jun./2015. P. 44-61.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018.

_____. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". . In: GREEN, James N. et. al. História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda Ed. São Paulo, 2018.

MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (Org.). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 75.

OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. P. 172.

PADILHA, Felipe. O Haiti não é aqui: o desejo da nação viril e a biopolítica da branquitude. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, p. 533 - 539.

Projetos. ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/projetos/>. Último acesso: 28 out. 2021.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. et. al. História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda Ed. São Paulo, 2018.

TEMPORADA de caça. Rita Moreira. São Paulo: Rita Moreira, 1988. 24 min.

“Purpurinas e cassetetes: a resistência cultural das homossexualidades à ditadura militar brasileira na trajetória do Teatro Vivencial”

Maria Eduarda Santos de Oliveira
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

O presente artigo tem como objetivo responder as seguintes problemáticas: Como o grupo de teatro *Vivencial* se destacou na resistência cultural das homossexualidades à Ditadura Civil Militar Brasileira e qual a sua contribuição para a formação de uma cultura política do *Desbunde* em Olinda/ Recife nas décadas de 1970 e 1980?

Na tentativa de respondermos a problemática levantada, buscaremos o palco das interdisciplinaridades que fomentaram as novas abordagens historiográficas surgidas na década de 1980, a nova história política e a nova história cultural. Uma peça onde os diálogos entre os saberes são constantes, procurando o mergulho profundo nas cenas e deixando de lado o monólogo heroico e as dicotomias. Abrem-se as cortinas da cena, contribuindo para a promoção de análises políticas nos diversos meios sociais, no qual, podemos analisar a política nas práticas e representações teatrais, sejam as que deixam isto explícito ou nas entrelinhas.

A utilização dos conceitos de território, representação e cultura política emergem como focos de luz no palco da cena histórica do grupo teatral Vivencial. A fim de investigar por meio da trajetória do grupo teatral Vivencial em Olinda/ Recife nas décadas de 1970 e 1980, as representações e práticas que foram compartilhadas tanto no campo individual quanto no coletivo, com o objetivo de compreender a formação do território de resistência das homossexualidades à Ditadura Civil Militar Brasileira e do estabelecimento da cultura política do *Desbunde* como uma nova cultura política que surgiu dos embates com a cultura política dominante autoritária após o golpe civil militar de 1964.

Teatro Vivencial: Transgressão e Resistência em Tempos de Ditadura

Ao tratarmos do grupo teatral *Vivencial* como um grupo constituidor de um território de resistência das homossexualidades à Ditadura Civil Militar Brasileira nas décadas de 1970 e 1980 nas cidades de Olinda/ Recife, encontra-se a necessidade de analisar por meio das suas produções materiais e simbólicas, como se deu a constituição desse território de resistência.

José D´Assunção explicita que o ato de produzir é o ato de produzir territórios, seja no cultivo da terra, na produção de mercadorias, ideias ou nos discursos, todas essas produções perpassam o espaço e as relações de poder em que as lutas de poder sejam elas materiais ou simbólicas estão presentes[1].

A produção artística teatral elaborada pelo grupo *Vivencial*, por meio de linguagens e códigos que se estruturam tanto no espaço material, quanto no simbólico, permeados por contextos histórico ajudam a compreender as relações de poder e lutas de poder. Estas são caracterizadoras da constituição de um determinado território.

Segundo Marcelo de Lopes Souza, "aqueles que se engajam pela construção de uma sociedade não heterônoma precisarão construir as suas trincheiras e as suas barricadas, reais ou metafóricas, edificando os seus territórios dissidentes como espaços de resistência política, cultural e até econômica".[2] Nesse sentido, esses grupos marginalizados socialmente construíram novos territórios, encarados como espaços sociais de resistência, de construção de identidades e representações.

O grupo *Vivencial* surgiu dentro do contexto histórico brasileiro, marcado por uma Ditadura Civil Militar, em que o período de 1964 a 1985 no Brasil foi circunscrito pelo autoritarismo de estado; os militares assumiram o poder do Estado e instauraram uma ditadura de vinte e um anos, com mecanismos de repressão que se baseavam na Doutrina de Segurança Nacional.

Segundo Nilson Borges, a Doutrina de Segurança Nacional é uma simplificação do homem e dos problemas humanos, logo a guerra torna-se uma realidade e uma resposta a tudo, gerando o conceito de guerra total[3]. Borges analisa que a guerra total parte de dois fundamentos: o primeiro é o que apela para todas as formas de participação, excluindo a neutralidade e o segundo é que ela é total por que os antagonismos estão dentro do seio nacional, sendo assim as agressões podem surgir tanto externas quanto internas.[4]

A guerra interna de acordo com Nilson Borges atribui à sociedade civil um forte papel, montando um aparelho de segurança e informação que agem através da violência, com táticas

[1]BARROS, José Assunção. História, Espaço, geografia. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 9.
[2] SOUZA. Marcelo de Lopes. "Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental" In: SAQUET. M. A; SPOSITO. E. S (orgs). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008, p.70.
[3]BORGES, Nilson. *A doutrina de Segurança Nacional.* In: FERREIRA, Jorge, DELAGADO, N, A, Lucilia (org), *O tempo da Ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do sec XX, (O Brasil Republicano v.4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 24.)
[4]*Ibidem, p, 24*.

de guerra e práticas desumanas como a tortura. Dentro desta perspectiva de guerra as ações não são somente militares, pois a guerra interna se converte em guerra psicológica[5].

Para que a DSN (Doutrina de segurança nacional) segundo Nilson Borges, pudesse impor seu projeto político era fundamental que se praticasse a guerra psicológica, a separação do inimigo interno do resto da sociedade, o principal objetivo é o da desmoralização do "inimigo", a fim de produzir renúncias, fazer cooperar e aderir às políticas do estado. Logo o terror de estado é implementado com a finalidade de intimidação do inimigo interno e de mudar a opinião dos indecisos, utilizando os órgãos de segurança e informação para a prática da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e da prisão arbitrária esta guerra psicológica transforma o sistema social em um sistema de guerra.[6] A criação do mito da guerra e do inimigo interno deu condições do Estado criar o seu aparato repressivo, exercendo seu caráter moralizador e desarticulando a população. Para a doutrina de segurança nacional a legitimidade do poder não emana de uma eleição popular, pois a legalidade formal não garante o pleno exercício da autoridade, logo é mais concreto contar com meios que garantam essa autoridade como a polícia e a censura, meios estes que deviam ser organizados com a finalidade de preservar a ordem pública e impedir as ações "subversivas".[7]

De acordo com James Green e Renan Quinalha os discursos promovidos pela Ditadura civil militar entre 64 e 67 englobava uma enorme preocupação com os padrões comportamentais, sobretudo o que tange a "moral e os bons costumes".[8] Benjamin Cowan aponta que desde o início do século XX as homossexualidades eram definidas como uma prática perigosa e degenerativa ligada ao gênero, devendo ser patologizada e controlada, associadas à subversão e a insegurança nacional.[9]

A Escola Superior de Guerra (ESG), uma das grandes difusoras da ideologia anticomunista dos anos 60, definiu as homossexualidades como uma ameaça patológica, que levava o país à ruína moral. Os ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional igualavam as homossexualidades à subversão inimiga, considerando uma tática de guerra revolucionária, a bolchevização do amor livre[10].

---

[5](BORGES, Nilson. *A doutrina de Segurança Nacional.* In: FERREIRA, Jorge, DELAGADO, N, A, Lucilia (org). *O tempo da Ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do sec XX, (O Brasil Republicano v.4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.)
[6]*Ibidem*, p. 28.
[7]*Ibidem*, p. 28.
[8](GREEN, N, James. *Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade/ Introdução.* In: GREEN, N, James. QUINALHA, Renan, (org). São Carlos: EdufsCar, 2015, p. 20.)
[9](COWAN, Benjamin. *Homossexualidade, Ideologia e "Subversão" no Regime Militar*. In: GREEN, N, James, QUINALHA, Renan (org). *Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade.* São Carlos: EdufsCar, 2015, p. 30.)
[10]*Ibidem, p. 30.*

Para além da repressão de Estado, as homossexualidades também sofriam com as opressões de parte da esquerda militarizada e também de parte da sociedade que possuíam nas suas bases valores morais ligados, a heteronormatividade, o patriarcado e o conservadorismo cristão. Diante desse cenário, a resistência das homossexualidades se formou e se consolidou nas décadas de 1970 e 1980, por meio de práticas e representações que se distanciavam da imposição da Guerra Fria capitalismo x socialismo.

Ao lançarmos o olhar para as formas das resistências culturais das homossexualidades no período da ditadura militar brasileira, nos aproximamos dos movimentos artísticos que surgiram nas décadas de 1970. Dentre as variadas expressões artísticas, o teatro foi um palco de resistência para as homossexualidades[11], com o surgimento de grupos que tinham em sua essência o debate sobre gênero e sexualidade, características que marcou a atuação do grupo teatral *Vivencial* do início ao fim.

A antropóloga Rosemary Lobert aponta que o espaço da produção teatral na década de 1970 era visto como um espaço subversivo e não como um espaço de produção sociocultural, indicando que a insegurança no teatro era constante, pois, a incerteza da censura ia até o ultimo momento do inicio do espetáculo.[12] Segundo a historiadora Miliandre Garcia, a história da censura às diversões públicas no Brasil possui uma característica de longa duração, estando presente tanto nos períodos democráticos quanto nos períodos autoritários. Nas fases democráticas, a censura era utilizada como uma justificativa, baseada na manutenção de uma moralidade vigente e na formação pedagógica. Nas fases autoritárias, como na Ditadura Civil Militar, foi utilizada pelo Estado a justificativa da moralidade já existente com a adição da censura política sustentada pelo argumento da garantia da ordem. No plano moral, a censura vazia-se valer nos espetáculos que abordavam temáticas que se referiam as: homossexualidades, abortos, conflitos familiares, consumo de drogas.[13] A censura aos espetáculos do *Vivencial* foi corriqueira, pois o conteúdo de suas montagens tinha como intenção transgredir as normas implementadas pelo estado autoritário, por parte da esquerda

[11]Como no período não se tinha a sigla LGBTTQI+, *homossexualidades* será o termo utilizado no texto para não cairmos no anacronismo. Nesse contexto, de acordo com James Green, travestilidade e transgeneridade eram vistas como formas de homossexualidades. (GREEN, N, James. "Introdução"In: GREEN, N, James, QUINALHA, Renan, (orgs). Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdufsCar, 2015.)

[12] LOBERT, Rosemary. "A palavra mágica Dzí: Uma resposta difícil de perguntar – a vida cotidiana de um grupo teatral." Dissertação de mestrado em antropologia social. Departamento de ciências sociais do instituto de e ciências humanas. Campinas - São Paulo: Unicamp, 1979, p. 2.

[13] SOUZA, Garcia, Miliandre. "Ou vocês mudam ou acabam": aspectos políticos da censura teatral (1964-1985). Revista Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 235-259.) Disponível em: <.https://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00235.pdf.> Acesso em: 22 set. 2020. p. 235.

tradicional e pela típica família tradicional brasileira, representante dos valores conservadores nos costumes e na defesa de uma política econômica liberal excludente.

O grupo *Vivencial* se formou no ano de 1974, a partir de um grupo de jovens da Associação Rapazes e Moças do Amparo (ARMA), por meio da iniciativa do Padre José Augusto Reis, para produzir uma peça em comemoração aos dez anos da existência da ARMA. Foi montado o espetáculo *Vivencial I*, estreando no auditório do Colégio São Bento (Mosteiro de São Bento) em Olinda, com a direção de Guilherme Coelho no período integrante da pastoral junto a ARMA[14].

Esse primeiro espetáculo *Vivencial I* ficou caracterizado segundo Edson Cadengue, por improvisos, tratando-se de colagem de textos, abordando polêmicos assuntos naquele período, como homossexualidades, violência, droga, política, tecnologia e massificação, tendo ao fundo um telão de jornais.[15],

Américo Barreto integrante do grupo, em entrevista concedida ao Romildo Moreira no livro Memórias da cena Pernambucana, fala que logo após a estreia do espetáculo *Vivencial I* no auditório São Bento houve o seu encerramento, pois as apresentações incomodaram os padres.[16] Lucia machado atriz e produtora ao escrever sobre esse mesmo momento no livro "A modernidade no teatro aqui e ali", apontou que foram realizadas três apresentações nesse espaço e que o encerramento se deu, porque parte do público que assistiu ao espetáculo, passou a reclamar para os beneditinos.[17] Nesse contexto as práticas e representações compartilhadas dentro do grupo *Vivencial* afastaram muitos dos integrantes do grupo da instituição da igreja, buscando novos espaços e outros indivíduos que compartilhassem os mesmo valores, o de romper com os valores morais tradicionais.

Nesse processo de afastamento de um determinado grupo e o encontro com outros indivíduos o *Vivencial* se aproximou de Jormard Muniz de Britto, intelectual formado em filosofia, tendo sido professor secundarista e integrante da equipe inicial do Sistema Paulo Freire de Educação de adultos. Com o golpe civil militar de 1964, foi aposentando aos 27 anos, conseguiu se manter como professor até o AI-5 na Universidade Federal da Paraíba. Com a anistia retornou a lecionar nas Universidades Federais de Pernambuco e na Paraíba,

[14]BARRETO, Américo. *Apud*, FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR. Wellington. *Memórias da cena pernambucana*. Recife: ed : dos autores, 2005, p. 96.
[15]CADENGUE, Edson, Antonio. *TAP, sua cena e sua sombra: O teatro de amadores de Pernambuco. Contraponto: O grupo de Teatro Vivencial.* Recife: Cepe, Pernambuco, 2011.
[16]BARRETO, Américo. *Apud*, FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR. Wellington. *Memórias da cena pernambucana*. Recife: ed : dos autores, 2005, p. 96.
[17]MACHADO, Barbosa, Lucia. A modernidade no teatro [ali e aqui] reflexos estilhaçados. Recife: Ed do autor, 2009, p. 226.

produziu filmes em Super-8, poeta, escritor, agitador cultural.[18] Nessa aproximação o *Vivencial* passou a atuar nos filmes em Super-8 produzidos por Jomard. As produções audiovisuais em Super-8 tiveram um boom na década de 1970 no Brasil. Leonardo Polia[19] afirma que a nova tecnologia da câmera Super-8 que a Kodak lançou em 1965, proporcionou um custo mais baixo nas produções cinematográficas, levando a democratização do cinema no mundo.[20] No Brasil, o governo Militar criou a empresa Embrafilmes na década de 1970 um departamento de financiamento ao audiovisual, porem esses financiamentos se concentravam no sudeste principalmente no Rio de Janeiro, as outras regiões ficavam esquecidas. O cinema em Super-8 proporcionou essa abertura para o exercício da linguagem cinematográfica de forma democrática. De acordo com Leonardo Puglia, parte dos superoitistas tomaria o caminho de uma estética e temática transgressora[21].

Nessa relação com Jomard podemos analisar a proposta de rompimento com os valores tradicionais do período por meio dos filmes e dos textos. No programa da peça "Viúva, porém honesta"[22], releitura da dramaturgia de Nelson Rodrigues, na transgressão típica do *Vivencial*. Jomard Muniz de Britto escreve o programa como um jornal intitulado "A Marreta" que continha o texto a "Genealogia da cultura Nordestina" em 1977, o texto do programa passa a interrogar sobre a censura, buscando compreender a censura para além do âmbito estatal, a partir de uma análise sobre as representações e práticas sociais baseadas na moralidade e no tradicionalismo religioso que configura parte da sociedade brasileira na prática da criminalização das sexualidades, destacando a "família brasileira" e a imprensa como censores severos[23]. Segundo Jomard Muniz a grande imprensa exercia a vigilância moral e militância religiosa sobre as produções culturais[24]. Em outro momento do texto a "Genealogia da cultura Nordestina" Jomard fala sobre a questão do *Desbunde* e o *Vivencial*, analisando que o movimento poderia se tornar um "escapismo, badalativo, homossexualidade desinformada", se não possuísse criticidade; no entanto o *Desbunde* sobre a ótica do antropofagismo, utilizado pelo Tropicalismo, utilizava dessa criticidade e conclui que os

[18] <https://www.cinemapernambucano.com.br/index.php/a-cena/lista-de-profissionais/item/4420-jomard-muniz-de-britto> acesso em: 31.10.2021.
[19]PUGLIA, Seabra, Leonardo. *O cinema em Pernambuco; orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2015, p. 67.
[20]*Ibidem, p 67.*
[21]"Transgredir implica romper, quebrar tradições, mas também alicerçar novas tradições, aportar em novos valores e padrões." (QUINSANI. Hansen Rafael. *MÉTIS: história & cultura*. v. 7, n. 14, jul./dez. 2008, p. 142)
[22] Rodrigues, Nelson *Viúva, Porém Honesta* 1ª ed. [S.l.]: Nova Fronteira. (2004), p. 80.
[23] BRITTO, Jomard Muniz de. Genealogia da Cultura Nordestina. In: Grupo de Teatro Vivencial, Viúva, porém Honesta. Direção Antonio Cadegue. Recife, Biblioteca, programa, 1977[A Marreta. Recife, ano1, n0, p3, mar/ abr. 1977.
[24]*Ibidem, p.3.*

meninos e meninas do Vivencial, as "vivecas" foram os melhores herdeiros de Caetano e Gil[25].

Como escreve Jomard no texto "Genealogia da cultura nordestina" do programa do espetáculo "Viúva, porém Honesta" montagem do Vivencial.

> A Marreta não pretende salvar nada: regionalismo, nacionalismo, universalismos... A Marreta é bisneta desbundada da "geração gilbertiana"... A Marreta poderia ser neta transbundada de Araiano Suassuana... A Marreta é filha da puta da pose dos mais velhos aos mais novos donos do poder universitário.[26]

Vivecas filhas da cultura política do _Desbunde_.

A fim de demonstrar que em uma mesma comunidade social, existem múltiplas culturas políticas que se relacionam e lutam por meio das representações, práticas e apropriações simbólicas e que por mais que exista uma cultura política dominante como é o caso do conservadorismo e autoritarismo de estado na Ditadura Civil Militar Brasileira. São em momentos problemáticos e crises que surgem culturas políticas como respostas a esses problemas.

Ângela de Castro Gomes indica que as relações de poder são intrínsecas as relações sociais. Estás relações estão para além do estado e do campo político institucional, tornando-se fluidas e móveis, logo há uma diversidade de culturas política em qualquer sociedade, no entanto essas não impossibilitaria emergir uma cultura política dominante em certo lugar em certa conjuntura.[27]

As diferentes relações sociais e de poder presentes na conjuntura política da Ditadura Civil Militar Brasileira, nos faz investigar para além da cultura política dominante autoritária. Buscando compreender as culturas políticas que surgiram a partir dos movimentos de resistência à cultura política dominante.

Segundo Serge Berstein o nascimento de uma cultura política ocorre da necessidade de dar respostas ao um momento de grandes problemas e crise na história de uma sociedade.[28] Sendo assim, podemos analisar a cultura política do *Desbunde* como uma resposta dos atores históricos, ao problema do autoritarismo de estado, caracterizado pela defesa da "moral e dos bons costumes" e da família tradicional brasileira, com base em arraigados valores morais:

[25]*Ibidem, p. 3.*
[26] *Ibidem, p.245.*
[27]GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história.Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005, p. 31.
[28]BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 355.

heteronormativos, cristãos, coloniais. Que serviam de pilar para a prática da censura de estado e a propagação dos preconceitos no seio social e também da visão estruturalista e conservadora de parte da esquerda brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

Para melhor definirmos o *Desbunde* como uma das variadas culturas políticas brasileira na década de 1970 há a necessidade de compreendermos o sistema de representações e práticas que se configuram dentro do campo individual e coletivo. De acordo com Ângela de Castro Gomes a cultura política se define por um sistema de representações complexas, mas que dá a possibilidade de compreender os sentidos que um determinado grupo atribui a uma realidade social em um determinado tempo.[29]

Logo o conceito de representação se torna indispensável na construção da definição de uma determinada cultura política. Ângela de Castro Gomes aponta que o conceito de representação pode ser compreendido em uma tripla dimensão. A representação coletiva, a exibição e a presentificação.[30] Trazendo essa tripla dimensão para o objeto aqui em análise poderia destacar que o compartilhamento de valores em comum pelos indivíduos na cultura política do *Desbunde*, os fizeram classificar, julgar e agir dentro do meio social, diante de outros grupos sociais que não partilhavam dos mesmos valores. A exibição dos atores sociais e do poder político do *Desbunde*, por meio dos, ritos, imagens. E a presentificação de um representante, individual ou coletivo, real ou abstrato dessa identidade ou desse poder, que favorece a continuidade e a estabilidade da representação, como no caso do *Desbunde* o grupo teatral *Vivencial.*

A cultura política do *Desbunde* surgiu no Brasil por meio das influências da contracultura como uma resposta para a imposição de valores morais que estavam presentes na Ditadura Civil Militar Brasileira: o autoritarismo do governo militar x a esquerda armada. De acordo com Silvério Trevisan desbundar-se significava romper com os valores da esquerda armada e da direita autoritária brasileira, em uma liberação individual, buscando a coletividade solidária, o consumo de drogas e as homossexualidades.[31] O termo *Desbunde* segundo Sheyla Diniz possui uma polissemia, pois o seu sentindo simbólico dependeu das apropriações que fizeram os variados grupos sociais no período histórico. A esquerda armada utilizava o termo em tom pejorativo para definir aqueles que saiam da luta armada, logo falta de coragem, imprudente, falta de compromisso político, para parte da sociedade conservadora

[29]GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. p, Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005, p. 31.
[30] Idem,
[31]TREVISAN. João, Silvério, Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed- Rio de Janeiro: objetiva, 2018, p. 270.

e dos militares que estavam no poder era compreendido como o grande inimigo da "moral e dos bons costumes", uma agressão a tradicional família brasileira e para os que compartilhavam de seus valores era uma atitude de esquerda, anárquica e anticomunista[32].

Trevisan destaca que pode ser possível analisar o início desse fenômeno nas áreas do teatro e na música popular em destaque para três atores históricos: Caetano Veloso, grupo teatral Dzí-croquettes e Ney Matogrosso. Esses três atores históricos buscaram romper com os valores da direita e da esquerda brasileira, com a elaboração de representações e práticas que ia desde o questionamento da arte engajada da esquerda brasileira, ao baralhamento dos gêneros apresentando o ser andrógino, o rompimento entre a obra artística e o público buscando uma interação entre a arte e público, a introdução de elementos da cultura pop na música, como a guitarra elétrica, a ambiguidade, a introdução do debate sobre sexualidades.

Junto a essas personalidades da cultura política do *Desbunde*, o grupo de teatro *Vivencial* em Olinda/Recife (Pernambuco) na década de 1970 pode também ser destacado. De acordo com Trevisan o grupo teatral *Vivencial* teve uma das experiências mais fascinantes, pois buscava através das homossexualidades uma força para a criação transgressora.[33]

Guilherme Coelho diretor dos espetáculos do Vivencial, em entrevista ao Diário de Pernambuco em 1977, expõe o teatro como um veículo encontrado pelos integrantes do *Vivencial*, em resposta aos condicionamentos culturais religiosos e morais que se sentiam na pele.[34] Serge Berstein ao tratar sobre a integração de uma cultura política em um determinado grupo social, apresenta os canais de socialização política tradicional, como: a família, a escola, a universidade, diversos grupos de cidadãos, meio de trabalho e em especial o audiovisual. O espaço teatral nesse contexto histórico pode se apresentar como um canal de socialização política para a cultura política do *Desbunde*, em que o grupo *Vivencial* elabora por meio de representações e práticas os valores compartilhados como: o rompimento com o tradicionalismo da cena cultural pernambucana, o trabalho em cooperação entendendo o teatro como uma forma de liberdade total, sem amarras aos textos, possuindo um componente marginal, sendo construindo a cada dia e modificado a cada dia a partir das vivências.

Havia uma diferença entre as produções teatrais realizadas pelo *Vivencial* em relação à cena teatral cultural pernambucana, que possuíam raízes no movimento regionalista e tradicionalista que surgiu do inicio do século do século XX, Magela Lima aponta que o

[32]DINIZ, Sheyla Castro. "Desbundando em anos de chumbo: contracultura, produção artística e Os Novos Baianos", História (São Paulo), Assis/Franca, v. 39, 2020.
[33]TREVISAN. João, Silvério, Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed- Rio de Janeiro: objetiva, 2018, p.307.
[34]Diário de Pernambuco: Recife, 07 de janeiro de 1977. "Vivencial com Hermilo: É o sobrado visto do mocambo." arq. Biblioteca Nacional.

Vivencial com o espetáculo *Repúblicas Independente Darling* rompia com o nordeste das tradições populares, no entanto o fato de o mesmo grupo produzir espetáculos como *O Pássaro Encantando na Gruta do Ubajara* e *Sobrados e Mocambos* demonstra que o grupo não chegava a confrontar de fato com os grupos da cena pernambucana ligado ao teatro do Nordeste,[35] no entanto, Cadengue coloca que foi o grupo mais radical de todos dentro da cena pernambucana em 1970, por enfrentar os poderes instituídos pelos Militares e pelo movimento Armorial,[36] movimento fundado por Ariano Suassuna, no qual defendia a criação de uma arte erudita nordestina com bases na cultura popular.

Buscando compreender as práticas e representações em que o grupo teatral *Vivencial* partilhou no palco do teatro e no palco mundo como resposta aos condicionamentos de uma cultura política fundada nas representações e práticas baseadas no moralismo heteronormativo patriarcal religioso é que surge a perspectiva do *Desbunde* como uma cultura política que surgiu no final das décadas de 1960 e se consolidou na década de 1970 e ainda podemos observar os efeitos dessa cultura política na abertura dos debates sobre gênero e sexualidade no Brasil.

As culturas políticas são frutos do seu próprio tempo, O grupo *Vivencial* atores de seu tempo buscou por meio das suas representações, práticas e apropriações dentro do seu contexto histórico a via multifacetada da cultura política do *Desbunde*.

Portanto a leitura de um passado comum dos atores históricos e sociais que fizeram parte do *Desbunde*, baseado na perspectiva de um tradicionalismo conservador. Fez com que os atores históricos partilhassem de valores e crenças em que buscavam a liberação individual, a coletividade, a liberação sexual desprendendo-se dos conservadorismos de esquerda e de direita, com a projeção de um futuro com base na liberdade tanto individual quanto coletiva.

Segundo Serge Berstein a cultura política traz a luz um dos conhecimentos mais importantes para a história cultural, que é o de compreender as motivações das ações dos atores históricos, por meio dos seus valores e crenças compartilhadas a partir de suas leituras do passado e suas projeções de futuro.

Os jovens na década de 1970 e 1980 em oposição aos valores de uma cultura política dominante autoritária, tradicionalista, patriarcal, heteronormativa, abandonaram a cultura política dominante e aderiram a novas culturas políticas. Como nesse caso o *Desbunde*, que

[35] (LIMA, Magela. "Os nordestes e o teatro brasileiro." 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019, p 257.)
[36]CADENGUE, Edson, Antonio. TAP, sua cena e sua sombra: O teatro de amadores de Pernambuco. Contraponto: O grupo de Teatro Vivencial, Recife, Cepe: Pernambuco. 2011. vol 2, p. 189.

surgiu no final das décadas de 1960 e se consolidou na década de 1970, sendo as “Vivecas” grandes contribuidoras para a definição desta cultura política.

Conclusão

Por meio do palco das interdisciplinaridades grande contribuidora para as novas abordagens historiográficas e para os diálogos entre os campos históricos, a nova história política e nova historia cultural. Foi possível analisar o grupo teatral *Vivencial* através das suas representações e práticas compartilhadas no palco do teatro e no palco do mundo. Sendo possível articular os conceitos de território e cultura política. Com o objetivo de compreender a construção de um território de resistência das homossexualidades, edificado após o golpe civil militar de 1964.

Momento em que a cultura política autoritária se tornou uma cultura política dominante, diante desse cenário as lutas políticas foram travadas por variados grupos que se opunham as práticas e representações compartilhadas por uma cultura política dominante autoritária, sendo edificados territórios de resistência, como o das homossexualidades, que podem ser observados na cultura política do *Desbunde*, do qual nosso objeto de pesquisa o *Vivencial* foi integrante ativo.

O grupo *Vivencial* foi um desses grupos que desbundaram, buscando resistir à ditadura e ao conservadorismo moral, ao afirmar as suas identidades em uma liberação individual com base na solidariedade mútua, distanciando-se das direitas e das esquerdas tradicionais. O *Vivencial* não se anulou, exerceu através do teatro o poder contido nas suas representações e práticas para afirmação das suas identidades e pelas liberdades individuais e coletivas, ajudando na formação da cultura política do *Desbunde* em Olinda/ Recife.

Referências

BARROS, José Assunção. História, Espaço, geografia. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional. In: FERREIRA, Jorge, DELAGADO, N, A, Lucilia (org), O tempo da Ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do sec XX, (O Brasil Républicano v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CADENGUE, Edson, Antonio. TAP, sua cena e sua sombra: O teatro de amadores de Pernambuco. Contraponto: O grupo de Teatro Vivencial. Recife: Cepe, Pernambuco, 2011.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, Ideologia e "Subversão" no Regime Militar. In: GREEN, N, James, QUINALHA, Renan (org). Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdufsCar, 2015

DINIZ, Sheyla Castro. "Desbundando em anos de chumbo: contracultura, produção artística e Os Novos Baianos", História (São Paulo), Assis/Franca, v. 39, 2020.

GREEN, N, James. Ditadura e Homossexualidade: Repressão e resistência e a busca da verdade/ Introdução. In: GREEN, N, James. QUINALHA, Renan, (org). São Carlos: EdufsCar. 2015.

GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história.Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005.

LIMA, Magela. "Os nordestes e o teatro brasileiro." 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

LOBERT, Rosemary. "A palavra mágica Dzí: Uma resposta difícil de perguntar – a vida cotidiana de um grupo teatral." Dissertação de mestrado em antropologia social. Departamento de ciências sociais do instituto de e ciências humanas. Campinas - São Paulo: Unicamp, 1979.

MACHADO, Barbosa, Lucia. A modernidade no teatro [ali e aqui] reflexos estilhaçados. Recife: Ed do autor, 2009.

PUGLIA, Seabra, Leonardo. O cinema em Pernambuco; orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2015.

QUINSANI. Hansen Rafael. MÉTIS: história & cultura. v. 7, n. 14, jul./dez. 2008.

SOUZA, Garcia, Miliandre. "Ou vocês mudam ou acabam": aspectos políticos da censura teatral (1964-1985). Revista Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

SOUZA. Marcelo de Lopes. "Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental" In: SAQUET. M. A; SPOSITO. E. S (orgs). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP

TREVISAN. João, Silvério, Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed- Rio de Janeiro: objetiva, 2018.

Fontes

BRITTO, Jomard Muniz de. Genealogia da Cultura Nordestina. In: Grupo de Teatro Vivencial, Viúva, porém Honesta. Direção Antonio Cadegue. Recife, Biblioteca, programa, 1977[A Marreta. Recife, ano1, n0, p3, mar/ abr. 1977.

Diário de Pernambuco: Recife, 07 de janeiro de 1977. "Vivencial com Hermilo: É o sobrado visto do mocambo." arq. Biblioteca Nacional.

BARRETO, Américo. Apud, FERRAZ, Leidson; DOURADO, Rodrigo; JUNIOR. Wellington. Memórias da cena pernambucana. Recife: ed : dos autores, 2005

Rodrigues, Nelson *Viúva, Porém Honesta* 1ª ed. [S.l.]: Nova Fronteira, 2004.

Negro ou Black? Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970

Stephanie Santana
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Nos clubes, nos jornais da imprensa negra alternativa ou nas universidades o movimento negro brasileiro foi atuante durante todo o século XX, na verdade até mesmo no final do século XIX logo após a abolição da escravidão[1]. A Frente Negra Brasileira, a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental do Negro e muitas outras organizações atuaram na defesa da igualdade racial, entre brancos e negros. Os principais autores do tema conferem grande importância a década de 1970 para a consolidação deste movimento enquanto um dos mais importantes movimentos sociais da história do Brasil. Tendo isso em vista, duas entidades são importantes para perceber as duas principais formas de atuação mais comuns da época: a primeira pelo viés com foco no cultural e a segunda pelo viés político. É importante dizer que os dois movimentos aqui estudados, o Movimento Black Rio e o Movimento Negro Unificado tinham tanto o caráter cultural quanto o político. A diferenciação é feita apenas com base na intenção principal de cada movimento e o que os militantes e organizadores dos movimentos reivindicavam para si e para alinhar com questões que serão levantadas posteriormente na pesquisa. Com isso estabelecido, a pesquisa pretende perceber as tensões, influências e confluências que circularam e balizaram o nascimento do movimento negro contemporâneo.

Sendo assim, esse trabalho pretende analisar a fundação e atuação de duas organizações do Movimento Negro na década de 1970 no Brasil: O Movimento Black Rio e o Movimento Negro Unificado. Esse recorte foi escolhido pois marca a reorganização do movimento depois do desmonte das suas instituições em decorrência do Golpe Civil Militar de 1964 e por ser uma década importante para a constituição do movimento negro contemporâneo.

Ditadura, repressão e a questão racial

O golpe civil militar de 1964 tem como principal característica a vitória do autoritarismo contra a democracia. Inimigos da esquerda e dos movimentos sociais, os grupos[2] que se

[1] Petrônio Domingues identifica jornais da imprensa negra e clubes criados logo após lei áurea criados no fim do século XIX. Para mais informações ler: DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

[2] Marcos Napolitano diz que a trama que possibilita o golpe em 1964 envolve velhos e novos opositores do trabalhismo como: "civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia" (NAPOLITANO, 2014, pg. 43).

associaram para tomar o poder eram mais heterogêneos que se pode imaginar. Em comum, tinham o medo do comunismo e, quase como consequência desse medo, repulsa pelo reformismo do governo trabalhista de João Goulart. Como sabemos, esses grupos saíram vitoriosos e o golpe iniciou uma ditadura militar que durou 21 anos, surpreendendo até mesmo parte de seus defensores.

A ditadura militar brasileira, apoiada e inspirada nos norte-americanos, tinha como contexto político internacional o Guerra Fria e o anticomunismo era latente. A Doutrina de Segurança Nacional [3] estabeleceu a noção de inimigo interno e que o país precisava ser defendido das tentativas de subversão. No caso da questão racial, o tema não era bem recebido. Os militares insistiam no discurso de democracia racial e os militantes negros foram acusados de criar problema onde não existia.

Como podemos ver no trecho a seguir:

> Nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra.[...] Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos e movimentos conhecidos por 'PANTERAS NEGRAS', 'BLACK POWER' e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M. C. I. [Comunismo Internacional], em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais.[...] O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional. [4]

O trecho acima pertence a Informação 437/74 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça para ser difundido entre o Serviço Nacional de Informações (SNI) – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) – Centro de Informações do Exército (CIE) e consegue explicitar bem porque a discussão do racismo no Brasil foi considerada subversiva. O documento diz também que o assunto, preconceito racial, é contrário a formação da sociedade brasileira e isso se relaciona diretamente com o mito da democracia racial.

A ideologia

Democracia racial é uma expressão criada e difundida nos anos de 1930 que circulou no Brasil durante o século XX. Democracia racial seria um ideal das relações interraciais com

[3] A primeira Lei de Segurança Nacional criada pela ditadura militar foi o Decreto-Lei 314 em 13 de março de 1967 definindo crimes contra a segurança nacional, esse Decreto-Lei foi alterado por um novo em 1969 o Decreto-Lei 510 que tornava mais severas as punições. O Decreto-Lei nº 314 incorporou a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra sob forte inspiração norte-americana. Para mais informações sobre a doutrina de segurança nacional: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional

[4] Disponível no Arquivo Nacional: AC ACE 78482/74, CNF, I/I.

igualdade de oportunidades e ausência de preconceito e discriminação. Dessa forma, a expressão dá conta de representar um ideal para as relações raciais no Brasil, sendo o país marcado por centenas de anos de escravidão e racismo.

No entanto, exatamente por esse histórico escravagista e uma abolição que não se preocupou com a inserção do negro na sociedade de classes, a democracia racial nunca se materializou para a sociedade brasileira que continuou mantendo suas desigualdades estruturais entre brancos e negros. Ainda assim, alguns intelectuais, políticos e a elite brasileira usavam democracia racial para se referir ao Brasil. Coube então ao Movimento Negro e seus militantes a denúncia que o esse ideal, não se concretizou em compromisso ou pacto, mas sim se enraizou como mito, usado para jogar a discussão sobre racismo para debaixo do tapete. Guimarães defende que o golpe civil militar e a ditadura que o seguiu tiveram papel fundamental na consolidação da expressão da democracia como mito. (GUIMARÃES, 2001)

No que se refere a importância do mito da democracia racial para o governo militar, precisamos expandir um pouco o nosso olhar. Podemos pensar que, estando sob os efeitos da Doutrina de Segurança Nacional, a organização dos movimentos negros apresentava uma ameaça à ordem pública, como mostramos no documento explorado no tópico anterior, entretanto havia também os efeitos externos de se quebrar a imagem internacional de paraíso racial que o Brasil possuía. Na década de 1960, o Brasil aderiu a três documentos [5] internacionais relacionados a igualdade racial e respeito aos direitos humanos. Podemos concluir que a proliferação de organizações negras dedicadas à denúncia da farsa da democracia racial seria uma mancha na imagem que o Estado brasileiro buscava cultivar internacionalmente. Podemos dizer que:

> houve no período da ditadura uma repressão orientada a neutralizar os processos de articulação negra. Não por se tratar de uma mobilização política como outra qualquer, mas por colocar em xeque externamente a imagem que o Estado pretendia cultivar – de paraíso racial – e internamente por ser capaz de aglutinar um contingente significativo de pessoas predispostas a desafiar os processos políticos, sociais, econômicos e culturais de opressão e subalternização do negro na sociedade brasileira. (PIRES, 2018, pg. 9)

Focando nos motivos internos para a repressão baseada na manutenção dos privilégios e da supremacia de uma elite nacional branca, os militantes da questão racial e seus apoiadores são acusados de criar um problema que não existe e nessa perspectiva são os militantes negros

[5] Esses documentos são: a Convenção 111 OIT (1958), em 1968; a Convenção relativa à luta contra a discriminação no ensino (1960), também em 1968; e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), em 1969.

que são vistos como racistas pois criam um problema racial, ameaçam a unidade e ordem estabelecidas em que cada um ocuparia um lugar racial.

O movimento negro na década de 70: primeiras organizações e imprensa negra

O golpe civil-militar desmobiliza o movimento negro temporariamente colocando-o em refluxo. O medo da perseguição política leva os militantes a desmontarem suas organizações. No caso Rio de Janeiro, o desmonte do Teatro Experimental do Negro é impactante e mais impactante ainda é a partida de Abdias do Nascimento[6] para exílio nos Estados Unidos. Assim permanece até a criação das primeiras associações na década de 1970 no que fica conhecido como a reorganização do movimento negro e início do movimento negro contemporâneo.

A primeira delas foi o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul logo em 1971, em seguida veio o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em 1972 nem São Paulo, em 1974 o bloco de Ilê Aiyê, 1974 em Salvador e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e depois o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1975 e o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), em São Gonçalo (RJ) também em 1975, entre outras.

Além dessas associações, a maioria centros de pesquisa e estudo, uma outra forma de atuação do movimento negro na década de 1970 é a imprensa negra. A década marca o retorno dos jornais e revistas da imprensa alternativa[7] que é característica do movimento desde o início do século. Alguns desses periódicos são produzidos pelas associações que citamos acima como o jornal Sinba produzido pela Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

Movimento Black Rio

Não se sabe bem quando entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970, no Rio de Janeiro, os bailes soul ganharam popularidade no subúrbio agitando a juventude negra. O que se sabe com certeza é que em meados da década de 70 os bailes aconteciam por

[6] Abdias Nascimento foi um escritor, poeta, dramaturgo e artista plástico paulista radicado no Rio de Janeiro onde foi o fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN). O TEN foi uma das principais iniciativas do movimento negro brasileiro que tinha como objetivo denunciar a segregação no teatro nacional e valorização da herança africana. Abdias um dos militantes negros mais influentes da história do Brasil e teve importante atuação política pós ditadura civil militar do século XX sendo deputado federal, senador e secretário do Estado do Rio de Janeiro.

[7] Imprensa alternativa é como ficaram conhecidos os jornais de formato tablóide ou minitablóide, muitos de circulação restrita e de tiragem irregular quase sempre de oposição ao governo militar instaurado em 1964. A imprensa alternativa era formada por jornais de vários tipos, como jornais de grupos minoritários como grupos feministas, de negros e de homossexuais.

quase a toda a zona norte, também na zona oeste e no grande rio[8]. As equipes de som[9] organizam os bailes ao som de James Brown e outros cantores do ritmo soul.

Os bailes se tornaram um fenômeno. Recebiam milhares de pessoas por dia e criaram uma nova cultura inspirada no modelo afro-americano: modo de vestir, falar, cantar, dançar e de se identificar. O fenômeno alcançou tal dimensão que chegou até a Lena Frias, colunista de música popular do Jornal do Brasil. No dia 17 de julho de 1976, a jornalista publicou um artigo[10] de quatro páginas sobre a cultura dos bailes soul no Rio de Janeiro. Nessa matéria ela dizia:

> Uma cidade de cultura própria desenvolvese dentro do Rio. Uma cidade que cresce e assume características muito específicas. Cidade que o Rio, de modo geral, desconhece ou ignora. [...] Uma cidade cujos habitantes se intitulam a si mesmos de blacks ou de browns; cujo hino é uma canção de James Brown [...]; cuja bíblia é [o filme] Wattstax, a contrapartida negra de Woodstok [sic]; cuja linguagem incorporou palavras como brother e White [...] cujo lema é I am somebody; cujo modelo é o negro americano, cujos gestos copiam, embora sobre a cópia já se criem originalidades. (FRIAS, 1976 apud ALBERTO, 2015. pg 44)

A essa cidade dentro da cidade ela chamou de "Black Rio" e assim estava batizado o Movimento Black Rio. Em seu artigo, em tom quase antropológico e até mesmo meio conspiratório, ela esquadrinhou o metiê dos bailes e de quebra chamou atenção de toda a cidade para a potência do movimento. Inclusive da polícia política. Agentes foram enviados para se infiltrarem[11] e colherem informações sobre os organizadores desses eventos que chegaram a reunir entre 6 mil e 15 mil pessoas no mesmo dia em cada clube ou quadra de escola de samba.

E o ritmo norte-americano também estava presente nos festivais de Música Popular Brasileira (MPB) exibidos pela TV Globo na época. Em 1970, em um desses festivais, o V FIC, o cantor Tony Tornado[12] fez o gesto do Movimento Black Power, com o braço estendido para

[8] Alguns dos locais onde os bailes aconteciam são: Associação Atlética de Oswaldo Cruz; Colégio Futebol Clube; Vitória Tênis Clube (Engenho Novo); Associação Atlética Encantado; Madureira Esporte Clube; Grêmio de Rocha Miranda; Clube Recreativo dos Industriários de Bangu e Adjacências (Padre Miguel); Atlas Atlético Clube (Méier); Clube Carioca (Jardim Botânico); Associação Atlética de Ramos; Cassino Bangu; Maria da Graça Futebol Clube; Clube Apolo (Coelho da Rocha); Brás de Pina Country Clube; Boêmios de Irajá; Grêmio de Padre Miguel; Mackenzie Clube (Méier); Jacarepaguá Tênis Clube; Lespam (Penha); Clube Oriental (Duque de Caxias), entre outros.

[9] As quatro maiores eram a Soul Grand Prix, a Furacão 2000, Cash Box, e Black Power. Mas existiam outras: Soul de Verdade, Luizinho Disc Jockey Soul, Black Soul, Black Night, Black Flowers, Santos Brazilian Soul, A Cova, Black Mad, Zimbabwe Soul, J.B. Soul, Vip's, Cia Super Funk, Filadélfia, Dynamic Soul, Toc Soul, Petru's, Boot Power, Alma Negra, Mancha Negra, Love Power, A Mente, Sorac, Apoluisom, Soul Maior, Africana Soul, Ultra Funk, Black Boss entre outras.

[10] O artigo foi publicado no seguimento cultural de sábado do Jornal do Brasil e chamava: Black Rio: O orgulho (importado) de ser negro no Brasil.

[11] Sobre isso ler: ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. História: Questões & Debates, v. 63, n. 2, 2015.

[12] Antônio Viana Gomes, mais conhecido pelo seu nome artístico Tony Tornado, é um conhecido cantor de soul nascido em São Paulo. Tony ficou conhecido ao ganhar em 1970 a fase brasileira do V Festival da Internacional da Canção com a canção BR-3.

o alto e o punho cerrado, já mundialmente conhecido. Isso incomodou e alarmou os militares para a questão da influência do histórico de resistência negra norte-americana no Brasil. Para esses agentes, Tony queria importar o movimento Black Power para o Brasil com todas suas implicações na ordem social. O cantor chega a ser brevemente detido para prestar esclarecimentos em uma delegacia, onde é intimidado a dançar repetidamente para os policiais:

> Então você é o negrão da 'BR-3'?" perguntou o delegado. "Aquele que dança dando giro?" "Sim, sou eu mesmo." "Então dança um pouco aí pra gente." Toni cantava e fazia todos os passos que sabia. Quando parava, um novo policial aparecia. "Olha só, esse aqui é o Toni Tornado, dança aí pra ele ver", pedia o mesmo delegado. Diante do terror psicológico daquela situação vivida por quase 12 horas, ele recebia um recado: ou baixava a bola ou rasparia seu [cabelo] black power. (MARIA, 2015. apud PEDRETTI, 2018. p. 75)

Dessa forma vai se tornando oficial discurso da ditadura militar em sufocar o debate sobre a questão racial com base na preservação da ordem social. Inclusive o aparato repressivo usava vários de seus tentáculos para fazê-lo. Abaixo um trecho da informação nº 482 produzido pelo Centro de Inteligência da Aeronáutica[13] (CISA):

> a publicação pela imprensa de artigos, pesquisas, análises, debates e pronunciamentos de quem quer que seja sobre preconceito e discriminação racial, só servirá para criar um clima propício a efervecencias e agitações sociais que poderão culminar com a implantação no BRASIL, de distúrbios raciais, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos da America do Norte. Não será surpresa, continuando a matéria a ser tratada pela imprensa, o surgimento no BRASIL, de um "BLACK POWER" verde e amarelo. Depois da campanha das "TORTURAS", a discriminação racial ajudaria a compor a imagem de um Governo Brasileiro fascista. E o Movimento Comunista Internacional colheria mais um fruto.
>
> Este Centro julga oportuno proibir à imprensa a veiculação de quaisquer notícias, pesquisas, debates, etc. Que tenham a ver com "RACISMO", "PRECONCEITO RACIAL", "DISCRIMINAÇÃO RACIAL", etc. Medida paralela também deveria ser tomada quanto a pronunciamento desse assunto por parte de autoridades, professores e religiosos, ou a inclusão de temas raciais nos enredos de novelas radiofônicas ou áudio-visuais, literatura para jovens, novelas em quadrinhos, etc.

Movimento Negro Unificado

A reorganização das associações negras se deu no início da década de 1970, como já mencionado acima, e durante esses anos expandiu-se o número de instituições ao redor do Brasil. A maioria dessas instituições teve como ponto de partida um caso de discriminação racial trazendo à tona, principalmente aos universitários e artistas negros, a necessidade de mobilização.

Em 1978 a situação não estava diferente. Quatro meninos negros foram impedidos de entrar no Clube Tietê em São Paulo. Mas que a revolta, essa discriminação gerou a consciência que esses fatos eram sistemáticos e aconteciam a todo o tempo ao redor do Brasil. No mesmo

[13] Arquivo Nacional, BR DFANBSB VAZ.0.0.31748. A informação se destina a falar sobre a apresentação de Tony Tornado no programa do Flávio Cavalcanti com uma música "alusiva ao problema racial".

ano, Robson Silveira da Luz, feirante e pai de família negro foi preso e torturado acusado de roubar frutas, morrendo em decorrência dos ferimentos a que foi exposto. Essa outra agressão à população negra, representada por Robson, foi o que faltava para a reunião das lideranças das entidades negras.

Essa reunião aconteceu no dia 18 de junho de 1978 e participaram dela as entidades: "CECAN, GRUPO Afro-Latino América. Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Grupo de Atletas e Grupos de Artistas Negros"33 além do grupo Núcleo Negro Socialista e dela saiu a decisão de criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que teve como sua primeira atividade um ato público contra os ocorridos mencionados acima e ato de lançamento desse novo movimento.

A diferença crucial desta fase do movimento para qualquer outra não é apenas a da iniciativa da unificação, mas principalmente o caráter abertamente político que o movimento passa adotar a partir de 1978 com a criação do MUCDR. Agora a posição é a de enfrentamento da situação do negro no Brasil. Na carta de convocação para o ato público de lançamento do MUCDR pode-se perceber a postura que será adotada pelo MN em relação à discriminação. Com veremos no trecho a seguir:

> Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destroi a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano. O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados... ... o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo. Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro- Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente. Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta. Todos ao ato público contra o racismo contra a discriminação racial contra a opressão policial pelo fortalecimento e união das entidades afro-brasileiras.

Outra importante diferença do movimento negro da década de 1970 que pode ter causado a postura que percebemos no trecho da carta acima é a vinda militantes negros esquerdistas para as organizações negras rompendo um isolamento político que até a década de 1970 era característico do movimento.

Em São Paulo, cidade de lançamento e de criação do MNU, os militantes fundadores do Movimento Negro Unificado compunham a Convergência Socialista[14] e especialmente Núcleo Negro Socialista[15]. Houve uma adoção das pautas socialistas por parte dos militantes do movimento negro que tiveram contato com essas pautas através desses membros fundadores, ampliando assim o caráter organizacional político dentro do movimento negro. Isso significou que, apesar de a pauta mais importante ser o combate ao racismo, o movimento negro deste período percebe que essa luta está associada a questão da luta de classes e há um aprofundamento nos males que assolam a maioria na população negra. Com isso, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que será o resultado dessa nova fase da luta antirracista, se insere na luta pela reforma agrária, contra a Ditadura Civil Militar e a favor da anistia.

Negro ou black?

Apesar da proximidade temporal e espacial, já que apesar de ter sido lançado em São Paulo o MNU se via como uma iniciativa nacional e contou com militantes do Rio de Janeiro em sua fundação, chama atenção a falta de interação deste com o Movimento Black Rio. Não se tem conhecimento de atividades em conjunto do Black Rio mesmo com as associações que existiam antes, como a Sinba, por exemplo. Carlos Alberto Medeiros, um dos fundadores da Sinba relata sua experiência com a música soul e nos proporciona um quadro sobre a aceitação dos bailes no período:

> ... E foi também quando conheci o Filó, que era quem fazia, no Renascença, os bailes chamados "A noite do Shaft".cinema – foi o primeiro filme a apresentar um negro como detetive particular. Shaft era aquele detetive negro no Filó era aos domingos à noite no Renascença e era um negócio emocionante. (...) Aí, poderia haver um ou outro branco, mas era um ambiente em que quem dava o tom eram, sem dúvida, os negros, com os cabelos afro, aquela afirmação de identidade negra, às vezes com coisas africanizadas. E o Filó, diferentemente de outras equipes de soul, era um dos poucos que tinha um trabalho racial consciente. Ele passava slides, por exemplo, com fotos de famílias negras, de crianças negras, e botava palavras como "estude e cresça". Então era um negócio que trazia uma mensagem muito positiva. Acho que a Polícia Federal e os órgãos de informação ficaram meio preocupados. Foi um choque quando a sociedade carioca tomou conhecimento disso, graças a uma reportagem que saiu no Jornal do Brasil, que deu o nome ao movimento – chamou de "Black Rio". Uma (...) A festa do Apareceu ali pela primeira vez. As pessoas não chamavam assim, chamavam de "festa black", "festa de soul". E virou "Black Rio". Causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí foi interessante porque se levantou o establishment branco. Você via críticas no jornal Movimento. O Movimento chegou a publicar uma matéria idiota, dizendo que o soul era a pior forma de música negra.

[14] Organização política socialista trotskista criada em 28 de janeiro de 1978 com a intenção de criar um partido socialista no Brasil. Nos anos de 1980 foi absorvida pelo Partido dos Trabalhadores quando este foi criado por parte dos militantes da Convergência. A organização é desfeita em 1994 quando seus últimos membros passam a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.
[15] Corrente da Convergência Socialista.

> O soul é lindo! É claro que há um montão de bobagens, mas o melhor do soul é uma coisa maravilhosa. Ray Charles é soul, Aretha Franklin, aquela música que vem da igreja e que, todas as vezes que vou lá, me faz chorar... E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, enquanto os comunistas rejeitavam como uma expressão do imperialismo americano. Gilberto Freyre publicou um artigo em que dizia que estava havendo uma invasão, estavam trazendo dos Estados Unidos uma "música melancólica" – essa era uma tradução curiosa para soul, porque algumas coisas de soul podiam ser melancólicas, outras eram revolucionárias. Havia até um setor do movimento negro que também criticava, não era todo mundo que gostava disso. No início dos anos 1970, enquanto James Brown estava cantando "Say it loud: I'm black and I'm proud" – "Diga em voz alta: sou negro e tenho orgulho" –, o Salgueiro teve um samba enredo que era assim: "Ô, ô, ô... Que saudade da fazenda do senhor." (...) Não dava para competir. Então o soul trazia uma outra coisa. Eu falo do soul e seus filhotes. O reggae é um filhote do soul – o Bob Marley era cantor de soul. Eu estava conversando outro dia com o Vovô, fundador do Ilê Aiyê, recuperando essa história, porque tem um livro do Antônio Risério, Carnaval Ijexá, em que ele mostra como o soul está ligado ao próprio surgimento dos blocos afro."Carlinhos Brown" é por causa do James Brown. (PEREIRA, 2010, pg. 129)

O depoimento de Carlos Alberto Medeiros aponta que a música soul e os bailes black não agradavam nem a direita e nem a esquerda por motivos diferentes. De acordo com ele, a direita achava que o movimento soul fazia parte de uma conspiração comunista. No que diz respeito as preocupações e a resistência da esquerda ao chamado movimento soul, ele cita que o soul era encarado como expressão do imperialismo americano. Bom, não tem como negar que influência norte-americana já que o movimento soul, por conseguinte, o Movimento Black Rio, era composto por músicas, filmes e referenciais afro-americanos. No entanto, é inspirada na resistência ao racismo americano sendo esse é parte importante do imperialismo. Alguns dos críticos do Movimento Black Rio percebem que apesar de da origem do soul ser americana ele não está em consonância com os valores tradicionais americanos. Isso fica claro com uma carta publicada na sessão de cartas do Jornal do Brasil após a Rede Globo de Televisão exibir uma matéria sobre o soul:

> Assisti ao Fantástico de 24/04/77 e fiquei preocupado com a reportagem feita sobre o Soul no Brasil. Este Brasil que se orgulha de não ter discriminação racial e que acabará por ter. É preciso que o Governo acabe com esses movimentos surgidos em função do Soul. Em breve, todo o país estará infestado por movimentos Black. E o próximo será o White. Tantos méritos americanos a seguir e vamos seguir justamente a vergonha norte-americana. (PEDRETTI, 2018, pg. 60)

A própria ditadura militar, por meio do SNI, citando o artigo de Lena Frias já citado no presente trabalho produz a Informação nº 0008 parte do Dossiê Racismo Negro no Brasil na qual o agente mostra preocupação com uma citação do filme Wattstax que era reproduzida nos bailes e que incentivava a mobilização racial negra:

> O ORGULHO (IMPORTADO) DE SER NEGRO NO BRASIL. BLACK RIO" (ANEXO A), reportagem de autoria de LENA FRIAS, publicada no "Caderno B" do "JORNAL DO BRASIL", edição de 17 Jul 76, que aborda o surgimento de uma "nova cultura" - importada dos ESTADOS UNIDOS - entre os negros da Zona Norte do RIO

> DE JANEIRO/RJ; a cultura "SGUL". A matéria afirma que a música negra americana passou a funcionar como elemento de aglutinação dos "BLACKS" - elementos de cor dos subúrbios cariocas e das cidades do Grande RIO - incentivando-os a assumirem um posicionamento ativo no que se refere aos problemas raciais. Procura criar um clima de confrontação entre negros e brancos e exaltar as qualidades dos "BLACKS"; despreza o samba, considerando-o um valor negro absorvido pelos brancos estimula atitudes antagônicas ao publicar citações como a que se segue, extraída do filme "WATTSTAX": "É a hora do despertar da consciência negra... Temos alma... Temos Soul. Podemos estar num cortiço, mas o cortiço não está em nós... Podemos estar na cadeia, mas a cadeia não está em nós... Posso estar desempregado, mas sou alguém. Sou negro. Lindo. Orgulhoso. Tenho que ser protegido. Que horas são? Hora de uma Nação. A Bíblia é livro de preto, o crioulo é cupincha de Deus"[16].

No que diz respeito as tensões internas ao movimento negro também citada por Medeiros podemos citar a questão do debate sobre cultura x política tão presente movimento negro contemporâneo e como MNU é exatamente fruto desse debate. Sobre isso, é interessante o depoimento de Ivair Augusto Alves dos Santos[17]:

> Em 1976, 77, já havia uma tensão, no meio do movimento negro, entre aqueles que defendiam que era uma mudança cultural e os que defendiam uma mudança mais profunda. Os primeiros achavam que a mudança tinha que acontecer através de informação: "Temos que publicar mais, organizar poesia, organizar contos, fazer eventos esportivos, tentar reunir a comunidade." Era a linha do Feconezu, era a linha do Quilombhoje – uma tendência que a gente batizou de "culturalista". Eram pessoas que tinham feito as opções corretas, mas que a gente não sabia avaliar naquele momento. E havia as pessoas oriundas, como eu, do movimento político, que queriam uma manifestação mais política, mas nós não tínhamos nenhum cabedal para fazer isso. Eles tinham um projeto específico de literatura, de teatro, de festival, e nós querendo transformar aquilo em uma coisa política, negando que aquilo fosse política. No bojo disso surge uma cisão e, na minha avaliação pessoal, o MNU surge dessa cisão. (PEREIRA, 2010, pg. 172)

Esse debate parece ter acontecido em vários estados e era uma posição dos militantes do Movimento Negro Unificado. Outra liderança de São Paulo, o Milton Barbosa, concorda com Ivair inclusive no sentido de que hoje ambos tem uma visão diferente sobre essa cisão:

> Hoje eu avalio, por exemplo, que o Movimento Negro Unificado jogou pesado demais nessa coisa da política para se contrapor ao cultural. Nós chamávamos de culturalista, porque, de uma certa forma, é uma resistência, mas também estava sendo absorvida pelo sistema, tirando aquele aspecto de luta, estabelecia limites de intervenção. Então nós começamos a entrar com essa coisa do político com muita força [...] Na verdade, o movimento político meteu um rolo compressor sobre as entidades culturalistas. Na realidade, nós não tínhamos capacidade para ter trabalhado essa coisa. Nós mesmo que criamos essa coisa meio antagônica. Segundo eles, meio a reboque da coisa... Hoje eu avalio que isso foi um erra na nossa ação. Nós tínhamos que ter sabido trabalhar melhor esse negócio. (BARBOSA, 2004 pg. 16)

O termo culturalista, também aparece culturalismo, é empregado para denominar as organizações que eram abertamente culturais em contraposição ao que os militantes na época

[16] Disponível no Arquivo Nacional: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76109622.
[17] Militante do movimento negro em São Paulo. Participou do ato de lançamento do Movimento Negro Unificado apesar de não ter feito parte da concepção desse movimento.

chamavam de política. Essa dicotomia criada pelos militantes do período se manifesta nos depoimentos, mas também em estudos importantes sobre o movimento negro da década de 1970. Ora, algumas questões surgem em relação a essa divisão defendida principalmente pelos ativistas do MNU. A primeira é que vários desses ativistas vinham das instituições que surgiram no início ou meados da década de 1970, as quais citamos algumas aqui, muitas dessas instituições realizavam atividades culturais. O próprio Milton Barbosa foi um dos principais componentes do CECAN. Então por que e de onde vinha essa súbita resistência ao cultural? A própria carta de lançamento do Movimento Negro Unificado defendia que centros de luta contra a discriminação deveriam ser onde o negro estivesse, incluindo espaços tradicionalmente culturais, como as escolas de samba. Possivelmente essas questões possam ser respondidas por pontos levantados por Michael Hanchard em seu livro Orfeu e o Poder.

Hanchard quando fala sobre a tradição cultural do movimento negro brasileiro tende a ir pelo caminho que os depoimentos que vimos acima. O autor chega a dizer que o culturalismo "afastou o movimento negro das estratégias de mudança política contemporânea e o aproximou-o de um protesto simbólico e de uma fetichização da cultura brasileira" (HANCHARD, 2001, p. 121). Ele ainda argumenta que um dos maiores desafios do movimento negro brasileiro é a diferenciação entre a cultura como folclore e a cultura como base valorativa da atividade ético-política.

Podemos inferir que essa pode ser parte da questão entre cultura x política sentida por grande parte do movimento negro brasileiro da década de 1970. Quando Milton diz que essa cultura estava sendo absorvida pelo sistema, me parece ser disso que Hanchard está falando quando fala em fetichização ou folclorizaçâo da cultura afro-brasileira.

Apesar das tensões, ou exatamente por causa delas, disso, o Movimento Black Rio e o Movimento Negro Unificado são expoentes da diversidade do movimento negro brasileiro. Os dois movimentos foram responsáveis por explorar diferentes facetas tanto do político quanto do cultural. Desse modo, as duas iniciativas são peças fundamentais para a história social do movimento negro contemporâneo no Brasil.

Referências

ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. História: Questões & Debates, v. 63, n. 2, 2015.

BARBOSA, Milton. Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 15min).

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. E o golpe virou revolução... In: 1964 O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Editora Civilizalação Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-205.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito" in Classes, Raça e Democracia. São Paulo, Ed. 34, 2002.

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KOSSLING, Karin Sant Anna. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. Perseu: História, Memória e Política, v. 1, p. 31-62, 2008.

MANGOLIN, Cesar. O movimento negro ao longo do século XX: notas históricas e desafios atuais. Realidade Brasileira, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PAMPLONA, Marco. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 215-238, 1996.

PEDRETTI, Lucas. Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, 2018.

PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. História Oral, v. 20, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 2017.

PEREIRA, Amilcar A. O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro. RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

PIRES, T. R. O. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 9, p. 1054-1079, 2018.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

Hospedarias de Imigrantes do Rio de Janeiro (1857-1883)

Julianna Carolina Oliveira Costa[1]
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

Na segunda metade do século XIX, o Brasil presenciou um gradativo aumento do fluxo imigratório. Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro, carregada da sua funcionalidade política e econômica, tornou-se a principal porta de entrada de imigrantes no país, o que gerou a necessidade de ações eficazes de recepção, controle e encaminhamento dos estrangeiros recém-chegados. Paralelamente, as condições sanitárias da capital do império exigiram a adoção de medidas de proteção à saúde dos imigrantes, pois as constantes epidemias de febre amarela os atingiam com intensidade, agravando ainda mais os surtos epidêmicos. Assim, com a função de controlar o fluxo imigratório e as questões sanitárias advindas da imigração, surgiram as hospedarias da Ilha do Bom Jesus (1857) e, posteriormente, da Ilha das Flores (1883). O Rio de Janeiro recebeu ainda outras hospedarias como a da Praia Formosa (1865), da Rua da Imperatriz (1866) e do Morro da Saúde (1867), instituídas durante um breve período de ausência da febre amarela elas seguiram uma lógica distinta das hospedarias insulares, ocupando áreas centrais da cidade.

1. Nos arrabaldes da cidade: a Hospedaria da Ilha do Bom Jesus

A criação das primeiras hospedarias demonstra que a preocupação com a recepção de imigrantes já existia antes mesmo da imigração em massa, fenômeno que no Brasil só teve início na década de 1880. Nos anos anteriores os números de entrada de imigrantes ainda eram modestos, sobretudo se comparados aos dos Estados Unidos. Entretanto, na década de 1850 já se registrava um aumento no movimento imigratório.

Tabela 1: Entrada de imigrantes no Brasil (1850-1890)

Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1850	2.072	1870	5.158
1851	4.425	1871	12.431
1852	2.731	1872	19.219
1853	10.935	1873	14.742
1854	9.189	1874	20.332
1855	11.798	1875	14.590
1856	14.008	1876	30.747

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ/FFP. Pesquisadora do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

1857	14.244	1877	29.468
1858	18.529	1878	24.456
1859	20.114	1879	22.788
1860	15.774	1880	30.355
1861	13.003	1881	11.548
1862	14.295	1882	29.589
1863	7.642	1883	34.015
1864	9.578	1884	23.574
1865	6.422	1885	34.724
1866	7.699	1886	32.650
1867	10.842	1887	54.932
1868	11.315	1888	132.070
1869	11.528	1889	65.165

Fonte: IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2007, p. 225.

O aumento do fluxo imigratório na década de 1850 tem relação com a promulgação de diversos decretos autorizando o funcionamento de sociedades colonizadoras e aprovando contratos entre o governo e particulares para venda e colonização de terras devolutas. Entre eles, destacam-se o Decreto n. 1.584, de 02 de abril de 1855, que aprovou o estatuto da Associação Central de Colonização, e o Decreto n. 1.915, de 28 de março de 70 1857, que aprovou o contrato entre o governo imperial e a referida Associação para a importação e recepção de 50 mil colonos estrangeiros, dentro do prazo de 5 anos.

A Associação Central de Colonização foi fundada por Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, tendo como finalidade a "importação de emigrantes morigerados, agricultores e industriosos, que espontânea ou subsidiadamente queiram vir para o Império" (DECRETO, 1855). Cabia à referida companhia o recrutamento de trabalhadores na Europa, o transporte dos portos europeus até a cidade do Rio de Janeiro e o estabelecimento em um dos diversos núcleos coloniais do país. Além disso, estava entre as suas responsabilidades a criação de alojamentos, onde, por um preço razoável, os recém-chegados pudessem ter acesso a acomodação, comida e informações sobre os locais de destino.

Para a criação dos alojamentos, o governo imperial concedeu gratuitamente à Associação terrenos devolutos próximos ao local de desembarque dos imigrantes e a preferência no arrendamento de próprios nacionais que não estivessem sendo utilizados. Além disso, foi concedida a isenção de impostos sobre todos os bens comprados para a recepção dos imigrantes. Em contrapartida, os alojamentos deveriam ser regulados pelo próprio governo imperial (DECRETO, 1857), o que explícita o interesse do poder público em controlar o recebimento e o acolhimento dos estrangeiros recém-chegados ainda que esta fosse uma das responsabilidades da Associação.

Na Decisão n. 311, de 14 de setembro de 1857, o ministro do Império, Pedro de Araújo Lima15 definiu que a Imperial Quinta do Caju receberia a hospedaria de imigrantes que a Associação Central de Colonização estava obrigada a estabelecer. Nela seriam recebidos os imigrantes vindos através da Associação, assim como aqueles que viessem espontaneamente para o Império, sem contrato com empresas de colonização, contanto que estes tivessem meios para pagar suas despesas (DECRETO, 1857). No entanto, a Quinta Imperial do Caju foi preterida e, em seu lugar, optou-se pelas instalações da Ilha do Bom Jesus, pois, em 1850, durante a primeira epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, havia sido instituído na localidade um lazareto de observação que poderia ser aproveitado para o estabelecimento da hospedaria.

Em 23 de outubro de 1857, *O Correio da Tarde* noticiava que a Ilha do Bom Jesus "oferece as maiores facilidades para desembarque e embarque, está fóra do contacto da população da corte, e conseguintemente ao abrigo das enfermidades que por ventura appareçam". A insalubridade da cidade do Rio de Janeiro e o seu impacto sobre os imigrantes recém-chegados já era, portanto, uma questão relevante na década de 1850.

A insalubridade do Rio de Janeiro estava relacionada com a centralidade política e econômica da cidade, o que acabou garantindo maior movimentação de pessoas, cargas e mercadorias na região portuária. Logo, a oferta de trabalho no porto foi sendo ampliada e muitas outras pessoas passaram a ser atraídas pela possibilidade de encontrar uma ocupação. O rápido crescimento populacional trouxe como consequência uma grave crise habitacional. Inúmeras construções irregulares se proliferaram pela área central da cidade, somando-se a problemas como a ausência de um sistema de esgoto e a falta de um serviço regular de coleta de lixo, o que piorou ainda mais as condições higiênicas e sanitárias do Rio de Janeiro. Nesse cenário, a população convivia constantemente com diversos tipos de doenças, mas foi a chegada da febre amarela, no verão de 1849/1850, que despertou a preocupação das autoridades públicas.

Durante a primeira epidemia de febre amarela na Corte, cerca de um terço da população contraiu a moléstia (CHALHOUB, 2011, p. 61), ou seja, o mal amarílico acometeu aproximadamente 90 mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro apenas durante o verão de 1849/1850. Oficialmente foram registrados 4.160 óbitos em virtude da doença, mas há indícios de que a febre amarela causou muito mais mortes apenas nesse período (CHALHOUB, 2011, p. 61). Sidney Chalhoub se propôs a analisar a febre amarela para além das estatísticas, recorrendo à história social para compreender as transformações impostas à sociedade a partir do surgimento de uma "ideologia da higiene", elaborada pelas autoridades públicas em resposta à febre amarela.

Chalhoub descreve que diante da gravidade da epidemia, a questão da salubridade pública tornou-se urgente (CHALHOUB, 2011, p. 30). O governo imperial criou então a Comissão Central de Saúde Pública para planejar as medidas sanitárias contra a febre amarela. Alguns meses depois, o Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850, substituiu a Comissão pela Junta de Higiene Pública com o objetivo de "melhorar as condições sanitárias da capital e de outras povoações do Império". Para tanto, a Junta incorporou, em sua estrutura, a Inspeção de Saúde do Porto do Rio de Janeiro e o Instituto Vacínico que já existiam anteriormente. Além disso, as Comissões de Higiene Pública e os Provedores de Saúde Pública que atuavam nas províncias passaram a responder diretamente à Junta que, em 1851, passou a ser denominada de Junta Central de Higiene Pública.

De acordo com Jaime Benchimol, os higienistas da Junta Central foram os primeiros a formular um discurso articulado, relacionando as epidemias que afligiram o Rio de Janeiro com as condições de vida na cidade (BENCHIMOL, 2001, p. 28). Naquela época as causas da febre amarela ainda eram desconhecidas. Na tentativa de explicar a etiologia da doença os higienistas valeram-se das concepções infeccionistas, atribuindo à propagação do mal amarílico aos ares pestilentos da cidade. Os infeccionistas ou anticontagionistas, como também eram conhecidos, acreditavam que a negligência com o ambiente natural e humano contribuía para a emanação de partículas venenosas que se desprendiam de matérias em decomposição e das águas estagnadas, subindo em direção à atmosfera. Eles acreditavam que o intenso calor do verão estimulava a produção e a liberação de tais partículas, o que justificava o aumento de casos nessa estação do ano, além da maior incidência nas regiões de clima quente. Para eles, a topografia do Rio de Janeiro (Imagem 1) também favorecia o desenvolvimento das epidemias, pois os vários morros que circundavam a área central da cidade dificultavam a renovação do ar.

Imagem 1: Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Ludwig, Pedro. Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro. 1858. Biblioteca Nacional.

Imagem 2: Sobreposição do Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro no Mapa da Baía de Guanabara

Fonte: imaginerio.org

A escolha da Ilha do Bom Jesus para o estabelecimento da hospedaria de imigrantes ocorreu no momento em que os higienistas da Junta Central se apropriavam das concepções infeccionistas para explicar as epidemias de febre amarela que grassavam na cidade do Rio de

Janeiro. A imagem acima demonstra que a localização da Ilha no interior da Baía de Guanabara, próxima do Porto do Rio de Janeiro, mas afastada do seu centro urbano e dos seus ares pestilentos, justificava a opção de estabelecer ali um local de recepção dos imigrantes que chegavam ao Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro.

Os constantes surtos de febre amarela também despertavam a preocupação de autoridades consulares quanto à recepção dos seus concidadãos (SANTOS, 2020, p. 69). Desse modo, temendo medidas de restrição ao fluxo migratório, o Governo Imperial, a Associação Central de Colonização e a Provedoria de Saúde Pública da Província do Rio de Janeiro acordaram que, enquanto durassem as epidemias de febre amarela, todos os imigrantes que chegassem ao porto deveriam ser transferidos para a Hospedaria da Ilha do Bom Jesus (*DIARIO DO RIO DE JANEIRO*, 19/02/1858). Ademais, para evitar os transtornos causados pelo trânsito de imigrantes entre a Corte e a Ilha, a Associação Central de Colonização deveria manter na hospedaria uma pessoa habilitada para fazer os contratos de colonização (*BRASIL COMMERCIAL*, 02/06/1858).

A Hospedaria da Ilha do Bom Jesus funcionou entre novembro de 1857 e março de 1865. O encerramento das suas atividades está relacionado com a dissolução da Associação Central de Colonização e a devolução do edifício para o governo imperial. Alguns meses depois, o Ministério da Guerra solicitou que as instalações da hospedaria fossem utilizadas para o aquartelamento de tropas destinadas à Guerra do Paraguai. A hospedaria de imigrantes foi transferida então para um grande prédio localizado na Praia Formosa, com capacidade de atender 300 imigrantes de uma só vez.

2. Praia Formosa, Rua da Imperatriz e Morro da Saúde: as hospedarias de imigrantes no coração do porto

Na Praia Formosa o desembarque de passageiros e bagagens só podia ser feito por embarcações de pequeno porte, devido ao assoreamento da região. A princípio, não houve grandes transtornos, pois o ano de 1865 registrou uma queda no número de entrada de imigrantes no Brasil (Tabela 1). No entanto, no ano seguinte o movimento imigratório tornou crescer. Esperava-se ainda um aumento maior, impulsionado pelo fluxo de imigrantes norte-americanos derrotados na Guerra de Secessão (1861-1865). Além das dificuldades de desembarcar um número crescente de imigrantes havia outro problema. Em geral, a Hospedaria da Praia Formosa destinava-se à recepção de pessoas menos abastadas, não servindo, portanto, a grande parte dos confederados, formada por fazendeiros sulistas que muitas vezes recusava-

se hospedar nesse estabelecimento. Nesse contexto, para receber os norte-americanos que aqui chegavam, a Sociedade Internacional de Imigração abriu uma nova hospedaria na Rua da Imperatriz.

No dia 29 de maio de 1866, o *Diario do Rio* publicou um anúncio intitulado "Hospedaria para Immigrados da Sociedade Internacional de Immigração", no qual informava-se que na Rua da Imperatriz, n. 173, recebe-se gratuitamente os imigrantes.

A Sociedade Internacional de Imigração foi criada, em 1866, por iniciativa de homens que acreditavam que a imigração encaminharia o Brasil rumo ao progresso e a civilização. A diretoria da Sociedade foi inicialmente composta por Caetano Furquim de Almeida[2], Aureliano Cândido Tavares Bastos[3], Fernando Castiço[4], Rodrigo Pereira Felício[5], Herman Haupt[6], Wilhelm Scully[7], Édouard Pecher[8] e José Corrêa de Aguiar. Entre os sócios estavam ainda importantes comerciantes estrangeiros como Charles Jefferson Harrah[9] e os irmãos Nathan[10], além de políticos liberais brasileiros, destacando-se José Tomás Nabuco de Araújo Filho[11] e Quintino Bocaiúva[12].

[2] Caetano Furquim de Almeida (1816-1879) genro do Barão de Vassouras. Fundou a Casa Comissária Furquim & Irmãos, depois Furquim & Joppert, voltada para a exportação de café. Foi um dos sócios fundadores da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Integrou a primeira diretoria da Estrada de Ferro Dom Pedro II (BLAKE, 1983, p. 7).

[3] Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) deputado do Império do Brasil pela província de Alagoas (GUGLIOTTA, 2007).

[4] Fernando Castiço (1835-1888) escritor e jornalista português. Era cunhado do Conde de São Mamede (DIARIO ILUSTRADO, 16/02/1888).

[5] Rodrigo Pereira Felício (1821-1872), conde de São Mamede, foi presidente do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (1860). Foi um dos fundadores do Brazilian and Portuguese Bank, depois chamado English Bank of Rio de Janeiro, sediado em Londres e com filiais no Rio de Janeiro, Lisboa e Porto. Membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Sociedade Portuguesa de Beneficência (SÁEZ, 2011).

[6] Herman Haupt foi cônsul da Prússia no Brasil (CAMPOS, 1969).

[7] Wilhelm Scully foi um jornalista irlandês que fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o jornal The AngloBrazilian Times (1865-1884). A promoção da emigração irlandesa para o Brasil era o principal objetivo do periódico (VIEIRA, 1974).

[8] Édouard Pecher foi cônsul da Bélgica no Brasil. Fundou, junto com seu pai, a firma Charles Pecher & Filhos. A companhia era voltada para exportação de café, mas atuou em todos os tipos de negócios de colonização, navegação e ferrovia. Fundou e presidiu a Sociedade de Caridade Belga do Rio de Janeiro (COSTA, 2011).

[9] Charles Jefferson Harrah (1817-1890) foi um capitalista norte-americano. Veio para o Brasil, em 1843, para administrar um estaleiro no Rio de Janeiro. Trabalhou na construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II e com o estabelecimento de uma indústria naval (FONSECA, 2020).

[10] Charles e Henry Nathan eram judeus ingleses que haviam casado com americanas e imigrado para o Brasil. Charles era maçom, membros da Loja de St. John do Rio de Janeiro, filiada a Grande Loja Britânica (VIEIRA, 1974).

[11] José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878) uma das principais lideranças do Partido Liberal. Foi deputado geral, presidente de província de São Paulo, ministro da Justiça e senador do Império (NABUCO, JOSÉ TOMÁS DE ARAÚJO – AN).

[12] Quintino Bocaiúva (1836-1912) importante jornalista e político brasileiro. Trabalhou em diversos jornais, entre eles no Diário do Rio de Janeiro cujo proprietário majoritário era a firma Cagman & Nathan. Em 1870, fundou o Partido Republicano. Após a Proclamação da República ocupou diversos cargos políticos (BOCAIÚVA, QUINTINO – CPDOC).

O principal objetivo da Sociedade era oferecer proteção aos imigrantes que chegavam ao Brasil, contra os abusos aos quais estavam sujeitos. O bom acolhimento era essencial para evitar golpes e trapaças, além disso ajudava a diminuir a sensação de insegurança dos imigrantes. Ainda assim, os imigrantes que se sentissem lesados de seus direitos deveriam encontrar apoio jurídico, garantindo a sua integridade. Os membros da Sociedade acreditavam que só seria possível aumentar a imigração para o Brasil se cessassem as injustiças praticadas contra os imigrantes que aqui chegavam. Para tanto, cabia aos membros da sociedade produzir trabalhos, publicar artigos e distribuir panfletos a fim de convencer o governo e a opinião pública sobre a necessidade de promover mudanças institucionais para atrair a imigração espontânea.

Em 24 de dezembro de 1866, o *Correio Mercantil* noticiou a chegada de 220 imigrantes vindos de Nova York, pelo vapor americano *South America.* Esse grupo "animado dos melhores desejos e resolvidos a pedirem á fecunda terra do Brasil um futuro para si e para suas famílias", foram trazidos devido aos esforços de Quintino Bocaiuva, enviado à Nova York como comissário da Sociedade Internacional. Cerca de 150 indivíduos solteiros foram recebidos na Hospedaria da Rua da Imperatriz, mas por não haver "objetos e utensílios necessários para tão acrescido número de hóspedes", 20 famílias foram acolhidas na hospedaria do governo, na Praia Formosa. A matéria exalta ainda os esforços da Associação Internacional "para que não fosse desmentida a proverbial hospitalidade brasileira", pois "as primeiras impressões exercem sempre grande influência no espirito e isto é sobretudo exacto para com o emigrante que vem em busca de uma nova pátria".

No dia 22 de dezembro de 1866, uma nota publicada no *Jornal do Comercio* relata a visita do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas à Hospedaria da Rua da Imperatriz, onde encontravam-se 150 imigrantes, "generosamente recolhidos e alimentados". A nota informa ainda que o ministro elogiou os diretores da Sociedade Internacional, manifestou o seu contentamento pelo estado da Hospedaria e prometeu auxílio do governo para a continuação de "tão proveitoso trabalho". No entanto, o auxílio do governo não se concretizou e a Sociedade Internacional não conseguiu arcar com os custos da Hospedaria.

O relatório da Agência Oficial de Imigração expõe os problemas que a Sociedade Internacional enfrentou, levando o fracasso da Hospedaria. Segundo o agente oficial de imigração, a Hospedaria começou a ser ocupada por pessoas de todas as classes sociais, espantando "os bons colonos americanos", que passaram a buscar asilo em hotéis particulares da província. O edifício escolhido para receber esses imigrantes também não estava preparado para receber grande número de imigrantes de uma única vez. Ademais, em geral, os imigrantes

que aqui chegavam não tinham um destino definido, o que prolongava a sua estadia e aumentava ainda mais os custos da Hospedaria.

Em março de 1867, a Sociedade Internacional encerrou as suas atividades por não obter o devido apoio nem do governo e nem de particulares. A Hospedaria da Rua da Imperatriz foi transferida para o governo imperial, ficando a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Nesse mesmo ano, o ministro afirmou que "a experiencia, porém, mostrou em breve que duas hospedarias, distantes uma da outra, não podiam ter a precisa unidade de administração e fiscalisação, e, portanto, julguei de toda a conveniência reunil-as em um só edifício" (DANTAS, 1867).

Tanto a Praia Formosa quanto a Rua da Imperatriz localizavam-se na freguesia de Santana, porém em extremidades opostas (Imagem 3). A Rua da Imperatriz limitava a freguesia de Santa Rita enquanto a Praia Formosa ficava próxima à freguesia do Engenho Velho, em um trecho da orla marítima onde o mar penetrava no continente, formando o Saco de São Diogo. O assoreamento desta última região, por vezes, dificultava a atracação dos barcos, inviabilizando a continuidade da hospedaria de imigrantes na Praia Formosa. Tornou-se necessário, portanto, encontrar um local mais adequado à recepção dos imigrantes, conforme descrito por Ignácio da Cunha Galvão no relatório da Agência Oficial de Colonização.

> Tendo por ocasião desta mudança examinado quasi todas as situações do littoral, que se podião prestar para o duplo fim do fácil desembarque e boa acommodação para os imigrantes, reconheci que a que melhores proporções oferecia era a propriedade do morro da Saude, onde estava então o hospital Godinho, e a indiquei como tal ao governo, para o caso em que se tratasse de promover efficazmente a immigração (GALVÃO, 1867).

Em 1867, o governo imperial arrendou do Dr. José Rodrigues Ferreira o conjunto de prédios situados no Morro da Saúde, instalando ali uma nova hospedaria de imigrantes. A Hospedaria do Morro da Saúde também estava situada na freguesia de Santana, uma das mais populosas da cidade do Rio de Janeiro (FONSECA, 2019). Na década de 1860 houve, portanto, uma mudança no que era considerado o local mais apropriado para o acolhimento dos imigrantes recém-chegados. Se nos anos de 1850 optou-se por mantê-los nos arrabaldes da cidade, longe da densa população e das constantes epidemias, na década seguinte buscou-se um local mais próximo possível do Porto do Rio de Janeiro e das linhas de trem que permitissem o transporte para o interior do país. Nesse sentido, a freguesia de Santana apresentou-se como o local mais apropriado, por estar instalada ali a Estação de Ferro Dom Pedro II (Imagem 3).

A alteração dos locais destinados às hospedarias está relacionada com o estado sanitário da cidade. Na década de 1850, as autoridades públicas alertavam que diante das epidemias que

acometiam o Rio de Janeiro, era “de incontestável necessidade estabelecimentos situados em localidades respeitadas pela febre amarela” (LIMA, 1858, p. 16), pois “as pessoas [...] recém-chegadas de países de elevada latitude; tem continuado a ser, com preferência, acometidas por esta moléstia” (PEREIRA FILHO, 1860, p. 16). No entanto, na maior parte da década de 1860 a capital do império manteve-se livre dos surtos de febre amarela, tendo o mal amarílico voltado a se manifestar em caráter epidêmico somente a partir de 1868. Por acreditar que a doença tinha sido controlada pelas ações da Junta Central de Higiene Pública, os agentes da imigração passaram a privilegiar a logística ao definir os locais em que deveriam ser estabelecidas as hospedarias de imigrantes. Nesse contexto elegeu-se a Praia Formosa, a Rua da Imperatriz e o Morro da Saúde para a criação de hospedarias de imigrantes (Imagem 3).

Imagem 3 – Nova Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1867)

Fonte: Biblioteca do Congresso, Washington, DC.

Imagem 4 – Recorte da nova planta da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a Praia Formosa, o Morro da Saúde, a Rua da Imperatriz e a Estação de Ferro Dom Pedro II.

Fonte: Biblioteca do Congresso, Washington, DC.

Ao se referir à Hospedaria do Morro da Saúde, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas afirmou que sob a administração do norte-americano Charles Mathews Broome, a instituição deveria seguir o mesmo modelo da casa de recepção do estado de Nova York, tornando-se "o 'Castle Garden' do Rio" (DANTAS, 1867, p. 69-70).

Em 23 de abril de 1867, o *The Anglo-Brazilian Times* publicou, a matéria "The 'Castle Garden' of Rio", na qual afirmava que

> o ministro da agricultura já preparou para a recepção de imigrantes um belo estabelecimento correspondendo em sua intenção à casa de acolhimento de Castle Garden de Nova York, mas é, no entanto, muito superior a esta última em seu estilo geral e no conforto proporcionado aos imigrantes, pois nenhuma economia parcimoniosa foi permitida por sua excelência que pudesse interferir na completa realização dos desígnios desta instituição, e o Dr. Leitão da Cunha [sic], sob cuja supervisão vigilante foi efetuada a sua organização não poupou esforços para torná-la um lar confortável e respeitável para os imigrantes que chegam (THE ANGLO-BRAZILIAN TIMES, 23/04/1867, p. 1).

A matéria continuava a descrever a hospedaria, localizada “em uma das partes mais saudáveis e pitorescas da cidade”. Além disso, o estabelecimento encontrava-se próximo de locais que facilitavam o abastecimento de gêneros e de águas suficientemente profundas para permitir que navios de grande calado desembarcassem os imigrantes e suas bagagens.

Ao se referir à hospedaria, o Almanaque Laemmert descreve que:

> [...] é um belo edifício no Morro da Saúde com grande jardim na frente e vista para a cidade e litoral. Está provida de tudo e sempre pronta para receber 400 imigrantes. Todo o imigrante que se destinar a qualquer das colônias do Governo terá pousada e alimentação gratuita e bem assim o tratamento em suas enfermidades; e o que não se destinar às colônias e tiver outro qualquer destino poderá ser admitido na hospedaria pagando, antes, no escritório, 5 dias adiantados [...], dando-se-lhe um recibo de talão, que apresentado na hospedaria lhe dará direito à pousada e alimentação, sendo restituído o restante, no caso de que o mesmo não complete os dias que pagou (ALMANAQUE LAEMMERT, 1868, p. 329).

A descrição feita pelo Almanaque Laemmert demonstra que a Hospedaria do Morro da Saúde foi criada com o propósito de acolher os imigrantes em trânsito, que tinham como destino as colônias do Estado. A instituição aceitava outros tipos de imigrantes, porém o governo imperial não se comprometia com a gratuidade dos serviços prestados a eles, devendo cada um custear a sua própria estadia. O valor pago por estes imigrantes deveria ser revertido na manutenção do estabelecimento, pois, a adoção de um sistema similar ao de Castle Garden trazia transtornos para os cofres públicos. Ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, nesse período não existia no Brasil uma corrente imigratória significativa, à exceção dos portugueses. Em geral, os imigrantes de outras nacionalidades só obtinham informações sobre o país após a sua chegada. Quando tomavam conhecimento sobre as colônias e finalmente resolviam partir, precisavam aguardar a chegada do navio que os conduziriam até o seu destino final. Desse modo, Cunha Galvão defendia um sistema de recepção capaz de hospedar e alimentar todos os imigrantes que pretendessem seguir em direção aos núcleos coloniais do governo, ainda que isto exigisse onerosos gastos públicos (GALVÃO, 1867, p. 16).

Em 1868, as despesas com os serviços imigratórios se elevaram ainda mais em virtude de graves epidemias de febre amarela que assolaram a capital do Império, atingindo vários imigrantes alojados na Hospedaria do Morro da Saúde.

3. Considerações Finais

A partir de 1868, a febre voltou a aterrorizar a cidade do Rio de Janeiro em todos os verões, com maior ou menor intensidade, provocando diversos surtos até finalmente ser

erradicada no começo do século XX, pelas campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz. Esse quadro epidêmico garantiu a capital do Império a fama de "túmulo dos estrangeiros" (TAUNAY, 1877, p. 2), devido ao elevado índice de mortalidade entre os imigrantes, e promoveu campanhas anti-imigratórias para o Brasil.

No ano de 1876, um novo e violento surto de febre amarela atingiu a cidade do Rio de Janeiro. Para evitar uma maior propagação da doença a Inspetoria Geral de Terras e Colonização[13] ordenou que, durante a estação calmosa, os imigrantes alojados na hospedaria, bem como todos os outros que chegassem à cidade do Rio de Janeiro, deveriam ser removidos para "pontos bem reputados por suas condições de salubridade" (ALMEIDA, 1876, p. 403).

Com o fim da epidemia de febre amarela, os serviços de recepção e hospedagem dos imigrantes voltaram a funcionar normalmente, após a reabertura da Hospedaria do Morro da Saúde. O estabelecimento funcionou sob a responsabilidade do governo imperial até o ano de 1879, quando foi entregue por meio de um contrato a Cardoso de Albuquerque & Cia. Em 1881, as atividades da hospedaria foram definitivamente encerradas sob o argumento de que em épocas de epidemia exigiam "conveniências da saúde pública o recolhimento dos imigrantes recém-chegados à localidade".

Com o fim do "Castle Garden do Rio", o governo imperial autorizou a

> construção de um edifício adequado a recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 30.000 indivíduos, e organização de um serviço de informação, locação e venda de terras que habilitasse o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo (SARAIVA, 1881, p. 208).

Para este fim, em 16 de janeiro de 1883, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas adquiriu, pelo valor de 170 contos de réis, a Ilha das Flores e duas contíguas, pertencentes ao senador José Ignácio Silveira da Motta.

A escolha da Ilha das Flores para a instalação de uma hospedaria de imigrantes seguiu a mesma lógica da Ilha do Bom Jesus: manter os imigrantes recém-chegados afastados da população da cidade do Rio de Janeiro e das suas constantes epidemias de febre amarela. O breve período livre do mal amarílico havia passado. O elevado índice de mortalidade entre a população imigrante devido à febre amarela causava temor e afastava os estrangeiros, tornando-

[13] Em 1876, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração e colonização. A Agência Oficial de Colonização e a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas foram extintas, e suas atribuições, transferidas para a recém-criada Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Cabia-lhe "desde o transporte marítimo e por terra até a alimentação, socorros médicos, e o mais que se fazia mister ao recebimento e agasalho de milhares de imigrantes, tudo foi prevenido com boa ordem, economia e a contento dos internados". (ALMEIDA, 1877, p. 404).

se um obstáculo aos interesses nacionais em incentivar a imigração. A ideia de construir um espaço afastado da área urbana do Rio de Janeiro para registrar, controlar e encaminhar os imigrantes recém-chegados esteve, portanto, diretamente relacionada ao estado sanitário da "cidade febril".

A Ilha das Flores tornou-se uma opção viável para o estabelecimento de uma hospedaria de imigrantes, primeiramente, devido a sua salubridade, mas também por estar situada em São Gonçalo, a curta distância do Porto do Rio de Janeiro e próxima de águas navegáveis e de estradas férreas. Por se tratar de uma ilha, os estrangeiros ali recolhidos não teriam contato direto com a Corte, evitando assim a precária condição sanitária da cidade.

Referências

ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado na primeira sessão da décima sexta Assembleia Geral Legislativa pelo do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

CINTRA, José de Cupertino Coelho. Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização. In: ALMEIDA, João Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado na primeira sessão da décima sexta Assembleia Geral Legislativa pelo do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, anexo A23, 1877.

D'AVILA, Henrique Francisco. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.

GALVÃO, Ignácio da Cunha. Relatório do Agente Oficial de Colonização. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, anexo AQ, 1867.

LIMA, Pedro de Araújo. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

PEREIRA FILHO, João de Almeida. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.

SARAIVA, José Antônio. *Relatório apresentado na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881.

SINIMBÚ, Lins Vieira Cansansão de. *Relatório apresentado na primeira sessão da décima sétima Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1878.
SINIMBÚ, Lins Vieira Cansansão de. *Relatório apresentado na segunda sessão da décima sétima Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1879.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Relatório da Junta Central de Higiene Pública. In: José Bento da Cunha FIGUEIREDO. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anexo F, 1877.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos mosquitos aos micróbios. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Editora UFRJ, 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

CAMPOS, Pedro Moacyr. *As relações do Brasil com a Alemanha durante o Segundo Reinado.* Revista de História. São Paulo, v. 39, n. 79, p. 155-174, 1969.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para efetivação das políticas imigratórias (1883-1907).* Rio de Janeiro: PPGHS/UERJ, Dissertação de Mestrado, 2015.

COSTA, Milton Carlos. *Visões políticas do Império: diplomatas belgas no Brasil (1834-1864).* São Paulo: Annablume, 2011.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. IV(1): 75-95, mar-jun. 1997.

FONSECA, Odemiro. *Por acaso de por sagacidade. Contos sobre famílias descobridoras de oportunidade.* São Paulo: Resposta Editorial, 2020.

FONSECA, Thiago Vinicius Mantuano da. A região portuária do Rio de Janeiro no século XIX: aspectos demográficos e sociais. *Almanack*, Guarulhos, n. 21, p. 166-204, abr. 2019.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo.* São Paulo: Alameda, 2012.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. *Entre trabalhadores imigrantes e nacionais: Tavares Bastos e seu projeto para a nação.* Niterói: PPGHS/UFF, 2007. Dissertação de Mestrado.

IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento.* Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IOTTI, Luiza (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no século XIX*. S/l. Mimeo, 2008.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, jan.- mar. 2019, p.15-32.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedaria das Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História* (São Paulo. Online), v. 33, p. 234- 253, 2014.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. Estado, empresas e sociedades beneméritas: alguns espaços privilegiados das práticas políticas em meados do século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, jul. 2011.

SANTOS, Victor da Costa. "*As ordens necessárias para o agasalho e sustento dessa gente": Hospedagem e recepção de imigrantes na província e na Corte do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX (1850-1889).* Rio de Janeiro: PPGHCS/COC, 2020. Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, David Gueiros. O problema do direito civil do imigrante e a queda do gabinete de Olinda – 1866. *Revista de Informação Legislativa.* Brasília, p. 153-160, out/dez. 1974.

Imaginário e representação para a análise de charges sobre o Japão e a imigração japonesa no Brasil

Marília Luíza Ramos da Cruz[1]
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista da CAPES

Imaginário e representação dentro da história cultural

O autor Roger Chartier[2] indica que a História Cultural francesa sofreu diversas críticas durante as décadas de 1960 e 1970. Através de sua dupla vertente de história das mentalidades e história serial ou quantitativa, seu espaço de dominação institucional encontrou-se ameaçado pelas novas disciplinas, entre elas a linguística, psicologia e etnologia. Tal desafio lançado à história assumiu diversas formas, que em seu conjunto colocaram em questão seus objetos. ‘‘Desviando a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações e suas certezas metodológicas consideradas mal fundadas quando confrontradas com as novas exigências teóricas’’[3].

Dessa forma, a história respondeu ao desafio através de uma renovação[4] de forma dupla, onde ocorreu a captação de novos objetos e o não abandono aos postulados da História Social. Através de um retorno maciço a inspirações dos primeiros *Annales* da década de 1930, o estudo dos utensílios mentais ou História das Mentalidades, também chamada de Psicologia Histórica, se construía como um domínio de pesquisa distinto da ‘‘velha história das ideias’’ e das conjunturas e estruturas.

Neste sentido, o foco nas hierarquias das relações e certezas metodológicas foi abrindo espaço para a subjetividade. A admissão da subjetvidade dentro da História permitiu que conceitos como representação e imaginário fossem construídos, conforme Márcia Janete Espig[5]. Definir o conceito de imaginário não é algo simples, pois envolve notória polissemia e extensas discussões sobre o próprio imaginário. Entretanto, Espig[6] apresenta a relação entre ‘‘imaginário’’ e ‘‘representação’’ através das propostas de Bronislaw Baczko. É importante destacar que os dois conceitos não são algo único, apesar das diversas relações.

[1] Mestranda do PPGHS UERJ-FFP/ e-mail: ramosmarlia@gmail.com
[2] CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988 (Introdução). p. 13 – 28.
[3] Ibidem, p. 14.
[4] CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. p. 174.
[5] ESPIG, Márcia Janet. “O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilizaçãopela História”. **Revista Textura**, Canoas, n.9, novembro 2003 a junho 2004. p. 49-50.
[6] Ibidem, p. 51.

‘‘Será o conjunto de representações, segundo Baczko, que distinguirá o termo imaginário. O qualificativo social, empregado por este autor, remeterá o conceito ao conjunto da população, ou pelo menos a um grupo específico no interior de determinada população’’[7]. Baczko aponta que a terminologia[8] particular das palavras ‘‘imaginação’’ e ‘‘imaginário’’ se referem a um elemento fundamental da consciência humana, logo se torna impossível definí-los com precisão.

O imaginário social é um instrumento para uma coletividade elaborar a representação de si mesma, definir a distribuição dos papéis e hierarquias sociais. O imaginário social[9] é apresentado como uma peça efetiva e eficaz dos dispositivos de controle da vida coletiva. Principalmente relacionado ao poder, o imaginário pertence ao lugar dos conflitos sociais. ‘‘En la mayor parte de las representaciones colectivas no se trata de una representación única, sino de una representación elegida más o menos arbitrariamente para significar otras y para impulsar prácticas’’[10].

Para Roger Chartier[11], as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade, são determinadas por interesses do grupo que as criam. As percepções do social não são discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas que impõem uma autoridade. Assim sendo, Chartier investiga as representações através da suposição de que estão sempre colocadas em um campo de concorrências e competições, onde existem fortes relações de poder e dominação. Para o autor, as lutas de representações não apresentam inferioridade em relação as lutas econômicas para compreenção dos mecanismos de imposição e dominação, algo que se afasta da ‘‘história de vistas curtas’’.

Francismar Alex Lopes de Carvalho[12] indica que as proposições de Chartier que envolvem o conceito de representação sofreram diversas críticas, incluindo a do historiador Ciro Flamarion Cardoso. Nos textos da década de 1980, Ciro F. Cardoso compreendeu que Chartier apresentava ideias radicalmente pós-modernas e uma ambiguidade de recuo a posições teóricas irreconciliáveis. Entretanto, como demonstra Francismar Carvalho, Chartier foi influenciado por diversos autores, incluindo Pierre de Bourdieu.

---

[7] Ibidem, p. 52.
[8] BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzascoletivas**. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1991. p. 27.
[9] Ibidem, p. 28.
[10] Ibidem, p. 21.
[11] CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988 (Introdução). p. 17.
[12] CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier”. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá**, vol. 9, núm. 1, 2005. p. 149.

> Desse modo, Chartier incorpora de Bourdieu várias problemáticas relacionadas às representações. As lutas de representações nas quais existem imposições e lutas pelo monopólio da visão legítima do mundo social; a violência simbólica que depende do consentimento (arbitrário) de quem a sofre; o ser-percebido dos indivíduos e grupos sociais, firmemente arraigados nas determinações sociais de produção e de classe – todas essas problemáticas indicam que o conceito de representações coletivas tem muito pouco a ver com noções pós-modernas de que o real não existe, a não ser na linguagem[13].

Através de Bourdieu (1998) e Francisco Falcon (2000), Francismar A. L. de Carvalho[14] indica que as representações não se opõem ao real, mas se constituem por diversas determinações sociais para tornarem-se matrizes de classificação do próprio mundo social, do próprio real. Dessa forma, as representações como forças reguladoras da vida coletiva e do exercício do poder, permeadas pelo que podemos associar ao poder simbólico[15], permitem o diálogo com diversos autores.

Stuart Hall[16] demonstra que o conceito de representação passou a ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura. A representação consiste em uma conexão entre sentido, linguagem e cultura. Assim, a representação é uma parte essencial do processo em que significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Utilizaremos principalmente a abordagem semiótica[17], em que a linguagem assume um sentido amplo e inclusivo (sistema escrito, falado, imagens) e os objetos funcionam como significantes na produção do sentido.

Representações pictóricas: as charges

A palavra pictórico[18] está relacionada com pinturas, imagens ou desenhos, algo que é construído e representado de forma visual. Ernst Hans Gombrich[19] afirma que as descobertas artísticas não são sobre semelhanças, mas sim equivalências que nos permitem enxergar a realidade em termos de uma imagem e uma imagem nos termos da realidade. Logo, a equivalência repousa principalmente na identidade das reações a certos parentescos da imagem.

[13] Ibidem, p. 151.
[14] Ibidem, p. 151-152.
[15] BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
[16] HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
[17] Ibidem, p. 33-38.
[18] <https://www.lexico.pt/pictorico/> acesso 18.06.2021
[19] GOMBRICH, Ernst Hans. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. WMF Martins Fontes, 2007. p. 367.

Stuart Hall[20] afirma que as imagens e signos visuais, mesmo que semelhantes ao que fazem referência, possuem o caráter de signos. Eles carregam sentidos, logo necessitam de interpretação. Através dos sistemas de representação baseados em conceitos e linguagem, é possível desvendar os sentidos da linguagem visual, formada por *icônicos*. Em suas formas, as imagens carregam semelhança com o que representam.

Alberto Manguel[21] indica que as imagens que formam nosso mundo são símbolos, sinais, mensagens e alegorias. As pinturas, desenhos, esculturas, fotografias e projetos arquitetônicos devem ser examinados como narrativas embrionárias. Formalmente, as narrativas existem no tempo e as imagens no espaço. Nas charges observamos em traços simples várias características que evidenciam os personagens representados, lugares, culturas, etc. O mais importante nas charges não é a beleza ou qualidade estética, mas sim a transmissão de narrativas e críticas.

Rozinaldo Antônio Miani[22] define as charges como representações humorísticas, caricaturais e de caráter político, que satirizam um fato específico. Como uma modalidade das linguagens iconográficas, as charges estão predominantemente vinculadas à imprensa e objetivam ilustrar ou apresentar através de sátira, uma crítica sobre determinado acontecimento.

Geralmente a charge é esquecida assim que o acontecimento que representa é apagado da memória individual ou social. Entretanto, ela permanece na memória histórica e se transforma em fonte.

Encontramos diversas charges nas revistas ilustadas brasileiras que circularam durante a primeira metade do século XX. Seu surgimento acompanhou uma sensível modificação no processo de transmissão das informações, o que levou a formação de uma opinião pública, algo que possui relação com o imaginário. As revistas ilustradas eram destinadas ao grande público e operacionalizavam a ideia de modernidade, uma de suas principais características era apresentar aos leitores as novas coordenadas de espaço e tempo, como afirma Mônica Pimenta Velloso[23].

Sérgio Lamarão[24] cita que o Rio de Janeiro, como antiga cidade colonial, abriu espaço para ‘‘uma Paris nos trópicos’’, através de um projeto modernizador. Eram diversas as revistas

[20] HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. p. 39.
[21] MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Editora Companhia das Letras, 2001. p. 15-35.
[22] MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte (São Paulo)**, v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012. p. 38.
[23] VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. História e Imprensa. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
[24] LAMARÃO, Sergio. As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, p. 129, 2012. p. 132.

ilustradas que pertenciam a linha humorística e possuíam ampla circulação e influência. Analisaremos no presente trabalho as revistas O Malho, Fon-Fon!, Careta e Revista da Semana.

Seguimos a ideia que o Japão e os imigrantes japoneses foram representados nas revistas ilustradas de forma dual. A proposta de dualidade baseia-se na construção de duas imagens do Japão: uma feminina permeada pelo exostismo[25], japonismo[26] e submissão; e a outra masculina, associada ao Japão guerreiro, os avanços imperialistas e ao ‘‘perigo amarelo’’[27]. Os naturais do ‘‘país das cerejeiras’’ foram alvos de discursos negativos principalmente por pertencerem a ‘‘raça amarela’’, mas também positivos baseados na admiração de sua cultura e rápido avanço político e militar.

> Daí a necessidade de a imagem do imigrante japonês no Brasil ser avaliada sob diferentes formas de representação que lhe foram outorgadas desde o final do XIX, quando as elites agrárias procuravam substitutos para a mão-de-obra escrava. Sua identidade de cidadão desejável ou indesejável – por sua raça, cultura, moral ou religião – foi sempre construída pela diferença em relação ao ‘‘outro’’. Dependendo dos interesses em questão, o japonês foi visto como estrangeiro inassimilável, atrasado, grosseiro ou então, como o súdito de uma nação imperialista e poderosa.[28]

Selecionamos um pequeno conjunto de charges que tratam de diferentes representações relacionados ao Japão ou a imigração japonesa. Através principalmente das oposições desejável/indesejável e feminino/masculino, a imigração japonesa foi permeada por essa dualidade representativa. O imaginário dos leitores das revistas ilustradas esteve sujeito a estas diferentes representações, construídas no sentido de propagar críticas, exaltações, curiosidades, propagandas, etc.

---

[25] ‘‘Indica que se trata, no tanto de una valoración del otro, como de una crítica de uno mismo, y no tanto de la descripción de una realidade, como de la formulación de un ideal (TODOROV, 1993, p. 305).’’

[26]‘‘A construção imaginária do Japão pelos brasileiros se deu por duas vias. A primeira delas, emblematizada pelo movimento conhecido como japonismo, tinha suas raízes na Europa e apresentava o “país das cerejeiras” não só como localizado num outro espaço geográfico, mas também situado em outro tempo histórico, sendo a vida japonesa sintetizada pelos olhos ocidentais como pautada pela tradição, pelos cerimoniais complexos, pela harmonia nos relacionamentos sociais e por uma sensibilidade altamente apurada. Foi devido a estas representações que se tornou moda entre a burguesia ocidental o consumo de japonneries, isto é, elementos da cultura material nipônica, como pinturas, mobiliária e indumentária, particularmente o quimono (BERTOLLI, 2016, p. 5.)’’

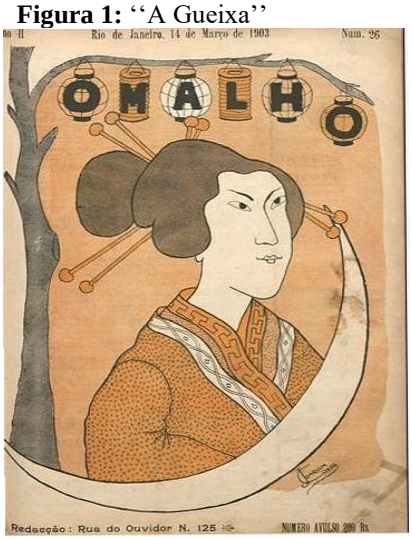
[27] ‘‘Denominação usada pela primeira vez na Europa pelo Kaiser Guilherme II da Alemanha ao “advertir” os russos sobre a expansão nipônica pela Ásia (DEZEM, 2005, p. 5)’’. O termo possuía relação com o receio pelas conquistas militares japonesas e a questão racial, pois os japoneses não eram ideais para as políticas de branqueamento no Brasil.

[28] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A biotipia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Editora da USP**, p. 63-96, 2010. p. 66.

Alguns aspectos sobre a imigração japonesa presentes nas revistas ilustradas

A revista ilustrada O Malho[29] circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1954. Com publicações semanais, ficou famosa por suas charges e caricaturas que ironizavam o cenário político. Seu fundador e diretor foi Crispim do Amaral, justamente com Luís Bartolomeu de Sousa e Silva. A revista reuniu o maior número de desenhistas de sua época, como Calixto Cordeiro, Raul, Ângelo Agostini, entre outros. A primeira alusão ao Japão publicada na revista foi a charge ‘‘a gueixa’’[30], capa da edição de 14 de março de 1903.

Figura 1: ‘‘A Gueixa’’



Fonte: ‘‘A Gueixa’’, desenho de Joaquim Cunha. O Malho. Rio de Janeiro, n.26, 14.03.1903.
(Capa). BN-RJ.

A primeira relação formalmente estabelecida entre o Brasil e o Japão ocorreu com o Tratado de Amizade e Comércio, em 5 de novembro de 1895. Entretanto, naquela época pouco ainda se sabia sobre o país da cerejeiras. Ao passo que os japoneses eram enxergados como racialmente inferiores[31] aos projetos de imigração brasileiros influenciados por teorias eugenistas, ocorreu uma admiração pela cultura oriental tão distante e diferenciada.

As primeiras representações, baseadas em curiosidades sobre a cultura japonesa, se preocupavam em reforçar a ideia do Japão como um local distante, diferente e interessante.

[29] <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o> acesso em 21.10.2021.
[30] DEZEM, R. Matizes do ‘‘Amarelo’’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 251.
[31] ‘‘Segmentos da intelectualidade brasileira, dentre os quais renomados intelectuais, médicos e psiquiatras eugenistas, somaram forças com as elites agrárias ao favorecer o ingresso do imigrante branco, ocidental e católico (CARNEIRO, 2010, p. 64)’’.

Encontramos neste sentido um aspecto de dualidade. Ao passo que os japoneses não eram desejáveis como imigrantes, eram também interessantes e curiosos. A partir desse exotismo, observamos diversas propagandas de produtos japoneses, como quimonos, leques, perfumes, etc. Foi criada uma verdadeira ‘‘moda do Japão’’, onde membros da elite carioca são apresentados nas revistas ilustradas vestidos ‘‘à japoneza’’[32]. ‘’Enfim, esse conjunto de elementos estéticos sintetizam a visão de um Japão ‘‘ainda feminino’’[33].

> A novidade do ingresso do Japão no rol das nações amigas, o acesso do olhar a esse país misterioso, nebuloso, a constatação de que o período de reclusão voluntária não impedira o desenvolvimento de uma cultura própria, diferente e, mais que tudo, insólita e refinada, e não primitiva como se esperava de um povo conservado à margem da transformação industrial européia e norte-americana, despertaram no Ocidente uma curiosidade voraz por tudo que se rotulasse japonês. E a cada aspecto da sociedade nipônica revelado, maior se tornava o entusiasmo pelo Japão, de maneira que o País do Sol Nascente transformou-se na ‘grande descoberta’ da segunda metade do século XIX e do começo do século XX.[34]

O início da imigração japonesa para o Brasil é associado a chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos-SP, em 18 de junho de 1908. Atualmente já temos dentro da bibliografia a informação[35] de que antes do Kasato Maru, o Rio de Janeiro já havia recebido pioneiros japoneses, algo que geralmente é ignorado pela maior parte dos trabalhos sobre a temática. A charge abaixo intitulada ‘’Immigração japoneza no Estado do Rio’’ representa o acordo firmado entre a Companhia Imperial de Emigração e o presidente do estado do Rio de Janeiro, Alfredo Backer. Tal acordo resultou na primeira colônia de imigração japonesa do país, localizada na na Fazenda Santo Antônio, situada em São Francisco de Paula, Macaé, a 200 km da cidade do Rio de Janeiro’’[36].

[32] TAKEUCHI, Marcia Yumi. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Edusp, p. 26.
[33] DEZEM, R. Matizes do ‘’Amarelo’’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 259.
[34] Dantas, 1984, p. 20; Livak, 1986, p. 109-114 apud KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998. p. 78.
[35] (MARTINS et al, 2010); (SHIKADA, 2008).
[36] NETO, Marcionilo Euro Carlos. a imigração japonesa no estado do rio de janeiro: história, colonização e o ensino de japonês. **Anais do VI SAPPIL-Estudos de Linguagem**, p. 354-369, 2015. p. 356.

Figura 2: A imigração japoneza no Estado do Rio

Fonte: A imigração japoneza no Estado do Rio. O Malho. Rio de Janeiro, n.0260, 07.09.1907, p. 24. BN-RJ

Em relação a revista ilustrada Fon-Fon![37], ela foi fundada por Jorge Schmidt e publicada entre 1907 e 1958. Schimdt também era editor e proprietário das revistas Kosmos e Careta. A criação de Fon-Fon! objetivou publicações ligeiras e rentáveis, relacionadas fortemente aos valores da modernidade. A revista foi marcada por muitas fotografias, charges, caricaturas e o humor. Inicialmente, seus principais ilustradores foram Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos.

Abaixo observamos uma propaganda do Bazar do Japão. A propaganda consiste em uma mescla entre anúncio e charge. De acordo com o texto que acompanha a charge, é possível concluir que os homens representados são políticos da época, como aponta Takeuchi[38]. Eles estão vestidos ‘‘à japoneza’’, utilizando quimonos, chapéus, leques e sandálias. É destacada a valorização dos produtos e características da cultura japonesa. A charge traz uma associação do Japão com a modernidade, além do objetivo de se repetir no Brasil ‘‘o salto, político e militar-experimentada pelos nipônicos’’[39].

[37] < https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf> acesso 21.10.2021.
38CARNEIRO, M. L. C; TAKEUCHI, M. Y. **Imigrantes japoneses no Brasil**. Trajetórias, imaginários e memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 29.
39Ibidem, p. 30.

Figura 3: Bazar do Japão

Fonte: Bazar do Japão. Fon-Fon! Rio de Janeiro, n. 0012, 20.03.1909, p. 3. BN-RJ.

A charge apresenta um aspecto interessante para considerarmos as oposições masculino/feminino, público/privado[40], gueixa/samurai. Diferentemente das representações femininas voltadas à beleza e decoração do lar, os homens fazem do local de compras também um espaço para discutir seus assuntos diplomáticos. Nas charges, geralmente as representações masculinas do Japão estão voltadas a atividades, negócios, acordos e disputas.

A revista ilustrada Careta[41] esteve em circulação na cidade do Rio de Janeiro entre 1908 e 1960. A revista possuía ‘‘excelente padrão gráfico’’, com capa colorida, amplo uso de ilustrações e fotografias. Possuía um repertório amplo, tratando de assuntos mundanos, crônicas, poesias, opiniões, sátiras, etc. Jorge Schimdt foi seu proprietário-editor e J. Carlos editor e ilustrador. Em 1921 J.Carlos deixou Careta e se dedicou a ilustrações em O Malho, mas retornou em 1935. Outros artistas gráficos que trabalharam na revista foram Belmonte, Malagute, Raul Paderneiras e Theo.

A charge abaixo intitulada ‘‘a invasão’’ foi publicada na revista em 15 de dezembro de 1928. Ela representa Fordlândia, um investimento milionário da empresa Ford *Company* em meio à Floresta Amazônica. Hermes Marques Damansceno Neto[42] indica que o objetivo

[40] Para Bourdieu (2003) a divisão das coisas e atividades se faz segundo a oposição arbitrária entre masculino e feminino, dentro de um sistema de oposições homólogas, como alto/baixo, cima/embaixo/fora(público)/dentro(privado). Isso se reflete no cotidiano e nas próprias representações.
[41] <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>. Acesso em: 24.10.2021.
[42] <file:///C:/Users/Tildz/Downloads/HERMES_MARQUES__Amazonia_VERSAO_FINAL%20(1).pdf> acesso em 26.10.2021.

principal era a exploração do látex, incentivado pelo Governo do Estado do Pará. Existia uma grande estagnação financeira na região, em virtude de uma crise da borracha causada pela produção asiática. O estado do Pará disponibilizou à Ford mais de um milhão de hectares de terras na região do rio Tapajós.

Figura 4: A invasão

Fonte: A invasão. Careta. Rio de Janeiro, n. 1069, 15.12.1928, p. 20. BN-RJ

A charge apresenta uma crítica a atração de imigrantes de diferentes nacionalidades. Podemos observar do lado esquerdo Jeca Tatu, personagem que representa um trabalhador nacional humilhe, analfabeto e descalço. Do lado direito observamos três personagens, que pelas vestimentas e características físicas representam um japonês, um russo e um norte-americano. Reiko Muto[43] aponta que os antecedentes da vinda de imigrantes japoneses para a Amazônia ocorreram na década de 1920. Destacam-se a Amazon Sangyo K.K (Indústrias Amazônia), Amazon Kogyo K.K (Companhia de Desenvolvimento Industrial do Amazonas) e Kaigai Shokumin Gakkoh (Escola de Colonização Ultramarina), como grupos que se lançaram a colonização do Amazonas antes da Segunda Guerra Mundial[44].

Como última charge, apresentaremos a publicada em 19 de junho de 1915 na Revista da Semana. O periódico ilustrado[45] esteve em circulação no Rio de Janeiro entre 1900 e 1959. Fundado por Álvaro Tefé, apresentava variedades como artes, cultura, literatura, moda, etc. Seus principais ilustradores foram Raul Paderneiras, Luís Peixoto, Bambino, Amaro do Amaral, Julião e Correia Dimas. A charge abaixo apresenta duas figuras, uma mulher magra e idosa,

[43] http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2039/1/Dissertacao_JapaoAmazoniaCondicionantes.pdf
[44] Ibidem, p. 122.
[45] http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf

juntamente com uma criança gorducha. Pelo diálogo, podemos concluir que a mulher é a Inglaterra e o Japão a ‘‘criança gulosa’’. As figuras representam dois opostos no quesito experiência.

Figura 5: A ironia, a Caricatura e a Satyra como armas de guerra

Fonte: A ironia, a Caricatura e a Satyra como armas de guerra. Revista da Semana. Rio de Janeiro, n. 0019, 19.06.1915, p. 23. BN-RJ

Célia Sakurai[46] indica que a participação do Japão no conflito foi pequena, porém simbolicamente importante. O Japão tinha como grande objetivo expandir sua influência sobre a China e o Pacífico. Ao final da guerra o Japão conseguiu o controle das ilhas do norte do Pacífico, Marshall, Marianas e Carolinas, que pertenciam a Alemanha.

Considerações finais

Através do que foi brevemente exposto, podemos concluir que as renovações na História Cultural permitiram que conceitos relacionados a subjetividade, como representação e imaginário, fossem utilizados pelos historiadores. Tais conceitos tornaram possível a análise de fontes visuais com maior amplitute. Passaram também a demonstrar suas potencialidades as fontes não convencionais, como as charges. Vinculadas a acontecimentos políticos ou históricos, transmitem mensagens, críticas e aspectos sobre representações coletivas.

Nos traços publicados nas revistas O Malho, Fon-Fon!, Careta e Revista da Semana,

[46] SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007. p. 167-182.

demonstramos que em um pequeno conjunto de charges, se fez possível observar algumas características sobre as representações do Japão e a imigração japonesa. Alguns acontecimentos, como a influência do japonismo, pioneirismo do estado do Rio de Janeiro para a entrada de imigrantes japoneses no país, a empreitada de Fordlândia e atuação do Japão na Primeira Guerra Mundial, como uma jovem potência ‘‘gulosa’’ por conquistas. Além disso, devemos também apontar os estereótipos, destacando-se os polos gueixa e samurai.

Referências

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzascoletivas**. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

CARNEIRO, M. L. C; TAKEUCHI, M. Y. **Imigrantes japoneses no Brasil**. Trajetórias, imaginários e memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier”. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá**, vol. 9, núm. 1, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 1988 (Introdução).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. p. 174.

Dantas, 1984, p. 20; Livak, 1986, p. 109-114 apud KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. Estação Liberdade, 1998. p. 78.

DEZEM, R. Matizes do ‘’Amarelo’’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005.

DEZEM, R. Matizes do ‘’Amarelo’’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005.

ESPIG, Márcia Janet. “O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História”. **Revista Textura**, Canoas, n.9, novembro 2003 a junho 2004.

GOMBRICH, Ernst Hans. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. WMF Martins Fontes, 2007.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. Editora Companhia das Letras, 2001.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte (São Paulo)**, v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012.

MUTO, Reiko et al. O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009). 2010.

NETO, Hermes Marques Damasceno. AMAZÔNIA, BORRACHA E IMIGRAÇÃO: O CASO FORDLÂNDIA:(1925-1945). 2019.

NETO, Marcionilo Euro Carlos. a imigração japonesa no estado do rio de janeiro: história, colonização e o ensino

de japonês. **Anais do VI SAPPIL-Estudos de Linguagem**, p. 354-369, 2015. p. 356.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. O Império do Sol Nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: **Imigrantes japoneses no Brasil**. Trajetórias, imaginários e memória. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. História e Imprensa. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Imigração Europeia para o Sul da província da Bahia: a Colônia Leopoldina entre o Trabalho Livre e o Trabalho Escravo (1818-1888)

Ramom Pereira de Jesus Moreira[1]
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

O texto busca discutir a respeito da concessão de terras a imigrantes europeus não portugueses a partir de 1808 como fruto de uma política que buscava o povoamento das áreas com pouca ou nenhuma habitação, intencionando além disso novas relações de trabalho que se diferenciasse do modelo até então vigente na colônia. Discutiremos especialmente a formação da Colônia Leopoldina situada entre a comarca de Caravelas e a Vila Viçosa pertencentes a antiga Capitania de Porto Seguro, analisaremos especialmente os elementos que fizeram desta colônia composta por suíços e alemães uma importante zona agrícola.

O destaque atribuído as fazendas da Colônia Leopoldina no Sul da província da Bahia, leva-nos a suscitar alguns questionamentos, uma vez que trata-se de uma região distante do centro de Salvador e que diferentemente do que acontecia em outras regiões da província a escravaria da referida colônia passava por um aumento significativo nos anos sequenciais ao fim do tráfico negreiro por meio do Atlântico em 1850, colocando-a a margem da crise econômica e de mão de obra que sobreveio para muitos proprietários de terras na Bahia ao longo da segunda metade do século XIX, em decorrência principalmente das dificuldades de se obter mão de obra escrava africana.

Os estudos sobre história econômica da Bahia apontam que em muitas áreas da Província a sistemática perda de mão de obra escrava para o tráfico interprovincial a partir de 1850 gerou uma falência econômica principalmente aos pequenos proprietários de terras e escravos, esses estudos contudo privilegiam as regiões do recôncavo baiano ou as áreas mais próximas da cidade de Salvador.

Ao contrário do que vinha acontecendo, no Sul da Província da Bahia, especialmente na Colônia Leopoldina, pudemos observar um crescimento na população cativa, bem como um desenvolvimento econômico fruto da plantação e exportação de café, destinado principalmente para o Rio de Janeiro. A respeito do crescimento da população cativa da referida colônia, nota-

[1] Doutorando em História Social (UERJ/FFP), mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB), graduado em História (UNEB). Bolsista FAPERJ. ramompjmoreira@gmail.com.

se a forte presença da família escrava, entendendo que esta foi uma maneira encontrada pelos colonos europeus de permanecerem tendo braços cativos a disposição dos seus negócios.

A respeito desse incentivo imigratório que aconteceu durante todo o século XIX, para diversas regiões da província da Bahia, importantes trabalhos foram realizados a fim de demostrar, em que ponto essas colônias foram ou não bem sucedidas, e quais elementos caracterizam a formação desses núcleos nas diversas regiões, nas quais elas se estabeleceram, temos por exemplo os estudos desenvolvidos por Lyra (1982), Carmo (2010) e Jones (2014), onde buscam destacar o pioneirismo baiano nas políticas de incentivo ao projeto imigratório durante todo o período oitocentista, analisando os aspectos que favoreceram o crescimento de algumas colônias em detrimento de outras.

A pesquisa parte de uma abordagem da História social, a partir disso buscaremos os diálogos entre a História social, História econômica e demográfica na análise das fontes documentais dispostas no Arquivo Público da Bahia, bem como livros batismais dispostos na Diocese Teixeira de Freitas-Caravelas.

I. Colônias Estrangeiras no Brasil Oitocentista

Abre-se o século XIX e com ele uma série de modificações no que diz respeito a organização e administração do Brasil, ainda na condição de colônia portuguesa. Essas modificações tornaram-se ainda mais sistemáticas com a transmigração da família real portuguesa bem como de uma elite palaciana em 1808, a essa altura a colônia passa a se caracterizar como sede do governo metropolitano.

A partir deste período reforçou-se um dos antigos desejos da coroa portuguesa, que dizia respeito a ocupação dos espaços com pouco ou nenhum povoamento, neste sentido buscou-se a retomada de antigas práticas de incentivo colonizador, como a doação de lotes de terras em sesmarias, buscando com isso aquecer o processo de ocupação territorial ao mesmo tempo que a coroa portuguesa se resguardava dos custos com essa empreitada.

Como resultado desse desejo e fruto da política joanina de ocupação territorial decretou-se em 25 de Novembro de 1808 um documento que garantia a doação de terras em sesmarias para imigrantes europeus.

> **DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808**
> Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais

> ordens se concedem aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.[2]

Fica evidente que o decreto de 25 de Novembro de 1808, retomava uma antiga prática da coroa portuguesa, que havia sido adotada ainda no início da colonização de suas terras conquistadas na América. "Deve-se esclarecer que esta solução de doar capitanias já era um comportamento antigo dos reis portugueses, conforme a ocupação das ilhas oceânicas, também tentada em Angola" (TAVARES, 2001, p. 81). Evidencia-se portanto que estas medidas adotadas pelo rei de Portugal, não foram tendências exclusivas da colônia do Brasil, no entanto o que nos parece é que essas práticas, dinamizavam e diferenciavam-se em tempos e espaços distintos. "O sistema de donatarias foi utilizado ao longo da experiência colonial portuguesa como um recurso para a colonização de regiões em que o Estado monárquico não possuía condições de povoar e beneficiar diretamente" (CANCELA, 2012, p. 98).

No tocante ao decreto assinado por D. João VI percebe-se uma série de modificações no que diz respeito a política de doações de terras, o que antes era algo restrito aos colonos portugueses vassalos do rei, agora estendia-se a imigrantes europeus de outras nacionalidades. Neste sentido, estrangeiros residentes no Brasil além de poderem ser beneficiados com doações de terras poderiam trazer mais imigrantes para que o projeto de colonização fosse executado.

É nítido que um dos maiores anseios do governo português ao permitir a doação de terras para imigrantes europeus era que estes pudessem instalar aqui suas industrias, tendo em vista que a economia brasileira ainda no século XIX tinha como base a agricultura pautada no trabalho escravo, o que implicava diretamente com os acordos estabelecidos com a Inglaterra. Para tanto, aos colonos estrangeiros estava vedado o uso de mão de obra escrava de qualquer natureza em suas lavouras, devendo essas estarem voltadas para o abastecimento das cidades e vilas com itens de subsistência.

Neste contexto, temos o sul da província da Bahia, pertencente a antiga capitania de Porto Seguro, que durante a primeira metade do século XIX foi foco de um projeto imigratório, fruto das políticas joaninas, que a partir do decreto assinado em 25 de Novembro de 1808, concedia lotes de terra em sesmarias a imigrantes europeus de diversas nacionalidades. "No contexto do Brasil imperial ainda na primeira metade do século XIX, as colônias agrícolas da Bahia seguiam o modelo adotado pela política joanina, que consistia em ocupar os "vazios" do território" (JONES, 2014, p. 21).

[2] Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166. Grifo nosso.

Percebe-se o pioneirismo da província da Bahia no que diz respeito ao incremento e incentivo desse processo de colonização, a partir de um levantamento feito por Cleiton Jones (2014) estima-se que entre 1816-1898 tenham sido formadas na província cerca de 15 colônias agrícolas, dentre eles algumas compostas apenas por imigrantes europeus, algumas por nacionais e outras de composição mista, além da presença de colônias militares.

Jorge Lyra (1982) aponta que o processo de formação de colônias agrícolas na província da Bahia deu-se a partir de três fases, como verifica-se na tabela 1.

Tabela 1: Formação de colônias na província da Bahia 1818-1873[3]

Período	Tipo de colonização
1818 a 1828	Colonização estrangeira
1857 a 1870	Colonização nacional
1873	Retorno da colonização estrangeira

Neste sentido cabe-nos questionar os motivos pelos quais o governo provincial da Bahia apostou no projeto imigratória ao longo do século XIX, ainda que de imediato a formação das colônias agrícolas sejam elas compostas por europeus, nacionais ou mistas não atenderam – pelo menos não em sua totalidade - diretamente aos interesses do governo imperial, que buscavam o aumento populacional nas áreas não habitadas, bem como a esperada transformação das relações de trabalho que fossem capazes de superar os modelos já estabelecidos, não veio de fato acontecer.

> No caso do Brasil a vinda de imigrantes relacionou-se a diversas questões como a ocupação de porções desabitadas do território, a substituição da mão de obra escrava embargada com o fim do tráfico atlântico e, mais tarde, com a abolição e a formação de uma classe de trabalhadores livres e moralizados, sustentado nas ideias de modernização e progresso dominantes (JONES, 2014, p. 10).

A partir destas prerrogativas elucidadas por Cleiton Jones (2014) entende-se os motivos pelos quais a Bahia buscou ao longo de todo esse período enquadra-se naquilo que o autor chamou de “ideias de modernização”. Outros dois fatores que podem justificar o pioneirismo baiano são: A mudança da capital do império, deixando de ser Salvador e passando ser o Rio

[3] LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982, p. 9.

de Janeiro e mais adiante com o fim do tráfico Atlântico em 1850 e o advento do tráfico interprovincial de cativos tonou-se cada vez mais difícil a manutenção da escravaria em zonas não dedicadas a grande lavoura, neste sentido tem-se uma saída muito grande de cativos de diversas regiões da Bahia para abastecerem as plantações de café, principalmente para o Sudeste. “Para a formação dessas colônias, o governo central além de ceder gratuitamente as terras onde se assentariam, contribuía também para o pagamento de passagens e diárias para os colonos recém-chegados” (LYRA, 1982, p. 18).

A primeira fase de imigração de estrangeiros não portugueses para a província da Bahia, aconteceu durante a primeira metade do século XIX, quando se tem notícias da formação de algumas colônias agrícolas, no entanto foi só a partir de 1818 que se efetivou no Sul da província da Bahia, a formação de uma colônia inteiramente composta por imigrantes europeus. A respeito da formação das colônias, podemos identificá-las a seguir: Almada (1816), São Jorge dos Ilhéus (1822), Leopoldina (1818), Frankental (1821), Rio da Salsa (1818), Santa Januária (1828) (Jones, 2014).

II. A Colônia Leopoldina: composição e o uso de trabalho escravo

De todas as colônias constituídas na primeira metade do século XIX na Província da Bahia, interessa-nos aqui, a formação da Colônia Leopoldina que foi composta principalmente por suíços, alemães e anos depois era integrada também por alguns nacionais. A colônia Leopoldina configurou-se como a experiência de colonização de maior notoriedade na província da Bahia, não só pela longevidade como também pelo seu papel de relativo destaque na economia baiana, devido a produção de café para exportação.

A Colônia Leopoldina, foi constituída na atual Região Extremo Sul da Bahia, nas proximidades da antiga Vila Viçosa e a comarca de Caravelas (Vila Santo Antônio das Caravelas), ambas as vilas integraram até o final do período colonial os domínios da antiga capitania de Porto Seguro. A vila de Caravelas foi elevada à categoria de cidade na primeira metade do século XIX, por intermédio da Lei nº 521, uma vez que a mesma já possuía uma estrutura administrativa que desse conta das demandas locais (MOREIRA, 2014, p. 25). A cidade de Caravelas dedicava-se a produção agrícola de consumo, atuando principalmente na

produção de Farinha. A farinha produzida nesta região também ajudava abastecer em alguma medida a cidade da Bahia[4] e algumas regiões do recôncavo.

Lucelinda Correa (2005), aponta que a princípio a Colônia Leopoldina era composta de apenas três fazendas: Riacho D'Ouro, Pombal e Helvécia [*Helvétia*], cujos proprietários eram de origem suíça e indivíduos que compunham reinos que posteriormente deram origem a atual Alemanha. Segundo Henrique Lyra, a fundação da Colônia Leopoldina foi obra do cônsul hamburguês Peyckr juntamente com os naturalistas George Eilhem Freyreiss e Morhartdt e os suíços Abrão Laughan e David Pache. Também outros imigrantes alemães e suíços residiam e trabalhavam nas terras da colônia "[...] 130 pessoas livres entre estrangeiras e nacionais, e mais de 1.000 escravos" (CORREA, 2005, p. 92). Essas informações podem ser também confirmadas pela carta assinada pelo Doutor em *Philos* e Medicina João Conrado Lang sinalizou que "as plantações que existem no lugar chamado Colônia Leopoldina e que pertencem a estrangeiros nas quais se cultiva o café em braços escravos"[5].

Neste aspecto, é possível aferir que uma das causas que possibilitaram uma maior longevidade da Colônia Leopoldina foi o uso incisivo de trabalhadores negros em estado de escravidão. Ao mesmo tempo que essa ação desrespeitava a prerrogativas estabelecidas no ato das concessões de terra ela garantia uma participação da Bahia na economia cafeeira que encontra-se em franco desenvolvimento no Brasil. Emília Viotti da Costa (1999, p. 308) aponta que no ano de 1948, a população da colônia Leopoldina era de 1.130, sendo desses 1.000 escravos e apenas 130 brancos livres, a autora indica ainda que neste mesmo ano a colônia Leopoldina chegou a exportar cerca de 70.000 arrobas de café. Assim sendo o então presidente da província da Bahia o Sr. João Mauricio Vanderley, em 1855 indicou que:

> Foi fundada em 1818**,** no município de Vila Viçosa à margem do rio Peruhype. Ignora-se o número de colonos que para ali tem entrado desde a época de sua fundação até hoje; mas o seu estado é relativamente florescente. Entretanto não pode ser considerada como uma colônia regular; por quanto na agricultura empregam-se quase exclusivamente braços escravos.[6]

A colônia Leopoldina por algum tempo adequou-se as prerrogativas que haviam sido estabelecidas pelo decreto de 1808, contudo, a agricultura familiar entrou em decadência tendo em vista a ausência de políticas que garantissem um sistemático apoio aos imigrantes vindos

[4] Segundo João José Reis, a cidade da Bahia fazia referência a cidade de Salvador ao longo de todo século XIX ou antes dele. Cf. REIS, João José. Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
[5] Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, Salvador.
[6] Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Maurício Wanderley no dia 1º de março de 1855. Salvador: Tipografia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p. 40.

para a Bahia, além das dificuldades que se tinha em desenvolver nestes espaços empreendimentos de grande escala utilizando apenas mão de obra livre e familiar, estas e algumas outras insatisfações motivaram os colonos europeus a introduzir mão de obra escravizada em suas terras, descaracterizando assim aquilo que foi idealizado para as colônias agrícolas cedidas aos colonos europeus.

Jorge Lyra (1982, p. 26) aponta que a produção de café na colônia Leopoldina correspondia a 60% de toda a produção cafeeira da província da Bahia. Observemos a seguir as proporções que a produção cafeeira da colônia Leopoldina atingiu na primeira metade do século XIX.

Tabela 2: Produção de café da colônia Leopoldina 1836-1853[7]

Ano	**Sacas de 60kg**
1836	6.610
1842	8.570
1848	Entre 16.156 e 17.138
1851	17.138
1853	24.483

Ao analisarmos as informações acerca da produção cafeeira da Colônia Leopoldina entre os anos de 1836 e 1853, é importante destacar que esse crescimento está ligado ao tipo de mão de obra utilizada, se levarmos em consideração que a produção do café em 1853 experimentou um salto de produção em relação aos anos anteriores, mesmo havendo em 1850 a proibição do tráfico de cativos africanos via Atlântico o que em grande medida dificultava a aquisição de novos trabalhadores. No entanto Corrêa (2005) aponta que só a região Sul da Bahia havia absorvido 63% do total de africanos desembarcados na província entre os anos de 1781-1855, sendo a expansão do café besta região a principal motivadora para o consumo de trabalhadores escravizados.

A partir disso, é possível perceber que a região Sul da Bahia encontrava-se intimamente ligada ao tráfico de escravos africanos, especialmente os colonos estrangeiros que integravam a colônia Leopoldina, o que fortalece o entendimento que mesmo após a proibição do tráfico Atlântico de escravos africanos ocorreu um aumento significativo tanto da produção do café,

[7] A tabela foi elaborada a partir dos dados informados em: LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982, p.26.

como também no número da população cativa. O que suscita duas possibilidades: primeira, apesar da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, continuava existindo um tráfico intraprovincial[8] (ocorrida no interior de uma mesma província); a segunda possibilidade é que nas fazendas da colônia Leopoldina, haviam a manutenção e incentivo a formação de núcleos da família escrava, prática bastante adotada por muitos senhores de escravos, para garantir não apenas o crescimento da população cativa sob seu domínio, como também manter um maior controle contra fugas e motins (SLENES, 2011; FLORENTINO e GOÉS, 2017). Neste sentido a formação de família escrava surge como uma das estratégias na obtenção de mão de obra escrava, evidenciando que o tráfico Atlântico não foi a única alternativa que os proprietários de terra recorreram para reforçar o número de trabalhadores escravizados em suas propriedades.

Lyra (1982, p.27) aponta que em 1848 a população escrava estimava-se em 1.267 peças, e que em 1858 esse número quase que duplicou, sendo a população escrava desse período estimada em 2.000. Levando em consideração que a população de escravos da Leopoldina se sobrepunha ao número de colonos livres, e que a sua economia se baseava em produtos de exportação e não para a subsistência, é que uma serie de contestações quanto ao *status* de colônia foram feitas para a referida localidade.

Contrapondo a essa informação Lyra (2016) aponta que a segunda metade do século XIX para a província da Bahia e mais especificamente para as regiões mais distantes do recôncavo e de Salvador, como era o caso das vilas e colônias situadas mais ao Sul da província o clima era de uma intensa crise na produção agrícola, justificada pela dificuldade em manter uma escravaria que fosse eficaz na produção das respectivas culturas.

Conrad (1978) salienta que as queixas no que diz respeito a falta de mão de obra escrava são presentes no Brasil durante todo o período de conservação do sistema escravista, na mesma perspectiva Fernando Novais (1986) indica que a própria dinâmica da escravidão exigiam cada vez mais reposição de mão de obra, tendo em vista as longas jornadas de trabalho, e a corrida na produção agrícola, principalmente nos itens de exportação. A despeito disso, a Colônia Leopoldina ainda se mantinha com uma alta na produção econômica, bem como o número de cativos existentes na localidade era relevante em relação das outras regiões baianas, que a essa época comercializavam os trabalhadores escravizados através do tráfico interno por meio da cabotagem e transportes terrestres.

[8] Cf. Conrad, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 187-207 e Klein, Herbert S. "A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil" In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2), 1987, p.145.

Referências

CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). 2012. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2012.

CARMO, A. F. **Colonização e escravidão na Bahia**: A Colônoa Leopoldina (1850 – 1888). Salvador: Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1899**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento: A colônia de Leopoldina. **GEOgraphia** – Ano 7. Nº 13, 2005. pp. 87-111.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. – 7º ed. – São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CUNHA, Jorge Luiz da. A colônia de São Leopoldo: A primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**. Ivoti. V. 5. N. 2. p. 37-43. julho/dezembro. 2017.

JONES, Cleiton Melo. **"Vem aí a imigração"**: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 2014.

LIMA FILHO, Valney Mascarenhas de. Comércio de cabotagem e tráfico interno de escravos em Salvador (1830-1880). **Cantareira**, 32ª ed. Jan-Jun, 2020

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias** – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 1982.

_____. A "crise" de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850 – 1889. In: CARRARA, A. A; DIAS, M. H. (orgs). **Um lugar na História**: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2016. pp. 233-305.

MOREIRA, Uerisleda Alencar. **Laços afetivos e familiares**: relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840-1860. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2014.

NOVAIS, Fernando. **Estruturas e dinâmica do antigo sistema colonial –séculos XVI-XVIII**. 4. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.

OBERACKER Jr. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira:** o Brasil monárquico, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Caminhos e descaminhos da abolição**: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese (Doutorado em História Social). Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Criminalidade, resistência escrava e abolicionismo na colônia Leopoldina, Bahia (1889-1888). **Revista de História Regional** 21(1): 83-109, 2016.

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Corrig. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

Os Portugueses na Ilha das Flores (1920-1930)

Wanderson Silva Bonifácio Junior
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ
Bolsista da CAPES

Cadeias migratórias e noção de redes

O conceito de cadeias migratórias teve sua formulação clássica pelos MacDonald's, que definem o conceito como:

> o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores.[1]

Esta formulação foi usada para pensar a imigração italiana nos Estados unidos e a formação dos bairros étnicos, como as *Little Italy*[2], este conceito viria a competir com as interpretações puramente estruturalistas, do *push and pull*[3] que viam as variações dos fluxos migratórios como uma relação puramente de causa e consequência com a economia, no qual as taxas de emigração reagiriam aos fatores estruturais de atração e retração.

A formulação clássica vai sofrer algumas críticas na sua definição e aplicabilidade. Robert Harney tece as críticas ao conceito e a maneira como foi aplicado, ao expor que os MacDonald's ao estudar os bairros étnicos nos Estados Unidos, os mesmos em sua análise não levavam em conta as relações de classe, mais especificamente a exploração proveniente destas relações sociais[4]. Para Devoto, as críticas ao conceito se inserem de outra maneira, destacaremos duas, que julgamos centrais. A primeira, é a contraposição excludente entre as cadeias migratórias e políticas públicas presentes no artigo dos MacDonald's, a segunda, é a extensão demasiada do conceito de cadeias

[1]Oswaldo Truzzi. "Redes em processos migratórios". Tempo Social. São Paulo, v. 20, n. 1, jun. 2008, p. 202. Disponivel em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010.

[2] MacDonald, L. & MacDonald J. S. Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. The Milbank Memorial Fund Quarterly, XLII, 1, 1964, pp. 82-96.

[3] Rammela, Apud REZNIK, L.; Rui Aniceto nascimento; Costa, J. C. O. "Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é?" A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892). Revista Portuguesa de História, v. 50, p. 89-108, 2019.

[4] DEVOTO, Fernando. "Las cadenas migratórias italianas: algumas reflexiones a la luz del caso argentino". In: Studi Emigrazione.Vol. XXIV, 87, 1987, p. 355-373.

migratórias, a definição abarcava tipos muito diferentes de processos migratórios. Então, ele irá delimitar com maior precisão o termo e restringir sua abrangência, propondo uma tipologia que diferencia as cadeias migratórias de outros três tipos de emigração:

> a) emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) emigração por meio de mecanismos semi-espontâneos, em que o processo começa incentivado por informações de parentes e de conterrâneos, ou "públicas", mas o movimento é produto de iniciativas e de recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; c) emigração por intermédio de *padroni* ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia.[5]

Já Joaquim da Costa Leite, não cita o conceito de cadeias migratórias e nem a noção de redes nos estudos imigratórios, porém ao fazer a demarcação do que ele chama perspectiva tradicional da imigração portuguesa e nova perspectiva, é possível notar uma convergência com a noção de cadeias migratórias. A perspectiva tradicional, seria aquela que valorizava como tema a propaganda, engajadores, abusos, abandonados, miseráveis, mito do enriquecimento fácil, em contrapartida a nova perspectiva valoriza a informação, amigos e parentes, oportunidades, comunidades, proprietários, vantagem salarial e liberdade[6].

Podemos notar que os novos temas que são postos em evidência, têm um enfoque nas estratégias dos indivíduos, pondo os imigrantes como agentes racionais no processo e(i)migratório, dotado de informações concretas, fruto das relações com a comunidade criada no país de destino, logo consciente das dificuldades encontrariam, assim como as oportunidades que motivaram o movimento emigratório[7].

O conceito de redes tem origem na antropologia inglesa na década de 50, três autores foram fulcrais no desenvolvimento na formação do conceito, que são Raymond Firth, John. A Barnes e Elizabeth Bott. Em "Social *organization and social change* ", Firth irá usar o termo organizações sociais, como um processo relevante onde as ações e as relações operam com a finalidade de atingir objetivos[8]. Barnes empregou o termo "rede social "no seu trabalho " *Class and committers in Norvegian island parish* ", que promoveu um estudo sobre uma comunidade de pescadores noruegueses, com objetivo

[5] Oswaldo Truzzi, Op.cit.
[6] LEITE, Joaquim da Costa. "Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851- 1973)". In Actas das V Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. 2004. p.7
[7] Ibidem, p.7 e p.16
[8] HILY, Marie-Antoinette ; BERTHOMIÉRE, William. "La notion de "réseaux sociaux" en migration." In: Hommes et Migrations, n°1250, .2004. Réseaux sociaux en migration. p.6-12

de analisar os laços de amizade e conhecimentos construídos pela comunidade. A partir da observação desta estrutural social, ele chega à interpretação que ela pode ser lida sobre o fundo de relações interpessoais que se entrelaçam na esfera de atividades, ao invés de termos de função ou status dos membros. Bott em "*Family and social networks. Roles, norms and external relationships in ordinary urban families* "usou o conceito no estudo das funções conjugais nas famílias de Londres. Para ela, em contexto urbano amigos, parentes e vizinhos constituem estruturas, organizadas, entre indivíduo e instituições.

Cunhado na antropologia urbana, o conceito foi apropriado pela sociologia das migrações, e deste campo é que surgiu o conceito de redes formais e informais[9]. As redes formais são definidas como associações que são caracterizadas por uma "organização" que são fundadas a partir de um regimento jurídico-administrativo, funcionando a partir de adesão voluntária. As redes informais, são formadas quase que naturalmente, para seus membros, não precisam ser explicadas e nem instituídas. Porque essas relações são fundadas sobre laços de parentesco, biológico ou espiritual, ou então sobre relações aldeãs no interior de uma sociedade local. Essas redes são englobadas de valores que não podem ser negados, logo a sua adesão não é voluntária.

A Ilha das Flores

O século XIX e início do XX, foi um período com números acentuados de deslocamentos humanos, entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de pessoas se aventuraram em atravessar o Atlântico em busca de "fazer a américa"[10]. Como desdobramento desses movimentos migratórios, foram criados locais voltados para a recepção de imigrantes em diversos países do continente americano, as hospedarias de imigrantes, com cada uma com suas singularidades, contudo, todas relacionadas a um contexto geral.

A hospedaria da Ilha das Flores, foi uma hospedaria criada pelo Império para atender as demandas do interesse nacional, que primeiramente, procurou resolver o problema da mão de obra nas lavouras de café. Desde a década de 1870, existiu um movimento abolicionista forte no Brasil, que conseguiu a aprovação da Lei do Ventre Livre que entrou em vigor em 1871, que colocaria fim na escravidão ao longo prazo.

[9] Desenvolvido por John Rex, Daniele Joly, Czarina Wilpert. Cf. Ibidem.p, 8-9
[10] KLEIN, Herbert S. - "Migração Internacional na História das Américas". In: FAUSTO, Boris (org.) Fazer a América, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.25.

Portanto, a discussão para a substituição da mão de obra escrava era inevitável, neste sentido, a solução escolhida para resolver a questão da mão de obra escrava, foi incentivar a entrada de imigrantes europeus para ocupar os trabalhos nas lavouras. Os interesses não residiam apenas na substituição da mão de obra, aglutinado à procura por braços, o fator ideológico também incluído nas políticas migratórias, trazer imigrantes europeus significava trazer a civilização, branquear a população da nação para se aproximar do "estágio civilizatório" europeu.

Em 1883, é comprada a Ilha que foi vista como local adequado para a construção da Hospedaria, a propriedade particular do senador José Ignácio Silveira da Motta. Segundo o relatório da comissão do Imperial Instituto Fluminense de agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, avaliou as condições da Ilha das Flores como: "O terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações." (IMPERIAL apud REZNIK E FERNANDES 1876, p. 3). Ainda contava com muitas arvores frutíferas, plantas leguminosas, galinheiros, currais, casa do senador que tinha um anexo para a recepção de hóspedes, continha armazéns destinados à guarda de instrumentos de trabalho e barcos, casas de empregados espalhados por diferentes locais da ilha e havia seis tanques destinados a criação de peixes que comportava até 6 mil peixes[11].

Imediatamente após a aquisição da ilha, começaram as obras do prédio da hospedaria, com capacidade inicial de 800 a 1000 pessoas[12], contava com localização estratégica por dois motivos. O primeiro, eram as potencialidades sanitárias do local, por se tratar de uma ilha, ela não tinha contato permanente com a capital, logo ficava afastada dos surtos de pandêmicos da capital[13], desta maneira a ilha tinha uma lógica de quarentena reversa, isolava os imigrantes saudáveis da capital suja e doente. O segundo motivo, era a beleza do local, a ilha possuía uma beleza natural marcante, que servia como

[11] REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História* (São Paulo. Online), v. 33, p. 242, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742014000100012&script=sci_abstract&tlng=es.

[12] Ibidem, p.242

[13] Na década de 1870, a febre amarela era uma questão de saúde pública na capital, já que a região sofria de surtos recorrentes da doença. Estes surtos afetavam diretamente os interesses do império, rompendo a barreira da saúde, porque a surto de febre amarela afetava fortemente os estrangeiros. Sabia-se desde a década de 50 que a febre amarela era mais agressiva com os imigrantes não aclimatados, vide as notícias da época e relatórios médicos. Cf. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.88

propaganda da política imigratória da nação, porque a experiência de passar alguns dias em uma ilha paradisíaca, em clima tropical, tinha boa aceitação por parte dos imigrantes.

A medida em que a Hospedaria recebia números mais expressivos de imigrantes, tornava-se objeto de reformas visando melhorar o conforto e capacidade de abrigar, desta forma, expandiu sua capacidade máxima para acolher até 3 mil imigrantes concomitantes.

Figura 1 - Vista da Hospedaria

Fonte: Coleção Baltazar Gonzales. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, representou o processo de amadurecimento das políticas públicas de imigração da nação, a criação de uma hospedaria oficial, demonstra um aprofundamento no processo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra imigrante. Não somente isto, a Hospedaria teve o papel de controlar, fazer a triagem e encaminhar os imigrantes recém-chegados. Também, as melhorias feitas na Hospedaria, mostram a preocupação de fornecer a melhor experiência possível para os imigrantes ingressos, que em contrapartida, muda o patamar da nação como país receptor.

Imigração na Ilha das Flores na década de 1920

Tabela 1- Entrada de Imigrantes portugueses na Ilha das Flores (1920-1930)

Ano	Portugueses ingressos na Ilha	Egressos para o Rio de Janeiro	Capital	Interior
1920	29	1	0	1
1921	5	0	2	0
1922	-	-	-	-
1923	-	-	-	-
1924	27	2	2	0
1925	4490	4441	4441	0
1926	-	-	-	-
1927	-	-	-	-
1928	9927	9923	9923	0
1929	11627	11607	11596	1
1930	9371	9295	9278	1
Total	35476	35269	35242	3

Fonte: Livros de Registro da Ilha das Flores

Na presente tabela, temos ao total 35476, chegamos ao número de 35476 imigrantes portugueses na Ilha das Flores no período de 1920-1930, contudo, estes não são os números de todos os portugueses na Ilha no período, infelizmente o Arquivo Nacional não possui os livros de registro dos anos de 1922, 1923,1926,1927. Acerca dos anos de 1922,1923, acreditamos que os números de imigrantes portugueses ingressos na Ilha das Flores foram pequenos, tendo em vista o movimento da Ilha das Flores no ano de 1924. Além disso, neste recorte temporário, a Ilha das Flores estava abrigando um contingente relevante de migrantes oriundo do Norte e Nordeste, consequência da seca de 1919.

Neste sentido, lamentamos bastante a perda dos livros de registro do ano de 1926 e 1927, porque ao olharmos para os números de 1925, notamos um aumento do substancial da imigração portuguesa na Ilha das Flores, que acreditamos que nos anos posteriores que não possuímos a documentação, o cenário poderia se repetir ou até aumentar o número de ingressos, como vimos nos anos posteriores em que possuímos os registros.

Ao analisarmos as tabelas, podemos notar dois momentos da imigração portuguesa na Ilha das Flores, de 1920-1924, especulando que os números que não possuímos também sejam pequenos, é um momento de baixa entrada de portugueses

imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores. O segundo momento, é o momento de pico da imigração portuguesa na Hospedaria da Ilha das Flores na década, de 1925-1930 a Ilha das Flores volta a ter números expressivos, devemos nos atentar para três fatores na tabela.

Primeiramente, a partir de 1925, notamos um aumento exponencial, de 27 imigrantes em 1924, passa para 4.990 imigrantes portugueses na Ilha das Flores no ano seguinte, tendo como ponto máximo o ano de 1929 com a entrada de 11.627 imigrantes. O aumento da entrada de imigrantes portugueses está diretamente relacionado com o decreto n. 16.761, de 31 dezembro de 1924, que definia a obrigatoriedade da passagem pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores de todos os imigrantes que chegassem ao Brasil via Porto do Rio de Janeiro a partir do dia 1 de julho de 1925, para serem identificados pela polícia e inspecionados pelo Departamento Nacional de Saúde Pública antes de seguir para seus destinos[14]. Apesar da medida ter algum efeito prático, incrementando o número de imigrantes portugueses na Ilha das Flores, possivelmente ela não foi seguida à risca pelos imigrantes portugueses, assim como aconteceu com o fluxo imigratório árabe no Rio de Janeiro na década de 20, que carrega algumas semelhanças como o fluxo imigratório português[15], uma das barreiras para o cumprimento de seguir a medida risca, é que a comunidade portuguesa estava há muitos anos estabelecidas no Brasil, neste sentido as cadeias migratórias recepcionariam os novos imigrantes portugueses[16], que neste caso optariam não usufruir dos serviços fornecidos pela Ilha das Flores, já que as relações sociais entre os próprios imigrantes frutos das cadeias migratórias poderiam suprir os serviços que a Hospedaria poderia proporcionar, como hospedar e ajudar a arrumar um emprego.

O segundo fator, é que se compararmos os números totais de imigrantes portugueses ingressos na Ilha das Flores, com os números de imigrantes ingressos na Ilha das Flores que seguiram que tinham como destino o Rio de Janeiro, veremos que dos 35476 imigrantes que foram possíveis obter os números, 35269 se destinou para o Rio de Janeiro, ou seja, 99,4% da imigração portuguesa na Ilha das Flores se destinou para o Rio

[14] Cf. REZNIK, Luis; CARVALHO, Carolina da Costa de. Imigração árabe e cadeias migratórias: um estudo de caso da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883-1929). Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 5-23, 2020. Disponível em: http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1046 p.14
[15] Ibidem p.15
[16] Cf. REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N; COSTA, J. C. O, Op. Cit. P.104

de Janeiro. Esta constatação nos salta os olhos, se levarmos em consideração a imigração portuguesa na Ilha das Flores no período de 1883-1914, recorte temporal em que numerosas levas de imigrantes portugueses ingressos na Hospedaria da Ilha das Flores se destinavam para o Estado de São Paulo[17], principalmente nos anos de 1911-1913, momento de maior pico da imigração portuguesa para o Brasil. A Hospedaria tinha como uma de suas funções, servir como entreposto para o imigrante que desejava se destinar para outras regiões do país, como Norte e Sul do país, contudo, parece que na década de 20, essa função é pouquíssima usada.

A terceira questão que nos chama a atenção, está nos destinos dos imigrantes portugueses, dos 35269 imigrantes que se destinaram para o Rio de Janeiro, 35242 se escolheram a capital como destino, quase 100 % dos imigrantes portugueses, este dado chama a atenção, porque é um elemento novo, praticamente não há imigração para o interior do Rio[18] na década de 20.

O perfil do imigrante português da Ilha das Flores na década de 20 é bem parecido com o do imigrante português da Grande Imigração que não se hospedava na Hospedaria de imigrantes, escolhia o Brasil como destino inicial, motivado pelas vantagens salariais existentes no Brasil, ocupava a capital, principalmente a zona portuária, e se dedicavam largamente ao comércio, com a ajuda de outros imigrantes portugueses no Brasil[19]. O Imigrante português que se destinava para a Hospedaria se diferenciava um pouco, porque a Hospedaria da Ilha das Flores tinha como uma de suas funções, servir como entreposto para o meio rural, foi muito utilizada no século final do século XIX, o imigrante português era atraído pelo trabalho nas grandes plantações do Vale do Paraíba, que substituiu o trabalho escravo pelo trabalho imigrante[20]. Todavia, na década de 20, a ida de portugueses para as áreas rurais usufruindo da Hospedaria como entreposto para o meio rural é quase nula, acreditamos que o desuso desta função da hospedaria esteja ligado ao próprio contexto socioeconômico do Rio de Janeiro, está década é o período que marca o declínio

[17] Geralmente para a Grande São Paulo e Santos.
[18] Estamos chamando de interior do Rio, as regiões rurais do Rio de Janeiro, também na tabela excluímos os imigrantes que se destinavam a Niterói, porque Niterói não era a capital, mas era uma cidade urbanizada, com características mais próximas da capital, do que a imigração portuguesa para o interior do Rio de Janeiro. Cf. NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. Como nossos pais: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950). Dissertação de Mestrado. Niterói UFF, 1998.
[19] RABAÇA, S. De pai para filho. Imigrantes portugueses no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2010. p.69
[20] REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N; COSTA, J. C. O, Op. Cit p.104

das grandes plantações no Rio de Janeiro[21], logo, o Vale do Paraíba já não absorvia a mão de obra imigrante portuguesa. Desse modo, a imigração Portuguesa para a Ilha das Flores na década de 20 foi praticamente urbana.

Considerações finais

Portanto, com esse breve trabalho, tentamos demonstrar algumas particularidades da imigração portuguesa na década de 20 na Hospedaria da Ilha das Flores, com a apresentação dos dados discutidos acima, podemos afirmar que a imigração na década de 20 na Ilha é diferente da imigração portuguesa durante a Grande Imigração. Durante a Grande Imigração, o imigrante português ingresso na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, poderia tanto seguir para outras regiões do Brasil como para o interior do Rio de Janeiro, tendo como objetivo usar a hospedaria como entreposto. Na década de 20, a conjuntura é alterada, logo, essas funções também foram alteradas, as levas de portugueses que se hospedaram na Ilha salvo poucas exceções, se destinavam quase que exclusivamente para a capital do Rio de Janeiro, por conseguinte, as funções de entreposto para outras regiões do Brasil como São Paulo – região com forte presença imigrante portuguesa– e entreposto para o meio rural se tornaram pouco utilizadas, demonstrando que da Grande Imigração para o recorte temporal da década de 20 houve alteração na relação dos portugueses com a Hospedaria.

Referências

BONIFÁCIO JUNIOR, W. S. “Imigração Portuguesa na Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flores de 1883-1914”.2020. 64f. Monografia – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

DEVOTO, Fernando. “*Las cadenas migratórias italianas: algumas reflexiones a la luz del caso argentino*”. In: *Studi Emigrazione*.Vol. XXIV, 87, 1987, p. 355-373.

HILY, Marie-Antoinette ; BERTHOMIÉRE, William. ”La notion de "réseaux sociaux" en migration.” In: Hommes et Migrations, n°1250, . Réseaux sociaux en migration. p.6-12, 2004.

LEITE, Joaquim da Costa. “Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851- 1973)”. In Actas das V Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. 2004.

LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). 2.v. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

[21] Cf. LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). 2.v. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. P. 536

MacDonald, L. & MacDonald J. S. "*Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks." The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII, 1, 1964, pp. 82-96.

MATOS, Marisa Izilda S. de; BASTOS, Sênia. Portugueses em São Paulo. Registros e ingressos (1912): Hospedaria do Imigrantes- listas de bordo e livros de registro. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda S. de (Coord.). Nas duas margens. Os portugueses no Brasil. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2009.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. Como nossos pais: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950). Dissertação de Mestrado. Niterói UFF, 1998.

RABAÇA, S. De pai para filho. Imigrantes portugueses no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2010.

REZNIK, Luis; CARVALHO, Carolina da Costa de. Imigração árabe e cadeias migratórias: um estudo de caso da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883-1929). *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 5-23, 2020. Disponível em:
http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1046

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892). Revista Portuguesa de História, v. 50, p. 89-108, 2019.

REZNIK, Luís; FERNANDES; Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da
hospedaria da Ilha das Flores, In: História (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf >. Acesso em: 09 de nov. de 2020
_____. Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores. Navegar, vol. 2, nº 3, Jul.-Dez. 2016, pp. 77-107

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo soc., São Paulo , v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponivel em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010.

Da experiência multifacetada à profissionalização – o Correio da Manhã e a construção do "sujeito jornalista" nos anos de 1950

Daiana Maciel Areas
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

O trabalho fará uma suscinta reflexão sobre a década de 1950, no qual o jornalismo brasileiro viveu o momento mais importante do seu processo de modernização, relacionado a intensas modificações urbanas, surto industrial e de consumo de bens duráveis. A sociedade reformatou seu olhar sobre o cotidiano. Essas transformações estiveram presentes nas páginas dos grandes jornais, na ampliação da publicidade de produtos, na produção de notícias e na forma de divulgação das informações. A própria imprensa e sua atividade jornalística passaram por transformações, assumindo elementos considerados "modernos" e, concomitantemente, atribuindo sentido ao que estava se remodelando.

Neste período já consolidado em bases industriais, o jornalismo de informação utilizava a primeira página como estratégia comunicacional para atrair mais leitores e alavancar as vendas, com manchetes, títulos, f*eature*, fotos, charges e ilustrações. O acontecimento passa a ser mais valorizado do que a opinião, a exemplo da *penny press* nos EUA. A estratégia de massificação dos diários dependia de seu conteúdo noticioso como chamariz, e não mais de sua opinião e assim o *Correio* modificou o designer de sua primeira página com o objetivo de chamar a atenção do leitor e ampliar a vendagem avulsa do periódico.

Essa década também marcou o processo de profissionalização dos jornalistas. A consolidação do ensino superior de jornalismo foi outro passo fundamental no processo de profissionalização.[1]O jornalista que tinha seu nome nos jornais, assinando os textos que escrevia, era o articulista, mais próximo do político ou da literatura em sua escrita. Se formos analisar o *Correio da Manhã*, poderíamos citar as crônicas políticas de Frederico Augusto Schmidt e as crônicas de assuntos gerais, escritas por Carlos Drummond de Andrade. Neste período o repórter ou redator raramente assinava os textos que publicava diariamente. Villas Boas de Correa, destaca que Heráclio Assis de Salles, foi um dos principais jornalistas políticos. (CORRÊA, 2002, p.45). O jornalista chegou a ser o repórter e redator político mais importante do *Correio*, mas nem sempre seu nome esteve presente nas publicações diárias do matutino.

[1] O curso superior de jornalismo fora criado por Getúlio Vargas em maio de 1943[1], porém, na prática, surgiu apenas em 1947, com a iniciativa do curso da Fundação Casper Líbero, em São Paulo. Logo em seguida, outros cursos foram criados, como os da Universidade do Brasil (1948), atual UFRJ, e o da Pontifícia Universidade Católica (1951), as primeiras no Rio de Janeiro a oferecerem o curso superior de jornalismo.

Existia um enlace entre verdade e desinteresse na publicação dos textos, ora a "*autoria interessada"* era das empresas (o jornalista não deveria ser responsabilizado pelas opiniões publicadas nos jornais), ora o jornalista defendia seu estatuto simbólico de "*sujeito de opinião"* em nome de sua autonomia e "*liberdade intelectual*" (TOKARSKI, 2003, p.235). Essa discussão esteve presente nas redações e eventos dos profissionais de imprensa do país, ao ponto do diretor do *Correio,* M. Paulo Filho, expor sua opinião no Boletim da ABI de 1959. Segundo ele, o jornalista, *"não é somente um observador – narrador"*. É também um crítico nas sociedades cada vez mais policiadas e civilizadas. Se como observador – narrador precisa de faro psicológico, como crítico carece de absoluta liberdade para dizer a verdade. (*Boletim da ABI*, 1959, p.5)

Um aspecto a ser exposto foi que as empresas jornalísticas, criaram normas, atreladas à reestruturação gráfica e técnica, que são entendidas como um dos pilares constitutivos da profissionalização da atividade jornalística. O que não significou uma diminuição da autonomia do trabalho do jornalista, e sim da eliminação gradual da improvisação e da aplicação de uma racionalidade no processo de produção jornalística, dada pela disciplina imposta nos manuais de redação e pela fixação de regras. (AREAS, 2016)

Havia no mínimo dois níveis de autoria, o empresarial/institucional e o dos repórteres/redatores, responsáveis por produzir as notícias. Os diversos profissionais poderiam estar em maior ou menor sintonia com a empresa jornalística. Os elementos de coesão criados no fazer jornalístico, poderiam funcionar como uma maneira de controlar o que era produzido, homogeneizando o espaço de afirmação dos jornalistas e redatores no interior do campo jornalístico, o que facilitaria na construção da marca institucional de cada jornal.

Nesse contexto de normatização, a certa dificuldade para encontrar uma maneira de designar "o" jornalista e seu papel no campo jornalístico, pois o jornalismo é uma atividade multifacetada. Ao analisar o período proposto pelo trabalho, podemos identificar que um repórter não fazia o mesmo que um redator; este, tinha atividades distintas de um fotógrafo. Para além, um periódico matutino era muito diferente de uma revista semanal, ou de um jornal sindical. Ressaltando que todos os profissionais envolvidos nesses meios comunicacionais eram jornalistas de prática, em sua maioria, pois tinham formações em diversas áreas. Existiam distinções entre gerações de profissionais. Os jornalistas dos anos de 1950, por exemplo, são entendidos como velhos jornalistas, imbuídos das funções clássicas e afetados ideologicamente, sem o mito da "objetividade e transparência".

A identidade e o jornalista

Pensar o jornalista e a identidade assumida por esse sujeito no cotidiano de sua prática, não é tarefa fácil se imaginarmos um contexto de atualidade, refletir sobre o profissional de comunicação nos anos de 1950, se torna um trabalho complexo e de difícil definição. Já que a construção identitária do sujeito leva em conta o espaço social protagonizado por ele, e a forma de interação como outros meios sociais. (FAIRCLOUGH, 2001)

O profissional de comunicação pode ser pensado como um sujeito "farejador," da notícia, exemplificado pelo repórter como sendo a função que mais se adequa a ideia de busca incansável da informação. (TRAVANCAS, 1992, p. 14) Esses profissionais construíram suas trajetórias nas mais diversas funções dentro do meio redacional, o ofício era aprendido na prática cotidiana: o repórter, o fotojornalista, o redator, o apontador e o redator chefe, funções que podem ser exercidas e divididas com outras funções fora do campo jornalístico. A prática jornalística pode ser igualada a um vício, "seria como uma cachaça, algo que o jornalista não poderia se libertar, algo que daria prazer." (TRAVANCAS, 1992, p. 15)

A identidade jornalística, nos anos de 1950, se constituía atrelada a um contexto em que diversas áreas da vida social, se misturam e se confundem, dentro de sua prática e em seu convívio com seus pares. Ao pensarmos na redação do *Correio da Manhã,* e nas relações de trabalho desenvolvidos, ao longo dos primeiros 50 anos, percebemos que a identidade jornalística, mesmo em tempos de profissionalização, se constituiu de forma singular, como uma identidade de classe.

Quando pensamos na identidade jornalística e na concepção dialógica do seu discurso, principalmente na primazia de que ele procede de outros, de que que carrega outras vozes com as quais se constitui. Esse sujeito é heterogêneo e tem sua personalidade construída na relação com o outro, na conversa com outras identidades, e até, com outras vozes sociais. Sendo assim, as relações interdiscursivas são locais privilegiados, para compreender a construção da identidade do jornalista.

Partindo da premissa que a identidade desses jornalistas, se constitui no diálogo construído através dos diferentes campos de atuação. Esses profissionais em tempos de modernização constroem a sua prática jornalística, no diálogo entre a literatura, a política(combatividade) e a ciência.

Pedro da Costa Rego, redator do *Correio da Manhã,* por mais de 30 anos, afirmava que para ser um bom jornalista significava entre outras coisas, *"escrever bem, não só por a vírgula, em seus devidos lugares,"* o texto produzido deve seduzir o leitor. (COSTA REGO, 1952, p.24)

> (...) O tipo ideal do jornalista (...) não parece-me o homem de uma paixão, seja esta embora nobre: é o homem de todas as paixões, a inteligência sensível e espontânea, capaz de vibrar a qualquer momento, diante de qualquer causa. (...) Já existiam jornais e, pois jornalistas - jornais eram o instrumento desta ou daquela ação política, jornalistas que por via de regra apenas cultivavam uma tendência. Mas estava ainda por parecer o homem neutro, suficientemente alheio a todos os interesses de grupos, que abrangesse, em visão de pensador, os problemas gerais, estivessem ou não estivessem – e na maioria dos casos não estavam – nos programas dos partidos. (...) A vida apresenta-se complexa, sobrecarregada por numerosos problemas, e confusa. Não basta vê-la; é necessário compreendê-la. O jornalista reúne certas ideias em face da vida, e entra a interpretá-la. (COSTA REGO, 1952, p.24)

A literatura e o jornalismo, sempre esteve próxima na vida dos jornalistas, acontecendo quase como uma fusão dessas duas atividades na vida desses profissionais. Não podemos entender essa relação em termos cronológicos, reduziremos a análise apenas na profissionalização, a partir da década de 1950. Nesse momento o discurso jornalístico, e a identidade desses profissionais, se mostra heterogênea em relação a literatura, mas traz em seu íntimo elementos desse outro. Evidenciando assim uma relação dialógica que aproxima o sujeito jornalista do literato, pois existia uma identificação com a ideia de ser um sujeito das letras, isto é, aquele que escreve bem, que vive de sua ideia, sua arte, como um "vício."

Nelson Werneck Sodré, em sua obra sobre *"História da Imprensa,"* faz um panorama de como o jornalismo aproximou-se da literatura, além das influências de um campo no outro. Destaca que, a imprensa passa a se confundir com a literatura na primeira metade do século XIX, ainda no Primeiro Reinado. Antes disso "a imprensa política era uma, a imprensa literária era outra." (SODRÉ, 1966, p.334) Essas duas categorias começaram a se juntar, ao passo que a imprensa política entra em questionamento, pois passou a servir a interesses dos grandes latifundiários.

Os escritores passam a procurar os espaços dos jornais para publicação de suas obras, em formato de folhetim. Já no Segundo Reinado cresce o número de literatos publicando suas histórias nos principais veículos comunicacionais da época. Esse tipo de publicação atendia ao um público específico, pois tratava de temas do cotidiano como amor e casamento, segundo ele servia de "instrumento de alienação" (SODRÉ, Op Cit. 1966, p.334) Uma das maneiras desses jornalistas-literatos de sobreviver e divulgar suas obras.

Entendemos que a aproximação entre jornalismo e literatura, atividades ambivalentes, para muitos profissionais, e quase fundidas em determinado momento, segundo a argumentação de Sodré, se deu por causa de dois aspectos: as redações das principais folhas eram compostas quase que exclusivamente por literatos, no auge do folhetim, e pelo fato do jornalismo utilizar, a linguagem literária, criando um estilo caricaturado dos textos jornalísticos. Esse fato nos dá

elementos para entender a aproximação do jornalismo com a literatura, a função do escrever bem, a construção de sentidos, produção de memória, ou seja, a experiência desse jornalista – literato, responsável pela construção de um saber discursivo, não teoricamente aprendido, mas praticado no cotidiano, esse conhecimento ajudou a construir a personalidade do sujeito jornalista.

A persona do jornalista foi se modificando, ao longo do processo de modernização do jornalismo brasileiro. O sujeito da imprensa modificou sua forma de se posicionar no campo, remodelou e construiu novas práticas, mudando o seu perfil. As grandes empresas jornalísticas no início do século XX, não mais acolhem a figura do jornalista autônomo, o literato e boêmio.

Esse profissional passa a estar intimamente envolvido na rotina da redação do jornal que ele representa. Esse envolvimento diário e constante dentro do espaço redacional levou Lima Barreto, a descrever o cotidiano do jornalista moderno, e crítica ao modo de trabalho e a relação capitalista desenvolvida a partir da transição do jornalismo artesanal para o industrial.

A modificação paulatina no processo de trabalho jornalístico, que leva a transição para um fazer adequado a uma nova lógica capitalista, não desvinculou a atividade jornalística e literária, o que se deu foi uma forma de distinção das duas práticas, mesmo que o limite entre elas tivesse esfumaçado, já que muitos ficcionistas dependiam do trabalho jornalístico para seu sustento. Mesmo com a profissionalização nos anos de 1950 a relação ambivalente não se extinguiria, mas diminuiria. Muito por conta da divisão do trabalho nas redações, também pela formação acadêmica, a partir da criação dos cursos de jornalismo, ao final dos anos de 1940.

A identidade jornalística não se constituiu apenas com a aproximação do campo com a literatura, outros campos também foram responsáveis pela formação do sujeito jornalista. A política foi um desses campos, quase que como uma fusão, os espaços jornalísticos serviram para veicular ideias de grupos políticos, funcionando como uma espécie de tribuna. Nesse período muitos jornalistas se envolveram com política, a exemplo de Pedro da Costa Rego, editor chefe do *Correio da Manhã,* por mais de 30 anos. Em outros casos, ocorreu a submissão de jornalistas às exigências de políticos com influência e poder.

Podemos entender que nesse processo de submissão ou de vantagem a grupos específicos ocorreu uma cisão entre as duas formas de conceber a prática jornalística: no contexto em que essa atividade defende o direito do sujeito jornalista defender seu ponto de vista (discurso de muitas empresas jornalísticas, incluindo o *Correio*), o direito em outras palavras, de fazer política, e a em outra forma a que rejeita qualquer outro compromisso do jornalistas, que não seja a de informar os fatos, dizer a "verdade". Essas duas ideias incorreram na construção mítica do jornalista como herói defensor da liberdade de expressão. Perpetra a concepção, de que o

sujeito jornalista, tem como função mostrar a "verdade dos fatos", pode levar a duas interpretações sobre a aproximação do jornalismo com a política: a primeira é que as duas práticas seriam vistas como análogas, partilhando das mesmas características, assim como estar a serviço de grandes causas, do interesse coletivo (como o respeito às leis e ao resultado eleitoral); a outra ideia seria o amálgama ou simbiose entre a política e o jornalismo, essa última sendo vista como negativa, pois existe o imaginário da função isenta da informação, quase como um missão.

A simbiose entre a política e a imprensa, foi sendo constituída ao passo que as empresas jornalísticas foram se industrializando, no início do século XX, o objetivo era a divulgação de ideias e projetos, porém voltados para um pequeno grupo específicos, a burguesia em ascensão. A inquietação não era para divulgar a política, mas sim "o fato político", aquele que ocorria em campos restritos, ocupados pelos políticos, ou por sujeitos ligados ao poder dentro da sociedade civil e sua intima ligação com a sociedade política. Podemos assim dizer, que isso poderia justificar a linguagem virulenta utilizada nesse período.

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim das contas, o regime era bom, os homens do poder que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes. (SODRÉ, 1966, p.380)

Nesse período existia uma polarização dentro da imprensa carioca, entre o jornal o *Paiz* e o *Correio da Manhã*, dirigidos por João Lage e Edmundo Bittencourt, respectivamente, e que foram retratados pelas obras de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, e *Numa e Ninfa*, último retrata a figura de Lage como um jornalista corrupto, pois recebe benefícios políticos em troca oferece as páginas do seu jornal. para fazer propaganda do executivo federal, em uma era de industrialização dos parques gráficos. e busca de lucratividade através da publicidade e da venda dos periódicos. Os dois jornais viviam um embate, enquanto Lage se posicionava a favor do governo, Bittencourt fazia oposição virulenta, as ações política e econômica do mesmo.

Antes da profissionalização surgiu a ideia do jornalismo como um sacerdócio, uma missão de levar a "verdade dos fatos" ao leitor, transformado em determinado discurso, como herói, pois seria um sujeito abnegado e defensor da legalidade. A ideia mística de missão jornalística, "é alimentada pelas empresas e assimilada pelos jornalistas." Mesmo não correspondendo a verdade, já que essa atividade passou por um processo de profissionalização que industrializou

a produção, fazendo a divisão do trabalho, sendo que "essa mística pode ser fator de resistência profissional como, transformada em fantasmagoria, o que contribuindo para a extração de mais-valia." (RIBEIRO, 1994, p.140.)

Jornalismo como sacerdócio, caracteriza algo implícito, a ideologia dos "donos do jornal", pois ao assimilar seu papel, como profissional zeloso, que "veste a camisa" da empresa, sendo um sujeito produtivo e fiel ao ideário da marca jornalística, esse profissional se torna um sujeito parte da engrenagem de convencimento dos projetos defendidos por essas instituições. No entanto isso não explicaria toda dedicação desse sujeito aos jornais que eles atuam, não se restringem a internalizar o *habitus*, utilizando a conceituação de Pierre Bourdieu, condição necessária para que a prática jornalística se desenvolva, mas sim de produzir sentidos para o jornalismo, a construção de uma narrativa grandiosa, com a qual esse sujeito possa se identificar, criar a identidade do jornalista atrelado ao discurso do bem maior. (BOURDIEU, 1989, p.61.) O fazer jornalístico produzido por sujeitos desprendidos, abnegados e dedicados a legalidade. Um dos elementos constitutivos da marca jornalística do *Correio da Manhã*.

Essa imagem abnegada inserida na composição do jornalista: o idealista, o combativo, aquele que embarca em uma missão, a de zelar pela "verdade", que fiscaliza o poder, e denuncia as injustiças. A ideia de autonomia e a ligação com a literatura talvez nos permita entender a gênese mística da autonomia, da imparcialidade, da defesa da legalidade e justiça. A mínima insinuação de vínculos externos, principalmente com a política, ou favores políticos, tornou-se uma grave ofensa, pois retira desse campo o valor nobre e desinteressado. (BARROS FILHO, 2003, p. 123-124.)

Será que o jornalista dos anos de 1950 conseguiria defender os interesses coletivos, da comunidade sem tomar partido? Se colocar em uma arena de combate, opinando sobre a esfera política, defendendo ou fazendo oposição aos grupos de poder vigentes na época, é tomar partido, é ser o partido de uma causa ou grupo. A impossibilidade da imparcialidade decorre de contradições, nas tentativas de superá-la ou combatê-la. As percepções de mundo, e os campos de vivência desses sujeitos jornalistas, os impede de serem neutros, parciais e defensores apenas da legalidade. As ideologias que esses jornalistas estiveram inseridos, ajudaram a moldar suas identidades.

O ideário da objetividade que foi "defendido" no discurso jornalístico, a partir dos anos de 1950, fez com que se incorporasse mecanismos e formas, levando a uma pretensa neutralidade do sujeito jornalista. Essa ideia ajuda na formação da identidade do profissional, mas não exclui as formas anteriores. Os novos elementos surgem e passam a conviver dialogicamente com outros, em uma relação dicotômica. Portanto, a identidade do sujeito jornalista constrói-se

na relação com o outro: o romântico, o idealista, e o homem da ciência. A ambivalência de defender o trabalho metódico, quase que maquinal (o que exige um profissional subordinado a regras), ao passo demonstrar originalidade, sujeito combativo (o que pressupõe um jornalista idealista), é um traço característico da identidade do sujeito jornalista. Se trata de um convívio tenso, que construiu o discurso jornalístico. Essa articulação fornece premissas que nos levam a elementos que distinguem o jornalista, dentro desse discurso, levando a constituição de representações do indivíduo e de sua prática.

O jornalista e sua essência intelectual

Esse profissional de imprensa, é sobre tudo um intelectual, no sentido proposto por Antonio Gramsci, pois esse jornalista não se resume apenas a sua habilidade em seu ambiente de trabalho, ou de sua técnica, mas de outros saberes de formação e prática. (GRAMSCI, 2003, p. 78) O que leva a nomenclatura ou adjetivação do jornalista como intelectual este ligado a seus múltiplos saberes e sua utilização no produzir o jornalismo. Em outras palavras: a habilidade intelectual do jornalista endossa-se num suposto pluralismo; sua capacidade de falar com propriedade sobre qualquer assunto e poder transitar por vários espaços de conhecimento.

Sendo assim, o conceito gramsciano de "intelectual tradicional" nos faz pensar uma das maneiras de entender a imagem de intelectual no processo de construção identitária do jornalista, no período mencionado, pois, ela estava marcada pelo reconhecimento concedido ao grupo pela sua diferenciação em virtude de seus saberes. Essa notoriedade, é perceptível, ao passo que o cultivo da representação de intelectual, no sentido de distinção pelo saber passa a favorecer a autoridade do jornalista e é agregada à sua identidade. Já a categoria "intelectual orgânico" nos serve refletir criticamente determinados modos de atuação dos jornalistas, principalmente aqueles atrelados aos grandes periódicos.

O jornalista como intelectual orgânico tem a destreza de lidar com ideias e operar como organizador da cultura, a serviço de determinado grupo ou classe. (GRAMSCI, 2003, p. 78) O jornalismo funciona exatamente como uma plataforma na qual seus agentes contribuem para consolidar a hegemonia desse grupo.

Os jornalistas ocupam o campo jornalístico, mas não são seus donos, os principais proprietários desse setor coincidentemente ou são/ou estão unidos com os donos do pensamento

dominante e, nesse cenário, nessa arena de disputa carrega-se a lógica da supremacia do capital.[2]

O processo de construção identitária do jornalista é complexa e entremeada por contradições: a marcante atuação orgânica por parte grande dos jornalistas, sob forma de apoio e reprodução (por vezes abertos e declarados, outras vezes velados) dos interesses dos grupos dominantes, em contraste com a imagem de profissionais combativos, que estão interessados em informar a sociedade e contribuir para o bem comum.

As reformas dos jornais e a mudança identitária dos jornalistas

Podemos enfatizar que, os meios de comunicação e os sujeitos jornalistas, a partir da segunda metade dos anos 1950, vivenciaram paulatinamente a transição do jornal e da atividade jornalística mais romântica, boêmia, ligadas muitas vezes a determinados grupos políticos, para um aprofundamento da atividade como a mudança gráfica e o advento da profissionalização. Momento que marca o fortalecimento da "grande imprensa". Incorporando-se novas formas do fazer jornalístico, sistematizadas no processo de profissionalização, na reestruturação da rotina produtiva da redação e na criação de novas práticas redacionais e de uma nova linguagem.

O jornalismo brasileiro vivenciou três grandes reformas. No âmbito da linguagem, a introdução do *lead*, da pirâmide invertida e dos manuais de redação, mudanças que foram atribuídas ao *Diário Carioca.* O jornal de Samuel Wainer, *Última Hora*, por sua vez, modificou a estilo de informar e opinar criando colunas com assuntos mais do "populares", valorizou seus jornalistas com salários maiores. Finalmente, as reformas relacionadas ao *Jornal do Brasil*, iniciadas por Reynaldo Jardim em 1956, que tiveram continuidade com Odílio Costa Filho, sendo finalizadas por Alberto Dines, a partir dos anos 1960, alteraram a qualidade gráfica e editorial e a estrutura interna das redações. O *Correio da Manhã* iniciou seu processo de modernização com Antônio Callado, a partir de 1953, mas como as modificações foram paulatinas o periódico perdeu lugar em vendagem e publicidade para o *Jornal do Brasil.*

Carlos Heitor Cony, destaca que, as reformas iniciadas por esses jornais contribuíram para uma mudança no perfil do jornalista "literato" ou "intelectual", para uma categoria profissional calcada em novos padrões técnicos. "Os jornalistas naquele tempo seguiam mais próximo do intelectual, porque eles tinham que criar alguma coisa, devido, justamente, a essa enxúndia

[2]O *Correio da Manhã,* vivia os sabores e dessabores da influência de Paulo Bittencourt (proprietário), mesmo morando na Suécia e longe da redação do periódico, este funcionava com ordens diretas e supervisão de seu dono, pois os redatores chefes seguiam a "cartilha" orientada pela "voz de seu dono". Samuel Wainer em suas memórias comparou Bittencourt aos Senhores Feudais, em épocas medievais. Cf: AREAS, 2016)

do texto. A partir dos anos 50, os padrões da imprensa americana tomaram conta do mercado". (CONY, 2003, p. 194.)

O *Correio da Manhã*, um dos principais matutinos cariocas no período, foi conhecido por ter em sua redação profissionais do jornalismo que abarcaram carreiras na política, profissionais das letras, ficcionistas, novelistas, poetas e intelectuais de outras esferas. Jornal combativo mesmo em tempos de modernização e adoção de uma linguagem objetiva, o periódico foi o palco para muitos intelectuais que tiveram sua vida profissional marcada pela trajetória na redação do *Correio.* O próprio dono, Paulo Bittencourt, tinha sua vida intimamente ligada história, do seu *"irmão mais novo"*, descrição feita por ele em artigo de comemoração aos 50 anos do jornal.

Conclusão

Os jornalistas brasileiros, dos primeiros 50 anos, do século XX, aprenderam na prática redacional, o ofício mitificado, ao longo da história da comunicação no mundo, a imprensa foi vista e funcionou como um *status* de poder capaz de disputar o campo ideológico de forma mais incisiva. No Brasil participou ativamente dos principais eventos da política nacional.

Pensar a trajetória desses profissionais é ir além da sistematização de uma biografia. Mas sim dar materialidade a capacidade de impor e construir uma agenda de ideias, projetos e desejos de uma fração dessa classe dominante em crescimento, além de apagar/silenciar acontecimentos avaliados como não importantes.

Para que isso aconteça (e dure) e o poder se consolide e incida de forma sólida sobre os sujeitos, é fundamental que seja constantemente reforçado. No *Correio,* o caminho foi mitificar a prática, o sujeito que a exerce (os jornalistas), o discurso do dono (Paulo Bittencourt) e a entidade, o *Correio da Manhã*. A prática desses jornalistas é alçada a um patamar superior, no qual não era questionada, associando-se a ela uma sequência de vestígios, representações de uma determinada fração de classe.

Referências

AREAS, Daiana Maciel. Os intelectuais do Correio da Manhã e a modernização da imprensa no Brasil. In: CORREA, Maria Letícia, CHAVES, Monica Piccolo Almeida e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *História Econômica e Imprensa.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

BARROS FILHO, Clóvis de e SÁ MARTINHO, Luís Mauro. *O habitus na comunicação.* São Paulo: Paulus, 2003, p. 123-124.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de *habitus* e campo. In: *O poder simbólico.* Lisboa: Difel, 1989, p.61.

CONY, Carlos Heitor. Entrevista a Daniel Piza. In: *Perfis & entrevistas.* Escritores, artistas, cientistas. São Paulo: Contexto.2003, p. 194.

CORRÊA, Villas Boas. *Conversa com a memória: história de meio século de jornalismo público*. RJ, Objetiva, 2002, p.45.

COSTA REGO, Pedro da. *Águas passadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. p.24.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social.* Brasília: ed. Da UnB, 2001.

GRASMCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

TOKARSKI, Flavia Millena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Unicamp, 2003.p.235

TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas*. 3ª ed. São Paulo. Summus, 1992, p. 14

RIBEIRO, Jorge Claudio. *Sempre alerta. Condições do trabalho jornalístico.* 3ª ed. São Paulo: Olha d'água, 1994, p.140.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1966.

Fonte

"Sigilo Profissional". *Boletim da ABI*, nº 92, dez. de 1959, p.5.

Cobrindo o inimigo: representações do PT no jornal O Globo (2005-2016)

Felipe Vagner Silva de Farias
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

História do Tempo Presente: considerações sobre sua origem e periodização

Henry Rousso, observa que o historiador ao trabalhar com a História do Tempo Presente deve aprender com dois preconceitos opostos arraigados no senso comum. O primeiro afirma que nenhuma boa história é possível sem recuo, ou ainda que o historiador não pode entrar em cena senão quando todos os atores que ele estuda tiverem saído. Nessa concepção da profissão, o historiador observa um passado encerrado, uma história acabada, ele não age senão no tempo dos mortos, ainda que seja para os ressuscitar no papel. Ele possui sobre aqueles que o precederam a vantagem absoluta de pretender dizer a última palavra, graças a uma leitura que se quer objetiva, distante, fria, de fatos tornados "históricos" porque seus efeitos teriam deixado de agir no presente. O segundo preconceito, destaca Rousso, acredita, em um movimento quase contrário, que a experiência prevalece sobre o conhecimento, que a narração histórica não poderá nunca substituir verdadeiramente o testemunho, que a pretensão à verdade dos profissionais do passado é uma ilusão cientificista. Somente aquele que fez parte pode contribuir, por primeiro, a fazer com sua própria voz um discurso autêntico sobre o passado próximo antes de abrir espaço àqueles que não terão dele senão os vestígios e, precisamente, os testemunhos.[1]

Rousso destaca que a particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto no qual o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um "ainda-aí". E isso apresentará algumas escolhas.

Segundo Marieta de Moares, o aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX.[2]

Ainda de acordo com a autora, a despeito desse crescente e permanente interesse no presente, e da afirmação desse novo campo de trabalho, a história do tempo presente continuava

[1] ROUSSO,Henry.A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro.FGV.2016
[2] FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

enfrentando dificuldades para se legitimar por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação. “Que denominação utilizar, que recortes cronológicos selecionar”? indaga Marieta de Moraes.

Para tentar responder à questão levantada cabe reproduzir uma passagem de Hermann Heimpel citada por Henry Rousso:

> Então quando começa o presente respectivo de uma época? Começa com o último acontecimento constitutivo, aquele que determina a sua existência.(...) Partindo desse exemplo, poder-se- ia dizer que cada presente de uma dada época começa com a última catástrofe em data.(...) Certamente, esse termo mascararia o essencial Mas não é o fato mesmo de ser vítima de catástrofes, por mais violentas que sejam, que marca sozinho a origem do presente, o presente não começa em todo lugar em 1945, mas é com a catástrofe que se inicia o presente da estrutura histórica daqueles que são vítimas.. (HEIMPEL 1957:12 apud ROUSSO 2016:25)

Henry Rousso destaca ao enfatizarmos a catástrofe como origem provisória de um tempo presente cujo caráter fugaz ela aceita, esta concepção historiográfica, cujas premissas remontam a 1917-18, se insere em uma visão discreta da história, em ruptura com a lógica da modernidade revolucionária que repousou antes na ideia de uma continuidade, de uma linearidade, de uma realização, sobretudo em direção ao Progresso.

Como destaca Carlos Fico, a tensão entre a pragmática metodológica da História e a memória de eventos traumáticos apresentam-se como complexos problemas teóricos que têm acirrado o debate sobre a história do tempo presente, em sua versão do século XX, ainda que, evidentemente, não se relacione exclusivamente a ela. [3]

Justus Hashagen dizia que embora houvesse o problema da perspectiva e do recuo, a modalidade deveria buscar afirmar-se cientificamente, distinguindo-se das avaliações meramente políticas ou ligeiras sobre os temas contemporâneos. (apud Fico 2010:69)

Segundo Fico, a criação do Instituto do Tempo Presente, na França, em 1978, teve a capacidade de estabelecer, pelo debate que se seguiu, uma série de argumentos que tinham o objetivo explícito criar um novo campo disciplinar, diferente não só da modalidade existente até o século XIX, mas também novo em relação à história do tempo presente praticada desde o fim da Guerra.[4]

Sobre a periodização da história do tempo presente, observa-se que uma distinção básica relaciona-se ao caráter convencional ou realistas das propostas de periodização, ou seja, trata-se de apenas decidir que um dado período histórico passará a ser reconhecido por esse ou quele

[3] FICO, Carlos. “História que temos vivido”. In: VARELLA, Flávia et al (orgs.). Tempo presente & usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012; p 69
[4] Ibid.p 70

nome, ou podemos distinguir um conjunto específico de características peculiares inerentes à época que nos interessa? Indaga, Carlos Fico. Nesse sentido, o autor ressalta que as propostas que estabeleceram marcos fundacionais (como a II Guerra Mundial), ou que delimitam o período pelo número de gerações que deve abarcar, situam-se na perspectiva convencionalista, ao passo que as definições baseadas específicas do século XX- como o caráter traumático do Holocausto ou a exacerbação do fenômeno da memória- inserem-se na perspectiva realista.[5]

De acordo com Antonio Elibio, os conceitos de "passado", "presente" e "futuro" expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e as experiências que uma pessoa tem dela.[6]

Ele destaca que a retomada da história política vai exercer, tanto intelectualmente, quanto cientificamente, um papel fundamental na consolidação da história do tempo presente. A repercussão dos acontecimentos políticos do final do século XX, tais como o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim irão impactar os historiadores na sua tentativa de explicar o presente. Assim, para os historiadores do tempo presente, o surgimento de uma hipótese metodológica que considera que a História não apenas o estudo do passado, mas também do passado no presente, irá proporcionar ao campo uma nova área de investigação.[7]

Como a imprensa se constitui num dos principais meios de construção de temporalidades na sociedade contemporânea, considerando ainda que cabe aos meios de comunicação produzir as versões da história com maior poder de circulação e de influência. Como o funcionamento do regime democrático depende da maneira como a difusão das informações é controlada, a atuação dos meios de comunicação assume um papel de destaque devido ao seu poder de, de acordo com seus interesses, conferir visibilidade/legitimidade à determinados assuntos e/ou grupos ao mesmo tempo que estigmatiza grupos e interdita pautas, constituindo-se em um importante ator político. Nesse sentido historicizar o discurso da imprensa torna-se tarefa fundamental para os historiadores do tempo presente. A questão do antipetismo no discurso da grande imprensa hoje se apresenta como tema privilegiado para o exercício de tal tarefa.

[5] Ibid. p 74
[6] ELÍBIO, Antonio Manoel e SANTOS, Rosenilson da Silva. "O nascimento de um novo campo de pesquisa; a história do tempo presente". In: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael (orgs). Tempo presente: uma história em debate. Rio de Janeiro: autografia; Recife: EDUPE, 2019.p.20
[7] Ibid p 21

Representações do PT no jornal O Globo

O caráter mobilizador do antipetismo foi amplamente utilizado pelos meios de comunicação nas eleições de 1989,1994 e 1998.No ano eleitoral de 2002, porém, pode-se perceber uma redução da virulência das campanhas midiáticas que visavam a desqualificar a PT. Essa mudança de enfoque na cobertura realizada pela grande mídia aos assuntos relacionados à política, deve-se à mudança, promovida pelo partido, do discurso mais incisivo de mudança que o caracterizou nas eleições passadas, por um outro mais conciliador, que pregava a continuidade de muitas das medidas implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, apresentando-se, assim, menos hostil aos interesses dos grandes grupos financeiros e conglomerados midiáticos .A partir de 2005, entretanto, com a espetacular repercussão do "Mensalão", o antipetismo é resgatado e revestido por um pseudomoralismo. Desde então, é possível notar uma profusão de discursos na imprensa brasileira que buscavam compreender as crises e as contradições pelas quais passava o país com base numa estratégia de apresentar a corrupção não como um problema endêmico e estrutural da política nacional, mas como uma característica exclusiva e constitutiva do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de um contexto de construção do imaginário político nacional, no qual a mídia exerce um papel crucial nos conflitos simbólicos ou ideológicos acerca da imagem do outro como inimigo a ser identificado.

A intensiva e seletiva cobertura da mídia acerca de assuntos relacionadas à corrupção concorre para estigmatização do PT como o "grande mal a ser combatido". O caráter mobilizador do antipetismo não se restringiu ao partido e aos movimentos a ele associados, mas estendeu-se a todo espectro político progressista. Como as grandes corporações midiáticas concentram grande influência na circulação de informações, outras perspectivas são excluídas ou têm seu alcance bastante reduzido, apresentando um cenário quase impermeável ao dissenso.

Essa transcrição enviesada da realidade política empreendida pela mídia e apresentada à população como consensual é marcada pela ausência de contextualizações históricas e sociais dos fatos, por artimanhas discursivas e/ou por processos de espetacularização que visam a transformar processos de corrupção em dramas maniqueístas de ficção protagonizados por "heróis" e "bandidos".

Os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas , uma função central na difusão de representações do mundo social .As sociedades constroem sua visão de mundo muito sob a influência do que é produzido e/ou é escolhido para ser propagado pela mídia .Assim , a posição reservada à mídia no cenário político brasileiro e seu papel na conformação de

preferências políticas devem ser objetos de estudo, do modo a possibilitar a desconstrução de narrativas que reivindicam uma posição de neutralidade dos meios de comunicação nas questões que envolvem a política nacional.

Ignácio Ramonet observa que, em virtude da concentração excessiva dos meios de comunicação, a imprensa está passando para as mãos de indivíduos que poderiam ser chamados de oligarcas. Eles são donos de uma grande fortuna e, como os preços dos jornais impressos afundaram em razão da crise, podem comprar e dispor de publicações. Mas eles não fazem isso para ganhar dinheiro, pois atualmente ganha-se pouco dinheiro com a imprensa escrita. Portanto o interesse em adquirir publicações escritas justifica-se pelo desejo de ganhar influência, de ter um projeto ideológico, um projeto político, um projeto dominante.[8]

Ao voltar sua análise para o surgimento da imprensa de massa na metade do século XIX, Ramonet aponta para o nascimento de um novo ator: a opinião pública, tal como a chamamos hoje. A imprensa constrói, cria a opinião pública. Ramonet cita Pierre Bourdieu, "a opinião pública não existe, ela é o reflexo dos meios de comunicação"; se não existisse comunicação de massa, não haveria opinião pública, e sim pressupostos e crenças. A opinião pública pressiona os poderes legítimos, além disso, transmite a eles seus descontentamentos ou sua desaprovação sobre determinada medida, sendo um agente imprescindível ao bom funcionamento da democracia atual.[9]

Ainda que reconheça o indispensável papel da mídia para a consolidação da democracia, Ignacio Ramonet ressalva que, dominada pelos poderes econômico e financeiro, a mídia tem comprometida sua capacidade de exercer o contrapoder, tornando-se, assim, um poder complementar para oprimir ou manter a opressão e a desigualdade social. O surgimento dos poderes midiáticos como um quarto poder, permitiu melhorar a democracia, uma vez que exercia um contrapoder em relação aos outros três poderes.[10]

Pascual Serrano também atenta para a análise do papel desempenhado pela mídia, salientando que o termo "quarto poder" começou a ser utilizado para denominar os meios de comunicação durante a Revolução Francesa. Ele ressalta que, apesar de ameaçados pelo poder econômico, os outros três poderes mantêm mecanismos de democracia e controle público de maior ou menor efetividade. No entanto, foi o quarto poder que se viu totalmente permeado e submetido ao poder econômico. Os processos políticos neoliberais nas décadas de 1980 e 1990

[8] RAMONET,Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In MORAES, Denis de (org.). Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo, 2013.p 61-62
[9] Ibid, p 65
[10] Ibid, p 65-66

arrasaram os sistemas públicos de informação, acrescenta-se a isso o a atuação cada vez mais elaborada e potente que os meios de comunicação adquiriram nas sociedades democráticas, nas quais a formação da opinião pública se constitui num elemento essencial para o exercício do poder.[11]

Pascual Serrano aponta para um aspecto essencial na relação entre os meios de comunicação e os grupos econômicos:

> (...) o poder midiático não é submetido a controles econômicos como os demais. Um deputado, um servidor público, um ministro ou um juiz acabariam na prisão se recebessem dinheiro de um setor ou de uma pessoa em litígio. Todos os dias, a mídia recebe dinheiro (seja com publicidade ou por outra via) de setores interessados ou com vocação de influência social. Ao contrário também dos outros poderes, a mídia não tem um contrapoder. O governo tem a oposição, os empresários têm os sindicatos, as empresas têm as associações de usuários. Não há contrapoder para o poder midiático. (SERRANO,2013, p 73)

Nesse sentido, torna-se claro o apoio dos grandes meios de comunicação aos políticos que propuserem mais poder para o mercado em detrimento do cidadão. Os jornais, assim como os outros meios de comunicação, com seus editoriais, seus colunistas, suas reportagens por encomenda e suas informações manipuladas, se voltarão contra qualquer um que ousar atentar contra os privilégios do mercado, uma vez que foram criados para defendê-lo.

Marilena Chauí destaca que, em tempos passados um jornal impresso era essencialmente um órgão de notícias. Ela pontua que um jornal tinha opiniões e essas eram expressas, de um lado pelos editoriais e por artigos de não jornalistas, e, de outro, pela maneira como ele apresentava a notícia (escolha das manchetes, determinação da página na qual deveria aparecer, tamanho do texto, presença ou ausência de fotos etc). A autora observa, porém, que os meios eletrônicos e a televisão noticiam os fatos enquanto estes estão ocorrendo, prejudicando assim a função noticiosa do jornal, uma vez que a notícia impressa é posterior à sua transmissão pelos meios eletrônicos e pela televisão.[12]

Como resultado dessa impossibilidade do jornal impresso competir em velocidade de informação com outros meios, a filosofa aponta: a apresentação da notícia de forma incompleta, rápida e, muitas vezes, inexata e, como principal implicação, a transformação gradual do jornal de um órgão de notícias em um órgão de opinião. Assim nas palavras da própria autora:

[11] SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In. In MORAES, Denis de (org.). Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo, 2013.p,72
[12] CHAUÍ,Marilena.Meio de comunicação, democracia, autoritarismo e poder.In.MORAES.Dênis de (org).Poder midiático e disputas ideológicas,Rio de Janeiro, Consequência, 2019,p24

> Gradualmente desaparece uma figura essencial do jornalismo: o jornalismo investigativo que cede lugar ao jornalismo assertivo ou opinativo. Os jornalistas passam, assim, a ocupar o lugar que, tradicionalmente, cabia a grupos e classes sociais e a partidos políticos e, além disso, sua opinião não fica restrita ao meio impresso, mas passa a servir como material para noticiários de rádio e de televisão, ou seja, nesses noticiários, a notícia é interpretada e avaliada graças à referência às colunas de jornais. (CHAUÍ, 2019, p, 25)

Segundo a filósofa, essa mudança traria como uma de suas implicações principais a possibilidade de o jornalista, como concentra poderes e forma a opinião pública, se sentir tentado a criar a própria realidade, ou seja, sua opinião passa a ter o valor de um fato a ser tomada com um acontecimento real. Todo esse processo interfere diretamente na transformação da verdade e da falsidade em questão de credibilidade e plausibilidade.[13]

De acordo com Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, o fato de que os meios de comunicação de massa disseminem representações sociais mais afinadas aos interesses de alguns grupos, e não de outros, tem implicações sobre o processo mais amplo de formação das preferências. Os valores associados aos grupos em vantagem nesse processo são apresentados como adequados e "socialmente" valorizados, ou seja, valorizados por toda sociedade, em um processo no qual a manifestação de julgamento a partir de determinadas posições na sociedade se realiza, ganhando o status de julgamentos socialmente compartilhados[14]

Em relação a atuação do jornalismo como gestor de consenso, Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, observam que parte do poder de criar consenso do jornalismo reside na sua alegada imparcialidade. Nesse sentido, ele se apresenta como capaz de determinar quais são as preocupações centrais da sociedade num determinado momento e quais contribuições relevantes aos debates sobre elas. A capacidade de tomar tais decisões "objetivamente" implica se situar acima dos interesses parciais em conflito. Idealmente, o jornalismo se coloca em uma realidade autônoma em relação às disputas e conflitos. Assim, quanto maior a eficácia dos meios de comunicação em parecerem imparciais, maior a possibilidade de lograrem êxito na sua tentativa de conformar preferências.[15]

Ainda sobre o consenso, Dênis de Moraes ressalta que busca-se reduzir ao mínimo o espaço de circulação de visões alternativas e contestadoras, mesmo que estas continuem se manifestando, se reelaborando e resistindo. A meta, de acordo com ele, é deter análises e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos acontecimentos e sua

[13] Ibid, p.26
[14]BIROLLI,Flávia e MIGUEL,Luis Felipe.Notícias em disputa: mídia, democracia, e formação de preferências no Brasil.São Paulo, Contexto,2017,p,44
[15] Ibid, p.63

aceitação por parte dos indivíduos, grupos e classes. Ao falar em dissenso refere-se à acepção dada a essa palavra por Jacques Ranciére:

> Dissenso quer dizer uma organização do sensível na qual não há realidade oculta sob as aparências, nem regime único de interpretação do dado que imponha a todos sua evidência. É que toda situação é passível de ser fendida no interior, reconfigurada sob um outro regime de percepção e significação. (...) O dissenso põe em jogo, ao mesmo tempo, a evidência do que é percebido, pensável e factível e a divisão daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum. É nisso que consiste o processo de subjetivazão política: na ação de capacidades não contadas que vêm fender a unidade dom dado e a evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível. (RANCIÉRIE, p 48-49 apud MORAES, 2016, p, 14)

Dênis de Moraes argumenta que o consenso fabricado no interior da mídia costuma não tolerar o dissenso, um sintoma dessa interdição e a maneira como reivindicações de movimentos sociais e minorias costumam ser tradadas. São subestimadas, ou ignoradas, quando não desqualificadas sob o argumento de que defendem propostas "radicais", "populistas".[16]

Um aspecto muito importante no que diz respeito a atuação dos meios de comunicação na conformação do entendimento acerca dos fatos são os julgamentos presentes no noticiário. Assumidos como reflexos de julgamentos exteriores e compartilhados pelo público, os julgamentos presentes nos noticiários representam concepções que se impõem como consensuais. Nesse sentido, o discurso jornalístico é aprovado por um senso comum que ele mesmo concorre para formar. Sendo, em última instância, legitimado pelas relações de poder com as quais ele colabora para naturalizar.[17]

Em sua análise acerca dos meios de comunicação, Dênis de Moraes salienta que eles propagam juízos de valor e sentenças sobre fatos e acontecimentos, como se autorizados a funcionar como uma espécie de tribunal, sem delegação para tal. Sua intenção, assumida mas não declarada, é disseminar informações, ideias e princípios que ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de determinadas concepções de mundo. Embora busquem se apresentar como neutros, são parciais, tomam partido defendem com unhas e dentes o lado que escolheram. Entretanto alegam que só manifestam as suas posições nos editoriais- como se as pontuações ideológicas não pudessem ser desveladas na hierarquização das notícias, em manchetes e títulos, nas tramas discursivas. Quando se proclamam intérpretes do senso comum e da vontade geral, querem resguardar-se de questionamentos e proteger-se de impugnações, pois, na verdade, divulgam suas próprias avaliações do real histórico.[18]

[16] MORAES,Dênis de.Crítica da mídia e hegemonia cultural.Rio de Janeiro,Mauad X Faperj,2016,p,114
[17] BIROLI e MIGUEI. Op.cit,p,71-72
[18] MORAES.Op.cit p.112

Sobretudo nos momentos de crise do sistema representativo, de acordo com a análise de Dênis de Moraes, a imprensa assume as vezes um peso desproporcional na vida social incidindo na definição de juízos e na escolha de governantes, pressionando governos politicamente vulneráveis e se beneficiando dos vínculos com o poder econômico e financeiro.[19]

Sobre a relação entre os meios de comunicação e a democracia, Venício de Lima atenta para o perigo que pode representar para o regime democrático a campanha de desqualificação empreendida pela mídia contra o sistema político e recorre à citação de uma observação de Maria do Carmo Campello de Souza, para corroborar sua argumentação:

> A intervenção da imprensa, rádio e televisão no processo político brasileiro requer um estudo linguístico sistemático sobre o "discurso adversário" em relação à democracia, expresso pelos meios de comunicação. Parece-nos possível dizer [...] que os meios de comunicação têm tido uma participação extremamente acentuada na extensão do processo de system blame [...]. Deve-se assinalar o papel exercido pelos meios de comunicação na formação da imagem, pública do regime, sobretudo no que se refere à acentuação de um aspecto sempre presente na cultura política do país – a desconfiança arraigada em relação à política e aos políticos – que pode reforçar a descrença sobre a própria estrutura de representação partidária-parlamentar. [...] O teor exclusivamente denunciatório de grande parte das informações acaba por estabelecer junto à sociedade [...] uma ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos. [...] A despeito da evidente responsabilidade que cabe à imensa maioria da classe política pelo desenrolar sombrio do processo político brasileiro, os meios de comunicação a apresentam de modo homogeneizado e, em comparação com os dardos de sua crítica, poupam outros setores [...]. Tem-se muitas vezes a impressão de que corrupção, cinismo e desmandos são monopólio dos políticos, dos partidos ou do Congresso.[20]

Analisando o contexto no qual se deu a reemergência da direita brasileira, Luis Felipe Miguel destaca que apesar da postura moderada dos governos petistas, o combate ao comunismo voltou a ser evocado para combater o PT, o que suscitou "notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo." [21]

Ele atenta para o estratagema utilizado pela mídia de apresentar o voto como uma expressão moral, o que só encontra lastro na representação que a própria mídia imputa aos eleitores. Nesse sentido, acusações de incompetência, ignorância ou venalidade do eleitorado

[19] MORAES. Dênis. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas.In.MORAES,Dênis.(org).Poder midiático e disputas ideológicas.Rio de Janeiro.Consequência 2019,p,39

[20] SOUZA,Maria do Carmo Campelo de.A Nova República brasileira:sob a espada de Dâmocles.In STEPAN Alfred(org) Democratizando o Brasil ,Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988p.586-9 Apud Lima, Venício de Arthur.Mídia, rebeldia urbana e crise de representação .In ARANTES,Paulo .Cidades rebeldes.São Paulo,Boitempo,2015,p,80

[21] MIGUEL,Luís Felipe .A reemergência da direita brasileira.In.SOLANO,Esther.O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.São Paulo, Boitempo,2018,p,21

mais pobre, que se tornaram correntes após a reeleição de Lula, levaram à defesa aberta do desrespeito aos resultados eleitorais quando eles desafiavam "uma suposta racionalidade superior". E as críticas pontuais aos programas sociais, que supostamente estimulariam a preguiça e desencorajariam o esforço próprio, se fortaleceram com um discurso meritocrático que concebia a desigualdade como a retribuição justa às diferenças entre os indivíduos.[22]

Cria-se, então, uma vinculação importante entre a percepção da corrupção petista e o preconceito de classe. De 2006 em diante, após cada eleição presidencial, a mídia recorre à "especialistas" que, analisando os mapas de votação, deduzem que a vantagem eleitoral do PT provinha das regiões mais pobres do país, em particular do Nordeste. Isso seria uma indicação de que o eleitorado pobre era desinformado ou, pior, carente de ética, disposto a votar em "ladrões" desde que eles lhe oferecessem ganhos, como os programas de garantia de renda.[23]

Assim, o sentido do voto é o sentido conferido a ele de acordo com visões baseadas nos interesses dos grupos que controlam a produção e circulação de discursos e representações.

Jessé Souza argumenta que o tema da corrupção seletiva é manipulado pela mídia e possui natureza indefinida e abrangente criado para ser utilizado de acordo com os interesses de quem o operacionaliza. Como não se sabe nem se define com precisão o que é corrupção, esta passa a ser uma construção arbitrária daquilo que o inimigo político faz. Nesse sentido, todos os golpes de Estado no Brasil tiveram a corrupção como mote, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político de ocasião.[24]

De acordo com Jessé Souza, a elite do dinheiro com a participação da mídia, criou o "bode expiatório" da corrupção só da política para desviar a atenção da sua corrupção disfarçada em legalidade.[25]

Assim procedeu-se uma campanha da mídia que visava a demonizar a política, enquanto se ocultava uma corrupção muito maior. Nas palavras do próprio Jessé:

> (...) quem rouba de verdade e centenas de vezes mais, sem exagero retórico, é o mercado e seus donos. O Estado e a política são meros "paus mandados" dos donos do mercado, como todos puderam ver e ouvir no episódio das malas com Aécio e Temer. Mas esse roubo é tomado invisível por uma sociedade que foi imbecilizada por ideias que dizem que tudo que vem do mercado é virtude, como empreendedorismo, honestidade e trabalho duro; e tudo que vem do Estado, desde que se queira usar uma pequena parte dos recursos para a imensa maioria despossuída, é corrupção. Simples assim. E assim que os donos do mundo imbecilizam e moralizam a opressão que exercem. Somos saqueados todos os dias pelos juros mais altos do

[22] Ibid,p.23
[23] Ibid, p 25
[24] SOUZA,Jessé.A radiografia do golpe:entenda como e por que você foi enganado.Rio de Janeiro.Leya,2016,p,11
[25] SOUZA,Jessé.O engodo do combate à corrupção.In.VALIM,Rafael e SOUZA,Jessé(orgs).Resgatar o Brasil.São Paulo,Boitempo,2018,p,14

> mundo, os quais sem nenhum motivo racional estão embutidos no preço de tudo que compramos, vendem a preço de banana nossa riqueza e nossos ativos para o futuro, temos uma das comunidades mais sólidas de sonegadores de impostos do planeta, e o povo imbecilizado acredita que o problema é a corrupção apenas na política, a qual é milhares de vezes menor. (SOUZA In VALIM e SOUZA (orgs), 2018, p, 25)

As distorções sistemáticas da realidade promovidas pela mídia dificultam a percepção acerca do entendimento da questão da corrupção na sociedade brasileira. Muito dessa distorção só é possível devido à "violência simbólica exercida pela elite sobre a classe média". Um tipo de violência que -diferente da violência física, material dirigida às classes populares- "não é entendida enquanto tal, uma vez que se vende como se fosse convencimento". O mecanismo principal desse tipo de dominação é uma imprensa que vende uma informação e uma interpretação enviesada da vida, que apresenta a corrupção não como resultado das relações do poder político com o poder econômico, mas como desvio de caráter de um indivíduo ou de um grupo/partido, que precisa ser combatido com uma punição mais severa dos culpados.[26]

A cobertura intensiva e espetacular da mídia acerca da corrupção, relacionando-a exclusivamente ao PT, estigmatizando o partido como o grande mal a ser combatido já assinala uma atividade de planejar previamente a legitimação das ações arbitrárias a serem implementadas contra o partido. Observa-se, nesse caso, a utilização do que Jean-Marie Domenach classificou como "técnica de tapeação" que "consiste em sobrecarregar o adversário de seus próprios erros".[27]

Nesse sentido a própria forma referencial, adaptando um conceito utilizado por Ruberval Ferreira na sua análise sobre os aspectos linguísticos da cobertura aos atentados de 11 de setembro, "maior escândalo de corrupção", "partido mais corrupto", sintetiza "uma postulação inquestionavelmente perigosa do ponto de vista ético-político, porque constitui por ela mesma um sólido argumento para a legitimação de qualquer reação" contra o inimigo em questão"[28]

Cultura política: conceito e aplicação

Serge Berstein observa que a noção de cultura política é complexa e, consequentemente, sua definição não é simples. Ainda de acordo com ele, a cultura política constituí um conjunto coerente no qual todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Não obstante a dificuldade

[26] SOUZA,Jessé.A elite do atraso- da escravidão à Lava Jato.Rio de Janeiro,2017,p,213-220
[27] DOMENACH.Jean-Marie.A propaganda política.São Paulo,Difusão Européia do Livro.1955.p.65
[28]FERREIRA.Ruberval.Guerra na língua:-mídia, poder e terrorismo.Ceará.Eduece.2005,p,205

em encontrar uma definição, não devemos nos contentar com uma caracterização ampla e abstrata, sendo necessário analisar o conteúdo da noção de cultura política e possivelmente aplica-la e avaliar sua eficácia explicativa.[29]

De acordo com Berstein, a proposta de possibilidade de leitura do político por meio da cultura política só tem evidentemente interesse se oferecer a perspectiva de melhor fazer compreender a natureza e o alcance dos fenômenos que é suposto explicar.

Ele destaca que, para os historiadores, é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados se apresenta bastante ampla, temos então uma cultura política dominante.

Em relação ao surgimento da cultura política, Berstein ressalta que a complexidade do fenômeno indica que seu nascimento resulta das respostas dadas por uma sociedade aos grandes problemas e às grandes crises de sua história.[30]

A campanha empreendida pelos veículos de comunicação visando à criminalização da política com a meticulosa espetacularização dos casos de corrupção concorreu para gerar uma crise de representação em reação a qual uma cultura política caracterizada pelo surgimento e/ou consolidação de autodenominados *outsiders*, que por se apresentarem como "candidatos do povo" seriam, supostamente, os representantes das classes populares na política nacional.

Segundo Serge Berstein, o que acaba por conferir ao homem uma cultura política é uma convergência de influências variadas. Esta cultura política, portanto, é adquirida no interior do clima cultural em que está imerso cada indivíduo pela difusão de temas de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, repetidos, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes. Nesse sentido, através de uma conquista cultural dos espíritos, prepara-se o terreno para uma futura conquista política.[31]

No que se refere à mudança cultural que enseja uma mudança política, cabe destacar as mudanças ocorridas que levaram à estigmatização do Partido dos Trabalhadores; estas como destaca Rubens Casara, promoveram um "empobrecimento do subjetivo", empobrecimento este que se manifesta de maneira explicita na linguagem. Assim nas palavras do próprio autor:

> Na era empobrecimento da linguagem, não há espaço para a negatividade que é condição de possibilidade tanto da dialética quanto da hermenêutica mais sofisticada. Tudo deve se apresentar como simples e direto para evitar os conflitos, as dúvidas e

[29] BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
[30] Ibid ,p 355.
[31] Ibid, p357

> as percepções que é possível ou necessário mudar. Aposta-se, então , em explicações hipersimplistas dos eventos humanos, o que faz com que sejam interditadas as pesquisas, as ideias e as observações necessárias par um enfoque e uma compreensão adequada dos fenômenos. [32]

Nesse sentido, a solução simplista defendida por setores conservadores, amplificada pela grande mídia, apontava como solução para todos os males que assolam o país a retirada do poder do Partido dos Trabalhadores e sua caracterização com grande mal a ser combatido, prescindindo de uma análise aprofundada capaz de apontar as origens estruturais dos problemas do país.

Ainda de acordo com Berstein, a força da cultura política como elemento determinante do comportamento do indivíduo resulta, em primeiro lugar, da lentidão e da complexidade de sua elaboração. Adquirida no decurso da formação intelectual, beneficia do caráter das primeiras aprendizagens. Reforçada pela confrontação destas com os acontecimentos surgidos durante a existência humana, continua a aumentar em poder de convicção e no papel de chave de leitura do real. A habituação do espírito à sua utilização como grelha de análise acaba por torná-la um fenômeno profundamente interiorizado e que, como tal, é impermeável à crítica racional, porque esta faria supor que uma parte dos postulados que constituem a identidade do homem fosse posta em causa.[33]

À luz das ideias expostas acima, podemos compreender como que a narrativa -veiculada pela grande mídia sem qualquer contextualização histórica e que se apresenta como consensual -elegeu o Partido dos Trabalhadores como o inimigo a ser combatido, naturalizando o antipetismo que, interiorizado, torna-se difícil de ser contestado, mesmo com os mais embasados argumentos.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.2002

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. Eles mudaram a imprensa. Rio de Janeiro, FGV. 2003.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica Almeida. Mídia e política no Brasil. Jornalismo e ficção. Rio de Janeiro, FGV. .2003.

ALSINA, Maria. A Construção da notícia. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ARANTES, Paulo(org). Cidades rebeldes. São Paulo, Boitempo, 2015

BAKHTIN, Mikhail. 1979. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, HUCITEC.

[32] CASARA. Rubens. Bolsonaro o mito e o sintoma, São Paulo.Contracorrente,2020 pg12

[33] BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.p.360

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

BIROLLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Notícias em disputa: mídia, democracia, e formação de preferências no Brasil. São Paulo, Contexto, 2017

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva.1974

---------- A economia das trocas linguísticas. São Paulo, Edusp.1998,

_____. 1997. Sobre a televisão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CALIL, Gilberto. “História imediata e marxismo.” Comunicação apresentada no Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina. 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus. 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaios. Bauru, EDUSC. 2005.

CASARA. Rubens. Bolsonaro o mito e o sintoma, São Paulo.Contracorrente,2020

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. São Paulo. Paz e Terra,2015

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto. 2015.

CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.. 2002

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. A manipulação do público. Política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo, Futura. 2003

DOMENACH. Jean-Marie. A propaganda política. São Paulo, Difusão Européia do Livro.1955.

ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael (orgs). Tempo presente: uma história em debate. Rio de Janeiro: autografia; Recife: EDUPE, 2019

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. Journal of Communication, v. 43, n. 4 p. 8-51, 1993

FACINA, Adriana. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2004

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FERREIRA. Ruberval. Guerra na língua:-mídia, poder e terrorismo. Ceará. Eduece. 2005

GOMES, Wilson.. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo.Paulus.2004

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v.2)

_____.. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro.

LIMA, Venício A. de. Mídia: Teoria e Política. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
MIGUEL, Luis Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.São Paulo. Expressão Popular,2019

MORAES, Dênis. Planeta mídia. Tendências da comunicação na era global. Campo Grande, Letra Livre. 1998.

____. (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record. 2003.

- (org.). Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo,2013.

---(org). Crítica da mídia e hegemonia cultural. Rio de Janeiro, Mauad X Faperj,2016

--- (org) Poder midiático e disputas ideológicas, Rio de Janeiro, Consequência, 2019

RANCIÉRE, Jaques. Momentos políticos. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010

RÉMOND, René (ORG.) Por uma história política. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV. 1996.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro.FGV.2016

SILVA, Carla Luciana Souza da. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Tese de Doutorado. Niterói UFF.2005

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, FGV. 2000

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Graal.1977

SOLANO, Esther. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo,2018

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro.Leya,2016

---- A elite do atraso- da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro,2017

STEPAN Alfred (org) Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Vol.II – a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis, Insular. 2005.

TRAVANCAS, Isabel. O mundo dos jornalistas. São Paulo, Summus.1993.

VALIM, Rafael e SOUZA, Jessé (orgs). Resgatar o Brasil. São Paulo, Boitempo,2018, p,14

VARELLA, Flávia et al (orgs.). Tempo presente & usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012

Afirmação de uma identidade negra nas páginas do periódico Quilombo e a influência dos "Poetas da Négritude"

José Manuel Faria
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

O presente artigo pretende analisar a constituição de uma identidade negra nas páginas do jornal **Quilombo** a partir do conceito de negritude e da influência de autores como o martiniquense Aimé Césaire, o guianense Léon Damas, e o senegalês Léopold Sédar Senghor. O estreito diálogo destes pensadores e poetas com a segunda geração do movimento negro brasileiro, tendo Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro (TEN) na sua vanguarda, foi decisivo para a emergência de um novo sentido para o que era ser negro no Brasil daquela época.

A primeira metade do século XX no Brasil passou por importantes elaborações e transformações sobre sentido da modernidade. Novas instituições políticas surgiram no rastro dos conflitos políticos entre setores das elites ou ainda entre estas elites e as camadas populares. O surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 e a Semana de Arte de Moderna de 1922, o Movimento Tenentista, a Coluna Preste, as grandes reformas urbanas são reflexos dessa modernização das ideias que agitavam o cenário político e desencadearam o movimento de 30. Busca-se em diversos locais e momentos uma europeização dos espaços e costumes, e no quesito racial se incentivava à imigração de rosto europeu, tendo em vista o "ideal de branqueamento" das elites da época, assim como por uma política eugenista para "melhorar as características genéticas da população brasileira". Jerry Dávila em seu livro *Diploma de brancura* nos informa com mais detalhes sobre essa questão:

> Eugenia foi uma tentativa científica de "aperfeiçoar" a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários – noção popular por toda a Europa e Américas no período entreguerras. Os cientistas voltaram-se para a eugenia como uma ciência de ampla abrangência, que combinava diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente em práticas e receitas que visavam geralmente a "melhorar" uma população nacional. [...]
> Essa variedade de eugenia combinava bem com as ideias sobre raça defendidas pelas elites brasileiras, que admitiam a inferioridade dos pobres e não brancos e, assim, buscavam a possibilidade de recuperar essa população e, conseqüentemente, a nação. Para os brasileiros que a adotavam, a eugenia não era apenas um meio de aperfeiçoar indivíduos ou grupos específicos. Era uma forma de superar o que eles percebiam ser as deficiências da nação, aplicando uma série de diagnósticos e soluções científicas. Tratava-se de um nacionalismo eugênico, que congregou médicos, sociólogos, psicólogos, higienistas e antropólogos. Essas autoridades científicas procuravam vias em meia às políticas e instituições públicas para aplicar

> suas mãos curativas sobre a população a quem costumavam encarar com brando desprezo.[1]

Da mesma forma, esta mesma elite debatia desde o século XIX as políticas de imigração tendo como pano de fundo a suposição de que os brasileiros estavam ficando mais brancos e continuariam nesse caminho, talvez acreditando na afirmação do influente antropólogo João Batista de Lacerda que em 1911 teria profetizado que em cem anos não haveria mais negros no Brasil. Vejamos, como exemplo destas elites, um dos mais destacados defensores deste "ideal de branqueamento", o sociólogo e jurista conservador Oliveira Vianna, na visão do historiador americano Thomas Skidmore:

> A posição de Oliveira Vianna como teórico do branqueamento – um dos principais elementos da filosofia racial da elite – acabou sendo apagada das interpretações históricas por culpa da ênfase exclusiva dada por ele a expressões oriundas das teorias obsoletas do racismo cientifico – "ariano", "superior", "inferior", "raças primitivas" e as medidas cranianas comparativas não eram mais expressões usadas pelos brasileiros esclarecidos na década de 20. Ainda assim, Oliveira Vianna usou esse léxico para chegar a uma conclusão incompatível com as premissas do racismo científico: que o Brasil estava chegando à pureza étnica por meio da miscigenação. O impacto público favorável das ideias de Oliveira Vianna se deu principalmente entre os brasileiros que prestavam mais atenção a terminologia arcaica, ou preferiram acreditar que ela não prejudicava a validade da conclusão. Em certo sentido, a contradição entre premissas e conclusões era extremamente tranquilizadora: se um acadêmico erudito que conhecia e esposava as prestigiosas teorias do racismo científico da Europa e da América do Norte concluía que o futuro étnico do Brasil estava assegurado, os brasileiros podiam se sentir realmente confiantes. [2]

Porém esta tentativa de modernização terá uma "área de sombra": uma identidade nacional ostensivamente polarizada, marcada pela enorme distância entre brancos e negros. Podemos afirmar que, neste momento, o Brasil ganhou definitivamente um "povo", inventando para si uma tradição e uma origem. No entanto, uma pergunta deve ser respondida: quem é este povo?

Esta tensão fica evidente, por exemplo, analisando o pensamento de Nina Rodrigues, nesta citação de seu livro *Os africanos no Brasil*, quando ele afirma:

> Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre um a nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando

[1] DÁVIDA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 31-32.
[2] SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 279-280.

> na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, uma associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim ameaçados de converterem-se em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. É esta, para um brasileiro patriota, a evocação dolorosa, do contraste maravilhoso entre a exuberante civilização canadense e norte-americana e o barbarismo guerrilheiro da América Central.[3]

Um dos mais importantes expoentes dessas novas interpretações da modernidade e deste "povo" será apresentada nas concepções de Gilberto Freyre. Nesta visão, não existem raças humanas, com diferentes qualidades civilizatórias inatas, mas sim diferenças culturais, como ensinava seu mestre, o antropólogo Franz Boas. O Brasil passa a se pensar como uma civilização híbrida, miscigenada, não apenas europeia, mas produto do cruzamento entre brancos, negros e índios, no que ficou estabelecido como o "mito das três raças", que já vinha sendo construído desde o século XIX na tradição de pensadores como Silvio Romero e Joaquim Nabuco. Assim, essa miscigenação racial adquiriu um novo caráter, agora positivo, era uma força e não uma franqueza. Ela seria capaz de absorver e até criar algo novo, abrasileirando as tradições e culturas dos outros povos por aqui chegados (rejeitando obviamente apenas aquelas que fossem incompatíveis com a modernidade desejada, por exemplo, africanos).

Assim, segundo esta interpretação, nós não teríamos uma "raça", afinal não somos mais brancos, índios e negros, mas uma nação e um povo mestiço. Entre os anos de 1930 a 1950, a exaltação de uma identidade nacional, pautada na pluralidade cultural e baseada no "mito das três raças", escamoteou o preconceito e a condição de subalternidade do negro na sociedade brasileira. Foi neste processo que surge outro mito, aquele em que se dizia que o Brasil era uma democracia racial.

O idílico cenário da democracia racial brasileira possui uma longa tradição. As imagens sobre essa peculiaridade e originalidade das relações étnicas entre brancos e negros no Brasil são recorrentes desde os anos finais do Império e o início da República. Encontramos a ideia que aqui se tinha escapado do problema racial, normalmente associado a uma comparação com a situação vivida pelo negro norte-americano, este sim, vivendo no "inferno racial", enquanto o negro brasileiro vivia em um "paraíso racial". Para ser justo, a ideia de um paraíso racial não é uma invenção recente de pensadores como Gilberto Freyre e de seu livro *Casa Grande & Senzala*. Aliás, a conhecida expressão "democracia racial" não é de sua autoria. Durante muito tempo, lhe foi atribuído essa responsabilidade. Por mais que em

[3] RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 15.

diversas paisagens de seus livros isto fosse evocado, ele nunca realizou esta citação de forma explicita neste período. Freyre fará uso de algo semelhante, por exemplo, em 1944, em uma conferência realizada na Universidade de Indiana, quando utilizou uma expressão sinônima – democracia étnica – e somente em 1962 utilizará tal expressão, no auge de sua polêmica defesa do colonialismo português na África, e no bojo da construção teórica do que ele denominou de "luso-tropicalismo".

Na literatura acadêmica, no entanto, o primeiro a utilizar o termo democracia racial parece ter sido o sociólogo norte-americano Charles Wagley em um dos volumes da série de estudos financiados pelo UNESCO. "O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial" teria compreendido Wagley sobre a questão racial no Brasil. [4]

Inclusive, foi o mesmo projeto patrocinado pela UNESCO[5] o responsável pela desconstrução do paraíso racial brasileiro. Pesquisadores como Roger Bastide, Florenstan Fernandes, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, entre outros, dialogando criticamente com os princípios colocados pela expressão, a interpretaram apenas como um mito. Sobre a construção do mito da democracia racial e da importância das reflexões desses autores, Emília Viotti da Costa comenta:

> Cerca de vinte anos depois, uma nova geração de cientistas sociais, estudando as relações raciais no Brasil, chegou a conclusões bastante diferentes. Estes cientistas acumularam uma nova quantidade de evidencias de que os brancos no Brasil foram preconceituosos e de que os negros, apesar de não terem sigo legalmente discriminados, foram "natural" e informalmente segregados. A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados. A caracterização ortodoxa predominante de que o Brasil é uma democracia racial passou a ser um mero mito para os revisionistas, que começaram a falar na "intolerável contradição entre o mito da democracia racial e a real discriminação contra negros e mulatos", e a acusar os brasileiros de terem o fundamental preconceito de não serem preconceitos.[6]

Seria importante assinalar que para a República, os negros e índios, neste projeto, são apropriados como objetos culturais, símbolos e marcos fundadores de uma identidade nacional brasileira. Devemos lembrar como na década de 1930 a capoeira, o samba, o futebol e o candomblé são conduzidos para o altar dos símbolos nacionais. Este mito fundacional é

[4] Para uma melhor compreensão da origem da expressão "democracia racial" ver o livro *Classes, Raças e Democracia* do professor Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, especialmente o capítulo 5, *Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito.*

[5] Para mais detalhes sobre o Projeto UNESCO ver os artigos de Marcos Chor Maio, *O Projeto UNESCO: ciências sociais e o credo racial brasileiro"*. e *O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50.*

[6] COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 368-369.

construído para dar um sentido, que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante, porém, não no seu tempo "real", mas de um tempo "mítico". Para oferecer um sentido "real" a esta mitologia, seriam necessárias "concessões simbólicas", como se depreende do trecho seguinte de Antonio Sergio Guimarães:

> Tal constelação simbólica se manifesta, no campo político, por concessões igualmente simbólicas. Lembre-se que a existência mesma do movimento negro contradiz o ideal de mistura, reificando um dos elementos de formação, que não deveria ter encarnação política, mas apenas cultural. Pois bem, quando essas concessões são feitas, elas correm o risco de permanecerem no papel. Isso é válido tanto para a absorção de símbolos da identidade afro-brasileira à cultura nacional, como até para a incorporação à ordem jurídico-normativa das reivindicações políticas do movimento negro, tais como os princípios constitucionais da não-discriminação e da integração socioeconômico dos negros.[7]

Se for verdade que agora somos um "povo", como dizia o mito, então teríamos que ter uma incorporação pela nossa "identidade nacional", dos símbolos, não de apenas um dos segmentos, os brancos, mas também dos símbolos da população negra e indígena. Porém, apenas a incorporação simbólica não determina a inclusão social da parcela negra da população. Era preciso ir além. E isto não ocorre. Como dizia Abdias do Nascimento citando Albert Camus: "*O espírito de revolta não é possível senão nos grupos em que uma igualdade teórica encobre grandes desigualdades de fato.*" Se é verdade que agora somos um "povo", mestiço como diz o mito, por que da ocorrência da segregação racial contra essas populações e a permanência da discriminação racial? Ainda segundo o líder negro Abdias do Nascimento:

> Integração social assim compreendida não deve, pois, ser confundida com o embranquecimento compulsório, o desaparecimento do negro e da negritude nos quadros étnicos de uma maioria predisposta a tragá-los. Extinguem o negro manipulando o regime imigratório, na imposição de um estado permanente de miséria, na hipertrofia da miscigenação, como o valor mais alto de nossa civilização. Não resta a menor dúvida: é o fim da raça negra Brasil. A integração não-racista que pregamos é outra. Corresponde à abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana.[8]

A não-integração do negro na sociedade brasileira passa então a ser elemento chave para a compreensão das relações étnico-raciais no Brasil, na medida em que a 'identidade nacional' é forjada, em grande parte, por meio daquilo que Benedict Anderson denominou de

[7] GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002, p. 121-122.
[8]NASCIMENTO, Abdias. *O Negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1982, p. 100.

"*comunidades imaginadas*"[9]. Já que não existe nenhuma "comunidade natural" em torno da qual se possa reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginados que permitam "ligar" pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum "sentimento" de terem qualquer coisa em comum. Como fazer esta "liga" dentro do contexto da situação do negro no pós-guerra, quando eles se percebem como cidadãos de segunda classe, não-cidadãos em sua própria pátria, como ter um sentimento de pertencimento a esta comunidade imaginada se uma grande camada da população negra se vê excluída desta comunidade? Inegavelmente toda a questão da identidade corresponde a um sentimento de pertencimento, é a forma de se reconhecer membro de uma comunidade. Ainda segundo Abdias:

> O problema continua: ninguém existe só e isolado de sua comunidade. Somos seres em relação. E isto é válido para os membros de uma família, de um povo, das nacionalidades, da comunidade humana.[10]

Stuart Hall chama a atenção para o erro de se entender a identidade como "plenamente unificada, completa, segura e coerente" [11]. Zygmaunt Bauman também descreve o caráter deslizante das identidades:

> Tornamo-nos conscientes de que o "pertencimento" e a "identidade" não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o "pertencimento" quanto para a "identidade". Em outras palavras, a ideia de "ter uma identidade" não vai ocorrer às pessoas enquanto o "pertencimento" continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. [12]

No período da pós-segunda guerra, os negros brasileiros enfrentaram os desafios dessa identidade nacional. Essa identidade nacional fragmentada pode ser compreendida através do conceito de "dupla consciência" elaborado por W. E. B. Du Bois, onde o pensador negro norte-americano analisa essa identidade negra partida, essa dualidade existente entre ser negro e filiado a uma determinada nacionalidade. Segundo Du Bois:

[9]ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[10] NASCIMENTO, *O Negro revoltado*..., p. 102-103.
[11] HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 13.
[12] BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecci*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005, p. 17.

> Todos sentem alguma vez sua dualidade – de um lado americano, um lado negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços inconciliáveis; dois ideais em guerra em um só corpo escuro, cuja força tenaz é apenas o que a impede de se dilacerar. [13]

Aqui cabe considerar que as preocupações expressas por Du Bois para os negros nortes americanos também se colocam para os negros brasileiros. Este paradoxo entre nacionalismo e "ser negro", também pode ser encontrado em diversos discursos dos líderes do movimento negro brasileiro, principalmente na liderança da segunda geração do movimento negro brasileiro. Homens e mulheres como Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Edson Carneiro, Solano Trindade, Ironides Rodrigues, Guiomar Ferreira de Mattos, Ruth de Souza entre outros e outras experimentaram esta dualidade da "dupla consciência" aspirando a uma nacionalidade que incluísse a população negra. Como já citamos anteriormente, estes militantes/intelectuais não estavam propondo nenhuma forma de rompimento com esta identidade nacional. Na verdade, o que eles buscavam era justamente a integração do negro na sociedade brasileira, portanto, neste sentido, eles são integracionistas, diferentemente da próxima geração do movimento negro que construiu no final da década de 1970 o Movimento Negro Unificado (MNU), onde podemos caracterizá-los como diferencialistas, ou seja, suas preocupações estavam mais voltadas para o que os diferenciava do restante da população[14].

Os dilemas das identidades nacionais estão relacionados também com as estruturas sociais e as construções históricas produzidas por essa comunidade. Conceitos e instituições como nação, pátria, classe, cidadania, povo, democracia, raça, gênero, tendem a provocar uma cisão, uma distinção entre o *nós* e o *outro*, uma incompatibilidade que dificulta alguma forma de unidade, a transformação em uma comunidade.

Foi nesse contexto que estes dilemas e questionamentos foram enfrentados pelos membros da segunda geração de militantes negros que aqui citamos e que observamos nas páginas do periódico ***Quilombo***. Estes questionamentos não ficaram sem respostas e, mesmo quando encontramos diversas ambiguidades nos seus discursos, podemos afirmar que esta geração iniciou uma nova jornada e um novo modo de se ver como negro.

Para isto, buscaram como solução redirecionar seus olhares para o Atlântico, e ir além, e se conectar com a África. Nossa hipótese de trabalho aponta para que esta conexão tenha sido produzida com o contato entre os militantes negros que fundaram o Teatro Experimental

[13] Du Bois apud GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p 248.
[14]DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo/UFF, Departamento de História, Vol. 12, Nº 23, Jul.-Dez., Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, 2007.

do Negro (TEN) e o seu porta-voz, o periódico ***Quilombo***, e os intelectuais do movimento que ficou conhecido como da *Négritude*.

A fundação do TEN está vinculada diretamente à chegada de Abdias do Nascimento ao Rio de Janeiro e imediatamente, em 13 de outubro de 1944, funda o TEN, cuja proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros e com temática voltada para os problemas dos negros. A primeira apresentação do TEN se deu em 21 de Dezembro de 1944 colaborando na peça *Palmares*, da poetisa Stella Leonardos. A montagem foi realizada na Casa do Estudante, sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) com a produção do Teatro do Estudante do Brasil (TEB) e direção de Paschoal Carlos Magno. Neste drama, o grupo representou os rebeldes do Quilombo de Palmares.

A estreia nos palcos com uma produção própria se deu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 08 de maio de 1945, e como era desejo de Abdias, com a peça *O imperador Jones*. Foi necessária a intervenção do próprio Getúlio Vargas para que a peça fosse apresentada, já que diversas barreiras foram levantadas.

Corroboramos ainda com as observações de Elisa Larkin quando ela afirma que o TEN foi "*a primeira entidade do movimento afro-brasileiro a ligar, na teoria e na prática, a afirmação e o resgate da cultura brasileira de origem africana com a atuação política."* [15] Como já colocado anteriormente, o período posterior à segunda guerra mundial no Brasil foi palco de grande agitação política, onde ocorre um debate agudo sobre o nacionalismo, cidadania, povo e identidade nacional. O TEN possibilitou que neste debate fosse incorporada a questão das relações raciais no Brasil.

> Neste cenário, o TEN marcou a vida cultural e política, ao "colocar em cena", tanto no âmbito do teatro quanto na sociedade de forma mais ampla, a identidade afro-brasileira. Sua proposta intelectual e política, bem como seu trabalho artístico, insere-se na tendência de politização da cultura e de crítica à noção vigente de identidade nacional. No cerne dessas discussões está a questão racial, formulada ainda nos termos do evolucionismo mestiçado progressivamente recalcado a desembocar na ideologia da democracia racial. Nesse meio, o TEN irrompe com uma atuação inédita e audaciosa.[16]

O jornal ***Quilombo*** circulou entre dezembro de 1948 e Julho de 1950, possuindo, em média, 12 páginas e era composto por artigos de autores (negros e brancos) e por matérias não assinadas, escritas especialmente para o jornal ou reproduzidas de outro órgão de imprensa. Havia colunas fixas, como o *Editorial*, de responsabilidade de Abdias do Nascimento, e a

[15] NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003, 251.
[16] Idem, p 281

coluna *Fala Mulher*, sob a responsabilidade de Maria Nascimento. A coluna *Arquivo*, por exemplo, não tinha autor fixo, e os artigos tratavam, em sua maioria, de transcrições de artigos publicados em outros jornais sobre a temática das relações raciais.

O conceito da *Negritude* foi introduzido no Brasil por esta geração de militantes. Durante o I Congresso do Negro Brasileiro, um dos mais importantes militantes do TEN, Ironides Rodrigues apresentou sua tese denominada *A estética da Negritude*, o que causou sérias divergências com Édson Carneiro e grandes contestações por parte de alguns intelectuais como o sociólogo L. A. Costa Pinto, como podemos deduzir em seu livro *O negro no Rio de Janeiro*. Relembrando destes debates, Abdias Nascimento em seu livro *O negro revoltado* de 1968, assinala que:

> Tanto Édson Carneiro como L. A. Costa Pinto se insurgiram, negaram a Negritude e tentaram mesmo levá-la ao ridículo. Com a publicação do volume em preparo, *Negritude Polêmica*, a sair brevemente, se constatará, através das notas taquigrafadas, a consagração pelo Congresso em peso – o povo negro, o povo-massa-de-côr – do conceito da Negritude, numa lúcida antecipação do fenômeno histórico que conduziu as nações africanas à afirmação de sua independência[17]

Neste mesmo livro, Abdias apresenta sua interpretação do que seria a Negritude. Abaixo iremos realizar uma breve síntese historiográfica sobre este tema, porém, antes transcreveremos a citação na qual Abdias concebe o que ele entende ser a *Negritude* já em 1968, ou seja, *a posteriori*, do surgimento do conceito no Brasil:

> A Negritude, em sua fase moderna mais conhecida, é liderada por Aimé Cesaire e Leopoldo Sedar Senghor, mas tem seus antecedentes seculares, como Chico-Rei, Toussaint Louverture, Luís Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Lima Barreto, Yomo Keniata, Lumumba, Sekou Touré, Nkrumah e muitos outros. Trata-se da assunção do negro ao seu protagonismo histórico, uma ótica e uma sensibilidade conforme uma situação existencial, e cujas raízes mergulham no chão histórico-cultural. Raízes emergentes da própria condição de raça espoliada. Os valores da Negritude serão assim eternos, perenes, ou permanentes, na medida em que for eterna, perene ou permanente a raça humana e seus subprodutos histórico-culturais[18]

Como já foi possível observar, uma das características mais importantes desta geração da imprensa negra e de seus militantes foi a procura por estabelecer contatos e diálogos com outras realidades internacionais, em temas e preocupações que seriam comuns aos negros aqui no Brasil. Relatando esta experiência da imprensa negra no Brasil, Elisa Larkin Nascimento escreve:

[17] NASCIMENTO, *O Negro revoltado*..., p. 99.
[18] Idem, p 99.

> O que parece diferenciar as organizações e a imprensa dessa época é uma consciência internacional mais evoluída. Um dos objetivos da Frente Negra Trabalhista, por exemplo, era a "defesa da igualdade dos povos e das relações internacionais, sem distinção de cor" ("Frente Negra Trabalhista", *Quilombo* I, dez., 1948, p.3). Todos os jornais negros referidos têm artigos sobre acontecimentos em todo o mundo e nas Nações Unidas. O *Novo Horizonte*,em outubro de 1947, publicou uma reportagem a respeito das posições da ONU sobre o racismo em sua reunião de Luke Success. *O Mundo Novo* estampou um artigo de fundo em seu primeiro número (26 de agosto de 1950), intitulado "Em estudo a criação dos Estados Unidos da África: difícil solução dos problemas africanos à base das fronteiras atuais". No Rio de Janeiro, o jornal *Quilombo*, órgão do Teatro Experimental do Negro, mantinha constante correspondência com a direção da revista *Présence Africaine*, em Paris e Dacar, porta-voz da *Négritude*, bem como com figuras de renome internacional como Langston Hughes, Alioune Diop, Katherine Dunham, George S. Schuyler e Ralph Bunche. Frequentemente, esse periódico publicava artigos sobre eventos em Uganda, Etiópia (Abissínia), Haiti e Cuba, como exemplificam as reportagens sobre Antonio Maceo, o "Titã de Bronze" de Cuba, ou sobre a Ku Klux Klan dos Estados Unidos. Assim, se evidencia que, na medida em que lhes era possível, considerando as dificuldades de comunicação e de acesso à informação, os movimentos e a imprensa negra tentavam de forma consistente inserir-se no processo internacional do mundo africano, naquele momento histórico de luta pela emancipação.[19]

Este olhar mais distante terá um claro impacto para esta geração. O próprio jornal ***Quilombo***, em três das suas 10 edições publicou anúncios da revista francesa ***Présence Africaine*** [20] editada por Alioune Diop, publicação que era a grande porta-voz do movimento da negritude e até hoje é editada na França. Esta constante correspondência com a direção da revista, como afirma Elisa Larkin, também pode ser comprovada pelo próprio testemunho de Abdias do Nascimento quando informa estes contatos para Cristine Douxami, em artigo para a revista **Afro-Ásia** de 2001:

> Abdias estava em contato, pelo correio, com um negro militante da negritude, que morava em Paris. Alioune Diop. Abdias do Nascimento explicou-me esse fato na entrevista de 31.07.98. "Nossas correspondências com Alioune Diop, desde os anos 30, ele que criou também um teatro negro em Paris e fundou a revista *Présence Africaine*, eram, antes de tudo, informativas. A influência dele não vinha transformar o que eu estivesse fazendo. Mas ele me considerava como um dos diretores importantes do teatro e estimava importante o nosso contato, e eu também, porque achávamos que era uma maneira de divulgar o fato de que o negro, apesar das diferenças de línguas, e das dificuldades que isso criava, sabia o que se passava no mundo". Ele conhecia quase desde o seu início, nos anos 30, a literatura dos poetas da negritude de língua francesa (Aimée Cesaire, Senghor) e estava ligado ao crescente movimento norte-americano.[21]

[19] LARKIN NASCIMENTO, Elisa. (Org.). *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 118/119.

[20] Para um olhar mais aprofundado sobre a revista Présence Africaine e do movimento da Négritude sugiro a leitura da tese da professora da UFRJ Raissa Brescia dos Reis *África imaginada: história intelectual, pan-africanismo, nação e unidade africana na Présence Africaine (1947-1966)*, assim como a dissertação da mesma autora *Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)* ambos realizados na UFMG.

[21] DOUXAMI, Cristine. *Teatro Negro: A realidade de um sonho sem sono*. Revista Afro-Ásia. Nº 25-26, 2001, p. 322.

Neste ponto, seria interessante expor nossa interpretação sobre o conceito de negritude. Para isto, utilizaremos como linha argumentativa, o texto do professor Kabengele Munanga, *Negritude, usos e sentidos*, no qual Munanga traça um histórico do conceito e seus principais debates e questionamentos. O autor parte do princípio de que o negro em certo momento busca uma ruptura e recusa o que ele vai denominar da "assimilação branca" sofrida durante os anos de colonização. Munanga nos indica que os primeiros intelectuais negros que utilizaram o conceito de Negritude foram os americanos W. E. B. Du Bois e Langston Hughes.

Influenciando diversas gerações de intelectuais negros e líderes dos movimentos de independência africanos, Du Bois, segundo Munanga, vai reagir contra os estereótipos e preconceitos sobre o negro, determinando o passado e a cultura negra como ferramentas na luta pela emancipação do negro: "*Tratava-se de ter a liberdade de expressar-se como se é, e sempre se foi; de defender o direito ao emprego, ao amor, à igualdade, ao respeito; de assumir a cultura, o passado de sofrimento, a origem africana*", diz Munanga a respeito do pensamento de Du Bois.

A confluência de jovens africanos e caribenhos nas universidades européias mudou as condições em que estes jovens se viam e suas visões das potências colonizadoras de seus próprios povos. Particularmente nas universidades de Paris, estes jovens iniciam um questionamento sobre o modelo civilizatório europeu, tendo observado as duas grandes guerras mundiais, proporcionando a ocorrência de uma verdadeira desmistificação e produzindo uma nova consciência racial. Esta geração de intelectuais negros nas colônias, principalmente os de origem francófona, propunham um retorno às suas tradições e denunciam a produção cultural de seus lugares de origem, baseados na imitação da cultura colonizadora. Neste campo, encontraremos autores como, o haitiano Price Mars e caribenho René Maran.

Na década de trinta, uma nova geração de estudantes e intelectuais, como o martiniquense Aimé Césaire, o guianense Léon Damas e o senegalês Léopold Sédar Senghor, entre outros, iniciam a publicação de revistas, como ***Légitime Défense*** e ***Édudiant Noir***, os quais terão como objetivos, divulgar suas ideias a respeito do que eles entendiam sobre o termo Negritude.

Mas o que será, afinal, a Negritude? A dificuldade de defini-la persiste ainda que já se tenha passado muitos anos desde seu surgimento. Senghor, por exemplo, tentou dar-lhe um conteúdo que lhe propiciasse um sentido universal e mítico: "... *uma maneira de ver e*

entender o mundo, um certo tipo de "existencialismo", uma filosofia "enraizada na Terra-mãe, que desabrocha ao sol da Fé e pressupõe presenças na vida ... no mundo ...comunhão do homem com as forças cósmicas, do homem com os outros homens ...e, além disso, com tudo o que existe, do seixo à Deus". Negritude esta, e aqui percebesse uma visão de uma identidade essencializada do que seria a negritude, que surgiria por necessidade vital, de dentro de cada negro que se dispõe a contrapor, aos valores brancos que lhes foram impostos por uma educação que sempre visou sua assimilação cultural, em contraposição aos seus próprios valores, entre eles uma maneira própria de ver e sentir o mundo.

Segundo Munanga, quando ele analisa as diferentes acepções da Negritude, este conceito abarca duas grandes linhas de interpretação: a mítica e a ideológica:

> Percorrendo a história do conceito, poder-se-ia descobri-las. Segundo Bernard Lecherbonnier, as diversas definições da *negritude* giram entre duas interpretações antinômicas: a mítica e a ideológica. A primeira chama a si, em função da descoberta do passado africano anterior à colonização, a perenidade de estruturas de pensamento e uma explicação do mundo, almejando um retorno às origens para revitalizar a realidade africana, perturbada pela intervenção ocidental. A segunda propõe esquemas de ação, um modo de ser negro, impondo uma *negritude* agressiva ao branco, resposta a situações históricas, psicológicas e outras, comuns a todos os negros colonizados[22]

Examinando o periódico ***Quilombo***, podemos considerar que em diversas passagens, e desde seu início, iremos encontrar este víeis mítico de que nos fala Munanga e representado também acima no discurso de Senghor. Na nossa visão, este periódico expressou de uma forma contundente, e como já identificamos, mesmo com suas ambiguidades, um discurso que auxiliou na afirmação do protagonismo negro no Brasil, na afirmação da identidade de homens e mulheres negros, por intermédio do auto-reconhecimento e, consequentemente, da valorização da ancestralidade, memória e identidade afro-descendente, o que é a essência da Negritude.

Mesmo que o termo Negritude só tenha aparecido na última edição do ***Quilombo***, já vimos anteriormente esta utilização em outros momentos por parte destes militantes. Deste grupo, quem tratou de categorizar, de uma forma mais consistente e bem próxima do que afirmavam os negros em Paris, foi Guerreiro Ramos, no artigo ***Apresentação da Negritude***, no próprio ***Quilombo***:

> Esta é a nossa profunda convicção. No momento em que lançamos na vida nacional o mito da negritude, fazemos questão de proclamá-la com toda clareza. [...]

[22] MUNANGA, Kabengele. *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 50-51.

> A negritude, com seu sortilégio, sempre esteve presente nesta cultura, exuberante de entusiasmo, ingenuidade, paixão, sensualidade, mistério, embora só hoje por efeito de uma pressão universal esteja emergindo para a lúcida consciência de sua fisionomia. É uma atitude de glória e de orgulho para o Brasil o de ter-se constituído no berço da negritude a doce e estranha noiva de todos nós brancos e trigueiros[23]

Mesmo com todo o sentido nacionalista que é expresso a todo o momento no jornal, encontramos uma urgente e necessária defesa do perfil da cultura negra, assim como um conjunto de valores do mundo negro em diáspora que foram reelaborados na conjuntura da sua época, mas sempre partindo do que esses intelectuais/militantes entendiam ser a negritude. Por fim, concordamos com a opinião de Antonio Sérgio Guimarães que, analisando o ***Quilombo*** nos diz: "Neste sentido, o jornal exalava *negritude,* tendo sido, na verdade, responsável pela formação de uma negritude brasileira e nacionalista, como muito bem salientou Bastide. Mas, trata-se de compromisso, de negociação de uma identidade racial e cultural, que precisava ser brasileira para aspirar à singularidade." [24]

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecci.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo/UFF, Departamento de História, Vol. 12, Nº 23, Jul.-Dez., Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, 2007.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DOUXAMI, Cristine. **Teatro Negro: A realidade de um sonho sem sono**. Revista Afro-Ásia. Nº 25-26, 2001.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias. ***O Negro revoltado***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1982

_____. **Quilombo: vida, problemas, e aspirações do negro/Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento**. São Paulo, Editora 34, 2011.

[23] NASCIEMNTO, Abdias. *Quilombo: vida, problemas, e aspirações do negro/Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento.* São Paulo, Editora 34, 2011, p. 117.
[24] NASCIMENTO, Quilombo..., p. 12.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. (Org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

REIS, Raissa Brescia. ***África imaginada: história intelectual, pan-africanismo, nação e unidade africana na Présence Africaine (1947-1966),*** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerai, 2018.

_____. ***Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)***. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerai, 2014.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

A campanha de reeleição de FHC nas páginas do jornal O Estado de São Paulo: da PEC da reeleição ao projeto de modernização do Estado

Letícia Crespo Bomfim
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

A pesquisa tem como objetivo, a partir da noção gramsciana de aparelho ― privado de hegemonia – que remete a um conjunto de instituições a intenção de interferir na busca em torno da construção de uma visão de mundo – defender a hipótese de que o jornal *O Estado de S. Paulo,* nas eleições presidenciais de 1998, assumiu um posicionamento abertamente favorável em torno da manutenção do projeto neoliberal e da reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

A escolha de *OESP* se justifica, pois se constitui no "jornal carro-chefe" do conglomerado de notícias *Agência Estado,* um dos líderes do mercado jornalístico do Brasil (AZEVEDO). Além disso, a literatura acerca do jornalismo no país concorda que é um dos veículos que apresenta forte impacto no debate político e de outras questões públicas, além de pautar por diversas vezes as outras mídias e os debates eleitorais. Ainda, segundo Azevedo, é influente também "nos segmentos da opinião pública mais bem informados" (AZEVEDO). Vale ressaltar que o periódico analisado é também uma publicação que apresenta características liberal-conservadoras – tanto no aspecto político, quanto no econômico – e, apesar de se intitular independente politicamente, é costume posicionar-se a favor ou contra um candidato presidencial.

A PEC da reeleição

Os anos de 1990 e 2000 foram as décadas da reeleição da América Latina, quando o direito a mais um mandato do chefe do Executivo acabou se espalhando por diversos países da região. Como destaca Victor Miranda, isto de se deu a partir de mudanças do sistema político destes países, de reformas constitucionais. Reeleições ocorreram no Peru em 1993, na Argentina em 1994, no Brasil em 1997, na Venezuela em 1999, na Colômbia em 2004, no Equador em 2008, na Bolívia em 2009 e na Nicarágua em 2014.

Para Miranda, ao analisarmos o processo de aprovação da emenda constitucional da reeleição no caso brasileiro – aprovada em junho de 1997 –, devemos considerar que este direito concedido ao chefe executivo está situado em um sistema de governo presidencialista, no qual as interações políticas encarregam ao Presidente o senso de autoridade e força máximas na

definição de uma agenda político-administrativa, mesmo diante de um modelo denominado *presidencialismo de coalizão.*[1]

O jogo político que envolveu a PEC da reeleição, com certeza, ganha importância ao debatermos sua confecção e aprovação. No entanto, o que destacamos na pesquisa são os argumentos mobilizados e bem sucedidos para que tal mudança constitucional ocorresse.

Miranda destaca que o direito à reeleição imediata aos mandatos dos chefes do Executivo – fossem eles prefeitos, governadores ou presidente da República -, conferida pela PEC da reeleição em 1997, não era uma novidade do governo FHC. Esta discussão já estava presente durante o processo de promulgação da Constituição Federal de 1988, momento no qual era decidido o sistema de governo brasileiro (presidencialista ou parlamentarista) e o período de duração do mandato presidencial. A discussão voltou a ser pauta durante o governo Collor, porém sem ganhar relevância diante de um contexto da instabilidade política e econômica. E, por fim, o Congresso Constituinte Revisor de 1993 e 1994 trouxe à tona mais uma vez a discussão acerca do tema, que não avançou devido ao processo de *impeachment* sofrido por Collor. (MIRANDA, 2015, p. 134)

Assim, entendemos que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Reeleição (PEC 01/1995) pelo Congresso Nacional esteve envolta com a perspectiva político-ideológico de que a vitória da candidatura de FHC nas eleições de 1994 representou o triunfo da agenda neoliberal no Brasil[2], e que a aprovação daquela emenda estava associada a continuidade do governo FHC à manutenção da estabilidade econômica, mas também atendia ao anseio dos agentes econômicos, que contavam com a autoridade e popularidade do presidente para influenciar as agendas que tramitavam na esfera do Legislativo, visando o progresso da aprovação das reformas de caráter neoliberal.

[1] O *presidencialismo de coalizão* deve ser entendido como um modelo de relação complexa entre os poderes Executivo e Legislativo, no qual as tomadas de decisões do chefe do Executivo precisem passar por um Legislativo que engloba diferentes interesses. 6

[2] Após quase três décadas de progresso material e crescimento econômico, naquilo que Eric Hobsbawm denominou de "anos dourados" do capitalismo – o período de 30 anos compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970 – o chamado modelo de Estado de Bem-estar Social começaria a apresentar sinais de seu esgotamento. A partir de então, como resposta econômica e política à crise do modelo de Estado de Bem-estar Social, o neoliberalismo surgiu, procurando implantar propostas de redução de gastos públicos, com o objetivo de recomposição da taxa lucro do capital, que já não dispunha da mesma capacidade de reprodução das décadas subsequentes ao segundo pós-guerra. Assim, como afirma Luiz Filgueiras, com o esgotamento daquela forma específica de organização estatal, o neoliberalismo passou a se tornar hegemônico (FILGUEIRAS, 2000, p. 49). Neste contexto de crise do capitalismo, acabou-se criando condições para que os ideais neoliberais ganhassem projeção e condições de se expandirem pelo mundo. Para a doutrina neoliberal, os objetivos principais para contornar a crise – que não era apenas econômica, mas também política, cultural e de padrões de dominação e organização do trabalho – eram a estabilidade monetária através de uma rígida disciplina orçamentária e de equilíbrio fiscal (FILGUEIRAS, 2000, p. 57).

Em relação à abordagem de *O Estado de S. Paulo* sobre Proposta de Emenda Constitucional da reeleição (PEC 01/1995), nossa análise se concentrará em torno das matérias publicadas pelo jornal no ano de sua aprovação, em 1997. Esta análise, porém, leva em consideração o fato de que o governo FHC, ainda em 16 de dezembro de 1996, havia assinado uma convocação extraordinária do Congresso (de 6 de janeiro a 6 de fevereiro) para que se votassem projetos pendentes da agenda político-administrativa, incluindo a PEC 01/1995, assumindo a expectativa de que fosse votada ainda no mês de janeiro de 1997. [3]

Em editorial no primeiro dia do ano de 1997, *OESP* destaca as expectativas otimistas que envolveram os conteúdos jornalísticos, as pesquisas de opinião pública, as opiniões de economistas de diferentes tendências e diferentes setores da sociedade brasileira acerca da política que vinha sendo desenvolvida pelo governo FHC. Segundo os editorialistas, isto ocorria naquele momento, pois em comparação a governos anteriores, a política de estabilização de FHC já durava mais da metade de seu primeiro mandato, sem grandes turbulências e rupturas. Além disso, FHC havia cumprido até aquele momento sua promessa de romper com a "Era Vargas" em seu esforço de aprovar reformas constitucionais e "modernizantes", alinhadas com o receituário neoliberal.[4] Baseado na pesquisa de opinião do Instituto Gallup, o periódico afirmava que "o povo brasileiro já aprendeu a julgar seus governantes pelo resultado de suas políticas. O presidente Fernando Henrique Cardoso, que chegou ao Planalto respaldado exclusivamente pelos primeiros resultados do Plano Real, está merecendo o apoio da grande maioria da população [...]" (*O Estado de S. Paulo*, 1 de janeiro de 1997, p. 3).

Apesar do apoio explícito expresso no editorial, percebemos na leitura das páginas internas do jornal que a pauta da emenda da reeleição, naquele momento, não ocupou um espaço de destaque. No entanto, quando ela passa a ganhar espaço no cenário político, ganha destaque no *OESP* em dois momentos principais: o primeiro se dá no início das atividades parlamentares em janeiro de 1997; e o segundo, ocorre no cenário de denúncias de compra de votos visando a aprovação da emenda da reeleição, em maio do mesmo ano.

No primeiro caso, a preocupação assumida nas páginas do *O Estado de S. Paulo* não é a aprovação ou arquivamento da emenda da reeleição, mas sim o fato de que a votação da PEC acaba por se tornar um grande empecilho para a votação de outras mudanças, consideradas mais

[3] Entre os projetos estavam as reformas administrativa, tributária e previdenciária; a Lei das Comunicações; a regulamentação da flexibilização do monopólio do petróleo; todos estes, projetos anteriores ao da reeleição.
[4] Neste cenário, os editorialistas destacam a flexibilização do monopólio do petróleo, as medidas de preparação de medidas que possibilitassem a privatização dos setores elétricos e das telecomunicações, o início da privatização das ferrovias e rodovias, o começo da modernização dos portos e a iniciativa do fim dos bancos estaduais e o saneamento do Banco do Brasil.

importantes naquele momento, como as mudanças constitucionais e as reformas econômicas, por exemplo. Assim, há uma grande pressão não só nas matérias e editoriais do jornal, mas também por parte de governo e daqueles que se posicionavam favoravelmente à emenda para que ocorresse sua votação no Congresso Nacional. Em editorial, *O Estado de S. Paulo* afirmaria que a emenda da reeleição era assunto "sério e urgente", devendo ser tratado "sem hipocrisia". Toda esta urgência posta pelos editorialistas se justificava segundo o jornal, devido à votação da emenda da reeleição ser a "pedra angular" das reformas e, independente do resultado das votações no Congresso Nacional, ela seria determinante para a velocidade das transformações que ocorreria no Brasil.

Em 13 de maio de 1997, o jornal *Folha de S. Paulo* fez a divulgação de uma matéria-denúncia acerca da compra de votos para aprovação do projeto da reeleição. Um escândalo de corrupção de tamanha relevância para o cenário nacional não poderia ser noticiado pelos principais jornais do Brasil. Assim, este episódio se torna o segundo momento de grande destaque em *OESP*, mais um cenário de crise quando tratamos da emenda da reeleição.

Fazendo um adendo a esta pesquisa, a preocupação não é fazer comparações a respeito de qualquer que seja o tema entre diferentes jornais naquele contexto. Todavia, o fato da denúncia ter partido de outro periódico de grande circulação aguçou a nossa curiosidade quanto ao tratamento da notícia também no jornal *Folha de S. Paulo*, em confronto com a abordagem de *O Estado de S. Paulo*. Esta análise comparativa se faz muito brevemente, sem o aprofundamento em relação às descrições das páginas daquele periódico em relação ao episódio da compra de votos a favor da PEC da reeleição.

Seguindo esta metodologia, o que se considerou destacar é que a denúncia se faz presente tanto na *Folha* quanto em *OESP* em edições diárias dos jornais por quase toda a segunda quinzena do mês de maio de 1997. Porém, dentre as duas abordagens chama-nos a atenção os seguintes fatos: a *Folha de S. Paulo,* que dá início às denúncias, anuncia a notícia em 13 de maio através de uma manchete de destaque, central em sua capa daquela edição. Quando nos voltamos à nossa fonte e objeto de estudo principal, *O Estado de S. Paulo* – que, acreditamos tomar ciência da denúncia no mesmo dia 13 de maio – noticia o fato apenas no dia seguinte. A notícia-denúncia também está na capa do jornal, no entanto, no canto da página, sem grandes destaques. (*O Estado de S. Paulo,* 14 de maio de 1997, p.1)

Acerca desta última análise, cabe assinalar que em edição de 14 de maio, diferentemente do que se fez sobre a denúncia, a voz de reação do presidente Fernando Henrique Cardoso ao pedir a investigação do caso da venda dos votos ganha destaque principal na capa de *OESP (O Estado de S. Paulo*, 15 de maio de 1997, p. 1). É a primeira notícia que se apresenta, em letras

garrafais em comparação a outras manchetes que ali se apresentam com destaque e letras menores. Assim, nos parece que as vozes dos governistas merecem mais evidência no jornal *O Estado de S. Paulo*, principalmente se comparado à *Folha de S. Paulo*, que dá espaço às vozes governistas, mas também destaca nas principais manchetes as denúncias de corrupção.

Para além da forma como são posicionadas as notícias nos espaços dos jornais, cabe ressaltar que em *OESP*, as matérias sobre o assunto da compra de votos a favor da PEC da reeleição seguem os trâmites do processo de apuração diariamente. Porém, apenas editorias referem-se diretamente ao escândalo de corrupção, demonstrando a preocupação com o andamento das aprovações das emendas constitucionais que visam a modernização do Estado brasileiro e não com o acontecimento em si.

> O presidente declarou-se disposto a assumir a iniciativa do processo de regeneração dos costumes políticos. [...] Para que o presidente Fernando Henrique Cardoso leve a cabo esse propósito, seria melhor que contasse desde logo com a possibilidade da reeleição. [...]
> De qualquer maneira, o escândalo suscitado pela compra de votos dos cinco do Acre não deve interferir no encaminhamento dos projetos de reforma em tramitação no Senado. Até que haja evidências em contrário, o episódio se refere antes ao equilíbrio político regional [...] que a questões institucionais de importância nacional. *(O Estado de S. Paulo,* 16 de maio de 1997, p. 3)

Outra questão que nos parece interessante ao tema desta dissertação – ainda confrontando ambos os jornais – é o fato de que após o dia 22 de maio de 1997, quando a emenda da reeleição é aprovada em primeiro turno no Senado, a denúncia da venda dos votos e o escândalo que se deu por esta questão parece desaparecer das páginas de *OESP*.

Percebemos então, pela análise acerca dos fatos que envolveram os trâmites finais do processo de aprovação do Projeto de Emenda Constitucional da Reeleição, que há um desinteresse por parte do jornal *O Estado de S. Paulo*, seja pelo processo parlamentar em si, ou mesmo pelas polêmicas que envolvem o assunto. Quando surge o tema da reelegibilidade nas páginas de *OESP*, em sua maioria as matérias cumprem o papel de apressar sua votação, associando este processo às reformas do Estado brasileiro e ao plano de estabilidade econômica. Isto fica claro quando da aprovação da emenda no segundo turno no Senado, pois o jornal não fez grandes alardes acerca do fim do processo, noticiando que a "reeleição passa e FH é lançado candidato" (*O Estado de S. Paulo,* 5 de junho de 1997, p. 1).

A campanha de reeleição nas páginas de OESP

Como argumenta Azevedo, o programa de estabilização da economia brasileira, implantado durante o governo Itamar Franco e sustentado durante uma parte do governo FHC,

o Plano Real – bem como foi durante 1994 – fez parte da campanha eleitoral de 1998. O plano representou a acomodação de uma aliança conservadora da classe dominante brasileira e do projeto neoliberal – em sintonia com a conjuntura internacional -, bem como relegou à derrota às forças da esquerda, naquele momento lideradas pelo candidato da oposição, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, o Plano Real acabou por se constituir como o primeiro grande antagonismo entre o PSDB e o PT.

No entanto, o que nos parece constituir um "braço da campanha" em torno da reeleição de Fernando Henrique Cardoso no jornal *OESP* é a defesa ferrenha das reformas de Estado e econômicas e das privatizações no Brasil.

Naquele cenário, o discurso adotado era o de que a reforma do Estado era necessária para a conformidade das economias nacionais à economia internacional, e esta condição não fugiu ao Brasil. Os governos eleitos a partir dos anos 90 no país foram responsáveis pela adoção de uma agenda de redefinição do papel do Estado. Esta ruptura teve início com o governo Collor, com continuidade no governo de Itamar Franco (1992-1994), mas um empenho e aprofundamento maior no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) (BRANDÃO, 2019, p. 61). Marcelo Carvalho aponta que os três governos que implementaram o processo de reforma do Estado no Brasil, o fizeram de formas diferenciadas. No entanto, todos apresentavam como enfático que "o mercado, e não o Estado, deve ser o elemento central da definição das estratégias de apropriação e uso do excedente econômico", e colocaram em prática leis, projetos, decretos que direcionavam a política econômica brasileira rumo a um projeto neoliberal de privatizações, abertura e desregulamentação econômica, além da transformação administrativa estatal (CARVALHO, 2002, p. 49-50).

Antes mesmo de sua posse, Fernando Henrique Cardoso já lançava as bases de seu governo. Em seu *Discurso de Despedida do Senado*, em 1994, quando já eleito ao seu primeiro mandato a Presidente da República, FHC endossa seu compromisso em aprovar as reformas do Estado (CARDOSO, 1994). Segundo FHC, as eleições daquele ano carregavam um significado: um novo ciclo de desenvolvimento, o fim de uma transição, ou melhor, o fim da *Era Vargas* – que diz respeito à forte intervenção estatal na economia e na sociedade, e já apresentava sintomas de esgotamento.[5] Para o presidente eleito, este novo ciclo seria de um grande esforço em torno da reforma do Estado e de uma integração do Brasil na nova ordem mundial.

[5] Este modelo, para ele, contribui para o desenvolvimento industrial do Brasil à sua época. Porém, já desde o fim dos anos 70 e durante a década de 80, era atormentado por problemas conjunturais, como choques das economias externas e superinflação.

A partir destas conclusões, Fernando Henrique Cardoso divulga o projeto de seu governo no que diz respeito às reformas de Estado, lançando em seu discurso as *Bases do novo modelo de desenvolvimento* do seu governo, que incluía a estabilidade econômica com o aprofundamento do programa de estabilização; abertura econômica objetivando a integração da economia brasileira com o mercado mundial; uma nova relação Estado-mercado, pela qual o "eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado" (CARDOSO, 1994, p. 17); a aceleração da privatizações no setor de infra-estrutura, tendo como objetivo de reduzir a dívida pública, mas principalmente aumentar a possibilidade de investimento do Estado naquilo que ele é essencial: investindo em seu povo, em saúde, educação, cultura e segurança (CARDOSO, 1994, p. 21); reforma tributária; reforma da Previdência; e o fim dos monopólios estatais.

Assim, já em seu primeiro mandato, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso concentrava uma alta expectativa da implementação daquelas bases de desenvolvimento no Brasil. Neste período, as reformas de Estado – tributária, administrativa e previdenciária – e as privatizações tornaram-se centrais em seu governo, além de alvo de pressões de diversos setores da sociedade, seja de forma contrária ou favorável à aprovação e continuidade destas medidas políticas e econômicas. Vale ressaltar que se criou um discurso de que o sucesso da estabilização econômica e do Plano Real dependeriam também de uma reestruturação do Estado brasileiro.

O jornal *O Estado de S. Paulo* pautou a agenda de reformas do Estado e do processo de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, atuando como *aparelho privado de hegemonia*, de forma a convencer seus leitores da urgência e necessidade destas ações. No período analisado – entre junho de 1997 e outubro de 1997 –, percebemos que o jornal tomou "partido" de forma favorável a um dos principais receituários do modelo neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso. Neste artigo, pelo espaço limitado, não trataremos de todos os destaques. Assim, chamaremos a atenção para algumas manchetes e editoriais que nos parecem ser um apoio irrestrito às ações do governo FHC no que concerne às reformas do Estado e às privatizações, e, desta forma, um apoio à reeleição do presidente-candidato e a manutenção daquele projeto de governo neoliberal.

Em relação às reformas do Estado, destacamos o discurso assumido *OESP* de que as reformas constitucionais apresentavam-se como o principal "remédio" para apresentar o descontrole dos gastos públicos, o aumento do déficit fiscal e da dívida pública do Brasil, e o de que o governo FHC estava ciente disto e agia nesta direção. No entanto, coloca o jornal que os congressistas obstruíam as reformas e projetavam uma imagem de falta de noção de

responsabilidade com os eleitores, além de custar seus empregos e bem-estar social (O Estado de S. Paulo, 03 de fevereiro de 1998, p. 3). Para o jornal, os opositores das reformas queriam desmoralizar o governo FHC, outros queriam afagar eleitores ou fazer das reformas moedas de troca a seu favor e, na verdade, mantinham um *"círculo vicioso do déficit"*, *"sacrificando o interesse público"*[6] (O Estado de S. Paulo, 07 de maio de 1998, p. 3). O único meio de modificar este cenário, para *OESP*, era que o Congresso aprovasse as reformas.

Pela análise das fontes, nos parece que o jornal se utiliza daqueles argumentos de forma a culpar o Congresso pela permanência dos problemas econômicos e sociais brasileiros através do atraso da aprovação das reformas constitucionais, isentando assim Fernando Henrique Cardoso. Argumentavam que *"o Congresso deve dotar o governo de instrumentos que reduzam a dependência de capitais voláteis"* (O Estado de S. Paulo, 06 de novembro de 1997, p. 3), e que *"Eles são os responsáveis"* (O Estado de S. Paulo, 31 de outubro de 1997, p. 3), referindo-se aos parlamentares que se recusavam a escutar o pedido do presidente para que votassem as reformas constitucionais.

> [...] eles não pensam. [...] *Se assim é, que o governo saia de sua atitude de respeito cerimonioso e aproveite politicamente a ocasião para apontar à execração pública os responsáveis pelo que de ruim puder vir a acontecer ao País.* (O Estado de S. Paulo, 31 de outubro de 1997, p. 3)

No que concerne às privatizações, a "ineficácia" da gestão do Estado nas empresas estatais é invariavelmente utilizada como justificativa em favor das desestatizações. Em editorial de 02 de agosto de 1998, esse posicionamento é explícito: como Fernando Henrique Cardoso, o jornal mantém o discurso de que no passado, as estatais cumpriram seu papel e impulsionaram o crescimento do Brasil, mas que muitas delas, naquele contexto, tornaram-se *"peso morto"*. Para editorialistas, *"as estatais foram privatizadas não pelo que fizeram no passado, mas pelo que não fariam no futuro"* (O Estado de S. Paulo, 02 de agosto de 1998, p. 4).

Para servir de exemplo à atuação de *OESP* favorável às privatizações implementadas no governo FHC, destacamos o processo de desestatização do setor de telefonia. No período em que foram analisadas as fontes, o setor de telefonia ganhou grande destaque nas páginas do jornal *OESP* – principalmente porque era um contexto de amplo debate acerca do fim do monopólio do Estado sobre esse setor. O que se percebe é uma ferrenha defesa do fim do

[6] Segundo coloco *O Estado de S. Paulo*, "[...] por falta das reformas administrativas e previdenciária em momento oportuno e devido a outras vulnerabilidades estruturais, o governo é obrigado a financiar o déficit, embarcando na ciranda sem-fim da colocação de títulos públicos no mercado, o qual, por sua vez, só toma papéis remunerados por juros cada vez mais altos, o que aumenta a dívida pública e fecha o círculo".

monopólio das telecomunicações no Brasil. Em diferentes editoriais, bem como em matérias internas do jornal, se afirma que a licitações das telecomunicações são "*revolucionárias",* um "*marco histórico"*, uma "*vitória",* um "*umbral da modernidade"*.

Quando no dia 10 de julho de 1997 o governo fica autorizado a privatizar todas as empresas do Sistema Telebrás pela Lei Geral das Telecomunicações, a notícia é destaque na capa de *OESP* no dia seguinte, assim como no Caderno de Economia da edição (O Estado de S. Paulo, 11 de julho de 1997, p. 43). As matérias são acompanhadas de um mapa que representa a exploração da telefonia no Brasil, indicando que o *"fim do monopólio atrai investimentos"* (O Estado de S. Paulo, 11 de julho de 1998, p. 43), enfatizando os argumentos pró privatizações e complementando o editorial do dia anterior.

Ainda no dia 10 de julho, quando ainda era noticiada a privatização da Banda B de telefonia da região metropolitana de São Paulo "*em preço recorde"*[7] – destaque do jornal –, assim como também a Banda B da Bahia e do Sergipe, o editorial de *OESP* chama a atenção para o fato. Afirmava que *"a modernização avança"*, e que *"o peso que os investidores estrangeiros conferem ao mercado brasileiro é simbolizado pelo lance vitorioso na licitação [...]. O leilão da telefonia celular mostrou o acerto da política de investimentos"*. Destaca-se que as privatizações das estatais de telefonia modernizam o setor e que isto se tornaria "*símbolo da sociedade de serviços, instrumento essencial das comunicações, acesso à informação e da educação"* (O Estado de S. Paulo, 10 de julho de 1997, p. 4). Os editorialistas não deixam de indicar os compromissos que assume o consórcio vencedor da licitação, parabenizando o governo pela "orientação correta" de oferecer ao país aquilo que lhe faltava, a "vitória sobre o atraso", representado pelas companhias estatais.

Ainda sobre a privatização do sistema de telefonia, após elencar os pontos negativos das estatais ("*ineficiência", "ineficácia", "ninhos de privilégios"*), o consumidor ganha destaque na matéria:

> consumada a privatização, acredito que possa ficar não completamente tranquilo, mas, ao menos mais seguro quanto aos seus direitos como consumidor e cidadão ou mesmo como acionista minoritário das empresas privatizadas. Poderá até reclamar mais, inclusive tendo daqui para a frente o governo como aliado, e não mais como o todo poderoso e efetivo dono e administrador dos ***monstros estatais*** que, sem sucesso, eram enfrentados no outro lado. (O Estado de S. Paulo, 30 de julho de 1998, p. 2)

[7] A área de São Paulo foi vendida por R$ 2,647 bilhões. Segundo matéria em destaque, o preço conseguido pela privatização da Banda B de telefonia bateu recorde mundial na venda de área de concessão desse serviço. "Concessão de celular em preço recorde". *O Estado de S. Paulo*: Página da Edição de 10 de julho de 1997, p.1.

Considerações finais

O que pretendemos com a exposição de algumas matérias e editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* é defender a hipótese de que o jornal toma "partido" a favor da manutenção de um projeto neoliberal para o Brasil que envolve as reformas de Estado e o processo de desestatização, que se daria, no contexto eleitoral de 1998, também pela manutenção de quem ocupava o cargo Executivo, Fernando Henrique Cardoso. Assim, entendemos que o jornal *O Estado de S. Paulo* atua como um *aparelho privado de hegemonia*, buscando uma adesão da sociedade à política de reformas administrativas e econômicas do Estado brasileiro que se aprofundavam no primeiro governo FHC, de forma a convencer seus leitores de que a possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso era também uma garantia de manutenção da reestruturação do Estado, de uma política neoliberal no Brasil. Assim, o respaldo do jornal às iniciativas do governo é também um apoio a reeleição do candidato-presidente FHC.

Referências

ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo*: o neoliberalismo em questão (1989-2002). Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012

DRAIDE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, p. 86, 1993.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais no Brasil*: *as privatizações dos bancos estaduais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994

CARVALHO, Marcelo. *A Reforma do Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP & A, 2000

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000

LAIDLER, Christiane Vieira. *Retórica e Farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil.* Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

FONTANA, Josep. *História*: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998

GUIOT, André Pereira. Um "moderno príncipe" da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2006

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000

MENDONÇA, Sonia. *Sociedade civil em Gramsci: Ventura e desventuras de um conceito* SOUZA, Julio Cézar Oliveira de. *Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Dossiê Comunicação e Política. Porto Alegre, nº 1, janeiro/junho, 2010

NEGRÃO, João José de Oliveira. Jornalismo, espaço de disputas de hegemonia. Estudos em Jornalismo e Mídia, Ano VI, n. 2 pp. 75 - 93 jul./dez. 2009

SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005

Eugenia e imprensa: as representações e divulgações das ideias eugênicas no jornal *A Noite* e no *Boletim de eugenia* - nos anos 20 e 30

Viviane Gomes Ribeiro
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

O trabalho resume algumas conclusões que obtivi no decorrer da pesquisa que realizei no mestrado de 2019 até 2021. Após alguns anos de analise pude verificar que no Brasil as ideias eugênicas eram presentes tanto nos meios intelectuais quanto na população geral. Para melhor compreender essa colocação tomamos como objeto de pesquisa dois jornais que circularam nos anos 1920 e 1930, no Rio de Janeiro, até então capital do Brasil. Sendo assim iremos analisar o *Boletim de eugenia* – periódico criado com fins de divulgar a eugenia, de 1929 a 1933 e o *A Noite*, que possuía grande circulação. Por meio da análise comparativa podemos compreender a influência do conhecimento eugênico produzido no Brasil e como os atores dos jornais ocuparam os diversos espaços dos periódicos da época.

Com intuito de obtermos uma leitura de públicos leigos e intelectuais analisamos as dinâmicas de leituras e observamos o trato que era dado, as informações eugênicas no jornal médico e do cotidiano. Isso nos levou a compreender a forma como os leitores do século XX entendiam e acessavam as informações sobre a eugenia. Seguimos as proposições de Marialva Barbosa (2010) que ressaltava o fato de que as letras impressas se nutriam das práticas orais, ou seja, as informações eram contadas de forma verbal, os que sabiam ler informavam os que não sabiam e assim a eugenia também se fez conhecida entre os que não liam. Sabemos que é impossível lermos como os leitores da época, porém tentaremos nos aproximar e interpretar que tipo de eugenia foi apresentada aos viventes do Rio de Janeiro e, por seu papel de capital do país, o que repercutia para outros territórios. Ao ler os jornais perceberemos como se difundia a ideia de que se deveria aderir a eugenia e também se percebe o quanto essa ciência foi repensada e originalizada conforme a realidade do Brasil. Notamos a presença da pauta eugênica nas questões políticas, na saúde e na educação. Identificamos a realização de concursos eugênicos, publicação de livros com abordagens eugênicas, e nesse sentido, problematizamos como o público comum e os intelectuais se posicionavam em relação a ciência acreditando que se tratava de algo com credibilidade e totalmente seguro, que salvaria o futuro da nação.

A origem da ciência eugênica

Podemos apontar que a ciência eugênica foi forjada durante o ápice da modernidade, quando a sociedade começava a sentir os efeitos negativos de tantos avanços tecnológicos. O crescimento das indústrias, favoreceu a migração de um grande número de pessoas do campo para as cidades em busca de empregos e este fluxo intenso fez com que grande parte dos trabalhadores vivessem sob condições deploráveis nas cidades, tal como a miséria, as más condições de higiene, a falta de trabalho ocasionada pelo excesso de mão-de-obra, bem como a exploração dos trabalhadores por parte das industrias, contribuindo para o aumento da propagação de doenças e a baixa estimativa de vida. (ROCHA, 2010, p.06)

> As [péssimas] condições de saúde provocadas pelos novos ambientes urbanos e as péssimas condições de higiene dos fétidos bairros operários, onde aglomerações de indivíduos favoreciam à proliferação de doenças que logo se transformavam em verdadeiras epidemias, contrastavam com o otimismo alardeado por uma reflexão técnico científica baseada na pressuposição de que os avanços da sociedade industrializada provocariam uma melhora substancial na qualidade de vida do conjunto da população [que tinha levado homens a migrarem para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida]. (CONT, 2008, p.209)

Foi nesse contexto que Francis Galton (1822-1911), antropólogo, metologista, matemático e estatístico inglês, primo de Charles Darwin, elaborou em sua obra *Inquiries into human faculties* (1883) um estudo onde cunhou o termo eugenia[1] (ROCHA, 2010). Tal palavra é de origem grega e significa "*bom em sua origem*", em Esparta, existia um grande estímulo em prol do nascimento apenas de crianças saudáveis, as nascidas com imperfeições eram eliminadas da sociedade por não corresponder ao ideal de guerreiro perfeito. Francis Galton[2], em 1883, resgatou o termo eugenia apresentando como um estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis, ou seja, sistematizou em argumentos científicos a prática de eliminar os indivíduos "indesejáveis" que rompiam com a ideia de progresso, perfeição e de sociedade civilizada, tal como: os vagabundos, os ladrões, as prostitutas e os loucos.

Segundo Valdeir Del Cont (2008, p.08) ao invés de conceber os graves problemas sociais como decorrentes das próprias condições sócio políticas geradoras de tais condições, a proposta eugênica de Francis Galton insistia em procurar nos indivíduos, ou melhor, nos traços ou características consideradas inatas, as origens de suas mazelas. Por isso a eugenia pode ser interpretada como uma resposta de um grupo social a mudanças que estavam ocorrendo, pois na modernidade houve a disseminação de ideologias que através da razão questionava o

[1]Apesar do termo "eugenia" ter sido cunhado em 1883, Nancy Stepan explica que o livro Hereditary Genius, publicado por Francis Galton em 1969, é ainda hoje considerado o texto seminal sobre a formação das idéias eugênicas (STEPAN, 1991:03).

[2] Antropólogo, metologista, matemático e estatístico inglês, primo de Charles Darwin, elaborou a ciência eugênica em sua obra *Inquiries into human faculties de 1883.*

privilégio dos Reis e afirmavam que todos os indivíduos eram iguais, ou seja direitos iguais para todos independe da cor e da classe social, e admitir essa igualação significava dizer que pessoas que eram privilegiadas seriam iguais aos que por vários momentos históricos eram vistos como marginalizados e inferiores, sendo assim não seria da noite para o dia que as pessoas se despiriam de seus preconceitos e condições de superioridade.

Sendo a eugenia uma forma de argumentar cientificamente que havia grupos humanos superiores e melhores, logo foi adotada por vários atores para defender seus privilégios e justificar a inferioridade do outro, assim argumentavam que uma mão de obra podia ser abusada, que uns não possuíam direitos políticos ou sociais devido a essa lógica de inferior, ou seja, a eugenia servia para limitar a cidadania de alguns grupos. Dessa forma o pensamento eugênico penetrou a realidade brasileira, pois encaixava com as necessidades do contexto da época que vivia a conformação de um novo sistema político, a República, que implicava numa série de homens que eram escravos e tornaram-se livres andando pelas ruas da capital e diante de tal cenário a grande pergunta e preocupação da elite era que homem brasileiro iremos construir? Que Brasil será construído? Que país queremos ser? Saudável! Forte! Assim a Eugenia é uma ciência que abraçaria tais necessidades. Tal como é pontuado por Vanderlei Souza (2012):

> Através das diferentes formas de terapêuticas, a 'ciência eugênica' poderia tanto contribuir para a purificação higiênica e o melhoramento rigoroso dos progenitores como para o aperfeiçoamento físico, a saúde e o embelezamento da sociedade. A eugenia se constituía, deste modo, também como um movimento que visava à estetização da identidade nacional. A ideia de progresso e civilização exigia, sobretudo, a saúde, a força e a beleza física (SOUZA, 2012, p.49).

Assim no Brasil podemos apontar várias iniciativas que ocorreram para pôr a eugenia em prática, a eugenia se apresentou e foi vista por atores influentes da época como uma solução para os problemas sociais do país, sendo encarada assim não só pelo Brasil, mas outros países também e só vindo perder influência alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial devido aos horrores que foram feitos em nome da eugenia. A iniciativa de pesquisar jornais é para evidenciarmos que a eugenia não ficou restrita a circuitos especializados ou fontes governamentais, pois podemos acompanhar a ciência sendo circulada no cotidiano do século XX.

A eugenia nas fontes – *A noite* e *Boletim de eugenia* em 1920 até 1930

A eugenia encontrou o solo fértil na sociedade brasileira, podemos evidenciar isso através dos jornais da época que noticiavam a eugenia de forma corriqueira como parte do cotidiano da sociedade. O *Boletim de eugenia* um jornal especializado e médico que fazia

campanha do saber eugênico no país. Já o *A noite* era um periódico de grande circulação que noticiava o cotidiano da sociedade, assim denunciava crimes, ações políticas e tentando cobrir a realidade social da época. Ao analisarmos os dois jornais veremos que a eugenia foi consumida de múltiplas formas pelos leitores, pois nessa tentativa de abordar os acontecimentos do momento os periódicos divulgam que a eugenia estava presente em concursos eugênicos, no futebol, nos livros, nos discursos políticos e vários espaços para além dos circuitos especializados de eugenistas. Dessa forma o saber eugênico podia ser acessado e se fez presente na realidade de diversos tipos de atores, do analfabeto até o presidente.

A palavra eugenia era evocada no decorrer do discurso do *A noite*, às vezes de forma mínima sem muito envolvimento com a questão científica, ou seja, sem esmiuçar as complexidades dos cálculos e debates que envolvia o campo. O que nos permite associar, como indica Vanderlei Souza (2012), que as propostas eugênicas eram para os atores da época um símbolo de modernidade cultural. A pessoa que demonstrasse saber o que era eugenia era vista como um indivíduo atualizado e moderno. Aplicando essa lógica para analisar o jornal de temática livre, voltado para os assuntos gerais, é possível interpretar que o uso dessa ciência era voltado para vender uma boa imagem das campanhas, instituições, autores e livros.

O uso do termo eugenia era uma vitrine, pois tornava alguns textos mais sofisticado. Dava uma sensação de credibilidade científica para os atores e, principalmente, nas reportagens que a mencionavam de forma superficial, pois o foco eram temáticas que não estavam envolvidas com a ciência, tal como eventos do cotidiano – entrega de troféus ou na reinvindicação de direitos dos padeiros. Já o *Boletim* era um jornal científico e por isso não encontraremos a palavra eugenia de forma vaga, para agregar vocábulo. Apesar de se dizer para todos os públicos interessados nos assuntos de melhoria da raça e nação, seu público-alvo eram os médicos e profissionais de áreas em que a eugenia pudesse intervir.

Devido as possibilidades do uso da mesma palavra, sendo empregada de forma diferente nos jornais e ganhando vida no cotidiano, o conceito enraizava-se. A partir de agora iremos analisar reportagens do *A noite* e do *Boletim* com a intenção de interpretarmos a eugenia exposta nos jornais e refletirmos como os seus leitores poderiam receber as informações sobre temáticas cotidianas. Na categoria esporte e a ginástica, alguns intelectuais, defendiam que ao promover melhoraria nas qualidades físicas e morais dos indivíduos iria acelerar o equilíbrio fisiológico, moral e intelectual dos indivíduos ao repassar geneticamente essas melhorias para as próximas gerações. Por isso podemos apontar que a eugenia se fez presente nas temáticas de esporte, e assim veremos que o *A noite*, lança uma coluna chamada *Sports* em que frequentemente a eugenia era mencionada nos textos sobre esportes. Assim notaremos a eugenia sendo

empregada ao longo do jornal no sentido de que era um conhecimento moderno que ajudaria de forma positiva o desenvolvimento, uma ciência que daria qualidade humana e social. Ou seja, não desmiuçavam aos leitores da coluna *Sports* o objetivo científico da eugenia e apresentava ao leitor como um conhecimento bom a ser praticado por todos. Se distanciando do conhecimento original de Galton quando propôs eliminar pessoas com genes inferiores.

À primeira vista, podemos considerar que o jornalista apenas está cobrindo a fala do diretor do clube, jogadores, etc. Ao notarmos que se torna comum, fica sugestivo que era escolha do autor da reportagem inserir a palavra eugenia no contexto da notícia. Um exemplo é a reportagem com título *Fluminense X Paulistano*[3] no qual abordava um jogo entre os times onde o paulistano venceu e, para homenagear o fluminense, organizou um jantar. A parte que quero destacar é o momento que a eugenia é evocada no discurso do diretor da delegação paulistana, Dr. Mario Cardim:"reafirmando ainda uma vez as inquebrantáveis cadeias de amizade esportiva que unem o Paulistano ao Fluminense, no ideal comum da eugenia da raça, agradecem em nome do seu clube, as homenagens"[4]. No trecho podemos interpretar que o termo científico é empregado no contexto de amizade e não há maiores explicações ao longo do discurso sobre o que seria o ideal comum da eugenia da raça para os times.

Apesar de algumas reportagens estarem fora do contexto científico, há algumas notícias que vão de encontro com a eugenia, no caso quando se trata das mulheres como peças fundamentais de um projeto de nação eugênica, pois são responsáveis pela prole e transmitir qualidades positivas para os seus descendentes. Essa visão era bem debatida no meio dos intelectuais eugênicos e podemos conferir que, segundo o jornal, tal pensamento é uma das motivações para que o Flamengo inaugurasse uma ala feminina no ano de 1928. Esse fato foi noticiado com a reportagem "a eugenia a serviço da raça inaugurou-se a grande seção feminina do flamengo"[5] contando com profissionais médicos e apoio da comunidade. Vale ressaltar que ao decorrer do texto é ressaltado a diferença do público masculino e feminino. O primeiro grupo praticaria esporte para ser mais vigoroso, enquanto que a atividade física para mulher possuía uma finalidade para serem saudáveis e assim, transmitir boas características para os futuros brasileiros. Contudo, a eugenia apresentada na coluna *Sports* não seguia um padrão exato, sendo comum que o leitor que se baseasse apenas nessa coluna para ter a sua opinião sobre eugenia e esporte estaria associando a palavra eugenia a sinônimos de bom, saudável, civilizado e disciplinado. Considerando que o número de pessoas que não sabiam ler era alto e alguns

[3] *A noite*, 15 de julho de 1925, nº 4901, p. 7.
[4] *A noite*, 15 de julho de 1925, nº 4901, p. 7.
[5] *A noite*, 15 de agosto de 1928, nº 06013, p. 7.

possuíam uma leitura de boca a boca, onde um lia e contava a informação de forma oral fazendo o conteúdo da informação circular no "disse me disse", podemos compreender que a eugenia apoiada pelos leitores dessa coluna não é a eugenia científica que buscava melhorar a raça humana através de técnicas científicas e segregação dos indivíduos, através de práticas restritivas casamentos, proibição de direitos aos grupos considerados inferiores, etc.

A eugenia como sinônimo de bom e abordando a ciência como algo relacionado às práticas esportivas não foi exclusiva da coluna *Sports,* por isso podemos destacar que no decorrer do *A noite,* em momentos diversos, foram publicados conteúdos eugênicos nesse sentido e que não foi destinado a coluna já que encontramos solto nas páginas diversas do periódico. Por exemplo, em 1928, na primeira página com o seguinte título *O trabalho consciente de aperfeiçoamento da raça*, com imagem de homens praticando atividades físicas, na reportagem aborda que a marinha brasileira adotou um discurso eugênico na educação física dos seus marinheiros. Nesse propósito as instituições privadas não ficaram de fora, e através do *A noite* podemos evidenciar que se tratava de práticas em instituições brasileiras, como aponta a reportagem *A eugenia da nossa raça – O Tijuca Tennis Club inicia a prática dos sports scientificamente. – Palavras do diretor do serviço médico*[6]. O clube se dizia promover atividades eugênicas e com base científica, no entanto ao analisarmos, percebemos que não há teorias ou dados na reportagem que aborda a troca do diretor. O novo diretor dizia que "os sports, meio agradável de conservar ou melhorar a saúde e colaborar indiretamente para o grande problema nacional da eugenia"[7]. O título da reportagem poderia ser sobre a troca do diretor do clube, no entanto, ao escolher mencionar em letras grandes *Sports scientificamente* nos sugere que era uma prática da época citar a ciência, principalmente a eugenia, para ter credibilidade ou prestígio, para atingir aceitação e respeito do seu público, apesar de quase não explicarem quais ideias cientificas realmente consistia na reportagem, mas utilizavam das palavras para chamar atenção. Em 20 de setembro de 1926, sob "*Club dos Diabos – A extravangancia servindo a eugenia – No paiz das maravilhas*"[8] veremos que o clube estava mais preocupado com uma eugenia que premiava a aparência física do que os princípios eugênicos. Ao longo do texto percebemos que não é um concurso eugênico que o clube estava divulgando, mas sim uma prática de aprovação, segundo o jornal, não tem maiores informações sobre a participação, somente a forma da admissão. Chegou até o *A noite* que a admissão das mulheres era medindo os corpos das mulheres e já os dos homens não. No entanto, vale dizer

[6] *A noite*, 12 de dezembro de 1931, nº 7203, p. 5.
[7] *A noite*, 12 de dezembro de 1931, nº 7203, p. 5
[8] *A noite*, 20 de setembro de 1926, nº 5327, p. 7).

que para os cientistas eugênicos não se tratava da beleza das pessoas, mas uma análise da família, da hereditariedade e vários outros atributos que podemos julgar que não são pontuados no concurso e seleção feita pelos clubes, porém se diziam tomando medidas eugênicas.

Podemos apontar outra reportagem que é a palavra eugenia sendo usada no discurso da Associação dos Padeiros, associada a causa em prol da "*eugenia dos Panificadores*", que por uma qualidade de vida lutavam pelos fechamentos das padarias aos domingos (A noite, 7 de março de 1932, nº 7283, p. 4). Ou seja, na reportagem dos padeiros eugenia estava relacionada a uma qualidade de vida que era ter folgas aos domingos. Tal como podemos evidenciar no trecho abaixo:

> O fechamento das padarias aos domingos, representa para os empregados o ideal máximo, a 'aspiração maior com que querem atingir o grau social a que tem direito, perante a civilização. Representados por uma associação, onde o império da união formou a eugenia dos panificadores, querem o direito de viver com o conforto de homens, que pela sua boa organização de serviços, podem gozar a delicia de seus lares'. A comissão era constituída pelos Srs. José do Nascimento Filho, presidente, Franscisco Mello, diretor de beneficiencia e Manoel Mendonça, diretor de interesses sociais.

Para somar com a teoria de que o termo eugenia não era compreendido por todos no seu caráter científico de eliminar indivíduos disgênicos podemos apontar sendo comuns a confusão entre o nome feminino Eugênia e o termo científico eugenia. Por isso evidenciamos que tanto o *A noite* como o *Boletim* haviam em comum o tópico que era fazer o leitor entender que eugenia não é uma pessoa e sim um ramo científico que intervém/deve intervir nas suas vidas. Nos textos que ensinando a pronunciar e apresentando a ciência como algo positivo melhoraria não somente o indivíduo, mas toda a nação. Com suas técnicas de aperfeiçoamento que apenas buscava melhorar o futuro e evoluir.

Apesar de reportagens que nos levam a crer que o público do *A noite* entrou em contato com uma ciência eugênica branda, que foi simplificada para os leitores em um nível que podemos duvidar em alguns momentos se o jornal sabia o que era a eugenia. No entanto, podemos afirmar que o jornal não era passivo de não ter conhecimento do que era a ciência eugênica na íntegra, podemos reunir uma série de passagens em que a eugenia é interpretada e encarada a partir do caráter científico defendido por Galton e outros radicais que acreditavam que precisava eliminar portadores de características inferiores. Desse modo podemos apontar que o jornal se posiciona contra a eugenia que buscava eliminar indivíduos assim nos trouxe a imagem do ministro Bento Faria e o seu posicionando dizendo que ninguém tem o direito de matar e critica outros jornais brasileiros que haveriam publicado "*matar por compaixão*"[9].

[9] A noite, 9 de novembro de 1929, nº 6461, p. 1

Alguns periódicos escreviam sobre a prática de eutanásia como uma forma de matar por amor à pessoa e ao país, evitando o nascimento de pessoas que não correspondiam o padrão de saudável. Ou seja, era de conhecimento do jornal os princípios brandos e duros da ciência que noticiava. O *A noite* abordava a ciência eugênica de forma que possamos compreender que nem todos os leitores entendessem a totalidade das intenções do conhecimento científico defendido pelos eugenistas. Porém, quando analisamos o *Boletim*, apesar de ser voltado para os especialistas da área da saúde, é possível destacar que uma participação do público e o que os leitores estavam achando do assunto, a partir de algumas edições. Além disso, vale mencionar que o jornal era anunciado de forma gratuita para todos que desejassem compreender mais sobre a eugenia. Sendo assim, poderemos averiguar se os leitores do jornal especializado entraram em contato com qual tipo de ideia eugênica. Poderemos analisar as impressões dos leitores e a comunicação do jornal ao público através dos inquéritos, solicitando sua ajuda. Dessa forma, conseguiremos apresentar as cartas enviadas ao jornal pedindo aconselhamento médico sobre determinados casamentos se eram eugênicos ou disgênicos, tal como no volume dezenove[10], quando foi requisitado ao público que enviassem suas opiniões e respondessem ao questionário sobre educação sexual destacando que não precisariam explicar a importância e nem o que é educação sexual, já que era de conhecimentos de todos.

É possível dizer que o casamento era entendido para o *Boletim* como um mecanismo de controle social para impedir determinadas uniões, ou seja, os leitores que acompanhavam o jornal e participaram do inquérito possivelmente estavam cientes disso ou se nutriram dessa percepção, por isso as respostas do inquérito caminharam para esse modelo de resposta. Dessa forma, no I*nquérito sexual*[11], é exposto que foram recebidas 30 respostas sobre o inquérito de educação sexual, porém quase nenhuma delas poderiam ser aproveitas, já que, segundo o editor, muitos não compreendiam o que era a real missão eugênica, o que para os intelectuais da área era preocupante. O jornal não só divulgava inquérito, livros e informações sobre eugenia, possuía uma função de arrecadar pesquisas, como podemos apontar na edição de 23 novembro de 1930, na página 9, em que se anuncia uma pesquisa que buscavam casais com 15 ou 20 filhos para realizar uma pesquisa, onde é pedido a contribuição dos leitores e garantido o sigilo sobre as informações dadas. Ao lermos os jornais percebemos que a ciência não era só apoiada por periódicos que queriam vender páginas, porém era compreendida como um conhecimento relevante para os órgãos políticos da época, tal como notamos o apoio do Ministro de Guerra e até mesmo a Marinha do Brasil utilizando dos conhecimentos eugênicos para melhorar as

[10] Boletim de eugenia, julho de 1930, v. 19, p. 4
[11] *Boletim de eugenia*, dezembro de 1930, nº 24, p. 6.

práticas dos marinheiros, além dos clubes de lazer e time de futebol que evocavam a eugenia com um sentido positivo. Apesar de podermos citar que já havia na época atores que faziam oposição a eugenia, tal como Araripe Junior[12] que definia a eugenia como uma ciência que servia para dar continuidade à escravidão. Além de Roquette Pinto, quem interferiu diversas vezes a exposição de trabalho questionando a cientificidade da eugenia.

Contudo podemos dizer que a ciência eugênica circulou na sociedade a partir dos jornais podemos compreender o motivo dos leitores em confiarem nas informações e lições eugênicas repassadas a eles, pois era um conhecimento incentivado e apoiado por intelectuais, órgãos do governo e até mesmo populares que ao acessar os jornais compreenderiam a eugenia como algo bom nos esportes, no concursos de beleza, na educação e não como uma ciência que mapearia os genes inferiores e eliminaria da sociedade.

Conclusão

Em suma, ao longo da análise dos textos publicados e passados ao leitores podemos imaginar que a eugenia tomou vários sentidos, visto que os redatores dos periódicos tinham conhecimento do argumento da eugenia negativa que buscava eliminar as diferenças através da segregação, porém nesse mesmo espaço de informação é notável que muitos leitores pudessem só achar que a eugenia era um conhecimento confiável e de credibilidade, já que os estudiosos respeitosos defendiam, e que conforme inúmeros textos do jornal do cotidiano dava a entender a eugenia era algo que daria qualidade de vida e nos faz refletir que se colocarmos o óculos dos leitores do *A noite* ou *Boletim* e formos ler as informações que eram repassadas sobre eugenia veremos que essa era associada quase sempre nesse sentido de ciência positiva, auxiliaria na beleza, em fortalecer e trazer bem estar para o país, com isso as múltiplas leituras sobre os jornais nos mostram que os leitores da época foram direcionados para um sentido de eugenia que salvaria o país.

Dessa forma, é de extrema importância que possamos compreender o cenário dos nossos antepassados e o que fez com que as ideias eugênicas fossem compradas por todos os setores sociais, já que o seu caráter negativo já era anunciado a tempos e mesmo assim a eugenia circulou muito graças a carência social, a falta de informação e uma proposta de melhorar o país super carente, porém não expunha de forma clara nas páginas dos jornais que era a custa de outras vidas, o que contribuiu para a disseminação da eugenia que muito se deu em cima do desejo de melhorar a sociedade.

[12] Crítico literário e escritor brasileiro que faleceu em 1911.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil-1800-1900**. Mauad X, 2010.

CONT, Valdeir. Francis Galton: Eugenia e hereditariedade, **SCIENTIA STUDIA**, São Paulo, V.6, N.2, P.201-18, 2008.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil:** análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia 1929-1933. São Paulo, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. **A política biológica como projeto: a eugenia negativa e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. Dissertação de mestrado.

_____. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011. Tese de Doutorado.

_____; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, 2012.

Fontes

A noite, 15 de Julho de 1925 , nº 4901

A noite, 15 de Agosto de 1928, nº 6013

A noite, 12 de Dezembro de 1931, nº 7203

A noite , 20 de Setembro 1926 , nº 5327

A noite, 7 de março de 1932, nº 7283

A noite, 26 de Novembro de 1934, nº 8265

A noite, 9 de novembro de 1929, nº 6461

Boletim de eugenia, julho de 1930, v. 19

Boletim de eugenia, dezembro de 1930, nº 24

A Revolta Comunista de 1935: a utilização da fotografia como prática de identificação criminal

Kleber Oliveira dos Santos
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

Como a divindade romana Janu (*Janus* em latim), a fotografia possui dois rostos que contemplam simultaneamente o passado e o futuro, por ser ao mesmo tempo tributária de todo uma tradição visual que remonta à perspectiva linear renascentista, e, paralelamente, relacionada às novas tecnologias de produção de imagem desenvolvidas no século XIX (CRARY, 1990).

A invenção da fotografia no século XIX foi o resultado da conjugação de vários conhecimentos relacionados à física e química, que tinham como objetivo compreender os efeitos da luz e da fixação da imagem a partir da utilização de determinados compostos.

Comumente Joseph Nicéphore Niépce que conseguiu fixar mesmo que momentaneamente a imagem numa superfície e Louis Jacques Mandé Daguerre, que desenvolveu um método eficiente de fixação da imagem pela adoção de substâncias químicas, são apontados como os responsáveis pela invenção da fotografia.

A preocupação em compreender o papel da fotografia na criação de uma concepção do homem sobre o mundo e sobre si mesmo, tornou-se foco da discussão de muitas áreas do conhecimento dentre as quais podemos citar a Psicologia, Sociologia, Antropologia, Artes dentre outras[1].

Neste artigo buscaremos discutir sobre a utilização da fotografia como elemento probatório em processos judiciários. As fotografias que analisaremos foram anexadas nos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado em 1936 como órgão da justiça especial do Brasil, para julgar os implicados na Revolta Comunista de novembro de 1935 ocorrida no Rio Grande do Norte e nas cidades de Recife e Rio de Janeiro. Para esta análise utilizaremos como base metodológica a Cultura visual a partir do seu conceito de visualidade.

Indicaremos ainda ao longo do artigo, alguns dos aspectos técnicos e o contexto histórico e social que permearam a construção do retrato de identificação criminal no século

[1] Walter Benjamim foi um dos primeiros teóricos a tratar sobre as transformações na percepção da arte, na experiência humana e nas formas de expressão da realidade, a partir da análise da influência exercida pelas das novas mídias nas sociedades contemporâneas. Sobre este aspecto recomendamos as seguintes leituras: SCHÖETTKER, Detlev. Comentários sobre Benjamin e A obra de arte. In: *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. (org. Tadeu Capistrano). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. & BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

XIX, a partir, sobretudo do processo de padronização desenvolvido por Alphonse Bertillon no âmbito de sua atuação na Prefeitura da Polícia de Paris.

Cultura visual e visualidade

As pesquisas relacionadas à Cultura visual, ou como alguns autores também denominam Estudos visuais (*Visual studies*), desenvolveram-se a partir do final dos anos 1990 no campo de pesquisas sobre a arte e imagem dos EUA. A proposta desse novo espaço de estudos era problematizar a visão e a cultura no contexto das sociedades contemporâneas, cada vez mais influenciadas e "inundadas" pelas mensagens visuais.

Segundo Rogéria de Ipanema, a Cultura visual é tributária de estudos realizados a partir da década de 1950 por pesquisadores que atuavam em universidades inglesas, dentre os quais se destacaram Richard Hogart, Raymond Williams e Stuart Hall, que refletiam sobre o conceito de cultura a qual era compreendida a partir de categorias como experiência, vivência e sentidos (IPANEMA, 2020, p. 274).

No âmbito desses estudos primordiais, deve ser destacada como momento importante para a disseminação dessas discussões a criação em 1964 do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, vinculado ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, e a incorporação na década de 1970 dos estudos culturais a departamentos de ensino e pesquisa de outras universidades britânicas[2].

Dentro de suas concepções teóricas esses estudos pretendiam realizar uma "compreensão onde, cultura e o campo social estavam juntos e não podiam ser percebidos separados e sim, em suas formas, práticas, representações, ou seja, nas relações entre cultura e sociedade" (IPANEMA, 2020, p. 274).

Dentro desses princípios a Cultura visual identifica a necessidade de uma contextualização da imagem, entendendo que ela não possui sentido, em si própria, e que este é produzido através da interação social na qual, dentre outros aspectos, devem ser pesquisadas as intenções do seu autor.

[2] James Elkins chama a atenção para as novas perspectivas de estudos ligados à compreensão da imagem nas sociedades contemporâneas a partir da aplicação dos conteúdos dos Estudos visuais em programas de pós-graduação nos EUA, no contexto da chamada "virada pictórica" . ELKINS, James (org.) *Theorizing visual studies : writing through the discipline* . Routledge, 2012.

Uma das principais contribuições dos debates sobre a Cultura visual é a aplicação do conceito de visualidade, que é concebido como a dimensão cultural[3], histórica e contextual do olhar, em contraposição a visão, considerada como a dimensão fisiológica do olhar.

Na visualidade o registro visual da imagem e o seu significado operam de modo interativo para construir uma mensagem e um sentido; neste aspecto, segundo Chris Jenks: "O que vemos não é simplesmente parte de uma habilidade natural. Está intimamente ligado às formas como a nossa sociedade ao longo do tempo organizou suas formas de conhecimento, suas estratégias de poder e seus sistemas de desejo" (tradução livre) (JENKS, 1995, p. 1).

As origens do retrato de identificação criminal

No alvorecer do século XIX, as sociedades industrializadas experimentavam diferentes transformações econômicas, sociais e tecnológicas que afetariam múltiplos aspectos da vida cotidiana, influenciando na própria compreensão da realidade.

Um dos frutos da modernidade tecnológica do século XIX, a fotografia seria eleita como o instrumento primordial para o registro desse período de intensas mudanças. A nova técnica de captação de imagens atualizaria as percepções sociais de visualidade a partir de valores tais como a velocidade na captura das cenas e impessoalidade, transformando-se num suporte técnico privilegiado para a representação dos novos tempos (ROUILLÉ, 2009, p. 16).

A produção das imagens fotográficas era imaginada em seus primórdios como sendo desprovida do agenciamento humano. Por esta compreensão, as fotografias seriam verdadeiros "espelhos da realidade" (DUBOIS, 1993), que representariam de forma fidedigna o seu objeto. Para os defensores desta verossimilhança, a fotografia ao trazer em si seu referente, possuiria um aspecto indicial, que denotaria um caráter insofismável de prova, adquirindo desta forma um valor testemunhal[4], o que explicaria a sua utilização para fins documentais e científicos e como elemento de identificação para fins judiciários.

Contudo, longe de ser um caminho reto e sem percalços, a construção do retrato de identificação criminal foi permeada por intensos debates científicos e éticos que problematizavam um contexto social extremamente complexo que gerara a necessidade de criação de novas formas de controle social e vigilância (FOUCAULT, 2009).

[3] De acordo com W. J. T. Mitchell: "A mudança mais profunda que marca a busca de um conceito adequado de Cultura visual é precisamente a ênfase no campo social do visual e nos processos cotidianos de olhar e ser olhado." MITCHELL, W. J. T.O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, Emmanuel (org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 186.

4 Sobre o aspecto testemunhal da fotografia, Susan Sontag afirma que "as imagens planas, em geral retangulares, que constituem as fotos reclamam para si uma condição de verdade que as pinturas nunca poderiam pretender". SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. p.52.

O desenvolvimento da sociedade industrial europeia trouxe em seu bojo um aprimoramento dos meios técnicos de produção, que geraram como efeitos diretos o êxodo rural e a formação das primeiras metrópoles contemporâneas, nas quais o afluxo constante de pessoas e o crescimento demográfico causaram problemas socioeconômicos como o desemprego, aumento da prostituição e criminalidade; e sanitários como a proliferação de doenças.

Acerca da criminalidade, uma das causas apontadas para o seu crescimento e que se refletia numa consequência direta do adensamento populacional foi o desenvolvimento do anonimato e da mobilidade no âmbito das cidades industriais.

Em relação aos deslocamentos populacionais havia a preocupação em registrar os grupos potencialmente perigosos, como os "vagabundos suíços", "reincidentes ingleses", dentre outros, que desafiavam a capacidade do Estado em combatê-los e identificá-los (JÄGER, 2001). Havia uma criminalização da mobilidade, na qual se entendia que a ausência de laços sociais era um sinal de perigo.

No âmbito dessas discussões sobre as causas da criminalidade e os mecanismos para o seu combate, houve uma preocupação com o aperfeiçoamento dos sistemas judiciário, com o objetivo de repensar a gradação e a forma como as penas eram aplicadas; e policial/prisional, a partir da sofisticação dos mecanismos de controle social, identificação de criminosos e arquivamento dos dados prisionais, retroalimentando todo o sistema de segurança estatal.

No tocante aos arquivos judiciários, os registros, quando realizados, eram feitos em razão dos casos criminais e não em função dos criminosos, e ainda possuíam outros problemas como a falta de periodicidade em sua atualização, um recorte geográfico de aplicação limitado, e ausência de uma troca de informações entre departamentos policias distintos.

Sobre a punição dos criminosos, esta era pensada conforme cada crime praticado, sem levar em consideração o histórico dos indiciados, um fator que poderia amenizar ou endurecer a punição aplicada, e promover uma destinação carcerária conforme a periculosidade do condenado.

O enfrentamento desses problemas de identificação criminal foi realizado tendo como suportes o pensamento científico e a tecnologia do século XIX, em que se destacaram a Antropologia criminal e a fotografia.

A antropologia criminal desenvolveu-se no século XIX no bojo do aumento da violência, que causara a necessidade de se pensar não apenas o crime praticado, mas também as suas motivações pessoais e possíveis condicionantes sociais.

Influenciado pelos estudos de Cesare Lombroso, maior expoente da Escola de Criminologia Italiana, Francis Galton utilizou a montagem fotográfica nascente para

desenvolver uma nova técnica, denominada retrato compósito, cuja imagem não representaria uma pessoa em específico, mas sim o resultado da mescla de caracteres fisionômicos médios de um determinado grupo previamente escolhido, no qual se procuravam os traços genéricos de inteligência ou de criminalidade[5].

O advento da fotografia representou a partir de seu potencial técnico e de sua imputada verossimilhança, uma possibilidade de sofisticação no processo de identificação criminal, pela qual ela se conformaria aos métodos de aplicação do poder institucional e científico que se consolidavam a partir do século XIX.

Desde a década de 1840, já se verificava na Europa, o uso da fotografia para fins de identificação policial[6],no ano de 1844, William Henry Fox Talbot, inventor do calótipo, apontava possibilidades de utilização judiciária de registros fotográficos (SÁ, 2015, p. 20).

Até os anos 1870 os departamentos policiais não utilizavam de forma regular a fotografia de identificação. Os policiais dependiam basicamente de sua memória visual ou do auxílio de informantes para a identificação de criminosos ou reincidentes, as fotografias, nesse contexto, tinham uma função instrumental para auxiliá-los a relembrar alguns indiciados.

Em seu percurso inicial como forma de identificação, a fotografia enfrentou alguns problemas que dificultaram o seu uso mais sistemático. Além do alto custo financeiro para obtenção dos retratos, estes repetiam padrões observados no retrato burguês, como a pose e utilização de objetos para composição da cena, isso se devia à ausência de um setor próprio dentro do aparato policial, que forçava os órgãos de segurança a requisitar o serviço de fotógrafos profissionais. Esta falta de uma padronização técnica objetiva prejudicava a identificação dos criminosos.

Estes entraves requeriam a criação de uma nova técnica de identificação criminal, algo que seria proposto pelo francês Alphonse Bertillon, funcionário da Prefeitura da Polícia de Paris, que desenvolveu um método denominado de Bertillonage.

---

[5] Os primórdios da utilização da imagem como forma de identificação criminal remontam às pinturas infamantes, que eram confeccionadas na Europa durante a Idade Média e Moderna. Estas pinturas representavam de modo degradante o criminoso, associando a sua imagem ao crime cometido. Esses retratos eram encomendados pelos governantes e expostos ao público, neles sendo representados ladrões, traidores, fraudadores dentre outras categorias de criminais. SÁ, Leonor Maria de Amorim e. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, receção e autonomia retórica. *Comunicação& Cultura*, n.º 14, 2012. p.48.

[6] Segundo Jens Jäger o uso da fotografia criminal inseriu-se num processo de sistematização das informações e melhoria do sistema judiciário que previa o aprimoramento dos processos de arquivamento e indexação dos dados dos criminosos. As primeiras experiências com o uso das fotografias foram realizadas por funcionários de presídios belgas ainda na forma de daguerreótipos. Ainda de acordo com Jagger: "Muitas forças policiais publicaram o número de pessoas fotografadas em seus relatórios anuais, evocando assim a ideia de eficiência. Os números oferecem uma imagem de diligência e zelo para investigar o fenômeno e as dimensões do crime. (tradução livre)" . JÄGER, Jens. Photography: a means of surveillance? Judicial photography, 1850 to1900. *Crime, History & Societies*, Vol. 5, n°1 | 2001.p.10.

O Bertillonage foi criado a partir de uma forte influência da estatística social desenvolvida pelo estatístico belga, Adodlph Quetelet na década 1820-1830. Baseado nos estudos de Quetelet, e ancorado no discurso e nos métodos científicos utilizados pelas ciências do século XIX, sobretudo no que concerne à prática da medição corporal, Bertillon propôs um método que identificação dos prisioneiros a partir das medições antropométricas de regiões do corpo que não seriam passiveis de sofrerem alterações ao longo dos anos em função do peso ou envelhecimento.

Além da antropometria, o Bertillonage ainda previa a utilização da fotografia de identificação criminal, cuja concepção empregada por Bertillon pretendia resolver o problema da padronização dos registros fotográficos.

Pela proposta de Bertillon a fotografia de identificação seria tomada com a pose frontal, que apresentava ao espectador o que imediatamente mais reconhecível no criminoso, e a lateral que privilegiava a representação morfológica da cabeça que não sofreria modificações com o passar dos anos (FABRIS, 2004, p. 43). As fotos deveriam apresentar um fundo neutro sem a presença de nenhum objeto cênico em sua composição, pois era importante que esses registros não se parecessem com fotografias tiradas em ateliers ou no âmbito particular.

As fotos de retratos de frente e de perfil de um criminoso eram consideradas visivelmente agressivas (SONTAG, 2004, p. 10), a escolha da pose do detento era forjada através de uma imagem ideal que se queria transmitir.

Figura 1: Pranchas de identificação fotográfica

Fonte: BERTILLON, Alphonse. Identification anthropométriques. Instruction signalétique. 1893.

Dentro desta prática de identificação, os criminosos eram considerados como elementos passivos ao processo regulatório (TAGG, 1988, p. 11), a sua individualidade seria cerceada por um método de registro que se converteria numa forma de dominação. O uso da fotografia pela polícia acabaria desta forma, por reforçar a construção de um mundo de exclusão, expondo diferenças sociais (PESAVENTO, 2009, p. 16).

A introdução do retrato de identificação criminal no Brasil ocorreu durante o reinado de D. Pedro II, que era um incentivador e praticamente da fotografia. A primeira foto para fins judiciários realizada no ano de 1870, na Casa de Correção da Corte (MONTEIRO, 2020, p.77).

A utilização das fotografa de identificação criminal no TSN

Como órgão especial da justiça brasileira, o TSN atuou dentro de um limite tênue entre o comprimento do regramento jurídico e o exercício de um papel institucional no combate ao "extremismo comunista", que se materializara nos eventos de novembro de 1935.

Dentro do contexto repressivo que se seguiu ao fim da Revolta Comunista e de um forte discurso anticomunista (MOTTA, 2002), que já estava presente em setores conservadores da sociedade brasileira, houve um clamor por uma violenta e exemplar punição aos indiciados nos levantes, cujo julgamento coube ao TSN, criado em 1936, no então Distrito Federal, subordinado inicialmente ao Superior Tribunal Militar[7].

Em alguns dos processos do TSN verificam-se além do registro das falas dos indiciados, testemunhas de defesa e acusação e demais responsáveis pelos julgamentos; a presença de fotografias anexadas, que serviam tanto para validar a imputação dos crimes aos indiciados, como em determinados casos, como uma busca pela atenuação das acusações quando o seu pedido de anexação partir da defesa dos réus.

Dentre as fotografias anexadas nos processos do TSN verificamos a utilização do retrato de identificação criminal[8], que remetia à padronização proposta por Bertillon, conforme exemplos a baixo:

[7] O TSN viria a se tornar um tribunal autônomo depois de Golpe do Estado Novo em 1937, a partir desse período e até o encerramento de suas atividades em 1945 as suas decisões não mais seriam revisadas pelo STM em segunda instância. Sobre o funcionamento do TSN recomendamos: CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Ed. Achime, 1982.

[8] Além desses retratos verificamos ainda a presença de fotos de identificação de locais onde ocorreram atos praticados pelos réus, além das oriundas de autos de apreensão realizados pela polícia, optamos por não apresentar essas fotografias neste artigo, pois estas não estariam em consonância com os seus objetivos.

Figura 2: Retrato de identificação criminal

Fonte: Apelação 597/Arquivo Nacional-RJ

Figura 3: Retrato de identificação criminal

Fonte: Apelação 438/Arquivo Nacional-RJ

Figura 4: Retrato de identificação criminal

Fonte: Apelação 194/Arquivo Nacional-RJ

No tocante a essas fotografias, além da conexão ao anticomunismo vigente, verificamos a sua utilização como um signo da criminalidade dos comunistas, reforçando assim os estereótipos e estigmas que lhes eram atribuídos. Segundo Leonor de Sá, esse modelo de retrato prendia o indiciado a uma autêntica "moldura semiótica", que imediatamente remeteria o "observador para o "submundo" do crime, mais precisamente para a captação, em contexto

policial, de imagens fotográficas de criminosos (em linguagem comum com fortes conotações pejorativas, "ser fichado)" (SÁ, 2012, p. 148).

Desta forma, as imagens produzidas pelos fotógrafos da Polícia Técnica, reforçavam uma visualidade calcada na aversão aos comunistas e no caso do retrato do líder comunista Luís Carlos Prestes, na desconstrução de sua figura heroica. Esse fato se devia a forma como as fotografias em tomadas, sem retoques e com o destaque para os aspectos negativos nos rostos[9] gerados, em muitos casos, pelo próprio constrangimento do processo de registro.

Outro fator que devemos destacar é que segundo o formato proposto por Bertillon, as fotos de identificação deveriam ser as mais neutras o possível, com a ausência de assessórios e sem alterações visíveis nas feições do retratado, para que estes elementos na composição da fotografia não pudessem causar impressões adicionais aos responsáveis pelos julgamentos. Contudo, verificamos algumas adaptações nesse padrão dentre as fotos do TSN.

As duas primeiras fotos destacadas estariam mais próximas ao padrão proposto por Bertillon, mas a terceira possui duas variações visíveis: a presença de um acessório na terceira imagem capturada e o sorriso da indiciada[10], que podem nos remeter a uma ideia de afirmação ou desafio[11].

Além destas variações no retrato de identificação do TSN, verificamos ainda a utilização de fotos fora do padrão ou que continham textos explicativos sobre a conduta prévia do indiciado como os exemplos a seguir:

Figura 5: Retrato de identificação criminal

Fonte: Apelação 111/Arquivo Nacional-RJ

[9] Sobre a importância das expressões faciais como fontes de informação acreditamos ser oportuna a seguinte afirmação de Jean-Jacques Courtine: "O rosto fala". COURTINE, Jean-Jacques. *História do rosto: exprimir e calar as emoções: do século 16 ao começo do século 19*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 10.

[10] A indiciada identificada na fotografia era Zora Seljan, esposa do jornalista e escritor Rubem Braga. Segundo a acusação Zora atuava como estafeta de uma célula comunista, transportando ainda materiais de propaganda e livros proibidos por seu conteúdo político.

[11] Sobre esse aspecto, conforme assinala Leonor Sá, os retratados poderiam no momento da captura de seu retrato, esboçar emoções, que segundo a autora dividem-se em: "Retratos de rostos ostentando expressões emocionais negativas (tristeza, aniquilamento, desespero, etc.) e" Retratos de rostos ostentando expressões emocionais positivas (aparente domínio da situação, (sorriso, afirmação desafiante, etc.). SÁ, Leonor Maria de Amorim e. Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, receção e autonomia retórica. *Comunicação & Cultura*, n.º 14, 2012. p. 133.

A apelação 111 foi um processo criminal contendo 6 volumes, voltado para apuração de uma possível infiltração comunista na Marinha, no momento em que se buscava depurar qualquer traço de rebeldia nas forças armadas, muito em função do que se verificou na participação de militares na insurreição de novembro de 1935. No processo em questão foram inseridas fotos dos indiciados com informações adicionais retiradas do assentamento funcional dos militares, as quais funcionavam como legendas para as imagens. No caso acima foi acrescentada a informação de que o militar junto a outro colega de farda tinha como hábito a prática de "inversão sexual"[12], o que entendemos poderia produzir no leitor da imagem uma visão negativa e preconceituosa quanto ao acusado, que não se enquadraria nos valores socialmente aceitos de orientação sexual e de conduta militar.

Figura 6: Retrato de identificação criminal

Fonte: Apelação 403/Arquivo Nacional-RJ

A foto acima foi extraída de um processo que tinha como um dos seus objetivos apurar a atuação de uma guerrilha comunista na Bahia. A imagem em questão retrata de forma propositalmente descuidada os membros de um grupo de guerrilheiros liderado por Marcelino José Alves[13], que teria praticado roubos e homicídios na região de Ilhéus, buscando posterior abrigo no Posto Indígena Paraguassú, a fim de evitarem a repressão da polícia. A fotografia do

[12] Apelação 111/Arquivo Nacional-RJ. p. 1225.
[13] Vulgo "Cabloco Marcelino", indicado com o número 1 na fotografia. No processo do TSN Marcelino seria descrito como um "emulo de Lampião". Apelação 403/Arquivo Nacional-RJ, p. 1204. Em um processo contendo 4 volumes e 6 apensos, esta é a única foto de identificação do grupo.

grupo remeteria a uma ideia de desordem tanto pela composição descuidada e falta de padronização técnica do retrato, quanto pelas roupas utilizadas pelos indiciados.

Considerações finais

Ao longo deste artigo buscamos resgatar alguns elementos conceituais ligados à construção do retrato de identificação para, a partir deles, apontar continuidades e rupturas nas fotografias anexadas nos processos do TSN, referentes à Revolta Comunista de 1935 e à perseguição aos comunistas e elementos liberais da sociedade brasileira, que se seguiu ao fim do levante.

Devemos atentar para esse fato, para não perdermos de vista que as fotografias dos processos do TSN foram produzidas dentro de um momento de repressão que nos leva à necessidade de buscar compreender as práticas de poder que atravessavam a construção desses documentos históricos.

Neste aspecto, a Cultura visual e o conceito de visualidade nos ajudam a entender a produção daquelas imagens, como algo fortemente relacionado a um contexto em que se conjugavam o anticomunismo e uma forte articulação da fotografia de identificação, no modelo codificado por Bertillon e nas suas variações utilizadas pelo TSN; com o mundo da criminalidade, desvio e violência.

Dentro desta premissa devemos compreender essas fotografias como uma decisão, que servia a interesses confessos e inconfessos de um projeto de manutenção do poder político e exclusão/eliminação de vozes dissonantes.

Referências

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. – 7ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita no banco dos réus.* Rio de Janeiro: Ed. Achime, 1982.

COURTINE, Jean-Jacques. *História do rosto: exprimir e calar as emoções: do século 16 ao começo do século 19*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer , on vision and modernity in the nineteenth century* . Massachusetts Instituteof Technology, 1990.

DUBOIS, Philippe D. *O Ato fotográfico e outros ensaios.* Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

ELKINS, James (org.) *Theorizing visual studies : writing through the discipline*. Routledge, 2012.

FABRIS, Annateresa. *Identidades Virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

IPANEMA, Rogéria de. Artes e imagens nos estudos visuais: quando o problema faz o campo. *Anais do XXXIX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: inquietações e estratégias da História da Arte* (29 out.-02 nov. 2019), Pelotas-RS, UPEL/CBHA, p. - , 2020.

JÄGER, Jens. Photography : a means of surveillance ? Judicial photography, 1850 to1900. *Crime, History & Societies*, Vol. 5, n°1 | 2001.

JENKS, Chris . *Visual Culture*. Routledge, 1995.

MITCHELL, W. J. T.O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, Emmanuel (org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados.* Dissertação de mestrado. UNIRIO, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964).* São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciários em Portugal 1869-1895*. Tese de doutorado. Universidade Católica Portuguesa, 2015.

_____ *Dimensões performativas do retrato judiciário: elaboração, receção e autonomia retórica*. Comunicação& Cultura, n.º 14, 2012.

SCHÖETTKER, Detlev. Comentários sobre Benjamin e A obra de arte. In: *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. (org. Tadeu Capistrano). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

TAGG, John. *The Burden of Representation: Essays on Pkotograpkies and Histories. Palgrave Macmillan*, 1988.

Visturas das charges e caricaturas: noção e conceito.[1]

Reinaldo Ramos Diniz
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

A noção de vistura

A invenção da litografia, da fotografia, do cinema e de uma série de técnicas de produção imagética levou à quebra do monopólio dessa produção de imagens criando uma popularização e divulgação cada vez maiores das imagens. Podemos observar, também, esse fenômeno do início do século XX e, na atualidade, com advento da informática, em que há uma produção em massa de conteúdos e imagens surpreendentes e uma grande divulgação pela internet. Como as imagens possuem estrutura narrativa diferentes da produção textual, é preciso refletir como perceber seus significados. Nelas, temos outra forma de discurso, que cria uma autonomia em relação à produção textual discursiva. Há, dessa maneira, uma percepção que "passa" pela retina e suas ligações neurais. Segundo Paulo Sgarbi (2015), há uma *vistura* das imagens. Essa noção[2] de vistura – segundo o autor, surgiu de um c*auso* e de uma implicância, como nos confessa:

> Sou um copista confesso e não me envergonho de copidescar Manoel de Barros [quando diz "tudo que não invento é falso"] para inventar fatos e pessoas que realmente existem e, quem sabe, também como Barros, mostrar que "há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas". O *causo* da vistura é uma dessas histórias, não é ficção e todas as pessoas que aparecem nela não são meras coincidências. O fato inventado é que comecei a implicar com a leitura de imagem. Venho das letras e a leitura me é bastante íntima, desde as minhas infâncias mais remotas, quando me refugiava de possíveis castigos, pelas traquinagens que aprontava, no quarto do tio Armando, que era a nossa biblioteca e, hoje, a gibiteca Armando Sgarbi. Para além do argumento de autoridade que inventei disfarçadamente [a leitura me é bastante íntima], minhas (in)finitas passagens pelo quarto do tio me possibilitaram muitos e muitos contatos com os livros e [quase digo principalmente] publicações repletas de linguagens desenhadas, que iam dos primeiros números do Mickey e do Tio Patinhas, passavam pelos mais variados super-heróis e inusitadas coleções de ficção científica, além das revistas ilustradas no final do século XIX invadindo o século XX. Essa implicância me levou a cunhar o termo vistura como uma confrontação ao uso de leitura para expressar interpretação das imagens [ou das narrativas que delas podem emergir], e me vi um tanto sozinho nessa ação, pois todos os teóricos que buscava para me cumplicizar vinham, sempre e definitivamente, com a leitura, o que me deixou [mais ainda]

[1] Este texto é In memoriam ao Professor Dr. Paulo Sgarbi, amigo e orientador dos primeiros passos desse projeto de dotorado.

[2] Utilizo a explicação de noção de José D'Assunção Barros: "As "noções" são "quase conceitos", mas ainda funcionam como tateamentos na elaboração do conhecimento científico, atuando à maneira de imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento – imagens que, rigorosamente, ainda não se acham suficientemente delimitadas. Muitas vezes, as noções são resultados de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores que podem ou não ser incorporados regularmente pela comunidade científica." (2002, p. 52)

> aborrecidamente só. Mas esse aborrecimento e essa solidão me provocaram a buscar o que vim fazer no mundo: ser feliz e acompanhado. (Sgarbi, 2015, p.11)

Na noção de vistura, entende-se que a imagem não é uma linguagem escrita – com regras gramáticas e semânticas e de produção própria da sintaxe e que para ser entendida, codificada tem que ser lida – mas sim uma linguagem narrativa que tem elementos gráficos desenhados, onde estes tecem um discurso visual polissêmico, que exige que se observem as nuances da composição da imagem, seus signos e regras. A esta linguagem visual não se pode aplicar o termo "leitura de imagem", como nos alerta Paulo Sgarbi

> A partir daí, quero tratar a expressão "leitura de imagem" como uma metáfora, já que imagem e texto são de naturezas bem diferentes e *inventadascriadas* utilizando distintos elementos básicos que formatam sua linguagem. É bom se ter em mente que há uma infinidade de tipos diferentes de imagem [e sobre isso nos deteremos depois um pouco no texto] assim como existem variados e diferentes tipos de texto, mas, por enquanto, nos deteremos elementos básicos de imagens e textos, apenas enfatizando que, enquanto as imagens podem ser *inventadascriadas* por variados elementos básicos [luz, cor, traço, tinta...], os diferentes e variados tipos de textos são inventados criados a partir da palavra, e esse é um ponto fundamental para aprofundarmos a leitura de imagens como metáfora, lembrando, ainda, que estamos falando de imagens *inventadascriadas* por mulheres e homens, e não as que existem como a visualidade do mundo em que vivemos.(Sgarbi, 2015, p.13)

O vedor/observador/receptor da imagem, desde modo, consegue decifrar a narrativa imagética, pois "qualquer imagem admite tradução em uma linguagem compreensível, revelando ao espectador aquilo que podemos chamar de Narrativa da imagem, com N maiúsculo" (MANGUEL, 2009, p. 21). Na vistura dessas imagens, temos outras formas de perceber as mensagens que não seguem a lógica da leitura textual, é diferente o ato de ler e de ver, no entendimento de Sgarbi

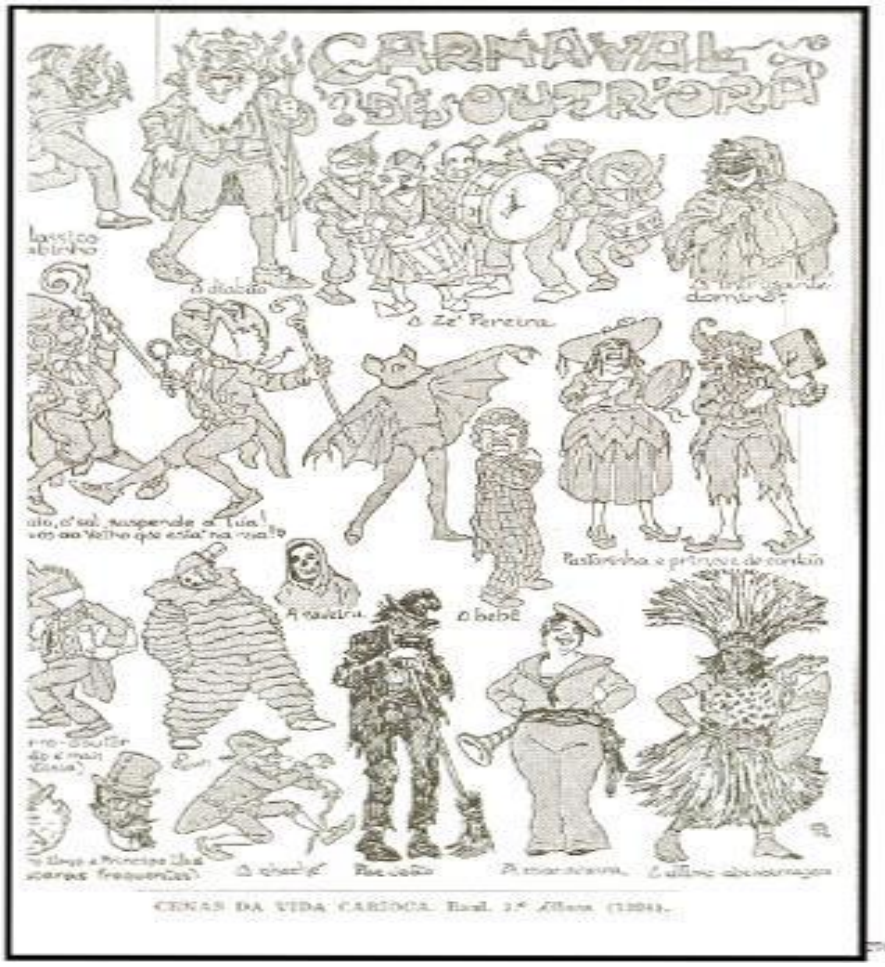
> (...) é preciso, desde já, apontar uma marca de diferenciação entre leitura e vistura, pois aquela é feita, na esmagadora maioria dos casos [teríamos, como outras formas de leitura possíveis, por exemplo, a poesia concreta, que cria uma visualidade externa ao texto], de forma linear, ou seja, a compreensão da leitura pressupõe que as frases [estrofes e outras variações] sejam lidas linearmente, enquanto a vistura não pressupõe um ponto inicial, o vistor pode começar sua imersão na imagem por qualquer ponto dela. Em que pesem as teorias de leitura de imagem, que têm no ponto de fuga e na perspectiva alguns de seus argumentos explicativos, cada vistor poderá ser impactado pela imagem a partir de seus processos individuais de vistura, como, por exemplo, ver a imagem no seu todo, sem começar de um ponto específico, ou começar do centro da imagem, ou da sua direita ou esquerda, ou de cima ou debaixo, ou de algum ponto que, no momento da vistagem, tocou mais forte. (...) o vedor não precisa dominar cores e traços e luzes para compreender e dar sentido às imagens, embora esses elementos se constituam nos códigos materiais das imagens. Retomo, também, a questão da linearidade de leitura que caracteriza o texto escrito e a não linearidade da vistura. O verdor é impactado pela imagem, impacto esse que pode ser mais ou menos intenso, agradável ou desagradável, de fácil ou não fácil compreensão, ou até mesmo incompreensível [caso, por exemplo,

da chamada arte abstrata]. (Sgarbi, 2015, p. 22-23).

Há um impacto que a imagem faz ao vistor, dessa forma, a apreensão das ideias representadas por este tipo de narrativa, ao serem observadas, vistas, passam por uma tradução/interpretação do real e não pode ser considerada propriamente uma cópia fiel da coisa representada, ela, ao contrário, nos instiga a decifrar, a deslindar uma charada, um enigma, no entendimento de Manguel (2001 p. 61). Há uma carga afetiva, subjetiva, cultural, temporal para dizer aquilo que vemos que passa por diversos filtros de percepção e por construções pertinentes no seu tempo e sociedade, antes de assumir um significado.

Desse modo, podemos entender que a vistura das imagens, necessariamente, não necessitam de um texto para ser entendida e nem tampouco o letramento, a alfabetização do observador. Mas, como nos adverte Sgarbi (2015, p. 6), "uma imagem vale uma imagem. Mil palavras valem mil palavras. O que me importa, tanto das imagens quanto das palavras, são os significados possíveis de suas articulações nos discursos". Tanto a imagem com as palavras (escritas e faladas) são formas possíveis de tradução de significados do real, cada qual com a sua especificidade, são linguagens diferentes. A vistura das imagens, dessa maneira, pode e deve ser utilizada na pesquisa histórica.

Figura 1: Cenas da vida carioca.



Fonte: Raul Pederneiras, 1917.

Podemos ver, na ilustração desenhada por Raul Pederneiras, à descrição das fantasias dos antigos carnavais. Só quem vivia naquela época é que entenderá o sentido dessas fantasias? Ou ela nos ajuda, na atualidade, a compreender determinados hábitos, costumes da época em questão?

Ao observar esta ilustração, vejo indícios etnográficos e características do carnaval popular e elitista carioca, da Belle Époque, vemos as fantasias de índios, morcegos, bebê, zé pereiras, dominós, os velhos, etc. Pederneiras em seu livro" Cenas da vida carioca" retrata com maestria os tipos cariocas em seus trejeitos e hábitos.

Com entender, perceber uma imagem além do conceito de leitura textual. Ernst Gombrich, um historiador da arte, em 1972, traz um interessante questionamento sobre conceito de imagem visual. Para o autor, a especificidade da linguagem visual está em que ela não representa o real, representa uma visão desse real que é própria de quem a produziu, mas, ao chegar ao receptor, há uma série de mediações que não restituem o real, mas reconstrói voluntariamente ou involuntariamente a apreensão do real, a imagem desta maneira não

explica por si mesma, a realidade. Ela é mais uma forma estética e ética que, ao ser recebido no cérebro, convida o vistor a recriá-la e a revivê-la, aglutinando-a entre suas imagens mentais – compostas por suas memórias visuais, olfativas, gustativas, sonoras – e seus sentimentos, emoções, crenças e valores culturais. Todo o seu sistema simbólico é acionado para dar sentido a aquela imagem.

A mensagem visual é polissêmica e polilógica, tem várias ramificações em que se associam uma multiplicidade de símbolos, signos e com interpretações decorrentes das relações sociais, econômicas, históricas vivenciadas pelos produtores e receptores. Do ponto de vista do produtor, não podemos deixar de lado a intencionalidade em que esta foi produzida, o olhar do produtor sobre o mundo que ele tenta desvendar, fazer entender para outros (as); além do mais não se podem minimizar as próprias regras de comunicação que são utilizadas em cada espécie de imagem, seus dispositivos e suportes de produção (fílmica, fotográfica, pictóricas, gráficas, informáticas, etc.). Essa polissemia imagética, do ponto de vista do receptor/observador/vistor é criada na relação entre a sua experiência vivencial e o que é visto: há uma "dinâmica receptora"

A linguagem desenhada das charges caricaturas

Seguindo os indícios apresentados acima, podemos utilizar charges e caricaturas, ou desenhos de humor (categorização mais genérica) como fonte primária riquíssima para a pesquisa histórica. Como imagem, possui linguagem específica, visto produzir uma identidade por diferença "porque constrói um personagem que não se assemelha com o sujeito real do qual deriva" (TEIXEIRA, 2005, p. 23). Pelo contrário: a diferença entre o real e o produto final – a imagem – aprofunda a mútua identificação, tornando possível o personagem como outro sujeito do real,

É possível dizer, que as linguagens desenhadas são uma tentativa de seus autores se apropriarem da realidade, de criar uma cotidianidade, para produzirem uma nova identidade. As minhas visturas dessas produções iconografias me indicam que, ao executarem tal empreitada, os chargistas não eram neutros em suas proposições, que havia a influência do vivencial, composto das suas experiências pessoais e visões do mundo.

Segundo o autor, as charges são uma das formas de manifestação da opinião pública, elas tentam significar o real comunicando uma informação por meio da imagem. Essas imagens são impregnadas de subjetividade, tanto do emissor quanto do próprio receptor da mensagem.

Ocorreu, na historiografia contemporânea – e em outras áreas das ciências humanas e sociais – a renovação do interesse pelos estudos visuais levando em conta que o próprio olhar é um sentido construído socialmente e historicamente demarcado, produto de contextos sociais e culturais.

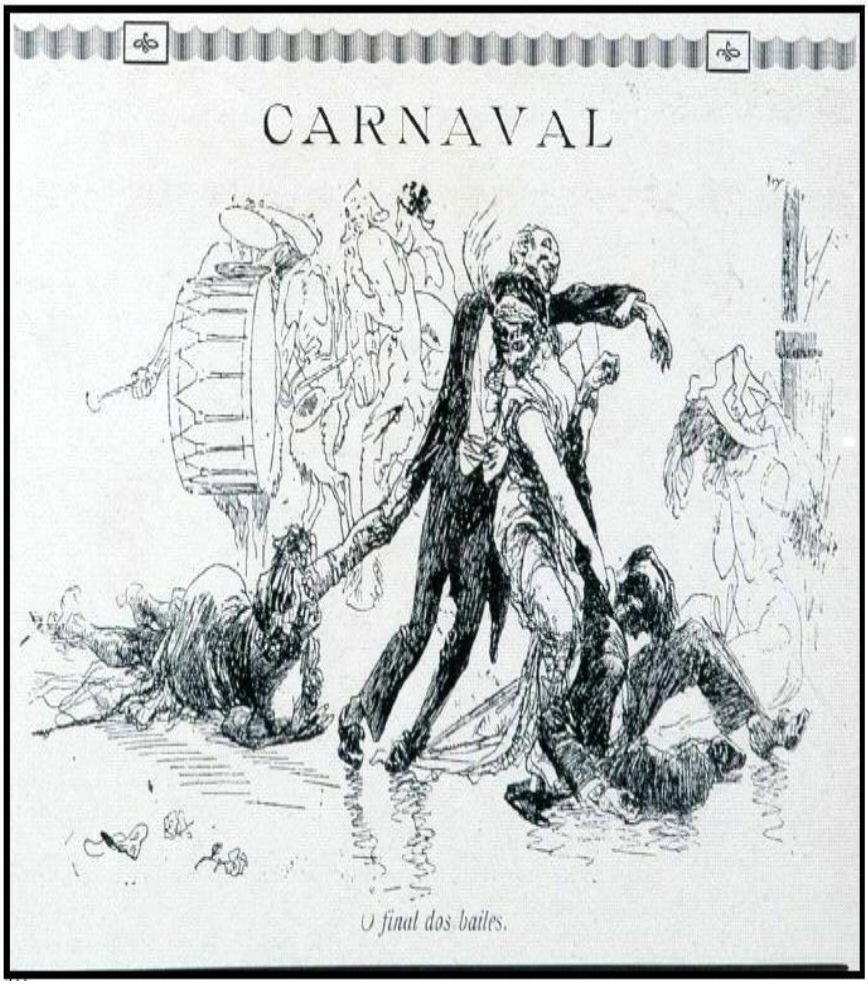
A partir dessa premissa, os estudos da imagem preconizaram o estabelecimento da relação entre visão/imagem e o contexto social da sua produção, circulação, distribuição e recepção. As imagens são produzidas em um tempo e espaço historicamente situados por práticas sociais, políticas, discursivas. Demonstram a ampla rede de associações, de memórias, sentidos culturais, valores, que interagem para plasmar determinada competência visual, que não está presente nos objetos (imagens) como uma mensagem unívoca. Cabe ao(a) pesquisador(a) fazer essas indagações que tencionam a visão e o olhar, a capacidade de ver e o ato de enxergar sendo um processo dialético.

Segundo Burke (2004), ao utilizar as imagens como fontes históricas, como testemunhos de uma determinada sociedade no tempo e no espaço, tem-se que ter algumas preocupações sobre os problemas que advém da interpretação dessas imagens. Seguindo as orientações de Burke, ideias, valores, hábitos podem ser vistos por meio das imagens. Estas favorecem a compreensão de dada sociedade, são portadoras de informações tanto quanto o texto escrito. Articulando discursos e narrativas singulares, eivados de significado social, político, antropológico, social, cultural.

Desta maneira, a produção iconográfica é admitida como um documento, fonte primária para o(a) historiador(a), permitindo a investigação da história presente e passada por meio das situações e dos personagens expressas nelas. É uma fonte rica em perspectivas de interpretação, pois "[...] comunicam rápida e claramente os detalhes de um processo complexo, como o da impressão, por exemplo, o que um texto leva muito mais tempo para descrever de forma mais vaga." (BURKE, 2004, p.101). Por fim, entendemos que as linguagens desenhadas das charges, caricaturas cartuns elucidam aspectos de seu tempo que, talvez, os textos escritos não pudessem captar.

Vejamos um exemplo na charge abaixo.

Figura 2. O final do baile, Raul Pederneiras.



Fonte: Revista Fon-Fon! De 21/02/1914.

Nessa charge Pederneiras, nos mostra uma disputa de sentidos se misturando: temos o baile com suas roupas elegantes, característicos do sentido do carnaval tido "civilizado" eleitista, mas, ao mesmo tempo, vemos a esbórnia do final do baile, a elite se comportando aos tropeços, como o populacho em geral. A forma como o autor delineia a sua charge, com as suas caricaturas, nos demonstra a sua intencionalidade de demarcar a ambiguidade pela qual passava a festa momesca.

O conceito de charge e caricatura

Para Teixeira (2005) "A charge é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social" (p.11), estas são uma das formas de manifestação da opinião pública, elas tentam significar o real comunicando uma informação por meio da imagem. Essas imagens são impregnadas de subjetividade, tanto do emissor quanto do próprio receptor da mensagem.

A lógica intrínseca da imagem como documento, segundo Teixeira, tem uma dificuldade em utilizá-la nos estudos acadêmicos, diante da ausência de um saber específico capaz de desenvolver uma reflexão teórica de seu conteúdo e de sua relação com a textualidade. Vale citar:

> Por outro lado, que possibilidade tem a imagem de significar seu conteúdo, como sistema de signos dotados de regras próprias, senão através de uma linguagem exterior a si própria, o discurso textual? Como se expressar fora do verbo que diz o que ela mostra? Não teria a imagem, como única prerrogativa de 'falar' por si própria, olho que a percorre como discurso mudo? Discurso sem texto alheio a qualquer exterioridade, fechado e circular, tendo esse olhar como exclusiva testemunha e solitário leitor? Essa narrativa do ver que percorre e decifra não seria a única capaz de esgotar suas possibilidades de expressão enquanto imagem? É assim que a inexistência de um lugar para a reflexão de questões como essas- como imagem comunica seu conteúdo? – que a ausência de uma Teoria da Imagem ou uma Ciência Social da Imagem, que reúna num campo unificado de reflexão o conjunto de linguagens que têm a imagem como suporte, minimiza as possibilidades de pensá-las como discursos que expressam com autonomia seu próprio conteúdo. (Teixeira, 2005, p. 57).

Do mesmo modo, o(a) observador(a) da charge é transformado pela imagem, decorrendo um verdadeiro processo pedagógico. Nas poéticas palavras de Teixeira

> a charge muda aquele que a observa, transformando-o em cúmplice de significações que só têm sentido no interior dessa relação de mútuo consentimento e plena aceitação. Duvidar, desconfiar de suas intenções, traí-la, pois, qual amante ciumenta, zelosa de seus atributos e segura quanto à retidão de sua conduta, a charge exige, para ser possuída, total entrega confiança absoluta. Por outro lado, essa relação de fidelidade entre charge e leitor depende exclusivamente do que ela oferece e mostra. É esse jogo sutil entre o interdito e o permissivo – o defloramento do sujeito – que mantém sua cumplicidade e mútuo interesse: o desvendamento de uma verdade conhecida, ainda que oculta na banalidade do real, e que a charge revela com a finalidade de torná-la, assim, disponível, transparente. (Teixeira, 2005, p. 12-13)

Dessa maneira, a charge é instrumento de intervenção que o autor faz na cotidianidade. Através da subversão satírica e humorística, ocorre um processo de *ensinoaprendizadoensino* entre os participantes desse *dramatrama*. A linguagem desenhada da charge – que utiliza a caricatura, também, como seu traço predominante – nos ajuda a romper as barreiras da razão instrumental do texto, pois a "(...) imagem da charge é a gramática de seu traço, e o traço da charge é a escrita do seu texto." (op. cit., p. 18).

A seriedade do discurso é subvertida em transgressões homeopáticas diárias de loucura, que equilibram o 'excesso da razão', de depressão dos nossos instintos reprimidos por mecanismos psicológicos inerentes à vida cultural. Segundo Freud, temos um jogo em que o humor, o chiste, nos proporciona um imenso prazer ao quebrar as inibições que

represam o gozo. Na identidade do sujeito, a linguagem da produção imagética se tece a partir de fundamentos próprios. Na charge, o personagem construído não se assemelha ao sujeito real inspirador. Ao contrário, é a relação de diferença entre eles que torna possível o personagem como outro do sujeito real, sendo, pois, a charge categorizada por TEIXEIRA enquanto identidade por diferença.

Outra linguagem desenhada: caricatura

Na linguagem desenhada, é possível distinguir tipos de produtos com propósitos e especificidades semânticas diferenciadas. Porém, independentemente do que os distinguem, a charge e a caricatura têm um problema em comum.

> Trata-se da produção de uma identidade capaz de identificar – sem qualquer relação de estranhamento – a realidade com a ficção, a verdade com a fantasia e o sujeito com o personagem. Trata-se, para cada um, de produzir e projetar nos personagens imaginários que criam uma identidade do sujeito que corresponde perfeitamente aos sujeitos reais dos quais se originam. (TEIXEIRA, 2005, p. 22)

A caricatura estabelece uma identidade por dissemelhança, para Teixeira, não se pode confundir dessemelhança com dissemelhança: ”A primeira é o contrário da semelhança, enquanto a segunda é semelhança por outros meios” (op. cit., p. 23). Ela duplica o próprio sujeito real no mesmo sujeito fictício, na caricatura o sujeito tem dupla identidade a real e a que é tecida pelo autor, há enfim uma duplicação do sujeito. Não há, no traço da caricatura, alteridade do sujeito. A função do dissemelhante é ressaltar semelhanças. Podemos ver, na caricatura de J. Carlos, como seus traços são utilizados de para gerar uma dissemelhança, exagerada, com a finalidade de ressaltar as semelhanças com a realidade.

Figura 3: Chefe da polícia fantasiado de indío, Kalixto.

Fonte: Revista Fon Fon! de 29 /02/1909.

Essa caricatura desenhada por Kalixto é uma crítica satírica ao chefe de polícia do Distrito Federal, Alfredo Pinto. Este proibiu no carnaval de 1909, que os foliões dos cordões se fantasiassem de índio. Esta fantasia era utilizada nos cordões carnavalescos de performances de matriz africana e indígena.

Figura 4: "Uma Representação".

Fonte: J, Carlos. *Careta*, 20/02/1909. ed. 37. Capa

Nessa charge feita por J. Carlos, na capa da revista Careta de 20 de fevereiro de 1909, temos as caricaturas do chefe de polícia bem retratada e mais quatro caricaturas de um grupo de homens negros, segurando os chapéus, se encontram com o chefe de polícia para esclarecer os limites de sua performance na festa daquele ano. Alfredo Pinto diz: ― ”Eu só não admito índios enfeitados com animais vivos.‖ O presidente da fictícia associação intitulada ―Grupo Flor das Morenas dos Três Diamantes dos Filhos das Chamas‖ responde, ainda desconfiado e buscando esclarecimento: ―Então tá direito. Vosmucê implicou somentes co bicho”

Os chargistas-pedagogos da Civilização de Momo

A importância dos chargistas-pedagogos da Civilização de Momo (DINIZ&GOMES, 2014) não se restringe à sua produção imagética, ao seu público leitor, consumidor das imagens do carnaval carioca, mas também à possibilidade que nos dá de resgatar e reconstruir os fios que teceram essa história do carnaval e da construção da subjetividade do jeito carioca de brincar o carnaval.

Esses artistas eramverdadeiros *flâneur* que, além de serem exímios escritores, dramaturgos, professores, dançarinos, capoeristas, delegados, trocadilhistas, pedagogos de momo, eram detetives sociais. Esses artistas gráficos conseguiram transpor para seus traços a vertigem da alma encantadora das ruas e as transformações da cidade carioca em sua cotidianidade. Nas revistas ilustradas como *Kosmos, Careta, Fon-Fon, O Malho, D. Quixote, Para todos* podemos apreciar essa maestria desse trabalho etnográfico e pedagógico. Em contato direto com esse cotidiano, saboreando os cheiros e os gostos, sentindo as paixões candentes da folia e da boêmia tornam-se, também, etnólogos, ao fazerem análises e críticas bem-humoradas das situações vivenciadas; assumem o papel de pedagogos e cúmplices demiurgos de uma nova realidade que estava sendo urdida pela nascente burguesia carioca, como nos ressalta Ana Maria Maud (2000, p. 269), "as revistas ilustradas nos primeiros vinte anos do século XX compuseram o catálogo de valores, emblemas, comportamentos e representações sociais, através do qual a burguesia se imaginou e se fez reconhecer [...]".

Escolhi analisar a obra de três grandes nomes da charge e da caricatura brasileira que irão, através do humor e da sátira, retratar, influenciar, "educar" o jeito carioca de brincar o carnaval: Raul Pederneiras, J. Carlos e Kalixto. Para Izabel Lustosa estes foram

> marcadamente influenciados por Julião Machado no começo, os três logo encontraram trilha própria, personalizando o traço e, mesmo, a temática. Ex-delegado de polícia e professor da Faculdade de Direito, Raul Pederneiras se notabilizará pela perfeita apreensão dos tipos populares do Rio. J. Carlos representará a emergente classe média nas figuras elegantes e graciosas de seus almofadinhas e de suas melindrosas. Os burgueses gordos, as elites, em seus diálogos impossíveis com a criadagem, encontrarão no traço de Kalixto o seu crítico mais mordaz. Não que cada um tenha incursionado por várias temáticas e, inclusive, pelos temas em que os outros eram mestres, mas se notabilizaram na construção daqueles tipos e foram, também, mestres na caricatura política.Os traços humorísticos das charges desses artistas revelam o contexto do período, os problemas políticos, a moda, os costumes, o cotidiano que a população carioca vivia em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (Lustoza, 1993, p. 7).

Um sentido era dado pelo projeto de modernização das elites: o de "civilizar" a população pobre a partir de um projeto eurocêntrico de caráter eugenista, em que o popular tinha que dar lugar à cultura erudita, sendo os intelectuais os missionários desse projeto (SEVCENKO, 1983) para a sociedade dos analfabetos[3].

[3] Segundo Margarida de Souza Neves (1992), "o Rio de Janeiro, em 1900, conta com 691.565 habitantes e o índice de alfabetização oscila entre 1,56%, em 1872, e 7,49% em 1920" (1992, p.78). Esses dados demonstram uma grande quantidade de analfabetos, sendo esta população formada por ex-escravos e imigrantes, que tinham pouco domínio da linguagem escrita, mas que consumiam a linguagem visual das charges e caricaturas dos jornais e revistas da época: "Em 1900, o Jornal do Brasil tem uma tiragem de 50.000 exemplares diários" (idem, p.78).

Figura 5: Tá chegando a hora.

Fonte: J. Carlos. *Revista Para Todos* de 21/02/1920.

A charge de J. Carlos, da capa da revista Fon-Fon! é um relógio marcando os minutos finais para o começo da folia. Interessante notar que o fundo desse relógio mostra em primeiro plano o corpo de uma Colombina e de um Pierrô de cor branca com traços finos e elegantes e um palhaço tocando saxofone, em segundo plano ao lado deles e abaixo temos as caras, em tamanho menor, dos percussionistas negros, com traços caricaturais exacerbados, com seus instrumentos musicais. O passado não era mais tolerável. Há uma transformação física tanto na materialidade quanto na subjetividade do corpo dos brincantes carnavalescos, inclusive denotando a racialização e a hierarquia desses corpos. Essa charge faz com que o (a) observador (a) seja transformado pela imagem, decorrendo um verdadeiro processo pedagógico, para o bem ou para o mal. Nas poéticas palavras de Teixeira.

> a charge muda aquele que a observa, transformando-o em cúmplice de significações que só têm sentido no interior dessa relação de mútuo consentimento e plena aceitação. Duvidar, desconfiar de suas intenções, traí-la, pois, qual amante ciumenta, zelosa de seus atributos e segura quanto à retidão de sua conduta, a charge exige, para ser possuída, total entrega confiança absoluta. Por outro lado, essa relação de fidelidade entre charge e leitor depende exclusivamente do que ela oferece e mostra.

> É esse jogo sutil entre o interdito e o permissivo – o defloramento do sujeito – que mantém sua cumplicidade e mútuo interesse: o desvendamento de uma verdade conhecida, ainda que oculta na banalidade do real, e que a charge revela com a finalidade de torná-la, assim, disponível, transparente. (2005, p. 12-13)

Dessa maneira essas linguagens desenhadas são formas de intervenção que o autor faz na cotidianidade. Através da subversão satírica e humorística da charge – que utiliza a caricatura, também, como seu traço predominante – nos ajuda a romper as barreiras da razão instrumental do texto, pois a "(...) imagem da charge é a gramática de seu traço, e o traço da charge é a escrita do seu texto." (op. cit., p. 18).

Referências

BARROS, José DAssunção. **O Campo Histórico.** Rio de Janeiro: CELA Editora, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunho Ocular, História e Imagem. Bauru.** S.P.: EDUSC, 2004.

DINIZ, Reinaldo Ramos; GOMES, Thulio Pereira Dias. Indícios de uma pedagogia de momo: o papel pedagógico dos chargistas na modernização do carnaval.In: **Livro de anais do Congresso Scientiarum História VII.** Rio de Janeiro: UFRJ/HCTE, 2014.

GOMBRICH, Ernst. **História da Arte.** Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1972.

LUSTOSA, Isabel. Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Men-des Fradique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MAUD, A. M. (2000): "Flagrantes e instantâneo: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na Belle Époque".In: LOPES, A. H. (ed.).**Entre Europa e África – a invenção do carioca**.Rio de Janeiro, Topbooks/FCRB.2000,p. 209.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

PEDERNEIRAS, Raul. **Cenas da vida carioca.** Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1917.

SGARBI, Paulo. **Vistura das linguagens desenhadas**. Rio de Janeiro: Laboratório de Imagens e Educação - Proped./UERJ, mimeo, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.São Paulo, Brasiliense, 1983.

NEVES, Margarida de Souza (1992). Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: Candido, Antonio et al. **A crônica**. Campinas: UNICAMP, p. 75-92.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. (Coleção FCRB; Série Estudos, 2).

Fontes

O Careta 1908-1926

Fon-Fon! 1907-1930

O Malho 1912-1925

Para todos 1920

Guerra Fria: o anticomunismo e o cinema

Wallace da Silva Costa
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

O que se seguiu ao conflito de 31 anos – conforme a nomenclatura proposta por Hobsbawm ao apontar a Segunda Guerra como desdobramento direto da Primeira[1] – foi o recrudescimento das tensões entre a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Estes atores representavam não apenas a si mesmos, como também outros países que se alinhavam ideologicamente a seus projetos socioeconômicos: o bloco socialista e o bloco capitalista, respectivamente, no contexto da Guerra Fria.

A nomenclatura já aponta para uma de suas peculiaridades. A Guerra Fria não foi uma guerra travada diretamente entre as duas superpotências –, mas o receio de que o confronto direto pudesse se concretizar, dando origem a uma guerra nuclear, gerou medos e perspectivas apocalípticas entre os contemporâneos. Hobsbawm chega a tratá-la em termos de "Terceira Guerra Mundial" e cita Thomas Hobbes para justificar esse tratamento, uma vez que para ambos "a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida" [2].

Não há, ainda hoje, consenso em relação às causas que levaram a essa disputa geopolítica, ideológica e socioeconômica. Segundo Sidnei J. Munhoz, existem cinco principais correntes historiográficas relacionadas à Guerra Fria: a ortodoxia estadunidense; a ortodoxia soviética; o revisionismo; o pós-revisionismo; e o corporatismo[3].

De acordo com os historiadores ortodoxos estadunidenses, a União Soviética seria responsável pelo conflito, havendo desrespeitado os acordos estabelecidos ao fim da Segunda Guerra. No outro lado da mesma moeda estaria, ainda segundo Munhoz, a ortodoxia soviética responsabilizando os EUA pelas novas tensões, resultados da "ação imperialista e do desrespeito aos tratados firmados em Ialta e Postdam" [4]. Assim, cada país via a si mesmo como mero agente reativo em relação às pressões e ameaças estrangeiras, constantes.

Para os revisionistas, uma corrente de estudos iniciada em 1959 nos EUA e desenvolvida ao longo das décadas seguintes, havia ocorrido uma grande incompreensão da política interna e externa da URSS por parte dos *policymakers* estadunidenses, pois esta não

[1] HOBSBAWM, Eric J. "A era da guerra total". In: *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[2] Ibidem, p. 224.
[3] MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020, pp. 21-23.
[4] Ibidem, p. 21.

representaria uma ameaça aos Estados Unidos e/ou ao Ocidente, especialmente tendo-se em vista a terra ainda arrasada da União Soviética pelas batalhas ali travadas durante a Segunda Guerra. Esta leitura equivocada teria ganhado vez após a morte de Roosevelt, quando os EUA teriam adotado "posturas agressivas que ameaçavam o leste da Europa e a segurança da URSS" [5].

A quarta corrente, o pós-revisionismo é uma proposta de leitura de John Lewis Gaddis sobre os fatos. O historiador estadunidense buscava a criação de consenso após os desdobramentos do revisionismo na academia. "Gaddis defendeu a adoção de uma perspectiva próxima à neutralidade" [6]. Contudo, de acordo com Munhoz, "o pós-revisionismo, na prática, corporificou-se como uma antítese revisionista ou em uma neo-ortodoxia" [7].

Por fim, para os corporatistas, especialmente na pessoa de Michael Hogan, seu principal expoente, teria havido uma continuidade entre as políticas domésticas dos EUA no entreguerras e as políticas adotadas no pós-Segunda Guerra[8]. A antiga ordem mundial havia sido abalada pelas guerras mundiais e isto teria sido visto pela classe de dirigentes estadunidenses como uma oportunidade de exportar o "modelo que entendiam funcionar muito nos EUA" [9] para o resto do mundo. A isto associou-se a "crença de uma inexorável expansão comunista soviética", influenciando "na elaboração das estratégias globais dos EUA" [10].

Desta maneira, com o reconhecimento da existência de uma pluralidade de pontos de vistas acerca do tema, tentemos nos manter firmes naquilo que não é controverso na discussão. Sendo assim, precisamos dizer que, embora cooperadores durante a Segunda Guerra Mundial, os frágeis laços que mantinham unidos Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética – também denominados como *Big Three* – logo romperam-se, uma vez aniquilados os inimigos em comum. Ainda em setembro de 1945, quando da primeira tentativa diplomática de implementar os princípios gerais acordados em Yalta e Potsdam, houve acalorada discussão quando o ministro de Relações Exteriores soviético, V. M. Molotov, ignorou a insatisfação dos antigos aliados capitalistas em relação à ocupação soviética da Romênia e Bulgária e protestou a respeito da influência estadunidense em terras nipônicas. "Em discurso realizado em fevereiro de 1946, Stalin reafirmou a validade da teoria

[5] Ibidem, p. 22.
[6] Ibidem.
[7] Ibidem.
[8] Ibidem, p. 47.
[9] Ibidem, p. 48.
[10] Ibidem.

marxista-leninista de permanente rivalidade entre os dois sistemas em competição" [11]. Todavia, não é este o discurso associado com o início, digamos – pela falta de expressão melhor –, "formal" da Guerra Fria.

Winston Churchill viu imediatamente após a vitória sobre a Alemanha a ascensão da oposição – a saber, o *Labour Party*, na figura de Clement Attlee – a seu cargo, o qual viria retomar apenas em 1951 e deixaria, em definitivo, em 1955. E, no interregno entre suas duas administrações, Churchill fora convidado a discursar na Westminster College – localizada em Fulton, Missouri –, na presença do então presidente estadunidense Harry S. Truman – que o introduziu. Em 5 de março de 1946, Churchill reconheceu a bipolaridade do contexto pós-guerra, dividindo o globo em duas grandes esferas de influência. É neste discurso, *The Sinews of Peace*, que ouvimos pela primeira vez uma expressão singular da Guerra Fria, como podemos ler neste trecho: "De Stettin no Báltico a Trieste no Adriático, uma cortina de ferro caiu sobre o Continente" [12].

Não tardou para que a Guerra Fria atingisse Hollywood e suas produções cinematográficas. Segundo Antônio Cícero C. Sousa, três golpes foram desferidos contra a indústria estadunidense a partir de fins da década de 1940. O primeiro pela Corte Suprema, que tomou por ilegal o sistema de integração vertical, o qual consistia no domínio que as chamadas *major companies* – Warner, Columbia, MGM, Paramout, RKO, 20th Century Fox e United Artists – exerciam sobre os três principais setores da indústria: produção, distribuição e exibição. Os oligopólios são, então, enfraquecidos – uma vez que as atividades desses estúdios restringem-se aos dois primeiros setores[13]. O segundo golpe foi desferido pela popularização da televisão. "Em 1950, o número de televisores instalados chegara a 5 milhões e o número de frequentadores das salas de cinema continuava a declinar, depois do pico registrado em 1946, com o registro de 4 bilhões e meio de espectadores" [14]. O terceiro golpe, que mais interessa à discussão proposta neste trabalho, consistiu no uso do aparelho estatal para restringir a livre manifestação ideológica da classe artística quando esta não se

[11] DUBOFSKY, Melvyn e THEOHARIS, Athan. *Imperial Democracy: The United States since 1945*. 2. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1988, p. 15. Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: "In a February 1946 adress, Stalin reaffirmed the validity of the Marxist-Leninist thesis of permanent rivalry between the two competing systems".

[12]CHURCHILL, Winston. *The Sinews of Peace ('Iron Curtain Speech')*. Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: "From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descended across the Continent". Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/the-sinews-of-peace/>. Acesso em: 28 de jan. de 2021.

[13] SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. *Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2002, pp. 106-107.

[14] Ibidem, p. 107.

coadunava ao discurso oficial e, ao contrário dos golpes anteriores, não causou dano geral à indústria, pois somente buscava "atingir internamente setores que poderiam representar uma visão crítica frente à investida ideológica que estava em curso" [15].

Em 1938 fora fundado o Comitê da Câmara contra Atividades Antiamericanas (CCAA), porém, com o início da guerra, suas atividades foram suspensas, sendo retomadas somente em 1947. Seu propósito original era "combater o chamado radicalismo subversivo em Hollywood" [16]. O comitê, presidido pelo deputado republicano J. Parnel Thomas, desenvolveu suas atividades em busca da infiltração de comunistas na indústria cinematográfica concomitantemente ao Comitê McCarthy, no Senado, que investigava, de maneira ampla, a infiltração de comunistas na administração pública. Contudo, vale dizer que o senador Joseph McCarthy não participou diretamente de quaisquer investigações do CCAA, "sua influência se deu, ao lado de muitos outros, na criação do clima de desconfiança e delação, que atingiu boa parte da sociedade americana no período" [17].

Apesar do terceiro golpe, a perseguição ideológica, e o risco que este representava para os produtores ao tocarem em tema tão espinhoso, capaz de levá-los ao comitê e aos tribunais, como ocorrera até mesmo com nomes já consagrados na indústria[18], não demorou para que o cinema absorvesse o medo e reproduzisse o espírito de seu tempo. *Cortina de Ferro,* um thriller de espionagem de 1948, é considerado o "primeiro filme da série anticomunista, no pós-guerra" [19]. O enredo gira em torno de um esquema de espionagem soviético em operação no Canadá em busca dos segredos para fabricação da bomba atômica. O protagonista, Igor Gouzenko, vive um dilema moral diante dos apelos do modo de vida canadense e sua sociedade de consumo. O comunismo, aqui, é apresentando enquanto uma filosofia política perversa e os comunistas enquanto estudiosos de Marx e Lênin, embora não deixem de "reproduzir alguns comportamentos típicos dos gângsters" [20]. O filme apresenta ao espectador apenas duas alternativas de mundo contrapostas: um modelo com qualidades positivas, o capitalismo; um modelo com qualidades negativas, o comunismo. Assim, *Cortinas de Ferro* "inaugura uma visão maniqueísta que vai se desdobrar mais adiante" [21] na produção cinematográfica do "bloco" capitalista.

[15] Ibidem, p. 108.
[16] Ibidem.
[17] Ibidem.
[18] Ibidem, pp. 108-111.
[19] Ibidem, p. 160.
[20] Ibidem.
[21] Ibidem, p. 166.

Em *Cortina de Ferro*, é o modo de vida capitalista canadense que atrai o casal soviético Igor e Anna Gouzenko, as novas condições materiais que lhes são apresentadas em contraposição à sua pátria, arrasada pela guerra, e as melhores condições de vida que esse novo contexto viesse a proporcionar ao filho que esperavam. E é este mundo que os comunistas ameaçariam destruir com seu plano de construírem uma bomba atômica para chamarem de sua. Mesmo após a deserção e delação de Gouzenko e a prisão dos envolvidos na trama, o espectro da ameaça comunista continua a rondá-lo e assim será até o fim de sua vida, o que lhe tira a garantia de uma vida tranquila, apesar da proteção policial canadense[22]. Além de uma ameaça aos corpos, o domínio técnico do átomo pelos russos poderia representar também um sacrilégio. Segundo o presidente Harry Truman em pronunciamento a respeito do lançamento da bomba em 6 de agosto de 1945 em Hiroshima, a nova arma havia sido divinamente posta sob os cuidados dos EUA: "É uma terrível responsabilidade que nos é incumbida. Agradecemos a Deus que ela esteja em nossas mãos e não nas dos nossos inimigos, e suplicamos para que Ele nos guie na sua utilização segundo os Seus Caminhos e Seus Desígnios" [23].

Em 1949, Carol Reed lança *O terceiro homem*, filme britânico de suspense – cuja menção torna-se válida por seu sucesso no Novo Mundo, chegando a concorrer nas categorias de Melhor Direção e Melhor Fotografia no Oscar, saindo vitorioso nessa segunda categoria. A trama segue um escritor de novelas que, em viagem à Viena ocupada no pós-guerra, buscando reencontrar um velho amigo, é informado de sua morte e suspeita da causa – um acidente. Sousa ressalta a sutileza empregada na propaganda anticomunista, "talvez o anticomunismo mais eficaz, pois o fenômeno da ocultação da política insere este problema num conjunto de questões universais, como a fidelidade ao ente querido, mesmo criminoso" [24]. Reed toma a liberdade de alterar a nacionalidade de personagens, preestabelecidas na peça homônima em adaptação e no roteiro da película – ambos escritos por Graham Greene –, para melhor transmitir sua própria mensagem. Com o propósito de criticar a tomada do poder na Tchecoslováquia pelos comunistas e social-democratas em 1948, ano em que o filme fora rodado, a nacionalidade da personagem Anna, originalmente húngara, torna-se, na adaptação cinematográfica, tcheca – Anna é uma mulher que foge da ditadura do proletariado, buscando refúgio ao outro lado da "cortina de ferro". A personagem Holly Martins tem seu passaporte

[22] Ibidem, pp. 51-52.
[23] PUISEUX, Hélène. "Imagens da era nuclear". In: FEIGELSON, Kristian; FRESSATO, Soleni B.; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009, p. 316.
[24] SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. Op. cit., p. 167.

inglês substituído por um estadunidense, "o que colabora para dar ao filme um certo teor de crítica aos americanos" [25]. O apelo sentimental anticomunista também ganha contornos estéticos mais palpáveis na representação da zona russa na Áustria, a decadência física de Viena é associada "à decadência moral da administração russa na Áustria" [26]. Em suma, segundo Sousa, o filme "ilustra um tratamento ideologicamente reacionário da presença soviética na Europa do pós-guerra, mas faz isso com uma certa dose de crítica ao oportunismo dos americanos" [27].

O terceiro homem se destaca por sua sutileza na abordagem do conflito ideológico. O diretor e o roteirista não estavam dispostos a produzir um filme tão anticomunista quanto David O. Selznick, o produtor, desejava[28]. O grande trunfo da película é se desenvolver ao redor de um dilema ético e transformar a Guerra Fria em elemento secundário. Suas críticas estão no *background*, no espaço imaginário da ocupação, construído para o desenrolar da narrativa[29].

Matar ou morrer, faroeste de 1952 dirigido por Fred Zinnemann, parece reproduzir na tela a tensão entre membros da indústria cinematográfica, comumente associados às esquerdas, e à repressão estatal promovida pelo CCAA. O próprio roteirista e produtor associado, Carl Foreman, foi intimado a depor no Comitê durante as filmagens, recusando-se na audiência a responder as perguntas a ele dirigidas, o que levou ao seu afastamento da produção em andamento, uma vez que seu sócio, Stanley Krammer, rompeu os laços em razão deste episódio[30]. A obra nos conta a história do recém aposentado xerife Will Kane que, no dia de seu casamento com uma piedosa *quaker*, recebe a notícia do retorno de um velho pistoleiro e de seu bando em busca de vingança. Buscando defender a cidade do bando de pistoleiros a caminho, Kane acaba por se encontrar abandonado, tanto pelos concidadãos, como por sua esposa, que não estariam dispostos correr os riscos de uma luta armada. O juiz é o primeiro a fugir da cidade levando consigo a bandeira estadunidense. O principal eixo temático da produção gira em torno da relação indivíduo e coletividade[31]. Este filme "tem sido visto como uma metáfora do medo que atingiu a sociedade americana na caça às bruxas" [32]. Contudo, não podemos nos esquecer que o filme possui elementos ambíguos, os quais dão

[25] Ibidem.
[26] Ibidem, p. 168.
[27] Ibidem.
[28] Ibidem, p. 116.
[29] Ibidem, p. 159.
[30] Ibidem, p. 183.
[31] Ibidem, p. 188.
[32] Ibidem, p. 182.

margem até mesmo para uma segunda leitura, como aquela realizada por Harry Schein, que vê na produção uma metáfora da política externa americana:

> A "mensagem política urgente" de *Matar ou morrer* podia ser uma forma de alegoria, em que a comunidade tomava o lugar das Nações Unidas, medrosas diante da União Soviética, da China e da Coréia do Norte, sendo a coragem moral a prerrogativa exclusiva do "americaníssimo" xerife. Neste contexto, embora pacifismo seja uma coisa boa, deve ele aprender os princípios da guerra justa. *Matar ou morrer*, com sua vigorosa maestria artística, é assim também para Schein "certamente a explicação mais honesta da política externa americana" [33].

Segundo Phillip Drummond, os filmes da esquerda estadunidense procuravam apresentar seus pontos como questões morais, questões acima das divisões binárias clássicas da política, e assim o faziam tanto para alcançar seus objetivos ideológicos de maneira menos conflituosa, como também almejando o sucesso comercial. "O medo da clareza ideológica era especialmente verdadeiro no caso de filmes de esquerda" [34].

O roteiro de Foreman em *Matar ou morrer* subverte a clássica matriz liberal de harmonização dos interesses individuais e coletivos, apontando para a distância abissal entre o individualismo e o associativismo, marcas distintivas da sociedade estadunidense, segundo Alexis de Tocqueville, citado por Sousa. Referindo-se ao individualismo liberal, em sentido mais amplo, Tocqueville asseverou que "o indivíduo se isolaria da sociedade ampla, mas construiria para si uma outra sociedade em torno da família e dos amigos" [35]. Entretanto, em *Matar ou morrer* os interesses individuais não confluíram para uma realização positiva com a coletividade, não houve harmonização[36]. Não é sem propósito a fuga do juiz da cidade, a única autoridade presente, enrolando e guardando a bandeira, símbolo maior da pátria, em sua mala antes de partir. É o esvaziamento e o abandono dos principais valores estadunidenses ganhando forma. Quando da conclusão, após o abandono de todos, com exceção de sua esposa, redimida, Kane renega também seu distintivo e parte da cidade. O viés crítico de *Matar ou morrer* não foi bem recebido pelos setores conservadores e nacionalistas da indústria. "John Wayne e companhia não perdoariam o roteirista Carl Foreman por tão violentos atentados à simbologia americana da pátria e da ordem" [37].

[33] Ibidem, p. 115. Grifos do autor.
[34] Ibidem.
[35] Ibidem, p. 50.
[36] Ibidem, p. 45.
[37] Ibidem, p. 54. Curiosamente, o intérprete de Kane, o ator Gary Cooper, foi indicado ao Oscar de Melhor Ator por sua performance, porém, não podendo comparecer à cerimônia, pediu a um amigo que, em caso de vitória, recebesse o prêmio por ele. Cooper saiu vitorioso naquela noite e seu amigo, John Wayne, fez o discurso de agradecimento.

E, para sermos concisos, trazemos um último exemplo de produção realizada durante a primeira Guerra Fria (1948-1969) [38]: o filme *Vampiro de Almas*, de 1956, retrata a história do processo de invasão alienígena em Santa Mira, uma pacata cidade do interior dos Estados Unidos. Seus cidadãos estão sendo substituídos, enquanto dormem, por "réplicas humanas sem 'amor, desejo, ambição e fé'" [39]. A trama se desenrola na luta do casal de protagonistas para que não se tornem eles mesmos homens-vagem – referência à maneira que nascem as réplicas –, o que implica permanecer constantemente vigilantes. Trata-se de um filme de ficção científica focado no subgênero de paranoia. "O medo de uma invasão soviética e da bomba atômica, ao lado das questões ligadas ao avanço soviético na tecnologia espacial, criaram um ambiente propício para este tipo de produção cinematográfica" [40]. Esta é outra película que apresenta ambiguidades em sua crítica aos sistemas capitalista e socialista. Num primeiro momento, revela a histeria e paranoia coletiva na busca por comunistas infiltrados em suas comunidades – aparentemente iguais a quaisquer seres humanos, mas internamente corrompidos e *emotionless*, desprovidos de emoção, desumanizados enquanto "homens vagens" – e o apelo à eterna vigilância para que a ficção não se torne realidade. Num segundo momento, revela o perigo real e iminente que seriam, na ótica ocidental da Guerra Fria, os comunistas, representados enquanto calculistas o suficiente para destruírem suas individualidades e suas expressões de afeto em prol de um ideal. Assim, segundo Sousa, na narrativa crítica desenvolvida em *Vampiros de Almas*, "os dois sistemas produziriam a desumanização assustadora que o filme condena" [41].

Vampiros de almas aponta para a incompatibilidade entre igualdade e liberdade. O comunismo sacrificaria a segunda em prol da primeira; os capitalistas sacrificariam a primeira em nome da segunda. Dicotomia derivada da cisão entre emoção e razão. Ainda que aborde a alienação e massificação presente nos dois modelos socioeconômicos, "*Vampiros de almas* acaba defendendo os valores americanos, em especial, um conceito de ser humano integrado ao modo de vida capitalista" [42]. Embora se reconheça as falhas do individualismo como modo de vida, dentre as opções disponíveis, seria o preferível, pois seria esse modo de vida que asseguraria a expressão de "amor, ambição, desejo, fé".

Os filmes estadunidenses realizados durante a primeira Guerra Fria, amiúde, reapresentam ao espectador o conflito nos termos de uma tensão entre indivíduo e sociedade.

[38] Ibidem, p. 9.
[39] Ibidem, p. 57.
[40] Ibidem, p. 201.
[41] Ibidem, p. 58.
[42] Ibidem, p. 62.

Por um lado, a ameaça da sociedade comunista, cuja implantação implicaria na perda da individualidade e, consequentemente, a desumanização das personagens. Por outro lado, o *american way of life*, apesar de suas imperfeições ambiguamente criticadas – deve-se sempre ter em mente o aparelho repressivo vigente na autoproclamada "maior democracia do mundo" neste período e as limitações que isto implicava ao produto final da sétima arte –, é representado como afirmador de individualidades e o que teríamos de mais próximo do paraíso na terra[43].

Apesar da dificuldade de mensurar objetivamente o poder de influência desses filmes, e tantos outros produzidos no mesmo período, sobre os espectadores de então, é inegável que exerceram papel importantíssimo na construção de um imaginário da Guerra Fria e, nesse contexto, na construção do "Outro" – do supostamente implacável e desumano inimigo comunista. Os fundamentos dessa construção, claro, podem ser encontrados na sociedade que realizou essas obras. O "mundo como representação", para nos valermos de expressão utilizada por R. Chartier, a partir do desenvolvimento das técnicas cinematográficas, se estendeu para as telas de cinema. As salas escuras do cinema tornaram-se campos de batalha no espetáculo da guerra, vinculando símbolos, imagens e signos que se remetem diretamente ao – e por vezes procuraram reforçar o – conflito contemporâneo.

Referências

CHURCHILL, Winston. *The Sinews of Peace ('Iron Curtain Speech')*. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/the-sinews-of-peace/>. Acesso em: 28 de jan. de 2021.

DUBOFSKY, Melvyn e THEOHARIS, Athan. *Imperial Democracy: The United States since 1945*. 2. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. "A era da guerra total". In: *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.

PUISEUX, Hélène. "Imagens da era nuclear". In: FEIGELSON, Kristian; FRESSATO, Soleni B.; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. *Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948-1969)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2002.

[43] Ibidem, p. 44.

BNCC de História, tensões e contradições

Carla Cristina da Silva Lavinas[1]
Doutoranda em História Social - PPGHS – UERJ

Sabemos que a política e economia, vigentes no Brasil e fora dele, permeiam a educação brasileira, pois as políticas públicas, sobretudo no nosso país, responderão aos interesses políticos e econômicos, sejam nacionais e/ou internacionais, que estiverem em voga no momento de suas formulações e implementações, tal como a BNCC e suas respectivas versões aprovadas nos anos de 2015 a 2017[2].

Tal assertiva é elucidada a partir de nossas reflexões tendo como ponto de partida as pesquisas dos autores Dalila Oliveira (2014); Elizabeth Macedo (2014 2015); Cláudia Gontijo (2015); Jane Bittencourt (2017); Flávia Caimi (2016); Vivian Rodrigues (2016); Acácia Pereira (2018); Rosa e Ferreira (2019); entre outros.

Para tanto, é mister que consideremos o(s) contexto(s) político(s) que envolvem a formulação das BNCCs (2015-2017), pois foram contextos "permeados" de tensões e conflitos internos[3] que geraram instabilidade chegando à fragilidade, principalmente do poder executivo brasileiro no ano de 2016, levantando questionamentos críticos profundos a respeito de tais documentos educacionais, se tornando um dos estopins de derrubada dos documentos citados direcionando para a formulação de subsequentes versões com várias modificações internas nos mesmos, sobretudo por parte dos opositores ao governo federal dos anos correspondem às versões das BNCCs[4]

Assim, a pesquisa em fase de conclusão buscou compreender os contextos distintos de produção e dos debates ocorridos que se pautavam nas tensões entre os vários agentes (sociais e políticos) que ora se posicionava a favor ora contra esse documento, num movimento que colocou a educação como refém do mercado financeiro e de interesses privatistas que justificam e legitimam a necessidade de uma Base Comum para os Currículos Brasileiros

[1] Mestranda de Historiografia e Ensino de História: Linha de Pesquisa que integra o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História Social da Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (PPGHS/FFP/UERJ/São Gonçalo); Sendo orientada pelo professor Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

[2] Nossa pesquisa se debruçou em analisar as versões apresentadas em 2015, 2016 e 2017 respectivamente. A terceira versão foi aprovada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em dezembro de 2017, sem a parte que se destina ao Ensino Médio. No entanto, vale esclarecer que a versão que está em vigor no ano vigente – 2021 – no Sistema Educacional Brasileiro, foi aquela aprovada em 2018 pelo mesmo órgão, com o Ensino Médio incluído, ou seja, poderíamos dizer que a versão de 2018 é a "quarta versão" e vigora até os dias atuais.

[3] Conforme MACEDO, 2015; ROCHA, 2016; RODRIGUES, 2016; BRAZÃO, 2018; COSTA, 2018, etc.

[4] Para melhores esclarecimentos ver: COSTA, 2018; PEREIRA 2018; ROSA e FERREIRA 2019; LAVINAS 2020; etc.

desconsiderando os professores como "profissionais - intelectuais" (MOREIRA, 1996,12) colocando-os na posição de meros reprodutores de conteúdos.

Nesta perspectiva, nos valemos das pesquisas de William Pinar que compreende que o currículo deve ser formulado a partir de "conversas" estabelecidas entre três principais agentes escolares: *estudantes, professores e todos os envolvidos na educação* - dentro e fora da sala de aula -, valorizando seus *aspectos pessoais/ autobiográficos, culturais/ alegóricos, sociais e políticos* sem ignorar *a historicidade do currículo* - este visto como um conceito, como verbo -, mas também como um '*monte de práticas*' (PINAR, 1975 apud SÜSSEKIND, 2014, 1519).

No entanto, quando nos voltamos para a elaboração das três versões de BNCC, por nós pesquisada, principalmente em relação a que de fato foi implementada – a saber: a que fora aprovada pelo CNE em dezembro de 2017 sem o Ensino Médio -, observamos que a "*conversa*" estabelecida e aceita pela maioria dos seus formuladores foi a que buscou um *entendimento unívoco ou homogêneo e verificável mediante avaliações padronizadas* destinando os estudantes, professores e todos os envolvidos na educação a serem apenas consumidores de um currículo que lhes é oferecido com o direito de serem apenas sujeitos (no sentido de sujeitado/subordinado) a receberem e reproduzirem a cultura "oferecida" (SÜSSEKIND, 2014, 1519).

Em relação de se considerar as sugestões e críticas - as "conversas"- entre os três principais agentes escolares para a construção conjunta do currículo educacional, Antônio Flávio Moreira corrobora com Süssekind ao defender que é indispensável que o processo de *decisões curriculares efetivas e democráticas nas escolas venha ser facilitado não pelo aumento de controle dos docentes e dos discentes, mas pela promoção de um clima de confiança e de apoio nas salas de aula* (MOREIRA, 2013, 550).

Neste ensejo, podemos assimilar que a BNCC é um campo de disputas teóricas voltadas ou não para o interior das instituições escolares (ARROYO, 2011 *apud* LAVINAS, 2020, 244) e que o currículo no Brasil - sobretudo -, deveria estar pautado sob uma abordagem democrática e estar teoricamente fundamentado, para que haja, singularmente, um ambiente (escolar ou não) de confiança e apoio para com os professores e estudantes (MOREIRA, 2013 *apud* LAVINAS, *Idem*.).

No entanto, segundo Aguiar e Dourado, como na primeira versão (de 2015) a segunda versão da Base, a apreciação pública teve contribuições individualizadas sem passar por um processo coletivo de discussão. A respeito de terceira versão - apresentada ao CNE para

análise em abril de 2017 e aprovada em dezembro do mesmo ano, mesmo sem cumprir com as exigências legais previstos no PNE (2014) ao excluir o Ensino Médio (última etapa de Educação Básica), como esclarecemos anteriormente -, os mesmos autores mencionam que, seu trecho teve incorporação das contribuições definidas pelo Grupo Gestor[5] montando uma metodologia linear, verbal e centralizada (AGUIAR e DOURADO, 2018,15), mais uma vez a apreciação pública teve contribuições individualizadas sem passar por um processo coletivo de discussão.

Compartilhando com tais pensamentos, Santos e Croce nos alertam que, a partir do momento que o autor da BNCC, particularmente das duas primeiras versões, denota que *se o desejo da base* [...] *é de formar sujeitos conforme as necessidades da sociedade,* então, *podemos entendê-la como currículo.* Os mesmos autores complementam citando que, Elizabeth Macedo compreende que a *política de currículo* [é um conjunto de] *discursos que visam hegemonizar posições de sujeito, mascarando o seu caráter particular como forma de apresentá-las como universais* (MACEDO, 2014 *apud* SANTOS e CROCE, 2016, 11).

Ainda em se tratando da BNCC entendida como documento *hegemonizante* mascarado como instrumento para universalizar o ensino nacional conforme o PNE - agora, nos direcionando às suas segunda e terceira versões, sobretudo -, e, corroborando com os autores citados anteriormente, Santos e Coelho nos apontam que *na atual percepção e prática de construção da Base, percebe-se com veemência uma forte corrente de padronização do ensino, soterradas, como já bem explicitadas, as particularidades de cada região* (SANTOS e COELHO, 2016,12).

Desta maneira, continua os autores, tal *equívoco conceitual entre padronização e universalização* acarretará um profundo comprometimento/ retrocesso na *educação nacional* e que, a partir de então, conforme Silva (2015), o currículo passa a ser entendido e compreendido como *objeto, depositando nele a esperança de salvação* e "solucionador" *dos problemas educacionais vigentes* (...) subserviente *aos anseios da mercantilização* (SILVA, 2015; RIBEIRO e CRAVEIRO, 2017b *apud* SANTOS e CROCE, *Ibid.*).

Neste ínterim, nos voltamos para o que Goodson (1995, 78) nos afirma sobre o currículo que pode e deve ser compreendido como *artefato cultural*, melhor dizendo, pode-se

[5] Instituído pelo MEC para definir quais contribuições seriam acolhidas desde a elaboração da segunda versão da BNCC. De acordo com Souza (2015) esse Grupo Gestor era composto por representantes do governo, empresas, institutos e fundações, tais como: UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), UNCME (União dos Conselhos Municipais de Educação), Fundação Lemann, etc., minimizando, ou mesmo excluindo a participação da população civil e, principalmente, dos mais "afetados" pelas decisões educacionais, os estudantes e professores.

compreender, aos moldes de Goodson, que a BNCC teve várias versões por se tratar de um *artefato cultural*, por ser socialmente construído e, assim, pode ser modificado quantas vezes for necessário, ou, de acordo com Macedo (2014, 2015) e Costa (2018, 112), tal documento pode ser modificado conforme os interesses políticos e econômicos tanto nacionais[6] quanto internacionais[7].

Retornando ao conceito de Currículo como *artefato Cultural* elaborado por Goodson (1991, 1995) e, relacionando-o a nossa pesquisa a cerca das três versões da BNCC, podemos compreender que o currículo/BNCC é forjado (a) com a interação social (mesmo que esta interação não se deu de forma democrática e sem valorizar as vozes dos principais agentes educacionais – falando das BNCCs) numa relação de "via de mão dupla" (influencia ao mesmo tempo em que é influenciado), sobretudo pelas políticas e economias que estão em voga no momento de sua formulação, sejam nacionais e/ou internacionais. Sabedores disto, é válido clarificar que não é fácil separar os apoiadores e os não-apoiadores das BNCCs, pois em tais grupos, seus componentes eram/são tão complexos quanto singulares – leia-se "inovadores", ou seja, aqueles que eram/são desejosos de leis que fossem menos excludentes e mais igualitárias, de um currículo que alcançasse/alcance a todos os estudantes sem distinção, para serem incorporadas aos documentos que estavam sendo elaborados, discutidos e implementados -, ao mesmo tempo que eram/são conservadores.

Não é fácil dividir os que são a favor e os que são contra a formulação e implantação das BNCCs, pois em ambos os grupos há componentes que são totalmente contra e parcialmente contra o documento ao mesmo tempo em que o contrário também existe nos dois grupos, ou seja, os grupos "a favor" e "contra" a BNCC são heterogêneos, principalmente a respeito de sua composição, relativo ao que deve conter e o que não deve fazer parte da composição estrutural da Base. Essa situação, transpassada pelos interesses

[6] Tais como: IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) - Foi formulado para medir a qualidade do aprendizado, em nível nacional, e estabelecer metas para a educação, sendo o resultado da combinação entre o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nos exames nacionais; ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) Instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica; antiga PROVA BRASIL foi substituída pelo SAEB a partir de 2019, trata-se de uma pesquisa realizada a cada dois anos, em âmbito nacional, no intuito de levantar informações sobre o desempenho dos alunos das escolas da rede pública do 6º ano e também 9º ano do Ensino Fundamental; entre outros. – para maiores informações ver: Santos e Croce, 2016, 9 et. seq.

[7] Organismos Internacionais como: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. São eles: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser); OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) sendo que, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é responsável pela aplicação do Pisa no Brasil; entre outros – para maiores esclarecimentos, ver: RODRIGUES, 2016, 42 et. seq.

políticos e econômicos - sobretudo, pode ser uma das explicações de termos chegado às três versões de tal documento-, evidencia as intensas tensões, internas e externas em relação à formação do mesmo. Numa frase, a BNCC foi feita sobre e imersa em solavancos/tensões.

Neste ínterim, sem a pretensão de sinalizarmos para qualquer conclusão sobre os pontos elencados neste texto, nos reportando mais diretamente ao Ensino de História (Componente Curricular História nas BNCCs por nós pesquisadas) como um campo que produz saberes e também por ser um campo heterogêneo, permeado de tensões/ de disputas e de fronteiras (MONTEIRO e PENNA, 2011), tendo como função social formar *cidadãos críticos* (VELASCO, 2013 *apud* MARTINS, 2017) e *autônomos* (LAVILLE, 1999 *apud* CAIMI, 2016, 89).

Nestes pensamentos, conforme as bibliografias consultadas, compreendemos que a BNCC e versões (2015 - 2017) foram formuladas, debatidas e combatidas - sobretudo a parte que se destina ao Componente Curricular História-, a exemplo disto, a primeira versão foi denominada de *Brasilocêntrica* (elaborada em 2015); a segunda *Eurocêntria* (em 2016); e a terceira continua sob o caráter *Eurocêntrico* (esta elaborada e aprovada pelo CNE em 2017).

Ademais, verificamos também que esse processo de elaboração das três versões esteve sob profundas influências políticas-econômicas e acadêmicas permeadas de intensas disputas e conflitos, sejam elas internas ou não, principalmente no âmbito político nacional brasileiro, pois, com base na historiografia consultada, percebemos que nenhuma reforma educacional, em especial no Brasil, foi aprovada sem tensões.

Assim, podemos perceber que, não somente tais forças [políticas-econômicas e acadêmicas] interferiam na elaboração, composição e implementação da BNCC (e versões), mas também as forças sociais também interferiram [e interferem], assim como as tensões no "chão de escola", pois uma vez em crise, por conta das mudanças nas políticas educacionais em decorrência das constantes mudanças do governo executivo brasileiro (particularmente em 2016) resultando na mudança do plano educacional - sobretudo -, geraram muitas instabilidades e incertezas no país e nas escolas, pois nas mesmas, por serem compostas por profissionais da educação como professores/pesquisadores, as tensões foram geradas visto que não tiveram suas expectativas contempladas nos mesmos documentos, como por exemplo, na parte que se destina ao Componente Curricular História (BRAZÃO, 2018; CORREA, 2016).

Verificamos, através dos autores, que a BNCC - de preferência relativo à versão aprovada em dezembro de 2017, porque foi, das três versões apontadas neste trabalho, a única posta em prática-, delimita e restringe o direito ao conhecimento em sua globalidade, pois se

reduz ao direito de aprendizagem voltada para a formação de *indivíduos com competências para disputar uma vaga no mercado de trabalho e se submeter à intensificação e à precarização do* trabalho (FILIPE, SILVA e COSTA, 2021; LAVAL, 2004). Nestes termos, concordamos com Elizabeth Macedo (2017, 517) quando diz que *a BNCC foi apresentada como uma política para todos, e a exclusão que ela potencialmente promove é decorrência da ação individual daqueles que são excluídos*, ou seja, na lógica da política educacional em vigor no Brasil - através das BNCCs analisadas -, e que está (estão) calcada (s) na lógica econômica neoliberal, ao cidadão é oferecido uma educação básica para ocupar uma vaga no mercado de trabalho e minimiza ao máximo a responsabilidade do Estado a respeito do agravamento da desigualdade social, pois o mais capaz / o mais hábil - sobretudo, financeiramente falando -, conseguirá se formar e cursar uma faculdade pública. Ao Estado compete oferecer uma Educação suficiente para o cidadão comum (aquele que é financeiramente mais vulnerável) ser sujeito/subordinado, a se tornar mão-de-obra barata e não de oferecer uma Educação de excelência que o possibilite ascender socialmente.

Referências

BRAZÃO, Diogo Alchorne. *ENTRE O COLONIAL E O DECOLONIAL: A Base Nacional Comum Curricular como Território de Disputas*. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de História – São Gonçalo, RJ, 2018.

COSTA, Vanessa do Socorro Silva da. Base Nacional Comum Curricular como política de regulação do currículo, da dimensão global ao local: o que pensam os professores? 2018. 185 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21910 - Acesso em: 18/08/2020.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da Educação Superior. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva e DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

GOODSON, Ivor F. La construccíon social del curriculum: possibilidade y âmbitos de investigación de la historia del curriculum. Revista de Educación. N. 295 (I), p.7-37, 1991.

_____. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A Construção Social do Currículo. Lisboa: EDUCA, 1997.

LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Maria Luiza M. de Carvalho e Silva, Londrina: Editora Planta, 2004. xxi, 324p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5719086/mod_resource/content/1/LavalEscNEEmpCaps1a4-2.pdf - Acesso em: 19/08/2021.

LAVINAS, Carla Cristina da Silva. BNCC: Um contexto histórico – social permeado de conflitos e disputas em torno de seu processo de elaboração. In.: VII SEMINÁRIO INTERNO do PPGHS, v.8.: 2020: Rio de Janeiro.

Anais do VII Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2020. 1291p.
Disponível em: http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/AnaisdoseminriointernoPPGHS2020.pdf - Acesso em: 19/08/2021.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Ensino, aprendizagem e avaliação em História: múltiplos diálogos. Anais eletrônicos do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, UnB, 2017. Disponível em: https: //www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488825690_ARQUIVO_Ensino,aprendi zagemeavaliacaoemHistoria.pdf – Acesso em: 3 agosto 2018.

MONTEIRO, Ana Maria F. da Costa e PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educ. Real, Porto Alegre, v.36, n.1, p.191-211, jan/abr., 2011.

PEREIRA, Acácia Regina. Percursos do ensino de História da África e dos Afro-brasileiros na 1ª versão do Componente Curricular História da BNCC. 2018, 139f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de História – São Gonçalo, RJ, 2018.

RODRIGUES, Vivian Aparecida da Cruz. A Base Nacional Comum Curricular em questão. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://docplayer.com.br/112921392-Pontificia-universidade-catolica-de-sao-paulo-puc-sp-vivian-aparecida-da-cruz-rodrigues-a-base-nacional-comum-curricular-em-questao.html Acesso em: 18/08/2020

SANTOS, Patrícia Silvério dos; CROCE, Marta Lucia. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Breves Considerações. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SANTOS, Renan Lucas Vieira dos; COELHO, Tatiana Costa. Análise da Base Nacional Comum Curricular: subsídios para um debate. Caderno Científico Fagoc de Graduação e Pós-Graduação - Volume II – 2017, p. 9-13.

VELASCO, Diego Bruno. “Realidade do aluno”, “Cidadão Crítico”, “Conhecimento escolar”: Que articulações possíveis no Currículo de História? 2013. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

O perfil da produção acadêmica acerca do ensino de História nos anos iniciais: apontamentos preliminares

Felipe Silva Vedovoto[1]
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista da CAPES

Nos últimos anos, o Ensino de História[2] enquanto área de pesquisa tem se consolidado no Brasil, estruturando-se a partir de teorias e metodologias próprias, que são utilizadas para refletir sobre diversos objetos de estudo que envolvem currículo, cultura, memória, formação e prática docente, dentre muitos outros assuntos. É difícil precisar o início dessas discussões, mas parece haver um consenso de que elas ganham força a partir da década de 1970, principalmente com a difusão da História Cultural e os estudos sobre as práticas escolares.

Ao estabelecerem um panorama sobre as pesquisas nesta área, Costa e Oliveira (2007, p. 148), destacam que

> [...] no final da década de 70 e início da de 80 do século XX, o ensino de História constituiu-se como um campo a ser analisado porque, apesar do retrocesso político e educacional que resultou da ditadura militar instalada a partir de 1964 no Brasil, os questionamentos formulados nos anos anteriores, em relação à cultura, ao comportamento e à educação/escola, haviam sido tão profundos e amplos que, de fato, instalou-se uma nova forma de relação educação/escola/sociedade no mundo e no Brasil.

Paralelamente a esse processo descrito pelas autoras, ao observarmos a produção acadêmica sobre a temática em seus variados vieses, percebemos o despontar um campo de pesquisa específico que se propõe a analisar a História e suas relações nos anos iniciais - ou séries iniciais - do Ensino Fundamental, compostos atualmente pelos cinco primeiros anos de escolarização do ensino regular e que tem ganhado cada vez mais adeptos, sobretudo a partir da virada do século XX.

No começo dos anos 2000, um estudo realizado por Zamboni (2001) concluiu que as pesquisas empreendidas na área do Ensino de História no Brasil, de forma geral, "estão relacionadas com mais de uma área do conhecimento, em nosso caso, com as áreas de História e Educação (ZAMBONI, 2001, p. 105)". Nessa interseção disciplinar, o Ensino de História relacionado aos anos iniciais do Ensino Fundamental talvez seja ainda mais representativo desta

[1] Doutorando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) – Turma 2021.
[2] Ao utilizarmos o termo "Ensino de História" neste projeto de pesquisa, estamos nos referenciando a ele enquanto campo de pesquisa desenvolvido dentro da área de História/Educação. Quando nos aportamos a "ensino de História" buscamos evocar o ensino da disciplina de História na Educação Básica e os elementos que a ela se relacionam enquanto objeto deste estudo.

condição - embora não tenha recebido grande atenção nacionalmente enquanto campo de pesquisa, sobretudo pela História, se comparado a outras temáticas.

Percebemos também que a pesquisa científica e a produção do conhecimento no âmbito do Ensino de História são consonantes com a prática escolar. Por isso, para observar melhor sua relação com os anos iniciais devemos abordar brevemente a legislação educacional e os documentos normativos que tratam dessa etapa de ensino e da própria disciplina de História.

Propomos neste trabalho inicialmente uma breve passagem por marcos legais e concepções acerca da História enquanto disciplina, com foco nas mudanças educacionais e de abordagens teóricas acontecidas século XX, com o objetivo de compreender em qual contexto o Ensino de História nos anos iniciais está situado. Posteriormente, apresentamos alguns apontamentos preliminares que evidenciam que essa temática é um campo de pesquisa em construção e configura-se como "lugar de presença" na literatura acadêmica, destacando alguns dados e pesquisas além da articulação de pesquisadores em rede. Por fim, compartilhamos alguns caminhos que estão sendo trilhados em nossa pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ) desde o começo de 2021.

Entre caminhos legais, teóricos e históricos

Sem a pretensão de recuarmos muito no tempo, chamamos a atenção para a implementação no Brasil do Ensino Primário e sua regulamentação pela Lei nº 4.024, 20 de dezembro de 1961, a primeira lei que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Ensino Primário tinha como finalidade "o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social [...] ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais" (BRASIL, 1961). Alguns anos depois, já durante o período da Ditadura Militar, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou novas Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, revogando artigos da lei anterior. A partir dela, entendeu-se "por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau" (BRASIL, 1971). O Ensino de 1º Grau, por sua vez, passaria a ter duração de oito anos letivos, destinando-se à "formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos" (BRASIL, 1971).

Mais tarde, em um contexto de redemocratização, a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 – que chamaremos aqui de LDB - substituiu o Ensino de 1º Grau pelo Ensino Fundamental, "com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão" (BRASIL, 1996) e a possibilidade de seu

desdobramento em ciclos. Em 2006, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, alterou a redação da LDB, ampliando o Ensino Fundamental para nove anos de duração, iniciando-se aos seis anos de idade do aluno. A divisão anual que recebia o nome de "série" passou então a ser chamada de "ano", principalmente após o Parecer CNE/CEB nº: 6/2005 que sugere a divisão do Ensino Fundamental em "Anos iniciais", composto pelos cinco primeiros anos de escolarização e "Anos finais", concernentes aos outros quatro últimos.

Ao tratarmos da História enquanto disciplina no Brasil, vemos sua criação a partir de 1838 por meio do Colégio Pedro II, suas mudanças de estatuto e consolidação como código disciplinar ao longo do século XIX, sendo utilizada inclusive como recurso na criação de uma identidade nacional muitas vezes voltada para uma perspectiva tradicional e elitista. No início do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1920, novos padrões de pensamento pedagógico começam a permear o ambiente educacional brasileiro baseados nas teorias do pedagogo e filósofo norte-americano, John Dewey. Para Nascimento (2019, p. 103), "temas como a alfabetização, a expansão da escola primária, a reforma da escola secundária e a construção de um sistema de ensino superior universitário, tornaram-se parte do programa de associações e educadores".

Com precursores nacionais como Anísio Teixeira e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, os pensamentos de Dewey impactaram inclusive na discussão de como a História vinha sendo ensinada aos alunos, sugerindo mudanças que pudessem levar a criança a apreciar os valores sociais e entenderem a cooperação entre os homens, deslocando a disciplina do viés estritamente político e marcado pelo passado, para um processo de vida social que levasse a criança a interpretar e agir em situações futuras. Outra abordagem foi a possibilidade da integração entre História e Geografia, que posteriormente consolidou-se na proposta dos Estudos Sociais, disciplina que no contexto da Ditadura Militar se distanciou da proposta original, tornando-se obrigatória para o Ensino de 1º Grau em substituição à História e Geografia, o que causou reação dos profissionais vinculados a essas disciplinas.

Com a reabertura democrática e aliado às novas teorias da História advindas principalmente da escola francesa, o ensino da História passou a ser balizado por novos referenciais, considerando os objetivos da LDB e outros documentos normativos disciplinares.

Voltando a História a ser uma disciplina autônoma no currículo escolar em todo o Ensino Fundamental, importa-nos aqui o seu ensino às crianças do primeiro ano ao quinto ano quando, majoritariamente, é ministrada por professores pedagogos ou normalistas, uma vez que do sexto ano em diante passa a ser responsabilidade dos professores formados em História. Os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História propõem que no final dos primeiros anos de estudo o aluno seja capaz de

> [...] comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade; [...] reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência; [...] estabelecer relações entre o presente e o passado (BRASIL, 1997, p. 39-40).

Objeto de críticas recentes por parte de professores e pesquisadores, a Base Nacional Comum Curricular, ao apresentar a área de Ciências Humanas, pontua que "[...] o ensino de Geografia e História, ao estimular os alunos a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os torna aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem" (BRASIL, 2017) e que na fase dos anos iniciais a percepção deve estar voltada para o reconhecimento "do Eu, do Outro e do Nós".

Para além dos usos e problemas implicados pelos documentos normativos, vemos que a História continua presente no currículo escolar desde o primeiro ano do Ensino Fundamental. Os apontamentos feitos sobre essa etapa de ensino e sua relação com a História nos ajudam a entender em qual contexto as pesquisas foram se direcionando nos últimos anos a partir da prática docente e da formação de professores e ressaltam a importância de voltarmos nosso olhar aos anos iniciais, trazendo o debate para o campo da História, a fim de contribuirmos com as discussões e metodologias para seu ensino, compreendendo relações, ampliando e aprofundando as investigações.

Um campo de pesquisa em construção

Já citamos anteriormente que o Ensino de História se encontra na intersecção entre as áreas de História e Educação e ampliou sua produção após a década de 1980. Entretanto, quando falamos de História e anos iniciais é comum encontrarmos pesquisas que pontuam uma "[...] carência de estudos relativos a essa fase de escolarização, principalmente no que se refere à relação com a historiografia contemporânea na prática pedagógica dos professores que iniciam os alunos no saber histórico escolar", conforme destacado por Dorotéio (2016, p. 209). Isso também foi verificado por Alvim (2017) no início de sua aproximação com o Ensino de História direcionado anos iniciais que, em suas palavras, viu-se

> [...] diante de um novo cenário, demarcado pela presença de uma literatura escassa, se comparada ao conjunto das produções deste campo de saber, que, em sua grande maioria, têm privilegiado a produção da história ensinada na relação com os alunos, jovens e adolescentes, e ao professor especialista de História (ALVIM, 2017, p. 20).

Por outro lado, ao adentrarmos progressivamente esta seara, conseguimos compreender que diferente das assertivas iniciais, existe um campo já percorrido por muitos pesquisadores. É notável que a maior parte dos estudos e discussões acerca do Ensino de História concentra-se entre o 6º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, mas isso não impediu que as relações próprias dos anos iniciais também fossem tomadas como objeto de estudo e analisadas com rigor metodológico.

Percebemos a partir de um levantamento de dados preliminar que este campo de pesquisa existe e está em consolidação, mas a produção oriunda das reflexões sobre ele está fragmentada em sites, revistas científicas, anais de eventos, monografias, dissertações, teses e livros. Essa produção aumentou progressivamente junto com a área de Ensino de História a partir de 1988, possivelmente em decorrência das novas leis e diretrizes para o Ensino Fundamental e as abordagens historiográficas que privilegiaram novos objetos de estudo, dentre eles aqueles advindos do contexto escolar. Vemos esse reflexo, por exemplo, ao tomarmos como base parte dos anais de dois importantes eventos brasileiros da área: o "Encontro Perspectivas do Ensino de História" (Perspectivas) de sua criação em 1988 até 2012, e o "Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH)", de 1993 a 2008[3]. O quadro abaixo sinaliza a proporção de trabalhos:

Quadro 01: Estimativa de trabalhos relacionados ao Ensino de História nos anos iniciais no ENPEH e Perspectivas.

ENPEH - Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História				**Perspectivas - Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História**		
Ano	**Nº de trabalhos ***	**Nº de trabalhos sobre a Temática**		**Ano**	**Nº de trabalhos**	**Nº de trabalhos sobre a Temática**
1993	?	?		**1988**	62	1
1995	24	2		**1996**	83	3
1997	14	0		**1999**	73	3
1999	75	3		**2001**	49	1

[3] As informações coletadas foram extraídas por meio da base de dados da publicação eletrônica da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas chamada "Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil *on-line*". A publicação atualmente ainda não está disponível para consulta, mas possuímos cópia dos artigos em arquivo pessoal. De acordo com a instituição que hospeda o site, a revista está em uma área de backup após a mudança no site da Faculdade de Educação e que a recuperação seria realizada em breve.

2001	15	0		**2004**	118	6
2003	97	4		**2007**	149	6
2006	93	5		**2009**	247	10
2008	125	5		**2012**	265	20
TOTAL	**443**	**19**		**TOTAL**	**1046**	**50**
Total Geral: 1489 Trabalhos sendo 69 sobre a Temática						
*** Compreendem-se por trabalhos também os textos oriundos de discussões em Conferências e Mesas-Redondas durante os eventos.**						

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da revista eletrônica "Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil *on-line*".

Não por acaso, Alvim (2017) chegou a uma conclusão durante sua tese de doutorado da qual compartilhamos. Segundo a autora,

> [...] no decorrer da investigação desenvolvida, consolidei a minha percepção inicial de que, longe de um espaço de ausência – como parecem sugerir, inclusive, o discurso das políticas públicas e da tradição pedagógica escolar –, aquela produção [sobre o ensino de história nos anos iniciais] se configurava como um lugar de presença, que se inscrevia em uma longeva trajetória de pesquisa no interior do próprio campo do ensino de história, e que, portanto, mereceria uma investigação mais sistemática (ALVIM, 2017, p. 21)

Por meio do levantamento bibliográfico que tivemos acesso até o momento, identificamos que nesse "lugar de presença" o Ensino de História nos anos iniciais possui uma importante produção acadêmica, embora pequena se comparada a outros temas, feita por professores e pesquisadores da História e principalmente da Educação, que desenvolveram suas análises em diferentes linhas que podemos sintetizar em:

1. "Materiais Didáticos e Ensino": envolvendo a análise de livros didáticos, uso de diferentes fontes e documentos para o ensino, etc;
2. "Metodologias e Abordagens": relacionando as abordagens de ensino como o viés multi ou intercultural, o uso da História Indígena, História Local, Patrimônio Cultural e outros ao se trabalhar os conteúdos históricos;
3. "Ensino e Aprendizagem": voltando-se principalmente para as formas com que a criança aprende a História, a importância de seu ensino nos anos iniciais, etc.;
4. "Currículo e Documentos Educacionais": analisando a legislação educacional vigente em diversos âmbitos, os PCNs, Referenciais Curriculares e outros documentos;
5. "Consciência e Alfabetização Histórica": refletindo sobre a aquisição da consciência histórica e o processo de alfabetização histórica para crianças; e

6. "Atuação Docente e Formação de Professores": debatendo sobre o papel desempenhado pelos docentes, aspectos da formação inicial e continuada de professores.

Como exemplo de aplicação dessas linhas, podemos destacar as dissertações produzidas e defendidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória), oferecido em rede nacional e coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre as dezenas de trabalhos defendidos e hospedados no Portal eduCAPES[4], poucos deles destinam-se à análise do ensino de História nos anos iniciais, mas alguns podem ser destacados:

Quadro 02 – Dissertações defendidas no âmbito do ProfHistória que se relacionam com os anos iniciais

Título da Dissertação	Autor(a)	Ano de Defesa	Linha
Ensino de história local: uma história didática de Santa Maria e região	Denise Belitz Quaiatto	2016	2
Desenhos animados e ensino de História: uma proposta para o letramento nas séries iniciais da escolarização	Rafael Bastos Alves Privatti	2016	1 e 2
O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: as políticas da secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro e a perspectiva do multiculturalismo	Raquel Brayner da Silva	2016	1 e 2
Ensino de história local para crianças: (re)construindo histórias de Paranhos	Cristiane Maria Barbiero	2018	2
Os lugares de memória da cidade de Rondonópolis-MT: ensino de história nos anos iniciais, cultura e patrimônio	Juliana Ramos de Arruda	2018	2
A história local como um caminho para o ensino significativo de história nos anos iniciais	Olga Suely Teixeira	2018	1
Ensino de história nos anos iniciais: contribuições teórico-práticas para professores e professoras no município de Curitiba	Flavia Izabel Keske Cassemiro	2020	6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entendemos as particularidades do ProfHistória - um programa de pós-graduação voltado para a formação profissional de professores - e talvez por isso as dissertações estejam situadas em linhas relacionadas à prática docente, mas a possibilidade de classificação e a variedade de temáticas evidenciam a potência das discussões e de uma análise também qualitativa dos trabalhos.

De qualquer forma, a frequente dificuldade relatada nas pesquisas em encontrar bibliografias e trabalhos que abordem a temática podem sinalizar para uma produção que se

[4] O Portal eduCAPES tem o objetivo de hospedar objetos educacionais abertos, em variados suportes e formatos, publicados com autorização de seus autores, para uso de alunos e professores da Educação Básica, Superior e Pós-graduação que busquem aprimorar seus conhecimentos. Cf. <https://educapes.capes.gov.br/> Acesso em 11/10/2021.

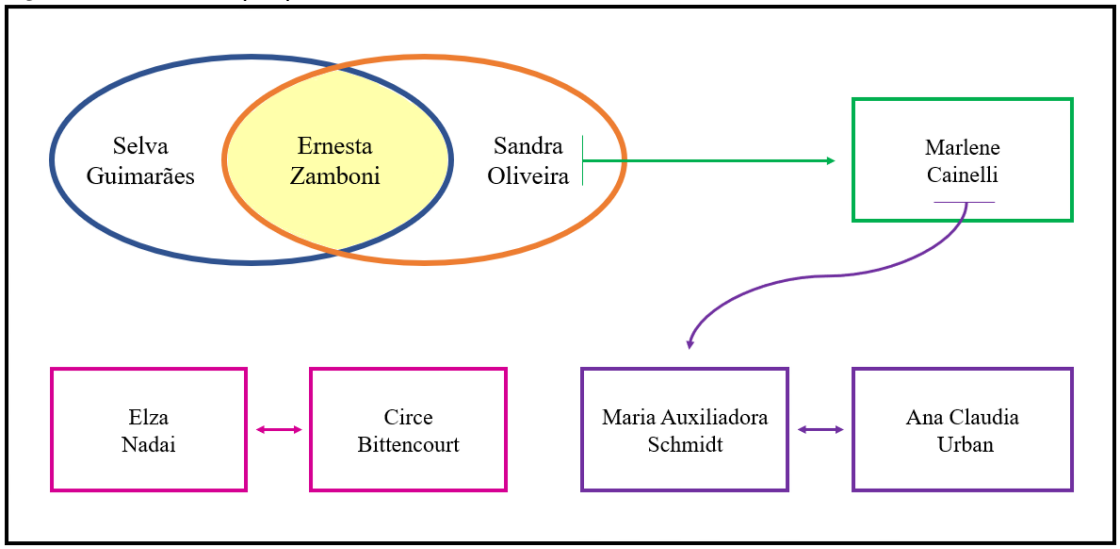
encontra regionalizada em alguns lugares do país e precisa ser ampliada em direção ao interior. Isso se dá principalmente pelas redes criadas pelos pesquisadores com incursões nesta área, que frente ao seu interesse pelo tema passam a orientar trabalhos e produzir reflexões em sua universidade e/ou programa de pós-graduação ao qual estão vinculados. De acordo com Alvim (2017, p. 269) estas redes "têm contribuído para a consolidação de sua agenda de investigação em torno da produção dos saberes históricos para a criança".

A pesquisa feita por Alvim (2017) nos ajuda também a compreender um pouco mais dessas redes por meio das entrevistas realizadas com três importantes professoras universitárias e pesquisadoras do campo do Ensino de História nos anos iniciais: Selva Guimarães, Ernesta Zamboni e Sandra Regina Ferreira de Oliveira.

> Três narradoras e um terreno profissional comum: a docência e a pesquisa em ensino de história. Três narradoras e um lugar de enunciação comum: professoras formadoras em pedagogia e pesquisadoras do campo do ensino de história. Três narradoras e uma relação comum com o saber: o ensino de história nos anos iniciais" (ALVIM, 2017, p. 16-17).

O quadro abaixo mostra alguns elos dessa rede a partir das narrativas das referidas professoras e também ao ampliarmos a outros pesquisadores:

Quadro 3 – Rede de pesquisadores com incursões no Ensino de História nos anos iniciais



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Alvim (2017) e no currículo *lattes* das pesquisadoras.

As incursões das pesquisadoras listadas no Quadro 3 vão desde a pesquisa em temas relacionados ao ensino da História para crianças, passando por orientações e participação em bancas de pós-graduação, chegando na formação inicial e continuada de professores, como na promoção em projetos de extensão. A trajetória de Selva, Ernesta e Sandra são sistematizadas

por Alvim (2017) e percebemos que Ernesta é um ponto de intersecção entre as outras duas pesquisadoras. Além disso, o vínculo com os anos iniciais está relacionado às experiências prévias das pesquisadoras nessa etapa de ensino e, embora a História esteja presente em suas formações, a prática profissional no ensino superior está mais próxima da Educação.

As demais relações podem ser obtidas por meio da análise da produção das pesquisadoras, em suas redes de colaboração e por meio dos registros disponíveis na Plataforma *Lattes*. Fica claro também a presença da discussão em instituições das regiões sul e sudeste, mas devemos buscar essas produções em outros pontos do país. Sabemos que elas existem porque estão presentes nos trabalhos apresentados nos eventos Perspectivas e ENEH e também pelas dissertações do ProfHistória, por exemplo.

Pesquisando a produção acerca do ensino de História nos anos iniciais

Até o momento vimos que a produção de conhecimento do Ensino de História nos anos iniciais está situada em um contexto de mudanças educacionais na escolarização, no currículo e na própria disciplina. É "lugar de presença" na pesquisa científica, podendo ser classificada em diversas linhas de investigação e interpretação, feita por pesquisadores "independentes" ou integrantes de redes que se consolidam por parcerias, orientações, grupos e instituições.

Todavia, ainda há carência de um levantamento aprofundado dessa produção. Por isso, é fundamental identificar e sistematizar o perfil da produção acadêmica desenvolvida sobre o ensino de História nos anos iniciais no Brasil. Esse é um dos principais objetivos da pesquisa de doutorado, iniciada em 2021, que temos desenvolvido no junto ao PPGHS/UERJ. Em um primeiro momento, propomos a investigação por meio da pesquisa bibliográfica, realizando mapeamentos e estabelecendo o estado da arte da produção acadêmica.

Existem outras pesquisas com foco na análise qualitativa dessa produção e elas forneceram importantes dados para o campo de estudo. Entretanto, ainda não sabemos a proporção de trabalhos que foram desenvolvidos nas últimas décadas, os momentos de maior produção e os principais assuntos pesquisados. Contabilizar esta produção é fundamental para compreendermos concretamente alguns pontos como a atuação da academia nesta área; o conhecimento e os materiais que são sistematizados e disponibilizados para a Educação Básica; e o saber docente mobilizado pelos professores em sua prática, colaborando assim para a criação e reflexão de políticas de formação inicial e continuada.

Neste momento estamos na fase de definição dos descritores e chaves de busca, dada a quantidade de bases de pesquisa, a variedade de termos da área e pelas mudanças de

nomenclatura já elencadas, como o uso de "séries iniciais" e "anos iniciais" para designar a mesma etapa são necessários. Além disso, existe a influência dos Estudos Sociais no ensino de História para crianças. Abud (2012, p. 560), com base em suas experiências profissionais, alerta que "[...] o ensino de História incorpora temas herdados da disciplina chamada Estudos Sociais, mas que não são conceitualmente temas históricos". Por isso, é preciso que entendamos a relação entre Estudos Sociais e História na definição dos descritores, dentre outros pontos de atenção.

Após esse procedimento, pretendemos atualizar o levantamento de trabalhos nos eventos acadêmicos Perspectivas e ENPEH, por meio dos textos compilados na Revista Fóruns Contemporâneos, citada anteriormente, pelo site oficial dos eventos e pelas informações disponibilizadas na página eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História (ABEH). Outros eventos como os encontros da Associação Nacional de História - ANPUH e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd também estão sendo considerados. Somados a eles, estão as teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), eduCAPES e Catálogo de Teses e Dissertações. Havendo condições, adicionaremos buscas em periódicos pelo Portal de Periódicos da CAPES e em mais especificamente em revistas especializadas como Revista Brasileira de História, História & Ensino (UEL) e Ensino em Re-Vista (UFU).

A partir do volume de dados poderemos estabelecer níveis para uma análise quantitativa, mas também qualitativa, que agrupe os trabalhos com temas em comum e possibilite reflexões como: evidenciar os principais referenciais teóricos que vêm sendo utilizados para a análise dos objetos de estudo na área e até mesmo compreender aspectos da trajetória disciplinar do ensino de História nos anos iniciais. Vislumbrando os desafios que podem estar implicados a esse percurso e acreditamos que o uso da tecnologia será necessário para a pesquisa com a utilização de *softwares* de gestão de fontes bibliográficas como o "Mendeley" e de assessoria na análise de dados qualitativos, os CADQAS[5].

Considerações Finais

Buscamos nessa breve discussão apresentar alguns apontamentos preliminares sobre as pesquisas em Ensino de História voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Também consideramos a importância de se realizar um levantamento sistematizado dos

[5] Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software.

trabalhos produzidos nesse tema para contribuir com novas pesquisas com vista ao desenvolvimento e consolidação do campo de estudos.

Por se tratar do reflexo de uma pesquisa em fase inicial, muitos caminhos se abrem no horizonte de investigação e muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas. Eles perpassam a formação e prática docente, a organização do currículo e da estrutura escolar, a articulação entre Universidade e Educação Básica, a pesquisa acadêmica na pós-graduação e o compartilhamento de saberes em eventos e outros canais científicos, como os periódicos, livros, etc. Por isso, longe de estabelecer conclusões, propomos pontos de partida para uma jornada compartilhada que envolve muitos atores e olhares, mas um lugar de interlocução comum: o ensino de História nos anos iniciais e o desejo de contribuir para sua melhoria.

Referências

ABUD, Katia Maria. **O ensino de história nos anos iniciais:** como se pensa, como se faz. Antíteses, v. 5, n. 10, pp. 555-565, jul/dez. 2012.

ALVIM, Yara Cristina. **Humanas oficinas:** escrituras de vida no campo do Ensino de História. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 10/10/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 10/10/2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em 10/10/2021.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: história e geografia. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 6, de 08/06/2005**. Reexame do Parecer CNE/CEB 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), 2005. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb006_05.pdf> Acesso em 10/10/2021.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. **Saeculum: Revista de História**. João Pessoa, jan/jun, p.147-160, 2007.

DOROTÉIO, Patrícia Karla Soares Santos. Ensinar história nos anos iniciais do ensino fundamental: desafios conceituais e metodológicos. **História & Ensino** (UEL), v. 22, pp. 207-228, 2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **O ensino de Estudos Sociais no Brasil**: das "**connexões naturaes**" à integração pela via do autoritarismo (1930-1970). Rio de Janeiro, 2019. 397p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de história. **Saeculum. Revista de História**, nº 6/7, p.105-117, jan/dez, 2000/2001.

As aquisições dos livros didáticos no município de Guapimirim/RJ

Janaina Santana Alves da Silva
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

O centro de nossa pesquisa é compreender como são feitas as aquisições de livros didáticos no município de Guapimirim e para isso faremos um pequeno resumo do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, para que possamos delinear a sua importância. Na segunda parte do artigo responderemos as inquietações de nosso estudo, que fora: quem faz as avaliações destes materiais? Qual destino destes livros didáticos após os seus três anos de uso no município? E por fim destacar que este assunto/estudo não irá esgotar este tema, mas queremos propor algumas reflexões que possam contribuir para o surgimento de outras analises/teorias.

Para entendermos o Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, precisamos entender que este programa é uma das realizações de maior impacto econômico e social do MEC (Ministério da Educação), bem como é um dos programas mais antigos de distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro. Diante disso, apresentaremos de forma resumida os principais decretos-lei que moldaram a estrutura do PNLD ao longo dos anos.

Começaremos pelo decreto-lei Nº 93, de 21 de dezembro de 1937 que criou/instituiu o Instituto Nacional do Livro (INL) e um ano após a sua criação o governo federal lançou o Decreto-lei Nº 1006 de 30/12/1938 que regulamentava a produção e importação do Livro didático no país. De 1938 a 1966 este decreto sofrera algumas alterações em sua estrutura, no entanto, em 06 de janeiro de 1967 o Brasil assina um contrato com EUA para a compra e distribuição gratuitamente de cerca de 51 milhões de livros para estudantes brasileiros no período de três anos; além disso o propósito da COLTED era desenvolver as bibliotecas e cursos de treinamento de instrutores e professores em várias etapas sucessivas. Para que pudesse executar esse programa, a comissão tinha à sua disposição opíparos/abundantes recursos financeiros (MANTOVANI, 2009, pp:30).

De 1971 a 1983 o INL desenvolve algumas políticas para o Livro Didático que sofreu com algumas alterações de mudança em suas estruturas, contudo, temos que compreender que de 1964 a 1985 o Brasil viveu sobre um regime militar e neste período de nossa história era os militares que conduziam o país. Cabe ainda destacar que antes da transição do governo militar para um governo democrático os militares em 1985 alteram mais uma vez o PNLD, com o

Decreto-lei 91.542 de 19/08/1985, PLIDEF dá lugar ao PNLD que apresentou algumas mudanças significativas, tais como:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores[1].

Com a abertura política e a promulgação de uma nova constituição no Brasil, a década de 90 seria de grandes agitações nos diversos ministérios e o MEC desempenhou um debate mais efêmero sobre a qualidade dos livros escolares. E no ano de 1993 com a resolução de mais dois decretos que regulamentaria a política dos materiais didáticos; este decênio é o período da criação do Plano Decenal de Educação para Todos (MANTOVANI, 2009, pp:34). é uma dessas políticas. As prioridades do Plano Decenal estavam relacionadas à:

- necessidade da **melhoria qualitativa** dos livros didáticos;
- capacitação adequada do professor para avaliar e selecionar os livros;
- implementação de uma nova política para o livro didático no Brasil.

O Plano Decenal de Educação para Todos, detinha a principal meta de garantir a qualificação/satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, por conta disso o Plano expressou esse objetivo mais amplo de assegurar, até o ano 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam a necessidades elementares da vida contemporânea (MENEZES; SANTOS, 2001).

No ano de 1996, o MEC implementou efetivamente os livros didáticos a uma avaliação pedagógica antes de serem comprados pelo PNLD[2]. Assim sendo, O Ministério da Educação formou comissões, divididas por áreas de conhecimento (Alfabetização e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências e Estudos Sociais, posteriormente, Geografia e História), para estabelecer quais seriam, efetivamente, os critérios de análise e classificação dessa avaliação. Desta maneira, os resultados são divulgados nas *Guias de Livros Didáticos*,

[1] _____. Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985, que Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

[2] _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em 20/12/2019.

distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático.

Portanto, o PNLD que conhecemos hoje advém de um longo processo de Decretos-leis, de confrontos sócio-políticos, de infraestrutura e organização que o cercou durante toda a sua consolidação até os dias atuais. Mas de fato qual é a importância do Livro Didático? Este objeto cultural que por sua extensão e interpretação sucinta polêmicas, críticas dos mais diversos setores da sociedade, ele (o livro) é classificado/conceituado um instrumento de ensino fundamental no processo de escolarização.

Conforme Bittencourt (op. cit.), esse tipo de material tem provocado debates em escolas, em encontros acadêmicos e em artigos de jornais, envolvendo educadores, alunos e suas famílias, autores, editores, autoridades políticas e intelectuais de diferentes procedências. Além dessa relevância no aspecto pedagógico, há que se salientar a importância econômica do livro didático "para um vasto setor ligado à produção de livros e também ao papel do Estado como agente de controle e como consumidor dessa produção" (BITTENCOURT, op. cit., apresentação). No Brasil, por exemplo, os investimentos realizados no PNLD transformaram no maior programa de livro didático do mundo. Embora as relações entre o livro didático e a sociedade não se esgotem nos aspectos pedagógico e econômico, é por meio delas que é possível perceber, por exemplo, o quanto esse instrumento foi importante para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos dois últimos séculos.

Circe Bittencourt (1993, pp: 3) ainda enfatiza que as múltiplas particularidades do livro didático, desperta inúmeras, variados domínios da pesquisa. Sendo assim, conseguimos entender que o livro didático é um objeto do mundo da edição, e por isso obedece às técnicas de fabricação e comercialização inerentes aos interesses do mercado, também é depositário dos conteúdos educacionais, sendo suporte privilegiado para se recuperar conhecimentos e técnicas considerados essenciais por uma sociedade, em época determinada (Cassiano, 2007 pp: 05).

Segundo Sonia Regina Miranda e Tania Regina de Luca (2004), delineiam em seu artigo, "***O Livro Didático de História Hoje: um Panorama a partir do PNLD***", que:

> o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas. Tampouco os efeitos da ação avaliativa implementada pelo Ministério da Educação podem ser vistos exclusivamente com base em uma premissa homogeneizadora de práticas e perspectivas quanto à História, sobretudo se considerarmos um breve histórico a respeito do papel regulador e/ou intervencionista do Estado nesse nicho particular de mercado e as circunstâncias

> políticas contemporâneas resultantes da prática avaliativa (MIRANDA e LUCA, 2004, pp: 124).

Segundo Jayme Fernandes Ribeiro o "livro didático não é Neutro" (Ribeiro, 2014, pp: 111-112), ele possui uma "seleção cultural que apresenta o conhecimento oficial, colaborando de forma decisiva na criação do saber que se considera legítimo e verdadeiro, consolidando os cânones do que é verdade e do que é moralmente aceitável" (Bittencourt, 2004 apud Ribeiro, 2014, pp: 112). Desta maneira, os livros didáticos são meios/parte de um sistema de valores, tradições, de ideologias e de uma determinada cultura que se propõem ser o mediador entre os desejos do poder oficial, a BNCC e o conhecimento escolar aplicado pelo professor (a) aos alunos. (Ribeiro, 2014, pp: 112).

Ribeiro ainda aponta que é possível pensar no "livro didático como um lugar de memória, na medida em que contribui para perpetuar determinada memória sobre agentes ou fatos históricos." (Ribeiro, 2014, pp: 112)

Até aqui fizemos um pequeno panorama sobre os decretos Leis que envolvem a compra e logística dos PNDLs, além de utilizar alguns autores que dialogam/debatem sobre esta questão.

História de Guapimirim e a sua logística de compra do PNLD

Guapimirim é uma cidade recém emancipada, no entanto, os seus primeiros registros são datados de 1674 que citam um povoado às margens do Rio Guapimirim, abençoado pela Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda. No final do século XVIII, surgiu o povoado de Santana, que ficava no caminho das tropas que ultrapassavam a serra, levando-os pelas trilhas sertanejas para as Minas Gerais. Nessa época, eram comuns as pestes sucessivas. O cemitério de Santana foi construído nesse período e, até hoje, serve à cidade.

Foi também nessa época que surgiu o povoado da Barreira – a origem desse nome deve-se ao fato de ali ter sido instituído o primeiro pedágio – onde está localizada a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1713) e a antiga sede da Fazenda Barreira que, hoje, abriga o Museu Von Martius, em homenagem a Frederik Von Martius, naturalista alemão que estudou a flora e a fauna da região a convite de dom Pedro II. Na época da Guerra do Paraguai, o imperador hospedou-se no local, interessado em avaliar as plantações da quina calisaia de onde se extrai o quinino, medicamento que combate a malária e que seria utilizado pelo exército brasileiro.

Em 1939, o então presidente brasileiro Getúlio Vargas criou o parque Nacional da Serra dos Órgãos e a fazenda da Barreira foi incorporada ao patrimônio ambiental da União.

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela construção da estrada de ferro Teresópolis. Esta ferrovia marcou o momento de transformação do município para os tempos modernos. A população, em sua maioria, era formada de lavradores e ferroviários. Com a construção da rodovia BR-116 (1958), o transporte ferroviário entrou em decadência. O advento da rodovia facilitou o acesso à serra e foi fator preponderante na intensificação do processo de ocupação. A partir dessa década, surgiram os condomínios com suas luxuosas casas de veraneio.

Guapimirim se emancipou do município de Magé em plebiscito realizado no dia 25 de novembro de 1990, data festiva em que o município comemora sua emancipação política. Com a Lei estadual nº 1.772 de 21 de dezembro de 1990, concretiza a emancipação, elevando Guapimirim à categoria de município. O primeiro prefeito de Guapimirim foi Nelson Costa Melo.

Trouxemos para o debate um resumo da cidade de Guapimirim para entendermos que ela tem trinta (30) anos de emancipação, no entanto a sua historicidade é data de 1674, ou seja, as suas raízes históricas são do século 17, o que queremos evidenciar aqui é que Guapimirim apenas tem pouquíssimo tempo de emancipação, mas a sua grandeza história é imensa. Por causa disso escolhemos esta cidade para realizamos a nossa pesquisa.

Guapimirim possui trinta e quatro (34) escolas municipais, sendo onze creches, seis escolas de Ensino Fundamental – 5º ao 9º ano e dezessete escolas do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano. Dando um total de aproximadamente sete mil (7.000) alunos; que são desde a creche ao 9º ano do ensino fundamental.

E com base nesta pesquisa fizemos uma entrevista no mês de outubro com a senhora Maria Gorette Silva de Oliveira - coordenadora de programas e gerenciadora do programa nacional do PNLD, dentre outros programas que a Secretária de Educação de Guapimirim possui. Desta forma, obtivemos as seguintes informações com base na nossa pergunta que fizemos no início do texto, quem faz as avaliações destes materiais? Qual destino destes livros didáticos após os seus três anos de uso? E para responder essas perguntas a senhora Maria Gorette nos respondeu que trabalha há quase quatro gestão, mas precisamente desde 2013 e que sempre ajudou e geriu o Programa PNLD na cidade de Guapimirim.

Gorette salienta que o munícipio sempre aderiu ao PNLD e que todo ano a secretária com seus professores e equipe pedagógica selecionam o material que os alunos irão utilizar no ano seguinte. Segundo ela, todo ano o Ministério da Educação, MEC, lança edital para compra e aquisição de novos materiais. Contudo, Gorette aponta:

> a secretaria libera as escolas para entrada no sistema e as escolas fazem as escolhas junto com o seu grupo pedagógico, professores e a rede sempre optou por uma escolha unificada como é que é feita essa escolha unificada? Então dentro do sistema do PNLD a secretaria pode optar por escolha unificada ou escolha por escola; É sempre a secretaria que decide. No caso nós aqui que avaliamos e fazemos a decisão. Após a decisão é que as escolas vão fazer a escolha. Nós sempre também optamos por fazer a escolha unificada. Por quê? Já teve um ano que nós fizemos por escola aí se é por escola a escola X escolhe determinado livro e escola Y escolhe outro livro que é por escola não nem sempre as escolhas serão a mesma aí já aconteceu da gente transferir o aluno e ele pra uma escola que não está usando o mesmo material didático que ele estava usando. Aí é uma confusão só. Então por a gente ver que na prática a escolha por escola não é muito boa o município optou por escolha unificada então isso também já é uma nossa é a nossa prática do PNLD no município de Guapimirim a escolha é unificada. Daí vai cair na escola mesmo sendo uma escolha unificada uma pra rede toda em cada escola vai fazer vai analisar o material e vai fazer a sua escolha olha eu escolhi esse livro pro primeiro ano esse livro pro segundo cada escola faz aí o próprio sistema vai fazer uma conta o número mais escolhido vai ser pra rede. Porque é unificado. Aí todas as escolas receberão um material novo.[3]

Nos também perguntamos a senhora Maria Gorette quais editoras que são mais selecionadas no município e ela nos respondeu que depende dos anos e das series, pois na sua grande maioria as editoras mais selecionadas pelos professores e equipe pedagógica são: Editora Moderna, Ática e FTD, no entanto, Gorette nos relatou que a editora mais usada pela secretaria de Educação é a Editora Moderna. Cabe ainda destacar que este ano todos os municípios do Brasil escolheram um material inédito para educação Infantil que se compreende da Creche ao pré-escolar. Segundo Gorette este material é somente para os professores terem um aporte/incentivo na hora de pensar as atividades para os alunos da creche ao pré-escolar.

Despois de nos esclarecer sobre está logística de como é feita aquisição dos livros didáticos em Guapimirim, nos fizemos a segunda pergunta, *qual destino destes Livros Didático após os seus três anos de uso*? A senhora Maria Gorette nos respondeu que no último ano de utilização do livro didático os alunos podem escrever no livro e quando a escola possui uma grande quantidade ela (a escola) coloca uma parte na sua biblioteca e a outra ela doa aos alunos que queiram levar para casa para ter um material para pesquisar, utilizar como um auxílio. E que a Secretária de Educação não faz nenhum tipo de incineração dos livros didáticos.

Conclusão

Desta forma, tornasse evidente que esta pesquisa não exaure as nossas reflexões que propusemos no início do texto. Temos plena consciência que este estudo possui um objetivo único de contribuir para as futuras análises sobre a logística e aquisição do PNLD tanto no

[3] Entrevista

nível nacional que é pensar numa história Macro quanto no nível municipal que foi o nosso objetivo que trouxemos do macro para o micro. Pensamos o PNLD de forma a entender como funciona esta questão de aquisição.

Este texto teve como propósito delinear como que a grande maioria dos municípios do Brasil escolhem os livros didáticos, sabemos que tem município que preferem comprar o seu material didático, no entanto, Guapimirim prefere usar o material oferecido pelo PNLD. Nesta entrevista também conseguimos perceber que existe duas maneiras para o município realizar aquisição do livro didático, a primeira é a que a nossa entrevistada nos relatou que é a forma unificada, onde cada escola faz o seu pedido e depois coloca no sistema do PNLD e no final o sistema escolhe aquele material que foi mais selecionado.

A outra maneira de fazer esta aquisição é por escola, porem como Gorette nos apontou esta maneira na prática não funciona em Guapimirim, mas talvez em outras cidades possa funcionar, mas como escolhemos apenas a cidade de Guapimirim não podemos compreender qual seria a melhor logística.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019

_____. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938, que Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de Dezembro de 1945, que Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 58.653, de 16 de Junho de 1966, que Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58653-16-junho-1966- 378849-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 68.728, de 9 de Junho de 1971, que Provê sôbre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971- 410492-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 77.107, de 4 de Fevereiro de 1976, que Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976- 425615-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Lei nº 7091, de 18 de abril de 1983, que Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985, que Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 20/12/2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em 20/12/2019.

ALVIM, Yara Cristina. O LIVRO DIDÁTICO NA BATALHA DE IDÉIAS: VOZES E SABER HISTÓRICO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PNLD. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo, 1993. 369 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1993.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Neli Klix & RODRIGUES, Melissa Haag. O LIVRO DIDÁTICO AO LONGO DO TEMPO: A FORMA DO CONTEÚDO. DAPesquisa, Florianópolis, v.3 n.5, p.300-307, 2008.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Plano Decenal de Educação para Todos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>. Acesso em: 02 de mai. 2020.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os comunistas brasileiros na literatura escolar (1922-1996). Ensino de História: usos do passado, memória e mídia in: Org. Marcelo Magalhães, et al. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

WITZEL, Denise Gabriel. Identidade e livro didático: movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa. Maringá, 2002. 181 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá.

Aula de história e avaliação: reconstruções de saberes docentes e práticas pedagógicas

Renato Coelho Barbosa de Luna Freire
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

I. Introdução

O objetivo foi apresentar uma etapa da pesquisa de doutoramento que investigou, em sua íntegra, o ensino de história escolar através da observação direta da prática de três professores, em duas escolas do segundo segmento do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Niterói, totalizando a participação em 82 aulas, como também pela via indireta, pelas entrevistas e análise dos materiais didáticos utilizados na prática de ensino.

Neste momento específico, recortamos a prática avaliativa da professora batizada ficticiamente Maria que, em seu trabalho minucioso no ano 2018, deixou evidências de sua atividade profissional através de diferentes registros realizados por demandas de sua atividade docente, como diários, planos de curso e de aula, apontamentos de suas aulas, avaliações com gabaritos. Também nos chegaram como vestígios as apropriações do livro didático pelas seleções de textos e exercícios, além de suas narrativas escritas para reprodução dos estudantes em seus cadernos e suas narrativas orais, registradas durante a observação direta das aulas, no ano 2018. O registro da professora nos revela a condução e controle de uma prática de se ensinar história, institucionalizada pela legislação educacional e, portanto, explicitamente organizada e socialmente dirigida.

A motivação de investigação dos artefatos materiais pedagógicos mobilizados pela professora em seu fazer pedagógico se deveu para reconhecermos as inter-relações desenvolvidas na atividade complexa de se ensinar história, que se localiza tanto na dimensão da cultura histórica da qual fazemos parte, como também se insere na dimensão da cultura escolar, que demanda um comportamento e práticas tanto do professor quanto do aluno. Como pontua Ana Zavala (2014), pesquisar a dimensão escolar do ensino de história é saber que não encontraremos, em todo o momento, considerações surpreendentes, mas reconhecer que realizamos uma imersão no cotidiano de uma prática social que se vale de rotinas das instituições escolares. A instrumentalização das observações empíricas em trabalhos percorridos por Zavala a levou a constatar que os produtos resultantes das investigações empíricas se resumiam na expectativa das atividades docentes em práticas avaliadas em “certas” ou “erradas”, o que não acrescenta para o avanço das questões para o campo de investigação do ensino de história (ZAVALA, 2014). Por esse motivo, optamos pela investigação das

práticas concretas da sala de aula, valorizando as ações dos agentes sociais, onde os sentidos são construídos em suas próprias realizações, considerando o seu "saber-fazer" que se desenvolve, principalmente, com seus alunos em sala de aula (TARDIF, 2014).

Acreditamos que as atividades de rotina e as avaliações que compõem o texto da aula que se desenvolve para além da escrita e se encontram articuladas com a produção de sentidos investidos no componente curricular para que ocorram aprendizagens significativas. Como não há uma prática pedagógica referendada cientificamente que garanta as aprendizagens escolares de história (PALTI, 2000), as propostas curriculares, as narrativas dos professores, os textos do livro didático e outros materiais culturais mobilizados que participaram do processo de composição do saber histórico escolar são acionados em diálogos tensos a partir de escolhas do professor em seu protagonismo, o que configura a sua prática autoral, fruto de decisões ocorridas no horizonte de diferentes dimensões de saberes (científico, prática profissional, experiências de vida) o que nos leva a desnaturalizarmos as ações e, a partir das subjetividades, compreendermos os caminhos escolhidos pela professora para que o ensino de história se apresente significativo aos estudantes.

André Chervel (1990) chamou a atenção para a peculiaridade das lições, atividades, avaliações como fontes investigativas de parte da cultura escolar e, mais especificamente, ao trabalho docente. Porém, as dificuldades residem no fato de que tais materiais não são sistematicamente arquivados e intencionalmente conservados para a posteridade, perdendo-se no percurso do tempo. Reduz, portanto, as possibilidades de investigação enquanto indícios das práticas escolares. Exercícios e lições são possiblidades de investigar um elemento que compõe a cultura escolar em que o professor procura incutir, através das atividades, a eficácia do seu trabalho junto aos estudantes (CHERVEL, 1990).

Diferentes atividades e recursos são utilizados no processo avaliativo dos saberes escolares. As questões que examinamos se detiveram nos três exames formais de final de Trimestre. A partir desses materiais, foram dadas a conhecer as relações entre as aulas de história orientadas pela professora Maria e as elaborações dos materiais avaliativos de sua autoria: como os textos de aulas foram mobilizados nas atividades? A avaliação pode ser considerada uma síntese das aulas? Que saberes foram considerados significativos e, por esse motivo, selecionados para compor as avaliações formais para a verificação de aprendizagens? Quais expectativas foram geradas juntos aos alunos em relação à apropriações de saberes?

Nosso porto de partida foi compreender a significação de conteúdos escolares do componente História pelas escolhas nas atividades cotidianas de aula e sua lógica interna de

seleção para comporem as avaliações dos estudantes, segundo a ótica da professora, revelando os saberes que circulam nas aulas de história. Após breve apresentação, seguimos refletindo sobre os sentidos gerados pela prática docente, na construção de narrativas históricas voltadas ao público escolar. Em seguida, analisamos as três avaliações trimestrais finais aplicadas pela professora no ano 2018 para concluirmos com algumas considerações.

II. Avaliação formal e prática docente no ensino de história

O objetivo foi relacionar a prática docente desenvolvida nas aulas enquanto produção de textos históricos escolares e a elaboração das lições e exames formais. Os materiais de verificação de aprendizagens serviram de vestígios diretos para conhecer as atividades de rotina que compõe os textos das aulas, fornecendo um percurso através de sua lógica interna pela seleção de atividades e, por esse motivo, permitem acesso à compreensão das subjetividades mobilizadas nas aulas e seus sentidos produzidos. As avaliações reúnem um conjunto de práticas pedagógicas que não são neutras ao processo de ensinar e aprender história, motivo pelo qual merecem investigação.

O objetivo em utilizar as avaliações formais para análise das práticas docentes não recaiu na perspectiva de desenvolver uma "teoria da avaliação", mas utilizá-las como evidências de uma ação complexa e específica que é o ofício do professor, para compreendermos como os instrumentos de avaliação formal, elementos integrantes do fazer pedagógico, contribuem para a compreensão da reelaboração da história escolar, através de seus elementos discursivos, para recolhermos indícios de como os professores criam e negociam sentidos de inteligibilidades e apropriações de saberes objetivando as aprendizagens históricas na dimensão escolar.

III. Protocolos de leitura como instrumento de observação metodológica das práticas escolares

Destacamos as avaliações finais de cada trimestre, como procedimento para analisarmos a condução das aulas pela professora, relacionando o texto da aula, os usos do livro didático e a avaliação. Dessa maneira, são depositadas expectativas de aprendizagens, no que diz respeito ao que se espera o que os alunos atinjam enquanto compreensão das aulas, sem desconsiderar por parte dos estudantes, a preocupação de reverterem seus desempenhos em aproveitamentos

quantificados em notas conceituais necessárias para a aprovação anual, considerando a dimensão burocrática das atividades avaliativas, traduzida em aprovação.

As avaliações formais conservadas possuem "gabarito" preenchido de próprio punho pela professora. Assim, são "propostas como um processo que compara a resposta do(a) aluno(a) ao padrão definido pelos objetivos desenhados" (ESTEBAN, 2013, p. 111). Por sua vez, indica o que se esperava enquanto resposta dos alunos, pela via dos exames escolares.

Os exercícios são evidências da racionalização do professor que aponta para os objetivos que se pretende de atingir, dando contornos a uma finalidade educativa, como "conteúdos" curriculares, seleção de textos do livro didático, científicos e/ou autorais, modelos explicativos produzidos nas aulas sob orientação docente, de forma a representar um saber, permitindo identificar a trajetória intelectual percorrida nas aulas ao mesmo tempo em que se define o que se espera com a atividade educacional.

Apropriamos da noção de protocolos de leitura para interpretarmos o material. O historiador francês Roger Chartier (2009) analisando a história das práticas sociais de leituras de materiais impressos, relacionou as intenções do autor que pretende uma aquisição de leitura de seu texto e as apropriações dos leitores que não refletem o desejo de assimilação textual depositada pelo autor "sem resistência nem desvio" (CHARTIER, 2009, p. 79).

> Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção (CHARTIER, 2009, p. 96).

Os protocolos de leituras são dispositivos buscados pelo autor do material impresso para que o texto tenha a justa interpretação, de acordo com suas intenções, com "instruções" que levam ao leitor a praticar a leitura da maneira que lhe é indicada pelo protocolo, que se dirige a um "leitor ideal", ainda que o universo de leitores seja diversificado.

O interesse investigativo recaiu na relação entre as práticas pedagógicas da professora Maria através da mobilização de seus artefatos pedagógicos que, elaborados para a medição das aprendizagens, foram incluídos em seus instrumentos avaliativos, direcionando para a relevância das aprendizagens aos seus alunos. Assim, as atividades impressas nas avaliações ligam-se diretamente com seu texto de aula. Seja a apropriação de textos do livro didático ressignificados, como também de outros textos mobilizados durante as aulas e utilização nas provas, o material integra o seu conjunto didático e nos serviram de fios condutores para aprofundarmos nas relações entre aluno e professor interagindo nas aulas de história pela multiplicidade de vozes existentes, via mediação de saberes.

A autonomia relativa da prática docente faz com que os professores adaptem materiais didáticos, selecionando ou excluindo textos e lições do livro didático, como também introduziram novos materiais, como textos, vídeos e atividades, em que consideraram o aluno para quem o texto da aula se dirige, negociando sentidos e aguardando dos estudantes expectativas de efetivação de aprendizagens, o que resulta na configuração de um trabalho autêntico (MONTEIRO, 2009). Sendo assim, aos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, impõem-se como condição a aquisição e domínio da leitura e da escrita, de maneira que apresentem intimidade com o objeto de leitura em seu manuseio e assim ingressarem na comunidade de sentidos (ROCHA, 2009). O oposto da falta de habilidade com as práticas de leitura e escrita é encarado como desvio de conduta, entendido como fracasso de aprendizagem.

Como fonte textual e de pesquisa bastante utilizado nas aulas, o livro didático desempenha importante papel nos processos educativos, fazendo parte da experiência de ensino. São mobilizados em diferentes oportunidades: "como fonte de orientação para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização" (MONTEIRO, 2009, p. 177).

Resultado de políticas públicas, demandado por currículos oficiais e pressionados pelo mercado editorial, os manuais didáticos são componentes da prática cultural em nossa sociedade. Produto complexo com finalidades pedagógicas que é dirigido aos professores e estudantes, carrega desde o seu projeto editorial como pelos seus autores, adaptações, analogias, reconfigurações, conceitos, modelos explicativos, lições e outras formas de representar o saber histórico. Nas práticas apresentadas, o livro didático foi mobilizado, tanto nas aulas como nas avaliações, sendo por esse motivo, foco da investigação no conjunto dos materiais pedagógicos utilizados. É pela autoria do professor em interação com o aluno e diferentes saberes, nas escolhas em sala de aula que o livro didático ganha sentidos nas práticas escolares.

A questão das narrativas impressas no livro didático se voltar ao "leitor ideal", ou seja, o indivíduo que já possui intimidade com o produto cultural que se reflete na habilidade de leitura e interpretação, distanciando-se da realidade encontrada, em sua maioria, nas salas de aula da professora Maria. Soma-se ainda o desejo de dar conta de grande parte do conteúdo como resposta à eficácia profissional, na pretensa ânsia de cobrir parcela significativa das temporalidades históricas humanas presentes nos textos curriculares, o que leva forçosamente à realizar adaptações e reelaborações visando otimizar o tempo e assim cumprir a tarefa com eficiência (CAIMI, 2006).

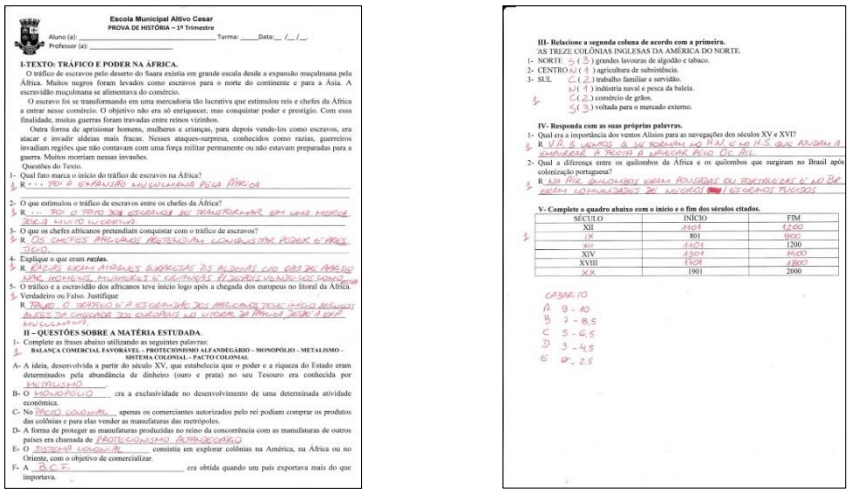
Desta maneira, a professora estabeleceu um conjunto de textos que procurou viabilizar as aprendizagens históricas pela mediação via os materiais de sua autoria, valendo-se da escrita dos historiadores e ainda adaptando os livros escolares através de reelaborações de atividades, decidindo de certa maneira o que deve ensinado, o que será circulado. Tais práticas configuram o saber-fazer da professora que se constrói e reconstrói em sua ação docente (TARDIF, 2014), imprimindo protagonismo e autoria em suas escolhas, resultando na elaboração de narrativas históricas autorais direcionadas aos estudantes para que possam apropriarem dos saberes que circulam nas aulas.

A partir daí, nosso objetivo foi compreender as relações entre o texto da aula, suas narrativas e escolhas de regimes de temporalidades para entender como se constrói sentidos nas aulas de história em suas diferentes maneiras em que o saber escolar intencionalmente é utilizado como ferramenta intelectual na vida prática dos sujeitos, configurando a formação de consciência histórica (RÜSEN, 2010).

IV. Materiais didáticos da professora Maria

O ato de avaliar está presente na cultura escolar e é utilizado em todos os componentes curriculares com objetivos administrativos e de aprendizagens. Intenciona não somente avaliar o processo de ensino e aprendizagem para que as atividades pedagógicas sejam ressignificadas, como há também, por força de uma demanda de gestão das Redes de Ensino, o intuito de gerar conceitos ou notas que, ao longo do período letivo, definirá a aprovação ou "fracasso" do estudante no ano de escolarização em curso, além do impacto nos índices educacionais. Destacamos nesta comunicação as avaliações finais de cada trimestre, como procedimento para analisarmos a condução das aulas pela professora, relacionando o texto da aula, o livro didático e a avaliação. Chamamos atenção para o fato de que as avaliações possuem "gabarito" preenchido de próprio punho pela professora, facilitando reconhecer o que se esperava enquanto resposta dos alunos, ou seja, o protocolo de leitura.

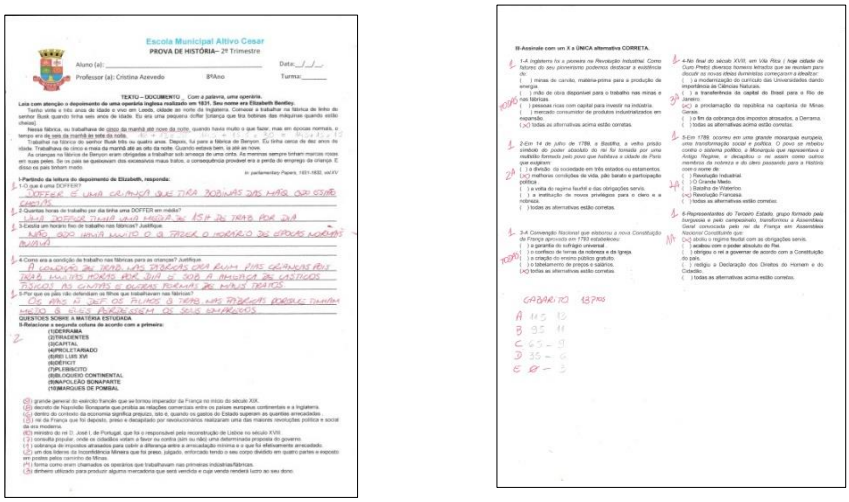
Figura 1: Avaliação Final do 1º Trimestre



(a) Frente (b) Verso

Fonte: Avaliação Trimestral Final (1º). Renato Coelho Barbosa de Luna Freire. 2018. Conjunto de material didático da prof.ª Maria (pseudônimo). Acervo pessoal.

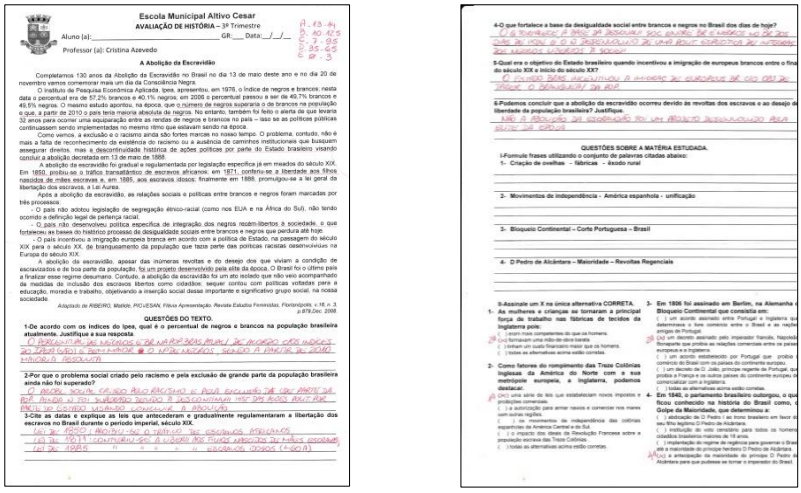
Figura 2: Avaliação Final do 2º Trimestre



(a) Frente (b) Verso

Fonte: Avaliação Trimestral Final (2º). Renato Coelho Barbosa de Luna Freire. 2018. Conjunto de material didático da prof.ª Maria (pseudônimo). Acervo pessoal.

Figura 3: Avaliação Final do 3º Trimestre



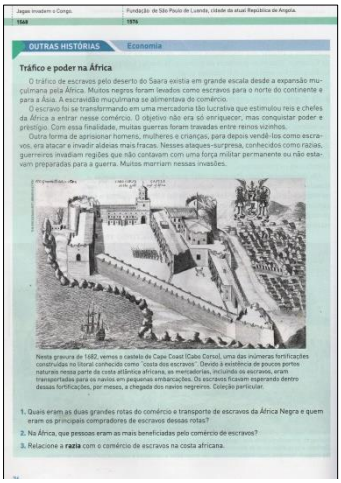
(a) Frente (b) Verso

Fonte: Avaliação Trimestral Final (2º). Renato Coelho Barbosa de Luna Freire. 2018. Conjunto de material didático da prof.ª Maria (pseudônimo). Acervo pessoal.

As três avaliações possuem a mesma arquitetura: a primeira parte elaborada com texto escrito com as questões discursivas; a segunda parte com termos trabalhados em sala sem suas atividades autorais (criptograma e bingo de personagens) e a terceira parte com questões optativas. A avaliação 1 (1º trimestre) e a avaliação 2 (2º trimestre) possuem textos retirados do livro didático (VAINFAS *et al*, 2015), enquanto a terceira avaliação foi composta por um artigo científico extraído de revista especializada (RIBEIRO & PIOVESAN, 2008) e adaptado pela professora. Imagens não foram utilizadas para análises e verificação de aprendizagens.

Com relação ao livro didático, não pretendo indagar neste espaço sobre sua gênese. Reconhecendo sua materialidade, configuração e usos delimitados na prática educativa, sendo reconhecidamente, material cultural de excelência nas aulas. Os professores se apropriam em diferentes utilizações, em que "fazem escolhas e reinterpretam as propostas apresentadas" (MONTEIRO, 2009, p. 175). Durante suas aulas, o livro didático foi o material cultural empregado, ainda que mobilizasse outros recursos, como escrita para reprodução dos estudantes e atividades autorais, o bingo histórico e o criptograma, além da explicação oral. No contexto da cultura escrita, o livro didático orientou uma ordem da leitura e escrita, servindo como elemento estruturante do pensamento pedagógico e como caminho para a inserção dos estudantes na comunidade escriturária (CHARTIER, 2009).

Figuras 4 e 5: Textos utilizados do livro didático nas avaliações formais



OUTRAS HISTÓRIAS Economia

Tráfico e poder na África

O tráfico de escravos pelo deserto do Saara existia em grande escala desde a expansão muçulmana pela África. Muitos negros foram levados como escravos para o norte do continente e para a Ásia. A escravidão muçulmana se alimentava do comércio.

O escravo foi se transformando em uma mercadoria tão lucrativa que estimulou reis e chefes da África a entrar nesse comércio. O objetivo não era só enriquecer, mas conquistar poder e prestígio. Com essa finalidade, muitas guerras foram travadas entre reinos vizinhos.

Outra forma de aprisionar homens, mulheres e crianças, para depois vendê-los como escravos, era atacar e invadir aldeias mais fracas. Nesses ataques-surpresa, conhecidos como razias, guerreiros invadiam regiões que não contavam com uma força militar permanente ou não estavam preparadas para a guerra. Muitos morriam nessas invasões.

Nesta gravura de 1682, vemos o castelo de Cape Coast (Cabo Corso), uma das inúmeras fortificações construídas no litoral conhecido como "costa dos escravos". Devido à existência de poucos portos naturais nessa parte da costa atlântica africana, as mercadorias, incluindo os escravos, eram transportadas para os navios em pequenas embarcações. Os escravos ficavam esperando dentro dessas fortificações, por meses, a chegada dos navios negreiros. Coleção particular.

1. Quais eram as duas grandes rotas do comércio e transporte de escravos da África Negra e quem eram os principais compradores de escravos dessas rotas?
2. Na África, que pessoas eram as mais beneficiadas pelo comércio de escravos?
3. Relacione a **razia** com o comércio de escravos na costa africana.

Texto extraído do livro didático para utilização na avaliação do 1º trimestre (fig. 1).
Fonte: VAINFAS *et al*, 2015, p. 36.

DOCUMENTO

Com a palavra, uma operária

Leia com atenção o depoimento de uma operária inglesa realizado em 1831. Seu nome era Elizabeth Bentley.

Tenho vinte e três anos de idade e vivo em Leeds, cidade ao norte da Inglaterra. Comecei a trabalhar na fábrica de linho do senhor Busk quando tinha seis anos de idade. Eu era uma pequena doffer [criança que tira as bobinas das máquinas quando estão cheias].

Nessa fábrica, eu trabalhava de cinco da manhã até nove da noite, quando havia muito o que fazer; mas em épocas normais, o tempo era de seis da manhã às sete da noite.

Trabalhei na fábrica de senhor Busk três ou quatro anos. Depois, fui para a fábrica de Benyon. Eu tinha cerca de dez anos de idade. Trabalhava de cinco e meia da manhã até as oito da noite. Quando estava bem, ia até as nove.

As crianças na fábrica de Benyon eram obrigadas a trabalhar sob a ameaça de uma cinta. As meninas sempre tinham marcas roxas em suas peles. Se os pais se queixavam dos excessivos maus-tratos, a consequência provável era a perda do emprego da criança. E disso os pais tinham medo.

In: Parliamentary Papers, 1831-1832, vol. XV. Disponível em: <http://www.victorianweb.org/history/workers1.html>. Acesso em: 7 abr. 2015. [Tradução livre e adaptada pelos autores.]

a. Partindo da leitura do depoimento de Elizabeth, a que conclusões podemos chegar sobre:
   a) o trabalho infantil no século XIX?
   b) as leis trabalhistas?
   c) a situação socioeconômica dos trabalhadores das fábricas?

Texto presente no livro didático e utilizado na avaliação do 2º trimestre (fig. 2).
Fonte: VAINFAS *et al*, 2015, p. 133.

Tanto o livro didático quanto o artigo científico foram apropriados enquanto recurso textual e narrativa historiográfica, porém não reduziram a relativa autonomia da professora, decidindo o seu consumo: seleção de textos e atividades, reinterpretando seus usos e diversificando sua prática. Ainda que seja uma produção de historiadores voltada à dimensão escolar, podemos nos apropriar de Ana Zavala (2014) que chamou atenção para a produção dos professores de uma versão personalizada do conhecimento dos saberes historiográficos, geralmente advindos da produção escrita de textos anteriormente apropriados. Aqui se inclui também a escrita do livro didático, elaborada por historiadores e voltadas ao público escolar. O que configura a polifonia, em que diferentes textos (produzidos a partir de outros textos) compõem o discurso da professora.

Por fim, as avaliações aplicadas durante o ano letivo sistematizaram sua prática docente já que se relacionava diretamente com os saberes distribuídos durantes os encontros semanais. Contudo, o que ainda permanece como questão de investigação é o fato de não possibilitar outras interpretações do texto aula, pois qualquer desvio é considerado como não apropriação de saberes, ainda que a história escolar não possua uma garantia metodológica. Neste sentido, a aquisição de saberes se limitou ao controle de um saber institucionalizado, reforçando a lógica protocolar de leitura.

V. Considerações Finais

As avaliações finais de cada trimestre do ano 2018 aplicadas pela professora Maria em sua atividade profissional foram mobilizadas como evidências para compreendermos os caminhos para a estruturação/organização e distribuição de conhecimento histórico na dimensão escolar da sala de aula, possibilitando interpretações sobre a construção de saberes pela prática pedagógica no ensino oficial. De posse de sua relativa autonomia em seu exercício profissional, a professora selecionou textos e atividades que consideraram o aluno em sua aprendizagem, procurando negociar os sentidos e práticas para viabilizar as apropriações com a intenção deliberada de construir saberes históricos junto ao estudante, mobilizando referências das aulas na prática avaliativa que compõe a cultura escolar.

O livro didático foi mobilizado como suporte textual de narrativas e não apenas se limitou a reproduzir às atividades presentes, mas interpretando-as, procurando nas *competências narrativas* dos estudantes, avaliar aprendizagens. No mais, procurou em outras atividades autorais, como o criptograma e bingo, negociar com o aluno sua participação das aulas a partir do que considerou atividades envolventes, em que utilizou o livro didático como recurso de pesquisa, seja dos termos e conceitos, como também dos personagens históricos, o que nos esclarece a sua autoria.

A ausência de imagens para análise ou outras fontes de recurso votadas às interpretações de passados nos levaram a refletir sobre a relação entre História dita tradicional (com referência historiográfica no *historicismo* alemão e ao *positivismo* francês) e a tradição escolar no ensino de história, em que se relacionam a dimensão historiográfica e a dimensão do ensino escolar oficial, em que ambas as dimensões se implicam e confundem-se. A primeira, em referência a uma abordagem processual temporal linear, em que o passado é assumido como uma temporalidade isolada, sem relação com outras temporalidades, em constante valorização da narrativa escrita. Já a tradição escolar recai na prática escriturária, inserindo os sujeitos na comunidade de sentidos, em que o letramento é condição *sine qua non* para o seu ingresso, em que pese a certificação das aprendizagens através da avaliação escrita.

Lançando o foco de observação no acontecimento aula, percebemos a intenção da professora em fazer circular saberes que tenham aproveitamentos em suas vidas práticas, na construção de suas identidades, motivo pelo qual os textos selecionados procuraram refletir a realidade sociohistórica do estudante, abordando temas como a escravidão, o trabalho da mulher operária e a realidade contemporânea do racismo, relacionando, desta maneira, diferentes dimensões temporais ao aproximar as experiências pretéritas com a dimensão sociocultural,

com objetivo de fazer com que o estudante compreenda os sentidos do saber histórico e traga uma aplicação para a sua vida, em que conteúdos complexos passam a fazer sentidos quando o professor realiza a mediação de "passados" que circulam em diferentes demandas e formatos culturais (ROCHA, 2014) como estratégia didática para satisfazer uma das funções sociais da instituição escola, que mira a promoção de aprendizagens das novas gerações pelo caminho da identificação e pertencimento, orientados para a formação cidadã, fornecendo ferramentas intelectuais para a ampliação do horizonte de expectativas.

Pelo caminho da formação de sujeitos, a relação temporal entre experiência e expectativa foi assumida não como uma referência de temporalidade para legitimação de práticas pedagógicas no ensino de história, mas antes como forma de apresentar a utilidade do conhecimento histórico em seus usos práticos na interpretação do social (KOSELLECK, 2006). Confundida como uma orientação linear do processo histórico, em que se articulam saberes da formação inicial "científica", da prática profissional e da cultura histórica da qual os professores participam, as temporalidades exercem influências na construção de textos históricos escolares. Ainda que a história escolar não esteja sob o controle das regras de racionalização científica, o saber escolar é resultado de construções autênticas do conhecimento histórico na dimensão do ensino oficial.

É certo que demanda esforços para conscientização de determinadas ações que já se estabeleceram na cultura escolar e, por esse motivo, termina por se naturalizar no cotidiano. A desnaturalização dos conteúdos a serem ensinados, da narrativa e das escalas temporais são condições que merecem atenção, como caminho para atualizar as narrativas em que os sujeitos se identifiquem e assim produzam sentidos pela via do pertencimento e da identificação com o objeto de conhecimento, o que foi buscado pela prática avaliativa escolar. Desta maneira, os professores, enquanto leitores e produtores de textos orientam-se para que o aluno também se posicione como leitor do texto da aula e assim, produza os textos que traduza a compreensão da história, demonstrável através das competências narrativas (RÜSEN, 2011).

Mediante os procedimentos apesentados, o fato de chegarmos ao resultado de que o conhecimento escolar é resultado de diferentes saberes que são desarticulados e articulados pelo protagonismo docente, não nos levou a desconsideramos as ferramentas de produção do conhecimento histórico, baseadas na historiografia e teoria da história, na aplicação da realidade escolar. Ao contrário, são potentes recursos de operação que permitem conduzir o desenvolvimento das atividades intelectuais na construção de saberes, instrumentalizando o indivíduo através da orientação no tempo social e individual, desenvolvendo a compreensão

através do recurso da narrativa. Assim, é possível ampliar o horizonte de possibilidades para as diferentes maneiras de se relacionar com os passados, com vistas à formação integral do aluno e ainda, reforçando os protagonismos e as autorias pessoais e coletivas dos atores.

Referências

AMORIM, Marilia. A contribuição de Mikhail Baktin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In.: FREITAS, Maria Teresa & SOUZA, Solange Jobim & KRAMER, Sonia. **Ciências humanas e pesquisa:** leitura de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 11 – 25.

CAIMI, F. E.. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História - ISSN 1413-7704. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 27-42, 2006.

CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

CHERVEL, André. A História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra?** Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In.: BRAIT, Beth. **BAKHTIN: CONCEITOS-CHAVE**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37 – 60.

GABRIEL, Carmem Teresa & MORAES, Luciene Maciel Stumbo. Conhecimento escolar e conteúdo: possibilidades de articulação nas tramas da didatização. In.: _____ & _____ (orgs.). **Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas**. Petrópolis, RJ: De Petrus: Faperj, 2014, pp. 23 – 42.

_____. Cultura histórica nas tramas da didatização da cultura escolar (ou Por uma outra definição de Didática da Historia). In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES , Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 161-182.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. O presente do passado. As artes da Clio em tempos de memória. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 25 – 41.

HARTOG, François. **Evidência da História: O que os historiadores veem**. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KILLER, Maria Zuleide Pires. Dialogismo e polifonia – o jogo das vozes em *Cartas Persas*. In.: MELLO, Maria Elizabeth Chaves de; FELLOWS, Maria Ruth Machado**. O Passado no presente: releituras da modernidade**. Niterói: Editora da UFF, 2011, p. 147 – 165.

KNAUSS, Paulo. O DESAFIO DA CIÊNCIA: modelos científicos no ensino de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 279-295, set./dez. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In:_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p. 305 - 327.

LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério? In.: _____. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 227-244.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo** [online]. Vol. 11, n. 21, pp. 5-16, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In.: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). **História na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2009, p. 175 - 200.

Palti, Elías. "¿Qué significa enseñar a pensar históricamente?". **Clío & Asociados**, n.° 5 (2000): 27-42. DOI: https://doi.org/10.14409/cya.v1i5.

RIBEIRO, Matilde; PIOVESAN, Flávia. Dossiê 120 anos de abolição. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 879-885, dez. 2008.

ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de história. In: MAGALHÃES, Marcelo *et al*. (orgs.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 33 - 52.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da História III, formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

_____. Aprendizado Histórico. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 41 - 49.

ZAVALA, Ana. Y entonces, ¿la Historia enseñada qué es? Reflexiones en torno a lo que sabemos y lo que enseñamos. **Clío & Asociados**. La Historia enseñada, (18), p. 11-40, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VAINFAS, Ronaldo [et al.]. **História.doc, 8º ano**. São Paulo: Saraiva, 2015.

A comunidade acadêmica fluminense e as mídias digitais: análise das práticas de divulgação científica e história pública a partir da didática da história

Alexandre Freitas Campos[1]
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

Os cenários político, científico e educacional têm apresentado problemas e desafios como os significativos e sucessivos cortes de verbas para a ciência e tecnologia e também um crescente discurso anti-intelectual (ou antiacadêmico, como preferimos) e anticientífico, que ganha força e adeptos no âmbito político-institucional. Soma-se a isso o peso que as redes sociais têm tido no debate político, como plataformas fundamentais para a difusão dos discursos.

Em conjunto com a onda política conservadora, que predominou no Brasil nas eleições de 2016 e, principalmente, 2018, uma guerra cultural tomou conta do debate político e cresceram os ataques aos polos institucionalizados de produção de conhecimento, principalmente às universidades. Para Pablo Ortellado, "imprensa e ensino viverão sob ataque permanente na era Bolsonaro" (2018). O pesquisador destaca que os ataques a professores e ao conteúdo programático de escolas e universidades fizeram parte da estratégia eleitoral de Bolsonaro no pleito de 2018. "No caso da universidade, veremos a perseguição de valores científicos, de valores educacionais. Existe um esforço de subordinar isso a uma concepção tradicional de valores" (Ibid).

A mais proeminente e organizada expressão deste avanço conservador sobre as instituições de ensino é o Movimento Escola sem Partido, juntamente com os projetos de lei por ele inspirados (PENNA, 2017, 2018). Ataques ao meio acadêmico foram instrumentalizados politicamente, tornaram-se plataformas políticas. Jair Bolsonaro e seus correligionários defenderam o Escola sem Partido nas disputas eleitorais, incorporando sua pauta[2]. No estado do Rio de Janeiro, o governador eleito Wilson Witzel também defendeu o movimento[3]. O sucesso nas urnas, inclusive com o recorte territorial do Rio de Janeiro

[1] Doutorando do PPGHS/Uerj
[2] "Deputada do PSL pede que alunos gravem vídeos para denunciar professores" < https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/29/deputada-do-psl-pede-que-alunos-gravem-videos-para-denunciar-professores.htm?fbclid=IwAR1hTpuLaKSR8QlRzSiOsohY2XKfEc40E_BLX-W5b1j8obvglpAkRZrV18w>
[3] O então candidato Wilson Witzel defende o Escola sem Partido em debate eleitoral: < https://veja.abril.com.br/politica/acompanhe-o-debate-da-globo-entre-os-candidatos-ao-governo-do-rio/>

(presidente e governador eleitos), é um forte indicativo da adesão popular ao ideário conservador de confronto ao meio acadêmico.

> O setor conservador entende que perdeu uma batalha sobre os valores morais da sociedade. Eles dizem que essas instituições que reproduzem valores na sociedade foram tomadas de valores "pervertidos", equivocados, que atacam os valores tradicionais da família. Por isso, eles [o setor conservador] lançaram uma campanha muito pesada contra a imprensa, contra os meios de comunicação na dimensão de entretenimento, contra as artes, contra as escolas e universidades (ORTELLADO, 2018).

Se, por um lado, a classe política parece já ter entendido a relevância de preencher os espaços dessa nova esfera pública digital, fazendo uso de suas ferramentas, as universidades e centros de pesquisa parecem não ter essa mesma agilidade, capital e disposição na exploração desse novo espaço para se fazer presente e inserir no cotidiano a percepção de sua relevância e papel sociais. Em um cenário como o atual, de constantes ataques ao meio acadêmico, essa suposta morosidade torna-se um fator de preocupação. “Responder ao discurso reacionário, que ataca o conhecimento educacional, pode nos ajudar a definir o que é a educação democrática e pensar estratégias para fazer a sua defesa no debate público” (PENNA, 2019, p. 9).

Por isso, convergindo com o entendimento de Penna, considerando a necessidade de uma difusão dialógica do conhecimento histórico para além das salas de aula e entendendo as redes sociais como um espaço proeminente da esfera pública (por razões que abordaremos), nosso objetivo principal é mapear e compreender o quanto as universidades têm difundido suas pesquisas, produção e conhecimento históricos, o que podemos subdividir inicialmente em três aspectos: 1) analisar se o meio acadêmico tem incorporado a importância da midiatização do conhecimento histórico na formação de novos profissionais historiadores/professores; 2) discutir em que medida e de que forma o meio acadêmico tem se valido das mídias digitais (com destaque para as redes sociais); e 3) se o conteúdo produzido tem sido dialógico com as narrativas revisionistas negacionistas de ataque ao conhecimento histórico e à comunidade acadêmica.

> No contexto brasileiro atual, muitos defendem a posição de que não devemos dialogar com os reacionários porque isso seria legitimá-los. Penso que a estratégia deve ser justamente a contrária: precisamos dialogar com aqueles que se identificam com o discurso reacionário. Em muitos casos, são pessoas que identificam que o sistema institucional vigente falhou em garantir os seus direitos. (...) Simplesmente negar-se a dialogar com uma demanda assim formulada faz com que a pessoa que se identificou com ela permaneça achando-a justa (PENNA, 2018, p. 578-579).

Sonia Wanderley (2013) chama a atenção para a pluralidade de vozes que reivindicam a fala de narrativas da história na atualidade. “Em um mundo midiatizado como o

contemporâneo pode-se definir, de forma monopolista, a quem é dado o direito de produzir sentidos, dar forma e expressividade ao passado?" (WANDERLEY, 2013, p. 67), questiona a historiadora em sua discussão sobre "como definir as leituras realizadas pela comunicação de massa" (Ibid), mesma questão abordada por Frazão (2016):

> Na contemporaneidade, momento em que a história é vista midiaticamente como uma bússola para questões políticas, sociais, religiosas e culturais que emergem no presente, como refletir a necessidade de revisitar o passado com abordagens que fogem às práticas históricas institucionalizadas? Como pode ser traduzida fora do ambiente acadêmico essa produção ou intenção de propor um conhecimento histórico que se encontra em circulação em diversos suportes e tecnologias? (FRAZÃO, 2016, p. 375)

Fundamentação teórica

Este projeto se propõe multidisciplinar, inserindo-se no campo da História, mas explorando suas interseções com a Comunicação – por meio da história pública e da divulgação científica – e com a Educação – por meio da didática da história. As práticas de história pública e divulgação científica possuem algumas aproximações, incluindo seus conceitos. Neste trabalho discutimos os modos como o conhecimento histórico vem sendo difundido de forma midiatizada, nos parâmetros da divulgação científica, pelas instituições formais de ensino e pesquisa junto ao cotidiano. Para Carvalho (2015),

> Quando se pensa em divulgação científica (...) geralmente pensamos em biologia, física, química, astronomia etc. Raramente pensamos em sociologia ou história. Mas esse tipo de divulgação também é legítimo e igualmente valioso" (2015, p. 1069).

Santhiago (apud FRAZÃO, 2016, p. 377) diz que a história pública abriga "os usos do passado, da memória (...), a divulgação da história como ciência e (...) as apropriações históricas em âmbito midiático, artístico, literário e cultural". Para o autor, a novidade do campo é a proposta de reflexão sobre a "interseção de agentes que atuam na visibilidade desse tipo de conhecimento histórico e as lacunas que tal discussão pode ocupar acadêmica e/ou publicamente" (Ibid).

> Nesse sentido o embate sobre a atuação de jornalistas no campo dos historiadores é um dos pontos que geram controvérsias. Mesmo que seja evocado como um dos principais fatores de discussão em torno do fazer história pública no Brasil, não deve ser o motor central para instigar sua reflexão (...). Mais que buscar pistas para entender quem é legítimo para promover a história pública, o importante é entender sua pluralidade epistemológica e o público do e para o qual se deseja falar (FRAZÃO, 2016, p. 377).

Esta pesquisa se utiliza, principalmente, da literatura e bibliografia das áreas de história pública; midiatização e divulgação da ciência; mídias digitais; e didática da história. No primeiro escopo, um autor central para nossa pesquisa é Bruno Leal Pastor de Carvalho (2015, 2019), por reunir em sua produção e seu conceito de "história pública" questões relevantes sobre história, redes sociais, divulgação científica e midiatização da ciência. De Carvalho utilizaremos, por exemplo, o conceito de "atitude de presença", que é a

> Capacidade de ocupar estrategicamente uma rede social, tornando-se seu protagonista, ponto de referência e irradiador de informações e debates, sujeito-autor capaz de propor temas e de gerar o engajamento de outros usuários (...). O historiador público deve, para tal, dominar a linguagem das redes sociais – desde a composição do conteúdo até o discernimento de perfis de comportamento e demanda dos usuários, passando por elementos tão diversos quanto fundamentais para quem se debruça sobre esse universo, tais como desing, monitoramento e estratégias de divulgação. A "atitude de presença" é, antes de tudo, fazer-se visível, posicionar-se na *timeline* dos usuários (CARVALHO, 2016, p. 45).

Ainda no campo da história pública, outra autora central é Sonia Wanderley, para quem "Não há dúvida de que pensar a história na contemporaneidade nos obriga a considerar a produção midiática, haja vista sua capacidade de produzir eventos e constituir sentidos" (WANDERLEY, 2013, p. 4). Convergimos com a historiadora no modo como ela articula, partindo de Rüsen (2010), o conceito de "cultura histórica", que "seriam manifestações da consciência histórica produzidas por diferentes sujeitos e divulgadas de formas as mais variadas, tais como as mídias" (WANDERLEY, 2013, P. 68).

> A história é uma disputa. Certamente, controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente: em nossos dias, contudo, essa disputa assumiu uma considerável amplitude. De fato, a democratização do ensino e a difusão dos conhecimentos históricos por outros meios – cinema, televisão – contribuem para esclarecer o cidadão, ao mesmo tempo sobre o funcionamento de sua própria cidade e sobre o uso e utilizações políticas da história (WANDERLEY, 2013, p. 221).

Utilizaremos também outros autores, como Ana Maria Mauad (et. tal, 2016) e demais pesquisadores por ela organizados na obra "História pública no Brasil: sentidos e itinerários", obra esta que parte da "compreensão de que o cruzamento de saberes pode possibilitar a expansão do conhecimento" (FRAZÃO, 2016, p. 375), conforme se propõe este projeto, com sua multidisciplinaridade. Dentre outros autores, destacamos Míriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira, com a obra "História pública e ensino de história" (2021), além de Marta Rovai (2020).

No segundo grupo de escopo teórico por nós citado – midiatização da ciência e divulgação científica –, podemos citar como destaques as obras de Denise Tavares e Renata Rezende (2014) e de Antônio Fausto Neto (2012). Para Tavares, "Há um fosso profundo e largo demais entre o discurso científico e o cidadão comum" (2014, p. 66). Usando as palavras da autora, podemos dizer que este trabalho, se insere em

> Uma espécie de continuum de projetos que têm como gênese uma questão essencial: contribuir para que a sociedade, como um todo, valorize o conhecimento científico engendrado pela universidade, percebendo-a para além da sua função de formação profissional (TAVARES e REZENDE, 2014, p. 7).

Quanto às mídias digitais, nosso terceiro escopo, a abordagem se vale do conceito de "esfera pública", compreendendo essas ferramentas tecnológicas comunicacionais como uma nova esfera pública e tendo como autores principais Jürgen Habermas (2018) e Luiz Mauro de Sá Martino (2014). Este último, valendo-se do conceito de Habermas, posiciona as redes sociais como um novo espaço da esfera pública por ser, atualmente, um dos espaços onde se forma a opinião pública, ressaltando que "mais que um espaço físico, a esfera pública é um espaço abstrato" (MARTINO, 2014, p. 91). Habermas (apud MARTINO, 2014) trata da "esfera pública" como sendo um espaço de discussão e ação social formado na interação entre as pessoas; um local de conversas no qual assuntos de relevância são debatidos; e também a tomada coletiva de decisões a partir da troca de ideias entre cidadãos a respeito de assuntos de interesse geral. No entanto, Habermas acrescenta que as estruturas da esfera pública estão experimentando um processo acelerado de deterioração, em parte, por conta da internet, e, por isso, "não pode haver intelectuais comprometidos se já não há mais leitores a quem continuar alcançando com argumentos" (HABERMAS, 2018). Por fim, podemos acrescentar o trabalho do historiador político Niall Ferguson (2018), que aborda os riscos que atualmente as redes sociais representam para a democracia[4].

Quanto à didática da história, nosso último mas não menos importante escopo teórico de investigação, Klaus Bergmann (1985), trata-se de uma "disciplina científica que, dirigida

[4] Ferguson havia previsto o impacto das redes sociais nas eleições do Brasil, lembrando que Bolsonaro tinha clara dianteira em relação aos demais candidatos, em termos de números de seguidores. Para Ferguson, "a transformação trazida pelas redes se aplica a todas as democracias. No futuro, haverá dois tipos de candidatos: aqueles que entendem como usar as redes sociais e aqueles que perdem" (FERGUSON, 2018). Ainda conforme o historiador, as pessoas demoraram um pouco a perceber a importância do Facebook e do Twitter na política dos países anglófonos em 2016. Eu escrevi sobre isso na época, mas a maioria dos analistas não percebeu que Donald Trump superava Hillary Clinton tanto no Facebook como no Twitter por margens muito amplas. Também não perceberam como a campanha pelo Brexit usou o Facebook para passar sua mensagem aos eleitores. Essas plataformas sociais foram absolutamente vitais para as campanhas do Brexit e de Trump, e acho que continuarão sendo vitais em outras eleições, inclusive na eleição de 2018 no Brasil (FERGUSON, 2018).

por interesses práticos, indaga sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino e aprendizagem e de processos formativos da história" (BERGMANN, 1985, p. 29). A didática da história é, portanto, o referencial teórico que melhor nos possibilita fazer uma análise das práticas pedagógicas do ensino de história, levando em conta o intercâmbio existente entre sala de aula e demais elementos extraclasse (tradição, cultura, mídias, religião) na formação da consciência histórica. Nossa análise sobre essas práticas pedagógicas, que considera a medida em que competências midiáticas têm sido ou não incorporadas à formação do atual profissional da história, levando em conta esse intercâmbio e visando justamente mensurar o quanto os atuais historiadores acadêmicos tem de capacitação e interesse em participar da difusão do conhecimento histórico em um mundo midiatizado.

> A didática da história é a disciplina científica que investiga sistematicamente todas as formas de mediação intencional e da representação e/ou de história, sobretudo do ensino de história (...) Se ocupa sobretudo com a fundamentação da disciplina da história no ensino, no contexto histórico e social, e com a educação e formação intencionais nela contidas. Trata também, por outro lado, da exposição/representação da história feita pelos mas media e meios de comunicação de massa, como por exemplo filme, televisão, vídeo, rádio e imprensa (BERGMANN, 1985, p. 31).

A análise de Bergmann, feita na década de 1980 e com foco na mídia de massa, acrescentamos o contexto atual das mídias digitais e suas tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Ainda sobre Bergmann, Jörn Rusen (2006) destaca que para o autor a didática da história é a disciplina que examina a importância da história – todas as espécies de história e todos os seus elementos constitutivos – para o sujeito reflexivo e receptivo.

> Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar (RUSEN, 2006, p. 12).

Rusen afirma que "o que deveria ser evidente é que as habilidades normais adquiridas pelo historiador profissional não são suficientes para a execução dessa mediação" (2006, p. 13) A relação entre conhecimento especializado e público amplo não é simples. Ela exige estratégias variadas, entendimento das plataformas comunicacionais, constantes esforços de aproximação. Nesse contexto encontra-se a divulgação científica[5] e, no caso específico, a história pública, cujas estratégias, ao menos conforme nossa percepção, em muito podem

[5] Para Dorothy Nelkin, um dos principais propósitos da divulgação científica é "facilitar para as pessoas o acesso a um conhecimento especializado, já que, com frequência, se enfrentam decisões e eleições – tanto de repercussão pública como privada – que requerem certa compreensão científica" (apud LEÓN, 2010, p 29, 30).

contribuir com a formação de historiadores e a difusão do conhecimento histórico pelas universidades. Uma vez que ninguém pode ter conhecimento especializado sobre todas as coisas (nem mesmo os próprios pesquisadores), a divulgação científica, assim como a história pública, surge para traduzir conhecimentos complexos, produzidos por aqueles que estão imersos em determinados segmentos de pesquisa, para outras pessoas que, direta ou indiretamente, são afetadas pela produção desses conhecimentos específicos.

Este é um trabalho que se propõe a discutir práticas e formação docente, analisando formação curricular e capacitação de historiadores para a difusão da história pública e enfrentamentos de desafios propostos por uma sociedade midiatizada. Essa perspectiva propõe não apenas a produção de novos conteúdos didáticos alinhados às mídias digitais e redes sociais, mas a reflexão sobre a prática docente no contexto atual e sobre o papel das universidades, mais especificamente das faculdades de história, como agentes socioculturais e sociopolíticos, para além da formação profissional.

Hipótese e objetivos

Como as universidades, enquanto polos institucionalizados de produção de conhecimento, vêm ocupando novos espaços da esfera pública – caso das redes sociais – demarcados pelas novas mídias digitais, para a difusão da produção acadêmica e para dialogar/responder a negacionismos e revisionismos históricos impostos pelo contexto da pós-verdade (o termo é controverso). A fala do professor e historiador Alexandre Fortes (UFRRJ) em uma *live* ressalta a necessidade de uma análise como a que aqui propomos:

> Qual a importância de nós [comunidade acadêmica] nos posicionarmos diante desses fenômenos - negacionismo, terraplanismo, movimentos antivacina e negacionistas do aquecimento global etc - que estão na base do que é explorado por essa nova direita da era das redes sociais? Essa nova direita que cresceu muito rapidamente: tem o Trump, Bolsonaro, Boris Jhonson e vários outros, na Itália, Hungria, França, Índia... Isso nos coloca a necessidade de pensar em como nós temos que ter uma comunicação mais eficiente. Não necessariamente fazer isso apenas na defensiva, na resistência, mas também de um modo positivo e propositivo. Ou seja, demonstrando o que geramos em termos de conhecimento, ciência, tecnologia, cultura, valores (...). A gente tem que ocupar também esse ambiente das redes sociais, do audiovisual. Mas isso demanda um aprendizado, de linguagens, de metodologias, de técnicas que ainda não estão plenamente incorporadas na nossa formação, enquanto pesquisadores, professores. Temos que ficar atentos e sintonizados com a necessidade de ser mais eficientes nesse ambiente, inclusive para defender e enfrentar essas lutas, nas quais a gente entra, a princípio, com uma desvantagem muito grande[6]

[6] Live Terças de Junho: Ciência, ensino e a pós-graduação como alternativas à defesa da vida < https://www.youtube.com/watch?v=MNY01HIJBPc>

Tomamos como amostragem as faculdades e programas de História das universidades fluminenses: as federais UFRJ, UFF, Unirio e UFRRJ; a estadual Uerj; e as particulares PUC-Rio e FGV. Os objetivos são avaliar em que medida esses cursos de História (graduação e pós Stricto sensu)) têm se valido das novas ferramentas comunicacionais para divulgar sua produção de conhecimento, disseminar e disputar narrativas da história; como têm incorporado na didática da história as habilidades no uso das mídias digitais para a midiatização do conhecimento histórico; e mensurar o espaço que a História tem tido na divulgação científica dessas instituições, comparativamente a outros saberes.

Partimos da hipótese principal que as instituições de ensino e pesquisa fluminenses têm implementado poucas formas de "divulgação científica de história" (no mesmo sentido de Carvalho, 2015, 2019) nas mídias digitais e de forma pouco sistematizada (em geral, com pouco apoio institucional das universidades e por iniciativas isoladas dos próprios programas e departamentos ou mesmo por iniciativas individuais). Soma-se a isso uma formação acadêmica/profissional que não prepara e/ou incentiva o docente/pesquisador para difusão do conhecimento na mídia.

Metodologia

Adotamos uma combinação multimetodológica de análise do discurso, análise documental e análise de conteúdo. Cada uma delas sendo mais acionada conforme o material e corpus utilizado. Por exemplo: a análise do discurso para aferição de questões dialógicas - aqui entendendo "dialogismo" nos termos da teoria bakhitiniana da linguagem (1997, 2006) –, intrínsecas ao conteúdo e de produção de sentido; a análise documental para questões curriculares e de conteúdos programáticos; e a análise de conteúdo, para necessidades de quantificações e métricas relacionadas a postagens e conteúdos digitais das páginas das instituições e de projetos a elas relacionados.

A noção de "discurso" parte da premissa que a interpretação do sentido deve considerar a significação enquanto construção elaborada no interior da fala de um sujeito. Com o embasamento de uma revisão bibliográfica amparada pelos autores citados e pela historiografia, valemo-nos da AD "quando um emissor tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir de seu ponto de vista, movido por uma intenção" (MANHÃES, 2012, p. 305). Segundo Manhães, discurso é

> A apropriação da linguagem (código, formal, abstrato e impessoal) por um emissor, o que confere a este um papel ativo, que o constitui em sujeito da ação social. Aquele que: classifica, ordena e organiza, enfim, significa o mundo mostrado; persuade,

> convence o locutor da pertinência de seu modo de classificar, ordenar e organizar o mundo mostrado; e constrói uma voz, um modo de falar, um entendimento do mundo (Ibid).

Ao se apropriar da linguagem, da história e da memória para construir um discurso, o sujeito, como diz Manhães, deixa marcas que nos permitem identificar o modo como os enunciados foram construídos, o modo como o sentido foi produzido. De acordo com o autor, essas marcas podem ser, por exemplo, indicadores de pessoa, de lugar e de tempo, de ideologias. À análise do discurso, somamos ainda a análises documental. Conforme explica Sônia Moreira, "a análise documental compreende a identificação, a verificação, e a apreciação de documentos para determinado fim." (MOREIRA, 2012, p. 271). Segundo a autora, "para o historiador, o documento representa o fio da meada, a indispensável referência para o registro histórico." (2012, p. 269). Moreira afirma que o recurso da análise documental costuma ser utilizado nas pesquisas em comunicação no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos.

Complementando com a análise de conteúdo, valemo-nos de Bardin (1979), para quem a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não um instrumento, mas um leque de recursos. Melhor definindo: é um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Enfim, para Bardin, a análise de conteúdo é

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (1979, p. 38).

Neste trabalho de mensuração, nossa proposta inicial é dividir as iniciativas das universidades em "institucional", "semi-institucional" e "interpessoal". O objetivo é aumentar a abrangência da análise, não nos limitando a analisar somente do ponto de vista institucional e formal, mas também as iniciativas individuais desvinculadas da estrutura organizacional da universidade (parte de nossa hipótese é que essas iniciativas individuais são relevantes). Na categoria institucional, avaliaremos o que as universidades fazem em termos de história pública partindo de seus veículos, páginas e estrutura oficiais. Aqui levamos em conta também a atuação dos setores de comunicação das instituições na disseminação do conhecimento. Uma das questões mensuradas nesta categoria é se os setores de comunicação das universidades têm dado espaço para as pesquisas em história.

Na categoria “semi-institucional”, levaremos em conta as ações e projetos de divulgação da história gestados pelos pesquisadores no âmbito dos programas e departamentos de graduação e pós-graduação cujo conteúdo seja vinculado à produção acadêmica. Aqui consideramos se esses setores e programas possuem canais de vídeo, páginas em redes sociais, se divulgam as pesquisas elaboradas pelos corpos docente e discente. Por fim, na categorização “interpessoal” analisaremos o modo como os pesquisadores vem lidando com as redes sociais, por iniciativa individual, desvinculada das universidades, departamentos e programas, ainda que essas iniciativas sejam em caráter experimental, ainda que não levem oficialmente o nome de nenhuma universidade ou programa. Um exemplo que podemos citar é o projeto Café História, de Bruno Leal P. de Carvalho, que obviamente possui cunho didático, vincula-se ao meio acadêmico por conta dos conteúdos abordados, mas sem necessariamente estar vinculado a alguma IES.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. 1979.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9 nº 19, pp 29-42, set 90

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação Científica e Divulgação Científica: aproximações e rupturas conceituais. Inf. Inf., Londrina, v.15, n.esp., p.1-12, 2010.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. Revista Transversos.“Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/ transversos.2016.25602.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de et al. Divulgação científica, redes sociais e historiadores engendrando novas histórias: entrevista com Bruno Leal. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2015, vol.22, n.3, pp.1067-1079. ISSN 0104-5970. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000300025.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. História pública e divulgação de história. Rio de Janeiro. Letra e voz, 2019.

FERGUSON, Niall. "Há uma vantagem nas redes sociais para visões radicais e notícias falsas". Consultor jurídico. 20 jan 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-20/milenio-niall-ferguson-historiador-escritor?fbclid=IwAR0LDFzQ9gHtqq3sjKETNVQJWeuiXy-ei6sjNS-2UZYItwedsYI-4vUOiQo> Acesso em 20 nov 2018.

HABERMAS, Jürgen. “Não pode haver intelectuais se não há leitores”. El Pais. 7mai 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html?fbclid=IwAR0M-nMhjrObnlWiYndktUFrnoJjNRkDBLjY6JfNTaSpLszIgLw6sGxP9oE> Acesso em 20 nov 2018.

HERMETO, Míriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. História pública e ensino de história. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p. MARTINO, Luiz Mauro Sá. Teorias das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MELO, Marcelo; Staufer, Anakeila. O Globo contra a universidade pública: a construção de uma falácia. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/observatorio-na-midia/crise-forca-o-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito> Acesso em 20 nov 2018. MOREIRA, Ildeu de Castro;

PENNA, Fernando de Araújo. A defesa da educação domiciliar através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. In: Linguagens, educação e sociedade. Teresina, Ano 24, n. 42, mai./ago. 2019.

PENNA, Fernando de Araújo. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: Oliveira, Cláudia Freitas de [et al.]. (Org.). Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos. 1ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2019, v., p. 11-35.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido": analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. In: Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 20, n. 3, 17 dez. 2018.

SIQUEIRA, Denise da Costa O. Mídia, educação e entretenimento: a produção de sentidos na divulgação da ciência. In: Mídia e divulgação científica: desafios e experimentações em meio à popularização da ciência. Rio de Janeiro: Ciência e Cognição, 2014.

NETO, Antonio Fausto. Midiatização da Ciência: cenários, desafios, possibilidades. Campina Grande: Eduepb, 2012.

ORTELLADO, Pablo. "Imprensa e ensino viverão sob ataque permanente na era Bolsonaro". DW. 14 nov 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/imprensa-e-ensino-viver%C3%A3o-sob-ataque-permanente-na-era-bolsonaro/a-46274766> Acesso em 20 nov 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Revisionismos: a universidade esclarece. São Paulo: Mentes Abertas, 2020.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis educativa. Ponta Grossa, PR, v 1, n. 2, p 07-16, jul-dez 2006.

TAVARES, Denise. Audiovisual e ciência: que tal uma DR? In Mídia e divulgação científica: desafios e experimentações em meio à popularização da ciência. Rio de Janeiro: Ciência e Cognição, 2014.

TAVARES, Denise; REZENDE, Renata. Mídia e divulgação científica: desafios e experimentações em meio à popularização da ciência. Rio de Janeiro: Ciência e Cognição, 2014.

TORRES, Bolívar; URBIM, Emiliano. Vamos aos fatos. Que história é essa? O Globo, Rio de Janeiro, 22 set. 2018. Segundo Caderno. Capa e p 10. WANDERLEY, Sonia. Narrativa midiática e narrativa didática de história: caminhos entrecruzados na contemporaneidade. In: Revista História Hoje, v. 2, nº 3, p. 217-234 – 2013.

WANDERLEY, Sonia. Cultura histórica e as mídias de comunicação: um estudo de caso. In: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.21, p.66-80, 2013.

As escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática e a [re]afirmação de territórios e identidades "marginalizados(as)"

Fábio Rodrigues de Almeida[1]
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Nos últimos anos, as escolas de samba do Rio de Janeiro estiveram envolvidas em acalorados debates públicos, tendo surgido questionamentos sobre a necessidade de o "dinheiro público" ser aplicado no Carnaval. Além disso, têm sido recorrentes as manifestações de intolerância étnico-religiosa em relação a essas agremiações – principalmente em virtude de enredos de temática afro-brasileira – e os ataques em função de determinados posicionamentos políticos. Na confluência das questões apresentadas, este trabalho procura analisar três enredos que, assumindo uma postura crítica, no sentido de abordarem criticamente a conjuntura política e social vivida, se destacaram nos últimos ciclos carnavalescos: *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?* (Paraíso do Tuiuti, 2018); *História para ninar gente grande* (Estação Primeira de Mangueira, 2019); e *Tata Londirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias* (Acadêmicos do Grande Rio, 2020).

Tal empreitada traz consigo as implicações de se fazer uma História do Tempo Presente – campo dos estudos históricos que rompe com a perspectiva que imperou durante praticamente todo o século XX, quando os historiadores profissionais mantiveram como "uma condição indispensável para se fazer uma história científica" a chamada "visão retrospectiva" (FERREIRA, 2018, p. 82). Se, de modo geral, fazer uma história das escolas de samba, instituições que nascem e se afirmam no século XX, corresponde a se fazer uma História do Tempo Presente – "da época em que vivemos e de que temos lembranças", na qual as "testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador" (VOLDMAN, 1993 apud FERREIRA, 2018, p. 86) –, o estudo proposto corresponde a se fazer uma História praticamente imediata. Fincada na História do Tempo Presente, a História imediata é escrita no "calor" do acontecimento, e – "impelida pela atualidade" – equivale ao instante, ao que está ocorrendo agora (RIOUX, 1999).

1 Doutorando em História Social (PPGHS-UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva. E-mail: alipius.23@gmail.com

É com base nessas concepções, considerando-se as dimensões históricas e políticas presentes nas narrativas carnavalescas, que trazem também consigo aspectos relativos à História Pública, que essas fontes são analisadas. A concepção quanto as produções carnavalescas das escolas de samba estarem situadas nos domínios da História Pública toma por base o entendimento relativo ao lugar e aos modos de produção do conhecimento histórico, correspondendo às formas como as representações do passado se estabelecem na sociedade, sem que estejam limitadas aos espaços institucionais como Escolas e Universidades (ALMEIDA; ROVAI, 2011).

Tensões, crises e resistências: um "olhar presente" sobre a produção carnavalesca das escolas de samba do Rio de Janeiro

Para a apresentação do cenário sociopolítico no qual as produções analisadas se inserem, parte-se da polêmica que teve lugar na eleição municipal de 2012, envolvendo o então deputado estadual Marcelo Freixo – candidato à prefeito do Rio de Janeiro pelo PSOL – e as escolas de samba. Na ocasião, Freixo propôs que a Secretaria Municipal de Cultura assumisse o controle dos desfiles, condicionando a liberação de verbas públicas à apresentação de temas com "contrapartida cultural", criticando alguns enredos desenvolvidos com vistas ao desfile de 2013, particularmente o da Acadêmicos do Salgueiro, que abordava a "fama", contando com o patrocínio da revista *Caras* (SCHMITT, 2012). Os reflexos dessa polêmica chegaram ao pleito de 2016, quando Marcelo Freixo (PSOL) e Marcelo Crivella (PRB) disputaram o segundo turno, vencido pelo último.

Naquela ocasião, por mais contraditório que pudesse ser – considerando-se a posição de Crivella enquanto "bispo" da Igreja Universal, cuja incompatibilidade com o samba e o Carnaval era notória –, muitos sambistas apoiaram sua candidatura, alegando, entre outros fatores, que Freixo iria intervir nos desfiles e censurar as agremiações. Sabendo aproveitar favoravelmente essa questão, Crivella estabeleceu aliança com dirigentes das escolas de samba, prometendo não mexer em "time que está ganhando", referindo-se ao modelo de gestão do carnaval, mantendo "o apoio aos desfiles" (BECKER et. al., 2017).

No entanto, essa aliança e as promessas que a sustentaram duraram pouco e, logo em 2017, iniciou-se uma política de cortes nas verbas de subvenção para as escolas de samba, até serem zeradas para 2020. Nesse contexto, Crivella afirmava que o carnaval era algo caro e sem retorno financeiro para a cidade, um "bebê parrudo" que precisava "ser desmamado", ainda que os números da própria RIOTUR o desmentissem (TESI, 2020).

Esse foi o tom utilizado pelo prefeito até a campanha municipal de 2020, ocasião em que concorreu à reeleição pelo Republicanos, tendo como principal adversário Eduardo Paes (Democratas). Um fato emblemático marcou aquele pleito, quando, no debate promovido pela TV Globo em 27 de novembro, durante a pauta que discutia a verba pública destinada ao carnaval, Crivella afirmou que Eduardo Paes "dava R$ 70 milhões para o carnaval porque ele queria desfilar", complementando com a seguinte frase seu raciocínio: "Ele (Paes) ia lá (na Sapucaí) com o chapeuzinho de Zé Pelintra (entidade associada ao malandro carioca e popular na Umbanda), saía na capa de jornal. Ele queria autopromoção" (BARREIRA, 2020).

Ainda que o objetivo aparente do discurso de Crivella fosse atacar Paes, nele é possível identificar uma postura antagônica. Conforme apontam Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985, p. 125 apud BALLESTRIN, 2013, p. 91), no antagonismo, "[a] presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo", ocorrendo que a relação entre as partes "não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas". O outro, nesse caso, é justamente o samba, em associação às religiões afro-brasileiras.

A postura de Crivella pode ser problematizada à luz de um cenário amplo, de caráter nacional, marcado pela ascensão de uma "nova direita" no país, algo que, conforme observa Marilena Chauí (2016), fica nítido a partir de 2015, com a manifestação mais ativa de grupos de extrema-direita, ocorrendo ainda o incremento da representação política de setores conservadores. Esse cenário afeta diretamente as escolas de samba, considerando-se principalmente a emergência de um discurso reacionário no Brasil, entendido como uma matriz discursiva que "se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas" (CUNHA, 2016, p. 3).

Em relação às escolas de samba, essa postura reacionária se manifesta de duas formas: A primeira, que pode ser associada à uma matriz discursiva neoliberal, é notória na fala do candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2020 pelo NOVO, Fred Luz, que em entrevista ao portal *Carnavalesco*, publicada em 6 de novembro de 2020, questionado se, em sua gestão, daria "apoio institucional e financeiro à festa", pondera que Prefeitura teria a "obrigação de garantir ao povo os direitos fundamentais", não havendo "motivo para colocar dinheiro numa atividade privada", bem como em "eventos autossustentáveis" (AYUPP, 2020). Já a segunda, pode ser associada a uma matriz discursiva ultraconservadora, explícita na fala do pastor evangélico e então vereador do Rio de Janeiro pelo PSC, Otoni de Paula, que no plenário da Câmara Municipal, em junho de 2017, defendeu o corte de verba para as escolas de samba, alegando que o carnaval da Marquês de Sapucaí "se tornou culto aos orixás, guias e caboclos com dinheiro público" (TESI, 2017).

Percebe-se nesses discursos elementos que têm como objetivo desqualificar o Carnaval e as escolas de samba, na tentativa de impor retrocessos no que diz respeito ao reconhecimento e à incorporação de suas manifestações artístico-culturais como parte fundamental da cultura e da identidade do Rio de Janeiro. Como resposta, desde 2018, podem ser identificados diversos enredos que não só passaram a abordar criticamente a conjuntura política e social vivida, mas também se engajaram na defesa e exaltação dos mais pobres, especialmente da população negra e de sua cultura, principalmente do samba; do Carnaval e das manifestações religiosas afro-brasileiras; bem como buscaram afirmar o elo existente entre as escolas de samba e os territórios aos quais se associam, como são os casos dos enredos analisados a seguir.

“Meu Tuiuti, o Quilombo da favela”

Em 2018, em seu segundo ano consecutivo no Grupo Especial do Rio de Janeiro, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti apresentou o enredo *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?*, desenvolvido por Jack Vasconcelos. Contando com um dos sambas-enredo de maior destaque naquele ano e realizando um desfile muito bem avaliado, a agremiação alcançou o vice-campeonato. O enredo toma como ponto de partida os 130 anos da assinatura da Lei Áurea e questiona se houve uma real libertação. Nesse sentido, a proposta, após abordar a escravidão em diversas épocas e sociedades, consistiu em mobilizar uma reflexão nos tempos atuais, desde o trabalho análogo à escravidão, até outras formas contemporâneas de exploração (LIESA, 2018, p. 181).

> A escola de samba é um totem de cultura brasileira fortificado na capacidade de resistência dos mais pobres, na voz dos excluídos e na ancestralidade do sentimento comunitário. E, em meio a uma atualidade de exclusão social, desigualdade de oportunidades, intolerância às diferenças e ataque aos direitos básicos dos cidadãos, as escolas se tornaram uma espécie de quilombo contemporâneo onde suas comunidades encontram representatividade. Sendo assim, convoque seu guerreiro interior e venha para a luta! […] Apesar da assinatura da Lei Áurea, não podemos compreender a abolição como uma conquista significativa aos libertos. A Abolição não fora acompanhada por ações que promovessem a inserção do negro na sociedade. Dessa forma, a miséria e a desigualdade continuaram presentes no cotidiano dos libertos. Atualmente, vários problemas ligados à escravidão ainda estão por resolver nos campos social, político e econômico, contribuindo para que o trabalho escravo ainda seja uma realidade no Brasil, acometendo a liberdade do trabalhador e o mantendo submisso a uma situação de exploração (VASCONCELOS, Jack. G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti, 2018. *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?* Justificativa do enredo. In: LIESA, 2018, p. 181-182).

Destaca-se no trecho acima a concepção quanto as escolas de samba serem "quilombos" contemporâneos, um espaço de resistência e luta contra a exclusão e as desigualdades, que organiza e convoca sua comunidade para a luta por seus direitos básicos. Do ponto de vista da historiografia, sobressai a interpretação quanto a incompletude da "libertação" proposta a partir da Lei Áurea, uma vez que esta não teria sido capaz de realizar a "inserção do negro na sociedade" brasileira, fato com consequências até os dias atuais.

É na última parte do enredo que essas questões são introduzidas, quando, após a apresentação de um tripé contendo a representação da Lei Áurea, surge a ala que nomeia o setor, "Cativeiro Social", cuja fantasia representava simples barracos de alvenaria, tão presentes nos morros e nas favelas. Na sequência, aparecem as alas "Trabalho escravo rural" – representando a exploração no campo; "Trabalho informal" – representando os "camelôs"; "Guerreiros da CLT" – representando a classe assalariada, "sobrecarregada com múltiplas atividades", que busca "se proteger dos constantes ataques à CLT com sua combalida carteira de trabalho como escudo" (LIESA, 2018, p. 205); e "Manifantoches" – representando os "batedores de panela", caracterizados com uma fantasia que remetia ao uniforme da seleção brasileira de futebol, nariz de palhaço e carregando grandes "patos" amarelos, tendo acima uma enorme mão que os manipulava. A fantasia foi justificada por simbolizar:

> A manipulação do pensamento articulada pelas potências empresariais e políticas para enfraquecer a consciência do poder que a massa trabalhadora e menos favorecida tem, fazendo com que até muitos pobres sejam "patos" orgulhosos da classe dominante marchando em direção à manutenção do velho ciclo de exploradores e explorados (VASCONCELOS, Jack. G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti, 2018. *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?* Ficha Técnica: Fantasias. In: LIESA, 2018, p. 206).

Fecha o setor a alegoria "NeoTumbeiro", apresentando enormes braços tal qual trajando terno, em alusão aos grupos que controlam a sociedade por meio do poder político e econômico, manipulando como marinetes a população. Completavam a narrativa visual da alegoria as suas composições, com foliões igualmente fantasiados com uma camisa amarela que remetia ao uniforme da seleção brasileira de futebol, na função de manipulados batedores de panela. No topo da alegoria, estava seu destaque principal: a representação do próprio presidente Michel Temer, simbolizado no enredo como o "Vampiro Neoliberalista".

“Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento”

No Carnaval de 2019, a Estação Primeira de Mangueira apresentou o enredo *História pra ninar gente grande*, desenvolvido por Leandro Vieira. A proposta consistia em um olhar sobre a história do Brasil a partir de “páginas ausentes”, uma versão oposta à “história oficial”, cuja escrita caberia aos “detentores do prestígio econômico, político, militar e educacional”: uma versão na qual o negro, o índio e o pobre possuem o protagonismo, reconhecendo-se a importância de “Heróis” que “não estampam as capas dos livros e, nem mesmo, são mencionados com frequência em suas páginas” (LIESA, 2019, p. 313-316). Além disso, o enredo argumenta que as versões históricas “oficiais”, ao “roubarem” do povo brasileiro o seu protagonismo, propagando o “mito do povo pacífico” e ensinando que as “conquistas” resultam de concessões e não de “muitas lutas”, são responsáveis por nos ninar durante a infância, garantindo que, quando “gente grande”, continuemos em “sono profundo”, sem lutar por nossos direitos (LIESA, 2019, p. 313).

Um exemplo dessas críticas está no “Setor 2” do enredo, “Heróis de lutas inglórias”, cujo objetivo era falar das lutas que não tiveram êxito. Para ilustrar a situação, apresentou-se a alegoria “O sangue retinto atrás do herói emoldurado”, problematizando o Monumento aos Bandeirantes, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, afirmando que mesmo sendo “responsáveis por massacres, estupros, escravização e incêndios em um número sem fim de aldeias indígenas brasileiras”, os bandeirantes obtiveram “contorno heroico”, tornando-se “merecedores de um monumento”, fato que ajudaria a “entender um pouco de como a narrativa histórica – e a construção de seus mitos – é fundamental para a representatividade de ideais no imaginário popular” (LIESA, 2019, p. 326).

Além das questões relativas às perspectivas sobre a história, é relevante aos objetivos deste trabalho o setor que encerra o desfile da Mangueira, denominado “Dos brasis que se faz um país”. O setor é assim apresentado:

> O encerramento do desfile da ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA exalta a identidade popular como um valor patriótico. O conceito artístico e estético do setor aponta que a beleza e a arte que emanam do POVO são as principais riquezas potentes do país. […] O desfecho é VERDE E ROSA, cores simbólicas para exaltar as lutas vitoriosas das multidões de “favelados” - homens e mulheres pobres, moradores de comunidades espalhadas pelo Brasil […] É o Brasil assumindo a identidade do morro. É a Mangueira refletindo o Brasil (VIEIRA, Leandro. G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, 2019. *História pra ninar gente grande*. Justificativa do enredo. In: LIESA, 2019, p. 319).

Destaca-se nesse setor a homenagem a três figuras negras específicas, a escritora Carolina de Jesus, o cantor Jamelão e a socióloga, militante e vereadora pelo PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Franco, assassinada em março de 2018. Junto a outras figuras selecionadas com o mesmo objetivo de exaltar as lutas e as vitórias do povo negro e pobre, Jamelão, Carolina de Jesus e Marielle Franco tiveram seus rostos representados em bandeiras na ala "São verde e rosa as multidões". Outro elemento de forte simbolismo nesse setor foi a bandeira do Brasil que fecha o desfile. Pintada em verde e rosa, em vez do lema "ordem e progresso", trazia estampada a frase "índios, negros e pobres".

Com um samba-enredo marcante, vencedor do *Estandarte de Ouro*, e um desfile emocionante, a verde e rosa conquistou seu vigésimo campeonato. Na comemoração do título na noite da quarta-feira de cinzas, em entrevista à Globo News, ao ser questionado se o seu enredo era um recado político para o país, Leandro Vieira aproveitou para responder ao presidente Jair Bolsonaro, que na noite anterior havia gerado enorme polêmica, quando, via Twitter, postou um vídeo com imagens obscenas, afirmando: "é isto que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro (*VEJA*, 2019):

> É um recado político pro país todo, que tem que entender que isso aqui é importante. É um recado político também para o presidente mostrar que o carnaval é isso aqui. O carnaval é a festa do povo. O carnaval é a cultura popular. O carnaval não é o que ele acha que é. O carnaval é isso, e ele devia mostrar pro mundo o carnaval da Mangueira, o carnaval da arte, o carnaval da luta, o carnaval do povo, o carnaval da cultura popular (VIEIRA, Leandro, 2019).

"Eu respeito seu amém, você respeita meu axé"

No Carnaval de 2020, a Acadêmicos do Grande Rio apresentou o enredo *Tata Londirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias*, desenvolvido pelos carnavalescos Gabriel Haddad e Leonardo Bora. Com o samba-enredo vencedor do *Estandarte de Ouro* e um belo desfile, a tricolor caxiense ficou com o vice-campeonato. O enredo foi uma homenagem a João Alves Torres Filho, famoso "pai de santo" conhecido como Joãozinho da Gomeia, em alusão ao nome de seu "terreiro", situado em Duque de Caxias.

A justificativa do enredo se inicia com o resgate do editorial do jornal *O Globo* de 26 de dezembro de 2019, intitulado "Sinais de agravamento da intolerância", que cita o samba-enredo da agremiação:

> O samba-enredo da Acadêmicos do Grande Rio para 2020 — sobre o Pai de Santo Joãozinho da Gomeia — tem versos aos quais as autoridades, a despeito da descontração do carnaval, deveriam prestar atenção: "Pelo amor de Deus/ Pelo amor

> que há na fé/ Eu respeito o seu amém/ Você respeita o meu axé". Enredos sobre religiões de matriz africana são comuns, mas não se tem notícia de registrarem de forma tão clara os conflitos com religiosos fundamentalistas como desta vez. […] É um sinal dos tempos, pois indica que o país já não é mais tão sincrético assim" (*O GLOBO*, 26/12/2019 apud HADDAD, Gabriel; BORA, Leonardo. G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, 2020. *Tata Londirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias*. Justificativa do enredo. In: LIESA, 2020, p. 266).

Apresentando que Duque de Caxias, sendo o município do estado do Rio de Janeiro com a maior concentração de terreiros, é também o que mais recebeu ataques com viés de intolerância religiosa nos últimos anos, os carnavalescos afirmam que, em seu enredo para 2020, a Grande Rio assume "o seu papel social de Grêmio Recreativo que começou a trilhar os caminhos carnavalescos bebendo da fonte das narrativas ancestrais afro-ameríndias", e se posiciona "em defesa da liberdade e da diversidade, contra a intolerância e a opressão", acolhendo como tema "um clamor antigo, um desejo da comunidade, um pedido que se fazia ouvir há tempos" (LIESA, 2020, p. 266). Desta maneira, assim argumentam:

> […] falar de um Pai de Santo negro, homossexual e nordestino é automaticamente uma resposta aos ataques às religiões de matriz africana, ao livre-pensamento, à cultura popular, aos fazeres artísticos, ao samba e ao carnaval […] e à diversidade como um todo […] É, pois sim, um ato político e poético de suma importância, pois dá visibilidade à luta por igualdade e respeito - pilares que devem sustentar as escolas de samba enquanto instituições culturais. A construção de um enredo de escola de samba é, também, a construção de um espaço de visibilidade para figuras até então pouco conhecidas pelo grande público – o conceito de "história pública", tão debatido no meio acadêmico (HADDAD, Gabriel; BORA, Leonardo. G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, 2020. *Tata Londirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias*. Justificativa do enredo. In: LIESA, 2020, p. 270).

A abordagem figura no setor que finda o enredo – "O quilombo: resistência e re-existência, respeito e eternidade" –, que propõe "um canto de tolerância em defesa da liberdade religiosa e da diversidade cultural". Na última alegoria – "O revoar da liberdade" –, se fizeram presentes "lideranças religiosas, artistas, ativistas e intelectuais" atuantes "nas múltiplas esferas da luta contra a intolerância religiosa, em defesa dos direitos humanos, da liberdade e da diversidade", incluindo, além dos "herdeiros" do terreiro Gomeia, "padres, pastores, monges e rabinos que aceitaram participar do desfile" (LIESA, 2020, p. 302).

Territorialidade e decolonialidade na presente produção carnavalesca das escolas de samba do Rio de Janeiro

A análise das fontes apresentadas aponta para a atual tendência entre as escolas de samba do Rio de Janeiro de enredos que, em suas narrativas, procuram se posicionar na defesa

e exaltação dos mais pobres, especialmente da população negra e de sua cultura, principalmente do samba, do Carnaval e das manifestações religiosas afro-brasileiras, bem como sinalizam na direção da afirmação/reafirmação do elo existente entre as escolas de samba e os territórios aos quais se associam, identificando-os a espaços de resistência contra diversas formas de opressão, preconceito e intolerância, por meio de um movimento que é possível classificar como de [re]afirmação de territórios e identidades "marginalizados(as)".

Essa é uma tendência que, considerando-se as constantes ameaças de desterritorialização/reterritorialização às quais estão submetidas as populações desses territórios, compostos essencialmente por subúrbios, morros e favelas (COSTA, 2007), convida à reflexão acerca da importância das escolas de samba e das narrativas por elas mobilizadas, não apenas como elementos de aproximação entre agremiação e comunidade, mas também como espaço articulador destas territorialidades e de construção/reconstrução das identidades que as constituem.

Verifica-se também a tendência ao posicionamento ao lado dos "subalternizados" e "vencidos", ou seja, dos "esquecidos" e "excluídos" da "história oficial", o que permite conceber tais produções como narrativas associadas a uma perspectiva decolonial. Considerando que, entre outros aspectos, a decolonialidade corresponde ao "movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade", ao "denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo (BALLESTRIN, 2013), é possível notar a presença dessa dimensão nos enredos analisados por meio da mobilização de discursos não hegemônicos.

A importância de analisar a recente produção das escolas de samba do Rio de Janeiro sob a luz da decolonialidade reside, primeiramente, no fato de que, no que concerne a seus enredos, durante muito tempo, foram majoritárias entre essas agremiações as narrativas coloniais: ou seja, a "história dos vencedores". Além disso, o conceito possibilita a ampliação do olhar relativo ao que genericamente se classifica como "enredos críticos/políticos", uma vez que a perspectiva decolonial pode se útil à análise de enredos/narrativas que não apresentem como foco, necessariamente, questões políticas e sociais da atualidade.

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar a recente produção carnavalesca das escolas de samba do Rio de Janeiro, com base nos enredos apresentados pelas agremiações Paraíso do Tuiuti, Estação Primeira de Mangueira e Acadêmicos do Grande Rio, respectivamente nos anos de 2018, 2019 e 2020. Verificou-se que, em um contexto sociopolítico marcado por uma crise

democrática e pela ascensão de discursos e posicionamentos neoliberais e ultraconservadores, de viés reacionário, as escolas de samba responderam aos questionamentos e ataques sofridos, desenvolvendo enredos de caráter crítico/político, nos quais valorizou-se a relação dessas agremiações com suas comunidades, reafirmando seu lugar enquanto espaço de resistência e articulação das culturas e religiões afro-brasileiras, bem como optou-se pela adoção de discursos de caráter não hegemônico, a partir do posicionamento ao lado dos segmentos sociais marginalizados/subalternizados nas lutas do presente, inclusive nas batalhas de memória sobre o passado.

Referências

ALMEIDA. J. R.; ROVAI, M. G. O. (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AYUPP, G. 'Não há motivo para colocar dinheiro numa atividade privada', diz Fred Luz sobre subvenção para o carnaval. **Carnavalesco**. Publicado em 6 nov. 2020. Disponível em: <https://www.carnavalesco.com.br/nao-ha-motivo-para-colocar-dinheiro-numa-atividade-privada-diz-fred-luz-sobre-subvencao-para-o-carnaval/>. Acesso em: 06/11/2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciências Políticas** [online]. 2013, n.11, p. 89-117.

BARREIRA, G. Após Crivella ironizar 'chapeuzinho de Zé Pelintra', acessório é adotado por eleitores e aliados de Paes. **G1**. Publicado em 30 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/30/apos-crivella-ironizar-chapeuzinho-de-ze-pelintra-acessorio-e-adotado-por-eleitores-e-aliados-de-paes.ghtml>. Acesso em: 02/12/2020.

BECKER, C. et. al. Crivella: 'Nos últimos 5 anos, cada escola de samba recebeu R$ 1 milhão'. Será? **Folha de S. Paulo**. Publicado em 21 jun. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/06/21/crivella-nos-ultimos-5-anos-cada-escola-de-samba-recebeu-r-1-milhao-sera/>. Acesso em: 31/10/2020.

CHAUÍ, M. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli. **Revista Cult**. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/categoria/edicoes/209/>. Acesso em: 31/07/2020.
COSTA, R. H. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Ano IX , n. 17, p. 19-45, 2007.

CUNHA, L. A. **O projeto reacionário na educação**. 2016. Disponível em: <http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf.>. Acesso em: 12/08/2021.

FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

LIESA – Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. **Livro Abre-Alas**. Carnaval 2018. Vol. 1. Centro de Memória do Carnaval.

LIESA – Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. **Livro Abre-Alas**. Carnaval 2019. Vol. 2. Centro de Memória do Carnaval.

LIESA – Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. **Livro Abre-Alas**. Carnaval 2020. Vol. 1. Centro de Memória do Carnaval.

RIOUX, J. P. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

SCHMITT, L. G. Escolas de samba reagem à proposta de candidato do PSOL. **O Globo**. Publicado em 23 ago. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/escolas-de-samba-reagem-proposta-de-candidato-do-psol-5882255>. Acesso em: 31/10/2020.

TESI, R. Vereador diz que Carnaval é culto a orixá com dinheiro público e fonte de renda para tráfico e prostituição. **Setor 1**. Publicado em 23 jun. 2017. Disponível em: <https://setor1.band.uol.com.br/vereador-diz-que-carnaval-e-culto-a-orixas-com-%20dinheiro-publico-e-fonte-de-lucro-para-trafico-e-prostituicao%20/>. Acesso em: 31/10/2020.

TESI, R. 2º turno do Rio resume 4 anos de briga no Carnaval e pode ser decisivo para escolas de samba. **Setor 1**. Publicado em 15 nov. 2020. Disponível em: <https://setor1.band.uol.com.br/paes-x-crivella-segundo-turno-no-rio-decisivo-para-o-carnaval>. Acesso em: 20/11/2020.

VEJA. Bolsonaro posta vídeo de ato obsceno e o associa a blocos de Carnaval. Publicado em 6 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-posta-video-de-ato-obsceno-e-o-associa-ao-carnaval/>. Acesso em: 20/07/2021.

VIEIRA, L. Entrevista à Globo News. 1min02. 06 mar. 2019. Carnavalesco da Mangueira, manda resposta para Bolsonaro! In: **SigaPeter** (Canal do Youtube). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdZ9dYV4icI>. Acesso em: 20/07/2021.

A história que a história não conta? Aproximações e reflexões envolvendo história pública, ensino de história e o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro

João Gonzales Moreira
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

> Fazer esse carnaval para a Mangueira é fazer um carnaval de representatividade. Esses homens e essas mulheres aqui são os heróis do meu enredo que merecem sempre ser exaltados. Aqui mora o que tem de melhor nesse país. E o que tem de melhor neste país faz essa festa que o mundo todo aplaude. (Leandro Vieira, 6 mar. 2019)

Essas foram as palavras do carnavalesco Leandro Vieira, autor do enredo "História para ninar gente grande", defendido pela Estação Primeira de Mangueira no carnaval carioca de 2019 e campeão do respectivo ano, numa entrevista a meios de comunicação em plena quadra da "verde e rosa" poucas horas após o anúncio do título conquistado. O discurso parece encaminhar a conclusão de uma importante reflexão aqui proposta: em que lado está (ou não está) o carnavalesco que propõe contar, na famosa avenida Marquês de Sapucaí, uma história silenciada e esquecida por historiadores e professores?

A resposta desta pergunta pode, inclusive, propiciar novos questionamentos. Os sentimentos que permeiam o inflamado discurso do carnavalesco campeão aqui não serão julgados. De forma mais precisa me proponho nesta reflexão a três movimentos: problematizar os desfiles carnavalescos como prática de história pública, fazendo uso pontual das contribuições de Santhiago (2016); investigar o foco na promoção de biografias, nítidos na trajetória do carnavalesco, tal como no enredo citado, considerando as reflexões levantadas por Gonçalves (2020); e, por último, encaminhar hipóteses para as questões centrais deste texto, fazendo uso do arcabouço teórico utilizado por Meneses (2019) para estimular o debate envolvendo usos e mobilizações do passado.

Como corpus documental de análise, farei uso do Abre Alas do desfile, material organizado pela agremiação para justificar e elucidar o enredo. Eles são entregues pelas agremiações a Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) que os organiza num formato de livro. A partir deste considero ser possível compreender e confrontar as intencionalidades do carnavalesco, capturar a lógica presente na organização da sua narrativa, suas fontes e referências bibliográficas, entre outras coisas.

Apropriações da história em narrativas carnavalescas: questões e confrontos

"Brasil, meu nego, deixa eu te contar". Assim se inicia o samba enredo da campeã do carnaval de 2019; como numa espécie de convite um narrador, sambista, convida o Brasil, consequentemente os brasileiros, para ouvirem uma história. Ganha corpo o personagem "sambista/professor"? Sambista/historiador? Ou sambista apenas? Seja qual for a resposta, analiso que o cortejo se estabelece como aquilo que Liddington (2016) chama de "uma explosão de representações populares do passado" e desse ponto de partida já podemos considerar questões interessantes.

De qualquer maneira, se faz necessário o debate que envolve as apropriações de conhecimentos e narrativas históricas por agentes que não são nem do campo da História, nem do campo do Ensino de História. Podemos identificar, ainda que muito brevemente, que são muitos os envolvidos na elaboração do discurso carnavalesco. E nós, professores e/ou pesquisadores da área de História, não somos há tempos os únicos a compartilharem conhecimentos e saberes históricos. Fora do universo acadêmico também existem formas eficazes de transmissão destes saberes, como por exemplo a internet, a televisão, a imprensa e outros meios.

Santhiago (2016) propõe refletirmos sobre o caráter polissêmico da expressão história pública a partir de três instâncias, sendo elas

> a atuação efetiva em história pública, isto é, fazer história pública; a reflexão sobre história pública, isto é, pensar a história pública; a reunião programada em torno da história pública, isto é, o campo da história pública. (SANTHIAGO, 2016, p. 25)

Aqui nos cabe a segunda instância, a reflexão sobre o pensar a história pública. Considero ser o desfile carnavalesco uma apropriação midiática, literária e artística da história. Há um uso, consumo, ressignificação e transmissão da história nos desfiles e, para mim, isso não pode ser descartado dos espaços acadêmicos. Me interessam os meios utilizados pelos carnavalescos no comando e autoria dessas apropriações. Assim sendo, esse artigo busca suscitar reflexões de qual é o papel do carnaval em geral e dos enredos carnavalescos desenvolvidos por Leandro Vieira especialmente como estratégias de difusão do conhecimento histórico visando a transformação política dos receptores e participantes dos desfiles. No desfile "História para ninar gente grande", onde a intenção passava por apresentar histórias não contadas nas escolas, a busca pelo entendimento desse processo criativo se coloca desafiadora. De fato essas histórias não estão nos livros ou produções historiográficas? E nos livros de

História? Quais são os limites e desafios em torno da publicação e divulgação de conhecimento científico historiográfico? E os limites e desafios em torno do saber histórico escolar? Se não estão em livros acadêmicos/escolares, quais seriam as fontes da pesquisa do autor do enredo?

Um encaminhamento específico para esta última pergunta, acredito que se encontra no Abre Alas. O primeiro dos muitos itens/tópicos do livro é o identificado como "Ficha Técnica do Enredo". Este nos interessa pois ali são apresentados o título do enredo, seu autor, o nome do carnavalesco, o autor da sinopse do enredo e o elaborador do roteiro do desfile. Também ali são revelados os livros, sites e materiais consultados pelos autores do enredo para a sua elaboração e concepção. E nesse ponto em específico duas problemáticas se levantam.

A primeira envolve a postura assumida pelo Leandro na condução dos seus carnavais: ele trabalha "sozinho", assume a autoria do enredo, da sinopse, do roteiro, de tudo. Não existe o estabelecimento de uma parceria ou uma comissão de carnaval, como em muitos casos, ou até mesmo de delegação de funções a outros; o trabalho é solo. Sabemos que ele comanda a parte textual, empírica e artística, mas, ao mesmo tempo, não pode e nem consegue renunciar a outros muitos profissionais que atuam junto dele: carpinteiros, serralheiros, sapateiros, foliões, entre tantos outros. Somente seus textos, argumentos e desenhos concretizariam todo o desfile? Notoriamente que não. Um desfile de carnaval é fruto de trabalho coletivo. Nunca um só personagem conseguiria dar conta de todas as nuances da festa. Neste ponto pode ser levantado o debate proposto por Frisch (1990) a partir do conceito de autoridade compartilhada. A intenção do historiador norte americano envolve pensar o amplo uso de entrevistas orais. Minha apropriação do seu conceito passa por refletir sobre a participação de muitos agentes nas concepções e narrativas carnavalescas, nunca estando assim o carnavalesco como o único autor e responsável pela transmissão do enredo.

A segunda problemática se debruça nas fontes que Leandro Vieira fez uso para contar "a história que a história não conta", como diz a letra do samba: são 8 obras divulgadas, que vão de Sergio Buarque de Holanda a Laurentino Gomes. Essa extensa lista contempla profissionais de diferentes campos de atuação, nos mostrando que a busca por referências feita pelo carnavalesco contempla, tal como a de muitos trabalhos acadêmicos nas áreas da história, do ensino de história e da história pública, variadas áreas e teóricos. Estaria então o carnavalesco querendo contar uma outra história do Brasil, mas se apropriando dos mesmos meios que, já há algum tempo, se utilizam pesquisadores e professores de história em seus trabalhos e publicações.

Trazia então qual novidade o trabalho do Leandro Vieira nesse desfile? A luz que ele jogou sobre personagens oprimidos da história, entre eles Cunhambembe, os índios cariris,

Dandara, Chico da Matilde, José Piolho, Tereza de Benguela, Manoel Congo, Luís Gama, Sepé Tiajaru, entre muitos outros, certamente tem demasiado valor, até por considerar o grande alcance que possui um desfile carnavalesco, dentro e fora do nosso estado e país. Porém, o investimento na perspectiva de contar uma história que narre a lógica, visão e atuação do oprimido, e não do opressor, ocupa lugar de destaque na historiografia já faz tempo, seja a partir da terceira geração dos Annales, na França, seja a partir da corrente marxista anglo-saxônica, seja a partir da micro história italiana, todos do início da segunda metade do século XX (FERREIRA e FRANCO, 2013).

Nessa direção podemos ainda incluir o que Sarlo (2017) chama de "guinada subjetiva", uma mudança epistemológica que ocorreu no interior das ciências humanas nos anos de 1970 e 1980, que colocou no lugar das estruturas econômicas e socais, a revalorização da experiência pessoal e do ponto de vista subjetivo.

> Se acentuou o interesse pelos sujeitos "normais", quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizavam negociações, transgressões e variantes (...). Os novos sujeitos do novo passado são esses "caçadores furtivos" que podem fazer da necessidade virtude, que modificam sem espalhafato e com astúcia suas condições de vida (...). (SARLO, 2017, p. 16)

É do nosso conhecimento os desafios na integração "academia - escola", tal como é reconhecido o esforço de muitos há muitos anos. Por meio destes é possível posicionarmos o saber histórico escolar em um lugar distinto e particular. Este saber citado se posiciona não mais como subalterno ao saber acadêmico, tampouco como uma simplificação do que a universidade ensina, como se encontrava até pelo menos a década de 1960. Pelo contrário, ele a todo instante "troca", se relaciona com o conhecimento escolar e é de extrema importância esse contato.

O saber histórico escolar está sim interessado em recontar a história do nosso país e reorganizar o panteão dos nossos ídolos. Se considerarmos todo o esforço de produção dos discentes do ProfHistória, programa nacional de mestrado profissional em ensino de História, voltado para professores que atuam na educação básica e, por consequência, carregam experiências e expectativas variadas e ricas, encontraremos um número grande de alternativas e estratégias que despertem o povo brasileiro para valorizar seus verdadeiros heróis. Poderíamos ainda pesquisar por iniciativas de professores pelo país inteiro, que caminham nessa direção, mesmo sem o devido suporte ou reconhecimento. Entre os próprios desfiles carnavalescos, desde a década de 60 do século passado, são destacados personagens outros,

personagens marginalizados, etc. Este artigo não suporta a vastidão, análise e qualidade destes trabalhos, mas reconhece e aponta para sua existência e valor.

O investimento em biografias e o resgate de personagens subalternos

Sarlo (2007) nos aponta que interpretações do passado são constantemente disputadas entre a memória e a história. Essas duas formas de representação do passado carregam entre si elementos divergentes. A memória é a fortaleza das experiências afetivas dos sujeitos que lembram, enquanto a história, ciência, se marca pelo distanciamento, crítica, entre outras coisas. Penso que a narrativa carnavalesca, enquanto uma modalidade que também disputa e propõe interpretações do passado, se enquadra naquilo que Sarlo identifica como quem encara "a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas" (Sarlo, 2017, p. 14). Isso não diminui o esforço empenhando por profissionais do carnaval, mas serve para distanciá-los de acadêmicos e professores. São enquadramentos distintos.

Como seria recontada a história do Brasil em plena Avenida Marquês de Sapucaí? Todo cortejo carnavalesco se divide em setores, a partir das formulações de quem elabora o enredo. Assim o argumento fica melhor exposto ao público, ainda que seja preciso o apoio do Abre Alas para a identificação desta divisão. Especificamente esse desfile da Mangueira possuía cinco setores: o 1º se intitulou "Mais invasão do que descobrimento"; o 2º se intitulou "Heróis de lutas inglórias"; o 3º se intitulou "Nem do céu, nem das mãos de Isabel"; o 4º se intitulou "A história que a história não conta" e o 5º se intitulou "Dos brasis que se faz um país". O elaborador do enredo encaixa as alas, fantasias, alegorias e elementos cenográficos nesses setores. Analisar a maneira como são escolhidos e desenvolvidos esses setores rende ótimas discussões e reflexões. Apesar disso este artigo não conseguiria dar conta de tal feito.

Cabe aqui destacar e desenvolver um traço característico deste enredo e de outros propostos pelo mesmo carnavalesco: há nele um investimento forte em biografias. Fazendo uso da "Ficha técnica de fantasias" é possível verificarmos essa inclinação. O curioso é que houve um duplo movimento neste investimento pois, ao mesmo tempo em que pretendia destacar determinados personagens "esquecidos" pela historiografia, pelo ensino de história, houve também uma intenção em apresentar e/ou satirizar os velhos heróis ao longo do desfile. Existem ainda aqueles que foram agrupados em coletivos ou pensados coletivamente: índios tapajós, marajoaras e cariris, caboclos de julho, negro quilombola, irmandades negras, malês. Chega a ser impressionante a busca por personagens que ajudassem o folião a redescobrir a história do Brasil. Foi um pesado o envolvimento e busca por esses nomes.

A insistência em destacar pontualmente essas biografias e esses personagens ganham respaldo neste artigo a partir das contribuições teóricas de Gonçalves (2021). Serão feitos três apontamentos em diálogo com a autora: o uso da biografia enquanto fórmula garantida de sucesso, as possíveis razões que levam a escolha de determinadas biografias e o questionamento acerca de quais vidas podem/precisam ser narradas.

Em desfiles carnavalescos é comum, nas letras de samba, ser promovida uma tentativa de diálogo com o folião. Por meio de refrões empolgantes, trechos com insight pertinentes, o desfilante e o espectador são constantemente convocados a participarem da festa, a saudarem a escola, etc. Existe um esforço por integração entre a agremiação e o público espectador. Assim sendo, a utilização de biografias em enredos, ajuda a cumprir esse papel de aproximar os envolvidos. Narrativas biográficas costumam ser chaves de sucesso uma vez que a chance de identificação entre as partes do processo é real. Inúmeros desfiles se utilizam desse recurso. O primeiro campeonato ganho pelo Leandro Vieira foi no carnaval de 2016, cujo enredo era a trajetória e obra da cantora Maria Bethânia. Ou seja, se funciona em tantos outros meios, por que não funcionaria no carnaval?

> Não há como ignorar a presença recorrente e multiforme dos textos e abordagens biográficas, e de suas formas correlatas – autobiografias, memórias, diários, cartas, entrevistas focadas em histórias de vida, entre outras – nas culturas históricas em curso. No âmbito editorial e, também, em espaços midiáticos - televisão, cinema e web - inúmeras produções possuem o foco narrativo e a estruturação do enredo articulados a partir da vida de alguém. (GONÇALVES, 2021, p. 66)

Isso posto, sendo a biografia uma escolha recorrente e de boa aceitação, fica uma questão: por que a escolha destes personagens anteriormente citados na composição deste desfile da Mangueira de 2019? Ok, já sabemos e dizemos que a intenção é recontar a história do Brasil. Mas será que outros interesses não estão por trás dessas escolhas? Suponho que sim. Penso que a escolha por essas biografias está circunscrita pela atuação social e política do autor do enredo, pelo seu olhar sobre o mundo que o cerca e pelo seu projeto de construção de futuro, para si e para a comunidade que trabalha, no caso, a comunidade da Mangueira. Enquanto representante desta comunidade, a escolha das biografias cumpre um papel importante, se apresentando como uma possibilidade/alternativa de atuação e ressignificação no e do presente. Me apropriando das contribuições de Gonçalves apoiadas nas ideias do antropólogo Joël Candau, concordo que

> As narrativas vivenciais são igualmente materializadoras das imbricadas relações entre história e memória no âmbito de ações individuais. Nelas, as articulações entre o vivido, o lembrado (e o esquecido), e o narrado adquirem substância, possibilitam

> figurar uma determinada apreensão das temporalidades, dando forma ao passado sob a refração dos interesses e impasses do presente e das expectativas de futuro (GONÇALVES, 2021, p. 70)

Uma grande contribuição deste desfile, tal como deste carnavalesco que, repito, se envolve demasiadamente na promoção de biografias, consiste numa curadoria feita pelo próprio entre os personagens da história do nosso país. Como se todos fossem peças de um museu ou de uma exposição, Leandro fez uma "dança das cadeiras" e pegou personagens esquecidos em porões para colocá-los nas salas mais pomposas da sua galeria. Não se preocupou se estes haviam sido esquecidos. Pelo contrário se utilizou dessa configuração para propor sua narrativa.

> Ao indagar sobre "que vidas narrar", abre-se questionamento acerca das escolhas, tradições, normas socioculturais associadas ao estabelecimento de notoriedades, famas, merecimentos dos que devem ser vistos, ouvidos, narrados e comemorados e, no avesso, dos que são feitos invisíveis, infames, descartáveis, inexistentes (a despeito das "lutas homéricas" quotidianas), sem lugar nas batalhas discursivas e narrativas, no tecido de histórias e memórias partilhadas socialmente e culturalmente. (GONÇALVES, 2021, p. 86)

Se a questão motivadora do artigo era pensar a existência de um posicionamento (ou não) do carnavalesco que se propôs a contar "a história que a história não conta", penso que aqui se coloca um encaminhamento importante na busca por essa resposta. Ou então, tal encaminhamento, pode nos levar a outros horizontes.

Leandro Vieira e o seu "olhar possível para a história do Brasil": desafios e possibilidades quanto a enquadramentos e avaliações

Chama a minha atenção que sua produção artística conversa muito com a rua. Pensando a dicotomia casa e rua analisada e proposta por Da Matta (1997), a opção do artista pelo segundo, mostra uma inclinação aquilo que foge a ordenamentos e privações, mostra sua tendência a desconstruções. Isso mostra um caminho contra hegemônico nas escolhas do artista, indica denúncias, apelos para a tolerância com os mais fracos, com os diferentes.

Considero também que há de ser ressaltada, ainda em tempo, a bravura da escolha desse enredo, desse posicionamento público e político. A transformação que o país experimentou antes, durante e depois da eleição presidencial de 2018 reforça a importância desse enredo, a coragem da proposição deste debate num ambiente cultural, artístico, turístico e midiático de grande alcance e proporção. O enredo sinaliza resistência frente a um projeto ideológico que marginaliza diferentes grupos sociais e atinge frontalmente expectativas, esperanças e projetos de justiça social. Coloca o desfile carnavalesco, espaço útil a tantas funcionalidades, complexidades e contradições, no mesmo front de batalha da luta contra conservadorismos.

Isto posto, me pergunto: esse carnaval seria uma produção voltada para conformar o espectador ou para convidá-lo a uma postura reflexiva, crítica e atuante frente as questões sociais e políticas que envolvem o nosso país?

Meneses (2019) nos propôs uma análise acerca das intenções de uma educação histórica para grandes audiências, marcada pela vulgarização de determinados temas históricos. Boa parte da produção midiática de história é chamada pela autora de produção conservadora de história, ou apropriação conservadora sobre o passado. Por essas identificações notamos que tal produção não é adepta a subversões, mas sim a perpetuação de poderes.

> Nesse caso, não uma apropriação que subverte uma dada ordem, mas, ao contrário, aquela que se serve de cânones tradicionais, de maneira simplificada, para criar outras formas de controle e perpetuação de poderes. Consumo reacionário que, no caso da história, pode também ser qualificado de abuso. Assim, de fato, podemos nos referir a uma história para Homer Simpson, na medida em que é uma história feita e pensada para conformar o sujeito, que não tem a preocupação em demovê-lo de seu estado letárgico de compreensão de mundo. (MENESES, 2019, p. 70)

Me deixa curioso pensar a reação de um espectador, seja ele um Homer Simpson ou não, diante das alegorias “O sangue retinto por trás do herói emoldurado” e “A história que a história não conta”, apresentadas no desfile. Quem consome qualquer tipo de produção pública e/ou acadêmica de história, antes mesmo do ato de leitura, reflexão e absorção em si, carrega uma carga de intencionalidade. Considero difícil pensar a inércia do receptor dessas produções, antes, durante e depois da apresentação delas, independentemente da natureza que trazem em si. O que destacaria Meneses (2019) como contraponto é que um receptor/consumidor tal como Homer Simpson não tem entre essas reações qualquer tipo de compromisso ético ou crítico.

Ainda assim, mantendo minha dúvida, explico-a: a primeira alegoria citada trazia uma representação do Monumento as Bandeiras, de Victor Brecheret, com uma intervenção “manchando”, “pichando” o mesmo, dando a entender o caráter sanguinário da atuação dos bandeirantes. A segunda, resumindo parcialmente o desfile até pela sua posição, ao final do corjeto, trazia representações de livros abertos que narravam facetas distintas e contraditórias de heróis outrora consagrados, e pelo carnavalesco questionados; José de Anchieta, Deodoro da Fonseca, Princesa Isabel, entre outros. Como destaque desta alegoria estava Hildegard Angel, na parte frontal do carro e a frente de um livro que estampava uma imagem icônica da ditadura civil militar, onde aparece uma pichação escrita “Ditadura assassina”.

O confronto de propostas como essas citadas por Meneses (2019), as intituladas produções conservadoras de história, com aquilo que apresentou Leandro Vieira, no desfile da Estação Primeira de Mangueira de 2019, me parece interessante. Convergências e divergências saltam aos olhos. Em ambos há uma contestação acerca do que a historiografia tem divulgado.

Houve e ainda há uma comoção em torno desse desfile, tal como existiu um frenesi literário no momento da publicação de livros, como por exemplo, o "Guia politicamente incorreto da história do Brasil" (2009), de Leandro Narloch. Ambos foram para a boca (e mente) do povo. Para além disso, essas produções também têm como elementos convergentes o fato de apostarem em biografias e apresentarem, ainda que de vieses diferentes, um determinado posicionamento acerca da história, seus agentes e personagens. Contudo é notório que uma destas, a narrativa carnavalesca, passa pela valorização de personagens marginalizados, enquanto em publicações como o "guia" do Narloch, o intuito passar por ridicularizá-los e mantê-los calados, esquecidos e vilipendiados.

> a "descoberta" de novidades sobre o passado em grande medida se configuram numa releitura de antigos paradigmas que sustentam a manutenção de processos excludentes, preconceitos e conclusões que utilizam de forma desonesta as informações extraídas de teses e dissertações, ou mesmo fontes históricas, selecionadas e recortadas para referendar argumentos cujo fim é a desqualificação política de vários sujeitos e enunciados científicos. (MENESES, 2019, p. 72)

Vislumbro ainda, tal como Meneses (2019), que desses movimentos e produções públicas que mobilizam conhecimentos históricos podem surgir ou acentuar velhos problemas, tal como o fato de, cada vez mais, estimular o conflito entre saber acadêmico/científico e opiniões/negacionismos. Por isso a preocupação inicial em situar a produção carnavalesca do Leandro Vieira. Me instiga bastante pensar o que pautou sua escolha por essa proposição de enredo, o que balizou seus argumentos e intenções e o direcionamento conferido a saberes históricos e escolares.

Contudo, diante do exposto e problematizado, é possível desassociar este desfile do grupo de produções que se propõe a manter padrões conservadores e socialmente desiguais. Mesmo de alguma forma atacando o que se produz e conta sobre a história do Brasil, determinados cuidados foram tomados na elaboração do enredo, algumas das intenções apresentadas são necessárias e urgentes, tal como o posicionamento político exposto se propõe a "tirar poeira do porão", abrir alas para novos heróis.

Encaminhamentos

Ainda há muito o que percorrer para aproximar o ensino de história, a história pública e os desfiles carnavalescos. Cada vez mais cresce dentro das universidades o número de pesquisas cuja temática é o carnaval, seja ele qual for: desfiles, blocos, mascarados, etc. Dentro de programas de pós-graduação em história e/ou ensino de história também tem se notado tal

movimento. O investimento do desfile carnavalesco como dimensão da história pública ainda é incipiente, mas já bem potente.

Se o argumento do Leandro ao se apropriar de conhecimentos históricos para a produção da sua narrativa é e parte da comunidade que ele representa, tem bastante sentido o movimento de recontar a história do Brasil de modo a inseri-los nela, fazer com que eles se vissem representados. O questionamento que o carnavalesco faz em relação ao que a história conta segue um caminho distinto daquele das "produções conservadoras da história" (Meneses, 2019). No seu argumento se revela um entendimento quanto a questão que envolve a divulgação de teses ou produções científicas, a existência de memórias ainda pouco difundidos no imaginário coletivo brasileiro e aos desafios para historiadores e professores contemporâneos. Não houve uma culpabilização de professores como sendo descompromissados, "doutrinadores", etc. Podemos pensar que, de repente, faltou um reconhecimento maior do esforço já promovido academicamente. Mas houve sim uma preocupação ética na elaboração deste enredo, houve um cuidado na sua concepção e apresentação.

Penso que a motivação principal envolvendo a elaboração deste desfile seria a inserção do folião mangueirense nos livros e páginas da história do Brasil. José Piolho, Luis Gama, Luiza Mahin, Adelina Charuteira, entre outros e outras, foram pinçados da história do Brasil para emprestar seus nomes e trajetórias aos Josés, marias, Anas e Franciscos que se utilizam do carnaval como escape ou utopia na luta por sobrevivência. O foco não estava nos que viveram no passado, mas sim na possibilidade de apropriação dos que vivem no presente da narrativa biográfica dos heróis de outrora.

Referências

ABRE ALAS - CARNAVAL 2019 (Segunda-feira). Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa). Rio de Janeiro, 2019.

ANDRADE, Everardo; ANDRADE, Nivea. História pública e educação: tecendo uma conversa, experimentando uma textura. In: ALMEIDA, Juniele; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. (Org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

DA MATTA, Roberto. A casa & a rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

FERREIRA, Marieta de M; FRANCO, Renato. Aprendendo história: reflexão e ensino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRISCH, Michael. A shared authority: essays on the craft the meaning of oral and public history. Albany, NY: The suny press, 1990.

GONÇALVES, Marcia de A. "A morte e a morte da biografia". OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha. (Org.). Tempos de crise; ensaios de história política. 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 23-62.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

MAUAD, Ana Maria. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENESES, Sonia "Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade" Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 66-88 – 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. (Org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SARLO, Beatriz. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 9-68 "Tempo passado", "Crítica do testemunho: sujeito e experiência" e "A retórica testemunhal".

O ensino de história da Ditadura Militar brasileira em disputa: do negacionismo às possíveis reações

Marina de Freitas Giovanette
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

No atual cenário educacional, os historiadores e professores de história são frequentemente interpelados por relatos memoriais, dados baseados em fontes não científicas e informações cunhadas por indivíduos que não possuem compromisso com a ciência histórica, visando deslegitimar o conhecimento histórico e a produção historiográfica, especialmente quando se trata do período em que ocorreu a Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985). De acordo com Luis Fernando Cerri (2011), "a formação histórica depende apenas em parte da escola" (2011, p. 44), logo, não se deve desconsiderar a influência dos meios de comunicação, da família, do círculo de fé ou da internet na formação das suas consciências históricas ao pensar a prática docente. Esses aspectos influenciam a forma como esses indivíduos produzem sentido para o que aprendem no ensino escolar de história.

Nesse sentido, o presente artigo propõe uma discussão acerca do contexto de negacionismo, revisionismo e pós-verdade que circunscreve a sociedade brasileira na atualidade e uma breve reflexão sobre a maneira que este influencia o ensino de história sobre a Ditadura Militar brasileira. Feito isso, buscaremos discutir acerca das possíveis maneiras de reagir a tal influência, pois partimos do princípio de que o ensino escolar da disciplina, aliado às discussões realizadas pela historiografia, é um campo fértil de reflexão e combate.

Guerras de memória sobre a Ditadura Militar (1964-1985)

Ao realizar um estudo sobre os comentários no verbete "Regime militar no Brasil" no site "Wikipédia", conhecido popularmente como um veículo de pesquisa e utilizado por muitos estudantes no ensino básico, Mateus Pereira (2015) constata que é possível perceber as guerras de memória contaminadas pelas ideias negacionistas, de negação e revisionistas que refletem a diversidade da opinião pública sobre o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). O autor caracteriza o negacionismo como a "radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato." (2015, p. 866), onde a negação é apresentada como o questionamento e/ou oposição à realidade factual que visa construir uma distorção da factualidade com base na invalidação das fontes. Em suma, a operação do negacionismo histórico "busca apagar/negar a existência de fatos específicos ou alterar drasticamente a

interpretação consagrada a eles pela historiografia (contramemórias), ainda que sem nenhum tipo de evidência factual nova." (SILVA, 2020, p. 1178). O revisionismo é definido como uma "interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa 'alternativa'" (PEREIRA, 2015, p. 865), é o exemplo, no caso da Ditadura Militar brasileira, dos discursos que defendem que a falta de compromisso com a democracia na década de 60 partia tanto dos setores de direita quanto de esquerda[1].

Segundo Pereira (2015), as guerras de memória são constituídas por interrogações que o presente faz em relação ao passado, especialmente aos passados traumáticos e/ou dolorosos, logo, são atravessadas pela questão midiática, pois ela é um espaço de manifestação popular (2015, p. 869). Nesse sentido, é possível perceber que o debate sobre a memória da Ditadura deixa de ser um "incômodo", parte de uma memória rejeitada e colocada intencionalmente como "página virada" na história do país, e "tem se tornado, ao que parece, objeto de disputa, de conflito, de interpretação, de revisão" (PEREIRA, 2015, p. 891). Entretanto, a principal diferença no caso brasileiro se dá pelo fato de que o debate não é alimentado somente pelas *memórias subterrâneas*[2] (POLLAK, 1989) e a luta para incorporá-las no debate oficial, mas principalmente pela oposição à tais memórias realizadas por indivíduos, sejam estes historiadores profissionais ou não, jornalistas, políticos ou cidadãos comuns, embebida por discursos negacionistas e revisionistas sobre o passado ditatorial, discursos carregados de distorções da história.

Ainda segundo o autor, as guerras de memória percebidas nos verbetes do "Regime Militar no Brasil" não são resultados de uma guerra entre o bem e o mal, mas "'uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas' (PORTELLI, 2000, p. 107 apud. PEREIRA, 2015, p. 870)" que também são compostas por uma multiplicidade de "historiografias e temporalidades" (PEREIRA, 2015, p. 870). Tais multiplicidades de memórias, o revisionismo e o negacionismo estão diretamente relacionadas ao processo de transição para a democracia que escolheu o silêncio e o esquecimento e, como consequência, não buscou justiça pelas vidas que foram afetadas pela Ditadura. Sendo assim, faz-se necessário entender que o trabalho do historiador com a memória deve manter em perspectiva a ética necessária para

[1] O livro *Ditadura À Brasileira: 1964 - 1985 - A democracia golpeada à esquerda e à direita (2014)* de Marco Antonio Villa é um dos exemplos mais populares de uma produção revisionista sobre o passado ditatorial brasileiro.

[2] No artigo "Memória, esquecimento, silêncio", Michael Pollak define as memórias subterrâneas como memórias que circulam, principalmente através da oralidade, às margens e no subterrâneo da memória oficial e dominante.

não alimentar os revisionismos e negacionismos que questionam a barbárie ou invalidam a luta dos que foram violentados pelos períodos históricos estudados. É papel do historiador e do professor de história refletir sobre os intuitos da produção historiográfica e estabelecer oposição às múltiplas formas de distorção da história, especialmente o negacionismo, pois "o gesto historiográfico, como forma de atuação pública, é ele também um gesto político, e pode assim ser encarado." (BAUER; NICOLAZZI, 2016, p. 830).

Memórias e narrativas em disputa: a influência do contexto no ensino de história da Ditadura Militar brasileira

A sala de aula é um lugar de encontro de consciências históricas, identidades e visões de mundo, todos esses produtos de uma formação subjetiva dotada de historicidade que está em constante transformação. Tal ambiente está diariamente suscetível à emergência de novos discursos, sejam os locutores destes os professores, os materiais didáticos ou os alunos, logo, as guerras de memória também são parte do cotidiano escolar e influenciam a prática docente, especialmente no que se refere ao ensino de história da Ditadura Milita brasileira.

Sônia Meneses afirma que há no tempo presente "a insurgência de outros sujeitos a disputarem o controle desse lugar disciplinar [da história]" (2019, p. 69-70), aqueles que produzem narrativas historiográficas voltadas para o grande público, insurgência caracterizada por uma *apropriação conservadora do passado* (2019, p. 70) direcionada para o consumo. Essa apropriação visa a simplificação das narrativas históricas, o incentivo de uma história única, que não questiona o *status quo*, cuja preocupação está centrada no entretenimento. Para Meneses, "estabelece-se um claro conflito entre autoridade e competência, saber acadêmico e opinião. Uma produção que é, ao mesmo tempo, narrativa histórica e produto midiático" (2019, p. 70), um conjunto de narrativas "politicamente incorretas" pautadas em negacionismos e revisionismos da história que pretendem "desqualificar o papel do professor e de pesquisas históricas que não atendam as demandas políticas e os interesses desses novos produtores" (2019, p. 70).

O discurso desses novos "atores" está frequentemente pautado na defesa de que possuem a *verdade sobre o passado* e que serão os responsáveis por narrar o que os professores de história intencionalmente esconderam dos alunos, é o exemplo do YouTuber Felipe Dideus, do canal "Vamos falar de história?", que possui mais de 665 mil inscritos. Em uma entrevista realizada aos pesquisadores Tereza M. Spyer Dulci e Tarcício Moreira de Queiroga Júnior, quando perguntado sobre sua trajetória profissional e o que o motivou a criar um canal sobre história, Dideus afirma:

> Estudei História durante seis meses na Universidade de Taubaté, porém, não conclui por falta de recursos financeiros. Então, não sou formado em História. Sempre gostei muito de Segunda Guerra Mundial. Estudando o tema, lendo livros, assistindo professores, documentários, filmes, acabei me apaixonando perdidamente pelo tema. Vi que muitos países, inclusive a própria Alemanha, valorizavam seus veteranos de guerra. Valorizavam de uma forma honrosa. Foi quando eu me perguntei sobre os soldados brasileiros. Sempre vi muita gente desmerecendo nossos veteranos. Fui atrás e pesquisei muito. Descobri grandes histórias e isso aumentou mais ainda meu gosto por assuntos militares. Procurei narrar as histórias dos nossos combatentes para mostrar que eles não mereciam tal desmerecimento e que assim como qualquer soldado que lutou na segunda guerra mundial, os nossos também tiveram seu valor (DIDEUS, 2018 apud. DULCI; QUEIROGA, 2019, p. 20).

Uma grande parte do canal é dedicada à história das guerras e conflitos em diversos países, mas o que nos chama atenção é a Playlist denominada "O outro lado da história (positivo)"[3] que possui vídeos como "O outro lado do Regime Militar brasileiro"[4], "O outro lado do Partido dos Trabalhadores"[5], "Josef Stalin"[6] e "Os mitos da Guerra do Paraguai"[7]. Nesses vídeos, é possível perceber a mobilização da ideia de uma meia verdade sobre o passado narrada pelos professores de história que Sônia Meneses (2019) aponta, entretanto, é no vídeo denominado "Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL"[8] que percebemos a forma mais completa de tal manifestação. A introdução do vídeo é realizada da seguinte maneira:

> Você aprendeu na sala de aula apenas um lado da história do regime militar! [sic] Logo quando falamos sobre esse período da história brasileira, vem na cabeça a questão da tortura, perseguição e censura. Parece até que foram 20 anos em que o Brasil esteve dentro de um caos gigantesco, mas, a história foi bem diferente. O contexto histórico é bem mais amplo. Se você quer ter um bom senso crítico, eu sugiro sempre você buscar os dois lados da história. (DIDEUS, Felipe. Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL. 2018. (08m11s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8. Acesso em 25 out. 2021)

[3] Disponível em: https://www.youtube.com/c/Vamosfalardehist%C3%B3riaoficial/playlists. Acesso em: 25 out. 2021.

[4] DIDEUS, Felipe. O outro lado do Regime Militar Brasileiro. 2015. (08m09s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V_FuyHSEwVg&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgG-r4poZhmg5a50f. Acesso em 25 out. 2021.

[5] DIDEUS, Felipe. O outro lado do Partido dos Trabalhadores. 2016. (09m37s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8. Acesso em 25 out. 2021

[6] DIDEUS, Felipe. Josef Stalin. 2017. (06m08s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PgaVS3vbR7A&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgG-r4poZhmg5a50f&index=6 Acesso em 25 out. 2021

[7] DIDEUS, Felipe. Os mitos da Guerra do Paraguai. 2015. (09m43s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F3250s5lya0&list=PLSD4DwKmu5rqNE39mgG-r4poZhmg5a50f&index=5 Acesso em 25 out. 2021

[8] DIDEUS, Felipe. Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL. 2018. (08m11s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8. Acesso em 25 out. 2021

O tom utilizado indica que a intenção do locutor é abordar pontos sobre a Ditadura Militar – período o qual se refere como Regime Militar – que os professores de história não abordam e, de alguma maneira, mostrar para os interlocutores que tal período não foi tão negativo quanto é ensinado na escola. A partir de então, Dideus parte para o primeiro argumento do vídeo, a afirmação de que os guerrilheiros não lutavam pela democracia no Brasil, mas pela instauração de uma ditadura do proletariado. Em seguida, afirma que "Nos vinte anos de governo, os militares proporcionaram um desenvolvimento gigantesco que fez o Brasil saltar da 46º para a 8º maior potência do planeta, esses fatos, o seu professor de história lhe contou? (DIDEUS, Felipe. Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL. 2018. (08m11s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8. Acesso em 25 out. 2021) e segue para um breve apanhado sobre a Guerra Fria, onde realiza considerações sobre a prosperidade estadunidense versus os governos de Mao Tse Tung, Josef Stalin e Che Guevara, onde destaca que estes perseguiam, torturavam e matavam opositores.

Ao abordar especificamente o "Regime Militar brasileiro", Dideus inicia a narrativa falando sobre uma crise econômica e social que cercava o Brasil no início da década de 60 e caracteriza João Goulart como um homem corrupto, adepto dos ideais comunistas e passível de instaurar um regime comunista. Quando se refere à tomada de poder realizada pelos militares, afirma que estes foram apoiados amplamente pela população e pela mídia. Concentra-se, ao descrever os 21 anos dos militares no poder, nas questões econômicas e de infraestrutura, destacando que tal gestão deixou grandes heranças para as décadas seguintes como o 13º salário – informação incorreta, pois este foi instaurado durante o governo de João Goulart –, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Banco Nacional de Habitação, a criação de Universidades Públicas, dentre outros.

Em relação às violências cometidas pelos militares, o YouTuber afirma o seguinte:

> Entretanto, toda forma de governo tem seus altos e baixos e não foi diferente naquele período. Tortura e censura, sem duvida [sic] não é bem vinda. Só que, os guerrilheiros comunistas aqui no Brasil que tinham como inspiração Che Guevara, Fidel Castro, Josef Stalin, não eram e nunca foram heróis da democracia. Os guerrilheiros no Brasil jamais lutaram pela democracia, mas sim pela instauração de um regime ditatorial comunista [...] Enquanto mais de 80 milhões de brasileiros trabalhavam honestamente na segunda feira, os grupos guerrilheiros aqui no Brasil cometiam assaltos, sequestros, assassinatos e atentados, os grupos guerrilheiros no Brasil que eram altamente perseguidos pelo Regime Militar. Os guerrilheiros, como por exemplo, Dilma Rousseff, queriam implementar no Brasil o sistema de partido único como ocorre em Cuba e na China, isso não é e nunca foi democracia. [...] os comunistas aqui no Brasil, os guerrilheiros, queriam tomar o poder para eles escolherem quem seria perseguido, quem seria torturado, quem seria morto, como Che Guevara fazia em Cuba. (DIDEUS, Felipe. Sua escola MENTIU sobre a

> DITADURA no BRASIL. 2018. (08m11s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8. Acesso em 25 out. 2021)

É possível perceber que Dideus não nega a existência de um governo militar que durou 21 anos, mas realiza uma constante relativização dos fatos históricos. De acordo com as ênfases escolhidas pelo YouTuber, nota-se que a visão "alternativa" à dos professores de história é carregada da intenção de destacar os feitos militares na defesa da tese de que o Regime foi instaurado para evitar a consolidação de um golpe comunista no país. Ademais, a questão das violências cometidas pela gestão militar é tratada como um "mal necessário" para conter os guerrilheiros, que são descritos como uma pequena parcela da população que deve ser entendida como diferente dos brasileiros que trabalhavam honestamente.

O vídeo possui mais de 125 mil visualizações e os comentários demonstram que tais argumentos são amplamente aceitos no espaço público, seja através da mobilização da memória dos seus familiares em concordância com o que foi dito ou do destaque da importância do conteúdo apresentado para a construção de uma história *verdadeira* sobre a Ditadura Militar brasileira. Os espectatores de Felipe Dideus são um bom exemplo do movimento analisado por Sônia Meneses (2019) de insurgência de novos autores que constroem narrativas históricas voltadas para o grande público e, sobretudo, de indivíduos que questionam a legitimidade da história ensinada na escola, como podemos ver no comentário a seguir do internauta Marcos Paulo:

> Tive apenas professores esquerdistas desde ensino fundamental, só que algo que sempre levo pra vida é: "saiba que, quando todos lhe contarem sobre a mesma história de forma diferente, alguém está mentindo, mas quando todos lhe contam a mesma história exatamente igual, todos estão mentindo" sempre busquei conhecimentos por conta própria e assim fui aprendendo que não é bem como me contavam na escola!! (DIDEUS, Felipe. Sua escola MENTIU sobre a DITADURA no BRASIL. 2018. (08m11s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8. Acesso em 25 out. 2021)

De acordo com Pereira (2015), o negacionismo e o revisionismo impedem a construção de uma memória justa, aquela que luta contra o esquecimento, e é possível acrescentar que estes também impedem a construção de uma educação libertadora, pois a libertação pressupõe o reconhecimento, a valorização daqueles que lutaram e a justiça pelas vidas interrompidas. O que se observa na atualidade é um forte movimento de tais distorções da história em direção ao questionamento da ciência histórica, da escola, dos historiadores e professores. Em tal contexto, a reflexão acerca do ensino de história da Ditadura Militar brasileira enquanto lugar de articulação entre memória, historiografia e justiça se faz importante tendo em vista que "o objetivo maior [do ensino de História] é formar a

capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas" (CERRI, 2011, p. 81-82).

É possível concluir, portanto, que a escola não está descolada da sociedade civil. Os debates realizados fora dos seus portões influenciam a interação dos alunos com as aulas e a forma como o conhecimento histórico é construído. Sendo assim, as guerras de memória e a insurgência de novas narrativas sobre a história da Ditadura Militar interagem com o ensino da mesma, entretanto, o ensino da Ditadura Militar também pode influenciar a forma como os debates nos espaços públicos são realizados. Nesse sentido, conhecer o contexto em que nossas aulas estão inseridas e as narrativas presentes em sala é fundamental para a construção de um ensino de história que almeja formar "um pensamento autônomo, crítico e criativo" (CERRI, 2011, p. 58) e, sobretudo, incentivar "uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação" (FREIRE, 2008, p. 46 apud. AGOSTINI, 2019, p. 53).

Saídas possíveis

É seguro afirmar, segundo as discussões levantadas por Mateus Pereira (2015) e Caroline Bauer (2014), que o negacionismo e o revisionismo sobre a Ditadura Militar são alimentados pela impunidade em relação aos crimes que o Estado brasileiro cometeu e "pela ausência de arrependimento, remorso ou culpa por parte dos algozes diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje." (PEREIRA, 2015, p. 865). Além disso, também são influenciados pela *ideologia de reconciliação* (BAUER, 2014) que caracterizou a redemocratização brasileira. Sendo assim, refletir sobre a Ditadura Militar e as guerras de memória implica, necessariamente, analisar a forma como o processo de redemocratização foi realizado e se relacionou com a memória sobre tal acontecimento histórico ao longo dos anos.

Ao discutir sobre o processo de redemocratização e especificamente sobre a Lei de Anistia de 28 de Agosto de 1979, Bauer afirma que a *ideologia da reconciliação* presente na lei foi orientada pela intenção de esquecer – e silenciar –, pois a concessão da anistia recíproca

> estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbricados com a ditadura civil-militar. O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura "página virada" e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia. (2014, p. 153)

É possível perceber que a tal ideologia é forjada a partir de princípios apaziguadores, onde a prioridade era estabelecer a democracia e entendeu-se que o esquecimento era a melhor saída para tal. De acordo com Gagnebin (2010), as políticas de anistia são formuladas a fim de "tornar possível uma sobrevivência imediata do conjunto da nação enquanto tal, mas não garantem uma coexistência comum duradoura" (2010, p. 179). Sendo assim, o esquecimento imposto pela Lei de Anistia brasileira não é definitivo, pois as memórias dos que viveram o processo histórico foram incentivadas ao recalcamento, mas podem submergir e acrescentar novas narrativas para o discurso oficial. Dessa maneira, a autora ainda afirma que a Lei de Anistia "não deve pretender ser uma política definitiva de regulamento da memória histórica" (2010, p. 180), pois, apesar de pretender incentivar a criação de uma memória única, ela não possui o poder de silenciar a manifestação das memórias individuais.

Segundo Glenda Mezarobba, "a anistia se mostrou incapaz de conter a série de violações aos direitos humanos iniciada com o golpe de Estado" (2010, p. 110), especialmente no que se refere à formulação das políticas de memória e reparação. Bauer (2014) entende que a política de memória é a síntese das ações estatais que buscam a garantia da reparação a partir do estabelecimento de preceitos éticos e morais que sustentam o a democracia, logo, é uma importante ferramenta de justiça para os que foram violentados pela Ditadura. Segundo a autora,

> Seu objetivo retroativo, ou seja, direcionada à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade, fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos. (2014, p. 154)

Nesse sentido, é possível concluir que a reparação é o fim primordial das políticas de memória e seu principal objetivo é que o Estado assuma a responsabilidade em relação aos crimes cometidos na Ditadura, desenvolvendo ações de reparação e compensação às vítimas e realize "ações simbólicas que marquem diferenças com o passado autoritário, como um pedido de perdão público, ou a promoção de uma verdadeira reconciliação" (BAUER, 2014, p. 155).

No que se refere às políticas de reparação e memória, outro aspecto importante é levantado por Glenda Mezarobba quando afirma que a luta, especialmente em prol da reparação, "não conseguiu mobilizar ninguém mais além dos diretamente nela envolvidos" (2010, p. 110) e, dessa forma, os debates sobre a justiça de transição foram realizados e aprovados sem grande participação popular. Ainda nesse sentido, o que ocorreu na realidade

em relação à reparação, segundo os familiares das vítimas, foi insuficiente, pois o Estado concentrou suas ações nas reparações financeiras, e mesmo reconhecendo que a Ditadura Militar fez vítimas, como na Lei 9.140, conhecida como "Lei dos Desaparecidos", não promoveu a punição dos envolvidos.

Nesse sentido, é importante salientar que a luta pela reparação deve ser realizada no âmbito social como um todo e não somente pessoal, daqueles que estão diretamente relacionados às vítimas. É necessário que a sociedade brasileira entenda que o processo ditatorial também lhe diz respeito, pois caso isso não aconteça, o resultado será "a marginalização social e política das vítimas" (BECKER, 1993, p. 76-77 apud. BAUER, 20114, p. 155-156).

No livro "Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin", Nilo Agostini afirma que "a libertação não se realiza sem a memória do passado" (2019, p. 207). Nesse sentido, refletir sobre a relação entre história, ensino de história, memória e justiça é um ponto caro para a atualidade, pois um dos resultados do fazer histórico é a intervenção crítica sobre a memória, assim como a memória oferece farto manancial para a produção historiográfica. Ao trabalhar a questão da memória e da redenção em Walter Benjamin, o autor afirma que "há a necessidade de preservar a memória do que foi jogado nos porões da humanidade e no esquecimento pela historiografia burguesa", pois através dela é possível realizar a busca da "redenção dos excluídos e dos vencidos" (AGOSTINI, 2019, p. 57), assim, defende que o trabalho com a memória é um dos pilares para a libertação dos oprimidos. Nesse contexto, a história fica encarregada da sua própria (re)escrita, pois ela é uma das responsáveis por incentivar no presente a busca por narrativas outras sobre o passado, aquelas que ainda não foram escritas. Assim como, também é responsável por combater as inverdades sobre esse mesmo passado.

Em suas instâncias e com ferramentas específicas, memória e história se encontram "como o imperativo de também dar a palavra aos que, quando vivos, já estavam condenados ao silêncio" (CATROGA, 2001, p. 49), pois não era interessante ouvi-los. Para os que viveram o processo histórico, a memória se apresenta como uma possibilidade de justiça frente à violência física e simbólica que sofreram, enquanto a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 1997, p. 55), a história desempenha o papel de estabelecer uma narrativa que preze e lute por essa justiça. As aulas de história, entendidas como narrativas históricas e historiográficas, devem caminhar (e caminham!) para o mesmo objetivo.

Como foi afirmado anteriormente, a atualidade é marcada por um movimento de deslegitimação das instituições escolares e dos saberes construídos nestes espaços. A

insurgência e o sucesso de novos atores que produzem narrativas negacionistas e revisionistas com sentido histórico – mas não historiográfico – está alinhada ao contexto de pós-verdade assinalado por Meneses (2019). Tais produções que perpetuam opressões, alimentam injustiças e ameaçam a democracia, estão presentes no espaço público como um todo – na internet, nas livrarias, nos discursos políticos – e ecoam sobre e a partir da população brasileira. Nesse sentido, cabe a nós, professores de história e historiadores, entendermos o nosso papel nessa disputa de narrativa sobre o passado que não passou. De fato, as narrativas escolares não são a única maneira pela qual a consciência histórica dos indivíduos é formulada e transformada, mas é um dos vetores, e isso nos parece ser suficiente para direcionar a prática historiográfica em sala de aula e fora dela.

Referências

AGOSTINI, Nilo. *Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Voces, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (Online) , v. 5, p. 6-24, 2013

_____. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. Dimensões: Revista de História da UFES , v. 32, p. 148-169, 2014.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia* (UFMG. Impresso), v. 32, p. 807-835, 2016.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quareto, 2001, p. 65.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: Edson Teles; Vladimir Safatle. (Org.). *O que resta da ditadura*. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2010, v. 1, p. 177-186.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade'. *REVISTA HISTÓRIA HOJE*, v. 08, p. 66-88, 2019.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir.. (Org.). *O que resta da ditadura? A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, v. , p. 109-119

PEREIRA, Matheus. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 31, p. 863-902, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Embates semiótico-discursuvos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e Ditadura. *Trab. linguist. apl.*, Campinas , v. 59, n. 2, p. 1171-1195, Aug. 2020 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103181320200002011 71&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2021.

A indústria brasileira e o estigma da subserviência aos países desenvolvidos

Emanoel Silva de Azevedo
Prof. Mestre em História Social - PPGHS – UERJ - FFP

Introdução

Neste trabalho iremos abordar questões sobre a indústria bélica nacional e o contexto histórico, econômico e político em que ela se encontra.

Em nossas pesquisas sobre a indústria bélica, mais especificamente sobre a Engesa, observamos questões econômicas e hegemônicas. Exercidas por empresas e governos que atuaram sobre o desempenho da Engesa. Portanto neste trabalho iremos nos basear nestas pesquisas para tentarmos demostrar uma questão mais ampla, que abrange toda a indústria tecnológica bélica nacional.

Desenvolvimento

A indústria bélica nacional como a conhecemos, se originou ainda no Brasil Império. E já neste período, o país era dependente das potências europeias para obtenção de armamentos, navios e equipamentos bélicos mais avançados.

No período iniciado com a República, (1889) o avanço tecnológico mundial impulsionou a indústria bélica mundial a desenvolver sistemas de armas revolucionários. A Primeira Guerra Mundial, viu surgir artefatos bélicos extremamente modernos; o avião de caça, o Tanque autopropulsado etc.

Porém no Brasil a indústria ainda era de base, apenas para produção de gêneros básicos; vestuário, alimentos, construção civil, construção naval, fabril etc. A indústria tecnológica ainda não havia se instalado no país. A temática que dominava a política econômica do país, era e ainda é, em certa medida, que o país era essencialmente agrícola. Portanto a indústria tecnológica seria postergada, apenas a indústria de base seria essencial.

Ao contrário do que acontecia no Brasil em relação a indústria tecnológica, na Europa, EUA e no Japão, a indústria tecnológica tivera importância primordial desde o final do século XIX.

O economista histórico Ha-Joon Chang, escreveu sobre o desenvolvimento das principais economias, em seu livro, "*Chutando a Escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica."* (CHANG,2003). O desenvolvimento tecnológico industrial do EUA,

se deu por uma série de fatores, entre eles a descoberta de petróleo, e sua industrialização em derivados. Outros fatores foram as mentes brilhantes, como Henry Ford. Henry Ford não apenas projetou e fabricou automóveis, ele criou toda uma cadeia produtiva descentralizada, criando um complexo industrial que produzia de tudo, ao modelo de Alfred Chandler de grandes conglomerados empresariais. Tal modelo foi seguido não só nos EUA, mas também na Europa.

A indústria tecnológica no início do século XX, impulsionada pela eletrificação das cidades e consequentemente das indústrias e comércio, avançou com investimentoscorporativos e estatais. A indústria do petróleo e seus derivados, também impulsionou a indústria tecnológica. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento alimentavam as indústrias com novos produtos, e o comércio se encarregava de escoar tais produtos para o consumidor final. Automóveis, eletrodomésticos, suplementos industriais, aviões, navios, grandes construções, tudo fora possível com investimentos em pesquisa em desenvolvimento tecnológico industrial. Não vamos esquecer as indústrias de base, as siderúrgicas foram essenciais para a indústria como um todo. Na Europa não fora diferente do EUA, no desenvolvimento tecnológico industrial, alguns países mais, e outros menos, no geral houve um investimento pesado em tecnologia industrial. Outro ator do desenvolvimento tecnológico industrial, de acordo com Chang, foi o Japão no início do século XX.

Nas análises de Chang sobre o desenvolvimento tecnológico industrial, estas nações procederam com um crescente investimento governamental e empresarial em áreas sensíveis que resultaram em avanços tecnológicos e cuja proteção desta riqueza era imprescindível, daí o protecionismo industrial. De acordo ainda com Chang, a riqueza destas nações se concretizoue consolidou-se graças aos seus produtos industrializados de alta tecnologia, que detém alto valor agregado. Portanto países como EUA, Japão e Europa obtiveram um crescimentotecnológico industrial substancial, atingindo a autossuficiência tecnológica já nas primeiras décadas do século XX.

Já o Brasil ainda dependia destes países para produtos industrializados tecnológicos. Eletrodomésticos, automóveis, aviões, indústria de eletrificação, indústria construção civil etc.

A indústria bélica que é nosso foco para indústria de alta tecnologia, no Brasil ainda era uma indústria de base. No início do século XX, produzia apenas insumos para o Exército e Marinha. Enquanto na Europa, EUA e Japão a indústria bélica era essencial para o desenvolvimento tecnológico industrial. A primeira grande guerra foi palco das experiências tecnológicas destas nações. Os avanços obtidos com a primeira guerra, deram a estas nações uma vantagem crucial sobre as demais, em suas indústrias.

Com o passar das décadas o protecionismo industrial cresceria exponencialmente,

nações com alta tecnologia industrial, protegiam seus centros produtivos com seus segredos tecnológicos intensamente. Chang, nos fala sobre tais atitudes protecionistas. E graças a tais atitudes, países como EUA, Japão, Coreia do Sul e Europa obtiveram a liderança tecnológica industrial que é percebida até os dias atuais.

A segunda guerra mundial foi a maior "vitrine" da alta tecnologia bélica. Países como EUA, Alemanha, Reino Unido e Japão tinham em suas indústrias bélicas as mais altas tecnologias. Durante o conflito (1939-1945) tais países com seus armamentos dominavam completamente os países mais atrasados tecnologicamente. A Alemanha dominou quase que por completo a Europa, e o Japão dominou boa parte do extremo da Ásia e Oceania. Os avanços tecnológicos bélicos do pós segunda guerra mundial, desdobraram-se em dois blocos antagônicos, que detinham o domino tecnológico bélico nuclear, EUA e URSS.

O que chama mais nossa atenção, com a leitura da economista Mariana Mazzucato em seu livro; "*O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público X setor privado"* (MAZZUCATO, 2014). Foram os investimentos públicos nas décadas de 1950, 1960 nos EUA, sobre o que se convencionou chamar de "corrida espacial". O EUA para atingir o domínio tecnológico aeroespacial a nível mundial, iniciou uma corrida contra a URSS pelo domínio do Espaço. A URSS deu o ponta pé inicial com o satélite artificial "Sputnik", em 1957. O EUA só daria o troco em 1969 com a Apollo 11, chegando na Lua com dois astronautas. Para além destes fatos históricos, vemos nestas iniciativas a presença principal do Estado. O governo do EUA criou uma serie de empresas ligadas à sua recém agência espacial NASA, para fomentar e desenvolver tecnologias para viagens espaciais. E como Mazzucato nos explica, a presença do Estado no desenvolvimento industrial tecnológico e imprescindível. A disputa internacional entre estas superpotências, gerou a força necessária para o desenvolvimento tecnológico. Mas é obvio que a iniciativa do Estado fazendo investimentos, o lucro que se obteria com tais investimentos eram por demais incertos para a iniciativa privada. Hoje o governo do EUA via NASA obtém receita via royalties de produtos desenvolvidos especificamente para serem usados em naves espaciais, mas que as indústrias os produzem para uso doméstico, um exemplo: Aspirador de pó.

E na indústria bélica tecnológica, a chamada "Corrida Armamentista" ocorrida desde a década de 1950 até 1990 entre EUA e URSS. Foi o que impulsionou os maiores avanços tecnológicos bélicos. Em pouco mais de 40 anos de corrida armamentista, as indústrias bélicas das principais potências mundiais obtiveram um desenvolvimento tecnológico nunca atingido, num período como este. Os avanços tecnológicos bélicos de países como EUA, UK, França, RFA e Japão, tornaram estes países em potências hegemônicas, graças ao investimento que tais

Estados se dispuseram a investir em suas indústrias bélicas. Como Mazzucato nos demostra, que o Estado precisa estar liderando com investimentos a indústria tecnológica, não basta só a iniciativa privada.

E neste contexto de corrida armamentista, a indústria como um todo saiu lucrando. Produtos que hoje usamos como o micro-ondas para cozinhar alimentos, foram desenvolvidos num âmbito de pesquisa da indústria bélica. Na década de 1950 quando a indústria bélica e o Estado estavam a desenvolver sistemas de Radar, os pesquisadores esbarram "sem querer" em feixes de micro-ondas. As micro-ondas são utilizadas em Radares para propagação de pulsos em frequências especificas para que ao atingir um objeto, tais ondas sejam refletidas ao emissor do sinal. E por um acaso um pesquisador ao colocar seu lanche sobre um gerador de micro-ondas inadvertidamente. Pois não haveria problema algum para o lanche, por isso os testes com o gerador de micro-ondas prosseguiram. Minutos depois o pesquisador descobriu que seu lanche estava cozinhando, atingindo altas temperaturas. Foi a partir desta constatação que se descobriu que as micro-ondas faziam as moléculas vibrarem, gerando calor, com isso podendo descongelar ou mesmo cozinhar alimentos.

Estes exemplos que demos acima; do Aspirador de pó e do Micro-ondas, são exemplos de investimento do Estado para programas de alta tecnologia onde a indústria com a iniciativa privada não faria pelos riscos econômicos inerentes a tais investimentos. O Estado, somente ele poderia arcar com tais investimentos de risco, sabendo do possível potencial de fracasso econômico. Porém como todos sabem, tais produtos que exemplificamos, são produzidos por um número muito grande de indústrias e foram aperfeiçoados com o passar do tempo. O Estado continua sendo o dono intelectual de tais produtos, recebendo seus devidos royalties.

Portanto tais exemplos que apresentamos, reforçam a tese de Mazzucato sobre o papel do Estado no desenvolvimento industrial tecnológico de uma nação. O Estado é essencial e primordial no desenvolvimento industrial tecnológico para qualquer nação. Só a iniciativa privada, com investimentos privados, não dá conta das demandas por produtos industrializados de alta tecnologia. Pois o investimento é muito alto, consolidando um risco econômico que empresas e bancos privados não desejam assumir. Apenas o Estado assume tais riscos, e apenas ele Estado possui o aporte necessário para assumir com tais investimentos. Produtos que levarão anos para maturarem e atingirem o mercado consumidor e sua aceitabilidade.

Se para produtos que serão desenvolvidos para consumo comercial, já é complicado para a iniciativa privada investir sozinha, imaginem produtos bélicos que só Estados consomem. A indústria bélica produz produtos específicos que apenas Governos e empresas de segurança investem. Portanto a indústria bélica e um setor bem específico da economia. Um

setor muito sensível, pois como já relatamos seus produtos tem consumidores bem restritos. Por outro lado, é o setor que mais precisa investir em alta tecnologia. O Estado que deseja ser hegemônico belicamente e por consequência, tecnologicamente, este deverá investir continuamente neste setor. Mazzucato explora bem este desenvolvimento percebido no EUA nas décadas de 1960, 1970, 1980 e o mais recente boom da tecnologia na década de 1990 a informatização das telecomunicações e o advento da internet e mais as empresas ligadas a este setor. Ao pesquisarmos observamos que tal desenvolvimento tecnológico informacional se deu também no âmbito restrito da indústria bélica, com o envolvimento direto do Estado. Os EUA investindo pesado na indústria bélica e está diversificando suas pesquisas, no final da década de 1960, foi testado o primeiro sistema de comunicação a distância por algoritmos, com transferência de dados bem-sucedida. Eram os primeiros passos da Internet como a conhecemos.

No Brasil na década de 1960, foi um período conturbado política e economicamente. O país necessitava de reformas, mas ao empreender uma série de reformas de cunho social, o governo de João Goulart fora interrompido por um golpe Civil/Militar, que gerou vinte e um anos de governo militar no Brasil. Na área econômica o país estava em crise, com muitas necessidades de investimento em áreas como a infraestrutura, construção civil, indústria, as prioridades eram muitas. No entanto o sistema financeiro mundial necessitando escoar os petrodólares, obtidos com o lucro no comércio mundial do petróleo, os bancos estatais e privados reduzem os juros, tornando os empréstimos extremamente atrativos. O Brasil a partir de 1968 começa a obter empréstimos com juros muito baixos e com prazos muito estendidos. Neste contexto o país se capitaliza, investe em muitas áreas; infraestrutura, construção civil, indústria, comércio, agricultura, mineração, defesa.

Os governos militares teriam um foco nacionalista com a criação de empresas estatais e praticando o protecionismo com altas taxas de importação de bens industrializados de alta tecnologia. A indústria nacional foi atendida pelos investimentos governamentais. Foram criadas muitas indústrias estatais, principalmente em setores sensíveis, como a indústria bélica. As quatro maiores indústrias bélicas tecnológicas nacionais, duas foram criadas diretamente pelo governo com investimento público, sendo socio majoritário. A Embraer criada em 1969, e a Helibras criada em 1973. As outras duas foram criadas pela iniciativa privada, mas os investimentos governamentais com empréstimos a juros baixíssimos e com prazos extremamente estendidos, ajudaram a Engesa S/A e a Avibras S/A, a crescerem e prosperarem em suas áreas de atividade.

Entretanto nem tudo era possível, setores da economia nacional que ainda persistia sua

influência junto ao governo, conseguia diminuir os investimentos em alta tecnologia. O setor conservador do agronegócio no Brasil havia perdido um pouco sua hegemonia junto as decisões econômicas do governo para o país. Como nos demostra Poulantzas em seu livro; "*Poder Político e Classes Sociais"* (POULANTZAS, 1971), as disputas pelo poder entre setores da sociedade em relação a hegemonia dentro do governo, e extremamente acirrada. No Brasil os megaempresários do setor do agronegócio, investiam na indústria sim, apoiavam e pressionavam o governo para investirem na indústria, porem uma indústria de base. Uma indústria de alimentos, têxtil, construção civil, aço, mineração e obviamente, na indústria da agropecuária. Pelo outro extremo, temos os empresários da indústria de alta tecnologia, neste nicho o poder econômico que dispunha tais indivíduos era sem dúvida menor que os do agronegócio. Entretanto no início dos anos de 1970, com o governo brasileiro se capitalizando via empréstimos internacionais, esta disputa entre agronegócio e indústrias de alta tecnologia, pode permanecer calma, pois o governo conseguia investir nas duas áreas, havia diferenças, mas como os investimentos eram de grande porte, existia uma certa paz.

Portanto as indústrias de alta tecnologia do setor bélico, conseguiram investimentos governamentais para se firmarem e expandirem-se. O crescimento do setor industrial bélico nacional teve alguns aspectos peculiares; os investimentos foram de tal forma que criou quatro grandes empresas no país, montadoras de grande porte. Em contrapartida, as empresas fornecedoras de partes e suplementos não cresceram, não houve expansão neste setor. Portanto as empresas; Engesa S/A, Embraer S/A, Avibras S/A e Hélibras S/A precisavam importar uma quantidade considerável de suplementos e partes e sistemas, para seus produtos. Este problema, que até o final da década de 1970, não era assim tão perceptível, pois o US$ dólar americano, estaria relativamente controlado. O câmbio não gerava com isso muito prejuízo e o pouco prejuízo que gerava, as exportações dos produtos compensaria tais prejuízos.

A década de 1980 mudaria drasticamente toda a política econômica nacional. As crises internacionais entre os países produtores de petróleo, inflacionou os preços deste produto, ocasionando que os bancos estatais e privados internacionais aumentassem as taxas de juros. Isto solaparia as economias de países em desenvolvimento como o Brasil. O governo brasileiro fora obrigado a cortar investimentos na indústria tecnológica, mantendo os investimentos, reduzidos, só em áreas de exportações como a agropecuária, mineração, indústria de base como o aço, têxtil etc. As necessidades por divisas eram imprescindíveis, e as indústrias tecnológicas necessitavam investimento com retorno, em forma de pagamentos e lucros, muito maior que o agronegócio por exemplo. As únicas empresas do setor de alta tecnologia que obteve investimento público, foram as multinacionais, pois seus produtos em grande parte eram

exportados, gerando divisas.

Com isso a década de 1980 fora crucial para as indústrias bélicas nacionais. As quatro maiores montadoras bélicas estariam sob intensa pressão, por um lado o câmbio; com o dólar supervalorizado, as importações tão necessárias de suplementos e partes para essas montadoras tornara-se algo extremamente inviável. A crise do petróleo; com a guerra entre Irã e Iraque dois dos maiores exportadores de petróleo na época, majorou os preços do produto no mercado mundial, com isso o Brasil precisava de mais dólares para importar petróleo, ampliando assim as necessidades do Brasil por exportações. Mudança na política econômica brasileira; com a crise econômica se elevando na década de 1980, com a moeda nacional sendo desvalorizada constantemente, a política econômica muda seu foco da indústria tecnológica para o agronegócio e mineração, pois tais produtos demandavam altas exportações com retornos garantidos e em pouquíssimo tempo. Diante destes fatos o governo muda sua premissa de investimentos para o setor primário da economia, isto criaria uma lacuna em créditos que as indústrias bélicas nacionais necessitavam em demasia.

E novamente inicia-se no Brasil, nos bastidores a velha disputa hegemônica entre conservadores do agronegócio e os investidores em indústria tecnológica. Entretanto graças a crise da década de 1980, o governo brasileiro tendeu para os conservadores, priorizando os investimentos do Estado no agronegócio, na mineração, na indústria de base; aço, construção civil, têxtil, alimentícia. O único setor industrial tecnológico que ainda possuía investimentos governamentais na década de 1980, fora a multinacional automobilística. Com tais manobras políticas econômicas, o país muda seu foco desenvolvimentista nacionalista para uma política liberal, buscando no mercado mundial para suprir as necessidades interna.

Tal mudança ocorreria em todos os setores, na economia e na sociedade do país. Com os ventos do globalismo tornando-se cada vez mais forte a partir da década de 1990. A ideologia neoliberal fora se expandindo e sedimentando-se em muitos países, principalmente aqueles em desenvolvimento. O neoliberalismo somado ao globalismo, sepultaria por completoa política desenvolvimentista nacional brasileira. Com o neoliberalismo e o globalismo, os centros de produção industrial se diversificaram, onde antes havia um conglomerado deempresas focadas para produzir determinados produtos e isso num ponto geográfico específico, agora com o globalismo, tais centros se diversificaram. Um automóvel por exemplo; que antesera totalmente produzido em um único país, agora partes deste produto podem ser produzidos em uma dúzia de países diferentes e ser montado em um outro país qualquer, onde tal montadorapossua sua linha de montagem.

Esta política trouxera grandes lucros para o setor financeiro mundial. Pois os bancos

internacionais, investiram pesado no início da década de1990 no globalismo. As indústrias tecnológicas para aumentarem seus ganhos líquidos, mudam seus centros produtivos para países onde a mão de obra é extremamente barata. Países onde a proteção ao trabalhador e relapsa, onde as leis são mais flexíveis dando ao poder econômico mais vantagens sobre o trabalhador. Países pobres ou em desenvolvimento que necessitavam vitalmente de investimentos internacionais via multinacionais, concediam incentivos fiscais, cediam espaços geográficos vitais para tais multinacionais se instalarem. E quem financiava tudo isso eram os bancos internacionais, obtendo lucros junto aos países. Pois tais países para receber tais multinacionais precisavam investir em infraestrutura, e como uma coisa leva a outra, os bancos ganhavam dos dois lados.

Nesta análise pode-se perceber claramente que as indústrias bélicas nacionais estariam totalmente defasadas. A base administrativa de tais indústrias bélicas nacionais, era o de centralizar a produção em uma montadora com empresas coligadas produzindo as partes e sistemas necessários para o produto final. Este era o modelo que persistia desde o início do século XX. Entretanto, com a terceira revolução industrial ocorrida com a revolução informacional iniciada na década de 1970, teve seu apogeu no início da década de 1990 com a internet, e o sistema financeiro mundial ficando online. A indústria bélica nacional precisava se atualizar, diversificar sua produção, descentralizar, obter investimentos internacionais, capitalizar nas bolsas de valores internacionais. Estes eram e ainda são as prerrogativas para qualquer empresa que queira se manter no mercado. Porém isto não ocorrera, e a crise somada ao globalismo neoliberal fez sucumbir a maior indústria bélica nacional, a Engesa S/A decretaria sua falência em 1993.

Conclusão

Para concluirmos nossa análise da indústria bélica brasileira, devemos descrever que hoje a indústria bélica nacional é apenas uma fração do que foi na década de 1980. Neste período o país chegou a exportar em material bélico mais de US$ 2,000,000,000 (dois bilhões de dólares americanos), dados da ABINDE[1], e hoje (2019) mal chegou a US$ 200,000,000 (duzentos milhões de dólares americanos).

[1] Associação Brasileira da Indústria da Defesa, órgão extragovernamental responsável por catalogar e divulgar dados e feitos da indústria bélica nacional.

Este dado em si já demostra a precariedade em que está a indústria de defesa de nosso país. E isso vai na contramão da política de defesa[2], que exorta para autossuficiência na produção de materiais de defesa. Nossa Indústria bélica hoje não atende as necessidades das forças armadas do país, mesmo com produtos que estão chegando como o Gripem NG J39, o caça que será produzido sob licença pela Embraer, não ameniza a lacuna da indústria bélica nacional.

O neoliberalismo globalista hoje está dominando completamente nossa política econômica e de defesa. Referimos desta forma, pois as políticas de defesa versam por autossuficiência industrial bélica, mas o que ocorre hoje no Brasil, e uma política de importação na área da defesa. O Estado, e defendemos que hoje este atende a política neoliberal globalista, busca as necessidades das forças armadas junto a empresas no exterior, sem investir nas empresas nacionais. E hoje a política de defesa do Estado brasileiro, e uma política mínima, onde as forças armadas estariam ligadas a potência estrangeira (EUA) para dar aporte na defesa do Brasil. Em outras palavras, nunca a teoria de Ruy Marine, a teoria da dependência, foi tão perfeitamente encaixada na realidade do Brasil.

Hoje nós vivemos uma dependência em áreas como: tecnologia industrial, tecnologia bélica, biotecnologia, tecnologia informacional, economia, energia, comunicações em geral, transportes, indústrias automobilísticas etc. Em todos estes setores somos dependentes de algum Estado desenvolvido ou de alguma megaempresa multinacional. Na indústria tecnológica em geral, somos sim dependentes, mesmo as indústrias puramente nacionais de produtos desenvolvidos nacionalmente. Pois estes necessitam de suplementos, que em geral, não produzimos aqui no Brasil. Portanto tais suplementos são importados, tornando taisindústrias dependentes de outras indústrias do exterior. Na indústria bélica já citamos acima nosso parecer, somos totalmente dependentes das indústrias bélicas internacionais para suprirem as necessidades das forças armadas brasileiras. Nas tecnologias informacionais, também somos dependentes, pois os sistemas de internet e intranet, que hoje se usa, o 3G, 4G e o futuro 5G, são todas tecnologias de multinacionais. Na indústria de produção de Energia, na produção de eletricidade, os sistemas geradores e transformadores, turbinas geradoras, tudoisso tem muito de empresas multinacionais, como a Siemens, General Eletric etc. Na indústriaautomobilística, cremos que não precisamos mais nos delongar, pois é sabido que todas as empresas que estão atuando no Brasil, são multinacionais internacionais.

[2] Livro Branco da Defesa; versa a autossuficiência em tecnologia bélica, para suprir o país com sistemas dedefesa próprio

O Estado brasileiro nas últimas três décadas, aderiu cegamente ao neoliberalismo globalista, abandonando seu dever de impulsionar a economia com investimentos em áreas estratégicas e protegendo-as com tarifas alfandegarias. Pelo contrário, os governos brasileiros deste período, impulsionaram uma abertura sem precedentes ao investimento esterno, liberando e reduzindo as tarifas alfandegarias, comprometendo a indústria nacional, com uma concorrência desleal. Tais governos comprometidos com as políticas neoliberais promoverama redução do Estado, principalmente nos investimentos públicos em áreas sensíveis, como a defesa. Os cortes de investimento foram brutais, as indústrias do setor de defesa reduziram seu porte produtivo, o setor de suplementos que nunca decolou, deixou de existir por completo. O Brasil que já figurou como o 6º maior exportador bélico do mundo, (década de 1980) hoje não está nem entre os vinte maiores produtores de material bélico.

Das quatro maiores montadoras bélicas da década de 1980; Engesa S/A, Embraer S/A, Avibrás S/A, Helibrás S/A. Só a Engesa S/A não existe mais, porém as outras três, são apenas sombra do que já foram. A Avibrás tinha na década de 1980 o revolucionário sistema ASTRO, que evoluiu para o ASTRO 2020. Entretanto ficou estagnado o crescimento do sistema, pois depende do desenvolvimento de vetores mais sofisticados, misseis balísticos, misseis Cruise, misseis Terra-Ar, ou seja, novamente a empresa esbarra na falta de investimentos e parcerias. A Helibrás fora adquirida pelo consorcio Europeu Airbus. A Embraer diminuiu drasticamente seus investimentos no setor bélico, hoje a Embraer produz o cargueiro KC 390, e sabendo que 45% das partes deste avião são de empresas internacionais, e vai produzir sob licença o Gripem J39 da Saab, uma empresa da Suécia. Portanto a Embraer que hoje e a maior empresa brasileira de Alta tecnologia, vem explorando a aviação comercial, com sua linha de jatos regionais de alta tecnologia, e hoje a empresa está nas mãos dos investidores internacionais, ela pertence a um conjunto de investidores que adquiriu suas ações.

Portanto para finalizarmos, o neoliberalismo globalista conseguiu transformar a política desenvolvimentista nacional brasileira, numa política voltada para os interesses dos investidores internacionais. Atendendo as prerrogativas destes investidores e abandonando as políticas desenvolvimentistas que fomentaram o crescimento industrial no país. Hoje o Brasil está cada vez mais dependente dos países desenvolvidos, das multinacionais e dos bancos internacionais. A dependência tornara-se cada vez mais intrínseca na economia como um todo desde a década de 1990. Com isso o país perdera sua autonomia, perdera a capacidade de dominar uma determinada área estratégica, sem a dependência estrangeira. Resultando num atraso tecnológico, industrial, estratégico de defesa, que deixara o país décadas atrás dos principais países desenvolvidos. Este é o resultado da dependência, a subserviência aos países

desenvolvidos.

Referências

BASTOS STEPHANIE, C. E. *Uma realidade brasileira: As exportações dos veículos militaresEngesa.* Artigo, Revista; Da Cultura, ano 6, n.10. p.36-41 (Prof. Dr. Pesquisador de assuntos militares) – Faculdade Federal de Juiz de Fora, MG**.**

CASTRO A.B, SOUZA F.E.P, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada.* Livro, Editora Paze Terra S/A. São Paulo, 1988.

CHANG Ha-Joon. *Chutando a Escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectivahistórica.* Livro, Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. Fundação Editora Unesp. São Paulo, 2003.

CHANDLER ALFRED. *Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa.* Livro, EditoraFundação Getúlio Vargas, Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, 1988.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, *Cadeia de Valor e Importânciasocioeconômica da Indústria de Defesa e Segurança no Brasil.* Artigo, ABINDE, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Sumário do Relatório Final. SãoPaulo, 2015.

JACINTO, J.C. *Considerações sobre a cadeia de suprimentos da indústria bélica brasileira esuas necessidades de diversificação para sobrevivência.* Artigo, XIII SIMPEP. Bauru, SP, 2006.

JESUS, S. *O livro branco de defesa do Brasil e suas implicações geopolíticas.* Artigo, publ. ISemana de pós-graduação em ciência política. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos,SP. [S.l. ; 20-]. 16 p. São Carlos, SP.

LADEIRA, P. C. Jr. *A ascensão e queda, e os desafios ao crescimento das empresas de defesaAvibras e Engesa.* 2013. 298 p. Dissertação (Mestre em Ciências (M.Sc.) Instituto COPPEADde Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2013.

LAIDLER, C.V. *Retórica e Farsa, 30 anos de neoliberalismo no Brasil.* Livro. Editora Paco Editorial, Jundiai, SP, 2018.

LONGO PIRRÓ, W. *Tecnologia militar: conceituação, importância e cerceamento.* Artigo. Revista; Tensões Mundiais, v.3, n.5. Fortaleza, CE. 2007. p.113-143.

MAZZUCATO, M. *O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor Público vs setorprivado*. Livro, Editora Portifolio-Penguim. São Paulo, 214

MOREIRA, W. S. *Ciência e tecnologia militar: "política por outros meios"?.* Artigo, publ. Ministério da Defesa, BRASIL. (premiado em artigos científicos promovidos pelo M.D), revista; Escola de Guerra Naval, Rio de janeiro, v. 18, n. 2, p. 71-90. Jul/dez 2012.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais.* Livro, 2ºvol. Editora Portucalense, Porto,1971.

SALTORO, P.; GRUN, R. *Brasil: De Estado desenvolvimentista a Estado neoliberal.* Artigo,Revista; Núcleos, v.3, n.2. Universidade Federal São Carlos. São Carlos, SP. 2005. P. 15-28.

SILVA, M. R. *A base industrial de defesa brasileira: uma análise do período de 1970 a 2000.*
Artigo, PPGEST – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. [S.l.; s.n., 199-]. 23 p.

A reforma da previdência de 1998 como consequência da construção do discurso hegemônico pró-neoliberalismo

Helena Wagner
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ

Construção de um discurso hegemônico

Antonio Gramsci ensina que a dominação não está apenas no campo da coerção, ou seja, do uso da violência, mas também se utiliza da produção de consenso, formando ambas, coerção+consenso a hegemonia. Dessa forma, pode-se verificar que a reforma da previdência ocorrida em 1998 houve a utilização de coerção e consenso. Através de um processo de convencimento, feito de maneira processual, a mesma foi aceita pela sociedade, embora tratando-se de retirada de direitos conquistados pois, segundo Cox, "a hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo". [1]

Diante disso, Gramsci trabalha com a ideia de Estado Ampliado, ou seja, sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção, não identificando, portanto, o Estado apenas como um aparelho repressivo. Assim, a hegemonia não é construída só a partir do consenso, mas também a partir da coerção. Coutinho explica

> O Estado em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência [...] e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. [2]

No intuito de construir a hegemonia, os partidos políticos têm o papel de moldarem as opiniões do proletariado, formando uma vontade coletiva, os fazendo crer que será melhor para eles apoiar aquilo que os partidos querem, ainda que seja a diminuição dos seus direitos conquistados pela Constituição do Brasil de 1988. De acordo com Marinho,

[1] COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci*: *materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 105
[2] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: *um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 76 e 77.

> Ao partido caberá a "formação de uma vontade coletiva nacional-popular,da qual (...) é ao mesmo tempo o organizador e expressão ativa e atuante" e também a missão de preparar a "reforma intelectual e moral"[3]

Essas ideias não são revolucionárias, mas têm origem no país que estabelece a hegemonia, conforme afirmado por Cox:

> o grupo portador de novas idéias não é um grupo social autóctone ativamente engajado em construir uma nova base econômica com uma nova estrutura de relações sociais. É um estrato intelectual que aproveita idéias originadas de uma revolução econômica e social ocorrida anteriormente no estrangeiro [...] em geral, as instituições e regras internacionais se originam do Estado que estabalece a hegemonia. [4]

Neto também corrobora esse entendimento

> [...] a imposição para a adoção da mesma cartilha [neoliberal] veio quase sempre de fora. Mas, encontrou no interior das nações lideranças classistas dispostas a adotar pontos do receituário neoliberal que se adequavam aos seus interesses. Este foi o caso do Brasil. [5]

Dessa forma, aos poucos, a classe operária passa a ser a favor de privatizações, neoliberalismo, reformas tributárias, trabalhistas, previdenciárias, sem perceber que, na verdade, as mudanças prejudicam a sua classe, interessando, apenas, à classe dominante. De acordo com Gramsci,

> As ideias e opiniões não "nascem" espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade. [6]

Segundo esse autor, o convencimento da sociedade a algo se completa através do trabalho dos "aparelhos privados de hegemonia". Ou seja, utilização de jornais, revistas, escolas, que realizam uma reforma intelectual na população, fazendo com que esta passe a querer aquilo que esses aparelhos desejam. Pois,

---

[3] MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O Centauro Imperial e o "Partido" dos Engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado Ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2006, p. 58

[4] COX, op. cit., p. 115 e 119

[5] ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. NETO, Sydenham Lourenço. *Estado, hegemonia e luta de classes:* interesses organizados no Brasil recente. Bauru, SP, Editora Canal 6, 2012, p. 144

[6] GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 88

> a elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal [...][7]

Em que pese esses veículos se apresentarem como “neutros”, na verdade eles funcionam como partidos, não no sentindo *stricto* da palavra, mas no sentido *lato* de “ter um lado”, não sendo imparcial, mas trabalhando para convencer o interlocutor. Assim, Marinho declara que

> Antonio Gramsci distingue duas formas de partido: o político e o ideológico. O partido ideológico está dentro do conjunto dos aparelhos privados de hegemonia - imprensa, círculos, associações, clubes. O partido tende a transformar cada indivíduo em intelectual, mais especificamente em dirigente, ou seja, intelectual capaz de desempenhar sua "função diretiva e organizativa, isto é, educativa ou intelectual"[8]

A esse respeito, Coutinho conceitua "aparelhos privados de hegemonia" como "organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, "privados") e que não se caracterizam pelo uso da repressão"[9]. Ou seja, são privados, mas são voltadas ao interesse público, se dirigindo a este, possuindo função pública, se tornando um formador de opinião.

Esses aparelhos declaram que se, por exemplo, o neoliberalismo e as reformas previdenciárias forem implementados, haverá crescimento econômico, combate à miséria, progresso, os recursos remanescentes serão distribuídos para outras áreas, como saúde e educação, porque a sua finalidade é moldar na sociedade a opinião de que a reforma da previdência, por exemplo, é boa e necessária. Pois,

> [...] sua finalidade é modificar a opinião média de uma determinada sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, em última instância, introduzindo "novos lugares-comuns".[10]

Fernando Henrique Cardoso, afirmou

> A parceria com a iniciativa privada na infra-estrutura econômica abre espaço para que o Estado invista mais naquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança. Em suma, para que o Brasil invista mais no seu povo [...] [11]

[7] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2. p. 205
[8] MARINHO, op. cit., p. 69
[9] COUTINHO, op. cit., p. 76
[10] GRAMSCI, op. cit., 2001, p. 208
[11] CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo. Brasília, 1995, p. 21. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994. Acesso em: 09 jan. 2021.

E, em seu discurso de posse, em 1995 declarou a necessidade da utilização dos aparelhos privados de hegemonia,

> esta verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade [...] precisamos costurar novas formas de participação da sociedade no processo das mudanças. Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa. [12]

E, diante desse trabalho, aos poucos, os cidadãos vão se convencendo do discurso que a classe dominante quer, atuando como uma "massa de manobra". De acordo com Gramsci,

> A massa é simplesmente de "manobra" e é "conquistada" com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas. [13]

Como já exposto, os jornais são aparelhos privados de hegemonia, atuando para a construção da mentalidade do proletariado de que a reforma da previdência se fazia necessária e urgente. No entanto, isso não impede que o historiador problematize os fatos e vários ângulos da notícia, podendo, esses periódicos serem utilizados como fontes de pesquisa. Por essa razão, algumas reportagens de O Globo e da Folha de São Paulo serão utilizadas no presente trabalho.

O PSDB, através do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, atuou como um verdadeiro partido político, sendo líder da construção do discurso hegemônico pró-neoliberalismo, que culminou em privatizações e, também, na reforma da previdência iniciada em 1995. Durante toda a sua campanha eleitoral, o assunto era o orçamento apertado, o desequilíbrio financeiro do setor público, falência do modelo previdenciário, necessidade de diversas reformas constitucionais, disseminando o medo, levando a população a crer que se não fossem realizadas mudanças urgentes na Constituição não haveria dinheiro para pagar aposentadoria, inexistiria possibilidade de aumento do salário mínimo, etc. Em seu discurso de posse FHC declarou

> Ao escolher a mim para sucedê-lo [Itamar Franco], a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação. A isto eu me dedicarei com toda a energia, como presidente [...]

[12] CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de posse: 1 de janeiro de 1995. Brasília, 1995, p. 23. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-posse-1995. Acesso em: 09 jan. 2021

[13] GRAMSCI, op. cit., 1989, p. 24

> o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.

Ainda no mesmo discurso, a questão do convencimento consta também na fala de FHC:

> buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento [...] temos o apoio da sociedade para mudar. [14]

E, em outro discurso, fica clara a disseminação de que se não houver reforma constitucional haverá o desequilíbrio do sistema e impossibilidade de pagamentos e aumento do salário mínimo, causando medo na população, convencendo-na da necessidade das mudanças:

> O Fundo Social de Emergência [...] é um arranjo transitório [...] se ele não for substituído por medidas permanentes, o precário equilíbrio fiscal - ou o "desequilibrio controlado" como diz o ministro Sérgio Cutollo sobre as contas da Previdência - dará lugar a um desequilíbrio aberto já em 96 [...] Nem há como pensar em aumento real do salário mínimo enquanto o valor dos benefícios previdenciários estiver vinculado a ele. [15]

No entanto, na contramão da argumentação presidencial, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria nas contas da previdência e em abril de 1995 declarou, através de relatório, que em 1994 a previdência não teve déficit, mas sim, um superávit de R$ 1,8 bilhão de reais e ainda que "o INSS vem tendo superávit de caixa nos últimos três anos"[16]. Após esse relatório, o ministro da previdência, Reinhold Stephanes (PFL), informou que esse valor é considerado reserva de caixa[17]. Ou seja, em nenhum momento o ministro confrontou a informação trazida pelo TCU, o que leva a crer que de fato havia superávit e não déficit no sistema em questão, ao menos em 1994, permitindo-se, portanto, concluir a respeito da ausência de necessidade da reforma.

E ainda, apesar do aumento do salário mínimo e, consequentemente, a elevação do valor das aposentadorias e pensões, o secretário-executivo da Previdência, Luciano Oliva, declarou que a Previdência Social terá superávit em 1995 e não déficit[18], o que, mais uma vez, corrobora o relatório do TCU. Tudo leva a crer que FHC assumiu o poder Executivo sem

[14] CARDOSO, 1995, op. cit., p. 13.
[15] CARDOSO, 1994, op. cit. p. 24 e 30
[16] TCU: dados do governo sobre previdência estão errados. O Globo, Rio de Janeiro, 18 abr 1995, p. 5. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019950418. Acesso em: 09 jan. 2021.
[17] Ibid
[18] ALVES, Rossana. Previdência: começa amanhã pagamento dos novos benefícios. O Globo, Rio de Janeiro, 31 maio. 1995, p. 7. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019950531. Acesso em: 09 jan. 2021

déficit no sistema previdenciário, sem necessidade de reforma, mas devido à imposição da construção da hegemonia neoliberal, realizou a mudança no sistema previdenciário, prejudicando a classe dominada, ou seja, a classe mais desfavorecida, como os trabalhadores.

Discurso hegemônico pró-neoliberalismo em âmbito internacional

A construção de um discurso hegemônico pró-neoliberalismo não ocorreu apenas em âmbito nacional, mas também a nível internacional. As organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial também são utilizadas como aparelhos privados de hegemonia, sendo usados pelos Estados Unidos para que os países subalternos implantassem a nova ordem internacional. Dessa forma, nas décadas de 1950 a 1980, os países da América Latina se desenvolviam através de financiamento a juros baixos. No entanto, tendo em vista a segunda crise do petróleo, ocorrida em 1979, houve o aumento dos juros impostos pelo FED (Banco Central dos Estados Unidos), como uma política de defesa do dólar, que foi acompanhado por diversos outros países, como a Inglaterra.

Devido ao aumento dos juros, os países em desenvolvimento que haviam realizado empréstimos tiveram dificuldades para honrar com os seus pagamentos, ocorrendo aumento da inflação, queda de renda, aumento do desemprego e, em 1982, o México declarou moratória. Ou seja, estava-se diante da chamada "crise da dívida externa". Belluzzo e Galipolo afirmam:

> Em Belgrado, na reunião do FMI em 1979, o presidente do FED - o Banco Central americano - Paul Volcker, deixou os europeus falando sozinhos, voltou para os Estados Unidos e deflagrou o famoso choque de juros de outubro de 1979, alçado até 20% em abril de 1980 e provocando uma quebradeira geral, sobretudo dos endividados, como o Brasil. [19]

Diante desse cenário, os países recorreram a empréstimos junto ao FMI (instituição pública, mantida através do financiamento e voto de seus países membros, onde apenas os Estados Unidos tem poder de veto, dando a este país extrema vantagem diante dos outros). Quanto a isso Stigliz expõe que,

> O FMI é uma instituição pública, mantida com dinheiro fornecido pelos contribuintes do mundo todo. É importante lembrar disso porque o Fundo não se reporta diretamente nem aos cidadãos que o financiam nem àqueles cuja vida ele afeta. Em vez disso, reporta-se aos ministros da fazenda e aos bancos centrais dos governos do mundo [...] mas as principais nações desenvolvidas comandam o espetáculo, sendo que somente um país, os estados Unidos, tem poder de veto. [20]

[19] BELLUZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel**.** *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2017, p. 27

[20]STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura. 4ª edição, 2003, p. 39

Esses empréstimos vinham acompanhados de exigência do cumprimento de algumas condições, como ajuste fiscal, diminuição da máquina do Estado, privatizações e, segundo o referido autor, quem "não seguir as regras do jogo, pode ser excluído do sistema de crédito internacional"[21], não permitindo ao país receptor da ajuda financeira governar a sua nação implantando as medidas que ache cabíveis. Em vez disso, a política econômica a ser colocada em prática já está pré-determinada pela hegemonia do capital financeiro. Dessa forma, o FMI foi usado como uma forma de universalizar o discurso hegemônico e impor o modelo econômico neoliberal aos países endividados. Verifica-se que

> No nível exclusivo da política externa, as grandes potências têm uma liberdade relativa de determinar suas políticas externas em resposta a interesses nacionais; as potências menores têm menos autonomia. A vida econômica das nações subordinadas é invadida pela vida econômica de nações poderosas [...] o Estado dominante encarrega-se de garantir a aquiescencia de outros Estados de acordo com uma hierarquia de poderes no interior da estrutura de hegemonia entre os Estados. [22]

Pontua-se, ainda, que em 1989 ocorreu o Consenso de Washington que consistiu em um seminário com representantes de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, no intuito de "ajudar" a economia dos países em desenvolvimento, para que estes conseguissem arcar com os seus compromissos financeiros. Ou seja, na verdade, o intuito da reunião foi impedir que os bancos privados recebessem um calote e o sistema financeiro internacional sofresse prejuízo. Nesse encontro, ficou determinado que os países ajudados financeiramente deveriam implementar dez medidas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, determinação de juros e câmbio pelo mercado, liberalização do comércio, investimento estrangeiro direto sem nenhuma restrição, privatização das empresas estatais, desregulamentação e respeito à propriedade intelectual. A respeito do assunto Rafael Vaz da Motta Brandão afirma que

> [...] o congresso realizado na capital dos EUA, permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de "consenso de Washington". Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia parte de amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na

[21] SCHWARTZ, Gilson. Conferência de Bretton Woods (1944). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História da paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 257
[22] COX, op. cit., p. 114 e 120

> liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos.[23]

Verifica-se que as "orientações", em termos práticos, não passavam de verdadeiras imposições, construindo-se um discurso hegemônico mundial a favor de contrarreformas, ou seja, mudanças contrárias aos interesses da classe trabalhadora, transformando esse padrão em um modelo a ser imposto aos países latino-americanos. A esse respeito Cox afirma

> [...] uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional tornam-se modelos a serem imitados no exterior. Essa hegemonia expansiva é imposta aos países mais periféricos como uma revolução passiva. [24]

Vale ressaltar que, segundo Stigliz, essas instituições são controladas pelos interesses dos países industrializados mais ricos do mundo, onde opera a hegemonia do capital financeiro, não representando, portanto, as pretensões dos países que são obrigados a realizarem as reformas estruturais em troca de benefício financeiro. Nas palavras de Stigliz:

> As instituições são controladas não só pelos países industrializados mais ricos do mundo, mas também pelos interesses comerciais e financeiros desses países [...] embora quase todas as atividades atuais do FMI e do Banco Mundial sejam no mundo em desenvolvimento (com certeza, todas relativas a empréstimos), elas são conduzidas por representantes das nações industrializadas (por acordo tácito ou de praxe, o diretor do FMI é sempre europeu e o diretor do Banco Mundial, norte-americano). Eles são escolhidos a portas fechadas e nunca foi considerado pré-requisito que esse profissional tenha qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As instituições não são representativas das nações a que servem [...] A instituição, na verdade, não tem a pretensão de ser uma especialista em desenvolvimento. [25]

Desta forma, verifica-se que os Estados Unidos, utilizando essas organizações como instrumento de poder, como meio de disseminação de hegemonia, determina a política que será implantada nos outros países, que, juntamente com governos classistas, facilita a imposição da hegemonia que os Estados Unidos querem. Segundo Cox

> As instituições internacionais também desempenham um papel ideológico. Elas ajudam a definir diretrizes políticas para os Estados e a legitimar certas instituições e práticas no plano nacional, refletindo orientações favoráveis às forças sociais e econômicas dominantes. [26]

---

[23] BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil*: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 61.
[24] COX, op. cit,. p. 118
[25] STIGLIZ, op. cit,. p. 46 e 63
[26] COX, op. cit,. p. 120

Diante disso, é notória a rendição do Brasil a essas instituições financeiras, basta verificar a quantidade de empréstimos que o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu junto ao FMI. Segundo o jornal Folha de São Paulo

> **FHC fechou três acordos com o FMI** [...] Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram fechados outros dois acordos com o FMI **[...] o primeiro, foi fechado em novembro de 1998** [...] o acordo fechado em novembro de 1998 previa metas de ajuste fiscal até o final de 2001. **Foram definidas metas** de superávits primários (receitas menos despesas sem incluir despesas com juros) a cada trimestre e **todas foram cumpridas**. A cada revisão do acordo, feita pela missão técnica do FMI, o país tinha direito a um novo saque dos recursos disponibilizados. **O Brasil não chegou a sacar todos os recursos a que tinha direito nesse acordo**. Apesar disso, em setembro de 2001[...] as turbulências do mercado internacional [...] forçaram o governo brasileiro a assinar um novo acordo com o Fundo. **Esse novo acordo [...] cancelou o crédito restante do acordo de 1998** [...] o governo brasileiro teve que recorrer ao FMI em junho [do ano de 2002] [27].

Após emprestar o dinheiro e definir as metas, o FMI realiza visitas para verificar se estas estão sendo cumpridas. É possível perceber que todas as medidas impostas pelo Fundo foram cumpridas durante o governo mencionado. Se elas não haviam sido satisfeitas, não seria viável os recebimentos posteriores, pois "se um país não puder apresentar um número mínimo de parâmetros, o FMI suspende a ajuda e, geralmente quando o faz, outros doadores também o fazem."[28] Além disso, segundo Brandão, "o maior doador da campanha de FHC em 1998 foi o grupo Itaú"[29], demonstrando como o governo brasileiro estava "jogando o jogo" dos interesses dos bancos e do sistema financeiro internacional, não governando conforme os interesses da população, se permitindo ser refém da imposição do discurso hegemônico pró-neoliberalismo.

Ao se construir o discurso pró-neoliberalismo, no século XX, as promessas eram de crescimento econômico, progresso, combate à miséria, mas não foram cumpridas. O que se viu em diversos países foi aumento do desemprego, crises financeiras cada vez mais frequentes, elevação da pobreza, conforme apontado por Stigliz.

Pode-se até considerar que o neoliberalismo foi bem sucedido no que diz respeito à redução da inflação, trazendo uma estabilidade macroeconômica, de uma maneira geral, aos países que o implementaram. Contudo, o preço que a sociedade paga por esse benefício é bem caro, pois, o resultado dessas implementações de medidas de caráter liberal tem sido retirado

[27] MANFRINI, Sandra. FHC fechou três acordos com o FMI. Folha de São Paulo, Brasília, 07 ago. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u53074.shtml. Acesso em: 08 dez. 2020. Grifo nosso.
[28] STIGLITZ, op. cit., p. 56
[29] BRANDÃO, op. cit., p. 107.

de direitos, através de contrarreformas tributárias, trabalhistas, previdenciárias, privatizações, aumento do desemprego, desigualdade, pobreza, caos político e social, recessão, redução de gastos sociais, segundo Pires. No entanto, nada disso atinge negativamente o sistema financeiro porque,

> Partindo do pressuposto de que só o capital concentrado cria riquezas, isto é, aumento de capital significa investimentos, o desemprego, ou melhor, a taxa natural de desemprego, que faz diminuir os salários, garante maior taxa de lucro e, portanto, maior acumulação de capital. Desta forma, **o desemprego não é uma consequência indesejada da economia neoliberal, mas um de seus componentes estratégicos**[30].

E Varoufakis completa

> É como se as sociedades capitalistas fossem desenhadas para gerar crises periódicas, que vão piorando na medida em que retiram o trabalho humano do processo de produção e o pensamento crítico do debate público. [31]

Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que Gramsci entende que o discurso hegemônico é construído através de coerção e consenso. Através da atuação dos partidos políticos, reafirmados pela utilização dos aparelhos privados de hegemonia, ocorre uma reforma intelectual na classe subalterna e esta, por sua vez, passa a querer aquilo que a classe dominante deseja, se comportando como uma massa de manobra.

Dessa forma, a classe dominada passa a ser a favor de privatizações, contrarreformas, neoliberalismo, etc, sem perceber que essas mudanças só os prejudicam, pois retiram direitos consagrados na Constituição, ocasionando aumento do desemprego e da pobreza, por exemplo. Nesse contexto, no caso brasileiro, verifica-se que a reforma da previdência de 1998, durante o governo de FHC foi consequência da construção do discurso hegemônico pró-neoliberalismo.

A construção da hegemonia não se dá apenas no campo nacional, mas também em âmbito internacional. Através do uso das instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, os países em desenvolvimento se vêem obrigados a implantar a nova ordem internacional. Pois, ao solicitarem empréstimos a essas organizações, são obrigados a cumprirem diversas exigências que culmina na retirada de direitos da sociedade através de contrarreformas, privatizações, diminuição da máquina do Estado, entre outras de caráter liberal.

30 PIRES, 1999, p. 33 apud BRANDÃO, op. cit., p. 43
31 VAROUFAKIS, Yanis. *O minotauro global*: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia. São Paulo: Editora autonomia literária, 2017, p. 48

Diante da quantidade de empréstimo que FHC conseguiu com o FMI durante o seu governo, bem como por ter sido um banco o maior doador da sua campanha, é indubitável sua rendição à dominação da hegemonia do capital financeiro, demonstrando que a reforma previdenciária realizada durante o seu governo não passou de mais uma exigência do grande capital e da construção da hegemonia pró-neoliberal em âmbito internacional que não encontrou resistência durante o seu governo.

Referências

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. NETO, Sydenham Lourenço. *Estado, hegemonia e luta de classes:* interesses organizados no Brasil recente. Bauru, SP, Editora Canal 6, 2012

BELLUZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel**.** *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2017.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil*: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de posse: 1 de janeiro de 1995. Brasília, 1995. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-posse-1995.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci*: *materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: *um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasília, 7 ago. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u53074.shtml

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

JORNAL O GLOBO. Diversos números. 1995.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O Centauro Imperial e o "Partido" dos Engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado Ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2006.

SCHWARTZ, Gilson. Conferência de Bretton Woods (1944). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História da paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura. 4ª edição, 2003.

VAROUFAKIS, Yanis. *O minotauro global*: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia. São Paulo: Editora autonomia literária, 2017.

Pescadores artesanais e os desafios de acesso aos direitos sociais no tempo presente: a informatização e constante modernização do sistema digital previdenciário

Karla da Silva Sampaio
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista CAPES

O presente artigo tem como objetivo contar a história recente da implementação do sistema técnico informacional pelo Estado brasileiro, tendo como marco temporal analisar as mudanças no período de 2013-2020, além de buscar compreender esse processo modernizador.

Nesse contexto, será dado ênfase nos sistemas previdenciários e os desafios dos pescadores artesanais no acesso aos direitos sociais e às políticas públicas. Serão utilizados os conceitos de pesca artesanal; história do tempo presente e o meio técnico-científico informacional, para compreender que apesar de a pesca artesanal ser reconhecida, pelo Estado, como uma categoria profissional, existem diversas imposições verticais, que a limitam e a fragmentam.

Os conflitos, que estão ocorrendo no tempo presente, têm relação com a forma de agir do Estado, nos seus sentidos temporal e espacial, a partir de diferentes escalas de análise. Essas ações atendem aos interesses do agente hegemônicos, logo, aqueles que exercem suas atividades na escala do lugar, como os pescadores artesanais, sofrem com os impactos dessas ações no seu lugar de trabalho e vivência.

Entre as metodologias utilizadas estão: levantamento bibliográfico e documental, levantamento de legislações e de notícias (em jornais, artigos e em documentos da internet) sobre as ações das instituições do Estado e a transformação e criação dos sistemas digitais públicos. A pesquisa e reflexões no Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), foi importante para o desenvolvimento deste artigo, mediante projetos de pesquisa, eventos e Ciclo de Debates com a participação do Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) e lideranças da pesca artesanal, que permitiram a compreensão direcionada a tal temática.

Nesse cenário de transformações, percebe-se que os segurados especiais (pescadores artesanais) encontram dificuldade de manter-se atualizados, considerando a necessidade do uso do computador e acesso à internet, fatores que limitam e distanciam as informações daqueles que não possuem esses recursos tecnológicos e conhecimento prévio de informática, além da linguagem rebuscada e técnica que os sistemas apresentam. Tal situação distancia o

acesso aos direitos. Nesse contexto, ao refletir sobre as tecnologias, o PEREIRA (2016, p. 21) faz a seguinte reflexão "(...) como viver o mundo real, o mundo histórico, quando ele tão insistentemente parece fugir ao nosso controle, nossa capacidade de manipular o tempo, o espaço e as consciências".

Como resultado foi possível verificar que esse processo de atualização constante dos sistemas digitais do Estado é marcado pela aceleração da história (FERREIRA, 2018) e por várias mudanças, característico da história do tempo presente que apresenta também desafios na compreensão dos eventos que ainda não terminaram. Essa informatização dos órgãos públicos, permite maior fluidez das informações previdenciárias, e portanto, maior controle sobre os corpos.

O artigo, divide-se em duas seções: na primeira apresenta a transição do cadastro do pescador artesanal à substituição do Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguro Social (CEI) para o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF). Essa migração é realizada pelo próprio Segurado Especial do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), por meio do site do eSocial. Nesse processo percebe-se que o processo de digitalização das informações, em especial dos pescadores artesanais, que são categorizados como segurados especiais pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), acontece no cenário de constantes mudanças das legislações.

E na segunda seção está a reflexão do sistema informacional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o "Meu INSS", o acesso a esse sistema digital previdenciário pode ser realizado tanto pelo aplicativo quanto pelo site. O atendimento ao cidadão referente aos serviços do INSS acontecia diretamente nas agências físicas, ou seja, nos postos de atendimento da Previdência Social. No entanto, com a Instrução Normativa nº96 PRES/INSS, se faz necessário a realização do agendamento dos serviços disponíveis no Meu INSS.

A história recente da implementação do sistema digital previdenciário do Estado brasileiro

A história do século XX se apresenta de forma turbulenta, indicando que diversas mudanças aconteceriam, como a intensificação dos ritmos da história proveniente das guerras e pela Revolução Soviética, motivando o estudo do tempo presente.

Nesse processo, Ferreira (2018) diz que o historiador está inserido no movimento de aceleração sendo testemunho e ator de seu tempo, encontrando dificuldades no século XX e XXI marcado com várias mudanças significativas no tempo presente, período móvel que se

movimenta com o desaparecimento gradual das testemunhas.

Nesse contexto, Ferreira (2018) apresenta os desafios da história do tempo presente, assim como a sua continuidade e atualização que exige novas respostas, nesse cenário de eventos que ainda não terminaram, impossibilita a previsão no processo de análise e dificuldade de delimitar um recorte cronológico.

Santos (2006) diz que a periodização é importante para entender a história do território brasileiro, no seu processo e sua realidade atual, e que esse esforço de periodização é essencial.

> (...) pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas e usos, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como história particular e história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais (...) (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 20).

Nesse contexto dos eventos que ainda não terminaram, podemos observar a questão do processo de digitalização das informações dos pescadores artesanais, durante o processo de substituição do Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguro Social (CEI) para o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) que acontece no cenário de constantes mudanças das legislações. Essa migração é realizada pelo próprio Segurado Especial (categoria dos pescadores artesanais no Instituto Nacional de Seguro Social - INSS), por meio do site da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF) foi criado por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.828, em 1º de outubro de 2018. O segurado especial deve realizar essa migração de cadastro no sistema do eSocial. No período do dia 1º de outubro de 2018 a 14 de janeiro de 2019 a inscrição era facultativa, a partir desse dia o CAEPF tornou-se obrigatório.

O comprovante do CEI acontece com o pagamento das contribuições pelo Cadastro Específico do INSS, a chamada matrícula CEI, por meio da Guia da Previdência Social (GPS), com o Número de Identificação do Trabalhador (NIT). Atualmente, o pescador regulamentado tem acesso ao auxílio defeso, desde que comprove, no mínimo, 1 (um) ano de atividade (Lei nº 13.134, de 1º de junho de 2015, conversão da MP nº 665, de 2014). O auxílio defeso garante ao pescador artesanal uma assistência financeira no valor de um salário-mínimo, durante o tempo em que a espécie está no período de reprodução biológica, sendo esse auxílio conhecido como seguro defeso.

No entanto, a CEI será substituída pelo CAEPF, sendo a CEI obrigatória, até que todos os processos sejam readequados, para se relacionar apenas ao CAEPF. Essa informação será divulgada, com antecedência, pela Receita Federal segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Ainda sobre o CAEPF, está prevista a substituição da Guia da Previdência Social (GPS) pelo Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF). Esse primeiro, o pagamento é denominado na GPS como CEI. No entanto, com a migração para o CAEPF, a forma de pagamento da contribuição referente a produção tende a mudar, devido a alteração na maneira de informar a produção, que será por meio do eSocial.

Percebe-se que esse novo cadastro apesar de ser obrigatório, ainda está em transição, ou seja, o CEI ainda não foi extinguido. Os segurados especiais ainda efetuam o pagamento do percentual da produção (a matrícula CEI) por meio da GPS (carnê pago nas Lotéricas), mesmo com o cadastro do CAEPF realizado no site do eSocial.

Nesse contexto, Ferreira (2018) reflete sobre a questão do reconhecimento da história do tempo presente e que os desafios permanecem e se atualizam. Além disso, a autora questiona: “Como lidar com eventos não terminados e, consequentemente, com variáveis para análise que não podem ser previstos ao se estudarem processos não finalizados?” (FERREIRA, 2018, p. 87).

Nesse cenário de transformações, aqueles que possuem baixo grau de escolaridade (relacionado com a progressão do ensino constituído de vários níveis escolares colaborando para a evolução cognitiva do aluno) têm dificuldade de acompanhar tais mudanças. Essas pessoas permaneceram pouco tempo na escola por motivos diversos (trabalho, família, etc) e por isso tiveram o desenvolvimento cognitivo comprometido, ou seja, a habilidade de processar diferentes informações por meio de raciocínio, linguagens, que possibilitam a análise e interpretação de forma a convertê-las em conhecimento.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do quarto trimestre de 2018, pelo menos 21% dos lares brasileiros não possuem acesso à internet, e 56% não possuem computador. Dos domicílios brasileiros que possuem internet, 45% só o fazem por meio do celular.

Sendo assim, as legislações que estão disponíveis para todos na internet, devido ao vocabulário rebuscado, extenso, além do acesso digital, torna-se inacessível para muitos. Entre esses, estão os segurados especiais que encontram dificuldade de manter-se atualizados diante desse cenário de constante mudanças, considerando a necessidade do uso do computador e acesso à internet, fatores que limitam e distanciam as informações daqueles que

possuem essas limitações.

Tal situação nos faz perceber que existe uma distância entre as normas e o espaço social do pescador. Mesmo diante desses fatores, a Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira (IN RFB) nº1.828/2018 está em vigor sendo obrigatória a mudança para o CAEPF, cadastro fundamental para ter acesso aos direitos sociais e às políticas públicas. No entanto, a CEI ainda não foi descontinuada e os pescadores artesanais continuam efetuando o pagamento do percentual da produção por meio da GPS, inclusive aqueles que realizam o CAEPF.

Sistema digital: eSocial

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) é um sistema digital do governo administrado pela Receita Federal, que segundo o Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, art. 2º é um:

> instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por: I – escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas; II – aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e III – repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

Figura 1: Site do eSocial

Fonte: http://portal.esocial.gov.br.

Esse sistema é uma ação conjunta de vários órgãos do governo federal: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que inclui a Secretaria de Previdência, Secretaria de Trabalho e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SRFB); Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, todos vinculados ao Ministério da Economia.

Por meio desse sistema unificado o segurado especial realiza o CAEPF, onde ocorre a migração da CEI para esse novo cadastro que é fundamental para acesso aos direitos e às políticas públicas.

Sistema digital: Meu INSS

O pescador artesanal é uma categoria profissional reconhecida pelo Estado, sendo, portanto, sujeitos portadores de direitos e deveres. No entanto, para que esses trabalhadores tenham acesso a esses direitos e as políticas públicas do Estado é necessário que estejam cadastrados como segurados especiais no INSS.

Nesta categoria estão incluídos: "o produtor, o parceiro, o meeiro, e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros (mutirão)". Quando esse trabalhador é inserido no Regime Geral da Previdência Social são confirmados os seus direitos como trabalhador, segundo a Lei nº8.213/1991, sendo este inserido na categoria de Segurado Especial.

Segundo o site do INSS, a Central de Serviços Meu INSS é uma ferramenta criada para facilitar a vida dos segurados. Esse Portal oferece serviços *online* de consulta e emissão de extratos e declarações, podendo ser acessado tanto pelo computador por meio do site: https://meu.inss.gov.br, quanto pelo celular por meio do aplicativo Meu INSS – Central de Serviços – para *Android* no *Google Play*, servindo para realizar agendamentos, solicitar benefícios, serviços e realizar consultas.

Essa plataforma possibilita o acesso do histórico da vida laboral do trabalhador, assim informações e dados sobre contribuições previdenciárias, empregadores e períodos trabalhados. É necessário realizar o cadastro informando o CPF, nome completo, data de nascimento, nome da mãe e estado de nascimento no próprio site para obter senha e dessa forma utilizar os serviços.

O atendimento ao cidadão referente aos serviços do INSS acontecia diretamente nas

agências físicas, ou seja, nos postos de atendimento da Previdência Social. No entanto, com a Instrução Normativa nº96 PRES/INSS, se faz necessário a realização do agendamento dos serviços disponíveis no Meu INSS. Essa IN entrou em vigor no dia 15 de julho de 2018, onde considera a modernização do atendimento, os serviços disponibilizados pelo Instituto e os sistemas e aplicativos desenvolvidos, cujo objetivo é simplificar o acesso às informações previdenciárias.

Determinados serviços disponibilizados no "Meu INSS" serão realizados nas Agências da Previdência Social somente com o prévio agendamento, por meio dos canais de atendimento, central de teleatendimento 135 e internet. A IN nº96, dispõe que os serviços e extratos disponíveis ao cidadão pela central de serviços (Meu INSS), quando solicitados presencialmente nas Unidades de Atendimento, serão realizados apenas após o agendamento efetuado pelo próprio cidadão.

No entanto, percebe-se que a exigência do agendamento para ser atendido na agência do INSS, é um fator que limita o atendimento ao cidadão, tendo em vista que determinados grupos da sociedade não dominam o uso do computador e acesso à internet, logo, terão dificuldade em realizar esse procedimento.

Figura 2: Site do Meu INSS.

Fonte: https://meu.inss.gov.br/central.

A modernização do sistema público tem como finalidade facilitar o acesso para os segurados especiais, segundo o objetivo do Meu INSS. A partir disso, podemos observar que esse discurso de modernização afirma que o beneficiado será o trabalhador. No entanto, de acordo com as problemáticas que serão apresentadas a seguir, perceberemos que os agentes

hegemônicos com a informatização terão maior controle sobre as informações dos cidadãos e, portanto, controle também sobre os seus corpos.

Além disso, percebe-se que tanto o site quanto o aplicativo do Meu INSS apresenta momentos de instabilidade, onde algumas funções ainda não funcionam adequadamente. Como exemplo, o simulador de aposentadoria, o cálculo do tempo de contribuição e o detalhamento da exigência a ser cumprida pelo segurado, quando consta. Neste último caso, o site não apresenta de imediato o que deve ser esclarecido ao INSS, sendo necessário o deslocamento do cidadão até a agência para saber o motivo da exigência, e retornando depois para cumpri-la.

Nessa perspectiva, foi possível perceber que as constantes transformações do sistema digital público são características do tempo presente, e que essas mudanças acontecem de forma acelerada na história contemporânea com a intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, que faz parte e estimula o estudo da história do tempo presente (FERREIRA, 2018).

Neste contexto, percebe-se que o *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2000) está integrado à ossatura do Estado (POULANTZAS, 2000) e contribui nos processos burocráticos do Estado, com os avanços das técnicas e sistemas digitais. Essa modernização permite maior controle sobre as informações de produção dos trabalhadores, devido à unificação e fluidez do meio informacional.

Pereira (2016) contribui na reflexão sobre a transição veloz da tecnologia e diz que "parece que estamos rumando para uma vida melhor". A partir disso, podemos refletir sobre a questão do discurso de melhorias para os cidadãos, apresentado no site do INSS no que se refere à unificação das informações e dados dos trabalhadores. No entanto, percebe-se que a estrutura e acesso desse sistema não condiz com a realidade dos pescadores artesanais e trabalhadores rurais, seja no aspecto socioespacial, entre outros fatores já apresentados que limitam o acesso ao sistema informacional.

Outra questão apresentada pelo autor quando fala de tempo histórico é que "o tempo próprio parece ser alcançado apenas pela alienação do outro" (PEREIRA, 2016, p. 290). A partir disso, podemos entender que essas mudanças confundem os usuários dos sistemas, de forma que inviabiliza o acesso aos direitos previdenciários.

> (…) essa "bolha de conforto" é apenas o outro lado do mesmo espelho que, nas suas faces "toda negra" ou "toda branca", são equivalentes. Alienada de si mesma, em suas duas metades, as consciências tornam-se, de certo modo, escravas uma da outra, atriz e telespectadora de si mesma em uma realidade tão perfeita como a ficção (PEREIRA, 2016, p. 290).

Nesse contexto, a unificação das informações também permite que o governo tenha um controle ainda maior sobre os corpos, devido à fluidez do sistema técnico-científico. Além disso, Santos (2000), diz que esses aparelhos do Estado implica a efetivação e o domínio de um saber e de um discurso que as massas populares estão excluídas.

Referências

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria.; ARAÚJO, Valdei Lopes de. Reconfiguração do tempo histórico; presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 23, n.1 e 2, p. 270-2977, 5 jun.2017.

POULANTZAS, N. O poder, o Estado, O Socialismo. 4ªed. São Paulo: Editora: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, A. C. T. Tecnologia de informação e comunicação, saúde e vida metropolitana.. Ensaios. Interface (Botucatu). Vol.2. no.2. Botucatu. Feb.1998.

SILVA, Antônia da Silva; SAMPAIO, Karla da Silva; PINTO, Pedro Benício de Almeida. Geografia & Pesca Artesanal Brasileira. Vol 1. Belém: GAPTA/UFPA, 2019

SILVA, Catia Antônia da. Política pública e território: passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Editora: Record. 9ª edição. RJ – SP, 2006.

_____.Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: Editora: HUCITEC, 1994.

Fontes

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57216296/do1-2018-12-28-instrucao-normativa-n-96-de-17-de-dezembro-de-2018-57216090http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-da-pr/secretaria-especial-da-aquicultura-e-da-pesca

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm#art58

https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meu-inss/

https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/05/falta-de-internet-em-21-dos-lares-edesafio-para-educacao-remota

A Integração para a Infraestrutura Regional Sul-Americana e o favorecimento de grandes grupos empresariais (2000-2015)

Larissa Martins Monteiro de Barros
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um grande projeto de infraestrutura que abarca todos os 12 países do continente. Tendo como marco inicial a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2000, a Iniciativa se tornou um dos marcos da integração regional do século XXI e dividiu muitas opiniões sobre o tema.

O presente trabalho busca identificar em que medida a IIRSA corresponde aos interesses de dois dos maiores setores da economia brasileira: a construção pesada e o agronegócio. Pretendemos, assim, fazer o levantamento das obras realizadas pelas empreiteiras brasileiras no âmbito da IIRSA e entender como sua disposição geográfica atende aos setores do agronegócio em seu movimento de expansão frente ao *boom das commodities*.

1.1. A IIRSA e a expansão das empreiteiras brasileiras

Muitas obras da IIRSA, mesmo aquelas realizadas fora do Brasil, ficaram a cargo de empreiteiras brasileiras. Ainda que com grande capacidade técnica e destacada experiência em obras de infraestrutura ao longo do século XX, o que parece ter sido decisivo na expansão dessas empresas pela América do Sul foi uma política externa brasileira voltada para a integração regional e o apoio do BNDES como órgão financiador de tais obras[1].

Os primeiros projetos aqui destacados fazem parte do Corredor Viário Interoceânico Sul, que liga o estado do Acre a três portos peruanos no Pacífico: San Juan de Marcona, Matarani e Ilo[2]. Os contratos de concessão dos trechos 2[3] e 3[4], de 703 km, foram firmados em agosto de 2005 e ficaram a cargo da Concesionaria Interoceánica Sur, consórcio liderado pela

[1] BARROS, Larissa Martins Monteiro de. **A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.

[2] FICHA DE PROJETO CÓDIGO PBB01. Disponível em: http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=319. Acesso em: 15 de julho, 2021.

[3] CONTRATO IIRSA SUR – TRAMO 2. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/documentos/tramo2/CONTRATO-IIRSA%20SUR-TRAMO%202.pdf>. Acesso em: 15 de julho, 2021.

[4] CONTRATO IIRSA SUR – TRAMO 3. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/documentos/tramo3/CONTRATO-IIRSA-SUR-TRAMO3.pdf>. Acesso em: 15 de julho, 2021

Odebrecht, responsável por 70% das ações da concessionária[5]. A proposta de financiamento de tal trecho foi apresentada no Primeiro Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES-CAF, em 2003, com a descrição do valor de 179 milhões de dólares[6]. Os contratos previam a construção, a conservação e a exploração dos trechos por um período de 25 anos.

Ainda no Corredor Viário Interoceânico Sul, uma concessionária brasileira ficou a cargo do trecho 4. O Consórcio Intersur - fomado pelas empresas Andrade Gutierrez, Construções e Comércio Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - ficou responsável pelo trecho Inambari – Azángaro[7]. O contrato[8] de concessão previu construção, operação e manutenção do trecho por um período de 25 anos e com o *slogan* "*Haciendo posible la integración de pueblos e culturas sudamericanas"*[9], a empresa é responsável por 306 km de via, com pelo menos 4 pontos de pedágio.

No que tange ao valor e ao financiamento do Corredor Viário Interoceânico Sul, as informações não são precisas. Inicialmente estava previsto um custo de 890 milhões de dólares, dentre os quais o Brasil entraria com 700 bilhões - por meio do BNDES, através do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), vinculado à exportação de bens e serviços brasileiros - e os demais recursos viriam da CAF e do governo peruano[10]. Entretanto, a obra superou em mais de duas vezes o seu valor inicial, segundo a ficha da de projeto da carteira da IIRSA[11], chegando ao valor de quase 2 bilhões de dólares, cujas fontes de financiamento não estão precisamente detalhadas.

Ainda no setor rodoviário, dois projetos da IIRSA foram entregues em concessão ao Consorcio Concesionaria Eje Vial Norte, formado pela Construtora Andrade Gutierrez, pela

[5] Ministerio Público Fiscalia de la Nacion (MPFN). Disponível em: <https://www.mpfn.gob.pe/Docs/ee2/files/audiencia_de_prision_preventiva_-_consorcios.pdf>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

[6] INFORME BNDES. Nº 173. Agosto, 2003.

[7] INTERSUR CONCESIONES. Disponível em: <http://www.intersur.com.pe/tramo-4>. Acesso em 18 de julho, 2021.

[8] CONTRATO IIRSA SUR – TRAMO 4. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/documentos/tramo4/CONTRATO-IIRSA-SUR-T4.pdf >. Acesso em: 15 de julho, 2021.

[9] Fazendo possível a integração de povos e culturas sul-americanas. Tradução nossa. INTERSUR CONCESIONES. Disponível em: <http://www.intersur.com.pe/tramo-4>. Acesso em 18 de julho, 2021.

[10] LULA INICIA OBRAS DA RODOVIA INTEROCEÂNICA. Estradas, 9 de setembro de 2005. Disponível em: <https://estradas.com.br/lula-inicia-obras-da-rodovia-interoceanica/>. Acesso em: 20 de julho, 2021; RODOVIA INTEROCEÂNICA. O Globo. 8 de setembro de 2005. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL892101-16021,00-RODOVIA+INTEROCEANICA.html>. Acesso em: 20 de julho, 2021.; e ACORDO COM PERU DÁ AO BRASIL SAÍDA PARA O PACÍFICO. BBC BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/economia/story/2003/08/printable/030824_perurgdb>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

[11] FICHA DE PROJETO CÓDIGO PBB01. Disponível em: http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=319. Acesso em: 15 de julho, 2021.

Norberto Oderbrecht S.A e pela peruana Graña y Montero S.A[12]: as rodovias Paita – Tarapoto[13] e Tarapoto – Yurimaguas[14]. As obras na estrada Tarapoto-Yurimaguas tiverm um investimento total de mais de 230 milhões de dólares[15]. No que tange a seu financiamento, a ficha do projeto indica que houve um investimento de US$ 45 milhões por parte do BID, de US$ 7,6 milhões pelo Tesouro Nacional do Peru[16] e a maior parte, de US$ 179.112.828 milhões por parte de fontes privadas/corporativas. Este montante indicado como privado inclui financiamento da CAF de US$ 60 milhões, em uma linha de crédito entre a CAF e o Estado peruano em favor da concessionária IIRSA NORTE[17]. Tal projeto foi apresentado no Primeiro Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES-CAF, com a descrição do valor de US$ 62 milhões[18]. Já obras na estrada Paita – Tarapoto contaram com investimento de 273.650.767 milhões de dólares, também financiados pelo BID, pelo Tesouro Nacional do Peru e por investimentos privados e corporativos[19].

Com o *slogan* "*Generando movimiento para el desarrollo"*[20], a concessionária IIRSA NORTE é, então, responsável por esses dois projetos, garantidos por um contrato de concessão de 25 anos, que prevê construção, reabilitação, melhoramento, conservação e exploração em mais de mil quilômetros de via, com 9 pontos de pedágio, a partir de um financiamento que ultrapassa 500 milhões de dólares[21].

[12] MINISTERIO DE TRANSPORTES Y COMUNICACIONES. Eje Amazonas ramal norte: Yurimaguas - Tarapoto - Rioja - Corral Quemado - Olmos - Piura – Paita. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/redvial/iirsa_norte.html>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

[13] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA25. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=26>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

[14] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA16. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=17>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

[15] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA16. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=17>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

[16] Este destinado especificamente à pavimentação do trecho de 11,6 km indicado na tabela 2.

[17] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA16. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=17>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

[18] INFORME BNDES. Nº 173. Agosto, 2003.

[19] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA25. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=26>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

[20] Gerando movimento para o desenvolvimento. Tradução nossa. CONCESIÓN VIAL IIRSA NORTE. Disponível em: <https://www.iirsanorte.com.pe/>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

[21] Embora não tenha sido encontrado no site de transparência do BNDES o aporte financeiro a esse projeto, outras fontes indicam que parte indeterminada desse valor foi financiado pelo banco, sobretudo em parceria com a CAF. Informações mais detalhadas disponíveis em: VERDUM, Ricardo. **Sistematização de informações sobre projetos na região amazônica financiados pelo BNDES com implicações na deflorestação.** DAR: Derecho, ambiente y recursos naturales. Brasília, 2 de abril, 2013.; e FONSECA, Bruno; MOTA, Jessica. Na Pan-Amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira. Eco. 28 de novembro, 2013. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/especiais/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira/>. Acesso em 18 de julho, 2021.

Ainda no Peru, em 2012, a Odebrecht ganhou a concessão do projeto "Vías Nuevas de Lima", por meio da concessionária Rutas de Lima S.A. O contrato[22] prevê, durante o período de 30 anos[23], a operação e manutenção de trechos que totalizam mais de 114 km de via[24], nas três principais rodovias de acesso à capital peruana: a Panamericana Norte, a Panamericana Sur e a Ramiro Prialé, contando com 100% de investimentos privados. Tal concessionária também é responsável pelo projeto da IIRSA de ampliação da capacidade da autopista Lima-Ricardo Palma, com investimento estimado de US$ 200 milhões, cuja origem está identificada na ficha da carteira da IIRSA como recursos privados e corporativos, sem maiores detalhamentos[25].

Além do setor rodoviário, a Odebrecht também está presente no Peru no setor portuário. Junto com a Jan de Null (da Bélgica) e a Saipem (da Itália), formou por *joint venture* o consórcio CDB Callao[26], responsável pelo projeto de mais US$ 700 milhões e da carteira da IIRSA de modernização do porto de Callao[27], cuja concessão é da empresa DP Callao, atual Dubai Ports World S.A. O porto de Callao ainda contou com mais dois projetos da carteira da IIRSA com a participação dos serviços prestados pela Odebrecht: o terminal de embarque de minerais de Callao[28], com investimento aproximado de US$ 113 milhões, e o terminal norte multipropósito[29], com um investimento aproximado de US$ 390 milhões[30]. Nesses três projetos, o financiamento nas fichas de projetos consta como recursos privados/corporativos, sem maiores especificações.

Ainda no que tange ao setor portuário, a Odebrecht ficou responsável por outro projeto da IIRSA, o de construção do porto de Bayóvar[31]. Dessa vez, a Odebrecht prestou serviço para a empresa Miski Mayo, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. Os investimentos da Vale incluíram a construção do porto de Bayóvar, que, segundo a ficha de projetos da IIRSA, custou

[22] CONTRATO DE CONCESIÓN DEL PROYECTO VÍAS NUEVAS DE LIMA. Disponível em: <https://rutasdelima.pe/wp-content/uploads/2018/11/contrato_concesion.pdf>. Acesso em: 18 de julho, 2021.
[23] Convém registrar que, em 2016, a Odebrecht vendeu 57% da concessão de Rutas de Lima para a Brookfield. A ação fez parte do plano de reestruturação financeira da empresa. Para mais detalhes, ver: VALENTINI, GRAZIELA. Oderbrecht vende Rutas de Lima. **Valor**. 27 de junho, 2016.
[24] RUTAS DE LIMA. Disponível em: <https://rutasdelima.pe/sobre-nosotros/>. Acesso em: 18 de julho, 2021.
[25] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA32. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=33>. Acesso em: 20 de julho, 2021.
[26] Informação disponível em: <http://www.odebrecht.com.pe/negocios/infraestructura/obras-realizadas/infraestructura-portuaria/muelle-sur>. Acesso em: 4 de jul, 2017.
[27] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA31. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=32>. Acesso em 21 de julho, 2021.
[28] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA67. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1333>. Acesso em 18 de julho, 2021.
[29] FICHA DE PROJETO AMA66. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1332>. Acesso em 18 de julho, 2021
[30] Informação disponível em: <http://www.odebrecht.com.pe/negocios/infraestructura/obras-realizadas/infraestructura-portuaria/proyecto-perubar>. Acesso em 04 de jul, 2017.
[31] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA22. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=23>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

US$ 70 milhões. A Odebrecht construiu o porto entre Punta Laguna e Punta Aguja, em Bayóvar, que entrou em funcionamento em 2010, com uma plataforma de carga de 16 metros de largura e 187 metros de extensão[32].

Dentre as fichas da carteira da IIRSA, encontra-se o projeto de melhoramento da rodovia Tingo María – Pucallpa[33], obra realizada pela Odebrecht[34], pela peruana JOHESA[35] e pelo consórcio Puente Chino[36], integrado pelas empresas Camargo Corrêa e Queiroz Galvão e também pela Andrade Gutierrez, esta responsável pelo melhoramento no trecho Neshuya-Pucallpa[37]. O valor total ultrapassa US$ 438 milhões e tem financiamento do Tesouro Nacional peruano e também do BNDES, nos trechos executados pelas empresas brasileiras[38].

A OAS também teve presença no Peru por meio de obras da IIRSA. As obras de reabilitação e melhoramento da estrada Lima-Canta-Unish[39] foram divididos em 3 trechos, dentre os quais o consórcio Vial Santa Rosa, formado pela OAS Sucursal Peru, pela Mota-Engil Peru e pela Constructora Upaca, ficou responsável pelo trecho Lima-Canta, de 80 km de extensão[40]. Com recursos do BID (US$ 70 milhões) e, em maior medida, do Tesouro Nacional do Peru, o total das obras ultrapassa US$ 300 milhões.

Ainda no que tange à construtora OAS, dois projetos de obras da IIRSA merecem destaque: a finalização da pavimentação Potosí-Tarija[41] e a pavimentação Potosí-Tupiza-Villazón[42]. Inicialmente, as obras de pavimentação entre Potosí e Tarija, em um total de mais de 410 km, ficaram a cargo da Queiroz Galvão, que começou a obra no ano de 2003. Entretanto,

---

[32] ODEBRECHT CONSTRUIRÁ MAIS UM PORTO NO PERU. **Novonor**. 05 de maio, 2009. Disponível em: <https://www.novonor.com.br/pt-br/odebrecht-construira-mais-um-porto-no-peru>. Acesso em: 21 de julho, 2021.

[33] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA26. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=27>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[34] Informação disponível em: <http://www.odebrecht.com.pe/negocios/infraestructura/obras-realizadas/infraestructura-vial/carretera-tingo-maria-aguaytia>. Acesso em 04 de mar, 2017.

[35] Informação disponível em: <http://www.johesa.com/proyectos/carretera-tingo-maria-pucallpa-sector-aguaytia-pucallpa/>. Acesso em 04 de mar, 2017.

[36] Contrato de prestação de serviços. Disponível em: <http://docs.seace.gob.pe/mon/docs/procesos/2008/200019/000194_EXO-1-2008-MTC_20-CONTRATO%20U%20ORDEN%20DE%20COMPRA%20O%20DE%20SERVICIO.pdf>.

[37] ANDRADE GUTIERREZ. Melhoramento da Rodovia Huánuco - Tingo Maria - Pucallipa, tramo III: Neshuya – Pucallpa. Disponível em: <https://www.andradegutierrez.com.br/Projetos.aspx#3964>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[38] Dado disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/11/BNDES-proyectos-financiados-en-la-Amazonia-DAR-Portugues.pdf

[39] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA72. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1375>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[40] Número do contrato da obra: Contrato N° 0032-2012-MTC/20 del 11.05.12. Informação disponível em: <http://gis.proviasnac.gob.pe/FilesPdfs/Proyectos/01404_1.pdf>. Acesso em: 21 de julho, 2021.

[41] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AND48. Disponível em; <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=93>. Acesso em: 23 de julho, 2021.

[42] FICHA DE PROJETO CÓDIGO CAP92. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=210>. Acesso em: 23 de julho, 2021.

a obra foi paralisada em 2007, em função das acusações da Administradora Boliviana de Estradas (ABC) e o projeto, que conta com financiamento do BNDES, continuou em mãos de uma construtora brasileira, desta vez, da OAS[43]. De acordo com a ficha da IIRSA tal obra totaliza US$ 238,2 milhões financiados com majoritariamente com recursos da CAF e do BNDES, e, em menores proporções, do Tesouro Nacional da Bolívia.

A outra obra arrematada pela OAS na Bolívia, a pavimentação da estrada Potosí-Tupiza-Villazón[44], também foi financiada pelo BNDES e pela CAF, desta vez, integralmente, totalizando um montante de US$ 180,4 milhões. A via foi alvo de um bloqueio, em 2010, por parte da população da localidade de Vitichi, que fechou a estrada para impedir a passagem de maquinário da OAS e cobrar a presença da Administradora Boliviana de Estradas para resolver as contendas[45].

Já na Venezuela, destaca-se o projeto de construção da segunda ponte bimodal sobre o Orinoco[46], a cargo da construtora Odebrecht. A ponte rodoferroviária de mais de 3km de extensão é o centro de um conjunto de obras realizadas pela empreiteira brasileira, que incluem trechos rodoviários, ferroviários e viadutos[47]. As obras tiveram início em 2001 e foram finalizadas em 2006, no valor final de US$ 1,22 bilhões[48], informação ausente na ficha do projeto da IIRSA, assim como também é ausente a fonte de financiamento. Segundo matéria do O Globo, de 2006, a Odebrecht realizou a obra com créditos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). A matéria chega a reproduzir uma fala que teria sido de Lula durante a inauguração: "Estou aqui para inaugurar uma obra que foi financiada pelo BNDES, motivo de orgulho para todos os povos da América do Sul" [49], entretanto, a obra não está listada no portal de transparência do banco brasileiro.

---

[43] Informação disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1025776-9356,00-OAS+ASSUME+TERMINO+DE+CONSTRUCAO+DE+RODOVIA+NA+BOLIVIA.html>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[44] FICHA DE PROJETO CÓDIGO CAP92. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=210>. Acesso em: 23 de julho, 2021

[45] Informação disponível em: < https://www.villazonbolivia.com/2010/07/bloquean-carretera-potosi-villazon-en.html>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[46] FICHA DE PROJETO CÓDIGO GUY05. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=179>. Acesso em: 23 de julho, 2021.

[47] Para informações técnicas consultar: <http://www.abece.com.br/web/download/pdf/simposio/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Roberto%20Alves.pdf>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[48] Informação disponível em: <https://venelogia.com/archivos/1278/>. Acesso em: 22 de julho, 2021. Também disponível em: < https://iamvenezuela.com/2017/03/puente-orinoquia/#valoracion>. Acesso em 22 de julho, 2021.

[49] LULA E CHÁVEZ INAUGURAM A PONTE SOBRE O RIO ORINOCO. **O Globo.** 13 de novembro de 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1348514-5602,00-LULA+E+CHAVEZ+INAUGURAM+A+PONTE+SOBRE+O+RIO+ORINOCO.html>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

A Odebrecht também esteve envolvida em obras da IIRSA no Equador, como a construção do novo Aeroporto de Tena[50]. Segundo o Jornal do Brasil, a empreiteira teria vencido a concorrência internacional em dezembro de 2004, orçada em US$ 69 milhões, dentre os quais US$ 50 milhões seriam financiados pelo BNDES[51]. Tal informação é confirmada pela apresentação, em 2006, de Demian Fiocca, então presidente do BNDES, sobre a participação do banco na internacionalização das empresas brasileiras. Nesta apresentação, encontra-se listado o apoio à construção do Aeroporto de Tena no valor de até US$ 50,4 milhões, em favor da empresa Odebrecht[52]. Mas, segundo o Valor Econômico, a crise política pela qual passava o Equador fez com que o banco brasileiro retardasse o anúncio da aprovação do financiamento[53]. Por fim, de acordo com a ficha do projeto, a obra foi concluída em 2011 e ficou a cargo do Consórcio Tena, conformado pelas empresas Odebrecht e Ekrón e teve valor de aproximadamente US$ 54,6 milhões com fonte do Tesouro Nacional. Apesar da apresentação aqui citada de Demian Fiocca e do levantamento feito por Verdum[54] sobre projetos na região amazônica financiados pelo BNDES, que aponta que tal financiamento teve participação do BNDES, não há informações sobre qualquer tipo de operação destinada ao aeroporto no portal de transparência do banco.

A partir desse levantamento, evidencia-se que a IIRSA contribuiu para a expansão das empreiteiras brasileiras nos países da América do Sul. Ainda que este não tenha sido um movimento antes inédito na região, muito menos exclusivo – já que essas empresas já atuavam há décadas dentro e fora do continente americano – houve, no início do século XXI, uma ampliação da presença de empreiteiras brasileiras na América do Sul. Nesse sentido, entendemos que as construtoras aqui citadas foram beneficiadas pela promoção da IIRSA enquanto condição essencial para a integração e desenvolvimento dos países sul-americanos.

[50] FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA11. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=12>. Acesso em: 23 de julho 2021.

[51] Informação disponível em: AMBROSIO, Marcelo. Tena: protestos pelo ex-presidente. **Jornal do Brasil.** 25 de abril, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/61168/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 24 de julho, 2021.

[52] Informação disponível em: FIOCCA, Demian. Apresentação no Seminário "As novas multinacionais brasileiras". FIRJAN, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2006. https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/apresentacao_fiocca_firjan.pdf. Acesso em: 24 de julho, 2021.

[53] Informação disponível em: GÓES, Francisco. BNDES retarda empréstimo de US$ 50 mi ao país. **Valor Econômico.** 25 de abril, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/451461/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

[54] VERDUM, Ricardo. **Sistematização de informações sobre projetos na região amazônica financiados pelo BNDES com implicações na deflorestação.** DAR: Derecho, ambiente y recursos naturales. Brasília, 2 de abril, 2013.

Entretanto, as empreiteiras não foram o único grupo amplamente beneficiado com a estruturação da integração regional em torno da IIRSA.

1.2. A IIRSA como corredores de exportação: o favorecimento do agribusinness

Vários autores, a partir de diferentes perspectivas, já chamaram atenção para o fato de que as disposições geográficas dos projetos da IIRSA formam corredores de exportação que favorecem a exploração dos recursos naturais da América do Sul. Igor Fuser apontou a IIRSA como um conjunto de obras gigantescas que adequam as economias da América do Sul aos interesses do mercado globalizado e de grandes empresas, em perfeita consonância com a lógica neoliberal, em que a região é tida como fonte de produtos agrícolas, matérias primas e recursos energéticos para abastecer os polos centrais de desenvolvimento capitalista. Cada eixo seria responsável pela estruturação de corredores de transporte desses recursos para a Ásia, Europa e América do Norte[55].

Raphael Padula também relaciona o nascimento da IIRSA a um "arcabouço ideológico neoliberal"[56] que, junto à projeção espacial dos eixos, voltados para fora do continente, reforça a caracterização da IIRSA como um projeto a formar corredores de exportação, criando uma conexão logística visando ao mercado mundial. Nesse sentido, o autor imputa uma forte crítica à condução da IIRSA segundo os termos do regionalismo aberto, voltada para fora da região e privilegiando um conjunto de obras e marcos regulatórios que favoreçam o capital privado, com uma suposta redução do papel dos Estados na condução desse processo[57].

Carlos Walter Porto-Gonçalves e Pedro de Araújo Quental também apontam para a IIRSA como um projeto que busca interconectar fisicamente o continente como uma resposta às crescentes demandas por *commodities* vindas da Ásia, a partir de um novo cenário em que a China começa a ganhar uma centralidade geopolítica e econômica. Marcada por uma lógica territorial que concebe diversas áreas da América do Sul como "vazios demográficos", negligencia-se a biodiversidade e a ocupação por parte de diversas populações. Essa visão dominante da natureza como um obstáculo a ser superado e que para isso é legítima a

[55] FUSER, Igor. Infra-estrutura a serviço do grande capital. **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo, mar. 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=128> Acesso em: 20 de julho, 2015.
[56] PADULA, Raphael. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese de doutorado. Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, agosto de 2010. p.182
[57] PADULA, Raphael. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese de doutorado. Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, agosto de 2010.

expropriação de povos de suas terras e a devastação ambiental é o que, para os autores, reforçam os marcos da colonialidade do saber e do poder[58].

Tais visões em relação a IIRSA como corredores de exportação de bens primários para o mercado mundial se evidenciam quando consideramos alguns aspectos. Em primeiro lugar, cabe destacar que o nascimento da IIRSA é concomitante à consolidação da China como importante potência econômica mundial, não à toa, a China se tornou o principal destino das exportações da maioria dos países da América do Sul, já no início do século XXI. Em segundo lugar e muito em função desse crescimento acelerado da China e sua exponencial demanda por produtos no mercado internacional, o início do século foi marcado pelo que ficou conhecido como o *boom das commodities*, um aumento de preço substancial dos bens primários no mercado mundial. Nesse contexto, a IIRSA parece buscar a garantia de acesso ao mercado mundial, sobretudo ao mercado chinês, por meio da execução de um planejamento logístico de infraestrutura.

De fato, ao analisar os documentos da IIRSA chamados de "visão de negócios", elaborados de forma a impulsionar e embasar discussões em torno da carteira de projetos de cada eixo, notamos que foi feito um extensivo levantamento de dados econômicos das regiões de influência dos eixos e que, grande medida, a visão de negócios predominante na maior parte desses estudos é a busca de saídas logísticas para a exploração de recursos naturais presentes no interior do continente e, no que tange às zonas costeiras, a preparação para se tornar plataforma de exportação desses recursos.

Ao analisarmos, por exemplo, a visão de negócios do Eixo Interoceânico[59], preparada em 2003, encontramos um mapeamento da economia do eixo. No que tange aos recursos naturais, estão destacados a produção de petróleo, gás natural, minérios de ferro, prata, zinco e energia hidrelétrica. Analisando o setor agropecuário, foi feito um levantamento que constatou o seu crescimento entre os anos 1980 e os anos 2000 nos países que compõem o eixo, destacando a produção de soja, cana de açúcar, vinicultura, algodão, gados e madeira e apontaram para uma expectativa de aumento de 35% nos sete anos seguintes. Também são destacados na visão de negócios citada o aumento significativo da produção de soja no Brasil, com a previsão de alcance da liderança mundial no setor em pouco tempo; a concentração da cana de açúcar no país, cuja produção superava, no ano de 2001, 60 vezes a produção da Bolívia

[58] PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional da América Latina. **Polis**. 31, 2012. Disponível em: < http://journals.openedition.org/polis/3749>.
[59] Visión de negocios Eje Inteoceánico. Documento da Reunião de GTE's. Santa Cruz, 4 al 6 de noviembre de 2003.

e do Paraguai juntas; e a produção de algodão, também superior nos estados brasileiros envolvidos no eixo em aproximadamente seis vezes a produção combinada da Bolívia e do Paraguai. A pecuária também foi apontada como atividade relevante no eixo, identificando, naquele ano, uma existência aproximada de 40 milhões de cabeças, dentre as quais as presentes no Paraguai e na Bolívia não poderiam ser comercializadas internacionalmente, em função da febre aftosa, razão pela qual existia uma barreira na fronteira do Mato Grosso com esses países, suspensa em 2011 pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)[60].

Ainda na visão de negócios do Eixo Interoceânico, foi feito um levantamento da economia industrial do eixo, então baseada em bens de capital e fertilizantes na costa Atlântica, concentrada no estado de São Paulo, e foi projetada uma expectativa de médio prazo da intensificação da produção e transporte de gás para produção de fertilizantes. Por fim, sinalizaram como base econômica do eixo a produção agrícola e pecuária em grande escala, a agroindústria, a exploração de recursos naturais e a indústria pesada e leve, projetando a médio prazo, a inclusão de indústrias que auxiliem a agregar valor aos recursos naturais[61].

A partir da identificação de que a economia do eixo está baseada em recursos naturais de baixo valor agregado, que são exportados a granel, entende-se que o custo de transporte desses produtos é um fator competitivo de grande impacto. Sendo assim, conclui-se que o planejamento da infraestrutura deve considerar, em primeiro lugar, a redução de custos de transporte para alcançar a competitividade mundial[62].

A visão de negócios da Hidrovia Paraguai-Paraná[63] também aposta na redução do custo de transporte para escoar a produção, apontando para o baixo custo de investimento em dragagem de rios, que podem gerar efetivos resultados. O documento identifica as atividades dominantes da região do eixo, dentre as quais destacam-se o cultivo de soja e a criação de gado, além da produção industrial, de gás e de energia hidroelétrica.

Outro documento de visão de negócios que merece especial atenção é o do Eixo Amazonas[64], que identifica como áreas estratégicas o ecoturismo, a Zona Franca de Manaus, a cadeira proteica da soja, o potencial madeireiro e pesqueiro, a bioprospecção e investigação

[60] Informação divulgada pelo governo federal. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/PerguntasfrequentesFebreaftosa.pdf. Acesso em: 24 de julho, 2021.
[61] Visión de negocios Eje Inteoceánico. Documento da Reunião de GTE's. Santa Cruz, 4 al 6 de noviembre de 2003.
[62] Visión de negocios Eje Inteoceánico. Documento da Reunião de GTE's. Santa Cruz, 4 al 6 de noviembre de 2003.
[63] Visión de negocios Eje Hidrovia Paraguay-Paraná. Presentación elaborada por el consultor Pedro Sosa Pinilla. Asunción, Paraguay, junio de 2008.
[64] Visión de negocios Eje Multimodal Amazonas. Informe Final – Documento de la Gerencia técnica del Eje. 30 de abril de 2003.

amazônica, o biocomério e diversos serviços ambientais, como certificados de crédito de carbono[65]. Mas o que nos parece mais interessante nessa visão de negócios do Eixo Amazonas é a presença de uma lista de *stakeholders* por setor, onde, além de três construtoras brasileiras que ficaram responsáveis por várias obras no Eixo Amazonas – Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez -, destacamos a presença de duas empresas exportadoras de soja, o Grupo MAGGI, atual AMAGGI, uma das maiores empresas brasileiras de produção agrícola; e a estadunidense Cargill, uma das maiores empresas de capital fechado do mundo, com atuação no Brasil desde 1965.

A AMAGGI, empresa brasileira fundada em 1966, atua na produção de soja, milho e algodão e se expandiu internacionalmente a partir de 2008. Para melhorar o escoamento de grãos nacional e internacionalmente construiu a AMAGGI LOGÍSTICA E OPERAÇÕES, com atuações portuárias, fluviais e ferroviárias. Também administra fábricas de esmagamento de soja e misturadora de fertilizante. O grupo também conta com a AMAGGI COMMODITIES, atuando na compra, venda e beneficiamento de grãos de soja e milho, além de atuar na comercialização de insumos agrícolas[66].

Na América do Sul, sua expansão internacional se deu para o Paraguai, em 2013, e para a Argentina, em 2012. No Paraguai, sua sucursal compra grãos de produtores da região, especialmente soja e milho e é capaz de revender tanto no mercado interno, quando internacionalmente, entretanto, desde o princípio, comercializou os produtos em sua totalidade para o mercado externo. Segundo a empresa, os grãos são comercializados por meio da hidrovia Paraná-Paraguai a partir dos portos de Assunção, até seguir para portos no Uruguai e na Argentina, de onde são exportados para a Europa e Ásia[67]. Na Argentina, a sucursal comercializa soja, milho, trigo, cevada, sorgo (milho-zaburro) e girassol, já é o 11º maior exportador de grãos do país e opera sobretudo a partir dos portos UP River, Necochea, Las Palmas e Bahía Branca[68].

A Cargill atua na compra, no processamento e distribuição de grãos e outras *commodities* e produtos majoritariamente ligados à nutrição humana e animal, além de atuar no setor financeiro e industrial. Com fundação nos Estados Unidos e mais de 150 anos de

[65] Visión de negocios Eje Multimodal Amazonas. Informe Final – Documento de la Gerencia técnica del Eje. 30 de abril de 2003.
[66] AMAGGI. Área de Negócios. Disponível em: <https://www.amaggi.com.br/sobre-a-empresa/nossa-atuacao>. Acesso em: 28 de julho, 2021.
[67] AMAGGI PARAGUAY. Nuestro Negocio. Disponível em: <https://www.amaggi.com.py/nuestro-negocio/>. Acesso em: 28 de julho, 2021.
[68] AMAGGI ARGENTINA. Nuestro Negocio. Disponível em: <amaggi.com.ar/nuestro-negocio/>. Acesso em: 28 de julho, 2021.

existência, está presente no Brasil desde 1965 e atua nos estados de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, São Paulo, Pará, Rondônia e Santa Catarina, lugares nos quais atua majoritariamente com soja, cacau, açúcar e etanol. Além do Brasil, na América do Sul, a Cargill também tem atuação nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Chile[69]. Ou seja, a empresa está presente em nove dos doze países que compõem a IIRSA.

Considerando a natureza de suas operações, é evidente que a Cargill, assim como outras empresas ligadas ao setor do agronegócio, depende de grandes investimentos em infraestrutura na América do Sul. Como exemplo, podemos considerar que a empresa apontou a hidrovia Paraná-Paraguai como o meio utilizado para escoar sua produção. Tal hidrovia é um dos eixos de desenvolvimento da IIRSA e tem papel fundamental no auxílio do escoamento da produção de soja do centro-oeste brasileiro.

O Brasil é, atualmente, um dos maiores exportadores de bens primários do mundo, sobretudo de soja, que se tornou, no começo do século XXI, o principal produto da pauta de exportação brasileira. A intensificação do comércio com a China e o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional colaboraram para o crescimento dos setores do agronegócio e, concomitantemente, para uma maior preocupação com questões infraestruturais, uma vez que, nesses setores, o custo de transporte é uma variável de grande relevância, que pode ser determinante em mercados competitivos. Sem acesso ao pacífico e com grande parte da sua produção agropecuária no interior do país a IIRSA parece servir também aos interesses das grandes empresas de agronegócio brasileiro.

Entre 2000 e 2015, em todos os anos, os grãos de soja, fora outros componentes do manejo dos grãos, estiveram entre os principais produtos exportados pelo Brasil, sendo o mais exportado nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2009, 2014 e 2015[70]. A exportação de soja também puxou, junto com outras *commodities*, a relação entre o PIB e a exportação dos bens primários, apontando para uma dependência cada vez maior do país da venda desses produtos de baixo valor agregado.

Outra coisa que pudemos perceber ao analisar os dados de exportação e importação do Brasil entre 2000 e 2015 foi o aumento da relevância da China como parceiro comercial e uma diminuição da preponderância estadunidense nas relações comerciais. O país asiático, a partir

[69] CARGILL. Cargill worldwide. Disponível em: <https://www.cargill.com/page/worldwide>. Acesso em: 29 de julho, 2021.
[70] WITS. World Integrated Trade Solution. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/es/Country/BRA/>. Acesso em: 29 de julho, 2021.

de 2009, se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, sendo o destino de 13,73% das exportações brasileiras, em um total de, aproximadamente, 21 bilhões de dólares, enquanto os EUA, até então o principal destino das exportações brasileiras, receberam pouco mais de 10% do total de exportações. Já a Argentina, que entre 2000 e 2007 foi segundo principal destino das exportações brasileiras, sendo ultrapassada pela China já em 2008[71].

Analisando esses dados, é possível compreender a importância de um planejamento de infraestrutura da magnitude da IIRSA, abarcando todos os países sul-americanos e *superando barreiras naturais* para a formação de corredores bioceânicos que favorecem o escoamento da produção brasileira. Tal cenário também contribui para explicar a liderança do Brasil na proposição IIRSA, uma política externa voltada para a integração sul-americana já desde os finais do século XX e o apoio financeiro do BNDES à concretização da carteira de projetos da iniciativa.

Considerações Finais

O levantamento aqui realizado nos ajuda a compreender como a IIRSA colaborou para a expansão de grandes grupos empresariais dos setores da construção pesada e do agronegócio. O consenso em torno da Iniciativa pareceu abarcar tanto governos neoliberais quanto a onda progressista sul-americana, evidenciando os limites das transformações em curso na região no início do século XXI, apontando mais para as permanências do que para as rupturas.

No que tange às empreiteiras brasileiras como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Camargo Correia e a Queiroz Galvão, o favorecimento se deu na realização de diversas obras da Iniciativa, contribuindo para o seu processo de expansão internacional.

Já com relação ao agronegócio, a IIRSA se apresenta como a garantia da infraestrutura necessária para acesso da produção aos mercados internacionais, especialmente ao mercado asiático, no momento de crescimento chinês e aumento da sua importância enquanto parceiro comercial dos países da região. Gargalos na infraestrutura se apresentam como um dos maiores custos para a competição dos produtos de menor valor agregado no mercado internacional.

Nesse processo, o aparelho de Estado brasileiro teve atuação destacada, tanto por uma política externa que promovia a integração regional, quanto pelo financiamento via BNDES, que se tornou o maior banco de desenvolvimento do mundo na primeira década do século XXI.

[71] WITS. World Integrated Trade Solution. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/es/Country/BRA/>. Acesso em: 29 de julho, 2021.

Todo esse processo foi acompanhando por uma lógica em que os interesses das grandes empresas favorecidas nesse processo ganharam contornos de "*interesse nacional"*.

Referências

ACORDO COM PERU DÁ AO BRASIL SAÍDA PARA O PACÍFICO. BBC BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/economia/story/2003/08/printable/030824_perurgdb>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

AMAGGI. Área de Negócios. Disponível em: <https://www.amaggi.com.br/sobre-a-empresa/nossa-atuacao>. Acesso em: 28 de julho, 2021.

AMAGGI ARGENTINA. Nuestro Negocio. Disponível em: <amaggi.com.ar/nuestro-negocio/>. Acesso em: 28 de julho, 2021.

AMAGGI PARAGUAY. Nuestro Negocio. Disponível em: <https://www.amaggi.com.py/nuestro-negocio/>. Acesso em: 28 de julho, 2021.

ANDRADE GUTIERREZ. Melhoramento da Rodovia Huánuco - Tingo Maria - Pucallipa, tramo III: Neshuya – Pucallpa. Disponível em: <https://www.andradegutierrez.com.br/Projetos.aspx#3964>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

BARROS, Larissa Martins Monteiro de. **A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.

CARGILL. Cargill worldwide. Disponível em: <https://www.cargill.com/page/worldwide>. Acesso em: 29 de julho, 2021

CONCESIÓN VIAL IIRSA NORTE. Disponível em: <https://www.iirsanorte.com.pe/>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

CONTRATO DE CONCESIÓN DEL PROYECTO VÍAS NUEVAS DE LIMA. Disponível em: <https://rutasdelima.pe/wp-content/uploads/2018/11/contrato_concesion.pdf>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

Contrato de prestação de serviços. Disponível em: <http://docs.seace.gob.pe/mon/docs/procesos/2008/200019/000194_EXO-1-2008-MTC_20-CONTRATO%20U%20ORDEN%20DE%20COMPRA%20O%20DE%20SERVICIO.pdf>.

CONTRATO IIRSA SUR – TRAMO 2. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/documentos/tramo2/CONTRATO-IIRSA%20SUR-TRAMO%202.pdf>. Acesso em: 15 de julho, 2021.

CONTRATO IIRSA SUR – TRAMO 3. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/documentos/tramo3/CONTRATO-IIRSA-SUR-TRAMO3.pdf>. Acesso em: 15 de julho, 2021

CONTRATO IIRSA SUR – TRAMO 4. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/documentos/tramo4/CONTRATO-IIRSA-SUR-T4.pdf >. Acesso em: 15 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA11. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=12>. Acesso em: 23 de julho 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA16. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=17>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA22. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=23>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA25. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=26>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA26. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=27>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA31. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=32>. Acesso em 21 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA32. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=33>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO AMA66. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1332>. Acesso em 18 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA67. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1333>. Acesso em 18 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AMA72. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1375>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO AND48. Disponível em; <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=93>. Acesso em: 23 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO CAP92. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=210>. Acesso em: 23 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO GUY05. Disponível em: <http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=179>. Acesso em: 23 de julho, 2021.

FICHA DE PROJETO CÓDIGO PBB01. Disponível em: http://cosiplan.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=319. Acesso em: 15 de julho, 2021.

FIOCCA, Demian. **Apresentação no Seminário "As novas multinacionais brasileiras"**. FIRJAN, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2006. https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/apresentacao_fiocca_firjan.pdf. Acesso em: 24 de julho, 2021.

FONSECA, Bruno; MOTA, Jessica. Na Pan-Amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira. **Eco**. 28 de novembro, 2013. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/especiais/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira/>. Acesso em 18 de julho, 2021.

FUSER, Igor. Infra-estrutura a serviço do grande capital. **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo, mar. 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=128> Acesso em: 20 de julho, 2015.

INFORME BNDES. Nº 173. Agosto, 2003.

INTERSUR CONCESIONES. Disponível em: <http://www.intersur.com.pe/tramo-4>. Acesso em 18 de julho, 2021.

LULA E CHÁVEZ INAUGURAM A PONTE SOBRE O RIO ORINOCO. **O Globo.** 13 de novembro de 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1348514-5602,00-LULA+E+CHAVEZ+INAUGURAM+A+PONTE+SOBRE+O+RIO+ORINOCO.html>. Acesso em: 22 de julho, 2021.

LULA INICIA OBRAS DA RODOVIA INTEROCEÂNICA. Estradas, 9 de setembro de 2005. Disponível em: <https://estradas.com.br/lula-inicia-obras-da-rodovia-interoceanica/>. Acesso em: 20 de julho, 2021

MINISTERIO DE TRANSPORTES Y COMUNICACIONES. Eje Amazonas ramal norte: Yurimaguas - Tarapoto - Rioja - Corral Quemado - Olmos - Piura – Paita. Disponível em: <https://portal.mtc.gob.pe/transportes/concesiones/redvial/iirsa_norte.html>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

Ministerio Público Fiscalia de la Nacion (MPFN). Disponível em: <https://www.mpfn.gob.pe/Docs/ee2/files/audiencia_de_prision_preventiva_-_consorcios.pdf>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

ODEBRECHT CONSTRUIRÁ MAIS UM PORTO NO PERU. **Novonor**. 05 de maio, 2009. Disponível em: <https://www.novonor.com.br/pt-br/odebrecht-construira-mais-um-porto-no-peru>. Acesso em: 21 de julho, 2021.

PADULA, Raphael. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica**. Tese de doutorado. Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, agosto de 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional da América Latina. **Polis**. 31, 2012.

RODOVIA INTEROCEÂNICA. O Globo. 8 de setembro de 2005. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL892101-16021,00-RODOVIA+INTEROCEANICA.html>. Acesso em: 20 de julho, 2021.

RUTAS DE LIMA. Disponível em: <https://rutasdelima.pe/sobre-nosotros/>. Acesso em: 18 de julho, 2021.

VALENTINI, GRAZIELA. Oderbrecht vende Rutas de Lima. **Valor**. 27 de junho, 2016.

VERDUM, Ricardo. **Sistematização de informações sobre projetos na região amazônica financiados pelo BNDES com implicações na deflorestação.** DAR: Derecho, ambiente y recursos naturales. Brasília, 2 de abril, 2013

Visión de negocios Eje Hidrovia Paraguay-Paraná. Presentación elaborada por el consultor Pedro Sosa Pinilla. Asunción, Paraguay, junio de 2008.

Visión de negocios Eje Inteoceánico. Documento da Reunião de GTE's. Santa Cruz, 4 al 6 de noviembre de 2003.

Visión de negocios Eje Multimodal Amazonas. Informe Final – Documento de la Gerencia técnica del Eje. 30 de abril de 2003.

WITS. World Integrated Trade Solution. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/es/Country/BRA/>. Acesso em: 23 ago, 2021.

Impactos da Modernização na comunidade pesqueira da Ilha de Paquetá

Tamyres Pereira Campos Araujo[1]
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

Das atividades extrativistas a pesca encontra-se entre aquelas primeiras desenvolvidas pelo homem. Essa atividade que por muito tempo foi marcada por uma visão folclórica e desprovida de grande afetação, traz em si uma problemática que diferente do que se costuma pensar, nada tendo de pacata e tranquila, uma vez que está em jogo a subsistência e a luta por áreas que permitam o desenvolvimento dessa atividade importância. Segundo Moraes (2002)[2] as chamadas colônias de pescadores artesanais estiveram tuteladas pelo Estado desde o início do século passado; entretanto, ainda segundo o autor;

> A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical (MORAES, 2002, p.1).

Da mesma forma que as demais colônias de pescadores do restante do país, a colônia de pescadores de Paquetá seguiu o mesmo processo e enfrentou ao longo dos tempos o problema de redução de suas áreas de atividades a par das conquistas dos direitos a eles concernentes. A Colônia de Pescadores Z3 está localizada em Paquetá cuja história segundo Coaracy (1965) foi um tipo de concessão aos pescadores de então;

> Quando Bhering de Matos adquiriu a propriedade que é hoje Parque Darke de Matos, existia na praia dessa chácara uma série de casinhas onde residiam pescadores. Ao fechar a praia, o novo proprietário doou, em compensação, aos moradores desse grupo um terreno na Praia da Guarda. Nesse terreno seu filho, Jorge de Matos, mandou construir o prédio destinado a sede da Colônia de Pescadores Z3 a que estão filiados os pescadores de Paquetá.

[1]Mestranda na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ-FFP. História Social – araujo.tamyres@posgraduacao.uerj.br .
[2]http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo14/Col%F4nias_de_Pescadores_e_Luta_Cidadania.rtf. (Acessado em 30/10/2021).

Desde a doação desse terreno aos dias atuais o que se tem visto é uma célere perda de áreas que antes pertenciam as famílias dos pescadores para moradores comércio e, sobretudo, para o turismo, não sendo levado em consideração o impacto que a restrição dos territórios antes voltados para a pesca e hoje disputado pela especulação imobiliária e o aumento da população fixa e daquela sazonal pode causar a subsistência desse grupo de pescadores artesanais da ilha de Paquetá. Tratar da atividade pesqueira na ilha é falar da memória e história do lugar e essa memória se perde quando os locais tradicionalmente a eles ligados torna-se território descaracterizado e em seguida ocupado por outros elementos de fora do ambiente da ilha. Nesse sentido, temos em Izquierdo (2011) que, "Sem memória não há vida. É possível, inclusive, dizer que a vida é uma sequência de memórias". Então, partir do que expressa o autor, a desterritorialização desse pescadores e suas famílias de locais que tradicionalmente lhes pertence suscita o apagamento da história e memória da ilha de Paquetá, uma vez que essas sem continuidade, perdem-se em meio a novos valores e sujeitos que passaram a ocupar esses espaços que lhes pertence pelo exercício da profissão ligado ao sentimento de pertencimento em decorrência da atividade pesqueira da criação de laços familiares e da própria história do lugar.

A memória de um dado grupo ligada a um determinado lugar é um tema que está presente em várias áreas que estudam as relações humanas e o desenvolvimento sociocultural, religioso, político, etc., podendo e devendo ser vista de cada prisma de observação do pesquisador, a partir de diferentes olhares. Memória refere-se a tudo, desde a fatos cotidianos as muitas informações que formam um tipo de elo que reuni imagens, diferentes dados, fatos marcantes; ou seja, tudo aquilo que de alguma forma e por diferentes motivos, tenha relevância entre os registros de acontecimentos passados e do presente. No que diz respeito a Paquetá, onde a história pode ser vista pelas ruas, a memória dessa história não pode ser perdida ou mesmo soterrada pela ocupação desenfreada que está em curso com a exploração do turismo, incentivado de maneira ostensiva desde 2007 com a abertura do polo turístico na ilha.

A relação entre a memória coletiva tanto quanto a memória individual ambas possuem importância capital para a vida dos agrupamentos sociais e suas idiossincrasias porque é a partir dessas relações que os elementos culturais se alicerçam e constituem os ingredientes necessários para a formação das identidades coletivas e aqui a referência está ligada aos pescadores de Paquetá, que desde a sua ocupação até os dias atuais forjaram um traço que os destaca como identitário. Segundo Stuart Hall a propósito da nossa identidade, diz o autor que "[...]nossa identidade, tenha ela a forma que tiver, é uma história sobre nós mesmos, ou em

última análise, uma ‘narrativa do eu[...]” (HALL, 2005, p.12), identidade formada e construída a partir de tudo que diz respeito à nossa história e memórias e que passam de geração a geração, oralmente ou não, sendo relevante tê-la e mantê-la viva. Por isso, a importância de se preservar a reserva cultural e extrativista que é a pesca artesanal tão antiga quanto a história de Paquetá, e que abrange desde a maneira como os moradores de Paquetá relaciona-se com o meio em que vivem quanto com a atividade da colônia de pescadores e essa com o próprio meio de onde tiram o seu sustento há décadas, ou seja, o mar que os circunda.

O processo de legalização da prática pesqueira no Brasil – Um breve histórico

Desenvolver uma pesquisa que traga a questão da pesca e dos pescadores requer uma digressão a respeito da própria normatização dessa atividade no Brasil. Segundo Moraes (2002), as primeiras colônias de pesca foram fundadas em 1919 que teve por móvel a importação de peixe e defesa da costa brasileira. Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. O primeiro estatuto foi levado a efeito em 1923, sendo as colônias definidas como agrupamentos ou agregados de pescadores e os pescadores obrigados a se matricular para poder exercer o ofício. No governo de Getúlio Vargas foi criada a Divisão de Caça e Pesca (Decreto nº 23.134/33) que visava gerenciar a atividade pesqueira no país, sendo criada a Divisão e Caça e Pesca (1934), entre mudanças de subordinação do Ministério da Marinha ao Ministério da Agricultura. Na década de 1960 é criada a SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, e extinta a Divisão de Caça e Pesca. O Decreto nº 221 de 1967 foi instituído um novo código que estabelecia as normas para a atividade da pesqueira no país. Na década de 1970 o governo incentiva a implantação da indústria da pesqueira nacional, sendo o Ministério da Agricultura o responsável pelos pescadores. Segundo Moraes (2002, p.2-3);

> Após a promulgação da nova Constituição, em 05 outubro de 1988, identificamos alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriram-se possibilidades de as colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios.

Com a extinção da SUDEPE em 1989, e a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) o desenvolvimento pesqueiro passa a responsabilidade deste. Em 1993 é criado o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia

Legal que incorpora as representações de pescadores artesanais; contudo em 1998 os pescadores artesanais voltam a tutela do Ministério da Agricultura.

Dessa forma, temos um breve quadro da situação dos pescadores e sua atividade dentro da história econômica e social brasileira o que nos leva perceber o relevo e a importância dessa atividade econômica no micro e no macro do seu desenvolvimento. Nesse sentido, temos nas palavras de Silva (2016, p.17) que a pesca artesanal "Trata-se de um fenômeno social, composto por um grupo social que sofre processos de transformação sociais, políticos, econômicos, culturais e espaciais [...]". No tocante a realidade que abrange o recorte geográfico aqui analisado; a ilha de Paquetá e sua interação com os indivíduos que desenvolvem a atividade da pesca, existe um mundo realidades e conflitos advindos da própria necessidade da expansão urbana sobre o espaço da ilha e essa requisitando para si os espaços e territórios ali existentes e historicamente utilizados para sua atividade de subsistência local. Segundo Germani, Rios e Alves (2021, p.66) apud (MMP,2015, p.4) as comunidades pesqueiras tradicionais e a de Paquetá não difere das demais, "possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas através da oralidade, de geração para geração". Sua relação estreita com a natureza ligada ao conhecimento desenvolvido a partir dessa relação geracional, levam a uma relação, tal como já mencionado neste artigo, um respeito no trato com os bens advindos do oficio por eles desenvolvidos. A relevância da discussão sobre a perda dos territórios tradicionalmente pertencentes a essa atividade em Paquetá é importante pelo fato de influenciar diretamente a colônia dos pescadores a partir da possibilidade da desterritorialização desses indivíduos com a resultante invasão possibilitada pela administração pública em seus territórios com o fito de explorar o bairro de Paquetá a partir de sua localização geográfica e atrativos naturais.

A colônia de Pescadores e o processo de desterritorialização e periferização da atividade pesqueira em Paquetá

No que se refere as áreas que já foram ocupadas por pescadores locais e aquelas que lhes foram retiradas, necessário se faz um mapeamento a partir dos dados relativos à fundação da colônia de pescadores tal qual a conhecemos hoje e como essa se apresentava antes da regulamentação da atividade na ilha. O período em que se deu o avanço sobre as áreas por eles ocupadas historicamente e os fatores que estão ligados a "invasão" do setor imobiliário na ilha e uma possível elitização dos frequentadores de Paquetá a partir do processo de

gentrificação de áreas antes desvalorizadas no âmbito da ilha. A hipótese é a de mostra até que ponto a aparente tranquilidade e segurança de Paquetá pode influenciar numa mudança de indivíduos frequentadores da ilha e a segregação dos moradores mais antigos e entre eles os pescadores, nesta nova configuração que está sendo gestada a partir do incentivo ao turismo. A criação de um espaço de laser para um determinado público e a ocultação de elementos que não se enquadram dentro desse novo modelo de moradores e visitantes.

A real situação da colônia de pescadores de Paquetá se a observarmos sob o prisma social, é um ambiente com aparência de área periférica. Nessas ditas áreas moram diversas famílias e não vivem da pesca artesanal e nem a tem por atividade primaz. Atualmente, aqueles que ainda trabalham na ilha desenvolvem atividades do comércio informal como barraquinhas vender peixe frito e bebidas nos fins de semana para os turistas que aportam costumeiramente em Paquetá. Os pescadores são os moradores mais antigos da colônia e hoje são minoria. Os descendentes dessa geração mais antiga buscam trabalho na capital ou em cidades adjacentes a Paquetá em outras atividades sem ligação com a pesca. O abandono é atestado porque o pescado que é vendido em Paquetá vem em sua maioria do Mercado de São Pedro em Niterói. A poluição na Baía de Guanabara é um dos principais fatores que concorrem para a diminuição expressiva da atividade pesqueira na Ilha diferindo dos tempos quando as águas da baía eram limpa e favoreciam o abundancia do pescado. Ainda são encontrados pescadores que buscam viver da pesca; mas, a produção está aquém do necessário para subsistência dos pescadores e suas famílias.

É perceptível que a Colônia de Pescadores de Paquetá está passando por um processo acelerado de descaracterização e desterritorialização e periferização de seus moradores e sendo forçada a ocupar espaços antes ocupados por outros indivíduos e que estão atualmente sofrendo processo análogo de periferização em consequência do aumento do número de novos moradores e do incremento da indústria do turismo na ilha. O processo de abandono ou perda dos territórios na ilha antes destinados aos pescadores e fato concreto em Paquetá. Segundo Haesbaert (2007, p. 67), ao tratar do tema desterritorialização, o autor nos diz que esse processo consiste, em “espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica”, lugares onde se produz o “anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes”. Numa das possíveis interpretações sobre esse fenômeno que pode abranger as esferas sociais, políticas, econômicas, culturais, etc., que

> As condições locais não desapareceram, contudo mudaram de conteúdo, incorporando fatores ligados ao setor financeiro, à densidade do aparato tecnológico e aos incentivos fiscais localmente oferecidos. A localização em sentido amplo é

> revalorizada porque num mundo tão móvel, o fato de estar localizado é um trunfo a ser usufruído (Haesbaert, 2007, p. 59-61).

Baseado no que nos diz Haesbaert (2007), as condições dos pescadores da colônia Z3 não desapareceram, contudo estão sendo modificadas e deterioradas o que levará a curto prazo, a perda da memória e história desses indivíduos, uma vez que não há continuidade do exercício da função com o fito de preservá-la por aqueles que ainda residem e pescam na ilha. Mesmo com este cenário de diluição da história e do ofício de pecador artesanal, Paquetá ainda mantém diversas tradições e o cotidiano de uma vida em comunidade, sobretudo dos antigos moradores. Ao que parece, numa visão menos acurada sobre o que está ocorrendo na colônia e na própria ilha em si, é que a população antiga de Paquetá se preocupa em manter esse patrimônio cultural e imaterial que é a existência da Colônia de Pescadores e tudo o que essa implica para a história da ilha. Contudo, para os novéis moradores, sobretudo aqueles que pertencem a chamada classe média vinda do continente e da capital, o local dos pescadores figura-se para eles, por mais uma "favelinha". São indivíduos invisibilizados fora das épocas de festividades de São Pedro e São Roque, quando há um tipo de concessão para a sua inserção no ambiente dessa classe e dos turistas sazonais.

A Colônia de Pescadores não está inserida nos roteiros para a visitação dos turistas, embora a comida servida por eles seja elogiada de modo geral. A não recomendação, segundo visitantes contumazes da ilha, nas páginas relacionadas aos roteiros turísticos da ilha de Paquetá aponta para um processo de anulação onde, primeiro os ignoraram para depois torná-los invisíveis e deslocados os locais que lhes eram afetos. Daí desaparece o sentimento de pertencimento e ao gradativo apagamento das memórias e histórias dos moradores que fizeram da atividade pesqueira a sua história de vida. Buscar essas histórias faz parte do papel do historiador garimpando na fala desses indivíduos a própria história da ilha de Paquetá

Considerações Finais

É de consenso que a atividade pesqueira, sobretudo a artesanal tem papel relevante e histórico no país; importância essa que permeia pelo aspecto sociocultural, socioeconômico, político e, em boa medida, religioso. A existência e preservação desses núcleos representa um tipo de herança histórica e cultural que traz em suas práticas tradições, costumes e a própria formação da identidade, item expressivo para quaisquer grupos sociais, pois a atividade em si mesma, proporciona uma espécie de ligação que passa pela história e geografia local, além de manter vivo os laços que "costuram" as tradições do passado no presente e este ao futuro dos

indivíduos que residem e têm suas raízes no local. Ainda segundo nos traz Germani, Rios e Alves (2021, p.80) apud Alves (2015); “o sujeito da pesca é um agente que organiza o espaço, pois o mesmo criará formas de relações, trocas, usos a partir de suas experiências e místicas que irão se estabelecer tanto nos espaços da água quanto nos da terra.”

A pesquisa sobre o tema que aborda a desterritorialização da Colônia de Pescadores de Paquetá será primordial para que se possa traçar o relevo as respeito da situação atual da colônia em relação ao passado; as perspectivas para que não haja a descaracterização do território dos pescadores com a implementação de medidas que os retire dos territórios de pesca a eles pertencentes há décadas em prol da urbanização; e exploração da ilha de Paquetá, onde a preferência para habitação e comércio seja ofertada não apenas aos visitantes em detrimento dos antigos moradores. Os pescadores artesanais de Paquetá são um atrativo do bairro, fazendo parte de sua história. A necessidade de preservar as suas atividades é primordial para que se mantenha viva não apenas a tradição secular, mas a sobrevivência de uma parte importante da história do bairro de Paquetá.

Referências

ALVES, T. dos S; GERMANI, G. I; RIOS, K. A. N. **Mapeando desafios, identidades e espaços de vida: A trajetória da luta dos (as) pescadores (as) artesanais na Bahia pelo olhar do geografar.** In Cultura e conhecimento tradicional faces possíveis da sustentabilidade, in SOUZA, R. M. et. al. Unidades de Conservação e Comunidades tradicionais: desafios da sobrevivência dos espaços e identidades. Aracaju. Criação editora, 2021.

ARAGÃO, M. C. O. Cultura e conhecimento tradicional faces possíveis da sustentabilidade, in SOUZA, R. M. et. al. **Unidades de Conservação e Comunidades tradicionais:** desafios da sobrevivência dos espaços e identidades. Aracaju. Criação editora, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. et al. (Orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. (1ª ed.1989) Porto Alegre: Artmed; (2 ª ed) 2011.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água**. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SILVA, C. A. Sobre a geografia das existências. SILVA, C. A. DE PAULA, C. Q. **Brasil e Moçambique**: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

A conexão cultural entre espaços culturais e intelectuais

Letícia Freixo Pereira
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista FAPERJ

Este trabalho sinaliza sobre os discursos que foram construídos em diferentes espaços culturais por intelectuais da sociedade brasileira sobre a música popular do país. Estes intelectuais - críticos, estudiosos, memorialistas, jornalistas, especialistas, pesquisadores, admiradores - construíram uma memória da música popular brasileira e consagraram seus representantes. O Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro (RJ), a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB) e a Editora Abril com seus fascículos da coleção *História da Música Popular Brasileira* serão os espaços culturais abordados neste trabalho. Porém, mais do que analisar estes locais, esta pesquisa irá trabalhar com os discursos, ações, projetos realizados por intelectuais brasileiros dentro destes espaços culturais para legitimar e preservar a memória da música popular do país. Ressalto que, os discursos e projetos dos intelectuais desenvolvidos nestes espaços estão conectados. O período em que esta pesquisa irá se focalizar será de 1965 com a criação do MIS até o final dos anos 1980, momento em que a Funarte realizou uma série de programas com esta temática da canção popular. Ficarei atenta também à relação destes intelectuais com o governo federal. Pois todos estes locais culturais foram criados no período do regime militar, alguns deles receberam apoio financeiro do governo como a APMPB e, no caso da Funarte, foi criada como política do próprio regime como argumentarei adiante.

O que não se pode deixar de mencionar é que muitos intelectuais ligados à música popular brasileira atuaram em todos estes espaços culturais (MIS, Funarte, APMPB, Editora Abril), podemos citar os nomes de: Hermínio Bello de Carvalho, Paulo Tapajós, Jota Efegê, Lúcio Rangel, Sérgio Cabral, Almirante, José Ramos Tinhorão, Ary Vasconcellos, entre outros. Estes estudiosos da música popular brasileira já trabalhavam na preservação e consagração da mesma desde os anos 1940, atuando nas rádios, nos jornais (FERNANDES, 2010, p.10). Estes sujeitos são herdeiros da Revista da Música Popular Brasileira, que fora um periódico que circulou na imprensa nos anos de 1950 e legitimava os sambistas cariocas da velha guarda como os representantes da cultura popular do Brasil (WASSERMAN , 2002, p.20). Esta revista teve como um de seus criadores Lúcio Rangel e contou com muitos destes intelectuais já citados como seus colaboradores. Muitos desses agentes culturais participaram em 1962 do *I Congresso Nacional do Samba*, no Rio de Janeiro. Neste congresso, sambistas,

especialistas e estudiosos em música popular, sugeriram medidas para proteger o Samba tradicional (CARNEIRO, 1962, p.33).

Estes intelectuais possuem uma longa trajetória na preservação da música popular brasileira, eles atuavam como mediadores culturais. A mediação foi fundamental para a construção da memória da música popular. Para Marcos Napolitano: "Os mediadores, agentes socioculturais, conscientemente construíram as pontes entre a herança étnica e comunitária do samba e a identidade regional (carioca) e, depois, nacional da música popular brasileira." (NAPOLITANO, 2007, p.27). Esses sujeitos não mediam esforços para legitimar a "tradicional" canção do país, aquela considerada por eles como autêntica, como tipicamente brasileira. A vertente intelectual de maior impacto dentro destes espaços culturais era aquela que entendia que a música popular brasileira era o Samba carioca das primeiras décadas da República. Desta forma, a maioria dos intelectuais do MIS, da Funarte, da APMPB, da Editora Abril buscam nos anos 1920 – 1930 as referências musicais que deviam ser consagradas. Frequentadores da boemia carioca (das rodas de samba, dos desfiles de carnaval) estes estudiosos em música popular estabeleceram uma relação de amizade com seus objetos de estudo (MORAES, 2007, p. 271). Sempre que possível vão privilegiar as memórias de Pixinguinha, Donga, João da Baiana, Cartola, Sinhô, Ismael Silva. Porém, embora seja predominante nestes locais esta concepção sobre a música popular, reconheço que ela não era exclusiva. Nestes espaços culturais era comum existir debates onde vertentes intelectuais opostas muitas vezes entravam em choque.

O primeiro espaço cultural abordado neste trabalho será o MIS do Rio de Janeiro. O MIS carioca foi criado em 1965. O museu era uma fundação, ou seja, um órgão ligado ao governo da Guanabara, mas com liberdade de gestão. Ele foi um projeto do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Com a transferência da capital federal para Brasília o governador queria firmar o Rio como capital cultural do país (SANTOS, 2015, p. 13). Desta forma, o MIS foi inaugurado nas comemorações do IV centenário da cidade (MESQUITA, 2009, p. 9). Nos planos políticos de Lacerda o museu ajudaria também na sua campanha à presidência da República em 1966. O MIS no projeto de Lacerda contaria através de áudios e vídeos a história do Rio de Janeiro, o museu representaria a síntese da identidade carioca (AGUIAR, 2012, p.11). Porém, logo na sua inauguração Lacerda adquiriu/selecionou para o museu duas importantes coleções sobre a música popular brasileira, são elas: a coleção Almirante que é composta de milhares de partituras, livros, fotos, recortes de jornais, instrumentos musicais e a coleção de Lúcio Rangel, que era composta por documentos sonoros que faziam parte do acervo da Casa Édson. Em 1965 Carlos Lacerda saiu do posto de

governador do Estado da Guanabara e a situação do museu ficou bastante crítica. O museu perdeu seu maior mecenas e passou a enfrentar dificuldades para se manter aberto. O MIS era financiado pelo BEG (Banco do Estado da Guanabara) e o novo governador pretendia transformar o museu em um espaço de lazer para os funcionários do banco. A justificativa do novo governo era que Carlos Lacerda tinha gasto demais com o MIS, e, já que a instituição ficava perto do BEG, o local se transformaria em um clube para seus funcionários. É neste contexto que o vice-governador do Estado da Guanabara, Rafael de Almeida Magalhães, nomeia Ricardo Cravo Albin para a presidência do museu. Embora Carlos Lacerda já tivesse adquirido coleções sobre a música popular para o museu, foi na gestão de Ricardo Cravo Albin que o MIS se firmou como um museu da música popular. O diretor da instituição em conjunto com intelectuais realizaram uma série de esforços para consagrar, através de projetos do museu, a memória dos sambistas da Primeira República.

Para impedir o fechamento do museu, Ricardo Cravo Albin e os seus conselheiros Ary Vasconcelos e Almirante criaram o Conselho de Música Popular Brasileira (MPB) e o Programa Depoimentos para Posteridade. De acordo com as atas das reuniões do Conselho de MPB o primeiro encontro deste órgão aconteceu em 04 de Março de 1966. Durante os anos do seu funcionamento (de 1966 a 1972) este conselho contou com a colaboração de 40 conselheiros. Embora não houvesse unanimidade no pensamento dos conselheiros, a grande maioria dos seus membros era adepto de uma corrente de pensamento nacionalista que consagrava o Samba autêntico do início do século XX à cultura popular brasileira. Os intelectuais deste conselho formaram um forte núcleo da música popular brasileira. Seus posicionamentos e ações ultrapassaram os muros do museu e passaram a influenciar outros espaços culturais, e a própria sociedade. Esse Conselho realizou uma série de ações para firmar a música popular brasileira: cursos (de música popular brasileira, de folclore), palestras, gravações de LP's (como os de Carmem Miranda, Noel Rosa, Elizeth Cardoso com Jocob do Bandolim e Zimbo Trio, 70º aniversário de Pixinguinha, Helena de Lima relembrando Ataulfo Alves), shows (dos artistas João da Baiana, Pixinguinha, Nelson Cavaquinho, Renato Murse, Clementina de Jesus), eventos para atrair a mídia (como as comemorações do "Cartola 60", um almoço organizado pelo museu para homenagear os 60 anos do poeta da Mangueira e "O Ano Pixinguinha", projeto para homenagear os 70 anos deste artista), o I Festival de Música dos Penitenciários e o Festival de Música Universitária. Em 1967 foram criados pelo museu os prêmios Estácio de Sá e Golfinho de Ouro. Na ata da reunião do dia 02 de Fevereiro de 1968 os membros do Conselho de MPB debateram sobre o caráter destas premiações: "1° Troféu Golfinho: à personalidade que durante o ano apresentou

melhor criação de música popular brasileira; 2° Troféu Estácio de Sá: a quem nesse ano mais tenha contribuído para o desenvolvimento e promoção desse gênero.[1]"

Os membros do Conselho de MPB selecionavam quem seriam entrevistados para o Programa Depoimentos para Posteridade. Esta coleção é constituída a partir da gravação, em áudio e vídeo, de depoimentos prestados por personalidades vinculadas aos diversos setores da cultura. Com o objetivo de guardar a memória daqueles brasileiros que "valiam a pena", o MIS fez um verdadeiro trabalho de guardião da memória, de uma memória selecionada pela instituição. O primeiro a depor para o programa foi o sambista João da Baiana. Sua entrevista repercutiu em todas as mídias brasileiras (ALBIN, 2000, p.28).

As entrevistas que os sambistas João da Baiana, Pixinguinha e Donga deram ao programa Depoimentos para Posteridade foram transcritas e publicadas em 1970 em um livro produzido pelo museu intitulado: *As Vozes Desassombradas do Museu.* Dentre aqueles muitos selecionados para gravarem entrevistas para o programa apenas três sambistas da Primeira República tiveram suas falas publicadas em um livro. Neste material o diretor, Ricardo Cravo Albin, escreveu um prefácio todo voltado para a legitimação destes artistas.

O Conselho de MPB foi extinto em 1972. Mesmo antes do conselho se extinguir por completo, fica claro ao analisar as atas que as reuniões ficaram cada vez mais espaçadas, com um número cada vez menor de conselheiros. O regime militar fechou o Conselho de MPB e acabou com as premiações do Golfinho de Ouro e do Estácio de Sá, sob a alegação de conter comunistas dentro do conselho do museu. De fato, a grande maioria dos membros do conselho era ligada ao Partido Comunista. O MIS foi um espaço de grande efervescência cultural, onde um órgão ligado ao Estado lutou contra o próprio governo.

Na década de 1970 começou haver uma mudança de postura do governo militar em relação aos setores culturais (LAMARÃO, 2012, p.34). O Estado neste momento passou a desenvolver políticas nacionalistas de preservação à cultura brasileira. No governo Geisel iniciou uma abertura política no país, o regime percebeu a necessidade de uma aproximação com os agentes dos setores culturais para garantir a estabilidade da sua gestão. Como pontua Sean Stroud, os intelectuais ligados à cultura sempre foram avessos à ditadura (STROUD, 2008, p. 40). Porém, o regime precisou fazer uma associação com esse setor para assegurar uma abertura política lenta, gradual e segura. Desta forma, o governo passou a buscar uma aproximação com agentes até então avessos ao regime (MAIA, 2011, p.50). Marcelo Ridenti argumenta que paradoxalmente nos anos 1970 ao mesmo tempo em que o governo exercia a

[1] Reunião do Conselho de MPB - 02 de Fevereiro de 1968. *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.*

censura e a repressão política incentivava e desenvolvia políticas culturais (RIDENTI, 2001, p.56). Houve um grande investimento no polo cultural brasileiro, com a criação de uma série de órgãos ligados a este setor. Tânia da Costa Garcia sinaliza neste sentido que "após anos sem uma política de incentivo para o setor, o regime militar demonstrava disposição de aproximar-se da classe artística" (GARCIA, 2017, p.74). Muitos funcionários independentes ao Estado foram contratados para executar programas culturais (BOTELHO, 2001, p.76). Ironicamente, ao mesmo tempo em que o regime militar favoreceu a entrada de capital estrangeiro e expandiu as multinacionais no país, exercia uma política nacionalista com a criação de projetos e instituições voltadas para a preservação da cultura brasileira (FONTES, 2010, p.22).

Foi a partir dessa política do governo que a Funarte foi criada em 1975 pela lei 6.312, assinada por Geisel. E, uma série de intelectuais que faziam parte do Conselho de MPB do MIS (que fora dissolvido pelo próprio regime militar) foram contratados para esta instituição. Estes intelectuais viram uma oportunidade de continuar na Funarte os trabalhos de preservação da música popular autêntica que realizavam no MIS. Continuaram desta forma divulgando a memória daqueles sambistas que já eram muito contemplados pelo museu carioca. A Funarte patrocinou e realizou uma série de projetos culturais espalhados pelo Brasil. Um dos projetos que recebera verbas da instituição foi o Projeto Pixinguinha. Este projeto além de divulgar a memória do Pixinguinha também realizava uma série de espetáculos no país divulgando a música popular brasileira. Segundo os intelectuais do projeto estes espetáculos eram fundamentais porque nossas canções estavam cada vez mais esquecidas pela internacionalização da cultura (LAMARÃO, 2012, p.22).

Devemos destacar o papel dos intelectuais admiradores da música popular brasileira dentro da Divisão de Música Popular (DMP) da Funarte. O líder da DMP foi Hermínio Bello de Carvalho, o intelectual criou junto com seus assessores dois projetos que merecem ser abordados, são eles: o Projeto Lúcio Rangel de Monografias e o Projeto Almirante. Esses dois projetos atuavam de forma interligada e ocorreram de 1979 ao final dos anos 1980. O Projeto Lúcio Rangel de Monografias foi o primeiro da Funarte a concentrar acervos bibliográficos sobre a música popular. Neste projeto a instituição realizou um grande concurso em âmbito nacional que julgava monografias de músicos ligados à música popular brasileira. Uma comissão julgadora composta por especialistas em música popular selecionava quais artistas teriam a honra de ter sua vida biografada e depois publicada pela Funarte. Esta mesma comissão julgava quem seriam os ganhadores das monografias. Os vencedores ganhavam premiações em dinheiro. Entre os artistas selecionados pela instituição para terem suas vidas

monografadas temos muitos nomes ligados ao Samba carioca: Pixinguinha, Paulo da Portela, Cartola, Jararaca e Ratinho, Tia Ciata. Um fato curioso é que alguns vencedores do concurso também faziam parte da comissão julgadora, como foi o caso de Sérgio Cabral que ganhou o concurso ao monografar a vida de Pixinguinha. Estas monografias queriam passar um conteúdo científico para o público, pois em seu manual de elaboração dizia que: "Todas as fontes de pesquisa explicitadas devem ser minuciosamente explicadas[2]". Este projeto foi muito divulgado nos jornais do país. Era neste veículo de comunicação que eram expostas as regras e os prazos estabelecidos pela instituição. Ao serem publicadas por uma instituição ligada ao governo, estas memórias presentes nas monografias eram institucionalizadas e ganhavam o selo da oficialidade. O Projeto Almirante lançava os discos dos artistas consagrados no Projeto Lúcio Rangel. Dentro de cada disco continha um livreto contando um pouco da trajetória do cantor. Tânia da Costa Garcia argumenta sobre a trajetória destes intelectuais na Funarte: "[Estes intelectuais] lograram nas brechas da política cultural instituída pelo regime militar para monumentalizar artistas e repertórios do universo musical do Rio de Janeiro como patrimônio da cultura nacional." (GARCIA, 2017, p.73)

Um outro espaço cultural que recebeu verbas da Funarte para realizar seus projetos foi a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB). Esta associação embora fosse independente, contou com as verbas do governo militar para organizar suas reuniões. Nos seus encontros, especialistas e pesquisadores de todo o Brasil se reuniram para pensar estratégias para preservar a autenticidade da música do país. O primeiro encontro deste órgão aconteceu em 1975 em Curitiba. Esta primeira reunião ocorreu em conjunto com o 1° Encontro da Música Popular Brasileira, que fora um festival musical organizado pelo jornalista curitibano Aramis Millarch. Com o objetivo de conservar a memória da autêntica música popular brasileira, Aramis Millarch entrou em contato com Ricardo Cravo Albin para reunir os membros do antigo Conselho de MPB do MIS nos encontros da APMPB. A associação seria composta por um corpo de pesquisadores que atuariam em todo o Brasil para proteger a música popular brasileira, eles teriam o objetivo de formar acervos e arquivos públicos com esta temática (FERNANDES, 2010, p.83). Logo no primeiro encontro da APMPB seus membros realizaram uma *Carta de Princípios*[3] que foi dada ao ministro Ney Braga. Segundo Sean Stroud esta carta é nacionalista e cobra do governo medidas para proteger a música popular brasileira (STROUD, 2008, p.33). A cartilha de abertura do II

[2] *A Gazeta de São Paulo*, 22 de Agosto de 1979. Disponível no CEDOC/ Funarte, Rio de Janeiro.
[3]Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta de Princípios.* Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

encontro da associação realizado em 1976 no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, pontua que os integrantes da APMPB passaram a trabalhar na Divisão de MPB da Funarte[4]. Este dado mostra como estes espaços culturais estão conectados e como estes intelectuais considerados especialistas em música popular brasileira circulam nestes diferentes espaços, compartilhando suas ideologias e formando uma rede de preservação da música "tipicamente brasileira". Na III reunião da APMPB realizada em 1982 seus membros argumentaram sobre a necessidade do governo controlar as gravadoras instaladas no Brasil, para impedir as constantes gravações de canções estrangeiras no país. Neste encontro eles redigiram um documento, nomeado como *Carta dos Pesquisadores*, que além de cobrar do governo uma série de medidas protecionistas pedia a volta do Conselho de MPB do MIS, fechado pelos militares: "que sejam restaurados ou restabelecidos os Conselhos do Museu da Imagem e do Som" [5].

Nos anos de 1970 a Editora Abril também contribuiu na construção de uma memória sobre a música popular brasileira. Esta empresa lançou através do seu setor Abril Cultural uma coleção em fascículos intitulados *História da Música Popular Brasileira.* A Editora Abril era uma empresa privada que através da publicação de seus fascículos fez um trabalho biográfico sobre a vida do artista selecionado. Os fascículos poderiam ser adquiridos com facilidade, pois eram vendidos em bancas de jornal quinzenalmente (PEREIRA, 2005, p. 23). Dentro de cada fascículo encontramos referenciais fonográficos, iconográficos e textuais. Cada edição continha textos da vida e das obras do artista selecionado, muitas fotos e um disco com a gravação dos maiores sucessos do artista, que podiam ser gravações originais ou regravações exclusivas para compor o fascículo (MILANI, 2015, p.11). Antigos agentes culturais que já lutavam para a preservação da música popular brasileira desde a década de 1940 e atuaram no Conselho de MPB do MIS, também foram colaboradores das edições dos fascículos, como por exemplo: José Ramos Tinhorão, Sérgio Cabral, Ary Vasconcellos, Almirante, Jota Efegê, Lúcio Rangel, entre outros. Esses especialistas em música popular foram os responsáveis pela seleção dos artistas que tiveram suas biografias publicadas. Fato curioso é que muitos entrevistados pelo Programa Depoimentos para Posteridade do MIS também foram agraciados nos fascículos. Temos o exemplo dos artistas: Pixinguinha, Ataulfo Alves, Cartola, Ismael Silva, Ary Barroso, e muitos outros. Ao biografar a vida do artista

[4] Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB*. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.
[5] Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta dos Pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

escolhido os colaboradores dos fascículos perguntavam sobre sua infância, família, carreira. Estes mesmos dados eram questionados aos artistas quando davam seus depoimentos ao programa Depoimentos para Posteridade.

O fascículo do compositor Pixinguinha foi o segundo a chegar às bancas de jornal de todo o país. Nesta edição foi feita uma grande consagração ao artista - consagração similar àquela que o MIS já havia feito e que posteriormente a Funarte e a APMPB fez. Fica evidente a intenção dos intelectuais consultores da Editora Abril em preservar a memória do sambista: "Seu trabalho [Pixinguinha] como instrumentalista, compositor e orquestrador está definitivamente gravado na história da música popular brasileira.[6]" Nestes fascículos a maioria dos artistas selecionados para terem suas memórias preservadas eram ligados ao Samba carioca da "época de ouro" da música brasileira, dos anos 1920-1930. Porém, como a Editora Abril era uma empresa privada, que precisava das verbas das vendas dos fascículos para pagar seus funcionários e se manter aberta, era necessário que lançassem também fascículos de artistas vendáveis. Os artistas vendáveis eram aqueles que estavam no auge do sucesso e trariam lucro a editora. Desta forma, podemos encontrar na mesma coleção *História da Música Popular Brasileira* duas vertentes: uma ligada ao Samba carioca da Primeira República (que era a vertente predominante em que mais trabalhos foram produzidos) e outra ligada a artistas vendáveis no mercado fonográfico (MILANI, 2015, p.43). O mesmo ocorria nas gravadoras do período. Elas eram compostas por duas linhas de catálogos opostas: o "comercial" e o "cultural". Aqueles que se classificavam como comerciais geravam muito lucro para as gravadoras rapidamente. Já aqueles que se enquadravam no polo cultural, escapavam desta lógica de mercado, eles vendiam a longo prazo. Este polo cultural era formado por artistas nacionais, que quanto mais antigos ficavam mais consagrados seriam para um público seleto. O Samba e o Choro tradicionais, considerados como autênticos para os seus admiradores, se enquadravam nesta linha "cultural" (NAPOLITANO, 2017, p.54). Para poder atingir sua meta de venda, a Editora Abril lançou o fascículo de Roberto Carlos. O cantor fazia muito sucesso entre os jovens e batia recorde na venda de LP. Mas, a maioria dos especialistas em música popular que selecionavam os artistas para serem lançados nos fascículos não concordou com a publicação de Roberto Carlos. Por esse motivo, realizaram a biografia do cantor em tom crítico, ressaltando as características mercantis de sua produção e o marketing que era feito por traz de sua figura (MILANI, 2015, p.43).

[6] PIXINGUINHA. História da Música Popular Brasileira. São Paulo, Abril Cultural, 1970.

Embora muitos intelectuais ligados a estes espaços culturais abordados sejam adeptos de uma corrente nacionalista que considera como música popular brasileira o Samba das primeiras décadas da República, não posso deixar de destacar que dentro destes órgãos também ocorriam debates e não havia homogeneidade no pensamento de todos os intelectuais que compunham os quadros destes locais. Concepções diferenciadas sobre o que seria a "verdadeira" música popular brasileira também estavam em pauta. Porém, esta vertente nacionalista prevaleceu entre os intelectuais devido à conjuntura do período: contexto da Guerra Fria, avanço do imperialismo norte-americano. Miliandre Garcia aponta que era importado para o país um padrão do estilo de vida norte-americano: "american way of life" (SOUZA, 2007, p.80). José Ramos Tinhorão analisa o cenário brasileiro, deixando duras críticas a uma cultura americanizada que cada vez mais se reproduzia no Brasil. Para ele, a Segunda Guerra trouxe para o Brasil, e, sobretudo para a classe média, a assimilação da cultura, dos costumes e dos estereótipos estadunidenses: "após a Segunda Guerra Mundial, todos os países foram progressivamente levados a sufocar a expressão de sua cultura, no campo da música popular, para dar lugar a ritmos, melodias e harmonias cujas raízes não estão na música tradicional de seus povos, mas na música norte-americana." (TINHORÃO, 1969, p.9) Os jovens seriam os principais responsáveis por essa assimilação de valores norte-americanos.

Por estes motivos, neste período, muitos intelectuais vão construir uma identidade que se contraponha aos valores estrangeiros (ORTIZ, 1986, p.15). Havia um medo de se perder as raízes nacionais, medo da descaracterização das canções brasileiras. Muitos projetos foram realizados neste sentindo, buscando a preservação da canção tipicamente brasileira, aquela considerada pura, livre de influências externas. E é exatamente desta forma que muitos intelectuais vão agir dentro do MIS, da Funarte, da APMPB, da Editora Abril, vão construir estratégias para preservar a memória de uma determinada música popular, realizando projetos e ações em toda a sociedade brasileira (CATROGA, 2001, p.32).

Referências

AGUIAR. Tânia Mara. *Museu da Imagem e do Som: O desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil*. 212. 397f. Tese (Doutorado em Museologia) - Departamento de Museologia, Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2012.

ALBIN, Ricardo Cravo. *Museu da Imagem e do Som, Rastros de Memória*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. A Inteligência da Música Popular: a "autenticidade" no samba e no choro. 2010. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

GARCIA, Tânia. Afinidades eletivas. *A Funarte e o samba carioca como patrimônio da cultura nacional*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 70 - 92, set./dez. 2017.

LAMARÃO, Luisa Quarti. *A crista é a parte mais superficial da onda. Mediações culturais na MPB (1968-1982*). 2012. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MAIA, Tatyana de Amaral. *As políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1974)*. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2011, Anais Eletrônicos, São Paulo: ANPUH, 2011.

MESQUITA. Cláudia. *Um museu para Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

MILANI, Vanessa Pironato. Samba em fascículos: vertentes do gênero na coleção História da Música Popular Brasileira em tempos de consolidação da indústria cultural brasileira. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

MORAES, J. Geraldo Vinci de. *História e historiadores da música popular no Brasil*. Latin American Music Review, Texas, v. 28, n.2, p. 271-299, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *A Síncope das Idéias: a questão da tradição na música popular brasileira.* São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO. Marcos. *Cultura brasileira, Utopia e Massificação (1950-1980*). São Paulo: Contexto, 2017.

ORTIZ. Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Mateus H. F. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). Em Questão, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 239-258, jul./dez. 2005.

RIDENTI. Marcelo. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, p. abril-junho 2001.

SANTOS, Vicente Saul dos. A cidade do Rio de Janeiro no IV Centenário em algumas páginas literárias. Acervo, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.132-143, jan./jun. 2015.

SOUZA. Miliandre Garcia de. *Do teatro militante à música engajada. A experiência do CPC da UNE (1958-1964).* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

STROUD, *Sean. The Defence of Tradition in Brazilian Popular Music: Politics, Culture and the Creation of Musica Popular.* Brasileira. London: Ashgate, 2008.

WASSERMAN, Maria Clara. "*Abre a Cortina do Passado". A Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro 1954-1956)*. 2002. 156f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

Fontes

A Gazeta de São Paulo, 1979 -1987. Disponível no CEDOC/ Funarte do Rio de Janeiro.

A Gazeta de São Paulo, 22 de Agosto de 1979. Disponível no CEDOC/ Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Cartilha de abertura do II Encontro de Pesquisadores da APMPB*. Rio de Janeiro, 1976. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. Carta dos Pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 abr. 1982. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro, em pasta referente ao III Encontro de Pesquisadores da MPB.

Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira. *Carta de Princípios.* Curitiba, 1975. Disponível no CEDOC/Funarte, Rio de Janeiro.

Atas das reuniões do Conselho de Música Popular Brasileira - *Acervo MIS/Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro na sede da Lapa.*

CARNEIRO, Édson. *Carta do samba*. Palácio Ernesto, 1962.

Coleção História da Música Popular Brasileira. São Paulo, Editora Abril, 1970-1982.

FERNANDES, Antonio Barroso (org.) *As vozes desassombradas do museu*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

TINHORÃO. José Ramos. *O Samba Agora Vai... A Farsa da Música Popular no Exterior*. Rio de Janeiro: JCM Editores, 1969.

“É som de preto, de favelado”: corpo e território na construção do funk carioca

Maria Alice Arrais Pereira
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

Esse trabalho tem a intenção de ser o pontapé inicial do objetivo geral da dissertação. Cientes dos esforços do funk carioca para ser aceito enquanto arte, queremos traçar a importância da produção de identidades territoriais para a compreensão do fenômeno dos bailes funk, como a divisão do Rio de Janeiro entre morro e asfalto, favela e “cidade formal” que transformou a concepção coletiva como uma maneira de unir vozes frente a pautas comuns, devido ao maniqueísmo instalado como autoexplicativo. Processo já conhecido na história, principalmente com disputas segregadoras, como: brancos x negros; rural x urbano; antigo x moderno; “bárbaro” x civilizado. Apesar de seguirem a mesma lógica, essas ações acontecem a partir de múltiplos fatores e operam com especificidades.

A produção de estigmas, como defendida por Goffman (1988) assume mecanismos que tentam usar de uma linha racional para justificá-los. Desde o darwinismo social até a explicação, que soa lógica para os moradores cariocas, de repressão as festas de baile funk, temos uma relação da constante inferiorização de povos negros e pobres. Por isso, queremos ressaltar as categorias desse processo sem perder de vista as estruturas em comum da escala global. Em harmonia com as denúncias referentes à segregação urbana, os estudos sobre hábitos e expressões culturais tem se direcionado a investigação da valorização cultural e de identidades para dentro dos grupos e para fora, em suas representações.

> Assim, é possível compreender como o funk carioca reivindica a favela como sua raiz sem fazer menções explícitas aos significados raciais. No funk carioca, há a reivindicação de uma origem espacial constitutiva de uma identidade que pode ser vista como metonímia da identidade negra na cidade do Rio de Janeiro, a identidade “favelada”. (FACINA, LOPES, 2010, p. 4)

O argumento exposto acima é fruto de um intenso trabalho de investigação no ritmo funk, os significados apresentados para a construção de uma identidade própria dos artistas e público envolvido elenca mais de uma característica da formação da sociedade carioca. A identidade favelada nasce depois dos processos de imposição pelas forças de poder, seja através do Estado e os planos de remoção das favelas, pela mídia e as constantes manchetes sobre como “os favelados atrapalham a ordem” e as pessoas comuns, com intensos discursos de criminalização. A “favela como raiz” levantada por Lopes e Facina (2010), faz parte de uma

defesa de valorização dessa estrutura tipicamente carioca e é uma tentativa de resposta no campo da produção e representação cultural.

Por representação, elencamos os aspectos dos estudos de Stuart Hall (1998), pois julgamos importante uma análise das condições estruturais em que a cultura se molda, seja nas continuações ou rupturas. Em seu brilhante trabalho sobre a representação do negro na propaganda Hall reúne os discursos higienistas e escravagistas no mais íntimo da vida cotidiana, penetrando no imaginário e formulando um senso comum. Inspirados nisso, queremos apontar certos aspectos fundamentais para a segregação do ritmo funk e os processos de resistências que foram se consolidando. A marcação territorial e a racialização dos corpos presente na história da cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, a junção dessas duas esferas.

O funk como objeto histórico

No universo da música e da exposição cada vez mais íntima dos artistas, existe o esforço para não produzirmos um personagem fechado e óbvio, tentando trabalhar com figuras específicas em contextos maiores. O movimento de início do funk, vindo dos Estados Unidos da América e configurando um novo aspecto em solo carioca, precisa de uma maior compreensão dos arranjos urbanos, industriais, econômicos e raciais que estavam em efervescência no Brasil da década de 1970. Assim como a sua mercantilização e espaço na TV vão se reformulando à medida que essas estruturas estão sendo mudadas. O ponto chave para nós é a compreensão dos movimentos ambíguos por parte da mídia, da população e do Estado. Por isso, os debates do funk dentro da historiografia estão avançando e precisam avançar, essas batidas que são ouvidas nas ruas cariocas, quase como os antigos pregoeiros, estão em constantes mudança, expansão e repetições em um grande vai e vem de linhas que formam a vida social.

A escolha do objeto de pesquisa demarca uma posição política, relacionado com as dinâmicas pessoais e profissionais em que esse pesquisador estava submetido e buscou ser afetado. Essa linha de entendimento segue o argumento de que a história não é natural, é produto dos homens dentro de uma lógica cultural e específica da compreensão do mundo (Seth, 2013). O trabalho com o funk dentro da história traz uma gama de questões próprias nessa historiografia e questões de prestígio ao longo do percurso da própria ciência. E, por isso, queremos apontar como essa noção de "fazer ciência" é a primeira barreira colocada ao tema proposto e as críticas que estão tomando força em torno do globo.

O teor político que direciona essas pesquisas não tem como meta elencar críticas vazias em torno de uma simples virada de horizontes, como se fosse possível ignorarmos as estruturas econômicas e sociais que fizeram com que tudo o que conhecemos seja entendido dessa maneira. Pelo contrário, esses apontamentos têm como objetivo trazer pequenas hipóteses de como foi possível construir processos de naturalização e estranhamentos. Em outras palavras, como definimos consciente e inconsciente o que seria pesquisável e o que não seria. O que cabe na história e o que fica de fora.

Na busca para ser entendida enquanto uma ciência, a história passa por dilemas de intensa comparação com as ciências exatas, com grandes influências do positivismo. Esse processo produz uma série de problemas para adaptar questões próprias das discussões referentes as humanidades. Seth (2013) aponta que a largada em prol de um "compromisso epistêmico" fez com que o mundo não-ocidental fosse reduzido a uma massa irracional. O autor traça uma crítica que visa apontar como a historiografia se combinou com os processos econômicos e sociais em curso no mundo, trazendo os mecanismos de discursos e ideologias que alicerçaram certas ações ou surgiram para justificá-las. Processos que não tiveram uma simples linha de formação e por isso, o objetivo é problematizar como essa razão foi criada e, principalmente, como foi negado o mundo racional a outros povos.

Ele define o "historicismo" enquanto essa estratégia de colocar nações e etnias em uma escala de desenvolvimento. E o colonialismo como pilar base para que essa escala fosse construída e justificada, como exemplo da defesa realizada por Stuart Mill que certos povos não estariam prontos para a democracia e, assim, precisariam ser submetidos ao domínio de outra nação (Seth, 2013). Apesar de utilizarmos o termo "nação", esse entendimento é uma das principais grandes críticas de definição que está baseada nos moldes europeus de racionalização do mundo. O argumento de que esses pilares devem ser questionados e assim permitido novas epistemologias e historiografias, pode ser entendido no mundo do funk carioca através da luta pela descriminalização do ritmo. A própria construção dos bailes e das favelas está presente como uma espécie de mera curiosidade dentro do que seria a "história oficial" do Rio de Janeiro e da cultura brasileira, o caráter ilegal e promíscuo tem uma função única apesar de suas múltiplas faces de ataque: retirar a humanidade e potencial criativo dessas pessoas.

O historicismo, pautado na ideia de civilização e nação, necessitou da criação do "Outro". A depender do contexto e da intenção para que esse discurso seja mobilizado, a dicotomia pode estar presente dentro de um território muito pequeno como até mesmo uma cidade. "Sem passado negro, sem futuro negro, era impossível viver na minha negridão. Ainda sem ser branco, já não mais negro, eu era um condenado." (Fanon, 1980, p. 45) essa passagem

de Frantz Fanon critica até mesmo o local de "Outro", a falta de espaço para que o homem negro se entenda enquanto categoria humana, com uma história e um horizonte de expectativas retira a sua posição ontológica, restando-lhe apenas a condenação.

A negação ou, no mínimo, o pouco incentivo das análises do funk enquanto um ritmo musical retira a possibilidade da sua colocação como arte. As condições materiais não só colocam as bases para que o imaginário seja construído, elas as reforçam em uma constante rede de cruzamentos. As favelas não tiveram um processo de auto-organização, ou de simples interesse natural pela predileção aos bailes. Os Baile da Pesada, que aconteciam na Zona Sul carioca, foram proibidos e aos poucos os paredões de som começaram a preencher os morros da Zona Norte, sendo outra opção de lazer concorrentes ao rock e a discoteca (Facina, Palombini, 2017). Sendo assim, o direcionamento que os impedimentos dos Baile da Pesada em outras áreas da cidade (não ocasionalmente, as áreas mais privilegiadas) e a referência de uma estética do Movimento Negro Brasileiro se unia a dinâmica das festas nas favelas e com público de maioria não-branca e mais pobre.

Os fatores territoriais para a consolidação do funk impactam de tal forma que o nome dos MCs e DJs possuem uma fórmula própria em que seu território seja marcado no nome artístico, mesmo após muitas mudanças essa estrutura ainda permanece em alguns casos. Durante algum tempo isso causou dificuldades, pela referência que poderia ser feita as facções que comandavam e comandam certas zonas da cidade, mas tem como origem as disputas nos bailes e uma forma de ser reconhecido nos muitos percursos de bailes na cidade e até mesmo fora dela (Vianna, 1988). Temos exemplos na grande mídia como o Nego do Borel e o DJ Rennan da Penha, o interessante notar é como a referência da favela por muitas vezes é mais importante que o próprio bairro, nos fazendo questionar se a divisão de bairros produz realmente uma identificação. Sobre essa questão Mbembe (2001) diz que a geografia se confunde com a raça, quando assumimos que a África é o lugar dos negros e que o caminho que novas epistemologias estão criando é de retorno a essa África idílica em que está localizada no passado, onde a colonização e a escravidão não aconteceram.

Essa concepção ignora as identidades enquanto produções permanente, de trocas, influências e o contexto de importações que a globalização impôs a todo o mundo. Ainda que não haja identidade sem territorialidade (Haesbaert, 2007), os territórios não podem ser tratados enquanto espaços sólidos e definidos, assim como as favelas não devem ser entendidas como unas e essenciais. A defesa de uma identidade favelada é acionada como recurso discursivo para aglomerar críticas em comum, já que foram submetidas a processos próprios e que a sua urbanização tem um perfil de raça e classe parecido. Mas, ao utilizarmos essas fórmulas que

acabam sendo generalizantes corremos o risco de reduzir todas as especificidades e, pior, acreditar que existe uma explicação lógica e natural para as desigualdades e que o fim delas seria voltar a uma essência pura.

Assim como existe o argumento de valorização do funk "de antigamente" sendo um ritmo apenas de pessoas negras moradoras de favela, que querem se divertir e não tem a violência atual, o que acaba por privar enquanto arte, acessível a todas as pessoas e a leitura do funk desconectado da realidade, caindo no erro do culturalismo. Visualizar as favelas como estruturas quase como um "campo na cidade" é uma leitura já superada nas análises sobre cidade, pois traz de volta essa visão dicotômica e sem maiores aprofundamentos (Valladares, 2005). O que já se comprova são as diferentes relações existentes e as suas complexidades, sendo dinâmicas no presente e vivas e não saudosistas a um passado que hipoteticamente já existiu, com poucas ambições e poucos problemas. As favelas são vivas e constantes.

Performar uma única imagem, seja ela da identidade favelada ou identidade africana, expõe como indivíduos aglomerados em um mesmo conceito de raça não tem a possibilidade de afirmar suas subjetividades e, principalmente, recusar a anulação da sua existência enquanto coletivo. O que Mbembe (2001) nos traz e queremos aqui reforçar são os perigos que percorrem a virada discursiva. Elencar heróis, riquezas e atributos de valorização do continente africano em um sentido de disputa com o continente europeu demonstra as mesmas regras e valores, diferente do processo inverso, que deve ser de releitura desses valores, da produção de novas epistemologias e reconhecimento das estruturas econômicas e sociais. Da mesma forma, não queremos usar o argumento de transformação de toda a cidade em favelas, não são disputas possíveis. A intenção é rever os processos de enclausuramentos e silenciamentos, entendendo essa "identidade favelada" como um processo que nasce a posteriore dos processos de exclusão.

Na música "Som de preto" (2005) de Amilcka e Chocolate, que utilizamos como título desse trabalho, após apontar as duas ofensas que marcam os estigmas relacionado aos funkeiros "É som de preto/De favelado", temos em seguida "Mas quando toca/Ninguém fica parado" e logo após "O nosso som não tem idade/Não tem raça e nem vê cor/Mas a sociedade pra gente não dá valor". Os marcadores de raça e território, como apontados, são as escolhas feitas para justificar a posição em que esses grupos exercem na sociedade, aumentado quando unidos. O ritmo e a dança não deveriam ser restritos a isso, assim como garante a letra "Mas quando toca/Ninguém fica parado", denunciando que esse reducionismo não passa de um preconceito e as tentativas de justificá-lo faz parte de um projeto muito maior "Mas a sociedade pra gente não dá valor", de estigmatizações e segregação.

Raça e território: a identidade favelada no funk carioca

A junção desses dois estigmas que contemplam o imaginário do que seria o "funkeiro" carrega consigo marcas de longa duração na construção da sociedade carioca, consciente desses estigmas eles são mobilizados como denúncia dos preconceitos instalados. A antiga capital do país foi, por longos anos, também o maior porto de chegadas de pessoas escravizadas do mundo, com os processos de abolição, urbanização e industrialização, a cidade precisou se organizar e definir como os seus cidadãos iriam habitar seu solo. Essas escolhas passaram por um forte ideal de qual cidade era esperada para o mundo, em uma escala global de disputa entre cidades. O Rio de Janeiro vai deixando de lado sua definição de belezas naturais e o polo turístico em prol das praias precisava dar espaço ao investimento no centro empresarial (Rodrigues, 2009).

Nos apontamentos sobre território e multiterritorialidade, Haesbaert (2005) faz a defesa de que todo território necessita ser funcional e simbólico. As manifestações irão convergir à medida que as circunstâncias exijam mais de um lado ou de outro, mas nunca uma ponta será totalmente apagada. Os grupos mais abastados economicamente precisam lutar pelo território em sua condição mais básica: a da moradia, enquanto grupos mais privilegiados contam com a possibilidade de uma multiterritorialidade e seus usos para além da necessidade imediata.

Sendo o território uma categoria tão importante para a produção de identidades e as diferentes relações que os grupos podem cogitar ter, já que a habitação não é um direito garantido e o direito à cidade uma constante disputa, as formações de espaços coloca certas ações como invasoras, impróprias e perigosas. Para que esse imaginário seja construído é necessária uma relação conjunta sobre o ideal de cidade e a definição de quais grupos seriam ameaça para essa finalidade, como parte integrante dessas ações a mídia age contribuindo para a produção de um discurso ideológico sobre as favelas.

> A favela, desde sua origem, já possui estigmas a ela associados. Mais que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de favela, estando a ele associado de forma inexorável. Na sua própria essência, a favela é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e/ou civilizada. (BRUM, 2017, p.94)

E assim, temos os grupos favelados como uma definição sólida e homogênea, que subverte a lógica da cidade e o funk enquanto expressão máxima de uma cultura "inferior". Para Herschmann (2000), os arrastões nas praias da Zona Sul, no início do ano de 1992, foram uma linha divisória para a associação de jovens negros em bandos com os assaltos em massa e o momento em que o termo "funkeiro" entra em substituto de "pivete". As construções desses signos, símbolos e associações aconteciam por parte da mídia, em relação aos roubos e o

movimento funk como prática própria de quem roubava, enxergando-os como periferia cultural e envolvida com o crime. O clima de terror que a segurança pública, a mídia e as iniciativas privadas construíram era a de invasores externos (jovens das favelas da Zona Norte) e o advento desse novo ritmo que produzia festas de um modo singular e desconhecido para a parte não-frequentadora.

O processo de territorialização não deve ser de mão única e, como demonstramos, as favelas cariocas lidaram e lidam com essas ações de imposição e de auto-organização. A união dos jovens negros, que antes do funk já possuíam estigmas raciais pelos sistemas escravocrata e colonial; com os moradores de favelas, que foram entendidos enquanto problema a ser resolvido com o avanço do planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro, e a chegada do funk como uma exportação da cultura de gueto dos Estados Unidos da América criou o quadro perfeito para a criminalização do ritmo e abominação de tudo que envolvesse referências a ele.

No primeiro trabalho etnográfico sobre os bailes funk, Vianna (1988) chega à conclusão de que a identidade funkeira não é completa, ela acontece no baile, mas as pessoas não se resumem a isso, frequentam outros tipos de festas e usam outras vestimentas em sua vida cotidiana, analisando em comparação aos rockeiros. O que nos parece próximo aos argumentos de que atualmente as identidades estão em crise, pela maior facilidade de interconexão, atribuídos a globalização e avanço tecnológico.

Em seu trabalho sobre a possível crise do sujeito pós-moderno, Hall (1998) aponta um caso dessa valorização do agora em detrimento do passado. O autor critica a defesa de que as identidades modernas eram fixas, completas e sem interferências. Para ele, todo processo de construção de identidade está submetido a imposições, principalmente quando tratamos das identidades nacionais, e o argumento de que o sujeito pós-moderno está sendo "homogeneizado" por conta da globalização e da conexão entre muitas culturas é simplista e exagerado. Os dilemas entre global e local não são apenas de adesão, mas também de alteridade e mercantilização da diferença.

> A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no "centro" do sistema global que nas suas periferias. Os padrões de troca cultural desigual, familiar desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia. (...) Por outro lado, as sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais e, agora, mais do que nunca. A ideia de que esses são lugares "fechados" – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a "alteridade": - uma "fantasia colonial" sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como "puros" e de seus lugares exóticos apenas como "intocados". (HALL, 1998, p. 79 e 80)

Nesse ponto encontramos a união exata dos problemas que permeiam as críticas que tratavam o funk como problemático por não ser uma cultura pura, que vieram de muitas frentes, inclusive do movimento negro brasileiro reunido em torno da construção de sua identidade utilizando o rap de São Paulo e o axé da Bahia para comparar como não era possível alicerçar uma união com um ritmo que não aderia as pautas políticas. E, de maneira mais intensa, o samba rejeitava a noção de uma festa puramente para a diversão e para os jovens, sem a valorização dos mais velhos e sem práticas que o reproduzissem para além do momento específico da festa (HERSCHMANN, 2000).

E, musicalmente, havia a denúncia que o funk apenas reproduzia estruturas norte-americanas, com as amostragens de certas músicas para junção em outras, os *samplers*, e as "tradução" de frases em inglês com uma sonoridade parecida em português, como o grito "Uh tererê" famoso em torcidas de futebol que se originou em bailes funk que vem da frase "Whoomp there it is", além do uso da ostentação (com roupas de marca, tênis e acessórios) para impor um estilo de se vestir. Essas críticas visavam alertar para a chamada "síndrome do vira-lata" que permeia o imaginário brasileiro, principalmente na valorização das produções culturais dos EUA e do reforço em se posicionar como inferior.

O funk como uma produção plural e permeada de símbolos teve em primeiro lugar o Rio de Janeiro com suas disputas territoriais latentes, com remoções e novas organizações populares; em segundo, a questão racial no Brasil com dinâmicas específicas, principalmente com o mito da democracia racial que fez parte da construção do pensamento social brasileiro e; em terceiro, as novas tecnologias possibilitando produções independentes de maneira mais fácil, além da comercialização e a ligação de espaços para além do seu caráter físico. O olhar investigativo sobre esse produto cultural precisa ora se afastar e entender as dinâmicas maiores, ora se aproximar e focar nos pequenos atos e signos.

Com a ajuda de Ferraroti (2007), os questionamentos sobre trabalhar com as histórias de personagens de muita importância para o funk carioca se tornou mais fácil através de seus apontamentos sobre o conceito de histórias de vida. Para o autor, trabalhar com momentos específicos da vida de uma pessoa e de um contexto econômico e social precisa iniciar com o trabalho historiador, focado na leitura dessas histórias, que precisa habitar esse texto e compreender as contradições de um ser humano, sem forçar uma identidade ou alteridade extrema. "A relação entre o texto e o contexto é essencialmente um condicionamento recíproco" (2007, p. 22), afirma Ferraroti.

Essa expansão do funk, inovações tecnológicas e cada vez mais interconexão provenientes da globalização fez com que a cobrança em cima desse ritmo possuísse novos

pesos. A relação com os arrastões ocorridos nas praias da Zona Sul já não estava em associação tão estreita como outrora, mas o estigma dos bailes de favela tomou conta do imaginário nacional. Para se inserirem na produção cultural e se incluírem nos meios artísticos os funkeiros e todos os envolvidos com o mundo funk precisaram e precisam se defender de ataques que os incriminam ou segregam.

Conclusão

Ao nos direcionarmos para uma expressão cultural de grupos minoritários politicamente e marcados pelo preconceito de classe e raça, focamos em uma escala de longa duração e que envolvem processos de repetições e rupturas. No caso do funk, temos o envolvimento por parte do Estado, com alegações de possível envolvimento com o tráfico de drogas e apologia ao crime presente nas letras e organização dos bailes; pela mídia, associação com os arrastões nas praias da Zona Sul no início da década de 90 e o reforço atual dessas associações dos bailes com o crime e, no senso comum, a definição de cultura imprópria e até mesmo "falta de cultura". Apesar de elencar essas três áreas, acreditamos que nenhuma delas age de forma independente ou linear, há múltiplos interesses e formas de conexões

A rejeição em exigir uma cultura funk pura compreende que essas tentativas são, na verdade, estruturas que servem para enclausurar certas expressões e permitir a interconexão e pluralidade de outras. Haesbaert (2007) chama a atenção para que a multiterritorialidade seja vista como caminho possível para romper com as desigualdades, assim como Hall (1998) discute que a identidade unificada e sólida nunca existiu, os processos de afastamentos e aproximações permeiam toda existência humana. As identidades seguem em disputa e entender um funk vivo e que se reinventa é permitir a sua atuação sobre o presente e o futuro, ao invés de delegar um suposto saudosismo definidor de estruturas que já não existem.

O cenário para o sucesso do funk será quando os seus estigmas estejam rompidos e as condições para sua criação e apreciação seja equiparada a uma arte, como ele é. O que se registra nos dias de hoje e buscaremos expor com maior detalhe na dissertação, são os usos do funk por outros públicos, em outros espaços e, como nessas condições, há outra leitura sobre ele. A sua mercantilização visa a retirada do seu local de origem, admite a fama para alguns poucos personagens e persegue a grande massa. A união dos marcadores de raça e classe se unem ao contexto territorial e produzem o que Graham (2017) definiu como urbanismo militar, trabalhando com o inimigo sempre presente, em um estado de guerra constante.

Como defendido pelo autor esse urbanismo militar faz com que seja necessária a existência de um "outro". Mesmo dentro de seus próprios territórios a cidade é pensada

enquanto palco de guerra e assim, produz alvos legítimos de ataque. Compreendemos que seja de extrema relevância trazer esses estudos e pesquisas comprometidas com a investigação na área do urbanismo e da violência, inclusive para a defesa que não existe mais uma metáfora de guerra e sim uma guerra já assumida. Por isso, concordamos com o argumento trazido sobre a necessidade de se investigar as construções dos espaços urbanos levando em conta o papel do controle e poder militar, visualizando todas as pessoas como possíveis combatentes e insurgentes contra a ordem.

Buscamos levantar pequenos aportes que envolvem esse grande quadro e como estruturas consolidadas são mobilizadas em diferentes ocasiões, trabalhando com expressões culturais e fenômenos musicais que dependem da ampla divulgação e comercialização para ter o almejado sucesso, mas que estão submetidos a uma lógica própria de perseguição. Segundo Hall (2016) o grande interesse em se pesquisar as representações se dá pelo fato de podermos visualizar as ausências como uma opressão existencial, a "representação como política" requer uma não-naturalização e uma análise do processo da construção social da realidade.

Referências

BRUM, Mário Sérgio. Favelado é 'o outro': aportes sobre estigmas e identidades em sala de aula. REEDUC, Rio de Janeiro, vol. 14, n.34. p.84-101, 2017.

FACINA, Adriana. PALOMBINI, Carlos. O patrão e a padroeira: momentos de perigo na Penha, Rio de Janeiro. Mana 23(2), 2017, p. 341-370.

FELD, Steven. Simpósio sobre sociomusicologia comparativa: estrutura sonora como estrutura social. Sociedade e Cultura, 18(1):177 – 194.

FERRAROTI, Franco. "Las historias de vida como método." Convergência. Revista de Ciencias Sociales, México, vol. 14, n.44, maio-agosto de 2007.

FERREIRA, Marieta de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Revista Tempo E Argumento, 10(23), 80 –108, (2018).

GRAHAM, Stephen. "A guerra volta à cidade". In: Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar. Boitempo Editorial, 2017 (pp. 49-89).

HAESBAERT, Rogério. Territorio e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia -Ano IX -No 17 –2007, p. 19 a 45.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. Cultural e Representação. Rio de Janeiro: PUC – Rio: Apicuri, 2016.

HERSCHMANN, Micael. O funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. Estud. afro-asiát. [online]. 2001, vol.23, n.1, pp.171-209.

MOURA, Clóvis. Organizações Negras. In: SINGER, Paul; BRANDT, Vinícius de Caldera. São Paulo: o povo em movimento. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1983.

SETH, Sanjay. “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?” história da historiografia. Ouro Preto, número 11, abril 2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

“Um Woodstock para o Brasil”: o festival Som, Sol & Surf – Saquarema’76 e os embates pela memória

Roberto Alexandre
Mestrando em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista CAPES

A memória, seja ela entendida como construção individual ou como construção coletiva, deve ser cuidadosamente analisada e considerada como categoria potencialmente analítica no ofício do historiador em torno da análise do passado, considerando-se, inclusive, os seus esquecimentos, silenciamentos e apagamentos (CATROGA, 2002; POLLAK, 1992; TODOROV, 2002). Nesse sentido, procuraremos problematizar algo que se tornou senso comum sobre a cultura e o “rock dos anos 80”. A convenção de que nada ou muito pouco, acontecera antes, transformando a década de 1970 numa espécie de hiato; um vazio para a cultura “jovem” brasileira. Para tanto, analisaremos o festival *Som, Sol & Surf – Saquarema’76* ou, pelo menos, seu esquecimento, como símbolo de apagamentos sistemáticos que acontecem objetivando supervalorizar, como algo inédito, outros eventos e acontecimentos que pertencem a nossa memória histórica.

Desta forma, desconstruir a ideia de que a década de 1970 representou, na história do *rock* brasileiro, uma lacuna. Primeiramente, pela própria essência do *rock and roll*, tanto como comportamento e, principalmente, como gênero musical que, ao contrário da história, evolui num *continuum* de geração para geração, como herança que gera novidades na busca de uma imortalidade vinculada à juventude. Uma evolução resultante do esforço de um fã e aspirante a músico do gênero, que ao tentar imitar seu ídolo, acaba por criar um novo som, que será transformado num subgênero do estilo, ao ser apropriado pelos meios de comunicação de massa. Em segundo lugar, porque desconsiderar a produção musical deste estilo durante a década de 1970 no Brasil é, no mínimo, uma abstração objetivando priorizar um determinado projeto de poder alinhado a uma determinada narrativa histórica. Ou delimitá-la a dois ou três artistas de sucesso, é confundir produção cultural com sucesso comercial; duas categorias que podem e devem funcionar em conjunto, mas não são sinônimas, muito menos dependentes e também não são determinantes.

Apagamentos e silenciamentos da memória no rock brasileiro dos anos 1970

Fernando Catroga ao afirmar que “escolher é também esquecer, silenciar e excluir” (CATROGA, 2001, p. 26), trata dos esquecimentos deliberados que fazemos a fim de construir uma memória que faz sentido, com começo, meio e fim. Onde este fim visa sempre

um resultado almejado, organizado e calculado, como se as vivências individuais e coletivas fossem sempre tributárias de uma missão previamente constituída. Esta noção de história com um fim lógico de causa e efeito traçado por um fio condutor, com desfecho previsível, que ao mesmo tempo tem o caráter de descontinuidade, é o mesmo que nos alerta e acrescenta Bourdieu:

> (...) não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Os autores escrevem ao seu tempo, sobre questões das suas épocas, com determinados objetivos, mas a interpretação do leitor faz com que tais mensagens sejam adequadas em outras análises. Catroga confirma a possibilidade dos esquecimentos dentro da construção da narrativa de uma anamnese, mas Bourdieu ressalta a importância de se preservar a contextualização e as relações sociais e temporais do indivíduo, o que também pode ser adequado para entendermos um acontecimento ou uma coletividade.

Sobre a cultura *rock* no Brasil, Aline Rochedo analisa o *rock nacional* dividindo-o em três fases antes da "explosão do rock dos anos 1980": a primeira fase em 1950 com os irmãos Campello; a segunda com a Jovem Guarda nos anos 1960; e um terceiro momento, a partir de 1968 e que se estende até a década de 1970, com o Tropicalismo, Mutantes, Raul Seixas até a formação do grupo Vímana, no final da década (ROCHEDO, 2011, p. 21). A autora tem como base o livro de Arthur Dapieve (1995), que entende que o maior mérito do rock dos anos 1970 foi a sua mistura com ritmos regionais, o que demonstra certa confusão entre expressão, produção artística e sucesso. Tudo isto, parece ter como objetivo corroborar com a tese do Dapieve sobre a originalidade da matriz *punk* e *new wave* do *rock* oitentista, que ele denomina de *BRock*. Aline Rochedo, por exemplo, não cita a cantora Rita Lee, artista de destaque dos Mutantes e da Tropicália, estrela nos anos 1970 e campeã de vendas nos anos 1980.

Arthur Dapieve (1995) e Ricardo Alexandre (2013) antes de escreverem sobre a história do *rock* 1980 no Brasil, cobriram a cultura da década por serem jornalistas de grandes periódicos. E ao tratarem do *rock* dos anos 1970, sustentam um tom de demérito e uma

classificação de falta de originalidade para com os artistas e suas gravações, sob a perspectiva de depositar à sua geração, 1980, uma autenticidade e autonomia, que não correspondem à realidade.

Autores como Alexandre Saggiorato (2008), Leon Frederico Kaminski (2018) e Igor Fernandes Pinheiro (2019), em suas produções acadêmicas, desconstroem essa ideia de uma década vazia de produção autêntica e conhecida da cultura jovem brasileira. Indo além, reconhecem que, apesar de viverem sob o período de maior recrudescimento ditatorial, existira no Brasil uma parcela da juventude − não adequada ao engajamento político revolucionário da esquerda e a luta armada− que buscava na rebeldia comportamental e filosófica de uma vida alternativa, no autoconhecimento, nas viagens e através de expressões artísticas, uma forma de resistência à opressão. Por conseguinte, assim como no exterior, jovens brasileiros vivenciaram a contracultura, criaram caminhos para seu consumo cultural e estavam conectados com as atitudes e comportamentos da sua geração em termos mundiais.

Em 24 de julho de 1984 ocupava um terço de página do jornal O Globo a matéria intitulada: *Os preparativos para o primeiro festival de rock da América Latina. No Rio*, com uma foto do empresário e presidente da Artplan, Roberto Medina, diante de um pôster/maquete que estampava uma arte sobre o que seria o espaço a ser construído, para realização do festival *Rock in Rio*. A matéria trazia os números, datas e a lista dos artistas da música que o empresário intencionava contratar para o evento. O problema estava no título da matéria, também repetido no corpo do texto.[1]Haja vista que o *Rock in Rio* não foi o primeiro festival de rock da América Latina, nem do Brasil e do Rio de Janeiro. Podemos enumerar, pelo menos, sete simbólicos festivais que aconteceram da década de 1970, em território brasileiro: Festival de Verão de Guarapari (ES), em 1971; Feira de Música Experimental (PE), em 1972; Dia da Criação (RJ), também em 1972; 1ª Colher De Chá (PR) em 1973; Festival de Águas Claras (SP) e Hollywood Rock (RJ), em 1975 e Som, Sol e Surf - Saquarema (RJ), em 1976. Sem contar outros que foram invadidos, cancelados e censurados pela "máquina repressiva" do Estado brasileiro.

Som, Sol e Surf: Saquarema 76

Em 1976, a ditadura brasileira já completava mais de uma década no poder e estava sob o comando do general Ernesto Geisel. A abertura "lenta, segura e gradual" seria sua política de transição pactuada para uma democracia "imaginada" (SILVA, 2012, p. 262). Mas

[1] OS preparativos para o primeiro festival de rock da América Latina. *O Globo*. Rio de Janeiro. Segundo Caderno, 24 jul. 1984, p. 3.

nem por isto a ditadura abandonara, naquele momento, seu aparato burocrático e violento. O Brasil ainda vivia sob o AI-5, com os órgãos da administração da repressão em pleno funcionamento. E o rock brasileiro um elemento transgressor, era símbolo da contracultura nacional, malvisto pela sociedade brasileira conservadora, perseguido e censurado pelo governo militar e patrulhado pelas esquerdas nacionais.

Boa parte da (s) juventude (s) ainda estava dividida em "caretas", "engajados" e "desbundados" (BAHIANA, 2006, p. 82). Estes últimos, em linhas gerais, eram inspirados pelo ideário *hippie* do final da década anterior, viviam a margem do socialmente estabelecido seu antimaterialismo. Seus artistas viviam em comunidades, muito mais para fugir de perseguições, prisões e torturas do que por utopia. Marginalizados, continuavam tendo em mente o "sonho de *Woodstock*", ou seja, um festival de música ao ar livre que celebrasse livremente paz, união e amor.

No Rio de Janeiro, Nelson Motta, jornalista, apresentador de televisão, produtor musical e articulador cultural idealizou um festival de *rock* na pequena e pacata cidade de Saquarema, na região dos Lagos fluminense. A ideia surgiu do seu encontro com o capixaba Flávio Rodrigues, líder da banda Flávio Y Spiritu Santo, em Búzios. Este convenceu Motta, alegando que conhecia o prefeito da cidade e que já tinha o local: um estádio de futebol. Justificando, que por ser fora do Rio de Janeiro seria mais fácil para a organização, sem ter que enfrentar todas exigências burocráticas (MOTTA, 2000, p. 284).

Vale pontuar que não era a primeira e nem a segunda tentativa de produção de um evento deste tipo por Nelson Motta. Em seu livro, Motta afirma: "no final de 1971, depois de enfrentar a via crucis burocrática junto com Carlos Alberto Sion, fizemos o I Concerto Pirata do Estádio de Remo da Lagoa, reunindo 800 jovens numa noite de sábado para ouvir e dançar rock com bandas novas" (Ibidem, p.234). Bem como, um ano antes do evento de Saquarema, com patrocínio da empresa de cigarros Souza Cruz, Nelson Motta realizou o festival *Hollywood Rock* no Estádio General Severiano, que pertencia ao Botafogo Futebol e Regatas, situado zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de ter como meta e discurso o desfrute da liberdade e do *rock and roll* num concerto a céu aberto, tanto o *Hollywood Rock* de 1975 e mais ainda o *Som, Sol e Surf de Saquarema*em1976, objetivavam recriar o projeto comercial do festival de *Woodstock*, isto é, um evento de música com público pagante, que geraria um filme e o lançamento de um disco.

Em Saquarema, a ideia central foi unir o festival de *rock* ao campeonato de *surf*, que já era realizado na Praia de Itaúna. Além da "comunidade do surfe" brasileiro, ainda incipiente, guardar paralelos com a "comunidade do *rock"*, pelo jeito alternativo de levar a vida, as

conexões com o "mundo exterior" e a luta pelo reconhecimento. Foi mobilizada uma equipe de 122 pessoas para a realização do evento. Escalados como atrações as bandas: Rita Lee & Tutti Frutti, Made In Brazil, Bixo da Seda, Flavio Y Spirito Santo, Ronaldo Resedá, Flamboyant, Angela Ro-Ro e Raul Seixas. O objetivo era que durante o dia as pessoas pudessem acompanhar nas areias da praia de Itaúna o campeonato de surf e à noite "aproveitar" os shows de *rock and roll* do festival. Mais de quarenta anos depois, Nelson Motta admitiria o seu equivoco, ao afirmar que "foi uma péssima ideia, se já não tinha espaço para um evento imagine para dois".[2]

A questão era que o estádio do Saquarema Futebol Clube, na verdade, não passava de um pequeno campo de futebol com um muro baixo. Saquarema, uma pequena cidade de veraneio, só celebrada pelos surfistas como a melhor onda para a prática do esporte. Somava-se a isso, a falta de experiência dos organizadores e do país não dispor *know-how* para tal evento. Sem esquecer do temor que a ditadura tinha de aglomerações de jovens em nome da liberdade ou da sociedade em nome da moral e dos bons costumes. Os problemas começaram na pré-produção: faltou madeira para construir o palco, não havia transformadores elétricos que sustentassem a demanda de energia para um espetáculo de *rock*, não havia transporte adequado, muito menos instalações que abrigassem os artistas. Mesmo assim, obras foram feitas − esgotando insumos locais − o palco foi construído, uma pequena pousada foi alugada para receber as estrelas do evento e a equipe; som e equipamentos foram alugados.

No final de semana programado para o evento, que no seu formato final aconteceria em duas noites, a cidade de dez mil habitantes foi invadida por um contingente estimado entre trinta e cinco a quarenta mil pessoas, o que gerou o esgotamento de água potável e comida, sem falar nas acomodações que inexistiam. A polícia local, mesmo com reforços era mínima e qualquer espaço: praças, areia da praia, calçadas, foram transformados em território de encontros de tribos urbanas, rodas de violão e festas de jovens, regadas a "aditivos" para a mente, nem sempre legalizados. O que aconteceu não deixou de ser uma grande celebração de liberdade, mas na verdade− além dos problemas da pré-produção− os concertos programados para três dias, depois dois dias, foram reduzidos a uma tarde e noite em virtude das intempéries climáticas, como admitiu seu idealizador:

> O festival começou mal – não começando. Com tudo pronto, no fim da tarde uma tempestade desabou sobre Saquarema e o show foi suspenso. Quando a tempestade deu uma amainada e fui ao "estádio", vi que, mesmo que a chuva parasse, estava

[2] Declaração dada 42 anos depois para o documentário: SOM, Sol & Surf – Saquarema. Diretor: Hélio Pitanga. Documentário. Rio de Janeiro 80 min. Ano: 2018.

> tudo encharcado e não havia alternativa, o show estava cancelado. No salão do "quartel general", artistas, técnicos e jornalistas esperavam ansiosos uma decisão. A chuva não parava. Me lembrei de duas caixas com garrafinhas "individuais" – como as de Coca-Cola pequena – de champanhe Moët& Chandon, compradas num contrabandista e embarcadas secretamente, reservadas para festejar o fim do festival. No salão lotado, comuniquei que o show estava cancelado, mas que as entradas vendidas para o primeiro dia valeriam para o segundo e último: seriam oito horas de som, duas noites pelo preço de uma (MOTTA, 2000, p. 285).

No dia seguinte, um domingo, o que se viu foi que a superlotação da cidade não havia se transformado em público pagante para o evento. A expectativa de gerar um filme de *rock* "morno" e sem plateia levou Nelson Motta a determinar que abrissem os portões. O que não foi correspondido com sucesso àquela altura dos acontecimentos. Encerrada a noite, havia a esperança de lucrar com o filme e o disco planejados, o que não se concretizou. Verificou-se, posteriormente, que as filmagens não ficaram boas e o som captado também não. Além do mais, o produtor do filme "sumiu, deixando as contas e as latas de negativos para revelar" (Ibidem, p. 288). Ou seja, o festival *Som, Sol e Surf: Saquarema'76* se tornara um grande prejuízo para os seus idealizadores. Mas o "rock rolou" − como se diz na gíria dos roqueiros − as pessoas se divertiram, o pequeno comércio local aproveitou para lucrar e não houve nenhum registro de incidente grave. E a percepção sobre a cidade de Saquarema foi modificada para sempre. Como um "paraíso" de som (*rock*) e *surf*.

Os embates pela memória

Pollak, sobre a valorização da memória individual ou coletiva, destaca "os acontecimentos vividos por tabela" (POLLAK, 1992, p. 201). Ou seja, personagens, eventos, situações e lugares marcantes, que passam a ser associados como vivências próprias de um determinado tempo e espaço, que não necessariamente tenham sido realizadas, mas sim incorporadas e herdadas.

Apesar da aura de fracasso que a narrativa do evento acima possa propor, o festival *Saquarema'76* virou um marco para sua geração. Foi um daqueles eventos onde a memória construída, individualmente, constituiu um sentimento de presença e pertencimento até em quem não foi ao festival. Nos dias de hoje, na região metropolitana do Rio de Janeiro, não é difícil encontrar alguém que seja capaz de narrar sua ida de carona até Saquarema, afirmando que não viu os shows, mas dormiu na areia da praia e assistiu o campeonato de *surf* desfrutando do *rock progressivo* que ecoava nas caixas de som postas na areia. Uma narrativa plausível, mas que gera desconfiança, se contada por pessoas diferentes sobre épocas distintas, pois estamos nos referindo a um festival de um ano específico.

O próprio idealizador do *Som, Sol e Surf*, Nelson Motta, personifica outro exercício de memória no seu livro *Noites Tropicais*. Dedica pouco mais de cinco páginas sobre o evento e seu compromisso maior parece ser enfatizar que descobriu a cantora Angela Ro Ro, concebendo uma das primeiras apresentações da cantora, favorecendo sua narrativa como testemunha de momentos chave da música urbana brasileira. Quanto ao festival, permanece a versão entre o festivo e o anárquico, aventureiro e despretensioso, diante da ditadura. Mas reforça sempre a noção de que o festival de Saquarema foi uma má ideia, fruto da falta de experiência e imaturidade, que o fez "embarcar" nesta aventura.

O que não é dito no livro ou em outros momentos, é que o jornal *O Globo*, no qual Motta escrevia uma coluna sobre cultura e eventos no Rio de Janeiro, foi um dos apoiadores do festival. Durante os meses de abril e maio daquele ano de 1976, o colunista, semanalmente, escreveu notas do tipo: "Saquá 76: Som-Sol-Surf", onde anunciava que os dez maiores grupos de rock do Brasil de dividiriam em três concertos a acontecer no estádio do Saquarema F. C.[3] Mais à frente, escreveu uma coluna em tom de manifesto sobre como realizar um festival; seus objetivos e compromissos, para encerrar com a promessa de como o festival de Saquarema seria, criando um guia explicativo e de comportamento.[4] Ou mesmo notas como: "O grande acontecimento musical da semana é mesmo o festival Som, Sol e Surf – que explode de sexta a domingo em Saquarema".[5] Como dissemos, sem nem sempre informar que ele mesmo era o idealizador de tal evento, muito menos registrar as dificuldades de produção.

Passaram-se quarenta e dois anos e os rolos de filme abandonados do evento de 1976 foram recuperados e lançados como um documentário em 2018. Nos depoimentos sobre o filme permanece a questão de "má ideia" pelo seu idealizador. Contudo, a película reúne depoimentos, no tempo presente, de outros participantes, que oscilam entre a celebração da resistência à ditadura e nostalgia de uma época de inocência, viagens e peripécias. Lá, no passado de 1976, em relato exclusivo para o O Globo, Nelson Motta declarava, após o fim de semana do evento:

> Tudo foi gravado e filmado e para mim representou uma das maiores alegrias de minha vida como produtor de espetáculos (e também o maior esforço) realizar um festival de rock ao ar livre para milhares de pessoas, sem um tostão de gravadoras, editoras, jornais, revistas, rádios, televisões, patrocinadores e financiadores. Só com a vontade incrível que todos que estavam lá tinham para tornar possível e real o sonho de nós todos. E tudo foi maior e mais bonito que qualquer sonho que já se sonhou. Foi uma festa inesquecível onde todos se divertiram, dentro de uma organização técnica e operacional perfeita e graças ao trabalho de uma equipe de

[3] MOTTA, Nelson. Saquá 76: Som-Sol-Surf. *O Globo*, 20 abr. 1976, Cultura, p. 36.
[4] _____. *O Globo*, 9 mai. 1976, Domingo, p. 8.
[5] _____. Saqua I, O lance. *O Globo*, 18 mai. 1976, Cultura, p. 36.

> mais de cento e vinte pessoas, entre técnicos, músicos, pessoal de segurança e administração. Deles é o mérito de pela primeira vez o sonho de um festival de rock ser verdade no Brasil de 1976.[6]

Diante de tal declaração, cabem perguntas que não investigamos, como: quem financiou ou de onde veio o dinheiro? Nelson Motta, como já dissemos, era colaborador do jornal apoiador do evento. Trabalhava também na emissora de televisão do mesmo grupo. O festival, segundo o jornalista Tárik de Souza foi organizado pela "empresa Alpha, produtora pertencente a Nélson Motta, a firma de cinema T.A.L. e a gravadora Som Livre".[7] No seu livro Motta nos fornece uma "pista", pelo menos sobre o financiamento do filme: "um amigo de um amigo, filho de um figurão da República, que colocaria o dinheiro para as despesas iniciais e conseguiria o financiamento da produção pela Embrafilme" (MOTTA, 2000, p. 285) Mas o cerne da questão é, quando e por que motivo este sucesso passa a ser fracasso na visão da pessoa que o realizou?

Recentemente, em 28 de setembro de 2018, no programa de televisão *Conversa com Bial*, enquanto o apresentador e jornalista Pedro Bial "vibrava" ao relembrar que esteve no festival *Som, Sol e Surf,* com apenas dezesseis anos de idade. Motta, reforça a mesma conclusão sobre o evento 1976 do seu livro *Noites Tropicais*: como algo que não deu certo e que lhe trouxera um enorme prejuízo. Neste mesmo ano de 2018, foi lançado o filme *Som, Sol e Surf – Saquarema*[8]. Nas entrevistas, Motta mantém o tom, mas absolve o caráter negativo ao optar pela persona que viveu e influiu em momentos importantes na construção da música popular brasileira.

Todorov, ao analisar os cuidados com uso da memória, adverte que esta não deve ser banalizada, muito menos sacralizada, mas sim esterilizada. O autor afirma que

> corremos o risco de atribuir o grau superlativo, simplesmente, às ações que nos dizem respeito mais diretamente (...) a singularidade de cada evento é, por si só, uma evidência e não precisa ser reivindicada. (...) A memória do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto a do indivíduo quanto a do grupo. Um e outro também são definidos, claro, por sua vontade no presente e seus projetos futuros; mas eles não podem passar sem aquela primeira memória (TODOROV, 2002, p. 195-196 e 199, *tradução nossa*).

Ao que Pollak vem acrescentar, ao afirmar que "a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes" (POLLAK, 1992, p. 201). Nesse sentido, a memória, mesmo uma categoria construída

[6] SAQUAREMA 76 Som, Sol e Surf. *O Globo*, 27 mai. 1976, Cultura, p. 37.
[7] SOUZA, Tárik de. Música Popular. *Jornal do Brasil*, 16 mai. 1976, Caderno B, p. 10.
[8] SOM, Sol & Surf – Saquarema. Diretor: Hélio Pitanga. Rio de Janeiro, 2018. Documentário: 80 min.

individualmente, tem compromissos com a coletividade e mesmo podendo sofrer mudanças, quando acessada em períodos diferentes, não é passível de drásticas alterações e variações de balizamentos, eventos ou abrir mão de questões imutáveis, que de forma, direta ou não, levam aos acontecimentos. Por conseguinte, como afirma Todorov (2002), considerar e sacralizar um evento como único nos impede de percebê-lo como resultante de um comportamento não aleatório de um indivíduo ou comunidade, correndo o risco sempre de perdermos a nossa identidade por representações que parecem inéditas e sem precedentes.

Logo, a ideia de que o *Rock in Rio* foi o maior festival de música do planeta− em termos, pelo menos, numéricos − à sua época, é correta. Mas compreendê-lo como criador do que se chamou de *rock nacional* não é uma verdade aceitável. Assim como, de que fora uma ideia original a realização de um evento, mesmo que tardio, a celebrar o equivalente ao festival de *Woodstock* na América Latina, não soa factual. Atribuir a este acontecimento o mérito de festejar uma tardia contracultura, também não é justificado. Na década de 1980 foi possível, talvez, usufruir da liberdade, depois de anos de "sufoco", através da música, e certa autonomia de costumes e comportamentos. Mas é preciso ter cuidado, porque ao enaltecer uma única geração como original, leva-se ao esquecimento e silenciamentos dificuldades e atrasos que a geração anterior suportou. Acaba por minimizar a perseguição e violência que se tornaram cotidianas numa vida sob um regime autoritário.

Não bastasse isto, separar as gerações, sob determinada perspectiva, também nos leva a imprecisão. O *Som, Sol & Surf*, propiciou o encontro de personalidades que se tornaram personagens fundamentais ao surgimento e propagação do que denominamos *rock nacional* ou *rock dos anos 80*. Lá, em 1976, durante e nos bastidores do festival de Saquarema, aconteceram uniões importantes, tais como da cantora Rita Lee e o músico Roberto de Carvalho que, apaixonados, associaram-se familiar e artisticamente e vieram a produzir sucessos sucessivos na década seguinte, com direito a especiais de final de ano na, então dominante, Rede Globo de Televisão. O músico Lobão se encontrou com o "marginal conservador" Júlio Barroso, um dos arquitetos da estética *new wave* do *pop/rock* oitentista. Ezequiel Neves, produtor, tutor e quase um membro da banda Barão Vermelho, chegou a "bordo" de uma "caravana" vinda de São Paulo e subiu ao palco para fazer *backing vocals* para os paulistanos do Made in Brazil. Lobão foi um ícone da *new wave* carioca do começo da década de 1980. Bem como, muito do som produzido pelo grupo Barão Vermelho tem conexão com o Made in Brazil, além de outros conjuntos da década anterior. Foi no *backstage* que circulou Patrick Moraz, ex tecladista da banda inglesa *Yes*, que viria a se enturmar e depois "sepultar", com a promessa de uma carreira internacional, o grupo Vímana que tinha o

mesmo Lobão, além de Ritchie e Lulu Santos. O que significou, na prática, o abandono destes artistas ao *rock progressivo* vigente, para um olhar mais *pop* e composições mais "fáceis", que os transformariam em sucesso de vendas de discos na década seguinte.

Outra contribuição− não diretamente musical− seria a junção do *rock* e do *surf* como estilo de vida, que se transformou na moda *surfwear* de grande sucesso na primeira metade dos anos 1980, com marcas de roupas e acessórios que levavam o nome dos seus criadores, como: Rico, Daniel Friedmann e Fico, todos competidores do campeonato da praia de Itaúna em 1976, que se tornariam empresários de sucesso do seguimento, na década seguinte. Outro surfista conhecido, que esteve no campeonato de 1976, Ricardo Bocão, seria um dos idealizadores e o apresentador do programa *Realce*, um dos primeiros na televisão brasileira a apresentar e entrevistar os ídolos que começavam a surgir com o sucesso do *rock nacional* dos anos 1980, além da cobertura mundial das etapas do campeonato mundial de surf. Vale ressaltar ainda, que esta junção carioca, *surf* e *rock*, foi o mote para o sucesso do filme *Menino do Rio*[9]. A comédia, que virou ícone da sua geração e propiciou sucessos musicais no território brasileiro de canções como: *Como uma Onda (Zen Surfismo*)[10] e *De Repente Califórnia*[11], no ainda embrionário *rock da geração 80*.

Concluindo, as memórias individuais são depósito de vontades e atenções particulares, mas que não devem propagar muito mais do que a noção de pertencimento. Não parece, no mínimo, correto, deixar de pensar coletivamente a ponto de abrir mão da essência de uma determinada época para depositá-la em outra, muitos menos apagar marcos imutáveis.

Em suma, não existe um passado, mas camadas de passados sobre o objeto da nossa análise. Afinal, verificar como o festival de Saquarema foi enxergado em 1976 soa como um presente diante do entusiasmo com o que foi concebido e recebido. Ao compará-lo com o *Rock in Rio* − que aconteceu menos de uma década depois − parece-nos um passado longínquo, devido aos rumos dos acontecimentos, principalmente, no país. Ao observarmos o *Rock in Rio* em si e a produção cultural e artística da década de 1980, verifica-se um "esquecimento proposital" da década anterior. O festival *Som, Sol e Surf* nos parece um bom exemplo de representação sobre os embates da memória cultural brasileira. Haja vista, o que, no início do século XXI, é um pequeno registro desvalorizado pelo seu idealizador, duas

[9]MENINO do Rio, diretor: Antônio Calmon, produtor: Bruno Barreto. Rio de Janeiro. Produções Cinematográficas L. C. Barreto Ltda.,1981.35mm, COR, 96min.
[10]LULU SANTOS. Como Uma Onda (Zen Surfismo). Rio de Janeiro. Warner. 1983. Compacto simples.
[11]Canção composta por Lulu Santos e Nelson Motta para trilha sonora do filme *Menino do Rio*, interpretada por Ricardo Graça Melo que atuou no filme como a personagem Pepeu. Sucesso em duas versões: a da trilha sonora e com o próprio Lulu Santos.

décadas depois se torna um passado precursor e ícone da resistência e contracultura brasileira. Mas a todo momento, passível de esquecimento em nome da projeção de outros eventos.

Referências

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta*: o rock e o Brasil dos anos de 80. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 167-182.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

DAPIEVE, Arthur. *Brock*: o rock brasileiro dos anos 80. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia, A. N. *O Brasil Republicano*: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.167-205.

KAMINSKI, Leon Frederico. A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MOTTA, Nelson. *Noites Tropicais*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA. 2000.

PINHEIRO, Igor Fernandes. *Não fale com paredes*: contracultura e psicodelia no Brasil. Lexington: KDP, 2019.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". In: *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992.

QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise (orgs). *História e memória das ditaduras no século XX*, v. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ROCHEDO, Aline do Carmo. "*Os filhos da revolução*": a juventude urbana e o rock brasileiro dos anos 80. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2011.

SAGGIORATO, Alexandre. *Anos de chumbo*: rock e repressão durante o AI-5. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia D. A. N. *O Brasil Republicano*: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TODOROV, Tzvetan. "Los usos de la memória". In: *Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

Sociedade do Mangue, berço da *Manguetown:* a relação da obra de Chico Science & Nação Zumbi com o romance *Homens e Caranguejos*

Romeu Paula
Mestrando em História Social - PPGHS - UERJ

No presente texto visamos abordar a confluência de obras dos primeiros álbuns da banda Chico Science & Nação Zumbi[1] (CSNZ) para com a abordagem do Recife realizada pelo geógrafo Josué de Castro e, mais diretamente, seu romance *Homens e Caranguejos* Pretendemos, nesse sentido, após apresentar aspectos concernentes à trajetória do geógrafo, médico e romancista recifense, discutir a participação de sua obra na história regional recifense e, principalmente sua ressonância em obras de CSNZ, como um grupo de representantes da Cena Mangue da região metropolitana de Recife. Visamos compreender, por meio da análise de letras de canções, assim como da arte gráfica do primeiro álbum da banda, aspectos estético-culturais da cena Mangue e, em específico, da obra da banda Chico Science e Nação Zumbi por meio dos símbolos, signos, imagens e ideias expressas pela banda nos seus dois primeiros álbuns, "Da Lama ao Caos" e "Afrociberdelia" e, em que medida, a (re)construção de uma identidade para a cidade de Recife da década de 1990, relacionando-a ao mangue e o homem ao caranguejo, tem aproximações para com a escrita de Josué de Castro.

Josué de Castro, *Homens-Caranguejo* e *a Sociedade do Mangue*

Josué de Castro, nascido no Recife no dia 05 de Setembro de 1908, cursou Medicina nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro - local onde colou grau aos 21 anos – e veio a exercer sua profissão em sua cidade natal e no ano de 1932 vem a assumir a livre docência na cátedra de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Recife, a partir da tese *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*[2]. No ano 1935, a convite da Universidade do distrito Federal, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro para compor, como professor, a cátedra de Antropologia Física. Em 1938 seus estudos o levaram ao Instituto Bioquímico de Roma e a

[1] São essas obras, canções contidas nos dois primeiros álbuns da banda (Da Lama ao Caos-1994 e Afrociberdelia-1997) e a arte gráfica do primeiro álbum (Da Lama ao Caos).
[2] CASTRO, Josué de. *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Monografia - Livre-docência em Fisiologia – Faculdade de Medicina de Recife. Recife - PE 1932.

cursos em Universidades de Roma, Nápoles e Gênova, experiência que culminou com a publicação, em 1939, do estudo *Alimentazione e Acclimatazione UmanaNei Tropici.* [3]

No início da década de 1940, voltando ao Brasil, ele se tornou professor catedrático de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Já em 1942 foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição; criou o Serviço de Alimentação da previdência Social (Saps); e foi chefe do departamento técnico de Alimentação da Coordenação da Mobilização Econômica e membro.[4]

Entre sua formação e o fim da II grande Guerra, emergem obras tais como: *O Problema da Alimentação no Brasil*, *Alimentação e Raça*, *Documentário do Nordeste*, *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*, *Fisiologia dos Tabus*, estudos que serviram de base para lançar o autor no cenário internacional com a publicação de suas principais obras, *Geografia da Fome* (1946)[5] e *Geopolítica da Fome* (1951) que tiveram forte impacto no cenário internacional, sendo traduzidas em 24 idiomas.[6] Com o golpe militar perpetrado no ano de 1964 e a consequente perseguição e cassação dos opositores do regime, Josué de Castro passou a figurar entre os exilados políticos junto a nomes como Darcy Ribeiro e Leonel de Moura Brizola. No ano de 1973, uma semana após haver pedido seu reingresso ao Brasil, Josué de Castro faleceu em Paris.

Os últimos anos de J. de Castro, entre 1964 e 1973, foram ativos, e o autor publicou muitas obras em formas de artigos e livros. Entre as mesmas, *O drama do terceiro Mundo* (1970), *A China e o Ocidente* (1971), *América Latina y lós problemas Del Desarrolho* (1974) e o romance *Homens e Caranguejos* (1967), cuja narrativa resgata a infância do autor no Recife e será objeto básico de nossa pesquisa neste capítulo.

Segundo Melo Filho, a obra de J Castro é composta de diversas fontes científicas: "geografia, biologia, medicina, nutrição, higiene, epidemiologia, história, sociologia, antropologia, ecologia, economia e política."[7] Esta característica de sua escrita relaciona-se à

[3] PICCHI, Bruno. *De Homens e Caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebit e o Recife contemporâneo.* Dissertação – Mestrado USP . Rio Claro. SP. 2011 p. 47
FILHO, Djalma Agripino de Melo. "Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias". In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003 p. 525

[4] ANDRADE, Manoel Correia de (ET ALII). *Josué de Castro e o Brasil*. Editora Perseu Abramo (Coleção Pensamento Radical). São Paulo, 2003. OBS: Primeiro vem a cidade, depois a editora – corrigir. Ver regras da ABNT

[5] Uma de suas obras mais comentadas até dias atuais.

[6] PICCHI, Bruno. op. cit. p.45

[7] FILHO, Djalma Agripino de Melo. "Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias". In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003

influência da "escola geográfica" de análise, o possibilismo geográfico francês[8] de Jean Brunhes e Vidal de La Blache, como afirma Bruno Picchi[9]:

> O possibilismo de Jean Brunhes e Vidal de La Blache, mais profundamente divulgados no Brasil, a partir dos anos 30, com a vinda dos geógrafos franceses, influencia fortemente a obra de Josué de Castro. O autor faz referência direta a essa influência em seus trabalhos e demonstra sua filiação a essa corrente ao aceitar a conjugação de diferentes fatores – étnicos, econômicos, históricos, naturais – na sua análise da realidade, voltadas, antes de tudo, para os problemas sociais e econômicos causadores da fome.[10]

Segundo Djalma Agripino de Melo Filho, a obra de Josué de Castro aborda a temática do mangue a partir de diferentes ângulos:

> ...parecem haver na obra de Josué de Castro, pelo menos naquelas onde o assunto é abordado, quatro olhares...: o mangue como ancestral do Recife; o mangue como fábrica de vida e exemplo de equilíbrio ecológico; o mangue como fonte de conhecimento; e o mangue lugar dos "excluídos sociais. [11]

O mangue como ancestral do Recife se refere ao histórico de colonização e povoamento da região que daria origem à cidade de Recife. Este início haveria se dado no delta dos rios Capibaribe e Bemberibe que formam um complexo de manguezais os quais foram sendo aterrados para construção da cidade desde seu primeiro bairro, conhecido como Recife Antigo, Bairro do Recife ou simples e popularmente como "Antigo".[12] E, a partir desses processos, outras regiões de mangue ao longo das margens dos rios de Recife foram sendo aterradas para dar lugar aos bairros e também às posteriores favelas, como Pina, Brasília Teimosa e Beira Rio.[13]

---

[8]Para uma melhor compreensão do Possibilismo francês e sua influência no Brasil do século vinte indicamos: CASTRO, Pedro Neves de. *A influência do possibilismo na interação entre o pensamento desenvolvimentista e a questão regional no Brasil.* UFMG 2014. Belo Horizonte.

[9] PICCHI, Bruno. *De homens e caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento Manguebit e o Recife contemporâneo*. 2011. 93 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011.

[10] PICCHI, Bruno. De *homens e Caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebit e o Recife contemporâneo.* Dissertação – Mestrado USP . Rio Claro. SP. 2011 p. 46

[11] FILHO, Djalma Agripino de Melo. "Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias". In.: Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003

[12] CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *O Recife e seus bairros*. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.
MADUREIRA, Sevy. *Bairro do Recife*: porto seguro da boemia. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1995.
VAINSENCHER, Semira Adler. *Recife, bairro*. Pesquisa Escolar OnLine, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2009.

[13]SILVA, Cleiton Ferreira da. *Intervenção urbana e uso do solo na Zona Sul do Recife: análise sobre as transformações urbanas dos bairros do Pina e Boa Viagem*. **In:** Caderno de Geografia, vol. 26, núm. 45, 2016, pp. 55-78 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil.

O mangue como fábrica de vida e exemplo de equilíbrio ecológico é apresentado na medida em que se revê a importância desse bioma tanto para o ecossistema regional quanto para o ser humano que ali habita, conforme enfatizado nos seguintes trechos do romance *Homens e Caranguejos*:

> ...os homens veem, até hoje, crescerem diante de seus olhos, as coroas lodosas, e transformarem-se, pela força construtora dos mangues, em ilhas verdejantes, fervilhantes de vida. E veem, assombrados, proliferarem em torno das ilhas maiores, outras pequeninas, como saídas durante a noite de seu próprio ventre, em misteriosos partos da terra que o mangue milagrosamente ajuda.[14]

E:

> ...foi sobre estes bancos de ·solo ainda mal consolidados mistura incerta de terra e água, que se apressara□ a proliferar os mangues - esta estranha vegetação capaz de viver dentro da água salgada, numa terra frouxa, constantemente alagada. Agarrando-se com unhas e dentes a este solo para sobreviver, através de um sistema de raízes que são como garras fincadas profundamente no lodo e amparando-se, umas nas outras, para resistirem ao ímpeto das correntezas da maré e ao sopro forte dos ventos alísios que arrepia sua cabeleira verde, os, mangues foram pouco a pouco entrelaçando suas raízes e seus braços numa amorosa promiscuidade e foram, assim, consolidando a sua vida e a vida do solo frouxo das coroas de lodo, donde brotaram. Com os depósitos aluvionais que se foram acumulando na trama do labirinto de raízes dos mangues e debaixo· das suas copadas sombras verdes, foi progressivamente subindo o nível do solo, e alargando sua área sob a proteção desse denso engradado vegetal. Não há, pois, a menor dúvida, que toda esta terra que hoje flutua à flor das águas, na baía entulhada do Recife foi uma criação dos mangues.[15]

Por sua vez, o mangue como fonte de conhecimento se traduz em uma perspectiva de apresentá-lo não apenas como pano de fundo, mas também como um espaço de ocupação social marcado pela fome e pela miséria, que refletem a condição histórica econômica e social regional. Tais fenômenos foram analisados por Josué de Castro não só a partir de leituras acadêmicas, mas através da observação direta do cotidiano local. Tal observação empírica, como afirma Melo Filho, deu-se a partir de três perspectivas:

> ...a científica, onde explicou a origem do mal que aflige a humanidade; a pedagógica, onde se dedicou a formar gerações de estudantes, principalmente no campo da geografia e da nutrição; e a política, onde, além de denunciar as precárias condições de vida da imensa maioria populacional que habita o planeta Terra, planejou e executou ações que visavam minimizar o sofrimento humano produzido pela fome.[16]

Esta interpretação é corroborada por um dos trechos do romance, em que J. Castro aponta que seu conhecimento sobre o fenômeno da fome teve início não através de estudos

[14] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos.* Brasiliense. São Paulo. 1967 p. 15
[15] CASTRO, Josué de. "*Homens e Caranguejos*". Brasiliense: São Paulo. 1967 pp. 14-15
[16] FILHO, Djalma Agripino de Melo. *Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias*". In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003

acadêmicos, mas – por conta de ter vivido desde sua infância próximo aos manguezais - através observação direta da vida cotidiana dos habitantes da zona do mangue e seus arredores:

> O tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo.[17]

Por fim, o mangue enquanto espaço dos excluídos sociais é apontado na medida em que o autor apresenta as populações que migram para aquela região e ali constroem suas moradias. O mangue é o local de encontro de populações migrantes das secas do sertão e agreste nordestinos, remanescentes de comunidades pesqueiras e ribeirinhas e de populações negro-brasileiras oriundas dos períodos colonial e imperial.[18]Tais populações encontram-se em *status* de subjugação dentro do contexto social, sem acesso à formação e melhores condições financeiras. A este respeito, J. de Castro registra olhar contundente:

> E, assim ficavam todos eles, afogados no mangue, agarrados pelas ventosas com as quais os mangues insaciáveis lhes sugavam todo o suco da sua carne e da sua alma de escravos. Com uma força estranha, os mangues iam, assim, se apoderando da vida de toda aquela gente, numa posse lenta, tenaz, definitiva. Estas estranhas plantas que, em eras geológicas passadas, se tinham apoderado de toda essa área de terra — esta fossa pantanosa onde hoje assenta a cidade do Recife — estendia agora sua posse também aos seus habitantes. E tudo nesta região passava a pertencer ao mangue conquistador e dominador: tanto a terra como o homem[19]

Josué de Castro, com frequência, permeou ou retomou em sua escrita, o cotidiano com o qual conviveu desde os tempos de sua infância, o mangue. Isto é percebido e enfatizado pelo próprio autor em um trecho de seu romance:

> Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios — habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues e de se terem impregnado do

[17] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p. 12
[18] SILVA, Jorge José Araújo da. *O manguezal e a sociedade pernambucana-brasil* **In:**Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-22 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica
[19] CASTRO, Josué de. "*Homens e Caranguejos*". Brasiliense: São Paulo. 1967 p.14

> seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com suas duras carapaças também enlambuzadas de lama. [20]

E:

> Nasci (no Recife) numa rua que tinha o nome ilustre de Joaquim Nabuco, o grande abolicionista dos escravos, nos tempos do Império. A casa em que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos e de siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, como os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele. Escorreguei um dia no barro de suas margens e fui retirado de dentro de suas águas meio afogado. Daí em diante, mergulhar nas águas do mangue tornou-se um hábito. Mudei-me depois para outro bairro mais perto do rio... Bem ao lado da casa começava a zona compacta dos mocambos, das choças de palha e de barro, amontoadas umas por cima das outras num enovelado de ruelas, numa anarquia desesperadora. As casas entrando por dentro da maré, a maré invadindo as casas. Os braços do rio passando pelo meio da rua e a lama envolvendo tudo.[21]

Segundo Melo Filho, as obras de Josué de Castro se conectam ao abordar temas que se relacionam ou se complementam a partir do tema elo - a fome:

> O principal mérito de Josué de Castro talvez tenha sido o de revelar o fenômeno da fome para a humanidade, desnaturalizando-o e demonstrando que foram as relações sociais e econômicas, estabelecidas entre os homens, que o produziram e o mantêm.[22]

Homens e Caranguejos: imagens e significados

Antes de qualquer coisa, a importância e escolha deste romance para nossa pesquisa não se dá apenas por uma questão subjetiva ou de identificação. Entre a vasta bibliografia de Josué de Castro, pautamos nossa pesquisa a partir daquele que seja talvez o menos científico de seus textos – por se tratar, justamente, de um romance. Como afirma o jornalista e escritor José Telles e o próprio Chico Science[23] o vocalista da banda CSNZ não conhecia a obra de Josué de Castro até uma visita do músico à casa do jornalista corrida no ano de 1992 - provavelmente devido ao relativo apagamento histórico que esse havia sofrido desde o golpe de 1964, fato que é levantado por Darcy Ribeiro[24] - José Teles afirma ter sido quem apresentou a obra de Josué de Castro a Chico Science e Fred Zero Quatro[25], fato corroborado

[20] CASTRO, Josué de. "*Homens e Caranguejos*". Brasiliense: São Paulo. 1967 p 12-13
[21] CASTRO, Josué de. "*Homens e Caranguejos*". Brasiliense: São Paulo. 1967 16-18
[22] FILHO, Djalma Agripino de Melo. *Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias*. In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003
[23] TENDLER, Silvio. *Cidadão do Mundo*. UFRJ. Rio de Janeiro.1995
[24] TENDLER, Silvio. *Cidadão do Mundo*. UFRJ. Rio de Janeiro.1995
[25] "Aliás, tive o prazer de apresentar a obra de Josué de Castro a Chico Science e Fred Zero Quatro, num dia em que os dois tiveram em minha casa, acho que para me mostrar a primeira fita demo que tinham acabado de gravar. Os livros de Josué de Castro (caçado e perseguido depois do golpe de 1964) ficaram fora do catálogo no Brasil por anos. O único que Chico chegou a ler foi *Homens e Caranguejos*. Fraco do Ponto de vista literário, esse romance dá bem uma ideia do que é a vida nas favelas recifense à beira do mangue*."* TELES, José. *Do Frevo ao Manguebeat*. Ed. 34. São Paulo. 2000, p. 258.

pelo próprio Chico Science[26] e reverberado por Bruno Pichi.[27] A partir desta apresentação do livro, Chico Science haveria aprofundado suas metáforas com o mangue e caranguejo. Não que o mangue surgisse como tema somente após conhecer a obra de Josué de Castro, mas a identificação dos temas abordados e as ideias apresentadas no romance contribuíram para a construção de canções muito importantes para a banda, como *Manguetown, Rios Pontes & Overdrives* e *Da Lama ao Caos*.

Homens e Caranguejos foi um texto emblemático para a Cena Mangue. O romance narra a trajetória, marcada por miséria, negligência, fome e violência, do menino João Paulo, filho de Maria e Zé Luiz, dois migrantes retirantes das secas que assolavam o sertão e agreste nordestino e que, em 1877, haviam matado seu filho primogênito.

Após percorrerem as terras secas do semiárido pernambucano e de uma breve passagem pela Zona da Mata Norte, onde se deparam com a grande desigualdade da região canavieira, eles chegam ao litoral sul de Recife, onde, na região conhecida como Aldeia Teimosa, que mais tarde passa a se chamar Brasília Teimosa (bairro do Pina), constroem seu mocambo.[28] E é neste ambiente que o menino João Paulo vai crescer em meio ao vislumbre do pai com a ideia de o mangue ser uma terra de oportunidades em comparação à seca do semiárido e a amargura e insatisfação de sua mãe diante da miséria em que viviam, principalmente em comparação às populações que viviam do outro lado do rio (Região Central e Boa Viagem).

João Paulo passa boa parte de seus dias divido entre as brincadeiras no mangue; a caça/cata de caranguejo com o vigário padre Aristídes e sua estrondosa alfaia[29] que os encantava[30]; as catas de lixo e das sobras das casas de pessoas de melhores condições; e as

---

[26] Trecho de entrevista cedida por Chico Science a Silvio Tendler. TENDLER, Silvio. *Cidadão do Mundo*. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. A entrevista, na integra, se encontra disponível em: www.youtube.com/watch?v=_g0wCCQnaSg&t=323s&ab_channel=EternoChicoScience. Acessado em 28/04/2021

[27] PICCHI, Bruno. *De homens e Caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebit e o Recife contemporâneo*. Dissertação – Mestrado USP . Rio Claro. SP. 2011 pp. 55

[28] Nome dado às construções nos manguezais feitas de palha, chão batido e barro.

[29] Instrumento percussivo de provável origem afro arábica (*AL Faiah*) muito utilizado em cortejos populares em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Para maior conhecimento do que se trata a alfaia: Grupo Paranambuca. *Alfaia*. Disponível em <http://grupoparanambuca.tumblr.com/post/115908175543/alfaia-%C3%A9-um-instrumento-musical-da-fam%C3%ADlia-dos> Acessado em 18/04/2021

[30] "O padre, procurando escapar ao temporal, ao atravessar correndo o campo debaixo da chuva, viu como cruzava o chão em várias direções, uma verdadeira chusma de guaiamus. Os guaiamus corriam em ziguezague, como se estivessem completamente desorientados. Desde que o temporal explodira, os guaiamus enlouquecidos abandonavam os seus buracos e corriam sem rumo, adoida dos pelo campo afora. Foi neste momento que o padre imaginou que a maneira mais prática de pegar guaiamus seria fabricar tempestades. Fabricar pequenas tempestades particulares para os assustar. Para êste serviço, o padre contratou João Paulo..." CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 pp.53

conversas com Cosme, ex seringueiro que se tornara paraplégico por conta de uma infecção contraída na Amazônia, e que via o mundo ao seu redor através de um pequeno pedaço de espelho e a quem todos acorriam em busca de saber sobre os acontecimentos registrados nos jornais, tendo em vista ser um dos poucos, naquela comunidade, que sabia ler.

Alimentado pelas ideias de Cosme, pelas poucas lembranças que tinha dos cheiros e sensações do tempo em que esteve no sertão e pela vontade de viver aquilo que via acontecer do outro lado do rio, João Pedro cultivava imagens fantasiosas de pessoas que mudariam aquela região, como é perceptível no seguinte trecho:

> João Paulo desceu a barranca do rio e se misturou com·aqueles homens. Não conhecia pessoalmente nenhum deles, mas sentiu que eram todos da mesma família que ele tanto admirava: da família dos heróis do mangue. Muitos deles, quase despidos como se fossem pegar caranguejo no mangue, apenas com o corpo coberto por grandes placas de lama. Eram os mesmos cavaleiros da miséria que já tinham vivi do tantas lutas heróicas na imaginação transbordante de João Paulo. Mas, hoje, estes cavaleiros da miséria não estavam apenas protegidos com as suas armaduras de barro, mas armados com fuzis e metralhadoras que ninguém sabia onde tinham arranjado. Só Cosme saberia e lhe explicaria tudo. [31]

O romance encaminha seu ápice para o momento em que, após um longo período de seca nas regiões do sertão e do semiárido pernambucano, é anunciada uma possibilidade de chuvas que encheriam os principais rios que desembocam no rio Capibaribe (que nasce no meio sertão pernambucano), no entanto, a população não se alarma e permanece passiva diante do perigo da cheia iminente.

Este é um momento em que Josué de Castro denuncia e critica dois pontos que, segundo crê, contribuem de maneira sensível para o estado de miséria da população: a inércia e a interferência da religião que (nesse contexto, católica) apregoava uma posição fatalista e passiva para seus fieis. Segundo Letícia Batista da Silva:

> Ao seguir, nesses trechos, o ponto de vista da população, o narrador acaba por denunciar a inércia dos habitantes da região e sua crença em uma entidade superior que os salvará sem que nada tenham de fazer a não ser rezar.[32]

E:

> Ao procurar diminuir o grau de calamidade enfrentada por aquela gente, o padre aproveita seu discurso para convocar os fies a voltarem para a Igreja, a aceitarem seu destino sem revolta, visto que seriam merecedores de seu castigo. Não tenta promover ou propor qualquer tipo de organização por parte dos afligidos no intuito de evitar que tais catástrofes voltassem a assolá-los com tamanha gravidade.[33]

[31] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.168
[32] SILVA, Letícia Batista. *Manguebeat: Vanguarda no Mangue*. Dissertação, UFRS. Porto Alegre. 2011 p.26
[33] SILVA, Letícia Batista. *Manguebeat: Vanguarda no Mangue*. Dissertação, UFRS. Porto Alegre. 2011 p.27

Tal passividade, a noção de submeter-se à "vontade de Deus", induzida pela autoridade eclesiástica, é apontada, de forma crítica, no seguinte trecho do ~~seu~~ romance:

> O padre lembrava a toda aquela gente que a paciência é a maior de todas as virtudes. Evocava afigura de Jó, sofrendo um milhão de vezes o sofrimento dos flagelados da cheia, e aceitando sempre o seu sofrimento com resignação. Falou da sabedoria. divina e da justiça eterna. Se eles hoje sofriam aquele martírio da cheia é porque, na certa, mereciam este sofrimento. Que pusesse cada um o dedo na sua consciência. Que se penitenciassem todos dos erros cometidos. Lembravam-se eles nos domingos de vir à missa? Poucos! A maioria ficava nos botequins e nas brigas de galo. E então?[34]

O romance encaminha-se para o fim quando, após a enchente, as instituições e seus representantes falham por inércia/indiferença e corrupção na tarefa de resolver a questão da enchente e assim uma pequena parcela da população se revolta e se amotina nos mangues. Na iminência da deflagração do conflito, o menino João Paulo se coloca ao lado dos amotinados, descritos como "os heróis do mangue" [35] e acaba desaparecendo do manguezal, em meio a um cenário de repressão e carnificina:

> E sobre toda a paisagem do mangue estende-se, agora, um lençol de sombra, negra, mortalha recobrindo todos os corpos dos mortos da revolução fracassada. Dentre eles, enterrado nos mangues, deve estar em qualquer parte, o corpo de João Paulo que, com sua carne em decomposição, irá alimentar a lama que alimenta O Ciclo do Caranguejo.[36]

A partir da leitura de *Homens e Caranguejos* podemos identificar, além de críticas socioeconômicas, culturais e políticas, ao menos dois conceitos são fundamentais para a compreensão da cidade de Recife e dos habitantes que compõem a base social da mesma, segundo a ótica do geógrafo emérito e médico pernambucano: "Homens-Caranguejo" e "Sociedade dos Mangues". Conceitos os quais serão relidos e revisitados ~~por~~ na obra de Chico Science e Nação Zumbi.

34 CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.142

35 "João Paulo desceu a barranca do rio e se misturou com· aqueles homens. Não conhecia pessoalmente nenhum deles, mas sentiu que eram todos da mesma família que ele tanto admirava: da família dos heróis do mangue. Muitos deles, quase despidos como se fossem pegar caranguejo no mangue, apenas com o corpo coberto por grandes placas de lama . Eram os mesmos cavaleiros da miséria que já tinham vivi do tantas lutas heróicas na imaginação transbordante de João Paulo." CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.168.

36 CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.177

- **Os Homens-Caranguejo**

A população, descrita no romance, é identificada, pelo autor, com o bioma sobre o qual vive e a partir do qual sobrevive. Homens e caranguejos, descritos enquanto "filhos da lama", dividem o espaço, coexistindo no mangue e na luta pela vida:

> A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues -a sociedade dos caranguejos e a dos homens, seus irmãos de leite, ambos filhos da lama. É a história da sociedade desses seres anfíbios que eu conto neste livro. Desta sociedade que; economicamente, também é anfíbia, pois que vegeta nas margens ou·bordas de duas estruturas econômicas que a história até hoje não costurou num mesmo tecido:a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no Nordeste do Brasil, lado a lado sem se fundirem, sem se integrarem até hoje num mesmo tipo de civilização. A sociedade· dos mangues é uma sociedade·imprensada entre estas duas estruturas esmagantes. É uma sociedade que, comprimida pelas duas outras, escorre como uma lama social na cuba dos alagados do Recife, misturando-se com o caldo grosso da lama dos mangues.[37]

Em outro trecho do romance J. Castro traz novamente a alegoria dos homens e caranguejos no manguezal:

> Os mangues do Recife são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito essencialmente para o caranguejo. Tudo aí é, ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela, cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fabricando com a lama a carninha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo o e a do corpo de seus filhos. São duzentos mil indivíduos, duzentos mil cidadãos feitos de carne de caranguejos. O que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do mangue para virar caranguejo outra vez. Nesta aparente placidez do charco desenrola-se, trágico e silencioso o ciclo do caranguejo. O ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos todos atolados na lama.[38]

Nesses trechos supracitados podemos ver que, na reflexão de Josué de Castro, os "homens caranguejos" não apenas habitam o mangue ou o tem como moradia, eles o vivenciam, o compartilham e disputam como espaço e fonte de alimento com os seres da fauna local, além de compartilhar de práticas que se assemelham ao comportamento desses animais, principalmente o caranguejo. Esses homens que vivem no e sobrevivem do mangue, irmanados, na lama, na sujeira e na miséria, aos caranguejos dos quais se alimentam e com os

[37] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.16
[38] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.28

quais convivem, são aqueles identificados, justamente, a partir da expressão "homens-caranguejos".

Na formação da expressão/conceito homem-caranguejo, segundo Melo Filho:

> Do ponto de vista morfológico, houve criação de uma palavra composta, formada por dois substantivos (homem + caranguejo) para expressar a ideia de uma determinada espécie de homem. Não havendo perda da integridade silábica, a composição ocorreu por justaposição: homem caranguejo ou homem-caranguejo.[39]

A junção dos conceitos/palavras "homem" e "caranguejo", presentes no texto de Josué de Castro, justapõe o individuo e o crustáceo artrópode que vive nos manguezais se alimentando da matéria orgânica em decomposição que ali se deposita com as marés e a correnteza. Sendo assim, nasce o homem-caranguejo, aquele indivíduo que viveria – não só numa perspectiva sociológica de marginalidade e pobreza, simbolizadas pela lama, mas também psicológica e biológica – como o caranguejo. A respeito da expressão, de seu sentido e sua função no romance de Josué de Castro, Djalma A. de Melo Filho afirma:

> ...refere-se à transferência de nome por semelhança de sentido (a) que tem a metáfora como figura emblemática e pode ser de três tipos: substancial (semelhança de forma, de função ou de situação); sinestésica e afetiva. Antes de sua "expulsão", como metáfora, a associação homem e caranguejo subsistiu no texto por força de alguns termos que criaram um liame entre homem e caranguejo: "fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo *como* caranguejo" ou "nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão *parecidos* com os caranguejos.[40]

Ao homem-caranguejo, marginalizado, cabe o papel de reciclagem do material rejeitado pela cidade, despejado nos rios e que vai parar no manguezal. Sua casa, a palafita, feita a partir de paus de mangue e restos de moveis, telhas, latas e tecidos reutilizados, é um reflexo de sua condição e incorpora a alegoria do indivíduo que sobrevive a partir das sobras, tal qual o crustáceo, ao alimentar-se de matéria orgânica em decomposição. O "homem caranguejo" realiza uma reciclagem social e material, por sua vez, concomitantemente, o crustáceo realiza a reciclagem biológica ao se alimentar dos excrementos. Num segundo momento os dois se encontram e completam este ciclo, ao passo que o homem se alimenta diretamente daquele mesmo caranguejo, além de catá-lo e revendê-lo para restaurantes, bares e outros estabelecimentos comerciais de várias regiões da cidade e seu entorno.

Melo Filho aponta ainda aproximação do homem ao caranguejo ao afirmar que:

---

[39] FILHO, Djalma Agripino de Melo. *Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias.* In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003 p.512

[40] Id. Ibid. p. 512

> Josué de Castro assinala que há uma convivência espacial dos homens (que vivem nos mangues) com os caranguejos ou até mesmo uma relação causal entre ambos, sobressaindo-se uma relação de contiguidade. Quando ele afirma que a lama dos mangues do Recife é "povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo", possivelmente está destacando a matéria (caranguejo) que forma o objeto (homem) ou empregando a espécie (homem-caranguejo) pelo gênero (homem). Nesse caso, a expressão homem-caranguejo carrega consigo uma sinédoque, pois há uma relação real de natureza quantitativa entre os conjuntos A (homem) e B (caranguejo): A É B ou B Ì A (o homem contém o caranguejo ou o caranguejo está contido no homem).[41]

De certo, não acreditamos que um livro esgote toda a complexidade que envolve a experiência e as trajetórias de todo um grupo social. No entanto, J. Castro traz-nos uma reflexão profunda que se aproxima muito da realidade social de boa parte das periferias do país. Por isto, seu texto se afirma como uma obra importante: uma ferramenta sensível e contundente para compreensão e reflexão a respeito do drama histórico e social de grande parcela da população brasileira – e mais especificamente nordestina e recifense. O romance se distancia de um olhar esperançoso ao retratar o que seria um ciclo interminável de miséria. Uma vez "na lama", homens e mulheres, sem grandes chances de escapar, se afundariam cada vez na mesma, como integrantes do "ciclo do caranguejo":

> É por isso que os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiram sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para morte e, assim, se afundando para sempre dentro da lama. A impressão que eu tinha, era que os habitantes dos mangues - homens e caranguejos nascidos à beira do rio - à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama. Parecia que a vegetação densa dos mangues, com seus troncos retorcidos, com o emaranhado de seus galhos rugosos e com a densa rede de suas raízes perfurantes os tinha agarrado definitivamente como um polvo, enfiando tentáculos invisíveis por dentro de sua carne, por todos os buracos de sua pele: pelos olhos, pela boca, pelos ouvidos.[42]

- **A Sociedade dos Mangues**

Para além do termo Homens-caranguejo, apresentado por Josué de Castro em seu romance, nós podemos observar a existência de um segundo conceito chave que permeará a narrativa do romance e que, em certos momentos atuará como personagem do enredo: trata-se da assim denominada "sociedade dos mangues".

> A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade.dos caranguejos; Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues...[43]

[41] Id. Ibid. p 514.
[42] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.13
[43] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.16

O enxerto acima citado, extraído de prefácio do romance, apresenta uma problemática presente em sua escrita acadêmica e literária. A sociedade dos mangues, não compreendia apenas as populações de crustáceos (caranguejos) que ali viviam (sociedade dos caranguejos) ou a apenas a sociedade de ribeirinhos e catadores de caranguejos que sobreviviam através do mangue. A Sociedade dos Mangues é/seria a soma dessas diversas "sociedades que habitam o manguezal" formando um ecossistema maior do que um grupo de indivíduos/espécies.

O convívio com as populações ribeirinhas e dos manguezais desde sua infância lhe possibilitou lançar um olhar sensível e aprofundado sobre aquela realidade, que marcou sua experiência. Djalma de Melo afirma que as imagens, oriundas da infância e descritas no romance de J. de Castro: "...além de influenciarem o modo de pensar e de agir de Josué de Castro, impregnarão toda sua obra e o acompanharão até sua morte, em 1973, quando se encontrava exilado em Paris, por força de ato da ditadura militar brasileira."[44]

Este convívio lhe permitiu observar o comportamento dos crustáceos e dos humanos que no mangue viviam, aqueles que, segundo o próprio autor, seriam os "irmãos de leite" dos caranguejos*, "*filhos da mesma lama*"*.[45] Para além disto, Josué de Castro afirma ter observado também como o mangue exerceria sua influência sobre todos esses indivíduos e sobre a própria cidade que, como corrobora Mello Filho, haveria surgido a partir de e sobre o manguezal.[46] De acordo com J. Castro*:* "Não há, pois, a menor dúvida, que toda esta terra que hoje flutua à flor das águas, na baía entulhada do Recife foi uma criação dos mangues."[47] E: "Na verdade, foram os mangues os primeiros conquistadores desta terra. Foram mesmo, em grande parte, os seus criadores."[48]

Na perspectiva de Josué de Castro, o domínio dos mangues, da lama e das raízes profundas e emaranhadas, não se resumia apenas ao litoral de Recife e à foz dos rios, mas também invadia a terra firme e impunha-se em um contexto social e espacial mais amplo, que percorria a cidade desde sua fundação:

> Com uma força estranha, os mangues iam, assim, se apoderando da vida de toda aquela gente numa posse lenta, tenaz, definitiva. Estas *estranhas* plantas que, em eras geológicas passadas, se tinham apoderado de toda essa área de terra – esta fossa

[44] FILHO, Djalma Agripino de Melo. "Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias". In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003
[45] CASTRO, Josué de. "*Homens e Caranguejos*". Brasiliense: São Paulo. 1967 p.16
[46] "Considerando o primeiro aspecto, Josué de Castro demonstrará que o mangue não constitui apenas uma paisagem que compõe o Recife, mas sim, em que pese os incontáveis aterros, realizados ao longo de mais de quatro séculos, o próprio substrato de onde surgirá o Recife" (MELHO FILHO, 2003, 507). OBS: Padronizar referência.
[47] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.15
[48] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.16

> pantanosa onde hoje assenta a cidade do Recife - estendia agora sua posse também aos seus habitantes. E tudo nesta região passava a pertencer ao mangue conquistador e dominador: tanto a terra como o homem.[49]

À cidade de Recife, ao manguezal nos deltas e margens dos rios Capibaribe e Bemberibe, aos homens e mulheres que nele (sobre)vivem junto à fauna e flora locais, e os indivíduos que direta ou indiretamente possuem ligações com os habitantes – humanos ou não - do manguezal, a esse conjunto e seu entorno, que envolve ou se liga ao bioma manguezal, Josué de Castro denominará Sociedade do Mangue. Sociedade esta de características, implicações e amplitude socioeconômicas específicas, as quais envolveriam estruturas agrárias e capitalistas que marcariam a história da região.

> É a história da sociedade desses seres anfíbios que·eu conto neste livro·. Desta sociedade· que, economicamente, também· é anfíbia, pois que vegeta nas margens· ou· bordas de duas estruturas econômicas que a história até hoje não costurou num mesmo tecido: a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no Nordeste do Brasil, lado a lado sem se fundirem, sem se integrarem até hoje num mesmo· tipo de civilização.[50]

A Sociedade dos Mangues a que Josué de Castro se refere carrega as marcas do processo histórico de formação das cidades litorâneas do Nordeste do país, desde o período colonial. Estas cidades não teriam sido capazes, segundo a visão do autor, de se afirmar entre as sociedades de capitalismo avançado devido à manutenção da estrutura agrária colonial e assim formaram uma sociedade hibrida (de marcas agrárias e capitalistas), a qual marginaliza, segrega e mantém na miséria as populações mais pobres (que habitam os mangues, os mocambos – ou, em outros casos, os cortiços e favelas).

> A sociedade· dos mangues é·uma sociedade·imprensada entre estas duas estruturas esmagantes. É uma sociedade ·que, comprimida pelas duas outras, escorre como uma lama social na cuba dos alagados do Recife, misturando-se com o caldo grosso da lama dos mangues.[51]

[49] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 pp.13-14
[50] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.16
[51] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967 p.16

Josué, a Lama, o Caranguejo, o Mangue e os Homens Caranguejos em "da Lama ao Caos" e "Afrociberdelia"

Neste tópico analisaremos um grupo de letras de canções dos dois discos lançados pela banda Chico Science & Nação Zumbi (Da Lama ao Caos -1994 e Afrociberdelia -1996) e as artes visuais da capa e contracapa do primeiro álbum "Da lama ao Caos", procurando aferir a influência da obra de Josué de Castro sobre os mesmos, assim como as releituras e apropriações realizadas pela banda no que diz respeito a esta obra.

A despeito de toda pluralidade e diversidade que compunham a cena cultural recifense da década de 1990, de acordo com David Tavares Barbosa e Caio Augusto Amorim Maciel, em ao menos um ponto as bandas se aproximavam, pois uma das principais características das mesmas, como uma espécie de denominador comum, era a referência ao cotidiano e às condições de vida das populações periféricas da região. Segundo esses autores, a populações ribeirinhas, pescadoras e do manguezal eram referências comuns e marcantes nas letras de bandas como CSNZ a Mundo Livre S/A. Neste sentido, tais grupos musicais criavam suas letras aproximando-as de conceitos anteriormente apresentados para descrever as populações mais pobres de Recife:

> Um dos temas centrais das músicas das bandas que faziam parte do Mangue Beat, corresponde à figura do homem periférico, em especial, o que mora nos mangues do Recife. Em suas interpretações, exploram a imagem do homem suburbano, completamente pobre e miserável, excluído social e espacialmente da cidade do Recife, e que luta para sobreviver nos manguezais e também nos morros do Recife. Em tal ponto, aproximam sua interpretação das de Josué de Castro, em seu romance "Homens e Caranguejos.[52]

Formada em 1991, a banda CSNZ vinha realizando uma série de shows e apresentações com músicas próprias desde 1992, tornando-se conhecido em nível regional e, no ano de 1994, após o reconhecimento pela indústria cultural, assinou contrato com o selo *Caos,* da gravadora *Sony*, lançando assim seu primeiro álbum, intitulado "Da lama ao Caos", que contou com o renomado produtor musical Liminha[53].

De acordo com José Ramos da Silva, *"*Assim como manifesto Caranguejos com Cérebro, o disco Da Lama ao Caos (1994) é outro marco importante para a consolidação da

[52] BARBOSA, David Tavares; Caio Augusto Amorim Maciel. Pontes imaginárias sobre o céu da manguetown: o mangue bit e os novos olhares sobre o Recife. *Para Onde!?,* Volume 6, Número 2, p. 74

[53] Arnolpho Lima Filho, Liminha, produtor musical renomado no cenário artístico brasileiro e ex integrante da banda *Os Mutantes*.

nova cena cultural recifense."[54] Lançado concomitantemente ao *Samba Esquema Noize* da banda Mundo Livre S/A - integrante de destaque da cena mangue – *Da Lama ao Caos* ampliou exponencialmente a divulgação do material artístico da banda CSNZ, no mercado nacional e internacional, devido ao alcance midiático de grandes proporções da gravadora Sony, a qual lançou versões estadunidense, europeia e japonesa do álbum em 1995 em CD e LP (*Long Play*) - popularmente conhecido como *bolachão*.

Este LP/CD é emblemático não só por ser um dos primeiros da cena Mangue, mas por trazer impresso em si – em sua musicalidade, letras e referências - as ideias e representações da cena Mangue. Isto se manifesta na própria arte visual/gráfica de sua capa e contra capa (o caranguejo e o fundo de lama)[55],-que dialoga diretamente como o *realise* escrito por Fred 04, vocalista e compositor da banda Mundo Livre S/A, em 1992, e que acabara se transformando no texto conhecido como *Manifesto Caranguejos Sapiens*/*Caranguejos com Cérebro* ou *Manifesto Mangue*[56].

O *Manifesto Caranguejos Sapiens/Caranguejos com Cérebro* se trata, originalmente, de um *press release* escrito por Fred 04 em 1992 como um resumo da proposta da Cena Mangue e que no ano de 1994 fora adaptado e incorporado à Capa do Álbum da Lama ao Caos de CSNZ.

Na arte gráfica de capa de "Da Lama ao Caos", podemos observar, projetada sobre um fundo preto que remete à lama do manguezal, a imagem de um caranguejo formado por um mosaico de imagens distorcidas de monitores e telas que acrescentam o conceito de "bit" ou tecnologia à ideia da capa.

[54] SILVA, Jorge José Araújo da. *O manguezal e a sociedade pernambucana-brasil* **In:**Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-22 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica p. 40

[55] Arte produzida pelo cineasta Hilton Lacerda que lançou mão do uso de colagens granuladas para trazer a ideia de pixels.

[56] SILVA, Marcilo José Ramos da. *Da Lama à Fama: Dissecando o Movimento Mangue Beat*. TCC. Centro de Educação - UFPB. João Pessoa – PB. 2011 p.37

Não obstante a questão tecnológica representada pelas projeções de pixels e bit, é perceptível a referência ao manguezal tanto na cor preta de fundo quanto na imagem/silhueta do caranguejo guaiamum[57] sobreposto. Por sua vez, a tonalidade preta fosca do fundo se nos apresenta como uma possível referência tanto à lama do manguezal quanto à ideia de "Caos".[58]

Um segundo aspecto importante desse álbum, para além de sua arte gráfica, é que em seu encarte consta uma segunda versão do acima citado Manifesto Caranguejos Com Cérebro[59]. De acordo com Lucas de Freitas[60] e Glaucia Peres da Silva[61] em suas respectivas dissertações, há, ao menos, 3 versões desse manifesto cuja autoria é atribuída a Fred 04.[62] Segundo Marcilo José Ramos da Silva o manifesto é dividido em três partes, que têm como temas

[57] BRUNET, Joana Maria Soler. *Aratus, caranguejos, siris e guaiamuns, animais do manguezal: uma etnografia dos saberes, técnicas e práticas dos jovens da comunidade pesqueira de baiacu (ilha de itaparica-ba)* Mestrado. UFBA – Salvador. 2006

[58] Para uma pesquisa mais aprofunda sobre relação da figura de Caos da Mitologia heleno-itálica e a ideia e alegoria de potência do Mangue indicamos a leitura das seguintes obras: BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis* / Ediouro. 26a ed. — Rio de janeiro, 2002; TESSER, Paula. *Comunicação e conflitos urbanos*. In. Logos, 26. Ano 14, 1º semestre 2007 Rio de Janeiro. *Arte na Capa: Da Lama ao Caos – Nação Zumbi*. Documentário. Canal Brasil. 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=OVQ8EniN0hg&ab_channel=CanalBrasil.

[59] RAMALHO, Renan Vinícius Alves. *As Fronteiras dos Jardins da Razão*. Dissertação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN. Natal. 2015.p.32

[60] FREITAS, Lucas de. *Mangue: bit, cena e autoria*. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2013. p. 125.

[61] SILVA, Glaucia Peres da. *Mangue: moderno, pós-moderno, global*. Mestrado – USP – São Paulo 2008. p.5

[62] MGLIOLI, Zé Eduardo. *Chico Science - Um Caranguejo Elétrico*. RTV Produções 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=j299EbU-UnQ.

> ...o ecossistema manguezal, a geografia e o desenvolvimento em prol do progresso da cidade do Recife e por último a cena Mangue, o perfil dos Mangueboys e Manguegirls[63]

Das três versões do texto, o encarte do CD Da Lama ao Caos apresenta a terceira (ver ANEXO 1), elaborada em 1994 – ano do lançamento do disco. Esta se difere da primeira versão ao adotar apenas a alegoria da antena parabólica fincada na lama[64] como símbolo da Cena Mangue, deixando de lado a figura de um caranguejo dj[65] existente na primeira versão, lançada em 1991 e que usa as duas imagens-símbolos.

Originalmente lançado em 1991 como um *press-release*[66]e, posteriormente, denominado pela imprensa como manifesto, de acordo com a pesquisadora Camilla Aryana da Silva Monte, o texto original de Fred 04 se configura:

> ...dividido em quatro[67] partes, no qual na primeira é trabalhado a biodiversidade presente no mangue e a vida que dele se sustenta, desde os insetos até o ser humano, que retira os caranguejos de sua lama para sobreviver. Na segunda parte ele traz os problemas da cidade maurícia (Recife) como a pobreza e o esquecimento dos mais carentes por meio o governo, evidenciando esse fato com a informação que a capital pernambucana era na época a cidade com o maior índice de desemprego do Brasil. Fred Zero Quatro ainda alcunha a cidade de Manguetown, fazendo uma alusão à presença do mangue na cidade e trazendo o town, palavra inglesa o qual designa "cidade", dessa forma, cidade do mangue. Na última parte do manifesto, há um clamor por uma mudança na cultura recifense, necessitando até de um "choque nas veias do Recife" para que seja possível voltar a antiga cena cultural nacional.[68]

Na primeira parte, é apresentado o texto em defesa do bioma manguezal aludindo à sua biodiversidade, fertilidade e importância para o ciclo dos ecossistemas, seja marinho, fluvial ou terrestre. O mangue é resignificado, pois não é abordo mais como local de sujeira e descarte, seja descarte natural de sedimentos, descarte de detritos antrópicos ou descarte social.

Em sequência é lançado do conceito de "Manguetown – A cidade" pelo qual os/as participantes da Cena Mangue apresentam o surgimento e o crescimento desordenado da

---

[63] SILVA, Marcilo José Ramos da. *Da Lama à Fama: Dissecando o Movimento Mangue Beat*. TCC. Centro de Educação - UFPB. João Pessoa – PB. 2011p.37

[64] https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/13/ilustrada/1.html

[65] "Na versão de 1991, elegem como imagem símbolo uma antena parabólica enfiada na lama. Ou um caranguejo remixando ANTHENA do Kraftwerk no computador[...] nas outras duas versões aparece apenas a imagem da antena parabólica enfiada na lama." SILVA, Glaucia Peres da. *Mangue: moderno, pós-moderno, global.* Mestrado – USP – São Paulo 2008. p.5

[66] PICCHI, Bruno. De homens e Caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebit e o Recife contemporâneo. Dissertação – Mestrado USP. Rio Claro. SP. 2011 p.25

[67] Neste ponto encontramos um provável equívoco de digitação, pois não são em quatro partes, mas sim em três partes que se divide o texto manifesto/press release.

[68] MONTE, Camilla Aryana da Silva. A Geografia e Música no Recife: Representações sócio espaciais da cidade a partir das letras das canções do movimento manguebeat.XVIII Encontro Nacional de Geográfos. Junho 2016 – São Luiz – MA p.3

cidade de Recifre sobre os manguezais. Além de gerar desequilíbrio ecológico, a falta de ordenação trouxe vários problemas sociais como miséria e caos urbano, refletindo as condições em que se deram a formação de Recife, a cidade mangue que não só fora construída sobre os manguezais, mas que também fora construída de forma tão desordenada quanto as palafitas de moradores pobres das regiões de manguezal.[69]

Um terceiro conceito apresentado pelo 'press-release-manifesto-capa de disco' é o de "Mangue – A cena"[70] o qual, segundo Renan Vinícius Alves..,, se traduz na:

> sobreposição entre o mangue como conceito ecológico e conceito artístico, de modo que a interrupção do fluxo dos rios é vista em paralelo a interrupção da dinâmica cultural. Aqui os princípios de fertilidade e renovação da vida, características usadas para descrever o mangue, são transpostos em implicações que dizem respeito à própria lógica de produção da identidade local.[71]

Trata-se da criação de uma alegoria que pretendia descrever a cena ou o cenário artístico cultural que emergia no Recife do início dos anos 1990. As noções de caos, mistura, diversidade, pluralidade formam um contexto dinâmico e fértil, de questões urbanas e ebulição artística. Nesse sentindo, o texto que aponta várias vertentes artísticas e culturais que integram essa rede a partir das diversas influências, gostos e costumes dos componentes da cena mangue - as "manguegirls" e os "mangueboys" -que consumiriam desde Bezerra da Silva a hip-hop. [72]

Como fora anteriormente apontado, a cena recebe o nome de Mangue, em alusão ao bioma que cobre boa parte do litoral recifense, olindense e jaboatonense. No entanto, alguns de seus participantes afirmam que a imprensa local passou a chamá-la de *Mangue Beat* em referência a batida/ritmo do mangue.[73] No entanto, Chico Science e seu parceiro de cena, Fred 04 tem a ideia de usar a palavra *bit*,[74] a qual representa a unidade básica de dados de memória usada pela informática.[75] Essa escolha se dá pelo apelo ao uso da tecnologia informacional como ferramenta de conexão entre diversos locais e culturas. Sendo assim, o termo *Mangue*

[69] Vide anexo 1, segundo tópico: "Manguetown – A cidade"
[70] Vide anexo 1, terceiro tópico: "Mangue – a Cena"
[71] RAMALHO, Renan Vinícius Alves. *As Fronteiras dos Jardins da Razão.* Dissertação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN. Natal. 2015.p.83
[72] RAMALHO, Renan Vinícius Alves. *As Fronteiras dos Jardins da Razão.* Dissertação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN. Natal. 2015. p.83
[73] PEIXE, Jorge du. *Ocupação Chico Science*. Instituto Itaú Cultural. 2010. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9zuojg0A1m4
MGLIOLI, Zé Eduardo. "Chico Science - Um Caranguejo Elétrico". RTV Produções 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=j299EbU-UnQ.
[74] SHUM, Lawrence. *O meio digital e a produção midiática.* **In:** Revista Cibertextualidades Ed. 03 2009. Univresidade Fernando Pessoa. Porto.- Portugal. p. 131-132.
[75] BARROSO, Claudio; BIDU, Queiroz. *O mundo é uma cabeça.* A Bobina Produção. 2005. Recife

bit se aproximava muito mais da proposta original de fundir o regional e tradicional ao tecnológico e ao cosmopolitismo; bem mais do que a ideia de uma batida ou um ritmo específico do e para o mangue, noção que se distanciaria da ideia de pluralidade e diversidade.[76] Os participantes da cena mangue são enfáticos ao afirmarem que não estavam criando um novo ritmo a ser reproduzido pelas bandas da cena[77]. Cada banda possuiria sua forma própria de som, sua própria musicalidade.

Além da imagem do caranguejo, na arte gráfica, o título do álbum apresenta a palavra "lama", no corpo do texto, numa referência ao húmus/barro encharcado, presente nos manguezais da cidade de Recife, e que percorreria, segundo expressão de Josué de Castro, a "sociedade do mangue", seus homens e caranguejos – e seus "homens caranguejo" - como um todo.

Dentre as 14 faixas deste álbum encontramos um grupo de 4 canções que trazem referências diretas, em suas letras, às temáticas do manguezal, da miséria na cidade de Recife, do caranguejo e do catador de caranguejo ou ribeirinho - temas e imagens centrais de *Homens e Caranguejos* de Josué de Castro. Tais canções são "Rios Pontes & Over drives"; "Da Lama ao Caos"; "Antene-se"; e "Risoflora". A seguir, analisaremos algumas das temáticas, imagens e alegorias presentes nas letras dessas e de outras canções de CSNZ, com o intuito de demonstrar como as mesmas se articulam ao cotidiano da cidade, à proposta estética da banda, e expressam, por vezes de forma explícita, a influência da obra de Josué de Castro.

1. Rios, Pontes & Overdrives

Por que no rio tem pato comendo lama?
Por que no rio tem pato comendo lama?
Rios pontes e overdrives
Impressionantes esculturas de lama
Mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue!
Rios pontes e overdrives
Impressionantes esculturas de lama
Mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue!
E a lama come no mocambo e no mocambo tem mulambo
E o mulambo já voou, caiu lá no calçamento, bem no sol do meio-dia
O carro passou por cima e o mulambo ficou lá
Mulambo eu, mulambo tu, mulambo eu, mulambo tu

[76] PEIXE, Jorge du. *Ocupação Chico Science*. Instituto Itaú Cultural. 2010. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9zuojg0A1m4
[77] MIGLIOLI, Zé Eduardo. "Chico Science - Um Caranguejo Elétrico". RTV Produções 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=j299EbU-UnQ.

> É macaxeira, Imbiribeira, Bom pastor, é o Ibura, Ipseb, Torreão,Casa Amarela, Boa Viagem, Genipapo, Bonifácio, Santo Amaro, Madalena, Boa Vista, Dois Irmãos, é o Cais do porto, é Caxangá, é Brasilit, Beberibe, CDU
> Capibaribe, é o Centrão eu falei.Rios pontes e overdrives
> Impressionantes esculturas de lama
> Mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue!
> Rios pontes e overdrive
> Impressionantes esculturas de lama
> Mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue!
> E a lama come no mocambo e no mocambo tem mulambo
> E o mulambo já voou, caiu lá no calçamento bem no sol do meio dia
> O carro passou por cima e o mulambo ficou lá
> Mulambo eu, mulambo tu, mulambo eu, mulambo tu
> Rios pontes e overdrives
> Impressionantes esculturas de lama
> Mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue!
> Rios pontes e overdrives
> Impressionantes esculturas de lama
> Mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue, mangue!
> Mulambo eu, mulambo tu, mulambo eu, mulambo tu
> Mulambo boa peça de pano pra se costurar mentira
> Mulambo boa peça pra se costurar miséria
> Mulambo boa peça de pano pra se costurar mentira, mentira
> Mulambo boa peça pra se costurar miséria, miséria.[78]

Esta canção se inicia com uma interrogação: "Por que no rio tem pato comendo lama?", a qual aponta as condições de penúria que a região dos manguezais de Recife e Olinda se encontravam, a ponto de até os animais que não vivem diretamente do/no mangue, para sobreviverem, passarem a se alimentar de lama. Em continuação, a canção faz referência, em seu refrão, a "Rios pontes e 'overdrives', impressionantes esculturas de lama." À parte a geografia e as construções urbanas que compõe Recife como sendo feitas de lama, trata-se de uma flagrante alusão ao fato de Recife, e principalmente seus bairros centrais, ser construída sobre os manguezais.

Na segunda estrofe, a canção faz referência aos mocambos[79] sendo absorvidos pela lama. Faz também referência à palavra "mulambo" – pedaços/faixas de panos usados, sujos ou antigos.[80] Os mocambos sãos as habitações comuns das personagens do romance de Josué de Castro, tendo em vista que a grande maioria delas vivia sobre o manguezal. Podemos dizer que a expressão "a lama come o mocambo" nos leva a algumas interpretações. A primeira

[78] SCIENCE, Chico.*Rios Pontes & Overdrives*. 1994 Disponível em https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/77651/

[79] Termo utilizado no cotidiano recifense e pernambucano é para se referir às casas e construções precárias e simples construídas nos manguezais e nos morros. Equivalente ao termo "barraco", muito utilizado na região sudeste. Para um estudo mais substancial sobre os mocambos temos
FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarco rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013

[80] Algumas entrevistas cedidas por amigos e colegas próximos de Chico Science à época afirmam que o cantor usava o termo molambo para se referir à bandeira nacional brasileira, mas não há nenhum registro do próprio cantor/compositor confirmando esta versão.

interpretação é que mocambo não é construído sobre a lama de uma forma planejada, preventiva e segura. É uma construção rudimentar feita de paus-de-mangue e materiais descartados nos rios, ficando em média a 2 metros de altura, o que não é suficiente para protegê-los das grandes enchentes, e acabam invadidos e tomados pela lama e em grande parte destruídos.

Em *Homens e Caranguejos*, um dos momentos mais dramáticos da narrativa descreve a cheia dos rios do Sertão e Semiárido pernambucano, provocando uma enchente de grandes proporções que acaba por desabrigar a esta população, composta pelos "homens caranguejos", envoltos em lama e miséria, da Aldeia Teimosa.

A expressão "comer o mocambo" traz a ideia (e a imagem dramática) de que a lama estaria infestando a casa, tomando conta e destruindo a mesma, ou devorando-a. A lama aqui pode ser vista como alegoria do ciclo do caranguejo de Josué de Castro, que envolve a miséria, a fome, a sujeira, a falta de perspectivas de mudança; as "garras" da lama e as raízes das plantas não permitem que os habitantes do mocambo possam dali se desprender, tanto da construção/mocambo quanto do bioma-mangue e também da condição sócio econômica daquele local. Partindo deste pressuposto, vemos também uma consonância o seguinte trecho, anteriormente citado, do romance de Josué de Castro: "ficavam todos eles, afogados no mangue, agarrados pelas ventosas com as quais os mangues insaciáveis lhes sugavam todo o suco da sua carne e da sua alma [...] se apoderando da vida de toda aquela gente..."[81]

De acordo com o historiador e pesquisador da UFPB Marcilo José Ramos da Silva: "No contexto vigente, "mulambo" é o homem que vive na miséria e tira seu sustento do mangue, tendo em vista que mulambo é a denominação de peça de roupa barata."[82] Mulambo é uma palavra de origem afro-brasileira - existente no português brasileiro - que significa trapo de pano. No entanto, surge uma segunda interpretação sobre a ideia de mulambo na canção: de acordo com a fala e afirmação do jornalista e um dos fundadores da cena mangue Renato Lins (Renato L)[83], mulambo seria uma referência crítica e irônica à bandeira nacional[84]. A estrofe "mulambo boa peça de pano pra se costurar mentira" seria uma referência à bandeira como um farrapo para esconder as péssimas condições sociais da maioria das populações mais pobres do país, que viveriam "por trás" do amarelo-ouro, o qual

[81] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense. São Paulo 1967 p. 14
[82] SILVA, Marcilo José Ramos da. *Da Lama à Fama: Dissecando o Movimento Mangue Beat*. TCC. Centro de Educação - UFPB. João Pessoa – PB. 2011
[83]RAMALHO, Renan Vinícius Alves. *As Fronteiras dos Jardins da Razão.* Dissertação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN. Natal. 2015.p.32
[84] PEIXE, Jorge du. *Ocupação Chico Science*. Instituto Itaú Cultural. 2010. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9zuojg0A1m4

contrasta com e esconde a realidade pobre e nua. Afinal, a roupa é um instrumento sociocultural para também cobrir as 'partes' do corpo repudiadas socialmente, numa linguagem que remonta ao inicio da colonização: cobrir suas vergonhas.

Após a repetição do refrão a música apresenta uma série de bairros das cidades de Recife e Olinda que se localizam próximos aos ou sobre os manguezais, outra vez uma referência ao fato de grande parte de Recife ser construída sobre os ou a partir dos manguezais. Por essa questão Recife é apelidada pelos integrantes da Cena Mangue como "Manguetown" (cidade mangue).

2. Da lama ao caos

> Posso sair daqui pra me organizar
> Posso sair daqui pra desorganizar
> Da lama ao caos, do caos a lama
> O homem roubado nunca se engana
> O Sol queimou, queimou a lama do rio
> Eu vi um xié andando devagar
> E um aratú pra lá e pra cá
> E um caranguejo andando pro sul
> Saiu do mangue e virou gabiru
> Ô Josué eu nunca vi tamanha desgraça
> Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
> Peguei um balaio fui na feira roubar tomate e cebola
> Ia passando uma véia e pegou a minha cenoura
> Aê minha véia deixa a cenoura aqui
> Com a barriga vazia eu não consigo dormir
> E com o bucho mais cheio comecei a pensar
> Que eu me organizando posso desorganizar
> Que eu desorganizando posso me organizar
> Que eu me desorganizando posso me organizar
> Da lama ao caos, do caos a lama
> O homem roubado nunca se engana
> Da lama ao caos, do caos a lama
> O homem roubado nunca se engana.[85]

Esta canção, além trazer, por diversas vezes, a expressão que dá título ao disco em que foi lançada, é repleta de referências ao manguezal, à lama (*Da lama ao caos, do caos à lama)*, aos caranguejos (*Eu ví um chié andando devagar/E um aratu pra lá e pra cá / E um caranguejo andando pro sul)* e cita o próprio Josué de Castro em uma das estrofes ("*Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça / Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça*").

É pertinente observar uma referência histórica na alegoria contida no trecho "*E um caranguejo andando pro sul / Saiu do mangue, virou gabiru".* Nesse trecho o autor traz em alegoria a migração do Nordestino em direção ao sudeste, que ao deixar sua terra natal em

[85] SCIENCE, Chico. *Da Lama ao Caos*. 1994. Disponível em https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/77655/

busca de melhores condições de vida acaba se alocando nas favelas e periferias do sudeste. O caranguejo se torna gabiru (ratazana), o migrante e retirante nordestino se torna favelado no sul-sudeste.

3. Antene-se

> É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
> Escutando o som das vitrolas que vem dos mocambos
> Entulhados à beira do Capibaribe
> Na quarta pior cidade do mundo
> Recife, cidade do mangue
> Incrustada na lama dos manguezais
> Onde estão os homens caranguejos
> Minha corda costuma sair de andada
> No meio das ruas e em cima das pontes
> É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
> Procurando antenar boas vibrações
> Preocupando antenar boa diversão
> (Sou, Sou, Sou, Sou, Sou Mangueboy!)
> Recife, cidade do mangue
> Onde a lama é a insurreição
> Onde estão os homens caranguejos
> Minha corda costuma sair de andada
> No meio da rua, em cima das pontes
> É só equilibrar sua cabeça em cima do corpo
> Procure antenar boas vibrações
> Procure antenar boa diversão
> (Sou, Sou, Sou, Sou, Sou Mangueboy!).[86]

Observando o trecho do refrão, percebemos que este traz uma questão mui importante ao processo de releitura e adaptação dos conceitos de Josué de Castro feita pela CSNZ. O refrão inicia-se com a autoafirmação do eu lírico da canção dizendo "Sou, sou, sou, sou Mangueboy". Mangueboy e Manguegirl foi a expressão utilizada tanto por Chico Science quanto Fred 04 para se referir aos jovens e às jovens que participavam na Cena Mangue, ou que se reconheciam enquanto pertencentes a esse contexto.[87] É um hibridismo e uma justaposição[88] com neologismo e estrangeirismo – a exemplo, também, da expressão "manguetown" –, onde encontramos a palavra portuguesa mangue ou manguezal unida ao termo inglês "boy" ou "girl". Portanto, mangueboys e manguegirls são, respectivamente, garotos do mangue/garotos mangue e garotas do mangue/garotas mangue. Estas, pois, são

[86] SCIENCE, Chico. *Antene-se*. 1994 Disponível em https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/77657/

[87] "Para ser uma mangue girl ou mangue boy, o sujeito tem que ser simples, ter um senso crítico e ser politizado, preocupado com a natureza e a exploração exacerbada da mesma. Ser divertido e ter a cabeça aberta para novas ideias. Apesar de morar em uma das piores cidades do mundo para se viver no quesito qualidade de vida, dar valor às expressões culturais locais." SILVA, Marcilo José Ramos da. *Da Lama à Fama: Dissecando o Movimento Mangue Beat.* TCC. Centro de Educação - UFPB. João Pessoa – PB. 2011 p.44

[88] FILHO, Djalma Agripino de Melo. *Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias*. In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.2 Rio de Janeiro Maio/Agosto. 2003. p.512-513

adaptações[89]/evoluções criadas pelos integrantes da Cena Mangue[90] a partir da expressão "homens caranguejos" para o contexto "globalizado"[91] do fim do século XX, que ampliou ainda mais a difusão e influência da língua inglesa[92] pelo mundo, iniciada ainda na década de 1930. Dessa forma, podemos observar nessa canção a apropriação da ideia do ser humano conectado ou ligado ao mangue, proposta por Josué de Castro, pela banda Chico Science & Nação Zumbi. A canção se apresenta também muito emblemática na questão da identidade mangue. Sua primeira estrofe inicia afirmando que o indivíduo está a ouvir os antigos aparelhos de som dos mocambos do manguezal, que se amontoam às margens do rio Capibaribe (rio que banha e percorre grande parte da cidade de Recife): "Escutando o som das vitrolas, que vem dos mocambos / Entulhados a beira do Capibaribe / Incrustada na lama dos manguezais, onde estão os homens caranguejos*"*. A letra da música segue em contínua referência às temáticas, imagens e ideias expostas de Josué de Castro ao se referir a Recife como "cidade Mangue".

Outro ponto a enfatizar diz respeito ao termo "homens caranguejos", primeiramente utilizado por Josué e reapropriado na obra de Chico Science & Nação Zumbi. Homens caranguejos, conforme referido, são aqueles indivíduos que não só habitam os mocambos dos manguezais, mas que vivem daquilo que, "na lama da mague town", o manguezal "oferece". São indivíduos para quem o mocambo, (mal) assentado na área do mangue, não é só um dormitório precário. Ele se constitui dos próprios materiais existentes no manguezal - troncos, folhas e galhos de pé-de-mangue, além de objetos descartados por outros moradores nos rios e que por conta da correnteza vão parar nos manguezais. Esses indivíduos vivem ou subsistem da cata dos caranguejos e outros crustáceos, seja para venda ou consumo próprio, retirando diretamente do mangue seu próprio sustento e devolvendo as sobras de suas atividades aos manguezais, sobras essas que serão consumidas por outros caranguejos, que virão a ser

[89] NASCIMENTO, Francisco Gerardo Cavalcante do. *Manguebit: novas possiblidadaes sonoras na indústria fonográfica brasileira da década de 1990*. **In:** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 p. 9

[90] PICCHI, Bruno. *Uma geografia do mangue: movimento manguebit, josué de castro e regionalismo nordestino contemporâneo*. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15. 2008, São Paulo. *Anais em CD-ROM...* São Paulo:Associação de Geógrafos Brasileiros, 2008. p. 20

[91] BARBOSA, David Tavares. *Pontes imaginárias sob o céu da manguetown: o mangue beat e os novos olhares sobre o Recife.* **In:** *Para Onde!?*, Volume 6, Número 2, p. 6980, jul./dez. 2012. p.71
MENDONÇA, Luciana Ferreira Moura. *Música (pop)ular, diversidade e identidades: o manguebeat e outras histórias*. **In:** Oficina do CES nº 275. Maio 2007. p. 2-3.

[92] Influência essa que se pode observar existente também no nome artístico do vocalista (Chico *Science*) e no nome da própria banda, tendo em vista que esse é composto pelo nome artístico do vocalista mais a referência às nações de maracatu e à personagem histórica quilombola Zumbi de Palmares: Chico Science & Nação Zumbi.

coletados por essas pessoas, formando-se assim um ciclo biológico e econômico[93]. Dessa forma, mais uma vez, a alegoria do "homem caranguejo" faz referência ao fato de que esses homens, além de viverem no mesmo ambiente dos crustáceos e em condições análogas aos mesmos, desempenham uma função vital de 'reciclagem' do lixo ou descarte produzido pela metrópole, introduzindo-o de volta ao uso cotidiano, uma explícita referência à função ecológica atribuída ao caranguejo - e muito enfatizada por Josué de Castro em seu romance - que converte matéria orgânica em decomposição em alimento para vários seres da cadeia alimentar: peixes, répteis, anfíbios, aves, mamíferos em geral, e, no caso específico da "manguetown", principalmente humanos.[94]

Quando falamos de (re)apropriação por parte do grupo CSNZ estamos aqui remontando ao conceito de Roger Chartier de apropriação, o qual compreendemos como a prática de tomar para si símbolos, sinais, signos códigos, ideias e práticas de determinado grupo fazendo uma resignificação ou releitura própria desses mesmos códigos e símbolos. Nesse caso, a apropriação não necessariamente se apresenta como disputa do domínio ou uso de determinado discurso. Mas sim a construção de uma identidade a partir de práticas, ideias, códigos e signos utilizados por outros grupos por possuir certa identificação com tais características. No entanto, a identidade (re)criada é nova/diferente.

A despeito das múltiplas referências a *Homens e Caranguejos*, segundo Letícia Batista da Silva, "mesmo compreendendo e inspirando-se nas ideias de Josué de Castro, Chico Science preferiu tomar um rumo diferente do pessimismo encontrado nas páginas do romance e procurou visualizar uma saída para a situação."[95] Ou seja, ser Mangue Girl ou Mangue Boy não se resume a crescer ou viver sobre os mangues, mas também com e apesar dos mangues. A manguegirl e o mangueboy tem o manguezal como referência, mas procuram fugir do "ciclo de prisão" do mangue apontado por Josué de Castro, que afirma que os moradores do mangue não conseguiriam fugir daquela vida. No entanto, manguegirls e mangueboys visam e almejam melhores condições a partir da busca de informação e de práticas culturais variadas, da própria região e alhures, e assim, neste ponto específico, manguegirls e mangueboys antenados/conectados – com o Recife, com o Brasil e com o mundo – se distanciariam do "fatalismo" e da passividade dos homens caranguejos de Josué de Castro. Segundo Ramos Silva, no âmbito no movimento mangue bit, e, mais especificamente, da canção em destaque,

[93] BARBOZA, Roberta Sá Leitão. *Fui no mangue catar lixo, pegar caranguejo, conversar com o urubu: estudo socioeconômico dos catadores de caranguejo no litoral norte de Pernambuco.* In: *Rev. Bras. Enga. Pesca* 3(2), jul. 2008
[94] CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense. São Paulo.1967 p.29
[95] SILVA, Letícia Batista. *Manguebeat: Vanguarda no Mangue*. Dissertação, UFRS. Porto Alegre. 2011 p.30

o homem caranguejo passaria a figurar como “homem caranguejo sapiens”, um ser que pensa, sente e procura saídas ou alternativas a partir de uma gama de possibilidades:

> o sujeito tem que ser simples, porém ter um senso crítico e ser politizado, preocupado com a natureza e a exploração exacerbada da mesma. Ser divertido e ter a cabeça aberta para novas ideias. Apesar de morar em uma das piores cidades do mundo para se viver no quesito de qualidade de vida, dar valor às expressões culturais locais. Ter a cabeça equilibrada é ter caráter, personalidade e atitude. O quadro deveria ser mudado. Porém, segundo a letra só poderia acontecer tal mudança se antes de tudo a juventude arregaçasse as mangas e fizesse as mudanças com as próprias mãos, mas sem esquecer de viver, respeitar e ter bondade no coração.[96]

O contexto de ascensão da tecnologia informacional, a emergência de novas questões identitárias e culturais abriria aos jovens o acesso a uma série de ferramentas culturais, intelectuais, sociais e políticas que lhes possibilitariam maior acesso à informação e lhes apresentariam novas alternativas e possibilidades. Nesse jovem “antenado” – ou que deve “antenar-se”, como o título da canção sugere, se uniriam a lama (que marca a paisagem da cidade, e na qual sobrevive o caranguejo e os homens-caranguejos) e a antena parabólica – imagens caras ao movimento mangue, conforme citamos. Fincada na lama e no caos, a antena parabólica traz novas possibilidades e inspirações (musicais, culturais, identitárias) aos “mangueboys” e “manguegirls”, algo distante do homem caranguejo de J. Castro.

Outro trecho relevante, mesmo que pequeno, é “minha corda costuma sair de andada no meio da rua em cima das pontes." Este trecho se faz relevante por conta de seu sentido com dupla referência. “Minha corda” era uma expressão utilizada pelos jovens da Cena Mangue para dizer ‘meu grupo de amigos’, e uma alusão ao meio de transporte utilizado pelo catadores-vendedores de caranguejos que vendem os crustáceos em dúzias amarrados em cordas.[97] Por sua vez, “sair de andada no meio das ruas em cima das pontes” é uma expressão que aponta para a ideia de um grupo de pessoas (amigos) que sai pelas ruas da cidade para fazer algo com certo tom de aleatoriedade ou pouca preocupação (“de andada”, sem intento ou direção). E é oriunda da expressão utilizada para se referir ao hábito dos crustáceos que em certas épocas saem de suas tocas em grande número e andam aleatoriamente pelos manguezais e arredores por conta de uma perturbação metabólica ou por conta dos trovões

[96] Ibidem. p. 44
[97] Há um jargão/dito popular que faz alusão essa questão da corda caranguejos: “o animal mais brabo/marrento é o caranguejo, pois só entra na cidade amarrado.”

noturnos[98]. Vale enfatizar que em Recife os caranguejos, no período de andada, caminham pelas ruas e pontes do centro histórico, pois esta região é construída sobre manguezais.

4. Risoflora

Eu sou um caranguejo e estou de andada
Só por sua causa, só por você, só por você
E quando estou contigo eu quero gostar
E quando estou um pouco mais junto eu quero te amar
E aí te deixar de lado como a flor que eu tinha na mão
E a que esqueci na calçada só por esquecer
Apenas porque você não sabe voltar pra mim
Oh Risoflora!
Vou ficar de andada até te achar
Prometo meu amor vou me regenerar
Oh Risoflora!
Não vou dar mais bobeira dentro de um caritó
Oh Risoflora, não me deixe só
Eu sou um caranguejo e quero gostar
Enquanto estou um pouco mais junto eu quero te amar
E acho que você não sabe o que é isso não
E se sabe pelo menos você pode fingir
E em vez de cair em suas mão preferia os seus braços
E em meus braços te levarei como uma flor
Pra minha maloca na beira do rio, meu amor!
Oh Risoflora!
Vou ficar de andada até te achar
Prometo meu amor vou me regenerar
Oh Risoflora!
Não vou dar mais bobeira dentro de um caritó
Oh Risoflora, não me deixe só.[99]

Esta canção, composta por Chico Science em homenagem à sua namorada Maria Duda Belém, além de trazer um aspecto afetivo/sentimental, traz consigo uma série de-estrofes que apresentam a Cena Mangue a partir de expressões que exprimem o cotidiano do manguezal. Neste sentido, é como se a vida dos jovens ligados ao movimento fosse como uma vida de caranguejo, ao aproximá-la do contexto habitado pelos crustáceos, ou, ainda, como se Recife, a "manguetown" em que viviam o compositor, sua amada, os mangueboys e as manguegirls, fosse um grande manguezal. *"*Eu sou um caranguejo e estou de andada/Só por sua causa, só por você, só por você.../Não vou dar mais bobeira dentro de um caritó/ E em meus braços te levarei como uma flor/Pra minha maloca na beira do rio, meu amor." Primeiramente, o eu lírico, em metáfora, já se afirma um caranguejo que está a vagar em estado de êxtase por conta de seus sentimentos pela pessoa amada. Novamente o eu lírico usa uma expressão comum no Nordeste brasileiro que remonta ao contexto do manguezal: 'caritó' ("*Não vou dar*

[98] *MOVIMENTO MANGUEBEAT*. Doc. Brasília: TV Cultura. 1992. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=lVhifnpgd5Q&t=15s&ab_channel=Lizot%C3%A1vel
[99] SCIENCE, Chico. *Risoflora*. 1994 Disponível em https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/77658/

mais bobeira dentro de um caritó"). Caritó no litoral pernambucano é o nome dado ao cercado feito no mangue para se manter o caranguejo preso em engorda até o momento de venda ou abate, portanto, trata-se de uma armadilha ou cárcere.[100]

Algumas Canções de Afrociberdelia

Afrociberdelia, [101] o segundo álbum da banda Chico Science & Nação Zumbi, lançado em 1996, traz uma abordagem que apresenta matrizes afro-brasileiras[102] com aportes de músicas eletrônica e psicodelia (mistura que dá origem ao nome Afro-Ciber-Delia). No entanto, a referência ao mangue a suas alegorias permanece enquanto referências fundamentais de algumas canções. Dentre as faixas desse álbum, analisaremos duas letras que deixam explícitas essas referências, tais são: *"Corpo de Lama"; "Manguetown*";

1. Corpo de Lama

Este corpo de lama que tu vê
É apenas a imagem que sou
Este corpo de lama que tu vê
É apenas a imagem que é tu
Que o sol não segue os pensamentos
Mas a chuva muda os sentimentos
Se o asfalto é meu amigo eu caminho
Como aquele grupo de caranguejos
Ouvindo a música dos trovões
Esta chuva de longe que tu vê
É apenas a imagem que sou
Este sol bem de longe que tu vê
É apenas a imagem que é tu
Fiquei apenas pensando que seu rosto
Parece com as minhas idéias fiquei apenas
Lembrando que há muitas garotas sorrindo
Em ruas distantes há muitos meninos
Correndo em mangues distantes
Esta rua de longe que tu vê
É apenas a imagem que sou
Esse mangue de longe q tu vê
É apenas a imagem que é tu ehhh!!
Se o asfalto é meu amigo eu caminho
Como aquele grupo de caranguejos
Ouvindo a música dos trovões
Deixai que os fatos sejam fatos naturalmente
Sem que sejam forjados para acontecer
Deixai que os olhos vejam os pequenos detalhes

[100] Em outras regiões do Nordeste 'caritó' faz referência à bandeja ou estante de se guardar objetos não usados e também é local alegórico de "recanto para solteiros". Pode significar permanecer-se solteiro(a).
[101] ZUMBI, Chico Science & Nação. *Afrociberdelia*. Rio de Janeiro: Chaos. 1996
[102] FERRAZ, Renato de Oliveira. *África, psicodelia e cibernética: crítica social e questão racial nas composições musicais da banda Chico Science & Nação Zumbi* Dissertação. PUC.Rio de Janeiro. 2018.p. 63 - 64

> Lentamente deixai que as coisas que lhe circundam
> Estejam sempre inertes como móveis
> Inofensivos para lhe servir quando for
> Preciso e nunca lhe causar danos
> Sejam eles morais físicos ou psicológicos.[103]

Esta canção, além de apresentar uma explicita referência à lama já em seu próprio título, sugere que a lama é componente do corpo do eu lírico, do contexto que o cerca, de sua identidade e vivência: "Este corpo de lama que tu vê/É apenas a imagem que sou." Num segundo momento, o autor retoma o tema do caranguejo como referência para seu comportamento, lançando mão do recurso da comparação: "Se o asfalto é meu amigo eu caminho / Como aquele grupo de caranguejos/Ouvindo a música dos trovões*"*. Outra vez retoma-se o fenômeno da saída dos caranguejos em grupo de suas tocas por conta dos sons dos trovões para referenciar seu hábito de andar a esmo. Novamente, a imagem e a ideia do "homem caranguejo" – da fusão entre o humano e crustáceo, entre a cidade e o mangue - se apresenta de forma direta e explícita.

2. Manguetown

> Tô enfiado na lama. É um bairro sujo, onde os urubus têm casas
> E eu não tenho asas. Mas estou aqui em minha casa, onde os urubus têm asas.
> Eu vou pintando, segurando as paredes no mangue do meu quintal, Manguetown!
> Andando por entre os becos, andando em coletivos, ninguém foge ao cheiro sujo da lama da Manguetown.
> Andando por entre os becos, andando em coletivos, ninguém foge à vida suja dos dias da Manguetown.
> Esta noite sairei, vou beber com meus amigos. E, com as asas que os urubus me deram ao dia, eu voarei por toda a periferia. Vou sonhando com a mulher que talvez eu possa encontrar. E ela também vai andar na lama do meu quintal, é Manguetown!
> Andando por entre os becos, andando em coletivos, ninguém foge ao cheiro sujo da lama da Manguetown. Andando por entre os becos, andando em coletivos, ninguém foge à vida suja dos dias da Manguetown. Fui no mangue catar lixo pegar caranguejo e conversar com urubu.[104]

A última[105] canção abordada em nosso trabalho foi escolhida por trazer um termo, já em seu título, fundamental para nosso trabalho: *Manguetown*. Manguetown é um neologismo carregado de simbolismos. A junção das palavras Mangue (abreviação de manguezal) e *Town* (que é uma palavra inglesa para cidade) traz um sentido que expressa a visão dos jovens da Cena Mangue para Recife: A Cidade Mangue, algo que também é apresentado por Fred 04 no Manifesto "Caranguejos com Cérebro".

[103] SCIENCE, Chico. *Corpo de Lama*. 1994 Disponível em https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/77658/
[104] SCIENCE, Chico. *Manguetown*. 1994 Disponível em https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/ 117925/
[105] Primamos por apresentar as canções escolhidas de acordo com suas disposições nos discos.

A utilização do termo inglês *town* como sufixo não se dá apenas por uma questão de estrangeirismo, mas se relaciona à proposta político-cultural da Cena Mangue, na década de 1990, de conexão com a mídia fonográfica internacional através da tecnologia de comunicação (MTCI ou Internet) nos domínios da qual predominava a língua inglesa[106]. Nesse ponto, não só a apropriação do termo sociedade do mangue / cidade mangue, mas a releitura e adaptação do conceito para o contexto de Recife na década de1990 se faz presente: A Cidade Mangue é a partir de então chamada de *"Manguetown".*

Para além do seu título, a letra da canção *Manguetown* se baseia majoritariamente na alusão às expressões ligadas ao manguezal, como veremos em seguida.

Primeiramente, o eu lírico afirma estar imerso no seu bairro que, além de sujo, é feito de lama: "Estou enfiado na lama. É um bairro sujo, onde os urubus tem casa e eu não tenho asas." Moradia de urubus e de homens "sem asas", presos ou "enfiados na lama", os bairros pobres localizados em regiões de manguezais são identificados, na canção, a sujeira, abandono, despejo e podridão, que atrai as aves de rapina, conhecidas por se alimentar de matéria em decomposição.

O verso "Vou pintando segurando as paredes do mangue do meu quintal Manguetown" traz duplo significado com razões muito próximas: "as paredes do mangue do meu quintal" nos dá a ideia de que sua casa ou habitação está fincada no manguezal a coberta por ele; ou, quando acrescentamos a palavra "*Manguetown"* que complementa a frase supracitada, temos a ideia de que toda a sua cidade é o mangue ou o mangue é toda a sua cidade. Mesmo que tenhamos frases diferentes, o sentido se aproxima em ambos os casos: é um indivíduo que vive ou constitui seu mundo na lama do manguezal, que é seu bairro ou cidade por onde percorre e desenvolve sua vida. Logo, o mangue é seu mundo, o contexto no qual vive e sobrevive.

Em seguida, o prelúdio *"*Andando por entre os becos /Andando em coletivos / Ninguém foge ao cheiro sujo / Da lama da Manguetown / Andando por entre os becos / Andando em coletivos / Ninguém foge à vida suja dos dias da Manguetown*"* apresenta o fato de que não só pode fugir da influência ou presença do manguezal, tendo em vista sua existência em boa parte do território da cidade fortemente ligada à região do mangue. Há aqui, uma vez mais, forte ligação com a linguagem e a imagética do romance *Homens e caranguejos*, quando este descreve uma cadeia de laços sociais e econômicos entre classes distintas da cidade de Recife, que estariam vinculadas, de algum modo, ao manguezal. Sejam

[106] SILVA, Glaucia Peres da. *Mangue: Moderno, Pós-Moderno, Global*. Dissertação – Mestrado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo. 2008 p.54

os clientes moradores das Regiões centrais e mais abastadas que compram os porcos de engorda da lama do bairro do Pina para dias festivos; os restaurantes do centro da cidade que oferecem no seu cardápio os caranguejos comprados dos catadores da beira de mangue; moradores das casas de bairros coloniais como Conde da Boa Vista e Derby que dependem dos serviços prestados pelas pessoas que vivem no mangue ou das empresas que se abastassem desta mesma mão de obra[107]. E como muitos desses bairros coloniais são construídos às margens do Rio Capibaribe (Soledade, Boa Vista e Santo Antônio)[108] tanto a lama do manguezal quanto os caranguejos em andada disputam espaço com os prédios históricos.

A música se encerra com uma frase que remonta ao imaginário mangueboy e manguegirl, mas que também nos traz a ideia da vida cotidiana da sociedade do mangue de Josué de Castro: "Fui no mangue catar lixo/Pegar caranguejo, conversar com urubu."

Catar o lixo, além do esforço de sobrevivência do indivíduo que vive em condições precárias no manguezal, é direta e indiretamente a função de reciclagem do lixo semanticamente bruto e, em um aspecto figurado, uma reciclagem social que, em conjunto com a 'pega do caranguejo' seja para venda ou alimentação e a divisão/comunhão de espaço de conversa/diálogo com o urubu, ligado ao "homem caranguejo" de Josué de Castro e ao Mangueboy e à Manguegirl de Chico Science e Nação Zumbi.

Conclusão

Como acima assinalamos, a Cena Mangue não se caracterizou por uma uniformização ou padronização sonora, instrumental ou visual.

Não foram apenas tambores ou as guitarras que uniram ou aproximaram bandas como Chico Science & Nação Zumbi e Mundo Livre S/A, mas sim as referências ao mangue, ao caranguejo, ao caos urbano de Recife (a "Manguetown"), à sua juventude "antenada" – manguegirls e mangueboys vivenciando os efeitos da revolução técnico científica de finais do século XX - e à vida de indivíduos que dependem ou se relacionam com o mangue (marisqueiras, catadores de caranguejo etc.). Tais imagens, ilustrações e alegorias de Recife como uma cidade mangue obteve, na obra de Josué de Castro, importante referência –

[107]BARBOZA, Roberta Sá Leitão. *Fui no mangue catar lixo, pegar caranguejo, conversar com o urubu: estudo socioeconômico dos catadores de caranguejo no litoral norte de Pernambuco.*In: Rev. Bras. Enga. Pesca 3(2), jul. 2008 p. 117 - 134

[108] REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo. *Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana*. V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, p. 877-890, 2013.

referência essa transformada, reapropriada e relacionada a novos contextos, vivências e propostas.

Segundo David Tavares Barbosa:

> Um dos temas centrais das músicas das bandas que faziam parte do Mangue Beat, corresponde à figura do homem periférico, em especial, o que mora nos mangues do Recife. Em suas interpretações, exploram a imagem do homem suburbano, completamente pobre e miserável, excluído social e espacialmente da cidade do Recife, e que luta para sobreviver nos manguezais e também nos morros do Recife. Em tal ponto, aproximam sua interpretação das de Josué de Castro, em seu romance "Homens e Caranguejos.[109]

Por meio do quadro anteriormente exposto, podemos afirmar que a obra de Josué de Castro fez-se presente, como referência e inspiração, tanto para fundamentação quanto para a estética da Cena Mangue/Movimento Manguebit, não apenas contida no manifesto mangue de 1992, mas também em letras das músicas, nas artes gráficas de seus álbuns, na forma como esses artistas se apresentavam ao seu público, nas performances em seus vídeo-clipes, nos termos usados para designar homens e mulheres que faziam parte da chamada "cena Mangue": Mangueboy e manguegirls. Sendo assim, a produção de J. de Castro serviu de referência e inspiração para que grupos musicais, como Chico Science & Nação Zumbi, apreendessem, representassem e apresentassem, diante de um público amplo, o contexto da cidade de Recife e de sua região metropolitana através de uma (re)nova(da) lente.

Dentro do contexto do movimento Manguebit, a banda Chico Science & Nação Zumbi, através de suas composições, artes gráficas e audiovisuais nos dois primeiros álbuns, ao apropriar-se de ideias e imagens propostas por Josué de Castro em *Homens e Caranguejos*, realiza uma releitura de um problema social crônico da região de Recife. A adaptação de conceitos de Josué de Castro no contexto de globalização e desenvolvimento de novas tecnologias informacionais da década de 1990 contribui para a formação de um novo movimento estético, artístico e cultural em Recife.

Diante desse quadro, podemos argumentar que apropriação e releitura realizada pela banda Chico Science & Nação Zumbi produziu um efeito duplo. Pois, ao relacionar-se e

[109] BARBOSA, David Tavares. *Pontes imaginária sobre o céu da Mangue town: o manguebeat e os novos olhares sobre Recife.***In**: Para Onde!?, Volume 6, Número 2, p. 6980, jul./dez. 2012 Instituto de Geociências, Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. p. 6

apropriar-se de conceitos, termos e imagens relacionados à obra de Josué de Castro, a banda não só almeja e alcança maior legitimidade para si e seu movimento por ter relacionado suas canções e ideias a conceitos anteriormente apresentados por um autor local de renome e prestígio internacional, como contribui para que a obra do geógrafo recifense permanecesse atual e em debate, após o seu relativo apagamento e esquecimento em território brasileiro a partir do governo iniciado em 1964, como afirmam Silvio Tendler e Bruno Picchi.[110] E, deste modo, pode-se observar que CSNZ, ao formular sua proposta estética, lança mão de uma linha de interpretação da realidade social, ambiental e cultural de Recife já existente e consolidada, regional, nacional e internacionalmente, sendo parte de sua contribuição inovadora, não tanto a ênfase na relação "manguezal-Recife-ser humano", mas a introdução do elemento tecnológico digital (cibernética/informática) nesta relação.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de (ET ALII). *Josué de castro e o Brasil*.Editora Perseu Abramo (Coleção Pensamento Radical). São Paulo, 2003.

BARBOZA, Roberta Sá Leitão. *Fui no mangue catar lixo, pegar caranguejo, conversar com o urubu": estudo socioeconômico dos catadores de caranguejo no litoral norte de Pernambuco.* In. Rev. Bras. Enga. Pesca 3(2), jul. 2008 p. 117 – 134

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula) : histórias de deuses e heróis*. Ediouro. 26a ed. Rio de janeiro, 2002 p. 19

BRUNET, Joana Maria Soler. *Aratus, caranguejos, siris e guaiamuns, animais do manguezal: uma etnografia dos saberes, técnicas e práticas dos jovens da comunidade pesqueira de baiacu (ilha de itaparica-ba).* Mestrado. UFBA – Salvador. 2006

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. *O Recife e seus bairros*. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Brasiliense: São Paulo. 1967

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*.Algés: Difel, 2002.

_____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11 (5), pp. 173-191, 1991.

COSTA. Robson Gomes da. *O Manifesto Mangue De Zero Quatro: A Interlocução Histórica-Teórica De Josué De Castro Nos Anos 1990.* Relatório de Pesquisa (TCC) UNIMESP. Guarulhos 2012. Disponível em https://www.docsity.com/pt/a-interlocucao-historica-teorica-de-josue-de-castro-nos-anos-1990/4864563/

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarco rural e desenvolvimento do urbano.* São Paulo: Global, 2013

[110]Para maior aprofundamento na questão do apagamento da imagem de Josué de Castro, indicamos: PICCHI, Bruno. De homens e Caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebit e o Recife contemporâneo. Dissertação – Mestrado USP. Rio Claro. SP. 2011. E TENDLER, Silvio. "Cidadão do Mundo". UFRJ. Rio de Janeiro.1995

LIRA, Paula. *A Grande Serpente.* Recife. FUNDARPE. 2014

MADUREIRA, Sevy. Bairro do Recif*e: porto seguro da boemia*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1995.

OLIVEIRA, E. C. L. *A ideia de cultura da cena Manguebeat e a criação de uma nova representação para a cidade do Recife.* In: **Anais** do IV Congresso Internacional de História - Cultura, sociedade e poder, 2014, Jataí/GO. IV Congresso Internacional de História - Cultura, sociedade e poder. Jataí - GO: UFG, 2014. p. 01-15.

PICCHI, Bruno. *De homens e Caranguejos aos caranguejos com cérebro: a região cultural do movimento manguebit e o Recife contemporâneo.* Dissertação – Mestrado USP . Rio Claro. SP. 2011

_____*Uma geografia do mangue: movimento manguebit, josué de castro e regionalismo nordestino contemporâneo*. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. *Anais em CD-ROM*... São Paulo:Associação de Geógrafos Brasileiros, 2008. p. 13

RAMALHO, Renan Vinícius Alves. *As Fronteiras dos Jardins da Razão.* Dissertação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN. Natal. 2015.p.32

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo. *Origem da expansão do Recife: divisão do solo e configuração da trama urbana*. A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, BarcelonaBuenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, p. 877-890, 2013.

SILVA, Cleiton Ferreira da. *Intervenção urbana e uso do solo na Zona Sul do Recife: análise sobre as transformações urbanas dos bairros do Pina e Boa Viagem*. **In:** Caderno de Geografia, vol. 26, núm. 45, 2016, pp. 55-78 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Belo Horizonte – MG

SILVA, Glaucia Peres da. *"Mangue": Moderno, Pós-Moderno.* Global. Dissertação – Mestrado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo. 2008 p 103-109
SILVA, Jorge José Araújo da. *O manguezal e a sociedade pernambucana-brasil* **In:**Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-22 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica

SILVA, Letícia Batista. *Manguebeat: Vanguarda no Mangue*. Dissertação, UFRS. Porto Alegre. 2011 p.26

SILVA, Marcilo José Ramos da. *Da Lama à Fama: Dissecando o Movimento Mangue Beat.* TCC. Centro de Educação - UFPB. João Pessoa – PB. 2011

TESSER, Paula. *Comunicação e conflitos urbanos*. In. Logos 26. Ano 14, 1º semestre 2007 Rio de Janeiro.

VAINSENCHER, Semira Adler. *Recife, bairro*. Pesquisa Escolar OnLine, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2009.

Fontes

ZUMBI, Chico Science & Nação. *Da Lama ao Caos.* Rio de Janeiro: Chaos.1994

ZUMBI, Chico Science & Nação. *Afrociberdelia.* Rio de Janeiro: Chaos. 1996

Arte na Capa: Da Lama ao Caos – Nação Zumbi. Documentário. Canal Brasil. 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=OVQ8EniN0hg&ab_channel=CanalBrasil.

Movimento Manguebeat. Doc. Brasília: TV Cultura. 1992. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=lVhifnpgd5Q&t=15s&ab_channel=Lizot%C3%A1vel

SCEINCE, Chico. *Manguetown.* Sony BMG.1995. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rNhk-rz6XGs&ab_channel=RobervalCerqueira

_____. *A Cidade.* Sony BMG.1995. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AXdDo3hch8Q&ab_channel=audalioxavier

TENDLER, Silvio. *Cidadão do Mundo*. UFRJ. Rio de Janeiro.1995

Chico Science Mangue Star TV JORNAL. Doc. São Paulo. TV VIVA. 1997 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z9I-WacnTv4&ab_channel=DJXandomnauta-DiscosVoadoresRecordsXand%E0%A5%90nauta

ZERO QUATRO. Fred. Caranguejo com cérebro. 1992. Disponível em:<http://pt.wikisource.org/wiki/Caranguejos_com_c%C3%A9rebro> Acessado em 03/01/2021.

https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/

Anexo 1

Manifesto Caranguejos Com Cérebro 1ª Versão

Mangue o Conceito

Estuário.Parte terminal de rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra. Em suas margens se encontram os manguezais, comunidades de plantas tropicais ou subtropicais inundadas pelos movimentos das marés. Pela troca de matéria orgânica entre a água doce e a água salgada, os mangues estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo.

Estima-se que duas mil espécies de microorganismos e animais vertebrados e invertebrados estejam associados à vegetação do mangue. Os estuários fornecem áreas de desova e criação para dois terços da produção anual de pescados do mundo inteiro. Pelo menos oitenta espécies comercialmente importantes dependem do alagadiço costeiro.

Não é por acaso que os mangues são considerados um elo básico da cadeia alimentar marinha. Apesar das muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas-de-casa, para os cientistas são tidos como símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza.

Manguetown, a cidade

A planície costeira onde a cidade do Recife foi fundada é cortada por seis rios. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex)cidade *maurícia* passou desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais.

Em contrapartida, o desvairio irresistível de uma cínica noção de *progresso*, que elevou a cidade ao posto de *metrópole* do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade.

Bastaram pequenas mudanças nos ventos da história, para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos setenta. Nos últimos trinta anos, a síndrome da estagnação, aliada a permanência do mito da *metrópole* só tem levado ao agravamento

acelerado do quadro de miséria e caos urbano.

Mangue, a cena

Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruindo as suas veias. O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Como devolver o ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.

Em meados de 91, começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de idéias pop. O objetivo era engendrar um *circuito energético*, capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama.

Hoje, Os mangueboys e manguegirls são indivíduos interessados em hip-hop, colapso da modernidade, Caos, ataques de predadores marítimos (principalmente tubarões), moda, Jackson do Pandeiro, Josué de Castro, rádio, sexo não-virtual, sabotagem, música de rua, conflitos étnicos, midiotia, Malcom Maclaren, Os Simpsons e todos os avanços da química aplicados no terreno da alteração e expansão da consciência.

Bastaram poucos anos para os produtos da fábrica mangue invadirem o Recife e começarem a se espalhar pelos quatro cantos do mundo. A descarga inicial de energia gerou uma cena musical com mais de cem bandas. No rastro dela, surgiram programas de rádio, desfiles de moda, vídeo clipes, filmes e muito mais. Pouco a pouco, as artérias vão sendo desbloqueadas e o sangue volta a circular pelas veias da Manguetown.

Chamagnathus granulatus sapiens.

Anexo 2

Manifesto Caranguejos com Cérebro. Versão 3

Mangue – o conceito

Estuário. Parte terminal de rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra.
Em suas margens se encontram os manguezais, comunidades de plantas tropicais ou subtropicais inundadas pelos movimentos das marés. Pela troca de matéria orgânica entre a água doce e a água salgada, os mangues estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo.

Estima-se que duas mil espécies de micro-organismos e animais vertebrados e invertebrados estejam associados à vegetação do mangue. Os estuários fornecem áreas de desova e criação para dois terços da produção anual de pescados do mundo inteiro. Pelo menos oitenta espécies comercialmente importantes dependem do alagadiço costeiro.
Não é por acaso que os mangues são considerados um elo básico da cadeia alimentar marinha. Apesar das muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas de casa, para os cientistas os mangues são tidos como símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza.

Manguetown – a cidade

A planície costeira onde a cidade do Recife foi fundada é cortada por seis rios. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex) cidade "maurícia" passou a crescer desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais.
Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de "progresso", que elevou a cidade ao posto de "metrópole" do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade.
Bastaram pequenas mudanças nos "ventos" da história, para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos 60. Nos últimos trinta anos, a síndrome da estagnação, aliada a permanência do mito da "metrópole" só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano.
O Recife detém hoje o maior índice de desemprego do país. Mais da metade de seus habitantes moram em favelas e alagados. Segundo um instituto de estudos populacionais de Washington, é hoje a quarta pior cidade do mundo para se viver.

Mangue – a cena

Emergência! um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico para saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruir as suas veias. O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus

estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Como devolver ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.

Em meados de 91, começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de ideias pop. O objetivo é engendrar um "circuito energético", capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama.

Os manguebeats e manguegirls são indivíduos interessados em quadrinhos, tv interativa, anti- psiquiatria, Bezerra da Silva, Hip-Hop, midiotia, artismo, música de rua, John Coltrane, acaso, sexo não virtual, conflitos étnicos e todos os avanços da química aplicada no terreno da alteração e expansão da consciência.

“De militar só tinha o nome, e seu comandante”: lutas e resistências de homens livres e pobres em uma Colônia Militar no Norte Paranaense (séc. XIX) [1]

Carlos Henrique Ferreira Leite
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista da CAPES/DS

Introdução

Esta comunicação é parte integrante dos estudos que estão sendo desenvolvidos para a nossa tese de doutorado, que tem como objeto de pesquisa o “cotidiano” de homens livres e pobres nacionais na Colônia Militar do Jataí, fundada ao norte da Província do Paraná no ano de 1855. O núcleo, que manteve as suas atividades por mais de quatro décadas, integrou um projeto de colonização militar do governo imperial que instituiu, aproximadamente, trinta colônias militares em regiões fronteiriças e interioranas consideradas “estratégicas”. O Império buscava com esta ação, estabelecer núcleos de colonização, consolidar, proteger e policiar o território, criar pontos de apoio ao povoamento e ao desenvolvimento agrícola e, por fim, estabelecer um controle sobre os grupos sociais marginalizados, que incluíam brancos pobres, negros e indígenas. Neste contexto, abordaremos pontualmente as seguintes questões: Quais os fatores levaram a fundação de uma Colônia Militar no norte paranaense? Qual o papel dos “homens livres e pobres” neste núcleo? Caracterizou-se de fato, como se esperava, uma “colonização militar” nesta região?

O Império, o Barão e a fundação da Colônia Militar

O Aviso Imperial Nº 234 de 13 de dezembro de 1850, determinou o estabelecimento de uma colônia militar no “porto do arroio Jatahy”, em sua confluência com o rio “Tibagy”, localizado até então, na Província de São Paulo. De acordo com o documento, o núcleo deveria “servir” de centro e núcleo de povoação e auxiliar o trânsito pela “nova via de comunicação” entre a “Comarca de Coritiba” e a “Cidade de Cuyabá”, incluindo os trechos de navegação fluvial desde o porto, pelos rios “Tibagy”, Paranapanema, Paraná e “Ivenheyma” até o rio Brilhante. A organização, estruturação, administração e manutenção da colônia seria regida pelo regulamento publicado no Decreto nº 662 de 22 de dezembro de 1849, destinado originalmente as colônias militares fundadas na Província do Pará. Ainda de acordo com o Aviso Imperial, a presidência da Província de S. Paulo deveria regular a economia da colônia,

[1] Este texto é uma adaptação de um trabalho de nossa autoria, que foi apresentado e publicado no 31º Simpósio Nacional de História – História, Verdade e Tecnologia, intitulado “Colonização militar no norte paranaense? Homens livres e pobres na Colônia Militar do Jataí (1851-1897)”.

seguindo as instruções de João da Silva Machado (1782 – 1875), também conhecido como "Barão de Antonina", tendo em vista o seu "patriotismo" e conhecimento das "circunstancias peculiares e locais" (BRASIL, 1850, p. 206).

A confiança do Imperador no Barão para administrar este projeto, deveu-se as suas iniciativas e trajetórias alinhadas aos interesses do Império. Nascido na freguesia de Taquari, no Rio Grande do Sul, em 1782, João Machado foi um dos maiores negociantes de animais no Sul do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, ao mesmo tempo em que manteve relações comerciais e pessoais com membros das elites de outras províncias, formando sociedades e redes de parentesco que o levaram a adquirir prestígio e poder, além de ocupar altos cargos administrativos e políticos no governo imperial. O recebimento do título de "Barão" pelo Decreto Imperial de 11 de setembro de 1843 (VASCONCELOS, 1918, p.48), foi resultado de sua atuação em favor do Império na Revolta Liberal de 1842.

Conforme observado por Luiz Borges, João Machado, que também era um liberal, rompeu com os antigos aliados e contribuiu com o governo na repressão aos rebeldes em toda a Província, conquistando além do referido título, a promessa de emancipação da Comarca de Curitiba, que ocorreria em 1853 com a criação da Província do Paraná (2014, p. 11). Com a resolução dos conflitos na Província de São Paulo, iniciou-se a movimentação em torno da emancipação da comarca e o Barão de Antonina principiou "os empreendimentos de implementação de aldeamentos no oeste da província de São Paulo, também fortemente relacionados ao plano de expansão e defesa das fronteiras do governo Imperial" (BORGES, 2014, p. 28).

Para Maria Wissenbach, João Machado soube vincular os seus interesses pessoais às urgências político-ideológicas do Império, obtendo desta forma, autorização para a explorar os territórios do Brasil Meridional, e consequentemente, expandir seus domínios e negócios comerciais. Entre os anos de 1844 e 1857, o Barão de Antonina promoveu

> [...] nove expedições de exploração e reconhecimento dos sertões meridionais do Brasil. Sob sua orientação, o sertanista mineiro Joaquim Francisco Lopes e o norte americano João Henrique Elliott percorreram os rios Verde, Tibagi e Paranapanema, na então província de São Paulo, navegaram trechos do "Grande Paraná", e através dos seus afluentes da margem direita, Ivinhema, Brilhante e Dourados, penetraram na região sul do Mato Grosso. Em abril de 1848, após completarem a sexta expedição, Elliot e Lopes consideraram realizado o objetivo maior das viagens a eles encomendadas: o de estabelecer a comunicação fluvial entre a comarca de Curitiba e a de Cuiabá, interligando as grandes bacias dos rios Paraná e Paraguai. Desbravando florestas e campos circundantes a esses rios, consideraram cumpridas também as instruções adicionais que haviam recebido: entraram em contato com as populações indígenas que dominavam esses "territórios desconhecidos", mantiveram tratados de amizade com as lideranças guarani existentes o sul do Mato Grosso e puderam, posteriormente, deslocar parcelas dessas tribos para os aldeamentos indígenas criados

> na época. Finalmente, em diversos pontos da rota fluvial Curitiba-Cuiabá, sobretudo nas regiões de campos e pastos, marcaram imensas posses territoriais para seu mandatário, um pouco antes da efetivação da Lei de Terras de 1850. [...] As viagens podem ser analisadas na articulação aos projetos políticos mais amplos, especialmente aos planos de intercomunicação do território nacional, aos sonhos de incremento da navegação fluvial e à problemática premente de colonização e catequese que, somados, efetivariam a ocupação das regiões do interior. Podem ainda ser vistas como capítulo da expansão das atividades pastoris e agrícolas em busca de novas áreas produtivas ou novos centros de criação e de comércio, no caso a integração econômica do chamado oeste brasileiro – os chapadões e pantanais mato-grossenses – e as florestas e campos do norte do Paraná e sudoeste de São Paulo. (WISSENBACH, 1995, p. 138-139).

Neste interim e a partir destes objetivos, o Barão de Antonina projetou a fundação de uma Colônia Militar no vale do rio Tibagi e solicitou ao Imperador autorização para a sua criação, que viria em definitivo com a publicação do Decreto nº 751, de 02 de janeiro de 1851:

> [...] Hei por bem Criar uma Colônia Militar no porto do Arroio Jatahy na sua confluência com o Rio Tibagy, em a Comarca de Coritiba da Provincia de S. Paulo, devendo a mesma Colônia reger-se pelo Regulamento que baixou com o Decreto N.º 662 de 22 de Dezembro de 1849. O Visconde de Mont'alegre, do Conselho d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. (BRASIL, 1851, p. 14)

A fundação oficial da Colônia Militar do Jataí ocorreria apenas quatro anos mais tarde, em 10 de agosto de 1855 em terras já apossadas pelo Barão de Antonina, localizadas a "23º, 12' e 40'' de latitude sul e 8º, 108' e 49'' de longitude oeste, à margem direita do rio Tibagi, altitude 280m acima do nível do mar." (REIS, 2002, p.13). Além da valorização das terras de seu latifúndio, Nelson Tomazi observa que um dos interesses comerciais do Barão neste estabelecimento, estaria na pacificação dos indígenas da região visando viabilizar a criação de gado nos campos de Paiquerê (1997, p. 134). No mesmo ano, foram fundados nas proximidades do núcleo, os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcantara e Nossa Senhora Loreto do Pirapó, e posteriormente, em 1859, o aldeamento de São Jerônimo.

Como já destacado, a Colônia Militar do Jataí deveria ser estruturada, administrada e regida de acordo com o mesmo regulamento destinado as colônias militares estabelecidas na Província do Pará. Composto por 26 artigos, o documento determinava, dentre outras orientações, as características da localidade em que o núcleo deveria ser fundado, as formas de divisão do sitio, as estruturas a serem construídas, os tipos de colonos que deveriam habitá-la e suas respectivas obrigações relativas as atividades, folgas, comportamentos, permanência e direito à propriedade da terra, condicionada ao cultivo mínimo de três anos. O núcleo também deveria possuir um destacamento militar, no qual um oficial militar seria encarregado de ser o comandante e ao mesmo diretor da colônia militar. Em seu artigo 5º, o regulamento define que

os colonos deveriam ser militares, sendo estes "praças de pret" [2], que integrariam o destacamento situado no núcleo. Na visão do governo, os colonos soldados já estariam "acostumados" a ambientes hostis e isolados, e também adaptados ao serviço e a "disciplina militar", necessários para realização das tarefas, que garantiriam a manutenção da "ordem" e do desenvolvimento da colônia. Na observação de Adelson Bruggemann, os entusiastas desse plano de colonização acreditavam que os soldados "eram supostamente acostumados a viver sob condições rústicas de sobrevivência, além de serem habituados à disciplina militar." (2013, p. 49). Contudo, como aprofundaremos em nossa tese e destacaremos pontualmente a seguir, a realidade observada durante os mais de quarenta anos de existência da Colônia Militar do Jataí contrastou de diferentes formas com previsto e planejado pelo Império, especialmente, no que se refere a participação enquanto colonos, de homens livres e pobres civis e nacionais ao invés de colonos militares.

"De militar só tinha o nome, e seu comandante": homens livres e pobres na Colônia Militar do Jataí

O aprofundamento das pesquisas documentais e bibliográficas acerca da Colônia Militar do Jataí tem demonstrado importantes diferenças entre o que foi planejado pelo governo imperial e provincial e a realidade que de fato se constituiu neste núcleo. A intenção de se iniciar e desenvolver este projeto de colonização com colonos militares não se consolidou como o esperado. Desde a sua criação até a sua emancipação, a colônia militar contou majoritariamente com colonos civis, livres e pobres nacionais, o que gerou críticas de algumas autoridades na época, que atribuíam as diversas dificuldades de manutenção e desenvolvimento do núcleo não somente as condições naturais e administrativas, como também aos "colonos paisanos", que eram em sua maioria nacionais, casados e já possuíam filhos. A ocupação dos trabalhadores era, sobretudo,

> [...] de lavradores. Mas havia também artesãos, detentores de ofícios e ferramentas, sapateiros, carpinteiros e possuidores de animais que trabalhavam com transporte. Havia ainda negociantes. No ano de 1868 a população da Colônia Militar do Jataí constava de 210 habitantes, dos quais 125 eram homens e destes 81 desempenhavam as ocupações [...]. Como se vê na ocupação dos moradores, as atividades na colônia militar giravam prioritariamente em torno do cultivo da terra: plantação, colheita, produção de açúcar, aguardente, farinha e polvilho. O resultado das colheitas e da produção permitiria a estes colonos desenvolver o comércio de suas mercadorias, o que lhes daria acesso a outros bens de consumo como tecidos, sal e remédios. (BEZERRA, 2015, p. 137)

[2] Soldados, que pertencem a categoria inferior da hierarquia militar.

Entre as fontes pesquisadas, o relatório provincial de 1872 traz um histórico das colônias fundadas na Província do Paraná. Neste documento, identifica-se uma posição crítica em relação aos colonos na visão de Venâncio José de Oliveira Lisboa, presidente da Província, e do primeiro diretor, o major reformado do exército Thomaz José Muniz.

Venâncio Lisboa destacou que a colônia militar "de militar tinha só o nome, e seu comandante", compondo-se de "paisanos com a denominação de operários agrícolas" (1872, p. 58 - 59). Para o presidente, com base em sua análise dos "documentos oficiais", os resultados da colônia até aquele momento eram "nulos", reduzindo-se a um "insignificante povoado, sem vida, sem comércio" (1872, p. 63). Segundo Venâncio Lisboa, apesar da "fertilidade espantosa do solo", as "contrariedades" impostas pelos períodos de seca e de intensas chuvas, somavam-se aos ataques indígenas, a localização no centro "de uma floresta virgem", acessível apenas por uma via de comunicação "irregular", além de uma distância "extraordinária" de outros centros populacionais, o que prejudicava o desenvolvimento populacional e agrícola, gerando períodos de escassez, fome e danos as estruturas. A responsabilização pelo "estado" em que a colônia se encontrava, também foi atribuída pelas autoridades aos "colonos paisanos". Venâncio Lisboa relatou que os colonos "empregados em seus trabalhos particulares", pouco faziam "em benefício da colônia". O presidente apresentou em seu relatório, as opiniões e falas do diretor Thomaz Muniz, nas quais destacava que maior parte dos colonos não tinha "aptidão" para desenvolver os trabalhos na colônia, devido a uns a serem "velhos", outros por possuírem "defeitos físicos" e outros por serem "indolentes" (PARANÁ, 1872, p.58). Nas palavras do diretor, se a colônia

> [...] estivesse fundada segundo a letra e espirito do decreto de sua instituição, a sua moralidade estaria em harmonia com os princípios; mas sendo diversas as condições em que o fora é obvio que os seus resultados não podem ter o caráter e pontualidade que teriam se estivesse montada na forma decretada, pois sendo o seu pessoal como é composto de paisanos não lhe pode ser aplicável o regime militar em todas as suas regras e disciplina. [...] Apesar, porém, desse estado equivoco, incompleto e indefinido, desse estado anormal e provisório em que se lhe há feito conservar desde a sua fundação até agora e dos inconvenientes que como consequência dele resultam, o certo é que a colônia vai em via de progresso, senão em população, porque pouco ou nenhum aumento ela tem tido, ao menos pelo que diz respeito a lavoura, sua única base de subsistência por ora e em muito melhor estado estaria a este e a todos os mais respeitos, se do seu pessoal, aliás já pequeno por seu número, não fizessem parte homens que para pouco ou nada servem; e se finalmente abandonada como está e sempre esteve aos recursos da natureza unicamente, a houvesse o governo auxiliado ao menos com suas vistas". (PARANÁ, 1872, p. 59)

As críticas aos "colonos paisanos", que não se submetiam as regras e a disciplina militar, não se restringiam apenas ao caso específico do Jataí. Adelson Bruggemann, em seu estudo

sobre a Colônia Militar de Santa Thereza, em Santa Catarina, durante o século XIX, "os homens livres pobres eram vistos como pessoas de pior qualidade e tornavam-se alvo de constante vigilância e de controle exercido, sobretudo, pela polícia, pelo poder político e também por parte da própria sociedade" (2013, p.119). Ainda segundo o autor, nos relatórios dos diretores das colônias militares, dos presidentes de província e dos ministros do império, "o discurso a respeito dessas pessoas é bastante semelhante ao ponto de vista dos senhores de escravos e de boa parte das camadas sociais ligadas ao poder" (2013, p.120). Jéssika Bezerra enfatiza que no caso do Jataí, a população foi composta

> [...] sobretudo, por pessoas consideradas como sendo "desclassificadas sociais": os homens livres e pobres. Essa crítica frequente para a qualidade dos colonos fez parte de uma perspectiva mais ampla da classe dominante, cujo objetivo era a manutenção de uma sociedade estratificada. As representações de vadios e trabalhadores tornavam-se mecanismo para continuidade da exploração e da grande propriedade. Nesse sentido, a construção de uma imagem do nacional livre e pobre como indolente, conformado e desqualificado para o trabalho – reflexo do atraso e da barbárie – corroborava os projetos de políticos e proprietários que percebiam o imigrante europeu como melhor elemento para colonizar o território e levar o Brasil às condições de civilização e progresso desejadas. (2015, p. 155)

Ao realizar uma análise sobre o "homem livre e pobre no Brasil oitocentista", Cristiano Luís Christillino demonstra que esta população era extensa no século XIX, e que ainda pouco se sabe sobre essa imensa população de homens e mulheres livres nas províncias do Império.

Segundo o autor, este grupo social apresentou uma

> [...] enorme complexidade em sua organização social, o que não nos permite traçar um perfil seguro deles. Utilizamos o termo homem livre e pobre, por ser o mais apropriado para defini-lo, na medida em que é mais abrangente do que as designações caipira e caboclo. Nessa 'categoria', podem ser enquadrados lavradores com títulos de suas terras, agregados, 'dependentes', posseiros de terras 'devolutas', entre outros. Eles eram, principalmente, descendentes de portugueses, africanos e indígenas e já estavam integrados àquela sociedade no momento da chegada dos imigrantes europeus destinados às colônias oficiais e particulares, a partir de meados do Século XIX, mas também formados por ex-escravos, degredados dos mais variados tipos e de 'migrantes' de outras províncias. [...] Complexo quanto à sua definição, heterogêneo em relação à sua formação, os homens livres e pobres ainda nos trazem outro aspecto que mostra sua amplitude: o nível de 'fortuna' dos seus componentes. Os integrantes desse grupo, apesar de a maioria ser desvalida, eram trabalhadores rurais sem terra e pequenos e médios possuidores de terras que, muitas vezes, tinham escravos. Havia casos em que os lavradores nacionais vendiam sua força de trabalho aos seus semelhantes, como uma forma de ganho complementar. Essa é mais uma característica contraditória daquele grupo, que não produz uma relação predominantemente assalariada, mas não deixa de ser uma necessidade estrutural dele. (2015, p. 62-63)

O papel de homes livres e pobres na sociedade escravista brasileira vem sendo discutido desde a década de 1970, identificando-se no decorrer deste período, que esses homens "ajudaram a construir o mercado interno, experimentaram e cultivaram novos produtos agrícolas, criaram e recriaram estratégias de sobrevivência para salvaguardar os seus poucos recursos" (MOTTA, 2006, p. 54). Observou-se também nas suas trajetórias de sucesso e insucesso, as lutas e dinâmicas de resistências e negociações, e as distintas formas e mecanismos elaborados por estes sujeitos para assegurar o seu acesso à terra (MOTTA, 2010, p. 189).

Como demonstrado, um dos destinos destes homens foram as diversas colônias militares instituídas durante o Império. Embora enfrentassem resistências por parte das autoridades governamentais, muitos destes trabalhadores rurais buscavam melhores condições de vida e trabalho, como também garantir o acesso a propriedade da terra, conforme estabelecido pelo regulamento. Contudo, como apresentado no caso da Colônia Militar do Jataí, as condições naturais, estruturais e administrativas não se demonstravam favoráveis, o que levou muitos colonos a desistir e migrar para outras regiões. Outros, porém, buscavam resistir e lutar pela possibilidade, talvez única, de ser proprietário de um lote de terra, pois

> [...] sabiam que migrar para outras regiões era um risco ainda maior, não somente em relação ao desconhecido, mas sobretudo porque a migração implicava custos. Em primeiro lugar, custos econômicos, ou seja, a necessidade de dispor de um pequeno, mas necessário capital para saírem do local em que se encontravam, sobreviver, em suma, até encontrarem um novo lugar para desbravar e posteriormente plantar. Também existiam custos sociais, ou seja, a perda das relações sociais que tinham ou desejavam ter com a comunidade na qual procuravam se estabelecer. Migrar significaria romper elos já consolidados ou em vias de se consolidar. (MOTTA, p. 121)

Neste sentido, os colonos buscavam encontrar maneiras de amenizar e superar as dificuldades impostas. A Colônia Militar do Jataí não possuiu um regulamento próprio, embora os diretores o tivessem solicitado algumas vezes tendo em vista as características e particularidades que lhe eram pertinentes. Em seu relatório, Venâncio Lisboa ressaltou que

> Em 1859 tratou o governo da província de dar a colônia um regulamento especial adaptado as suas condições, e nesse intuito foram organizados os projetos, colhidos os dados e informações, porém nunca veio a luz o resultado de tais trabalhos, continuando em vigor a ordem que mandava observar o regulamento das colônias militares do Pará cujas disposições, de modo algum, podiam sortir efeito desejado no Jatahy [...]. (PARANÁ, 1872, p.59)

A implementação de um regulamento que não se adequava aquela realidade exigia adaptações e negociações entre o diretor e os colonos, que nem sempre chegavam a um acordo, o que gerava interpretações divergentes e levava muitos deles a questionarem ou mesmo agirem de acordo com as suas convicções, mesmo sem anuência do diretor.

Esta situação pode ser observada na insatisfação dos colonos com a qualidade dos lotes concedidos e limites definidos, como relatado em um ofício do diretor da colônia militar enviado ao Presidente da Província, que foi respondido e publicado no Jornal Dezenove de novembro, de 01.08.1863. No documento, o diretor questionava a intenção ou ação dos colonos em "derrubar matos altos a seu bel-prazer e onde quiserem", em criar lavouras em terrenos "onde bem lhes parecer", em fazer chácaras e casas fora do quadro marcado da povoação, e se a ele, enquanto diretor, competia dar "carta de data" para construção de casas dentro do quadro da povoação aos que queriam se estabelecer. Em resposta aos questionamentos, o presidente enfatiza que os colonos não poderiam efetuar derrubadas de "matos altos" e criar lavouras fora dos limites determinados, por constituir crime e ser proibido por lei, já que os "matos devolutos" eram de propriedade nacional, sendo permitido somente cultivar o lote que era concedido. Por fim, o presidente destacava que cabia ao diretor designar a área para a construção do quadro da povoação dependendo a concessão da aprovação do governo provincial.

Outros conflitos também marcariam a trajetória dos homens livres e pobres no Jataí, que enfrentaram diversas dificuldades resultantes do desinteresse das autoridades, não só em atender as necessidades do núcleo, como também em atender aos seus direitos, como no caso específico das concessões dos títulos de posse. Os problemas para garantir a propriedade de seus lotes garantidos pelo regulamento, resultaram em períodos de "agitação" na colônia (REIS, 2002, p.26). Para Ruy Christovam Wachowicz, "as autoridades provinciais e imperiais demonstravam uma incrível insensibilidade para tornar proprietários de terras esses caboclos [...] dos sertões do norte do Paraná. [...]" (1987, p.29). O autor destaca que no caso da Colônia Militar do Jataí, ficava evidente que as oligarquias dominantes no Paraná, assim como no Brasil, não tinham interesse em abrir o acesso à propriedade às populações rurais, marginalizadas no processo rural brasileiro.

Considerações finais

Criada e fundada a partir da iniciativa e dos interesses do Barão de Antonina, com anuência do Imperador D. Pedro II, a Colônia Militar do Jataí foi emancipada em finais dos anos de 1890, já no período republicano. O núcleo, que manteve suas atividades por mais de

quatro décadas, em conjunto com os aldeamentos indígenas, marcou o início do processo de (re)ocupação [3] do norte paranaense, que se iniciou na metade do século XIX e se estendeu até finais da década de 1960. Embora as dificuldades, crises e conflitos apontados pudessem ser identificados em vários períodos da trajetória do núcleo, em uma análise mais ampla sobre a história da colônia, Jessica Bezerra destaca que a

> [...] preservação da Colônia Militar do Jataí e dos Aldeamentos Indígenas no seu entorno por mais de 40 anos demonstrou a relevância daqueles empreendimentos para os governos provincial e central, pois atendiam a uma questão primordial: conter e ordenar a grande população indígena dispersa pela região do norte paranaense. [...] economicamente a colônia militar, assim como os aldeamentos, demonstrou a capacidade agrícola daquelas terras, produzindo excedentes significativos. Sua manutenção passou a atrair povoamento importante para os arredores, assim como estimulou a circulação de negociantes e tropeiros que chegavam em busca de açúcar, cachaça e outros gêneros locais. Portanto, não deixaram de cumprir as principais prerrogativas pensadas à época da sua criação: possibilitar a fixação de povoadores; atrair a população indígena e engajá-la como mão de obra; promover a exploração agrícola da região; e estimular o comércio interno. (2015, p. 249-250)

Neste processo, a importância e a participação de homens livres e pobres, que atuaram em conjunto com escravos e indígenas, na manutenção e no desenvolvimento da colônia, ainda necessita ser problematizada e aprofundada. Identifica-se que estes grupos sociais não se submeteram passivamente as imposições das autoridades, e muitos lutaram de distintas formas por melhores condições de vida e acesso à terra. Consequentemente, o plano inicial de uma "colonização militar", como se previa, não se concretizou da forma esperada na visão do Império e da Província.

Referências

BEZERRA, Jéssika de Aquino. *Civilizar os sertões, consolidar o Estado.* A colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas no Tibagi (1845 – 1897). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Guarulhos, 2015.

BORGES, Luiz Adriano. *Senhor de homens, de terras e de animais*. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado – Província de São Paulo, 1800- 1853. Curitiba, 2014. 347 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2014.

BRÜGGEMANN, Adelson André. *A Sentinela isolada*: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854 - 1883). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2013.

[3] De acordo com Nelson Tomazi, a (re)ocupação do norte paranaense não se confunde com as ocupações anteriores da região realizadas por diferentes povos e suas respectivas sociedades desde tempos remotos. A chamada (re)ocupação "se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras consideradas "vazias", ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil" (1997, p.10). O autor demonstra que todo este processo se deu de forma bastante diversificada onde fazendeiros, grileiros, posseiros sitiantes, trabalhadores sem-terra, empresas colonizadoras e governo do estado, atuaram de forma dispare em um cenário marcado por conflitos, exclusão e violência.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, Thiago Bernardon de (Org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste:* análises e perspectivas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. [on-line]. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

FRIGO, Frei Adelino. *Memórias de um herói.* Jacarezinho: UENP, 2019.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Movimentos rurais nos oitocentos*: uma história em (re)construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – UFRJ, n. 16, abr. 2001, p. 113-128.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, 2006, p. 42-59.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. O rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes). *Revista Portuguesa de História*, v.01, n. 41, 2010, p. 175-191.

REIS, José Cezar dos. *Olarias:* espaço de subsunção formal ou real? Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Sob o Riso de Mefisto. História Agrária no Brasil: tragédias e esquecimentos. *Revista Maracanan*, v. 23, 2020, p. 288-307.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A. *Entre a espada, a cruz e a enxada:* a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: All Print, 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná:* história e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 1997.

WACHOWICZ, Rui Christovam. *Norte velho, norte pioneiro.* Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1995, p. 137-155.

Fontes

BIGG-WITHER, T. P. The valleys of the Tibagy, Brazil. *Journal of the Royal Geographical Society*, London, v. 46, p. 263-277, 1876.

BRASIL, Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. Nº 234, Império, Aviso de 13 de dezembro de 1850, p. 206 – 207.

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil de 1849. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849. Decreto Nº 662 de 22 de dezembro de 1849, p. 219-222.

BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852. Decreto Nº 751 de 02 de janeiro de 1851, p. 14.

PARANÁ. Relatório com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, abriu a 1ª sessão da 10ª legislatura da Assemblea Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curityba, Typ. da Viuva & Filhos de C.M. Lopes, 1872.

VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, 1918.

As trincheiras da fazendo São Lourenço: trabalhadoras rurais e conflitos por terra na Baixada Fluminense (1950-1961)

Karolina M. de Lucena
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o andamento da pesquisa para a dissertação de mestrado sobre o processo de desapropriação da Fazenda São Lourenço, localizada no município de Duque de Caxias, em agosto de 1961, no contexto dos movimentos sociais de luta pela terra na região da Baixada Fluminense entre 1950 e 1961. Período marcado por intensas lutas no campo fluminense, e pela politização do debate sobre a questão agrária no Brasil, colocando o campesinato no centro da disputa política.

A fazenda era ocupada por posseiros desde a década de 1930[1]. Durante os anos de 1950 passa a sofrer inúmeras ações de despejos, até agosto de 1961, quando em mais uma ação de despejo, se dá um conflito armado, entre os posseiros e a força policial encarregada de expulsar os trabalhadores. Após o ocorrido, e as manifestações dos lavradores em permanecerem em resistência a expulsão, o governo do estado do Rio de Janeiro decreta a desapropriação da fazenda. (MEDEIROS, 2015: 270-271)

Procuraremos problematizar, através das fontes disponíveis, a opção dos lavradores pela luta armada como forma de resistência, assim como a sua inserção com a disputa política pela representação do movimento, e a sua participação na luta pela democracia e pelo acesso à terra. A pesquisa parte do processo de formação do território brasileiro, de característica escravista e latifundiária, que resultou na grande concentração fundiária, buscando também estabelecer relações entre a democratização política e a democratização da terra.

Através da luta pela permanência na terra e por melhores condições de trabalho, posseiros, lavradores, sitiantes e pequenos proprietários desenvolveram sua prática política. Se organizaram, criando grupos com poder de contestação da ordem social. A dificuldade de preservar a memória social do trabalhador rural, e a invisibilidade provocada pelos narradores

[1] Segundo Mario Grynszpan a região a Fazenda São Lourenço vinha sendo ocupada por posseiros desde a década de 1930. Inicialmente não estavam sujeitos a subordinação direta ou indireta de nenhum proprietário. Com tudo, posteriormente passaram a ter essas relações impostas, através de cobranças de taxas. GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987. P. 68

do processo histórico, criaram um estigma do camponês atrasado, e incapaz de formular suas próprias ideias e de estar à frente da organização das mobilizações por direitos, qualidade de trabalho e de vida, as quais existem diversos exemplos na história do país, esta pesquisa busca contribuir na contestação desse mecanismo desqualificador, em que o trabalhador rural tem suas conquistas minimizadas, ou atribuídas a uma concessão de agentes externos. Entendemos o campesinato como classe política, importante na construção do projeto de sociedade, no combate a uma "cidadania como privilegio de classe", controlado pela classe dominante. (MEDEIROS, 1989 :8)

O contexto da luta pela terra no Brasil

Nas décadas de 1950 e 1960 havia uma intensa agitação política e social em torno da questão da reforma agrária no Brasil, era um ponto central, no debate acadêmico e político sobre o desenvolvimento do país, melhoria da economia e diminuição das tensões sociais. Mais da metade da população brasileira, dependiam da atividade rural para seu sustento (PRADO, 1979: 81), no entanto, a estrutura agrária excludente impedia essas pessoas de terem direito jurídico de acesso à terra, ficando a mercê das relações de trabalho impostas pelas poucas pessoas detentoras desse direito. A ausência de uma legislação que contemplasse a diversidade das formas de trabalho existentes no campo, que não se resumiam ao trabalho assalariado, e as dificuldades de sindicalização desses trabalhadores, em sindicatos que representassem verdadeiramente sua categoria, eram fatores marcantes da desigualdade existente no Brasil. Desigualdade existente não apenas entre proprietários de terra e trabalhadores rurais e pequenos posseiro, mas entre esses trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos, que tinham a relação de trabalho regulamentada pelas leis trabalhistas. (MEDEIROS, 1989: 32)

Existia então um intenso debate sobre as formas de desenvolvimento da agricultura, e em consequência uma diversidade de imposições de sentidos as lutas dos trabalhadores rurais. Com a afirmação política dos trabalhadores rurais como grupo social relevante e influente no cenário político nacional, muitos agentes passaram disputar a hegemonia da representação do movimento. Os principais grupos da organização das lutas no campo eram as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro, a Igreja Católica através das pastorais da terra. (MARTINS, 1981:81) Os três apresentavam linhas de ação diferentes, e contribuíram cada um à sua maneira para o desenvolvimento das formas de organização, e articulação das lutas.

O PCB teve grande importância na realização das primeiras reuniões nacionais dos trabalhadores agrícolas, e na organização de entidades civis de representação dos trabalhadores

rurais, como a Federação das associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), que foi um importante órgão na luta contra os despejos e na organização dos lavradores. A associação foi criada em 1952, após conflitos na fazenda São Lourenço e Capivari, a partir de uma comissão já existente desde 1949. O PCB também foi um dos principais responsáveis na criação da ULTAB –União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que foi um marco para unificação da luta. Com o objetivo de criar uma força de oposição ao PCB, a igreja católica cria a Pastoral da Terra no campo. Buscavam através da reivindicação de garantia da terra ao trabalhador rural evitar a proletarização do campesinato e sua união aos comunistas. As ligas camponesas, defendiam caminhos mais radicais para realização da reforma agraria, que não envolvia uma aliança com a burguesia nacional, e com os latifundiários. Surgiram em 1955, em Pernambuco, a partir dos conflitos sofridos pelos foreiros. Primeiramente é criada a Sociedade agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, posteriormente conhecida como Ligas Camponesas, que se ramificaram pelo Nordeste, e por outros estados do Brasil. (MEDEIROS, 1989: 46-47)

A palavra "camponês" se popularizou no Brasil, difundida pela esquerda que a utilizava para se referir aos trabalhadores rurais em luta em diversas regiões do país. Anteriormente existiam diferentes palavras para designar esses trabalhadores, carregando um duplo sentido, geralmente tinham significado pejorativo. Caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, palavras que se referiam aos ingênuos, que trabalhavam no campo, uma figura distante, isolada, atrasada no progresso evolutivo da história. Não por coincidência, essas palavras caíram em desuso com o crescimento das lutas no campo e do debate nacional da questão agrária. Segundo Martins, os antigos termos utilizados para designar os trabalhadores rurais lhes davam o sentido de excluídos. E foi como excluído que, que os militantes e os partidos políticos o encaravam, como excluído do pacto político. A ausência de um conceito, de uma categoria que o definisse, é representativo dessa exclusão. (MEDEIROS, 1989: 25)

Um dos objetivos da popularização pelo do termo utilizado pelo PCB era a unificação de todas as lutas do campo em torno de um objetivo em comum, a reforma agrária. Mais do que a unificação das lutas, essa generalização também carregava um sentido histórico, e uma concepção do lugar político desse campesinato. O campesinato como classe, surge do projeto de aliança nacional objetivado pelo PCB, que defendia uma aliança operário burguesa, onde o campesinato tinha um papel político menor. O conceito difundido pelo PCB tem um sentido específico de campesinato, que corresponde a uma perspectiva estrutural e etapista de desenvolvimento social, que não reconhecia ação política do campesinato. Essa perspectiva positivista julgava necessário o desenvolvimento capitalista no campo, como etapa necessária

para o fim da exploração dos trabalhadores rurais. Se tratava de uma transposição mecânica das relações feudais para a realidade brasileira, do transplante da concepção de campesinato trazido de outras realidades. (MEDEIROS, 1989: 23) Esse posicionamento, firmado no IV Congresso do partido em 1954, gerou uma perda de influência do partido no movimento rural.

O que estava em disputa não eram apenas as diferentes explicações para a questão agrária brasileira, mas a solução para sua resolução, e em consequência a construção de uma identidade camponesa, e de um sentido histórico para sua luta. Os diferentes termos utilizados para classificar as diferentes categorias de trabalhadores rurais, são expressões da sua afirmação enquanto classe nos círculos políticos.

Mas o próprio PCB, a partir da organização e atuação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) em 1954, passa a enfatizar o aspecto da exploração capitalista dos trabalhadores rurais, através da organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Este é um dos elementos da complexidade e centralidade da questão agrária no Brasil, da convivência do recente desenvolvimento capitalista urbano industrial com formas de não-capitalistas de produção.[2]

Na Baixada Fluminense a quebra nas relações de subordinação, estruturadas pelas relações de trabalho, com a chegada do grileiro, elemento externo a essa relação, permitiu um rearranjo nas relações de dominação. Os trabalhadores rurais eram identificados e se identificavam como camponeses, posseiros, colonos, lavradores de acordo com os problemas que estavam enfrentando. A utilização do termo "posseiro" para se referir aos lavradores que estavam sendo expulsos ou dispensados de seus trabalhos, tem origem na argumentação política para permanecer na terra, esse termo era a expressão do argumento de que os trabalhadores tinham ocupado terras abandonadas. Com eclosão dos conflitos agrários, em várias regiões do país, o termo posseiro tomou dimensões mais amplas, abarcando várias categorias de trabalhadores rurais que estavam em luta pela permanecia da terra, fossem de fato posseiros ou não, o termo era utilizado quando a terra estava em jogo. "Lavrador" era um termo mais neutro. O termo grileiro passou a se referir a todos aqueles que estivessem em oposição aos lavradores na luta pela terra. (GRYNSZPAN, 1987: 87)

[2] A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab

Martins se posiciona criticamente a uma tendência que isolava o campesinato da sociedade e não reconhecia sua importância e influência nas relações de poder. Uma perspectiva determinista e positivista, que julgava necessário um desenvolvimento tecnológico capitalista no campo, como etapa necessária para o fim da exploração dos trabalhadores rurais empregados. Buscava desenvolver uma metodologia com raízes nas especificidades da sociedade brasileira, com noções e sentidos próprios, sem a transposição de conceitos gerais, como capitalismo, feudalismo, campesinato. Entendendo a questão agrária como uma das expressões do capital (MARTINS, 1981: 18) o autor identifica uma falta de linearidade entre as relações capitalistas e não capitalistas de produção, e uma disputa entre dois sentidos diferentes de ocupação da terra: como instrumento de trabalho, e como exploração do trabalho. Segundo o autor no Brasil elas ocorriam simultaneamente, sendo as relações não capitalistas de produção parte necessária do desenvolvimento do capitalismo. A classificação das formas não capitalistas de exploração da terra, o projeto dos trabalhadores rurais, que não dependia do desenvolvimento capitalista, era considerado como atraso. No Brasil o campesinato é uma classe expropriada da terra, constituída num contexto de expansão capitalista. A luta pela liberdade da terra se faz necessária diante das próprias relações capitalistas existentes no campo.

A obra do autor é muito importante para compreender o debate sobre o lugar político do campesinato no período em que se delimita esta pesquisa, momento inicial de um debate político nacional sobre a questão agraria, e de disputas pelo sentido político e históricos das lutas no campo. Uma perspectiva que busca combater o distanciamento entre o movimento camponês e o movimento político, entendendo as formas de resistência camponesa como expressão de uma linguagem própria. Os processos migratórios são fundamentais para entender essa linguagem, parte da visão de mundo, e tem sentido político na forma como eles enfrentam a expropriação de suas terras. Fazem parte de "um amplo movimento social que tem como essência a luta pela terra". (MARTINS, 1981: 123)

O início da resistência dos lavradores e a luta pela terra na Fazenda São Lourenço

Em 1951 centenas de lavradores foram expulsos da Fazenda São Lourenço, tendo suas casas incendiadas e seus pertences roubados. Segundo o jornal *Imprensa Popular*, em matéria do dia 27 de setembro[3], incêndios eram praticados pela polícia a serviço do deputado Getúlio de Moura, e do "alemão nazista" Emílio Horwitz a Fazenda São Lourenço se localizava no 2

[3] "Incendiadas em Caxias as casas dos lavradores". *Imprensa Popular* 27 setembro 1951. Edição 804 P. 4

distrito de Caxias, fazendo fronteira com o terreno da Fábrica Nacional de Motores e a fazenda de Piranema. A fazenda São Lourenço era ocupada por posseiros a mais de 12 anos (desde a década de 1930), eles produziam mandioca, abacaxi e banana, pagavam a "matagem" a Felipe Gama. Ao passarem pela fazenda os repórteres encontravam várias famílias ao relento, inclusive criança e idosos que não tinham lugar para ir. O periódico revela o alto grau de violência da ação. A matéria denuncia também a audácia do grileiro Emílio Horwitz, que andava em carro oficial, acompanhado por um oficial de justiça, e que uma vez tentou sequestrar um repórter do jornal.

Exatamente um ano após o despejo da Fazenda São Lourenço em 1951, o jornal Imprensa Popular lembrava o ocorrido[4], e o conectava a outros despejos que ocorreram posteriormente, devido a conveniência do governo com a grilagem. O jornal afirma que o sucesso da grilagem no despejo de 1951, incentivou o desencadeamento dos despejos em outras regiões, como a Fazenda Capivari, e a Fazenda Penha Caixão.[5]

Mais uma ação de despejo na Fazenda São Lourenço foi registrada em matéria do jornal *Folha de Caxias* em 20 de novembro de 1960[6], ação promovida por Fê Augusta Horwitz, viúva de Emílio Horwitz, contra o arrendatário Antônio Strufaldi por falta de pagamento dos alugueis, que no ano seguinte provocaria a organização de uma resistência armada contra a expulsão. Posseiros foram a redação do jornal, para pedir providencias ao governador Roberto Silveira. A matéria narra uma situação desumana entre os trabalhadores rurais, marcada pela fome, e pela constante expulsão. Critica a postura de autoridades, como o executor do Plano Piloto Aldio Leite, de fazer falsas promessas de desapropriações[7]. A "epidemia de despejo" se alastrava, devido a displicência do governo.

A ação de despejo promovida por Fê Augusta Horwitz tomou proporções mais graves em agosto de 1961, quando oficiais de justiça, acompanhados de policiais, foram até a fazenda despejar quatro das sete famílias que lá viviam. A repercussão do caso foi notória, os jornais continuaram cobrindo o movimento de resistência dos lavradores que se seguiu nos próximos

[4] "Centenas de camponeses expulsos de suas terras". *Imprensa Popular*. 27 de setembro de 1952 Edição 1280 p. 4

[5] Outra matéria denunciando o desencadeamento da grilagem, após o evento de 1951, é encontrada no jornal Última Hora em 1958, sobre o despejo ocorrido naquele ano na Fazenda Piranema. Acusa Getúlio de Moura de ser o chefe de uma quadrilha que promovia uma série de ataques terroristas na Baixada Fluminense. "Advogado e protetor dos ladrões de terra, Getúlio de Moura ordenou saque em Piranema" *Última Hora*. 28 de agosto de 1958 Edição. 2501 p. 13

[6] "A luta pelas terras de ninguém. Epidemia de despejos" *Folha de Caxias*. Edição 223 P.8

[7] A matéria do jornal Folha de Caxias critica o governo, de garantir a permanência dos posseiros "no papo", sem a formalização através de documentos.

dias. Os posseiros organizaram uma resistência armada, pressionado o governo do Estado a realizar a desapropriação.

Segundo o jornal *Luta Democrática*[8], os oficiais foram recebidos com resistência armada, que resultou em um tiroteio com quatro feridos: um lavrador, dois oficiais de justiça e um soldado da polícia militar. A matéria conta ainda detalhes sobre o processo de ação de despejo, promovido pela herdeira da propriedade. No jornal *Última Hora*, edição de Niterói[9], a matéria trazia mais informações sobre os feridos no confronto, informava que um grupo de posseiros da Fazenda São Lourenço, um dia antes do conflito, foi à sede do jornal para denunciar os ataques sofridos por grileiros. Diziam também que se as autoridades não tomassem providência eles mesmos a tomariam. Na reportagem ficava clara a disposição dos lavradores em enfrentar a polícia e de resistir pela permanência em suas terras, mesmo que isso lhes custasse a vida.

Segundo Leonilde Medeiros a Fazenda São Lourenço era dividida entre quatro proprietários: Cícero Figueiredo, Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, Paulino de Souza Barbosa e sua esposa e Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante, Fé Augusta Horwitz. A região era administrada por Emílio João Carlos Horwitz desde 1950, que com o uso da violência e apoio do poder político local, exercia um domínio sobre os lavradores que viviam nas terras. Com a morte do administrador, o controle sobre as terras diminuiu, e aumentou a resistência ao pagamento do arrendamento. Para tentar solucionar o problema, Augusta Horwitz passa a administração de parte de suas terras a Antônio Strufaldi, que ficou encarregado realizar a cobrança dos alugueis. Devido ao não cumprimento do contrato e a falta do repasse dos alugueis, Augusta Horwitz entra com um pedido de despejo contra Antônio Strufaldi, que acaba por afetar os trabalhadores rurais que produziam naquelas terras. (MEDEIROS, 2015 :264)

As desapropriações na Fazenda São Lourenço, em 1961, se deram, segundo a proprietária, pelo não cumprimento do contrato de arrendamento. Contudo, os lavradores, em matéria do dia 19 de agosto, no jornal *Última Hora*, falavam sobre a mudança constante de proprietários, e demarcações arbitrárias mesmo após o falecimento de Emílio Horwitz.[10] Além da denúncia da situação de exploração enfrentada pelos lavradores, realizada através de depoimento dos mesmos, as reportagens nos jornais nos dão uma dimensão da proporção e

[8] "Recebidos a Bala Oficial de Justiça e os Soldados*". Luta Democrática*, 18 ago. 1961, edição 2312, p.2.
[9] "Posseiros em Guerra receberam Força Militar à bala: 4 feridos em Caxias". *Última Hora*, 18 ago. 1961, edição 629, p.7.
[10] "Lavradores entrincheirados esperam a polícia: a ordem é vencer ou morrer". *Última Hora*, 19 de ago. 1961, edição 3421, p. 7 e "A ordem é morrer lutando pela terra". *Última Hora*, 19 de ago. 1961, edição 630, p. 1 e 7.

radicalidade que tomaram o conflito armado na fazenda São Lourenço e da repercussão do caso, que gerou a identificação e apoio de diversos grupos ao movimento.

Quatro posseiros e suas famílias foram expulsos de suas terras no primeiro dia de despejo. O caráter violento da desocupação repercutiu entre as outras famílias que ocupavam a fazenda, e a especulação sobre a continuidade dos despejos difundiu um sentimento de ameaça. Segundo Marcelo Ernandez apenas sete famílias estariam ocupando a área em litigio, mas outras famílias receberam falsas ordens de despejo. Temendo pela continuação das desapropriações, os trabalhadores se mobilizaram e organizaram uma resistência armada, criando trincheiras nos principais acessos para impedir a entrada dos oficiais. (ERNANDEZ, 2010: 149)

Foi mobilizada uma força policial com seis soldados para a segunda ação de despejo. Os oficiais foram recebidos a tiros pelos lavradores, e alguns ficaram feridos, sendo forçados a recuar e desistir da ação. Temendo o desencadeamento de novos confrontos em outros locais o Juiz Albernaz Alvez suspendeu a ação. Em 1961 foi decretada a desapropriação da fazenda em favor dos lavadores. Apesar da medida ser considerada uma vitória para o movimento, a regularização da situação dos posseiros foi bastante demorada.[11]

A resistência armada que ocorreu na Fazenda São Lourenço foi uma mobilização de grandes proporções, envolvendo o apoio de trabalhadores e organizações de diversas regiões da Baixada Fluminense. A luta contra os despejos teve participação de setores urbanos, sendo apoiado pelo sindicato dos rodoviários de Duque de Caxias, que estava disposto a realizar uma greve contra as agressões sofridas pelos posseiros, e pelo sindicado dos petroleiros.

Mario Grynszpan faz importantes considerações sobre a mudança de atitude dos lavradores, na sua escolha pela resistência ao despejo e não pela migração para outras regiões. Segundo o autor, a quebra na relação de subordinação entre os lavradores e os ditos proprietários foi a base para mudança de estratégia desses trabalhadores, as várias ações de despejo. A chegada do grileiro, significou uma quebra nas relações de subordinação. O despejo podia ser interpretado pelo posseiro como um direito de quem o despejava. Para que ocorresse reação era fundamental que a expulsão fosse julgada injusta. As relações econômicas foram fundamentais para a quebra da relação entre moradores e proprietário, com a chegada na região do grileiro, interessado no loteamento e especulação imobiliária.

[11] Em matéria no dia 18 de março de 1968 no jornal O Fluminense registrava a ação de grileiros na região. "Lavradores de Caxias apontam terror implantado na fazenda". *O Fluminense* 18 de março 1969 Edição 23081 p. 2

> A valorização das terras da Baixada e o consequente aparecimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando a sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se assim propensos a lutarem por uma terra que julgavam ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais injusto e ilegítimo (GRYNSZPAN, 1987: 84)

Antes da resistência armada na Fazenda São Lourenço, não necessariamente os lavradores reivindicavam o direito à propriedade da terra. Era comum que o posseiro pagasse pela utilização da terra, mesmo quando ocupavam terras abandonadas, que só posteriormente eram reivindicadas por supostos proprietários. Segundo Grynszpan esse foi o caso da Fazenda São Lourenço, ocupada por posseiros desde 1930, que nas décadas seguintes passou a ser reivindicada por proprietários, que expulsavam os moradores ou cobravam pela utilização da terra. (GRYNSZPAN, 1987: 68-69) O autor identifica o grileiro, como um dos principais responsáveis pela eclosão das lutas.

Radicalização das formas de enfrentamento

Para o entendimento do processo de formação dos camponeses enquanto classe, sua participação política e autônoma na tomada de decisão em relação aos rumos dos conflitos, utilizaremos o conceito de "experiência" desenvolvida por Edward Palmer Thompson, que nos fornece uma base teórica fundamental, que permite entender a formação de uma classe como um fenômeno histórico, resultado de identificações ocorridas nas experiências compartilhadas. Se posiciona contra o determinismo de uma correspondência direta entre o modo de produção e o processo histórico. Thompson, se distancia de elementos de natureza sócio econômica para explicar os movimentos sociais. Com isso o autor entende que a formação política social não é resultado do arranjo de fatores externos, mas sim se constrói junto a experiência cotidiana

> O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: "experiência humana"...Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo- não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam sua situações e reações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada." (THOMPSON, 1981: 182)

As relações de produção são internalizadas e interpretadas pelo individuo, que reage de acordo com sua consciência. As ações coletivas não são determinadas pela estrutura, ainda que essa estrutura tenha peso nas suas decisões. As ações dos trabalhadores rurais ao longo da história não são determinadas por questões puramente econômicas, que transformam a estrutura -as relações de produção- em processo histórico. (THOMPSON, 1981: 188) Fazem parte dessa decisão os valores, a moral, que se formam a partir das experiências vividas individualmente, e que são reveladores de uma racionalização das estruturas de dominação e de uma tomada de decisão.

A crise agrária na Baixada é resultado de um longo processo de ocupação, de abando de terras e do relacionamento direto da região com o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. A especulação criada em torno do processo de saneamento e o aparecimento de grileiros reivindicando terras ocupadas há anos por posseiros resultou no processo de mobilização dessas famílias, repercutindo na tomada de decisões do poder público. O plano de saneamento da Baixada Fluminense – que passou a ser executado a partir de 1930 – tinha alguns objetivos principais, entre eles, os de revitalizar a área, impedir a posse indevida da terra e incentivar a produção de alimentos. Entretanto a produção agrícola encontrou grandes dificuldades. O surgimento de novos agentes interessados no loteamento e utilização da terra para fins de moradia entraram em conflito com os lavradores que ocuparam a região ao longo do tempo, muitas vezes recuperando terras abandonadas e as tornando produtiva. No início do século XX, a região da Baixada Fluminense passou a receber atenção do estado recebendo uma grande quantidade de obras públicas ligadas ao melhoramento da atividade econômica (drenagem, construção de estradas para escoamento da produção, instalação de colônias agrícolas). (GRYNSZPAN, 1987: 42)

As obras de saneamento e melhoramentos tornaram a região da Baixada atrativa não apenas para os produtores agrícolas. Leonilde Medeiros destaca a participação do setor privado no processo de loteamento. Além dos herdeiros dos latifundiários dos tempos do café e do açúcar e das outras categorias de trabalhadores que ocuparam a região ao longo do tempo, as empresas privadas também participaram do processo, realizavam as obras para o governo, e assim garantiam uma série de direitos sobre a localidade, entre eles o de desapropriação, cobrança de taxas, e colonização. (MEDEIROS, 2015: 137)

Na Baixada Fluminense, as lutas contra os despejos eram um problema social que necessitava da atenção do poder público. A região era vista como local sujeito a ocupação, onde luta pela terra atraia os lavradores. Nesse contexto, a Fazenda São Lourenço foi um dos principais territórios de luta pela terra no Rio de Janeiro, no início da década de 1960, uma das

referências na organização e resistência dos lavradores na região, sendo um dos primeiros conflitos armados da Baixada. A fazenda interligava-se, pela proximidade geográfica, a outras importantes zonas de conflito (as áreas da Fábrica Nacional de Motores e a Fazenda Capivari). A resistência a ação de despejo, ocorrida na Fazenda São Lourenço em agosto de 1961 não foi um ato isolado, e tão pouco o conflito armado foi a única forma de resistência. (PUREZA, 1982: 57)

Estamos falando de um período onde o campo e todos os conflitos nele existentes, passaram a ser reconhecidos como um problema da sociedade como um todo. Com a afirmação política dos trabalhadores rurais como grupo social relevante e influente no cenário político nacional, muitos agentes passaram a disputá-los em busca de estender sobre eles o seu controle e consolidar seu poder e presença na região.

Em momentos de disputa eleitoral, candidatos passaram a incluí-los em seu discurso e se mostrarem favoráveis às ocupações, posicionando-se contra a grilagem. O conflito armado ocorrido na fazenda São Lourenço, aconteceu próximo às eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1962, onde disputaram além de outros políticos, Tenório Cavalcanti e Badger da Silveira. Apesar da participação nos conflitos, que não deixa de ser mencionado na imprensa, da colaboração através de ações judiciais, e a utilização de sua influência em favor dos lavradores, as ações destes políticos giravam em torno das questões colocadas pelos posseiros em conflito.

Sobre a participação de Tenório Cavalcanti e Badger da Silveira nos acontecimentos do conflito, os jornais mostram que apesar da participação e do apoio aos posseiros, eles não foram recebidos com tanto entusiasmo pelos lavradores. Badger da Silveira, vitorioso nas eleições, mostrou-se desfavorável as ocupações. Segundo ele, a radicalização não ajudava na reforma agrária, devendo ser realizada de forma pacífica, ordenada e através dos meios legais. Em matéria no jornal O fluminense em 1962, durante o governo de Celso Peçanha, sobre o Plano Agrário como ponto alto do governo, e a preocupação do governo do Estado em resolver de forma amigável as divergências entre posseiros e proprietários, se coloca a desapropriação como recurso extremo, utilizado só quando esgotados os recursos conciliatórios e dada a intransigência dos litigantes. [12]

Parece pouco provável que esses grupos objetivassem promover a resistência armada como forma de luta contra os despejos. O campesinato passou a buscar formas mais radicais de resistência, por não perceber eficácia nas ações judiciais. A radicalização do enfrentamento não

[12] “Plano Agrário: ponto alto do governo” O Fluminense 18 de março de 1962 edição 24189 p. 2

foi algo provocada pelo PCB ou pela FALERJ, e tampouco pelos deputados em disputa eleitoral, mas sim pela pressão da base camponesa. A orientação das associações e do PCB para a luta era a de valorizar a pressão de massa, e não de uma reação armada. Se um confronto seria inevitável, essa não era a escolha das associações.

Conclusão

Os acontecimentos ocorridos na fazenda São Lourenço são indicadores da participação ativa na tomada de decisões que envolveram políticas públicas. Como afirma José Pureza, a FALERJ e o PCB, um dos principais articuladores da resistência no campo, não eram a favor da resistência nos moldes que ela se deu em São Lourenço. Assim, a revolta na Fazenda São Lourenço não foi dirigida por nenhum partido, mas foi pelos lavradores para defender seus direitos na luta pelo acesso à terra. (MEDEIROS, 2015 :264)

A distribuição territorial no Brasil ainda hoje é a causa de inúmeros conflitos, que estão longe da sua resolução. Os processos e a dinâmica da concentração de terras são importantes para entender as desigualdades sociais que deixam profundas marcas em nossa história. Desta forma, as lutas ocorridas nas áreas rurais da Baixada Fluminense, no período anterior a ditadura militar, a partir da década de 1950, são importantes exemplos de resistência ao sistema latifundiário.

A ação dos camponeses durante o período analisado era de extrema relevância política paras as camadas populares. Apesar da abordagem regionalista, a luta pela terra está ligada a questões estruturais de caráter político e econômico sintetizados pelo latifúndio, que representa no Brasil uma forma de exercício do poder e um mecanismo de perpetuação da desigualdade, dessa forma os movimentos sociais no campo se fazem importantes na luta pela igualdade social e consolidação de direitos.

A importância das lutas camponesas na consolidação e exercício da democracia e a projeção que conquistaram no período, se deve também a capacidade de articulação com outros grupos sociais e partidos, que resultaram em ganhos do movimento. A emergência dos trabalhadores rurais na vida política foi uma das marcas mais profundas no campo político brasileiro, passaram a questionar o lugar que lhes foi imposto na sociedade.

Referências

CARRARA, Ângelo Alves. “Camponês: uma controvérsia conceitual” In. OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.) *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2008. P. 1-40

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. Revista Reforma Agrária, Campinas, v.23, n.3, p.5-17, 1993.

MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório Final*. Rio de Janeiro 2015. CPDA/UFRRJ

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos sociais no Campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989

PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979

PUREZA, José. Memória Camponesa. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

SZMRECSÁNY, T. Pequena história da agricultura no Brasil. 4.Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro. Zahar Editores.1981 p. 182

Fontes

(Periódico – Edição)

Amanhã – edição: 3119

A Noite- edições: 15810; 15812

Correio da Manhã- edições: 20982; 20984; 21076

Diário Carioca- edição: 7135

Diário da Noite- edição: 11892

Diário de Notícias- edições: 11894; 11898; 11986; 12067; 12466; 12549

Folha de Caxias- edições: 223; 260

Imprensa Popular- edições: 804; 1280; 1332

Jornal do Brasil- edições: 193; 194; 195; 196; 217; 262;

Luta Democrática- edições: 2312; 2313; 2314; 2315; 2317; 5761;

Novos Rumos- edições: 130; 138
O fluminense- edições: 24020; 24082; 24110; 24189; 23081

O Jornal- edições: 12370; 12450

O Semanário- edição: 275

Última Hora- edições: 2501; 3420; 03422; 3423 (Rio de Janeiro); 628; 629; 630; 631; 632; 650; 653; 673; 725; 729; 4181

Das tentativas de (re)ocupação aos incentivos da Colonização Privada: as origens da Territorialização do Norte do Paraná a partir das atuações do Governo do Estado (1853-1925)

Marcos Vinícius Ferreira Leite
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

No início do século XX, o espaço da região norte do Paraná foi ressignificado como "novo" pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)[2], sendo caracterizado por uma série de eventos como: o trabalho-expresso em desmatamentos, a divisão do espaço em pequenos lotes para realização do cultivo das terras em escala comercial, construção de estradas e vias de acesso para as propriedades, o estabelecimento de ferrovias para escoamento da produção e, por fim, a construção do perímetro urbano. Entretanto, as origens deste processo de territorialização[3] constituem-se muito antes deste período.

Nos finais do século XIX, o governo do estado do Paraná – após sua emancipação política (1853) – promoveu inúmeras tentativas de (re)ocupação[4] deste espaço, que tinha como interesse principal a mercantilização destas terras, buscando disciplinar a posse destes lotes por intermédio do seu cultivo agrícola, que seria revertido como serviços de benefício geral aos habitantes locais. Neste processo, índios, caboclos, sertanejos e posseiros foram expropriados de suas terras, sendo caracterizados como "atrasos" e "empecilhos" para as atividades de "modernização" da região, marcando este período de transição do século XIX ao início do século XX por tensões e conflitos originados pela disputa de terras.

Neste artigo, temos como objetivo analisar como se originou os processos de territorialização do norte do Paraná entre o período de 1853 a 1925, identificando quais grupos sociais participaram deste evento, problematizando a partir do conceito de território, como foi

* Universidade do Estado do Rio De Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, Brasil. Marcoshistoria2015@gmail.com

[2] De origem inglesa, a CTNP foi uma empresa colonizadora que promoveu e administrou a (re)ocupação de parte do espaço norte do Paraná entre os anos de 1925 a 1945, sendo responsável não apenas pela criação de núcleos urbanos, como também, pelo estabelecimento de um controle político e administrativo destes centros, determinando de forma monopólica, as formas de organização, divisão e quem deveriam ser os (re)ocupantes destes espaços.

[3] Quando falamos em territorialização de um determinado espaço, estamos falando nos processos de construção de um território, em que um ou mais grupos sociais estabelecem diferentes relações de poder para efetivar sua dominação política e administrativa deste local. As discussões teóricas e metodológicas que variam em torno deste conceito serão abordadas no decorrer deste artigo.

[4] Quando falamos sobre a (re)ocupação de um determinado espaço, devemos inicialmente distinguir este termo da palavra ocupação. Ocupar um determinado espaço, significa que estamos nos referindo as atividades de ocupação de um espaço vazio, não povoado por outro grupo social. No entanto, ao referenciar esta atividade utilizando o termo (re)ocupação, estamos considerando que a ocupação deste espaço em questão, ocorreu a partir da noção da existência de outros povos nesta localidade.

estabelecido diferentes interesses e relações de poder nestas iniciativas que foram promovidas e incentivadas pelo governo do estado do Paraná.

Para realizar esta abordagem, utilizando como referenciais teóricos as proposições de Claude Raffestin (1993), Marcelo José Lopes de Souza (2009) e Milton Santos (2006), vamos inicialmente analisar o que estamos chamando de "territorialização", identificando a partir do conceito de território, quais são os fatores e eventos que caracterizam as relações de poder de um ou mais grupos sociais em um determinado espaço. Em seguida, utilizando como fontes os decretos legislativos do Brasil Imperial – relacionados a Lei Eusébio de Queiroz (1850) e da Lei de Terras (1850) – a Lei Estadual nº1642 de 5 de abril de 1916, e também, as contribuições apresentadas por parte da historiografia paranaense a partir da década de 1990, vamos abordar como se decorreu as origens deste processo de territorialização do norte paranaense, identificando como os insucessos deste empreendimento viriam a resultar em um novo período de controle político, administrativo e monopólico deste espaço pós os anos de 1925.

Territorialização: a problematização do conceito a partir das proposições da geografia

Não seria possível analisar e discutir a territorialização de um determinado espaço sem abordarmos as contribuições pertinentes ao conceito de território. Isto se deve não apenas a complexidade que o conceito de território discute e abrange em seus diversos segmentos de pesquisa, mas sim, pelo fato de que o próprio termo “territorialização” se interliga com parte dos questionamentos propostos por este conceito.

Para Claude Raffestin (1993), espaço e território são termos distintos. Sendo anterior ao território, o espaço é um lugar ainda não povoado e não ocupado de forma proprietária por uma comunidade. Já o território, consiste em uma ação de apropriação de um determinado espaço, conduzida por um grupo social, que o “territorializa”. Nas palavras do geógrafo, quando falamos em territorializar, estamos falando nos processos de construção de um território, em que se projeta “no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (RAFFESTIN, 2008, p. 26). Desta forma, o território nada mais é do que “um espaço onde se projetou trabalho e que revela as relações de poder, ou seja, é uma produção que vem a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993). p. 23.

Considerando que o ato de “territorializar” está relacionado aos processos de construção de um território, em que um grupo social estabelece relações de poder num determinado espaço de suas atuações, a partir das proposições de Raffestin (1993), identificamos que no momento em que se constrói a representação de um espaço, já se cria em conjunto, a apropriação do

mesmo. Ou seja, territorializar, significa apropriar-se de um espaço, criando a partir das relações de poder, uma imagem e representação que definem um território ocupado por uma sociedade. No entanto, o ato de territorializar nem sempre estará restrito a apropriação de espaços não povoados.

Segundo Marcelo José Lopes de Souza (2009), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, levando em consideração, os agentes influenciadores e dominadores deste espaço. Longe de ser um espaço pacífico e isento de conflitos, o território em suas palavras, consiste em um "[...] campo de forças, uma teia, rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)" (SOUZA, 2009, p. 86).

Souza (2009) também aponta que ao falarmos de "relações de poder" e "conflitos sociais", nem sempre estes termos estarão ligados ao emprego explícito da violência e dominação a força. Mas sim, ao caráter ideológico destas relações de poder, que obtém – de diferentes formas – legitimidade na apropriação de determinados espaços. Esta legitimidade, quando adquirida por um grupo específico, consequentemente, define e exclui qualquer outra comunidade externa a seus interesses e representações. Situação esta, que vamos identificar de maneira recorrente nas diferentes formas de atuações do governo do estado do Paraná a partir de sua emancipação política em 1853.

Apesar da territorialização de um determinado espaço ser exercida por um grupo social que obtém legitimidade em suas relações de poder, seja esta legitimidade política, econômica, social ou cultural, não podemos deixar de problematizar este termo aos interesses destes "dominadores" e as consequências que suas atuações promovem nas relações sociais de outros grupos que habitam o mesmo espaço.

Para abordar estas questões, Milton Santos (2006) pressupõe que existe uma ação e inter-relação entre os usos do espaço geográfico e o território delimitado. Sendo um espaço habitado por diferentes forças de atuação (homens, mulheres, instituições, empresas, industrias e etc.), estas forças, territorializam seus espaços de diferentes formas para estabelecer sua sobrevivência ou uso político, econômico, social ou cultural de suas delimitações. Neste processo, "os objetos não tem realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se o vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos" (SANTOS, 2006, p. 39).

Na problematização dos interesses e consequências da territorialização de um determinado espaço, considerando as inter-relações entre os usos do espaço geográfico e o

território delimitado, Santos (2000), já abordava uma distinção dos interesses na apropriação destes espaços. Esta distinção está relacionada ao território como "recurso", delimitado pelos atores hegemônicos e como "abrigo", delimitado pelos atores hegemonizados:

> Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Os atores hegemonizados tem o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam a sobrevivência nos lugares. (SANTOS, 2000, p. 108).

Considerando esta distinção entre os usos do território, fica evidente que ao abordarmos a territorialização de um determinado espaço, não estamos apenas analisando os atores hegemônicos deste processo, mas também, de forma inseparável, os atores hegemonizados deste espaço. Uma vez que, a partir da legitimidade das delimitações territoriais, os grupos externos aos interesses do agente dominador acabam sendo expropriados e marginalizados de suas localidades. No próximo tópico, ao abordarmos como se decorreu as origens do processo de territorialização do norte do Paraná entre os anos de 1853 a 1925, vamos identificar que apesar de suas particularidades, este processo se encaixa empiricamente aos conceitos até aqui expostos.

Das tentativas de (Re)ocupação aos incentivos da colonização privada: as origens da territorialização do norte do Paraná (1853-1925)

Para abordar como se originou a territorialização do norte paranaense, se faz necessário analisarmos alguns fatos significativos decorridos nos finais do século XIX, que antecedem e se relacionam diretamente aos processos de (re)ocupação e "colonização" de terras realizados na primeira metade do século XX: o fim do tráfico legal de escravos com a Lei Eusébio de Queiróz de 1850, a Lei de Terras de 1850, a criação da Colônia Militar de Jataí e a emancipação política do Paraná em 1853.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós foi promulgada no dia 4 de setembro, determinando a proibição do tráfico de escravos no Brasil. Sendo a primeira das três leis que gradualmente viriam a abolir a escravidão no país, a Lei Eusébio de Queirós além de cessar conflitos diplomáticos do Brasil com a Inglaterra, permitiu que a economia investida no tráfico de escravos fosse transferida para a realização de atividades industriais e comerciais no país. Segundo Roberto Smith (1990, p. 237), "num espaço de tempo de duas semanas entre uma e

outra", a Lei de Terras de 1850 também foi promulgada, definindo que a terra passaria a ter proprietários somente através de sua compra com o governo do estado. Ressalvado os casos anteriores de posse, as concessões descontroladas de terras pelo estado foram cessadas, assim como as concessões de sesmarias também foram em 1822. Desta forma, com a terra sendo transformada em mercadoria de compra, o governo do estado poderia legitimar a autenticidade de uma propriedade por intermédio da emissão de títulos seguros. Cabe recordar a célebre expressão formulada por José de Souza Martins: para que a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; para que o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser cativa. (MARTINS, 2013)

Regulamentadas somente em 1854, a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras agiam em conjunto visando uma nova perspectiva de formação da sociedade, pois além de legitimar a autenticidade de uma propriedade através de títulos seguros, também impedia que a imigração estrangeira e os escravos – que estavam em processos de liberdade no país – tivessem livre acesso as terras. Segundo Nelson Dacio Tomazi (1997), a Lei de Terras já havia sido encaminhada pelo Conselho do Estado ao legislativo em 1843, tendo como fundamento, uma ideia de colonização sistemática de seu território, baseada nas concepções de Edward Gibbon Wakefield[5]. Buscando criar uma propriedade mercantil da terra, o governo do estado cessaria as concessões de terras e iria promover a regulamentação das terras como propriedade pública, podendo ser convertida em propriedade privada mediante a compra de lotes, autenticados pela emissão de títulos seguros.

Neste processo de mercantilização das terras, os espaços que não obtinham proprietários, passaram a ser considerado pelo governo do estado como "terras devolutas". Ou seja, todos os povos que já habitavam os espaços regulamentados pelo estado como devolutos, não eram reconhecidos como "proprietários" de seus locais de sobrevivência, pois com a Lei de Terras de 1850, o título de propriedade só seria reconhecido mediante a compra de seu espaço com o governo do estado. Com isto, não apenas os imigrantes e os escravos que viriam a ser libertos teriam difícil acesso as terras, mas também, índios, caboclos, sertanejos e posseiros que já habitavam estes espaços no norte da província do Paraná seriam expropriados de seus locais de permanência.

Os processos de (re)ocupação fundamentados na Lei de Terras de 1850, iniciaram no Paraná a partir da criação da Colônia Militar de Jataí, regulamentada pelo Decreto imperial nº 751 de 2 de janeiro de 1851. Comandada por João da Silva Machado, o futuro "Barão de

[5] Nas proposições de Tomazi (1997), Wakefield – sendo contra a emigração de livre acesso as terras – defendia que o plano de colonização sistemática forneceria um mercado comprador para os produtos ingleses, implantando relações de trabalhos assalariadas em novas colônias que não obtinham proprietários de terras.

Antonina", esta colônia tinha como "missão" instaurar um posto militar estratégico que serviria como rota de ligação entre Jataí e Mato Grosso, passando pelos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Ivinheima. Não apenas a "pacificação" dos índios seria realizada por esta missão, como também, segundo José Cezar dos Reis (1988), uma valorização das terras em poder do Barão de Antonina seria realizada, pois além de ter as despesas cobertas pelo governo do estado na expropriação dos indígenas, também teria livre acesso a exploração de diamantes no Tibagi, conforme aponta uma cópia do ofício de S. M. imperial, datada de 19/12/1850. Ainda segundo Reis (1988), devido à falta de capacitação e faixa etária acima do recomendado para realização das tarefas militares, a colônia acabou não prosperando como o desejado.

Em 1853, o Paraná desmembrou-se da província de São Paulo, obtendo sua emancipação política em 19 de dezembro de 1853. Adquirindo uma autonomia maior sobre os territórios de sua demarcação, os governantes procederam com os incentivos de (re)ocupação e colonização sistemática de suas "terras devolutas", visando um povoamento e uma ocupação por intermédio de pequenos proprietários, que segundo Tomazi (1997, p. 134), "deveriam desenvolver uma agricultura de abastecimento interno da província e não uma agricultura de exportação".

Até 1891, com a proclamação da República e com a Constituição de 1891, a (re)ocupação do norte paranaense foi realizada por mineiros e paulistas. Na (re)ocupação por parte dos mineiros, Mario M. de Albuquerque (1995) expõe que os migrantes que vieram ao Paraná estavam impulsionados por dois motivos: pelo desgaste de suas terras devido ao plantio do café e pelo interesse econômico da expansão de suas propriedades. A partir destas necessidades e interesses, fica evidente – pela exposição do autor – qual grupo social mineiro estava migrando para as terras paranaense:

> [...] essas pessoas migraram não porque eram pobres fugindo de condições indesejáveis como aconteceu com as imigrações europeias, mas para edificarem um progresso movidos pelo ideal de todas as pessoas. O cansaço das velhas terras de plantação de café deu início à corrente migratória dos que queriam continuar plantando. Eram patrões que emigraram para continuarem a ser proprietários de bens e aumenta-los dentro das regras de progresso de uma democracia (ALBUQUERQUE, 1995, p. 114).

Segundo Tomazi (1997), a instalação de fazendas neste "progresso democrático" da migração não foi efetuada de forma pacífica. Os índios que já habitavam estes espaços – desamparados pela promulgação da lei de terras de 1850 – entraram diretamente em conflitos contra os invasores de seu território. Neste processo de conflitos de propriedade territorial, os seguintes núcleos urbanos foram formados: São José da Boa Vista em 1853, Siqueira Campos

(ex-Colônia Mineira) em 1862, Tomazina em 1865, Ribeirão Claro (ex-Espírito Santo de Itararé) em 1875 e Wenceslau Braz em 1867.

A partir deste resultado, ficou evidente que a "legitimidade" da Lei de Terras de 1850 consequentemente definiu e excluiu qualquer outra comunidade externa a seus interesses e representações. Situação esta, que de forma similar, se repetiu com os interesses da migração paulista na região. Motivados pela mercantilização das terras, os paulistas nos finais do século XIX fundaram novos núcleos urbanos, que ao adquirir um financiamento das casas bancarias, ao mesmo tempo que compravam novas terras para abertura de novas fazendas, vendiam as antigas que já estavam com as terras escassas pelo plantio. Assim como ocorreu na migração mineira, conforme aborda Tomazi (1997), os paulistas avançavam na (re)ocupação destes espaços a partir da "legitimidade" da lei de terras de 1850, dispersando através da força e da violência, posseiros, "grileiros" e indígenas da região:

> Se, anteriormente, os mineiros participavam da (re)ocupação, das terras novas no Paraná, como faziam também em São Paulo, agora os paulistas tinham a preponderância. Nos últimos anos do século eles dominavam o processo de (re)ocupação. Tinham ligações com a casas bancárias paulistas que financiavam a abertura de fazendas ou vendiam suas fazendas com as terras esgotadas e compravam terras novas no Paraná. Assim outros núcleos urbanos continuavam a ser implantados, aparecendo Jacarezinho (ex-Nova Alcântara) em 1888, Santo Antonio da Platina em 1890, Carlópolis (ex-Jaboticabal) em 1900, Cambará em 1904, Ibaiti em 1909, Quatiguá em 1909 e Joaquim Távora em 1915. Na procura de terras novas para a cafeicultura bem como a dispersão de posseiros, "grileiros" em vastas áreas consideradas como "vazias" pelo capital, o "sertão do Tibagi" e o "sertão do Paranapanema" estavam sendo "esvaziados" da presença indígena e (re)ocupados pelos novos "bandeirantes" (TOMAZI, 1997, p. 145).

Segundo Ruy Christovam Wachowicz (1987), esta (re)ocupação inicial promovida por mineiros, e posteriormente por paulistas, não atendeu as expectativas do governo do estado. Os fazendeiros interessados apenas em ampliar seus latifúndios com extensas terras de posse, não promoviam qualquer plano de colonização aos povos que aqui já habitavam. Apenas promoviam a expropriação destes povos através dos conflitos de posse.

Somente no início do século XX, conforme aborda Elpídio Serra (1991), que o poder público por intermédio de suas leis, buscou impedir e punir a apropriação irregular das terras paranaenses. O objetivo era de promover a mercantilização das terras, buscando disciplinar a posse das mesmas por intermédio do seu cultivo agrícola, que seria revertido como serviços de benefício geral aos habitantes locais.

A partir deste período, mais precisamente através da Lei Estadual nº1642 de 5 de abril de 1916, o poder público passou a permitir a participação de empresas consideradas como "colonizadoras" a tomar posse de terras por intermédio da compra e concessões do governo do

estado. Estas empresas "colonizadoras", conforme aponta Tomazi (1997, p. 163), "poderiam receber concessões do estado do Paraná de até 50.000 hectares para desenvolver projetos onde se estabeleceriam colonos nacionais e estrangeiros. Os lotes de terras deveriam ser individuais tendo, na média, de 5 a 25 hectares cada". O governo do estado permitia que estas empresas comercializassem suas terras aos seus próprios métodos. No entanto, elas deveriam promover dentro de oito anos, o mínimo de infraestrutura necessária para a segurança e habitação em seus loteamentos. É a partir deste novo método de (re)ocupação, que as posses e concessões a empresas colonizadoras dariam origem nos anos seguintes, as atuações da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Buscando não se estender além do recorte proposto neste artigo (1853-1925), se faz necessário apenas concluir, como as origens deste processo de territorialização do norte do Paraná viria a se tornar pós 1925, em um novo período de controle político e monopólico administrado por esta companhia inglesa, que foi promovido, incentivado e financiado – indiretamente – pelo governo do estado.

Após a fundação da CTNP, entre os anos de 1925 a 1928, além da companhia inglesa comprar 515.000 alqueires[6] de terras localizadas no norte paranaense – definindo suas formas de organização, divisão e (re)ocupação – também adquiriu a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, buscando não apenas escoar a produção agrícola destes futuros núcleos urbanos, como também, servir de elo de comunicação e transporte para migrantes e imigrantes. Neste processo, identificamos mais uma vez a participação do governo do estado financiando a territorialização do Norte do Paraná em dois pontos: na concessão de terras a CTNP por preços irrisórios e no fornecimento de elementos vantajosos a esta companhia para a manutenção de seu território.

Nas abordagens de José Joffily (1985), as terras do norte paranaense não foram apenas vendidas, mas sim "concedidas" a emissários ingleses (futuros dirigentes da CTNP) a preços simbólicos como pagamento da dívida externa do Brasil com a Inglaterra na década de 1920. A partir das escrituras de compra e venda de terras, o autor identificou que os valores de compra das terras da região norte paranaense foram de "8 (oito) mil réis o hectare, conforme Diário Oficial de 16/10/1925" (JOFFILY, 1985, p.89). Anúncios da época foram utilizados pelo autor para comparar o preço de venda das terras com utensílios domésticos do período.

Sobre os elementos vantajosos concedidos para que a companhia inglesa tivesse livre exploração do transporte de mercadorias e pessoas na espacialidade em situação monopólica, Tomazi (1989), aponta que para continuar a construção da ferrovia São Paulo-Paraná, a CTNP

[6] Quantidade de terras equivalente a 6% da totalidade do estado do Paraná.

adquiriu do governo do estado a partir de 20 de abril de 1928, 3.600 hectares de terras devolutas por quilômetro de estrada construída e entregue ao tráfego. O que possibilitou sua exploração do transporte de pessoas e mercadorias em situação monopólica, que iria perdurar até a década de 1945. Desta forma, o que antes foi impulsionado pela mercantilização das terras mediante ao desenvolvimento de uma agricultura de abastecimento interno, se tornou pós 1920, uma necessidade de pagamento de dívida externa do Brasil com os ingleses, mantendo a territorialização deste espaço a administração da CTNP mediante a concessão de terras como moeda de troca.

Conclusão

Em síntese, a partir das discussões e análises expostas no decorrer deste artigo, foi possível identificar que as origens da territorialização do norte do Paraná aconteceram muito antes do próprio estado se emancipar politicamente em 1853. A partir dos decretos legislativos promulgados em 1850 – que foram regulamentados posteriormente em 1854 – o governo do estado do Paraná se estabeleceu como agente permanente e principal moderador, incentivador e financiador da territorialização de sua espacialidade.

Esta afirmação se evidencia quando identificamos os seguintes pontos deste processo: as relações de poder existentes a partir da expropriação de povos hegemonizados dos interesses do governo do estado; a marginalização destes mesmos povos por grupos sociais – Colônia Militar de Jataí, mineiros, paulistas – incentivados e privilegiados pela Lei de Terras (1850); o favorecimento do acesso as terras a um novo grupo de privilegiados – empresas colonizadoras – da Lei Estadual nº1642 de 5 de abril de 1916; e por fim, a concessão monopólica de parte das terras norte paranaenses a partir de 1925 a CTNP, como pagamento da dívida externa do Pais aos ingleses em 1920, que viria a resultar posteriormente, em um novo período de controle político e territorial deste espaço.

Em suma, devido às limitações deste artigo, não foi possível explorar a totalidade das origens da territorialização do norte do Paraná entre 1853 a 1925. Isto se deve ao fato de que a territorialização de um determinado espaço engloba não apenas as ações dos agentes dominadores deste processo, mas também da participação dos grupos marginalizados deste espaço, que evidenciam que essas terras não estavam vazias neste período.

Contudo, considerando as proposições teóricas do conceito de território e a análise de parte das origens da territorialização deste espaço a partir da discussão bibliográfica realizada neste artigo, foi possível compreendermos o que estamos chamando de territorialização, identificando por intermédio das particularidades deste evento, quais foram seus objetivos,

interesses, e grupos sociais envolvidos na disputa pelo monopólio territorial deste espaço. Espero que, em um futuro trabalho, possamos ampliar a abordagem deste evento, problematizando o conceito da territorialização com as atuações de determinados grupos sociais que participaram deste processo, sejam eles hegemônicos ou hegemonizados.

Referências

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de**. Grandes regiões e grandes pioneiros.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1995.

BARROS, José Assunção. **História, Espaço, geografia.** Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 9-22 e 129-166.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. Geographia - Ano IX - No 17 – 2007, p. 19 a 45.

JOFFILY, Jose. **Londres - Londrina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra.** 9ª. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução e Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos / Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Sposito (orgs) – 1.ed. – São Paulo: Espressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

REIS, José Cezar dos. **Estudo de uma comunidade pioneira no norte do Paraná:** Jataizinho, 1950-1985. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP, Campus de Assis. Assis, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC,2006.

_____. **O papel ativo da Geografia:** um manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000, p. 103-109.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, campus de Rio Claro. Rio Claro, 1991

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição:** estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo : Brasilíense, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território:** Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia:** Conceitos e Temas. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, Cap. 3, p, 77-116.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade:** o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 1989.

_____. **"Norte do Paraná": Histórias e fantasmagorias.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

A contribuição do Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba, no olhar sobre o território

Pedro Benicio Almeida Pinto
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

O presente trabalho é um ensaio do início da discussão da tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que teve que ser reformulada no decorrer do período de pandemia de Coronavírus (COVID-19). A temática que se busca desenvolver no presente texto é de como a construção de um observatório pode contribuir na solução de conflitos territoriais, e ao mesmo tempo de discutir se o observatório tem a potencialidade de se constituir como uma fonte histórica.

Para a realização do trabalho foram feitos levantamentos bibliográficos sobre as questões das fontes digitais, da localidade de estudo, da História Social e do território. Assim, buscou-se caracterizar o universo da internet (o qual será inserido o observatório) e a localidade do entorno da Baía de Sepetiba, quanto aos seus aspectos sociais, ambientais e conflitivos.

Neste sentido, acredita-se que a problematização das práticas e discursos que organizam o espaço e possibilitam o entendimento dos usos desse espaço colaboram na contextualização da História Social, de forma que se abre o caminho de exploração dos acontecimentos a partir de novos campos de investigação com a possibilidade de se ter a releitura por meios dos documentos e de outras fontes (ARAÚJO, 2008). Soma-se a isso a possibilidade de incorporação de novas fontes e documentos que não sejam só os oficiais, inclusive os trabalhados a partir das fontes orais. Ao mesmo tempo, a História Social possibilita a incorporação de contribuições de outras disciplinas, enriquecendo as produções historiográficas (ARAÚJO, 2008), fato esse que enquadraria o respectivo trabalho dentro da área da História Social.

O observatório nasce de uma demanda dos movimentos dos pescadores artesanais e do Ministério Público Federal (MPF-RJ) no interesse de se ter um conjunto de informações sobre a localidade. Dessa forma, o projeto do Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba é um projeto em construção que consiste na organização de acervo através de uma plataforma web e um aplicativo que armazenem todos os dados, indicadores, publicações, documentos, legislações e demais fontes sobre a localidade.

O observatório foi pensado para ser disponibilizado em dois formatos: site e aplicativo. O site seria o lugar da apresentação das pesquisas, documentos, arquivos e histórias de vida. O aplicativo tem uma função mais de diálogo com a população de pescadores da Baía de Sepetiba. O aplicativo terá a possibilidade de estabelecer uma conexão com os pescadores na qual eles poderão estar fazendo relatos, sugestões, proposições e comentários que podem ser georreferenciados com a possibilidade de estarem registrando e enviando fotos, vídeos e áudios sobre o que quiserem. Após o envio o material será checado pelo pessoal do grupo de pesquisa e enviado para o Ministério Público Federal numa forma de suporte para os pescadores que sofrem com problemas ambientais, restrição de navegação, fiscalização ambiental etc.

Ao mesmo tempo, o projeto estará mapeando as localidades de pesca existentes dentro da Baía de Sepetiba, os grandes empreendimentos, as áreas de manguezal, o nível de contaminação dos recursos hídricos, a partir da coleta de materiais de alguns pontos da Baía de Sepetiba para que possa reunir uma expressiva quantidade de dados que serão inclusos em um atlas cruzando todos os dados de modo que se possa realizar análises da condição ambiental no momento e poder gerar uma discussão sobre os possíveis impactos e buscar soluções imediatas.

Dessa forma, serão trabalhados pelos pesquisadores envolvidos no projeto uma metodologia da cartografia social que envolva as comunidades de pescadores, coletores, marisqueiras e demais trabalhadores atuantes na Baía de Sepetiba para a construção de um material cartográfico que seja elaborado de maneira participativa e integrada que apresente a realidade socioespacial numa visão multiescalar mostrando os diversos usos, sujeitos presentes no território, a vegetação do manguezal e as problemáticas presentes.

Atrelado ao projeto se juntam várias associações e colônias de pescadores e coletoras do entorno da Baía de Sepetiba em apoio ao projeto, assim como vários fóruns e conselhos. Dessa forma, deverá se juntar ao projeto prefeituras, secretarias e comitês para auxiliar nos trabalhos a serem realizados. Dentro do projeto vai ser estabelecido uma Agenda 2020-2030 para se debater vários temas relevantes para a preservação do ambiente marinho da Baía de Sepetiba. Com isso, serão promovidas audiências públicas para que sejam discutidas problemáticas que atingem o local, e que se possa avançar em medidas e políticas públicas que orientem a organização territorial e marinha e a preservação.

Neste trabalho buscou-se aprofundar a importância de um observatório que reúna as informações e dados sobre a Baía de Sepetiba na busca de mostrar as comunidades atingidas de alguma maneira por diferentes conflitos territoriais presentes na localidade. Para aprofundar as discussões na primeira parte objetiva-se apresentar um pouco do cenário da localidade e na

segunda parte busca-se problematizar o avanço da modernização em direção a localidade no sentido de entender a importância da construção do observatório.

A Baía de Sepetiba e seu entorno: caracterizando a localidade

É fundamental entender o lugar que se trabalha porque nele se encontra a possibilidade de transformação. Uma transformação que seja feita a partir do rompimento da leitura que se faz do espaço, buscando interpretar o espaço a partir de um espaço absoluto, na tentativa de entender a sua totalidade. A mudança da análise deve ser a partir do território usado que mostre "a estrutura global da sociedade, de outro lado, a própria complexidade do seu uso" (SANTOS, 2010, p. 5).

> Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território (SANTOS, 2010, p. 5).

Os municípios do entorno da Baía de Sepetiba são atravessados por uma grande investida do capital, levando muitos empreendimentos que avançam em direção a localidades onde se existiam comunidades tradicionais. No entorno da Baía de Sepetiba estão presentes os municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. A Baía de Sepetiba possui 500 km² de área aquática desde a sua dimensão insular e continental, tendo como principal contribuinte para a dinâmica aquática as bacias hidrográficas do Rio Guandu e Paraíba do Sul junto com a sub-bacia do Rio Piraí (SILVA, 2018, p. 85). Cabe salientar que alguns rios sofreram desvios para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

Essa localidade sofreu com o processo de reestruturação após a saída da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília. Dentro das mudanças ocorridas teve-se a expansão urbano-metropolitana desde a década de 1970, segundo aponta Silva (2018), atraindo milhões de habitantes e dezenas de indústrias. A expansão se deu por vários motivos, e um deles foi a implementação do distrito industrial de Santa Cruz e do Porto de Itaguaí. A instalação destes empreendimentos nessa região trouxe consigo uma logística de interação entre os estados do Sudeste para produção e circulação de minérios e outros materiais primários, assim como de bens de capital. Ao mesmo tempo, a localidade iniciou o processo de abrigo de habitantes de baixa renda removidos de outras localidades, como centro e zona sul do Rio de Janeiro e trazidos pelo Estado para morarem na região por meio de conjuntos habitacionais e loteamentos.

O problema do deslocamento da população mais pobre para as localidades do entorno da Baía de Sepetiba foi a ocorrência de um processo de modernização excludente no qual foi dada uma atenção maior para os empreendimentos do entorno sem prover uma infraestrutura básica de saneamento, equipamentos coletivos e culturais. Silva (2018, p. 84) aponta que

> A ampliação de indústrias e complexos logísticos não é seguida de monitoramento e fiscalização dos objetos industriais por parte do Estado, significando uma modernização baseada no abandono da sociedade e da natureza local, o que tem como consequência a implementação de um quadro de poluição marinha, fluvial e atmosférica, que tem piorado a vida coletiva e o espaço vivido na região.

Dentro dessa lógica o pensamento do governo era promover a modernização para as áreas de "vazios demográficos", porém a região não era um "vazio demográfico" visto que já se tinham habitantes. Junto a esse processo de expansão começou a se ter um fluxo de mercadorias no local a partir do Porto de Itaguaí que trouxe a instalação de estradas de ferro e a circulação de navios de exportação-importação cada vez maiores. Nesse contexto, como destaca Silva (2018), ocorreu um intenso processo de retirada de comunidades antigas das localidades de instalação dos empreendimentos, localidades essas com grande envolvimento na atividade pesqueira da região. O processo modernizador trouxe consigo problemas e riscos, dentre eles: a poluição de minério (tanto da parte do solo, do ar e da água) aumentando a contaminação e trazendo várias doenças e problemas de saúde para a população local.

A chegada de turistas, de empreendimentos e da expansão imobiliária fez com que a área sofresse uma intensa transformação espacial, tendo também uma valorização. Entendendo por valorização,

> O ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma utilidade para a vida humana. A valorização é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados (MORAES, 2007, p. 23).

No litoral brasileiro é corrente encontrar em diferentes localidades, comunidades tradicionais dentro da metrópole, até mesmo a altamente modernizada, como aponta Moraes (2007), Diegues (2001) e Silva (2014). A zona litorânea apresenta especificidades que outras áreas continentais não apresentam, principalmente ligados aos recursos naturais presentes. Consequentemente vai se gerar um aumento da valorização das áreas litorâneas e uma "valoração dos recursos (naturais e ambientais) pelo seu uso e rendimento" (MORAES, 2007, p. 18). Dessa forma, a atividade e a lucratividade acabam definindo o valor econômico do bem natural que vai ter consequências na localidade, principalmente, por causa do modo e da maneira de utilização dos recursos.

> Dada a magnitude das carências de serviços urbanos básicos, como visto, tais áreas vão se constituir nos principais espaços críticos para o planejamento ambiental da zona costeira do Brasil, em sua ação corretiva. Não há dúvida em defini-las como as maiores fontes de contaminação do meio marinho no território brasileiro (MORAES, 2007, p. 101).

No caso da Baía de Sepetiba foram feitas para a navegação marinha vários processos de dragagem das áreas de fundeio e dos canais o que aumentou a possibilidade da entrada de navios cada vez maiores aumentando o fluxo e a quantidade, e ao mesmo tempo criando áreas maiores de proibição a navegação e a prática da pesca na Baía de Sepetiba. Silva (2018, p. 92) afirma que

> Outro fato impactante à pesca são as derrocagens e dragagens que impactam diretamente o ambiente marinho, assim como as obras vêm reduzindo as áreas de mangues. Além de expor a natureza a poeiras de minérios e de cimento das obras, que são intensas na região.

Somados aos problemas expostos acima, ainda encontramos na região uma problemática de assistência pública, no que se refere a saúde pública que conta com postos de saúde e hospitais insuficientes para atender a demanda da população, fato este que demonstra a falta de respeito com a população na prestação de serviços e a falta de organização e planejamento do estado, causando o aumento dos conflitos.

Por fim, na ponta do processo encontramos os pescadores artesanais convivendo com essas problemáticas junto aos processos de: assoreamento, poluição, sobrepesca e restrição da sua atividade. Ou seja, estão cada vez mais sofrendo os impactos de uma intensa urbanização no meio de grandes empreendimentos ligados a várias atividades como minério e extração de petróleo que impactam a sua área de pesca causando grandes danos ambientais como derramamento de óleo.

Segundo demonstra Silva (2018, p. 102) “é um estado acéfalo, ou seja, incapaz de assumir seu papel na governança territorial” deixando para as grandes empresas o papel de coordenar e organizar o futuro desse espaço, “seguindo o modelo das orientações e acordos nacionais”.

Diante desse cenário discutir o projeto em curso para a região no presente é fundamental, principalmente para pensar ações voltadas para o futuro, porque a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2006) explica que a compreensão dos fatos metropolitanos é difícil, principalmente por causa da força dos impulsos globais que acabam dominando as ações e fluxos numa grande velocidade que os habitantes, não conseguem acompanhar os movimentos do que a socióloga chamou de presentificação. Dessa maneira, a autora destaca que

> O presente é fruto da atualização de estruturas econômicas e socioespaciais e, ainda, de disputas entre diferentes futuros possíveis (Lefebvre, 1969). Entretanto, a plena consciência dessas disputas é negada à maioria pela pressão decorrente das urgências criadas pelos que comandam o mercado e por aqueles que, por intermédio da ação política, procuram dominar a passagem ao futuro mediante discursos que recusam a incerteza e a dúvida. Para estes, a interrogação do presente orienta-se, sobretudo, pela lógica utilitarista e operacional. Para os demais, porém, é indispensável conhecer os movimentos maiores da presentificação. Sem esse conhecimento, como dizia Milton Santos (1996), permanecemos aprisionados num cotidiano mistificado e mistificador, o que permite que apenas os dominantes, os senhores da guerra e seus estrategistas, construam a passagem presente → futuro, definindo o norte da modernização territorial, econômica e político-cultural" (RIBEIRO, 2006, p. 470-471).

Dessa forma, o que carece é de uma leitura ampliada dos movimentos estruturantes que ajude a compreender "as condições materiais e imateriais de disputa do presente → futuro (s)" (RIBEIRO, 2006, p. 472).

Nesse sentido, o Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba busca contribuir para trazer uma leitura do "outro" que não seja desenraizada como bem aponta (RIBEIRO, 2006), o observatório pode abrir a possibilidade de desmistificar aquela leitura pautada num discurso construído em cima de uma leitura única, em que a "Baixada aparece como um espaço sem identidades cultural e politicamente significativas" (RIBEIRO, 2006, p. 474), de vazios demográficos como apontou Silva (2018), leitura feita pelos administradores na qual não se considera as potencialidades e historicidades do outro.

Ana Clara Torres Ribeiro (2006) destaca a importância de mostrar as histórias de vidas, explicar as causas para um futuro que aponte para a libertação das condições materiais e ideológicas do presente, pensando de uma forma que se leve em consideração a ação política na transformação da realidade urbana. Por isso, cabe a todos pensar o presente na sua complexidade para gerar um futuro no qual se considere as histórias de vida e a dignidade humana presentes no entorno da Baía de Sepetiba. O papel do observatório é servir como um repositório de memórias, narrativas e dados que sirvam de suporte para a transformação espacial que reconheçam as diferenças, as potencialidades e os diferentes usos, respeitando e democratizando o acesso ao território.

O progresso e os conflitos nos usos do território

Para a compreensão das relações existentes no espaço próximo da Baía de Sepetiba seria importante entender como as pessoas se apropriam da terra, como se organizam e como dão significado ao seu lugar. A territorialidade sendo o domínio do vivido contribuiria na compreensão da espacialidade, porque a territorialidade é a incorporação de uma

> Dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2014, p. 59).

Dessa maneira, podemos entender o território como um espaço formal-institucionalizado e a territorialidade o domínio do vivido. Dessa maneira, a territorialidade não embute um território, mas todo território tem uma territorialidade. Haesbaert (2014) pensa o território no uso dos movimentos sociais de grupos subalternos a partir da discussão de poder inserido na produção do espaço, sobre a perspectiva do poder de dominação (simbólico) quanto da apropriação (valor de troca). Ou seja, o território vai ser pensado a partir das relações de poder.

Assim, os conflitos territoriais se dariam no lugar. Eles existiriam por causa da justaposição de territórios, ou das multiterritorialidades (HAESBAERT, 2014). Já Silva (2015) assinala que o que produziria os conflitos seriam as incompatibilidades e os descompassos existentes entre o território normado e o território usado. O território usado seria o espaço geográfico que é o resultado da totalidade de causas e efeitos dos processos históricos no espaço, sendo a forma de compreensão mais próxima do cotidiano (SANTOS, 2012). O território normado seria os instrumentos legais de regulação do território, que em sua maioria não coadunam e dialogam com o território usado. Silva (2015, p. 22) analisa que a

> Norma se baseia no que Weber (2000) denomina de dominação legal burocrática, regulada por racionalidade instrumental, referência à escrita da lei, calculabilidade que aproxima a gestão econômica e onipresença (forma de controle e domínio, sem a presença direta dos governantes, mas por meio do quadro de funcionários públicos e, mais recentemente, dos sistemas de informação eletrônicos).

A racionalidade instrumental feita por um corpo técnico que não leva em consideração as realidades sociais e cotidianas, leva a um planejamento e a uma gestão a favor das empresas. Desse modo, causa muitos problemas para os pescadores artesanais por conta de não serem levadas em consideração os saberes/conhecimentos das comunidades tradicionais, seus hábitos e dinâmicas que por vezes fazem parte da cultura e da relação de proximidade/necessidade da natureza, que acaba sendo explorada e degrada.

É fundamental compreender as mudanças ocorridas na construção socioespacial a partir da perspectiva do tempo histórico. Porque a mudança de pensamento estabelecida a partir da ideia de progresso no final do século XIX mudou a forma de se organizar e produzir o espaço. Quando se pensa no estudo do tempo é possível entrá-lo sendo discutido a partir de diferentes perspectivas, tais como: "alma, psicológico, cronológico, astronômico, físico, vivido, biológico, histórico" (SARRAF, 2017, p.41). O tempo histórico a partir da perspectiva histórica contribui

no conhecimento das mudanças ocorridas, tendo como entendimento a "separação do tempo cronológico natural da História e da inserção da ideia de progresso e aceleração" (SARRAF, 2017, p. 52).

A maneira de pensar o mundo mudou quando se começou a trabalhar a ideia de progresso quando se iniciou

> Uma série de renovações e experiências individuais e coletivas que passam a interferir de forma maciça na vida humana, tornando o futuro incerto, pois a experiência geracional [...] não poderia servir de exemplo. Já a aceleração é um conceito que deriva do progresso, pois através deste os ritmos e prazos da vida humana modificam-se radicalmente (SARRAF, 2017, p. 52).

Le Goff (2013) aponta que a ideia de progresso já era discutida séculos atrás. Entretanto, no século XIX ele ganha um novo status quando começa a mudar a relação com o tempo, ou seja, a industrialização confere uma agilidade nas transformações e relações, com isso conferindo mudanças significativas nas sociedades mundiais.

A introdução das inovações técnico-industriais introduzidas no final do século XVIII trouxeram a ideia de progresso modificando assim a expectativa sobre o que viria no futuro.

> O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 231).

Deste modo, o progresso interfere no processo de modernização que estava acontecendo, porque segundo Soja (1993, p. 17), a modernização seria "um processo contínuo de reestruturação societária". O pensamento que vai marcar esse período é a do crescimento, que

> A prática da modernização cria, no território como um todo e em particular nas cidades, os equipamentos mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias (SANTOS, 2013, p, 114-115).

Atrelado ao crescimento surgem os movimentos de transformação socioespacial para acompanhar os novos pensamentos presentes, fato esse que acabou contribuindo nas distorções espaciais (PAZ, 2018). O problema da instauração desse pensamento foi a construção de um discurso de uma mudança necessária que traria benefícios para a população, como forma de convencer a sociedade das mudanças.

O problema das mudanças foi a forma como elas foram pensadas, porque foram ações tomadas focando em grandes empreendimentos que são agentes modernizadores que operam em escalas de tempo diferentes da população. A ação dirigida numa escala temporal diferente da população que gerou uma sobreposição de interesses que gerou os conflitos (PAZ, 2018). Sendo assim, a cidade começou a ser um centro de produção e acumulação industrial que confluiu na problemática espacial urbana por conta da sua reprodução social (SOJA, 1993).

Considerações Preliminares

Como aponta Almeida (2010) é fundamental o historiador se apropriar das fontes digitais sem deixar de levar em consideração o rigor metodológico na utilização de tal ferramenta. O autor apresenta as pesquisas de mestrado e doutorado como um documento que está inserida na lógica da fonte digital, para o autor

> Os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Soma-se as fontes digitais na década de 2020 a crescente digitalização dos documentos oficiais – novos e antigos -, que estão sendo todos digitalizados e colocados nos grandes sistemas oficiais dos governos. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ver os pontos negativos da internet teve o aumento dos ataques cibernéticos, a proliferação de notícias falsas (chamada de Fake News), a cobrança para acessar a fontes, avaliação da autenticidade.

> É importante salientar o amplo espectro de documentação proporcionado pela Internet, especialmente para os historiadores do Tempo Presente. Em alguns casos, esta abundância pode chegar ao extremo. Mais do que facilitar o trabalho do historiador, a grande quantidade de fontes constitui um obstáculo perigoso (ALMEIDA, 2011, p. 24).

Como afirma Câmara e Benicio (2017), que a técnica aliada a tecnologia da informação trouxe benefícios de acesso as informações, mas destacam que com o aumento expressivo da quantidade de informações teve-se a necessidade de hierarquização, criando os filtros e fazendo com que se impossibilitasse certas interações que abriram a oportunidade de descentralizar as informações disseminando os diferentes pontos de vista. O que acontece é que

> Além de enfraquecer nosso senso do que é público, que se baseia, essencialmente, em questões que nos são alheias, a personalização da internet leva o usuário a um sentimento de infalibilidade, uma vez que sua percepção de mundo está deformada

> pelos filtros. Sem saber quais os critérios de seleção são utilizados para definir o que será tornado visível e o que será deixado de fora, o indivíduo tem a sensação de que está vendo tudo, e de que tudo corresponde ao modo como ele pensa (CÂMARA e BENICIO, 2017, p. 11).

Dessa forma, o observatório pode ter a capacidade de contribuir na disseminação de estudos direcionados e que contribuam na visualização do cenário que a Baía de Sepetiba se encontra.

Referências

ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. In: **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS** (Online), v.3, p. 9-30, 2011.

ARAÚJO, S. V. História social e história cultural e suas influências na produção historiográficas sobre cidades no Brasil. In: **XIII Encontro Estadual da ANPUH** – História e Historiografia: entre o nacional e o regional, 2008, Paraíba. Anais, Paraíba: 2008.

CÂMARA, S.; BENICIO, M. História Digital: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 38-56, 1 ago. 2017.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Úmidas Brasileiras** – 2ª Ed. - São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

EUZÉBIO, R. C.; PAZ, M. C. Modernização na Ilha da Madeira: efeitos da ação estratégica na vida dos pescadores artesanais. In: **Pescadores e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica / Catia Antonia da Silva, org. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial / Milton Santos... [et al.]. – 3. Ed. 1. Reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. / Antonio Carlos Robert Moraes. – São Paulo: Annablume, 2007.

PAZ, M. O. C. **Território, conflitos e a pesca artesanal**: os impactos do Porto Sudeste no cotidiano dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira – Itaguaí (2010-2015). 2018. Dissertação (mestrado em História Social do Território) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

SANTOS, M. O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA. UM MANIFESTO. **Revista Tamoios,** [S.I.], v. 2, n. 1, jun. 2010. ISSN 1980-4490. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/601/632. Acesso em: 23 set, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/tamoios.2006.601

_____. **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. – 4. Ed. 7. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A Urbanização Brasileira** / Milton Santos. – 5. Ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SARRAF, L. R.B. **Tempo, tempo, tempo**: uso da noção de tempo histórico nos livros didáticos/ Luiza Bezerra Sarraf. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores – 2017.

SILVA, C. A. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios e método. In: **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. / Catia Antonia da Silva, org. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. Economia local e a nova Episteme das sociabilidades da vida coletiva: circuito produtivo da pesca artesanal e os sítios espaciais invisíveis na produção da metrópole fluminense. In: **Metrópoles e invisibilidades**: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. A. B. Silva .... [et al.]; org. C. A. Silva, A. Campos. 1ª edição – Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

_____. Expansão urbano-industrial e logística na Baía de Sepetiba e conflitos territoriais com a pesca artesanal: história recente da produção social da periferia metropolitana. In: **Baía de Sepetiba**: riscos à natureza e aos coletivos humanos na metrópole do Rio de Janeiro: desafios para a avaliação socioambiental / organização Catia Antonia da Silva, Sergio Gardenghi Suiama. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. Metrópoles e presentificação: imaginário necessário. In: **Metrópole**: governo, sociedade e território / Catia Antonia da Silva, Désirée Guichard Freire, Floriano José Godinho de Oliveira (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

Entendendo a atmosfera da sociedade portuguesa em abril de 1974

Pedro Freitas de Almeida
Mestrando em História Social - PPGHS - UERJ

A ditadura

O processo revolucionário em curso (PREC)[1] é o período da história portuguesa que vai da revolução dos cravos, de 25 de abril de 1974 à aprovação da Constituição em abril de 1976. Durante esse período emergiu, em Portugal, um conjunto de iniciativas populares no intuito de forjar novas democracia, economia e cultura. Um momento histórico marcado por um forte antagonismo entre os projetos políticos para a nação. Nas ruas, praças, fábricas, escolas, bairros, e terras se forjaram: cooperativas de produção, manifestações, saberes populares, assembleias, periódicos, documentários, etc. A dualidade de poder teve seu ápice no verão de 1975. Com a constituição de abril de 1976, o poder consolidou-se sob comando dos liberais e Portugal logo aliou-se a Comunidade Europeia. Mesmo tendo sido derrotada, a Revolução dos Cravos deixou como legado, entre outros, a democracia em Portugal, a derrota do governo autoritário de Marcelo Caetano e Oliveira Salazar e a descolonização dos territórios Africanos, controlados por Portugal

A configuração dos governos Salazar e Marcelo Caetano como um regime fascista não é um consenso entre os cientistas sociais que interpretam o período. Durante os governos, toda a oposição carregava a bandeira do antifascismo. Contudo, a partir da década de 80, algumas análises, como as de António Costa Pinto[2], preferiram o termo direita autoritária para classificar o regime, por entender que o governo português que decretou o Estado Novo diferia dos regimes fascistas tradicionais, como os de Alemanha e Itália. Posteriormente, historiadores como Jorge Campinos[3], Enzo Collotti[4], João Bernardo[5], Maria-Antonieta Macciocchi[6], resgataram o termo fascismo para interpretação do Estado Novo português. Nosso papel, entretanto, é de dissertar

[1] Um período de reorganização social onde a ideia de se construir um Portugal socialista é democrático foi pungente. As ocupações de escolas, fabricas, moradias e terras tentaram construir uma democracia popular. Os muitos governos provisórios desse período mediavam os conflitos por vezes legitimando o poder popular.
2 ANTÓNIO COSTA PINTO — O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais, Lisboa, Editorial Estampa, 1992
3 Jorge Campinos, A Ditadura Militar (1926-1933). Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975
4 Enzo Collotti, Fascismo, fascismos, Lisboa, Editorial Caminho, 1992; O fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982
5 BERNARDO, João (2003). Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamento.
6 Maria-Antonieta Macciocchi (dir.). Eléments pour une analyse du fascisme, 2 volumes, Paris, Union Générale d' Edition, 1976.

sobre o período, confrontando autores e fontes. Não temos, assim, a intenção de defender a tese A ou B, apenas percorrer um caminho que favoreça ao leitor uma aproximação com o momento histórico interpretado.

Por a pesquisa ter se iniciado com fontes primárias, como jornais,[7] documentários e leituras de livros de autores que vivenciaram o período, o termo fascista e antifascista por vezes aparecerá no texto; não podemos alterar as fontes. As bandeiras principais do levante das forças armadas que antecedeu a tomada das ruas pelo povo eram: o fim da guerra colonial, a derrubada do "governo fascista", o saneamento dos fascistas, a desfascistização da educação, etc. Portanto, erraríamos mais tentando fazer uma crítica a essas fontes, visto, inclusive, que abordamos esse tema como antecedentes históricos que originaram os movimentos que derrubaram a ditadura e participaram das transformações culturais políticas e econômicas do período revolucionário em curso.

Portugal manteve uma postura de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, evitando a inimizade das potencias liberais. O regime tinha total apoio político dos governos Inglês e Estadunidense. Da derrota Alemã até a década de 1960 houve três eleições presidenciais (manipuladas), suficientes para que os EUA e a Inglaterra ignorassem as perseguições políticas e legitimassem o governo. A década de 1960 iniciou com o anúncio da guerra colonial e com a crescente oposição do movimento estudantil ao governo.

Guerra colonial

Em 13 de abril de 1961, Oliveira Salazar anunciou, portanto, o início da guerra colonial e cinco dias depois enviou as primeiras tropas para Angola, país que ocupa hoje um território 14 vezes maior que Portugal. Com o desenvolvimento do conflito, os oficiais de carreira deixaram de ser numericamente suficientes para garantir as posições além-mar e conter os rebeldes africanos, que lutavam por revolução e independência. Nesse contexto, todos os jovens com nível superior passaram a ser recrutados como oficiais e enviados como milicianos para as frentes Africanas. No terreno do conflito, minas terrestres ainda hoje mutilam os sobreviventes. Contra a guerrilha popular, o poder colonial considerava todo o povo africano como suspeito.

Forjados na geração de 1950 e 1960, os jovens treinados para a guerra colonial foram os mesmos que assistiram aos exemplos mundiais de heroísmo popular, marcados por projetos revolucionários, construídos à margem de Moscou. Esse espectro de mudança e transformação

7 Percorremos todos os exemplares do jornal O Combate, que tinha como um de seus editores o militante e ensaísta João Bernardo.

popular tinha como pano de fundo internacional a revolução cultural na China, o triunfo da Revolução Cubana, e os levantes de 1968 (fermentados também pelo assassinato de Ernesto Che Guevara em 1967), e a consolidação da resistência nas colônias.[8]

Mesmo os trabalhadores menos politizados, ainda na época de Salazar[9], começaram a perceber a exploração que sofriam e passaram a demonstrar insatisfação com o custo de vida, e com os salários, que não acompanhavam os aumentos de preços. O regime ditatorial foi ficando assim, cada vez mais desgastado. Descobriam-se e formavam-se cada vez mais organizações estudantis que resistiam ao regime, chamadas de subversivas. A mobilização estudantil ampliara-se, sobretudo na resistência, contra a guerra colonial.

A luta anticolonial nasceu no território da barbárie e foi inevitavelmente maniqueísta.[10] Após a segunda guerra mundial e com o início da *guerra fria*, os africanos que resistiram e que lutaram pela independência se identificavam com o polo socialista. As experiências vitoriosas de guerrilha, de antes de 1960, aqueceram e moldaram a nova estratégia revolucionária do terceiro mundo. A vitória da estratégia de guerrilhas, na China (1949), deu uma nova perspectiva de triunfo de revoluções socialistas em países periféricos, o início da guerra do Vietnã (1955), o desenvolvimento da revolução Cubana (1959), o potencial da luta de independência argelina (1954-1962), dentre outros. O Movimento pela Libertação de Angola, por exemplo, inicia suas ações em 1961 e o Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) é organizado por militantes exilados no Gabão em 1961. O Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tem sua fundação em 1962 e o Partido Africano da Independência/União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956, decide, em 1962 aderir à estratégia de luta armada, à defesa da pátria e à criação de um projeto socialista nacional, baseado nas contradições específicas da África, eram alguns dos desafios colocados.

> O povo veio com as crianças. O Comandante falou-lhes. A escola já estava pronta, podiam começar as aulas. O professor União tinha sido enviado de longe pelo movimento para ensinar. No tempo do colonialismo, ali nunca tinha havido escola, raros eram os homens que sabiam ler e escrever. Mas agora o povo começava a ser livre. Movimento, que era de todos, criava liberdade com as armas. A escola era uma grande vitória sobre o colonialismo. O povo devia ajudar o MPLA e o professor em tudo. Assim o seu trabalho seria útil. As crianças deveriam aprender a ler e a escrever e, acima de tudo, a defender a Revolução. Para bem defender a revolução, que era para o bem de todos, tinham de estudar e ser disciplinados. (PEPETELA, novembro de 1972) [11]

[88] Otelo Saraiva de Carvalho por exemplo, um dos principais e mais radicais líderes do MFA tinha claras influenciais maoístas em sua formação e uma vez no governo ajudou na criação dos GDUP, Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, baseado no que Otelo viu em Cuba.

[9] Salazar morre em 27 de julho de 1970

[10] FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Civilização brasileira. 1979

11 PEPETELA [PESTANA, Artur Carlos Maurício]. *As aventuras de Ngunga*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1983.

No início da década de 1970, a estratégia portuguesa de guerra ultramarina entrou em colapso e a derrota lusitana não tardou[12]. O "império" português se desgastou nas três frentes de batalha: Guiné, Moçambique e Angola. Não por acaso, o fim da guerra colonial é entendido como a principal bandeira do levante de oficiais do dia 25 de Abril e de unidade do Movimento das Forças Armadas (MFA). Figuras expressivas do governo, como o General Spínola[13], defenderam publicamente o fim da guerra e a entrega progressiva do controle territorial aos africanos para evitar prejuízos maiores.

A Física moderna nos ensina que matéria é energia, e esta nunca está inerte (BACHELARD, Gaston). Por isso, liquidar o exército português é liquidar sua ideologia. Toda matéria inclusive a social está em constante movimento e é, portanto, e ao mesmo tempo receptor e transformador de energia. A palavra[14] manifesta mais o desejo do espírito que das cordas vocais. Deste modo o que determinou esta guerra não foi a marca do fuzil, mas o lado para o qual ele apontou.

A propaganda de guerra do governo português foi comparativamente seu ponto mais fraco. Garantir a segurança do "território nacional" de uma nação lusitana, "pluricontinental" e "multiracial" não era um discurso capaz de elevar o moral das tropas nem de legitimar por muito tempo as mobilizações, os esforços e as baixas de guerra.

> A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. (Thompson, 1981, p.17)[15]

A Revolução dos Cravos e o assalto do Quartel do Carmo

Com o comando dos Capitães de Abril, o MFA tomou o poder no dia 25 de abril de 1974, libertou as colônias e deu início a um processo de transformações radicais na sociedade portuguesa. A crise econômica que, em 1973, colocou os índices de inflação em 25% e as denúncias do governo no interior da Igreja contribuíram para o cenário de descrédito geral do governo fascista que possibilitou o triunfo do *putsch* militar.

[12] O tempo histórico é diferente para quem escreve ou vive a história, não pretendo menosprezar nem um segundo de guerra que para quem está na fronte de batalha pode durar uma eternidade e deixar marcas profundas durante toda a vida.
[13] Governador da Guiné foi o primeiro presidente da república depois do 25 de abril. Um dos elementos mais reacionário do MFA
[14] Bakhtin, na demonstração de que palavra é matéria.
[15] THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

As principais emissoras de rádio e televisão do país foram ocupadas pelo governo revolucionário. O antigo FNAT (órgão de propaganda fascista) foi convertido para o Programa de Dinamização Cultural Portuguesa. As brigadas de educação popular eram cooperativas de teatro e cinema. A revolução ocorreu em toda a produção artística e literária e se manifestou nas bases populares e nas medidas governamentais. Essa atitude manifestou as experiências acumuladas anteriormente pelo conjunto de artistas e intelectuais portugueses e estrangeiros que colaboraram e participaram no PREC, graças a estes, foram produzidos muitos documentos e imagens que nos serviram de fonte de pesquisa.

> Esta vontade de consciencializar politicamente o país passou muito pela consolidação de estruturas (as chamadas unidades de produção dependentes do Instituto Português de Cinema ou as novas cooperativas) que asseguraram a produção intensiva de documentários sobre várias temáticas, desde a cobertura de acontecimentos políticos, acções revolucionárias até programas de índole didáctica que ensinariam a população novos hábitos, por exemplo, de alimentação e higiene.[16]

No rastro dessa documentação tão vasta e fértil se recupera a história e a memória da revolução que passou. E esse verbo parece deixar um sentido de vazio que quer retornar, mas só pode fazer o novo. Infelizmente, muitas fontes estão esquecidas em estúdios internacionais, e muito pouco se havia publicado e arquivado em Portugal até o aniversário de trinta anos da revolução. São fontes privilegiadas, algumas registradas durante o PREC, outras entrevistas posteriores de cineastas e fotógrafos que viajaram a Portugal para experimentar diferentes conceitos de arte progressista. A revolução em seus períodos de ascensão e queda é registrada, interpretada e provocada por todos esses filmes.

O Filme "As Armas e o Povo" é um documento riquíssimo, produzido no calor da hora pelo Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão. Entrevistas, depoimentos e imagens são colhidas logo após o 25 de Abril de 1974, quando eclodira a revolução. Todo o tipo de gente dá depoimentos: velhos, novos, soldados, crianças, operários, mulheres, pobres e estudantes universitários. O entrevistador é ninguém menos que o cineasta brasileiro Glauber Rocha exilado em Portugal durante o período.

O cineasta que revolucionou o c*inema novo* brasileiro vai a Portugal, entusiasmado com o movimento que eclodira em 1974, e resolve colher depoimentos de diversas pessoas. As entrevistas mostram claramente a opinião e a experiência do povo português: não importava a classe social, a idade ou sexo, todos eram favoráveis à revolução e ao fim da guerra colonial

[16] COSTA, José Filipe. *A revolução de 74 pela imagem: entre o cinema e a televisão. Princípios para compreensão do cruzamento dos dispositivos televisivo e cinematográfico entre 1974 e 1976.*

("independência imediata às colônias portuguesas na África", diz um cartaz). A imensa maioria das falas era de apoio ao MFA e bem otimistas em relação ao futuro de Portugal (o narrador se diz almejando uma sociedade em que seja banida a exploração do homem pelo homem e que a partir daquele momento, o povo não mais acreditaria em salvadores da pátria).

Assim como Glauber Rocha, Rui Simões e sua equipe foram ao mesmo tempo espectadores e atores da Revolução dos Cravos. E produziram um filme no calor dos acontecimentos do processo revolucionário, Rui Simões filmava o que depois seria intitulado de "O Bom Povo Português", lançado 1981. Mostra, sem compromisso com a linearidade ou com a cronologia, todas as etapas da Revolução, do início do PREC ao quinto Governo provisório, liderado por Vasco Gonçalves, alternando imagens da luta no campo e na cidade, e, também, girando olhares para as lutas de independência nacional dos países colonizados por Portugal. Para além do momento de euforia com o advento da Revolução, o filme relata as dificuldades de organização dos trabalhadores mesmo depois do PREC. Alguns denunciam a crescente violência da polícia, outros lembram que a exploração da maioria trabalhadora continua.

A construção do filme não segue uma linha clássico-narrativa tentando entender, cronologicamente, os acontecimentos do 25 de abril. Muitas vezes se move bruscamente do irônico – com músicas características, onde a montagem é mais dinâmica, ridicularizando alguns políticos – para o dramático, sem mediações – com imagens de câmera lenta e música sofrida, causando sentimento de identificação no espectador. "O Bom Povo Português" é um filme experimental. Da lentidão das imagens sem narração para a rapidez das cenas, com sons de tiros, ele pretende chocar. Não só por sua estrutura não convencional, mas também por seu conteúdo crítico tanto a Salazar quanto aos governos revolucionários.

O povo vai as ruas

Os protestos estudantis em Portugal têm mais força em 1969 com uma grande manifestação em Coimbra. Daí para frente, o governo só se desgasta, suas forças se esgotam na guerra colonial e a crise do petróleo repercute nos índices de inflação. O ano de 1974 tem como antecedentes de um lado a vitória vietnamita, do outro a derrota no Chile. Esse fato mostra o que os estudantes como segmento social se organizaram e puderam aprender e ensinar com as experiências da classe trabalhadora mundial: a mobilização e a resistência coletiva são fortes armas para a luta pela liberdade de um povo que sofreu por quarenta e oito anos com fascismo de Salazar e Marcelo Caetano.

> O novo cenário da luta socialista depois de 68 para surpresa da maioria dos observadores, em 1974 um clássico putsch militar de jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo: a "Revolução dos Cravos em Portugal". A aliança entre eles, um forte Partido Comunista emergindo da clandestinidade e vários grupos marxistas radicais, logo se dividiu e foi superada, para alívio da Comunidade Européia, a que Portugal se juntou pouco depois.[17]

Para que o putcsh da madrugada do 25 de abril desse certo o MFA ocupou todas as emissoras de rádio e TV do país. A cobertura dada pela RTP nas edições do jornal *Última Hora* no dia do golpe foi utilizada como fontes primárias. A TV tornou-se um dos meios pelos quais se deu a relação entre o povo e o novo governo.

> Acreditava-se que, devido ao fato, da escola ter estado, historicamente, afastada do mundo do trabalho sua contribuição na "formação de um potencial tecnológico que permita construir o socialismo" e a independência nacional pelos meios de comunicação de massas, em especial a rádio e a TV, além de outras instâncias educativas que têm se dedicado a este setor da população.[18]

A derrubada do governo criou uma nova correlação de forças na sociedade. Os jornalistas da RTP fizeram questão de destacar que todos, na emissora, estavam em acordo com o golpe, e com a ocupação armada da televisão. O apoio das massas é uma das demonstrações de que o fuzil esteve ao lado do povo e que a revolução dos cravos foi uma vitória do consenso sobre a coerção. Os repórteres destacaram, também, o caráter cívico e ordenado da intervenção popular. O jornal *Última Hora* reportou a repercussão mundial da revolução dos Cravos na África e em todo o mundo, inclusive no Brasil. O futuro das relações internacionais portuguesas era uma incógnita que dependia do desenvolvimento da revolução.

O primeiro comunicado de Spínola (como líder do primeiro governo provisório) em companhia da Junta de Salvação Nacional mostrou o caráter heterogêneo do MFA. Em tom reacionário, o general promete ao povo apenas o bem estar social e pede a esse que aguarde a instauração democrática. Seu semblante é de homem preocupado com os rumos do país. O general se pôs à frente da revolução antes que a revolução lhe pusesse abaixo. Essa manobra, contudo, tinha um limite. Como típico defensor das classes proprietárias acreditava que manter o controle era impedir que este caísse nas mãos operárias.

---

[17] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. 2ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

[18] TIRIBA, Lia. *Processo e Trabalho e Processo Educativo: Notas Sobre o "Período de Ouro" da Educação de Jovens e Adultos em Portugal*. In: CANÁRIO, Rui e RUMMERT, Sonia Maria. *Mundos do Trabalho e Aprendizagem.*Educa, Lisboa. 2009

O povo desacatou a ordem e encheu as ruas de Lisboa para aplaudir o exército. Estava farto do silêncio e da passividade, pedia o saneamento dos fascistas e comemorava o fim da guerra na África. O exército que outrora serviu para coagir a população converteu-se em ponta de lança da revolução. Seus interesses estavam intimamente ligados pelo desejo de derrubar o regime. Centenas de milhares se mobilizaram para a festa, pá! Esse novo ator (o povo) tornou-se rapidamente protagonista da história.

Será que conseguimos imaginar os tanques passando em ruas vazias? Se não representasse a vontade popular, como conheceríamos o 25 de Abril? Como *Revolução dos Cravos* ou como *reação dos tanques*? A teimosia do povo que fez questão de ir às ruas foi um sinal de que os maiores interessados na ordem pública não trocam a sua ordem pela ordem dos senhores. Em resumo, era insustentável a manutenção da guerra nas colônias, tal guerra não tinha data nem estratégia para acabar. A crise percorria todo país, até mesmo as famílias de classe média viam seus filhos sendo alistados para guerrear em outro continente. O governo de Marcelo Caetano era frágil e representava o velho e obsoleto. Os anseios de emancipação popular ganhavam espaço em toda a sociedade, e, se a maior parte dos oficiais do exército insurgiam e declaravam os esforços de guerra vãos, quem melhor que esses para protagonizar o ascenso do novo, do revolucionário? O MFA por sua vez representava o novo, ainda que um movimento em disputa, coesionava todas as forças contra a manutenção da guerra colonial.

Nos dias que se seguiram ao 25 de Abril, as ruas de Lisboa estavam lotadas. Já antes do golpe, os periódicos clandestinos convocavam a população para um 1° de Maio antifascista. Estima-se que um milhão de pessoas tenham participado dos protestos, um cartaz dizia: “A poesia está na rua”. A manifestação contou ainda com o retorno político dos dirigentes do Partido Comunista e do Partido Socialista, dentre outros intelectuais. Portugal era um novo país. Nas primeiras 30 horas de revolução, mais de 2000 funcionários da PIDE foram presos. Os presos políticos foram soltos, e os exilados puderam retornar em segurança.

Os trabalhadores, que se calaram por meio século, foram às ruas, unindo um milhão, no primeiro de Maio que se seguiu ao 25 de Abril, e, entre uma data e outra, Lisboa estava abarrotada. As massas se auto-mobilizaram ante o exemplo do MFA, porém a mobilização espontânea depende da organização para não esvaziar-se. A organização da prática é feita pela teoria num processo consciente de intervenção na realidade, depende de um conhecimento sistematizado. A motivação tem de ser consciente. A revolução é uma conjugação de mobilização e organização da classe. Essas duas forças se associam, e enquanto a primeira é impetuosa e explosiva, a segunda é disciplinada e permanente.

A grande mobilização das massas transformou-se em organização. A experiência dos trabalhadores até aqui mostrou que massas mobilizadas podem derrubar a velha ordem, todavia, apenas o povo organizado pode construir uma nova ordem. A mobilização dos trabalhadores pode evoluir para duas situações: 1) converter-se em uma maior organização, ou 2) dispersar, gerando a fragmentação dos trabalhadores e de seus interesses. Há uma unidade entre mobilizar e organizar, assim como, há uma unidade em derrubar uma ideologia e construir outra. Não pode existir mobilização sem organização e vice-versa. Não se pode construir um governo da maioria sem se derrubar o governo da minoria.

Como tentamos demostrar nesse pequeno texto, a Revolução dos Cravos foi um período de ascenso (qualitativo e quantitativo) popular, com formação de comunas e o desenvolvimento do trabalho associado no campo e na cidade. Nas próximas etapas da pesquisa faremos uma análise do processo educativo desenvolvido dentro e fora dos muros escolares, como iniciativa do governo revolucionário ou como iniciativa autônoma dos próprios trabalhadores. Também faremos uma investigação mais específica sobre o processo de reforma agrária e analisaremos os saberes produzidos pelos trabalhadores durante a ocupação das terras.

Referências

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009). Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975). Lisboa: IELT-Colibri.

ALTHUSSER, Louis. *Cartas sobre a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1976

ARQUIVOS DE MEMÓRIA. Portugal 1974-1976. Processo Revolucionário em Curso. Revista de Estudos de Etnologia Portuguesa, n. 12/13 (2002). Número temático.

BERNANDO, João. Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado. In RODRIGUES, Francisco Martins. O futuro era agora. O movimento popular e o 25 de Abril. Lisboa: Editora Dínamo, 1994, p. 207-213

BERNARDO, João (2003). Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. 2015

BARRETO, José. Empresas industriais geridas pelos trabalhadores. In Revista de Análise Social, n. 51, julho/agosto/setembro, 1977.

BASE FUT. *Pelo socialismo autogestionário*. Lisboa: Edições Base, 1979.

BRINCA, Pedro e BAÍA, Etelvina. Memórias da Revolução no distrito de Setúbal, 25 anos depois – vol 1.e 2): Setúbal na rede, 2001

BRUNO, Lúcia. Portugal: O "Combate" pela autonomia operária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1983 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

CAMPINOS, Jorge. A Ditadura Militar (1926-1933). Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975

CAUTELA, Afonso (1976). "Descolonização cultural – inovação pedagógica. Educação permanente e Poder Popular, condições para uma democracia em bom estado", O Século, 24 de fevereiro de 1976, 7.

COLLOTTI, Enzo. Fascismo, fascismos, Lisboa, Editorial Caminho, 1992; O fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982

CORREIA, Pedro Pezarat. Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português. Mem Martins: Inquérito, 1991.

CORREIA, Ramiro, MARUJO, João e SOLDADO, Pedro. MFA. Dinamização cultural e ação cívica. Amadora: Ulmeiro, s/d.

CUNHAL, Álvaro. A revolução portuguesa. O passado e o futuro. Lisboa; Editorial Avante, 1994 (2ª edição).

FERREIRA, José M. Portugal em transe (1974-1985). Vol. 8 da História de Portugal (dir. José Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores.

FERREIRA, Vitor Matias. Movimentos sociais urbanos e intervenção política. Porto, Afrontamento, 1976

GOMES, Adelino e CASTANHEIRA, José Pedro. Os dias loucos do PREC (Do 11 de março ao 25 de novembro de 1975). Lisboa: Expresso; Público, 2006

JORNAL O COMBATE, Edições de junho de 1974 a fevereiro de 1978

LEITÃO, L. et al. Movimento urbanos e comissões de moradores. Lisboa: Contra-a-Corrente, 1976

MELO, João de. Guerra Colonial, Fotobiografia. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

MURAIS DE ABRIL 1974. Biblioteca Museu e Resistência, s/d

OLIVEIRA, D. e VIEIRA, M. *O poder popular em Portugal*. Coimbra: Centelha, 1977.

OLIVEIRA, Luisa Tiago de. *Estudantes e povo na revolução*. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977). Oiras: Celta, 2004

OLIVEIRA, Maria Luísa Brandão Tiago de (2000). O Serviço Cívico estudantil (1974- 1977). Estudantes e Povo numa conjuntura revolucionária. Lisboa: ISCT

PATRIARCA, Fátima. Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave. In *Análise Social*, vol XIII (51), 1977 – 3º, p. 619-680

_____. Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974. In: *Análise social*. Lisboa: ISCUL, vol. 14, n. 56, 1978, p.695-727.

_____. DOCUMENTOS. Controlo operário em Portugal - 1 / compil. Maria de Fátima Patriarca, Marinús Pires de Lima e João David Miranda. In: Análise Social, n. 47d, 1976:

_____. Controlo operário em Portugal - 2 / compil. Maria de Fátima Patriarca, Marinús Pires de Lima e João David Miranda. In *Análise Social*, vol. 12 (48), 1976 – 4º, 789-804 (LISNAVE, SETENAVE, SOREFAME, CERVEJA)

PIRES, José. *Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Base FUT,

PIMENTA, C. *Como fazer o controlo da produção*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

PIMENTA, Fernando Tavares. "A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África". In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo. 17 Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2013.

PINTO, António Costa (1989). O salazarismo e o fascismo europeu. In: ROSAS, Fernando: BRITO, J. M. Brandão de. Salazar e o salazarismo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PINTO, António Costa - O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas Ciências Sociais. Lisboa: Estampa, 1992.

PROJETO DE DECRETO-LEI do V governo sobre o controle operário. In *Economia e socialismo*. Amadora: Livraria Bertrand, 8 de novembro de 1976, p. 45-48.

RIBEIRO, Margarida Calafate. "Memórias coloniais imperfeitas". Jornal Público, caderno Cultura, 20 de Janeiro de 2015. Disponível em: http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/memorias-imperfeitas-1682657.

ROSAS, Fernando: BRITO, J. M. Brandão de (1989). Salazar e o salazarismo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

SANTOS, António de Almeida. Quase Memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Análise Social, vol, 1. n. 42/43, 1975.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, .; LIMA, Marinús Pires de e FERREIRA, Vitor Matias. e. *O 25 de Abril e lutas sociais nas empresas* (3 volumes)

SANTOS, Hipólito dos. A redinamização da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (1966/79). In *A IDEIA Revista Libertária*, nº65 Outubro 2008 – pgs. 16 -24

TEODORO, Antônio. Revolução e utopia. Um programa de acção no campo educativo para uma sociedade a caminho socialismo. In Revista Lusófona de Educação, n. 10, 2007, p. 141-154

TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes*. 2006

TIRIBA, Lia. *Saberes do trabalho associado: Cenários da autogestão no "processo revolucionário em curso"*

"Evangelizando a África": ensino de História e disputas narrativas

Alline de Assis Xavier Maia
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

A luta do Movimento Negro durante o processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, acabou por intensificar possíveis relações entre o nosso país e o continente africano. Desde então, a mãe África passou a ser acionada como a grande inspiradora na construção de uma identidade afro-brasileira. A mídia, a moda, os artistas, a música, dentre outros, passaram a investir nesse legado, como forma de fortalecimento e valorização de identidade (Gomes, 2017).

Essa bandeira, foi justamente balançada também na área da educação e assim, assistimos em 2003 a implementação da Lei 10.639, ainda no início do governo do então presidente eleito, Lula. A lei, fruto de reivindicações antigas do movimento negro, tornou obrigatório o ensino de História e da cultura afro-brasileira na educação básica. Em consequência, as universidades tiveram de repensar seus currículos a fim de atender tal demanda (Oliva, 2010). No âmbito da sociedade geral, assistimos desde então inúmeros debates, que infelizmente ainda reverberam a narrativa da "democracia racial", uma vez que as ações afirmativas, como esta lei e a questão das cotas raciais, são vistas como ameaças por parte da sociedade que defende essa retórica.

Desde a publicação da referida lei, diversos materiais como artigos, dissertações e teses foram produzidos visando compreender como esta ocorria nas escolas, enfatizando tanto sucesso quanto fracassos nessa seara. Em parte de alguns trabalhos, como o de Bakke (2011), a resistência dos alunos evangélicos ao currículo, à prática pedagógica e aos conteúdos relacionados ao tema, foi apontada como um empecilho considerável.

A partir desse apontamento, busquei em minha pesquisa compreender melhor o porquê desta resistência e quais as táticas de enfrentamento utilizadas por esse grupo religioso. Desta maneira, trago para esse trabalho uma das direções por mim identificadas: a visão da África e da cultura afro brasileira por parte dos líderes religiosos e que ecoam na fala dos fiéis em geral.

Para tanto, será analisado o livro do ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, sob o título "Evangelizando a África". De acordo com o autor, o livro é um reflexo do que foi vivenciado por ele durante dez anos na África, sendo a maior parte do tempo em Angola, anos nos quais "trabalhou arduamente na consolidação da Igreja Universal do Reino de Deus no continente".

Durante a campanha eleitoral para a prefeitura do Rio de Janeiro, o livro foi utilizado pelos opositores como meio de ataque ao candidato, já que há nesta obra conotações explícitas de preconceito. Assim, a tática utilizada pelo bispo foi tentar recolher a obra, retirando-a de circulação.

O livro recebeu a primeira publicação em inglês: *"Mutis, Sangomas and Nyangas: Tradition or Witchcraft?" ("Mutis, sangomas e nyangas*: Tradição ou feitiçaria?"), e depois publicado no Brasil pela editora da Universal. A versão analisada neste trabalho, foi publicada em 2001, tem 136 páginas, divididas em: introdução à edição em português, introdução, prefácio, capítulo 1(Religião: envolvimento com ídolos e espíritos), capítulo 2(O diabo e seus demônios, capítulo 3(Possessão demoníaca), capítulo 4 (Sintomas da possessão demoníaca), capítulo 5 (Libertação das possessões demoníacas), capítulo 6 (Uma vida vitoriosa) e capítulo 7 (Testemunhos).

Identidade negra e África

Como vimos a ligação com a África foi formalmente oficializada em relação à educação com a Lei 10.639-03. A prerrogativa visava então a valorização dessa identidade, e, para tanto, o acionamento da ancestralidade africana. No entanto, parte das igrejas evangélicas, nesse trabalho com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), passou a construir uma narrativa paralela em relação a essa ancestralidade tão aclamada pelo movimento negro, como também por outros movimentos sociais simpatizantes a essa causa.

Ao longo desta obra, que nos leva a indagações, essa situação ganha clareza: os elementos africanos apontados como fundamentais na construção dessa identidade afro-brasileira, como a ancestralidade, ganha a sua conotação diabólica, como poderemos entender ao longo desse trabalho. A demonização da África, principalmente das religiões de matrizes africanas por parte dessas igrejas não é uma novidade, já está no senso comum. Contudo, considero fundamental compreender como essa narrativa é construída, uma vez que creio que dentro das disputas narrativas sobre esse continente, parte das igrejas evangélicas também está incluída, principalmente dentro da perspectiva de mercado religioso.

Na dedicatória do livro, já é possível identificar que a concepção de ancestralidade será abordada por outro ponto de vista:

> Dedicamos este livro a todos os *sangomas, nyangas*, feiticeiros, espiritualistas e sacerdotes hindus que vivem na armadilha da adoração aos espíritos imundos que afirmam ser ancestrais ou deuses. (Crivella, 2001, p.6)

Nesta dedicatória, além de atacar diversas religiões, há um ataque direto à concepção de ancestralidade que para a cultura afro-brasileira tem um valor importante, uma vez que tende a ser entendido de maneira generalizada, como algo que garantiu, entre outras coisas, a resistência do povo negro no Brasil.

Sem aprofundar a questão, dado o limite de um artigo, fica a indagação: como será a recepção de um aluno que se identifica como evangélico e logo, com os preceitos e visões dessa vertente mediante a uma aula de cultura afro-brasileira que traga como temática a ancestralidade, já que há uma nítida ligação entre ancestralidade e demônio, ou seja, já foi construído em outros espaços, nesse caso o da igreja a relação ancestralidade-demônio, que inevitavelmente será acionada como pré-conceito durante o processo de ensino-aprendizagem. E mais: como seus responsáveis, que possivelmente também pertencem a essa religião vão compreender tal conteúdo como importante na formação escolar?

Logo na introdução da edição de 2002, os editores comentam:

> Este livro não tem a intenção de denegrir o aspecto cultural das tradições africanas, **mas de mostrar o caminho para a libertação daqueles que se envolveram com os espíritos, assim como desmascarar as estratégias do diabo e seus demônios através de diversos rituais disfarçados de cultura africana.** (Crivella, 2001, p. 8)

Como se pode perceber, os editores dão a entender que o continente africano possui uma cultura, assim como os demais continentes, países e lugares. Contudo, alertam para o fato de que nem tudo pode ser considerado uma cultura verdadeira, sendo neste caso um ritual. Ora, aqui já se configura uma disputa narrativa em torno da própria definição do conceito de cultura, podendo colocar em xeque a concepção de cultura ensinada na escola.

O capítulo 1 tem o seguinte título: Religião: envolvimento com os ídolos e espíritos. Segundo Crivella, o objetivo não é apresentar uma nova religião aos leitores, mas apresentar um Deus, que segundo o mesmo é o criador dos céus e da terra. Para fundamentar o seu objetivo, o autor cita várias religiões existentes e explicita como ponto comum entre todas, a tentativa de levar as pessoas a adorarem e aceitarem os espíritos.

Ressalta que em determinadas religiões os espíritos são denominados ancestrais. O autor cita a passagem bíblica de Adão e Eva no paraíso, para explicar que o demônio só pode se manifestar porque tinha um corpo para se manifestar, no caso, a serpente. E por isso, as religiões do mundo servem ao diabo na medida em que os corpos humanos ou animais são utilizados como meio de manifestação de tais espíritos ou ancestrais. Por isso, as religiões estariam afastando os homens de Deus.

Crivella faz um rápido giro pelas diversas religiões orientais e ocidentais e no fim, resume todas a ação demoníaca. Logo em seguida, ele coloca um subtítulo: "Os espíritos imundos da África", passando a explicar a relação entre a situação política e econômica do continente e a religiosidade desse território, se quer considerando a pluralidade religiosa deste continente. O autor evidencia que a pobreza que devasta o continente está intimamente relacionada à idolatria do continente.

Para tanto, enfatiza que o continente é composto por pessoas 'muito supersticiosas e extremamente ligadas à família', e que, por essas características o demônio tende a se apresentar aos humanos na forma de ancestrais ou *madlozi*, e ressalta:

> A embalagem é diferente, mas o produto é o mesmo: demônios! Dessa forma, na sua visão, o povo humilde da África é levado a adorar satanás por acreditar que estão em contato com seus entes queridos, os ancestrais. E por isso, os líderes aconselham sempre os fiéis a se renderem as vontades dos espíritos e se tornarem um sangoma. (Crivella, 2001, p.15)

Assim, na visão do autor a maior mentira da África e, consequentemente, seus problemas estão relacionados à crença na ancestralidade. O conceito de ancestralidade é então rebatido com citações bíblicas, na qual enfatiza que cada homem, de acordo com este livro sagrado será julgado de maneira individual por seus atos, e por isso, o que se manifesta nos corpos não são os ancestrais queridos, uma vez que estes estão impossibilitados de retornarem, mas os demônios que se disfarçam de entes queridos.

Dando continuidade à questão da ancestralidade, surge o segundo subtítulo: "Feitiçaria disfarçada de tradição", na qual a questão é aprofundada. Crivella mobiliza a ideia de que a palavra tradição tem sido utilizada em relação à África como um grande disfarce para inculcar rituais perversos e humilhantes, e cita:

> Muitas canções africanas, comidas típicas e roupas, assim como o respeito pelos mais velhos são, na verdade, belas tradições que devem ser perpetuadas. Mas coisas como adorar um rabo de animal, sacrificar crianças, marcar o corpo e o rosto com ferro quente ou lâminas, cobrir a cabeça com fel, beber álcool, vomitar com *mutis*, levar uma vida promíscua, fazer orações nas sepulturas e se lavar com excrementos, não são de forma alguma tradições. Isso é feitiçaria e Deus se aborrece com tais práticas! (Crivella, 2001, p.47)

Crivella enfatiza que na sua visão a promiscuidade que ele acredita ser incentivada por essas religiões, tem levado o continente africano à penúria: primeiro por desembocar em conflitos familiares, tribais e étnicos e segundo pelo aumento da AIDS nesse território,

> Quantas crianças perambulam tristes pelas ruas porque seus pais morreram de AIDS, ou porque foram, em nome da tradição, vítimas de violências sexuais por parte de seus próprios familiares! Parece um absurdo, mas as tradições africanas permitem toda sorte de comportamento imoral, até mesmo com crianças de colo. Experiências que, com certeza, deixam sequelas por toda vida. (Crivella, 2001, p.52)

Em seguida, salienta que contrariamente às recomendações da ciência, o povo africano continua cobrindo o corpo com *mswane* e *nyongo*, que o autor traduz como fel e excrementos. E por isso, o diabo tem transformado a vida dessas pessoas em verdadeiras misérias. Finaliza o capítulo, com um versículo bíblico no qual Deus condenaria tais atos religiosos ou tradições, como são chamados por todos.

Ao longo dos demais capítulos a relação entre as religiões afro-brasileiras e a miséria do continente africano continua sendo evocada. O segundo capítulo, "O Diabo e seus demônios", Crivella inicia explicando, de acordo com a versão utilizada pela IURD, sobre a origem e a ascensão do diabo. Assim, conclui que o Diabo é o responsável pelo reino das trevas e este reino é espiritual, necessitando dessa maneira se materializar através de pessoas vivas, e que dessa forma, as religiões se conferem como um caminho importante nessa materialização, atingindo pessoas de diferentes classes sociais. Por essa lógica, os adeptos de religiões seriam "trabalhadores" desse reino, uma vez que são possuídas, segundo suas palavras por espíritos imundos.

O Diabo estaria utilizando as religiões e as pessoas com o único intuito de impedir que o processo de evangelização seja levado adiante. Em outras palavras, as religiões, no geral têm como objetivo perseguir o "povo de Deus", como se as igrejas evangélicas fossem algo a parte, e não pudessem estar no espectro da religiosidade, como todas as demais que encontramos no mundo em geral. O autor então afirma que a IURD, consegue dar prosseguimento ao projeto de evangelização graças à utilização dos satélites que permitem a difusão da palavra através da televisão.

O capítulo terceiro tem por objetivo descrever a possessão demoníaca e o porquê dela acontecer entre as pessoas mais vulneráveis, neste caso, as que freqüentam qualquer ambiente religioso, visto que o reino das trevas está sempre a procura de corpos físicos para se materializarem. Após uma gama de imagens de pessoas 'endemoninhadas', afirma que aqueles que não se tornam evangélicos verdadeiros estão sempre mais suscetíveis a serem possuídos. O autor descreve várias maneiras de estarem os africanos em possessão, enumerando as seis principais.

A primeira estaria correlacionada ao envolvimento direto ou indireto com *sangomas e nyangas*. Dessa forma, durante as consultas ou sessões as pessoas receberiam espíritos

durante os rituais e tratamentos. Mas essa ação, para Crivella, não seria exclusividade da África, uma vez que sacerdotes hindus, médiuns e espiritualistas no mundo inteiro também estariam nesse processo. Enfatiza que o trabalho da IURD no continente africano seja árduo, visto que, a igreja, presente em 23 países tende a lidar diariamente com muitos possessos.

Mais uma vez, a ancestralidade é mobilizada como algo preocupante para Crivella, segundo suas palavras as pessoas, ao acreditarem na ancestralidade estariam convocando o Diabo para as suas vidas e que no continente africano, a "*benção de ishoba"* é o principal veículo de canalização dessa situação, sendo esses rituais os responsáveis diretos pela pobreza do continente e suas mazelas.

O segundo problema apontado para o autor estaria centrado na herança e na tradição, e por esse motivo as crianças já estariam possuídas desde o nascimento, pelo simples fato de seus pais já se relacionarem com a ancestralidade.

O terceiro tópico cita o envolvimento direto com os rituais de feitiçaria, apontando principalmente as mulheres como as principais responsáveis por essas evocações, visto que recorrem sempre aos *sangomas* para consultas, de doenças físicas, espirituais, até o pedido de maridos ou de empregos para cônjuges e filhos.

Na quarta posição, Crivella cita o problema da amizade com pessoas que frequentam esses rituais. Ou seja, uma simples relação sexual com uma mulher que venha a se consultar com os *sangomas* pode trazer destruição para uma família inteira, visto que o diabo pode envolver todos os envolvidos nesta teia. Mais adiante, o autor faz um alerta pra que as pessoas estejam sempre atentas, apesar de não poderem controlar todos os eventos a todo tempo: 'se você entra num táxi de um espírita, você está se tornando um alvo fácil de satanás". Todo cuidado e distanciamento são poucos, devendo o crente estar sempre em alerta.

No quinto ponto o autor cita o grande problema que é se alimentar de comidas provenientes tanto de rituais quanto de pessoas que frequentam essas religiões. Enfatiza que cada vez que você se alimenta dessa comida você está aceitando os espíritos que foram evocados na elaboração das mesmas. Explica que durante um funeral africano comidas são oferecidas e sacrificadas aos ancestrais e por este motivo, a alimentação é uma forma de manter os espíritos imundos ainda na terra, no mundo físico.

O sexto e último ponto está relacionado ao dinheiro. O autor afirma que em busca do dinheiro as pessoas do mundo inteiro estão frequentando religiões, e que no caso do continente africano esta situação é agravada, dada a presença constante dos *sangomas.* Afirma que para os *sangomas e nyangas*, a miséria é um grande negócio, visto que as pessoas, por qualquer quantia estão se sujeitando a frequentar esses rituais e fazerem seus votos.

No quarto capítulo, o autor descreve os sintomas mais comuns entre as pessoas possuídas: desmaios constantes, principalmente através da epilepsia, dores de cabeça, pensamentos suicidas, insônia (o demônio não dorme, logo o possuído também não), o medo (e as diversas fobias), vícios e homossexualidade (tanto os criminosos quanto os homossexuais, na visão do autor tem ligações fortes de dependência da bebida alcoólica e por isso, estão sempre suscetíveis a satanás) e por último os demônios e as doenças, afirmando que nem todos os doentes estão possessos, mas todas as doenças são demoníacas, sendo as mentais resultados diretos da ação do diabo.

No quinto capítulo, o autor sugere algumas dicas para a libertação das possessões demoníacas, citando mais uma vez que o principal canal está nas religiões. Crivella ainda destaca que o continente africano está absorvido pelo HIV e que isto está diretamente relacionado aos rituais religiosos e as possessões, que são disfarçadas e estimuladas sob a ideia de "tradição", e que a anulação desses efeitos está logicamente na conversão ao evangelho, através da IURD, principalmente.

No último capítulo, o autor enumera e explica procedimentos importantes no livramento: arrependimento e conversão, participação nas reuniões de fé, resistência aos maus pensamentos, a mudança de vida completa, incluindo o rompimento com ancestralidade e tradições, deixar de frequentar os rituais, e por último o batismo nas águas.

O livro é finalizado no sétimo capítulo com testemunhos de africanos que se sujeitaram a conversão ao evangelho, rompendo com antigas práticas e vivenciando uma vida mais harmoniosa em consequência desta escolha. Ou seja, abolindo as tradições.

Como podemos ver a obra em todo momento faz uma crítica ferrenha aos aspectos religiosos afro-brasileiros, sempre relacionando tais práticas a miséria. O livro incentiva os convertidos não somente a modificarem suas práticas como também a romper com amizades e com a ideia de tradição e ancestralidade. Desta maneira, o convertido tende a não aceitar de nenhuma forma a perspectiva de ancestralidade e por isso, muitas vezes a mobilização desse conceito dentro do ensino de história, principalmente, quando no âmbito da cultura e religiosidade afro-brasileiras, podem causar o estranhamento e a rejeição desse saber por parte dos alunos evangélicos.

Estou apostando na ideia de que dentro de determinadas igrejas evangélicas estão sendo construídas narrativas e valores que tendem a se confrontar ou mesmo se opor às narrativas e os valores que são disseminados na escola, nesse caso em específico no ensino de História da África.

Não podemos esquecer que o currículo escolar também é composto por valores e estão dentro do conjunto de saberes escolares a serem ensináveis no âmbito escolar. Só que o conhecimento também é construído em outras esferas, como a família e a igreja. Os espaços das igrejas também estão preocupados com a construção da cidadania de seus fiéis. Ou seja, elas também recomendam a participação desses indivíduos na vida política e em outros setores, alegando que os crentes não podem se omitir. Na atualidade, eles têm de exigir o direito de fala.

Contudo, o que podemos perceber é que há diferenças também na definição dessa cidadania. Enquanto a escola visa uma via de cidadania no espectro pluralista, multicultural, parte dos evangélicos tem evocado uma cidadania com base conservadora. Isto significa que os evangélicos devem, em tese, preservar e lutar pelo que consideram "bons costumes", e dentro desse quadro não há espaço para as minorias, uma vez que estamos tratando de uma religião de conversão que tem aspirações universais.

Em outras palavras, se Deus não faz acepções de pessoas, as igrejas também não devem trazer diferenças à tona, para além do feminino ou masculino, e isso inclui também no caso deste trabalho, a questão racial.

Além disso, sendo uma religião de conversão, na qual os indivíduos escolhem e optam por segui-la e essa escolha, de acordo com muitos pesquisadores, tende a acontecer no geral quando estão atravessando momentos conturbados em suas vidas, deixara vida pregressa é fator fundamental (Vital da Cunha, 2015). Dentro dessa lógica, a conversão é diária, ou seja, os crentes devem se converter todos os dias e devem dar também esses testemunhos, a fim de ratificar a conversão.

Nesse jogo, como já pautado por Oro, há uma relação tênue entre o (neo) pentecostalismo e as religiões de matrizes africanas, visto que muitos dos fiéis já possuem certa convivência com essas religiões. Assim, dentro do que o autor mencionado chamou de "fagocitose religiosa", algumas igrejas não negam a existência de entidades, mas tentam as re-significar, quase sempre as associando à um passado de privações, problemas e ou pobrezas, dando a entender que o que os atuais fiéis entendiam como ancestrais, na verdade eram "demônios" que se utilizam da ideia de ancestralidade afim de destruir suas vidas. Por isso, muitos cultos evangélicos podem ser parecidos com sessões de terreiro, no qual as entidades são evocadas constantemente para serem vilipendiadas.

Enfim, dado os limites desse trabalho não me estenderei sobre as muitas formas de aproximações rituais entre o pentecostalismo e as religiões afro-brasileiras. Contudo, evocarei mais uma vez que narrativas sobre o continente africano têm sido construídas dentro das

igrejas evangélicas, quase todas evocando a necessidade de evangelização do continente, visto que a religiosidade africana, quase sempre é mobilizada através da ideia de feitiçaria, e os problemas sociais e econômicos vivenciados pelo continente.

A obra de Crivella retratada neste trabalho se mostra como uma dentre outras narrativas sobre o continente que é construída nos espaços das igrejas evangélicas. Como vimos, ela está redefinindo conceitos e valores, que em muito retomam à concepção de conservadorismo, tão em voga no Brasil atual, podendo gerar conflitos de valores entre os saberes construídos nas igrejas e os dos espaços escolares.

Não há, portanto, uma receita para ensinar História da África, nem tampouco de limitar aquilo que será mobilizado pelos docentes. Chamo a atenção para o fato de que como o conservadorismo e as suas teias estão relacionados aos aspectos religiosos dos evangélicos e o quanto isso exigirá de sensibilidades e saberes docentes no tratamento da temática.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios*. São Paulo: Terceiro Nome fapesp, 2009

BAKKE, R.R.B. Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei nº 10.639. Tese de Doutorado-Programa de pós-graduação em Antropologia Social, FFLCH-USP.2011.

CRIVELLA, Marcelo. Evangelizando a África. Rio de Janeiro: Universal, 2001.

GOMES, Nilma Lido. O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, n.38

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 262 p.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Reflexos da África*: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental. Estudos de caso no Brasil e em Portugal. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010

SOUZA, Marina de Melo. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. Revista História hoje.Vol 1, n.1, março de 2012

VITAL DA CUNHA, Christina. Oração de Traficante: uma etnografia. Ed: Rio de Janeiro: Garamond, 2015

Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos: reflexões a respeito de patrimônio, tombamento e história local em Cabo Frio

André Luiz Garrido Barbosa[1]
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

Políticas de patrimonialização em Cabo Frio por meio de processos tombamentos efetuados pelo IPHAN: alguns apontamentos historiográficos

A presente reflexão tem por base o estudo dos bens tombados[2] pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN[3]) na cidade de Cabo Frio. Cumpre dizer que a escolha por tal estudo se justifica por serem esses bens referenciais simbólicos relacionados à história local, reconhecidos por uma autarquia do poder público federal que tem como responsabilidade a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo à mesma proteger e promover os bens culturais do País para as gerações do presente e do futuro.

Nesse sentido, como abordagem de estudo em nossa reflexão sobre a história da cidade de Cabo Frio e seus monumentos históricos, preconizaremos nesse texto alguns apontamentos a respeito do Convento Nossa Senhora dos Anjos, a sua importância para a compreensão de parte da história local, bem como os seus usos em diferentes camadas temporais.

A cidade de Cabo Frio, fundada pelos portugueses em 1616 como a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, teve como atividade econômica inicial a exploração de pau-brasil. Local estratégico para os portugueses no início do processo de colonização do litoral brasileiro, a região foi, em seguida, alvo da cobiça dos franceses, que serão expulsos pelo português Constantino Menelau, com ajuda de Mem de Sá e índios aliados. (ABREU, 1988)

No decorrer do século XVII, Cabo Frio foi alçada à categoria de cidade, recebendo regimento militar, bem como judicial, e tendo como destaque a construção do prédio da Câmara

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Campus de São Gonçalo. garrido-andre@hotmail.com

[2] Entendemos o tombamento a partir da perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, como um ato de incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo o tombamento um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado, o referido bem é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (GONÇALVES, 1996, p. 66).

[3] Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto n° 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei no 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343 (AGUIAR, 2016, pág.104).

Municipal e da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Com o passar do tempo[4], o município foi se destacando no cenário econômico regional como grande produtor de sal, sendo esse produto o carro chefe da economia local. (RIBEIRO, 2017).

O fato de Cabo Frio ser uma cidade estruturada no período colonial e ter um conjunto de bens arquitetônicos, assim como elementos naturais que datam desse período, tudo isso contribuiu para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, viesse a tombar, em 1967, seu conjunto paisagístico composto por monumentos e espaços públicos por meio do IPHAN.[5]

Dentre os bens tombados pelo IPHAN, entre 1956 e 1957, encontram-se a Capela de Nossa Senhora da Guia (o tombamento abrange o Morro da Guia, onde está situada a capela), Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos[6], Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (cruzeiro e adro fronteiro, e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal), Forte de São Matheus (inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia), faixa do litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, além do Morro do Telégrafo, entre outras áreas. Essas construções são predominantemente do período colonial, quando a cidade de Cabo Frio foi estruturada, a partir de disputas envolvendo portugueses, franceses e indígenas, e quando foi fundada a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, em 1615.[7]

Nos processos de tombamento efetuados em Cabo Frio, percebe-se no discurso da preservação dos bens edificados pelo DPHAN, na vasta correspondência entre o DPHAN, Prefeitura Municipal, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, Mitra Diocesana

[4] "A "expressão "tempo" remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua. Se as sequências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo saber humano. Isso encontra expressão num símbolo social comunicável – a ideia de "tempo", a qual, no interior de uma sociedade, permite transmitir de um ser humano para outros imagens mnêmicas que são lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas pelos sentidos não perceptivos." (ELIAS, 1998, p. 13)

[5] A perspectiva de tombamento aplicada em Cabo Frio, por meio dos processos de nº 0447-T-51 e o 0757-T-65, está dentro do conceito utilizado pelos técnicos do SPHAN que, à época, entendia-se o patrimônio histórico e artístico nacional como o "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". Sendo também classificados. como patrimônio, "monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana." (GONÇALVES, 1996, p. 68)

[6] No Convento Nossa Senhora dos Anjos funciona o Museu de Arte Sacra Tradicional, que promove exposições de arte sacra tradicional e recebe visitantes da população de Cabo Frio e região, bem como turistas que visitam a cidade.

[7] Informações obtidas por meio dos processos: nº 447-T-51 de 1951 e nº 447-T-51 de 1951. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo wetransfer, que transferiu os processos digitalizados.

e Ordem Terceira, na necessidade de proteção dos bens devido à ameaça do crescimento urbano desordenado.[8]

Em correspondência ao Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, em 1961, o diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, relatou a preocupação com construções irregulares na contiguidade e na vizinhança do Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, solicitando providências para que o problema fosse solucionado.[9]

Para o DPHAN, a urgência no tombamento estava relacionada ao elevado grau de abandono desses bens e à ameaça que o crescimento desordenado da Cidade de Cabo Frio poderia trazer para a preservação dessa memória, entendida pela autarquia estatal, como de interesse nacional.

> Outra categoria que permeia os discursos do patrimônio é a noção da "perda". Nos discursos do patrimônio brasileiro, ela aparece de modo recorrente. Intelectuais como Rodrigo Melo Franco (1898-1969) e Aloisio Magalhães (1927-1982), obcecados por uma "identidade nacional brasileira", defenderam de modo admirável o chamado patrimônio histórico e cultural brasileiro (Gonçalves, [1996] 2004; Fonseca, 1997; Rubino,1991; Santos, 1992; Chuva, 2009). Em suas concepções, o patrimônio é percebido a partir de uma condição de possível "perda", cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento (Gonçalves, [1996] 2004). Nesses discursos, o patrimônio aparece como um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua "autenticidade". Os que assumem esses discursos situam-se numa determinada concepção de tempo histórico, um tempo progressivo, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado (daí o risco da "perda"), ora como um campo de possibilidades para construir o futuro em especial o futuro nacional. (GONÇALVES, 2015, p. 215-216)

O discurso da perda é um argumento muito utilizado pelos técnicos do IPHAN para justificar os processos de tombamento efetuados em Cabo Frio, a partir de uma apropriação desses bens por meio do Estado, que assume a tarefa de guardião de uma memória edificada, no intuito de preservar esses fragmentos do passado para protegê-los da transitoriedade que esses objetos estão sujeitos, seja por meio das intempéries do tempo, da falta de cuidado por parte de particulares ou do poder público, dos desvios de finalidades e descaracterização dos mesmos, transformando-os em referenciais simbólicos coletivos.

[8] Processo: 0447-T-51: ofício nº 70 do DPHAN para prefeitura de Cabo Frio de 1951; ofício nº 89/51 da Prefeitura de Cabo Frio para o DPHAN; correspondência para vigário da paróquia de Cabo Frio em 1956; telegrama do DPHAN para a Mitra Diocesana em Niterói e resposta da mesma no ano de 1956; notificação nº 775 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de1956; notificação nº 806 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1958; ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

[9] Processo 0447-T-51: ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

> Nessa perspectiva, o presente, assim como tudo o que é espacialmente próximo, aparecerá corroído por um processo de perda oposto aquela situação original – distante no tempo ou no espaço – definida por coerência, integridade e continuidade. Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgaste, restauração e preservação de fragmentos, visando estabelecer uma continuidade com aquela situação originária (GONÇALVES,1996, p. 23)

Observando os processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN na cidade percebemos que o tombamento efetuado foi estruturado a partir de uma perspectiva integrada em que elementos da paisagem histórica e natural foram objetos da intervenção dos técnicos do instituto do patrimônio histórico, nos diferentes contextos em que foram realizados.

Essa perspectiva integrada no tombamento, nos remete a ideia de Reinhart Koselleck que pensando o espaço e tempo como categorias de possibilidade de estudo da história, percebe que o espaço também sofre um processo de historicização.

> ... espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o "espaço" tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente. (KOSELLECK, 2014, pág. 77).

Remetendo isso ao contexto do tombamento efetuado em Cabo Frio pelo IPHAN, podemos perceber esse processo de historicização sofrida por esses espaços culturais e naturais, a partir das transformações ocorridas no meio urbano na cidade ao longo do tempo e as diferentes atribuições de sentido que esses objetos sofreram no devir temporal.

O estudo da história local de Cabo Frio e dos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN, devem ser relacionados na esteira de estudos históricos a partir da perspectiva de Lucien Febvre que considera a história como "um estudo cientificamente conduzido" (FEBVRE,1989, pág. 30) que com seu instrumental próprio de pesquisa e com uma problematização relacionada a questões do tempo presente no qual o historiador está situado e que buscará através do estudo do passado a construção de respostas aos seus questionamentos, qualifica o discurso do historiador como produtor de uma narrativa de teor científico.

Pensar o estudo do patrimônio histórico em Cabo Frio e da história local por meio desses espaços sociais, abre canais de diálogos entre as práticas sociais estudadas e permite a problematização dessas expressões culturais na pesquisa histórica.

Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos e suas atribuições de sentido em diferentes temporalidades: local sacro, monumento tombado e espaço museal

O convento franciscano consagrado a Nossa Senhora dos Anjos teve iniciada as suas atividades em 13 de janeiro de 1696. Originalmente, tinha como função ser a sede dos frades

franciscanos que viviam em clausura em Cabo Frio, administrando para população local, missas, orações, canto através de coral e ações educativas no campo da leitura e escrita para as crianças.

A vinda dos religiosos para Cabo Frio está relacionada a uma solicitação da população local que requereu, junto às autoridades portuguesas, a instalação de uma casa de recolhimento e noviciado, o que foi inicialmente negada, sendo *a posteriori* atendidos pelos franciscanos, que despacharam em 1684 do Rio de Janeiro dois frades que foram verificar as condições dessa empreitada. Feito tal procedimento, foi acertado junto aos moradores a obtenção de uma doação anual de 25 bois para a manutenção dos religiosos, tendo, pois, a construção da edificação início em 1686 (CUNHA, s.d).

Estabelecido o convento, os religiosos franciscanos atuaram no decorrer do século XVIII nas atividades de cunho religioso e também no campo educacional, tendo os frades do convento a dedicarem-se a ensinar ler, escrever, e contar as crianças de Cabo Frio, formando inclusive classes especiais de gramática e Latim (CUNHA, s.d,).

> Os conventos franciscanos possuíam escolas de primeiras letras, como as de Cabo Frio e Taubaté, mas o ensino nelas ministrado, embora fosse considerado mais adequado às necessidades da terra do que o jesuítico, foi menos importante para a educação na Colônia. Outras ordens, como a dos beneditinos e das carmelitas, possuíam cursos para formação de noviços e, em alguns conventos e mosteiros, chegou a haver teses de doutoramento (WEHLING, 1999, pag. 298).

Essa preocupação em atuar no campo missionário religioso e educacional foi uma tônica constante das ordens religiosas que atuaram no Brasil colonial, tais como, os franciscanos, jesuítas e carmelitas, estabelecidas por meio do sistema tripartido: conventos litorâneos, fazendas e aldeamentos no interior.

> Ao lado dos jesuítas atuaram os franciscanos. Estes agiram através de um sistema tripartido: conventos litorâneos, fazendas e aldeamentos no interior. ... A ordem franciscana irradiou-se pelo litoral a partir de Olinda (1585), concentrando-se sobretudo na faixa entre Paraíba e Alagoas, com conventos também em Salvador, Espírito Santo, Rio de Janeiro etc (HOORNAERT, 1994, pag. 32).

Durante os primeiros séculos da colonização, grande parte da vida urbana esteve ligada à organização do clero católico no Brasil, seja por meio do clero regular ou das ordens monásticas dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos em suas múltiplas festividades, procissões e enterros, entre outras expressões de religiosidade. Essa forte presença da vida

monacal no período colonial refletiu na arquitetura colonial e sua representatividade se deu por seus conventos e monastérios espalhados nos domínios portugueses (MEDEIROS, 2010).

O Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, foi construído em pedra e cal, tendo a sua planta em formato retangular, com pequeno claustro no centro, seguindo a lógica das construções franciscanas do período colonial, pautadas na simplicidade e funcionalidade da construção: catequese, amparo religioso, ensino e convívio com os cidadãos da vila ou cidade (FERNANDES, 2013).

> A construção de uma igreja começava pela capela-mor da qual se seguia a nave, o frontispício e, de sua conclusão, era erigido o convento. A Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, em nave única para facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis.
> Ao atravessar o templo, o observador é conduzido ao jardim do museu, área onde se situam, especificamente, as ruínas do Convento. O convento de Cabo Frio foi erguido em formato quadrangular e possuía no centro um pequeno claustro, entre a igreja e a torre sineira – que preservada, repousa alinhada à fachada. Durante o período em que o edifício esteve ocupado pelos frades franciscanos, foram feitas obras, em 1762 e posteriormente, inclusive a do anexo dos fundos, que atualmente não existe mais. Todas as dependências do convento – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro (RIBEIRO, 2017, p. 138-139).

Construção maciça de pedra e cal, defronte para o canal do Itajuru, encravada na área urbana em que passou a se constituir o núcleo central da Cidade de Cabo Frio, o convento franciscano era uma construção modesta, se compararmos com o convento da mesma ordem situado na Cidade do Rio de Janeiro, mas dada às proporções da pequena vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, era uma construção imponente e que, assim como a Igreja Matriz, de nome homônimo ao da cidade, irá marcar o perímetro de atuação do clero católico secular e regular no Brasil colonial.

> Nesse sentido, o conjunto igreja-convento caracterizou-se por atender às necessidades inerentes às atividades conventuais; segundo a regra básica da arquitetura, adaptou-se sempre que possível ao clima, voltou-se para a escolha adequada do local da construção, buscando a proximidade dos cursos d´água, escolheu o isolamento do espaço rural na fase inicial, as elevações do terreno, a inserção nos extremos da malha urbana. Esses edifícios não eram construídos de uma só vez; o núcleo inicial era geralmente o claustro, seguindo-se a construção da igreja (da capela-mor para a entrada) e finalmente a frontaria, a torre e o adro com o cruzeiro (FERNANDES, 2013, pág. 5).

Acompanhando a lógica de outras construções do período, o Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, teve em sua construção materiais presentes na localidade e se estabeleceu nas proximidades da Fonte do Itajuru, principal fonte de água doce da Cidade, e nos extremos da área urbana, tendo em consideração o fato de que o núcleo urbano original se situou no bairro da Passagem, local em que eram atracadas pequenas embarcações que corriam

a lagoa e que se comunicavam com a barra do canal. Com a expansão da malha urbana nos séculos posteriores, o convento deixa de se situar nos extremos e passa a fazer parte da área central da cidade (CUNHA, s.d.; RIBEIRO, 2017).

Ajudando no serviço religioso e educacional em uma vasta dimensão geográfica que compreendia na época uma região que hoje corresponde os municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Araruama, Casemiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim, os frades franciscanos tinham uma tarefa monumental de contribuir na educação das primeiras letras aos moradores de Cabo Frio e regiões limítrofes, assim como na administração de missas, orações e aplicação dos sacramentos.

De sua formação no final do século XVII ao seu eclipse no final do século XIX, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos passou de uma casa, que abrigou no auge de suas atividades por volta de 30 religiosos, a um lento processo de decadência que culminou quando o último religioso, Frei Vitorino de Santa Felicidade, veio a falecer em 1872, tendo com a sua morte selado o destino do convento.

> O início das atividades no Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio foi em 13 de janeiro de 1696 com cerimônia conduzida pelo Provincial Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz. Durante o seu funcionamento, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio chegou a abrigar 30 religiosos (1765) "(...) sem sabermos como era possível aboletar-se aí tanta gente", observa Frei Basílio Röwer, autor do relato mais completo sobre a casa religiosa feito até o momento (Röwer, 1957, p. 385). Já a partir das décadas finais da segunda metade do século XVIII, o número de religiosos que viviam no Convento começava a sofrer grande redução. Em 1788, um decreto régio exigia autorização da rainha D. Maria I para os jovens que desejassem ingressar no noviciado (Hermann, 2000, p. 149). Não se sabe se por essa razão, em 1797, apenas seis frades permaneciam na casa religiosa de Cabo Frio. Dois anos depois, viviam no local: quatro frades franciscanos, três sacerdotes e um leigo (Notação vp07). Já no início do século XIX, registros informam que no Convento eram apenas quatro frades que "pouco ou nada fazem" (Visita do bispado do Rio de Janeiro), sendo que em 1832 havia apenas um remanescente. A escassez de religiosos dificultava a continuidade das atividades conventuais. Em 1872, o último religioso do Convento de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, Frei Vitorino de Santa Felicidade, falecia, tendo os seus sacramentos sido administrados pelo vigário paroquial, selando os destinos do edifício (RIBEIRO, 2017, p. 123).

A redução drástica de religiosos no decorrer do século XIX levou à degradação física do convento, somada a dificuldades em manter a sua manutenção por parte dos poucos religiosos ali presentes. Em 1858, a Ordem Terceira de São Francisco obteve dos frades uma parte do terreno e ali construiu sua igreja, além de um cemitério (CUNHA, s.d).

Entre 1916 e 1919, o imóvel foi apropriado pelo governo federal, o que não impediu que sua degradação fosse acentuada, tendo, inclusive, parte de seus materiais e mobiliário saqueados.

> O acontecimento seria relacionado a uma querela entre os religiosos e o Executivo Federal, quando este sequestrara os bens provinciais, situação definida a favor dos religiosos em 1919. O monumento foi considerado res nullius, ou seja, coisa a que ninguém pertença ou abandonada, deflagrando, assim, o saque ao imóvel – "carroças estacionavam junto às muralhas carregando telhas, madeiramento, portas, janelas, assoalho e, enfim, as próprias pedras" (Röwer, 1957, p. 402). O mobiliário também fora quase todo perdido, havendo apenas restos de assento de coro. E a biblioteca dos franciscanos teria sido queimada por razões sanitárias. Quanto a seus outros bens integrados, relata o frade em Páginas Franciscanas que, tendo sido objetos e alfaias confiados a um cidadão local, acondicionados em sua casa, foram misteriosamente desaparecidos (RIBEIRO, 2017, p. 124).

Depois de um longo processo de degradação do patrimônio material do convento, a situação desse monumento histórico começa a mudar quando, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas instituiu a proteção do patrimônio histórico nacional através do decreto-lei nº 25, garantindo a preservação de bens móveis e imóveis que estivessem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil. Coube, assim, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o levantamento dos bens, a sua catalogação no livro do tombo, bem como a sua proteção por parte do poder público (RIBEIRO, 2017).

O primeiro processo de tombamento em Cabo Frio é o de número 447-T-51, datado de 1951. O documento trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente os seguintes bens: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus.[10]

Passados pouco mais de uma década do tombamento dos bens acima descritos, foi aberto um novo processo de tombamento. Dessa vez, em vista da urgência da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local e, somado a isso, da ampliação da área de proteção, considerando o processo de degradação, resultado da falta de cuidados e a destruição oriunda da expansão urbana da Cidade.[11]

Em vista das ameaças que o patrimônio histórico e natural vinha sofrendo, foi feito um novo processo de tombamento para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade de Cabo Frio.[12] Desse novo processo de reordenamento dos bens tombados, ocorreu uma nova configuração a respeito das áreas protegidas tendo como elementos a serem preservados:

> 1. Conjunto arquitetônico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, inclusive o adro fronteiro, o cruzeiro e mais o Largo de Santo Antônio até a orla do canal. O tombamento foi estendido à capela e Morro de Nossa Senhora da Guia.

[10] Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51 de 1951, página: 1.
[11] Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65 de 1965, volume:1, página: 2.
[12] Ibid. volume: 2, página: 2.

> 2. Morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados, como acréscimo de Marinha no canal de acesso à lagoa.
> 3. Forte São Mateus, inclusive o Penedo em que ele se assenta, e toda a ponta da praia, constituindo uma área de quinhentos metros de raio, traçada a partir do centro geométrico do Forte.[13]

Como podemos perceber, o processo de reconhecimento e tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio teve como uma de suas motivações a preocupação com a preservação desses monumentos, face sua degradação e destruição.

Em 1968, foi assinado um convênio entre o SPHAN e o Arcebispado de Niterói[14]. O documento prevê a criação de um Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos que, após reparos promovidos pelo poder público para a revitalização do espaço, teve as suas atividades museológicas iniciadas a partir de 1982, sendo desde então, este o uso dado ao então ao antigo convento franciscano (CUNHA, s.d.; RIBEIRO, 2017).

O estudo da história local de Cabo Frio e de seus elementos patrimonializados, como o Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, permite inverter a lógica tradicional de alguns estudos históricos que enalteceram os feitos de elementos das elites políticas e econômicas a partir de reflexões a respeito de grandes cidades e capitais. Ademais, possibilita trazer para o âmbito de cidades pequenas, como Cabo Frio, pesquisas que permitam compreender as suas especificidades locais, assim como as suas relações com uma história de características gerais, invertendo desse modo a escala de observação, além de mudar a perspectiva da reflexão historiográfica (LEPETIT, 1998; GOUBERT,1972).

O uso desses bens como fontes históricas edificadas e realizadas pelos arquitetos e técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico ajudam de modo consciente, deliberado e justificável na compreensão de fragmentos do passado de Cabo Frio, decidindo erigir em elementos comprobatórios de informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos, sob a forma de uma narrativa com coerência interna, refutável e com inteligibilidade científica própria (ROUSSO, 1996).

[13] Ibid. anexo: 69.

[14] Processo: 0447-T-51 - no referido processo consta uma série de correspondências entre a mitra diocesana e diferentes instâncias do poder público relatando os problemas para a conservação do convento Nossa Senhora dos Anjos e a sua respectiva degradação, contribuindo esse diálogo para a formação do convênio entre IPHAN e a mitra diocesana católica: ofício nº 70 do DPHAN para prefeitura de Cabo Frio de 1951; ofício nº 89/51 da Prefeitura de Cabo Frio para o DPHAN; correspondência para vigário da paróquia de Cabo Frio em 1956; telegrama do DPHAN para a Mitra Diocesana em Niterói e resposta da mesma no ano de 1956; notificação nº 775 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de1956; notificação nº 806 do DPHAN para o Ministro Provincial Franciscano de 1958; ofício nº 1796 do DPHAN para o Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro em 1961.

A utilização do convento como fonte histórica para a compreensão de parte do passado local cabofriense permite que sejam feitas atribuições de valores a esses monumentos por parte dos diferentes agentes envolvidos na sua patrimonialização, preservação e uso no cotidiano. Nessa perspectiva, tais ações, que vão do poder público, turistas, estudantes, religiosos, intelectuais nos campos da arquitetura e da história, e demais públicos envolvidos, poderão, de acordo com o seu grau de envolvimento e uso desses bens, atribuírem significados plurais aos mesmos.

Ao analisarmos os processos de tombamento realizados em Cabo Frio, percebemos a presença desse discurso nacionalista, com forte carga identitária, por parte dos arquitetos e técnicos do IPHAN. Ao justificarem o tombamento do Convento Nossa Senhora dos Anjos, na década de 1950, tais profissionais argumentavam que a proteção a esse bem edificado contribuiria para preservação da história colonial local e nacional.[15]

O processo de patrimonialização em Cabo Frio realizado pelo IPHAN na segunda metade do século XX vem fortemente influenciado por um contexto anterior de intensa valorização das narrativas históricas de caráter nacional em decorrência da legitimação dada pelo estado brasileiro a partir dos diversos governos do Presidente Getúlio Vargas, em especial no período do Estado Novo. Em 1937, o então governo criou uma agência pública responsável por selecionar, catalogar, tombar e criar políticas de preservação de bens edificados que representassem importantes períodos da chamada história nacional (CHUVA, 2009).

O poder do IPHAN em elaborar e aplicar políticas oficiais de proteção patrimonial nacional conferirá tal legitimidade a esse órgão da administração federal e aos seus técnicos. Estes foram chamados a opinar em diferentes frentes e demandas que envolviam disputas em torno dos usos das áreas tombadas e interferindo, quando possível, nas ações da administração municipal para salvaguardar os interesses coletivos locais e nacionais, que eles entendessem estar em jogo, mesmo que essa coletividade não fosse consultada a respeito das decisões a serem tomadas por esses burocratas que atuavam a partir dos poderes a eles constituídos legalmente, agindo como arquitetos da memória nacional (CHUVA, 2009).

O estudo dos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio, tendo como principal referencial o Convento Nossa Senhora dos Anjos demonstrara que o tombamento efetuado na cidade entre as décadas de 1950 e 1960, seguiu a procedimentos típicos do contexto histórico em que foi efetuado obedecendo a critérios do corpo técnico do instituto que tinha como ênfase o tombamento de bens edificados que tivessem uma relação

[15]Processo de tombamento n447-T-51, de 1951, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

com uma narrativa histórica de caráter nacional e que estivessem de alguma maneira ameaçados.

O estudo do patrimônio como processo de atribuição de valor e significado a bens e práticas culturais, demonstra um processo de enquadramento de memória (POLLAK,1989 e 1992) em que determinados acontecimentos históricos são alçados a uma categoria de destaque dentro da sociedade e passam a ser evidenciados como espaços representativos de uma identidade local e por vezes até nacional, dependendo dos interesses que estejam envolvidos.

Referências

ABREU. Capistrano de. Capítulos da história colonial. 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

AGUIAR, Leila Bianchi. Porto Seguro – BA. In: PESSÔA, José. *Atlas de centros históricos do Brasil.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.p.150-157.

_____. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.29, nº 57. p.87-106. 2016.

BERANGER, Abel. *Dados Históricos de Cabo Frio.* 3.ed. Cabo Frio: Comissão Executiva do Projeto Cabo Frio 500 Anos de História. 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

CUNHA, Márcio Werneck da. *Relatório sobre monumentos e espaços culturais em Cabo Frio.* Disponível em http://acervomarciowerneck.com.br/cmdownloads/relat%C3%B3rio-sobre-monumentos-e-espa%C3%A7os-culturais-de-cabo-frio/. Acessado em 21/07/2017.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Lisboa. Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, Cybele Vidal. *Considerações sobre o espaço na obra franciscana no Brasil.* 2013, CEPESE. Porto – Portugal. Disponível: http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/os-franciscanos-no-mundo-portugues-iii-o-legado-franciscano/consideracoes-sobre-o-espaco-na-obra-franciscana-no-brasil. Acessado em : 01/08/2017.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

_____. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GOUBERT, Pierre. História Local.(Trad. Marta M. Lago) In: *Historical Studeies Today.* Ed. By Felix Bert and Stephen R. Graubart.N.Y.Norton& Co., 1972.

HOORNAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil Colônia: 1500 – 1800.* 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IPHAN: Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872. Acessado em 26/02/2017.

IPHAN: *Informações sobre bens tombados em Cabo Frio* – Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/. Acessado em 26/02/2017.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na História.* In: Revel, Jacques (org,). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.77-102.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de Medeiros. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. *Revista Urutágua*. Nº 21, 2010. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704. Acessado em 01/08/2017.

NORRA, Pierre. "ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares". In *Projeto História.* São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acessado em 20/01/2017.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In *Revista Estudos Históricos.* V,2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. " Memória e identidade social". In *Revista Estudos Históricos.* V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. *Cabo Frio : 400 anos de história, 1615-2015.* Brasília :ibram, 2017.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma falta. *Estudos históricos*, 1996, nº 17. p.85-91.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e Silva. "Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro.v. 62, 3ª série, n.14, 1854. p. 206-218.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800).* Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial.* 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Fontes

1.1 Arquivo Noronha Santos

1.1.1 Processos de tombamento

0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte.

0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio.

Um breve olhar sobre a história indígena da Região dos Lagos

Marlon Barcelos Ferreira
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

Esse trabalho tem como objetivo refletir brevemente sobre o lugar destinado aos indígenas na história dos municípios da Região dos Lagos. Para tanto, entenderemos o contexto que marcou o surgimento e o desenvolvimento de uma historiografia regional e sua sintonia com os discursos dominantes na escrita da história indígena e da história regional. Por fim, perceberemos como a expansão das pesquisas arqueológicas nos últimos anos na Região dos Lagos, nos municípios de Araruama, Saquarema e Rio das Ostras, tem contribuído para que surjam outros narrativos sobre o passado regional. A ênfase nesses três municípios ocorre primordialmente pela existência de pesquisas arqueológicas e pela criação de museus dedicados aos povos nativos nesses respectivos municípios: Museu Arqueológico Tupinambá de Araruama, Museu Sambaqui da Tarioba de Rio das Ostras e Museu Sambaqui da Beirada de Saquarema.

A conquista da região se inseria no processo de colonização e que "[...] exigia, pelo menos, duas alterações básicas de consequências dramáticas para os povos nativos do litoral: a expropriação de suas terras e o uso de sua força de trabalho de forma compulsória." (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.48). Como parte da consolidação do domínio da região, houve a criação em 1615 da cidade de Cabo Frio e dois anos depois, em 1617, a criação da Aldeia de São Pedro (CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Nesse cenário pode-se ressaltar que a presença indígena na região não chegou ao fim com a conquista e a colonização portuguesa, a qual se levou a cabo ao longo dos séculos XVI e XVII. Onde,

> [...] os povos indígenas incorporados à colonização através do ingresso nas aldeias coloniais, longe de terem desaparecido, diluindo-se entre os despossuídos da colônia ou entre os escravos, como costuma ser sugerido pela historiografia, transformara-se e misturaram-se, mantendo-se porém como índios aldeados, condição com o qual se identificavam e eram identificados até o século XIX. (ALMEIDA, 2007, p. 219).

No Aldeamento de São Pedro, ocorreu a participação dos indígenas tupinambás ou tamoios remanescentes e indígenas de outras etnias e localidades como evidência Maria Regina Celestino, "A maior parte deles veio da Aldeia de Reritiba e, entre eles, com certeza, havia muitos goitacazes, aos que se juntaram os seguidores de Constantino Menelau, que deviam incluir alguns tamoios[...]" (2013, p. 94). Em seus estudos sobre os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro, a Professora Maria Regina mostrou como os indígenas aldeados

eram fundamentais como força de trabalho no Rio de Janeiro até o século XIX. Por outro lado, nesse mesmo estudo mostrou como a relação de trabalho não era tão simples e pacífica. Havia conflitos e desarranjos relacionados à questão da mão de obra indígena entre os moradores de Cabo Frio e os padres superiores da Aldeia de São Pedro, que entraram em conflito, pois os indígenas aldeados não estavam trabalhando nas lavouras locais, pois preferiam trabalhar em outros lugares que ofereciam um pagamento melhor. Um exemplo de como os indígenas assumiam um papel ativo nas relações e em muitas das vezes faziam valer seus interesses (ALMEIDA, 2013).

Nesse contexto, ressalta-se que não apenas se constituíam como mão de obra local, como também circulavam e ocupavam aqueles espaços. Portanto, esses indígenas mesmo aldeados e misturados à população local, permaneciam se identificando como indígenas e: "[...] importa constatar que os grupos diminutos de índios, por mais misturados que estivessem, mantiveram-se, até meados do século XIX, vendo-se e sendo vistos como índios." (ALMEIDA, 2013, p.108). Ressalta-se "[...] que na segunda metade do século XIX o processo de apagamento dos indígenas no território 781 fluminense constará na pauta do governo central e de políticos regionais." (SILVA, 2018, p.103). Compreende-se que esses discursos oficiais estão atrelados aos interesses econômicos locais, pois:

> É interessante notar o discurso de "pobreza" e decadência indígenas, constantes nesses relatórios. Juízo que somado à ideia de "extinção e perda "identitátia" serão fortes argumentos utilizados por autoridades, doreiros contra os índios para, entre outros objetivos, negar-se e garantir seus direitos, principalemente a posse de seus territórios. (SILVA, 2018, p.93)

A história dessa região foi narrada por diversos autores ao longo do tempo. Sobre esses autores, entendemos que suas produções podem ser enquadradas dentro de determinadas formas de se escrever a história, sendo eles vinculados a determinadas escolas e ou modelos historiográficas. Verificamos que esses escritos podem ser divididos tradicionalmente em dois grupos ou momentos. Em um primeiro momento, temos os livros/narrativas que foram escritos dentro de uma perspectiva memorialista. São os escritos principalmente entre as décadas de 1930 a 2000. Em um segundo momento, temos o desenvolvimento de trabalhos de cunho acadêmico, que tiveram início principalmente a partir do ano 1990, com as primeiras dissertações e teses realizadas sobre a história da região.

Nesse breve trabalho, nosso olhar se dará nas narrativas memorialistas, que foram construídas entre as décadas de 1930 e 2000. Esses livros apesar de não fazerem parte de uma cultura historiográfica atrelada aos cânones acadêmicos, devem ser entendidos também como

uma forma de construção narrativa sobre o passado local (FERNANDES, 2009). Pois, entende-se que esses autores taxados de memorialistas, também participam da construção de uma cultura histórica local (COSTA, 2009). Afinal, constroem uma determinada representação do passado, pois elaboram "[...] um discurso sobre ele". (COSTA, 2009, p.178) e respondem a questões próximas e imediatas das pessoas sobre o passado local. Inclusive sendo "[...] uma produção com raízes profundas na tradição {cultura} historiográfica brasileira." (FERNANDES, 2009, p.24).

Nesse ponto, destacamos alguns trabalhos pioneiros e que ajudaram a fundar um modelo narrativo sobre o passado desses municípios. Em Araruama destacamos os trabalhos publicados de Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares. O primeiro autor escreveu e publicou em 1937, "Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município", e o segundo escreveu, "O Município de Araruama: Monografia geográfica", em 1945. Em Saquarema destacamos os trabalhos publicados de Darcy Bravo e Alexandre Dias. O primeiro autor publicou em 1979, "Minha Terra, Saquarema", e o segundo escreveu, "Saquarema, Sua gente, sua história", em 1974 (parte 1) e 1991 (parte 2). Na cidade de Rio das Ostras destacamos o livro da autora Maria da Glória D'aldemira Lima, "Pérola Entre o Rio e o Mar – História de Rio das Ostras", de 1998.

Esses escritores agiram como configuradores (construtores) da cultura histórica local (COSTA, 2009: 278). Em geral, esses autores estavam atrelados ao poder político local ou eram das famílias tradicionais. Essas ligações conferiam a esses escritos um forte "[...] apelo junto à comunidade [...]" (DONNER, 2012, p.223), e assim "[...] torna[va]-se um espaço [importante] para a formação de identidades e memórias coletivas." (DONNER, 2012, p.223) entre os habitantes do município. Esses trabalhos narrativos abriram espaço para a construção e consolidação de uma história e uma identidade regional em consonância com uma historiografia nacional marcada pela invisibilidade indígena. Observa-se que foi sendo construída uma identidade local na qual os indígenas eram "[...] como coisas do passado [local]." (FREIRE, 2016, p.34) e pertencentes a uma pré-história local. Assim, essas narrativas carregavam em seus discursos uma visão que procurava naquela época "[...] expulsar o índio e qualquer resquício indígena dessa representação do Brasil [Araruama]" (FREIRE, 2016, p.35). Essas narrativas acabaram refletindo uma visão historiográfica que entendia a história da nação, e no caso daquela localidade, como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram "a civilização" para aquela região (FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p.17).

Nesse sentido, torna-se necessário "[...] desfazer da invisibilidade forjada ao longo da história a respeito destas comunidades silenciadas pelo discurso oficial." (SANTOS; MANO, 2015, n.p.) e divulgado pelos escritores locais, em grande parte em sintonia com o poder político local. Sendo assim, torna-se necessário pensar que a ocupação da região não começou com os portugueses e sim há milhares de anos quando a região começou a ser ocupada por seres humanos. De forma genérica essas populações hoje são denominadas de índios, mas "[...] o nome índio esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes [...]" (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.11). E "Poucas vezes disseram como se autodenominavam. Quando o fizeram, nem sempre eram compreendidos." (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p. 11). No século XV, "Os povos tupis, que habitavam o litoral, foram os primeiros a entrar em contato permanente com os colonizadores portugueses e com as expedições francesas vindas ao Brasil." (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.25).

Um passado indígena que primeiramente foi designado pelos historiadores como a Pré-História (PROUS, 1991) e que durante muito tempo foi praticamente ignorado pela comunidade de historiadores. Este cenário só começou a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980. Um período no qual o Brasil passou por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas e que acabaram ajudando a criar um ambiente favorável para a luta dos povos indígenas em busca de seus direitos e reconhecimento. Ao mesmo tempo, essas mudanças se complementaram com novas posturas teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas, que acabaram por incrementar e gerar um aumento no número de estudos sobre a questão indígena no Brasil nos seus mais variados aspectos (histórico, social, etc.). A própria ciência histórica sofreu os impactos dessas mudanças e em seu meio tivemos o aparecimento do que foi denominado por John Monteiro (2001), como uma nova história indígena. "Nas últimas décadas, no entanto, os estudos históricos sobre eles têm se multiplicado e contribuído para desconstruir visões equivocadas e preconceituosas sobre suas relações com os colonizadores." (ALMEIDA, 2010, p.9).

Na hipótese aqui ventilada, entende-se que na Região dos Lagos tivemos o desenvolvimento de outras narrativas sobre o passado regional, e na qual a questão indígena ganhou amplitude. Essas narrativas são decorrentes das inúmeras pesquisas arqueológicas, que começaram na década de 1970, mas que somente ganharam força a partir da década de 1990. Todas essas pesquisas arqueológicas localizaram até o momento, elementos da cultura material principalmente dos grupos étnicos Sambaqueiro e Tupinambá. Essa população que foi o último contingente populacional nativo a chegar à região e estava presente no momento

da chegada dos portugueses ao litoral fluminense e sofreram diretamente o impacto do contato e da dominação portuguesa nessa região.

Em Saquarema destacamos os trabalhos da Professora Lina Maria Kneip. A mesma deu atenção especial ao complexo lagunar de Saquarema, criando o Projeto Saquarema em 1976, que resultou nos primeiros trabalhos sobre os Sambaquis locais (GUIMARÃES, 2013). Nos anos seguintes a professora Lina Maria Kneip, continuou seus trabalhos na região de Saquarema com mais dois projetos: Saquarema-Rio de janeiro: Pré História e Paleoambiente e Culturas Pré Históricas do Município de Saquarema. O sambaqui da Beirada fora descoberto na década de 1970 e as escavações sistemáticas foram efetuadas por Maria Lina Kneip na década de 1980. Os trabalhos de campo revelaram um sítio rico em artefatos variados e enterramentos. Os trabalhos de pesquisa no sambaqui da Beirada identificaram quatro camadas de ocupação humana, na última temos a datação mais antiga, de cerca de 4520 anos, obtidos em 1984 (LIMA, 1999) pela professora Kneip.

Neste cenário, a Prefeitura de Saquarema em 1989, através do Decreto Número 188-89 provocou o tombamento do Sambaqui de Manitiba I e logo depois tivemos o tombamento dos sambaquis da Pontinha e Jaconé. Em 1997, depois de longas lutas efetuadas pela arqueóloga Lina Kneip, o sambaqui da Beirada fora tombado através do Decreto Número 043-93188-89, que incluía os lotes 211 e 212 das Ruas C e L do Bairro de Barra Nova. Estes tombamentos aconteceram através da transformação destes em praças municipais. A ideia original era não apenas preservar, mas incorporar esses sítios ao mobiliário urbano transformando-os em verdadeiros museus ao ar livre a disposição da população. Infelizmente, esta parte do projeto acabou não sendo cumprindo pelas autoridades municipais (GUIMARÃES, 2013).

Os quatro sítios foram tombados e estão protegidos legalmente pela Prefeitura, mas apenas o Sambaqui da Beirada passou a ter uma função pedagógica e cultural e os outros três sambaquis estão apenas tombados e protegidos pela legislação municipal. O tombamento veio através da criação de praça municipal a qual em 1997, se transformou na Praça Museu Sambaqui da Beirada.

Em Rio das Ostras as pesquisas arqueológicas levaram a identificação de inúmeros sítios arqueológicos. Destes sítios arqueológicos, somente o sítio denominado Sambaqui da Tarioba foi escavado, mapeado e totalmente preservado. Sua descoberta aconteceu em 1967, mas somente em 1997 durante as obras da construção de um teatro no terreno da Casa de Cultura, o sítio fora redescoberto e devidamente escavado e preservado. Um sítio arqueológico com artefatos e vestígios materiais pertencentes aos sambaquieiros e aos

tupinambás. O Instituto de Arqueologia Brasileira, com a orientação do Professor Ondemar Dias, foi à equipe técnica responsável pela escavação e pesquisa no sambaqui da Tarioba (MOREIRA, 2011).

As escavações revelaram seis camadas estratigráficas como resultado da ocupação humana. A datação por radiocarbono modelou a probabilidade de início e fim da ocupação da localidade na faixa entre 3.793-3.713 e 3.417-3.266 A.P. (MOREIRA, 2011). Durante o processo de escavação a equipe do IAB recuperou inúmeros vestígios da cultura material dessa população de caçadores, pescadores e coletores. Em 1997, o sítio arqueológico foi transformado em um museu municipal (MOREIRA, 2011).

Na cidade de Araruama, as escavações começaram na década de 1970, com trabalhos pontuais ao longo do seu território e que veio a mudar na década de 1990, com o início de um grande projeto: *Os Soberanos da Costa*. Este coordenado pela Professora Maria Dulce Gaspar e ligado ao Museu Nacional (MN-UFRJ). Um projeto voltado para o estudo da cultura sambaquieira na Região dos Lagos, mas que acabou se voltando diante de muitas evidências para o estudo dos Tupinambás, com a coodernação da Professora Ângela Buarque (MAGESTE, 2016) e equipe do Museu Nacional (MN-UFRJ). Nos anos seguintes, a Prefeitura Municipal de Araruama criou o Museu Arqueológico Tupinambá.

Essas cidades vivenciaram escavações arqueológicas ao longo de vários anos e como resultado da ação de diferentes agentes, ocorreu a criação de museus dedicados aos povos nativos nesses respectivos municípios: Museu Arqueológico Tupinambá de Araruama, Museu Sambaqui da Tarioba de Rio das Ostras e Museu Sambaqui da Beirada de Saquarema.

Na Região dos Lagos, não obstante a existência de uma historiografia local que delineou a história da cidade entre 1930 e 2000, entende-se diante das colocações descritas nos parágrafos anteriores, a construção de outras narrativas sobre o passado regional. Esse passado indígena, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como "configuradores de la cultura histórica" (COSTA, 2009, p.278). Ressalta-se o papel executado por diversos atores profissionais da história, Fernando Sanchez também identifica a importância da atuação do que ele denomina de "configuradores de la cultura histórica" (2009, p.278), que seriam agentes (pessoas, instituições, etc.) emissores de uma determinada leitura que se faz do passado. Em um primeiro momento, capitaneada pela Professora Lina Maria Kneip e depois continuado por outros pesquisadores, como na década de 1990, pela arqueóloga Ângela Buarque e a equipe interdisciplinar do Museu Nacional.

Entendendo assim, que em uma sociedade não existe uma única narrativa sobre o passado, pelo contrário, "Los discursos dominantes hallan simpre contrapuntos em narrativas disonantes y subterrâneas [...]". (COSTA, 2009, p.279). Da mesma forma, o pensador Michel Pollak (1989) chamou a atenção para os processos de dominação e submissão através do uso de diferentes versões, visões e memórias, apontando que muita das vezes pode ocorrer uma ruptura entre uma memória oficial e dominante e o que ele denominou de memórias subterrâneas, que são as memórias marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento.

Em uma perspectiva local, esses arqueólogos (configuradores) através de inúmeras foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico local. As ações desses arqueólogos, através da recuperação destes artefatos, se configuram enquanto um tipo de narrativa sobre o passado local. Desta maneira, esses arqueólogos foram realizando um tipo de escrita desses municípios, pois como salienta o Professor Manuel Salgado "Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas" (GUIMARÃES, 2012, p.98). Onde a seleção dos vestígios e artefatos devem ser entendidos como um tipo de operação historiográfica, afinal:

> Na sociedade, existem inúmeros usos do passado e que envolvem operações historiográficas das mais extraordinárias. A gente não se dá conta, não é? O que é o trabalho de preservação do patrimônio? É o tempo todo você selecionar um bem para ser tombado. É organizar uma operação historiográfica. É praticar um tipo de pensamento histórico que valorize um tipo de objeto ou de bem simbólico e não outro. É claro que não é a mesma historiografia, a mesma operação historiográfica que essa gente realiza na universidade quando ensinamos História Moderna ou fazemos uma tese. (KNAUSS, 2011, s.p.)

Ao mesmo tempo esses arqueólogos agiram no sentido de que esses materiais indígenas recuperados pelas escavações arqueológicas (urnas, cerâmicas, restos de fogueiras, etc.), tivessem sua importância reconhecida pelas autoridades locais e fossem protegidos e preservados. Desta maneira, em uma escala local, identificamos um processo de formação de um patrimônio material local através da ação desses agentes e suas ações junto à comunidade e o poder público local. Como resultado da ação de diferentes agentes, ocorreu a criação de museus dedicados aos povos nativos nesses municípios: Museu Arqueológico Tupinambá de Araruama, Museu Sambaqui da Tarioba de Rio das Ostras e Museu Sambaqui da Beirada de Saquarema.

Desta maneira, a discussão sobre o museu e seus usos ganha destaque, pois entendemos a maneira como esse patrimônio arqueológico será exposto, também deve ser pensando como uma forma de escrita da história e consequentemente uma forma de narrar o passado. Assim, esses museus arqueológicos da Região dos Lagos, se constituem como

formas narrativas do passado, se utilizando da exposição de seu patrimônio arqueológico. Nesse ponto, os museus arqueológicos erguidos em Araruama, Rio das Ostras e Saquarema, trouxeram um modo narrativo sobre o passado da cidade. Nesse sentido, os museus e os centros de memórias como essenciais para entender e explicitar como aquela localidade pensa sua história, sua identidade e sua memória coletiva em concordância com o pesquisador Eduardo Francisco Pimentel, "Os museus, especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região." (PIMENTEL, 2016, p.77).

Entretanto, devemos tomar cuidado para que essas narrativas não apenas reproduzam os antigos discursos veiculados nas outras formas narrativas presentes nessas localidades. Assim, entendemos que o discurso construído por essas outras formas narrativas também deve ser motivo de análise pelo historiador.

> Pretendo, portanto, sugerir que uma reflexão em torno do patrimônio pode ser compreendida, e acredito mesmo que deva ser feita, em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício a que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. (GUIMARES, 2012, p.98)

Assim, destaca-se que não é objeto desse trabalho analisar os discursos emanados pelos artefatos e vestígios materiais patrimonializados e as exposições museológicas desses museus na Região dos Lagos. Por fim, a partir dessa reflexão, busca-se compreender a importância de uma escrita da história regional que conceba aos indígenas um lugar ativo.

Referências

ALMEIDA, Maria celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

_____ Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____Política indigenista e etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro - século XIX. In: OHMSTEDE, Antonio Escobar; MANDRINI, Raúl e ORTELLI, Sara. (coord.) In: Sociedades em movimiento. Los pueblos indígenas de América Latina en el siglo XIX. Tandil (Argentina): IEHS, 2007. p. 219-233.

BRAVO, Darcy. Minha Terra, Saquarema. 1979

CARNEIRO, Janderson Bax; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. Os índios na história da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio-séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Grafline, 2010.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria. *Revista de Historia Contemporánea*, n.8, 2009.

DIAS, Alexandre. "Saquarema, Sua gente, sua história" (Parte 1), 1974.

DIAS, Alexandre. "Saquarema, Sua gente, sua história" (Parte 2), 1991.

DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, XI, 2012, Rio Grande, Anais Eletrônicos, 2012, p. 223-235.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Historiografia e a Identidade Fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em história social da cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, José Pacheco de. A presença indígena na história no Brasil. Brasília: SECAD, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. Revista Ensaios e pesquisa em educação, Rio de Janeiro, v.1, p.3-23, fev. 2016.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*, Brasília: n. 34, p. 91-112, 2012. P.98

GUIMARÂES, Márcia Barbosa da Costa. A ocupação pré colonial da Região dos Lagos:Sistema de Assentamento e relações intersocietais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e tradição Una. 2013. Tese de Doutorado MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KNAUSS, Paulo. Combate pelo fato. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 73, 9 de Outubro de 2011. Disponível em <https://web.archive.org/web/20160806112733/http://revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato. />Acesso em 23 de Julho de 2018.

LIMA, Maria da Glória D'aldemira Lima. Pérola Entre o Rio e o Mar – História de Rio das Ostras. Rio das Ostras, Fundação Rio das Ostras de cultura, 1998.

LIMA, Tânia Andrade. Em Busca dos Frutos do Mar. *Revista da USP*. São Paulo: N44, p 270-327, 1999.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Ceramistas Tupi guarani no Sudeste do Brasil: Os Contextos da Zona Mineira e de Araruama no Rio de Janeiro. *Revista Tarairu*, Campina Grande, V. 1, n.11, p. 84-101, 2016.

MONTEIRO, John. Redescobrindo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 135-142, 2001.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. *Memória da Ocupação Indígena no Estado do Rio de Janeiro*. 2011. 247 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIMENTEL, Eduardo Francisco. Museu Municipal: Memória, História e Identidade. O Museu Municipal de Carangola-MG. 273 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília: UNB, 1991.

SANTOS, Yuri; MANO, Marcel. A presença e a imagem dos indígenas na história e historiografia do triângulo mineiro. Revista Horizonte Científico. Uberlândia, VOL 9, Nº 2, Dez. 2015, s.p. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/25079 Acesso em: 30 de maio de 2019.

SILVA, Ana Paula da. Demografia e Povos Indígenas no Rio de Janeiro Oitocentista. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*; Santa Vitória do Palmar, v. 10, n.20, p.81-106, Julho - Dezembro de 2018.

SOARES, Argemiro Ribeiro de Macedo. O Município de Araruama:Monografia geográfica. Niterói: Dias de Vasconcellos, 1945.

VALLE JUNIOR, Arthur. Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município Rio de Janeiro. TYP, do Jornal do Commércio, 1937.

Uma “nova” maré no Ensino de História: o local como território de (re)afirmação da cidadania, memórias, identidades e sujeitos históricos

Rodrigo Silva Magalhães
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ

> A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano).

O trabalho que venho apresentar ao 31º Simpósio Nacional de História, dentro do Simpósio Temático “Habitação e direito à cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos informais no Brasil” é oriundo da minha pesquisa de Doutoramento realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), dentro do curso de Pós-Graduação em História Social e do Território, na linha de pesquisa Ensino de História e Historiografia. O trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto que pode provocar o ensino de história e, mais especificamente, o ensino de história local, na construção de novos conhecimentos históricos e, como a partir disso, podem se estabelecer novas relações com local, novas memórias, novas identidades e um novo entendimento do papel no mundo, por parte dos alunos do Ensino Fundamental das Escolas Municipais do Campus Maré I, localizadas na Favela da Maré, mais especificamente, na comunidade Nova Holanda.

A escolha dessa apresentação é uma questão emblemática, pois quase sempre envolve questões de cunho pessoal e profissional. Essa é uma junção muito importante, pois leva-nos a pensar naquilo que move a pesquisa, a intenção por trás dela. Na nossa pesquisa não é diferente. O próprio título já nos dá uma breve noção do que pretendemos. Assim, o trabalho emerge depois da soma de muitas inquietações pessoais e profissionais. Diria até que há, entre as duas, certo hibridismo ou uma complementaridade. Tais inquietações são oriundas de toda minha trajetória dentro da Universidade, desde a graduação até os dias atuais, quando foram acentuadas por conta da minha atividade como morador e professor de escolas municipais da favela da Maré.

Acredito que a principal seria a de que como ao longo da história, importantes personagens e territórios são deixados à margem das narrativas que contam a história do país. No nosso caso, como a favela da Maré e seus moradores não conseguem se enxergar na história e, por conseguinte, como sujeitos históricos possuidores de direitos, memórias, identidades. Na maioria das vezes, infelizmente, são tratados na perspectiva da ausência e diante de falas ligadas

à criminalidade e desordem. Assim, o questionamento vem do conhecimento da história do local e de todas as lutas por parte dos moradores para estabelecer seu chão e criar condições mínimas de existência. Por isso, o mais importante para nós nesse trabalho, será pensar como uma gama de sujeitos, histórias e vivências podem permanecer ausentes dos espaços escolares.

Essa trajetória de silenciamentos, tem ligação com a visão construída sobre as favelas ao longo da história. Desde a fundação das primeiras favelas até os dias atuais. No passado e no presente, percebemos a permanência de discursos baseados na presença de subcidadãos, onde a violência, a falta de higiene e ausência de respeito às leis. Nesse sentido, ao longo do século XX, as favelas foram vistas como um mal que, em alguns momentos, deveria ser erradicada, removida ou urbanizada como vem acontecendo nas últimas décadas. Abaixo, fizemos questão de colocar como essas visões eram apresentadas por diferentes atores sociais e, como importantes referências sobre o assunto, apresentam a ineficácia das ações realizadas nesses territórios e com seus moradores. Percebam no caso de Amoroso (2012) e Gonçalves (2013) como apresentam visões atuais sobre as visões ainda existentes sobre as favelas e seus moradores.

> Em Santo Antônio, outeiro pobre, apesar da situação em que se encrava na cidade, as moradas são, em grande maioria, feitas de improviso, de sobras e de farrapos, andrajosas e tristes como os seus moradores. [...] Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte, mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida, porém, o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus.[1]
>
> Nos anos 1990, notamos a adoção mais sistemática de uma abordagem governamental, iniciada na administração estadual de Leonel Brizola (1983-1987), que busca uma aproximação maior com as favelas no que diz respeito a políticas que não mais objetivem sua erradicação, além de uma nova abordagem policial para esses espaços. Contudo, essa busca ocorreu em paralelo à caracterização desses locais por setores da sociedade, a exemplo de jornais de grande circulação, que os viam como se fossem de domínio exclusivo do narcotráfico, quando não polo irradiador. Essa caracterização acabou por reforçar fronteiras espaciais e sociais, gerando uma série de tensões que afetam percepções sobre essas áreas, à medida que compromete a relação entre favelas e espaço urbano, tempo, valores pessoais, simbólicos e econômicos, trazendo consequências para diferentes esferas do cotidiano dos habitantes dessas áreas. Desse modo, a visibilidade política apresentada pela problemática das favelas dentro da conjuntura histórica mencionada acima, bem como o planejamento e a execução de melhorias materiais e urbanísticas em termos das políticas públicas do período, são embasadas pela visão desses locais como uma ameaça real à cidade e à sociabilidade de seus moradores.[2]
>
> impede a construção de uma sociabilidade justa e cidadã: as favelas permanecem, assim, *o mal menor*, até que uma nova mudança no contexto político requestione a

[1] EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
[2] AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel.* Tese (Doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. 265 f. 2012.

> sua existência. Reforça-se a distância entre as favelas e o resto da cidade, apesar dos subterfúgios simbólicos para extingui-la. Enfim, o Favela Bairro, com os seus importantes investimentos em infra-estrutura, corre o risco de se tornar uma mera *maquiagem urbanística* sem a envergadura social que poderia e deveria possuir.[3]

Diante dessas construções de representações tão enviesadas e tão preconceituosas, acabam-se perdendo a beleza das lutas realizadas pelos moradores desses territórios e como, a partir disso, vão criando-se identidades com o local. A Maré, como qualquer outra favela, está inserida nessas representações. No entanto, como nesse trabalho. queremos apresentar outras perspectivas, pensamos o território e seus moradores, a partir desses sentimentos de pertencimento e identidade com o local. Isso, porque a ocupação da Maré se apresenta a partir da congregação de fatores materiais e imateriais, de ordem econômica, política, social e identitária.

A dimensão material está ligada a todas as tramas e dificuldades para a ocupação do espaço. Sejam elas relacionadas à ameaça de expulsão e ausência de materiais e locais adequados para a construção das moradias. Essa dimensão nos leva a dimensão imaterial, intimamente ligada a sentimentos envolvidos no processo de ocupação do território. Imaginem quantas incertezas, desilusões e o prazer final de alcançar aquilo que sempre se sonhou.

Diante do exposto por esses autores e, concordando com Santos (1999), o território surge quando indivíduos/grupos sociais criam laços de reciprocidade, identificação, se tornando um, pois é ali que se dá a reorganização de suas vidas, em um local surgido a partir do seu labor, do seu suor, onde poderá construir novas histórias e, quem sabe, uma vida melhor. Imagino essa trajetória como algo fundamental a existência dessas pessoas, principalmente os primeiros moradores, com as suas necessidades tão latentes de chão, abrigo, casa e comunidade. Santos em dois textos nos indica que o

> território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (...) o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida[4]

Diante de um cenário tão rico que emergiram da relação com o local, preciso voltar à atenção em direção ao objeto desse trabalho que é o ensino de História e, mais exatamente, o

[3] GONÇALVES, R. S.. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 1(1), 1-23. 2013 https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115.
[4] SANTOS, Milton.*O dinheiro e o território*. GEO*graphia*, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, 1999.

ensino de História Local. Com a produção do território, através das múltiplas ações empreendidas pelos moradores desde a década de 1940, quando da fundação da primeira comunidade, o Morro do Timbau, muitas histórias, memórias e identidades foram produzidas. No entanto, que local é garantido para essas histórias dentro do ensino de História. Embora, não tendo realizado um estudo específico sobre livros didáticos, mas tendo contato com muitos deles e contato direto com a matriz curricular de história, percebo a ausência dessas histórias em suas linhas. Quando muito, as favelas aparecem no debate sobre as desigualdades sociais, pelo menos isso nos cabe. Afinal, o que devemos contar sobre os esses cidadãos? Ou como o comentário do Sr. Isaías quando da inauguração do Museu da Maré: "Que lembranças terríveis são essas que as pessoas querem tanto guardar na memória. Morar em palafitas, sem rede de esgoto e inúmeras dificuldades enfrentadas. Sem contar o que já foi dito anteriormente. Com a insegurança predominante nas favelas, quem irá visitar esse museu?[5] Esse comentário proferido no site abaixo, traz consigo essa falsa ideia de que a favela não possui cultura, não possui história.

Ao pensar a relação do nosso trabalho com o campo da educação e, mais propriamente, o ensino de História, procuramos estabelecer as conexões necessárias, com a possibilidade de discutir o que pensamos sobre currículo, cultura e, por conseguinte, a escola que queremos. Nessa perspectiva, não podemos deixar de citar e contar com o trabalho de alguns autores como Apple (1989), Candau (2008), Hall (1997) e Moreira e Silva (2008), pois mesmo apresentando características próprias, suas formas de pensar nos permitem realizar conexões sobre as suas ideias. Caminhando por essa vereda e, pensando as questões ligadas aos currículos, os autores ressaltam a intencionalidade existente no seu estabelecimento, que é a de formar identidades. Nesse sentido, o currículo representa uma esfera de poder, pois pode criar significados sociais, por conta de seu estatuto de "verdade" dentro da sociedade. Não cabendo assim, nenhuma forma de questionamento. Combatendo essa ideia, ou melhor, denunciando a intencionalidade dos currículos, os autores afirmam que

> O currículo é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo que certos grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua "verdade". O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades

[5] Comentário Sr Isaías no site www.nominimo.com.br em 10/05/2006. Apud. VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Da Memória ao Museu: a experiência da favela da Maré.* Anpuh – Usos do Passado. XII Encontro Regional de História. ANPUH-RJ 2006.

> sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do(a) estudante.[6]

Argumentarei que o currículo não existe como um fato isolado. Ao invés, ele adquire formas sociais particulares que corporificam certos interesses que são eles próprios os resultados de lutas contínuas dentro e entre os grupos dominantes e subordinados. Ele não é o resultado de algum processo abstrato, mas é o resultado dos conflitos, acordos e alianças de movimentos e grupos sociais determinados.[7] Na construção desses "conhecimentos oficiais" e, por consequência, de um modelo de sociedade, ocorre uma tentativa de padronização cultural através dos currículos. Nessa lógica perversa, a gradativa universalização da escolarização a todas as classes sociais no país, principalmente nas últimas décadas, serviu de base para o discurso da isenção. Ora, colocando todos aqueles a quem por direito constitucional, dentro da escola, diminui-se as arestas ao questionamento do que vem sendo construído. Assim, cabia às escolas somente o papel de reproduzir aquilo que estava acontecendo em outros âmbitos da sociedade.

No entanto, por ser um espaço de luta por afirmação e construção de sentidos à existência, os currículos devem ser repensados a partir das demandas sociais existentes em cada período. Assim, podemos perceber nessa crítica e dentro do seu cenário de estudos sobre currículo os alicerces à construção de novas instalações para a formação curricular no país, ou pelo menos, primeiros "tijolos" dos questionamentos emergentes no cenário sociocultural e, por consequência, acadêmico. Vivemos um momento de lutas de grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, que buscam um lugar na história. Nesse movimento, as antigas identidades relacionadas à ideia de Nação, são postas em prova, sendo superadas pela insurgência de novas formas de representação. Candau (2008) ao estabelecer uma articulação entre igualdade e diferença, em uma perspectiva chamada de multiculturalismo. Segundo a autora, o multiculturalismo possui várias vertentes já citadas acima. Para a nossa pesquisa, pensamos em consonância com a perspectiva intercultural.

Na perspectiva intercultural pressupomos a valorização das diferentes perspectivas de conhecimento e a possibilidade de junção entre os conhecimentos inerentes as disciplinas e os da experiência. Com isso, temos o intuito de levar a interculturalidade ao ambiente escolar, para que possamos fazer com que os(as) alunos(as) passem a desnaturalizar o familiar, desestabilizando crenças, que trazem consigo inúmeras formas de preconceito. Vou dar um

[6] SILVA, T. T. *O currículo como fetiche*. Autêntica: Belo Horizonte, 1999b.
[7] APPLE. Michael W. *Currículo e poder*. Revista Educação & Realidade Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 14, n2 2, julJdez. de 1989.

exemplo simples, e acredito muito próximo da realidade de muitas escolas, o da insistente estigmatização das religiões de matrizes africanas. Quantas vezes não escutamos nos ambientes escolares "isso é macumba professor", "tenho medo disso, pois é coisa do mal", entre outras formas de significação negativa. Com certeza, essas falas representam dentro do microcosmo escolar uma característica ratificadora de todo esse texto, como o conhecimento de alguns grupos e suas culturas foram deixados de lado da história.

Todo esse movimento vem sendo acompanhado pelo campo de ensino de história e, mais especificamente o ensino de história local. Quando pensamos na produção de autores como Bittencourt (1998 e 2004), Mattos (2007), Monteiro (2012, 2015 e 2019), Reznik (2004, 2008 e 2010), Tardif, Lessard e Lahaye (1991) e Zavalla (2012). Obviamente, todos esses mantêm ligações com outros autores do campo da História que, se fossem citados aqui, tomariam muito tempo do leitor. O mais importante é perceber o traço comum entre eles, o da preocupação em estabelecer práticas de ensino diversas, capazes de se adequar aos novos tempos. Fugindo de um modelo antigo baseado nos estudos sobre a Nação, Pátria, o Estado e a Cidadania.

Por isso, precisamos como nos indica Zavalla (2012) colocar nossa classe de história abaixo de uma lupa[8], na tentativa de mudar ampliar o olhar em direção a múltiplas direções. Só assim, seremos capazes de ouvir as vozes "silenciadas" ao longo da História, dos cidadãos que sempre existiram como "familiares distantes", professores em busca de identidade e reconhecimento, além do fato da necessidade de produzirmos novos conhecimentos históricos, a partir da sincronização dos múltiplos saberes. Nesse processo, o conhecimento histórico escolar passaria por um processo de ressignificação, emergindo da junção entre os saberes de referência e o cotidiano. Corroborando com essa dimensão e, visando romper com a antiga hierarquização de saberes, Bittencourt (1998) passa a defender o conhecimento histórico escolar, como uma ideia mais ampla, afirmando que

> o conceito de conhecimento histórico escolar, que não pode ser entendido como mera e simples transposição didática de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino [...] a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais.[9]

[8] ZAVALLA, Ana. *Mi clase de historia bajo la lupa. Por un abordaje clínico de la práctica de la enseñanza de la historia.* Buenos Aires: Trilce, 2012.
[9] BITTENCOURT, Circe Maria, *O saber histórico em sala de aula:* Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História- Circe Bittencourt, 2 ed, São Paulo. Ed Contexto, 1998.

Nesse cenário novo, torna-se imperativo realocar o papel do local e dos alunos dentro da aula de história. Com isso, a aula de história assume uma função importante. Esse novo status pode ser explicado a partir do entendimento da frase de Furet (1975) "fazer História é contar uma História"[10]. Ao contar uma história, produzindo o que Mattos (2007) chama de "aula como texto" [11], as aulas de história ganham uma nova perspectiva, pois partirão de inquietações oriundas do cotidiano. Um cotidiano que nos remete à referências constantes, sobre conceitos fundamentais do ensino de história, como a relação dos alunos com as dimensões do tempo, com os movimentos de rupturas, permanências e a relação do local com o global.

Para Mattos (2007) essas "aulas como texto" estão sempre em curso, representando um devir constante e uma passagem dos velhos ritos e conhecimentos, o que valoriza nossos alunos, já que aos se tornarem "leitores" em nossas aulas, poderão construir o conhecimento histórico. Nisso reconhecerão sua existência como sujeitos da história, constituintes não só das suas, mas da História em sentido mais amplo. Segundo o autor

> Nossos leitores são também muito diferentes entre si, porque a escola que freqüentam é muito diferente da de seus avós e talvez da de seus pais; não podendo deixar de se abrir para as diferenças e os diferentes, a escola já não pode pretender reproduzir uma homogeneidade, assim como os textos das aulas de história já não se ocupam com exclusividade da genealogia da nação, como diferentes também são as indagações que nossos alunos fazem, prenhes de outras tantas inquietações. E em todas estas diferenças reside mais uma das razões – a principal, talvez – por que contamos uma história por meio de uma aula, já que estas diferenças não fazem senão revelar o lugar ocupado pelo aluno na produção de uma aula como texto.[...] A aula de história como texto é criação individual e coletiva a um só tempo; criação sempre em curso, que permanentemente renova um objeto de ensino em decorrência de novas leituras, de outras experiências vividas, da chegada de novos alunos, dos encontros acadêmicos e das conversas com os colegas de ofício, do surgimento de novos manuais didáticos, das decisões emanadas das instâncias educacionais e das questões, dos desafios e das expectativas geradas pelo movimento do mundo no qual vivemos, em sua dimensão local ou global. [...] Ela é a condição de passagem do velho para o novo conhecimento, por parte dos que aprendem; de superação das explicações da vida social, tributárias do senso comum e de aquisição de uma consciência crítica; e da possibilidade de realização, amanhã, de uma diferente leitura do mundo. Possibilidade de uma prática que se renova a cada dia, a aula como texto ou o texto de nossa aula propicia que cada um dos alunos valorize as diferenças, constitua identidades, crie memórias e exercite a cidadania. E, assim, torne-se capaz de fazer sua própria história.[12]

A partir dessas concepções e daquilo que carregamos como nossos "saberes de experiência", percebemos a necessidade de colocar o ensino de história local em pauta. Isso, porque as mudanças ocorridas nos diferentes campos do ensino poderiam ser sintetizadas nessa

[10] FURET, François, *A oficina da história*, Lisboa, Gradiva, 1975.
[11] MATTOS, Ilmar Rohloff. *Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História*. Tempo, v.11, n. 21, p. 5-16, 2007.
[12] MATTOS, Ilmar Rohloff. *Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História*. Tempo, v.11, n. 21, p. 5-16, 2007.

modalidade de ensino de História. Essas raízes autobiográficas[13] dialogam com as demandas apresentadas pelos(as) alunos(as). Hoje, como professor de História e refletindo sobre a minha prática venho sendo convidado, ou melhor, estimulado por eles(as) à "colocá-los" na História. Quantas vezes já ouvi dentro das salas de aulas, por parte dos alunos frases como: "Professor por que tenho que aprender isso? Isso não tem nada a ver comigo" ou "Professor por que não falam sobre a Maré nos livros?" e "Professor o ano está terminando e o senhor não falou sobre a favela". Esse nadar contra a maré do desinteresse, nos leva a remar ao encontro da Maré como possibilidade de construção de um conhecimento histórico, capaz de colocar esses alunos em pauta, como co-autores de suas histórias e as da própria favela.

Para isso, o trabalho com fontes sobre o local será fundamental. Como fontes documentais, utilizaremos as mais diferentes formas possíveis, tentando trazer à tona, todos os vestígios produzidos na localidade e/ou relacionados a ela. Esses *materiais de memória*[14], quando emergem de um contexto específico de determinado grupo social e passam a fazer sentido a esse mesmo grupo, ganha status de patrimônio. Essa é uma possibilidade muito interessante, pois torna o passado como algo a ser experimentado para além da experiência imediata daqueles que a constituíram. O passado não pode ser vivido novamente, mas podemos a partir do seu reconhecimento, criar sentido às nossas vidas na atualidade. Seguindo nessa linha de pensamento, Reznik (2010) nos informa que

> a simples sobrevivência ao tempo não assegura por si só a condição de transformar em patrimônio histórico um objeto, um vestígio material, um acervo arquitetônico, uma fotografia, uma música, uma comida, uma narrativa histórica. Esses elementos só irão ganhar a condição de patrimônio se nós construirmos sentidos contemporâneos para eles, se incorporamos esses elementos como importantes para nossas vidas e de nossas coletividades no tempo presente.[15]

[13] ZAVALLA, Ana. *Mi clase de historia bajo la lupa. Por un abordaje clínico de la práctica de la enseñanza de la historia.* Buenos Aires: Trilce, 2012. p.36. Tradução livre do Autor.

[14] Pensando em questões metodológicas, devo dizer que a pesquisa utiliza como inspiração o *Projeto Caixa de História. O* Projeto realizado pelos Professores da UERJ Helenice Aparecida Bastos Rocha, Márcia de Almeida Gonçalves, Marcelo de Souza Magalhães, Rui Anicetto Nascimento Fernandes e Luis Reznik. Todos fazem parte do grupo História de São Gonçalo: memória e identidade. A Caixa da História contém um conjunto de atividades a ser utilizado com alunos de diferentes séries do ensino fundamental. Constitui um instrumento voltado tanto para o resgate e a constituição do patrimônio material e imaterial do Município, como para a (re)elaboração de memórias históricas relacionadas à localidade. Apresenta propostas estruturadas em forma de atividades. Todas elas são constituídas a partir de vestígios documentais referenciados ao patrimônio histórico, formal e informal, da localidade. Ao figurarem como mediadores para a apreensão do patrimônio histórico local, tais vestígios podem ser qualificados como materiais de memória; são pistas para refletirmos sobre as vivências passadas de indivíduos e coletividades.

[15] REZNIK, Luís. *História local e práticas de memória*. In: PEREIRA, Júnia Sales (Org.). Produção de materiais didáticos para a diversidade. Livro III. Belo Horizonte: UFMG, Labepeh/Caed; Brasília: MEC/Secad, 2010.

A partir desse trabalho, poderemos ganhar campo no prazer de conhecer a história. Uma história pode os ajudar a entender *o que são ou gostariam que fossem*.[16] A partir do resgate intencional desses *"lugares de memória"*[17], podemos combater uma necessidade quase natural do ser humano, o de ter seu chão, sua terra. A preservação da memória, assim, funciona como espaço de (re)construção de sentidos e identidades, capazes de tornar aquilo que não é, um passado presente. Por isso, devemos sistematizá-la para ajudar no processo de formação dos sujeitos, revestindo-a de um simbolismo definidor daquilo que queremos conhecer. De acordo com Halbwachs (2006), essa é a beleza relativa à memória, pois ela passa a existir na medida em que cria laços afetivos de indivíduos e um sentimento de pertencimento diante da vivência em determinado grupo.

Nesse sentido, Nora coloca nos sujeitos da ação memorialista, o papel de preponderância na escolha desses *lugares* de onde retiram a sua tradição, onde possam demarcar a sua posição em relação ao passado e presente, ou seja, seu papel dentro da história. Segundo Nora (1993), esses processos de hibridez entre história e memória tornam legível aquilo que é inteligível, eliminando o problema de *não se ter memória*[18], da memória como algo não espontâneo. Desta forma, a memória passa a existir na medida em que laços afetivos criam um sentimento de pertencimento a determinado grupo. Foucault (2009), na sua Arqueologia do Saber, nos exorta entre outras coisas, sobre a construção do conhecimento e como ocorre a formação de discursos sobre o pensado e o transmitido. Nesse sentido, o autor ainda colabora com a perspectiva de Nora, informando que a sociedade e, por consequência cada indivíduo, tem a necessidade de buscar algo para além do vivido, capaz de proporcionar um "porto seguro" diante das incertezas dos dias atuais. Assim, Foucault aponta que

> a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.[19]

Ao estabelecer contato com os alunos pude perceber a repetição de uma característica muito peculiar aos moradores das comunidades da Maré, a questão da pequena circulação pela Cidade e grande vivência dentro do espaço da favela. A favela é para eles um lugar de *boas*

[16] LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
[17] NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.
[18] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
[19] FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

sensações, é "uma comunidade" [20]. No local não somos tratados como estranhos, todos se conhecem ou, pelo menos, têm essa sensação. Todos são capazes de identificar os códigos sociais presentes ali e, por isso, são capazes de viver de forma segura. Mesmo com os mais adultos que, precisam sair da Maré em direção aos seus respectivos trabalhos, podemos perceber como procuram criar redes e laços afetivos com outros moradores e lugares de entretenimento dentro da própria Maré. Podemos ver os bailes funk´s nas diversas comunidades, o forró muito marcante na comunidade do Parque União por conta da presença marcante de nordestinos, os inúmeros campos de futebol sejam da Pati (Nova Holanda), da Toca (Vila do João), entre outras formas de interação social. Bourdin (2001) procura dentro do primeiro capítulo de seu livro "A Questão Local", dissecar essas noções de ligação dos indivíduos com o local. Daí, corroborando com o apresentado acima, ele afirma

> Dito em outros termos, a contigüidade territorial, a proximidade espacial, as relações de vizinhança e cotidianidade estabelecem uma ética de pertencimento singular, possibilitando uma sensação de conforto, de aconchego e de segurança nesse pequeno mundo familiar: um território circunscrito e limitado; pequeno, estando à vista de seus membros; e auto-suficiente.[21]

De acordo com essa perspectiva, podemos entender que a questão do local para os moradores e, no nosso caso, preocupados com o ensino de história local, para os nossos alunos, é fundamental. Assim, é necessário realizar um processo de valorização dessa história local, tornando-o o ponto de partida do processo de formação do cidadão (Nogueira, 2001) e da relação do processo de ensino-aprendizagem. Nessa trajetória como professor de história local vou procurar estabelecer algo para além da simples vivência que, pelo simples fato de estar na existência desses alunos, não gera a compreensão necessária da realidade em muitos momentos. Com essa noção, podemos tornar essa história vivida, em uma *história refletida e pensada* (Monteiro, 2007). De acordo com Reznik (2010) essa deve ser uma ação consciente da sua capacidade e, sobretudo, da sua intencionalidade de tornar o local como agente potencializador de entendimento sobre o lugar que ocupamos socialmente e aquilo que produzimos a partir disso. Segundo o autor

[20] BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.7.

[21] BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, especialmente capítulo 1: "o objeto local", pp. 25 a 57. Apud REZNIK, Luis. *Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. O trabalho integra o conjunto de reflexões do Grupo "História de São Gonçalo: memória e identidade", que desenvolve, atualmente, a pesquisa "O intelectual e a cidade: Luiz Palmier e a conformação de uma São Gonçalo moderna", e conta com financiamento do CNPq (Edital Universal) e da FAPERJ (Primeiros Projetos).

> Ao tomarmos como objeto o local – bairro, região, município -, esperamos que a experiência refletida sobre o território e a vizinhança contribuam para a reflexão dos valores culturais ali presentes, abrindo novos horizontes para a afirmação e transformação dos mesmos. Dito em outras palavras, ao se enfatizar temas e objetos, espaços, indivíduos e costumes que podem ser reconhecíveis entre pessoas que pertencem a um determinado sistema cultural baseado em relações de vizinhança, contiguidade territorial e proximidade espacial, espera-se ampliar o potencial da reflexão histórica.[22]

Tornar o vivido em algo refletido tem se tornado cada vez mais importante, diria até fundamental. Como já havia ressaltado no início desse capítulo, um dos meus maiores questionamentos como estudante de História, sempre foi à ausência dos "meus" nos materiais e nas aulas de História. A partir desse processo de reformulação ou ressignificação do ensino de história, podemos pensar no que pretendemos fazer em nossa pesquisa, pois diante desses importantes referenciais, pude pensar no que pretendo como professor e pesquisador. Ao ter contato muito próximo, com uma realidade tão específica quanto a Maré e, vendo algumas demandas sociais inerentes àqueles alunos, decidi pesquisar o impacto e a importância do ensino de história local.

Assim, procuro estabelecer a aproximação entre essa modalidade de ensino com a formação cidadã dos alunos, seguindo as recomendações dos documentos oficiais, mas procurando através do respeito a diversidade e entendendo cada um como sujeito, estabelecer novos significados para o ser "favelado" morador da Maré, através da aquisição do conhecimento e compreensão de alguns conceitos históricos. É através da história local que pretendo, entre outras coisas, desnaturalizar o real junto com meus alunos, coautores de múltiplas histórias, silêncios e afetos.

Como já dito, trabalhar com a história local através de memórias, nos permitirá fazer com que esses alunos se interroguem sobre a história e, por consequência, sua própria história. Assim, não faria sentido algum, se já chegasse com tudo pronto. A atuação dos alunos deve ser estimulada, com o intuito, de transformar o aprendizado histórico em um "laboratório", aonde os(as) alunos(as) se tornem também responsáveis pela construção do conhecimento a partir da pesquisa. Desta forma, poderão elaborar suas percepções sobre a realidade, tirar do esquecimento diferente atores/fatos e produzir novas histórias. Essas novas narrativas devem ser construídas a partir das suas experiências como pesquisadores.

Finalizando esse trabalho e, acreditando ter apresentado de forma satisfatória o assunto proposto, destaco e reafirmo a importância do ensino de história local a

[22] REZNIK, Luís. *História local e práticas de memória*. In: PEREIRA, Júnia Sales (Org.). Produção de materiais didáticos para a diversidade. Livro III. Belo Horizonte: UFMG, Labepeh/Caed; Brasília: MEC/Secad, 2010.

esses(as) alunos(as) das escolas do Campus Maré, situada na Maré, mais exatamente na comunidade Nova Holanda. Penso ser com essas aulas e essa atitude diante do conhecimento, que poderemos (nós e os alunos) repensarmos o ensino e o aprendizado da disciplina de História, estabelecendo novos saberes, memórias, identidades e o reconhecimento de que suas histórias passam pelo entendimento de seu papel no mundo, como sujeitos históricos. Nesse processo, poderemos junto a eles(as) nos posicionar frente à uma cidadania perversa e silenciadora. Colocando no lugar, uma cidadania que requer (auto)reconhecimento e participação. Uma cidadania voltada à ampliação e ao exercício de direitos, do questionamento de representações estereotipadas ligadas a eles(as) e ao local que vivem. Tudo isso, tendo como partida, uma esfera especial de suas existências, a escola e uma de suas disciplinas, a História.

Referências

ALVITO, M.; ZALUAR, A. (Org.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel.* Tese (Doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. 265 f. 2012.

APPLE, Michael W. *Currículo e poder.* Revista Educação & Realidade Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 14, n2 2, julJdez. de 1989.

BARBOSA, Jorge Luiz. SOUZA E SILVA, Jaílson. *As favelas como territórios de reinvenção da cidade*. Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, especialmente capítulo 1: "o objeto local", pp. 25 a 57.

BRUM, Mario Sérgio Ignácio *Memórias, identidades e silêncios: a História Local em sala de aula, trabalhada com diferentes gerações*. Revista História Hoje, v. 4, nº 7, p. 313-333 – 2015

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014, 219p.

CANDAU, Vera. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.* Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CARTROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FURET, François, *A oficina da história,* Lisboa, Gradiva, 1975.

GONÇALVES, R. S. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 1(1), 1-23. 2013. https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Rodrigo Silva. *O papel das Associações de Moradores da Maré na abertura política (1978-1985)*. Dissertação de Mestrado. UERJ/FFP. 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História*. Tempo, v.11, n. 21, p. 5-16, 2007.

MONTEIRO, A. M. F. C. *Professores de História*: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2007a.

MONTEIRO, A. M. F. C.; PENNA, F. de A. *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira*. Educação &Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Tempo presente no ensino de história.* In GONÇALVES, Márcia de A. (org) et al. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez. 2008.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. *O ensino da história local: um grande desafio para os educadores***.** IV Seminário Perspectivas do Ensino de História: Ouro Preto, 2001.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

REZNIK, Luís. *Qual o lugar da História Local?* Comunicação apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participa do Projeto "História de São Gonçalo: memória e identidade", realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REZNIK, Luís. *História local e práticas de memória*. In: PEREIRA, Júnia Sales (Org.). Produção de materiais didáticos para a diversidade. Livro III. Belo Horizonte: UFMG, Labepeh/Caed; Brasília: MEC/Secad, 2010.

REZNIK, Luís. *Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. GEO*graphia*, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, 1999.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude e LAHAYE, Louise. "Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente". *Teoria e Educação*, n. 4, p. 215-233, 1991.

SILVA, T. T. *O currículo como fetiche*. Autêntica: Belo Horizonte, 1999b.

VALLADARES, Licia. *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais*.v. 13 n. 44. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Da Memória ao Museu: a experiência da favela da Maré.* Anpuh – Usos do Passado. XII Encontro Regional de História. ANPUH-RJ 2006.

ZAVALLA, Ana. *Mi clase de historia bajo la lupa. Por un abordaje clínico de la práctica de la enseñanza de la historia.* Buenos Aires: Trilce, 2012.

Projetos Educativos Indígenas no Rio de Janeiro

Thais Elisa Silva da Silveira
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Povos primitivos, congelados no tempo e culturalmente atrasados. Silvícolas. Tribos que vivem exclusivamente nas florestas e que tiram seu sustento da natureza. Ora selvagens, bárbaros e violentos, ora dóceis, frágeis e inocentes. Fadados ao desaparecimento, seja pela política de extermino iniciada pela colonização portuguesa, seja pela assimilação a uma cultura superior. Estes e tantos outros equívocos expressam os preconceitos e estereótipos em relação às populações originárias da América que ainda são repetidos por grande parte da população brasileira e muitas vezes reforçados nas escolas do ensino básico.

Porém, nas últimas décadas, grupos indígenas vêm demonstrando insatisfação em relação a "História oficial" e desde ao menos a década de 1980 estão reivindicando a necessidade de se contar uma "outra História do Brasil". O professor Gersem Luciano Baniwa, da Universidade Federal do Amazonas aponta a necessidade de uma deseducação para o rompimento de preconceitos seculares que perseguem as populações indígenas:

> a primeira tarefa é desconstruir pré-conceitos históricos plantados nas mentes das pessoas ao longo de centenas de anos de colonização. Essa desconstrução de pré-conceitos é uma verdadeira deseducação, ou seja, aprender a reconhecer os erros aprendidos na própria escola. Só depois do processo de deseducação será mais fácil uma nova reeducação com base em novos princípios e visões de mundo capazes de construir uma nova realidade social, cultural, econômica, política e espiritual menos eurocêntrica e com lugares para todos os povos, culturas e saberes com os quais a escola trabalha, os quais ela precisa valorizar e dar conta. (LUCIANO, Gersem, apud BERGAMASHI,2012)

Edson Brito (2009), indígena kayapó e professor do Instituto Federal do Sul da Bahia, destaca a importância do ensino de História, que pode se tornar um lugar privilegiado para a desconstrução de preconceitos seculares que envolvem as populações ameríndias. O autor reforça a necessidade da formação dos professores nesta transformação e enfatiza que indígenas devem ser envolvidos, pois ninguém melhor do que eles próprios para desenvolver a tarefa de contar "outras Histórias".

É fato que a historiografia brasileira corroborou com a invisibilização das populações indígenas na sociedade brasileira. Por muito tempo não foi dado destaque ao protagonismo destas populações na História do Brasil, quando elas não foram completamente ignoradas. Em relação a historiografia didática sobre a história indígena, Circe Bittencourt (2013) observou

que ela acompanhou o que era produzido na historiografia acadêmica, já que o desconhecimento do tema e a difusão da ideia do desaparecimento das populações indígenas ao longo do tempo acompanharam tanto historiadores quanto autores de livros didáticos.

Durante o Império, por exemplo, os conteúdos ensinados na escola estavam, em geral, em sintonia com o que era produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição responsável por escrever uma história nacional, que deveria ser capaz de criar uma identidade única à população brasileira, que se sobrepusesse à diversidade dos povos que habitavam o território brasileiro. Era uma história nacionalista, que exaltava a colonização portuguesa e desvalorizava e invisibilizava o protagonismo das populações negras e indígenas. Os conteúdos disponibilizados em grande parte dos compêndios didáticos seguiam esta orientação. A compreensão de que os índios eram bárbaros e, por serem insubmissos ao trabalho escravo, deixaram de contribuir para a História do Brasil, deu o tom dos compêndios didáticos da época, apesar de ressaltarem algumas contribuições das sociedades indígenas para a sociedade brasileira.

A partir da década de 1980, no contexto da luta pela reformulação da educação escolar indígena, que tinha como objetivo romper com propósitos assimilacionistas que marcaram às políticas voltadas para os indígenas por muito tempo, professores indígenas foram responsáveis por dar um novo sentido às escolas destas comunidades. Eles estavam preocupados com o atendimento das demandas educacionais específicas de cada povo, como o ensino das línguas maternas para além do português, a utilização de calendários e materiais didáticos diferenciados, entre outras necessidades. Mas também apontaram a necessidade de educar a população não indígena a fim de combater preconceitos e estereótipos. No I Encontro Estadual de Educação Indígenas do Mato Grosso, por exemplo, realizado na Aldeia Salto da Mulher em 1989, redigiram um documento para encaminhar propostas para uma Política Nacional de Educação Indígena. No item 3, afirmaram que "A sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente, nas relações com os povos indígenas." (CIMI, 1992, p. 32). Outro documento que demonstra esta preocupação é a Declaração dos Professores Indígenas do Amazônas e Roraima, escrito em 1991, onde afirmam no item 13 que "Nas escolas dos não-índios será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo." (CIMI, 1992, p. 35).

Muitos indígenas têm utilizado a educação da população não indígena como estratégia para "amansar o branco". Um dos exemplos mais emblemáticos seja talvez a literatura indígena. Para alguns autores como Daniel Munduruku, Graça Graúna, Kaká Werá Jeckupe e

Edson Brito Kayapó, as obras oferecem a oportunidade de divulgação de uma outra narrativa histórica, contrária as tradicionais (LIMA, 2016, p. 61). De acordo com Sélvia Lima (2016), a primeira obra publicada de autoria indígena foi na década de 1980 pelos autores desana Umúsin Panlõn e Tolamãn Kenhíri, chamada Antes o Mundo não Existia. Mas foi na década de 1990 que estas publicações ganharam força com a criação do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (Nearin) em 1993 e a partir de 2008, com a demanda gerada pela lei 11.645/08[1], pela criação de materiais didáticos que contemplassem a temática indígena, surgiu uma maior abertura das editoras para estes autores.

Mas podemos destacar outras ações educativas, entre elas a curadoria de exposições pelo Brasil. A participação de indígenas tem proporcionado novos sentidos às coleções sobre os povos originários, onde as demandas e as cosmovisões dos povos representados passam a fazer parte da elaboração das exposições. Um grande exemplo é o Museu Maguta, organizado pelos tikuna na cidade de Benjamin Constant, AM. Criado em um momento de violentas disputas por terra, no final de 1991, o museu tinha como um dos objetivos conquistar o reconhecimento dos tikuna como indígenas pelo restante da sociedade, garantindo o direito ao território. (FREIRE, 2009).

Esta preocupação com a educação da sociedade em geral a respeito dos povos originários é presente entre alguns indígenas que habitam o Estado do Rio de Janeiro, que possui a peculiaridade de ter a maior parte de seus habitantes indígenas vivendo no contexto urbano. Grande parte dos indígenas que realizam atividades educativas na atualidade tiveram alguma relação com o grupo que em 2006 ocupou o prédio abandonado do antigo museu do índio que fica situado ao lado do estádio do Maracanã.

Aldeia Maracanã e seu caráter educativo

Apesar possuir ao todo 8 aldeias, que ficam localizadas nas cidades de Angra dos Reis, Paraty e Maricá, a maioria da população indígena do Estado do Rio de Janeiro vive na região metropolitana e em contexto urbano. São pessoas que estão na cidade devido a migração própria ou de seus antepassados para a região por motivos variados. Podemos citar desde processos violentos de expulsão de suas terras tradicionais, a busca de trabalho ou de educação formal, ou até mesmo o simples desejo de viver na cidade. Existe também indígenas que passaram pelo processo de retomada étnica.

1Esta lei torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas do ensino básico do Brasil.

Alguns indígenas ligados aos movimentos sociais na capital fluminense, têm se dedicado, através de projetos coletivos ou individuais, a utilizar a educação da população não indígena como estratégia de lutas por direitos. Muitos realizam atividades voltadas para as escolas, onde fazem oficinas, apresentações culturais, contação de histórias, palestras. No entanto, estas atividades não são restritas aos muros das escolas, pois frequentemente levam estas atividades para outros espaços, como museus, feiras, além do uso das redes sociais. Dentre as ações que ganharam visibilidade pode-se destacar as desenvolvidas pelo Instituto Tamoio dos Saberes dos Povos Originários, mais conhecido como Aldeia Maracanã entre 2006 a 2013, período em que ocuparam o antigo museu do índio.

A Aldeia Maracanã foi criada em outubro de 2006, quando ativistas indígenas de diversas etnias ocuparam o prédio ao lado do estádio do Maracanã. Um dos objetivos do grupo era que o espaço servisse como um centro de referência das culturas indígenas do Brasil, atendendo assim a um projeto educativo destinado a dar visibilidade a essas populações, promover a troca de saberes e a difusão das culturas indígenas. Ao falar sobre a ocupação, Marize Oliveira Guarani, uma liderança que ajudou no planejamento e no processo de ocupação, afirmou que:

> a gente começou a fazer trabalho nas escolas, isso já no início de 2005, e o que a gente percebia era uma total ignorância dos professores com relação a questão indígena. E aí a gente sempre pensava, se a gente continuar a ficar fazendo trabalho assim, nós somos tão poucos, chegamos a tão poucas escolas, a gente precisa ter um espaço. Um espaço onde a gente possa lutar por essas questões, né?! Foi assim que a gente ocupou o antigo museu do índio (…). Ali a gente começa a não fazer um trabalho individual, cada um no seu quadrado, e montar um grupo que trabalhava junto na cidade do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2016)

Para legitimar a ocupação do antigo museu, os indígenas mobilizaram uma memória que os ligavam ao prédio. Segundo Barreto (2014), o terreno onde hoje fica o antigo museu pertencia ao Príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha (Duque de Saxe), que o doou ao Império do Brasil para a criação de um centro de estudo das culturas indígenas. O prédio foi construído em 1862, a mando do próprio Duque de Saxe. Posteriormente foi doado ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sendo transformado em Museu do Índio entre 1962 e 1977, aos cuidados do Marechal Cândido Rondom e de Darcy Ribeiro. O museu foi transferido para o bairro de Botafogo e na década de 1980 o prédio foi cedido a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ficando abandonado pelo poder público, sendo utilizado por moradores de rua e usuários de drogas até a ocupação dos indígenas em 2006. Zé Guajajara, outra liderança importante do grupo, em uma gravação feita por apoiadores do movimento no contexto da expulsão dos indígenas do local pelo governo estadual em 2013, recupera esta memória na busca de comprovar a legalidade da presença dos indígenas no prédio:

> E aí tem as documentações de todos as expedições que sairam daqui. A expedição Rondon saiu daqui. Dos telégrafos. A expedição de Vilas Boas para a criação do Xingu saiu daqui. Na virada para 1910, Rondon, Marechal Cândido Rondon, cria aqui a primeira sede do SPI. Serviço de Proteção ao Índio. Portanto a primeira sede foi aqui, a moradia de Rondon foi nessa casa aqui, em 1910. Quando, em 1953 foi criado aqui com Rondon e Darci Ribeiro o primeiro museu nacional do Índio. Em 1953. 19 de abril de 1953. Então, década de 80, o governo do Estado vem abandonar, o governo federal abandona isso aqui e entrega a própria sorte (GUAJAJARA, 2013)

A ocupação do antigo museu do índio em 2006 e a luta por torná-lo um patrimônio dos povos indígenas foi uma tentativa de uma reterritorialização no espaço urbano. Todos aqueles ocupantes tinham nas suas trajetórias de vida ou na de seus antepassados a experiência da migração para a cidade, algumas delas traumáticas, e a vivência de preconceitos. A partir da identidade mais genérica do grupo (a identidade indígena, de se considerarem descendentes dos povos originários americanos), da mobilização de uma memória do prédio que o liga aos povos indígenas e da sua efetiva ocupação, eles transformaram o museu abandonado em um território indígena. Nele, conseguiam não só recriar e reafirmar suas identidades étnicas, assim como a identidade indígena mais genérica. Utilizaram o espaço como um lugar estratégico de luta e resistência em um local inóspito para indígenas, como áreas de grande interesse econômico na cidade do Rio de Janeiro.

Para Rogério Haesbaert (2007), o território possui ao mesmo tempo um aspecto funcional e simbólico. Para as populações subalternizadas, ele combina funcionalidade e identidade com a mesma intensidade (HAESBAERT, 2007,p. 23). Dentro de uma perspectiva idealista de território, geralmente utilizada em estudos geográficos para pensar as populações tradicionais, ele tem sido associado ao conceito de cultura. Marcos Silva (2015, p. 70) destaca que autores como Bonnemaison e Cambrèzi entendem que o território talvez seja o mais eficaz dos construtores identitários. Bonnemaison acrescenta que “assim como a ideia de cultura caminha par a par com a ideia de etnia, toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade. Não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física e culturalmente num território”(apud SILVA, 2015, p. 70).

É necessário destacar que o território pode ser importante na criação, reafirmação e recriação de identidades étnicas ou de grupos, mas sem ser necessariamente o elemento determinante ou mais importante em todos os casos. Também não é incomum que a cultura seja colocada como o pilar construtor das identidades étnicas, assim como o território. No entanto Frederich Barth, na década de 1960, já destacava a importância das fronteiras para a

demarcação das diferenças de grupo. Ao questionar a ideia de que a diversidade cultural é o resultado do isolamento social e geográfico de grupos distintos, o autor demonstrou que as fronteiras étnicas permanecem mesmo em situações de contato, havendo, inclusive, situações em que as fronteiras se baseiam exatamente na dicotomia entre dois grupos. Sendo assim, propõe que a autoatribuição e a atribuição pelo grupo sejam os principais elementos para se pensar as unidades étnicas. Isto significa que as características culturais que apontam a diferença entre grupos podem mudar, a organização dos grupos pode mudar, podem existir processos de mestiçagens, mas mesmo assim, a identidade étnica pode permanecer, mantendo suas fronteiras baseadas em critérios próprios (BARTH, 2000).

Para além de utilizar a educação da sociedade não indígena para lutar pelas demandas mais gerais, entre elas a demarcação das Terras Indígenas, os problemas enfrentados pelos indígenas que vivem nas cidades também foi um ponto importante da preocupação destas pessoas, como o racismo, a invisibilidade e a negação dos direitos específicos que os indígenas possuem. A tentativa de romper com preconceitos e estereótipos através de projetos educativos interculturais visavam também legitimar a presença de indígenas nas cidades, confrontando políticas e ideias assimilacionistas, que partem do princípio de que estas populações, entendidas como inferiores, perdem suas identidades (e consequentemente seus direitos) ao entrar em contato com a cultura ocidental.

Em um vídeo disponível no YouTube com objetivo de explicar para o público em geral os objetivos da Aldeia Maracanã e quem são os indígenas que pertencem ao movimento, Carolina de Jesus Potiguara questiona o não reconhecimento das populações indígenas:

> Negar a si mesmo é muito sério. você não vê um holandês negando a si mesmo. Você não vê um basco, né, ali na espanha, negando a sua origem. Por que que no Brasil a gente vai continuar propagando isto? (…) A pessoa não deixa de ser indígena por estar utilizando, relógio, celular, videocamera, calça jeans, o carro, por exemplo, (...) a gente vê como meios que vão facilitar o diálogo. Existe um índio construído pela literatura que é um índio romantizado, né, até mesmo o colonizador construíu isso. E aí, quando o indígena começa a falar, e aí são impedidos de falar. né, falar sobre a sua cultura, estar na cidade, ele começa a falar e começa a desmascarar e a desmistificar uma série de construções que foram feitas sobre ele. (POTIGUARA, 2012)

O incômodo de Carolina Potiguara com o imaginário geral sobre as populações indígenas e em especial em relação aos indígenas que estão no contexto urbano não era sem propósito. No início de 2013, as investidas do governo estadual para retirá-los do antigo museu para a construção de um estacionamento, contou com discursos repletos de estereótipos que visavam deslegitimar suas identidades. O então governador Sérgio Cabral,

por exemplo, chegou a afirmar que: “Eles não estão lá desde 1506 ou 1906. O terreno foi invadido em 1996. É inconcebível chamar aquilo de aldeia indígena”(MAGALHÃES, 2016). A revista Veja, em uma matéria intitulada “No Maracanã, o milagre da multiplicação dos índios”, o preconceito não se apresentou apenas no título mas também no interior da matéria, quando tentaram ironizar o fato de os indígenas usarem tênis de uma marca famosa e mascarem chicletes. A reportagem ainda cita um parecer do desembargador Marcus Abraham, que, após uma única hora de visita na Aldeia Maracanã, conseguiu a proeza de verificar quem eram os indígenas que lá moravam, quantos eram e ainda classificar o espaço. Segundo o desembargador, naquela aldeia não havia crianças, unidades familiares e unidade tribal. A partir desta informação, a revista concluiu que o espaço “não é uma aldeia e nem uma tribo”(RITTO, 2016).

No mesmo vídeo Afonso Apurinã manifestou sua insatisfação com a forma com que a história dos povos indígenas é tratada no Brasil. Segundo ele, as informações distorcidas e a invisibilidade dos indígenas da história é uma injustiça capaz de destruir povos. No entanto, destacou que objetivos da Aldeia Maracanã era exatamente construir e contar uma outra história dos povos indígenas em diálogo com elementos considerados importantes pelos parâmetros científicos eurocêntricos, como o uso da escrita e outras tecnologias para registrar as suas memórias ancestrais:

> Não mostrar o índio brasileiro é apagar e destruir uma nação, um povo. Começando pela mente das pessoas. Informações distorcidas, indio é isso, índio é aquilo (…). Muito injusta da forma que muita gente escreveu a nossa história, né. E nós estamos aqui, o povo indígena que tá aqui, tão trabalhando aqui, fazendo uma nova história, mudando essa história, né, do passado. A nossa memória, é uma memória milenar. né, que vem passando de geração em geração. E nós vêm trazendo isso. Já perdemos muito. Pq muitos anciões foram e não ficou registrado. Nós perdemos muito conhecimento do nosso povo porque muito tempo atrás não existia a escrita, só existia a memória. mas isso vem passando de geração em geração, e hoje em dia mudou. Porque hoje existe escrita, existe televisao, existe câmeras que registram tudo. E essa memória está sendo escrita. (APURINÃ, 2012)

A ideia geral presente nos indígenas que compunham a Aldeia durante a ocupação era de que o prédio do antigo museu deveria servir como um centro de referências das culturas indígenas. Apesar de algumas salas, que ficaram abertas para visitação durante o período da ocupação, conterem os grafismos nas paredes, exposição de fotografias e livros, a ideia era de que a presença dos indígenas ensinando suas línguas, ministrando palestras, fazendo seus rituais, vendendo seus artesanatos, recebendo estudantes e pesquisadores seria um espaço vivo de intercâmbio cultural, tanto entre indígenas e não indígenas e entre os próprios indígenas, já

que eram de grupos étnicos variados. Mas seria sobretudo um território indígena e símbolo da resistência dos povos originários na cidade do Rio de Janeiro.

Guarapirá Pataxó (2012) através de uma fala simples, tenta deixar claro que os indígenas brasileiros não são povos do passado: "Apesar de 512 anos de contato com a civilização, nós não perdemos a nossa identidade, né, a nossa cultura. E tá aqui os nossos artesanatos, a nossa língua, os nossos cânticos, as nossas pinturas." Sendo assim, apesar de demostrarem a necessidade de serem ouvidos para contarem uma nova versão da História do Brasil, os indígenas também tinham a preocupação de se colocarem como pessoas que vivem no presente. De que possuem uma cultura rica, diversificada e diferenciada e que conseguem dialogar com a cultura ocidental, se apropriar de diversos elementos sem perder suas identidades étnicas e mantendo e recriando as suas culturas na cidade.

Conclusão

Existem diversos exemplos espalhados no Brasil de que os movimentos sociais indígenas utilizam a educação do restante da sociedade brasileira como estratégia para conquistar e usufruir de direitos. Do surgimento do movimento indígena, na década de 1970 até os dias atuais muito se caminhou neste sentido, e entre as conquistas mais significativas podemos destacar o Capítulo VII da Constituição Federal de 1988, onde existe um rompimento das antigas políticas assimilacionistas, reconhecendo o direto a diferença e as terras tradicionalmente ocupadas. No campo da educação, além do direito a educação diferenciada, outra conquista marcante é a lei 11.645/08.

No entanto, os direitos constitucionais são constantemente violados e o surgimento de projetos de lei ou de interpretações jurídicas como a do Marco Temporal, que ameaça a validade da demarcação de várias Terras Indígenas, são rotineiros. Pacificar o branco, abrir a possibilidade de diálogo, sensibilizá-lo para as demandas indígenas e a sua importância para o Brasil é um dos caminhos utilizados pelos povos originários para a conquista de direitos.

No Rio de Janeiro, um exemplo da utilização da educação como estratégia para a conquista de direitos pode ser observado entre os indígenas que ocuparam o prédio do antigo museu do índio entre os anos de 2006 a 2013, local que ficou conhecido como Aldeia Maracanã. Naquele espaço promoveram diversas atividades educativas voltadas para um dialogo com a população não indígena, na tentativa de romper com preconceitos seculares que geram diversos prejuízos aos povos originários.

Referências

ALMEIDA. Maria Regina Celestino de **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

APURINÃ, Afonso. In: MONTEIRO, Yzadora. Aldeia Maracanã: índios em contexto urbano. YouTube, 15 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FoF98I-apyU&t=31s>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

BARRETO, Marcos Rodrigues. **Vultos na Névoa: do discurso histórico do preconceito à resistência do índio urbano no cenário fluminense.** Rio de Janeiro, Unirio, 2014. Dissertação- (Mestrado em Memória Social). PPG em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 25-67.

BERGAMASHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. **Revista História Hoje**, vol. 1, n. 2, 2012, pp. 127-148

_____; ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luisa (Org.). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BERGUER, William. **Índios na cidade do capital:** indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro em tempos de barbárie (2012-2017). Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez editora, 2004.

BRITO, Edson Machado. O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico. In: **Fronteiras:** Dourados, Mato Grosso do Sul, v. 11, n. 20, p. 59-72, jul/dez. 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Sobre a nocão de etnocídio**, com atenção especial ao caso brasileiro. In: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro

CIMI. **Com as próprias mãos** – professores indígenas construindo a autonomia de suas escolas. Brasília: CIMI, 1992

FREIRE, José Ribamar Bessa;. A descoberta dos museus pelos índios. In: ABREU, Regina; Chagas, Mário (Org). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUAJAJARA, Zé. In: Descontrole08. Aldeia Maracanã. An indigenous occupationin Rio de Janeiro city. Youtube, 20 de março de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nj1bMKnLJ5Q> Acesso em: 17 de outubro de 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

_____. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: Milton Santos e Bertha K. Becker (orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento social. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.43-70

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

IBGE. **Censo Demogáfico 2010:** Características Gerais dos Indígenas, resultados do universo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>, acesso em 21 de janeiro de 2016.

LIMA, Sélvia Carneiro de. **Escritores indígenas e produção literária no Brasil**: sujeitos em movimento. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2016

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. **Índios rejeitam oferta de aluguel social.** Rio de Janeiro: 16 de janeiro de 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/indios-rejeitam-oferta-de-aluguel-social-para-deixar-antigo-museu-7307221. Acesso em 9 de janeiro de 2016.

NUNES. Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Marize Vieira de. Depoimento concedido a Thais Silveira, Duque de Caxias, 01 de abril de 2016.

PATAXÓ, Guarapirá. In: MONTEIRO, Yzadora. Aldeia Maracanã: índios em contexto urbano. YouTube, 15 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FoF98I-apyU&t=31s>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

POTIGUARA, Carolina de Jesus. In: MONTEIRO, Yzadora. Aldeia Maracanã: índios em contexto urbano. YouTube, 15 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FoF98I-apyU&t=31s>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

RITTO, Cecília; PRADO, Thiago. No Maracanã, o milagre da multiplicação dos índios.
Veja. 15 de janeiro de 2013**.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/nomaracana-o-milagre-da-multiplicacao-dos-indios>. Acesso em: 5 de junho de 2016.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da Silva. Território: uma revisão teórico-conceitual. **InterEspaço**, Grajaú/MA, vol. 1, n. 1, 49-76, 2015, p 70

SILVEIRA, Thais Elisa Silva. **Identidades (in)visíveis:** indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. 132F Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

O “Boletim Policial”: relatórios ao Ministro da Justiça sobre ação da polícia da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1907 e 1930, e a manutenção de uma estrutura social racista e conservadora.

David de Oliveira Balbino.
Mestrando em História Social - PPGHS - UERJ

Uma das grandes mudanças na justiça brasileira na passagem do período imperial para o período republicano foi exatamente a atribuição de responsabilidade das forças policiais, o que interferiu na forma de atuação dos seus agentes. Evidente que essa alteração não aconteceu de maneira repentina, desde reformas na instituição que aconteceram no século XIX, os objetivos da Secretaria Policial da Corte se readequaram às novas realidades da sociedade brasileira, que se transformava, principalmente na segunda metade do século daquele século. O início das atividades policiais data do início desse século, contudo as atividades estavam mais relacionadas a constituição de serviços básicos na cidade – saneamento, obras públicas -, isso até, pelo menos, a abdicação do imperador D. Pedro segundo em 1831 (BRETAS, 1991). Diversos são os estudos que demostram como a Justiça, em território brasileiro, por muitos anos fora representado com mais força pelos magistrados e administradores das diversas comarcas e suas respectivas jurisprudências no passado colonial, dentro de uma série de subdivisões para organizar as regiões do império ultramarino lusitano, ou seja, as terras brasileiras não eram completamente segregadas da gerência do vasto império português. Bem da verdade que a peculiaridade do além-mar, travessia pelo oceano, propiciava uma autonomia administrativa dos funcionários reais dentro do território, e, inclusive, a insurgência de algumas figuras que passaram a controlar algumas regiões as quais a mão do império não tinha poder o bastante.

O conceito de império marítimo descontínuo, do historiador Charles Boxer, exposto em suas pesquisas demonstram uma forma de dominação colonial, sem projeto de domínio, e que, contudo, consegue manter a sua estrutura por quase duzentos anos (BOXER, 2002). Evidente que não há um padrão bem estabelecido para obter tal monitoramento, até porque em todo o tempo corrido do período colônia moderno, diversas foram as mudanças no reino português e, por consequência disso, no controle das colônias e nem uma coordenadoria padronizada, apesar da centralidade do poder, pois a colônia como um todo vivia realidade heterogênea quando comparamos as suas regiões, daí a ideia de descontinuidade: adaptação, inconstância e heterogeneidade.

A monarquia se adequa ao adiantamento do império. As dificuldades aparecem e vão sendo resolvidas de acordo com a demanda. A constância aqui é inexistente a longo prazo e há possibilidade de mudança a qualquer momento. O que não quer dizer que não exista um ordenamento, pelo contrário, o ordenamento está presente quando se observa a importância que se dava nas divisões jurisdicionais e na constante nomeação dos interventores.

Dentro da historiografia, as diversas pesquisas relacionadas à primeira República brasileira são quase unânimes em perceber a dinâmica transformações sociais e políticas que permeiam esse período, vistas como consequência da decadência do Império no Brasil, concluída em 1889. Essas mudanças, não necessariamente significaram uma nova conjuntura nas hierarquias sociais, ou seja, a elite econômica e política brasileira, agora republicana, apesar de passar a compreender novas realidades urbanas, continuou protagonizada pelo setor agrário-exportador cujo objetivo era instaurar um Estado de configuração administrativa federalista, liberal e mediador dos conflitos sociais. Contudo, essa mediação, nessa nova estrutura governamental, deveria levar em consideração a condição peculiar da sociedade brasileira do pós-abolição, que passaria a reconhecer a cidadania ativa e passiva de uma parcela de seus membros, os quais essas elites tradicionais não estavam inclinadas a conceber de bom grado: pretos, indígenas, ciganos, imigrantes pobres. Nessa perspectiva, vale ressaltar que as considerações aqui mencionadas vão desde as questões simbólicas, às mentalidades, fortemente dentro da historiografia a partir das décadas de 1970 e 1980; além das questões jurídicas (essas mais restritas às análises do campo jurídico), as quais compreendem, de forma direta e indireta, todo a complexa relação social-hierárquica, de modo institucional.

O controle social dentro desse novo acordo de Estado continuaria a ser obtido por vias institucionais, entretanto, dessa vez, deveria obedecer aos princípios provenientes da contemporaneidade, a saber: as liberdades individuais, a igualdade jurídica, respeito a propriedade privada, a livre inciativa. Além disso, no novo acordo firmado, a organização do Estado e a sua ação ficaria subordinada à Lei, ou seja, haveria de ter uma codificação prescrita na qual administração pública deveria estar sujeita à legalidade (de maneira positivada). E para isso, o plano jurídico republicano se encarregaria de perpetuar a hegemonia da elite brasileira (LEAL, 2012).

A legislatura aqui não é a inovação, todavia a forma como a Lei se conecta com a sociedade, essa muda completamente nas sociedades contemporâneas, pois assume uma posição hierárquica de crista e, pelo menos em teoria, cria uma isonomia entre totalidade dos cidadãos da população que é regida por ela. Surgiria então, um poder imparcial e não passional, responsável por um Estado que serviria para guardar as virtudes dessa codificação

legal. E, assim, as pessoas que têm capacidade plena gozariam de todos os diretos e seriam responsáveis, individualmente e coletivamente, pelos deveres prescritos na forma da lei.

Esse conjunto de deliberações sobre a perspectiva positivista do espaço jurídico pode ser encarado, entretanto, dentro da teoria do Direto, como as novas promessas do Estado Liberal.

A promessa da formação de um Estado de Direito foi fruto de um formalismo jurídico radical do Direito, característico dos séculos XVIII e XIX, no qual o poder seria limitado pela lei, e as decisões tomadas exclusivamente pelas leis; a promessa de uma separação harmônica dos poderes na qual o poder de julgar seria imparcial e em concordância com a norma fria da lei sem nenhuma discricionariedade, e essa fruto da ação de legisladores que representem fielmente a sociedade em toda a sua essência; a promessa de um direito técnico e não político. Contudo, escolas jurídicas do final do século XIX e século XX – tanto a do Realismo Jurídico norte americano e a Escola do Direito livre europeu – colocam em debate essa falácia da imparcialidade e da ausência de valores políticos de um grupo em detrimento de outros (SHECAIRA, 2004).

O que se pode relacionar com a importância dada à manutenção de privilégios econômicos, do status quo e da afirmação de valores de uma elite dominante e conservadora. Quando se tem como objetivo a manutenção dos privilégios se torna necessário utilizar-se de alguns mecanismos de controle para formação de corpos dóceis, adestrados por quem monopoliza o poder da violência física e simbólica (FOUCAULT, 1975). A repressão policial nas diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro contra a população negra e o constante aprisionamento das pessoas que habitavam aquela localidade faziam parte dessa política de monitoramento como mostram os próprios relatórios e as abordagens dos diversos periódicos sobre as manifestações culturais de pretos e pretos

Nas sociedades americanas contemporâneas essa realidade se torna ainda mais latente, por sua construção ser marcada tanto pela noção aristocrática do Antigo Regime quanto pela lógica colonial.

No Brasil a realidade recebe contornos mais peculiares, já que esses atributos da herança de uma sociedade estamental e colonial soma-se aos espólios de realidade escravista. A escravidão caso da sociedade brasileira um leque mais específico deve ser debatido levando em consideração alguns pontos que serão abordados nessa pesquisa: a miscigenação, a política de embranquecimento, a política higienista, intolerância religiosa ligada à questão racial, marginalização do negro e a criminalização dos corpos pretos dentro de uma lógica de tipologia criminal. No contexto de Primeira República, a grande incógnita nesses valores

preestabelecidos juridicamente foi o grupo de pretos ex-escravizados cuja capacidade civil e cidadania passam a ser reconhecidas, obrigatoriamente, pela prerrogativa jurídica. Logo, a exclusão, e o controle social dessas pessoas deveria se dar dentro da própria institucionalidade, agora, dentro de um do plano jurídico contemporâneo.

No período joanino, com a criação da forma da polícia da capital, a sua atuação ainda era muito restrita a pequenas ações cujo apelo estava direcionado por um poder centralizado na figura do príncipe regente, contudo, ainda no século XIX, as reformas policiais ampliaram o quadro de responsabilidades na atuação dos agentes. No ano de 1841, a Secretaria de Polícia da Corte passou por uma reforma que foi capaz de instaurar uma nova legitimação ao desempenho da instituição.

Foi no século XIX que, dentro de uma perspectiva jurídica, que, no Brasil, as forças policiais passaram a exercer um controle interno, substituindo a guarda nacional que era formado por cidadãos comuns, graças a política de armamento na qual a posse de armas era disseminada na parcela do corpo social que tinha a possibilidade adquirir, ou seja, o cidadão comum participava do controle social. Inicialmente, essa organização funcionava com algumas subdivisões que atentavam mais para a organização dos serviços públicos na cidade. Somente após as reformas de 1841 que a polícia vai passar a ter poder maior sobre a jurisdição e controle social "pois o crescimento das cidades tornaria a vigilância sobre os escravos uma tarefa mais árdua" (BRETAS, 1991, p.51), logo, por meio da coação, a polícia passa a ter maior ingerência nessa pasta, principalmente na capital do império.

A atuação em relação a população escravizada era de controle e, principalmente, para a contenção de fugas ou pequenos furtos que aconteciam na cidade. Contudo, após a fase imperial e posteriormente a abolição da escravidão, o chefe de polícia passa a adquirir função de manutenção da ordem e correção dos criminosos, lhe conferindo um papel que, pela importância, que acabara se tornando também político. Os próprios relatórios do Chefe de Polícia[1] - criado a partir do decreto de 6440 de 1907 – são uma forma de manutenção da vigilância e do controle dos corpos que são considerados perigosos, sobretudo após as revoltas do começo do século que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro.

> A criminalização dos negros tem suas origens na cultura da escravidão. Os donos de escravos justificavam-na como uma forma de educá-los porque eram preguiçosos, corruptos e imorais. Esse argumento encontrava sustentação em teorias biológicas que afirmavam a inferioridade dos negros (Corrêa, 1982). Mesmo aqueles envolvidos no movimento abolicionista compartilhavam a idéia da falta de preparação dos negros para a sociedade moderna (Azevedo, 1987; Schwarcz, 1987).

[1] http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=171379&Pesq=vadio&pagfis=2 acessado em 28/10/2021

> Dessa forma, eles eram alvo privilegiado do controle policial como suspeitos usuais de vadiagem, furto ou do novo tipo de crime criado pelo Código Penal de 1890, a capoeiragem. (BRETAS, 1991, p.54)

O código penal de 1890 foi criado para uma proteção à essa realidade hegemônica e conservadora que deriva dessa lógica do Antigo Regime, contudo a forma como que ele foi utilizado se adaptava à realidade a qual ele era aplicado. Por isso, a partir da década de 1910, o samba e os sambistas foram lidos como a continuidade da perversão dos bons costumes da sociedade, e essa verdade absoluta fazia com que esses sujeitos sofressem de violência do Estado, por vias legais, baseados no tipo penal prescrito no Capítulo XIII desse código. Nesse sentido, o campo jurídico exerce uma função fundamental por criar aparatos fortificados os quais permitem a ação justificada na validação de uma verdade institucional, a partir da noção de propriedade privada, para combater práticas ou pessoas, ou justificar determinados hábitos de violência estatal em nome dessa verdade (BOURDIEU, 1989).

As novas instituições criadas quanto as que permaneceram nessa transição, essas com alguma adaptação, não podem ser desassociadas aos valores políticos do liberalismo tipicamente brasileiro, marcado por um forte conservadorismo estrutural e pelo militarismo (LEAL, 2012).

> A preocupação com o comportamento dos negros e a prevalência dos valores culturais europeus levaram a uma campanha contra as práticas culturais desse grupo. A música afro-brasileira — o samba e os batuques —, assim como a religião receberam a censura dos intelectuais de elite e a vigilância da polícia. As reuniões musicais tinham de ser registradas nas delegacias policiais e, frequentemente, eram proibidas como redutos de criminosos (BRETAS, 1991, p54)

Como consequência disso novos rumos são tomados dentro da sociedade brasileira. A capital da república, por exemplo, pode ser considerada um modelo de como a União pretendia lidar com grupos excluídos. O processo de favelização da cidade, a questão dos moradores de rua motivou a continuidade do projeto higienista baseado em uma proposta antropológica racista que imputava à população negra a culpa para o atraso e a ausência da honra, já que segundo as principais referências do período, essas pessoas estavam mais propensas a desobediência e a condutas criminosas. Logo, as reformas urbanas da cidade caminharam em conjunto com uma política de segregação socioespacial, na tentativa de excluir das áreas centrais boa parte dessa parcela da população que ocupava de forma majoritária a região (CHALHOUB, 1996). Percebe-se, portanto, que o projeto de embranquecimento assume nova roupagem, entretanto a sua essência não deixa de existir.

Tentava, de certa forma, acabar com o caos das incivilidades reinante na capital da República: as epidemias recorrentes nas diversas épocas do ano (varíola no inverno, febre amarela no verão); a insalubridade da cidade e as diversas habitações coletivas, resididas pelas classes perigosas (CHALHOUB, 1996). Essas localizadas principalmente nas áreas centrais do Rio, estabelecidas, dentre outros motivos, para abrigar o grande contingente de pretos, que saíram da condição de escravizados, das zonas de café em decadência e imigrantes europeus pobres.

Além de reformas de restruturação físicas, o projeto de Passos também "visava à regeneração de maus hábitos e costumes" (BENCHIMOL, 2008, p. 264) das classes populares cariocas. E, por esse motivo, foram diversas as repressões ao carnaval, ao candomblé, à boêmia e a outras manifestações populares na maioria negras que não se encaixam na mentalidade do projeto modernizador e moralizador do Estado.

Além dos melhoramentos do porto, prolongamentos, construções e alargamentos de ruas e avenida, com destaque para Avenida Central, "espinha dorsal dos melhoramentos urbanísticos" (BENCHIMOL, 2008, p. 257), outro agente importante da renovação urbana foi a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), assumida por Oswaldo Cruz em 1903. A reputação do Rio de Janeiro como cidade pestilenta, devia-se, sobretudo, à presença da febre amarela, da varíola e da peste bubônica, doenças as quais Oswaldo Cruz enfrentou, de forma diferenciada, estrategicamente. Logo, as reformas urbanas da cidade caminharam em conjunto com uma política de segregação socioespacial, na tentativa de excluir das áreas centrais boa parte dessa parcela da população que ocupava de forma majoritária a região (CHALHOUB, 1996). Percebe-se, portanto, que o projeto de embranquecimento assume nova roupagem, entretanto a sua essência não deixa de existir.

Nessas circunstâncias, as resistências à essas intervenções violentas, por parte do Estado, assumem diversas formas e meios de atuação. Elas aparecem por meio de enfrentamento das forças do Estado, como na revolta de quebra-lampiões – no contexto da política de vacinação compulsória do prefeito Pereira Passos – mas também podem assumir uma estratégia de ocupação física e simbólica dos principais espaços da cidade. A região da pequena África – localizada no centro da cidade – foi foco dessa tática de sobrevivência física e cultural da população negra carioca.

No campo da História da Justiça não se propõe a necessidade de apontar uma possível repetição da História, essa visão cíclica não faz parte desse espectro historiográfico, todavia é importante estabelecer aqui alguns pontos relacionados a tipificação penal, e sobre o perfil do criminoso que, apesar de sofrer algumas adaptações - como no momento pós-abolição – se mantém na mesma linha quando busca-se fazer uma comparação com o objetivo de entender

como as instituições jurídicas brasileiras caminham dentro de um comportamento comum: criar verdades jurídicas que não tenham uma explicação em si, e sim uma obediência cega baseada em princípios dogmáticos. Esse comportamento, portanto, não é fruto de um retorno, mas de uma continuidade, um condicionamento do campo jurídico que afeta toda a estrutura social no ideal de justiça

Nas palavras de Pierre Bourdieu:

> (...) as práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por um outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas. (BOURDIEU, 1989, p. 211)

O campo judicial foi muito utilizado nas relações de poder na história das sociedades. Isso permite aos seres sociais uma sensação de organização, eficiência e satisfação de recorrer às vias legais para resolver situações que, em tese, ferem a esfera da lei. Entretanto, é preciso problematizar s forma com a qual o meio jurídico é criado e, mais importante, quais são os objetivos essenciais de sua criação. Partir para o debate sobre a criminalização de corpos pretos, a partir de sua cultura, sem levar isso em consideração torna o debate superficial, já que, em tese, todos os processos de prisão, sejam preventivas ou após o trânsito em julgado, obedecem ao devido processo legal. Dessa forma, a contestação fica esvaziada de sentido e não combate a essência do problema em questão: o sistema jurídico, como um todo, têm em seu âmago marcas de um preconceito racial intrínseco a sociedade.

> (...) o campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas do campo – mesmo quando se trata daquelas que é preciso conhecer para vencer a letra da lei (...) Na definição que frequentemente tem sido dada, de Aristóteles a Kojève, do jurista como terceiro mediador, o essencial está na ideia de mediação (e não de arbitragem) e no que ela implica, quer dizer a perda da relação de apropriação direta e imediata da sua própria causa: perante o pleiteante ergue-se um poder transcendente, irredutível à defrontação das visões do mundo privadas, que não é outra coisa senão a estrutura e o funcionamento do espaço socialmente instituído desta defrontação (BOURDIEU, 1989, p. 229)

Partindo dessa perspectiva é possível perceber alguns pontos iniciais importantes para contribuir com o debate racial no Brasil. Proibir manifestações culturais características da

população negra na região central da cidade do Rio de Janeiro não era uma medida inteligente dentro de uma perspectiva de tipo penal. Uma República que acabara de se tornar laica, mas que não aceitava em seu ceio as crenças de matrizes africanas e seus expoentes, e por isso era perseguida por meio de um litígio estratégico. Cantar pontos em terreiros de candomblé poderia ser lido como ação típica, ilícita e culpável pela mídia conservadora e assim denunciada como crime de perturbação da ordem pública. Dançar ao som de pontos de jongo poderia ser lida como uma ação típica de capoeiras. Compor e cantar sambas que exaltassem a cultura popular e as dificuldades da vida de uma pessoa preta poderia ser facilmente enquadrado no crime de vadiagem.

Referências

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano. Volume I. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico (1989). São Paulo, Bertrand Brasil, 2011.

BOXER, Charles R. A Idade de Ouro do Brasil dores de crescimento de uma sociedade colonial: São Paulo: Companhia Editora Nacional 1969

BOXER, Charles R. O império marítimo português 1415-1825. SP. Companhia das Letras, 2002.

BRETAS, Marcos. O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente. BIB, Rio de Janeiro, n. 3 2 , 2.° semestre de 1991.

BRETAS, Marcos L. As Empadas do Confeiteiro Imaginário A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. Acervo, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, 2002.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, n. 8, 2009.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão (1975), Petrópolis: Editora Vozes 1999.

KUEHN, Frank Michael Carlos. Não fosse o samba, não estaria aqui: apontamentos autobiográficos de um estrangeiro em torno do samba. In: Anais do 2º Congresso Nacional do Samba. 2012

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

SUBTIL, José Manuel L. L. Actores, territórios e redes de poder, entre o antigo regime e o liberalismo. Curitiba: Juruá, 2011

VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais--século 19. SP: EDUSC, 2004.

Revisitando conceitos: história oral e cultura política na perspectiva das CEBs de Campinas

Luis Marcos Gomes de Souza Júnior[1]
Mestrando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

A História Oral se tornou uma metodologia de pesquisa interdisciplinar aceita como fonte fidedigna para objeto do historiador em meados do século XX, "após a invenção do gravador a fita".[2] Essa ampliação das fontes contribuiu para o surgimento de novos olhares para acontecimentos históricos em que sujeitos que vivenciaram esses eventos, por estarem vivos terem a oportunidade de narrar sua versão dos acontecimentos. A ampliação das fontes foi fruto de mudanças que ocorreram no interior das ciências humanas nas décadas de 1970 e 1980[3], Sarlo chama essa mudança teórica e metodológica de "guinada subjetiva", momento em que há uma revalorização das trajetórias e experiências individuais e das subjetividades[4].

O uso da metodologia da História Oral ganhou impulso no século passado principalmente quando passou a narrar eventos (em todo o mundo) que colocaram em risco a vida das pessoas, e que esses "sobreviventes" em nome da justiça puderam recontar os fatos acontecidos de uma maneira diferente da narrativa muitas vezes veiculada como oficial. Ao encontrarem alguém para ouvir e documentar suas narrativas, esses sobreviventes são capazes de despertar empatia e obliterar qualquer sentimento de desconfiança em relação a sua narrativa[5]. No Brasil, bem como em outros países da América Latina, o uso dessa metodologia – para lidar com as vítimas de governos autoritários – fomentou os processos de transições democráticas[6].

Fizemos essa breve explanação para que fique claro algumas das diversas razões possíveis que justifiquem a importância do uso da metodologia da História Oral para a História, mas para esta pesquisa, especificamente usaremos a seguinte justificativa da autora Alberti: "

---

[1] Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). E-mail: luismgsj2314@gmail.com

[2] ALBERTI, Verena. "Fontes orais: Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. SãoPaulo: Contexto, 2011, p. 155.

[3] SELIGMANN, Márcio. Narrar o trauma – "A questão dos testemunhos de catástrofes históricas". Psic. Clin. Rio de Janeiro,vol. 20, no 1, 2008, p. 74.

[4] SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

[5] SELIGMANN, Márcio. "O testemunho: entre a ficção e o real". In: SELIGMANN, Márcio (org.). História, memória,literatura: O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 376.

[6] SARLO, Beatriz. *op. cit.* p. 47.

[7] ALBERTI, Verena. *op. cit.* p. 164.

A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. [...]"[7].

Procurando conhecer e registrar essa multiplicidade de possibilidades que elucidam determinadas escolhas de diferentes grupos sociais, com objetivo de analisar a relação da Igreja Católica com os movimentos sociais, investigando as formas de resistências –religiosas, políticas, culturais – por parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da região de Campinas, Estado de São Paulo, foram realizadas 9 entrevistas com lideranças das CEBs ligadas aos movimentos sociais com forte participação política.

As CEBs principiaram suas atividades em Campinas em maio de 1970, de modo que "foram se organizando inúmeras CEBs em bairros da periferia da cidade de Campinas com a missão de levar a evangelização e incentivar a participação da população nas comunidades"[8]. Mas, sua expansão aconteceu durante a década de 1970 com as demandas advindas como resultado, por exemplo, do êxodo rural que trouxe como consequência o aumento de necessidades essenciais relativas à moradia. Dentre os principais aspectos que corroboraram para a expansão e crescimento das CEBs, está a importância do que elas significaram para a população da época, pois tinham fácil acesso a elas, o que configura uma expressiva penetração populacional, e por meio delas buscavam soluções de problemas imediatos. Desse modo, as CEBs foram um movimento expressivo para muitas cidades no Brasil, e na cidade de Campinas não foi diferente.

O período circunscrito está demarcado entre 1970 e 1984, quando Tancredo Neves foi eleito. Durante este período foram criados e multiplicados muitos movimentos sociais, impulsionados principalmente por problemas urbanos, como por exemplo relativos à moradia, vagas em escola e creches, transporte e carestia. Somando força com esses movimentos estavam as CEBs, comunidades cristãs que foram inspiradas pela Teologia da Libertação[9]

---

[8] Arquidiocese de Campinas: Subsídios para a sua História – Vários Autores. Editora Komedi, 2004, p. 83.

[9] "[...] O ponto de partida dessa teologia seria a experiência de Deus no pobre, no oprimido e explorado que anseia por libertação. Por volta da década de 60 surgem as Comunidades Eclesiais de Base que tem por proposta colocar em prática essanova teologia: a Teologia da Práxis, ou como ficou mais conhecida, a Teologia da Libertação." HOLANDA. João Pedro Augusto de. História, Memória e Teologia: A tensão histórica e escatológica no Cancioneiro Popular das CEBs. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019, p. 113).

que atuavam dentro da legalidade permitida com o respaldo de amplos setores dentro da Igreja Católica.

Mesmo com mudanças adotadas pelo governo na chamada abertura "lenta, gradual e

segura", o contexto ainda era repressivo àqueles que de alguma forma se rebelavam contra ele, podendo ser perseguido, torturado, preso ou morto. Desse modo, além dos partidos permitidos vigentes (Aliança Renovadora Nacional – ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, sendo este último o partido legalizado da "oposição"[10]), essas lideranças encontraram espaço nas CEBs para atuar e fazer reivindicações sociais.

Durante os anos 1964-1985 muitas mudanças econômicas e sociais aconteceram, algumas provocam debates até hoje. O Brasil conseguiu lograr o oitavo PIB mundial, no entanto, seu crescimento econômico não configurou em justa distribuição dessa riqueza a toda população[11], e isso causava incômodo em todos os entrevistados, estimulando-os a se engajarem em movimentos sociais, dentre eles as CEBs, para de alguma forma melhorar aquela realidade que os deixavam inconformados. Isso ficou claro quando o entrevistado Silva[12] narrou o modo como enxergava (e ainda enxerga) ser a importância das CEBs na sociedade: "O nosso grupo esclarecia as pessoas para essas lutas, para estarem inseridos nesta realidade. Então, a missão das CEBs é ajudar a pessoa a compreender que a gente está no mundo para ajudar as pessoas, tentar fazer um mundo melhor e consciente"[13].

Tornar o mundo melhor e consciente é sem dúvidas um trabalho de muito esforço e persistência, em que os resultados desse trabalho só se tornam claros décadas depois, ou mesmo duas gerações depois – mas sobre essa mudança política, cultural e social trabalharemos na segunda parte deste trabalho. O que por hora destacamos é que os entrevistados tinham consciência de que a mudança social seria dialeticamente *local versus gradual*, e que não eram pessoas desocupadas que queriam apenas preencher o tempo participando nas comunidades. Por exemplo, a entrevistada Santesso[14], que trabalhou na Unicamp entre 1976 e 1998, mas aos finais de semana se deslocava até sua comunidade[15], assim como outros trabalhadores, se empenhando inclusive no mutirão para construção do Centro Comunitário, trabalhando em serviços mais pesados, como narrou: "eu carreguei muita terra com carriola com tudo... e também nós fazíamos a comida, porque a gente ficava o dia inteiro." Sobre a realidade local, ela destacou:

> A nossa comunidade era realmente muito pobre. Você tinha que ajudar a sustentar a comunidade e as pessoas, porque se tinha muita pobreza naquele bairro, muita criança sem leite, com problemas de saúde, você tinha que ajudar a arrumar roupa, então o grupo de mulheres trabalhou muito nesse sentido, no bazar, nas coisas assim, para se ajudar mutuamente[16].

Esse espírito solidário está presente em todos os entrevistados, pois se preocupavam com a vida espiritual, mas ao mesmo tempo, com a vida material das pessoas, por isso se engajaram e lutaram ao lado de pessoas em manifestações cujo interesses não eram

clientelísticos, pelo contrário, eram em prol de famílias que muitas das vezes mal as conheciam, ou conheceram com o tempo durante a entrada e participação em alguma comunidade.

Os entrevistados são padres, catequistas, missionários e membros de pastorais, todos eles com grande desejo de ajudar a tornar o mundo melhor. Afirmaram nos depoimentos que só seriam felizes quando fizessem outras pessoas felizes também, e por isso procuravam se informar sobre qual realidade poderiam se inserir para dar sua contribuição. Isso se torna mais claro quando a entrevistada Souza[17]explica que após um período de inquietação, quando aquilo que realizava na congregação, em sua concepção, ainda não era suficiente para sua satisfação pessoal, procurando assim o padre Ferraro[18] para ajudá-la a encontrar uma (dentre as mais de vinte comunidades que ele era responsável na época) comunidade eclesial de base para que pudesse se engajar: "fiquei um ano indo com ele, final de semana ele passava em casa e eu ia para uma comunidade, participava das reuniões, porque mensalmente tinha uma reunião, (...)"[19].

Após um ano participando em cerca de 25 comunidades[20], após receber convite dos membros e gostar da comunidade Nossa Senhora de Lourdes, no bairro em Campinas chamado Novo Maracanã, decidiu aceitar e participar dela, vivendo a seguinte experiência:

> Vivi uma experiência de solidariedade muito grande, porque, primeiro toda sexta feira eu punha mochila nas costas e ia pra lá, e ficava lá na casa do pessoal, cada semana eu dormia nacasa de um, comia o que me davam, e depois voltava no domingo à tarde pra casa. Então vivi assim, de missão mesmo, trabalhava fora e de final de semana ia pra lá, e naquele tempo era o fim do mundo [risos][21].

10 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 269.

11 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

12 Cícero Palmeira da Silva frequenta a Comunidade Nossa Senhora Aparecida localizada no bairro São Marcos, pertencentea Paróquia São Marcos O Evangelista, desde o ano de 1977, ano em que saiu do Mato Grosso para Campinas.

13 SILVA, Cícero Palmeira da. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 17 de janeiro de 2020.

14 Zilda Santesso fez pedagogia na PUC-Campinas e mestrado na PUC-Rio. Trabalhou no Serviço de Apoio ao Estudante daUnicamp entre 1976 e 1998.

15 Sua comunidade teve início no PROFILURB (Primeiro Projeto de Financiamento de Lotes Urbanos) na região dos DICs.

16 SANTESSO, Zilda. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 24 de janeiro de 2020.

O período de ditadura militar no Brasil colocou em risco a vida de todos que se opusessem ao governo, sobretudo os militantes guerrilheiros, sindicais e estudantis, mas também colocou em risco essas militâncias comunitárias entrevistadas, que tinham uma forma de resistir diferente, e essa forma de resistir talvez explique a existência das CEBs nos dias de hoje conforme narraram, porque conforme Dreger[22]: "a gente afirma que as CEBs hoje ainda persistem, porque elas foram organizadas de maneira que deveria atuar pastoralmente, espiritualmente e levar o povo à reflexão"[23]. Souza destaca que é importante resistir, pois "se a gente não estiver organizado, é difícil resistir" e que durante o período militar "enquanto resistência, o enfrentamento com a ditadura a gente enfrentou assim com as comunidades lutando por melhorias"[24].

Todos os depoimentos são importantes porque são únicos e insubstituíveis[25], capazes de nos despertar sentimentos que muitas vezes em outras fontes não são possíveis senti-los, já que "os entrevistados são pessoas falando de suas vidas e esta fala, necessariamente, envolve emoções e sentimentos"[26], e além disso, consideramos ser de extrema importância que um possível medo de serem mal interpretados não silencie essas pessoas. É importante narrar para que, nas palavras de Heródoto, o passado não caia no esquecimento[27], embora o trabalho com a história oral seja sempre "[...] complexo e diversificado. Não se trata de sair com o gravador em punho e solicitar às pessoas que relatem suas vidas. É preciso ter bem claro por que, como e para que se fará uma pesquisa utilizando história oral [...]"[28].

Dentre os motivos que impulsionam pesquisadores a utilizarem a metodologia da História Oral, está "[...] como instrumento de pesquisa e narrativa para dar conta de processos políticos traumáticos: o pós guerra, períodos posteriores à experiências políticas traumáticas como regimes totalitários, ditatoriais e discriminatórios, guerras civis, chacinas [...]"[29].

[17] Lizete Aparecida de Souza estudou teologia e começou sua participação em 1978 na paróquia Santa Edwiges, em um grupo de jovens na capela São Cristóvão. Atualmente faz parte da Comissão Arquidiocesana de CEBs.

[18] Padre Benedito Ferraro foi ordenado em 1971, doutorou-se pela Universidade de Fribourg, na Suíça (1971-75). Foi animador das CEBs na região do Campo Grande de 1978-84 e coordenador da Comissão de Vilas Planejadas de 1980-85.

[19] SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

[20] FERRARO, Benedito. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 30 de janeiro de 2020.

[21] SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

[22] David Augusto Dreger estudou teologia e participava da paróquia Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro doTaquaral.

[23] DREGER, David Augusto. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

[24] SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

Essa metodologia se tornou bastante mobilizada para se conseguir justiça a despeito de processos políticos como os da citação acima, e por isso não só no Brasil, bem como em vários países da América Latina houve a generalização das "comissões da verdade", porque

> [...] Era preciso produzir uma verdade que correspondesse aos fatos objetivos da repressão, e não aos fatos alegados pelas "verdades oficiais" das ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes. Quando muito se falava em "excessos" de alguns agentes sem controle, mas jamais os Estados envolvidos assumiram as práticas criminosas que abrigaram. Na ausência de arquivos oficiais que documentassem as violências, a forma mais óbvia era promover e incentivar o testemunho dos sobreviventes. Assim, o testemunho se transformou, a um só tempo, em peça jurídica e documento histórico para recompor a verdade[30].

Os estudos desses autores vêm ao encontro de nossos anseios, no sentido de mostrar que os depoimentos obtidos por meio da História Oral, são capazes de recompor acontecimentos históricos por representantes de uma determinada ala da Igreja que, quando analisados, demonstram que suas práticas ultrapassaram o plano meramente religioso engendrando práticas culturais alternativas no enfrentamento político durante a ditadura militar. Se com base nos depoimentos não podemos afirmar que essas lideranças tiveram participação nas transformações política, cultural e social que ocorreram por meio de suas práticas alternativas, tentaremos demonstrar a seguir que tiveram minimamente alguma influência nessas transformações.

A apropriação de Cultura Política no âmbito das CEBs

Examinar pequenas e grandes dimensões da política através de análises de Cultura Política, é sobretudo, observar de um campo muito privilegiado, pois de acordo com Almond e Verba – criadores desse conceito na década de 1960, com elementos sociológicos, antropológicos e psicológicos [multidisciplinar, portanto] – Cultura Política "têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional"[31].

25 SELIGMANN, Márcio. Narrar o trauma – "A questão dos testemunhos de catástrofes históricas". *op. cit.* p. 72.

26 ARAUJO, Maria Paula. "Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral." In: MAIA, Andréa CasaNova; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Outras Histórias. Ensaios em História Oral. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012, p. 183.

27 GAGNEBIN, Jeanne Marie. "Memória, história, testemunho". In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.).Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2005, p. 88.

28 ALBERTI, Verena. "Fontes orais: Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org) *op. cit.* p. 189.

29 ARAUJO, Maria Paula. "Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral." In: MAIA, Andréa CasaNova; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *op. cit.* p. 183.

30 NAPOLITANO, Marcos. *op. cit.* p. 288.

Gomes em seu artigo intitulado "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões"[32], após elucidar um processo de revisão historiográfica que começa nos anos 1980, mas que ainda está em curso, alterou a forma de se enxergar os sujeitos categorizados como dominantes e dominados na história. Sujeitos que eram vistos como passivos, sem voz, e que suas ações já estavam pré-determinadas de acordo com sua condição social, passam a ser vistos como autônomos diante das escolhas (limitadas, obviamente) que poderiam fazer diante de determinadas situações. Essa revisão historiográfica traz à luz o conceito de Cultura Política, que passa a ser um dos conceitos centrais para essa nova historiografia[33].

O conceito Cultura Política é ressignificado pelos historiadores, podendo ser pensado no plural, pois permite "interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades[...]"[34]. Em outras palavras, Berstein explica que o conceito

> [...] revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade [...][35]

Essa reflexão salienta alguns dos motivos expostos na primeira parte deste trabalho, que impulsionaram os entrevistados a se engajarem nas CEBs como alternativa a uma espécie de inquietação pessoal diante de situações injustas do cotidiano. Por isso é importante destacar que nesses espaços havia identidades criadas, representações coletivas onde o sentimento de pertencimento prevalecia, estabelecendo uma relação horizontal entre todos. O que por fim tentaremos demonstrar é que mudanças políticas, sociais e em setores da Igreja aconteceram por causa de pessoas que não cruzavam os braços e se conformavam em fazer apenas suas orações, mas sim agiam, as vezes sem pensar nas consequências. No Brasil e em toda América Latina haviam membros da Igreja mais radicais, padres inclusive, que pegaram em armas e foram para guerrilha tentar melhorar a realidade[36]. Mas não pretendemos tratar deles aqui, embora consideramos que absolutamente todos eles – dos mais radicais aos mais pacíficos – influenciaram nas mudanças sociais, políticas e religiosas.

---

31 KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. "As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologiada política". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, no 24, 1999, p. 243.

32 GOMES, Angela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005.

33 *Ibidem*, p. 27.

34 *Ibidem*, p. 30.

35 BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma históriacultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 363.

Uma nova Cultura Política presente nos setores progressistas da Igreja Católica ensinava como deveria ser a visão e o comportamento do cristão no mundo, estabelecendo uma relação entre "fé e vida", ou seja, assuntos religiosos e laicos, por exemplo os movimentos sociais[37]. Essa Cultura Política trouxe consequências para o Brasil e toda a América Latina, começando a ser gestada na década de 1950, durante o pontificado de João XXIII, que com as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* aproximou a Igreja de questões sociais, e principalmente com a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965),[38] que marcou o processo de renovação da Igreja. Em paralelo a esse processo de renovação foram se difundindo as CEBs[39]. Outro acontecimento que provocou uma mudança em amplos setores da Igreja foi a realização da Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, que foi surpreendente: "[...] para as elites latino-americanas, para os membros mais conservadores do clero e para os governos, ao colocar a questão social como pedra de toqueda ação da Igreja no continente"[40]. A ideia de liberdade religiosa se tornou mais forte após o Concílio Vaticano II, que deu importância ao diálogo ecumênico e "atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade da Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade"[41]. Russo[42] destaca como eram feitas as reflexões após a leitura da Bíblia em sua comunidade[43], além do padre os leigos também faziam:

> A homilia nas CEBs era feita tanto pelo padre como pelos grupos da comunidade, cada semana por um grupo, aberta para a participação de todos e fechada com a palavra do padre. A participação nas CEBs é completamente diferente da igreja tradicional, a CEBs é viva, todos participam de tudo, e se sentem importantes[44].

No interior da Igreja mudanças começaram a surgir nos anos 1978, 1979 e 1980, quando o papa Paulo VI falece, João Paulo I assume, mas seu pontificado dura 34 dias, e em sua substituição Karol Józef Wojtyla como João Paulo II ascende à cátedra de Pedro. Seu pontificado trouxe mudanças para toda a América Latina e em especial às CEBs[45], sobretudo por sua postura combativa à Teologia da Libertação. Souza relembra o que viveu com a comunidade durante o seu pontificado: "Foi um período triste, porque a gente foi vendo silenciar as vozes de assessores nossos, a gente foi vendo a nossa caminhada de CEB retrocedendo, teologia sendo deixada, então foi um período muito difícil"[46].

36 Cito por exemplo os padres guerrilheiros Camilo Torres e Alípio de Freitas.

37 SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. O tempo das utopias: Religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 7.

38 SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *op. cit.* p. 19.

39 CASTRO, Pablo Pamplona de. De casa em casa: afetos e mobilização popular na memória de Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

40 SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *op. cit.* p. 145.

A entrevistada Faria[47] também relembra as mudanças que foram acontecendo após o falecimento do papa Paulo VI:

> Depois de João Paulo II e Bento XVI, aconteceu um fechamento, uma perseguição aos teóricos da Teologia da Libertação, Leonardo Boff: eu cresci lendo Leonardo Boff e Frei Betto, então a minha fonte é essa da Teologia da Libertação. (...) E aí quando houve cerceamento, especialmente em João Paulo II, e houve assim mais fechamento e a Igreja optando mais para o louvor, eu não me reconhecia nas comunidades[48].

De fato, o papa João Paulo II adotou medidas que trouxeram mudanças significativas para solapar a Teologia da Libertação condenando-a, assim como seus ideólogos, por isso ele "repreendeu os bispos que a defendiam, censurou publicações e, além disso, subdividiu a Arquidiocese de São Paulo, como forma de diluir sua força"[49].

Não só a Igreja Católica estava passando por mudanças internas. No início do pontificado de João Paulo II, o Brasil estava no contexto dos governos General Geisel (1974-1978) e do General Figueiredo (1979-1984), governos que foram marcados por várias mudanças política, econômica e social. Mudanças que foram em decorrência das pressões de amplos setores da sociedade, que se conscientizaram e se organizaram para pressionar os militares:

> Em 1973, a oposição estava de modo geral desmobilizada e fraca. No período 1974-1979, a situação em parte inverteu-se, embora permanecesse contraditória e incerta. Amplos setores de elite passaram à oposição, empenhando-se em táticas de pressão para obrigar o Estado à liberalização. [...] Pelas atividades de sua alta hierarquia e através da CNBB, a Igreja Católica tornou-se parte ativa da sociedade civil, também pressionando o Estado por maior liberalização[50].

41GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem. 1ª ed. Rio deJaneiro: Record, 2014, p. 20.

42 Vanda Sauhi Russo é graduada em Ciências Sociais com Mestrado em Educação pela Unicamp. Atualmente faz parte dogrupo de Mulheres da Periferia em Campinas.

43Comunidade São Benedito, localizada na Vila Costa e Silva.

44 RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

45 SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *op. cit.* p. 171

46 SOUZA, Lizete Aparecida de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 05 de fevereiro de 2020.

47 Vera Lúcia Rodrigues de Faria é educadora infantil, formada em pedagogia pela PUC-Campinas. É Conselheira doConselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e pertence a Comissão Arquidiocesana das CEBs.

48 FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

49GOMES, Paulo César. *op. cit.* p. 36.

A pressão de parcelas da sociedade civil, de setores da Igreja denominados "progressistas", de fortes instituições ligadas a Igreja (por exemplo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) e instituições "laicas" como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), apesar de representarem diferentes Culturas Políticas, somaram forças contra o governo e corroboraram para as mudanças que foram acontecendo durante as décadas de 1970 e 1980, tais como: abrandamento da censura com o fim do AI-5 (1978), a continuidade do projeto de abertura, a volta do pluripartidarismo e a Lei de Anistia[51] (1979).

Todo trabalho que as lideranças faziam nos movimentos sociais (reivindicações de água, luz, transporte, moradia etc.), nas comunidades com suas respectivas atribuições (preparando a homilia partilhada, organizando o espaço onde seria realizado a celebração como o altar etc.) e nas CEBs (se colocando a serviço das necessidades locais pelos moradores: conseguindo roupas, alimentos, participando de mutirão para construção etc.), com o tempo passou a ser insuficiente. Precisavam fazer mais alguma coisa: participar efetivamente na política. Quando questionada se o que a motivava para participar da comunidade era a política, Santesso respondia:

> Não! Era a fé. Mas logo depois eu participava da política também, dos movimentos populares,e de tudo isso, mas motivada pela fé! (...) Os membros eram engajados na política também, em diferentes partidos, eu completamente no PT [risos], muitos no PT, mas outros em outros partidos, tentando melhorar essa realidade[52].

Talvez não seja possível avaliarmos o quanto dessa nova Cultura Política influenciou nessa coletividade, que foi mais forte durante a década de 1970 em que as CEBs foram se multiplicando em todo o Brasil, mas que não manteve sua força e união nas décadas que sucederam, tendendo a diminuir. Apesar disso, no final da década de 1980 as CEBs elegeram 4 dos 6 vereadores em Campinas:

> Em 1989, dos 6 vereadores eleitos, 4 éramos das CEBs: José Carlos Faria, Carlos Signorelli, Arlindo Dutra e eu. Carlos Signorelli foi Presidente da Câmara em uma das gestões. E das CEBs também foi eleita Izalene Tiene, a única mulher prefeita da cidade de Campinas[53].

50 ALVES, Maria Helena Moreira. *op. cit.* p. 220.

51 Lei Nº 6.683 de 28 de agosto.

52 SANTESSO, Zilda. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 24 de janeiro de 2020.

As CEBs tiveram muita força e poder de influência dentro da sociedade, da política e em alguns setores da Igreja. Ao longo dos 21 anos de ditadura militar "a Igreja e os bispos tiveram múltiplos posicionamentos ante o governo"[54], e com o passar dos anos do período militar, pelo forte poder de influência que os bispos possuíam, mesmo com as mudanças que vinham acontecendo, alguns bispos usaram essa prerrogativa para denunciar as arbitrariedades cometidas pelo governo. Os militares os rotularam como "bispos progressistas", e graças a atuação deles foi construída a memória prevalecente de que a Igreja Católica teria sido grande opositora da ditadura militar, embora a alta hierarquia da Igreja tenha apoiado o golpe em 1964. No entanto, não havia consenso nem entre os chamados bispos progressistas, "entre o apoio de alguns e a oposição de outros, havia muitos matizes. [...]"[55]Apesar disso, a Igreja brasileira se tornou conhecida em todo o mundo por sua postura combativa[56].

Nesse contexto de repressão a diocese do Estado de São Paulo começou a viver significativas transformações. Até o final de 1970, Dom Agnelo Rossi estava a frente da diocese, e desde o golpe tentou legitimar o regime e nunca criticava publicamente as intempéries do governo[57]. Após a nomeação de Rossi para trabalhar na Prefeitura da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma, Dom Paulo foi escolhido pelo papa Paulo VI para substituí-lo. Embora no início tenha até abençoado pessoalmente a chegada das tropas do general Mourão Filho no Rio de Janeiro em 1964, sua postura foi se transformando para a defesa ferrenha dos direitos humanos, ficando destacado seu posicionamento contrário à ditadura militar. Inúmeras vezes o

> [...] bispo interveio em favor dos presos políticos, mesmo em se tratando de ditaduras de outros países na América Latina. Ele fazia visitas inesperadas aos presídios; denunciava abusos do poder nas missas e, quando possível, na imprensa; contatava autoridades nacionaise estrangeiras etc. [...][58]

De fato, Dom Paulo soube desfrutar de sua prerrogativa como poucos, mas não era o único nesse enfrentamento a ditadura. Durante a entrevista, Faria disse que tem esperança pelas transformações e através de documentos que o Papa Francisco vem se manifestando, mas ela observa:

> Claro que não se compara à época do que a gente falava do Paulo Evaristo Arns [risos]. Eu costumo dizer que era Dom Paulo, Dom Luciano, era uma leva não é?! Dom José Maria Pires,Pedro Casaldáliga... sei lá, acho que vai demorar uns 500 anos de novo para a gente ter um grupo bom de bispos assim[59].

Acrescentamos ainda Dom Helder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom José Távora. Os dirigentes da CNBB Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheiter, que apesar de não ter

um posicionamento homogêneo e sem conflitos com os demais setores da Igreja, teve papel fundamental de denunciar as arbitrariedades do governo: "[...] A violência repressiva ea exclusão social crescentes fizeram com que a Igreja, como instituição, se tornasse crítica ao regime, na voz da CNBB"[60].

O contexto político mudou. A Igreja também passou e continua passando por transformações, grande parte daquela geração denominada "progressista" desapareceu, principalmente os bispos, pois muitos faleceram ou se aposentaram, tornando-se eméritos. Foram saindo e aos poucos sendo substituídos por bispos conservadores[61].

As CEBs paulatinamente foram perdendo força e sendo rejeitadas, como a Faria que tem um irmão padre, após a saída dele de sua comunidade, o padre que o sucedeu, convidou-a para se retirar,justamente por ser de CEBs e filiada ao PT: "olha, eu não gosto de você porque você é do PT, você está fora das minhas comunidades, pode sair! Você é irmã de fulano de tal, não quero você na minha comunidade". E ela foi vendo isso acontecer com amigos de comunidades delatambém: "em outros casos de companheiros amigos meus, houve votação na comunidade se a pessoa ficava ou se a pessoa saía. Só porque a pessoa era de CEBs, só porque a pessoa era do PT etc. e tal"[62].

Um dos principais ideais das CEBs que ganhou força na década de 1980 foi "o de incentivar a participação e organização de associações de moradores nos bairros, de sindicatos e a participação dos fiéis na vida partidária"[63]. As CEBs são pensadas como um novo modelo de Igreja, diferente dos moldes tradicionais, e pensa ao mesmo tempo em um modelo alternativo para a sociedade. Dentre as críticas feitas às CEBs que causaram aos poucos sua rejeição por alguns setores da Igreja, salientamos o fato da clericalização dos leigos e laicização do clero: o leigo desempenha papel de ministro devido a sua escassez, fazendo com que haja uma valorização da Palavra nas celebrações das CEBs[64]. O outro problema enfrentado pelas CEBs, já citado no início desse parágrafo por Sandro Ramom é "a atuaçãopolítico-partidária dentro das comunidades"[65].

53 RUSSO, Vanda Sauhi. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 15 de janeiro de 2020.

54Gomes, Paulo César. *op. cit.* p. 113.

55*Ibidem, p. 9.*

56*Ibidem, p. 99.*

57"Em maio de 1970, por exemplo, o CI/DPF registrou que dom Agnelo Rossi declarara ao jornal *O Globo* que, ao contráriodo que dom Hélder vinha propagando, não havia tortura de presos políticos no Brasil. Essa declaração de dom Agnelo foi reproduzida pela revista chilena *Mensaje*."*Ibidem, p. 87.*

58*Ibidem, p. 30.*

59 FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

60 NAPOLITANO, Marcos. *op. cit.* p. 283.

61 SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *op. cit.* p. 197.

62 FARIA, Vera Lúcia Rodrigues de. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 11 de fevereiro de 2020.

Referências

ALBERTI, Verena. “Fontes orais: Histórias dentro da História”. In: PINSKY, CarlaBassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis:Editora Vozes, 1984.

ARAUJO, Maria Paula. “Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral.” In: MAIA, Andréa Casa Nova; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *OutrasHistórias. Ensaios em História Oral*. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.

Arquidiocese de Campinas: Subsídios para a sua História – Vários Autores. EditoraKomedi, 2004.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CASTRO, Pablo Pamplona de. *De casa em casa:* afetos e mobilização popular na memória de Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Institutode Psicologia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DUTRA, Eliana de Freitas. “História e culturas políticas: definições, usos,genealogias”. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2000.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Memória, história, testemunho”. In: BRESCIANI, Stella& NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento:* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980):* a visão da espionagem. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOMES, Angela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005.

HOLANDA. João Pedro Augusto de. *História, Memória e Teologia:* A tensãohistórica e escatológica no Cancioneiro Popular das CEBs. Dissertação (Mestrado emTeologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.13, no 24, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *1964:* História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo:Contexto, 2014.

SANTHIAGO, Ricardo & MAGALHÃES, Valéria Barbosa. “Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância”. *Anos 90*, Porto Alegre, vol.27, 2020.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo:Companhia das Letras, 2007 (Capítulos 1, 2 e 3).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos decatástrofes históricas”. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 20, no 1, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O testemunho: entre a ficção e o real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura:* O testemunho na era dascatástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *O tempo das utopias:* Religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade FederalFluminense, 2013.

63, SILVA, Sandro Ramom Ferreira da. *op. cit.* p. *227.*

64 HOLANDA. João Pedro Augusto de. *op. cit.* p. 32.

65*Ibidem, p. 115*

A Educação Privada Brasileira e o Caso da Cogna Educação, Ex-Grupo Kroton (2007-2020)

Rosane de Oliveira e Silva
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

A presente pesquisa tem por finalidade averiguar o avanço do setor privado na educação no Brasil, notadamente com o crescimento do número de alunos e dos investimentos dos estabelecimentos de ensino particulares de ensino superior, assim como os de nível fundamental e médio. Tudo perpassando pelo estudo de caso, em uma perspectiva histórica, do Grupo Kroton (atual Cogna Educação), uma das maiores empresas do setor educacional do mundo.

O recorte temporal delimitado para a pesquisa diz respeito ao período 2007-2020. Em 2007, em conformidade com o que foi amplamente descrito em nossa dissertação[1] , o antigo Grupo Kroton estava, então, voltado sobretudo para a educação superior, deparando-se, assim, com uma nova etapa de ascensão e ampliação do Grupo, graças à abertura de capital na Bolsa de Valores (Bovespa) do Grupo Pitágoras (denominação do Curso fundador do conglomerado Pitágoras). Para tal, há um grande aporte financeiro de um importante fundo de private equity[2] do mundo, a *Advent International*, partilhando, pois, o controle da empresa.

Comprova-se, então, um processo de mercantilização da educação superior privada no Brasil, seguida do seu controle pelo capital financeiro, aliada à nova luta de classes, que, em nosso caso, tem lugar na instauração/exploração do trabalho no ensino superior, como veremos adiante no caso do Grupo Kroton Educacional, à época a maior empresa do setor educacional brasileiro e mundial.

Vale ressaltar que a delimitação temporal de nossa dissertação se referia ao período 2003-2018, entretanto, para melhor demonstração do rumo de nossa pesquisa –até porque o Grupo Kroton mudou de denominação e de objetivos –, mudamos o recorte, expondo tudo o que ocorreu de relevância no cenário educacional e retornando a fatos anteriores, quando se fizer necessário.

1 Ver SILVA, R. de Oliveira e. FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: o caso do Grupo Kroton (2003-2018). Dissertação de mestrado em História Social. Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida. UERJ – FFP. 2020. p.7.

2 *Private Equity* compreende uma forma de fundo de investimento que pressupõe a compra de ações de empresas que tenham excelentes faturações monetárias, além de um crescimento notável.

Com a criação do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior), em 2003, pela sanção da Lei nº 10.260/2001 – cuja principal meta era o financiamento de cursos de graduação a estudantes de baixa renda, em instituições privadas –, este se tornou a política pública principal de incentivo à formação de grandes conglomerados empresariais no setor de ensino superior privado em nosso país, como é o caso do Grupo Kroton Educacional, atual Cogna Educação. A partir de então, o citado Grupo veio atingindo uma posição monopolista no setor educacional, incorporando para si várias instituições privadas de ensino superior.

Em 2018, ocorre a consolidação do Grupo Kroton, adquirindo, assim, novos polos – somava já 1.110 núcleos em 2017-, fomentando o processo de transformação digital e criando parceria com o Banco Itaú, em conformidade com o Portal do Kroton 2018.

Implantou-se o neoliberalismo, enquanto projeto político hegemônico, caracterizando-se como uma reação do capital na busca de recomposição de sua taxa de lucro, que vinha entrando em decadência desde, pelo menos, os anos 1970.

Propagando os valores do Estado mínimo e do livre mercado (BRENNER, 2003), as concepções neoliberais no Brasil passaram a configurar-se enquanto agenda política de Estado, a partir dos governos Fernando Collor (1990 / 1992) e, sobretudo, no de Fernando Henrique Cardoso (1995 / 2002), tendo continuidade, de certo modo, ainda que mais atenuadamente, nos governos do PT.

Foi a partir do amplo pacto hegemônico, firmado no mandato de FHC, em redor das diferentes frações do capital, que a dinâmica mais acentuada da mercantilização da educação teve um avanço em direção ao ensino superior. No panorama histórico de nossa educação, ocorreram mudanças significativas, com grande elevação na demanda de vagas, assim como uma considerável multiplicação de instituições de ensino superior privadas.

Com discursos e posturas liberalizantes, a educação passa a ser encarada como uma mera prestação de serviços, em um verdadeiro processo mercantil de otimização de resultados, assegurada pelos educadores/fornecedores. Passam por transformações bruscas a qualidade de ensino, a formação de pessoal e as condições de acesso à universidade.

Em 2013, as quatro maiores universidades do Brasil (todas privadas) eram: 1) Universidade do Norte do Pará (UNOPAR), com 353.432 alunos; 2) Universidade Paulista (UNIP), pertencente atualmente ao Grupo Objetivo, contando 343.000 alunos; 3) Universidade Estácio de Sá, com 207.450; e 4) Universidade Anhanguera-Uniderp, do Mato Grosso do Sul, com 152.816 discentes (PORTAL DO KROTON, 2018).

Torna-se importante observar que a UNOPAR e a Anhanguera-Underp foram adquiridas pelo Grupo Kroton Educacional, o que demonstra sua posição monopolista no setor

de ensino superior privado no país e no mundo, à época. Nesse contexto, surgem também atualmente, cada vez mais, empresas educacionais atuando conjuntamente, de maneira organizada, visando aumentar seus lucros, configurando os denominados grupos econômicos, sendo, à época, o maior deles o Grupo Kroton Educacional, que, em 2007, decidiu abrir seu capital na Bovespa (PORTAL DO KROTON, 2018).

Em 2018, o índice de universitários que se encontravam matriculados na rede privada continuou em ritmo de crescimento. Assim, as IES privadas tiveram uma participação de 75,4% (6.373.274) no total de matrículas de graduação, ao passo que a rede pública participou com 24,6% (2.077.481), apontando o avanço da educação superior privada no Brasil.[3]

Ademais, havendo trabalhado durante prolongado tempo na rede pública estadual, pudemos acompanhar o declínio da qualidade do ensino público relativamente ao então 2º grau, posteriormente denominado Ensino Médio. Tínhamos a percepção que a quase totalidade daqueles alunos carentes, necessitados de políticas educacionais, não obtinham sucesso em dar continuidade a seus estudos. Na virada dos anos 2000, a realidade começou a transformar-se. Vários daqueles alunos, oriundos de escolas públicas, começaram a ingressar no ensino superior, por meio do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e outros, mais aplicados, através do PROUNI (Programa Universidade Para Todos). Simultaneamente a isso, percebíamos o ensino público de qualidade e os salários a se desmoronarem. Contudo, para os mais esforçados e interessados em aprender, sem chances de concorrer com os alunos oriundos de escolas privadas e de reconhecida qualidade, existiam estes dois programas como opção. Interessada em auxiliar, orientando nossos alunos no ingresso à educação superior, pesquisando sobre ambos programas educacionais, deparamo-nos com a grande ampliação de um grupo, que desconhecíamos àquela época: o Grupo Kroton Educacional. Dessa forma, ao retomar os estudos no Mestrado, vislumbramos no grupo educacional em questão um excelente objeto de estudo, seja no que diz respeito à sua viabilidade, seja no que se atém, acima de tudo, à sua relevância.

Face ao fenômeno da globalização, todos os países se debruçam diante das possibilidades de participar, assim como de se beneficiar de um mundo competitivo, em constante e contínua evolução, no qual o conhecimento desempenha um relevante papel. A União Europeia representa um bloco que busca firmemente a excelência acadêmica, apostando

3 Ver Censo da Educação Superior – INEP; disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior, acessado em 15 de outubro de 2021.

na reestruturação do ensino superior como recurso para retomada da hegemonia no contexto da competição capitalista atual (THIENGO, 2018).

Logo, em nossos dias há um desafio com a finalidade de que se criem "centros de excelência", assim como fornecimento de ensino superior em larga escala, o que vem sendo impulsionado pela UNESCO (IDEM, p. 37, 2018).

Sabe-se que a estrutura do capital na educação superior brasileira é "de cima para baixo", sempre mantendo inalterados os privilégios das classes mais opulentas, o que se evidencia nas decisões e legislações dos atores sociais competentes. Na coleta dos materiais para nossa pesquisa, buscou-se a análise documental. E documento é história (EVANGELISTA, 2012).

Conceitos ou categorias teóricas como "contradição", "classes sociais", "exploração", "hegemonia", "apropriação", "mercadoria", "relações de produção", "capital", "ideologia", "hegemonia", "luta de classes" são necessários a uma teoria crítica, uma vez que a recusa a seu emprego pode significar uma aceitação, consciente ou não, à ideologia dominante.

Desde os anos 1990, há um grande conjunto de reformas na educação no Brasil que pretende levar as escolas e as universidades a uma certa adaptação às finalidades econômicas e político-ideológicas, no aparelho ideológico do Estado, do grande projeto da burguesia mundial voltado para a periferia do capitalismo, em uma nova etapa do capitalismo monopolista ou imperialista.

Com efeito, as configurações atuais do capitalismo transpõem os limites da luta de classes, já que parecem ser manipuladas "de cima", em âmbito de dominância financeira, que não teria "chão social". Assim, o neoliberalismo e a financeirização são resultados e expressões das formas atuais de expropriações da classe trabalhadora pelo capital.

Nossa pesquisa procura demonstrar a luta de classes no universo da educação superior privada brasileira nos dias atuais, já que direitos estão sendo expropriados, retirados dos trabalhadores – mais especificamente, dos professores, em sua relação de emprego – e dos alunos da educação superior privada no Brasil – em seu direito a uma educação de inegociável qualidade, com ensino, pesquisa e extensão.

Neoliberalismo x Educação

Quando analisamos o cenário da educação superior privada brasileira na atualidade, torna-se sempre necessário um estudo das redefinições do Estado, além da expansão do capital,

aproximando-nos da doutrina do neoliberalismo, notadamente no que se refere às suas relações com as políticas públicas educacionais no ensino superior brasileiro.

Durante o início dos anos 1970, ocorre uma crise estrutural no capitalismo e o Estado do Bem-Estar Social, coluna deste sistema até então, também desmorona. Nesse contexto, uma doutrina estrutural diferente passa a ser gestada – o neoliberalismo – através da qual o citado Estado de Bem-Estar Social começa a ser demonizado, encarado como o causador das severas questões sociais (FERREIRA, 2009).

Segundo Anderson (1995), a solução neoliberal para a primeira grande crise do mundo capitalista pós-guerra era a urdidura de um Estado forte, máximo na competência de destruir o poder dos sindicatos, e mínimo no que diz respeito aos gastos sociais e às intervenções econômicas, atingindo, assim, a estabilidade monetária.

Os desempenhos que se manifestam pelas metas neoliberais são, então, a desregulamentação da economia; a celebração de compromissos diante dos organismos financeiros internacionais, com vistas a garantir a estabilidade monetária e o pagamento da dívida externa; e a administração do conflito entre as frações capitalistas engajadas no processo de abertura da economia.

O aparelho escolar, enquanto aparelho ideológico do Estado, deverá sempre conjugar qualificação e submissão às regras da ordem social engendrada, numa subjugação das classes dominadas à ideologia dominante.

Diante de uma classe média eivada de valores burgueses, uma grave dispersão da classe trabalhadora – notadamente o professorado – e dos movimentos populares, o neoliberalismo tornou-se ideologia dominante no Brasil. E atingiu completamente a Educação, valor resguardado constitucionalmente, mas, a partir do triunfo da ideologia neoliberal, não passa de mera mercadoria.

No lugar de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a nova ordem reverbera Desregulamentação, Flexibilização e Desigualdade. Tudo isso nos incita a refletir sobre o capitalismo contemporâneo e seu braço direito, ou, talvez, seu cérebro, o neoliberalismo, onde reina a hegemonia, quer sob um regime de acumulação financeira, quer sob as rédeas do mercado financeiro, verdadeiras e atraentes formas da nova escravidão.

A Mercantilização do Ensino Superior, a Financeirização da Economia e os Fundos de Pensão

Constata-se, em nossos dias, um programa político-econômico de desigualdade, no qual se observa o desmonte do Estado e de seus serviços públicos, imposto pelo projeto neoliberal e pelas estratégias do capital. Diante de uma nova luta de classes, os trabalhadores se sujeitam à expropriação de seus direitos e conquistas sociais, por meio do descaso das políticas públicas e da flexibilização das leis trabalhistas.

A Constituição Federal de 1988 consagra a Educação como um direito de todos e um dever do Estado, com a finalidade de alcançar o exercício da cidadania e a justa qualificação no que se refere ao trabalho. A agenda político-ideológica neoliberal, por sua vez, vem removendo os direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora, além do direito à educação superior pública de qualidade, no Brasil, desde os anos 1990 (LOPES; VALLINA; 2017).

Dá-se a mercantilização da educação superior no Brasil no momento em que a educação passa a agregar valor de mercadoria no mercado global. Foram alvo de debates as reformas nas instituições de ensino superior, notadamente a partir dos anos 1980 e 1990, momentos decisivos na dinâmica da globalização do capital, no qual a educação passa a ser encarada enquanto mera mercadoria, quando é verdadeiramente um bem público a ser resguardado pelo Estado. Nesse contexto, o descompromisso do poder público com as políticas docentes carreou agudas mudanças no cenário educacional.

Toda essa gama de transformações na educação brasileira se concretizou, no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96), eivada de orientações neoliberais, incentivando a iniciativa privada nas instituições de ensino superior particulares. Entretanto, sempre houve e há vozes que clamam, resistências a esses dispositivos neoliberais e estrangeiros no meio docente, com todos na luta pela educação pública de qualidade, assim como pelos direitos humanos, civis e políticos (AGAPITO, 2016). É a partir dessa "desumanidade" na formação educacional que se explica a mercantilização e a consequente financeirização da educação superior em nossa sociedade brasileira, deficiente e entrincheirada entre os interesses do capital.

Tudo isso justifica a afirmação de Roberto Leher de que grupos empresariais de ensino atuam e fazem com que uma grande porção da população receba tão somente "uma educação minimalista", sublinhando que "é indubitável que, hoje no mundo, a educação está carregada de conflitos sociais, ou seja, ela está carregada de luta de classes" (LEHER; VITTÓRIA; MOTTA; 2017).

Uma educação minimalista, simples e elementar, com o mínimo possível de recursos para ser empreendida, ignora o processo democrático, conquistado a partir da Carta Magna de

1988 e com os que se engajam na luta contínua pela educação pública superior de qualidade, sem ajustes e "aligeiramentos", ou seja, cursos de curta duração.

O capitalismo dos dias atuais, com orientação da ideologia neoliberal, se destaca a partir de um novo regime de acumulação de capital, denominado financeirização. A dinâmica da financeirização da economia brasileira é orientada principalmente pelo Estado, com os fundos públicos e os fundos de pensão. A financeirização diz respeito a uma nova forma de gerir, definir e fazer a riqueza do capitalismo contemporâneo (PRATES *et al.*, 2017).

A "financeirização da riqueza" pode se converter em financeirização da economia, financeirização da educação, financeirização da saúde etc. Sob o nosso ponto de vista, a financeirização – um modo de ser do capitalismo contemporâneo – revela a luta de classes entre o capital e a classe trabalhadora, ora através da financeirização da educação (capital versus profissionais da educação), ora por meio da financeirização da saúde (capital versus profissionais da saúde), entre outros tantos embates, como sempre envolvendo a classe trabalhadora.

Os fundos de pensão, aqui em nosso país, são, com efeito, megaportadores de concentração de capitais, mantendo-se como um dos principais agentes de investimento na educação superior privada brasileira, o que contribui para as expropriações de direitos dos trabalhadores, além da velha luta de classes, exatamente como se sucede no Grupo Kroton Educacional, agora Cogna Educação.

Para uma melhor compreensão, entenda-se que acumulação com dominação financeira, por intermédio de fundos de pensão e outros investidores institucionais, significa a concentração de uma grande massa de recursos – oriundos das poupanças dos trabalhadores –, tornando-se estes "dominadores" os poderosos acionistas de grandes grupos econômicos mundiais; vindicando, assim, seus interesses de grandes proprietários/empresários (CHESNAIS, 1996).

Dessa maneira, o fundo de poupança previdenciária dos trabalhadores, que gera também grandes investidores institucionais, cria uma contradição, uma vez que é um meio de recurso dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, um ator financeiro com destaque nos fluxos de capitais mundiais.

Os fundos de recursos dos trabalhadores servem de instrumento de força contra eles próprios, enfraquecendo a classe trabalhadora! A nova luta de classes agora é a da classe trabalhadora contra o capital financeirizado – ou o novo capital-, produzido por essa mesma classe que labuta e se subjuga à exploração.

A Educação em meio ao Liberalismo

Todos sabem da relevância da educação para o desenvolvimento de todas as sociedades, porém não há um consenso sobre a efetivação dos investimentos em educação, as reais prioridades, o desempenho do Estado e, mais especificamente em nosso caso, a participação do setor privado. Em um cenário educacional já conhecido por muitos, sabe-se que a burguesia não se interessa por trabalhadores conscientes e receptores de uma educação de qualidade, mas, sim, por uma massa com força de trabalho portadora de conhecimentos necessários à dinâmica da produção. E mais: com desconhecimento do que seja politização de classe e com total subjugação às classes dominadas e à ideologia dominante (ALMEIDA, 2018).

Observa-se em nossa atualidade um temor que se torna um espectro a rondar a classe trabalhadora – e, em nosso caso [dos professores] –, o desemprego. A partir daí, os trabalhadores não mais reivindicam seus direitos adquiridos a duras penas, subjugando-se à redução dos salários reais, a várias perdas de conquistas trabalhistas e mesmo o direito à seguridade social. Em face a todo esse caos, imposto pela classe dominante, fragilizam-se as manifestações, assim como a organização de lutas e conquistas sindicais (BOSCHETTI, 1994).

Defensor de uma educação superior pública de qualidade, Roberto Leher, em seu artigo "Um Novo Senhor da Educação?..." (2015), reivindica a real natureza das ideologias que permeia a reforma educacional se revela quando as concepções ideológicas se tornam concretas nas instituições, exatamente como se sucede na América Latina, África e parte da Ásia, onde há um forte destaque para o Banco Mundial, isto é, "o ministério mundial da educação dos países periféricos" (LEHER, 2015, p. 19).

Em seu artigo, Ana Paula Ferreira Agapito (2016) expõe a LDB e as diretrizes gerais para os cursos de Graduação das IES (Instituições de Ensino Superior) públicas e privadas, impondo flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino, diante de um panorama de ajustes neoliberais, de acordo com os acordos e as práticas comprometidos com o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Mais adiante, veremos que as práticas da Cogna Educação (atual Grupo Kroton Educacional) rezam a mesma cartilha capitalista neoliberal.

O FIES e o PROUNI: as Políticas Públicas para o Ensino Superior Privado Brasileiro

Tudo o que se refira a planejamento educacional brasileiro deve estar instituído no Plano Nacional de Educação (PNE), tendo periodicidade decenal, de onde se depreende que os planos plurianuais devem considerá-lo uma referência obrigatória. O PNE é um articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE), mostrando-se a base para a elaboração dos planos estaduais,

distrital e municipais, os quais, aprovados em lei, devem prever os recursos orçamentários para sua execução (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

O financiamento do governo nacional brasileiro para estudantes carentes do ensino superior privado, por meio dos programas FIES e PROUNI, foi de grande importância para a expansão do ensino superior privado, notadamente a partir dos anos 1990. Portanto, as ações do Estado, através dos fundos de pensão, se destacam para privilegiar o setor privado (PEREIRA; BRITO; 2018).

Resumidamente, vemos que o FIES não é um programa buscado pelos cursos ("nobres") de Medicina, Odontologia e Direito; isto porque a preferência por esse projeto parte de alunos carentes, de famílias com renda de até 3 SM (três salários mínimos), à procura de cursos ("pobres") de baixa demanda, como Matemática, Serviço Social e Pedagogia, por exemplo. Ainda que esta não seja uma regra geral, o programa ainda não alcançou totalmente seu objetivo de oportunidade para todos, tornando-se, de certa forma, um programa não totalmente de inclusão.

O PROUNI objetiva preencher vagas nas instituições privadas para alunos carentes – que tenham cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas ou em escolas privadas como bolsista integral-, assim como professores da rede pública de ensino. O PROUNI é considerado uma política pública distributiva, devido à existência de cotas, mas tal ideia não é aceitável. O Ministério da Cultura, para alcançar as metas fixadas, preferiu conceder "benefícios", não promovendo "direitos". Segundo Leher (2004), o programa é um projeto de parceria público-privado, ao invés de um investimento no segmento público: a educação é mercadoria, e a universidade é o lugar do "capitalismo acadêmico". Cremos que o programa não atingiu ainda seu real objetivo, mas também alçou jovens carentes a carreiras de nível superior.

O caso do Grupo Kroton Educacional e da atual Cogna Educação

Fundou-se, em 1966, o Curso Pré-Vestibular Pitágoras, na cidade Belo Horizonte (MG). Tratava-se de uma instituição de ensino preparatório para o então denominado Vestibular, tendo como fundadores Walfrido dos Mares Guia Neto, Marcos Mares Guia, Evando Neiva, João Lucas Mazoni Andrade e Júlio Cabizuca.

Em 1972, inaugurou-se o Colégio Pitágoras, de 1º e 2º graus, já com cerca de cinco mil alunos. Teve continuidade o êxito da instituição nos anos 1980 e, no início dos anos 1990, criou-se a Rede Pitágoras. Em 1999, fundou-se a Fundação Pitágoras, estabelecendo projetos educacionais em instituições públicas e privadas, já demonstrando interesse na ampliação de seus interesses privatistas. No início dos anos 2000, foi inaugurada a primeira Faculdade

Pitágoras, em parceria com a Apollo International (Arizona, EUA), com novos sistemas de ensino e metodologia; sendo que em 2005 a Apollo vendeu sua participação aos proprietários da Pitágoras. Em 2007, há abertura de capital do Pitágoras na Bolsa de Valores, na BM&F Bovespa, denominando-se ali KROT11, iniciando um período de grande expansão e desenvolvimento da empresa. Em 2013, após várias aquisições, o Grupo Kroton Educacional se torna a maior empresa de educação superior privada do Brasil e do mundo. Em 2018, sua posição privilegiada se impôs no cenário educacional brasileiro e mundial.

No início de 2019, porém, a instituição teve queda no lucro líquido de 47,4% e continuou decrescendo. Diante de tais resultados, o CEO da Cogna Educação (antigo Grupo Kroton Educacional) decide mudar o nome da empresa e dividi-la em quatro braços, buscando atrair mais investidores, afirmando-se ainda como prestadora de serviços de tecnologia para escolas e faculdades, cursos de idiomas, escolas de ensino fundamental e médio, produção de material escolar, cursos EAD de nível superior (seu grande filão), entre outras.

Considerações Finais

Em 2019, a maior empresa de educação do Brasil –a Cogna Educação-, à época com valor de mercado de R$ 18,2 bilhões, o já tão citado Grupo Kroton Educacional, trocou de nome, de finalidades, de organização e de governança, identificando-se na Bolsa de Valores como COGN3 e COGNY.

A Educação, ora através do Grupo Kroton Educacional, ora por meio de sua nova denominação –Cogna Educacional-, participando na Bolsa de Valores e nas parcerias bancário-empresariais, sonega a responsabilidade do Estado em sua atribuição constitucional de zelar e assegurar uma esfera educacional pública e de qualidade para todos, não apenas formalmente democrática.

Não se pode explicar uma educação atrelada à Bolsa de Valores, em face de um país entrincheirado entre desigualdades, contradições e expropriação de direitos. São questões que não cessam, diante da ganância das elites e da carência da classe trabalhadora.

Referências

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. *Temporalis*, Brasília, vol.16, n.32, p.p.123-140, jul/dez 2016. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064. Acessado em 15 de outubro de 2021.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham. Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil recente. Bauru: Canal 6, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.*

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, 2017. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/Mmanteriores/MM2017/anais2017/MC44/mc441.pdf. Acessado em 15 de outubro de 2021.

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de Política Educacional. In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, p. 51 – 71, 2012.

FEEREIRA, S. A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial – Out. 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br; acessado em 19/11/2019.

---------. "Roberto Leher critica a mercantilização da educação", Aula Magna UEFS, ADUFS, Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, 24/11/20.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. *Germinal*: Marxismo e Educação em Debate, v. 9, n. 1, p.14-24, 2017.

LOPES, Maria Gracileide Alberto; VALLINA, Kátia. A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 22 – 25 agosto 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Planejando a próxima década – Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. *Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino* (MEC, SASE), 2014.

PEREIRA, Tarcísio Luiz; BRITO, Sílvia Helena Andrade de. A expansão da educação superior privada no Brasil por meio do FIES. *EccoS* – Revista Científica, São Paulo, n. 47, p. 337-354, set./dez. 2018.

PRATES, Daniela M.; OLIVEIRA, Giuliano, C.; FERREIRA, Adriana, N.; BALTAR, Carolina T. Financeirização e dinâmica do capitalismo. Notas de apresentação. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, v.26, Número Especial, p. I – VI, dezembro de 2017.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SILVA, R. de Oliveira e. *Financeirização da economia e mercantilização do ensino superior no Brasil: o caso do Grupo Kroton* (2003-2018). Orientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida – Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2021.

THIENGO, Lara Carlete. *Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência*: tendências globais e locais. Orientador: Prof. Dr. Lucídio Bianchetti. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação. Florianópolis, 2018.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Trajetórias*: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: UNESP, 2007.

Na contramão, em defesa da vida

Sérgio Oliveira da Silva
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Como nos fala Frei Betto, não podemos estudar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como se todas estivessem contidas numa mesma moldura[1], pois devemos situá-las na realidade social que marca a vida dos seus membros e considerar o método de trabalho que adotam em suas ações pastorais.

A ação pastoral que trataremos nesse artigo é a ação dos Círculos Bíblicos[2]. Uma ação que tem na leitura popular dos textos bíblicos sua centralidade, pois um dos principais formuladores dessa metodologia, o Frei Carlos Mesters[3], deixa claro que o propósito maior dos Círculos Bíblicos não é trabalhar com as comunidades populares o conhecimento bíblico, mas sim a leitura da vida através dos textos bíblicos.

Neste sentido, os Círculos Bíblicos é uma metodologia que se adéqua ao processo de evangelização que tem como objetivo provocar nas CEBs o dinamismo de um olhar (des)velador do que se faz presente na vida das comunidades populares que deve ser enfrentado para que ela alcance sua libertação.

Assim, ao lermos o trabalho construído pelo Frei Carlos Mesters em caminhada pelas estradas da Bíblia e do Brasil ao lado do povo pobre e oprimido das CEBs, nos deparamos com uma história social onde a relação com o sagrado está apresente não para justificar a existência de uma realidade de miséria, pobreza e sofrimento, mas para superá-la pelo

[1] BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: editora brasiliense, 1981, p. 9.

[2]Como nos apresenta Frei Betto (1981:32-33), os Círculos Bíblicos são subsídios metodológicos, que as CEBs utilizam para trabalhar a leitura da Bíblia em pequenos grupos formados pelos membros da comunidade popular. Nesses círculos os textos bíblicos são apresentados através de folhetos em linguagem popular - linguagem visual e não conceitual, concreta e não abstrata, como nas parábolas do Evangelho - onde os fatos da vida são comparados aos da Bíblia. Os círculos ajudam a mostrar que a Sagrada Escritura não é um livro de histórias do passado ou uma caixa de oráculos divinos: é a história de um povo, relida por esse mesmo povo, à luz da fé no Senhor da Libertação. Assim, a Bíblia ensina-nos a reler nossa história à luz dos desígnios do Pai, que se manifestam nos caminhos dos pobres. A comunidade toma consciência de que também "está escrevendo" sua Bíblia e a presença redentora de Deus faz-se sensível nas lutas da comunidade. Sem perder sua dimensão transcendente, a fé do grupo torna transparente a realidade em que se vive: passa-se a entender o caráter relativo do status quo, a dimensão histórica da vida, e a buscar as verdadeiras raízes dos males sociais. Enfim, o texto bíblico faz a comunidade emergir da consciência de sua situação geográfica para a consciência de sua situação histórica. E revela o Pai de Jesus Cristo como o Deus decididamente comprometido com a história da libertação dos homens de todas as formas de opressão.

[3] É frei carmelita, doutor em Teologia Bíblica. É natural da Holanda e ligado à caminhada das Comunidades Eclesiais de Base espalhadas pelos territórios do Brasil. Nos anos 1970, junto com outros estudiosos da Bíblia, criou o Centro de Estudos Bíblicos - **CEBI**, que passou a assessorar as comunidades em suas demandas pela compreensão da Escritura através do cotidiano de homens e mulheres do povo. “O diferencial na metodologia do CEBI é que a bíblia não é a coisa mais importante. O mais importante é a vida, e o que você faz dela”, comenta o Frei Carlos Mesters quando comenta o método de trabalho do CEBI.

encantamento do mundo por uma tradição que está na Bíblia: o Deus Libertador, que caminha com o povo escravizado, pobre, explorado e oprimido, motivando-o a enfrentar seus opressores.

Neste sentido, a leitura popular da Bíblia realizada nos Círculos Bíblicos é um acontecimento chave para o entendimento das demais ações das CEBs, que encontram na Bíblia os referenciais de sua práxis[4]. Portanto, o modo como as CEBs atuam diz muito sobre como está sendo interpretada a realidade social a partir da leitura dos textos bíblicos.

Neste sentido, entendemos os Círculos Bíblicos como um fenômeno social de grande relevância histórica para os estudos que buscam compreender a relação entre os trabalhos pastorais das CEBs e a insurgência dos movimentos sociais populares na sociedade civil brasileira, no contexto político da ditadura militar-empresarial[5].

Feitas tais considerações, trataremos da apresentação de como os textos bíblicos são apresentados pelos mediadores dos trabalhos desenvolvidos nos Círculos Bíblicos. Apresentação que faremos pelo trabalho realizado pelo Frei C. Mesteres sobre o Primeiro Cântico de Isaías, que inicia a apresentação bíblica da A *missão do povo que sofre*. Um trabalho que tem nutrido as ações pastorais nas CEBs.

Porém, antes de iniciarmos a apresentação do trabalho do Frei Carlos Mesters, vamos situar sua proposta metodológica de trabalho com a Bíblia na Igreja Católica da América Latina

Situando o alinhamento do Trabalho do Frei Carlos Mesters na Igreja Católica da América Latina.

Como nos diz o próprio Frei Carlos Mesters:

> a prática do Círculo Bíblico vem desde o Concílio Vaticano II dos anos sessenta do século passado. O Concílio insistiu muito para que os cristãos retomassem a Bíblia em mãos e começassem a fazer dela seu livro de cabeceira. Assim, desde aquela época do Concílio, os círculos bíblicos cresceram e aumentaram. Só Deus é quem sabe quantos são os Círculos Bíblicos no Brasil. São milhares e milhares![6]

[4] Adotamos o conceito de práxis na concepção elaborada pelo filósofo Adolfo Sánchez Vázquez, que entende a práxis como uma atividade prática que faz e refaz coisas, isto é, transmuta uma matéria ou uma situação. Neste sentido, no termo "práxis" cabem todos os campos ou áreas culturais e as obras, porque é "o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais o sujeito ativo (agente) modifica uma matéria prima dada" (Sánchez Vázquez, 1980: 245). Seu significado não se restringe, pois, nem ao material e nem ao espiritual, e unicamente entranha um trabalho criador. Esse conceito aplicado ao social, portanto, revela o coletivo social que aspira mudar as relações econômicas, políticas e sociais (a história é realizada por indivíduos cujas forças unidas em um povo são capazes de revolucionar um sistema. Marx identificou o proletariado como tal força motriz no capitalismo, os defensores do cristianismo da libertação ampliam esse coletivo como a categoria que denominam povo pobre e oprimido).

[5] O historiador uruguaio René Armand Dreifuss, através de um estudo rigoroso e bastante documentado sobre o processo do golpe de 1964 na sociedade brasileira, deixa claro que esse golpe e a posterior definição da concepção política adotada pelo Estado contou com a atuação direta do empresariado, o que nos levou ao emprego da denominação Ditadura Militar-Empresarial.

[6] O texto completo de onde tiramos essa citação pode ser localizado no endereço eletrônico: https://fradescarmelitas.org.br/o-que-e-um-circulo-biblico/

Fica evidente na fala do Frei C. Mesters sua vinculação as orientações da Igreja que foram estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, que em termos do movimento bíblico, rompeu com a rigidez da existência de um sentido literal dos textos bíblicos, que era ensinado autoritariamente pelo magistério do clero. Esse rompimento deu ao exegeta bíblico liberdade para aproveitar os dados científicos em prol da interpretar dos sentidos da Palavra de Deus. Terminava assim, a era do fundamentalismo e literalismo bíblico, apoiada na concepção da Escritura como ditada por Deus aos seus escolhidos. Assumia-se o lado humano do escritor bíblico, sujeito às vicissitudes de toda redação, analisável pelos instrumentos das ciências.

Assim, contando com os dados dos estudos científicos, o Frei C. Mesters se situa no campo dos exegetas bíblicos que tem se dedicado ao trabalho de tirar as orientações do Vaticano II do papel, pois vem orientando seus estudos para o fortalecimento de uma Igreja Católica Latino Americana comprometida com as lutas do povo pobre e oprimido em defesa de uma sociedade justa e igualitária. Motivo pelo qual tem defendido que as hermenêuticas bíblicas devam ser destinadas ao diálogo com o povo pobre, para que tenham voz na relação com a Palavra Sagrada e com ela alcancem o entendimento da vida a partir de sua realidade social, um processo necessário para que possam se organizar e enfrentar seus opressores.

Assim se posicionando, Frei C. Mesters tem se destacado como um intelectual orgânico das CEBs vinculadas a tradição do cristianismo da libertação[7], que buscam aprofundar na América Latina e, em particular no Brasil, as orientações do Vaticano II e da II Conferência Episcopal Latino-Americana, ocorrida na cidade colombiana de Medellín, em 1968, que Dom Pedro Casaldáliga denomina como o Vaticano II da América Latina, considerando Medellín mais avançado do que o Vaticano II porque em Medellín se fez a opção pelos pobre, pelas comunidades, pela militância, a partir da fé, que não é uma propriedade da Igreja e sim um fato que se manifesta no povo, principalmente no povo pobre e oprimido.

É nesse território que encontramos Frei C. Mesters vivendo e exercitando sua exegese bíblica com a fração social que Dom Fragoso[8] chamava de os sobrantes da sociedade, ou seja, a população inserida na realidade social da pobreza, miséria e exploração.

[7] Chamamos de cristianismo da libertação o movimento social de luta pela libertação dos pobres com inspiração na tradição religiosa cristã. Surge como práxis de cristãos leigos engajados, religiosos e clérigos de diversas confissões religiosas. Esse movimento é anterior a Teologia da Libertação, mas a ela se vinculou. Sobre esse tema veja: LÖWY, M. A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis:Vozes, 2000.

[8] Dom Antônio Batista Fragoso, o Dom Fragoso. Foi Bispo da Diocese de Crateús, no Ceara. Destacou-se como um religioso dedicado aos trabalhos das CEBs e na defesa dos Direitos Humanos, no contexto do regime da ditadura militar-empresarial. Dedicou seu episcopado a construção de uma Igreja a serviço das causas do povo

A Hermenêutica bíblica[9] sobre *A Missão do Povo que Sofre*[10]

No texto A Missão do Povo Que Sofre (MESTERS: 1981) podemos encontrar significativos elementos que nutrem o triângulo hermenêutico do Frei Carlos Mesters: texto, pré-texto e contexto, que por sua vez alimentam os Círculos Bíblicos das CEBs com profundas reflexões sobre sua missão histórica numa sociedade marcada pelo estado de violência, miséria, pobreza e abandono social.

Nesse texto Frei C. Mesters trabalha os quatro cânticos do Servo de Deus, que estão na segunda parte do livro de Isaías, do Velho Testamento. Trata-se de um relato bíblico escrito por um discípulo do profeta Isaias a partir da ideia do Servo tirada da atitude do profeta Jeremias, que nunca se curvou diante dos seus opressores. Esses cânticos segundos os dados das ciências bíblicas, foram escritos no contexto histórico do cativeiro vivido pelo povo de Israel na Babilônia, após a conquista da Palestina pelo rei Nabucodonosor, em 587 a. C.

Vamos a entrada do Frei Carlos Mesteres na Bíblia, lembrando que ele nunca faz essa entrada sozinho, pois tem sempre em sua companhia um dado da realidade social que marca a vida das comunidades populares. Portanto, sua ida aos textos bíblicos tem uma intencionalidade ancorada na realidade concreta que marca a vida dos membros das CEBs e, ao mesmo tempo, busca trazer para essa realidade uma hermenêutica que contribua para a reflexão, organização e ação dos seus membros, contra seus opressores em busca de sua libertação.

No caso da leitura dos quatro cânticos do Servo de Deus, o Frei Carlos Mesters tem em sua companhia o sofrimento vivido pelo povo pobre, que podemos identificar nos relatos que nos apresenta

1. " Uma mãe de família me disse: "Na seca de 1970, dentro de um mês, perdi três filhos entre quatro e sete anos. Morreram de fome. Fiquei quase doida!""

---

pobre do sertão cearense. Uma Igreja Povo Pobre. Uma Igreja da Comunidade Popular. Por conta de seus posicionamentos, foi sistematicamente perseguido pelo regime ditador, que soube enfrentar com muita determinação e fibra.

[9] A hermenêutica já havia sido definida por Ricoeur, como uma atividade interpretativa versando sobre os textos escritos (Cf. RICOEUR, P. Da Interpretação. Ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro:Imago, 1977, p.29-44 e p.61-63). Seguindo a linha de reflexão de Ricoeur entenderemos aqui por hermenêutica: a atividade humana "que busca a capacitação do sentido ou do significado que tem para o homem a Palavra de Deus. Neste sentido, conforme Frei Carlos Mesters: " É necessário definir o papel da exegese propriamente dita, em relação ao objetivo mais amplo traçado pela hermenêutica".MESTERS C. "Como se faz teologia bíblica hoje no Brasil", em Estudos Bíblicos Nº. 1, Petrópolis, 1984, pp. 7-19.

[10] Para uma leitura completa desse trabalho do Frei C. Mesteres, Veja: MESTERS, Carlos. *A Missão do Povo Que Sofre*. Petrópolis: Vozes, 1981.

2. "Um pai de família me contou: "Passamos a noite debaixo da mesa, eu, minha esposa e os quatro filhos. A lona que servia de telhado no meu barraco não aguentou mais o peso da chuva e rebentou toda!""

3. "Um agricultor me falou: "O patrão derrubou a cerca do meu roçado, botou o gado e queimou o resto que sobrou da plantação. Agora estou sem nada. Não sei mais o que fazer. Tenho mulher e nove filhos!""

Esses relatos revelam uma realidade social que precisa ser enfrentada. Uma realidade que marca principalmente a vida do povo em situação de miséria e pobreza. Partindo dessa realidade, o Frei C. Mesters busca na Bíblia uma explicação para sua existência, não para justificá-la, mas sim para fortalecer na comunidade das CEBs a fé em um Deus Libertador, que encanta a comunidade e lhe dá motivação para se organizar e lutar contra o que gera sofrimento e injustiça social. Vejamos como se dá esse processo, no Primeiro Cântico do Servo de Deus, onde encontramos Deus escolhendo os seus Servos e o porquê dessa escolha, conforme nos apresenta o Frei C. Mesters. Vejamos:

> Apresento a vocês o meu Servo
> que tem todo o meu apoio.
> Escolhido por mim,
> ele é o preferido do meu coração.
> Fiz repousar sobre ele o meu Espírito, para que leve o direito às nações" (Is 42,1).

Prossegue: "Com estas palavras dirigidas por Deus a todas as nações do mundo e transmitidas até nós pelo discípulo do profeta Isaías, que o primeiro cântico abre a história do Servo de Deus."

As palavras proferidas por Deus têm um significado profundo na construção da religiosidade do catolicismo popular, que tem na fé dos dizeres de Deus, um dos pilares de suas tradições culturais. Assim, ao apresentar uma escolha de Deus pela Palavra Sagrada, o Frei C. Mesters está apresentando uma escolha que é recebida pela fé compartilhada pelos membros das CEBs, onde é muito forte a tradição religiosa do catolicismo popular.

Essa tradição, como poderemos observar na exposição do trabalho do Frei C. Mesters, é respeitada e valorizada em suas hermenêuticas bíblicas, que tem como intencionalidade o aprofundamento do diálogo sobre a relação entre os textos bíblicos (que vem da fé, da relação com o sagrado) e o texto da vida (que é construído na relação com a realidade concreta que o povo vive). Portanto, são nessas relações dialógicas que os membros das CEBs encontram as razões para fazerem suas ações de intervenção na realidade social. Isto é, se colocarem como sujeitos coletivos na história.

Esse processo do trabalho, que se desenvolve nas CEBs pelos trabalhos dos Círculos Bíblicos, merece destaque porque nele podemos identificar a importância que a relação com o sagrado tem para essas comunidades populares, que não pode ser desprezada nos estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais feitos pelos segmentos populares na sociedade civil brasileira.

Dando prosseguimento a exposição, continua o Frei C. Mesters em sua hermenêutica bíblica:

> Eu te chamei de acordo com a justiça!
> Eu te segurei pela mão,
> te formei e te destinei
> para unir o meu povo
> e ser a luz das nações
> para abrir os olhos aos cegos,
> tirar do cárcere os prisioneiros
> e do calabouço os que moram nas trevas (Is 42,6-7)

Questões colocadas pelo Frei C. Mesters para reflexão da comunidade: Continua: ***"Ao ouvir estas palavras, a gente pode se perguntar: qual o povo desta terra capaz de realizar tão grande missão? Quem são aqueles que Deus teve a iniciativa de escolher para serem seus Servos?***

Questões dessa natureza são portas que se abrem com o convite para os participantes das reuniões dos Círculos Bíblicos entrarem no texto bíblico, dialogarem com ele e, encontrando as respostas para seus questionamentos, terem nas mãos as chaves que podem ser usadas para abrir as portas das prisões da realidade social opressora onde se encontram.

Da volta dessa caminhada, os participantes dos Círculos Bíblicos podem trazer em suas bagagens uma experiência de estudo e leitura mais ampliada, participativa e esclarecida sobre o que pode ser encontrado na tradição bíblica. Uma experiência mediada pela hermenêutica do Frei C. Mesters e pelos saberes dos membros da comunidade popular a partir do contexto social que marca suas vidas.

Avançando com o Frei C. Mesters, que agora trata da apresentação do resumo das cinco Lamentações existentes na Bíblia, atribuídas ao profeta Jeremias, em que o povo chora sua desgraça, o povo que Deus escolheu para ser o seu Servo na Terra. Assim começa a apresentação: **"Eu sou o homem que conheceu a dor de perto" (Lm 3,1). Qual foi a dor que ele conheceu? Ele responde:**

- Eu vi a fome! Vi o povo todo gemendo de fome, buscando o pão (lm 1,11); meninos pedindo comida, e não havia (Lm 4,4); crianças morrendo de fome nos braços de suas mães, enquanto perguntavam: "Mamãe, onde tem pão?" (lm 2,12); nenês e crianças, caídas pelas

ruas da cidade como se fossem feridos de guerra (Lm 2,11); o povo saindo de casa com risco de vida em busca de alimentos (Lm 5,9); velhos e sacerdotes assassinados brutalmente enquanto procuravam alguma coisa para comer (Lm 1,19); gente oferecendo suas joias em troca de um pouco de comida (Lm 1,11); a fome torturava a todos! (Lm 5,10).

- Eu vi a miséria! Vi o povo pagando a preço de ouro a água que bebia, gastando muito dinheiro pela lenha que usava (Lm 5,4); os que antes se alimentavam com coisas finas, desmaiavam de fome nas ruas (Lm 4,5); os que foram criados no meio do luxo dormiam em camas de esterco (Lm 4,5); os de pele macia ficaram reduzidos a pele e osso, secos como madeira (Lm4, 7-8); Era muito melhor morrer pela espada do que morrer de morte lenta pela fome! (Lm 4,9).

- Eu vi o terror! Vi mulheres violentadas na cidade de Jerusalém, e moças defloradas em todo o país (Lm 5,11); cadáveres de velhos e crianças, de moços e moças, jogados por toda a parte nas ruas da cidade (Lm 2,21); na rua, a espada matava os filhos, e em casa a morte reinava (Lm 1,20); vi mães que chegaram ao ponto de comerem seus próprios filhos (Lm 2,20); Foi um verdadeiro festival de terror! (Lm 2,22).

As lamentações de Jeremias que retratam a dor e o sofrimento do povo destruído de Jerusalém são transportadas para o confronto da realidade social onde encontramos as histórias: **do sofrimento da mãe** que fala de suas perdas no contexto da seca de 1970; **do pai** que teve que se abrigar embaixo do tampo de uma mesa depois que a lona do seu barraco desabou com o peso da chuva; **do agricultor** que teve seu roçado destruído pelo fazendeiro. São muitas as histórias que os membros das CEBs e demais comunidades populares têm para contar sobre o sofrimento que vivem na realidade social brasileira. Situações que levam os membros das CEBs a se identificarem com aqueles que Deus escolheu para servem seus Servos.

Nessas histórias encontramos a presença da fé que encanta a vida dessas pessoas. Uma fé que ilumina a situação do povo sofrido e o mantém firme em sua ligação com o seu Senhor, que na tradição bíblica é Yahweh, entendido como a presença libertadora no meio do povo, que exprime o compromisso que Deus assumiu no passado de estar com o povo para libertá-lo da escravidão do Egito (Ex 3, 13-15). Seguindo essa tradição cultural as comunidades populares, pela fé que comungam, encarnam a presença de Yahweh: O Deus Libertador que luta com eles contra os opressores e que deseja da comunidade o empenho na construção de um mundo justo, fraterno e igualitário.

Analisemos mais algumas passagens apresentadas pelo Frei C. Mesters em sua hermenêutica sobre **a missão do povo que sofre,** que foi o povo escolhido por Deus para ser seu Servo na Terra. Vejamos a passagem bíblica que ele apresenta:

> Tu és o meu Servo!
> Eu te escolhi e não te rejeitei.
> Não tenhas medo, porque eu estou contigo.
> Não te angusties, pois eu sou o teu Deus.
> Eu te dou forças e te ajudo.
> Eu te sustento com o poder do meu braço!(Is 41, 9-10)

Prossegue o Frei C. Mesters com os seus questionamentos: **" Quem de nós iria escolher um povo assim e apoiar-se nele para consertar o mundo? Por que Deus escolhe justamente os pobres? O que eles têm de especial para merecer a preferência do coração de Deus? Qual a Boa Notícia de Deus que eles anunciam?**

Questões dessa natureza são provocativas para que o debate se realize e a comunidade de fé faça suas reflexões no sentido de encontrar uma resposta para a escolha de Deus. Esse exercício reflexivo feito pela comunidade permite a mesma um olhar para dentro de si e, desse olhar, se perceba no retrato do Servo feito por Deus.

Vejamos como o primeiro cântico escrito pelo discípulo do profeta Isaias oferece esse retrato feito por Deus e como ele é aparece na hermenêutica do Frei C. Mesteres:

> Ele não grita nem levanta a voz,
> não solta berros pelas ruas,
> não quebra a planta machucada
> nem apaga o pavio
> que ainda solta fumaça.
> Com fidelidade ele promove o direito,
> sem desanimar nem desfalecer,
> até estabelecer o direito sobre a Terra.
> Os povos mais distantes
> esperam pelos seus ensinamentos (Is 42, 2-4)

Como o Frei C. Mesters se coloca diante dessa passagem bíblica: **"Este texto já foi usado muitas vezes para ensinar os pequenos a humildade, a paciência e a mansidão. Mas não é bem este o seu sentido. É o contrário. O texto descreve o jeito de viver daquele povo oprimido lá no cativeiro e quer chamar a atenção de todos para o direito e a justiça que ele já estava praticando**. Vejamos:

1. O Servo, o povo sofrido, pobre, oprimido e explorado é apresentado como alguém que "não quebra a planta machucada, nem apaga o pavio que ainda solta fumaça". Isto é, ele não machuca nem ofende os mais fracos do que ele.

2. O Servo "não grita, nem levanta a voz, não solta berros pelas ruas". Isto é, ele não usa propaganda nem demagogia como faziam os grandes. Mas vai em frente, teimoso e fiel, sem desanimar nem desfalecer, até estabelecer o direito sobre a Terra.

Sabemos que nem todas as pessoas que vivem a realidade da pobreza, do sofrimento não se deixam contaminar pelo jeito de viver dos seus opressores, pois apesar de oprimidos, têm a cabeça do opressor. Os opressores estão dentro deles! Processo que também pode ser identificado na Bíblia, quando retrata o movimento dos oprimidos que abandonaram a comunidade para aderirem ao sistema montado pelo rei da Babilônia e começaram a enriquecer as custas da exploração dos seus semelhantes, começaram a viver em função da acumulação de riquezas.

Esse segmento do povo que viveu o "cativeiro" não aprendeu nada com essa situação, pois deixaram o cativeiro para dar continuidade a uma concepção de sociedade que se mantém pela geração da opressão, da miséria, da exploração e das injustiças sociais. Portanto, não são identificados como aqueles que podem encantar as pessoas e motivá-las ao combate pela construção da sociedade justa, fraterna e igualitária. Uma sociedade que na tradição bíblica é apresentada como o Reino de Deus encarnado na história dos seres humanos.

Conclusão

Dando uma parada no movimento que segue os passos do Frei C. Mesters, que segue andando com sua hermenêutica sobre ***A Missão do Povo Que Sofre*** a partir dos quatro cânticos do Servo de Deus, do livro do profeta Isaías, podemos resumidamente concluir: das mediações feitas da leitura do primeiro cântico, os membros das CEBs passam a refletir sobre a necessidade de não se deixarem contaminar pelo jeito de viver dos opressores do povo, isto é, devem ser sinais de resistência contra a opressão, condição necessária aos que desejam lutar pela construção de uma nova sociedade sem opressores nem oprimidos, porque os verdadeiros lutadores pela nova sociedade são aqueles que se recusam radicalmente a opressão dos seus semelhantes.

Enfim, os trabalhos dos Círculos Bíblicos que se nutrem da hermenêutica do Frei Carlos Mesters são locais de estudo e reflexões que ampliam as possibilidades das organizações sociais de resistência e a concepção de mundo opressora, que no caso de nosso estudo é representada pelo regime da ditadura militar-empresarial, que serve aos interesses da concepção societária capitalista.

Portanto, podemos finalizar externando nosso entendimento de que nos textos bíblicos podemos identificar elementos de uma tradição cultural de longa duração que encanta os seres humanos: a possibilidade de se construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Uma sociedade que seja o Reino de Deus na Terra. Isto é, uma sociedade que encontra na tradição

do pensamento marxista o princípio da não exploração e opressão do homem pelo homem. Raiz da utopia da sociedade comunista.

Referências

BETTO, F. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo:Brasiliense, 1981.

BOFF, Clodovis. Como Trabalhar com o Povo. Petrópolis: Vozes, 1988.

DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado*: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A política e o Estado Moderno*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

LÖWY, M. *A Guerra dos Deuses*: religião e política na América Latina. Petrópolis:Vozes, 2000.

MENDONÇA, Sònia Regina & Lamosa, Rodrigo (Orgs.). *Gramsci e a pesquisa histórica*. Curitiba: Appris Editora, 2018.

MESTERS, Carlos. *A Missão do Povo Que Sofre*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. "*Como se faz teologia bíblica hoje no Brasil*", em Estudos Bíblicos Nº. 1, Petrópolis, 1984.

RICOEUR, P. *Da Interpretação*. Ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro:Imago, 1977.

A Folia de São Tomé e a presença e influência das Religiões Evangélicas/Protestantes e Católica na Comunidade Quilombola Arapucu

Leandro de Castro Tavares[1]
Profa. Dra. Joana Bahia[2]
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

A análise da presença e influência das religiões evangélicas/protestantes e católica em função do ritual da Folia de São Tomé permite interpretar aspectos da organização social do homem quilombola. Pois "é preciso levar em conta outras modalidades subjacentes do pensado-e-vivido, até aqui desqualificadas como ponto de partida para olhar o mundo camponês" (BRANDÃO, 1993, p. 26). Dentro dessa perspectiva, levou-se em consideração a necessidade de analisar as formas de práticas dos indivíduos envolvidos na folia da comunidade Arapucu. Logo, percebe-se que este campo de análise está repleto de significação, dando uma extensão particular do espaço social, em que cada tradição possui regras fundamentais que caracterizam suas distinções.

Diante desse contexto, esse estudo se fez necessário por demonstrar questões relativas à pesquisa histórica, assim como por fazer parte de atividade da disciplina Tópicos Especiais em História Social do Território III, em formato do curso livre A onda conservadora: História, religião e política no Brasil e na Europa, para complementação de créditos do curso de Doutorado em História Social que está em andamento. A escolha da temática desse estudo está pautada na vinculação ao projeto de tese intitulado: As Folias de Santo como Traços da Cultura Afro-brasileira no Município de Óbidos -PA (1990-2018), em que o uso recorrente da fonte recairá no que se convencionou chamar aqui de relatos orais, ou seja, práticas correntes no cotidiano da pesquisa de campo em história oral, e com isso, considera-se que "a História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea" (ALBERTI, 2011, p. 155). Assim, as principais perguntas que deram encaminhamentos a esta pesquisa são as seguintes: Seu nome e o que você representa na Comunidade Arapucu? Quantas Igrejas Evangélicas existem na Comunidade Arapucu? Essas Igrejas têm alguma influência política na Comunidade? Exemplo: nas eleições municipais e etc. Na sua opinião, após a chegada dessas Igrejas houve uma redução nos praticantes da Folia de São Tomé? Entre a Folia de São Tomé, Igreja Católica e Igrejas Evangélicas, qual ou quais você pratica ou participa? O que você nos fala sobre novos adeptos à folia?

[1] Doutorando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP. E-mail: tavaresleo23@gmail.com.
[2] Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Para a composição dos entrevistados principais deste artigo foram convidados o capitão folião da Folia de São Tomé, senhor Douglas Senar e o coordenador da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB), senhor Marcelino da Silva que é também secretário do Conselho pastoral comunitário e membro da equipe litúrgica da comunidade.

É importante frisar que os entrevistados: capitão folião Douglas Senar e o coordenador Marcelino da Silva, assim como os demais foliões (ãs) são devotos também da padroeira da comunidade Arapucu, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Dessa forma, observa-se o processo sincrético no campo empírico, ou seja, os integrantes da Folia de São Tomé são seguidores de uma religião com traços étnicos da cultura afro-brasileira e participantes de uma festa do catolicismo santorial[3], o que está tudo intimamente ligado e sem qualquer tipo de incoerência. Em análise, diz-se que a folia sobrevive em redutos de cultura camponesa, e multiplica-se entre incontáveis equipes, grupos e confrarias de foliões, unidades populares de trabalho religioso, equipes estáveis de foliões especialistas que realizam: "uma fração do trabalho popular de fazer com que circule na comunidade e entre comunidades rurais (depois urbanas, quando o lavrador começa a migrar para a beira das cidades), o saber coletivo de crenças de fé, ritos de piedade e regras de vida" (BRANDÃO, 1983, p. 16).

Vale elencar que a folia praticada na comunidade Arapucu é vista como prática cultural afro-brasileira, porque todas as existentes no município surgiram em áreas remanescentes de quilombos, assim como o uso, principalmente de instrumentos de origem africana, e também porque os próprios seguidores se auto identificam como afrodescendentes. Desse modo, leva-se em consideração que, pelo fato de haver o uso de um Santo Católico, há uma relação sincrética nessa prática religiosa, isso porque está se tratando de um espaço de prática, cujos agentes são afrodescendentes. É possível notar que as ressignificações e o "sincretismo entre os elementos da tradição africana e do catolicismo no Brasil não foram discretos tampouco pontuais. Como exemplo claro da existência desse processo de sincretismo afro-católico, pode ser citada a correspondência entre os santos e os orixás" (NEDER, 2013, p. 47).

[3] Por catolicismo santorial busca-se entender o catolicismo devocional praticado pelos leigos, com base na cosmologia oficial, mas sem interferência direta da instituição. Esse catolicismo santorial, muitas vezes conhecido como popular, é entendido como um catolicismo "[...] autônomo expresso em festas tradicionais variadas, devoções aos santos com práticas de estilos mágicos [...]" (MARIZ, 2006, p. 56). Para se evitar ambiguidades em torno do termo popular, que pode caracterizar tanto algo que pertence ao povo, como também algo famoso e conhecido etc., aqui é utilizado catolicismo santorial, já que essa faceta tradicional de ser católico é caracterizada principalmente pela devoção aos santos.

De análise, elenca-se que a tradição oral, tão valiosa às sociedades africanas, se mostra como via legítima de continuidade da tradição da Folia de São Tomé. O ritual passado de geração para geração, de pai para filho, em um processo hereditário, mantém seus traços essenciais por meio da tradição oral. Como foi visto no momento desta pesquisa, não há um roteiro escrito a ser seguido, há um ritual experienciado desde criança pelos foliões, que interiorizam, a partir do vivido, a prática do ritual. Esse tipo de tradição é forte e viva no Arapucu e através dela continua sua trajetória rumo à posteridade, não sem as ressignificações ricas e necessárias, mas adiante. Portanto, para se compreender o processo pelo o qual a Folia de São Tomé se mantém em vigor na comunidade Arapucu, é preciso levar em consideração a tradição oral como ponto principal do processo de continuidade cultural, como parte significativa de um todo, visando também que os habitantes se "identificam por laços comuns de africanidade, reforçados por relações de parentesco e compadrio, e pela manutenção de tradições próprias" (LOPES, 2008, p. 72).

Em proposição analítica das relações de práticas culturais, é importante se atentar para o entendimento de que a Folia de São Tomé não está associada à ideia de um simples acontecimento festivo, e sim à ideia de seguimento de práticas tradicionais afrodescendentes que, consequentemente, devem ser consideradas como histórica e indelével por caracterizar um ritual desenvolvido desde 1947, sendo repassado de geração para geração pelas famílias de cada indivíduo que habita na comunidade, ou seja, as populações seguem com práticas de tradicionalidades[4] que, de certa forma, se tornam símbolo de tradição no município de Óbidos.

Por meio da História Cultural, compreende-se as novas modalidades interpretativas da história da Folia de São Tomé, partindo das particularidades das práticas culturais. Desse modo, pensa-se a folia a partir das relações existentes entre os saberes ensinados na prática da mesma e a cultura expressa na comunidade da qual faz parte, nesse caso, a cultura do Arapucu no município de Óbidos/PA. Neste estudo, a cultura é entendida como uma categoria abrangente, considerando-a na sua materialidade e nos seus vários aspectos.

A Folia de São Tomé está situada num contexto social, histórico e cultural, determinante do tipo de prática da folia que é expressa nas ladainhas e instrumentos do ritual de São Tomé. São experiências que exprimem a assimilação de saberes tradicionais, bem como, a lapidação de rituais e comportamentos a serem adotados e dogmas a serem seguidos. Por isso, para entender a dinâmica dos saberes presentes entre os foliões, é necessário

[4] Tradicionalidade é relevante aqui neste contexto, porque é uma qualidade inerente ao tradicional, configurando-se como a essência de uma prática ou de um grupo.

compreender a folia sob a perspectiva ampla, pois, ao se isolar de tal realidade, a interpretação desses saberes ficará presa, tão somente, ao aspecto prático, ou seja, apenas ao ato de entoar as ladainhas. E esta interpretação não é suficiente para se compreender porque esses saberes se constituem num instrumento de formação cultural e social de prestígio para os foliões da Folia de São Tomé. Trata-se, portanto, de buscar o diálogo estabelecido entre esses seguimentos culturais do povo que compõe a comunidade Arapucu com os saberes ensinados durante o ritual. É certo que realizar essa pesquisa sobre o tema já citado, segundo abordagem da História Cultural, mereceu alguns cuidados, alertando-se para o fato de que:

> O historiador cultural não deve sucumbir à tentação de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo. Revela também, que essa forma de fazer pesquisa é uma reação contra um certo estilo de história social, que seguia o modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais (BURKE, 2005, p. 62).

História Cultural "é uma abordagem que nos permite ter a visão da história como um todo" (BURKE, 2005, p. 163), ou seja, permite uma compreensão da Folia de São Tomé e as outras Igrejas no Arapucu num determinado contexto, considerando os modos e os sentidos que são dados para o mundo material. Este olhar se torna possível por causa da característica interdisciplinar que a história cultural possui. Para Chartier (1990), a História Cultural é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e lida. Para ele a História Cultural deve ser entendida como o "estudo dos processos com os quais se constrói um sentido uma vez que as representações podem ser pensadas como esquemas intelectuais, que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado" (CHARTIER, 1990, p. 17).

A Comunidade Quilombola Arapucu

Antes de tudo, é importante levar em consideração que a comunidade Arapucu se entrelaça nos ramos de uma história de resistência escrava e na constituição de uma territorialidade marcada pela saga dos afro-brasileiros, na luta pela terra e por direitos à cidadania. No diálogo com os mais velhos moradores dessa comunidade, foi possível encontrar, nas curvas dos labirintos, os caminhos que levaram à história desses atores

culturais. “História que ocupa um lugar na memória e faz desta um referencial de identidade” (FUNES, 1999, p. 2).

É uma comunidade cuja ancestralidade remonta às sociedades quilombolas que se constituíram ao longo do século XIX, onde os pais de vários narradores, e muito desses, nasceram. Hoje, constituem-se por aproximadamente 159 famílias, ou cerca de 800 moradores como afirma o coordenador Marcelino da Silva em sua entrevista “último trabalho que fiz na comunidade tinham 159 famílias. Isso em janeiro de 2021 não sei se já aumentou. Mas é essa a quantia aproximadamente. Uma população aproximada de 800 pessoas” (SILVA, 2021)**,** cujos ramos se fundem por relações de parentesco, compadrio e outras afinidades, e, sobretudo, por uma mesma história, partilhando experiências comuns, na constituição de uma identidade marcada pelo sentido de pertença e construção de um espaço único, ou seja, terras de remanescentes; histórias que se fundem e memórias que se entrelaçam em diversos ramos de um mesmo tronco, “justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado” (SARLO, 2007, p. 12).

Em meio a esta pesquisa, aos poucos, foi possível obter informações sobre a vida humana na referida comunidade, bem como, entendeu-se, por exemplo, que sua população foi se constituindo por índios, negros, mestiços, livres e libertos, que fugiram do cativeiro, cujas histórias se misturavam com as daqueles que formaram os quilombos nos altos dos rios, nos paranãs e lagos nas proximidades do Rio Amazonas.

Arapucu é comunidade da zona rural do município de Óbidos, situada à margem do lago Arapucu que deságua no Rio Amazonas, próximo à desembocadura do Rio Trombetas, a uma distância aproximada de 17 (dezessete) quilômetros da sede do município por via terrestre e 8,5 km por via fluvial. Em seu início, na comunidade Arapucu existia uma tribo indígena que pelo conhecimento popular se chamavam Arapuanãs, nome este não confirmado a sua possível origem. Mas como afirma Fragoso (1983) eram índios da tribo dos Konduris. Sendo essa a procedência da tribo, subtende que o nome Arapucu signifique em Tupi-guarani *dia comprido*. Essa tribo indígena situava-se em um local chamado de colônia, lugar onde ainda hoje existem vestígios do que, segundo a Senhora Maria de Jesus (moradora antiga da comunidade), “era uma pequena capela”, possivelmente construída em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, que era padroeira da Aldeinha; mais acima fica o cemitério, que existe até os dias atuais. Segundo a senhora Maria de Jesus, nesse lugar chamado “colônia” foi iniciado um processo de ali ser construída a cidade que hoje se chama Óbidos, este fato não foi possível devido ao baixo calado do rio (rasa profundidade). Fragoso (1983) prossegue dizendo que, no ano de 1758, o Presidente da Província do Pará, Capitão-General Francisco

Xavier de Mendonça Furtado, uniu as três aldeias: Presídio dos Pauxis, administrada pelos militares; Aldeinha, administrada pelos Padres Capuchinhos e a dos Konduris. E elevou a aldeia dos Pauxis à categoria de Vila, com o nome de Óbidos.

A Comunidade Arapucu tem aproximadamente 360 anos de existência, considerando a chegada dos primeiros jesuítas que, segundo Fragoso (1983), ocorreu desde 1660, para desenvolver trabalhos de catequeses junto aos índios que habitavam no local. Quando da chegada dos portugueses ocorrida no ano de 1697, a comunidade do Arapucu já existia há 37 anos, e passou a receber atenção espiritual dos Padres Capuchos da Piedade.

Apesar de ter em seu início uma tribo indígena, a predominância étnica da comunidade Arapucu tem uma mistura (negros, índios e brancos) predominando os remanescentes de quilombos, que possivelmente para lá se dirigiam quando fugiam de seus senhores ou mesmo quando libertos após a Abolição da escravatura no Brasil, em 1888.

De acordo com a senhora Rosa Gonçalves, foliã mais antiga com 81 anos de idade, quando a Folia de São Tomé teve seu início na comunidade "tinha mais de vinte e cinco casas". Em homenagem a esses antepassados, as cabeceiras que formam o lago possuem as seguintes denominações: Cabeceira do Barbosa, Cabeceira São Tomé, Cabeceira do Santarém, Cabeceira do Sarmento, Cabeceira Grande e Cabeceirinha. Por esta predominância, a mesma é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, como comunidade remanescente de quilombos, cujo reconhecimento teve sua publicação no Diário Oficial da União número 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07. Com essa confirmação do princípio histórico, a mistura de costumes e crenças é um fator importantíssimo para a formação da cultura que a comunidade possui hoje. Um desses fatores com traços culturais afro-brasileiros chama-se Folia de São Tomé que na atualidade, a comunidade Arapucu procura manter com muito esforço esse ícone cultural.

Por volta de 1780, teve início o cultivo do cacau e a criação de gado na região do baixo amazonas, mais precisamente em Santarém e Óbidos. Uma vasta quantidade de escravos africanos foi trazida para trabalhar nas fazendas, principalmente, nas que se localizavam às margens do Rio Paraná de Baixo. Considerando-se que "grande parte dos escravos africanos transportados para o Baixo Amazonas foram embarcados na Costa Ocidental da África, predominando os procedentes da região Congo-Angolana, de etnia Bantu" (FUNES, 1999, p. 4). Ao chegarem às fazendas, muitos não suportavam a quantidade de horas de trabalho e começaram então a empreender fugas e formar lugarejos aos quais denominavam quilombos.

Os quilombos foram formados já nas primeiras décadas da implantação das fazendas. De acordo com os registros de fugas que foram publicados diversas vezes em jornais, como no Baixo Amazonas:

> Convém também dizer à autoridade que de janeiro a maio em que enche o Amazonas, é o tempo que os escravos julgam mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem o receio de serem agarrados; por este tempo que é o em que se faz a colheita das castanhas (AMAZONAS, 1876; Apud FUNES, 1995, p. 4).

Esses primeiros quilombos no território de Óbidos, foram formados na região conhecida como Igarapé Grande, onde estão localizadas as seguintes comunidades: Castanhaduba, Apui, Cuece, Silêncio, Matá e São José. Outros iam para lugares mais distantes como para a região do Lago Grande, Mondongo, Igarapé Açu dos Lopes e para um Igarapé que dá acesso ao Lago Grande no lugar chamado Muiratubinha. Deste último lugar, muitos se deslocaram para a Comunidade Arapucu, provavelmente em virtude de uma maior necessidade de plantação, haja vista que a comunidade Muiratubinha, localiza-se em área de alagado, conhecida também como área de várzea. Esses deslocamentos para a comunidade Arapucu ocorriam também por medo da repressão de seus senhores e de autoridades governamentais.

Vale destacar que o contato dos quilombolas com a sociedade não era marcado apenas pela repressão. Os quilombos eram também visitados por religiosos, por naturalistas e por comerciantes.

A Folia de São Tomé e a presença e influências das religiões Evangélicas/Protestantes e Católica na comunidade Arapucu

Quando se trata de práticas, ou especificamente práticas culturais, entende-se a comunidade Arapucu como lugar de construção de sentidos. Nesta discussão, lugar se relaciona ao pensamento de Certeau, como um espaço praticado, ou seja, “espaço pelas ações de sujeitos históricos, em que um movimento sempre condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história” (CERTEAU, 1998, p. 2003). Seguindo essa mesma perspectiva, o lugar é aqui descrito como espaço de práticas historicamente, ou seja, o lugar está conceituado como invenção humana, por possuir historicidade como objeto em permanente construção. Desse mesmo modo, diz-se, então, que a comunidade Arapucu é um espaço produzido pela

prática do lugar constituído por diferentes indivíduos que compõem a Folia de São Tomé e indivíduos com diferentes religiões que compõem a comunidade quilombola de forma geral.

Como se sabe, folia[5] é de origem claramente portuguesa, mas por ter ocorrido inserções tanto de instrumentos quanto de elementos relacionados à cultura afro-brasileira, a Folia de São Tomé se torna um traço étnico da cultura afro-brasileira no município de Óbidos, mesmo com uso de elementos católicos levando em consideração que o "catolicismo sempre foi, na medida do possível, tolerante em relação às manifestações afro-brasileiras" (NEDER, 2013, p. 43). Mas essa tolerância havia com relação às manifestações de origem africana "quando estas se aproximavam ou se combinavam com elementos da comunidade senhorial, de origem lusitana" (SOUZA, 2002, p. 131). Compreendendo também a Folia de São Tomé como uma manifestação inserida no catolicismo santorial, pode ser apresentado o seu "caráter hibrido, enquanto um folguedo pertencente a uma tradição católica e que apresenta vários elementos relacionados à cultura afro-brasileira" (NEDER, 2013, p. 52). Porém, se analisada a formação do catolicismo santorial em oposição a sua interface oficial, pode ser percebido que a dupla origem da folia não apresenta qualquer dialética ou descenso, visto que no cerne do catolicismo santorial se encontra o catolicismo afro-brasileiro, "uma versão africanizada da fé europeia, interpretada pelas lentes africanas, por pessoas que não partilhavam a mesma cosmovisão que lhes apresentavam os portugueses" (NEDER, 2013, p. 52). Dessa forma, faziam as próprias analogias e ressignificações a partir do que entendiam por religião, sagrado e fé.

É relevante buscar compreender aqui as relações de estreitamento entre a Folia de São Tomé, que possui elemento que tem relação ao catolicismo santorial (ou popular) e a religiosidade de matriz africana, relação essa que não existe de modo algum com as quatro Igrejas protestantes existentes na comunidade pesquisada como se afirma na entrevista de Marcelino Silva (coordenador da associação): "Atualmente existem 04 igrejas evangélicas: Assembleia de Deus. Assembleia de Deus Monte Sião ministério de Oriximiná. Adventista da Promessa I e Adventista da Promessa II" (SILVA, 2021); quanto ao capitão da folia Douglas

[5] Folia surge no período medieval nos salões nobres, em conjunto com as igrejas medievais. Chegou ao "Brasil pelas mãos do trabalho catequético dos missionários jesuítas" (BRANDÃO, 1983, p. 11), na forma de versos e danças que abordavam os dramas de piedade cristã, faziam parte do repertório de teatro catequético e, por esse motivo, eram impostos aos indígenas. Dos aldeamentos indígenas se espalharam por confrarias e irmandades religiosas de todo o país, em especial, de grupos negros localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, além de Minas Gerais. No período de romanização do catolicismo brasileiro, os ritos considerados festivos aos poucos foram sendo expulsos dos templos e ganharam as ruas, as praças, as periferias das cidades e as estradas e terreiros do meio rural. Dependendo da região do Brasil se inseriam diferentes instrumentos, componentes e etc., "quanto mais ao Sul do país, tanto menos violas e tanto mais sanfonas; quanto mais ao Norte, em direção à Bahia, tanto mais caixas, triângulos e flautas" (BRANDÃO, 1983, p. 24).

Senar, o mesmo diz “não as Igrejas Evangélicas não têm nenhum tipo de influência na [...] Folia. O que observo é que sempre há um respeito para com a nossa manifestação religiosa”. Haja vista, estar em cenário permeado pela fé católica e pelas crenças de matriz africana, tomando como legítima a ocorrência da fusão dessas religiosidades, torna-se necessário partir de uma breve discussão sobre a ressignificação da tradição e o que isso implica na sua longevidade, buscando compreendê-la inserida em uma sociedade que sofre transformações. Assim, leva-se em consideração que se trata de um “quilombo contemporâneo que é toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (LOPES, 2008, p. 72).

A longa perpetuação da tradição não encontra um forte aliado apenas na oralidade, mas também na sua própria ressignificação, o que se configura como uma capacidade de adaptação a novas situações. O que importa é compreender a relação que os foliões de São Tomé no Arapucu mantêm com as festas religiosas, no sentido de preservar e construir sua tradição, como atores da sua própria história, visto que, tradição não corresponde a um tradicionalismo estático, estagnado no tempo e no espaço como uma mera repetição de práticas e rituais obrigatórios, e considerando-se que há diferença entre tradicionalidade e tradicionalismo. De acordo com Neder (2013, p. 36) “tradicionalismo é entendido como um comportamento ligado à perpetuação da tradição. E tradicionalidade é uma qualidade inerente ao tradicional, se configurando como a essência de uma prática ou de um grupo”. Desse modo, não se deve pensar que a Folia de São Tomé está imune às transformações que operam no seio da sociedade em que está inserida, porque as mudanças estão sempre presentes na tradição. E se existe “algo de perpétuo, que é preservado de maneira imutável nesse panorama, é a capacidade de readaptação da tradição, através de sua ressignificação, que impede sua falência” (NEDER, 2013, p. 36).

De forma iconográfica as imagens a seguir descrevem o processo de readaptação da Folia de São Tomé e a presença do catolicismo na prática da referida Folia:

Imagem 01: Chegada dos mastros de oferendas da Folia de São Tomé para levantar em frente à Igreja de Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: Arquivo pessoal.

Na atualidade, a Folia é encerrada com a derrubada do mastro[6] em frente à Igreja da Padroeira da comunidade Arapucu, posteriormente há uma missa celebrada com o mastro que, após derrubado, é levado para o altar da igreja, fato esse que veio ocorrer a partir da última década do século XX. Desta forma, o que se vê é a confirmação de que as mudanças estão sempre presentes na tradição, ou seja, na Folia de São Tomé. Desse fato, diz-se, então, que a "tradição não é um dado pronto e acabado, mas continuamente reinventada e construída a partir da interação social. Além disso, esse processo interacional conduz à construção da identidade do grupo" (NEDER, 2013, p. 36-37).

Imagem 02: Momento de levantamento do mastro de oferendas em frente à Igreja de Nossa Senhora de Fátima.

Fonte: Arquivo pessoal.

A partir do exposto, podemos, então, dizer que a religião católica, no que se refere à Folia, "acabou sendo "útil" novo contexto sociocultural [...], constituindo-se uma vantagem e não um lastro ou uma barreira para ultrapassar no processo adaptativo" (SIUDA-AMBROZIAK, 2017, p. 18). Portanto, a Folia de São Tomé é tratada como um elemento vivo no Arapucu, em constante mutação e ressignificação, que trilha em um caminho coerente com a modernidade e não em oposição a ela. Em meios a esse seguimento, não se estabelece como horizonte desta reflexão defender um estado de pureza que possa legitimar uma possível verdade ou padrão para a Folia de São Tomé, o que poderia inclusive definir rigidamente uma fronteira intransponível do que é certo e errado na prática da Folia no Arapucu. Sendo a Folia de São Tomé interacional e construída com praticidade, a mesma segue encerrando seu compromisso com São Tomé todo dia 21 de dezembro. Por isso, entende-se que "sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da

[6] O Mastro de Oferendas simboliza a colheita fértil e demonstra as formas como "eram trabalhados os puxiruns (mutirão), e a partilha dos alimentos entre os mordomos e comunitários. Mordomos simbolizam a irmandade; partilha, a administração dos bens comuns a todos, e principalmente a dignidade de um povo simples e ordeiro" (TAVARES, 2016, p. 9).

narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo" (SARLO, 2007, p. 12).

Com isso, identifica-se que os afrodescendentes da comunidade Arapucu, especificamente os praticantes da Folia de São Tomé, começaram a imprimir novos traços da religiosidade católica na Folia, como visto nos parágrafos anteriores. A partir disso, pode-se compreender que, de certo modo, a prática da Folia de São Tomé se organiza de elementos novos sobre uma perspectiva africana, bem como, por se tratar de uma comunidade quilombola, rural que "agregam descendentes de escravos que mantêm forte vínculo com o passado" (LOPES, 2008, p. 72).

Seguindo a perspectiva acima, esta pesquisa objetivou-se, principalmente, em se pautar sobre análises que se correlacionam à Folia de São Tomé e a presença e influências das religiões Evangélicas/Protestantes e Católica na comunidade Arapucu no município de Óbidos. As entrevistas sempre estiveram neste seguimento de indagação para o capitão folião e o coordenador da Associação, em que todos se mostraram compreensíveis em responder as perguntas sobre o tema proposto. Como se vê na entrevista a seguir, de Douglas Senar (capitão da Folia), quando indagado se entre a Folia de São Tomé, Igreja Católica e Igrejas Evangélicas, qual ou quais, o mesmo pratica ou participa, ele reponde: "uma vez que São Tomé é Santo da Igreja Católica, logo, nossa prática religiosa está ligada à Igreja Católica. Não temos qualquer tipo de relação de prática religiosa com Igrejas Evangélicas" (SENAR, 2021). Em continuidade, o mesmo entrevistado nos informa o que lhe motivou a exercer o ofício de Capitão da Folia de São Tomé, dizendo que "a motivação principal parte do princípio de manter sempre ativa a memória cultural e afro-religiosa da nossa comunidade, de modo a garantir a continuidade da ancestralidade do nosso povo" (SENAR, 2021). Com o que se concorda de forma plena, principalmente se pensar especificamente sobre a "preservação da identidade afro-brasileira e a herança africana" (LOPES, 2008, p. 38).

Como pôde ser observado na entrevista, o Capitão folião se preocupa em manter ativa a memória cultural do que se pratica na comunidade. Podemos nos reportar que os mais antigos contam histórias e que não tem nada registrado, mas do ponto de vista oral e de práticas, se comprova a veracidade dos fatos por se praticar até a atualidade a Folia de São Tomé, desde 1947. Vale enfatizar que a Folia mais antiga no município de Óbidos é a Folia de São Benedito que surgiu no final do "século XIX com os negros escravos que aos poucos fugiam da região do Paraná de Baixo e foram se estabelecendo na região formando verdadeiros quilombos" (TAVARES, 2016, p. 13) na comunidade Silêncio. Ainda com referência à entrevista do Capitão da Folia, indagamos se as Igrejas evangélicas têm alguma

influência política na Comunidade e citamos como exemplo as eleições municipais, e como resposta obtivemos: “De maneira explícita, não, porém, dependendo de partidos e pessoas que lançam na vida pública política, existem articulações que direcionam a possibilidade de buscarem eleger seus representantes, a partir de pessoas indicadas por líderes das Igrejas” (SENAR, 2021). A mesma pergunta foi proferida ao coordenador e o mesmo respondeu que:

> Quanto à influência política tem sim. Recentemente na última campanha eleitoral a Assembleia de Deus lançou um candidato a vice-prefeito, mas nem todas o apoiaram. Tem também pessoas de outras igrejas envolvidas exercendo cargos políticos no município. Heraldo Tavares da Silva era vice na chapa do Chico Alfaia. Celino Reis é assessor parlamentar do vereador vulgo irmão negão. Não sei o nome do vereador (SILVA, 2021).

Ou seja, na comunidade quilombola pesquisada, as Igrejas Evangélicas/Protestantes utilizam de:

> Suas estratégias da construção de influências sócio-políticas (incluindo a oscilação entre o apoio aos ‘novos rostos’, os controversos ataques contra a concorrência, a criação de alianças políticas em diversos níveis e a participação ativa da Igreja nas campanhas eleitorais dos seus candidatos (SIUDA-AMBROZIAK, 2013, p. 240).

Em continuidade às discussões, segue-se com o que o Capitão da Folia e o coordenador da associação responderam quando questionados sobre após a chegada das novas Igrejas e, se com isso, houve alguma redução nos praticantes da Folia de São Tomé. Douglas Senar (capitão) respondeu que: “não, as Igrejas Evangélicas não têm nenhum tipo de influência na redução dos participantes da Folia”. E Marcelino Souza (coordenador) disse: “acredito que não houve interferência diretamente. Mesmo não tendo atividades frequentes da folia percebe-se que eles não atacam o movimento”.

A partir do que se obteve como resposta das ponderações dessa pesquisa, chegou-se a conclusão que os membros das igrejas Assembleia de Deus, Assembleia de Deus Monte Sião ministério de Oriximiná, Adventista da Promessa I e Adventista da Promessa II, estão presente na comunidade quilombola Arapucu. E de modo geral “é preciso que eles sejam sempre percebidos no entrelaçamento dialético da religião, política, sociedade e até, em muitos casos, da economia” (SIUDA-AMBROZIAK, 2013, p. 240), levando em consideração que nunca se realizaram pesquisas sobre a presença e influência das religiões protestantes nas comunidades quilombola, assim como no município de Óbidos de maneira geral. Desta feita, tem-se a visão de que a Folia de São Tomé na comunidade Arapucu é uma prática resultante das vivências nos espaços obidenses dos antigos escravos, e que se configura, portanto, como

uma prática da cultura afro-brasileira no Estado do Pará, visto que resulta, principalmente, das "lutas e realizações dos herdeiros das tradições culturais africanas, do passado até os dias atuais" (LOPES, 2008, p. 38).

Considerações Finais

Em meios aos contextos já expostos, a tradição da Folia de São Tomé não deve ser entendida como uma essência que se extingue e por isso necessário, tão somente, resgatá-la, como uma sobrevivente ainda protegida dos entraves da modernidade em uma comunidade quilombola. Como também não é plausível analisar a comunidade Arapucu como um lugar perdido no caos da modernidade, que resiste e se torna um reduto que abriga a Folia de São Tomé. O que se pretende é seguir o caminho de não propor uma visão de prática tradicional desde o surgimento da Folia versus degenerado, ou seja, o momento contemporâneo da mesma, tentando legitimar uma posição de pureza em uma manifestação que na sua gênese já se encontra degenerada, permeada por outras influências, talvez, incontestável. Portanto, do ponto de vista de resultados não há perda de prática de tradição. Com essas novas práticas não há subtração, há soma, transformações, ressignificação e, por que não dizer, readaptação da prática da referida folia.

A Folia de São Tomé, assim como a comunidade Arapucu, tem um grande desafio em provocar nas novas gerações o interesse de integração no grupo de foliões, tendo em vista que a maioria dos que por hora a compõe já estão com suas idades bastante avançadas e se sentem cansados e, até mesmo, impossibilitados de acompanhar em tempo integral uma prática da folia, do mesmo modo despertar interesse na manutenção e preservação da cultura geral da comunidade entre os mais jovens moradores. Mas o que foi possível perceber, além dos fatos puramente econômicos e político que repercutem na esfera social, uma das grandes questões envolvendo a população afrodescendente no Arapucu contemporâneo é a da baixa autoestima. Ou seja, como se não bastasse sua histórica desqualificação, "o indivíduo afro-brasileiro enfrenta hoje uma perversa dualidade, que é aquela que o coloca como protagonista, sim, mas de ocorrências culturais periféricas" (LOPES, 2008, p. 126).

Partindo dessa análise, as discussões se acercam sobre a Folia de São Tomé e a presença e influência das religiões evangélicas/protestantes e católica na comunidade quilombola Arapucu em Óbidos/PA como pesquisa historiográfica, resultante da presença e permanência dos negros na referida comunidade, levando em consideração que "as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura" (HALL, 2003, p. 342). Isso

no sentido de descrever sobre o tema supracitado, desvelando o poder distintivo das palavras, e compreendendo-as dentro de uma perspectiva da análise de uma conjuntura histórico/social repleta de tensões na ideia de que toda ação é uma conjuntura, buscando as explicações para os diferentes posicionamentos de emissores e receptores num dado momento de fala. Embora seja "legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico" (BOURDIEU, 2008, p. 23-24). Dessa forma, compreender como as pessoas sentem, agem e pensam não é tarefa fácil; por essa razão a metodologia da historiografia cultural usada nesta pesquisa deu espaço para diferentes interpretações acerca dos significados da história.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRANDÃO, Carlos R. Brandão. *Estrutura e processos sociais de reprodução do saber popular:* como o povo aprende? vol. 2. Campinas: 1983.

BRANDÃO, Carlos R. Brandão. *O desencanto do outro*: mistério, magia e religião nos estudos do mundo rural no brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural*?. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I:* as artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertramd Brasil, 1990.

FRAGOSO, Hugo; SANTOS, João. Presença franciscana na Prelazia de Óbidos. *Revista Santo Antônio*, Santarém (PA), Ano 61, n. 102, out. 1983.

FUNES, Eurípedes A. *Nasci nas matas, nunca tive senhor:* História e memória dos mocambos no Baixo Amazonas. 1995. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Áreas das Cabeceiras - Terras de Remanescentes:* Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuecé, Apuí e São José. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: Da Diáspora: *Identidades e Mediações Culturais.* Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

LOPES, Nei. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

MARIZ, Cecilia. Catolicismo no Brasil contemporâneo reavivamento e diversidade. In: TEIXEEIRA, Faustino e MENEZES, Renata (orgs.). *As Religiões no Brasil*: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

NASCIMENTO, José Pereira do. *Dicionário português-quimbundo*. Huilla: typographia da missão, 1907.

NEDER, Andiara Barbosa. *Folia de Reis em Minas Gerais:* entre símbolos católicos e ambiguidades africanas. Porto Alegre. Ciências Sociais e Religião, ano 15, n. 18, p. 33-55, Ene./Jun. 2013.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. *Religião na construção da identidade étnica dos polono-brasileiros, Subjetividades em trânsito*: memória, emoção, e-imigração e identidades, Isabel Regina Augusto, Maria Cristina Dadalto, Renata Siuda-Ambroziak (eds.), Macapá/Rio de Janeiro: UNIFAP/Bonecker, 2017, ISBN: (PL: 978-83-62992-24- 9; BR: 978-85-5476-000-7),p.11.38.https://www.academia.edu/35997162/Subjetividades_em_Tr%C3%A2nsito_Mem%C3%B3ria_Emo%C3%A7%C3%A3o_E-Imigra%C3%A7%C3%A3o_e_Identidades SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo negro no Brasil*: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. Afro-Ásia, Salvador, UFBA, v. 28, p. 125-146, 2002.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. "Benzedeiras em vias de extinção na Ilha da Magia", Métis. *HistóriaeCultura*,jan.jun,2018,125,146:https://www.academia.edu/38022595/Benzedeiras_em_vias_de_extincao_na_Ilha_da_Magia.

SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo negro no Brasil*: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. Afro-Ásia, Salvador, UFBA, v. 28, p. 125-146, 2002.

TAVARES, Leandro de Castro. Cultura afro-brasileira: crenças, tradições e folias como verdadeiros rituais religiosos dedicados aos seus santos protetores. In: V Congresso Internacional do NUCLEAS – Américas: Processos Civilizatórios e Crises do Capitalismo Contemporâneo, 10., 2016, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, 2016. 1 CD-ROM.

Fontes

SILVA, Marcelino. *Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares.* Registro dessa entrevista em meio digital: via whatsapp.

SANTOS, Douglas Sena dos. *Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares.* Registro dessa entrevista em meio digital: via whatsapp.

Os estreitos laços entre a Igreja Católica e o Movimento Negro em tempo de repressão e autoritarismo

Marize Conceição de Jesus
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

Durante os anos de repressão impostos pelos militares, a Igreja Católica enquanto instituição, teve um importante papel na resistência à ditadura militar. Tal fato se deu em função do enorme poder e influência institucional da igreja.

A Igreja Católica, apesar de sua tradição conservadora, a partir do final dos anos de 1960, foi um lugar de oposição legal ao regime. Segundo Motta (2002, p.24) foi a partir desta década, que surgiu dentro da Igreja uma "esquerda católica", ligada ao apostolado leigo, que priorizava as lutas sociais e a defesa dos direitos humanos. Essa "esquerda católica" ou ala "progressista", contou com a adesão de setores do clero e inclusive muitos dos quadros da resistência armada, como a AP (Ação Pastoral), foram formados a partir de membros religiosos e leigos da própria Igreja, sendo o caso da JUC (Juventude Universitária Católica), da JEC (Juventude Estudantil Católica) e da JOC (Juventude Operária Católica), todas embaladas pelo "espírito da teologia da libertação".

As transformações políticas, sociais e econômicas por que passavam a sociedade, tiveram ressonância na Igreja Católica. De acordo com Moraes (1989, p.39-40) desde o Concilio do Vaticano II, a pregação reformista e moderada do Papa João XXIII, legitimou a intervenção da igreja em assuntos sociopolíticos e econômicos, possibilitando, para além do conservadorismo, que setores expressivos da Igreja católica pudessem engajar-se nas lutas de transformações sociais. Soma-se a isso, o posicionamento da CNBB aliado as recomendações de João XXIII, que possibilitou a ala progressista da igreja a se aproximar das camadas populares e suas bandeiras de luta.

Apesar de ter sido uma das instituições a apoiar o golpe militar, segundo Ana Lucia Valente (1994, p. 78), a medida em que a repressão intensificou a violência contra diversos grupos e indivíduos que resistiram a ditadura, inclusive membros do clero, "a CNBB, que abrigava a tendência "progressista" do clero no Brasil - legitima representante da hierarquia da Igreja - passou a assumir, hegemonicamente, o papel de defensora dos direitos humanos". Para a pesquisadora, os movimentos sociais "ocuparam a igreja", na medida em que a instituição passou a catalisar as insatisfações e demandas sociais assegurando-lhes o direito de se manifestar.

A partir de então, segundo Rocha (1998), a hierarquia da Igreja passou a inserir-se nas lutas em defesa dos direitos humanos, tornando-se o maior ponto de apoio e referência dos movimentos sociais na resistência contra o regime militar.

> No período do Regime Militar no Brasil, poucas foram as instituições onde se tornou possível organizar as lutas de resistência e cidadania. Neste sentido, a Igreja, por ser uma instituição menos visada pelo sistema repressor acabou se constituindo no espaço privilegiado para o fortalecimento dos movimentos sociais (ROCHA, 1998, p.37).

A Igreja, a partir da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs[1] aproximou-se dos movimentos sociais, em especial das populações das periferias urbanas, dada a aproximação de parte dos teóricos da Teologia da Libertação com as ideias marxistas. A Igreja acabou por se aproximar dos movimentos de esquerda presentes nesses movimentos sociais. Foi também através das CEBs que a Igreja se aproximou da população negra – presença majoritária nas populações marginalizadas e periféricas-, e consequentemente, do movimento negro.

Agentes de Pastorais Negros – APN's e movimento negro: da consciência a luta de combate ao racismo

Nascidas no contexto da ditadura militar, as CEBs tornaram-se um grande guarda-chuva para as ações dos movimentos sociais e comunitários. Suas lideranças de natureza religiosa e pastoral, marcadas pela as ações de bispos, padres, leigas e leigos, com posições políticas de esquerda, representavam naquele momento, uma nova forma de organização pastoral marcada pela mobilização e participação de base popular. Com as CEBs, houve um processo de conscientização e politização das camadas populares, expressas nas lutas por melhores condições de vida, na organização comunitária e na luta por direitos identitários. Para Ana Lucia Valente (1994, p.82) a criação das CEBs revalorizou a religiosidade popular, possibilitando não só maior espaço dentro da igreja, como o processo de renovação litúrgica, fazendo com que a instituição se tornasse mais maleável as expressões religiosas populares.

Segundo Rocha (1998), as CEBs serão o "chão fértil" para a fomentação da construção da identidade e da consciência crítica do povo negro, que a partir dos problemas e discussões em seu interior, toma consciência do problema das relações raciais na sociedade brasileira. Neste sentido,

[1] Sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ver:
http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs
.http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf.Acesso: julho de 2021.

> [o] crescimento da consciência dos negros a respeito dos processos de exclusão, tanto na Igreja como em qualquer outro setor social, acabou fazendo com que estes descobrissem que existia um agravante chamado racismo e discriminação que piorava a situação dos negros no meio dos pobres (ROCHA, 1998, p.68).

Conforme o teólogo, as CEBs funcionavam como verdadeiras escolas de formação para a cidadania, muitos grupos se organizaram com o objetivo de transformar a sociedade e buscar adquirir os direitos negados a comunidade negra. Esses agentes pastorais, ao identificar os problemas sociais, descortinam o racismo e a discriminação racial na sociedade brasileira, como agravante do processo de marginalização do negro.

Rocha (1998) afirma que a constituição da negritude na Igreja é impulsionada pelo trabalho de padres, religiosos e seminaristas negros que direcionam suas ações para a "consciência negra na Igreja", tanto para o interior do campo religioso, quanto para as CEBs. Sobre o apoio das Igrejas cristãs no processo de formação do movimento negro, Pereira (2003) assinala que:

> A partir de 1979, com a criação dos Grupos de União e Consciência Negra, depois dos APN's (Agentes de Pastorais Negros), por católicos, e já no início dos 80, dos Ministérios contra o Racismo, por protestantes, os cristãos lançaram as bases de articulações que alcançariam quase todos os lugares onde chegasse sua Igreja (PEREIRA, 2003, p.65)

Os movimentos populares surgidos com as CEBs, afirmam o contexto de efervescência política surgida no final dos anos de 1970 em plena ditadura militar. É nessa conjuntura que diversos movimentos sociais estão se reorganizando por todo país, entre eles, o movimento negro, visto que já no início dos anos de 1970, deu-se a criação de organizações negras por todo Brasil.

Em 1978 a tentativa de unificação da luta dessas diversas organizações culminou com a criação do movimento negro unificado contra a discriminação racial MNUCDR, posteriormente MNU. Esta organização vai sistematizar as diversas bandeiras de lutas da comunidade negra, influenciando a criação de novas organizações. Sendo esse ano definido por Pereira (2010, p.218) "um marco fundamental" na constituição do que conceituou como "movimento negro contemporâneo". Segundo Ana Lucia Valente (1994, p.91), é neste mesmo ano, com o apoio da CNBB, que no interior da igreja, através da inciativa de padres e leigos negros e negras, que a partir de 1978, surge a ideia de um grupo negro de base católica mobilizado em torno da questão racial, já posta tanto no campo social, quanto no interior da igreja. O Grupo União e Consciência Negra –GRUCON, surge em 1981, após um longo processo de discussão e organização. O GRUCON, já nasce num conflito sobre a perspectiva da abordagem. Parte do grupo de leigos e leigas não católicos era contrário à perspectiva do grupo ser exclusivamente

de cunho pastoral e cristão, tendo em vista que a Igreja reproduzia as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, além de seu histórico de apoio e justificativa da escravidão. Diante dessa divergência, do interior do GRUCON, surge o grupo dos Agentes de Pastoral Negros- APNs, conduzida por padres e leigos. A organização teria a ação pastoral intimamente ligada à igreja, com o objetivo de "firmar o negro dentro das comunidades cristãs". Nos demais objetivos, segundo Valente (1994, p. 96) os dois grupos convergem: "unir a população negra dispersa; recuperar as raízes e memorias histórica; conscientizar o negro e lutar por um espaço de dignidade para o negro no contexto nacional".

Os Agentes de Pastorais Negros – APNs, surgiram por todo o Brasil no contexto da Teologia da Libertação, em ações ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) através de reuniões entre pessoas do movimento negro e religiosos dentro da Igreja Católica. Na análise de Valente (1994, p. 123), os APNs, constituíram-se sob os mesmos princípios ideológicos do movimento negro, também marcados por uma pluralidade de pensamentos e formas de atuação.

Nessa perspectiva, essas organizações se construíram em busca dos mesmos objetivos, qual seja: a denúncia e o combate ao racismo e a discriminação racial, a valorização da cultura e da história dos negros e negras no Brasil e a conscientização da comunidade negra. Outro ponto em comum entre os Agentes de Pastorais Negras e as demais organizações do movimento negro são as questões colocadas em torno do binômio raça e classe que pontuou as discussões do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980.

Na perspectiva de Rocha (1998), os APNs foram as organizações de maior enfoque religioso do movimento negro e se estruturou em quase todos os estados brasileiros. Rocha (1998, p.42) enfatiza que diante do modelo de organização constituída e a grande motivação dos participantes com a causa negra, as APNs acabaram por se tornar "a maior entidade negra do país na década de 80. [...] atingindo seu auge em 1988, com a Campanha da Fraternidade sobre o negro".

Para o teólogo, foi a conferência de Puebla a responsável pelas mudanças na relação da Igreja com a comunidade negra no Brasil, a partir de sua opção pelos pobres e oprimidos. Neste sentido, ele mostra que as APN's surgem no contexto do movimento negro, embasando sua ação e militância sobre o tripé: fé, cultura e política. Quanto aos militantes ele os definiu como:

> Pessoas engajadas que exercem atividades voltadas para a comunidade negra; que se unem a todas as instituições e movimentos negros que lutam pela mesma causa; cujo trabalho oferece acolhida a todos aqueles que se identifiquem com a luta contra toda forma de racismo, superando as diferenças de cor e religião e que, enquanto organização, não estão vinculadas a nenhuma política partidária (ROCHA, 1998, p.80).

Com efeito, para Valente (1994, p. 101), os agentes de pastoral negro, "são pessoas engajadas que exercem atividades voltadas para a comunidade negra; a partir da própria identidade de fé, o agente de pastoral negro se une a todas as instituições e movimentos negros que lutam pela mesma causa".

Para Pereira (2003, p.65), o apoio econômico e institucional das igrejas foi fundamental para a formação desses militantes e para a articulação dos diversos grupos, e ainda, que essa ação e formação fossem dirigidas ao grupo religioso ou aos leigos ligados diretamente a Igreja, "em pouco tempo estavam integrados ao conjunto do Movimento em formulações e atividades coletivas. Sua contribuição, desde então, tem sido inestimável."

Valente (1994) e Rocha (1998), apontam que apesar da não vinculação político-partidária que diferenciava os agentes da APN, não havia total aceitação das APN's por parte de setores do movimento negro. Este via com desconfiança a luta das APN's no combate ao racismo uma vez que estavam ligados à Igreja, instituição que apoiou e se beneficiou com a escravização do negro por séculos. Por outro lado, as APN's sofriam críticas de setores conservadores da Igreja, que alegavam que a organização dos negros na pastoral iria dividir a Igreja com a discussão sobre racismo e discriminação racial, levando para o interior da instituição o "racismo ao contrário".

O movimento negro de base católica não foi poupado das críticas dos setores conservadores e progressistas da Igreja e da sociedade, tomados pela crença no mito da democracia racial. No entanto, para além das diferenças, as APN's foram de grande importância para a construção de quadros de origem popular para o movimento negro.

Pode-se dizer que a construção da identidade negra e o combate ao racismo, devido a repressão imposta naquele momento político, deu-se através das diversas ações de grupos que compunham o conjunto das entidades do movimento negro. Neste sentido, no seu ato de fundação o MNUCDR conclamou a todos os segmentos para somar forças no combate ao racismo, admitindo as diversas frentes de lutas: pessoas dos terreiros de candomblé, escolas de samba, igreja, enfim, em "todo lugar onde o negro vive". São muitos os lugares onde estão e cada lugar onde o negro está certamente é um espaço de cultura negra, e lugar de cultura negra sempre foi lugar de resistência política, vide a capoeira, jongo, o candomblé e tantas outras manifestações dessa cultura.

Se reconstruindo nos anos de 1970, em pleno regime militar, cada grupo que se organizava no país, já trazia em suas concepções organizativas estratégias para driblar a repressão e encaminhar a luta a partir de suas especificidades. Cada estratégia de luta, através

da articulação dos mais diversos grupos, denunciava o racismo estruturado na sociedade brasileira, apontava caminhos, mostrando que o racismo operante nas relações raciais no Brasil não podia ser ignorado.

A partir da valorização da ancestralidade negra, da cultura negra, e de um novo olhar sobre a história do negro no Brasil, o movimento negro se diversificou, se organizou e construiu estratégias de ações políticas de combate ao racismo e à discriminação racial. Neste sentido, Pereira defende a assertiva de que:

> Num pique vertiginoso, haviam-se multiplicado grupos e entidades negras em todas as partes do país, com o objetivo declarado de lutar contra o racismo. Conseguiram desencadear entusiasmada propaganda a discriminação racial de uma forma inédita. Solenidades e eventos maiores em datas significativas eram realizados coletivamente e com sensível carga emocional. Criou-se um corpo de linguagens e procedimentos próprios a partir das matrizes africanas, com a contribuição também das referências históricas e o acúmulo de experiências "afro-brasileiras" – estes eram os conteúdos fundamentais da construção de uma nova Consciência Negra, que aos poucos, se irradiaria fortemente sobre toda sociedade (PEREIRA, 2008 p.65, 66).

Dentro desse contexto, Rocha (1998), ao analisar as características das diversas organizações que compõem o movimento negro, aponta que as organizações de caráter religioso são caracterizadas "como aquelas cuja fé funcionava como elemento motivador das lutas sociais de caráter étnico-racial." Rocha (1998), assinala o "setor eclesial" ligado aos religiosos da Igreja Católica como "alavanca de sustentação" dessas organizações.

Cabe-nos reafirmar que o movimento negro, longe de ser um bloco monolítico, traz em sua gênese uma diversidade de pensamentos, de olhares, de formas de luta que não permite que seja tratado como um corpo homogêneo. No entanto, podemos afirmar que a espinha dorsal desse movimento social é sem dúvida a luta contra o racismo em todos os lugares e em todas as suas nuances.

Em acordo com Pereira (2003), a construção da consciência negra e de espaços para a luta antirracista no interior da Igreja Católica foi de extrema importância para a luta do movimento negro, no entanto, vale salientar que as comunidades de terreiros, das religiões de matrizes africanas são reconhecidamente as precursoras do movimento negro de base religiosa, dada as suas contribuições históricas para a resistência da identidade cultural do negro, sendo estas, historicamente, mesmo antes do governo militar, as primeiras a serem criminalizadas e vigiadas pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro.

A repressão e vigilância do SNI sobre o movimento negro de base católica

Já nos anos de 1970 e 1980, os órgãos de repressão composto pelo Serviço Nacional de Informações e seus organismos de apoio, vigiaram de perto o ressurgimento do movimento

negro contemporâneo e todas as ações que lhes diziam respeito[2]. Pressuposto, a reorientação da igreja para o campo progressista, não passou despercebida dos militares e dos órgãos de repressão, sendo assim, a própria Igreja Católica também fora vigiada e as ações pastorais e membros do clero ou leigos ligados a instituição também o foram. Fato este, que atingiu os clérigos negros e suas ações nas pastorais.

De acordo com o projeto Brasil Nunca Mais, a partir de 1968, com o Ato Institucional Nº 5 –AI5, houve também um agravamento da repressão em torno de membros do clero e da própria instituição. Segundo Fico (2001, p.192), a partir do posicionamento da CNBB contrário ao regime militar, bispos e padres que assumiram esse discurso, passaram a ser vigiados pelos órgãos de segurança e informações. Até mesmo os membros da alta hierarquia da Igreja Católica, tiveram seus nomes e ações inclusas no aparato de repressão do SNI

Na análise de Bezerra (2010, p.49) - no que diz respeito a visão da "comunidade de informações" -, sobre a atuação dos bispos da Igreja Católica na década de 1970, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve um papel fundamental na contestação do arbítrio dos governos militares, sobretudo após 1968. A despeito daqueles bispos que continuaram sustentando o regime ao longo de toda a sua duração, alguns integrantes do episcopado tiveram uma importância fundamental na luta contra o regime militar.

Bispos como Dom Hélder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns, D. Ivo Lorscheiter, D. Waldyr Calheiros, D. Pedro Casaldáliga, D. Adriano Hypólito, entre outros, adotaram diversas estratégias de oposição que iam desde a denúncia de tortura no Brasil e no exterior, até o uso de sua força simbólica na defesa de presos políticos ou na luta pelos direitos dos posseiros de terras, dos povos indígenas e dos direitos humanos.

Diante do autoritarismo do regime, as atividades da comunidade de informações atingiram por meio da vigilância, da perseguição, além de instituições, diversos grupos e indivíduos da sociedade brasileira, que foram observados, vigiados, sendo alvo de relatórios produzidos pelos órgãos de informações. De acordo com Fico (2001), no que diz respeito a igreja, seu clero tido como "progressista" chamou a atenção do SNI em especial entre os anos de 1970 e 1980.

Desta forma, os órgãos de vigilância estavam atentos a toda movimentação de bispos no Brasil e no exterior, como foi o caso de D. Helder Câmara [3]que foi acusado pelos militares de

[2] Discutimos esse tema na dissertação de mestrado, defendida em 2015 pelo PPGEDUC/UFRRJ, intitulada: O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais.

[3] Sobre a atuação de D. Helder Câmarahttp://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-helder-camara/. Acesso: junho 2021. Ver também: http://memoriasdaditadura.org.br/igreja/ Acesso em 21/07/21

pertencer a “esquerda cristã” e teve toda sua caminhada vigiada pelos órgãos de informação do SNI[4], e muitos outros membros do clero que vieram a sofrer com a vigilância e perseguições no decorrer do regime militar. Muitas são as informações e dossiês produzidos pelos órgãos de vigilância em torno da atuação e da vida de religiosos e leigos ligados à Igreja Católica e outras igrejas cristãs.

Neste sentido, na análise de Bezerra (2010, p 99) a comunidade de informações, criou para bispos e membros do clero a alcunha de “esquerdistas” fixando-lhes socialmente essa imagem. “Para eles, era evidente a aproximação de determinada ala da Igreja das ideias comunistas, principalmente quando defendiam os direitos humanos e, também, melhores condições de vida para os grupos sociais desfavorecidos”.

No que diz respeito ao movimento negro contemporâneo, houve uma grande apreensão dos militares com sua atuação. Para além da obsessão com o comunismo e o avanço dos ideais de esquerda no país, os militares, preocupados com a unidade nacional, afirmavam a crença do país como uma democracia racial, negando e silenciando em torno do racismo vigente nas relações raciais no Brasil, evitando assim o despertar para o que chamavam de “antagonismos sociais”. Soma-se a esses fatores, uma grande preocupação com a imagem do país no exterior o que levou os governos militares - através de seus órgãos de repressão -, a impingir uma vigilância acirrada as diversas organizações deste movimento social, que difundiram-se por todo o Brasil entre os anos de 1970 e 1980.

Durante o regime militar, muitas dessas instituições e indivíduos foram vigiadas pelos órgãos de repressão. Nos arquivos do SNI, encontramos dossiês que listam essas organizações e muitas de suas lideranças, sempre atentos as finalidades e nível de atuação, buscando um controle das ações do movimento negro, enquadrando-o na Lei de Segurança Nacional.

Tal afirmativa, é evidenciada por vários documentos com carimbos de confidencial ou sigilosos onde os agentes dos órgãos de vigilância do SNI detalham em relatórios as reuniões, eventos e demais ações das organizações do movimento negro, bem como a vida e as ações de suas lideranças. Como se pode encontrar na Informação Nº 0444/19/AC/77, difundida pelo CENIMAR com difusão para o Departamento de Policia Federal –DPF e órgãos de vigilância do SNI, que versa sobre o movimento musical “Black- Bahia" e a propagação do movimento negro para os Estados do Nordeste. Sendo esse apenas um exemplo do muito que ainda há que se pesquisar sobre o movimento negro e a ditadura militar.

[4] Dossiê de D Helder Câmara Arcebispo de Olinda Pernambuco –Pe. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70013361_d0005de0010.pdf de 8/5/1970.

Como vimos, o GRUCON, é criado em 1981, já em maio de 1982, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações, traz um documento[5] com difusão por diversos órgãos de vigilância[6] onde descreve o processo de criação e as primeiras atividades da organização em Goiânia, bem como a fala do seu coordenador. O documento descreve o Boletim Informativo denominado "Voz do Negro", como órgão de divulgação do GRUCON e com a seguinte analise do agente: “Este boletim procura conscientizar o negro sobre a existência do preconceito racial, de modo a criar antagonismos raciais e estimular a revolta contra es estruturas econômicas, sociais e políticas do país”.

Já em 1983, um outro informe[7], fala e traz na integra uma nota de 20 de novembro de 1983, veiculada pelo Grupo União e Consciência Negra (GRUCON), de Florianópolis/SC, no Jornal "0 ESTADO", alusiva as comemorações pelo “Dia Nacional da Consciência Negra”. Tomamos aqui, essas duas informações que exemplificam a vigilância dos órgãos de repressão em torno do GRUCON. No entanto, encontramos nos arquivos do SNI, mais que uma centena de documentos redigidos entre 1982 e 1990 sobre essa organização.

No que se refere aos Agentes de Pastorais Negros – APNs, ainda que sob tutela da Igreja, não passaram despercebidos das agências de informação e vigilância. O caráter progressista das APNs, ligado a “esquerda católica”, a valorização da identidade e da cultura negra dentro da igreja, bem como a luta de combate às desigualdades raciais e ao racismo na sociedade brasileira, justificaram a vigilância dos órgãos de repressão. Assim, durante toda década de 1980, mesmo com o processo de abertura política, encontramos documentos dos arquivos do SNI que confirmam essa afirmativa.

Alguns representantes regionais das APNs, tinham seus passos vigiados, como é o caso do representante de Rondônia, que em 1989 teve seu nome registrado no Informe de nº 290/E2. / 89, sob o assunto: Agentes de Pastorais Negros (APN). O documento traz informes pessoais como filiação, endereço e ocupação, bem como uma referida candidatura a vereador pelo PT de Rondônia.

Nesta mesma perspectiva, um informe de 0 6 de agosto de 1987[8], dá conhecimento sobre o Movimento dos religiosos, seminaristas e padres negros do Estado do Rio de Janeiro. Apontando que o “movimento tem caráter nacional” estando os citados religiosos, naquele

[5] Informação Nº 0129/19/AC/82
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82024596_d0001de0001
[6]CIE-CISA-CENIMAR-Cl/DPF:O Centro de Informações do Exército, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica –CISA, o Centro de Informações da Marinha-CENIMAR, e o Departamento de Policia Federal-DPF.
[7] Informe 0657/19/ACT/83
[8] Informe Nº 9 54 7 / D V - 3 / A R J / 8 7, de 0 6/08/1987

momento, participando de um Congresso de Religiosos Negros, em Florianópolis/Santa Catarina/SC. O documento, dada a sua inconsistência de endereçamento e difusão, vai de encontro a análise de Bezerra (2010, p. 162) quando diz que "os analistas de informações nunca deixaram de produzir informações sobre os bispos", neste caso, também seguiram produzindo informações sobre o movimento negro.

A Campanha da Fraternidade de 1988, e todo o processo de concepção da mesma está registrado nos arquivos do SNI. Boa parte desses documentos trazem somente o registro, documentos da própria CNBB e as cartilhas produzidas para a campanha[9], bem como as organizações envolvidas, porém boa parte deles sem analises ou apreciações dos agentes.

Uma das questões pautada nos registros são as divergências da alta hierarquia da igreja e das APNs em torno da escolha do tema da campanha da fraternidade que naquele ano foi: "A Fraternidade e o Negro", com o lema: "Ouvi o Clamor Deste Povo", bem como e principalmente da forma como as ações seriam encaminhadas. As divergências entre a CNBB e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, na figura de D. Eugenio Sales, então arcebispo do Rio de Janeiro, é apontada no documento de 3 de junho de 1988, quando diz que: "escolhido pelo Conselho Permanente da CNBB, o referido tema sofreu sérias restrições por parte de um grupo de bispos, ao considerar que o assunto poderia exacerbar o racismo no país, da forma como fora explorado"[10].

O documento citado traz registrada toda a discussão da igreja em torno da campanha da fraternidade de 1988, bem como anexado o material da campanha produzido pelos grupos divergentes. Neste, o agente expressa sua análise em torno da questão: "Observa-se, assim, que a temática do negro, antes de se constituir numa questão social e racial, é fundamentalmente política e vem sendo colocada de forma incompatível com os objetivos nacionais de paz social, ao estimular a formação de um quisto racial no País".

Segundo Valente (1994), apesar da mobilização das APNs, com a escolha do negro como tema da campanha da fraternidade daquele ano, em que se completava os cem anos da abolição, a proposta de discussão da questão negra renderia dificuldades de todo tipo. Uma das questões se dava em torno da questão da raça e certamente em função da crença na democracia racial que impedia a sociedade, os militares e a Igreja a encarar a discussão em torno do racismo e das desigualdades raciais no Brasil. No que diz respeito a campanha proposta pela CNBB e a proposta por D. Eugenio Sales, de acordo com Valente:

[9] BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88068116_an_02_d0001de0001
[10]BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88068116/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88068116_d0001de0002

> Se em ambas as campanhas se pretendeu discutir a questão negra no Brasil, a diferença entre as duas se deixou perceber: enquanto a primeira qualificava a democracia racial como um mito para esconder as desigualdades existentes entre negros e brancos, a segunda atestava a democracia racial como um fato. (VALENTE:1994, p.134)

A resistência da hierarquia da igreja e de boa parte da sociedade, esteve representada nos registros do SNI em torno da campanha da fraternidade daquele ano. O olhar dos agentes no documento vai de encontro a percepção da arquidiocese do Rio. Nesta análise: "com base no material preparado pela CNBB para a CF-88 e nas reações verificadas, antes de seu lançamento oficial, dentro e fora da Igreja, o primeiro fruto a ser colhido no decorrer da Campanha será o do estímulo ao surgimento de outra forma de racismo, ou seja, o do negro contra o branco"[11].

Naquele 1988, ano do centenário da abolição, várias estratégias de luta foram traçadas por todo o movimento negro para denunciar o racismo existente no Brasil, num enfrentamento as comemorações oficiais. Nos arquivos do SNI, são inúmeros os documentos que registram esses momentos, seja com informações sobre as ações pastorais em torno do assunto, seja na mobilização do movimento negro com a chamada para a "marcha do centenário da abolição" por todo país em especial no Rio de Janeiro.

Nos arquivos é possível encontrar dossiês que tratam das mobilizações alusivas ao centenário da abolição da escravatura, como é o caso documento[12] que informa que no Rio de Janeiro, "o evento, contou com a participação de cerca de 4.000 pessoas, entre militantes do movimento negro e atores também ligados à causa".

O documento traz também a relação das pessoas identificadas no evento, as "Palavras de Ordem" pronunciadas na marcha e as frases escritas nas principais faixas. Em outro documento[13], sobre o centenário da abolição, a orientação do agente é que a agencia acompanhe as mobilizações e atividades do movimento negro e de outros grupos interessados na questão; orientar a atenção para as principais lideranças, objetivos, a aceitação pública, repercussões e a amplitude de participações; e ainda antecipar a existência de possíveis calendários de eventos, tudo para o devido acompanhamento e vigilância do SNI.

[11]BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88065691/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88065691_d0001de0002

[12]BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88066796/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88066796_d0001de0001. ACE Nº 066796 88, de 20/07/1988

[13]BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/RRR/88011915/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_88011915_d0001de0001

Considerações finais

Diante do exposto, é sabido e reconhecido pelo movimento negro, a importância do posicionamento da Igreja Católica diante da repressão implementada pelos militares nos anos que se seguiram ao golpe militar. A defesa dos direitos humanos pela alta hierarquia da igreja e sua ação política em socorro aos perseguidos políticos e contra a violência imposta pelos militares aqueles que se opuseram ao regime, foi fundamental na luta de todos os movimentos sociais, inclusive o movimento negro, pela redemocratização do país.

Já na luta no combate ao racismo e a todas as formas de discriminação racial, principal bandeira do movimento negro, militantes do movimento negro para além das divergências conjugaram com as APNs nessa luta. A integração das APNs com as demais organizações do movimento negro como pontuado por Valente (1994), por Rocha (1998), e por Pereira (2003), materializou-se em apoio e em diversas ações conjuntas.

Uma evidencia da articulação entre movimento negro e as APNs, que apontamos também como uma homenagem, é a fotografia da capa da cartilha dos grupos de base dos agentes de pastoral negros, editada pela Editora Vozes em 1988 para a Campanha da Fraternidade daquele ano, sob o título: "OUVI O CLAMOR DESTE POVO" ... NEGRO.

A capa é uma fotografia feita por Januário Garcia[14], expoente militante do movimento negro, naquele momento presidente do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN[15], instituição que se constituiu com a principal articuladora das ações e organizações do movimento negro no Rio de Janeiro. A referida cartilha, configura como material apreendido pelos órgãos do SNI, conforme documentos[16]encontrados nos arquivos do SNI.

Chegamos a termo, chamando a atenção para o fato de que são muitos os documentos que apontam para uma vigilância acirrada aos movimentos sociais, muito para além do movimento estudantil, principal foco da historiografia sobre a resistência à ditadura militar. Encontrarmos documentos produzidos pelo SNI mesmo após 1985, com a eleição indireta para presidente e 1988 com a promulgação da nova Constituição do Brasil, o que prova que até sua

[14] Sobre Januário Garcia ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Janu%C3%A1rio_Garcia .Acesso em 03/08/21; https://www.januariogarcia.com.br/ .Acesso em 03/08/21; https://www.geledes.org.br/rio-de-todas-as-africas-diasporas-cariocas-nas-lentes-de-januario-garcia/?gclid=CjwKCAjw0qOIBhBhEiwAyvVcf978PfKz9tgSwzxluNed93mJHKpVS__NT4Qz05GNysH7B7t-RNmEChoCGC0QAvD_BwE .Acesso em 03/08/21.

[15] Sobre O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras- o IPCN Ver: http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/vida/negritude-de-corpo-e-alma.jsp. Acesso em 14/11/20.

[16] BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88068116/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88068116_an_02_d0001de0001.pdf

extinção através da Medida Provisória nº 150 em 1990, suas agencias e agentes seguiram vigilantes produzindo informações sobre aqueles que eram vistos como inimigos do sistema.

No que diz respeito ao movimento negro, esse fato aponta a necessidade de pesquisas que tragam à tona a ação da repressão em torno dessas organizações por todo Brasil.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. BNM – Projeto "Brasil: Nunca Mais". Tomo III, Perfil dos Atingidos. Editora Vozes, Petropolis,1988.

BEZERRA, Paulo César Gomes. A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação de mestrado. UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós graduação em História Social, Rio de Janeiro: 2010.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em:
<http://periodicos.und.br/index.php/ser-social/article/viewfiee/1025/685>. Acesso em: jan. 2015.

FORTES, Alexandre. História e perspectivas da esquerda. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GORENDER, Jacob. "O ciclo do PCB: 1922-1980". In: REIS FILHO, Daniel Aarão Filho; GARCIA, Marco Aurélio; FORTES, Alexandre (Orgs.). História e perspectivas da esquerda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Chapecó: Argos, 2005.

_____. Combate nas trevas. [5. ed.], rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014.

JESUS, Marize Conceição de. O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais. Dissertação de mestrado-PPGEDUC-UFRRJ. 2015.

KÖSSLING, KarinSant'Anna. As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP –1964-1983. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007.

LAGÔA, Ana. SNI Como Nasceu Como Funciona. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

MORAES, Dênis de. A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, As Forças Populares Repensam Seus Mitos, Sonhos e Ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.
NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ or editor produtor editor, 2002.

PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
_____. SILVA, Joselina da (Org.). O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil culturas políticas e tradições”. In:
ROCHA, José Geraldo da. Teologia & negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros. Santa Maria-RS: Gráfica Editora Pallotti, 1998.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. O negro e a Igreja Católica. Mato Grosso do Sul, CECITEC/UFMS,1994.

Fontes

https://pt.wikipedia.org/wiki/Janu%C3%A1rio_Garcia.; https://www.januariogarcia.com.br/ . Acesso em 03/08/21

https://www.geledes.org.br/rio-de-todas-as-africas-diasporas-cariocas-nas-lentes-dejanuariogarcia/?gclid=CjwKCAjw0qOIBhBhEiwAyvVcf978PfKz9tgSwzxluNed93mJHKpVS__NT4Qz05GNysH7B7t-RNmEChoCGC0QAvD_BwE. Acesso em 03/08/21

http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/vida/negritude-de-corpo-e-alma.jsp. Acesso em 14/11/20.

http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-helder-camara/ . Acesso: junho 2021.

http://memoriasdaditadura.org.br/igreja/ Acesso em 21/07/21

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf.Acesso: julho de 2021.

Wicca no Brasil: expansão da religião e inclusão de panteões indígenas brasileiros

Telma Lucia de Mello Castro
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

A Wicca, religião neopagã que deriva de cultos ancestrais, fundada por Gerald Gardner,[1] tem se estabelecido no Rio de Janeiro desde 2004, quando wiccanos dessa cidade conceberam a União Wicca do Brasil – UWB (BEZERRA, 2012, p. 44). Propagando rituais de natureza xamânica, a Wicca é também intitulada "a religião das florestas" ou "a Antiga Religião". Tem natureza duoteísta, com ênfase na mitologia nórdica, celta e helênica. Seu principal representante no Brasil é o sacerdote Og Sperle.[2]

Porém, o foco do nosso trabalho é a figura da mulher e da mitologia que a cerca, traçando um comparativo entre a cosmologia indígena brasileira e mitos de outras culturas, entrelaçados em um mesmo contexto: a força feminina. Segundo Gardner: "Houve bruxas em todas as épocas e países. Mas também existiram homens e mulheres que tiveram conhecimento sobre curas, filtros, encantos [...]. Por vezes essas pessoas foram odiadas, por vezes foram amadas. [...]. Era, provavelmente, uma era matriarcal" (2019, p. 35).

Recentemente, a possibilidade de culto aos panteões indígenas brasileiros é cogitada nos espaços de estudos da religião Wicca. Mavesper Cy Ceridwen,[3] pesquisadora sobre o culto ancestral, tem algumas publicações que levam à reflexão dessa possibilidade, embora tal

[1] Gerald Brosseau Gardner (13/06/1884 a 12/02/1964). É considerado "o pai da bruxaria moderna", tendo propagado a Wicca como o retorno da "Antiga religião". Também conhecido como Scire, era um Wiccan inglês, além de autor, antropólogo e arqueólogo amador. Ele foi imprescindível para trazer a religião contemporânea pagã da Wicca à atenção do público, escrevendo alguns de seus textos religiosos definitivos e fundando a tradição da Wicca Gardneriana. Lançou seu primeiro livro sobre a Wicca em 1954: *A Bruxaria Hoje*. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Gerald_Gardner_(Wiccan)&oldid=1027376584. Acesso em: 31/10/2021.

[2] Nasceu em 1971, na cidade do Rio de Janeiro, onde mora e trabalha. Sacerdote Wiccano desde 1992, Og Sperle possui formação em parapsicologia. Trabalha como psicoterapeuta Holístico desde 1998, registrado na Sociedade Internacional de Terapia (SINTE), com o CRT nº 33531, no qual é credenciado nas técnicas de Terapia em Sincronicidade, Fitoterapia, Aromaterapia e Florais de Bach, utilizando também em seu trabalho os conhecimentos de Foto Kirlian, Cromoterapia, Massoterapia, Numerologia e Programação Neurolinguística (PNL). Disponível em: https://pt.wiktionary.org/wiki/Utilizador:Og_Sperle. Acesso em: 31/10/2021.

[3] Sacerdotisa wiccana brasileira há mais de 30 anos. Advogada formada pela Universidade de São Paulo, é uma das fundadoras da Tradição Diânica do Brasil, primeira Tradição de Wicca nascida no país. É também uma das fundadoras da Igreja de Bruxaria e Wicca do Brasil (IBWB). Dedica-se à pesquisa de Tealogia comparada (estudo da Deusa, Tealogia) e organiza eventos neopagãos pelo Brasil. Foi coordenadora nacional do Projeto Deusa 2000, evento mundial coordenado por Abby Willowroot. Ceridwen é presidente da Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca (Abrawicca) desde 2004. Mavesper Ceridwen foi nomeada pela então ministra Maria do Rosário para a primeira formação do Comitê de Diversidade Religiosa, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de novembro de 2011 a janeiro de 2013. Contribui para o diálogo interreligioso e defende o Estado laico. Em 2003, publicou o livro "Wicca Brasil – Guia de Rituais das Deusas Brasileiras", pela editora Gaia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mavesper_Cy_Ceridwen>. Acesso em: 31/10/2021.

abordagem seja bastante criticada entre os adeptos da Wicca que seguem os ensinos de Gerald Gardner com base "na história dos costumes celtas e nas práticas anglo-saxônicas" (GORI, 2020, p.22). Os seguidores brasileiros de Gardner, em sua maioria, entendem o culto aos panteões indígenas como apropriação cultural; surge dentre esses adeptos aqueles que contestam em que medida o culto aos panteões celtas e nórdicos são legitimados no Brasil, em detrimento dos panteões da *Terra Brasilis*. Por sua vez, os povos indígenas brasileiros lutam pela preservação da memória e costumes, também embasados na ancestralidade xamânica. Porém, existem várias barreiras: a primeira, mais atual e visível, é a questão política que visa o apagamento progressivo das comunidades indígenas, a começar pela redução do seu espaço territorial. A segunda, é a própria historicidade, já que são comunidades que transmitem sua cultura de forma oral. Então, espelhemo-nos no conceito de fonte histórica:

> Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é o documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial. (Dicionário de conceitos históricos. Verbete fonte histórica. P. 158).

Ceridwen, na defesa do culto aos panteões indígenas, transforma esses vestígios em documentos históricos, pois registra em seu livro *Wicca Brasil: Guia de Rituais das Deusas Brasileiras*, inúmeras divindades femininas indígenas. Há, porém, uma forte rejeição dessas por parte de lideranças da religião no país, que defendem a Wicca em suas origens, seguindo a tradição criada por Gerald Gardner. "A atitude religiosa da bruxaria começa com distinção e oposição; a bruxaria se afirma [...] escorada no cenário rejeitado da cultura dominante" (RUSSEL; ALEXANDER, 2019, p. 204). Sendo a cultura dominante a propagação do Cristianismo, em particular do neopentecostal, é natural que os líderes neopagãos da Wicca se insurjam e rejeitem qualquer movimento que ameace sua integridade doutrinária.

A Semiologia nos vestígios históricos brasileiros e o Sagrado Feminino

O Sagrado Feminino é um estilo ou uma filosofia de vida, com vistas à ancestralidade, no qual a mulher passa a observar-se como parte da natureza e a compreender sua vida em ciclos: o ciclo menstrual, o ciclo gestacional, o ciclo da própria vida como partes da natureza. Assim, elas oferecem seu sangue menstrual à Lua, por ser uma representação cíclica. Não é uma prática nova: vem com o surgimento do mito como necessidade do ser humano, e precede

a religião. O que difere hoje é o lugar comum com o feminismo. Sobre a conexão entre a História e o corpo como elemento ritualístico, Barthes diz:

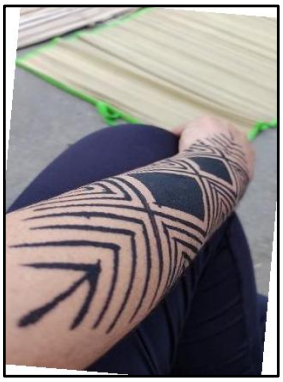
> É o que Michelet tinha compreendido: a História, em fim de contas, é a história do lugar fantasmático por excelência, isto é, o corpo humano; foi partindo desse fantasma, ligado nele à ressurreição lírica dos corpos passados, que Michelet pôde fazer da História uma imensa antropologia. A ciência pode, portanto, nascer do fantasma. (BARTHES, Roland, 1978, p. 43-44).

Na cultura indígena brasileira, há uma festa para meninas após a primeira menstruação. Tal celebração é um ritual de passagem para a vida adulta e, como em todas as outras comemorações indígenas, há o encontro com os corpos passados ("ancestralidade" ou "encantados"). A visão cíclica do corpo feminino é cultuada por toda aldeia.

> Segundo apuramos em campo, a festa da moça é iniciada depois das descobertas dos primeiros sinais da menarca das meninas. A mãe e as mulheres mais velhas, sobretudo, as avós, pintam seus corpos, o que garantirá efeito terapêutico de proteção contra a ação dos espíritos errantes (espíritos dos mortos), do dono da água (*Iwán*), e da floresta (*Marana -ywa*). Uma vez não procedendo com a pintura corporal, os corpos das "meninas-moças", forma nativa como são chamadas as moças em iniciação, podem estar expostos em loucura e doenças orgânicas. O líquido do jenipapo (*Genipa americana* L. - da família *Rubiaceae*) é usado na limpeza corporal, Garantindo-lhes boa saúde e fertilidade. (PONTE; AQUINO, 2013).

A presença do jenipapo na pintura indígena é significante em todas as etnias. O grafismo na ilustração é típico do grupo Guajajara e representa a limpeza espiritual antes dos rituais de honra aos seus mitos, que são os elementos da natureza. Enquanto entoa um canto de adoração, a mulher indígena faz a pintura. Depois explica que está se "pintando de força".

Figura única – grafismo com jenipapo



Fonte: arquivo pessoal da autora

A concepção de que nos rituais há uma conexão espiritual com a ancestralidade, deriva da crença, da fé em outro ser, em universo que transcende tempo e espaço. Essa busca torna-se

cada vez mais intensa à medida em que o indivíduo percebe o caos iminente, que deriva da anomia.[4] Sobre a fé, René Dubos afirma:

> No decurso da História, a fé tem assumido muitas formas, mas quer seja simbolizada por um Deus pessoal ou concebida como uma filosofia abstrata, ela sempre envolveu uma visão do homem que se estende além do aqui e agora. Quanto mais extenso o relacionamento, tanto maior o significado; esta é a razão pela qual a religião e a filosofia, apesar de sua aparente falta de utilidade prática, permanecem tão atraentes à humanidade. (1974, p. 269).

Wicca e mitologia indígena

A origem da bruxaria neopagã é atribuída a Gerald Brosseau Gardner, que dizia ter recebido os conhecimentos de uma velha bruxa, Old Dorothy Clutterbuck.[5] Entretanto, não há nada que prove de forma efetiva a existência ou o contato de Gardner com essa mulher, já que muitas vezes seu próprio caráter foi colocado em dúvida. Mas é certo, porém, que foi ele o grande propagador dessa "antiga religião". Em 1949, Gardner publicou sua primeira obra com referências à magia. Não era um manual ou livro religioso, mas uma novela fictícia: *Com o auxílio da alta magia*. O tema dessa obra despertou o interesse de muitas pessoas. Porém, o trabalho de Gardner, embora tenha protagonizado a religião neopagã Wicca, não surgiu por si só, mas foi:

> O produto ou a continuação de uma crescente corrente mágica e espiritual, alimentada por uma rica quantidade de material publicado em numerosas fontes, de um grande espectro de grupos e ordens esotéricas que floresceram naquela época e em décadas anteriores (D'ESTE; RANKINE, 2019, p.17)

Importante ressaltar, que a bruxaria moderna não está historicamente ligada ao fenômeno medieval de mesmo nome, mas sim às especulações sobre bruxaria que começaram a emergir depois que o próprio fenômeno tinha desaparecido. De fato, a bruxaria neopagã, hoje, consiste, em grande parte, de conceitos, afirmações e terminologias elaborados nos 200 anos

[4] Anomia: Conceito de Durkheim. Como resultado negativo do Capitalismo, a sociedade degrada-se em seus valores sociais, demonstrando falta de solidariedade para com o coletivo. (DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. Martins Fontes, São Paulo, 2010).

[5] Dorothy Clutterbuck (19/01/1880 a 12/01/1951), era uma inglesa rica a quem Gerald Gardner se referia como um dos principais membros do coven de New Forest, no qual, segundo Gardener, Dorothy teria sido iniciada em 1939. Entretanto, afirmam pesquisadores, a inglesa rica era uma cristã anglican praticante e nunca se identificou como uma bruxa, e tampouco seus próprios escritos indicam que ela tinha qualquer inclinação religiosa não convencional. Em suas publicações, Gardner aludia a ela apenas como "Velha Dorothy". As declarações de Gardner foram interpretadas por sua pupila Doreen Valiente como implicando que Clutterbuck o havia iniciado pessoalmente no coven, mas autores posteriores como Philip Heselton e Eleanor Bone afirmam que seu iniciador foi na verdade Edith Woodford-Grimes (1887/1975). Edith foi membro do coven de New Forest, que se reuniu durante o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, e tornou-se amiga e parceira de trabalho de Gerald Gardner. O escritor e historiador Jeffrey Russell sugeriu que a "Velha Dorothy" foi inventada por Gardner. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Clutterbuck> e <https://en.wikipedia.org/wiki/Edith_Woodford-Grimes>. Acesso em: 31/10/2021.

entre o final do Iluminismo e o começo do século XXI. (RUSSEL; ALEXANDER, 2019, p.179).

Há um movimento, ainda singelo, e com poucos adeptos na religião Wicca, visando a inclusão dos panteões indígenas. Existem dois contrapontos nessa abordagem: segundo o Dicionário Michaelis, a Wicca é "uma religião duoteísta que reverencia uma deusa e um deus e inclui o uso ritual da magia, com código de moralidade e celebrações sazonais";[6] esta é a primeira controvérsia, já que a cosmogonia indígena é ampla e abrange vários deuses e deusas. [7] A segunda refere-se à apropriação cultural, inserção cultural de outra região e/ ou tradição, razão dos debates, posto que a linha gardeniana restringe a religião em questão aos seus panteões celtas, nórdicos e/ou anglo saxônicos. Entende-se que o contraponto refere-se à doutrina, que segue rígidos padrões que cerceiam a possibilidade de inserção de outros deuses.

O protagonismo feminino nos grupos indígenas brasileiros e na Wicca

Assim como a vertente Diânica na Wicca privilegia e "honra Diana – deusa da Lua e da caça na mitologia romana; conhecida como Ártemis na mitologia grega", considerada por Gori (2020, p. 23) como uma ramificação feminista –, a crença indígena é bastante voltada para deusas, embora entre as mulheres a prática de ritos mágicos só esteja tomando forma no tempo presente.

A mulher indígena esteve por um longo tempo à margem, até mesmo nos espaços grupais. A pajelança, sempre em mãos masculinas, negava à mulher o direito de práticas de magia. No entanto, nem sempre foi assim: "Algumas práticas mágicas eram empregadas pelas mulheres ao longo da educação dos filhos. Nos momentos de choro contínuo, as mães punham algodão, penas ou madeira sobre a cabeça dos pequenos". (RAMINELLI; DEL PRIORI, 2004, p. 12).

Esse desarraigamento social da mulher indígena, atravessava os horizontes da aldeia. Os europeus estabeleceram em seu imaginário a indígena brasileira lasciva; e, particularmente, os portugueses demonstravam incômodo pela nudez feminina indígena, fosse pelas suas formas, ou pelo despudor. Silveira afirma:

> Por séculos, a imaginação ajudou a criar a imagem de uma mulher indígena nua, devassa, adepta de favores eróticos, mas também ameaçadora, capaz de matar e dançar

[6] Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=2aXZp>. Acesso em: 31/10/2021.
[7] "Cosmogonia: Conjunto das teorias, doutrinas, princípios ou conhecimentos que se dedicam à explicação sobre origem do universo; cosmogênese.". Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cosmogonia/>. Acesso em: 31/10/2021.

> para comemorar a morte de um prisioneiro prestes a ser devorado. Staden ajudou enormemente a propagar essas ideias a partir do seu relato, publicado no livro *Viagem a Brasil* (1593), quando estarreceu a Europa. (2018, p. 56)

Particularmente, os portugueses demonstravam incômodo pela nudez feminina indígena, fosse pelas suas formas, ou pelo despudor. Sua imaginação libidinosa os levava ao autoflagelo:

> Os corpos nus provocavam a libido dos religiosos, que se autoflagelavam como forma de reprimir os impulsos bestiais; a beleza física das índias tentava contra o voto de castidade. O padre Antônio da Rocha, por exemplo, confessou suas fraquezas em relação à nudez das índias. Desde que chegara ao Espírito Santo, o religioso não passava uma hora sem sentir "estímulos gravíssimos" (DEL PRIORI, 2004, p. 20).

Além de incomodados pela aparência sedutora das índias, os europeus também tinham medo, principalmente das mais velhas, consideradas devoradoras de carne humana: "A imagem da velha canibal, nesse sentido, reunia em si os piores atributos de Eva". Partindo desse contexto das índias velhas, começaremos a abordar a mitologia.

O mito da morte

Em variadas culturas, a morte é vista como uma mulher velha, que devora homens e coleciona ossos. Na cultura celta, essa mulher é conhecida como Cailleach, a velha mulher sombria. Na cultura hinduísta, a deusa Kali é representada por uma mulher com um colar de crânios ao redor do pescoço. Na Rússia, a mesma senhora dos ossos é conhecida como Baba Yaga. A mitologia indígena também traz uma representação para a velha dos ossos: Katxuréu.

> As meninas da aldeia foram à lagoa apanhar peixinhos e sapinhos. No meio da lagoa, apareceu sob as águas uma velha horrenda, boiando. Era Katxuréu. [...] Katxuréu pediu que as meninas chamassem as mães. Quando elas chegaram, todas ficaram cantando e dançando horas a fio, transportadas a mundos encantados. Katchuréu a tudo comandava [...]. A velha disse: "Amanhã vocês vêm de novo cantar a cantiga koman, mas precisam matar um de seus maridos a cada dia, para comermos enquanto cantamos, pois essa é a verdadeira comida, não peixes e sapos". Algumas mulheres se chocaram, mas logo mudaram de ideia, porque a música as dominava. Logo animaram-se a matar os homens, e assim o fizeram [...]. Os homens começaram a perceber que iam sumindo um a um. Um homem conseguiu seguir as mulheres e viu a cena horrorizado: Katxuréu toda enfeitada com ossos dos homens mortos [...]. (CERIDWEN, 2003, p. 189).

A representação da morte como mulher tem vários sentidos, pois a mulher é a representação do ciclo da vida, morte e renascimento. A ancestralidade é sugerida nesse ciclo, e identificada nas mais diversas culturas. Também sugere a representação da superação do medo e a força do feminino. Da mesma forma outros mitos são comuns em mais de uma cultura. A Deusa-aranha, por sua vez, para os caiapós, é a cretense Ariadne (CERIDWEN, 2003, p. 141), dentre outros exemplos. Porém, o mais convincente para a inserção de panteões indígenas na

religião Wicca é o mito da Lua e suas três faces: Jacy, Cairé e Catiti; respectivamente, lua nova, lua crescente e lua cheia. Essa representação simbólica equivale, na Wicca, à "Deusa Tríplice", segundo Ceridwen (2003, p. 89). Em nota, a autora diz que "é bem possível a identificação da Triplicidade Lunar por esses nomes".

O último mito

Nos escritos de Darcy Ribeiro, encontramos uma versão do mito da criação que representa o fim definitivo da Terra e da vida. " Hoje a Terra está velha, nossa gente não quer mais aumentar. Devemos rever todos os mortos. Por fim cai a noite [...]. Não somente a tribo guarani está velha e cansada, mas toda a natureza" (NIMUENDAJÚ,[8] 1914, apud RIBEIRO, 2013, p. 339).

A citação indica uma possível fusão entre o mítico indígena e o cristianismo, segundo o próprio Darcy Ribeiro conclui. O líder yanomami Davi Kopenawa afirma a possibilidade do fim, ainda com esperança, em sua obra A Queda do Céu, publicado em 2010, quase um século após a declaração de Nimuendajú:

> A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão mais capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA, 2010, Prólogo).

O texto aponta o conflito entre a fé no mítico e a realidade que se apresenta. Se comparamos à doutrina da Wicca, que entende o caos como um estágio para uma "nova era". [9] Segundo o periódico Folha de São Paulo, o termo Nova Era ganhou força nos anos 80, mas sua origem está na união de movimentos da contracultura da década de 60: as comunidades hippies americanas e os grupos britânicos de discussão religiosa da chamada "igreja da nova luz". Ambos carregavam propostas de aceitar novas formas de integração do homem com a natureza.

[8] Relato de um índio Guarani, com resquícios da tradição cristã apocalíptica.
[9] Nova era: MENEZES, Thales de. Nova Era: a "religião"do indivíduo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26/12/1999. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fe/fe43.htm>. Acesso em: 31/10/2021.

Considerações finais

O artigo, parte de uma pesquisa maior, procura mostrar as possibilidades de determinada crença moldar-se a outras. O texto coloca em diálogo o pragmatismo da religião Wicca exercitada no Brasil e a introdução de panteões indígenas femininos.

Conclui-se que, sendo a Wicca uma religião hermética, dificilmente se estabelecerá uma abertura para mudanças doutrinárias.

Em meio ao contexto atual, em uma sociedade global com tantas demandas não resolvidas (guerras, pandemia, destruição da natureza, ganância, corrupção, preconceitos, etc.), o ser humano que preza pela vida ainda encontra forças para lutar contra a opressão. Nesse contexto, a mulher vai ocupando, aos poucos e com muita resistência, lugares e exercendo protagonismos que sempre deveriam ser seus. Um desses caminhos é a religiosidade, que se manifesta através da fé em seus mitos; o outro, a busca por sua ancestralidade, através dos costumes. Assim, o Sagrado Feminino vai reinventando a vida, porque, com a necessária licença poética, todas têm "um pouco de fada, um pouco de bruxa".

Referências

BARTHES, Roland. Aula. Editora Cultrix, São Paulo Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone-Moisés.

BEZERRA, Karina Oliveira. A Wicca no Brasil: Adesão e permanência dos adeptos na Região Metropolitana do Recife. Universidade Católica de Pernambuco. Dissertação de Mestrado (2012).

CERIDWEN; Mavesper Cy (2003). Wicca Brasil: Guia de Rituais das Deusas Brasileiras. [S.l.]: Gaia Ed. 240 páginas.

Dicio.com - Dicionário online. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cosmogonia/>. Acesso em 31/10/21.

DOROTHY CLUTTERBUCK. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dorothy_Clutterbuck&oldid=1043940010>. Acesso em: 31/10/2020.

DUBOS, René Jules. Um animal tão humano: como somos moldados pelo ambiente e pelos acontecimentos. Melhoramentos, 1974.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. Martins Fontes, São Paulo, 2010.

EDITH WOODFORD-GRIMES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Edith_Woodford-Grimes&oldid=1012868168>. Acesso em: 31/10/2020.

GERALD GARDNER. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Gerald_Gardner_(Wiccan)&oldid=1027376584. Acesso em: 31/10/2020.

GORI, Tânia. Bruxaria Natural: uma filosofia de vida. Madras Editora, São Paulo, 2020.

MAVESPER CY CERIDWEN. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mavesper_Cy_Ceridwen&oldid=56432041>. Acesso em: 31/10/2020.

MENEZES, Thales de. Nova Era: a "religião"do indivíduo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26/12/1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fe/fe43.htm>. Acesso em: 31/10/2021.

OG SPERLE. In: Wikicionário, o dicionário livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wiktionary.org/wiki/Utilizador:Og_Sperle>. Acesso em: 31/10/2020.

PONTE; AQUINO. “Para ser mulher verdadeira!” - os Tenetehara-Tembé: relações entre ritual, direitos e estrategias de afirmação cultural em ações locais https://doi.org/10.4000/nuevomundo.66051) acesso em 31/10/2021 às 10:40.

RAMINELLI, Ronald. História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.). Editora Contexto. Ano 2004. 10 ed.

RUSSEL, Jeffrey B.; BROOKS, Alexander. História da Bruxaria. Aleph: São Paulo, 2019.

SCHUMAER, Shuma. Org. Dicionário Mulheres do Brasil- de 1500 até a atualidade-biográfico e ilustrado. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei. Silva, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SILVEIRA, Maria Luiza. Mapulu, a mulher pajé- A experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Antropologia) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

Intelectualidade e regionalismo no início do século XX: a trajetória de Gustavo Barroso

Camila de Sousa Freire
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

Foram muitas as transformações ocorridas no campo intelectual na primeira metade do século XX. Segundo Sérgio Miceli, este foi um momento de desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da máquina burocrática, acarretando em transformações no interior da própria classe dirigente, assim como no mercado de bens culturais que se consolidava[1]. Para ele, as décadas de 1920 a 1940 trazem "transformações decisivas"[2] também nos setores econômico, político e cultural. Segundo Nicolau Sevcenko, o Rio de Janeiro possuía uma acumulação de recursos oriundos do comércio, das finanças e das aplicações industriais, a maior malha ferroviária do país, além do comércio de cabotagem com o Norte; era o maior centro populacional, oferecendo amplo mercado consumidor e mão de obra para as indústrias, além do seu porto que se destacava no contexto nacional[3]. Nesse período a cidade também passou por diversas modificações, como a inauguração da Avenida Central, a lei da vacinação obrigatória, a Exposição Nacional, a derrubada do Morro do Castelo e a expulsão da população pobre do centro para as áreas mais periféricas da cidade, em um movimento de reorganização urbana visando atender aos novos padrões burgueses que se impunham junto ao desenvolvimento do capitalismo. Processo que Sevcenko chamou de "Regeneração", que segundo ele:

> (...) não poderia ser considerada apenas transformação da figura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos como ela nasce em função do porto e da circulação de mercadorias, como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida e as ideias, e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam[4].

Ainda segundo o autor, a Regeneração já teria sido iniciada com o Encilhamento, em 1891, mas foi rigorosamente implementada com a inauguração da Avenida Central em 1904, continuando com as reformas urbanas e sociais até 1920. Foi nesse contexto que Gustavo Barroso iniciou sua carreira de escritor, no Rio de Janeiro. Porém, ele não estava totalmente alheio ao mundo intelectual daquele período. Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza em 1888 e ali viveu por 22 anos, até migrar para o Rio de Janeiro em 1910. Fortaleza, assim como

[1] MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
[2] Ibidem, p. 77.
[3] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 39.
[4] Ibidem, p. 58.

outras capitais, havia passado por um longo processo de modernização desde o final do século XIX, além de ter iniciado uma importante movimentação intelectual no mesmo período, com a criação da Academia Francesa[5], importante agremiação que teve como fundadores intelectuais importantes como Capistrano de Abreu e Felino Barroso, pai de Gustavo. Além disso, já havia publicado em jornais cearenses, como o jornal situacionista *A República*, da oligarquia de Nogueira Accioly, passando para a oposição em 1907. Sua primeira publicação nesse jornal intitulava-se *O descobrimento da América*. Na oposição escreveu nos jornais *Unitário* e no *Jornal do Ceará*.

Ainda no período da faculdade participou de grêmios literários e de grupos de estudo e oratória, como o Grêmio Literário 25 de Março e o Jardim de Academus, compostos por estudantes da Faculdade de Direito. Afonsina Moreira[6] destaca a intensa atividade intelectual cearense nesse período, a qual Barroso não esteve alheio. Além disso, ainda no Ceará ele já contribuía para a imprensa do Rio de Janeiro, como nas revistas *A Careta* e *Tico-Tico*, desde 1907. Em 1910, se transfere para o Rio de Janeiro, e no mesmo ano começa a colaborar para a revista *Fon-Fon*, tornando-se diretor de redação em 1916. No *Jornal do Comércio* ele inicia sua colaboração em 1911, se tornando chefe de redação em 1914, até 1919.

Porém, ao chegar no Rio de Janeiro ele ainda precisou trabalhar em outras funções antes de seguir a carreira de jornalista. Segundo Aline Montenegro[7], foi Antonio Salles, outro intelectual cearense, que conseguiu o primeiro emprego para Barroso. Ela transcreve o relato de Salles segundo o qual no início Barroso teria passado por algumas dificuldades e o teria procurado muito desanimado, chegando inclusive "a alimentar ideias sinistras de auto-destruição"[8]. Salles então conversou com o também conterrâneo Belisário Távora e este, que era chefe de polícia, conseguiu um emprego de professor para Barroso em uma escola mantida por aquela instituição; fato este que já demonstra seus contatos e o início de uma rede de sociabilidades que lhe conferia algum ganho. Outro contato que ele já mantinha no Rio de Janeiro, por correspondência quando ainda estava no Ceará, era Olavo Bilac, que inclusive chegou a mandar um poema no aniversário de um ano do primeiro jornal de Barroso, *O*

[5] Ver FREIRE, Camila de Sousa. *Terra da luz: identidade regional e o movimento abolicionista cearense.* Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.
[6] MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso.* Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
[7] MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.
[8] SALES, Antonio. "Cearenses lá fora". *Correio do Ceará*, 02/03/1928. Apud MAGALHÃES, Aline Montenegro. Ibidem, p. 29.

Garoto, publicado no Ceará. Aline Montenegro considera que ao chegar no Rio muito provavelmente Barroso procurou estreitar os laços com Bilac[9].

Além destes, outro contato foi Coelho Neto, cuja casa era frequentada por diversos intelectuais já renomados, inclusive o próprio Bilac, e que Barroso também passou a frequentar. Segundo Aline Montenegro, "Coelho Neto ocupava um lugar de destaque no mundo literário e na política. Seu salão era uma 'vantajosa extensão de sua identidade na alta sociedade como homem de letras consagrado' e tinha o costume de acolher jovens intelectuais na Capital"[10]. Era lá que Barroso "contava histórias do Ceará, demonstrando a saudade que sentia de sua terra natal. Aqueles que participavam dessas reuniões e liam os artigos de Barroso, carregados de forte caráter memorialístico e publicados na seção literária de domingo do *Jornal do Brasil*, o incentivaram a escrever um livro"[11]. Inclusive "*Terra de sol*, sua estreia no universo literário da capital em 1912, é fruto desses incentivos, daí a dedicatória feita a Coelho Neto, Eurico Cruz e Félix Pacheco"[12]. Em artigo do *Jornal do Comércio* de 20 de janeiro de 1952, intitulado "O Livro do meu destino - Memórias: Salões mundanos e literários"[13], Benedicto Costa fala sobre os salões cariocas onde intelectualidade e nobreza se encontravam. Entre estes salões, cita o de Coelho Neto. Ele diz que o salão deste era uma "ante-câmara da Academia"[14], a Academia Brasileira de Letras, pois ali eram discutidos assuntos referentes a ela e, inclusive, destaca que a candidatura de Alcides Maya foi decidida ali.

Costa cita alguns intelectuais que o frequentavam, como Oscar Lopes, Olegario Mariano, Alvaro Moreyra, Gregorio da Fonseca, Jorge Jobim, Alcides Maya, Rodolpho Amoedo, Arthur Napoleão e Olavo Bilac. Foi ali que este foi eleito príncipe dos poetas, segundo o autor. Segundo Costa: "Lá tudo se discutia: as estéticas, as cidades européias, livros, paisagens e obras d'arte"[15]. Neste salão, Barroso "colheu os primeiros sucessos de *Terra do Sol*, água-forte nordestina, um dos livros regionalistas que fizeram época"[16]. Ou seja, seu primeiro livro foi divulgado naquele importante local da sociabilidade carioca, o que nos dá mais um indício da rede de sociabilidade na qual Barroso estava se inserindo. Certamente foi de extrema importância a divulgação do seu livro de estreia em um local como esse para

[9] MAGALHÃES, Aline Montenegro. Op. Cit., p. 31.
[10] Ibidem, p. 31.
[11] Ibidem, p. 32.
[12] Ibidem.
[13] COSTA, Benedicto. "O Livro do meu destino - Memórias: Salões mundanos e literários". *Jornal do Comércio*, 20 de janeiro de 1952, Hemeroteca Gustavo Barroso, Biblioteca Virtual MHN, pasta 35.
[14] Ibidem.
[15] Ibidem.
[16] Ibidem.

que se tornasse tão conhecido como foi à época. *Terra de Sol* foi muito bem recebido pelo público e se tornou um marco na literatura regionalista sobre o Ceará, sendo a partir dele que Barroso se tornou realmente conhecido.

Nesse contexto do início da carreira intelectual de Gustavo Barroso, podemos considerar os motivos que o levaram a migrar, já que ele já possuía algumas publicações no Ceará e no Rio de Janeiro, mesmo residindo em outro Estado. Segundo o próprio Barroso, ele teria deixado o Ceará por perseguição política, já que fazia oposição à oligarquia de Antônio Pinto Nogueira Acioly, que dominava a política cearense naquele momento. Essa informação ficou consolidada como o motivo de sua migração. Aline Montenegro[17] cita a desavença que houve entre Barroso e o jornalista Carlos Câmara, do jornal *A República*, que era favorável a Nogueira Acioly. Na ocasião, Barroso escreveu um artigo alfinetando o governo deste, ao qual o jornalista respondeu em tom de ameaça, o que segundo Barroso, o levou a andar disfarçado nas ruas e sob a proteção de colegas das agremiações que participava. Porém, percebe-se um certo exagero nesses relatos, pois em seus escritos Barroso sempre destacava as lutas das oligarquias cearenses e seu caráter violento. Assim, tornar-se vítima dessa violência poderia conferir uma imagem de mártir a sua trajetória, de intelectual que passou por muitas dificuldades, como ele gostava de frisar. Começava, então, a criar sua imagem de intelectual desde a saída do Ceará. Isto legitimaria sua escrita saudosa da terra natal.

Porém, além dessa perseguição relatada por Barroso, a autora considera importante pensar em outras possíveis motivações, como a própria vontade de fazer uma carreira promissora, naquela época entendida como possível apenas na capital; embora Barroso afirmasse também que migrar era o destino natural do cearense. Como destaca Aline Montenegro, "com essas palavras Barroso colocava que a migração de cearenses para o sul é algo da ordem do destino e não do campo das escolhas"[18]. Para ela, no entanto:

> Mais do que uma fuga provocada por circunstâncias políticas, Barroso buscava seguir os passos de conterrâneos que fizeram esse movimento anteriormente e lograram êxito, como Capistrano de Abreu e Clóvis Beviláqua. Interpretar essa escolha individual como obra do destino não responde apenas a uma produção de si como vítima dos problemas de sua terra, criando uma identidade com os retirantes sertanejos. Significa também retirar o peso de sua responsabilidade sobre a escolha, procurando deixar claro que, se não fosse o destino, que transcende às vontades humanas e é visto como força divinatória que comanda a vida dos homens, jamais abandonaria a cidade natal[19].

[17] MAGALHÃES, Aline Montenegro. Op. Cit., pp. 26-27.
[18] Ibidem, p. 28.
[19] Ibidem.

Ao analisar seus escritos, vemos que Gustavo Barroso construiu sua carreira falando de sua terra natal. Logo, percebemos que ele sentiu a necessidade de criar também uma imagem de intelectual amante dessa terra que buscava descrever e, assim, conseguir legitimidade para seus escritos a partir do conhecimento e do apreço pela mesma. Afirmar que migrou por decisão própria iria contra essa imagem. Dessa forma, Barroso buscou delimitar a imagem dessa terra a partir dos seus escritos, falando do Ceará, inserindo-se naquele contexto de lutas e dificuldades que levavam os cearenses a migrar. Além disso, nas primeiras décadas do século XX, entre 1920 e 1950, os folcloristas buscaram delimitar um conceito de cultura nordestina que daria forma à região que passaria a ser conhecida como Nordeste, processo no qual Barroso também estava inserido. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, estes homens

> através de suas pesquisas, de seus escritos, de suas ações institucionais e de suas práticas, foram definindo e instituindo o que deveria ser visto e dito como sendo a cultura desta região, aquilo que seria típico, particular, singular, autêntico deste espaço e que manifestaria, portanto, sua própria essência, sua própria identidade[20].

Gustavo Barroso contribuiu para este movimento com a construção de uma identidade regional do Nordeste, ao mesmo tempo em que fortaleceu a identidade cearense ao tratar daquela região em seus escritos. Segundo Durval Muniz, a região nordestina foi pensada articulando dois temas que, para ele, são fundamentais: as secas periódicas e a ideia de uma cultura particular. A seca legitimaria o recorte regional "a partir da ideia de que teria uma natureza particular, seria um recorte natural distinto no território nacional"[21], enquanto a ideia de cultura particular seria:

> (...) produto de uma história também singular, uma cultura regional distinta, fruto do cruzamento de elementos culturais das três raças formadoras da nacionalidade, sendo a região onde a cultura brasileira, a verdadeira cultura de raiz teria se mantido imune às influências 'deletérias' do cosmopolitismo e da imigração estrangeira, que se dera em outras áreas do país, desnacionalizando-as[22].

Para Durval Muniz, o Nordeste e os nordestinos também "são invenções" de "determinadas relações de poder e saber"[23]. O autor considera importante entender essas

[20] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950).* São Paulo: Intermeios, 2013, p. 21.
[21] Ibidem, p. 22.
[22] Ibidem.
[23] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 31.

relações para superar um discurso e uma imagem sobre o Nordeste em grande parte baseados em estereótipos. Estes estariam inseridos em um "discurso de estereotipia" que, segundo ele:

> (...) é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de *uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras*. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. (...) O estereótipo não é apenas um olhar ou uma fala torta, mentirosa. O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto[24]. [grifos nossos]

Dessa forma, Durval Muniz explica que o estereótipo é uma forma de representar o que seria o diferente por aquele que se arroga o direito de dizer e determinar o que é o outro. Ao mesmo tempo, esse estereótipo se torna algo real e concreto ao ser subjetivado por aquele que é alvo do discurso de estereotipia, criando uma realidade para seu objeto. Podemos entender Gustavo Barroso como essa voz arrogante que ao mesmo tempo cria o discurso e o subjetiva, já que se coloca em uma posição diferente, mas é ele mesmo um nordestino. Nesse processo, ele cria e reafirma esses estereótipos, disseminando-os em seus escritos, atribuindo ao sertanejo imagens e termos pejorativos. Pierre Bourdieu também nos fala sobre como determinadas classificações podem produzir uma realidade e uma representação para os outros:

> (...) as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda, que as representações práticas mais expostas à crítica científica (...) podem *contribuir para produzir* aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a *realidade objectiva* à qual a crítica objectivista as refere para fazer aparecer as ilusões e as incoerências delas. Mas, mais profundamente, a procura dos critérios "objetivos" de identidade "regional" ou "étnica" não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores[25]. [grifos no original]

Ou seja, segundo Bourdieu, as classificações e representações práticas, expostas ao rigor da crítica científica, contribuem para produzir uma realidade objetiva sobre o que está sendo classificado e representado. No que se refere à identidade regional, os critérios usados

[24] Ibidem, p. 30.
[25] BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p.112.

para defini-la também são representações com a finalidade de criar uma ideia sobre o que está sendo representado. Assim, podemos inferir que foram criadas classificações e representações sobre o Nordeste, ao mesmo tempo em que se delimitava a região, para legitimar sua criação diante do restante do país, ou seja, dos "outros". No processo de criação de uma identidade regional, o olhar do outro é muito importante a fim de legitimar essa identidade, como demonstra Tzvetan Todorov. Isto porque, segundo ele, para existir, o ser humano precisa do olhar do outro. Para confirmar sua existência, precisa do reconhecimento externo. Segundo Todorov, Schopenhauer diz que o homem vive antes de tudo em sua própria pele. Porém, Todorov acrescenta que, embora talvez viva realmente na própria pele, o homem *existe* pelo olhar do outro; e sem *existência*, a própria vida se extingue[26]. Logo, para viver, o homem precisa do reconhecimento do outro. Assim também ocorre com a identidade regional. Segundo Bourdieu:

> As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradoiros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo[27]. [grifos no original]

Acreditamos que assim ocorreu no processo de criação da identidade regional nordestina, que iria legitimar a existência da região Nordeste. Para a criação dessa identidade regional, foi mobilizado o trabalho de intelectuais regionalistas e folcloristas, justamente para criar essas classificações que fariam ver e crer, "dar a conhecer" e "fazer reconhecer"; que iriam impor a definição legítima da região. Grande parte da identidade cearense foi baseada no fato de ter sido a primeira província a declarar extinta a escravidão em seu território, já em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea[28]. Porém, outra grande parcela dessa identidade se fundamentou nas secas que teriam conferido à geografia do Ceará as características especiais de um meio inóspito e de difícil sobrevivência que, por sua vez, moldariam a personalidade do próprio cearense. Este, vivendo neste meio, teria se tornado forte e resistente.

[26] TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de Antropologia geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 87.
[27] BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 113.
[28] FREIRE, Camila de Sousa. Op. Cit.

Gustavo Barroso, enquanto um intelectual cearense, descreveu os costumes e o meio cearenses para um público que pouco conhecia sobre a região. Assim, contribuiu para o conhecimento da mesma, em um momento em que acontece sua delimitação espacial a partir das características do meio geográfico e dos costumes locais (mudando de Norte para Nordeste) com o surgimento do conceito de cultura nordestina e a seleção do que seria o folclore da região, movimento do qual também participou, sendo conhecido também como folclorista. Dessa forma, contribuiu também para a consolidação de uma identidade cearense que já vinha sendo construída desde o império, principalmente pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887), responsável pela escrita da História da então província, processo que adentra o período republicano.

Em *Terra de Sol*, seu primeiro livro, o foco de Gustavo Barroso é a seca, o meio da região e tudo que está ligado a ele, como os animais, a vegetação, a terra e os homens, principalmente o sertanejo, que tem bastante destaque em sua narrativa. Ele chega a citar a abolição na província em 1884, mas este não é seu foco. Logo, nos escritos de Gustavo Barroso percebemos que a identidade cearense está fundamentada nas dificuldades do meio devido ao clima, que gera secas recorrentes. Isso formaria tipos especiais de homens que, moldados por essas características, seriam diferentes dos demais, conferindo um caráter especial ao Ceará, formando assim sua identidade. Inclusive este livro é dividido em cinco partes, que são: "O meio", "Os animais", "O homem", "A arte" e "A lenda". A parte denominada "O homem" está dividida em tipos: "Tipos desaparecidos (Passadores de Gado)", "Tipos Anormais (Cangaceiros e Curandeiros)" e "Tipos Normais (Sertanejos, Fazendeiros e Vaqueiros)". Desta divisão já podemos ter uma ideia do pensamento de Gustavo Barroso e sua visão estereotipada sobre o sertanejo, principalmente aqueles considerados "normais" e "anormais".

Sobre essa divisão do sertanejo em tipos, Durval Muniz[29] explica como ela foi conferida ao nordestino de uma forma geral, que "vai sendo elaborado, ao longo dos anos 20, na confluência de um discurso político e de um movimento cultural regionalista, que tem como centro a cidade do Recife, para onde acorria grande parte dos filhos das elites agrárias dos Estados que eram identificados como pertencendo ao Nordeste."[30] Movimento regionalista que foi exemplificado principalmente pelo Manifesto Regionalista escrito por Gilberto Freyre. Gustavo Barroso não participou efetivamente desse movimento, mas

[29] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. "A invenção de um macho". In: *Nordestino: a invenção do "falo": uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013, pp. 137-229.
[30] Ibidem, p. 139.

contribuiu isoladamente para essa ideia de região, como percebemos em seus escritos, pois ao falar do Ceará ele generalizava as mesmas características para toda a região. O principal exemplo disso já se encontra em seu primeiro livro, *Terra de Sol*, cujo subtítulo é "Natureza e costumes do Norte", quando na verdade ele só fala sobre o Ceará.

Porém, o "tipo" que foi elencado como símbolo da região foi o sertanejo, colocado, segundo Durval Muniz, quase sempre como oposto ao brejeiro, praieiro ou citadino. Ou seja, era feito um contraposto entre sertanejo, o habitante do sertão, e os demais habitantes, principalmente o do litoral. Inclusive, Gustavo Barroso escreveu um livro pouco depois de *Terra de Sol*, institulado *Praias e Várzeas* (1915), onde conta histórias ambientadas nas praias, exemplificadas pelos jangadeiros, onde ele traz histórias sobre sua vida e trabalho; e histórias ambientadas no sertão, com contos sobre vaqueiros, rixas entre famílias inimigas e tocaias de cangaceiros. A maioria das histórias tem um aspecto lúgubre e fins trágicos, sendo a tragicidade um aspecto também muito presente em seus escritos. Para Barroso, o sertanejo também seria inculto, ignorante, simplório; em razão da vida rústica e das crenças que possuía. Ele atribuía a crendices e superstições as práticas religiosas dos sertanejos, principalmente aquelas ligadas às tradições africanas, pois via a personalidade e cultura sertanejas como uma mistura das três "raças" que aqui conviviam.

O elemento africano era sempre mal visto por ele, como aquele que contribuiu com as piores características. Logo, a miscigenação foi algo negativo, principalmente aquela entre brancos e negros. Porém foram as características do branco e do índio que prevaleceram no sertanejo, segundo Barroso: "Simples, modesto, quase sem ambições, olha com desprêzo e sem curiosidade para tudo o que se não relacione diretamente com o seu meio. (...) Essa indiferença e falta de curiosidade são reminiscências do caráter índio."[31] Além disso, ele é totalmente influenciado pelo meio em que vive, tanto em tempos de seca como em tempos de chuvas, que moldavam sua personalidade:

> A alma do sertanejo é calcada na alma do sertão. Lá a natureza, quando recusa seu auxílio, nega avaramente a sombra, nega cruelmente a gôta de água, recusa tudo. Mas, quando dá, dá de mais, dá com fartura, com abundância. *Daí os dois aspectos do caráter do homem do sertão: a tenacidade na luta, quando o meio o hostiliza, e procura esmagá-lo; o descuido, a indolência e a imprevidência de quem repousa de longa luta, nos tempos bons.* A sêca calcina a terra, resseca os matagais, torra as capoeiras decotadas, vai amaciando as pastagens até pulverizá-las: o sertanejo combate estóicamente. O inverno alegra o sertão farto: êle preguiça e modorra.[32] [grifos nossos]

[31] BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol: Natureza e costumes do Norte.* 6ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 140.
[32] Ibidem, pp. 141-142.

Neste livro ele fala como alguém que tem experiência no que está falando, pois viveu naquele meio e presenciou diretamente aquela realidade. O livro começa com uma descrição das características do sertão e como reconhecer onde ele começa e termina o litoral. De acordo com Barroso só existem duas estações: a seca e o inverno. A seca começa em junho: "Morrem docemente os últimos dias de junho. Nunca mais chove."[33] Essa morbidez, tristeza e melancolia são trazidas pela seca: "Todo o sertão é duma grande tristeza, na côr, no silêncio, no aspecto; e essa tristeza em tudo se infiltra e impregna tudo: (...) tudo é triste e tudo é melancólico"[34] Assim, ele descreve os sentimentos que pairam na natureza e nos homens durante a seca: "A natureza compungida tem o desolado aspecto da desgraça (...)"[35]. Porém, para Barroso, é no momento mais crítico da seca que o sertanejo mostra sua força:

> Enfim, um dia o gado começa a cair de fome, de sêde e de fadiga. É a época mais terrível: é quando o nortista mostra a sua energia inflexível, quando mais se acrisolam suas faculdades combativas, e mais se enrija, e mais se robustece sua titânica virilidade. (...) Mas ele não se abranda e nem se verga. Só, contra a impassibilidade da natureza, luta, luta sempre. (...) E daí, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que *a sêca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes*.[36] [grifos nossos]

Assim, vemos que Barroso contribui para a ideia do sertanejo que se torna forte porque é moldado pelo meio inóspito da seca, que é uma ideia central na identidade regional cearense. Além disso, essa força do sertanejo viria desde a infância, e o meio o faria desenvolver também a generosidade, pois a despeito das dificuldades o sertanejo ainda compartilha o pouco que possui[37]. Com isso, através de seus livros e artigos Gustavo Barroso vai moldando a imagem de um povo e uma região, que de certa forma ainda permanecem no imaginário social até os dias atuais.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950).* São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. "A invenção de um macho". In: *Nordestino: a invenção do "falo": uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

[33]Ibidem, p. 18.
[34] Ibidem.
[35] Ibidem, p. 20.
[36] Ibidem, p. 29.
[37] Ibidem, p. 32.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
FREIRE, Camila de Sousa. *Terra da luz: identidade regional e o movimento abolicionista cearense.* Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso.* Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São paulo: Companhia das Letras, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de Antropologia geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Fontes

COSTA, Benedicto. “O Livro do meu destino - Memórias: Salões mundanos e literários”. *Jornal do Comércio*, 20 de janeiro de 1952, Hemeroteca Gustavo Barroso, Biblioteca Virtual MHN, pasta 35.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol: Natureza e costumes do Norte.* 6ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Entre o altar e o gongá: as trajetórias de Tancredo da Silva Pinto e Boaventura Kloppenburg e suas atuações na *Campanha de Esclarecimento aos Católicos* (1953-1962)

Farlen de Jesus Nogueira[1]
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista CAPES

1.1 Uma breve análise das trajetórias de Tancredo da Silva Pinto e Boaventura Kloppenburg

Analisar uma trajetória nem sempre é uma tarefa fácil, são várias as dificuldades que devem ser levadas em conta pelo pesquisador no momento da pesquisa. Ao longo do presente trabalho vamos analisar as trajetórias de dois atores sociais que não possuíam muita relação entre si, a não ser um evento que os colocou em lados opostos ao longo do que ficou conhecido como a "Campanha Anti-Espiritismo" ou a "Campanha de Esclarecimento aos Católicos", movida pela igreja católica contra as ditas religiões do campo mediúnico, entre 1953 e 1962, tendo como um dos seus divulgadores e líderes, por parte da igreja, Carlos José Boaventura Kloppenbug (1919-2009), ou Frei Boaventura. Tal campanha gerou respostas em importantes figuras do campo religioso mediúnico brasileiro. No lado umbandista, o frei e a igreja receberiam críticas a partir da figura de Tancredo da Silva Pinto (1905-1979), líder religioso umbandista da linha do omolocô, que era uma concepção de umbanda "reafricanizada", valorizando o aspecto cultural negro da religião.

Antes de começarmos a análise em si, gostaríamos de destacar que Bourdieu (1998), apresenta que é absurdo a ideia de tentar compreender uma vida como uma série única de acontecimentos sucessivos, ou seja, não podemos analisar uma trajetória de vida como se está se encaminhasse a um final (BOURDIEU, 1998, p.189). Portanto, para o autor:

> O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, e indecente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado- pelo menos em certo número de estados pertinentes- ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaços possíveis (BOURDIEU, 1998, p.190).

Desta forma, Bourdieu (1998) propõem a noção de trajetória, demonstrando que os agentes, por vezes, agem em diferentes campos de atuação. Assim, ao longo da presente

[1] Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

pesquisa, buscaremos analisar e mapear as redes que fizeram parte da trajetória de nosso a atores sociais em questão com foco sobre os anos da campanha anti-espiritismo.

A única entrevista realizada com Tancredo sobre sua trajetória de vida que tivemos acesso foi publicada no livro "*O Culto Omoloko"*, de Ornato José da Silva, publicado em 1981. Ornato foi aluno, amigo e filho de santo[2] de Tancredo. Na entrevista Tancredo fala sobre nomes de familiares, amigos e como foi o seu esforço ao tentar legitimar a umbanda no Rio de Janeiro.

Tancredo da Silva Pinto teria nascido no município de Cantagalo, em 10 de agosto de 1905. Seus pais carnais eram Belmiro da Silva e Edwirgens Miranda Pinto. Segundo Tancredo, na entrevista realizada com Ornato, seu avô materno era Manoel Miranda e a avó materna era Henriqueta Miranda, sobre os quais não encontramos muitas informações (SILVA, 1981, p.24).

Em outra dimensão importante de sua vida, ou seja, na religião Tancredo teria sido iniciado no omolocô, em 1918, com apenas 13 anos de idade, sendo feito para o orixá Oxóssi[3]. Segundo Antônio Pereira Camelo de Xangô, que escreveu sobre a vida de Tancredo no jornal "*O Saravá[4]"*, em 1979, Tancredo teria sido iniciado por Tia Benedita auxiliado por Tio Bacayodé, ambos bantus[5].

A migração de Tancredo para o Rio de Janeiro teria se dado ainda na adolescência, quando veio a se estabelecer no então distrito federal (SILVA, 1981, p.17). Provavelmente não teria migrado sozinho, vindo junto de sua tia Olga da Mata, que teria estabelecido uma casa de santo junto ao seu tio Paulino da Mata, em Caxias (SILVA, 1981). Entre 1920 e 1922, o líder umbandista estava morando perto do morro do Salgueiro, em Valparaiso, na rua Conde do Bonfim. Não sabemos que profissão exercia ainda nesta época, talvez a de estafeta dos correios (CUNHA, 2015). Ainda não era pai de santo, pois só receberia seu Deká[6] por meio das mãos do Ganga Zambi [7]Carlos Guerra, aos 20 anos de idade, ou seja, em 1925. Com duas responsabilidades os "Erós de Tatá TI Inkice[8], e Tahi (Oluwo de Ifá)[9]. Segundo

[2] No candomblé e na umbanda, designação genérica do iniciado (LOPES, 2004, p.277).

[3] Orixá iorubano da caça e dos caçadores (LOPES, 2004, p.504).

[4] *Jornal O Saravá,* novembro de 1979

[5] Vocábulo que pode ser usado nas formas flexionais "banto, a, os, as" ou "bantu', sem flexões e que designa cada um dos membros à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques e etc. (LOPES, 2004, p. 98).

[6] Cerimônia que marca o fim dos sete anos de iniciação e torna o iniciado, agora ebômi, apto para abrir terreiro (CAPONE, 2009, p 359).

[7] Grau de sacerdote. Na cabinda se refere a chefe de terreiro da linha das almas. Este termo também designa feiticeiro e grande sacerdote (LOPES, 2004, p.292).

[8] Conjunto de ensinamentos ritualísticos secretos, fundamento. Do ioruba èro, "experiência", "sagacidade". Portanto, o título conferia a Tancredo a possibilidade de se tornar pai de santo (LOPES, 2004, p.256).

[9] Adivinho, babalaô, jogador de búzios; sacerdote de Ifá. Entre os iorubás, é o título designativo do chefe dos babalaôs de determinada área ou região (LOPES, 2004, p.496).

Santos (2018) o nome religioso de Tancredo era “Fọ̀lkétu Olóròfẹ̀” conhecido também pela alcunha de o “Papa Negro da Umbanda” (SANTOS, 2018, p.66).

Na entrevista dada a Ornato (1981), Tancredo fala das dificuldades encontradas para estabelecer e praticar a umbanda no Rio de Janeiro. Em momento, algum o entrevistado toca na expressão racismo, esta pode estar transvestida, para nós, nas dificuldades, que segundo ele eram encontradas para se praticar a religião na cidade do Rio. Não podemos esquecer aqui a importância do não dito e como este atrelado ao esquecimento e ao silencio faz parte da organização da memória dos sujeitos, assim como da noção de memórias subterrâneas de Pollack (1989), que são as memórias dos marginalizados e que se opõem a “memória oficial” (POLLACK, 1989, p.4). Assim, na entrevista Tancredo argumenta que:

> Então, eu vi e ouvi muitas coisas; pessoas manifestadas saírem vestidas com roupa de santo saírem tocando o tambor até a delegacia, outros eram presos, amarrados, tinham desabotoadas as barreguilhas das calças e a polícia ficava com o revolver a apontar para o indivíduo. As imagens, miçangas, capas, capacetes e assentamentos dos orixás eram apreendidos e este fato pode ser constatado bastando ir ao Museu da Academia de Polícia, na Rua Frei Caneca, na cidade do Rio de janeiro. Lá no Museu existe uma imagem de exu Tiriri que já esteve em exposição em Museu dos Estados Unidos. O elemento que era flagrado praticando o espiritismo tinha que tirar seu atestado de sanidade mental (SILVA, 1981, p. 24).

Na sua entrevista, Tancredo busca apresentar um passado de perseguição para as religiões afro-brasileiras, no qual as batidas policiais eram constantes. Não podemos esquecer que historicamente, os cultos afro-brasileiras foram perseguidos por autoridades governamentais. Cabe lembrar que até pelos menos os anos de 1950, as religiões afro-brasileiras, dentre elas a umbanda, eram perseguidas e sofriam com a intolerância por parte da sociedade civil e do Estado brasileiro, estas eram enquadradas em crimes como de feitiçaria, exercício ilegal da medicina e charlatanismo (BIRMAN, 1985). Em 1941, o chefe de polícia Filinto Muller teria instituído a obrigatoriedade do registro das casas e terreiros dos ditos cultos mediúnicos, que incluíam terreiros de candomblé, casas de umbanda e centros kardecistas na delegacia de polícia (BROWN, 1985; BIRMAN, 1985; SÁ JUNIOR, 2004). Para resolver esta questão, são criadas por parte da umbanda, instituições denominadas de federações de umbanda, que passam a registrar os terreiros e oferecer proteção contra as batidas. Com isso, as federações de umbanda, passam a ganhar força a partir da década de 1940. Estas passaram a ter um duplo esforço, ou seja, tentar legitimar a religião, ao mesmo tempo que passam a tentar doutrinar a mesma, a partir de diferentes perspectivas religiosas, sendo tais instituições criadas e dirigidas por representantes da umbanda (BIRMAN, 1985).

Na década de 1950, Tancredo teria fundado junto com outros companheiros, como Byron Torres de Freitas, Ornato José da Silva, José Alcides, dentre outros, a Confederação Espírita Umbandista (CEU)[10], ou seja, uma federação de umbanda que defendia as origens negras da religião, recorrendo a uma origem africana para a umbanda, em sua busca por se legitimar frente ao campo religioso. Essa federação surge num momento de expansão para a religião, iniciado em 1945, com o fim do regime de Vargas. Junto da CEU surgiram outras cinco federações de umbanda, que tentaram doutrinar a religião de diferentes maneiras (BROWN, 1985, p.23).

Tancredo em sua vida, além de líder religioso pertencia também ao mundo da composição e da música, escreveu canções como o samba de breque[11] "jogo Proibido", gravado por Blecaute, em 1936. Também compôs o samba "General da Banda", o qual, segundo sua narrativa, o teria permitido arregimentar recursos para fundar a Confederação Espírita Umbandista, em 1950. Portanto, em certo sentido, o líder umbandista vivia entre o mundo da música e o da religião, representando um elo entre os dois.

Mas, para além de ser um pai de santo e sambista, Tancredo buscou exercer, ao longo de sua trajetória uma hierarquia maior no culto, ao fundar a CEU, em 1950 com objetivo de defender os umbandistas das perseguições policiais e também doutrinar a religião. Ainda, apesar de serem homens negros, que sofreram com o racismo e com a perseguição e oriundos de classes populares, estes intelectuais umbandistas investiram no letramento para legitimarem suas concepções religiosas. Tancredo, por exemplo, escreveu durante 25 uma coluna semanal no jornal *O Dia,* além de publicar vários livros sobre a religião. Mas, conforme veremos ao longo da década de 1950, um novo velho inimigo passaria a disputar o campo religioso brasileiro com a umbanda, ou seja, a igreja católica por meio da *Campanha de Esclarecimento aos Católicos,* tendo como seu principal interlocutor a figura do Frei Boaventura Kloppenburg.

Karl Josef Kloppenburg, futuro Frei Boaventura, nasceu na Alemanha, no Norte, na paróquia de Molbergen, na parte católica do grão-ducado de Oldenburg, em 1919. Faleceu no Brasil, em Novo Hamburgo em 2009. Karl Josef ou Carlos José teria migrado com sua família para o Brasil, em 1924, com 4 anos de idade, junto de seus pais e seus seis irmãos. Se estabelecendo na cidade de Rolante, numa propriedade rural, no Sul do Brasil. Seus pais eram Franz Bernad Kloppenburg e Josephine Caroline Westerkamp, ambos casados, em 1908.

[10] A partir do presente momento usaremos a sigla CEU para nos referirmos a Confederação Espírita Umbandista.
[11] Samba de caráter humorístico, sincopado, com paradas repentinas, nas quais o cantor introduz comentários falados (LOPES, 2004, p.596).

Em sua biográfica escrita por seu sobrinho historiador, José Alfredo Schierholt (2008), Kloppenburg conta que em 1932 sua família teria migrado para Bagé, ele teria ficado em Rolante, na paróquia de Santo Ângelo das Missões (SCHIERHOLT, 2008, p.10-11). Em 1936 teria ido para o Seminário Menor de São Leopoldo, depois Santa Maria, voltando posteriormente ao Seminário Central de São Leopoldo para cursar filosofia, em 1940 (SCHIERHOLT, 2008, p.19). Concluindo seu curso de teologia, em 1947, em Petrópolis.

Uma questão a ser destacada na biografia do Frei escrita por seu sobrinho é a religiosidade, que é destacada pelo autor como fazendo parte da família de Kloppenburg, desde seu nascimento. Assim como a disposição de sua família para o estudo e trabalho.

Assim, Carlos José teria entrado para ordem franciscana em 1941, ingressando na Ordem dos Frades Menores (O.F.M), tomando assim o nome de Frei Boaventura O. F. M, quando em 1946, momento no qual ele teria se ordenado na igreja matriz de São Sebastião de Bagé (SCHIERHOLT, 2008, p.21).

Em 1947, após concluir o curso de teologia foi indicado para seguir seus estudos em Roma, cursando seu doutorado em Teologia Dogmática, defendendo sua tese, em 1950 (SCHIERHOLT, 2008, p.26). Entre 1951 e 1961, Kloppenburg passou a ministrar teologia aos seus confrades em Petrópolis, no atual Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, no Rio, momento no qual se dedicou a *Campanha de Esclarecimento aos Católicos,* iniciada em 1953.

Desta forma, no próximo tópico abordaremos a trajetória dos dois atores sociais e parte de seus escritos no que ficou conhecido como a campanha anti-espiritismo, iniciada em 1953 e que perdurou até 1962, quando se iniciou Vaticano II.

1.2 A Campanha Nacional de Esclarecimento aos Católicos e as controvérsias entre um frei católico e um tatá de umbanda

A década de 1950, é marcada por importantes transformações no campo religioso brasileiro, que se dão com o alvorecer do período democrático brasileiro (1946-1964). No campo da umbanda temos o surgimento de novas federações de umbanda, que passam a tentar legitimar o culto e disputam o campo religioso umbandista entre si (NOGUEIRA, 2020). No lado católico temos o surgimento da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)[12], em 1952, que passa a ser um dos principais órgãos centralizadores da igreja, sendo fundada por lideranças, como Dom Jaime Câmara e Dom Helder Câmara, que seriam junto de

[12] A partir deste momento passaremos a usar a sigla CNBB para nos referirmos a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil.

Kloppenburg, líderes da campanha contra os umbandistas e espíritas. Segundo Sampaio (2012) a fundação da instituição está "relacionado ao espírito combativo da igreja católica nos anos 50", contra as chamadas "heresias", que incluíam a umbanda, espiritismo e o candomblé (SAMPAIO, 2012, p.70).

Assim, em 1952, temos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1953, ocorreu a "Primeira Sessão Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil", no Pará. Nela foram decididas várias medidas de combate ao espiritismo e a umbanda. Nesta mesma reunião, fora citado o recém-criado "Secretaria Nacional de Defesa da Fé e Moral", que mantinha uma seção dedicada as religiões mediúnicas, como espiritismo e umbanda, onde eram impressos diversos livros sobre a chamada "heresia espírita" (RIBEIRO, 2009, p.1) Desta forma, a CNBB temendo o crescimento de novas religiões no campo religioso brasileiro, como o espiritismo, a umbanda, dentre outras, organizou, em 1953, a *Campanha Nacional de Esclarecimento aos Católicos.*

Boaventura acabou sendo nomeado responsável, por parte da igreja católica, pela organização desta campanha. Tendo inclusive, recebido uma autorização por parte de Dom Helder Câmara para visitar terreiros de umbanda e centros espíritas sem as vestes clericais (NEGRÃO, 1996, p.84). Com isso, o frei publicou uma série de obras doutrinárias sobre estas religiões. Entre suas obras estão os artigos "*Contra a heresia espírita*", publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, em 1952; "*O espiritismo de umbanda*", publicado também Revista Eclesiástica Brasileira, em 1954, dentre outros. Além de artigos, o frei também publicou alguns livros doutrinários sobre estas religiões, dentre as quais estão "*Livro Negro do espiritismo",* de 1953, publicado pela editora Vozes; "*Posição católica perante a umbanda",* publicado em 1954, também pela mesma editora.

No livro *"Posição Católica perante a umbanda"* de 1954, Kloppenburg argumenta que a umbanda seria a negação do cristianismo, pois em sua doutrina panteísta a umbanda contestaria uma série de verdades cristãs, como a Santíssima Trindade, a negação de um Deus uno. Ainda em seu contato com o espiritismo kardecista, a umbanda também endossaria o princípio da reencarnação, que seria outra negação da doutrina cristã (KLOPPENBURG, 1954, p.21). Para o frei, os umbandistas seriam praticantes de necromancia, demonolatria e magia. Ele, inclusive, cita que em alguns meios umbandistas eram professados uma tendência de retorno ao paganismo e para isso, cita a criação da Confederação Espírita Umbandista, fundada por Tancredo, que afirmava que a instituição teria sido fundada por ordem de um orixá (KLOPPENBURG, 1954, p.22). Para o frei isto seria uma declaração pecaminosa por parte de Tancredo. A leitura de obras umbandistas por católicos resultaria em pecado mortal,

que poderia levar a excomunhão, assim como seria proibido católicos irem a terreiros de umbanda, sendo também vedado o casamento de umbandistas e católicos, estando proibido seu direito a assistir missa, comunhão e batismo (KLOPPENBURG, 1954, p.23). Portanto, a umbanda seria uma negação do catolicismo, ou seja, nas palavras do frei a umbanda seria "acatólica" (KLOPPENBURG, 1954, p.24). Sua prática, assim como a do espiritismo deveriam ser proibidas pelo Estado, pois estas ofereciam um perigo a saúde pública e mental.

Desta forma, nos escritos do Frei também encontrarmos questões ligadas a questão da laicidade no Brasil. Em 1953, Boaventura escreveu uma obra literária intitulada "*Livro Negro do espiritismo*". Na qual publicou questionários, que ele enviou para psiquiatras do Rio de Janeiro, buscando denunciar os males do espiritismo e da umbanda para a saúde pública e mental. No seu questionário enviado aos médicos existiam questões que abordavam se havia a necessidade de se interditar centros, pois estes ofereciam um risco a saúde pública. Assim, segundo o frei "Todos são unânimes também em declarar que o exercício abusivo da arte de curar pelo Espiritismo acarreta perigos para a Saúde Pública" (KLOPPENBURG, 1953, p.100). Com isso, na visão do frei, o Estado deveria intervir nestas religiões mediúnicas, com foco em torno da umbanda e do espiritismo, impedindo a realização de seus cultos, pois estas ofereciam perigo a saúde pública, o que leva a um debate em torno da noção de laicidade. Ao defender esta intervenção, o frei defendia uma reaproximação entre igreja e Estado.

Assim, os dirigentes católicos se esforçaram para dificultar a expansão de novos concorrentes religiosos no Brasil até o fim da década de 1950 (MARIANO, 2011, p.247). Nesses anos, ocorreu a "destradicionalização religiosa" brasileira, com o processo de adesão a novas crenças e práticas religiosas que se tornaram de ordem pessoal, consciente e voluntária, aumentando o trânsito religioso no país com espíritas, pentecostais, umbandistas e católicos (MARIANO, 2011, p.247-248). Na visão de Mariano (2011), no Brasil temos uma "quase laicidade", visto que nunca tivemos uma separação entre Igreja e Estado de fato, e privatização do religioso, assim como nunca tivemos uma exclusão entre religião e política. Sendo assim, a laicidade não é um valor central na cultura brasileira, mas é uma referência para os poderes públicos e suas autoridades quando se referem a diferentes casos onde grupos religiosos e laicos se opõem (MARIANO, 2011, p.254).

Não obstante, com a umbanda em crescimento, desde pelo menos 1945, o frei não tardou a encontrar respostas, no Rio de Janeiro, por parte dos umbandistas. Alguns autores umbandistas e líderes religiosos também de outras denominações, como o espiritismo kardecista passaram a criticar o frei por meio de diferentes jornais, dentre os quais estão a revista *Reformador* da Federação Espírita Brasileira e o jornal *O Semanário, Jornal de*

Umbanda, dentre outros. No caso de Tancredo da Silva Pinto, cuja trajetória é nosso objeto de análise no presente artigo, encontramos algumas críticas dirigidas ao frei e a igreja escritas por ele e alguns de seus companheiros. Dentre seus textos temos um capítulo intitulado *Umbanda, Catolicismo e Kardecismo,* publicado no livro *As impressionantes Cerimonias de Umbanda,* de 1955, escrito junto a Byron Torres de Freitas, que era seu filho de santo, além de um artigo publicado no jornal *O Semanário*, denominado *Conversando Com Frei Boaventura*, de 1959, escrito por Tancredo.

Na matéria *Conversando Com Frei Boaventura,* de 1959, publicada na semana de 11 a 17 de julho. Tancredo afirma que de fato os umbandistas não seriam cristãos, pois a umbanda seria milenarmente mais antiga que o cristianismo (PINTO, 1959, p.14). O autor afirma que o cristianismo é uma doutrina e não puramente uma religião, diferente do que era propagado pelo frei. A seguir, o líder umbandista argumenta que presença de imagens católicas no gongá[13] da umbanda seria culpa dos católicos, que escravizaram os negros africanos, então a presença das mesmas seria uma questão de tradição. O líder umbandista faz também uma discussão entorno da laicidade no Brasil, afirmando que:

> A Carta Magna do País, a Constituição da República, nos garante o direito de praticar a religião que desejamos. Já vai longe o tempo em que a Igreja tinha muito a ver com o Estado Temporal. Hoje cada macaco no seu galho, direitinho! E cremos que a Igreja até lutou contra isso. Muitos que se afastaram, o fizeram por vê-la praticar atos de todo alheios a sua atribuição (PINTO, 1959, p.14).

Por sua vez, no capítulo *Umbanda, Catolicismo e Kardecismo*, vemos Tancredo e Byron em um primeiro momento, afastando o espiritismo da umbanda. Segundo os autores, enquanto o espiritismo consistia na evocação dos mortos. A umbanda, porém, não evocaria os defuntos, mas espíritos da Natureza, ou espíritos de luz que nunca teriam encarnado (PINTO e FREITAS, 1955, p. 79). Portanto, para os autores, a umbanda, apesar de ser mais antiga, pois teria uma origem no continente africano, se aproximaria mais do catolicismo do que o espiritismo (PINTO e FREITAS, 1955, p.79). Assim, ambos fazem uma crítica ao arcebispo do Rio de Janeiro, na época, Dom Jaime Câmara, um dos organizadores da CNBB e da *Campanha de Esclarecimento aos Católicos,* que teria colocado a umbanda na categoria de baixo espiritismo. Afirmação que seria controversa para os autores, pois Jesus teria, inclusive, condenado a evocação dos mortos, que seria uma estrutura do kardecismo e não da umbanda, chamada pelos autores de necromancia (PINTO e FREITAS, 1955, p.80).

[13]Altar de umbanda; recinto onde fica esse altar (LOPES, 2004, p.303).

Outra diferença doutrinária da umbanda seria para com o catolicismo, pois apesar das semelhanças, os santos da umbanda nunca teriam encarnado, mas os católicos sim (PINTO e Freitas, 1955, p.80). Portanto, um dos objetivos do capítulo é demarcar as diferenças doutrinárias em relação ao catolicismo e ao espiritismo, principalmente em relação ao segundo, pois o capítulo foi escrito durante os anos da campanha anti-espiritismo, momento no qual a igreja passou a atacar o espiritismo kardecista e, posteriormente, a umbanda. Tanto que Tancredo e Byron afirmam "Nós umbandistas, não seguimos a doutrina de kardec, mas a doutrina da umbanda" (PINTO e FREITAS, 1955, p.81). Umbanda que para eles, teria uma origem africana, mais especificamente, angolana e não ligada ao kardecismo (PINTO e FREITAS, 1955, p. 82)

Conclusão

Em 1962, a Campanha Anti-Espiritismo", movida pela igreja, chegaria ao fim com a realização de Vaticano II (1962-1965), do qual o frei Boaventura participou e foi um dos principais divulgadores de suas ideias, no Brasil (NEGRÃO, 1996). Assim, os anos de 1962-1965, marcam um momento no qual a igreja muda sua postura em relação a umbanda e as religiões afro-brasileiras, passando a adotar uma postura mais ecumênica e pluralista. "O próprio Frei Kloppenburg mudará o seu discurso, de acusatório para conciliatório, buscando resgatar esse rebanho desgarrado" (SÁ JUNIOR, 2004, p.39. Para a umbanda, a campanha movida pela igreja teve um efeito inverso, pois a religião cresceu e se expandiu, aumentando seu sentimento de unificação para melhor defesa e sua participação política, fato que levou a candidatura de umbandistas, no Rio de Janeiro, Rio Grande de Sul, São Paulo e Minas (BROWN, 1985, p.33). "A umbanda durante esse período, preparou-se para defender-se mais eficazmente contra-acusações e perseguições que, não obstante, sua intensidade não impediram seu crescimento, mas dificultavam a sua aceitação" (NEGRÃO, 1996, p.90).

A análise das trajetórias dos dois líderes religiosos em questão, nos ajudaram a entender como os diferentes atores religiosos se posicionaram e se manifestaram na cena pública em suas controvérsias religiosas, procurando assim defender seus diferentes projetos religiosos em diferentes campos (MONTERO, 2012). Essas posições, por vezes, levavam em conta discussões em torno de projetos que versavam sobre a laicidade do Estado. Observamos assim, um mosaico de configurações de laicidade, que são sempre móveis e situadas de acordo com o grupo, sejam evangélicos, espíritas, católicos ou afro-brasileiros (CAMURÇA, 2017, p.860). Enquanto Boaventura tentava e argumentava a respeito da necessidade de as

religiões afro-brasileiras serem vistas pelo Estado como um perigo a saúde pública, e que, portanto, deveriam ser controladas e proibidas. Tancredo, por sua vez, defendia a liberdade religiosa, expressa pela Constituição Federal de 1946 em seu artigo 141, inciso 7°, assim como uma separação de fato entre igreja e Estado.

Referências

BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 8-121, 1985.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.
_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *O Poder Simbólico.* São Paulo: Bertrand, 1999.

BRASIL, Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946.

CACCIATORE, Olga. G., *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*, Rio de Janeiro 1977.

CAPONE, Stefania. *A Busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil.* Rio de Janeiro: Pallas, 2009

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizonte:* Belo Horizonte, v.15, n.47, p.855-886 jul./set., 2017.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. "*Não tá sopa*". Samba e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

ISAIA*,* Artur Cesar. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. *Anos 90*, v. 11, n.11, p. 97-120, 1999.

_____. Umbanda como projeto de nomeação da realidade brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões.* ANPUH, ano VII, p.115-129, 2015

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Civitas, 2011, v.11, n. 2, 238-258.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32, 1, p. 167-183, 2012.

NEGRÃO, Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo.* São Paulo: Edusp, 1996.

NOGUEIRA, Farlen de Jesus. *"O papa da umbanda omolocô": Tancredo da Silva Pinto, clivagens e disputas no campo religioso umbandista do Rio de Janeiro (1950 – 1979)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2020. 170p.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio.*Estudos Históricos*, Rio de

RIBEIRO, Michelle Cartolano de Castro. O Espiritismo na visão de Frei Boaventura. Anais do II encontro nacional do GT. história das religiões e das religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH*. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009.

SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960).* Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SAMPAIO, Dilaine. *Àròyé?: Um estudo histórico-antropológico do debate entre discursos católicos e do candomblé no Pós-Vaticano II*. 1ª. ed. São Paulo/João Pessoa: Fortune Editora/Editora da UFPB, 2012. v. Vol.1. 247p.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos Santos. *Marchar não é Caminhar Interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro contra os processos de Intolerância Religiosa (1950-2008)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2018

Fontes

SILVA J.O., *O Culto Omoloko. Os filhos de terreiro*. Rio de Janeiro: Rabaço Editora, 1983.

SCHIERHOLT, JÁ. *Frei Boaventura Kloppenburg, OFM -90 Anos por Cristo em Sua Igreja*. Lajeado, O Autor, 2008, 448 p.

PINTO, Tancredo da Silva Pinto; FREITAS, Byron Torres. *As impressionantes Cerimonias de Umbanda.* 1955.

PINTO, Tancredo da Silva e FREITAS, Byron Torres. *Guia ritual para a organização de terreiros de umbanda.* Rio de Janeiro: Editora Eco, 1968,

KLOPPENBURG, Carlos José Boaventura. *Livro negro do espiritismo.* Petrópolis: Editora Vozes. 1953.

KLOPPENBURG, Carlos José Boaventura. *Posição Católica Perante a umbanda.* Petrópolis: Editora Vozes. 1954.

Biblioteca Nacional: O Semanário (1959), *O Dia (1950*-1959)

Imigração e colonização: desenvolvimento econômico e ocupação territorial nos escritos de Artur Hehl Neiva

Guilherme dos Santos Cavotti Marques
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista da CAPES

Imigração e colonização são conceitos que andaram, quase sempre, lado a lado. Muitas vezes tidas como binômios, tais proposições podem ser longamente observadas na história do Brasil e de outros países de tradição imigratória que tiveram nos deslocamentos populacionais parte importante da composição de sua população. Tais ideias se correlacionam de maneira ampla, de modo que a partir da década de 1930, com especial atenção, se referem desde a seleção dos imigrantes até o encaminhamento destes aos locais de fixação. Artur Hehl Neiva, então membro fundador do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão responsável por gerir tais questões, se mostrava preocupado com alguns elementos que se referiam à imigração e a ocupação do solo brasileiro.

Não raro, H. Neiva iniciava seus trabalhos trazendo em primeiro plano a preocupação de analisar as questões de imigração e seus correlatos a partir de uma visão científica, racional. Assim, a referência à sociologia era recorrente, uma vez que esta oportunizaria analisar determinado objeto dentro de sua complexidade, observando os fenômenos que ali interagiriam e apontar caminhos de ação. Assim, não se poderia isolar o objeto de análise, observá-lo *in vitro*, mas sim no ambiente que lhe correspondesse e o relacionando a outros aspectos, sendo estes históricos, políticos, jurídicos, econômicos, religiosos e sociais. (Neiva, 1944:470)

Em conferência realizada no Instituto Nacional de Ciência Política, em dezembro de 1941, H. Neiva abordava a correlação desses temas trazendo alguns argumentos que visava, por um lado demonstrar seus posicionamentos e preocupações, e por outro sustentar a política imigratória do governo Vargas, notadamente do Estado Novo. Logo de cara podemos observar sua preocupação com a densidade demográfica do país. Utilizando-se de dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1938, apontava que somente quatro "países americanos independentes" possuiriam densidade demográfica inferior ao Brasil: Argentina, Bolívia, Paraguai e Venezuela (Neiva, 1941:32). Nesse sentido, o Brasil seria um país "carente de braços" pois sua densidade estaria bastante longe da desejada, na casa dos 4,9 hab./km² (Neiva, 1944:480).

Quando ampliava o olhar e fazia comparações com outros países do mundo, Hehl Neiva buscava argumentar a necessidade de intensificar por todos os caminhos possíveis o

povoamento do Brasil. Assim, indicava que Rússia, China e Canadá possuíam densidade de 8,9; 39,4 e 1,0 hab./km², respectivamente. Apesar do Canadá ter densidade inferior a do Brasil, apontava que possuía várias regiões que dificultavam a ocupação do solo, o que se diferenciava do Brasil, que não possuía nenhuma região "inabitável". Ainda assim, chamava atenção que se fosse calculada a densidade econômica, "que é a relação entre a população efetiva e o rendimento total do país", o índice brasileiro diminuiria ainda mais, ocorrendo similar situação com a densidade fisiológica, isto é, a "relação entre o número de habitantes e a superfície produtiva do solo" (Neiva, 1944:480).

Hehl Neiva mobilizava a imbricação da densidade demográfica com a evolução econômica do país de maneira indissociável. Assim sendo, indicava que quando a densidade fosse de 0 a 10 hab./km² a região poderia alcançar, no limite, um grau de desenvolvimento pastoril; quando de 10 a 40 hab./km² o país estaria em condições de chegar ao estágio agromanual em economia; de 40 a 70 ou 80 hab./km² o estágio correspondente seria o agro-mecânico, e apenas uma densidade superior a 80 hab./km² poderia permitir a chegada ao estágio industrial. Estas cifras, segundo o autor, eram americanas, mas serviriam para a centralidade e discussão do tema. O Brasil, como visto anteriormente, possuía 4,9 hab./km² (Neiva, 1944:574).

Assim, a política imigratória possuía uma posição importante, pois seria um dos aspectos de sua política demográfica, tendo em vista que os resultados das migrações afetariam, de modo profundo, a geografia populacional das nações. Ao lançar seu olhar para os estados brasileiros, os percentuais possuíam grande variação, o que subsidiava seus apontamentos sobre a carência de braços, como também a má distribuição da população brasileira, fato mais ou menos compartilhado por uma série de intelectuais e pensadores do período. Assim, apontava que os estados do Amazonas, Piauí, Mato Grosso e o território do Acre[1], que ocupariam mais da metade do Brasil em área, possuía menos de 1 hab./km², o que saltava aos olhos tendo em vista que nos compêndios de geografia, a época, seriam consideradas desertas as regiões com densidade menor que 2 hab./km² (Neiva, 1944:481).

A mobilização de tais cifras, bem como a preocupação com a ocupação do solo, estava em consonância com as preocupações do Estado brasileiro em fazer sentir sua presença em todo território. Dessa maneira que durante o Estado Novo se pode verificar o aumento do investimento estatal no território, que envolvia a reorganização dos limites regionais e a intensificação das experiências com colônias agrícolas. Não sem razão observamos o

[1] Tais referências foram retiradas pelo autor da *Revista Brasileira de Estatística*, n. 9, ano III (Neiva, 1944:481)

surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938 e do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 1937, institutos que levantavam informações e promoviam estudos sobre "as dinâmicas espaciais do território brasileiro" (Maia, 2012:40). O surgimento destes, especialmente o IBGE, tinha forte apelo para a ocupação do interior brasileiro e sua consequente dinamização, visando o fortalecimento da nação (Maia, 2012:44). É no esteio dessas preocupações que notamos a produção de uma série de mapas, censos, fotografias e relatórios que visavam estruturar e legitimar as políticas de ação do Estado brasileiro nessas áreas.

O ponto de vista técnico dos censos era uma questão que, igualmente, preocupava H. Neiva. Chamava atenção que não seria possível fornecer dados demográficos precisos para o Brasil devido às "imperfeições que estão eivadas as nossas estatísticas" (Neiva, 1944:490). Depositário, nesse específico, de um olhar pragmático e científico, entendia que não se poderia fazer apenas análises puramente teóricas, mas que estivessem em diálogo com a realidade que se observava, de modo que quanto mais precisas fossem as estatísticas sobre o país, mais próximos se estariam das realidades locais e que possibilitariam ações práticas (Neiva, 1944:492). É interessante observar como o intelectual criticava os censos demográficos realizados até então, indicando que apenas o de 1940 estaria sendo realizado com precisão compatível a qual se destinaria. Sobre os demais censos, destacava dois: o de 1900, que possuía erros por falta, e o de 1920, que possuía erros por excesso, indicando que tais falhas seriam de conhecimento público (Neiva, 1944:492).

Observando os resultados preliminares do censo de 1940, o autor já indicava a má distribuição da população brasileira[2], corroborando as informações extraídas da *Revista Brasileira de Estatística*, anteriormente observadas. Mobilizando, ainda, o estudo feito por Giorgio Mortara apontava que apenas 6% do crescimento da população brasileira entre o período de 1810-1940 seria consequência da imigração, enquanto 13% do excesso dos nascimentos se relacionavam a ela e 81% do excesso dos nascimentos independiam da mesma (Neiva, 1944:502). Esse ponto permitia um comparativo com Estados Unidos e Argentina[3], países americanos de tradição imigratória que tinham crescimento demográfico, independente da imigração, que chegavam a 40% e 30%, respectivamente. Essa observação feita por H. Neiva possibilita observar sua defesa de que a imigração deveria ser incentivada visando o

[2] No original, o autor destacou tal informação a partir de uma tabela onde constavam, por estado, os índices demográficos. Ver Neiva (1944:493).

[3] Destacamos que a referência aos Estados Unidos e a Argentina era bastante comum nas produções do período. Como eram, juntamente ao Brasil, países de tradição imigratória, comparações sobre política de imigração, colonização e demografia ocorriam com certa frequência.

crescimento demográfico, a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico, mas que ao mesmo tempo deveria ser dirigida pelo Estado[4] (Neiva, 1944:502). Todavia, a imigração havia se diferenciado em relação aos fluxos do século XIX e início do XX, e engendravam quadros de maior controle e direção dos Estados de imigração, fato que para o intelectual ganhou força a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (Neiva, 1944:503).

Nesse sentido,

> A imigração deveria ser selecionada, a técnica se desenvolvera a passos gigantescos, e os governos das nações imigrantistas faziam questão de controlar o bem estar de seus nacionais nos países de imigração. Numa palavra, a imigração deixara de ser livre para ser dirigida, como a economia: e a colonização de empírica, passara a ser científica, alicerçada em conhecimentos de técnica especializada. A imigração tumultuária e a colonização rotineira haviam sido substituídas pela imigração colonizadora, que enfeixava num certo número de regras gerais as normas segundo as quais se processaria (Neiva, 1942:46-47).

Tal perspectiva abordada pelo intelectual remetia, igualmente, a uma dimensão política da questão. Indicava que, a grosso modo, as fronteiras do Brasil permaneciam bastante similares desde o século XVIII, o que levou a Coroa portuguesa, o Império e os governos republicanos a estabelecer a sua soberania ao longo dessas extensões, mas que, entretanto, não fizesse coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas (Neiva, 1944:475). Essa expressão fora dita por Getúlio Vargas mais de uma vez, o que denotava a ênfase dada à política imigratória, ao fortalecimento da imigração dirigida e à criação de uma imagem racionalizada sobre o tema, estabelecendo-se, criticamente, como oposição ao estado "tumultuário e rotineiro" no qual se processaria a imigração e a colonização.

Como nos recorda Seyferth (2014:13), a política de imigração dirigida vinculava uma preferência da imigração ao povoamento do território nacional que se processaria por um sistema de colonização. As palavras acima de Hehl Neiva nos proporciona observar exatamente essa preocupação, de modo que a vinculação da ocupação territorial impactaria também o processo de desenvolvimento econômico. Para o intelectual, a fraca densidade demográfica seria o obstáculo mais importante ao progresso econômico do Brasil, pois que, haveria um "axioma em economia política" que seria de condicionar a industrialização e, consequentemente, o progresso do país "à pressão da população sobre os meios de subsistência" (Neiva, 1942:39). Todavia, a densidade demográfica alimentava um ciclo

[4] Utilizando-se do trabalho do sociólogo Carr-Saunders, destacava que Itália, Portugal e Espanha teriam um excedente populacional de 780.000 anual, e os países da Europa oriental, com exceção da Rússia, em cerca de 1.200.000. A demonstração, em primeiro plano, das nacionalidades de raiz latina não era por acaso, pois eram entendidas pelo autor como os melhores imigrantes a virem para o país, com ênfase no português, por uma série de critérios que envolviam eugenia, política, cultura e outros parâmetros (Neiva, 1944:502).

oposto, daí derivando uma das causas desse atraso. De outra maneira, a política imigratória do Brasil é articulada ao ideal de colonização e progresso, enfeixando também preocupação em torno de preceitos raciais e eugênicos de formação da população (Seyferth, 2014:13). Daí derivava a gerência do Estado sobre os fluxos, controlando, selecionando e encaminhando.

Nesse sentido, havia uma série de preceitos que orientavam a seleção dos fluxos imigratórios para a ocupação dos chamados "vazios demográficos", a despeito das populações que ocupavam este território, com uma desqualificação nas entrelinhas dessa mesma população. Um dos elementos que orientavam, como nos recorda Seyferth (2002:141) era a "questão racial, e os interesses econômicos e a escassez populacional subordinados à formação histórica da nacionalidade". Isso significava a defesa da raiz lusitana como chave de compreensão da constituição do brasileiro. Esse mote, devemos recordar, influenciou a supressão do limite de cotas para a imigração portuguesa em 1939, através da resolução nº 34 do CIC, bem como a resolução nº 62, que pôs fim ao percentual estipulado no decreto-lei 3.010 (Brasil, 1938b), onde constava que 80% dos imigrantes deveriam ser agricultores. Tais iniciativas denotavam a preferência pelo português enquanto imigrante e partícipe ativo da formação da identidade nacional. De todo modo, como apontado por H. Neiva (1944:541-542), "o imigrante sofre um processo de seleção [...] que pode ser feita sob vários aspectos, como o sanitário, o étnico, o ideológico, o político, o religioso, o da profissão, idade ou sexo" [5].

Para levar a cabo a imigração e a colonização, se deveria ter em mente que tais questões envolviam uma série de elementos que o comporiam em sua complexidade. Um desses elementos seria o aspecto antropogeográfico que, a grosso modo, volta-se a pensar a distribuição do homem na terra, a localização do imigrante. Para o autor, o Brasil era dividido em quatro regiões climáticas, cujas especificidades deveriam ser atentadas pensando no encaminhamento do imigrante e o processo de aclimatação: zona equatorial, que compreenderia a bacia Amazônica; a segunda predominaria no Nordeste, se estendendo entre o Piauí e a Bahia; a terceira seria a litorânea de clima subtropical oceânico; já a quarta englobaria uma região mais vasta, com características continentais que abrangeria o "planalto central", onde predominaria o tipo "savana", com seus "campos, campos gerais, pampas e cerrados" (Neiva, 1944:505). Esta última englobaria uma região bastante extensa, desde áreas do Centro-Oeste até a parte setentrional da região sul, o que denotava a diversidade da sua

[5] Não seria possível analisar detidamente os elementos que constituiriam as orientações da política de imigração, já amplamente discutida na historiografia. Para tanto, dentre outras obras, indicamos os trabalhos de Seyferth (2002; 2014) e Koifman (2020).

geografia, e ofereceria, segundo o autor, condições climáticas mais favoráveis que as demais regiões para aclimatação do imigrante europeu não luso.

O destaque ao aspecto antropogeográfico carregava consigo outro elemento: a perspectiva do branqueamento da população através do projeto assimilacionista, em outras palavras, "da possibilidade de ser fundada e mantida nos trópicos uma civilização branca" (Neiva, 1944:506). Para sustentar tal índice, H. Neiva cita o trabalho *Geografia Humana do Brasil* do geógrafo francês Pierre Deffontaines[6], no qual indicava que o Brasil se diferenciava de outras regiões do globo, na zona equatorial e tropical, pois seria o único país com predominância do elemento branco, elaborando um "tipo humano em progressão rápida". A partir dessa asserção, Deffontaines vaticinava que o Brasil constituía um caso singular da zona tropical em via de branqueamento, sendo "a melhor prova da adaptação da raça branca em país tropical" (Neiva, 1944:507). A longa referência a Deffontaines fornecia subsídios a H. Neiva para que discordasse das teorias que indicavam que o Brasil, por estar localizado em regiões climáticas mais quentes, não poderia ter condições de aclimatação do tipo branco europeu.

Ao fazer a defesa da imigração branca e europeia para o Brasil como projeto de desenvolvimento nacional, acrescentava que as condições antropogeográficas ofereciam maior obstáculo à perfeita aclimatação do imigrantes: a existência de endemias tropicais e a precariedade das condições sanitárias no Brasil. Neste sentido, chamava atenção da importância das campanhas profiláticas já empreendidas pelo território, de modo que a ausência destas indicaria falta de saúde, que acarretaria em improdutividade no trabalho (Neiva, 1944:508). Indicava ainda que, mesmo dentro dos fatores antropogeográficos que caracterizavam o Brasil, havia condições de "manter as tradições históricas da nacionalidade", de modo mais claro, ressaltando a vertente europeia e lusitana do brasileiro.

O próprio presidente Vargas se posiciona em relação a imigração:

> Os imigrantes têm de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes [...] temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se fronteiras adentro, em focos de dissenções ideológicas ou raciais (Neiva, 1942:50).

Decerto que este traço da política de imigração não se reveste enquanto novidade, ao contrário, demarca a longa persistência de teorias que entendiam a suposta superioridade de brancos europeus e, portanto, a imigração que interessava ao Brasil desde meados do século

[6] O trabalho foi publicado nas três primeiras edições da *Revista Brasileira de Geografia* em 1939, citadas por Hehl Neiva em sua tese.

XIX era a europeia. Seyferth nos recorda desta longa permanência, nos alertando que nas vésperas da abolição a questão da mestiçagem emergia como debate importante na sociedade influenciada por "diversos racismos europeus com prestígio de cientificismo". O Brasil, por seu turno, tinha sua história marcada pelo cruzamento de três raças, duas das quais, nessa perspectiva, eram classificadas por critérios de inferioridade biológica e cultural, negros e indígenas (Seyferth, 2002:130). Havia, nesses termos, a vinculação da imigração europeia com ideias de progresso e civilização e, através da imigração, a eugenia encontraria campo propício ao controle dos fluxos migratórios para o país através da gestão da população por parte do Estado (Seyferth, 2014:27/28).

Colonização, a fixação do homem ao solo

No cenário até aqui analisado havia uma região que aparecia com constância nos debates sobre colonização e que estava situada em uma das zonas climáticas abordadas por H. Neiva: o "Brasil central", ou *hinterland* brasileiro. As imagens produzidas naquele contexto sobre esse espaço, cujos limites e potencialidades não estavam completamente estabelecidos e conhecidos, eram de "dispersão, má distribuição da ocupação humana, precariedade econômica e latifúndio" (Maia, 2012:52). Imbuído desse sentido de se fazer presente no interior do território, Vargas proclamaria, em fins de 1938, a Marcha para o Oeste, com certo vigor aventureiro e desbravador, de modo que

> A civilização brasileira, mercê dos fatores geológicos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. [...] é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir os obstáculos, encurtar as distâncias, abrir e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação (Neiva, 1942:45-46).

Para a realização desta empreitada, os debates em torno da colonização ganhavam cada vez mais notoriedade. Nesse sentido, Hehl Neiva indicava em sua tese que a colonização seria, em linhas gerais, um "problema de fixação do homem ao solo", que permitiria o aproveitamento econômico de regiões que até aquele momento não haviam se desenvolvido ou sido exploradas. Todavia, de que maneira prosseguir com a colonização dessas regiões, de vasto território? Para o autor, haviam três modelos de colonização: colônias militares, colônias de exploração e colônias de povoamento ou estabelecimento (Neiva, 1944:546). Apesar de, na compreensão do intelectual, ser possível identificar os três modelos no Brasil,

nossa análise se concentrará sobre o terceiro, o qual seria o mais divulgado e defendido, não apenas por H. Neiva, como por outros pensadores e agentes de governo. Especificamente, o tipo colonial de povoamento referia-se aos modelos históricos obsevado nos EUA em sua expansão para o oeste durante o século XIX, assim como da Rússia em direção à Sibéria.

Interessante observar que o terceiro modelo, de tipo de povoamento, poder-se-ia ser verificado no Brasil a partir das experiências de colonização no estado de São Paulo e principalmente da região sul, sobretudo com imigrantes italianos e alemães. Para H. Neiva, seria graças a esse modelo que se verificaria o prodígio do desenvolvimento econômico dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, o que demonstrava a sociedade através das experiências lá realizadas que seriam iniciativas válidas a serem implementadas no *hinterland* brasileiro, "praticamente despovoado" (Neiva, 1944:548). Apesar de certo reconhecimento que a imigração no sul do Brasil tenha gerado desenvolvimento econômico, ocorria concomitantemente as campanhas de nacionalização das regiões entendidas enquanto "desnacionalizadas", e uma dessas regiões era exatamente o sul do país.

É na esteira dessa preocupação que o elemento nacional era alçado em fator de importância, para o progressivo processo de nacionalização das novas colônias que seriam fundadas, e apressando a "diluição dos quistos étnicos", como igualmente visando o branqueamento da população. O nordestino era, inclusive, "uma das melhores cepas de brasilidade", que deveria ser aproveitado não "só no *melting-pot* nacional, como ainda para o desbravamento do *hinterland*, racionalizando as migrações interna do país" (Neiva, 1944:581). Destaco em tal citação duas questões principais: a primeira seria a busca de ordenamento e controle das migrações internas por parte do governo, e a colonização dos interiores surgiria enquanto possibilidade real para este, tendo a valorização do braço migrante ligada a "derrubada e abertura de novas fazendas" (Neiva, 1944:479), em uma definição que secundarizava o nacional, tanto do ponto de vista do trabalho, mais árduo de abrir os caminhos, quanto economicamente. Apesar dessa preocupação com as diferentes etnicidades criadas por um modelo imigratório anterior, a imigração continuava como bem quista, mas a retórica havia sido alterada, as ações voltavam-se aos imigrantes "mais assimiláveis", preferencialmente de origem latina, cultural e linguisticamente mais próximo ao brasileiro (Seyferth, 2014:14).

Não sem razão encontramos na legislação da época, com ênfase aos decretos 406 e 3.010, ambos de 1938, referências sobre o modelo de colonização. Nesse sentido, estipulavam-se critérios a serem obedecidos, tais como: nenhum núcleo colonial poderia ser

constituído por estrangeiro de uma única nacionalidade; haviam percentuais a serem observados de um mínimo de 30% de brasileiros e o máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira; nenhum núcleo, centro ou colônia ou estabelecimento em seu interior poderiam possuir denominação em idioma que não o português e o ensino nessas localidades deveriam ser ministrados por brasileiros natos. É interessante notar que, no concernente aos percentuais, a ausência do mínimo de nacionais poderia ser suprida pelo português, o que denotava mais uma vez a diretriz da nacionalidade (Brasil, 1938a;1938b). Esses termos orientavam a expansão brasileira dentro de suas fronteiras, com núcleos de colonização esparsos em condições favoráveis pelo *hinterland*, obedecendo os princípios das "migrações colonizadoras" (Neiva, 1942:47). Em visita à Goiânia em 1940, Vargas deixava claro tais diretrizes, ao indicar que

> O programa do Rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de culturas. [...]. Eis o nosso imperialismo, não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras (Neiva, 1942:57-58).

Assim, para Hehl Neiva, o Brasil deveria empenhar-se em um programa de colonização interna, com estrangeiros ou elementos nacionais. E haveriam, em linhas gerais, duas maneiras de proceder esse programa: a primeira seria através da "mancha de óleo", onde um povoamento, e a civilização que o acarreta, espalhava-se lentamente, mas de modo contínuo, deslocando naturalmente a fronteira dos pioneiros; já a segunda somente se poderia processar na época da aviação, e referia-se na criação de núcleos em regiões climática e economicamente adequados, sendo praticamente autárquica sua vida, com densidade populacional suficiente para "se criar um mercado local de produtos necessários à sua subsistência" (Neiva, 1944:548). Destacamos que a preferência do citado intelectual era pelo primeiro modelo.

Nesse sentido, novas leis relacionadas à colonização foram criadas: os decretos 2.009, de 1939, e 3.059, de 1941. O primeiro estabeleceria as diretrizes para a nova organização dos núcleos coloniais, onde vemos a clara preferência e o fomento a pequena propriedade agrícola, a indicação do auxílio governamental até a emancipação dos núcleos, a assistência social às famílias e a plena propriedade pelo colono (Brasil, 1939). Já o 3.059 dispunha sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, voltadas para regiões que reuniriam condições técnicas e de salubridade indispensáveis ao seu desenvolvimento futuro (Brasil, 1941). Para

Hehl Neiva, este último seria a "verdadeira Carta Magna da colonização de regiões inexploradas e desertas de nosso *hinterland*" (Neiva, 1944:550).

Seria com esse incentivo que podemos verificar a criação de uma série de colônias pelo Brasil, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiaz através do decreto 6.882, de 1941, nas proximidades do alto Tocantins, no Rio das Almas. H. Neiva (1944:551) salientava que nesta colônia haviam sido instaladas 900 famílias, habitando casas provisórias e possuía "serraria, máquinas de beneficiar arroz e [...] a construção de todos os serviços públicos indispensáveis a um núcleo de colonização". Neiva também destaca a criação de outras colônias, como a do Amazonas (1941), onde já estavam localizadas 100 famílias; a Colônia Agrícola do Pará (1942) no município de Monte Alegre com cerca de 300 famílias; e a Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (1942) no município de Barra do Corda, abrigando 240 famílias (Neiva, 1944:553).

Importa destacar que a promoção da colonização e exploração da região do Brasil Central fomentou a criação, em 1943, da Fundação Brasil Central (FBC), que incorporara em sua administração os trabalhos da Expedição Roncador Xingu (ERX). Para o autor, a criação da FBC se ligava ao reconhecimento da necessidade e do problema de desbravar o *hinterland* brasileiro por parte do governo (Neiva, 1944:575/576). A FBC criaria cidades, construiria campos de pouso, organizaria viagens de cientistas naturais e antropólogos, contataria ineditamente indígenas, dentre outras ações, mas significava a articulação e efetivação do desejo de interiorização da presença do Estado pelo interior do Brasil. O projeto inicial do estatuto da FBC possuía um grande escopo de atuação, e passou pelas mãos de Artur Hehl Neiva, que destacava a "necessidade de ampliar o poder de ação da Fundação, conferir-lhe o estatuto de instituição de direito privado", dentre outras questões que geraram polêmicas à época e acabaram ficando de fora da versão final do estatuto (Maia, 2012:73).

Na FBC, H. Neiva atuou como secretário-geral e também como presidente em exercício entre 1944 a 1948. Sua ação no interior desta agência, concomitante com sua atuação no CIC, era indicador do entendimento que se deveria ter na correlação entre a colonização dos interiores e a política imigratória do Brasil.

Considerações Finais

Os escritos de Artur Hehl Neiva denotam a correlação entre imigração e colonização, fato que marcou fortemente a história das políticas de imigração do Brasil, sobretudo a partir do século XIX. Todavia, o modelo de imigração passava por importantes transformações, valorizando-se o aspecto da intervenção do Estado na gestão dos deslocamentos e na maior

seletividade e restrição dos imigrantes, buscando-se, a partir do paradigma assimilacionista, aqueles que seriam os "mais aptos".

Nesse sentido, advogava-se a necessidade de atrair imigrantes para o país, dada a carência de braços, acompanhada da má distribuição da população no território e a fraca densidade demográfica, que impunha na visão do autor barreiras importantes ao desenvolvimento econômico do Brasil. Para a superação deste, a imigração era instrumento fundamental, tendo em vista que os indicadores demonstravam que o crescimento populacional dava-se, com maior ênfase, reprodutivamente, o que indicaria que a capacidade de absorção do imigrante estaria abaixo das expectativas. Visando tal fomento, a região do "Brasil Central" estava inserida na zona antropogeográfica que melhor poderia oferecer condições para fixação ao imigrante, que deveria se realizar pela fundação de núcleos coloniais a partir do modelo de pequenas propriedades, do tipo povoamento.

Por fim, destacamos que a imbricação da imigração com a colonização envolvia uma série de órgãos estatais, cujas atividades se iniciavam na seleção do imigrante no exterior e culminaria na sua fixação ao solo, o que Hehl Neiva denominou de migrações colonizadoras. Esta era uma visão que buscava trazer o discurso e ações científicas e técnicas para o interior do Estado, justificando e legitimando as iniciativas deste, buscando disposições cujo escopo estaria baseado na racionalização de seus empreendimentos.

Referências

BRASIL. Decreto-lei n. 3.010, de 20 de agosto de 1938b. Regulamenta o decreto-lei n. 406. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regulamenta%20o%20dercreto%2Dlei%20n,que%20lhe%20conferem%20o%20art

BRASIL. Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938a. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20entrada%20de%20estrangeiros%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional

BRASIL, Decreto-lei n. 2.009, de 9 de fevereiro de 1940. Dá nova organização aos núcleos coloniais. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html

BRASIL, Decreto-lei n. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, Território e Imaginação Espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NEIVA, Arthur Hehl. Getúlio Vargas e o problema da imigração e da colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, ano III, n. 1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, abril 1942.

NEIVA, Artur Hehl. O Problema Imigratório Brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*, ano V, n. 3. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, setembro 1944.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SEYFERTH, Giralda. Povoamento, alienígenas, eugenia e a política imigratória no Brasil (1808-1950) IN: SANTOS, Miriam; PETRUS, Regina e LOUREIRO, Anita (orgs). *Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. p. 13-52.

A produção literária da Alfa-Omega em tempos de censura

Gustavo Orsolon de Souza
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

Desde o primeiro ano no PPGHS participo do Seminário Interno, um evento extremamente importante para conhecer de perto as temáticas desenvolvidas pelos colegas e que possibilita boas discussões sobre assuntos que envolvem o nosso universo de pesquisa. Tenho a recordação da minha primeira participação no evento, o VI Seminário. Ainda um pouco imaturo, sem ter visitado qualquer arquivo ou feito investidas em entrevistas, apresentei parte da minha trajetória acadêmica, destacando o interesse pela temática, no caso, a história editorial brasileira. A participação, certamente, contribuiu muito para acertar algumas arestas não vistas no projeto inicial.

Aos poucos a pesquisa foi ganhando foram, tornando-se mais vigorosa. Em 2019, no VII Seminário, as ideias já amadurecidas foram apresentadas. Neste evento, procurei mostrar como ocorreu o processo de busca pelas fontes da editora. Um exercício quase de garimpeiro, onde cada novo detalhe encontrado foi comemorado e visto como uma preciosidade, afinal, a editora não possuiu um arquivo preservado com documentos técnicos sobre a sua trajetória e produção literária.

Em 2020, no VIII Seminário, apresentei o material de qualificação. Com dois capítulos prontos, compartilhei o desenho da tese. Neste evento, foi possível mostrar o caminho percorrido ao longo da minha jornada, e traçar os passos seguintes para a conclusão da tese. Os capítulos apresentados na qualificação referem-se à trajetória dos editores – Fernando Mangarielo e Claudete Machado Mangarielo – e o processo de criação e consolidação da Alfa-Omega.

Agora, em 2021, a proposta ainda é o de compartilhar o caminho percorrido. Entretanto, o destaque para o IX Seminário é destacar parte da produção literária da Alfa-Omega, durante a década de 1970, período marcado pela ditadura do regime civil-militar. Esse ponto do trabalho é muito importante, pois possibilita conhecer de perto o seu perfil ideológico.

A criação da editora Alfa-Omega

A Editora Alfa-Omega foi criada no dia 10 de janeiro de 1973, tendo Claudete Machado e Fernando Celso de Castro Mangarielo como responsáveis pela empresa. O contexto político no momento da abertura da editora foi marcado pelo governo de Emílio Garrastazu Médici. O país vivia, por um lado, certa euforia pelo progresso e, por outro lado, forte tensão provocada pelo governo. O Brasil respirava o chamado "milagre" econômico, tendo os primeiros anos da década de 1970 como momento auge, onde os olhares estavam para as conquistas: "comemorava-se o tricampeonato de futebol, as lutas de Eder Jofre, a expansão do sistema de telecomunicações e das fronteiras regionais que abriam novas estradas, construíam pontes (...)."[1]

O mesmo período foi destacado também pelos pesquisadores Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis como sendo os anos mais "lacerantes da ditadura", isso significava, o "fechamento temporário do Congresso", a "cassação de mandatos e suspensão dos direitos políticos", a "censura à imprensa e às produções culturais", as "demissões em universidades" e a repressão "contra os grupos oposicionistas".[2]

Diante disso, para a historiadora Janaina Cordeiro, o período entre os anos de 1969 até 1974, "não foram anos de ouro ou de chumbo", mas sim, "os dois ao mesmo tempo". Ainda segundo a historiadora, "se foram um *e* outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como *anos de ouro* e quem os viveu como *anos de chumbo* (...)".[3] Para Almeida e Weis, foi um período marcado pela "combinação" de "autoritarismo e crescimento econômico", que deixava parte da "oposição de classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago".[4] Foi nesse contexto, portanto, de "chicote" e de "afago" que foi criada a Alfa-Omega.

A editora nasceu no pequeno apartamento do casal, localizado na Rua Santa Isabel, nº 323, conjunto 502, no centro da cidade, próximo a Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo. No começo, foram apenas os dois a tocar a editora. Quando foi editado o primeiro livro – *A Ideia Republicana no Brasil, Através dos Documentos*, de Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa – Claudete Machado Mangarielo se recorda da necessidade de contratar um "*office boy*" para

[1] CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? A Memória Social Sobre o Governo Médici. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, pp. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível na internet via: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1546/1008. Acesso em: 02/11/2019.
[2] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. Carro-Zero e Pau de Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 320-409.
[3] CORDEIRO, Janaina Martins, op. cit., pp. 85-104.
[4] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís, op. cit., pp. 320-409.

ajudar com algumas tarefas. Mas as funções de "vendedora, secretária e administrativa", foram todas exercidas por ela. Apenas um contador foi contratado para cuidar da contabilidade da empresa.[5]

A editora não permaneceu no endereço inaugural por muito tempo. O pequeno apartamento da Rua Santa Isabel foi trocado por outras localizações. Não foi possível saber exatamente a data exata da primeira mudança, mas acredito que ainda no primeiro ano de funcionamento os editores procuraram um novo imóvel. A editora passou, então, para a "rua Cristiano Viana, 302 (...); posteriormente é transferida para a rua Lisboa, 502, e, mais tarde ainda, para número 489 da mesma rua, onde se encontra até hoje", no bairro de Pinheiros.[6]

Produção literária

As características do perfil editorial da Alfa-Omega começaram a aparecer logo nos primeiros anos de seu funcionamento, em jornais importantes como o paulista *Folha de São Paulo*, e o carioca *Jornal do Brasil*. No dia 10 de setembro de 1974, o jornal *Folha de São Paulo* trouxe a seguinte informação:

> Cuidados de Pequeno Editor: As pequenas editoras, como qualquer pequena empresa, sobrevivem com dificuldades. Fernando Mangarielo, pernambucano de 26 anos, é o diretor de uma pequena editora, a Alfa-Omega, que em pouco mais de um ano lançou nove títulos, especialmente na área de ensaios: sociologia, história, filosofia, crítica literária (...).[7]

O autor da matéria, Wladymir Nader, destacou o número de nove livros lançados neste primeiro ano de funcionamento. A fonte não trouxe maiores detalhes sobre os títulos e os autores, mas sinalizou uma pista importante das principais áreas de interesse do editor: Sociologia, História, Filosofia e Crítica Literária. Ou seja, fica clara uma forte tendência, logo no primeiro ano, pelas Ciências Humanas.

Aproximadamente dois anos depois, em 03 de maio de 1976, outro periódico também destacou esse primeiro movimento de publicações da editora. O *Jornal do Brasil* trouxe o número de trinta títulos, todos voltados para assuntos com temáticas brasileiras:

[5] Entrevista concedida por Claudete Machado Mangarielo ao autor, em São Paulo, no dia 16 de julho de 2018.
[6] MAUÉS, Flamarion; NERY, João Elias; REIMÃO, Sandra. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. In: *Intercom*, São Paulo, vol. 38, n. 01, pp. 169-190, jan./jun. 2015. Disponível na Internet via: http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2210. Acesso em: 19/01/2019.
[7] NADER, Wladyr. O Círculo Vicioso do Livro no Brasil. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1974. Disponível na internet, no Acervo Digital da *Folha de São Paulo*, via: https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5238&anchor=4372120&pd=562219d58c8f707f63b42a145a23b926. Acesso em: 04/08/2018.

> Em três anos, a editora Alfa-Omega lançou 30 livros sobre assuntos brasileiros, em todas as áreas. O editor Fernando Mangarielo, que se confessa "fascinado pelo autor brasileiro", conseguiu provar que o livro de autor nacional pode vender bem: "Já é tempo – diz ele – de deixarmos de jogar areia nos olhos do escritor brasileiro". E Fernando prova isso, aos 28 anos, mesmo sem ter uma grande estrutura editorial. A editora Alfa-Omega funciona em sua própria casa numa travessa da Avenida Rebouças em São Paulo e se, em 1973, editou dois livros, em 1974 já editava seis, chegando a editar 22 livros sobre o Brasil em 1975.[8]

Ainda segundo a informação do *Jornal do Brasil*, no ano de 1975, a editora teve um expressivo número de publicações, alcançando a marca de vinte e dois títulos com a temática brasileira.

Uma característica marcante do catálogo da editora é a presença de autores nacionais. Além de acadêmicos, como Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Geraldina Porto Witter e Sedi Hirano, o catálogo foi marcado também por autores com forte engajamento político, como, por exemplo, Catullo Branco e Leôncio Basbaum, ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Basbaum, por exemplo, teve dois livros editados nesse primeiro momento de atividades da editora.

Por privilegiar autores nacionais em seu catálogo, a editora não buscou traduzir autores estrangeiros, o que foi muito comum em editoras consolidadas no mercado editorial neste período como, por exemplo, na Civilização Brasileira, na José Olympio, na Brasiliense, na Martins, na Paz e Terra e na Jorge Zahar. Como afirmou Gustavo Sorá, os catálogos dessas editoras foram quase todos marcados "por uma grande quantidade de traduções 'pioneiras' de autores não traduzidos no Brasil e de outras descobertas, muitas vezes vividas pelo editor como revelações tidas pessoalmente em viagens ao exterior".[9]

Dois livros da editora tornaram-se muito famosos: *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro* (1976), de Fernando Morais; e *Em Câmera Lenta* (1977), de Renato Tapajós. O primeiro foi o mais vendido, o que ajudou a projetar a editora no mercado de livros no Brasil. O segundo foi vítima da censura dos meios de repressão da época, sendo levado à proibição da venda e à prisão do autor.

Mas foi no catálogo de 1984, localizado no setor de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que consegui apurar com mais cuidado as áreas de interesse e os autores

[8] RANGEL, Maria Lúcia; LUPPI, Carlos Alberto; FONSECA, José Ribamar; SOUZA, Hugo de Almeida. O Brasil, Enfim, Reeditado. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1976. Disponível na internet, no Acervo Digital da Biblioteca Nacional – Brasil, via: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=139895&Pesq=http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=139895&Pesq=. Acesso em: 05/08/2018.

[9] SORÁ, Gustavo Alejandro. Tempo e Distâncias na Produção Editorial de Literatura. In: *Revista Mana*, Rio de Janeiro, vol. 03, n. 02. pp. 151-181, out. 1997. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2443.pdf. Acesso em: 20/01/2020.

mais editados pela Alfa- Omega. Esta fonte foi uma ferramenta importante pois, como já informei anteriormente, não há registro documental sobre a produção da editora. O catálogo, inserido em um jornal intitulado *Informativo da Alfa-Omega*, circulou como meio de divulgação da editora durante a 8º Bienal do Livro, em São Paulo.

O catálogo foi apresentado por seções: "Marxismo"; "Comunicações"; "Contos"; "Direito"; "Filosofia"; "História"; "Infantil"; "Memórias"; "Pedagogia"; "Poesia"; "Reportagem"; "História Imediata"; "Romance"; "Sociologia"; e "Outros". Nessas quinze seções o total é de cento e quarenta e três livros publicados até o ano de 1984.

A seção mais expressiva é a intitulada "História", contemplando trinta e três títulos. A tendência por temáticas de oposição ficou bem evidente nesta seção. Para uma ideia geral, a seção contemplou títulos como *Carta aos Comunistas*, do militar e político Luís Carlos Prestes; *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*, do advogado e professor da USP, Paulo Sérgio Pinheiro, e do historiador estadunidense e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Michael M. Hall; *A Coluna Prestes (3ª ed.)*, do advogado e militante político Lourenço Moreira Lima; *Coronelismo, Enxada e Voto (4ª ed.)*, do advogado e professor da Universidade de Brasília (UnB), Victor Nunes Leal.

Esses dois últimos, por exemplo, tiveram boa recepção. O título *A Coluna Prestes*, ficou na lista dos 10 mais vendidos no mês de outubro de 1979.[10] A pesquisa foi divulgada pela *Leia Livros*, sendo realizada em seis cidades brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. O título *Coronelismo, Enxada e Voto* foi destaque logo nos primeiros dias. Segundo o *Jornal do Brasil*, "vendeu três mil exemplares em quatro semanas".[11]

Ainda nesta seção encontram-se os quatro volumes de *História Sincera da República*, do médico pernambucano, militante do Partido Comunista, Leôncio Basbaum, um nome importante no cenário editorial e político.

Outra seção que chama atenção no catálogo de 1984 é a seção História Imediata, composta por cinco volumes, em formato de revista, vendida em bancas de jornal. Os volumes são: *A Guerrilha do Araguaia*; de Palmério Dória, Sérgio Buarque de Gusmão, Vicent Carelli e Jaime Sautchuk; *A Greve na Voz dos Trabalhadores – da Scania a Itu*, da Oboré; *Araceli – corrupção em sociedade*; de Carlos Alberto Luppi, *D. Paulo Evaristo Arns –*

[10] *Leia Livros*, nº 19, ano III, 15/11/1979 a 15/12/1979. In: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Exemplares, 15/04/1979 a 14/05/1980. Tombo, I0002363062. Localização, 3,031,03,02. Coleção, 1979/1980. Biblioteca, periódicos.
[11] RANGEL, Maria Lúcia; LUPPI, Carlos Alberto; FONSECA, José Ribamar; SOUZA, Hugo de Almeida. O Brasil, Enfim, Reeditado..., op. cit..

o Cardeal do povo, de Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markum; e *A Volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*, de Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves.

Como também foi possível observar são temas quentes e polêmicos para um período marcado pelo autoritarismo militar. Apesar da revogação do AI-5, em dezembro de 1978, a censura aos meios de comunicação e informação permanece até pelo menos no início da década de 1980, quando o "Poder Judiciário" decide "excluir do regime de verificação prévia as publicações que abordassem temas relacionados ao sexo, à moralidade pública, contrário aos bons costumes ou que apresentasse fotografias de nus, eróticos ou não".[12]

Os volumes foram elaborados de forma distinta, onde cada número apresentou um tema diferente. Porém, comungaram do mesmo padrão de análise. Produzidos por jornalistas, eles ganharam o rigor científico da área e trouxe a informação imediata de uma maneira clara e objetiva para atender um público sedento por respostas para as questões que marcaram a década de 1970. Além disso, foram volumes reinventados a cada novo número. Com capas, contracapas e textos introdutórios atraentes e funcionais, a editora e seus capistas conseguiram imprimir uma marca para o produto e levar – logo no primeiro contato com o leitor – a sua mensagem principal.

Através dessa análise do catálogo de 1984 foi possível perceber que a posição política da editora foi mantida ao longo de suas atividades. As Ciências Humanas predominaram nas publicações da editora como as áreas de Sociologia, História, Filosofia e Crítica Literária. Além disso, fica nítido uma preocupação dos editores em conceder voz aos autores nacionais alguns, até mesmo, desconhecidos do grande público.

Considerações finais

A História da editora Alfa-Omega requer ainda outros estudos. Como foi possível perceber nesse breve texto, a editora guarda uma memória bastante interessante. Através das suas publicações verifica-se o seu papel na construção de um pensamento crítico em um momento delicado, marcado pela censura do regime civil-militar.

Estou longe de alcançar uma análise totalizadora sobre a editora Alfa-Omega, o que também não a intenção deste trabalho, mas acredito que diante das possibilidades acadêmicas e das fontes alcançadas, tenho conseguido mostrar parte de sua história, e contribuindo, de

[12] SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da Moral e dos Bons Costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 37, pp. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível na internet via: https://www.scielo.br/j/topoi/a/hphSyQc6TDYyWFbJ5gkVMWD/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 01/06/2021.

alguma forma, com o debate que consiste apurar o papel das editoras na construção de um pensamento crítico em um momento duro da repressão política no Brasil.

A tese ainda não está completamente concluída. A ideia é apresentar um estudo com quatro capítulos. No primeiro, a intenção é construir a trajetória dos editores até a inauguração da editora. No segundo, a proposta é analisar o perfil da editora através de seus catálogos. No terceiro, a ideia é entender os impactos da censura dentro da editora. No quarto e último a ideia é analisar a importância da coleção História Imediata no contexto político da época.

Alguns capítulos ainda carecem de um enriquecimento maior, com novas fontes e análises. Acredito que nos próximos meses, com o avanço da vacinação, será possível realizar novas visitas aos arquivos de São Paulo para concluir a tese, visto que, a pandemia de Covid-19, levou o adiamento de algumas pesquisas. Mas a previsão de defesa para o primeiro semestre de 2022 ainda está mantida.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. Carro-Zero e Pau de Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? A Memória Social Sobre o Governo Médici. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, pp. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível na internet via: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1546/1008. Acesso em: 02/11/2019.

Entrevista concedida por Claudete Machado Mangarielo ao autor, em São Paulo, no dia 16 de julho de 2018.

Leia Livros, nº 19, ano III, 15/11/1979 a 15/12/1979. In: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Exemplares, 15/04/1979 a 14/05/1980. Tombo, I0002363062. Localização, 3,031,03,02. Coleção, 1979/1980. Biblioteca, periódicos.

MAUÉS, Flamarion; NERY, João Elias; REIMÃO, Sandra. Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro. In: *Intercom*, São Paulo, vol. 38, n. 01, pp. 169-190, jan./jun. 2015. Disponível na Internet via: http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2210. Acesso em: 19/01/2019.

NADER, Wladyr. O Círculo Vicioso do Livro no Brasil. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1974. Disponível na internet, no Acervo Digital da *Folha de São Paulo*, via: https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5238&anchor=4372120&pd=562219d58c8f707f63b42a145a23b926. Acesso em: 04/08/2018.

RANGEL, Maria Lúcia; LUPPI, Carlos Alberto; FONSECA, José Ribamar; SOUZA, Hugo de Almeida. O Brasil, Enfim, Reeditado. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1976. Disponível na internet, no Acervo Digital da Biblioteca Nacional – Brasil, via: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=139895&Pesq=http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=139895&Pesq=. Acesso em: 05/08/2018.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da Moral e dos Bons Costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 37, pp. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível na internet via:

https://www.scielo.br/j/topoi/a/hphSyQc6TDYyWFbJ5gkVMWD/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 01/06/2021.

SORÁ, Gustavo Alejandro. Tempo e Distâncias na Produção Editorial de Literatura. In: *Revista Mana*, Rio de Janeiro, vol. 03, n. 02. pp. 151-181, out. 1997. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2443.pdf. Acesso em: 20/01/2020.

Paulo de Frontin (1860 - 1933): considerações sobre a trajetória e a memória do engenheiro

Adauto Tavares Araujo[1]
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Este trabalho almeja analisar a memória que fora construída sobre a trajetória profissional e política de André Gustavo Paulo de Frontin (1860 - 1933). Filho de João Gustavo de Frontin e Hipólita Lourença Eulália de Villan, Paulo de Frontin nasceu em Raiz da Serra de Petrópolis, em 17 de setembro de 1860. Casou-se com Maria de Toledo Dodsworth. Aos 13 anos, seu pai obteve uma carta de recomendação do ministro João Alfredo Correia de Oliveira, graças ao intermédio de seu amigo o jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa, para matriculá-lo no Colégio Pedro II[2]. Ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874. Ao fim do curso, em 1879, formou-se em engenharia civil e geográfica, além de engenheiro de minas e bacharel em ciências físicas e matemáticas. Todavia, antes mesmo de concluir os seus estudos, Frontin foi indicado pelo professor Borja Castro para trabalhar como residente no reservatório do França, que integrava a Inspetoria de Águas[3].

Antes de finalizar os estudos na Politécnica, Frontin participou da organização do projeto de aterro das praias de Formosa e dos Lázaros, na região da Cidade Nova, que tinha a direção dos professores Luís Rafael Vieira Souto (1849 - 1922), de quem se tornaria sócio e amigo, e Paula Freitas[4]. Após a conclusão dos estudos, tornou-se professor da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II. Em 1881 criou, ao lado do engenheiro Manuel Pereira Reis, o Observatório Astronômico da Escola Politécnica, que ficava ao lado do Convento de Santo Antônio, e tinha como finalidade prover aulas práticas de astronomia e geodésia aos alunos da própria escola e aos aspirantes da Escola da Marinha. Juntamente de Vieira Souto e Manoel Joaquim Teixeira Bastos, promoveu a elaboração do projeto de reforma curricular do curso

1 Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS-FFP/UERJ). Email para contato: adautohist@gmail.com

2 ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: sua vida e obra.* Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e cultura, 1961, p.3.

3 SANTOS, Felipe Martins. *Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. p.23.

4 CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933) In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017. p. 129.

geral de engenharia, tendo desempenhado uma posição de destaque na instituição, sendo inclusive diretor da Politécnica entre 1915 e 1930[5].

Paulo de Frontin fez parte de um grupo de engenheiros, que, a partir da segunda metade do século XIX, se tornou ativo no processo de reconfiguração do espaço urbano carioca, os quais se afirmavam como detentores de um saber considerado técnico, investidos da missão de construir uma cidade moderna, conquistando assim, amplos espaços de saber e de poder[6].

Paulo de Frontin era apresentado por seus pares como um "grande realizador", imagem que ganhou relevância após o episódio que ficou conhecido como "Água em seis dias", ocorrido em 1889. Naquele período, a sede da Corte imperial estava sofrendo uma grande seca, que acabou por agravar um surto de febre amarela na cidade. Então, existe uma narrativa que fora construída de que o Ministério da Agricultura tomou a iniciativa de buscar soluções que pudessem resolver esses problemas que estavam assolando a cidade e geravam críticas[7], em um momento que o poder imperial centralizado estava sendo contestado.

O projeto de Paulo de Frontin previa aumentar o abastecimento de água da cidade em 15 milhões e litros diários – pouco mais de 20% da capacidade anterior – em apenas seis dias, com o custo de oitenta contos de réis mais noventa contos para a compra dos mananciais. No primeiro dia, Frontin partiu para a Serra do Comércio com uma comitiva de trezentos homens, dentre engenheiros, médicos e operários. Com o decorrer da obra, mais de mil trabalhadores são contratados e Frontin recebe auxílio de amigos, como Carlos Sampaio, que coordena a abertura de uma vala com colocação de calha na cachoeira Água Fria até o reservatório do Barrelão, próximo a Tinguá, de onde seria levada para os chafarizes da Corte. Ao fim do sexto dia, a água prometida chegou na cidade, fazendo com que Frontin fosse carregado em uma grande festa, segundo noticiado pelo *Diário de Notícias*[8].

Segundo Felipe Martins dos Santos, em sua dissertação de mestrado sobre trocas políticas e o prestígio conferido a Paulo de Frontin, o episódio da *Água em Seis Dias* tornou o engenheiro conhecido fora dos círculos da Politécnica e do Colégio Pedro II, a partir do

5 CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933). In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017. p. 130.

6 MOTTA, Marly Silva da. Paulo de Frontin: o "Hércules da Prefeitura", ou o prefeito da "densidade máxima". In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj, p. 25.

7 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1889, p. 3.

8 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1889, p.1.

momento que o engenheiro vinculou a sua própria imagem à capacidade de realizar grandes obras públicas, tendo começado a ascendência do prestígio profissional deste personagem[9].

Após esse episódio, Frontin fundou a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, em 1890, ao lado de Carlos Sampaio, que atuou em diversos projetos de construção de trechos ferroviários. Também participou de uma comissão encarregada responsável de avaliar planos e projetos de saneamento da capital republicana, em 1896, que era presidida pelo então vice-presidente do país, Manuel Vitorino Pereira.

Dentre os projetos empreendidos pela Melhoramentos, destacaram-se o arruamento e construção de um túnel sob o morro do Livramento, as obras preliminares das docas do Rio de Janeiro e a instalação de equipamentos modernos e um ramal ferroviário[10]; a empresa também assumiu a concessão para arrasamento do morro do Castelo, que havia sido arregimentada anteriormente por Carlos Sampaio.

Durante o I Congresso de Engenharia e Indústria, em 1900, Paulo de Frontin deu atenção para a política ferroviária nacional, buscando explicar o motivo do baixo desenvolvimento ferroviário do Brasil. Em sua fala, o engenheiro se mostra contrário ao movimento das estradas de ferro do país interligando as regiões produtoras com os portos, mantendo as províncias isoladas. Sugere então que seja construída uma via litorânea, ligando o norte ao sul, que teria cerca de cem quilômetros e estaria concentrada em locais com adensamento populacional, servindo então para a circulação de pessoas e mercadorias. Deste modo, Frontin apoiou uma política de ampliação das estradas de ferro, a partir de uma atuação mais precisa dos engenheiros, que seriam os responsáveis por assegurar os interesses nacionais[11].

Apesar de não ter sido um dos sócios-fundadores do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin alcançou posição de destaque na instituição, notadamente a partir dos primeiros anos do século XX. Filiado ao Clube desde 1882, notamos uma participação discreta do engenheiro até a sua atuação no I Congresso de Engenharia e Indústria, ocorrido em 1900. Segundo Vânia Cury, Frontin buscou ocupar uma posição de comando no Clube, utilizando-se de uma ideia

9 SANTOS, Felipe Martins. *Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

10 CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933). In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017. p. 132.

11 FRONTIN, Paulo de. *Viação Geral Brasileira e sua ligação coma rede internacional sul-americana.* Revista do Clube de Engenharia, nº3. Rio de Janeiro: Typ. Imprensa Nacional, 1901. p. 46-74.

de futuro promissor dos engenheiros, com a aplicação da ciência e do conhecimento científico na resolução dos problemas que o país enfrentava[12].

Durante o período em que Frontin esteve à frente do Clube de Engenharia, esta associação profissional desenvolveu intensa atividade, a partir da emissão de relatórios, pareceres, respondendo consultas técnicas e organizando congressos, exposições e afins, sendo um importante polo de divulgação e de debate de ideias sobre as reformas urbanas que aconteciam no Rio de Janeiro e em outras cidades[13].

Eleito presidente do Clube de Engenharia em 1903, permaneceu no cargo por trinta anos, até a sua morte, sendo condecorado pela instituição com o título de presidente perpétuo. Segundo Felipe dos Santos, a continuidade de Frontin na presidência foi importante uma vez que contribuiu para legitimar sua atuação política e direcionou a sua ascendência de poder para fora do grupo de engenheiros[14].

> Com perfil político negociador, Paulo de Frontin elegeu-se presidente do Clube de Engenharia, em 1903, cargo que ocuparia por três décadas, recebendo da instituição o título de presidente perpétuo. Este foi um ponto fundamental da sua trajetória, porque a cadeira da presidência contribuiu para legitimar sua atuação política futura e direcionar sua ascendência de poder para fora do grupo de engenheiros. A partir de então, este personagem colocava-se como autorizado a falar e atuar como representante dos membros do Clube de Engenharia[15].

Entendemos, neste trabalho, também, que as ações empreendidas por Paulo de Frontin foram importantes para a aquisição de reconhecimento político e sua inserção nos debates sobre a cidade, em um período em que os engenheiros eram apresentados como promotores do progresso e da modernidade. Segundo Vânia Cury, Frontin manteve com os membros do Clube uma relação de "dupla-troca", onde ambos auferiam ganhos, com a legitimidade necessária conferida ao engenheiro para as suas articulações políticas, enquanto seus pares percebiam que a inserção do engenheiro dentro da estrutura do Estado poderia render vantagens, como empregos e campos de investimentos[16].

---

12 CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin* (1903-1933). Niterói: UFF, 2000 (doutorado em História). p. 165.

13 TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro. 1ª ed. São Paulo: UFRJ, Marco Zero, 1989.

14SANTOS, Felipe Martins. *Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. p. 28.

15 SANTOS, Felipe Martins. Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911). In: *XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2017. p.1.

16 CURY, Vânia Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de engenharia na gestão Paulo de Frontin (1903 – 1933)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. (tese de doutorado). p. 166.

Após ter trabalhado na Empresa das Minas de Assuruá, na Bahia, dedicada à extração de ouro no sertão, em 1896 Paulo de Frontin ocupou a diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, cargo em que ficou durante pouco menos de um ano, mas voltou à função em janeiro de 1910, de onde saiu somente em 1914.

Durante a administração de Pereira Passos à frente da Prefeitura do Distrito Federal, Frontin foi nomeado chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, que foi uma das obras mais importantes da gestão Rodrigues Alves. Segundo Corrêa, este empreendimento "configurou uma primeira intervenção maciça do Estado na reorganização do espaço urbano da capital federal, alterando de forma radical a fisionomia da cidade, bem como o antigo traçado colonial[17]".

Paulo de Frontin ingressou, em 1912, no antigo Partido Republicano e participou de irmandades religiosas e entidades culturais, como o Jockey Club e o Dérby Club, que serviram como canais para que o engenheiro tivesse acesso ao eleitorado da cidade, além, é claro, da realização de obras públicas[18].

Eleito senador em 1917 e reeleito em 1918 para o mesmo cargo, Paulo de Frontin assumiu a Prefeitura do Distrito Federal em 22 de janeiro de 1919. A nomeação do engenheiro foi recebida com enorme entusiasmo por setores da imprensa carioca. *O Paiz* noticiou em 22 de janeiro de 1919:

> O governo proporcionou ontem à cidade uma boa, uma excelente notícia. (...) É evidente no honrado Dr. Delfim Moreira o empenho de acertar, aparelhando a administração com elementos que, pela sua experiência e pela demonstração do seu valor, inspiram absoluta fé, infundem inteira confiança na opinião pública[19].

O periódico salientava na notícia a capacidade do engenheiro em conseguir superar as dificuldades financeiras, pelas quais a prefeitura passava, e solucionar os problemas da cidade tendo em vista que Frontin pertencia a *estirpe dos homens privilegiados*, que dotados de *pulso firme, visão lúcida, vontade inabalável e ação corajosa* conseguem "*saber querer e saber executar*":

> Disse Wilson, em um dos seus mais recentes discursos, que os obstáculos foram criados para serem vencidos. O Sr. Paulo de Frontin tem o direito de inscrever essas admiráveis palavras no escudo do seu inexcedível valor, como legítima divisa de trabalho fecundo. Sua nomeação corresponde à imperiosa exigência destes tempos

17 CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933). In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017. p. 133.

18 PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...* O jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011. p. 200.

19 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1919, p. 3.

> de construção e realização prática. A lei inexorável, a lei transgredível, a lei fatal desta hora excepcionalíssima, para todo o mundo que sobre-existir, é a ação prompta concretizando a decisão esclarecida[20].

Deste modo, podemos sublinhar que o engenheiro encontrou no *O Paiz* um aliado de primeira hora para colocar em prática os seus projetos. Enquanto o jornal apresentou aos seus leitores quais eram as características que legitimavam a escolha do engenheiro para o posto de prefeito, principalmente em um período de crise financeira, conforme salientado, tendo em vista o déficit municipal. Segundo Surama Pinto:

> O problema do desequilíbrio entre receita arrecada e despesa era estrutural. A ineficiência administrativa, provocada pelo excesso de funcionários, a falta de controle das despesas públicas e a ineficácia dos mecanismos de arrecadação fiscal eram o que se poderia chamar de grandes vilões do equilíbrio orçamentário do município durante a Primeira República[21].

Para contornar os problemas financeiros, os prefeitos contraíam empréstimos com a justificativa de serem condição para a realização de empreendimentos. Frontin adotou medidas como a supressão dos automóveis oficiais, a extinção de oficinas de reparo, a diminuição de gastos com aluguéis de imóveis para escolas municipais e a proibição da emissão dos certificados que eram distribuídos aos trabalhadores, mas "pagos aos agiotas"[22], que foram importantes para diminuir alguns dos custos da administração municipal. Essas providências não teriam sido suficientes, em curto prazo, para garantir a realização das obras que o engenheiro pretendia fazer em sua gestão, obrigando maia uma vez ao recurso aos empréstimos.

Em entrevista à *Gazeta de Notícias*, em 22 de janeiro de 1919, o engenheiro recém empossado prefeito da cidade afirmou que tinha ciência da sua nomeação provisória, tendo em vista que o presidente da República Delfim Moreira estava ocupando uma espécie de "mandato tampão" por conta da morte de Rodrigues Alves que morrera pela gripe espanhola antes de assumir o mandato.

> Não poderei levar para a prefeitura nenhum plano administrativo, dada a circunstância de ir exercer o cargo que me confiou o Sr. Presidente da República, provisoriamente, apenas. Trabalharei na medida de minhas forças procurando atender às necessidades mais urgentes e solucionar os problemas que surgirem em meio ao período da minha administração[23].

20 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1919, p. 3.
21 PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...* O jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011. p. 202.
22 PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...* O jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011. p. 202.
23 *Gazeta de Notícias*, 22 de janeiro de 1919, p. 1.

Segundo Corrêa, o engenheiro desfrutou de grande reconhecimento junto aos setores empresariais da capital republicana e às novas elites, em razão de seu sucesso no mundo dos negócios urbanos e na política[24]. Needell salienta que o personagem era um homem proeminente, renomado como professor, engenheiro, empresário, político e sócio dos clubes exclusivos, recepcionava intelectuais, políticos e diplomatas, quando reforçava as suas redes de sociabilidade[25].

Com a realização de uma série de empreendimentos em sua gestão, Paulo de Frontin recebeu a alcunha de prefeito da "densidade máxima", tendo em vista que segundo José de Oliveira Reis, nenhum outro prefeito fez tantas obras em tão pouco tempo de gestão[26]. Segundo Américo Freire, parte da imprensa favorável à gestão Frontin na Capital Federal o chamava de Hércules da Prefeitura, já que o volume de intervenções urbanas era bastante considerável[27].

> Poder-se-ia chamar Frontin o prefeito de densidade máxima, porque ninguém fez tanto em tão pouco tempo. Outros fizeram muitas obras (...). Porém, as realizações de Frontin, no curto espaço de tempo de seis meses, representam uma proeza única na história da cidade do Rio de Janeiro[28].

Segundo Carlos Eduardo Sarmento, o engenheiro inseriu seu nome no panteão dos maiores prefeitos do Rio porque conseguiu associar à sua imagem um discurso legitimador e um capital político proveniente da sua inserção profissional, apresentando-se como a síntese da eficácia do discurso e da práxis dos engenheiros na administração das cidades, em posição ocupada anteriormente por Pereira Passos[29].

Ao fim do governo do presidente Delfim Moreira, Paulo de Frontin foi substituído pelo advogado Milcíades Sá Freire, que fora nomeado pelo novo presidente, Epitácio Pessoa. O periódico *O Paiz* publicou um balanço da gestão presidencial em 27 de julho de 1919, em que deu destaque a atuação de Frontin a frente da prefeitura:

---

24 CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933). In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017. p. 134.

25 NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 113-114.

26 REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos:* evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. v.2. p. 71.

27 FREIRE, Américo. Introdução. In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj. p. 13.

28 REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. p. 71.

29 SARMENTO, Carlos Eduardo B. Sarmento. (DES) Construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj p. 33.

> Quanto ao ilustre prefeito, não são precisos comentários encomiásticos para salientar a obra desse extraordinário administrador, a quem, com o seu fino instinto de home de governo, o sr. Delfim Moreira entregou a direção da Prefeitura do Distrito Federal. Seria duvidar da inteligência e dos sentimentos do povo da nossa capital, julgar necessário qualquer argumentação para lhe fazer compreender a grandeza do plano de expansão e de progresso do Rio de Janeiro, concebido pelo Sr. Paulo de Frontin e começado a executar, por ele, com a deslumbrante eficiência, que tornou possível, em menos de seis meses, uma sensível transformação da nossa cidade[30].

O Paiz destacou a ação de Paulo de Frontin na realização dos diversos empreendimentos, colocando-o ao lado de Pereira Passos, como um "grande benemérito" da cidade, sinalizando que o engenheiro fora um dos principais governantes da capital, mesmo em tão pouco tempo de governo. Deste modo, entendemos que começa a surgir neste momento a reiteração da ideia do protagonismo dos prefeitos, quando assemelham as administrações dos dois engenheiros.

Por outro lado, o *Jornal do Brasil* teceu duras críticas ao modo de Frontin de governar a cidade, apontando a administração como "desastrada" e publicando uma reportagem em 15 de maio sob o título "Os desatinos do prefeito". Acusava o engenheiro de "megalomania", que proporcionava pão e circo e era aplaudido pela população que, por sua vez, não tinha "juízo"[31].

Entendemos que a nomeação de Paulo de Frontin para a prefeitura do Distrito Federal esteve ligada ao papel de destaque que ele tinha na Aliança Republicana, partido político que ganhou destaque a partir de 1918, com a vitória do engenheiro para o cargo de senador e pela conquista da maioria das cadeiras dos deputados nos dois distritos da capital. No ano seguinte, mais dois senadores do Aliança Republicana foram eleitos e Frontin foi convidado para assumir o executivo municipal pelo presidente Delfim Moreira.

Há uma extensa bibliografia sobre a trajetória de Paulo de Frontin, que pode ser dividida em três grupos distintos: os primeiros trabalhos sobre a figura do engenheiro foram produzidos em tom laudatório, com o objetivo de engrandecer o personagem, associando-o à realização de grandes obras em vida. Esses textos foram editados na *Revista do Clube de Engenharia* e em publicações produzidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro sobre os prefeitos. Apresentando uma trajetória linear marcada pelas diversas realizações do engenheiro, omitiram as tensões que marcaram sua atuação e indicam, em parte, as redes de sociabilidade nas quais Paulo de Frontin estava envolvido e que forneceram as condições de sua atuação e para que colocasse em prática alguns de seus projetos.

30 *O Paiz*, 27 de julho de 1919, p. 1-2.
31 *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1919. Cf. PINTO, Surama. *Op. Cit*. p. 213.

Quando das comemorações do centenário da Independência, em 1922, em número especial dedicado ao mesmo evento, a *Revista do Clube de Engenharia* publicou o perfil biográfico do engenheiro, assinalando o brilhantismo da trajetória profissional de Frontin e pontuando diversos aspectos em que ficara demonstrada a capacidade técnica do personagem em questão. Segundo a *Revista*, Paulo de Frontin já demonstrava seu talento durante os estudos preparatórios para a matrícula na Politécnica, alcançando "raríssima distinção" na obtenção dos seus diplomas e tendo, logo após a conclusão dos estudos, iniciado a vida no magistério[32].

A biografia confere especial destaque à participação de Frontin nas reformas urbanas do Rio de Janeiro:

> No Governo do Presidente Rodrigues Alves, sendo Ministro das Obras Públicas Lauro Müller, foi Paulo de Frontin nomeado Presidente da comissão que estudou, dirigiu e efetuou a abertura e construção da nossa grande "Avenida Central", atual "Avenida Rio Branco", que é hoje o mais legitimo título de orgulho da nossa Capital, e, por esse relevante serviço, é o nome de Paulo de Frontin apontando como o de um verdadeiro benemérito da nossa metrópole[33].

Desse modo, integrava Frontin dentro de um triunvirato, do qual faziam parte, também, Pereira Passos e Oswaldo Cruz:

> No curto governo Delphim Moreira, desempenhou Paulo de Frontin o cargo de prefeito do Distrito Federal e ali são extraordinários os seus serviços em um breve prazo de administração, como fosse o alargamento de várias e importantes ruas, notadamente as de Visconde de Itaúna e Senador Euzebio, a execução da Avenida Rio Comprido, a abertura do túnel João Ricardo, ligando a Central ao litoral, na secção das obras do Porto, por um novo e mais rápido caminho, as avenidas Atlântica e Delphim Moreira, os melhoramentos da Avenida Niemeyer feita sob a direção de Frontin, como empreendimento particular, a avenida Wilson em continuação da Avenida Beira Mar, os novos jardins na cidade e nos subúrbios, obras todas estas que, reunidas à Avenida Rio Branco, conquistaram para Paulo de Frontin o lugar que lhe cabe no triunvirato que formou com Pereira Passos e Oswaldo Cruz, quando são apontados como os verdadeiros remodeladores da cidade do Rio de Janeiro[34].

Por fim, destacava as funções desempenhadas por Frontin fora dos cargos públicos, como em sua atuação para a ascensão do Derby Club, que fora criado após desentendimentos no Jockey Club, mais antigo, e também a relevância do personagem para o próprio Clube de

32 *Revista do Clube de Engenharia*, s/n. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922. p. 417-418.
33 *Revista do Clube de Engenharia*, s/n. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922. p. 420.
34 *Revista do Clube de Engenharia*, s/n. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922. p. 421.

Engenharia, ligando a grandiosidade da instituição à do engenheiro, que se tornavam assim indissociáveis[35].

Em 1934, um ano depois do falecimento de Paulo de Frontin, a edição da *Revista do Clube de Engenharia* prestou uma homenagem ao engenheiro, sob o título *"Nosso maior bemfeitor! Nosso guia Immortal".* Mais uma vez discorre-se sobre a importância do personagem para o próprio Clube, apontando os cargos por ele ocupados dentro da estrutura da instituição, os serviços prestados almejando o seu progresso material e moral, a partir de um "formidável talento" é "incontestável capacidade técnica" reconhecida por todos. No texto, a *Revista* ainda sublinha que, apesar de não ter sido um dos de dos fundadores, era inegável a participação do engenheiro no processo de engrandecimento da instituição, dando "grande impulso" aos seus destinos da associação, e tornando-o "o expoente máximo" da categoria[36].

A partir dos anos de 1980 é possível encontrar uma bibliografia crítica sobre as reformas urbanas que, a partir da análise de fontes primárias disponíveis, ampliou o olhar sobre a atuação dos engenheiros na ação reformadora da então capital Federal, discutindo os melhoramentos urbanos a partir do autoritarismo da ação estatal na reconfiguração do espaço urbano e de seu caráter excludente. Nestes trabalhos, Frontin não mais aparece como um "grande realizador", mas como personagem central nas disputas que ocorriam na cidade e na defesa de certo tipo de intervenções.

Em 2003, o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense do Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC – FGV) lançou um livro pela editora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro com a seleção de discursos parlamentares de Paulo de Frontin, com três pequenos textos de apresentação da biografia e memória sobre o engenheiro, escritos por Américo Freire, Marly Motta e Carlos Eduardo Sarmento.

Américo Freire teve por objetivo analisar a relação entre o engenheiro Paulo de Frontin e o campo político carioca. Já Marly Motta procurou apresentar a gestão de Paulo de Frontin à frente da Municipalidade do Rio de Janeiro, apontando as principais obras de suas gestões[37]. Por fim, Carlos Eduardo Sarmento sublinhou de qual modo a memória sobre Paulo de Frontin foi sendo construída[38].

35 *Revista do Clube de Engenharia*, s/n. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922. p. 423.
36 *Revista do Clube de Engenharia*, n.32. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1930. p. 422.
37 MOTTA, Marly Silva da. Paulo de Frontin: o "Hércules da Prefeitura", ou o prefeito da "densidade máxima. In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj. p. 25-29.
38 SARMENTO, Carlos Eduardo B. (Des)construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj. p.31-38.

Por fim, trabalhos mais recentes, como o produzido por Surama Pinto, destacam a atuação político-partidária do engenheiro, que foi um dos fundadores da Aliança Republicana, deputado, senador e prefeito do Distrito Federal. Pinto e Freire apresentam a figura de um personagem negociador, que ascendeu na política carioca a partir da sua participação no Clube de Engenharia, criando redes de sociabilidade que permitiram a sua atuação na cidade.

Como foi possível observar neste trabalho, Paulo de Frontin teve uma trajetória de destaque dentre os engenheiros brasileiros tanto em seu campo de atuação, como na política. Exercendo papel de liderança no Clube de Engenharia, não procurou contrariar os interesses do grande capital e de setores comerciais enquanto foi prefeito do Distrito Federal. Encaminhou também um projeto de remodelação da cidade, que fora realizado em pouco tempo e importante para preparar as suas sucessivas eleições para o Senado Federal, de onde continuou a ter voz para interferir e opinar sobre as gestões que o sucederam.

Por fim, a memória sobre de Paulo de Frontin foi utilizada por outros governantes do Distrito Federal, como o seu sobrinho Henrique Dodsworth – prefeito da cidade entre 1937 e 1945. Segundo Dodsworth, os recursos da administração de Frontin haviam sido utilizados para as obras de melhoramentos e embelezamento da cidade e não para a "criação de cargos"[39]; além disso, o primeiro também empreendeu, em sua gestão como prefeito, um modelo semelhante ao adotado pelo tio: aliança com o Clube de Engenharia, intervenções e planejamento urbano. Sarmento sublinha que Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965, atribuiu ao engenheiro a memória de prefeito "ilustrado e empreendedor", que teria sabido respeitar o passado da cidade e investir na construção do seu futuro, exaltando desse modo a tradição dos prefeitos-engenheiros[40].

Referências

ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: sua vida e obra.* Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e cultura, 1961.

CORRÊA, Maria Letícia. Paulo de Frontin (1860 – 1933) In: VIANNA, Carolina e ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin* (1903-1933). Niterói: UFF, 2000 (doutorado em História).

FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. Paulo de Frontin: o "Hércules da Prefeitura", ou o prefeito da "densidade máxima". In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj, p. 21-27.

39 Diário da Assembleia Nacional, V.2, p. 429. Cf. Sarmento, Carlos Eduardo B. p. 33.

40 SARMENTO, Carlos Eduardo B. (DES) Construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj, 2003. p.35.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados...* O jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

SARMENTO, Carlos Eduardo B. (Des)construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In: FREIRE, Américo (Org). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Alerj. p.31-38.

SANTOS, Felipe Martins. *Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro. 1ª ed. São Paulo: UFRJ, Marco Zero, 1989.

Fontes

Revista do Clube de Engenharia, s/n. Rio de Janeiro: TYP. do Jornal do Commercio, 1922.

Revista do Clube de Engenharia, s/n. Rio de Janeiro: TYP. do Jornal do Commercio, 1930.

O Paiz, 27 de julho de 1919, p. 1-2.

Jornal do Brasil, 15 de maio de 1919.

Gazeta de Notícias, 22 de janeiro de 1919, p. 1.

O Paiz, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1919, p. 3.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 25 de março de 1889, p.1.

Congresso de Brasilidade: a contribuição dos intelectuais piauienses para a exaltação da pátria no Estado Novo

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo[1]
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

O Congresso de Brasilidade foi uma iniciativa das seguintes instituições: Centro Carioca, Liga de Defesa Nacional e do Sindicato dos Educadores Brasileiros. Esse projeto foi apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelos representantes das instituições promotoras, através do *Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade*[2]. Na exposição do documento, apresentado ao presidente Getúlio Vargas a finalidade do evento de caráter nacional, tinha como principal ação promover uma integração nacional aos ideais do Estado Novo. Vejamos um trecho do referido documento:

> [...]. Numa demonstração de cooperação objetiva ao governo[3] a Vossa Excelência e ao idealismo construtor do Estado Novo [...]. A realização do referido Congresso por principal escopo integrar alma patrícia nos postulados do Brasil Novo, em todos os campos da atividade nacional, mediante estudos, palestras, aulas, publicações e outros meios de igual eficiência[4].

O Congresso de Brasilidade, tinha de colaborar com Getúlio Vargas na implantação das estruturas do Estado Novo, contribuindo com a integração nacional, criando no cidadão um sentimento de pertencimento ao projeto do Estado Nacional. Todo o programa tinha como alvo mobilizar a população em sua integração ao civismo em torno das ações do governo Vargas.

Esse projeto contou com o apoio do presidente Getúlio Vargas, por meio do Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema disponibilizou auxílio financeiro e outras formas de apoio. O Primeiro Congresso de Brasilidade tinha como data para acontecer no dia 10 ao dia 19 de novembro de 1941, iniciava em 10 de novembro em alusão a instalação do Estado Novo, e perduraria por uma semana de atividade cívicas em todo o Brasil.

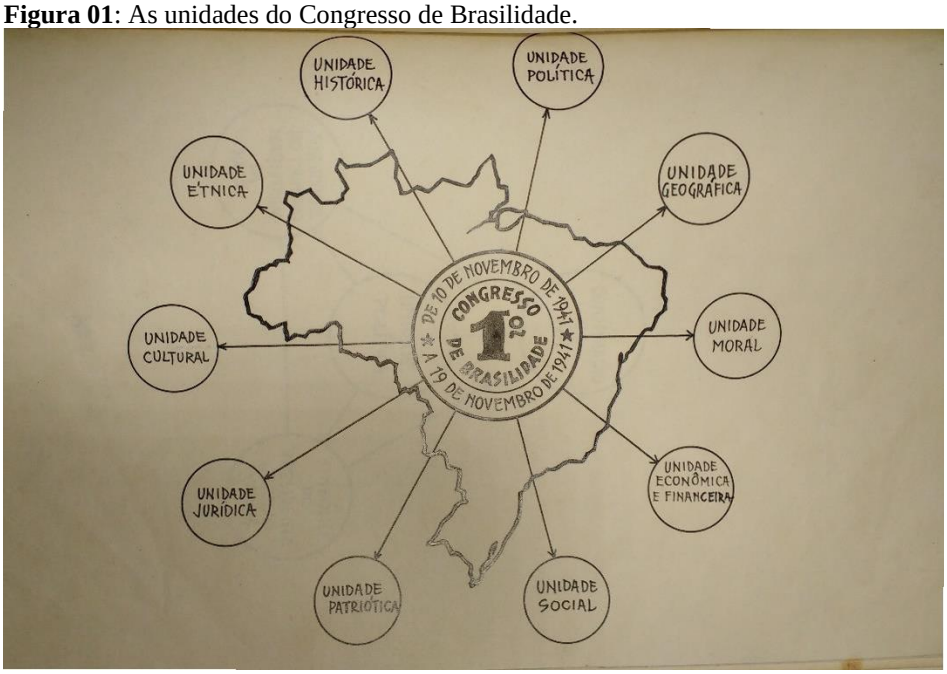
No *Regulamento do Primeiro Congresso de Brasilidade de 1941*, estabelecia no seu Art. 1º "[...] é um movimento intensivo de exaltação cívica em todas as esferas de atividade

[1] Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Doutorando em História Social pelo PPGHS – UERJ, sob orientação do professor Dr. Luiz Reznik. Email: antoniomaurenivaz@gmail.com
[2] *Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade*. 23/09/1941. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Ministério Departamento de Educação. Lata 270.
[3] Nas fontes transcritas no presente trabalho foi preservado a ortografia da época do documento, como forma de preservar a identidade do documento.
[4] Ibidem.

brasileira, dentro do espírito do Estado Nacional"[5]. Que se fundamenta em unidades[6] a saber: Política, Geográfica, Moral, Econômica e Financeira, Social, Patriótica, Jurídica, Cultural, Étnica e Histórica. Estas unidades estavam dispostas no *Plano do Congresso de Brasilidade*, como podemos verificar na imagem, a seguir:

Diagrama a com disposição das unidades do Congresso de Brasilidade

Figura 01: As unidades do Congresso de Brasilidade.



Fonte: Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade. 23/09/1941. Arquivo Nacional (RJ).

Essas unidades dispostas acima no *Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade de 1941*, tinha a finalidade de serem as matrizes que iriam nortear todo o congresso orientando o projeto de execução do evento para atingir o seu objetivo, que era envolver o povo nas diretrizes do Estado Novo. Cada unidade tinha um programa para ser aplicada no evento, essas unidades que eram instruções de temáticas de apresentações para serem seguidas no congresso funcionava como orientações gerais de organização do conteúdo programático, existia uma Comissão Central responsável por coordenar o congresso nos estados, municípios e territórios.

Em relação a Unidade Histórica[7] argumentava que o povo deveria conhecer sua própria história, bem como, a "história geral das civilizações". Para a Unidade Histórica, a relação

[5] Regulamento Geral do Primeiro Congresso de Brasilidade 1941. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Ministério Departamento de Educação. Lata 333.
[6] Ibidem. 2º Artigo.
[7] Unidade Histórica. Primeiro Congresso de Brasilidade 1941. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Ministério Departamento de Educação. Lata 333. O programa da Unidade Histórica foi uma contribuição do prof. João Batista de Melo e Souza.

passado, presente e futuro era essencial para o homem. O processo de conhecimento da história da pátria, produzia conhecimento sobre a economia, política, administração e cultura do Brasil, reproduzindo no homem uma cultura geral, construindo um novo homem para Estado Novo.

A forma de execução do congresso era pela participação de todos por meio de estudos, palestras, conferências, publicações, exposições, desfiles, aulas e reuniões cívicas e demais atividades, que poderiam integrar o povo ao evento. Para sua divulgação, o congresso apresentava propagandas e tópicos a serem divulgados pelos diversos meios de comunicação, como: radiofusão, imprensa, folhetos, alto-falantes, cartazes e outros meios de informação de massa do período. A Comissão Central do evento, formada pelos representantes das entidades promotoras que promoviam a divulgação do material impresso para sua orientação e execução, formando nos estados uma Comissão Estadual e nos municípios uma Comissão Municipal, para coordenar a formação em suas cidades.

Para a efetivação era necessário o envolvimento de diversas entidades, como: academias de letras, escolas, quarteis, repartições públicas, fábricas, associação desportivas, imprensa, rádio, hospitais, entidades religiosas, instituições educacionais e culturais, etc. A operação deste programa, além de identificar atuação dessas diversidades de instituições, tinha nos agentes locais pessoas essenciais em sua execução. Esses sujeitos, era os intelectuais, não apenas elaboradores de discursos, mas agentes da consumação da fala em torno das temáticas do Congresso de Brasilidade.

O trabalho abordará a noção de intelectuais mediadores[8], pois no espaço da Era Vargas no Piauí, vários sujeitos que conviveram no período se enquadram na identificação de intelectuais mediadores ou mediadores culturais. Essa categoria surge para alargar a noção de intelectual que muitas vezes é associado a grandes nomes da cultura. Logo, temos sujeitos históricos do período getulista que não era contemplados pelo conceito de intelectual. Utilizando essa abordagem de intelectuais mediadores podemos incluir indivíduos que tiveram grande atuação no período, todavia, não eram vistos como intelectuais, pois a mediação envolvia uma dimensão política, abrindo espaço para uma ação pública que promovia a circulação de conhecimentos e ideias.

O Piauí, como ente federado, dentro deste projeto nacional, participou executando as diretrizes propostas pelos idealizadores e pelo governo federal. No Estado, diversos estabelecimentos culturais participaram do Congresso de Brasilidade, como a Faculdade de

[8] SIRINNELLI, Jean – François. *Os intelectuais*.p.231 -269. In.: RÊMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Direito, a Academia Piauiense de Letras, a Biblioteca Pública, o Arquivo e Museu do Estado, instituições educacionais e outros. Nestes espaços, os intelectuais piauienses se fizeram presente por meio de suas exposições ou pela colaboração diversas a este momento cívico nacional, formando uma imagem e falas de congratulação aos temas envolvidos nos dias em que transcorreram o congresso no Estado.

Sobre o Segundo Congresso de Brasilidade no Piauí em 1942, teve ampla participação do grupo de intelectuais e autoridades, com a divulgação e a participação intensa da imprensa local. A Comissão Estadual do Congresso estava a cargo do prefeito da capital Teresina, Lindolfo do Rego Monteiro que presidiu a abertura do congresso formando a mesa com autoridades civis e religiosas. A participação dos intelectuais piauienses foi muito ativa neste segundo evento nacional. Entre os conferencistas temos, Álvaro Ferreira[9], João Bastos[10], Martins Napoleão[11] e outros palestrantes.

Álvaro Ferreira foi responsável por dissertar a Unidade Geográfica[12]. Em sua explanação, trouxe aspectos teóricos sobre as questões geográficas e políticas, e em relação ao Brasil, enaltece as ações políticas do presidente Getúlio Vargas, que corrigiu os vícios e os "desmandos seculares", conseguindo resolver não apenas a desordem moral, mas questões administrativas e geográficas, conduzindo o país para ser uno. Nas palavras do intelectual, o

[9] Álvaro Alves Ferreira. n. Piripiri (PI), 1893- f. Teresina (PI), 1963. Professor, jornalista, conferencista, cronista e contista. Professor de geografia do Liceu Piauiense, onde também foi diretor. Lecionou francês no Colégio Coração Sagrado de Jesus e no Colégio São Francisco de Sales. Dirigiu o Instituto Antonino Freire. Militou em diversos órgãos de imprensa, como *O Estado do Piauí*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *O Piauí*. Escreveu o livro *Da Terra Simples*, uma coleção de contos e crônicas. Pertenceu a APL e outras academias acadêmicas no Estado do Piaui. Cf. GOLÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 - 2003***.** Teresina: Editora Halley, 2003. p.160-161. passim

[10] João Bastos. n. Campo Maior (PI), 1884 - f. Teresina (PI), 1950. Funcionário público e jornalista. Bacharel em Direito pela Faculdade do Piaui. Diretor do Departamento Estadual de Estatística e do Departamento da Fazenda do Piauí. Fundador e diretor do *Jornal do Comércio*. Publicou: *Princípios Efemérides Piauienses* (1939), *Unidade Econômica e Financeira* (1943) e *A Estatística Sobre o Regime de Cooperação Inter- Administrativa*, 1943. GOLÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 - 2003. Teresina: Editora Halley*, 2003. p.54. passim

[11] Benedito Martins Napoleão do Rego. n. União (PI), 1903 - Rio de Janeiro (RJ), 1981. Professor, ensaísta, poeta, crítico literário, jornalistas, advogado. Começo a sua carreira literária e jornalística no Pará, colaborando como vários jornais e revistas, como: *Guajarina*, *Semana* e *Jornal da Tarde* ambos no Pará. Morou no Rio de Janeiro entre 1919 e 1924, trabalhando no Museu Nacional Belas Artes e no Mistério da Agricultura. Lecionou em vários colégios de Teresina, como na Faculdade de Direito do Piauí. Foi Diretor Geral de Instrução Pública na década de 30. Colaborou com diversos periódicos no Piauí, como: *Almanaque da Parnaíba*, *A Revista* (1927), *O Meio* (1935), *Revista Acadêmica* (1935), *Primícias Literárias* (1936), *Geração* (1943*), Zodíaco* (1943). Na imprensa, redator chefe de *O Piauhy*, *Diário Oficial*, *Estado do Piauí* (1928), *O Tempo* (1933), Dirigiu *O Momento* (1933) e colaborou em vários jornais da capital. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras, publicou várias obras entre elas: *Copa de Ébano* (1927); *Poemas Ocultos* (1942*); O Piauí e o Nordeste* (1942); *Poemas Humanos e Divinos* (1942); *O Prisioneiro do Mundo* (1943); *Opus 7* (1953*); O Oleiro Cego* (1956); *Pequena Antologia de Poemas Alheios* (1960*); Pequenas Antologia de Poemas Alheios* (1960); *Caderno de Ação Católica* (1940), *O Nordeste e As Grandes Diretrizes da Educação Popular* (1942), *Cancioneiro Geral* (1980) e outras obras. Colaborou com vários jornais e revistas. BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 483.passim.

[12] *O 5º Aniversário do Estado Novo - Instalação do 2º Congresso de Brasilidade*. *Diário Oficial*. 13/11/1942.

Estado Novo com a implantação da Constituição de 1937, permitiu condições seguras e colocou o Brasil no caminho do progresso, ou seja, "[...] um lustro apenas é decorrido, e já sentimos os resultados benéficos da nova política, penetrando em todos os ramos da atividade produtiva"[13].

A palestra sobre a Unidade Histórica, foi realizada por José Virgílio Castelo Branco Rocha[14], que exercia o cargo de diretor da Divisão da Imprensa e Propaganda e Obras Gráficas do DEIP. Sua fala[15] narrou vários aspectos da história, passando pela Primeira Guerra, as questões da América até chegar ao Brasil. Seu pensamento sempre levava em consideração a relação do homem com o avanço da ciência. Na sua fala destacava o processo industrial e o uso das máquinas, bem como, as transformações advindas do seu uso. Em vários momentos da história faltou a força espiritual para governar, citando autores, como Azevedo do Amaral, Ronald de Carvalho, Manoel Bomfim e outros, destacando suas contribuições intelectuais sobre o pensamento histórico brasileiro, enaltecendo a necessidade de um estado forte centralizado em um governante. Em suas palavras finais acentua que o passado não morre, e o Brasil avança, onde o Estado Nacional, revela aguda visão e espírito do estadista de Getúlio Vargas.

Uma das conferências mais esperada foi proferida pelo acadêmico Martins Napoleão, intelectual muito conhecido nos eventos culturais e com diversas participações na Era Vargas no Piaui. Sua temática foi a Unidade Cultural[16], questão muito particular a Martins Napoleão, completamente envolvido com a temática, onde seu pensamento estava dividido em alguns tópicos, passamos a transcrever um trecho de sua palestra.

> [...] quero dar meu testemunho, neste ponto de vista, por muitas razões, insuspeitos, de apreço pela obra que se vem realizando, há doze anos, em nosso país – e que talvez o futuro reconheça e proclame a mais característica da época: a obra nacionalizadora de pesquisa e exaltação das nossas tradições, que teve, no passado, epígonos e cultores, do porte de Rui e de Bilac. Este esforço pela posse consciente de nós mesmos, desdobrado em programa de pedagogia coletiva neste Congresso - é justiça dizê-lo – ora vencendo, ora contornando , ora eliminando obstáculos, ora contornando, ora eliminado obstáculos naturais ou resistências passivas, encontrou novos motivos de vitalidade e ação no Sr. Getúlio Vargas, o homem que, por ser um mestre consumado de psicologia para o povo, com uma acuidade genial que os séculos

[13] Ibidem. p.2. Palestra ocorrida em 11/10/1942, no auditório Ginásio Oficial do Estado, o Liceu Piauiense.
[14] José Virgílio Castelo Branco Rocha. n. Teresina, 1915 – f. [S.I]. [19--]. Magistrado e professor de Direito, foi professor e diretor do Liceu Piauiense. Diretor de Instrução Pública. Professor universitário e secretário-geral do Estado. Em 1948, foi nomeado prefeito de Teresina (10/01/1948 a 20/04/1948). Transferiu-se para Curitiba em 1952, onde foi juiz de Direito, aposentando-se como Desembargador do Tribunal de Justiça. GOLÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 - 2003***.** Teresina: Editora Halley, 2003.p.341. passim.
[15] ROCHA, José Virgílio Castelo Branco. *Unidade Histórica*. *Diário Oficial*. 13/11/1942. p. 2-3. Palestra ocorreu na sala de reunião do Arquivo e Biblioteca Pública.
[16] NAPOLEÃO, Martins. *Unidade Cultural*. *Diário Oficial*, 16/11/1942. p.4-5. Essa mesma conferência foi publicada na revista: *Revista da Academia Piauiense de Letras.* Ano XXVI. nº 20. dezembro/1943, publicação realizada pelo DEIP Estadual, com o título: *Esboço de Introdução ao Estudo da Unidade Cultural Brasileira*. p.98-108. Vamos usar no texto a versão do *Diário Oficial*.

> apontarão, poude torna-se o redutor de antinomia e o anulador de crises, no desempenho de sua profunda vocação para unidade[17].

No fragmento da palestra de Martins Napoleão, acentua como ponto central a ação nacionalizadora da obra de Getúlio Vargas, respeitando e resgatando as tradições nacionais, regionais e locais, ao ponto de restaurar figuras ilustres da nossa cultura esquecida em momentos anteriores. O Congresso de Brasilidade em si, tinha essa função de ensinar de forma coletiva a reconhecer os avanços que o Brasil conseguiu diante do Estado Nacional, e a defender esses avanços na condução da unidade nacional. Essa união só foi possível porque Getúlio Vargas não se apresentava apenas como um governante, mas como psicólogo do povo, interpretando e compreendendo o pensamento brasileiro, bem como os seus anseios e angústias, buscando conduzi-los para o progresso, eliminando as dificuldades que se apresentavam no decorrer do percurso.

A capacidade política de Getúlio Vargas lhe possibilitava nas palavras de Martins Napoleão, ser um governante com espírito de "anulador de crise", conduzindo o Brasil para a unidade proposta pelo Estado Nacional. "O Congresso de Brasilidade era acima de tudo um evento nacional para divulgação e promoção de conceitos que reafirmassem os valores nacionais de brasilidade [...]"[18], como pronunciamentos que materializasse um Brasil moderno com a liderança de Getúlio Vargas. Nas palavras dos intelectuais acima, esta ótica se reafirmava em todos os elementos propostos pelas suas conferências no certame do 2º Congresso de Brasilidade.

Ainda em torno deste evento, temos a exposição realizada sobre a Unidade Econômica e Financeira. A comissão do congresso estadual, fez o convite a João Bastos, um intelectual ideal para falar sobre a temática em questão. Diretor do Departamento Estadual de Estatística e responsável por sistematizar as informações e dados diversos do Estado, elaborando vários anuários estatísticos e organizador de bases de materiais para informações para o IBGE. Em suas palavras, argumenta que "[...] a cada cidadão é imposto o patriótico dever de cooperar com o melhor dos seus esforços e o mais fecundo de sua boa vontade, para a divulgação da grandiosa obra de que o Estado Nacional [...][19]". Sobre a economia e finanças, assim expressou João Bastos no Congresso:

---

[17] Ibidem.p.5.

[18] CARVALHO, Luiz Felipe de. *Educação e Unidade Nacional do Estado Novo: o primeiro Congresso de Brasilidade* (1941). Mestrado em Educação. (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2010. p.18.

[19] BASTOS, João. *2º Congresso de Brasilidade 1942 – Unidade Econômica e Financeira*. Teresina: DEE,1943. p.9. Por sua conferência recebeu elogios pelo Comitê Central do Congresso Brasilidade, incluindo o seu nome, no Conselho de Honra.p.8.

> A transformação de uma escassa economia para uma economia de abundância, é a unidade de uma realidade palpitante e viva, em geral, em todo o País no trabalho surgido da União em particular, em cada parcela federada, separadamente, dentro de suas próprias possibilidades, com reflexo em outras atividades que formam dentro de um plano cultural e social, uma grande obra de garantias, de progresso e de civilização. Sim, porque a própria segurança do Estado e da sociedade está presa a essa transformação do padrão econômico[20].

O fragmento expõe que as barreiras, dificuldades particulares que isolavam algumas unidades federadas foram minimizadas pela ação do Estado Nacional. A cada um dos estados, dentro de suas especificidades, estavam na reflexão de João Bastos caminhando para o progresso. Cada Estado é um contributo da economia nacional com os seus produtos, no Piauí, "*borracha, castanhas, madeiras, cêra de carnaúbas, amêndoas de babaçú, sementes de oiticica, fibras, etc*."[21] (grifo do autor). Logo, cada Estado com os seus produtos dá a sua contribuição para a unidade econômica, pela união de todos os estados, ressaltando que todo o progresso passa pelo aspecto econômico.

O governo federal já tinha se expressado em *Problemas e Realização do Estado Novo*[22], as dificuldades que o sertão apresentava no processo de integração nacional. Vejamos um trecho: "O sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos temíveis pra a integridade do país. Os locaismo, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas"[23]. O Estado Novo, por meios das políticas públicas aplicada a economia por seus ministérios, estavam abolindo esses obstáculos, segundo João Bastos.

O Congresso de Brasilidade teve ampla divulgação na imprensa local, principalmente pelo *Diário Oficial* do Estado do Piauí, tratava-se de um impresso oficial sobre os poderes, todavia no governo do interventor Leônidas Melo ganhou a dimensão de um jornal noticioso, que contemplava notícias variadas, principalmente dos eventos oficiais do governo, como podemos verificar a seguir nas imagens de dois exemplares do *Diário Oficial*.

Capas de dois exemplares do Diário Oficial

[20] Ibidem.p.10.
[21] Ibidem.p.12.
[22] BRASIL. *Problemas e Realização do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, 1938. (Acervo do CPDOC - FGV)
[23] Ibidem. p.10.

Figura 02: Fotomontagem de dois exemplares do *Diário Oficial* do Estado do Piauí.

Diretor — ARTUR PASSOS

O 5.º Aniversário Do Estado Novo

INSTALAÇÃO DO 2.º CONGRESSO DE BRASILIDADE

Diario Oficial

Diretor — ARTUR PASSOS

SEGUNDO CONGRESSO DE BRASILIDADE

REUNIÃO, NO RIO, DOS CHEFES DOS EXECUTIVOS NOS ESTADOS

INSTALAÇÃO DA CONFERENCIA DOS INTERVENTORES, NO PALACIO MONROE

OS INTERVENTORES ESTUDAM OS REFLEXOS DA GUERRA NA ECONOMIA DOS ESTADOS E MUNICIPIOS

Fonte: Diário Oficial. nº238 de 11/11/1942, p.1e nº 239 de 13/11/1944, p.1.

Observa-se que ambos os exemplares acima fornecem ampla divulgação ao Segundo Congresso de Brasilidade, colocando em destaque na primeira página, associando o evento as comemorações do 5º aniversário do Estado Novo. A imagem presente no jornal, permite também educar o olhar dos cidadãos associando escrita e captação da imagem como forma de fortalecer não apenas o congresso em si, mas o regime varguista. A fotografia presente no exemplar e produto de uma ação de mediação cultural que temos que levar em consideração não apenas na divulgação dos atos e festividades cívicas, mas na forma de enriquecer a penetração da propaganda e discurso dos intelectuais do período.

A atuação dos intelectuais, não apenas no Congresso de Brasilidade, mas em todos os eventos e nos diversos momentos festivos e celebrações no Estado Novo, tinham uma simbologia especial para o momento político do período, pois:

> O intelectual é eleito o intérprete da vida social porque é capaz de transmitir as múltiplas manifestações sociais, trazendo-as para o seio do Estado, que irá disciplinálas e coordená-las. Eles são vistos como os intermediários que unem o governo e o povo, [...], enfim, porque estão encarregados de indicar os rumos estabelecidos pela nova política do Brasil política e personificada na figura de Vargas: homem de pensamento e de ação. Assim, ele é o paradigma por excelência a ser seguido por toda a intelectualidade brasileira. [...]. Os intelectuais aparecem como porta-vozes dos anseios populares porque seriam capazes de captar o 'subconsciente coletivo' da nacionalidade. Nesse subconsciente estariam contidas as verdadeiras reservas de

> brasilidade que o Estado Novo viria recuperar, assegurando a continuidade da consciência nacional[24]

Portanto, os intelectuais foram na Era Vargas os principais interpretes e ligação entre o Estado, o povo, e principalmente no Estado Novo, em que a política cultural e a propaganda do estadovismo não apenas ganhou corpo, mas interprete em todos os rincões do Brasil. Esses homens de cultura, não apenas construíram discursos, mas proveram o regime, e isto ficou evidente na participação e atuação dos intelectuais piauienses no processo de compartilhamento de ideias.

O Congresso de Brasilidade tinha esse objetivo principal, levar aos estados e municípios o debate e as impressões do Estado Novo como transformador da sociedade, e propulsor do progresso em todo o território nacional, visto como um todo, diante da ótica varguista. O Congresso desenvolveu dupla atuação, em primeiro plano ao levar o debate da unidade nacional em várias dimensões. E o segundo, de criar entre os intelectuais do Brasil, um engajamento em torno das ideias do período e a integração nos eventos que ao longo da era Vargas, e principalmente no Estado Novo, enalteciam não apenas o regime, mas principalmente a imagem de Getúlio Vargas.

Considerações Finais

O Congresso de Brasilidade além de promover a integração dos intelectuais, conduziu um processo cultural em todo o Brasil para exaltar a pátria, o Estado Novo e Getúlio Vargas. O Congresso permitiu envolver todo o território nacional nas diretrizes em relação ao Estado Novo, na medida que sua organização inseria a participação de todas as capitais, municípios e territórios, com o intuito de unir todos os espaços da nação em torno do discurso varguista.

Os intelectuais piauienses foram os operadores do Congresso de Brasilidade no Estado, pois o mesmo converteu as unidades e seus programas em discursos, em que as modalidades de atuação do congresso na sociedade piauiense permitiram não apenas a incorporação do povo, mas a integração ao evento, enaltecendo o Estado Novo, como também na construção da imagem de Getúlio Vargas, como grande construtor, não apenas de um Brasil novo, mas de uma nação de progresso e desenvolvimento, que incorporava todos os estados, municípios e territórios.

[24] VELLOSO, Mônica Pimenta. *Uma configuração do campo intelectual*. p.71-108. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castros. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. São Paulo: Zahar Editores 1982.p. 155-156 e 157.

Referências

BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BASTOS, João. *2º Congresso de Brasilidade 1942 – Unidade Economic e Financeira*. Teresina: DEE,1943.

BRASIL. *Problemas e Realização do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, 1938. (Arquivo do CPDOC/FGV - RJ).

CARVALHO, Luiz Felipe de. *Educação e Unidade Nacional do Estado Novo: o primeiro Congresso de Brasilidade* (1941). Mestrado em Educação. (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CEPRO. *Governadores do Piauí – Uma perspectiva histórica*. Teresina: CEPRO, 1993.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas*. p.79-107. In.: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940*. p. 112-145. In.: ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes – Intelectuais e ideologias do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano- O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 a ao apogeu do Estado Novo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2

Fontes

Arquivo Nacional (RJ).

Arquivo Público do Piauí (APPI).

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV - RJ)

Diário Oficial do Estado do Piauí (PI).

O antissemitismo na AIB: cooperação e o mito dos *Protocolos dos Sábios de Sião*

Cristiane da Silva Portugal
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ

O objetivo do trabalho é apresentar uma síntese do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulado "Gustavo Barroso, a imprensa integralista e o antissemitismo (1933-1937)", a partir dos seguintes pontos: a circulação dos impressos na dinâmica da expansão integralista; convergências e divergências entre os antissemitismos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso; comentários, anúncios, distribuição e indicações de leituras no Jornal *A Offensiva* e a circulação dos *Protocolos dos Sábios de Sião*.

O fio condutor é o relato de Gustavo Barroso a respeito da origem de seu antissemitismo. Segundo o integralista, a questão judaica teria despertado seu interesse após a leitura dos *Protocolos* indicada por Madeira de Freitas e Plínio Salgado teria esclarecido suas dúvidas acerca da temática do judaísmo (MAIO, 1991: 85).

O ideólogo integralista traduziu a edição francesa dos *Protocolos dos Sábios de Sião (1936),* versão que serviu de inspiração para a feitura dos livros *Brasil - colônia de banqueiros* (1934); *A maçonaria: seita judaica* (1937); *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937) e *A sinagoga paulista* (1937).

Atualmente, pesquisadores têm considerado Gustavo Barroso como o mais importante antissemita brasileiro, tanto pelo seu radicalismo quanto pela produção panfletária sobre os judeus.

A circulação dos impressos na dinâmica da expansão integralista

Plínio Salgado acreditava que tornar a doutrina integralista pública era o caminho que levaria à conquista do território político. Por esse motivo, defendia que todos os integralistas deveriam contribuir em suas cidades, no corpo a corpo, alcançando familiares, amigos e conhecidos (*Monitor Integralista,* 1937: 73). Logo, também existiam incentivos do chefe nacional em movimentar a produção de livros, jornais e revistas utilizados como estratégia de propaganda. Os impressos eram elaborados para alcançar um amplo público leitor e, por isso, os seus conteúdos deveriam atender a todos tipos de leitores no país; os livros e a *Revista Panorama* destinavam-se a um público leitor mais culto, a *Revista Anauê,* elaborada com mais ilustrações, fotografias e gráficos para um público leitor um pouco menos culto do que o da primeira e os jornais abordavam conteúdos diversos voltados para o público em geral. A

produção de livros, jornais e revistas cresceu de acordo com o aumento de filiados e núcleos regionais (RAMOS, 2015: 65). Entre os anos de 1933-1938, o movimento político conseguiu organizar 3246 núcleos regionais nas principais cidades brasileiras (CALIL, 2005: 131). O número de filiados alcançou a estimativa entre 100 mil a 1 milhão (CYTRYNOWICZ, 1999: 135). O integralismo entre os anos de 1933 a 1936, teve 462 vereadores municipais; 25 prefeitos; 4 deputados estaduais e um federal, em 1933 conseguiu 2000 votos, em 1934 alcançou o número de 40.000 votos, entre os anos de 1935-1936 contabilizou 252.000 votos no país (*A Offensiva*, 1936: 3). Os dados mostram um crescimento nacional principalmente entre os anos de 1935 e 1936.

A partir dessa dinâmica da expansão nacional, os livros de Gustavo Barroso circularam no Brasil. Eles poderiam ser adquiridos em algumas livrarias[1] e nas bibliotecas instaladas em cada núcleo regional.[2] Nas bibliotecas os membros filiados poderiam ler a bibliografia que se encontrava organizada nas categorias: Iniciação Integralista; Filosofia Social e Política; História e Filosofia da História; Econômica; História do Integralismo e Ensaios Diversos. Os integralistas organizavam cursos nessas categorias presididos pelos seus intelectuais e dirigidos a filiados específicos. Gustavo Barroso, em 1936, por intermédio do Departamento Provencial dos Estudantes da Guanabara, ofereceu aos estudantes universitários integralistas o curso de Ensino Integral de História do Brasil. (*A Offensiva*, 1936: 4). Nesses cursos de formação da militância era obrigatória a bibliografia da AIB. Acreditamos que esse direcionamento aos membros filiados, de certa forma, pode ter contribuído na recepção do antissemitismo.[3] Pois, como se sabe, Gustavo Barroso foi o segundo escritor integralista que mais produziu livros pela AIB (*A Offensiva*, 1936: 3). Outro motivo diz respeito aos importantes cargos que ocupou de Comandante Geral das Milícias e membro Superior do Conselho -, entre os seus pares, certamente a divulgação de suas ideias teria efeitos.

A apropriação de um livro e/ou texto começa com sua leitura e discussão e também quando é emprestado, folheado e lido em voz alta, ou em uma reunião entre amigos seletos (CHARTIER, 2009: 148-149). Compreendemos a partir de Chartier que a versatilidade do livro, ou seja, o seu fácil manuseio que possibilita que o mesmo seja transportado, permite que seja igualmente reproduzido em novas produções e seus usos têm efeitos incalculáveis. Lembramos que a produção antissemita de Gustavo Barroso se originou da leitura dos *Protocolos*, indicada por Madeira de Freitas.O empréstimo do livro interferiu em sua trajetória nos anos em que atuou

1 Na pesquisa tivemos dificuldades em mapear as livrarias.
2 Em cada sede regional era obrigatório a instalação de uma biblioteca com toda a bibliografia integralista.
3 Até 1936, Gustavo Barroso publicou pelo integralismo 10 livros.

no integralismo, sendo seu conteúdo replicado em inúmeros textos panfletários organizados nos livros antissemíticos produzidos pelo integralista.

Convergências e divergências entre os antissemitismos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso

Plínio Salgado, em 24 de abril de 1934, se posicionou por meio de uma carta publicada pela *Revista Panorama* sobre as publicações antissemitas de Gustavo Barroso. Segundo o chefe nacional, o problema do judeu era "ético e não étnico". Para Plínio Salgado a "mistura" dos judeus com as demais raças pelo casamento era perfeitamente aceitável, inclusive, entre judeus e cristãos (TRINDADE, 2016: 76-77). Já Gustavo Barroso não admitia quaisquer possibilidades de "assimilação". Segundo o integralista, este era um meio estratégico com fins de dominação política, econômica e cultural.

O antissemitismo de Gustavo Barroso tinha um aspecto agressivo. Muitas vezes ele comparava os judeus a algum tipo de vetor de doença e, com isso, acabava por transmitir uma ideia de "eliminação". Em outubro de 1935, o ideólogo publicou pela *Revista Anauê* o artigo *Pior das Guerras.* Nele, acusava a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo de conspirar contra a nação com a seguinte afirmação: "é mais uma fundação judaica de espírito judaico orientada a formar mentalidades de acordo com *Os Protocolos dos Sábios de Sião.* Prossegue, assim, nas acusações: "um caldo de cultura social onde se desenvolve o micróbio do judaísmo" de orientação ideológica liberal (*Revista Anauê*, 1935: 5). Em 1937, retomava a afirmação sobre o liberalismo ser "um caldo de cultura do micróbio judaico" (BARROSO, 1937: 193). Escreve:

> […] sem clima, o piolho mudará de vida ou morrerá de inanição ou se devorará a si próprio, o que seria uma solução ótima [...] Esclarecido e conscientes do perigo, o cristão defender-se-á por si mesmo do parasita, não se deixando mais enganar. [….] (BARROSO, 1937: 115).

Expressões como *"*micróbio", "vermina", "piolho" e "parasitas" eram recorrentes em suas publicações. O discurso de Gustavo Barroso possibilita-nos refletir sobre o antissemitismo na Alemanha. Em 1935, os judeus no país começaram a experimentar os efeitos da "Lei Racial de Nuremberg", a partir da qual os judeus tiveram seus bens expropriados. Aos poucos, foram sofrendo violências diretas que acarretariam em confinamentos em guetos, patrulhamentos e assassinatos. (Carta da Liga das nações, 1935) Nesses anos, com a difusão dessas ideias, os judeus representavam "a mescla de todos os inimigos" (PAXTON, 2007: 72). No Brasil,

Gustavo Barroso exaltava a exclusão dos judeus por intermédio da retirada de seus direitos civis. Defendia proibições de participação de judeus em quaisquer associações e/ou organizações, e também restrições à entrada de imigrantes judeus e expropriações de seus bens visando conter a disseminação judaica no país (BARROSO, 1937: 54). Sobre a Alemanha escreve:

> [...] Em 1933, o judaísmo acordou atordoado do sonho messiânico. A Alemanha, coração da Europa, quebrou da noite para o dia, inesperadamente, as algemas com que Israel a manietara. A nação reagiu contra a escravidão humilhante que lhe impunha a raça mais vil do planeta. A onda nacional Socialista varreu a escória judaica das posições que ocupava. Daí o ódio mortal contra Hitler […] (BARROSO, 1937: 126).

O antissemitismo de Gustavo Barroso e o antissemitismo nazifascista podem ser comparados nesse trecho retirado do livro J*udaísmo, Maçonaria e Comunismo,* de 1937:

> [...] A vermina judaica nos invade e se cria sério problema para o futuro. O judeu se acoberta com o pseudônimo nacional da terra onde por acaso nasceu ou onde se naturalizou. Muito russo, polônio, romeno, alemão, francês, português, holandês, sueco, sérvio, húngaro ou austríaco que anda por aí não passa de legitimo judeu [...] (BARROSO, 1937: 24).

Em *Mein Kampf* (minha luta), escrito em 1925, Adolf Hitler escreveu :

> [...] Eu odiava a coleção heterogênea de raças exibidas na capital. Eu odiava a coleção heterogênea de tchecos, poloneses, húngaros, rutenos, sérvios, croatas e acima de tudo o que sempre presente Crescimento fungóide: judeus e mais judeus! […] (HITLER, 1933: 36).

Gustavo Barroso negava o racismo em seu antissemitismo. Justificava-se acusando os judeus de serem os verdadeiros racistas em defesa de sua eleição divina. Por esse motivo, Adolf Hitler errava em combater os judeus por meio da superioridade racial, pelo fato dos judeus se considerarem superiores aos demais povos (BARROSO, 1937: 24). O discurso de Gustavo Barroso apresenta contrariedades, se comparado ao discurso de Hitler, notar-se-á semelhanças, visto que não reconhece o judeu como um nacional.

No integralismo o antissemitismo era tratado com certa cautela, para não comprometer a doutrina multiétnica do Sigma. Segundo Bertonha e Caldeira Neto, existia uma falsa tolerância fortalecida pelo universalismo católico e a intolerância étnica no discurso do integralista, com isso poderia fragilizar o movimento e a hierarquia do chefe nacional (BERTONHA; CALDEIRA NETO, 2015: 375).

Marcos Chor Maio assinala que Plínio Salgado teria impedido Gustavo Barroso de publicar a coluna *Judaísmo Internacional* na *Offensiva* durante seis meses.[4] Barroso teria levantado acusações falsas contra o empresário judeu Horácio Lafer, dono da indústria Nitro-Química de São Paulo, sobre compras de máquinas com o dinheiro público. O caso foi desmentido. A publicação causou um certo desconforto para AIB e, por isso, o afastamento. Porém, sem maiores implicações, Gustavo Barroso permaneceu divulgando sua campanha caluniosa contra os judeus até 1938. (MAIO, 1991: 95). Marcos Chor Maio afirma que ao mesmo tempo em que era condenado por Plínio Salgado, o antissemitismo esteve presente como instrumento ideológico na mobilização do movimento a partir da *Offensiva*.

O judeu em questão: dos comentários à campanha internacional

A Offensiva teve grande relevância na circulação do antissemitismo, tendo em vista a circulação do jornal. Plínio Salgado recomendava a todos os chefes de núcleos regionais sua assinatura, bem como a todos os filiados (*Monitor integralista*, 1937: 21). O jornal foi lançado no Rio de Janeiro em 17 de maio de 1934. Entre os anos de 1934 a 1936 contava como tiragens semanais. Era vendido em bancas de jornal e, após o dia 28 de janeiro de 1936, passa a ter circulação diária. (SIMÕES, 2012: 75).

O editorial dedicava suas críticas ao liberalismo e, principalmente, contra o comunismo, e algumas vezes, os judeus apareciam em alguma notícia específica atrelada ao suposto complô internacional. Os leitores poderiam encontrar no impresso propagandas de produtos, pedidos de contribuições financeiras, comemorações de aniversário, notas de colaboradores, notas de sepultamentos e discursos dos principais líderes integralistas. Publicava também notas das lideranças aos membros filiados, notas do chefe nacional e inúmeras notícias sobre acontecimentos e assuntos cotidianos: crimes, educação de filhos, o papel da esposa, dicas de saúde, sobre a religião católica e o antijudaísmo.

Na redação colaboraram os intelectuais Thiers Martins Moreira, Hélio Viana, Joaquim Santos, Maia Francisco, Cassiano Gomes, Martins Moreira. Miguel Reale, Santiago Dantas, Gustavo Barroso, Alberto B. Cotrim, Orlando Ribeiro Castro, Câmara Cascudo, Ernani Silva Bruno, Martins Moreira, Raimundo Padilha, Belisário Pena, Gomes Belmiro Valverde, Olímpio Mourão e Roberto Simonsen, entre outros (SIMÕES, 2012: 75).

Especialmente, ressaltamos o papel do redator-chefe Madeira de Freitas na trajetória política de Gustavo Barroso, bem como na circulação do antissemitismo no espaço do jornal,

4 Na coluna "Judaísmo Internacional" prevalecia o antissemismo de tom político.

pois os livros de Gustavo Barroso e Os *Protocolos dos Sábios de Sião* eram indicados aos leitores. Em 1936, o editorial anuncia aos novos assinantes da *Revista Anauê* a escolha por uma assinatura da edição de domingo da *Offensiva*, ou livros publicados pelos escritores integralistas. No anúncio "Brindes aos assinantes da Revista Anauê", informava-se que se encontrava disponível aos leitores os livros *Brasil-colônia de Banqueiros e o Quarto Império* do integralista. Gustavo Barroso, em *Brasil-Colônia de Banqueiros* (1934), afirmava que o problema econômico do Brasil surgira a partir dos empréstimos realizados entre os anos de 1824 e 1934. O integralista compreendia que o endividamento contraído pelo Estado brasileiro tinha sua causa na manipulação econômica dos judeus, tendo como consequência a escravização financeira do povo brasileiro (CALDEIRA NETO, 2013: 45). No livro *O Quarto Império* (1935), Gustavo Barroso compreendia a humanidade a partir de uma luta constante entre o espiritualismo e o materialismo e, nessa disputa, se consolidaram interesses inconciliáveis entre cristãos e judeus. Segundo Maio, Barroso chegaria afirmar que os judeus eram incapazes de criar um Estado, já que viviam dispersos em todas as civilizações devido ao seu inevitável fracasso. Munidos de negativismos e ódio, eles se encarregariam de criar o islamismo com objetivo de impedir a expansão do cristianismo no Oriente (MAIO, 1991: 87).

Além da distribuição dos livros de Gustavo Barroso, no espaço do jornal constantemente apareciam comentários sobre as produções do escritor integralista. Na edição do jornal de 6 de setembro de 1936, Alberto B. Cotrim Neto comenta o lançamento do livro *O Integralismo e o Mundo* (1933). O redator exalta a figura de do escritor da Academia Brasileira de Letras, bem como sua produção pelo integralismo. Segundo Alberto B. Cotrim Neto, Gustavo Barroso conquistou o público leitor com seus nove livros publicados no curto tempo de três anos[5].

Na edição de 27 de setembro de 1936, Henry Leonardos publica um resumo do livro *O Integralismo e o Mundo* (1933). O redator explica que Gustavo Barroso apresentava aos leitores as diferenças entre o integralismo, fascismo e nazismo. Segundo ele, os movimentos políticos "ligam-se na base por princípios comuns, por isso suas semelhanças." O materialismo contra o espiritualismo, o nacionalismo contra o internacionalismo e o idealismo cristão contra o naturalismo judaico. O fascismo italiano teria uma base anticristã, o nazismo baseava-se na cultura pagã e pureza racial, enquanto o integralismo seria profundamente cristão, além de se pautar na ideia das três raças (*A Offensiva*, 1936: 9). Os judeus aparecem no livro como inimigos do cristianismo, tendo como objetivos escusos a destruição da humanidade, por intermédio do

5 O Integralismo em Marcha e O Integralismo e o Mundo (1933); O Integralismo de norte a sul e Brasil Colônia de Banqueiros (1934); O Quarto Império e integralismo, A Palavra e o Pensamento Integralista e O que o integralista deve saber (1935) Espírito do Século XX (1936).

comunismo, do ateísmo e da maçonaria. Destacam-se nos comentários as expressões “trama infernal" e “fruto infernal”-, transcritas por Henry Leonardos do texto de Gustavo Barroso contra os judeus.

Na edição de 14 de julho de 1936, a indicação do mito da conspiração judaica aparece em um breve comentário na coluna *À “Secção do Marinheiro*[6], onde também os leitores podem verificar o local de venda do livro[7].

> [...] Os judeus expulsos de sua terra na Ásia Menor, desde a mais remota antiguidade, espalharam-se pelo mundo. E, assim, o único povo sem Pátria. Dahi o comunismo, que é pura obra de judeus, querer destruir a ideia de Pátria. Para saber quais os miseráveis processos que os judeus aconselham e usam para obter o domínio do mundo, leiam, Marinheiros, o livro "Os Protocollos dos Sábios de Sião". (*A Offensiva,* 1936: 13).

Em 30 de agosto, *A Offensiva* publicou a importância da tradução dos *Protocolos dos Sábios de Sião* (1936) realizada por Gustavo Barroso.[8]

> [...] Não se pôde penetrar nos acontecimentos do mundo contemporâneo, sem se estar sciente da Questão Judaica. E, para isso, nenhum outro livro é indicado do que os Protocollos dos Sábios de Sião com as anotações subtis e esclarecedoras de Gustavo Barroso […] (*A Offensiva,* 1936: 9).

Conforme vimos, o editorial da *Offensiva* propagava o mito no Brasil. Portanto, a cooperação antissemita parece desvelar-se a partir de uma campanha, mesmo antes da edição dos textos do ideólogo. Se Gustavo Barroso se constrói como o mais ferrenho antissemita, certamente teve seus interlocutores e quiçá seus incentivadores. Essa interpretação é corroborada por Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto. Segundo os autores, após a indicação do livro, Barroso teria sido esclarecido por Plínio Salgado sobre o antijudaísmo. A tradução dos *Protocolos* teve grande aceitação nos círculos conservadores e autoritários e, por isso, Gustavo Barroso se transformou no maior antissemita brasileiro (GONÇALVES; CALDEIRA NETO: 18)

Os comentários na *Offensiva* orbitaram em torno dos debates sobre a autenticidade dos *Protocolos*. A polêmica em torno do suposto plano de dominação mundial judaico estava em circulação desde a década de 1920 e 1930, mas os debates se intensificaram a partir de 1935,

6 A coluna estava destinada ao público militar.
7 O livro custava 2.500 réis e podia ser comprado na Rua 1º de Março, número 133, 3º andar, no Rio de Janeiro.
8 Gustavo Barroso dividiu essa edição em três partes: A primeira inclui um artigo de W. Creutz, *O Perigo Judaico;* a segunda inclui um artigo de Roger Lambelin; A autenticidade dos Protocolos dos Sábios de Sião; e na terceira o artigo O Grande Processo de Berna sobre a autenticidade dos “Protocolos”- Provas documentais por Gustavo Barroso.

quando alguns judeus da Suíça processaram nazistas no tribunal de Berna, em razão da utilização dos *Protocolos* nas campanhas antissemitas na Alemanha (COHN, 1969: 78).

A versão moderna dos *Protocolos* teria surgido na Rússia em 1903, seguindo-se outras versões após a Revolução de Outubro. O livro também começaria a ser discutido após a Segunda Guerra Mundial (GINZBURG, 2007: 2002). Para Ginzburg, os *Protocolos* eram "uma refinada parábola política transformada numa tosca falsificação". Segundo o historiador, havia quem afirmasse que teriam sido mais lidos do que a Bíblia, o que seria um exagero, contudo as inúmeras edições espalharam-se no Oriente Médio, na América Latina, no Japão e na Europa.

Carlo Ginzburg examina uma possível inspiração dos *Protocolos* no livro *Dialogue aux Enfers,* de Maurice Joly, publicado em Bruxelas em 1864. Esse livro teria sido traduzido para o alemão em 1868, depois para o espanhol, chegando a circular na Argentina em 1898. Nas décadas de 1920 e 1930, teve novas edições: uma na França, quatro na Alemanha, duas na Espanha, uma na Itália e uma nos Estados Unidos (GINZBURG, 2007:189-201). Trata-se de um diálogo entre Maquiavel e Montesquieu que se desdobra em 25 partes. Segundo o historiador, fazia parte de um gênero literário de diálogos dos mortos, inspirado em Luciano de Samosata, do século XII. Para Ginzburg, os Protocolos teriam sido copiados do Maquiavel de Joly, sobretudo o trecho retirado do ídolo indiano Vishnu com cem mãos, adaptado no mito moderno de controle mundial (GINZBURG, 2007: 203).

Norman Cohn também analisou a origem dos *Protocolos*. Segundo o historiador, os trechos da versão moderna dos *Protocolos* teriam sido retirados do livro de Abrangia Barruel, *Mémoire pour servir à l'históire du jacobinisme,* publicado em 1776, do romance *Coningsby*, de Benjamin Disraeli, publicado na Inglaterra em 1844, e do romance Biarritz, publicado em 1872, escrito por Hermann Goedsche, que assinava sob o pseudônimo de Sir John Redcliff. Neste o autor descreve como os Doze chefes das Doze Tribos de Israel, numa reunião em um cemitério em Praga, na ocasião da Festa dos Tabernáculos, teriam invocado o demônio em oração, obtendo-lhe a promessa de controlar todos os governos e príncipes do mundo. Mais tarde essa narrativa teria inspirado um panfleto na Rússia, intitulado de *Cemitério Judaico de Praga, Tchecoslováquia, os judeus soberanos do mundo e outras* versões (COHN, 1969: 70-109). Os usos dos *Protocolos* teriam resultado em violências contra a população judaica na Rússia Na concepção de Norman Cohn, os *Protocolos* passariam a representar uma adaptação moderna de uma antiga tradição demonológica (COHN, 1969: 26). Para Marcos Chor Maio, Cohn compreende que a antissemitismo moderno tem sua relação com a luta interconfessional entre judeus e cristãos na idade média, e a hegemonia cristã teria culminado na diabolização da imagem do judeu (MAIO, 1991: 31) Ou seja, o mito moderno abrigaria fantasias do

antijudaísmo e desta forma os judeus continuariam a representar a encarnação maléfica do demônio. O estereótipo negativo estaria presente independente de tempos históricos e embora tenha adquirido outras roupagens permaneceria cristalizada no "judeu maléfico" moderno.

No entanto, Marcos Chor Maio considera que aspecto do antissemitismo moderno que permeava os textos de Gustavo Barroso está consolidado na modernidade (MAIO, 1991: 35). Maria Luiza Tucci Carneiro explicaria que o livro *Quarto Império,* a partir do qual o autor analisa o antissemitismo de Gustavo Barroso, remete ao livro *Quinto Império,* do Padre Antônio Vieira. Neste, a sociedade cristã derrotaria os judeus. Ou seja, apareceria nos textos de Gustavo Barroso a luta do mundo cristão em oposição ao judaísmo. De acordo com a historiadora, é possível observar correlações entre o antissemitismo religioso no antissemitismo moderno barrosiano, pois existem raízes quase que imperceptíveis mergulhadas na estrutura social brasileira que, em determinados contextos, reaparecem. (CARNEIRO, 1993: 130). Maria Luiza Tucci Carneiro enfatiza a importância da pesquisa de Marcos Chor Maio para o campo da história, sobretudo em torno dos debates étnicos-raciais, num momento em que o preconceito contra os judeus no Brasil reapareceu no cenário político nos anos de 1990.

É importante explicar alguns pontos referentes ao termo antissemitismo, a fim de evitar maiores dúvidas sobre as diferenças entre os antissemitas integralistas. De acordo com Sandro Ortona, o antissemitismo pode ser compreendido da seguinte forma: no sentido linguístico de hostilidade aos hebreus e "no campo histórico que abarcaria sentidos relativos a fenômenos inteiramente diferentes – neste caso, o antissemitismo poderia ser dividido entre antissemitismo medieval e o antissemitismo moderno no século XIX. O antissemitismo medieval ou antigo, se caracterizaria a partir de uma categoria universal. neste aspecto, pesaria sobre os judeus o estigma de um povo perseguido ou um povo destinado a carregar determinada maldição. Para Sandro Ortona, mesmo em diferentes países, épocas e circunstâncias sócio-econômicas desenvolveram movimentos de hostilidade para com o mesmo povo. Em geral, na atualidade, segundo o autor, o antissemitismo é compreendido pela colocação econômica, neste caso específico, os hebreus seriam identificados como uma classe de comerciantes. A fim de evitar errôneas interpretações seria preciso por exemplo compreender as diferenças dos termos: antissemitismo, antissionismo e oposição ao Governo Judeu. Na explicação de Ortona, uma mera crítica em oposição ao movimento sionista ou governo político não se caracterizaria com sendo antissemitismo. Para que seja, é importante verificar se há hostilidades à comunidade complexa dos hebreus por motivações étnicas, religiosas e econômicas (ORTONA, 1998: 39 e 40).

O conceito extraído de Ortona permite mais claramente compreendermos certos aspectos sobre os preconceitos inseridos nos discursos das lideranças integralistas. Acreditamos que entre eles o que mudaria basicamente seria o posicionamento ou os aspectos do preconceito, se mais inclinado à religião judaica, étnico ou econômico. Dito isto, compreendemos que a questão do racismo se destacava de forma mais intensa em Gustavo Barroso, porém todos os aspectos estavam latentes em seu preconceito.

Conclusão

O trabalho teve como ponto chave a circulação do antissemitismo no Brasil na conjuntura dos anos de 1930. A partir dos impressos integralistas compreendemos que na dinâmica da expansão do movimento o preconceito encontrou espaços, visto que havia iniciativas de uma de suas frações, organizada na imprensa integralista, com a finalidade de torná-lo público. A defesa de Gustavo Barroso no artigo "O Grande Processo de Berna sobre a autenticidade dos "Protocolos"- Provas documentais por Gustavo Barroso", incluído na tradução do livro em 1936, pautava-se no mesmo processo de Berna para acusar chefes judeus de comprarem falsas testemunhas de Estocolmo, Varsóvia e Paris, com objetivo de deslegitimar a autenticidade dos *Protocolos*.

O livro teve sua importância na trajetória política do integralista. Conforme vimos, serviu de fonte em suas produções e pode circular no Brasil a partir dos comentários, indicações de leituras, por meio da distribuição dos livros no jornal *A Offensiva* e pelo acesso nas bibliotecas instaladas nos núcleos regionais nas principais cidades brasileiras.

Acreditamos que o antissemitismo político no integralismo teve também um apelo religioso, principalmente em Gustavo Barroso, pois ele identificava os judeus como inimigos de Cristo e da Santa Igreja de Deus. Se, por um lado, o aspecto racista conflitava a doutrina do integralismo, por outro lado, a oposição judeu/cristão possivelmente poderia ser utilizada na campanha contra os judeus na tentativa de convencer os leitores a partir da doutrina política apoiada nos valores cristãos. Gustavo Barroso compreendia os judeus como raça parasitária que ameaçava o cristianismo, enquanto para Plínio Salgado bastava os judeus se tornarem cristãos para que pudessem se integrar à nação.

Referências

BERTONHA, João Fábio, CALDEIRA NETO, Odilon. Fascismo e Fascistas em comparação Gustavo Barrroso, Adrien Arcand, e o antissemitismo no Brasil e no Canadá no entreguerras. *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia (53): 371-400, jan./jun. 2015.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965*: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. Orientador. Programa Interinstitucional em História UFF/ UNIOESTE. Tese de Doutorado em História Moderna e Contemporânea. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild, Nem Trotsky*. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago Editora [Resenha] *História, São Paulo*. n. 129-131, p. 271-321, ago.-dez./93 - ago.-dez./94.

CYTRYNOWICZ. Roney. Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

CYTRYNOWICZ, Roney. Caldeira, João de Castro. Integralismo e política regional: a ação integralista do Maranhão (1933-1937). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. 2001, v. 40. n. 21, p. 135.

COHN, Norman. *A Conspiração Mundial dos judeus*: Mito ou Realidade. São Paulo. Ed. Imbasa, 1969.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: *História da vida privada*: Da Renascença ao Século das Luzes. organização Roger Chartier. Trad. Hildegard Feist. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2009.

GONÇALVES, Leandro Pereira, CALDEIRA NETO, Odilon. *O Fascismo em Camisas Verdes*: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. A Offensiva [verbete] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-tematico/ofensiva-a&gt.

MAIO, Marcos Chor. *"Nem Rotschild nem Trotsky"*: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

CALDEIRA NETO. Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, out./dez. 2013, p. 44-56.

ORTONA, Sandro. Anti-semitismo. *Dicionário de Política*. Organização BOBBIO, Noberto, MATEUCCI, Nicola Matteucci, PASQUINO, Gianfranco. Trad. Carmen C, Varriale e outros.. Brasília: Ed. UNB, 1998.

PAXTON, Robert. *Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do Integralismo. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, abr. 2015. p. 652.

SIMÕES. Renata Duarte. A Imprensa Oficial Integralista: Usos e ciclo de vida do jornal A Offensiva. In: GONÇALVES. Leandro Pereira, SIMÕES. Renata Duarte (org.). 2ª ed.. *Entre Tipos e Recortes: Histórias da Imprensa Integralista*. Organizadores. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: O Fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

_____.. *A tentação fascista no Brasil*. Imaginário de dirigentes e militantes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

Fontes

BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto Alegre: Revisão Editora, 1989.

_____*Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Ltda., 1937.
_____ *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1937.

HITLER, Adolf. Mein Kampf. Ed Resumida, 1933.

Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional

A Offensiva, Rio de Janeiro, 20 agosto de 1936.

A Offenviva, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1936.

A Offensiva, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1936.

A Offenviva, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1936.

Arquivo Nacional.

Revista Anauê, Rio de Janeiro, 5 outubro de 1935.

Biblioteca Digital Mundial
McDonald, James. Carta da Liga das nações. Disponível no endereço: https://www.wdl.org/pt/item/11604/view/1/1/#q=hitler

Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Monitor Integralista, ano V. n. 18, 1937.

Lemos Britto e a questão dos menores no Brasil

Helber Renato Feydit de Medeiros
Doutorando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

A fim de dar continuidade ao texto publicado no último evento e antes de dar início ao trabalho propriamente dito, é necessário explicar o motivo da utilização do termo "menor" no título do presente trabalho, já que este pesquisador foi, por diversas vezes, questionado ao participar de encontros, seminários e simpósios sobre o uso do referido termo. Desta forma, este pesquisador deixa claro que o termo "menor" era um dos muitos termos utilizados para se referir as crianças em situação de vulnerabilidade no período retratado e que não está sendo utilizado de forma pejorativa para a descrição dos mesmos.

Historicização do conceito de "menor"

Segundo Bazilio, até se chegar a atual denominação "crianças e adolescentes", diversas foram as denominações ao longo dos séculos. Já foram chamados de "rudes", de "desprovidos da sorte e da fortuna", "desvalidos", "enjeitados", "expostos", "moleques", "capoeiras", "menores", "trombadinhas", "meninos de rua" e tantas outras denominações que expressam o mesmo binômio vítima-agressor. Vítima pela falta de oportunidade e inexigibilidade de direitos e de agressor da ordem constituída.

Segundo esse autor, a história do atendimento à infância no Brasil pode ser caracterizada por três diferentes fases: a primeira, que vai desde o descobrimento do Brasil até a década de 1920, pode ser descrita como a da filantropia ou assistencialismo, e se caracteriza como a criança tida como objeto de caridade e não como sujeito de direitos. É o período de fundação e atuação direta das Santas Casas de Misericórdia e da Igreja Católica através das irmandades ou ordens terceiras e da implantação das rodas de expostos. A segunda, que vai da década de 1920 até a década de 1980, caracteriza-se pelo enorme corpo jurídico/institucional que foi criado pelo Estado brasileiro para o atendimento da infância. De acordo com o autor, esse é o período em que o Estado tenta impor normas "científicas" de regulação social. Nesse período foram criados dois Códigos de Menores, a criação do Juizado de Menores, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Por fim, a terceira, e última fase, que vai das décadas de 1980 e 90 até os dias atuais, se caracteriza pela entrada em cena das Organizações Não-Governamentais (ONGs),

pelo desmonte das instituições de atendimento pelo Estado e pela participação da sociedade civil na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA (BAZILIO, 2002, 45-49).

Com base no texto de Bazilio, pode-se delimitar temporalmente as expressões, as denominações utilizadas para se caracterizar a criança pobre. No período colonial e no Império, essas crianças eram tratadas como "rudes", "desprovidos da sorte e da fortuna", "desvalidos", "enjeitados", "expostos" e "moleques", esses últimos filhos de escravos. Na República passam a ser chamados de "capoeiras", "menores", "trombadinhas", "meninos de rua" e também "delinquentes". A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passam a ser denominados de "crianças e adolescentes".

As influências teóricas - A Escola Positiva do Direito Penal: questão racial e eugenia

Um dos caminhos a ser estudado nas obras e nos discursos de José Gabriel Lemos Britto é se o mesmo demonstrava simpatia com práticas racistas ou eugênicas. Sabe-se que o referido personagem era formado em Direito e que nutria grande admiração e simpatia pelas teorias da Escola Positiva do Direito Penal, conhecida também como Antropologia Criminal ou Criminologia.

Segundo Di Dio – aparentemente um entusiasta quando discorre sobre o assunto – a Escola Positiva de Direito Criminal, ou Penal, nasceu na Itália como uma reação à Escola Clássica. A Escola Clássica se apoiou em bases essencialmente iluminísticas, da mesma forma pela qual a árvore da Escola Positiva medrou e floresceu graças à seiva recebida do pensamento positivista franco-inglês. E, em ambos os casos, os pressupostos filosóficos foram aceitos sem críticas ou restrições. Enquanto para os clássicos o crime era uma entidade jurídica dentro de uma ordem natural, para os positivistas não era possível conhecer nada além dos fatos. Não existiria assim o delito e sim, o delinquente (Di Dio, 1961, p. 187-188).

Segundo esse autor o problema do delito passava a ser o problema do delinquente. Enquanto na Escola Clássica um indivíduo era igual a todos os demais, sem história, e a sua liberdade era vista absolutamente como um direito abstrato do cidadão, na Escola Positiva o indivíduo começava a ter um nome, um corpo, uma família, uma ascendência, uma pátria, uma cultura; em suma, uma história que o situa no tempo e no espaço. No que se refere ao direito penal, já não havia um crime a que se cominava certa pena. Existia, em cada caso específico, um crime determinado cometido por este indivíduo em circunstâncias particulares e que exigiriam uma consideração adequada. Mas a tendência inicial de situar o ato no indivíduo e o indivíduo na sociedade não se detinha. Superava os limites da indagação social,

transpunha as fronteiras da pesquisa anátomo-fisiológica, ultrapassava o âmbito do exame psíquico e passava a interessar a toda à realidade. O problema social evoluía, através de diversos graus, para o cosmológico e, enfim, elevava-se ao plano do absolutismo filosófico. O autor cita as palavras de um dos famosos penalistas da época, Bovio, quando diz que "A natureza lança toda a sua culpa sobre os seus filhos; o século os seus vícios sobre os contemporâneos; a sociedade os seus delitos sobre os indivíduos. O indivíduo paga por todos" (Di Dio, 1961, p. 192).

É sob o influxo das doutrinas materialistas e positivistas em voga que a personalidade do réu passou a ser considerada sob o ponto de vista anátomo-fisiológico. Lembrando o médico holandês Jakob Moleschott, ao afirmar que embora não tenha sido um jurista e nem ter se interessado de modo especial pelo direito penal, merecia ser lembrado não só pela sua contribuição direta à escola positiva, sobretudo pela influência que exerceu sobre o materialismo de Cesare Lombroso. Segundo Di Dio, Moleschott lançou as bases da nova orientação penal quando, admitindo que o crime era um fato independente da vontade, declarava que a pena não deveria ter o fim de intimidar ou emendar, mas corresponder à exigência da espécie, que através da pena, provinha à própria conservação. E que é por esta razão que todos os códigos puniam os crimes que acarretavam danos a terceiros. Em lugar da responsabilidade moral, deveria haver responsabilidade social. Em lugar do castigo, a defesa da espécie. Com isso observa-se inicialmente que a inserção do homem no mundo se inaugurava por força da fisiologia (Moleschott), se aprofundava com as indagações antropológicas (Lombroso) e psicológicas (Garofalo) para completar-se na sociologia criminal (Ferri).

Se Di Dio afirma que o iluminismo desembocara num humanitarismo e jusnaturalismo abstratos, o positivismo propunha restituir o homem à natureza, arrebatando-o à ideia, inserindo-o na história e no mundo. O positivismo não teria, assim, somente valor negativo, mas afirmação de concreção e historicismo e que não obstante o seu grosseiro materialismo, Moleschott pôs um problema que não deveria ser negligenciado: a unidade do homem e da natureza. Lombroso, ao observar no crânio do bandido Vilella uma fossa ocipital mediana, presente só em alguns quadrumanos, teve a inspiração de formular a teoria do delinquente nato. Materialista, acreditava que a anomalia moral não podia senão ser consequência da anomalia física. Em sua obra L'uomo delinqüente in rapporto alla antropologia, alla giurisprudenza e alle discipline carcerarie (1876), partiu do pressuposto da teoria da evolução pela qual do animal se passou ao homem [primitivo] e do homem primitivo ao civilizado, afirmava então que a anormalidade do tipo antropológico do delinquente consistia na parada

do desenvolvimento físico (e, por conseguinte, psíquico), num estágio pré-humano ou, ainda que humano, um ser primitivo. A prova disso estaria não só no fato de que os criminosos natos revelavam instintos e necessidades animalescas ou, pelo menos, selvagens, mas também na sua estrutura anatômica (Di Dio, 1961, p. 194-195).

Rosa del Olmo vai além ao contextualizar o nascimento da Escola Positiva do Direito Penal. Para se considerar a Criminologia como ciência, há a necessidade de se entender o contexto político, econômico e social da época. Ela nasce nas últimas décadas do século XIX, especificamente com a publicação de "L'uomo delinquente" de Cesar Lombroso, publicado em 1876. Para essa autora, a conjugação de uma série de eventos criou as condições adequadas para a aparição desta ciência, não podendo deixar de vincular-se ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista e da expressão da ideologia do momento histórico em que surgiu.

O fim do século XIX é marcado pelo desenvolvimento da ciência em todos os campos, sem escapar sua aplicação ao estudo do homem e da sociedade. As crises sacudiam o capitalismo, a atividade dos sindicatos, os temores de guerra, o aumento da pobreza e outros problemas sociais se agravavam na Europa e a causa das mudanças do modo de produção capitalista exigia uma ciência que fosse efetiva para o controle da sociedade e para manter a "ordem". Ganha força ciências como a Antropologia, a Psiquiatria ou a Sociologia, que se ocupavam do ser humano em sociedade e que deveriam contribuir para impedir o regresso a formas passadas de governo ou a revoluções que estavam em gestação. A revolução burguesa necessitava defender-se de toda tentativa de restaurar o passado e garantir a ordem social reinante, defendendo-se do proletariado em ascensão. Dessa forma, caberia às ciências encontrar o ordenamento racional dos fenômenos e ater-se ao que expressavam os fatos observáveis. O evolucionismo de Darwin e Spencer, a filosofia de Saint Simon e o positivismo de Augusto Comte, entre outros, cumpriram esse papel ao justificar a ordem. Da mesma forma desenvolveu-se a Sociologia, com a finalidade de tentar compreender a sociedade da época.

Nasce então a Sociologia Positivista, que passando a utilizar o método de observação experimental, de acordo com o que exigiam as ciências naturais, considerava os fenômenos sociais como fenômenos naturais. O método científico adotado para o estudo da sociedade se tornou uma alternativa apolítica para abordar problemas sociais como objetos neutros governados por leis universalmente válidas. A missão histórica da Sociologia seria completar e resolver o que ainda estava incompleto na emergente revolução industrial, além de legitimar

a moral, chegando a converter o positivismo em uma nova religião da humanidade (Del Olmo, 2017, p. 34-37).

Ainda segundo Del Olmo, o Direito tinha seu próprio desenvolvimento, que determinava o que era o delito e como sancioná-lo, porém a ciência dominante se impôs e surgiu assim, a escola positivista italiana pretendendo revolucionar e adotar o método de observação experimental para estabelecer as origens do delito no delinquente. O método positivista e o desenvolvimento das ciências do homem, como no caso da psiquiatria e da antropologia, seriam os elementos necessários para reformular o problema delituoso em nome da ciência. Passariam então a serem estudadas as causas do delito no homem delinquente com a finalidade principal de neutralizá-las com as medidas legais pertinentes. Foi o momento de vínculo das ciências do homem com o Direito. Nascia assim a Antropologia Criminal, que assim como as outras ciências, se concentraria no ser humano, porém nesse caso, especificamente no homem delinquente, seu objeto formal de estudo (Del Olmo, 2017, p. 37-38).

A Antropologia Criminal e o Racismo

A Antropologia Criminal nasceu em um período de transformação do capitalismo liberal clássico, do mercado como regulador da sociedade, para o capitalismo imperialista. O empresariado tomava decisões com o intuito de maximizar seus lucros, já que o importante era a acumulação de capital. A exploração da mão de obra ia sendo substituída pelas máquinas, criando um aumento considerável na produção de mercadorias por um custo infinitamente mais barato ao mesmo tempo em que aumentava cada vez mais a massa de desempregados. A concorrência levou ao desequilíbrio do mercado, a uma necessidade de expansão pelo acúmulo de mercadorias e capital e à impossibilidade de sua absorção dentro de um único país. Aumentava assim a pobreza, as epidemias, a delinquência e toda uma série de problemas que ameaçavam a própria existência do capitalismo. A ordem social desmoronava, o individualismo era suprimido e o capitalismo passava a necessitar cada vez mais dos braços do Estado para organizar e controlar a sociedade e para apoiar a expansão do mercado. Nasce assim o período imperialista.

Com o aumento das desigualdades sociais era necessário redefinir o nível ideológico. Havia a necessidade de racionalizar essas desigualdades e reformular o conceito de liberdade. Com isso, o racismo, com base na ciência, passa a ter um papel primordial na naturalização da sociedade. “Os pobres eram pobres porque eram biologicamente inferiores”. A superioridade,

com base no evolucionismo, era o resultado da seleção natural transmitida geneticamente. Os seres "inferiores", ou seja, os não-proprietários, estavam obrigados à obediência e submissão por sua inferioridade. Aqueles que desafiassem a ordem eram considerados "perigosos" e deveriam ser reprimidos. Essa rejeição à ordem não era mais considerada voluntária, como na sociedade capitalista liberal clássica, mas como produto de sua inferioridade. Substituía-se assim o livre arbítrio pelo determinismo (Del Olmo, 2017, p. 41-45).

Essa concorrência entre mercados industriais nacionais no final do século XIX também traz uma nova questão: a fim de satisfazer os interesses capitalistas nacionais em busca de matérias-primas e mercados e para evitar uma escalada crescente de guerra, as potências capitalistas industriais europeias decidem partilhar a África, o sul da Ásia e as ilhas do Oceano Pacífico. A fim de justificarem ideologicamente suas interferências nesses locais, criam o mito da superioridade racial dos povos europeus sobre os negros africanos e os amarelos asiáticos. O discurso desses colonizadores passa a ser "ocupar para civilizar esses povos". Dessa forma a Antropologia Criminal passa ser a regra do Direito Penal na maioria dos países ocidentais. A sua "cientificidade" serviria de embasamento para as políticas repressivas junto às populações marginalizadas e não-brancas.

Del Olmo chama a atenção para o fato de a Escola Positiva do Direito Penal ou Criminal ter nascido precisamente na Itália ao se considerar o grau de atraso do país, naquela época, em relação ao resto do continente europeu. Para a autora, o próprio desenvolvimento do Direito na Itália teria de ser vinculado à história econômico-social deste país para se entender esse desenvolvimento. Os esforços intelectuais italianos no âmbito do Direito Penal mereceriam ser analisados detalhadamente a partir da forma pela qual esse país resolvia o problema do delito e seu interesse em encontrar soluções através da reflexão teórica dentro do próprio Direito. A obra de Cesare Beccaria, "Dos delitos e das penas", de 1764, não dá soluções específicas, apenas um esboço geral de uma política legislativa. A Criminologia como "ciência" irrompe neste clima intelectual questionando a tradição italiana do Direito. Além disso, há de se levantar a questão da disparidade socioeconômica italiana extrema entre um sul miserável e agrário e um norte extremamente rico e industrializado após a unificação do país. Essa disparidade foi o palco ideal para Lombroso dar início às suas pesquisas. Seus primeiros estudos antropométricos foram realizados em soldados do sul da Itália, considerado por ele como inferiores racialmente. Com isso, Del Olmo enfatiza que para o surgimento de uma ciência, necessita-se de toda uma série de condições simultâneas que permitam seu desenvolvimento e difusão. O nascimento da Antropologia Criminal na Itália foi o instrumento necessário naquele momento (Del Olmo, 2017, p. 48-51).

Assim como nasceu no local e no momento exato, de acordo com Del Olmo, serviu de suporte para o capitalismo imperialista e colonialista do final do século XIX, já que embasava cientificamente o racismo. Como dito anteriormente, Lombroso afirmava que a anormalidade do tipo antropológico do delinquente consiste na parada do desenvolvimento físico (e, por conseguinte, psíquico), num estágio pré-humano, ou seja, primitivo. A prova disso estaria não só no fato de que os criminosos natos revelavam instintos e necessidades animalescas ou, pelo menos, selvagens, mas também na sua estrutura anatômica. Di Dio completa, mostrando além das visões racistas, uma similaridade do pensamento de Lombroso com o higienismo, com a degradação moral dos "seres inferiores", o que por si só já demonstra uma ligação com o pensamento eugenista (Di Dio, 1961, p. 196).

Segundo a teoria lombrosiana o crime é algo natural ao delinquente, tal como o nascimento e a morte, o que demonstra o determinismo naturalista implícito. Ele é levado ao crime por uma necessidade que deriva do seu organismo, o qual carrega dentro de si a herança da espécie. Dessa forma, na etiologia do crime, a ação humana teria que ser apresentada à luz das condições meteorológicas, geomorfológicas, das raças, da densidade populacional, da natalidade, da alimentação, do alcoolismo, da instrução, da economia, da religião, do estado civil etc, Tudo poderia concorrer para a prática do crime.

O pensamento lombrosiano critica a responsabilidade moral e concebe a pena como medida de defesa social. A cura para o crime estava associada à medida de defesa social. A cada delinquente uma pena diferente. Da prisão ao manicômio judiciário, do isolamento à multa e à liberdade vigiada (Di Dio, 1961, p. 196-198).

Segundo Leonardo Dallacqua de Carvalho,

> o esforço de Lombroso em determinar não o crime, mas o criminoso, alude ao elo entre o desenvolvimento da ciência a favor de situações que afligiam a sociedade [...] Sendo assim, traçar padrões hereditários a partir de doenças, árvore genealógica ou ainda, padrões físicos, como arcada dentária, medição de mãos, pés, crânios e até mesmo tatuagens e fezes, indicavam indivíduos desviantes socialmente ou propensos à criminalidade. Suas observações mostram também o trato do criminoso como um doente, onde deveriam ser identificadas as causas e seus tratamentos. (Carvalho, 2014, p. 6).

O clima quente, segundo Lombroso, podia significar um aumento nos índices de criminalidade. O estudo determinista do clima referente à criminalidade tornou-se um fator de destaque para a identificação do criminoso pela sua teoria. A questão racial aproxima ainda mais o pensamento lombrosiano com as teorias eugenistas. Segundo Dallacqua, a questão da "raça" é elaborada no primeiro capítulo da parte dois de *Criminal Man*, conhecido por aqui

como “O homem delinquente”. Começando pelos ciganos de Zakha Khel, na Índia, citado por Lombroso como “indivíduos perigosos” e ponderar que neles “temos uma raça inteira de criminosos com todas as paixões e vícios comuns a inadimplentes tipos: ociosidade, ignorância, fúria impetuosa, vaidade, apaixonados por orgias, e ferocidade”, realça ainda a violência e homicídios na sua Itália, nas regiões da Calábria, Sicília e Sardenha, que seriam fundamentalmente ocasionadas devido à existência de elementos africanos e orientais nestes lugares, ligando também a imigração como um dos problemas criminais a serem combatidos. Nesse momento ele correlaciona cor e raça a partir tanto da reflexão de locais, do sul da Itália e da ilha da Sardenha, quanto aos biótipos. Observa-se que Lombroso não define um único tipo de criminoso ou uma única característica básica para o conjunto. Ele estabelece padrões de indivíduos que estariam mais predispostos a cometer crimes.

Em *Crime: Its causes and remedies*, publicado em Londres em 1911, ou seja, após a sua morte, há observações sobre a hibridização, tanto na Itália, quanto na América. Para ele, a miscigenação “racial” era extremamente prejudicial, pois além de sociedades ainda bárbaras, cujos elementos degenerativos estariam presentes, sua reprodução originaria criminosos que possuiriam elementos prejudiciais de ambas as raças. Uma conclusão que eleva a miscigenação a um grau de preocupação para o nivelamento ou aumento da “superioridade” do homem (Carvalho, 2014, p. 7-8).

A influência dos discursos racialistas e a eugenia no Brasil

Desde meados do século XIX discursos racialistas provenientes da Europa e dos Estados Unidos passaram a influenciar as elites brasileiras. Apesar de tardia, a chegada das teorias raciais ao Brasil recebeu entusiasmada acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, tais como os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina e os institutos históricos e geográficos (Schwarcz, 1993, p. 17-19).

Stepan complementa essa visão ao afirmar que como nação culturalmente dependente, o Brasil, ou melhor, as elites intelectuais brasileiras, eram fortemente influenciadas pelas ideias raciais europeias, e da França em especial. Essa elite intelectual vivia sua própria existência como uma imagem refletida no espelho. Texto após texto de análises sociais e científicas europeias tinha o Brasil como o exemplo da degeneração que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas. Para os europeus, o Brasil era o país onde cruzamentos

"promíscuos" aconteciam desde os tempos coloniais, o que produziu um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento progressivo (Stepan, 2004, p. 338).

Segundo Seyferth, desde a década de 1860 as elites brasileiras, principalmente a elite médica, haviam assimilado os paradigmas, as ideias sobre a origem das raças humanas e temas próximos presentes nas teorias do eminente anatomista e antropólogo francês Paul Broca. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional, tendo como docente João Batista de Lacerda, e a partir desse momento os estudos sobre raças se tornaram mais sistematizados, tanto nos Museus quanto na Medicina Legal. Os pesquisadores se interessavam principalmente pela morfologia e classificação dos tipos indígenas e de mestiços. Essa "ciência das raças" tinha como premissa a desigualdade e a construção hierárquica baseada na superioridade da "raça branca", na inferioridade das "raças de cor" e nos prejuízos da "mestiçagem embaralhada" (Seyferth, 1996, p. 48).

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico e antropólogo, talvez tenha sido o maior discípulo das teorias lombrosianas no Brasil. Inspirou-se em técnicas e argumentos pró-criminalidade do negro para fundamentar suas ideias. Segundo Dallacqua, "Nina Rodrigues acreditava que a miscigenação estaria ligada à 'degeneração' e as 'raças' teriam seus aspectos e características ímpares que, inclusive, contribuiriam para os casos de criminalidade à medida que representavam códigos morais" (Carvalho, 2014, p. 13).

Assim como degeneração e raça eram conceitos muito comuns à Nina Rodrigues, também eram aos eugenistas do final do século XIX e início do XX. A inquietação quanto ao futuro da sociedade foi reforçada pelas incertezas sobre a modernidade. Em vez de evolução, a metáfora da época passou a ser "degeneração", que era atribuída ao vício, ao crime, à imigração, ao trabalho feminino e ao ambiente urbano. Nasceu a convicção de serem hereditárias muitas das doenças comuns entre os pobres, como a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo e as doenças mentais, o que insuflava o medo da decadência social. Muitos autores ainda acreditavam que a "rápida multiplicação dos inadequados" era uma ameaça adicional.

Partindo da evolução, cuja essência era a seleção natural de variações herdadas em plantas e animais, Francis Galton, primo de Charles Darwin, concluíra que a sociedade poderia fazer com rapidez o que a natureza fazia lentamente, ou seja, aprimorar o estoque genético humano por meio de uma seleção deliberada dos adequados em detrimento dos inadequados. Em 1883 criou o conceito de eugenia para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade e que tinha como finalidade a obtenção de uma desejada "melhor reprodução". O fundamento científico foi encontrado na biologia através

dos trabalhos de Jean-Baptiste Lamarck e August Weismann, além da redescoberta das leis de Mendel (Stepan, 2005, p. 30-33).

Segundo Hobsbawm, a biologia foi essencial para embasar uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das desigualdades humanas da sociedade para a natureza (Hobsbawm, 1992, p. 351-353). Para Del Cont, a eugenia – como um campo de produção de saber biotécnico acerca da admissão da existência de disposições intrínsecas que colocariam os seres humanos em posições diferenciadas em função de características biologicamente herdadas – organizou-se em um contexto de expansão imperialista fundada na pressuposição da superioridade do homem europeu em relação aos outros povos sob seus domínios. Ela se caracterizou pela utilização sistemática de metodologias classificatórias a partir da utilização de técnicas – como a antropometria e a craniometria – e procedimentos laboratoriais e foi elaborada como ciência no bojo do desenvolvimento de teorias raciológicas, evolucionárias e hereditárias no que diz respeito às condições de melhoramento, tanto das condições sociais quanto das disposições ou características hereditárias responsáveis pela qualificação racial, não somente dos indivíduos como também de povos e das futuras gerações (Del Cont, 2007, p. 144).

Os primeiros sinais da teoria de Francis Galton em terras brasileiras aparecem em dois campos de saber: na medicina e no direito. Na medicina, podem ser vistas em anúncios do doutor Abel Parente, médico italiano radicado no Brasil, nas páginas do Jornal do Commercio, dos dias 26 e 27 de dezembro de 1900, sobre seu "invento", que poderia ser aplicado "nos casos em que a defesa social pode e deve impor aos doentes, aos anômalos, aos degenerados, não multiplicar o número de infelizes, porém sem exigir previa conferência medica e guardando o sigilo profissional; bem assim pratica essa pequena e inofensiva operação nos casos em que a doente corre perigo de vida durante a prenhez, o parto e o puerpério" (Medeiros, 2015, p. 306). O método de esterilização de Abel Parente despertou uma ruidosa controvérsia no meio médico brasileiro no ano de 1893 e a polêmica envolveu médicos, juristas, a Sociedade de Higiene do Brasil e a Academia Nacional de Medicina. Os temas da natalidade e da higiene da raça estavam na ordem do dia dos debates médicos, de homens públicos, de intelectuais e ativistas. O enfoque na quantidade e na "qualidade" da população com vistas ao futuro da nação passava a caracterizar a relação entre a medicina e os poderes públicos (Rohden, 2001). Já no direito observa-se a influência da Escola Positiva do Direito Penal em Evaristo de Morais, Moniz Sodré de Aragão e Lemos Britto, esse último, objeto da presente pesquisa. E para concluir o presente trabalho, se faz necessário entender se essa afeição à teoria da Escola Positiva do Direito Penal em Lemos Britto faz ligação do seu

pensamento, de suas ações e de suas relações sociais com as teorias eugênicas. Tal entendimento é importante para a análise da pesquisa, uma vez que esse é o verdadeiro foco da mesma.

Referências

BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância "rude" no Brasil: alguns elementos da história e da política. In: GONDRA, José. História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: Letras, 2002.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso. Chaos e Kosmos, XV, Roma. Recuperado em: https://www. academia. edu/16148771/Cesare_Lombroso_e_Raimundo_Nina_Rodrigue s_entre_as_ci% C3% AAncias_do_s % C3% A9culo_XIX_o_estudo_do_negro_como_criminoso, 2014.

DEL CONT, Valdeir Donizete. A ciência do melhoramento das especificidades genéticas humanas. 370 fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DEL OLMO, Rosa. A América Latina e sua criminologia, 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2017.

DI DIO, Renato Alberto T. A escola positiva de direito penal e sua influência no Brasil. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 56, n. 2, p. 182-249, 1961.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875 – 1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX. 2015. 395 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 41-58.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (organizadores) Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

O uso de Desinformação e Misinformação na construção retórica da guerra ao terror e seus resquícios na direita alternativa. (2001 – 2016)

Joao Victor da Mota Uzer Lima
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista CAPES

1 – A construção retórica da guerra

Conforme Ladislau Dowbor (2003, 9), após o Onze de Setembro, gerou-se nos Estados Unidos uma articulação da velha direita política, do conservadorismo religioso e de grandes corporações, formando "um núcleo relativamente fechado e extremamente poderoso". E com sucesso, vendeu-se para a população a ideia de que o Iraque representava uma ameaça para os por ter armas de destruição em massa e por estar ligado ao Onze de Setembro. De acordo com Antonio Reyes-Rodríguez, a retórica republicana da guerra (adotada para a Guerra ao Terror) segue um modelo estabelecido em seis partes que se retroalimenta. 1) Causa/motivo, invasão, ataque ou ameaça; 2) identificação do culpado; 3) demonização; 4) personificação do inimigo (em um grupo ou nação); 5) justificar a guerra; 6) associar o inimigo atual com o próximo.

Primeiramente racionaliza-se as fortes emoções suscitadas por eventos traumáticos, fazendo com que os cidadãos incorporem um nacionalismo ou patriotismo que apoie a guerra a ser empreendida. Ainda no Onze de setembro, Bush definiu os ataques como um ato de guerra. E, levando a opinião pública a ideia de "vingança contra os terroristas", incitou um "ultra-nacionalismo". De acordo com Brian Schmidt e Michael Williams (2008, 197), houve uma instrumentalização do medo por parte de especialistas conservadores na MSNBC e na *Fox News*. Criou-se um contexto de insegurança e desconfiança no qual qualquer um que discordasse do governo era alvo de represálias. Eliot Weinberger (2006, 78) apontou que qualquer crítica ao governo era um ato de traição; que chegou-se a publicar na internet listas com nomes de professores universitários que criticavam o governo.

Com a opinião pública inflamada, o próximo passo da construção retórica da guerra seria o de identificar e justificar o inimigo. Esta etapa se concretizou em 20 de setembro, quando Bush apresentou a Al-Qaeda como responsável: "As evidências que reunimos apontam para uma coleção de organizações terroristas vagamente afiliadas, conhecidas como Al-Qaeda (BUSH, 2001).

Uma vez que o inimigo é definido, apresentado e justificado (mesmo que vagamente), define-se o seu grau de "maldade". O discurso então passa a demonizá-lo. Ainda no discurso de 20 de setembro, o presidente afirma:

> A Al-Qaeda está para o terror como a máfia está para o crime. Mas seu objetivo não é ganhar dinheiro; seu objetivo é reconstruir o mundo e impor suas crenças radicais às pessoas em todos os lugares […] A diretriz dos terroristas os ordena a matar cristãos e judeus, matar todos os americanos e não fazer distinções entre militares e civis (BUSH. 2001)

Conforme Reyes-Rodríguez (2006, 372 - 373), o propósito é declarar: "os terroristas não fazem distinções em seus objetivos, 'eles matam todo mundo'. No entanto, este 'todo mundo' foi quebrado por nomear especificamente dois grupos religiosos particulares, americanos e civis." O objetivo é de conduzir emocionalmente o público, chamando atenção para as vítimas civis. Atribuindo ao inimigo um caráter essencialmente maligno, "os processos de 'divisão e rejeição' retratam o inimigo indesejável o mais moralmente distante possível de 'nós'".

Tendo racionalizado o medo dos ataques sofridos, definido o inimigo e graduado seu nível de "maldade", o próximo passo na construção retórica da guerra seria de personificá-lo. Porém, o inimigo "o terrorismo", nem mesmo a Al-Qaeda, era um Estado-nação ou inimigo definido contra o qual se poderia declarar guerra. No mesmo discurso Bush deu conta:

> Eles [os terroristas] são recrutados em suas próprias nações e bairros e levados para campos em lugares como o Afeganistão, onde são treinados em táticas de terror. […] A liderança da Al-Qaeda tem grande influência no Afeganistão e apoia o regime do Talibã no controle da maior parte daquele país. No Afeganistão, vemos a visão da Al-Qaeda para o mundo (BUSH, 2001).

Como aponta Reyes-Rodríguez (2006, 376), "apesar de anos de domínio do Talibã neste país, repentinamente seu povo é definido por Bush neste ponto como sofrendo e necessitando de libertação". O sofrimento do povo afegão sob o comando Talibã tornou-se uma preocupação da retórica de guerra da administração Bush repentinamente.

Por fim, faz-se necessário justificar a ação militar em si. Como a guerra tornou-se uma "ação humanitária", uma "defesa da civilização", a ação não pode ser adotada como uma agressão. Há um esforço em tornar os Estados Unidos vítimas e legitimar suas ações como benfeitoras. Ao fazer exigências, a construção retórica da guerra transfere responsabilidade, "o governo dará aos talibãs uma chance de evitar o conflito militar." (REYES-RODRIGUEZ, 2006, 378) A Guerra do Afeganistão foi apresentada como uma guerra de autodefesa, mas o Afeganistão não havia declarado guerra aos Estados Unidos ou organizado o Onze de Setembro. O território afegão, as autoridades Talibãs e o Estado afegão não eram propriamente os inimigos da Guerra ao Terror, nem mesmo da Guerra do Afeganistão. Mas o

Estado afegão era visto como perpetrador, o defensor dos agressores. O verdadeiro inimigo não era um Estado com capital e território que poderia ser invadido e tomado, mas sim uma rede de influência. Foi a "recusa em cooperar" que, aos olhos e discursos estadunidenses, tornou a invasão legítima.

Mas a construção retórica da guerra não se limita a delimitar um inimigo e justificar o ataque, ela prepara terreno para o próximo inimigo. Como coloca Reyes-Rodríguez, o passo seguinte seria o de ligar a atual ameaça com outros inimigos. No discurso do dia Onze de Setembro, Iraque ou Saddam Hussein não são mencionados. No discurso de 20 de setembro, o Iraque só é mencionado referenciando a guerra do Kuwait, Hussein não é mencionado. Só em novembro que "armas químicas" e "armas de destruição em massa" foram citadas pela primeira vez. Neste mesmo discurso o presidente afirma que "regimes que patrocinam o terror" são igualmente culpados pelas mortes, que pagarão o preço. Em dezembro Bush utiliza o termo "*Rogue States*" pela primeira vez, afirmando que estes (não os nomea) são os mais prováveis de fornecer armas aos terroristas. Foi só em janeiro de 2003 que a ligação com o próximo inimigo ganhou nome. Coreia do Norte, Irã e Iraque. Juntos, estes países formaram o "Eixo do mal", no entanto, não havia uma ligação direta entre Al-Qaeda e Saddam Hussein, ou do Iraque com o Onze de Setembro. Em seu discurso de janeiro de 2002, o máximo que Bush conseguiu afirmar que esses países "têm estado bem quietos desde 11 de setembro" (BUSH, 2011).

Em março de 2003 a invasão ao Iraque foi executada. E, mesmo que as ligações entre Iraque e Al-Qaeda não estivessem estabelecidas, de acordo com o *Pew Research Center*, ainda em janeiro de 2002, 73% dos estadunidenses apoiavam uma invasão ao Iraque. 83% afirmavam que o ataque deveria ser efetuado caso descobrisse a ligação entre Saddam e o Onze de Setembro. 77% alegava que o ataque deveria ser feito pois o Iraque escondia armas de destruição em massa. E 75% alegava que o Iraque escondia terroristas.

2 – Desinformação e Misinformação na retórica da guerra ao terrorismo

O período logo após os ataques de Onze de Setembro ilustra como a desinformação, misinformação são usadas em contextos de guerra. Em aproximadamente 18 meses, os Estados Unidos conseguiram elaborar uma narrativa que justificava a ação bélica baseada em afirmativas que foram posteriormente provadas falsas (LEWANDOWSKY. 2013, 487). Aqui vale fazer distinção entre estes termos. Desinformação refere-se a um conjunto de informações falsas deliberadamente forjadas, o objetivo é unicamente enganar a audiência.

Misinformação, por outro lado, diz respeito a uma informação falsa, mas que pode não ser circulada com o intuito de ludibriar a audiência. Nas palavras de Andrew Guess e Benjamin Lyons (2020, 12), "desinformação é feito para enganar, enquanto misinformação pode ser inadvertida ou não intencional". Embora a desinformação e misinformação sejam fenômenos relativamente antigos, como ressaltam Deen Freelon e Chris Wells (2020, 155), as principais contribuições acadêmicas no estudo do fenômeno foram feitas a partir do ano de 2016.

Como vimos, a construção retórica da guerra espacializou os "terroristas" no Afeganistão e Iraque e justificou a agressão definindo os inimigos como: 1) Amigos dos terroristas; 2) envolvidos com o Onze de Setembro; e 3) anti-democráticos. Sobre o Iraque em especial, uma quarta definição: Possuidor de armas de destruição em massa. E esta estratégia funcionou. Em dezembro de 2002 o *Pew Research Cente*r divulgou que 84% dos estadunidenses acreditavam que o Iraque representava uma ameaça. No Reino Unido e Alemanha esses números eram de 85% e 82%, mas na França e Rússia, eram de 67% e 55%. Por outro lado, 44% dos britânicos, 54% dos alemães, 75% dos franceses e 76% dos russos acreditavam que uma invasão ao Iraque se daria para controlar o petróleo da região. Por fim, enquanto 62% dos estadunidenses apoiavam o uso de força para remover Saddam Hussein do poder, no Reino Unido, Alemanha, França e Rússia esses números eram de 47%, 26%, 33% e 12%.

Uma das explicações para este sucesso da narrativa da guerra nos Estados Unidos (e em países aliados) , como apontou Lewandowsky (2013, 489), foi a falta de ceticismo na imprensa quanto às afirmações presidenciais. Um levantamento acerca da cobertura de redes de televisão após o discurso do secretário Colin Powell na ONU em fevereiro de 2003, apontou que das 393 fontes usadas pelas reportagens, 75% eram de funcionários do governo ou aposentados. Apenas um - o senador Edward Kennedy - expressou ceticismo quanto à invasão ao Iraque.

Outra variável que explica a adoção de desinformação e misinformação como verdadeiras é a autoafirmação, ou seja, o "processo pelo qual as pessoas têm a oportunidade de afirmar seus valores morais básicos" (LEWANDOWSKY. 2013, 493). Uma vez que a narrativa se estabelece, a crença pode tornar-se tão arraigada que resiste mesmo sendo provada falsa. E, informações factuais, mas adaptadas a uma visão de mundo, podem ser usadas para legitimar uma narrativa falsamente embasada. Conservadores que ainda em 2002 foram informados de que o Iraque não dispunha de armas de destruição em massa, tornaram-se mais propensos a acreditar na existência das armas. De forma semelhante, grupos de centro-esquerda continuaram a acreditar que Bush tinha proibido a pesquisa com células-

tronco, mesmo depois de serem informadas que a afirmação era falsa. Este efeito foi denominado "efeito de tiro pela culatra" e foi usado para explicar os indivíduos que "contra-argumentam" qualquer informação que confronte sua visão de mundo, seja ela falsa ou não (LEWANDOWSKY. 2013, 491).

Conforme demonstrou Jonathan Morris (2005, 61), a Guerra do Iraque foi acompanhada de perto pela audiência estadunidense, especialmente pelos espectadores da *Fox News* que cobriu o evento com mais frequência. E segundo Lewandowsky (2013, 491), espectadores da *Fox News* estavam "mais mal informados" quanto mais atenção prestavam às notícias. Durante a Guerra do Iraque, a *Fox News* ganhou notoriedade com uma cobertura pró-Bush. Após o Onze de setembro, a rede tomou um pesado patriotismo. E, embora não se possa mensurar o real impacto da cobertura da mídia sobre a guerra no governo de Bush, um aspecto importante que impactava negativamente a imagem do presidente era o número de fatalidades. Com seu viés nacionalista, a *Fox News* reportava este número abaixo do real.

Ao longo de 2003 cresceu nos Estados Unidos a crença de que o Iraque tinha planos para espalhar varíola no país durante a guerra. Defensora dessa tese, a jornalista Judith Miller - repórter do *New York Times*, que, em 2008 ingressou na *Fox News* - sustentava sua crença na relação entre a cientista russa Nelja Maltseva, do Instituto Russo de Preparações Virais, com o governo de Bagdá em 1990. De acordo com Miller, Maltseva teria vendido ao Iraque uma cepa de varíola que teria causado uma epidemia no Cazaquistão no início dos anos 1970. Maltseva faleceu em 2001, mas seus associados negaram a relação da virologista com o governo iraquiano, afirmando que Maltseva visitou o país apenas uma vez numa campanha global contra a varíola (WEINBERGER, 2006, 105 – 106).

O "*resgate da soldada Lynch*" é outro exemplo. Jessica Lynch servia como membro da Companhia de Manutenção, pelotão destinado a reparar equipamentos e veículos. Lynch estava no comboio que se perdeu em direção a Bagdá e acabou isolado em território inimigo. Não sendo uma unidade destinada ao combate, os soldados da Companhia foram facilmente derrotados. Um ousado e dramático resgate de um soldado ferido e perdido atrás das linhas inimigas tornou-se uma peça de propaganda ideal para desviar as atenções públicas das dificuldades que a guerra vinha apresentando. Como observou Deepar Kumar (2004, 299), Lynch tornou-se ao mesmo tempo vítima (donzela em perigo) e heroína. Por um lado, ela foi retratada como a "pequena" e "jovem" membro de uma unidade de não combatente vítima de uma emboscada. Por outro, foi apresentada como uma não combatente que lutou bravamente. O Pentágono afirmou que Lynch havia sido esfaqueada e baleada, que em cárcere foi torturada, afirmações que foram desmentidas pela própria. Mas o mito do "resgate da soldada

Lynch", ao mesmo tempo em que funcionou como um "meio pelo qual uma guerra polêmica poderia ser discutida em termos emocionais, em vez de racionais", tornou Lynch "um símbolo da atitude 'iluminada' do Ocidente em relação às mulheres, justificando o argumento de que os EUA estavam 'libertando' o povo do Iraque" (KUMAR, 2004, 299).

Segundo Chomsky (2004, 168), a construção retórica da guerra do Iraque coincidiu com o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 2002. E em maio de 2003, a bordo do *USS Abraham Lincoln*, Bush entregou o discurso de missão cumprida. O discurso de não foi uma declaração de fim da guerra, mas o início da campanha presidencial de 2004. A estratégia teve retorno, o republicano foi reeleito num pleito com mais de 122 milhões de votantes, 17 milhões a mais que em 2000 (CAMPBELL, 2005, 221). No entanto, ao avançar do segundo mandato, com o prolongamento da guerra no Iraque e no Afeganistão, o gabinete presidencial foi alvo de mais críticas. No início de 2005, a administração Bush começou a perder a blindagem que recebeu após os ataques de onze de setembro (PECEQUILO, 2007, 10). O apoio midiático e a construção do sentimento patriótico marcial (primeira parte da construção retórica da guerra), que já havia perdido fôlego antes das eleições, ficou mais escassa.

Por apresentar-se como "o oposto de Bush", a vitória de Barack Obama carregou um forte significado. A intenção de diferenciar-se da administração anterior foi tamanha que, em março de 2009, o gabinete Obama declarou o fim do uso da expressão "guerra ao terror" para descrever a política antiterrorista. Mas o legado de Bush foi um país endividado e em recessão, e o governo Obama, que "havia deixado sua marca em milhares de pessoas que acreditavam na possibilidade de uma mudança real", sofreu pela crise, pois o presidente "foi esmagado pela profundidade da crise e logo deixou de lado a maioria de suas promessas de campanha" (CASTELLS, 2017, 129). Deste contexto, movimentos sociais e políticos emergiram, como o *Occupy Wall Street* e o *Tea Party Movement*, catalisando a insatisfação e desconfiança popular para com as instituições.

3 - A retórica de Guerra da direita alternativa

Foi Richard Spencer que, em 2008, começou a veicular o termo Alt-Right (direita alternativa). Spancer era editor assistente da *The American Conservative*, revista liderada pelo conservador e diretor de comunicações da Casa Branca de Ronald Reagen, Pat Buchanan. Em 2010 Spencer fundou o hoje extinto *www.AlternativeRight.com,* e o sucesso do site o abriu portas (MAY; FELDMAN, 2019, 29 - 30). Em 2017 lançou o *www.Alt-Right.com* com

pretensão de ser um *think tank* acadêmico com o propósito de promover "informações e discursos em apoio à civilização ocidental e chamar a atenção para a ameaça demográfica iminente da imigração em massa, que está a caminho de apagar completamente as culturas e os povos únicos do Ocidente." (MARTINEZ, 2001). Nacionalista, Spencer procurou a promoção de um país de apenas brancos. Mas a alt-right tornou-se um conceito mais amplo que o defendido por Spencer. Esta "nova direita alternativa" apresentou-se como um conjunto de ideias vinculadas por temas e suposições comuns (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, 273).

Alex Jones, desde os anos 2000 "alertava" sobre o globalismo e sobre a "nova ordem mundial". Em seu site *Infowars*, Jones reconheceu "o direito de portar armas como uma norma a ser protegida contra a invasão liberal" (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, 288) e afirmou que não existem tiroteios em escolas americanas, que o massacre na escola *Sandy Hook*, em 2012 – no qual vinte crianças foram assassinadas –, foi uma farsa criada para fortalecer as leis de controle de armas. Os discursos da Alt-Right sobre a democracia fundamentam-se na resiliência diante das notícias políticas e conhecimento disseminado através da mídia tradicional. A oposição fundamental é baseada, portanto, na insatisfação com um sistema traidor e entregue à "hegemonia da esquerda". A democracia, nessa visão, precisa ser resgatada ou mesmo refeita a partir de valores "pré-esquerda" (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, 282).

Conforme Teagan Hale (2021), a lógica de "nós (americanos)" contra "eles (terroristas)" da Guerra ao Terror se manifestou também internamente. Em 2003, no estado de Washington, um garoto de 15 anos foi interrogado pelo serviço secreto por ter desenhado para a aula de artes uma charge representando o presidente Bush como um demônio; Em Nova York, um senhor de 61 anos foi preso por invasão de propriedade após se recusar a deixar um estabelecimento por vestir uma camisa com os dizeres "Dê uma chance à paz"; No Texas, William Krar enviou a um amigo uma caixa com diversos documentos falsificados, no entanto, os correios cometeram um engano e entregaram a encomenda no endereço errado. O FBI foi acionado e descobriu na residência de Krar diversas metralhadoras automáticas, bombas de controle remoto, bombas tubulares e milhares de peças de munição. Porém, Krar não foi indiciado como terrorista, apesar de ser um defensor da supremacia branca. (WEINBERGER, 2006, 159 - 185). Conforme esta forma de pensar foi reproduzida no discurso político acirrou-se a separação entre dois grupos (direita x esquerda, democratas x republicanos, conservadores x liberais, cidadãos x imigrantes, cidadãos x governo) dos quais um, o "nós", é enquadrado como "americano real" e o outro, o "ele", é considerado mal

informado ou intencionado. Em muitos aspectos, os discursos da direita alternativa adotam elementos da retórica de guerra da Guerra ao Terror.

1) *Causa/motivo*: Crises econômicas, valores morais ameaçados, insegurança institucional. 2) *Identificação do culpado*: Socialismo, globalismo e mais. 3) *Demonização*: Alex Jones tomou essa etapa de forma literal, argumentou que Hillary Clinton e Barack Obama eram atormentados por enxames de moscas porque cheiravam a enxofre, pois eram possuídos por demônios (GORSKI, 2017, 168). Mas, além, sobram acusações de que uma elite política que inclui os Clinton pratica abusos infantis em rituais satânicos (D'ANCONA, 2018, 62). 4) *Personificação do inimigo* (em um grupo ou nação): Obama, Hilary Clinton, os democratas, os liberais, e mais. 5) *justificar a guerra*: A própria defesa da nação, de suas liberdades e direitos.

Jim Adkisson afirmou o seguinte, após atacar uma igreja no Tennessee em 2008: "Ultimamente, tenho me sentido impotente em nossa guerra contra o terrorismo. Mas percebi que poderia enfrentar os aliados terroristas aqui na América. Os melhores aliados que eles têm - os democratas" (HALE, 2021, 17). Paul Ciancia, após deixar dois mortos e três feridos no Aeroporto Internacional de Los Angeles em 2013, alegou: "Não houve um ataque terrorista em 1º de novembro. Houve um patriota irritado tentando regar a árvore da liberdade" (HAMILTON, 2016). Eric Frain, depois de atacar o quartel da Polícia Estadual da Pensilvânia em 2014, disse: "Nossa nação está longe do que é e do que deveria ser […] Há tanta coisa errada e em tantos níveis, apenas passar por outra revolução pode nos trazer de volta as liberdades que um dia tivemos." (ASSOCIATED PRESS, 2014). E Jered Miller, antes de deixar sete mortos em Las Vegas em 2014, publicou em suas redes sociais digitais: "Que os melhores homens de nossa amada nação resistam e lutem contra a tirania, sem medo e sem arrependimento […] Não podemos falhar neste esforço da Liberdade […] Eu, no entanto, prefiro morrer lutando pela liberdade, do que viver de joelhos como um escravo" (LAS VEGAS SUN, 2014).

O discurso de resiliência da direita alternativa convoca para a guerra, numa construção retórica semelhante à adotada para a Guerra ao Terror. Mas estes são exemplos dos "soldados que vão ao campo", assim como a Guerra ao Terror, a "guerra pela América" foi (e é) também travada através de misinformação e desinformação. A direita alternativa abraçou diversas teorias conspiratórias como os *9/11 Truthers*, os *Birthers*, os *Anti-vax* e mais. No período eleitoral de 2016, sobram teorias de a família Clinton havia ordenado dezenas de assassinatos, e que Obama tramava para minar o poder dos Estados Unidos e favorecer o México com

imigrações ilegais em massa (POLLARD, 2018, 78). Mas a teoria que ganhou mais notoriedade talvez tenha sido a *Pizzagate*.

Em outubro de 2016, após o diretor do FBI revelar que estava reabrindo a investigação sobre o uso de um e-mail privado por Hillary Clinton quando era secretária de Estado, surgiu o rumor que alguns destes e-mails relatavam a existência de um círculo de pedofilia que tinha uma pizzaria em Washington como fachada. O rumor ganhou espaço em fóruns na internet e os proprietários da pizzaria começaram a receber ameaças por telefone. O local chegou a ser invadido. Edgar Welch dirigiu da Carolina do Norte até Washington para resgatar crianças que ele acreditava estarem escondidas em túneis sob a pizzaria. Armado, por 45 minutos Welch procurou por cofres, quartos e túneis secretos. Quando foi preso ao sair do estabelecimento, disse que tinha lido que o lugar estava "abrigando crianças escravas sexuais e que queria ver por si mesmo se elas estavam lá" e que "se rendeu pacificamente quando não encontrou nenhuma evidência". Horas depois de ter sido preso, Welch foi desqualificado online sob a acusação de ser mas sim um "infiltrado" que mentia para encobrir a verdade (FISHER, 2016).

Conforme Hunt Allcott e Matthew Gentzkow (2017, 225), embora não consigamos definir o quanto a exposição a notícias falsas podem ter afetado as eleições estadunidenses de 2016, estimou-se que "o adulto americano médio leu e lembrou por ordem de um ou talvez vários artigos de notícias falsos durante o período eleitoral, com maior exposição a artigos pró-Trump do que artigos pró-Clinton."

Conclusão

O uso de desinformação e misinformação, embora tenha sido tomada como objeto de estudo com mais frequência recentemente, não é uma estratégia recente. Não faltam exemplos de políticas de estado para promover desinformação ou sendo tomadas a partir de desinformação. Mas o uso destas estratégias na construção retórica da Guerra ao Terror, em especial na campanha da Guerra do Iraque, permanece como um exemplo recente de considerável impacto social. A retórica de guerra da Guerra ao Terror, com suas etapas e estratégias, tornou-se um roteiro para canalizar a ira pública. E, instrumentalizando medos e promovendo insegurança institucional, a extrema direita angariou poderes políticos: Na Itália, com o Movimento Cinco Estrelas; na Inglaterra, ao redor do *Brexit*; no Brasil com Jair Bolsonaro; e nos Estados Unidos, com Donald Trump. Estes grupos, aplicando a retórica da

guerra na política, tornaram o campo político num campo de guerra cada vez mais literal, incentivando até mesmo o terrorismo doméstico.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of economic perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.

ASSOCIATED PRESS. Eric Frein's letter to parents: 'The time seems right for a spark to ignite a fire'. **The Guardian**. Nov. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2014/nov/14/eric-frein-pennsylvania-police-shooting-letter-parents> Acessado em 09 out. 2021.

BUSH, George W. Addresses the Nation, September 20. **The Washington Post. T**ext: President Bush Addresses the Nation. Thursday. Sept. 20, 2001. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 09 out. 2021.

BUSH, George W. **Selected Speeches of President George W. Bush**. White House. 2011.

CAMPBELL, James E. Why Bush won the presidential election of 2004: Incumbency, ideology, terrorism, and turnout. **Political Science Quarterly**, v. 120, n. 2, p. 219-241, 2005.
CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. WWF Martins Fontes, 2015.

CHOMSKY, Noam. Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque. **Socialist Register**, p. 161-174, 2004. p. 169.

D'ANCONA. Matthew. **Pos-Verdade**. A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial. 2018.

Deen Freelon & Chris Wells (2020) Disinformation as Political Communication. **Political Communication**, 37:2, 145-156.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio. **Estados Unidos: a supremacia contestada**. Cortez Editora, 2003. p. 9.

FISHER, Marc; COX, John; HERMANN, Peter. Pizzagate: From rumor, to hashtag, to gunfire in D.C. **The Washington Post.** Dez 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/local/pizzagate-from-rumor-to-hashtag-to-gunfire-in-dc/2016/12/06/4c7def50-bbd4-11e6-94ac-3d324840106c_story.html> Acessado em 09 out. 2021.

GORSKI, Philip. Why evangelicals voted for Trump: A critical cultural sociology. **American Journal of Cultural Sociology**. July 2017.

GUESS, Andrew M.; LYONS, Benjamin A. Misinformation, disinformation, and online propaganda. **Social media and democracy: the state of the field, prospects for reform**, p. 10-33, 2020.

HALE, Teagan. **A Discursive Analysis of Far-Right Justifications for Violence**: The Permeance of 'War on Terror'Discourses in Civilian Spaces. The American Counterterrorism Targeting and Resilience Institute. 2021.

HAMILTON. Matt. LAX shooter's plea agreement reveals he did not consider himself a terrorist, but a 'patriot'. **Los Angeles Times**. Sept. 1, 2016. Disponível em: <https://www.latimes.com/local/lanow/la-me-ln-lax-shooter-guilty-plea-20160901-snap-story.html> Acessado em 09 out. 2021.

KUMAR, Deepa. War propaganda and the (ab) uses of women: Media constructions of the Jessica Lynch story. **Feminist media studies**, v. 4, n. 3, p. 297-313, 2004.

LAS VEGAS SUN. A look inside the lives of shooters Jerad Miller, Amanda Miller. **Las Vegas Sun**. 9 de jun 2014. Disponível em: <https://lasvegassun.com/news/2014/jun/09/look/> Acessado em 09 out. 2021.

LEWANDOWSKY, Stephan et al. Misinformation, disinformation, and violent conflict: From Iraq and the "War on Terror" to future threats to peace. **American psychologist**, v. 68, n. 7. 2013
MARTINEZ, Brandon. **Who We Are**. Alt-right.com s/d. Disponível em: <https://alt-right.com/who-we-are/> Acesso em 09 out. 2021.

MAY, Rob; FELDMAN, Matthew. fUnderstanding the Alt-Right. Ideologues, 'Lulz' and Hiding in Plain Sight. In: FIELITZ, Maik; THURSTON, Nick (org.) **Post-Digital Cultures of the Far Right**. Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US. Verlag, Bielefeld: Transcript. 2019.

MICHELSEN, Nicholas; ORELLANA, Pablo De. Discourses of resilience in the US alt-right. **Resilience**, VOL. 7, NO. 3, 271–287. 2019.

MORRIS, Jonathan S. The Fox news factor. **Harvard international journal of press/politics**, v. 10, n. 3, p. 56-79, 2005.

O'CONNELL, Aaron B. Saving Private Lynch: A hyperreal hero in an age of postmodern warfare. **War, Literature and the Arts**, v. 17, p. 1-2, 2005.

PECEQUILO, Cristina. A era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. *II* **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - o Brasil e o mundo que vem aí**. Rio de Janeiro, 2007.

PEW RESEARCH CENTER. **What the World Thinks in 2002.** How Global Publics View: Their Lives, Their Countries, The World, America. Pew Research Center. Report December 4, 2002. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2002/12/04/what-the-world-thinks-in-2002/> Acessado em 09 out. 2021.

POLLARD, Tom. Alt-right transgressions in the age of Trump. **Perspectives on global development and technology**, v. 17, n. 1-2, p. 76-88, 2018.

R EYES RODRÍGUEZ, Antonio. Speeches and declarations: a war of words. **Revista alicantina de estudios ingleses,** No. 19 (Nov. 2006); pp. 365-386, 2006. p. 372.

SCHMIDT, Brian C.; WILLIAMS, Michael C. The Bush doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus realists. **Security Studies**, v. 17, n. 2, p. 191-220, 2008. p. 197.

WEINBERGER. Eliot. **Crônicas da era Bush**. Rio de Janeiro: Record. 2006. p. 78.

Memória, identidade nacional e história do brasil na exposição de história 1881

Alex da Costa Silva
Mestrando em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista da CAPES

Nossa pesquisa tem como tema, questão e proposta de análise a Exposição Nacional de História, de 1881, realizada no Rio de Janeiro, através do principal produto da exposição: o ***Catálogo da Exposição Nacional de História e Geographia do Brazil.*** Pretende-se estudar sua interface com as Exposições Universais que passaram a se realizar a partir da década de 50 do século XIX.

A intenção é, por meio do exame da citada fonte, compreender como a exposição e a produção deste documento foram importantes elementos para a construção da história da Nação e da sua narrativa para a nacionalidade que se forjava no Brasil do século XIX, que almejava fazer parte do concerto das nações civilizadas deste período. Para esta proposta é importante discutir como as Exposições Internacionais ou Universais, iniciadas a partir da segunda metade deste século, vieram a ser apropriadas para a apresentação da história nacional nos termos instituídos na exposição de 1881 na Biblioteca Nacional.

A escolha do documento indicado ocorre por dois aspetos. Primeiro porque é a principal consequência do evento a Exposição Nacional de História. Ele materializou o esforço de um grupo de intelectuais que organizou a maior relação de tipos documentais diferentes e que tinham como objetivo contar a história da nação desde o século XVI. O segundo aspecto é que este documento passou um período sem ser estuado, consultado e analisado pela historiografia. Sua relevância foi colocada em evidencia a partir da republicação, em cópia fac-símile, pela Editora da Universidade de Brasília (UNB), em 1981, por ocasião do centenário da publicação do Catálogo. Esta edição contou com o prefácio do historiador José Honório Rodrigues onde ele declara importância deste documento para História e a Historiografia do Brasil (RODRIGUES, 1981, pag. VII-X).

Junto ao Catálogo estão relacionadas como fontes as edições do ***Jornal do Commercio*** e da ***Gazeta de Notícias***, periódicos que cobriram a preparação, a inauguração e a realização da Exposição. Estas fontes estão disponibilizadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, assim como o ***Guia da Exposição Nacional de História,*** que foi publicado pela tipografia do jornal ***Gazeta de Notícias.*** Estas fontes foram mobilizadas em dois sentidos. Os periódicos para pensar como a imprensa da época e da cidade do Rio de Janeiro divulgou e repercutiu aquele evento para os cidadãos e quais poderiam ser as suas intenções e críticas durante a cobertura. Qual a

relação desses jornais com os letrados e com o governo imperial? O que os motivaram a realizar a cobertura tão detalhada, em especial, no dia da inauguração do evento?

O Guia, ao ter a descrição de como foi organizada e apresentada fisicamente a Exposição indica-nos a lógica e concepção historiografia do sistema ou modelo antiquário onde a peça, o documento escrito ou impresso continham a verdade do acontecimento que eles pretendiam apresentar e narrar, no prédio da Biblioteca Nacional, naquele momento, a biblioteca tinha sua sede na Rua do Passeio – no prédio onde hoje é a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após apresentação do tema, fonte e objeto de nossa pesquisa, nesta apresentação e texto pretendemos indicar que os temas e os conceitos de nação, memória e identidades individuais e coletivas vão de encontro ao objetivo de questões propostas e levantadas em nossa pesquisa, durante processo de leitura, levantamento e analise bibliográfica.

Estes temas objetivamente estavam presentes em 1881 durante a Exposição Nacional de História e depois no século XX em particular nas décadas de 1920, 1930 e 1940, onde a história do regime monárquico foi reabilitada por ocasião do Centenário da Independência e em posterior durante as políticas e estratégias de construção na identidade e nacionalidade no Brasil durante o período do Estado Novo de Vargas, estes se apresentaram no itinerário das leituras e do levantamento e analise bibliográfica.

Os textos e autores que serão a base e instrumentos utilizados para as discussões sobre estes temas serão Eric Hobsbawn e Eric Ranger[1], Benedict Anderson[2] e Anne-Marie Thiesse[3] que seus trabalhos abordaram com conceitos e compreensões diferenciados sobre os conceitos e o tema desta apresentação, mas, no progresso das leituras e cotejamento dos textos destes autores vimos neste debate na historiografia algumas similaridades e encontros conceituais.

Eric Hobsbawn, ela indica que a criação das nações é uma consequência do advento e da consolidação da I e II Revolução Industrial a partir da segunda metade século XVIII e também da disseminação do iluminismo como corrente filosófica e histórica neste processo então por esta perspectiva podemos indicar a datação deste processo de nacionalismo e consequente surgimento de nações ao fim da idade moderna e no início da idade contemporânea. Neste aspecto Eric Hobsbawn ao indicar a Revolução Industrial como um

[1] HOBSBAWN, Eric. "Introducción: la invención de la tradición". In: HOBSBAWN, Eric; RAGER, Terence (Eds). *La Invención de la Tradición*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, pp. 7-20.
[2] ANDERSON, Benedict. "Introdução"; As origens da consciência nacional"; "O anjo da história"; "Memória e esquecimento". In: *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* SP: Cia das Letras, 2008, pp. 26-34; pp. 71-83; pp. 216-225; pp. 256-280.
[3] THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: As identidades nacionais". *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, pp. 7-23, 2001/2002.

elemento propulsor deste processo ele demarca as suas concepções de historiador de formação marxista (HOBSBAWN, 2018, pag. 09-12).

Outro aspecto indicado por Eric Hobsbawn, este tem uma datação processo de construção das nações e nacionalismo vai da segunda metade do século XVIII e até a década 70 do século XIX também colocam em contestação a figura dos reis e dos regimes monárquicos absolutistas que neste processo de novo ideário de nações não comportam componentes de caráter sobrenatural, como manifestação da vontade divina para uma determina população (HOBSBAWN, 2018, pag.12-20).

Neste sentido, aqui indicamos uma contraposição e diferença que se coloca diante do texto e dos trabalhos de Benedict Andersom, para ele a questão da temporalidade das nações e dos nacionalismos em construção passa o período datado por Eric Hobsbawn e segue para além do século XIX e chega até o final do século XX (HOBSBAWN, 2018, pag. 20-24).

Em nossa compressão e durante os debates da disciplina durante as aulas foi colocado a questão das mudanças geográficas no Leste Europeu após o fim dos regimes totalitários com surgimento ou ressurgimento de países que proclamaram independentes a partir de nações criadas após a I e II Guerra Mundiais, os exemplos respectivamente da Tchecoslováquia e da Iugoslávia que se dissolveram e nações como a Eslováquia, Croácia e A Bósnia e Herzegovina.

Benedict Anderson, afirma que processo de formação das nações e das nacionalidades não podem ser datados em uma temporalidade com início, desenvolvimento e fim, porque estes processos surgem a partir de atos de cultura que são advindos das populações e devem ser analisadas a partir das suas origens históricas e levando em consideração as modificações que sofrem no progredir do tempo e que estão ligados aspectos efetivos e emocionais das populações, que anterior as estruturas dos estados.

Benedict Anderson define as nações e as nacionalidades como comunidades imaginadas onde nem todos os cidadãos tem uma percepção plena de toda a complexidade do país onde vivem, mas possuem a convicção de que são parte da nação e tem consciência desta nacionalidade (ANDERSON, 2008, pag. 216-220).

Eric Hobsbawn, também ressaltada que a concretização de uma nação e o ato de forjar sua nacionalidade e identidade nacional para a população é uma obra do Estado, a partir de interesse econômicos e políticos que visam unir através de símbolos, discursos, atos e comportamentos criar o ideal de nação nas mentalidades e sentimentos das pessoas incutir-lhes uma nacionalidade, para este sentido e objetivo foi e é importante criar, propor e “inventar as tradições”, que podem ser reconhecidas como elementos tão imemoriais quando não são.

O autor, indica os exemplos das bandeiras e hinos, de figuras como Tio Sam (nos E.U.A e na Marianne na França), também os uniformes de corporações militares que objetivamente podem não ter sentido nos tempos contemporâneos, mas evocam memórias de uma mitologia nacional.

Podemos citar o exemplo do 1º Regimento de Cavalaria do Exército Brasileiro que conhecemos como, *"Dragões da Independência"*, eles estão presentes na memória e na simbologia nacional de diversos modos mais um dos mais conhecidos é o que está presente no quadro do pintor Pedro Américo de Figueiredo do ano 1888, mas a guarda que inspirou os soldados que saúdam o Dom Pedro no ato da independência na verdade remetiam a um regimento que foi dissolvido 1832 e depois assumiu outras funções mas com indumentarias e uniforme diferenciados[4].

A partir de 1916 pela iniciativa do então deputado Gustavo Barroso que depois viria ser o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional foi feito este primeiro movimento de conectar este regimento e seus uniformes a história a identidade nacionais, apenas 1926 foi formalizado o seu uso pelos membros do Regimento e em 1936 um decreto presidencial fez este uniforme e suas indumentárias de uso exclusivo e também receberam o nome definitivo de Regimento dos Dragões da Independência (LIRA; SOUZA, 2019), com este exemplo indicamos a questão e o conceito da "tradição inventada" apresentado por Eric Hobsbawn.

Outro aspecto importante abordado a partir dos conceitos, autores que se conecta o tema de nossa pesquisa é o caráter de monumentalização da história nacional e como está chave de interpretação esteve em nossa compreensão e leitura das fontes presente na organização e realização da Exposição Nacional de História de 1881, no seu Catalogo e no seu Guia que foram pensados para evocar o passado glorioso da história do Brasil desde os tempos coloniais até o período anterior da realização da exposição, o grande feito realizado pelo Império do Brasil, sob a condução do Imperador Dom Pedro II que a vitória sobre o Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança.

A *Exposição Nacional de História e Geographia do Brazil* em 1881, teve em seus objetivos e sentidos tornar material uma pedagogia da nacionalidade a partir da história, nacional, a patrimonialização dos objetos que narram e contavam esta história, a monumentalização da história do país e nação em dois aspectos: o tamanho do catalogo que

[4] LIRA, Paola Angela Carvalho; SOUZA, Kaunna Vasconcelos de. Comunicação museológica: análise do processo de musealização do acervo do 1º Regimento de Cavalaria e Guarda - Dragões da Independência. Seminário Brasileiro de Museologia (4.: 2019 jul. 29-ago. 01: Brasília, DF). Anais. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019.

possuía 1907 páginas, com tem dois volumes e um suplemento, com 19.288 referências que, somadas às do suplemento, atingem o espantoso número de 20.337 entradas. Outro aspecto desta patrimonialização foi tornar a Biblioteca Nacional naquele momento instalada na Rua do Passeio, onde hoje é a Escola de Música da UFRJ, o local de guarda da memória histórica-bibliográfica nação e estar junto com o Museu Nacional que tinha sede próxima a Biblioteca Nacional e o IHGB, como local de produção intelectual e do conhecimento da nação.

Outro aspecto de patrimonialização do evento foi o seu modelo de organização do sentido de colocar o regime monárquico o como construtor e mantenedor na unidade, paz e estabilidade da nação a partir da pessoa do Imperador, Dom Pedro II e da Dinastia dos Bragança como já indicamos quanto ao modo de apresentação das salas da Exposição.

O catálogo é a principal fonte para a reflexão sobre como uma obra pode ser interpretada e mobilizada na construção de conhecimento historiográfico e também elemento do discurso de construção da nacionalidade. O Catálogo da Exposição pode ser compreendido na perspectiva de documento-monumento (LE GOFF, pag. 525-541, 2003).

Com está análise e leitura, partimos do catálogo como um ***"documento-monumento"***, retornemos ao dia da inauguração da exposição e da apresentação do catálogo, por Ramiz Galvão, o diretor da Biblioteca Nacional de 1870-1882. Sua inauguração aconteceu no dia do aniversário natalício do Imperador, Dom Pedro II. Ramiz Galvão afirmava: "[...] procurou-se abranger o que respeita à história do país, e dos seus habitadores em todas as manifestações da atividade humana" em outro fragmento do discurso, ele afirma a grandiosidade em dimensões para além da nação brasileira do documento produzido pela Biblioteca Nacional sobre a sua coordenação:

> Pela primeira vez na América e talvez no mundo, um grupo de trabalhadores realiza a exposição de tudo o que concerne à história pátria, oferecendo aos seus concidadãos em um só e amplo quadro copiosa fonte de ensino do que foi, e calorosa animação para o que há de vir[5].

Neste sentido podemos observar uma hipótese e dois indícios importantes da realização da Exposição de História e da produção do Catálogo neste ano de 1881. O primeiro é que a história nacional estava sendo reinventada a partir da tradição a partir das estruturas nacionais estabelecidas desde o empreendimento colonizador e principalmente a partir da independência do Brasil como uma obra da monarquia. Neste sentido era uma monumentalização desta

[5] Ramiz Galvão, discurso de inauguração da Exposição Nacional de História em 02 de dezembro de 1881.In: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=Exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Hist%C3%B3ria%201881&pagfis=4504

instituição, no momento em que o regime vinha sendo contestado, atacado e declaro como aquele que legava à nação os atrasos e injustiças.

O movimento de inaugurar uma Exposição de forma monumentalizada sobre a História do país contada a partir da ótica do regime – a monarquia estabelecida no ato de independência e que formou um Império gigantesco, consolidado após a luta contra rebeldes nas insurreições regionais que foi pacificado sob a condução do Imperador como pacificador da nação e instaurou uma nação civilizada nas Américas, como um fragmento da Europa nos trópicos – é o primeiro indício sobre a possibilidade de escolha da data da Exposição. Outro indício diz respeito ao como foi pensada, construída, organizada e montada a disposição das salas no espaço da Biblioteca Nacional.

A Exposição foi organizada em 05 salas temáticas que tinham figuras relevantes da história nacional desde a colônia. A sala principal era a *Sala Pedro II*, que apresentava História Política do Brasil destacando a imprescindível participação dos portugueses e em particular da Dinastia dos Bragança na formação do país onde a peça principal era um quadro do Imperador Dom Pedro II e também havia bustos, quadros e gravuras dos Reis de Portugal e de membros da Família Imperial.

As demais salas receberam os seguintes nomes *Sala Ayres de Casal* sobre corográfica[6] brasileira que tratava da paisagem da nação como elemento particular nossa nacionalidade em homenagem aquele que era considerado o fundador da geografia brasileira ; a *Sala Varnhagen* sobre a História Nacional que fazia memória ao primeiro que escreveu uma obra sobre a história do país, o militar, diplomata e intelectual Francisco Adolfo Varnhagen; a *Sala Silva Lisboa (o Visconde Cairú)* sobre a Economia, os Estadistas e a Administração do Império remontava ao um dos fundadores do Império e a *Sala Conceição Veloso* sobre Botânica e História Natural em memória ao frei José Mariano Conceição Veloso que redigiu inúmeras obras sobre as plantas e espécimes da flora nacional a partir de suas pesquisas.

A Exposição Nacional de História referência a Biblioteca Nacional como um espaço para além da guarda de livros e documentos, sendo um repositório da memória bibliográfica e historiográfica do país. Caracterizava-se como instituição de protagonismo no processo de produção intelectual e científica no Brasil do século XIX.

[6] Foi a especialidade da Geografia que se dedicava ao estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões, mais concretamente «estudo geográfico particular de uma região ou de um país» ou «compêndio que trata do estudo geográfico de uma região ou de um país». *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2008.

Benedict Anderson, indica no texto a perspectivas de dois historiadores do século XIX, Ernest Renan[7] e Jules Michelet[8] que discutimos durante a aula na leitura dos textos sobre atos de lembrar e esquecer e podemos associa-los ao período da início da República no Brasil, quando foi realizada uma operação de apagamento da memória e da história do Império instituições que eram ligadas objetivamente ao Imperador foram deixadas de lado e sem apoio do novo regime como por exemplo IHGB que quase fechou e realizou um movimento de adesão ao novo regime que visava num primeiro momento manter a sua existência diante dos conturbados anos iniciais de consolidação do novo regime (HRUBY, 2008), e com está atitude conseguiu passar por esta fase.

Num novo momento e movimento de lembrar e esquecer podemos citar o ressurgimento da memória da monarquia no Brasil no ano do centenário da Independência em 1922 quando alguns atos do governo federal marcaram a reabilitação da figura e da importância histórica dos imperadores Dom Pedro I como herói da Independência e Dom Pedro II como monarca filosofo, o suspensão do Decreto de Banimento da Família Imperial e o convite aos membros da Dinastia dos Bragança para as comemorações do centenário da nação e neste sentido o esposo da Princesa Isabel, o Conde D'Eu participou dos eventos. A partir deste momento a memória da monarquia no Brasil passou por um processo de reabilitação que se estende até a década de 1930.

Já no Estado Novo, Getúlio Vargas e operadores do Estado com objetivo de colocar em descredito a importância histórica e a memória da então chamada "República Velha", iniciaram um processo de consolidação monumentalização da História do Brasil Império com a criação do Museu Imperial na cidade de Petrópolis onde foi instituído o museu na antiga residência de verão do Imperador Dom Pedro II e transformação da cidade como o território da herança imperial brasileira e também aconteceu o solene ato de transladação e sepultamento dos restos mortais de D. Pedro II, da Imperatriz D. Tereza Cristina, da Princesa Isabel e do Conde D'Eu na Catedral de Petrópolis com a presença do Presidente da República e de autoridades de todo país.

Estes atos como acima já indicados tinham o objetivo de indicar de forma romântica e gloriosa a história do país no século XIX em detrimento do regime que o sucedeu foi necessário lembrar um momento histórico para esquecer outro. Neste sentido podemos considerar os conceitos dos dois autores a *"tradição inventada"*, de Eric Hobsbawn e a *"comunidade imaginada"* e até de caráter místico em alguns aspectos apresentados por Benedict Anderson.

[7] *"Que é uma nação?",* Ernest Renan.
[8] "*O povo"*, Jules MICHELET

Anne-Marie Thiesse, apresenta-nos dois movimentos ou atos para a construção da nacionalidade no século XIX, o caráter revolucionário e o caráter romântico e nessas características, o caráter de romantismo na construção da história foi o que prevaleceu o ideário e os discursos de uma nação fraterna e unida esteve presente na literatura, no teatro, na representação da natureza e dos povos do Brasil no século XIX.

Era importante forjar a nacionalidade a partir de conceito de civilização, bondade e força que se tornam mais nobres ainda a partir da coragem e do amor a terra pátria herança nos nativos brasileiros, os indígenas e da caridade humanista e fraterna a partir da herança dos portugueses que trouxeram da Europa os valores do cristianismo que se aglutinaram e deram origem uma nação de singularidade única nas Américas, esta foi uma das representações e discursos presente nas representações do Brasil por exemplo nas Exposições Universais que o país participava.

Anne-Marie Thienne, indica de como o nacionalismo tinha função pedagógica para educar as populações como parte da nação como escolha de uma língua nacional, a construção de uma galeria de heróis nacionais para incentivar incutir nas pessoas a consolidação de uma memória coletiva e para este objetivo era necessário o papel fundamental do Estado e a partir criação de um patrimônio nacional identitário que simbolizava o conceito do que é ser nacional. Neste sentido nosso tema e objeto de pesquisa estão direta e objetiva consonância com os conceitos por ela apresentados (THIENNE, 2002, pag. 7-12).

Uma hipótese e pergunta que surge em nossa pesquisa que surge é que a Exposição de História de 1881, tinha em vistas de construir e pavimentar a próxima etapa da consolidação do regime, a preparação para o III Reinado, sob a conduta da Princesa Isabel, que embora nunca se não se concretizou está seria a natural e próxima etapa da monarquia no Brasil.

Está reflexão precisa ser melhor construída e mesmo pode ser até desconsiderada no progresso e mais dedicado cotejamento de fontes e de leituras sobre os movimentos políticos que visavam manter o regimento monárquico, mas, a expressão *futuro* vai aparecer de modo enfático no discurso da inauguração do evento pelo o intelectual que o organizou o então diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão em 02 de dezembro de 1881 (data do aniversário natalício do imperador): *"A Exposição de História do Brasil é, portanto, (...) uma ressurreição do passado e uma previsão do futuro"*[9].

[9] RAMIZ GALVÃO. B. F. Apresentação do Catálogo da Exposição de História do Brasil. In: BRASIL, Biblioteca Nacional. *Catalogo da Exposição de História do Brasil.* (1ºEdição Biblioteca Nacional, 1881); "Exposição de História do Brasil". Jornal do Commercio, 03 de dezembro de 1881.

Esta data seguia uma tradição de inaugurar eventos de caráter educativo, cientifico e de grande relevância para a nação no aniversário do Imperador para com o objetivo de manter a ligação intrínseca entre o Império do Brasil, o chefe do regime e a nacionalidade do país.

Este *futuro*, a qual se referia o intelectual, historiador e bibliotecário Ramiz Galvão exortava aos seus ouvintes entre o próprio Dom Pedro II, membros da Família Imperial, estadistas, políticos do Império, membros do corpo diplomático, autoridades e a intelectualidade da corte imperial, comtemplar o passado nação com objetivo de construir um futuro de grandeza a partir do regime monárquico e de suas gloriosas heranças. A exposição teve o tempo de duração de 1 mês e se encerrou em 02 de janeiro de 1882 e com a participação de um publico de mais de 7000 visitantes.

Nossa pesquisa tem como proposta também cooperar na produção de estudos sobre o tema da Exposição de História do Brasil em 1881 que pode se expandir mais no campo da produção historiográfica e acadêmica, para tornar conhecida este tema e aumentar as produções como nos indica uma das pesquisadoras sobre a Exposição de História de 1881 e o seu organizador Ramiz Galvão (CALDEIRA, 2017, pg.243-245), e ela mesma cita esta pouca, mas relevante preciosa produção sobre o tema:

> (...) poucos também foram os historiadores que se debruçaram sobre essa iniciativa editorial. Além da introdução escrita por José Honório Rodrigues e do artigo de Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, duas importantes análises foram feitas por Eliana Dutra e Maria Inês Turazzi (CALDEIRA, 2017).

É importante ressaltar que já foi produzida uma monografia[10] e dissertação de Mestrado[11] sobre o tema da Exposição Nacional de História de 1881, ambos os trabalhos, são de autoria de Maria Eliza de Souza Gomes Amadeo, em que ela realiza um trabalho a partir da documentação para identificar os indícios de como o Brasil foi documentado em séculos de história e apresentado no catálogo.

Nosso objetivo com essa pesquisa é indicar que a realização da Exposição Nacional de História e confecção do catálogo neste período, década de 1880, realiza um esforço a partir da compreensão da parte dos letrados e intelectuais para recontar, rememorar e reinventar a História Nacional a partir da monumentalização desta História. Uma História construída a partir do empreendimento colonizador e da instituição Monarquia com o objetivo de demonstrar a sua

[10] AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. **O Catálogo da Exposição Nacional de História (1881): Documentando a Nação.** Rio de Janeiro, UERJ, Departamento de História. Monografia de Bacharelado, 2003, p.32.

[11] AMADEO, Maria Eliza de Souza Gomes. **O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação.** 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

eficácia e importância para a nação e nacionalidade brasileira, já num momento de desgaste e constatação do regime.

Em conclusão, todo o curso em particular os textos debates da unidade I do Curso foram essenciais para avançar em novas perspectivas, perguntas e questões sobre o projeto, a pesquisa e a hipóteses a serem levantadas no momento em que o caminho da produção deste segue em direção a produção de material para Qualificação no próximo semestre.

Referências

AMADEO, Maria Eliza *O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881): documentando a nação.* 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____ AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. *O Catálogo da Exposição de História do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-34, 2000.

ANDERSON, Benedict. "Introdução"; As origens da consciência nacional"; "O anjo da história"; "Memória e esquecimento". In: *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* SP: Cia das Letras, 2008, pp. 26-34; pp. 71-83; pp. 216-225; pp. 256-280.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. ***O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional***. 2015. Tese de Doutorado. (em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ.

HOBSBAWN, Eric. "Introducción: la invención de la tradición". In: HOBSBAWN, Eric; RAGER, Terence (Eds). *La Invención de la Tradición*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, pp. 7-20.

HRUBY, Hugo. *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos.* Anais do IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. *História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP*, p. 525-541, 2003.

LIRA, Paola Angela Carvalho; SOUZA, Kaunna Vasconcelos de. *Comunicação museológica: análise do processo de musealização do acervo do 1º Regimento de Cavalaria e Guarda - Dragões da Independência.* Seminário Brasileiro de Museologia (4.: 2019 jul. 29-ago. 01: Brasília, DF). Anais. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019., 2019.

RODRIGUES, José Honório. *Catálogo da exposição de história do Brasil.* Editora Universidade de Brasília, 1981.
THIESSE, Anne-Marie. *"Ficções criadoras: As identidades nacionais". Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, pp. 7-23, 2001/2002.

A presença do passado em Duque de Caxias: memórias saudosistas e a cultura histórica dos trabalhadores da cidade

Leandro Rosetti de Almeida
Doutorando em História Social - PPGHS – UERJ
Bolsista FAPERJ

> Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde elas desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (...)" (Foucault)

O trabalho aqui proposto, cujo caminho é inspirado no conceito de genealogia de Foucault, tem suas raízes bastante firmadas em outro conceito – cultura histórica – e suas respectivas dimensões: cognitiva, política e estética. Particularmente ao que nos interessa em relação a esta última, a dimensão estética – que é a dimensão imaginativa, das emoções, daquilo que está na ordem do sensível em relação ao passado que se tem registrado e (re) construído na memória – as narrativas que se dão em relação ao passado do município de Duque de Caxias são, na voz dos trabalhadores e trabalhadores daquela cidade, absolutamente atravessadas pelo imaginário político ali desenvolvido. Evoco esta discussão no contexto do debate sobre os diálogos entre a memória e a história. E aqui, especialmente, a presença do presente na construção do passado daquele município, assim como a presença do passado na concepção do presente dos moradores locais, são peças-chave para a leitura das narrativas que se dão naquela cidade por aqueles sujeitos supracitados.

A pesquisa que se volta para a realidade local de Duque de Caxias é fruto das reflexões que emergiram a partir da observação dos conflitos vivenciados, em escala mais ampla, quando das disputas de narrativas sobre aquele passado que se quer doloroso ou sensível – a ditadura. Somam-se a esse quadro de disputa os casos em que setores da população brasileira não apenas desdenhavam da importância histórica de a ditadura ter dado seus últimos suspiros no curso dos anos 1980, como propunham mesmo que a democracia atual se vestisse e/ou se revestisse de um tal senso de ordenamento e de justiça (ou de vingança) próprio daqueles anos de chumbo, um quadro curioso cujo estudo pode ser enriquecido se alinhado ao que Jacques Rancière chamou de paradoxo democrático.

Este paradoxo é onde se inscrevem as marcas de um presente incendiário, e ele mesmo se constitui como uma importante ferramenta de análise dos discursos políticos e das disputas de narrativas sobre a política e sua memória. Partindo deste presente incendiário, esta pesquisa

se volta para o passado de Duque de Caxias, no sentido de mergulhar no universo de subjetivação dos moradores da cidade, pensando como esses sujeitos se constituíram e se relacionaram com a cultura histórica do município, e de investigar que papel essa relação entre a formação dos sujeitos e a cidade desempenha na forja da memória sobre o passado – notadamente a ditadura – assunto urgente e necessário em tempos em que a memória, sob diferentes aspectos, é colocada em xeque ou à prova, na compreensão da história e dos sentidos que ela assume nos dias de hoje.

Escolhi um excerto de Michel Foucault como abertura desta apresentação porque me sinto contemplado nele quando percorro caminho que me levou das flamas daquele presente incendiário à pesquisa da memória da ditadura na cidade de Duque de Caxias. A abordagem genealógica do filósofo francês, à medida que se propõe a restaurar o histórico das relações de poder, me impulsiona e instiga a efetivamente produzir uma pesquisa histórica. A compreensão, dentro da perspectiva genealógica foucaultiana, das origens deste presente, assume um significado não apenas diferente, mas oposto à ideia das fundações originais, dos marcos fundadores que atestam com certezas fixas o ponto inicial do mundo tal como ele é. Esses marcos fundadores que congelam as contingências, que eliminam os processos, que ignoram as rupturas e essencializam os agentes políticos por meio de uma continuidade sem fim de suas identidades, acabam por transformar sujeitos históricos em sujeitos essenciais, estereotipados com rótulos limitadores e incompletos.

Por isso, não vejo outra forma de pensar a população de Duque de Caxias hoje senão pela ruptura desses rótulos. Pra mim, urge pensar na memória que esta população herda e professa em relação à ditadura. Não porque ela seja capaz de explicar o meu presente incendiário como um todo – e nem tenho (mais) tal ambição – mas porque, de alguma forma, esse presente se construiu tecendo relações com aquilo que se lembra e com o que se esquece da ditadura naquele município.

Duque de Caxias: algumas considerações sobre o Município

O município de Duque de Caxias está localizado na Baixada Fluminense, o primeiro com o qual a cidade do Rio de Janeiro estabelece limite, partindo do centro da capital carioca. Aliás, foi a proximidade com o Rio de Janeiro que imputou ao município de Caxias a alcunha de *cidade-dormitóri*o. O título parece amparar-se no fato de que os trabalhadores duquecaxienses se deslocariam para a capital fluminense para seus ofícios e retornariam para suas residências para o descanso. Do mesmo modo que alcunha acima sinalizada é promotora

de rótulos limitadores, especialmente porque configura à cidade um perfil dependente e submisso à estrutura da capital fluminense, também é limitador pensar a sociedade duquecaxiense e suas dinâmicas políticas atuais à luz do que é experimentado na cidade do Rio de Janeiro. Isso vale especialmente para a onda conservadora que motivou o presente estudo e que está diretamente ligada às eleições presidenciais de 2018. O que se quer dizer é que, nem no tempo presente – quando as escolhas políticas dos duquecaxienses não refletiram, necessariamente, as aspirações da capital fluminense – nem em um passado um tanto mais longínquo (refiro-me aos tempos da ditadura), as leituras sobre a população daquele município devem se limitar aos estereótipos da sociedade civil que apoiou ou rechaçou os governos ditatoriais. Porque, é preciso dizer, grande parte desses estereótipos está fundado no protagonismo dos eventos que se dão/deram no seio da capital, Rio de Janeiro, e seus agentes políticos mais notáveis (no caso do estado fluminense, obviamente). São estes os personagens que ganham os livros didáticos e se tornam famosos nos muitos meios impressos, televisivos e cinematográficos. A questão que se impõe é: as aspirações dos duquecaxienses no contexto dos anos 1960, 70 e 80 refletem os principais anseios, expectativas e percepções daqueles agentes políticos que se tornaram famosos nos livros didáticos, tevê, cinema e teatro?

As condições socioeconômicas de Duque de Caxias – anos 1960 e 1970

Para ajudar a responder à questão acima, pretendo evocar algumas breves questões de ordem socioeconômica para buscar compreender a experiência de cidade vivida pelos moradores de Duque de Caxias entre os anos 1960 e 1970.

A primeira delas, muito bem elucidadas por Pierre Costa (2009) tem a ver com as condições de moradia e habitação que, à luz da história do município de Duque de Caxias, são dimensões diretamente relacionadas às políticas de loteamento que caracterizaram as cidades atingidas diretamente pelo nacional desenvolvimentismo. Foi na década de 1950 que o município atingiu o auge da aprovação de loteamentos em seu território, motivados por transformações na cidade nas décadas anteriores, como quando da instalação da Fábrica Nacional de Motores nos anos 1940 e a abertura da Rodovia Rio-Petrópolis, na década de 1920. As décadas seguintes – precisamente as que nos interessam – são seguidas por um decréscimo progressivo na aprovação de loteamentos. Segundo Costa (2009), a década de 1970 reduziu a menos da metade os loteamentos aprovados na década anterior. O resultado foi duplo: a diminuição da oferta e do tamanho dos terrenos oferecidos e o encarecimento de seu preço de mercado. A rede de transporte não acompanhou a explosão demográfica, de forma que morar

em Caxias durante os anos 1960 e 70, para grande parte de sua população, era equilibrar-se entre uma moradia cada vez mais encarecida e espremida por entre lotes cada vez menores, e um deslocamento ineficiente cujos custos podiam chegar a consumir até um quarto da renda do trabalhador.

A segunda questão que trago à reflexão é, em certo sentido, derivada da primeira. Trata-se do crescimento demográfico[1] da cidade. De acordo com Pierre Costa (2009), em 1960, a cidade que contava com pouco mais de 92 mil habitantes no decênio anterior, ultrapassa a marca dos 240 mil. O número quase dobra em 1970, chegando a mais de 430 mil. Foi precisamente nesta década que o município viveu um processo de urbanização sem precedentes em sua história. De forma acelerada e não planejada, a população duquecaxiense se urbanizou. Em 1960, a população urbana do município chegava aos 72,1% da população total. Mas em 1970, esse número despontou para avassaladores 93,8%. As condições básicas de vida também melhoraram em termos absolutos, mas nem de longe os números são satisfatórios. Nos anos 1960 nem mesmo uma rede geral de esgoto havia em Caxias, e apenas 20% de sua população, aproximadamente, teria, no ano de 1970, um destino mais ou menos "adequado" para seus dejetos[2]. Se somarmos os números da demografia do município às precárias condições nas quais sua população vivia nas décadas de 1960 e 70, teremos uma forte combinação de fatores que ajudam a explicar o crescimento da violência urbana e o aumento da insegurança no município.

Evoco também o conceito de "cultura histórica" para tentar compreender o contexto onde se inserem as experiências dos trabalhadores de Duque de Caxias nos anos 1960, 70 e 80. Segundo Rüsen (2010), a cultura histórica é "o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática", ou seja, "o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência no tempo, determinantes da consciência histórica humana" (p.121). A visão que uma determinada sociedade, de quaisquer tempos ou espaços, possui sobre seu próprio passado, é resultado de fatores muito diversos, os quais produzem um conjunto igualmente variado de imagens, idealizações, projeções e conclusões a respeito do tempo que passou e que também atuam de forma dinâmica para dar sentido ao tempo em que se está, o presente. Cada grupo, sociedade, povo, constrói seu olhar para o passado a partir daquele emaranhado de fatores de origens diversificadas. É ao produto desse conjunto imbricado de

1 IBGE – Censos Demográficos do IBGE – 1940, 1950, 1970.

2 Justificam-se as aspas: as instalações a que se referem o percentual são de fossas sépticas, que totalizam 20.831 em 1970, para uma população geral de 89.482 habitantes.

forças construtivas do passado e orientadoras do presente que Rüsen (2010) chama de cultura histórica.

Ao evocar o conceito de cultura histórica, evoco também cada uma das dimensões atreladas a este conceito – a dimensão cognitiva, a dimensão política e a dimensão estética – e, consequentemente, as respectivas disputas a elas relacionadas. Cada uma delas comunica de uma forma o passado que se quer, e dependendo de como essa comunicação se instala e enraíza na comunidade, a memória se encarrega de agir no intuito de atribuir sentido ao passado no tempo presente, ora recorrendo à dimensão do poder e das ideias políticas, ora se amparando no universo do sensível e do estético.

Pensar as relações entre cultura histórica e memória em Duque de Caxias traz algumas possibilidades e dúvidas, principalmente porque temos como foco o período da ditadura – regime que pública e notadamente é explicado nos mais diversos meios a partir de recursos estéticos (filmes, novelas, livros etc.) e políticos (partidos políticos, prisões, censura, tortura etc.). Como entender como esses recursos se constroem no caso do município de Duque de Caxias?

Os trabalhadores da cidade

Parte da busca das respostas consiste em ouvir esse segmento da população. Para tanto, trago aqui trechos de entrevistas [3]realizadas com trabalhadores e trabalhadoras da cidade, personagens anônimos que se afastam dos arquétipos dos personagens que atuaram diretamente na defesa ou na resistência à ditadura militar. São essas as figuras que me interessam: as pessoas comuns, com características comuns, não contempladas nos livros de história, não destacadas em qualquer currículo escolar ou na maioria das obras historiográficas que versam sobre a ditadura.

Essas são as pessoas que me interessam porque foram elas que geraram os índices que me assustaram em 2018, são elas as figuras que ainda vivem na cidade, são moradores e moradoras do município de longa data, e a memória que as construiu tem muito a dizer sobre as atitudes e posicionamentos que elas tomam no tempo presente. O oposto também é verdadeiro. A experiência que nutrem no presente também constrói o imaginário que possuem sobre o passado. A memória se forja no presente, inclusive a memória sobre a ditadura.

Essas pessoas pertencem a um perfil. Possuem pelo menos 51 anos em 2021; estavam efetivamente no mercado de trabalho (formal ou informal) entre 1964 e 1985; e ainda residem

[3] Nesta comunicação específica, trago trechos de *uma* entrevista em especial, cujo pseudônimo fora doravante anunciado: João da Silva, nome fictício de um ex-militar do Exército residente na cidade.

na cidade. O recorte deste público-alvo para este trabalho tem foco em profissionais que ocuparam o nicho dos setores industrial e de serviços, que eram os ramos profissionais que, segundo o IBGE, mais representariam os trabalhadores do município nos anos 1960 e 70.

Entretanto, para esta comunicação selecionei as falas de um entrevistado que foge, em certa medida, a este perfil, porque se trata de um ex-militar. A escolha se deu pela particularidade de concebermos também as aspirações militares como parte da cultura histórica do mundo do trabalho de Duque de Caxias. Ainda hoje é muito comum que a carreira militar seja vista como estratégia de ascensão social e/ou estabilidade profissional. Existe um lastro significativo de jovens que, buscando "melhorar de vida", recorrem a concursos ou outros meios de acesso à carreira militar em Duque de Caxias. O entrevistado a seguir pertence a este lastro. Aqui, o nome verdadeiro de nosso personagem não será revelado. Ele será conhecido por João da Silva, pseudônimo a ele atribuído no curso da redação deste texto.

Aproximações e distanciamentos entre Memória e História em João da Silva

O debate sobre as relações entre memória e história data de longas décadas e não estou inaugurando nenhuma novidade com estes escritos. A proposta é trazer inquietudes a partir das memórias de João da Silva, percebendo como sua voz, sua experiência, seus pontos de vista, e todo o arcabouço narrativo que performa sua memória, aproximam-se e distanciam-se da história. Fazer este exercício pode ser um caminho interessante para se pensar os impactos da ditadura na população trabalhadora de Duque de Caxias. A seguir, veremos alguns trechos da entrevista com João e destacaremos as aproximações e os distanciamentos entre história e memória.

> Bem, o Dia D da Ditadura foi o dia 30 de agosto de 64. Nesse dia, o general do exército mandou o povo saquear todos os mercados, padaria, bar, porque foi daí que começou a ditadura. Foi aí a hora que eles entraram pra dominar. Nesse dia aí que mandaram saquear tudo, eu tinha 16 anos na época, eu subi pro morro, e fiquei vendo o pessoal roubar todo mundo. Saquearam tudo: padaria, mercado, açougue... aí daí pra frente começou as atrocidades contra comunistas, que na época tinha José Carlos Prestes, um bocado de comunistas, entendeu? Tinha o Caetano Veloso [...], entendeu? Os artistas, muitos artistas entravam no bolo já, entendeu? E eles foram obrigados a fugir do país. Se ficassem, poderiam morrer.

Aqui os distanciamentos se destacam mais que as aproximações, afinal o golpe de 1964 não ocorreu em agosto, mas em 1º de abril daquele ano, segundo os historiadores, ou em 31 de março, segundo uma certa tradição militar, sob o registro de "revolução". Mas as aproximações com a história revelam mais do que a obviedade do equívoco cronológico; uma onda de saques de estabelecimentos comerciais marcou a memória da população de Duque de Caxias. Esses saques aconteceram em 1962 e ficaram conhecidos como o "Quebra-quebra". Os saques de

1962 marcaram profundamente a população de Duque de Caxias em um contexto de desabastecimento e de greves nos meios de transporte. Alimentos começaram a ser estocados nos armazéns e lojas e, de alguma forma, a população tomou ciência do ocorrido. Não tardou para que uma loja após outra começasse a ser invadida e alimentos retirados dali sobre os ombros de multidões de trabalhadores. Os saques não se restringiram a Caxias, mas se alastraram para outras cidades da Baixada Fluminense e pela Zona Norte do Rio de Janeiro. Foram contidos com o suporte do Batalhão de Deodoro, que interveio com bastante violência para cessar o quebra-quebra.

É curioso pensar os caminhos tortuosos da memória, afinal, para uma parte considerável da população trabalhadora duquecaxiense, os saques de 1962 e a ditadura militar são uma coisa só, mal importando que esta última tenha se iniciado somente dois anos após o episódio do quebra-quebra. Daí, é possível que a presença do Exército na contenção dos rebeldes possa ter influenciado na associação direta que muitas pessoas costumam fazer entre ditadura militar e o famoso quebra-quebra. Assim, se os equívocos cronológicos de alguma forma destituem a fala de João da Silva do estatuto da história, por outro lado, suas lembranças revelam a importância real e significativa que um fato histórico teve em nível local. É possível arriscar que, para aquelas pessoas, os saques de 1962 eram mais importantes do que, por exemplo, o sequestro do embaixador americano ou as passeatas estudantis dos universitários contra o regime dos generais.

Ainda sobre este trecho da entrevista de João da Silva, cabe destacar que sua memória "erra" os dados históricos relativos a Prestes, que não se chamava José Carlos, mas Luiz Carlos. Mas, por outro lado, sublinha com afinco a perseguição dos militares aos comunistas. Nesse sentido, suas memórias corroboram com as evidências de que a perseguição aos comunistas eram parte da estratégia dos militares no contexto do golpe de 1964. Segundo Leneide Duarte-Plon (2016), as ideias francesas teriam chegado às terras brasileiras no final da década de 1950, passando a ter a adesão dos militares logo em seguida, e servindo de pólvora para a bomba política que estourou em 1964, isto é, o golpe. A pólvora consiste, neste caso, na crença na existência de um inimigo interno a ser combatido. A influência dos Estados Unidos costuma estar mais associada à história da ditadura brasileira, mas é importante ressaltar que a doutrina francesa marcou não apenas a ditadura do Brasil, mas diversos outros regimes autocráticos na América Latina[4]. Ela fundamentou a tese do inimigo interno e foi o esqueleto da Doutrina de

[4] Se se trata da mesma pessoa, o Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo afirma que "O governo Médici enviou ao Chile uma equipe de militares e policiais brasileiros, para interrogar – segundo o depoimento de vários sobreviventes, sob tortura – seus compatriotas detidos no Estádio Nacional. O Despacho-Telegráfico no

Segurança Nacional. O inimigo interno, um tanto abstrato, ganhava concretude na pele de comunistas, intelectuais, operários, líderes sindicais, estudantes, artistas etc. Todas essas pessoas poderiam encarnar o abstrato inimigo interno. Ao unir na mesma sentença "comunistas" e "artistas", a narrativa de João da Silva traz luz à história da ditadura no Brasil, permitindo refletir sobre as correntes ideológicas que fundamentaram e/ou influenciaram o curso político na década de 1960 e sua continuidade nas seguintes.

> Eu era militar na época. Eu tinha que acompanhar a ordem do comando, né? Apesar de ser soldado, a gente era comandado pelo Comando Geral. Que era o general, na época. Se não me engano, o General de Exército João Dutra de Castilho5. E o meu comandante era Walter Mesquita de Cerqueira6. Entendeu? Que era primo desse Cerqueira que trabalhava até pouco tempo... general que era... chefe da segurança, do secretário de segurança7. Tenório Cerqueira, já ouviu falar? Eles eram primos. A família toda era militar.

Comecemos pelos distanciamentos entre memória e história. Júlio Dutra de Castilho não era da alta cúpula do Exército. Teve alguma contribuição importante, por exemplo, comunicando ao governador Miguel Arraes, de Pernambuco, a deposição de João Goulart e sugerindo a renúncia do governador. Nesta época, ele atuava pelo 14º Regimento de Infantaria. Mas não era da alta cúpula. O outro nome citado, "Walter Mesquita de Cerqueira", possivelmente se trata do Tenente-Coronel Walter Mesquita de Siqueira, Oficial do Estado Maior. Esteve diretamente ligado à influência das ideias francesas que inspirariam o golpe de 1964, conforme defendido por Leneide Duarte-Plon (DAGUERRE, 2020). Walter Mesquita de Siqueira foi um dos três oficiais encaminhados a Buenos Aires para se formarem na nova doutrina, entre outubro e dezembro de 1961. Tratava-se do Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária. As ideias de Siqueira podem ser mais bem examinadas em artigo publicado pelo próprio em 1965, "Havia Perigo?" onde justifica, com bases nos inimigos internos, a "contrarrevolução" dada no ano anterior. Siqueira parece ter tido um papel mais robusto e importante durante a ditadura, envolvendo-se em diversas questões ligadas às relações exteriores do Brasil.

460, de 16 de outubro de 1973, expedido para a Embaixada do Brasil em Santiago, registra a presença de agentes brasileiros no Estádio Nacional, acompanhados pelo sargento Deoclécio Paulo, auxiliar do coronel Walter Mesquita de Siqueira, adido do Exército e da Aeronáutica." (Tomo I – Parte I – Cadeias de Comando: A Formação da Estrutura Nacional de Repressão Política, pág. 193-194). O mesmo Walter Mesquita de Siqueira teria solicitado ao Chile autorização de sobrevoo e pouso para um avião C-91 (AVRO) da FAB que aterrissou no dia 15 de outubro do aeroporto de Cerillos trazendo passageiros de São Paulo, para onde regressariam no dia 21.Ver: Comissão Nacional da Verdade – Relatório – Volume 1 – Dezembro de 2014.

Mais uma vez as memórias de João da Silva revelam, a partir da experiência local, nesgas de historicidade que ajudam a entender o lugar que aquela população ocupava no contexto político da ditadura militar. Seu relato simples, modesto, permite avançar nos elos com a historiografia e com a verdade enquanto paradigma ético a ser buscado no campo da ciência histórica. Por exemplo, quando menciona Júlio Dutra de Castilho. Trata-se de alguém que comandava o 1º Exército e a Vila Militar. Junto com o General Syzeno Sarmento, foi Castilho quem deu a ordem de prisão a Gilberto Gil e Caetano Veloso (artista que o entrevistado cita algumas vezes, inclusive na fala anterior transcrita neste trabalho), segundo a Folha de São Paulo. Castilho é um dos dois autores da decisão que levou Caetano e Gil à prisão. Em artigo de Marcio Cesar Carvalho (1997), afirma-se que os referidos artistas "não tinham importância" e que "a ordem de prisão de Caetano e Gil não partiu da cúpula do Ministério do Exército. Foi uma decisão do 1º Exército e da Vila Militar, comandados à época pelos generais Syzeno Sarmento e João Dutra de Castilho".

Considerações finais

É possível que a inspiração no conceito de genealogia de Foucault não tenha sido suficientemente explicado e/ou explorado, a despeito de marcar a epígrafe que abre este trabalho. Então, talvez seja pertinente finalizar refletindo justamente sobre ele, enquanto conceito que nos provoca a refletir sobre a gênese daquilo que é. Das coisas como hoje são: convicções, ideias, conceitos, decisões, escolhas políticas etc. Seria pretensioso e ingênuo demais esperar de um trabalho tão modesto a explicação para uma realidade tão complexa como a que se apresenta hoje no Brasil dos primeiros decênios do século XXI.

Mas entendo que este trabalho não tem este intuito. Mas ele cumpre justamente uma outra função, já anunciada na epígrafe: a de investigar os sentimentos, as emoções, as sensibilidades construídas e evidenciadas pelas narrativas de um público muito específico – neste caso, trabalhadores de Duque de Caxias. Defendo, como o conceito de Foucault, que os acontecimentos não se constroem linearmente, como um trilho incorrupto e contínuo, do passado em direção ao presente.

A entrevista de João da Silva revela os sentimentos de um trabalhador limitado e circunscrito ao baixo escalão do Exército. Revela as aspirações e limites de um jovem militar, mas também a experiência e a maturidade de um ex-militar já envelhecido. Em sua fala encontramos conexões com ideias que se propagam avassaladoramente no presente, e que, para o espanto de muitos, nunca estiveram sepultadas – como a gênese do combate de um inimigo interno, por exemplo. A memória do personagem se cruza com a historiografia da ditadura, suas

memórias interceptam fatos relacionados àquele regime, ora aproximando-se, ora distanciando-se dos fatos conforme concebidos pelo conhecimento histórico acadêmico.

Estas intercessões também ajudam a refletir sobre a cultura histórica do município de Duque de Caxias, ou melhor, das pessoas que compõem a classe trabalhadora daquela cidade. Desses cruzamentos curiosos, emergem ricas possibilidades, como a de pensar o impacto dos saques de 1962 para a memória da cidade, bem como o papel dos militares na construção da perspectiva de construção de carreira dos jovens hoje. Toda essa rede de experiências que pertencem ao campo do sensível, que atravessam o estético e que, inevitavelmente, passam pelo âmbito político, torna-se peça valiosa na compreensão do quebra-cabeças do tempo presente. Não através de uma curva lenta de uma evolução, como bem lembra Foucault, senão através daqueles sentidos outros que são costumeiramente considerados como não possuindo história. Esta comunicação é tão somente uma fagulha de um trabalho que tem buscado visibilizar esta operação de sentido.

Referências

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. O Município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964 -1985. 2008, 183f, Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ PPGHIS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2008.

CARVALHAL, Juliana Pinto. “Maurice Halbwachs e a questão da memória”. In: Revista Espaço Acadêmico (edição virtual). Nº56, jan/2006: http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm. Acesso em: 28 de julho de 2016.

CARVALHO, Mario Cesar. A hidra não ouvia rock. Folha de São Paulo, 02 nov.1997. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/02/mais!/15.html. Acesso em 20 de outubro de 2021.

CERRI, L. F. Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 59-81, jan./abr., 2011.

COSTA, Pierre Alves. Duque de Caxias (RJ) – de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. 2009, 339f, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2009.

DAGUERRE, Rafael. A doutrina da tortura e da morte: a polícia militar pode ser considerada parte da classe trabalhadora? Publicado em: 20 mai 2020. Disponível em: https://dmjracial.com/2020/05/20/a-doutrina-da-tortura-e-da-morte-a-policia-militar-pode-ser-considerada-parte-da-classe-trabalhadora/. Acesso em 20 out 2021.

DUARTE-PLON, Leneide. A tortura como arma de guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GAGO, Marília. Concepções de passado como expressão de consciência histórica. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.1, pp.127-136, Jan/Jun 2007

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. Almanack. Guarulhos, n.08, pp.44-53, 2 sem. 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Editora Contraponto/Editora PUC Rio. 2006.

MESQUITA DE SIQUEIRA, W. (2020). Havia perigo?. A Defesa Nacional, 51(602). Recuperado de http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4916

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2010.

_____. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2010.

_____. ¿Qué es la cultura historica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, 1994. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher.

SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. Cultura historica [2009]. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf >. Acesso em 7 out 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

STONE. Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

A política na zona rural do município do Rio de Janeiro: o surgimento do grupo "Triângulo", na virada do século XIX para o XX.

Wallace Alves dos Santos
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

Esse artigo busca analisar a formação grupo "Triângulo" na virada do século XIX para o XX, observando o campo político carioca que possibilitou o surgimento e fortalecimento do grupo. Desatacando a força eleitoral da região, o controle sobre o Matadouro de Santa Cruz e o clinicanismo como elo entre os políticos da região do *Triângulo* e seus habitantes.

O texto faz parte do capítulo um da dissertação que está em desenvolvimento e caminha para sua conclusão, e será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objeto de pesquisa a influência política de Júlio Cesário de Melo no *Triângulo Carioca*, que compreende, atualmente, os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Sendo assim, aqui será apresentado a formação do grupo "Triângulo" e a influência política de suas lideranças dentro do campo político carioca.

O *Triângulo Carioca: a* população do *Triângulo Carioca*

A cidade do Rio de Janeiro era composta por vinte e cinco distritos (moldes estabelecidos pelo decreto nº 434, de junho de 1903) que se dividiam em duas áreas regionais, a partir do Recenseamento de 20 de setembro de 1906, cidade e subúrbio. A cidade compreendia os distritos urbanos e o subúrbio, compreendia os distritos fora dos limites da cidade. Era no subúrbio, divisão que compreendia os distritos chamados de rurais, como Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, que surge uma das grandes forças articuladoras na vida política do município do Rio de Janeiro na Primeira República.

A região de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, a partir dos dados do Recenseamento de 1906, tinha 64.556 habitantes, onde 19.300 sabiam ler e 45.255 não sabiam ler, tendo uma atividade econômica baseada no setor rural e sua principal indústria o Matadouro de Santa Cruz. Os gráficos a seguir mostram a divisão de habitantes e grau de instrução detalhados da população desses distritos.

Gráfico 07: População dos distritos de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba (Recenseados em 1906)[1].

Distritos	População Recenseada em 1906
Campo Grande	31.248
Santa Cruz	17.928
Guaratiba	15.380
População Total	**64.556**

Sendo o distrito de Campo Grande o mais habitado, de acordo com os dados fornecidos pelo Recenseamento de 1906, na cidade do Rio de Janeiro. Sendo a população do Rio de Janeiro de 811.443 habitantes.

Com relação ao grau de instrução, as regiões apresentavam disparidades entre homens e mulheres, tendo os primeiros com maior grau de instrução em comparação com as mulheres, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 08: População por sexo, idade e grau de instrução dos distritos de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba (Recenseados em 1906)[2]

Distritos	Maiores de 15 anos								
	Sabem Ler			Não sabem ler			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Campo Grande	5.126	2.475	7.601	4.893	5.680	10.573	10.019	8.155	18.174
Guaratiba	2.491	1.658	4.149	2.479	3.425	5.905	4.970	5.084	10.054
Santa Cruz	2.318	1.036	3.354	3.877	3.207	7.884	6.195	4.243	10.438

Conforme os dados do Recenseamento de 1906, os habitantes da população de Campo Grande tinham um maior grau de instrução do que Santa Cruz e Guaratiba, tanto os menores de 15 anos, quanto aos maiores do que essa idade. A proporção de analfabetismo nessas circunscrições era bastante alta, olhando os gráficos populacionais e o número de alfabetizados e analfabetos, as regiões tinham, mais ou menos, 70% de analfabetismo.

A formação do "Grupo Triângulo" e suas lideranças

O papel estratégico desse grupo na composição de instituições políticas cariocas, possibilitou a criação de um dos maiores redutos eleitorais do Distrito Federal na Primeira

[1] República dos Estados Unidos do Brazil. Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Officina de Estatistica, 1907.
[2] República dos Estados Unidos do Brazil. Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Officina de Estatistica, 1907.

República. De acordo com Freire[3], a força política no *Sertão Carioca*[4] surge, sobretudo, dos políticos advindos Partido Republicano Federalista[5] (PRF) liderado por Francisco Glicério. Destaca-se aqui as lideranças de perfil local, sobretudo, o grupo que ficou conhecido pela imprensa como "triângulo", sendo formado por intendentes de três freguesias rurais carioca, são eles: o médico Augusto de Vasconcelos[6] (Campo Grande), Felipe Cardoso (Santa Cruz)[7] e Raul Barroso[8] (Guaratiba).

A formação original do grupo "triângulo" era Vasconcelos, Barroso e Cardoso Pires, três médicos com enorme clientela em suas respectivas freguesias. Todos os três possuíam cargos públicos durante o Império. Augusto de Vasconcelos e Raul Barroso foram delegados de higiene, não diferentes de outros políticos, provavelmente, utilizaram-se de suas atividades profissionais como agentes públicos municipais de saúde para fortalecer suas bases políticas em diferentes localidades de suas freguesias. Já Felipe Cardoso Pires, exerceu durante parte do ano 1880, o cargo político de diretor do Matadouro de Santa Cruz, principal agência da municipalidade nas áreas rurais cariocas. O cargo de chefia do Matadouro Municipal tinha caráter estratégico, vide a questão do abastecimento de carnes verdes[9] no Rio de Janeiro e no Brasil. Em meio a todas essas questões de abastecimento de carnes verdes e a visibilidade assegurada pela chefia do matadouro, como o poder da assinatura de contratos com as firmas

[3] Freire, 2000.
[4] A expressão *Sertão Carioca* ficou consagrada a partir de Magalhães Corrêa, no seu livro *O Sertão Carioca*, de 1936. Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A expressão foi utilizada para caracterizar as freguesias a partir de Irajá até Santa Cruz, como pertencentes das zonas distantes do centro urbano e, por consequência, uma zona rural.
[5] Sobre o Partido Republicano Federalista, ver Veneu (1987:45-72)
[6] Augusto de Vasconcelos foi um médico e político nascido em Campo Grande, em 05 de abriu de 1853. Durante sua vida política, Vasconcelos foi intendente, deputado e senador, sendo o principal expoente político do Triângulo Carioca durante seus mandatos legislativos. Por tem sua origem ligada a zona rural da cidade, era constantemente chamado pela oposição, seja políticos ou imprensa, de Dr. Rapadura.
[7] Felipe Basílio Cardoso Pires foi um veterano da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) que se formou em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro em 1870. Durante sua vida política, exerceu mandato no Conselho Municipal e na Câmara dos Deputados, tendo sua base política no distrito de Santa Cruz. Felipe Cardoso também era tio do político e advogado Milciades Mário de Sá Freire.
[8] Raul Barroso, assim como Augusto Vasconcelos e Felipe Cardoso, o político Raul Barroso também era médico. Foi Diretor de Higiene da municipalidade, função que o projetou para vida política e o transformou em uma das lideranças do grupo *triângulo*. Apesar de não ter tido o mesmo destaque de seus conterrâneos da zona rural da cidade, Barroso era o chamado político negociador, um nato político pragmático e oportunista. Dessa forma, exerceu sua influência na política carioca, tendo seu base eleitoral a região de Guaratiba.
[9] Edite Costa nos afirma que a carne verde era considerada pela população brasileira um gênero alimentício de primeira necessidade, muito mais do que qualquer outro, de forma que, pensar história de abastecimento no Brasil é, pensar, sobretudo, a história da carne verde. Sob esse viés, aqueles que controlavam o domínio político e industrial sobre o matadouro, eram fortes representantes políticos, pois detinham pra si o controle regional e tinham forte representatividade dentro do legislativo, mesmo que não exercessem mandatos políticos. COSTA, Edite Moraes da. *O comercio das carnes verdes e a transformação sócio-econômica de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial*. In.: entre local e o global. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. De 8 a 11 de agosto de 2016. Instituto Multidisciplinar, UFRRJ: Campos Nova Iguaçu.

encarregadas do abastecimento e a influência direta em nomeações de funcionários para o órgão, não só Cardoso, como as demais chefias do "triângulo" utilizaram-se do espaços naquele órgão para receber dividendos eleitorais, não é à toa que a imprensa acusava constantemente os políticos do grupo "triângulo" de receber favores do matadouro[10].

O triângulo e a imprensa

Esse grupo em pouco tempo mostrou sua força eleitoral, seus três líderes foram eleitos no pleito de 1896[11]. O surgimento desse grupo despertou a atenção de parte da imprensa que fazia oposição ao PRF, sobretudo, a atenção de José do Patrocínio, jornalista e porta-voz do jornal *Cidade do Rio*. O jornalista em inúmeros artigos publicados no periódico fazia denuncia das relações políticas do grupo *triângulo* com o Matadouro de Santa Cruz. Nessas denúncias, seu principal alvo era o médico Augusto de Vasconcelos, ao qual ele se referia como "Dr. Rapadura", alcunha pejorativa em alusão as origens da família do político. Essa atenção despertada tanto no meio político, quanto na imprensa, se deu pela capacidade que aquelas lideranças possuíam na arregimentação políticas do eleitorado, o que destoava inteiramente do que ocorria no resto da capital, onde predominava um grande número de abstenções[12].

Um desses artigos publicados durante a eleição 1896, demonstra a rivalidade de Patrocínio para com o PRF, sobretudo, os políticos do *triângulo*. O artigo escrito por Patrocínio no jornal *Cidade do Rio* traz o título "Vivacidade de rato!" e descreve a seguinte situação:

> Vivacidade de rato!
>
> Os illustres chefes do *Triangulo*, candidatos a deputação pelo 8º distrito, emprazam a imprensa, para fiscalizar as eleições de Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz, afim de attestar, de visu, a pureza das mesmas.
>
> Parece que os Srs. Raul, Vasconcelos e Fellippe fazem da nossa imprensa uma idéa bem triste e considera-a da Beocia.
>
> O que poderiam apreciar os enviados da imprensa, si este cahisse na bernardice de mandai-los? Poderiam apreciar a exatidão da apuração, quando a votação já vem falsificada?
>
> De 600 cidadãos que concorrem, pódem ser os verdadeiros eleitores apenas 800, 400 ou cousa assim; sendo o restante phophoros preparados para representarem pelos doentes, pelos ausentes e pelos mortos.

[10] Freire, 2000.
[11] O pleito de 1896 era referente a renovação da Câmara dos Deputados. O Terceiro Distrito elegeu as suas três principais lideranças, os médicos Augusto de Vasconcelos, Raul Barroso e Felipe Cardoso.
[12] A abstenção eleitoral foi um problema crônico no Distrito Federal e vários periódicos da época relatavam esses números nos pleitos. Para uma análise mais detalhada do tema, ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 4ª ed.

> Como poderá a imprensa apreciar semelhante fraude; e, portanto, a pureza da eleição?
>
> O que o *Triangulo* quer é botar poeira nos olhos da imprensa e alcançar della um attestado de *moribus*.
>
> Vivorios que são os taes Fellippes![sic][13]

Observa-se no artigo uma rivalidade política, tanto por parte do grupo do *triângulo*, quanto por parte do jornalista José do Patrocínio. De acordo com Freire[14], essa manifestação de rivalidade e denúncias políticas feitas por um jornalista de prestígio para com os políticos da zona rural da cidade, pode ser interpretada como algo mais do que só meras denúncias, eram também um sinal de declínio de algumas lideranças políticas e intelectuais que antes tiveram posição de relevo com o advento da republica, mas com o passar do tempo tiveram um declínio do poder político com o advento de lideranças de perfis locais, de clientelas seguras e com experiência política.

Segundo Freire (2000), não só o jornal de Patrocínio possuía uma relação inamistosa com relação ao "triângulo", outros diários de destaque da capital, a par da linha editorial e dos interesses de cada um deles, também adotavam uma posição crítica em relação às práticas ilícitas adotadas pelo grupo nos pleitos da capital. Porém, a maioria, apenas constatava o problema, utilizando-se de uma linguagem vaga e sem maiores alusões às possíveis vinculações do triângulo com o governo federal ou com partidos políticos. Esse último tipo de postura jornalística, foi adotada pelos diários *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brasil* que, após os pleitos, publicavam os resultados e terciam comentários irônicos sobre os números de votos e vindos das regiões rurais, de forma que, adotavam uma postura menos enérgica do que o *Cidade do Rio*, de Patrocínio[15].

Conclui-se que o processo de renovação incomodava os antigos políticos e intelectuais que antes tiveram posição de prestígio com o advento da republica, mas agora, principalmente, com o pleito federal de 1896, perdiam espaço para lideranças locais.

Aos poucos, a alcunha de *triângulo* que tinha, a primeiro momento, um caráter negativo, onde fazia alusão as práticas políticas de fraude eleitoral, manipulação de votos, controle da imprensa etc., ganha um ressignificado por parte dos políticos daquela região e também por setores da impressa, que passam a tratar os políticos daquela região como lideranças políticas devido aos resultados nas urnas, dessa forma, o nome grupo *triângulo* que antes tinha um caráter

[13] José do Patrocínio. "Vivacidades de rato!", *Cidade do Rio*, 20 dez. 1896.
[14] Freire, Américo. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
[15] Freire, 2000.

negativo, passa agora a caracterizar as lideranças políticas dos distritos de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

A ascensão do Triângulo: o pleito de 1896.

A ascensão do grupo "triângulo" ao cenário político federal se deu nas eleições de 1896, quando os três médicos de Campo Grande (Augusto de Vasconcelos), Santa Cruz (Felipe Cardoso) e Guaratiba (Raul Barroso), conseguiram eleger-se para a renovação da Câmara dos Deputados.

Conforme visto acima, o surgimento dessa força política originou rivalidades políticas com forças já estabelecidas no jogo político carioca, onde viam a ascensão das lideranças locais e as práticas políticas feitas naquelas localidades como ilícitas, porém sem nenhuma prova que mostrasse a ilicitude.

Com a morte de Felipe Cardoso em 1898 e as discordâncias entre Vasconcelos e Barroso no pleito de 1899 acabaram por modificar a composição e o papel político daquele grupo que fora constituído para ocupar determinadas áreas das freguesias rurais[16]. Após esse episódio, Vasconcelos assumiu uma posição de liderança em todos os três distritos do "triângulo", unindo-se ao deputado Sá Freire, sobrinho do falecido Felipe Cardoso, o médico de Campo Grande, promoveu uma articulação política durante os governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, com o intuito de reaglutinar diferentes forças políticas da capital em torno do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), sob a liderança de Barata Ribeiro. No pleito de 1906, Vasconcelos elegeu-se Senador pelo Distrito Federal, tornando-se assim de fato, o chefe político do "triângulo" e uma das maiores chefias política da capital.

A força do grupo "triângulo" na sua base eleitoral: clientelismo?

Durante toda a Primeira República, a influência política do grupo só fez crescer, isso se explica, talvez, porque os líderes do "triângulo" não só exerciam o papel de chefes políticos tradicionais em suas relações pessoais com seus "clientes", como também, mantinham forte influência ne intermediação entre serviços públicos e privados.

O vínculo criado pelas chefias do "triângulo" com os habitantes da zonas periféricas, através da assistência médica e nomeações no matadouro, deram aos três médicos/políticos, um cacife político dentro do Distrito Federal que os possibilitavam barganhar com outras lideranças

[16] Freire, 2000.

da cidade o apoio político nos pleitos, a troca de favores para nomeações no matadouro e a firmamento de contratos e, por último, a criação de alianças com o eleitorado por meio de assistencialismo prestado através do atendimento médico.

O grupo "triângulo", PRF e PRDF: a questão partidária das lideranças rurais.

A relação do grupo "triângulo" com o partido Partido Republicano Federal (PRF) e, posteriormente, com o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), está pautada na constituição desses partidos[17].

O PRF teve sua principal base rural do partido dentro do "triângulo", que nesse período era liderado por Thomas Delfino[18] e com ele, o partido se manteve até 1897, quando o partido passou por crises políticas e as lideranças do triângulo se afastaram do partido no final daquele ano. Porém, no ano seguinte, Sá Freire (membro do grupo "triângulo"), se elegeria por aquela legenda, o que expressava certos vínculos políticos entre o triângulo e a sigla.

A cisão de fato com o PRF ocorreu no pleito de 1899, quando Augusto de Vasconcelos e Sá Freire romperam com Delfino e lançaram suas candidaturas pela agremiação de Barata Ribeiro, o PRDF. De acordo com Freire[19], o rompimento de algumas lideranças do grupo "triângulo" com o PRF se deu em função do lançamento da candidatura Xavier da Silveira em lugar de Vasconcelos. Também naquele pleito, ocorreu um importante racha no grupo, devido ao fato de que Raul Barroso manteve-se ao lado de Delfino, de forma que, rompeu-se a tríade Vasconcelos, Cardoso Pires e Barroso.

Com a racha no grupo, os pleitos seguintes, tiveram êxito os políticos vinculados a agremiação do PRDF, sob as candidaturas de Vasconcelos e Sá Freire para a Câmara dos Deputados no pleito de 1903. Com a vitória de Vasconcelos pala a vaga no Senado no pleito de 1906, o médico da freguesia de Campo Grande concentrou-se nas mãos de o papel de chefia do triângulo.

De acordo com Freire, a

[17] Sobre as siglas partidárias da política carioca nos anos iniciais da Primeira Republica, ver o capítulo 2 da obra *Só para Iniciados: o jogo político na antiga capital federal* (2011) da historiadora Surama Conde Sá Pinto. Nesse capítulo, a historiadora trabalha a construção das principais siglas da política carioca, focalizando a vida partidária da cidade do Rio de Janeiro de 1909 a 1922.

[18] Thomas Delphino dos Santos era carioca de nascimento. Filho do médico Luiz Delphino dos Santos, também se formou em Medicina pela Faculdade do Rio, teve papel de destaque nos debates que marcaram a Constituição sobre o desenho político do Distrito Federal. Tinha sua base política no "triângulo". Foi deputado (pelo PRF) e senador (pelo PRDF).

[19] Freire, 2000.

> (...) atuação político-partidária do grupo do "triângulo" foi também acompanhada por um intenso trabalho legislativo de algumas de suas lideranças, no sentido de formular projetos que dessem maior substância ao Conselho Municipal, exatamente no momento em que aquele órgão teve grande parte das suas atribuições modificada, suprimida, ou transferida para a Prefeitura. (...)[20]

Mostrando que para além de uma questão partidária, as lideranças do "triângulo" também estavam envolvidas com as questões de autonomia do Distrito Federal e dos órgãos legislativos da cidade.

O "triângulo" e a Aliança Republicana

Outro partido de grande influência no campo político carioca era a Aliança Republicana (AR), tendo em sua comissão inicial, em 1918, o, então deputado, Octacílio Camará, um dos principais chefes políticos do "triângulo". A frente do partido, diferindo-se do PRDF, que tinham como chefias médicos, por exemplo, Vasconcellos, o AR, era liderado pelo engenheiro Paulo de Frontin. É através das relações políticas entre Camará e Frontin (dois dos principais políticos da hierarquia do partido e em quem se centralizavam o processo de decisão política), que o chefe político da região do "triângulo", Octacílio Camará foi apoiado pelo partido para ocupar a vaga no senado deixada por Frontin em 1919, após o engenheiro ter sido nomeado para o cargo de prefeito da cidade.

> A pedido
> Alliança Republicana: Eleição Senatorial
> A commissão Executiva e Conselho Deliberativo apresentam aos seus correligionários e amigos o nome do illustre parlamentar Dr. Octacilio Carvalho de Camará, como candidato à vaga de Senador pelo Districto Federal, aberta em virtude da renuncia do Presidente da Alliança Republicana, o Dr. Paulo do Frontin, que recebeu de S. Ex. o Sr. Presidente da Republica a honrosa nomeação de Prefeito do Districto Federal.
> O nome do Dr. Octacilio Carvalho Carmará dispensa qualquer recomendação aos nossos correlegionários e ao próprio eleitorado do Districto Federal, que, todo, bem conhece e admira a grande actividade e vasto preparo, a nobre independência e a illibada honestidade do distinto Deputado, "leader" da Alliança na Camara, cujos serviços à causa do partido são do mais alto valor.
> A dedicação sempre revelada em todas as questões referentes à vida e ao progresso do Districto Federal, os sentimentos de patriotismo manifestados todas as vezes que lhe foram confiadas posições ou em cargos de representação politica, bastarão, estamos certos, para que seu nome seja brilhantemente suffragado no pleito de 13 de Abril próximo vindouro.
> Rio de Janeiro, 29 de Março de 1919.
> Pela Alliança Republicana, o Conselho Deliberativo:
> Paulo de Frontin, Presidente.
> Antonio José da Silva Branrão.
> Edmundo de Azurem Furtado.
> Sampaio Corrêa.
> Octavio da Rocha Miranda.
> Aristides Ferreira Caire.

[20] Freire, 2000. p. 197-198.

José Mende Tavares.
Rodrigues Alves.
Eduardo Xavier.
Arthur Menezes.
Nestor Arêas.
Azevedo Lima.
Henrique Guimaraes.
José de Azurem Furtado.
Pio Dutra da Rocha.
Antonio Maximo Nogueira.
Raul de Barros Madureira.
Manuel Joaquim Marinho.
Joronymo Berretta.
Julio Cesario de Mello.
(A. 53.573)[21]

Como se observar na Carta enviada pelo Conselho Deliberativo da Aliança Republicana ao Jornal do Brasil no dia 29.03.1919 e publicada no dia 30.03.1919, a nomeação de Octacilio Camará a vaga[22] deixada por Paulo de Frontin perpassava por uma questão de representação e força política dentro do campo carioca, pois como Frontin, o político do "triângulo", também era uma das lideranças do partido no cenário do Distrito Federal.

Os *aliancistas republicanos* tinham em seu programa a defesa da autonomia carioca, criticando uma série de barreiras impostas ao Conselho Municipal pela Constituição de 1891 e pela Lei Orgânica de 1893, referentes ao impedimento do legislativo local de votar matérias como o subsídio dos legisladores e analisar vetos do prefeito, prerrogativa conferida ao Senado, de acordo com a Lei Orgânica. Ou seja, o partido lutava pela ampliação das atribuições do Conselho Municipal na vida da cidade.

A Aliança Republicana definia-se como um partido de caráter local, preocupado com as questões referentes à situação política e constitucional do Distrito Federal. Dessa forma, em seu manifesto partidário, estavam em pauta as questões referentes a municipalização de serviços como água, luz e esgoto, resolução da questão dos limites territoriais, revisão do sistema tributário, viação férrea local, a produção de leis mais ríspidas em relação as questões de higiene e salubridade e, também, a intervenção direta do Estado em soluções para o problema de habitação da cidade, propondo a construção de moradias salubres e baratas para a população.

O partido também colocou em pauta assuntos referentes a problemática operária, as forças armadas, analfabetismo, religião. Porém, as principais pautas que nos interessam aqui, são referentes as questões de saneamento, infraestrutura, higiene e habitação, pautas essas,

[21] Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Domingo, 30 de Março de 1919. *A pedido – Alliança Republicana: Eleição Senatorial*.
[22] O pleito de 13 de abril de 1919, para vaga de Senador deixada por Paulo de Frontin, foi vencido por Octacilio Camará, com uma margem significativa de votos, principalmente, no triângulo. A matéria publicada pelo Jornal do Brasil, no dia 14 de abril de 1919, com o título: *A eleição de hontem*, demonstra os resultados por zonas. Link: http://memoria.bn.br/docreader/030015_03/45400

defendidas constantemente por Cesário de Melo em suas cartas aos jornais e em suas propostas junto aos órgãos legislativos do Distrito Federal.

A relação da Aliança Republicana com políticos do grupo "triângulo" esteve ligada a cooptação e no controle de eleitores por parte do político das zonas rurais. Os representantes do grupo (Octacílio Camará e Cesário de Melo) que estavam filiados ao partido, detinham um grande controle de eleitores nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz, o que projetou esses políticos dentro das fileiras do partido.

Considerações Finais

As análises realizadas ao longo desse artigo tinham como objetivo acompanhar o surgimento das lideranças locais, sobretudo, as lideranças do *triângulo* na virada do século XIX para o século XX e a força política que os representantes das zonas rurais vão construir através das relações clientelistas entre os habitantes das suas zonas eleitorais e os seus pares políticos.

A partir dessa discussão foi possível refletir a relação entre as casas representativas locais e federais na cidade do Rio de Janeiro, percorrendo os caminhos que destacam a importância da política local no jogo político presente na esfera nacional, de forma que o imbricamento da cidade com a nação tornava assuntos administrativos locais em uma espécie de odisseia nacional.

Sendo assim, a proposta do artigo foi acompanhar o surgimento do "Grupo Triângulo" formado por Augusto Vasconcelos (Campo Grande), Felipe Cardoso (Santa Cruz) e Raul Barroso (Guaratiba) na política carioca durante primeiras décadas republicanas (1890 a 1910). Representantes das áreas rurais, os três médicos e políticos são exemplos da relação da ambuiguidade do campo político da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, politizado entre a tutela dos poderes federais e as demandas autonomistas das forças políticas locais.

Através da análise desenvolvida aqui, podemos concluir que as lideranças políticas da zona rural, com sua relação de controle político dos distritos de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, adquiriram força política para se projetar no cenário político carioca como grandes representantes do Distrito Federal, dando a eles poderio político frente aos outros membros da elite política carioca. É importante ressaltar que, para além da construção de capital político entre seus pares, os políticos do grupo "Triângulo", exerciam posições profissionais importantes no município, o que já lhe dava prestígio, antes mesmo de exercerem seus cargos políticos, suas mandatos juntos as casas legislativas da Capital, só lhes rederam ainda mais capital político, aumentando assim a influência sobre os membros de seus distritos eleitorais e o capital político entre os representantes legislativos do Rio de Janeiro.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. – 4a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CONNIFF, Michael L. Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925 1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

_____. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Antropologia Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. Três Faces da Cidade: um Estudo sobre a Institucionalização e a Dinâmica do Campo Político Carioca (1889-1969). Revista de Estudos históricos, 1999-24. p. 295-322.

FREIRE, Américo. Augusto de Vasconcellos – Dr. Rapadura: um estudo sobreliderança e negociação política na capital federal. In: Textos CPDOC. Rio de Janeiro, n. 35, p. 5-12, 1999.

_____. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais noRio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

KUSHINIR, Karina. Política e mediação cultural: em estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (dissertação de mestrado), 1993.

MAGALHÃES, Marcelo. Ecos da Política: A Capital Federal, 1892-1902. Niterói: UFF, 2004. (dissertação de doutorado).

MANSUR, André Luis. O Velho Oeste Carioca: História da ocupação da ZonaOeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

_____. O Velho Oeste Carioca: Mais Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.

_____. O Velho Oeste Carioca: Outras Histórias da Ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016.

PINTO, Surama Condé Sá. Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

República dos Estados Unidos do Brazil. Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Officina de Estatistica, 1907.

SANTOS, Luciana da Silva. Terceiro Distrito, carne verde e matadouro: um Triângulo bem articulado na primeira capital republicana (Rio de Janeiro, final do século XIX). Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.19, p.73-94, 2011.

Waguinho Macumba e as eleições municipais de São Gonçalo, 2020[1]

Camilla Fogaça Aguiar[2]
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

Em janeiro de 2021, véspera do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, o Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgou um levantamento inédito sobre os casos de ultraje a cultos religiosos no estado do Rio de Janeiro[3]. Com objetivo de tirar esses dados da subnotificação e estimular a punição dos agressores, o relatório do ISP aponta que as delegacias da Secretaria de Polícia Civil fizeram 1.355 registros de ocorrência de crimes que podem estar relacionados à intolerância religiosa em 2020, ou seja, mais de três casos por dia. Esses dados incluem os casos de injúria por preconceito (1.188 vítimas); e preconceito de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional (144)[4]. Já os dados do Disque 100[5] coletados entre janeiro e agosto de 2021, no primeiro semestre de 2021 mostram que são os povos tradicionais que continuam liderando como vítimas as estatísticas de violações dos direitos humanos no Brasil. Trazendo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como os estados que mais tem denuncias dessas violações. Apontando o Rio de Janeiro como o segundo estado que mais possui violações voltadas a candomblecistas e umbandistas, de maioria mulheres, e vítimas que se declaram pretas. Essas vítimas, por usa vez, indicam que geralmente o perfil do suspeito que realiza as violações é cristão, sexo masculino, e líder religioso.

[1] A pesquisa em questão é parte de outras analises desenvolvidas desde 2015 nos cursos de especialização (IFRJ), mestrado (PPGHS-UERJ) e, atualmente, doutorado (PPGHS-UERJ), turma 2020. Desde o início, o intuito das analises é mapear o crescimento do racismo religioso no município de São Gonçalo, entendendo suas próprias dinâmicas, como movimento populacional, econômico, distribuição de renda e a presença do cristianismo na histórica do município de São Gonçalo. Além de destacar os principais ataques de racismo religioso e suas estratégias de luta e preservação de seus espaços de culto.

[2] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ)/ FAPERJ,. E-mail: camillafogaca.pesq@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5128-8428

[3] http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=451

[4] Segundo o ISP, injúria por preconceito é o ato de discriminar um indivíduo em razão da raça, cor, etnia, religião ou origem. Já o preconceito de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional tem por objetivo a inferiorização de todo um grupo étnico-racial e atinge a dignidade humana. Vale salientar ainda que esses crimes são, comumente, subnotificados.Disponível em: < http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=451>. Acesso setembro de 2021.

[5] Até o presente momento não foi disponibilizado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos o relatório de analise dos dados de 2021, mas tivemos acesso ao painel interativo do Disque 100. Nesse painel os dados são detalhados e apresentados de forma ampla e não consolidados como no relatório anual, chamando a atenção para um possível perfil das violações que já vem se delineando ao longo dos anos anteriores de registro da ouvidoria. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt- br/ondh/paineldedadosdaondh/copy_of_dados-atuais-2021>. Acesso setembro de 2021.

No estado do Rio de Janeiro, os municípios que mais possuem violações gerais são Rio de Janeiro (53. 433 violações), Duque de Caxias (7.404 violações), Nova Iguaçu (7.057 violações) e São Gonçalo, que contabilizou 1.375 protocolos, com 1.525 denuncias, e 5753 violações. A história do município de São Gonçalo está marcada pela forte presença da Igreja Católica no espaço público, que reporta para o nome do santo da cidade e da fundação da Igreja Matriz de São Gonçalo, visando apresentar não apenas a religiosidade, mas também certa "tradição histórica" (FERNANDES, R., 2004).

Tendo como cenário a naturalização do catolicismo na esfera publica municipal e a decadência socioeconômica do município a partir das décadas de 1970, entre outros fatores, as igrejas pentecostais encontram em São Gonçalo um campo propício para expandir suas influências. São Gonçalo tem uma população estimada de 1,1 milhão de habitantes, segundo o IBGE-2021, destes, 325.310, quase um terço do total, se declaram da religião evangélica. Evidenciando que o eleitorado evangélico também deve ter uma participação direta na escolha do novo prefeito e vereadores.

Essa constatação aparece quando analisamos as disposições de Aparecida Panisset[6] frente à prefeitura de São Gonçalo (2005-2012), pois expõem a relação entre religiosidade e esfera pública municipal, evidenciando como as práticas ideológicas do pentecostalismo não se restringem aos templos, mas se espreitam por diferentes esferas da vida social e política, onde os religiosos parecem não ter alternativa senão prosseguir nas linhas de frente dessa guerra espiritual contra o "diabo" (MARIANO, 2004, p.124) e seus representantes na terra ou demônios que se disfarçam de divindades pertencentes ao "panteão afro-brasileiro" (SILVA, 2005, p.151). Acreditamos que as ações políticas- cristãs da ex-prefeita Aparecida contribuíram para intensificar o crescimento do pentecostalismo no município.

As lideranças religiosas de terreiros em São Gonçalo encontraram brechas para suas reivindicações em normas federais, estaduais e municipais que asseguram a igualdade racial. Dessa forma, o discurso racial vai ser a principal bandeira de mobilização e união entre essas casas de axé. Porém as estratégias de enfrentamento as

[6] Aos 12 anos de idade, ingressou na Igreja Nova Vida. Ainda adolescente, mudou-se com a família para o município de São Gonçalo. É professora de história. Foi prefeita de São Gonçalo entre 2005 e 2012, tendo sido eleita pelo PFL em 2004 e reeleita pelo PDT quatro anos depois. Candidatou-se a deputada federal nas eleições de 2014, mas teve o registro indeferido com base na Lei da Ficha Limpa, já que foi condenada por improbidade administrativa, em janeiro daquele ano, pela 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

intolerâncias não estarão livres de questionamentos, hierarquizações e conflitos de poder dentro das próprias organizações promovidas pelo "povo de santo".

Desta forma, a pesquisa do doutorado tem por objetivo mapear e problematizar os racismos religiosos[7] destinados ao povo de axé, após a gestão de Aparecida. Além de identificar as controversas entorno de como a identidade religiosa e negra é apresentada nos discursos de algumas lideranças de terreiro, destacando as estratégias raciais elaboradas pelas lideranças de axé e fundamentadas por membros que estão presentes no movimento negro acadêmico.

Entre as hipóteses levantadas está a de que as ações políticas-cristãs da ex-prefeita Aparecida e o crescente neopentecostalismo causam reações nas casas de axé do município de São Gonçalo, a ponto de criarem organizações e iniciativas de proteção ao terreiro e a seus membros. Contrapondo à ideia dominante, até mesmo nos terreiros de axé, que afirmam que o "povo de santo" não se organiza, não produz uma união expressiva a ponto de se fazer ouvir contra as constantes violências sofridas, principalmente aquelas oriundas do neopentecostalismo (ORO, 1997). Dessa forma, no primeiro ano de doutorado, nos dedicamos à campanha eleitoral de Waguinho Macumba com a intenção de entender os discursos, arranjos políticos, vínculos religiosos e posicionamentos de um candidato que se apresentava como "legítimo representante das religiões afro-brasileiras no município de São Gonçalo".

Waguinho Macumba

Morador de São Gonçalo e imerso na umbanda desde o seu nascimento, Waguinho Macumba afirma que diversos segmentos absorvem o discurso persuasivo de lideranças religiosas que pregam o desrespeito aos afrorreligiosos. Um dos caminhos encontrado por Waguinho Macumba para defender seu terreiro dos empecilhos de funcionamento, foi entrar na política e vir como candidato a vereador, uma vez que, no seu entender, é um representante legítimo de terreiro, que vive os problemas e as aspirações da comunidade afrorreligiosa. Assim ele afirma se diferenciar dos demais

[7] É importante destacar que utilizamos nesta análise o termo "Racismo Religioso" uma vez que a intolerância religiosa destinada aos povos de terreiro tem no racismo a sua base de legitimação destruidora, assim essas ações discriminatórias não são motivadas apenas pelo caráter religioso, mas correspondem a uma dinâmica civilizatória repleta de valores, saberes, cosmogonias, modos de viver e existir negro-africano presentes no cerne da cultura dos terreiros.

candidatos que aparecem nas casas de axé apenas no período eleitoral, trocando voto por "cerveja para festa".

Waguinho Macumba se apresenta na cena política do município de São Gonçalo como candidato a vereador nas eleições de 2020, utilizando a alcunha "Macumba", que é um resgate ao reconhecido prestígio do seu pai entre os religiosos e moradores de São Gonçalo, mas também o destaca como candidato das religiões afro-brasileiras do município. Surpreendido pela epidemia SAR-Cov-2 (Covid-19) a formação da imagem política de Waguinho Macumba fica praticamente dedicada às redes sociais e mídias eletrônicas.

A pesquisadora Magali Cunha (2017) destaca que a presença de grupos religiosos na mídia não é novidade no Brasil. Mas a relação entre religião e mídia foi demarcada, principalmente por cristãos, desde os anos 1970, intensificada com a Constituinte de 1986, e pelo amplo crescimento dos evangélicos pentecostais a partir dos anos de 1990. Na contemporaneidade, com o alargamento da participação popular nos meios digitais, os afrorreligiosos também encontram nas mídias digitais não oficiais um território capaz de serem ouvidos e buscarem união.

Dessa forma Waguinho Macumba constrói sua identidade pública principalmente a partir de mídias eletrônicas, como Facebook, Instagram, Whatsapp e YouTube e começa a se assumir como um produtor relevante de conteúdo para a sua religião, criando movimentos em torno das necessidades religiosas, como canal no YouTube em que discute diversos temas voltados ao sagrado para o candomblé e umbanda, *Lives* com pesquisadores universitários sobre intolerância religiosa, e elaboração de discursos e vínculos políticos que fortalecem sua imagem política, como a proximidade com o Babalorixá Ivanir dos Santos.

Waguinho Macumba elabora seus discursos e palavras de ordem para o "povo de axé", se projetando como um "corpo da multidão", onde "a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão". Criando sua própria metodologia, Waguinho Macumba adquire um perfil informativo "mídialivrista", diferenciado do rigor e hierarquização presente nas mídias produzidas por empresas de comunicação (BENTES, 2015).

Segundo Bentes, a "midialivrista" produz a cultura advinda de "periferias e das bordas, apontando para a emergência de uma cultura popular digital". Assim Waguinho Macumba dar visibilidade as necessidades afro-brasileiras no município de São Gonçalo, ressaltando suas carências e segregações em relação a segurança, projetos

políticos, reconhecimento enquanto instituições religiosas, entre outros. Enquanto projeta as necessidades de sua comunidade religiosa através das redes sociais, Waguinho Macumba também nos permite perceber um novo processo formativo de organização entre o povo de candomblé e umbanda, onde as mídias e sua velocidade se apresentam como o principal território de constante movimentação entre os povos de axé, proporcionando novos desafios para os pesquisadores da religião.

O programa "Curimba Online", criado por Waguinho Macumba, realiza os rituais em período de pandemia, encurta as distâncias entre seu terreiro e os filhos de santo e fortalece a sua imagem política religiosa. O "Curimba Online" é composto por vídeos em que Waguinho Macumba, junto com alguns membros do seu terreiro, convidam outros irmãos de axé para realizarem os cultos e homenagens as divindades da umbanda. Em média são cinco ou seis participantes em vídeo, que tocam atabaques, catam e dialogam com o público que comenta ao vivo em redes sociais, transmitidos através do Instagram, Youtube e Facebook. A sua esposa coordena os aspectos estruturais, como câmeras, interações com participantes online, as pautas, o cronograma e dança nas cantigas ciganas. O seu irmão consanguíneo e de axé, Victor Hugo, que atua no terreiro da família como ogã, toca, canta e dança, além de participar discursando em prol da religião e participação política do povo de axé.

Waguinho Macumba reforça que estão ali para cantar, louvar ao orixá, mas também para transmitir informação. Victor Hugo complementa que se os afrorreligiosos fossem desorganizados, não tinham sobrevivido até hoje, eles não estariam ali, "porque resistência precisa de organização. Não é uma organização aos modos ocidentais, mas é uma resistência. Uma organização sim senhor! Somos organizados, somos coesos, sim senhor!"

A campanha de Waguinho Macumba organiza circuitos virtuais, transbordando as fronteiras do religioso, onde o processo de formação e mapeamento da campanha acontece no momento, a cada dia, a cada fato. Dessa forma Waguinho Macumba e sua equipe tentam enfrentar o desafio de dar visibilidade e reconhecimento à religiosidade afro-brasileira. Na contemporaneidade, com o alargamento da participação popular nos meios digitais, os afrorreligiosos também encontram nas mídias digitais não oficiais um território capaz de serem ouvidos e buscarem união.

Assim o que chamamos de "espelho midiático" não é simples cópia, reprodução ou reflexo do que está sendo produzido online, mas podemos considerar como uma nova forma de viver e interagir com um novo espaço, gerando outras formas de coletividade de indivíduos, e constituições de identidades pessoais (MIKLOS, 2015). É o que podemos chamar de cibercultura (TRIVINHO, 2009), uma vez que a sociabilidade digital não pode ser analisada

separadamente do seu contexto cultural contemporâneo, e as novas reflexões acerca do sagrado nas redes virtuais são de suma importância.

Durante a análise de campo percebemos que antes das campanhas online, a página da casa de axé de Waguinho Macumba tinha uma movimentação baixa de curtidas e seguidores. Na pandemia, contando com uma equipe que fomentava conteúdo diário, Waguinho Macumba conseguiu estabelecer uma média de 40 visualizações em suas *Lives*. Produzindo assim, o que Cunha (2019) denomina como "interacionalidade midiatizante", uma vez que Waguinho Macumba objetiva produzir novas formas de comunicação afrorreligiosa dentro de um novo espaço público digital, negando a invisibilidade e permitindo maior interação com o outro.

Percebemos a partir das *Lives* "Curimba Online", que adeptos das religiões afro-brasileiras também estão fazendo uso cada vez mais de estratégias de apropriação e recontextualização de certos elementos políticos e midiáticos nepentecostais, como a nomenclatura "irmão", utilizada por Waguinho Macumba como "irmão de axé", "meus queridos irmãos e irmães de axé", além da participação de nomes tradicionais no axé municipal em eventos voltados a propostas políticas, assim como fazia Aparecida (AGUIAR, 2018).

MONTEIRO (2006) ao analisar a interatividade das redes sociais, afirma que, se a definição de visibilidade for apenas à presença, então a presença do candomblé nas redes midiáticas se cumpre. Porém, essa "midiatização" é apenas a de "mostrar-se". Segundo a autora, mesmo com sua presença na cibercultura o candomblé não é visto, presente apenas de uma maneira relativa no cenário mediático religioso.

Ressaltamos nesta breve análise que Waguinho Macumba recebeu não só a visibilidade além do esperado, como ele mesmo afirma, mas além de ser visto, foi comentado, analisado na esfera política municipal, convidado a compor eventos, mesas e atividades políticas. Apesar de não receber o número de votos desejados para se tornar vereador de São Gonçalo, Waguinho Macumba, utilizando de poucos recursos financeiros fez do espaço público digital um espaço para levar a religião além de suas fronteiras institucionais e simbólicas, permitindo que o "outro-religioso" e o não religioso interagissem na vivência religiosa (CUNHA, 2019).

Mesmo não ganhando as eleições de 2020, Waguinho Macumba continua a campanha eleitoral para 2024. Neste primeiro semestre de 2021, elabora a construção de um centro cultural afro-brasileiro, localizado em São Gonçalo. Segundo Waguinho Macumba, o centro cultural é uma forma de receber visibilidade política, mostrar que mesmo antes de ocupar algum cargo político está fazendo algo e que "caso seja eleito, pode fazer ainda mais" pelo povo do município.

O discurso político de Waguinho Macumba está ganhando cada vez mais contornos em defensa de uma racialidade e cultura negra. Subentendendo a problemática religiosa e as demandas de espaço religioso no município. Waguinho Macumba expõe que a temática religiosa gera diversos confrontos até mesmo entre os adeptos do candomblé e umbanda, além de deflagrar os preconceitos advindos de uma política pentecostal já bem estabelecida no município.

Considerações finais

Até o presente momento identificamos que a candidatura de Waguinho Macumba gera controvérsias entorno das estratégias de identificação étnico racial e como parte da luta contra o racismo religioso e frente às adversidades resultantes das atitudes intolerantes do mandato da prefeita Aparecida quanto do atual governo.

A partir do projeto Marco Zero, Waguinho argumenta que a Umbanda nasce em São Gonçalo, mas não fica restrita ao município, hoje a religião pode ser encontrada em várias partes do mundo. Assim, defende que é obrigação de todo umbandista propagar a bandeira de Oxalá, e uma das formas que encontrou para cumprir essa obrigação foi a de propagar o Marco Inicial no município de São Gonçalo, já que foi neste local que Zélio de Moraes manifestou o caboclo das sete encruzilhadas, e anunciou uma nova religião, na qual os espíritos de antigos escravos e indígenas poderiam vir a terra como espaço da caridade. Ele ainda ressalta que foi em São Gonçalo, que essa umbanda que hoje está em diversos países, deu seu primeiro grito de liberdade, "o grito de independência da umbanda".

Conforme observamos, nem todos os segmentos concordam com as afirmativas propostos por Waguinho Macumba para o Marco Zero. Numa entrevista feita a Isis D'Xango (terreiro de umbanda banto-ameríndio)[8] fica evidente a importância do projeto

[8] Segundo Isis D'Xango, seu terreiro tem 20 anos de existência, e se iniciou na Praia da Luz, São Gonçalo. Sua mãe de santo Susimere de Nanã, é originária de uma casa em Magé. Seu terreiro traz na

para a umbanda, e que Waguinho seria um representante de alguns segmentos negros, porém, como estratégica para enfrentar os segmentos evangélicos, Isis acredita que não serão monumentos que ocuparão de fato o espaço público. Ela acredita que monumentos são coisas de acadêmicos, e que não dialogam com as necessidades diretas dos praticantes religiosos. Neste sentido, imagina que os adeptos da religião afro precisam entrar no cenário municipal de uma outra forma, uma vez que só vai às reuniões sobre os assuntos de terreiro quem é do meio, sendo o povo pequeno, assim faz-se a necessidade de trazer outras bandeiras. Ela afirma que o povo de axé precisa ter outra visão, levando em consideração que é um município majoritariamente evangélico.

Além de Isis D'Xangô, outras personalidades políticas contrapõem as ideias de ocupação do espaço público defendidas por Waguinho Macumba, mas também encontramos personalidades envoltas com o movimento negro que ajudaram a elaborar o discurso racial que constrói narrativa de memória para os projetos de Waguinho Macumba. Mas essas narrativas precisam ser mais bem problematizadas nos futuros trabalhos.

Dentre as demais metodologias está a de analisar o planejamento e execução de outras propostas de espaços culturais voltados para a religiosidade afro, como o Museu da umbanda. Evidenciando os distanciamentos e aproximações com personalidades religiosas que também utilizam em seus discursos teorias raciais e serão convidados a compor os movimentos de contestação contra atos entendidos como "racismo religioso", como o Babalorixá Ivanir dos Santos. Pretendemos também acompanhar o próximo processo de eleição para governador e prefeito, 2022, destacando os arranjos políticos das principais lideranças religiosas que se destacam na guerra religiosa do município. Concomitante a história oral e levantamentos bibliográficos, analisaremos as fontes do IBGE e demais censos a fim de manter constante atualização dos dados gerais sobre religiões e intolerância religiosas a nível nacional, estadual e principalmente municipal. O levantamento desses dados, acompanhamento e estudo, serão de suma importância para mapear o crescimento e contração de grupos religiosos, áreas de influência e concentração.

pratica uma filosofia indígena de ancestralidade de sangue. Seu Xango, primeiro Orixá, foi seu avô em alguma vida. Ela é médium sem cargo, pois na sua casa de umbanda não tem cargo hierárquico, além de Zelador. Segundo ela, os ritos em seu terreiro não tem matança, "é tudo com vela e copo dágua". Isis D'Xango não forneceu mais detalhes sobre seu terreiro, a mesma alega escassa bibliografia sobre.

Referências

AGUIAR, Camilla Fogaça. **"Deus abençoe São Gonçalo!"** – Uma prefeita da linha de frente da Guerra Santa. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018.

BAHIA, J.; CAMURÇA, M. A. ; AGUIAR, C. F. (2020) **Relações interétnicas, luta contra intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político**: eleições municipais de São Gonçalo (RJ) de 2020. Artigo no prelo 2020
BENTES, Ivana. **Mídia-multidão:** estéticas da comunicação e biopolíticas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

CUNHA, Magali. **Política, mídia e religião:** o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter - C&S – São Bernardo do Campo, v. 39,
n. 3, p. 217-244, set./dez. 2017.
_____. **Os Processos de Midiatização das Religiões no Brasil e o Ativismo Político Digital Evangélico**. Revista FAMECOS, 26(1), e 30691. 2019.

FERNANDES, R. A. N., **Um santo nome.** Histórias de São Gonçalo de Amarante.. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2004.

MIKLOS, Jorge. **Sagrado Nas Redes Virtuais**: A Experiência Religiosa Na Era Das Conexões Entre o Midiático e o Religioso - V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura - São Paulo – 2015.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais:** uma análise simbólica. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p.150-175, setembro/novembro 2005.

MARIANO, Ricardo. **Expansão Pentecostal no Brasil:** o caso da Igreja Universal. Estudos Avançados, vol.18, nº 52, São Paulo, set./ Dez. 2004.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; CORREA, Roberta de Mello; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues. **Intolerância Religiosa**: A Construção de um Problema Público. *Revista* Intolerância Religiosa, Rio de Janeiro, v. 2, 2017, p.10.

MONTEIRO, Márcio Wariss. **A falácia da interatividade: crítica das práticas glocais na cibercultura.** 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4846>. Acesso, outubro de 2021.

ORO, Ari Pedro. **Neopentecostais e Afro-Brasileiros**: quem vencerá esta guerra? Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36. Novembro de 1997.

TRIVINHO, Eugênio. **Cibercultura e Humanidades**. In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson (Org.) A cibercultura e seu espelho. 1ª ed. São Paulo: Itaú Cultural, v.1. 2009.

As relações entre a imagem de Antônio Conselheiro e a construção da imagem do Nordeste Brasileiro

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes
Mestrando em História Social - PPGHS - UERJ

Introdução

Entre os movimentos religiosos brasileiros do fim do século XIX e início do XX, que compõem os movimentos messiânicos[1], o caso do Arraial de Canudos e o conflito que este caso desencadeou é um dos mais marcantes e lembrados. O Movimento teve início em 1893, quando Antônio Conselheiro e seus seguidores se estabeleceram na região de Belo Monte ao saírem do antigo Arraial de Bom Jesus em decorrência do início dos conflitos com autoridades locais. Canudos em si só veio a existir a partir de 1893, mas Antônio Conselheiro já vinha mantendo uma vida de peregrinação e pregação desde a década de 1870, sendo o momento em que Canudos é fundado o ápice da comunidade que se formou em torno do Conselheiro[2].

Canudos chamou cada vez mais a atenção das autoridades, começando pelo alto clero da Igreja Católica na Bahia, que já acompanhava e condenava algumas das atividades de Conselheiro e seus seguidores desde o início de sua peregrinação. Com o crescimento do movimento, o poder público passou a ser envolver mais na questão[3]. O caso de Canudos marca um dos momentos de maior agressividade por parte deste poder público. A agressividade cresceu conforme o povoado resistia às investidas do governo brasileiro, sendo necessárias quatro expedições, uma maior que a outra, para desmantelar o Arraial de Canudos. E é quando Canudos resiste à terceira investida que o caso toma proporções nacionais e atrai a atenção da imprensa sulista, começando assim a criação de versões sobre o que era este arraial e quais eram as ideias e motivações de Conselheiro[4].

---

[1] "Constituem-se como movimentos messiânicos, milenaristas, ou messiânico-milenaristas desde simples contestações pacíficas quanto a aspectos selecionados da vida social, até rebeldias armadas, ambos os tipos informados pelo universo ideológico religioso, capazes de, ao mesmo tempo, diagnosticar as causas das atribulações e sofrimentos e indicar caminhos para sua superação, desde os mais racionais até os mais utópicos". Ver: NEGRÃO, Lísias Nogueira. "Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 16, Nº 46, p. 119.

[2]. VER: BRITO, José Artur Tavares de (Artur Peregrino). "*O sertão das Religiões: O Caso de Canudos*". PARALELLUS, Recife, Ano 2, n. 4, jul./dez. 2011, p. 158-161.

[3] Ver: AQUINO, Maurício de. "Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil". *Revista Brasileira de História*, vol. 32, nº 63, p. 153.

[4] Segundo Lidiane Santos de Lima, as abordagens sobre Canudos iniciam na imprensa baiana, com jornais grandes como o Diário da Bahia, porém só toma proporção realmente nacional com a derrota da terceira expedição. Antes da morte de Moreira César, apenas alguns jornais fora da Bahia se interessavam em noticiar os acontecimentos envolvendo Canudos, após ela, o Arraial de Canudos se tornou o principal assunto do país. Ver: LIMA, Lidiane Santos de. "A Campanha de Canudos nos Jornais". *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005, p. 7.

Apesar do Arraial de Canudos ter existido no interior da Bahia, a versão mais famosa do caso é a que foi noticiada pelo jornal paulistano *O Estado de São Paulo*, e posteriormente publicado como livro por Euclides da Cunha, correspondente enviado junto com a quarta expedição pelo mesmo jornal. A imagem criada do "sertanejo" e do "nortista" é um dos o pontos que Durval Muniz analisa em *A Invenção do Nordeste*: o quanto a abordagem de Euclides da Cunha sobre caso de Canudos contribui no fim do século XIX para a criação do Norte do Brasil, e, posteriormente, é apropriado para ser utilizado como um dos pontos de construção do Nordeste do Brasil na década de 1920. O que este trabalho propõe é tentar aprofundar esta hipótese, dando mais atenção à questão religiosa, que gira em torno de Antônio Conselheiro.

O Arraial de Canudos: o que fazia do povoado uma ameaça?

Como apresentado, o movimento religioso comandado por Antônio Conselheiro precede em quase vinte anos o surgimento do Arraial de Canudos. Mas, o que fez com que este indivíduo e seus seguidores fossem vistos como ameaça? E ameaça para quem?

Primeiro é necessário entender quem foi o homem conhecido depois como Conselheiro[5]. Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, na então província do Ceará em 1830, em um contexto de grande violência entre a sua família, os Maciéis, e a família dos Araújos. Esta parte da vida pessoal de Conselheiro é inclusive ressaltada por Euclides da Cunha, tomando a briga das famílias como um dos elementos de construção da figura insana pela qual Euclides buscou caracterizar Conselheiro. Quanto a origem dos conflitos entre as famílias, Euclides expõe que ocorreu por volta da década de 1830 concentrada na região de Quixeramobim:

> Surgiu de incidente mínimo: pretensos roubos cometidos pelos Maciéis em propriedade de família numerosa, a dos Araújos.
> Tudo indicava serem aquelas vítimas de acusação descabida. Eram "homens vigorosos, simpáticos, bem apessoados. verdadeiros e serviçais" gozando em toda a redondeza de reputação invejável.
> Araújo da Costa e um seu parente, Silvestre Rodrigues Veras, não viam, porém, com bons olhos, a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes. Criadores opulentos, senhores de baraço e cutelo,

[5] As informações biográficas de Antônio Conselheiro foram retiradas do livro Só Deus é Grande! A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro de Alexandre H. Otten, e de trechos e informações dos livros *Antônio Conselheiro*, de Abelardo Montenegro, e *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie de Rogério Souza Silva*. Ver: OTTEN, Alexandre H. Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro. Belo Horizonte: Edições Loyola, 1990; SILVA, Rogério Souza. Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Annablume, 2001.

> vezados a fazer justiça por si mesmos, concertaram em dar exemplar castigo aos delinquentes. [...][6]

No fim, a família de Antônio Vicente foi a mais prejudicada na disputa, tendo o maior número de baixas. Entretanto, apesar do sangrento histórico familiar, não há indícios que Antônio Vicente Mendes Maciel tenha se envolvido nessas brigas. Antônio Vicente teve uma educação em francês, português e latim em uma escola local por imposição de seu pai. Alexandre H. Otten afirma que desde criança já apresentava um lado religioso muito forte, o que o faz levantar a hipótese de que o seu professor, Manuel Antônio Ferreira Nobre, fosse um padre. Porém, a hipótese não é comprovada, já que muitos momentos da vida de Conselheiro antes de ser conhecido como tal carecem de fontes sólidas.

Já adulto, com 25 anos, Antônio Vicente assume os negócios do pai após este falecer em 1855, e toca os negócios até 1857 por não conseguir lidar bem com o comércio. Neste mesmo ano de 1857 se casa com Brasilina Laurentina de Lima. A partir de 1857, a vida de Antônio Vicente passa por um período de instabilidade relacionada a sua dificuldade de se fixar em um local, tendo se mudado neste mesmo ano para uma fazenda vizinha à Quixeramobim, e, posteriormente, para Campo Grande para trabalhar como caixeiro. O ano de 1861 marca o início de um período muito inconstante na vida de Antônio Vicente, tendo ido primeiro para Itu para trabalhar como advogado, não sendo definido se ele teve formação em direito, ou se apenas exerceu a profissão como um prático. Em seguida, foi abandonado pela esposa. Deixa o emprego de advogado e volta a lecionar até 1865, quando volta para Campo Grande, tem um relacionamento que gera um filho e o abandona com a mãe. Depois de 1865, os relatos ficam mais confusos e mais complicados de se verificar a autenticidade. O que é certo é que entre 1865 e 1869 ele fere o cunhado, Lourenço Correia de Lima, e que em 1869 estava morando em Quixeramobim.

De 1871 a 1874, há poucas informações sobre sua vida. O que se sabe é que o ano de 1874 é quando começam a ocorrer os primeiros relatos de atividades peregrinas e de pregações de Antônio Vicente pela região de Sergipe[7]. Passou a ter um estilo de vida mais simples e a fazer obras de reconstrução em cemitérios e igrejas por onde passava, além de começar a aconselhar as pessoas das paróquias em que ajudava, atitude esta que se acredita ser a origem da alcunha Antônio Conselheiro. Como Conselheiro, Antônio Vicente manteve à risca a sua

[6] CUNHA, Euclydes da. *Os sertões*[online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Edição do Kindle, 2010, p. 100.

[7] "[...] o jornal *O Rabudo*, de Estância, noticia como 'Antônio dos Mares', com uma capacidade de aglomerar o povo e um discurso com teor subversivo para época. O jornal relata também que ele teria dado início a reparos em uma capela local. [...]". Ver: OTTEN, Alexandre H. Op. cit. p. 146

abnegação influenciada por pensamentos religiosos próprios - ou seja, considerações e interpretações pessoais que desenvolveu dos textos bíblicos - o que colaborou para a construir boatos e mitos sobre seu passado, principalmente um que atribuía a vida de peregrino a um possível assassinato cometido por Antônio. Ainda sobre os conselhos, pregava que estes eram uma missão divina, devido a uma iminente vinda do fim do mundo, e por isso ele teria a missão de aconselhar as pessoas para que fossem salvas[8].

No período de 1874 e 1876, os seguidores constantes de Antônio Conselheiro estavam entre quatro ou cinco, porém este número aumentaria muito depois que ele foi preso e libertado em 1876. A sua prisão se deu em decorrência do crescimento do boato de ter assassinado sua mãe e esposa[9]. Ele foi preso em Missão de Saúde de Itapicuru (BA) e levado a Salvador para se seguir as investigações. Porém, antes de sair, profetizou ao povo de Itapicuru o dia de sua volta, o que de fato ocorreu ainda em 1876, após ele ter sido inocentado de todas as acusações. Ter voltado no dia que havia anunciado como de seu retorno fez com que a população local visse o ato como um milagre, o que fez o número de seguidores aumentar, e junto sua capacidade de fazer obras de caridades e obras públicas[10].

De 1876 em diante, sua popularidade aumentou constantemente, assim como seu número de seguidores, que faziam aparecer povoados temporários por onde ele parasse para descansar ou fazer seus atos de pregação e obras. Esse fator começou a preocupar os fazendeiros e autoridades locais, pois a massa que seguia Conselheiro estava crescendo em um ritmo muito grande e sem controle até por parte do próprio Conselheiro. Com o aumento de seguidores, Antônio Conselheiro começou a tomar para si a responsabilidade sobre eles, e preocupado com a massa de seguidores, na década de 1880, quando fez um repouso na Fazenda Dendê de Cima em Itapicuru, ordenou que se construísse ali um povoamento, que depois ficou conhecido como Arraial de Bom Jesus. Este foi o endereço de Conselheiro até 1893, quando em decorrência do atrito com autoridades locais, acontece a primeira expedição. Como consequência, ele decide

[8] É essa característica de prometer a salvação a quem lhe escutar que configura Antônio Conselheiro como parte do movimento messiânico de fins do século XIX e início do XX, apesar de não ter indícios que o próprio alimentasse a imagem messiânica em si mesmo.

[9] "Entretanto a vila de Itapicuru esteve para ser o fecho da sua carreira extraordinária. Foi, ali, naquele mesmo ano, entre o espanto dos fiéis, inopinadamente preso. Determinara a prisão uma falsidade, que o seu modo de vida excepcional e as antigas desordens domésticas de algum modo justificavam: diziam-no assassino da esposa e da própria mãe". DA CUNHA, Euclydes. Op. cit., p. 106 - 107.

[10] Entre as ações assistencialistas que empregava Conselheiro, ele dedicava um tempo considerável a construções de cemitérios e capelas para os pobres. O dinheiro e o material de construção para as obras eram conseguidos através, respectivamente, de esmolas (tanto dos pobres que o seguiam, quanto de ricos locais) e de doações e compras. Já a mão de obra braçal e técnica vinham de seus seguidores, onde encontrava "[...] operários, fundidores, carpinteiros, mestre de obras [...]". Ver: OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 151.

mudar sua gente para um local mais defensável, a região de Belo Monte, onde funda o Arraial de Canudos.

De 1874 à 1893, Conselheiro foi um religioso errante que através de obras assistencialistas e pregações acumulou um número considerável de seguidores, que o ajudavam em suas obras e espalhavam ainda mais a sua fama pelo interior da Bahia e nos estados vizinhos. Nesse período de 19 anos, pelo menos até 1889, todas as ações e pregações de Conselheiro foram vistas como de âmbito religioso e, por isso, um assunto que cabia unicamente à Igreja Católica resolver. Tal afirmação é possível observando as ações do poder público: até 1893, quando ocorre o conflito em Massaté entre conselheiristas e as forças policiais, os governantes desse período de dezenove anos atribuem ao arcebispado da Bahia a tarefa de lidar com assuntos de teor religioso, e o principal exemplo dessa atitude é quando o governador da Bahia, Rodrigues Lima, pede ao arcebispado que fosse enviada uma missão para obter informações sobre a população canudense[11], e durante o Império, os assuntos religiosos eram de responsabilidade da Igreja, esta que pelo padroado régio era submetida ao poder imperial, e seus membros eram funcionários públicos.

Para a Igreja Católica, as ações de Antônio Conselheiro eram vistas como um movimento de fanatismo religioso e uma ameaça às autoridades dos padres, pois a Igreja Católica no Brasil passava por um período de romanização[12] segundo a qual o direito de pregação cabia unicamente aos sacerdotes, fazendo assim de Conselheiro um herege ao pregar questões de fé sem ser um sacerdote ordenado. O arcebispo de Salvador aconselhou os padres a não permitirem que Antônio Conselheiro pregasse em suas paróquias, pois por onde ele passava percebia-se um esvaziamento das Igrejas e consequente aumento de seus seguidores. Nas paróquias em que os párocos, após o esvaziamento, tentavam expulsar Conselheiro, eram relatadas revoltas e insatisfações por parte da população. A Igreja começou a se preocupar que o movimento que Conselheiro liderava pudesse criar um cisma no pensamento católico da população que o escutava, além de levar esta mesma população a um fanatismo religioso que era danoso tanto para a relação da Igreja com o povo, quanto da Igreja com o Estado, pois desde o início da década de 1870 as relações entre Alto Clero e Coroa começaram a se deteriorar,

[11] Ver: OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 181.

[12] "A romanização foi a modernização conservadora do catolicismo brasileiro. Ao mesmo tempo que representou uma reação contra a modernidade foi também seu produto e sua promotora. [...] A romanização ao mesmo tempo que mudou a Igreja e preservou-lhe as tradições. Por um lado, a Igreja procurou se adaptar a uma nova sociedade. Por outro, defendeu a ortodoxia, a autoridade clerical e o fim da autonomia leiga. [...]". Ver: SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 81.

gerando a chamada Questão Religiosa[13]. De maneira paliativa, a Igreja aconselhou os párocos a terem mais zelo com as paróquias através de obras de caridade e preservação, para que com o tempo o movimento de Conselheiro perdesse força por não ser o único que demonstrava tais cuidado com os lugares sacros e a população. Tal medida se mostrou insuficiente e a situação piorou quando o Padre Júlio Fiorentini, tomando atitudes extremistas, conseguiu convencer o arcebispo Dom Luiz a decretar a excomunhão de Antônio Conselheiro. Esta atitude piorou a relação da população com o padre e aumentou consideravelmente a quantidade de pessoas que iam ao Arraial do Bom Jesus para se unir à Conselheiro[14]. Apesar do clima tenso, os conflitos eram apenas verbais: do lado da Igreja, os sacerdotes tentando desacreditar o movimento de Conselheiro, e do lado de Conselheiro, seus seguidores o defendendo. Mas, mesmo com seu grande alcance regional, Conselheiro era apenas um dos problemas (e dos menores) que a Igreja tinha que enfrentar na década de 1880.

A partir de 1889, Conselheiro não fala apenas sobre religião e passa a também pregar contra a República. Segundo Honório Vilanova[15], "Conselheiro era contra a República por esta ser laica, aberta ao protestantismo, ao casamento civil e por afastar o Imperador do seu direito divino de reinar"[16]. Esse teor antirepublicano[17] de Conselheiro fez com que o governo baiano passasse a vê-lo como um possível agitador, mas que não gera problemas para a República até o ano de 1893. Até esse ano, inclusive a imprensa tinha uma visão muito mista de Conselheiro:

> Até o conflito de Massaté o posicionamento tanto público quanto jornalístico era dividido, enquanto alguns jornais publicavam relatos de indivíduos que eram

[13] "Em 1855, o governo imperial promulgou um decreto histórico sobre as ordens religiosas: proibiu a aceitação de novos noviços enquanto não fossem feitos melhoramentos no clero. O decreto era provisório. Mudanças permanentes no status quo aguardavam a negociação de uma concordata com o Vaticano, com o qual o Estado também esperava apoderar-se de bens pertencentes às ordens. Mas as gélidas relações em vigor, condenando assim as ordens brasileiras a uma morte lenta. Em 1870, o Império promulgou uma ordem adicional proibindo de retornar ao Brasil os homens que entrassem para uma ordem religiosa em outro país. A luta pelo clero foi base dos mais importantes eventos políticos do Segundo Reinado, a chamada Questão Religiosa (1872 – 1875)". Ver: SERBIN, Kenneth P. Op. cit., p. 85.

[14] Ver: OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 159 - 160.

[15] Honório Vilanova e Antônio Vilanova foram integrantes da "cúpula administrativa" de Canudos e responsáveis por suas relações comerciais. Antônio Vilanova foi particularmente próximo de Antônio Conselheiro e responsável pela vida econômica e civil do Arraial de Canudos. Ver: SILVA, Rogério Souza. Op. cit., p. 76.

[16] Ver: OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 161.

[17] Sobre o posicionamento anti republicano de Conselheiro, Daniela Barbosa de Oliveira aponta que: "Percebe-se que Conselheiro procura invariavelmente justificar seus posicionamentos e, ainda que usando de apologias bíblicas, nenhuma de suas exortações se apresenta de maneira leviana. Ora, assim como na passagem sagrada em que Jesus Cristo sugere que seja a dado "a César o que é de César", em referência ao imposto pago ao imperador romano, Conselheiro acredita que o poder outrora concedido à família de Bragança e Bourbon, para ela deveria retornar. Seu sistema de pensamento supunha ainda que a República era reprovável por não respeitar a religião, maculando princípios basilares da Igreja através, por exemplo, da imposição do casamento civil." Ver: OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. *Como se faz uma revolução? Breve análise de prédicas de Antônio Conselheiro sob a ótica dos estudos culturais.* SEO - Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. UFJF. p. 8. A referência está incompleta.

> publicamente contra Antônio Conselheiro, como o Barão de Jeremoabo. Outros publicavam relatos de pessoas que defendiam o caráter pacífico de Conselheiro e seus seguidores, atentando ao fato que "essa gente só se assanha na defesa do Conselheiro" e que o conflito se deu por culpa da polícia e não dos conselheiristas.[18]

O combate entre tropas policiais e conselheiristas nas proximidades de Massaté marca o início dos conflitos físicos entre as partes e é o maior motivador para Antônio Conselheiro decidir[19] partir com seus seguidores para a região de Belo Monte. Em 1895, ainda com a convicção de que o assunto de Canudos era religioso, o então governador do Estado da Bahia, Rodrigues Lima, pede ao Arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva o envio de uma missão religiosa a Canudos, para obter informações sobre o povoado, saber as intenções de Antônio Conselheiro, e tentar debandar a população. Foi através da missão capuchinha enviada que as informações sobre Canudos e toda a situação envolvendo Antônio Conselheiro fica conhecida para além da região baiana, quando o jornal católico *O Apóstolo* publica os relatos da missão em Julho de 1895.

Canudos na Imprensa carioca

O caso de Canudos passa a ser abordado na imprensa do Rio de Janeiro assim como grande parte das notícias que vem do antigo Norte do Brasil[20]: chega como uma história interessante do distante Norte do país, ou, como *O Apóstolo* intitula, "Uma História Curiosa". Até onde se sabe, *O Apóstolo* foi um dos primeiros jornais do antigo Sul[21] do país a noticiar sobre Canudos, começando com os relatos da missão capuchinha. A motivação do jornal em explorar esse caso deve-se à ligação ideológica que o periódico tinha com a Igreja Católica, sendo o maior jornal católico em circulação e tendo público leitor na então capital e nas demais províncias[22]. A visão do Norte como um local "curioso", "diferente", estava muito presente na

[18] Ver: OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 165-168.
[19] Pelo que Otten apresenta na página 169 de *Só Deus é Grande!*, e por outros autores como Abelardo Montenegro, a criação de outro Arraial não foi a primeira opção de Antônio Conselheiro e sim o envio dos seus seguidores de volta para suas casas. Porém, eles se recusaram a abandoná-lo, seja por receio dele ser preso ou por estarem religiosamente apegados ao Conselheiro. Otten também indica que a escolha de criar um local seguro se deve ao fato do Conselheiro ser padrinho das crianças e adultos batizados na igreja do Arraial de Bom Jesus, o que criou um vínculo familiar com grande parte da população. Ver: Ibidem.
[20] A divisão geográfica do Brasil em Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Nordeste acontece a partir da década de 1920, quando o paradigma naturalista cai em descrédito, e começa uma busca por reinterpretar as regiões brasileiras através de outros conceitos, que juntos colaboraram para a formação do nacionalismo brasileiro. E nesta busca, o regionalismo foi um dos pontos centrais para a determinação das novas áreas geográficas. Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., Capítulo 1.
[21] Em *A Invenção do Nordeste*, o autor deixa explícito que do século XIX para o XX houve uma mudança na maneira como eram vistas as regiões do Brasil, sendo anteriormente no XIX o país dividido entre Norte e Sul, que Albuquerque Júnior chama de "Antigo Norte" e "Antigo Sul". Ver: Ibidem.
[22] LIMEIRA, Aline de Morais. "Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação". Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2011. Capítulo II, p. 12 - 17.

imprensa da época. As notícias sobre outras regiões do país passavam por uma ótica enviesada que o antigo Sul possuía do antigo Norte brasileiro. Visão essa que, segundo Albuquerque Júnior, não cessa quando em 1920 começa um processo de reimaginação das regiões do país: "[...] Muitas vezes o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um Estado ou uma área que são apresentados e descritos como 'costumes do Norte ou Nordeste' ou 'costumes de São Paulo'"[23].

A prática de se ver outras regiões por uma ótica regionalista acaba criando concepções errôneas ou apressadas sobre eventos e episódios, o que podemos ver bem no caso de Canudos. Quando *O Apóstolo* publica o relatório da missão capuchinha no decorrer de cinco edições seguidas, ele o faz para tornar conhecida aos seus leitores a visão que a Igreja construiu sobre o que era Canudos. Como citado, a missão tinha como objetivos conhecer o arraial, entender o que Antônio Conselheiro queria e tentar debandar seus seguidores. Os dois primeiros objetivos foram conseguidos com relativo sucesso, pois a missão teve que ser encerrada antes do final previsto, sendo incapaz de debandar os seguidores de Conselheiro. A primeira visão na imprensa sulista que se tem através do *O Apóstolo* é passiva. O jornal não expressa sua opinião própria quanto ao caso, e adota para si o mesmo posicionamento que a Igreja Católica tomou quanto a Canudos, o que é revelado algumas edições depois. E essa missão serve como um ponto de início para que o Arraial de Canudos pudesse ser interpretado das mais diversas formas possíveis.

Até 1895, Canudos ainda era um assunto muito pequeno e regional, e por isso os grandes jornais ainda não tinham interesse quanto ao caso. A situação toma proporção nacional a partir de 1897, quando a segunda expedição falha em destruir Canudos, e o governo federal decide enviar uma força militar comandada pelo Coronel Moreira César. Com a formação dessa força de repressão, a imprensa assume posicionamentos diversos quanto ao caso de Canudos. Grandes jornais como o *Gazeta de Notícias*[24] do Rio de Janeiro começaram a noticiar telegramas e artigos de opinião quanto ao caso. Estas publicações, em sua maioria, colaboram para construir a imagem de periculosidade em torno de Canudos, devido ao teor das pregações de Conselheiro começar a ter características contrárias ao regime republicano. As ameaças se tornam mais agressivas quando a terceira expedição falha, principalmente em decorrência da morte do

[23] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., p. 55

[24] Os relatos sobre Canudos começam a aparecer no jornal a partir de 1896, quando a segunda expedição está em andamento, através de um telegrama. Ver: "Bahia, 9". *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro - Quarta-feira, 10 de Junho de 1896. p. 1.

Coronel Moreira César que desencadeia a necessidade política de se preparar uma nova e maior expedição, como aponta Jacqueline Hermann:

> Quando Moreira César foi morto no sertão baiano, o primeiro governo civil e paulista da república, encabeçado por Prudente de Morais, já estava no seu terceiro ano. Nesse período, a oposição política do grupo militar que deixara o poder só fizera crescer e encontrara agora, na morte de um de seus mais ilustres representantes, um fortíssimo argumento para questionar a legitimidade dos verdadeiros princípios de um governo que não conseguia proteger suas instituições contra os defensores da restauração monárquica, forma como passaram a ser identificados os conselheiristas.[25]

É com a quarta e última expedição que vem a público a versão mais conhecida e lembrada do caso, escrita por Euclides da Cunha para o *O Estado de São Paulo,* e que depois é usada pelo mesmo para fazer o livro *Os Sertões*. A versão de Cunha é, inclusive, um ponto importante para a consolidação da visão que o antigo Sul tinha do antigo Norte, que era pautada na visão do paradigma naturalista, e encontrou em sua escrita o respaldo ideal para suas concepções:

> *Os Sertões* de Euclides da Cunha, publicado em 1906, é sempre tomado como um marco dessa produção nacional, tropical, naturalista. Nas décadas seguintes, os críticos vão atribuir a este livro o início da procura pelo verdadeiro país, pelo seu povo, tendo posto por terra a ilusão de nos proclamarmos uma nação europeia e mostrado a importância de sermos americanos. Com ele, teríamos iniciado a busca da nossa origem, do nosso passado, da nossa gente, da nossa terra, dos nossos costumes, das nossas tradições. Teríamos ficado conhecendo, com ele, a influência do ambiente sobre o nosso caráter e a nossa raça em formação.
> *Os Sertões* é, sem dúvida, um marco, no sentido de que esboça os elementos com que vai ser pensado o problema de nossa identidade nacional. É um livro que fornece imagens e enunciados para os diferentes discursos regionais. [...][26]

Além de ser importante para a formação do imaginário que o antigo Sul tinha do antigo Norte, Albuquerque Júnior ainda afirma que a força da representação construída por Euclides da Cunha é tamanha que, na década de 1920, ela é reutilizada para construir o Nordeste brasileiro, "[...] já que seu livro, tenso entre ambiguidades, entre mito e história, entre ciência e arte, assim o permite".[27]

Entre versões que põem Canudos como uma grande ameaça à República e outras que veem o povoado como um exemplo da nacionalidade brasileira, o caso de Canudos recebe interpretações e usos diferentes conforme o veículo que o noticia. Essa diversidade de narrativas traz, por si só, a necessidade de analisá-lo junto com o contexto político do Brasil na última

[25] HERMANN, Jacqueline. "Canudos Destruído em Nome da República: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897". *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 3
[26] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., p. 66
[27] Ibidem, p. 67

década do século XIX. Uma república nascente em que seu governo civil tentava firmar-se ante a forte presença de um corpo militar na política federal, que desacreditava no compromisso dos civis com a causa republicana[28].

Conselheiro e Nordestino: há alguma ligação?

Para finalizar, já tendo exposto o quanto o caso de Canudos foi essencial para a formação do imaginário da região Nordeste, é interessante indagar também o quanto este indivíduo influenciou na formação da imagem do nordestino a partir do texto de *Os Sertões*.

A figura de Antônio Conselheiro é um dos pontos que menos varia entre as diversas versões sobre o Arraial de Canudos. Geralmente, é retratado como um homem extremamente religioso (o que em algumas versões faz com que ele seja taxado de fanático), de opinião forte e aparência humilde. Não é proposta dessa análise final tentar desconstruir essa imagem do Conselheiro, mas entendê-la como parte da construção da imagética do Nordestino, e vice e versa. Considerando-se essas características, podemos traçar certas semelhanças com descrições do nordestino na literatura, como em *Os Sertões*. Porém, há aspectos de Antônio Conselheiro que são mais ressaltados e lembrados, principalmente o seu lado religioso. A religiosidade vista em Antônio Conselheiro é muito concentrada em sua abnegação e na forma como conduzia a vida dos seus seguidores.

Em praticamente todas as representações que encontramos de Canudos e do Conselheiro prevalece a ideia do que miséria endêmica e a seca do interior do nordeste seriam capazes de produzir. Albuquerque Júnior aponta que a seca é o tema mais utilizado pela imprensa sulista para construir primeiro o antigo Norte e depois o Nordeste brasileiro[29]. A seca inclusive é justificativa para o crescimento do banditismo, que tem nos cangaceiros seu maior ícone, e das revoltas messiânicas, entre as quais está Canudos. A seca era o principal tema quando a imprensa sulista noticiava o Norte e teve forte respaldo nos discursos de políticos da região, quando estes a usavam, e com grande frequência o faziam, como uma justificativa para o atraso da região em relação ao Sul[30].

Este ponto da correlação entre seca e messianismo é necessário para entendermos a correlação entre a imagem do Conselheiro e do Nordestino. Conselheiro seria produto do maior problema regional pelo qual o Norte passa, enquanto o Nordestino seria a vítima deste problema. Essa interpretação tem respaldo na forma como Euclides da Cunha trata o

[28] Ver: HERMANN, Jacqueline. Op. cit.
[29] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Op. cit., p. 72
[30] Ibidem, p. 72-73.

"sertanejo"[31] e a figura do Conselheiro. Ao sertanejo, Euclides da Cunha destina grandes elogios[32], apesar de pô-lo abaixo dos sulistas em grande parte das comparações que faz entre ambos. Já com Conselheiro, a postura de Euclides era majoritariamente crítica, como aponta Roberto Ventura:

> Euclides projetou sobre o Conselheiro muitas de suas obsessões pessoais, como o temor da irracionalidade, da sexualidade, do caos e da anarquia, para construir um personagem trágico, guiado por forças obscuras e ancestrais e por maldições hereditárias, que o levaram à insanidade e ao conflito com a ordem[33].

Mas, o Conselheiro não deixa de ser nordestino por ser um líder de movimento messiânico. E aí reside a correlação: Conselheiro está dentro de um grande grupo imaginário que conhecemos como Nordestinos, mas é, ao mesmo tempo, um dos ícones da imagem popular que tanto a imprensa quanto a literatura construíram sobre os líderes do messianismo e, com Conselheiro, também da imagem do fanático religioso. Mesmo que a ideia de Antônio Vicente Mendes Maciel ter sido um líder religioso fanático seja apenas uma das muitas interpretações que se tem dele, afinal o próprio Conselheiro nunca se assumiu como um fanático, é um imaginário que é atrelado ao mesmo a anos, e é possível inclusive perceber essa correlação na forma como ele era fisicamente descrito: muito magro, com cabelos e barbas longas, e um olhar perdido. Podemos então, dizer que há no imaginário uma relação entre o Nordestino e o Conselheiro. Um engloba o outro. Porém, o imaginário construído sobre Conselheiro vai além do que o imaginário do Nordestino possui, criando por si só uma identidade única, não apenas por tratarmos de um indivíduo em relação a um grupo, mas também por haver toda uma construção, fictícia e factual, que foi feita sobre a figura de Antônio Conselheiro por Euclides da Cunha, Mario Vargas Llosa, e tantos outros escritores e acadêmicos.

Referências

AQUINO, Maurício de. "Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil". *Revista Brasileira de História*, vol. 32, nº 63, p. 143 -170.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz . *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FIN; Ed. Massangana / São Paulo: Cortez / 1999.

BRITO, José Artur Tavares de (Artur Peregrino). "O sertão das Religiões: O Caso de Canudos". *PARALELLUS*, Recife, Ano 2, n. 4, jul./dez. 2011, p. 157-166.

[31] Termo usado para falar da população do interior do Brasil. Sob influência de ideologias como o eugenismo, escritores como Euclides da Cunha faziam essa diferenciação baseados na concepção de que a população do litoral brasileiro é mais avançada do que a do interior com base na diferença de desenvolvimento das regiões.
[32] "O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral." CUNHA, Euclydes da. Op. cit., p. 75.
[33] Ver: VENTURA, Roberto. "Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa". *Revista de Antropologia.* V. 40, nº1, São Paulo, USP, 1997. p. 166.

HERMANN, Jacqueline. “Canudos Destruído em Nome da República: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 81-105.

LIMA, Lidiane Santos de. “A Campanha de Canudos nos Jornais”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

LIMEIRA, Aline de Morais. “Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação”. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2011. Disponível em: https://www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-acoes-catolicas-imprensa-educacao . Acesso: 22 de out de 2021.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, Nº 46, p. 119 - 129.

OLIVEIRA, Daniela Barbosa de. *Como se faz uma revolução? Breve análise de prédicas de Antônio Conselheiro sob a ótica dos estudos culturais.* SEO - Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. UFJF. s.d

OTTEN, Alexandre H. *Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Coleção “Fé e Realidade” Sob a responsabilidade da Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte: Edições Loyola, 1990.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume/ 2001.

VENTURA, Roberto. “Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa”. *Revista de Antropologia*, V. 40, nº1, São Paulo, USP, 1997, p. 165-2.

Fontes

Jornal *Gazeta de Notícias (RJ)*.

http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=103730&Pesq= ou http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

Jornal *O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ)*.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&pesq= ou http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

CUNHA, Euclides da. *Os sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

Compadres dos Senhores: a Nobreza da Terra e a formação da Freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1668)

Juarez de Almeida Moraes Junior
Mestrando em História Social - PPGHS - UERJ
Bolsista CAPES

O presente artigo tem por propostas, a partir de análises de registros de batismos de escravos e livres, fontes eclesiásticas e escrituras públicas, entender as seguintes temáticas; 1) a formação da elite local, a "Nobreza da Terra" na região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante entre os anos de 1646-1668, e 2) a Revolta da Cachaça de 1660 e 1661.

Por essa razão, investigaremos as relações entre senhores e escravos na freguesia problematizando como se deram os apadrinhamentos entre esses personagens no referido período. Ademais, através do apadrinhamento dos seus escravos, buscaremos compreender como a Nobreza da Terra desta localidade fortalecia os laços entre si.

Esses vínculos políticos, econômicos, sociais, matrimoniais e batismos, estreitaram de tal forma as relações entre esta elite que parte desta alta sociedade liderou a chamada Revolta da Cachaça no período de 1660 e 1661.

Para a compreensão sobre o papel dessa elite local no contexto político da época, é necessário definir o que é "Nobreza da Terra", pois suas alianças se davam a partir da formação de "Bandos: referia-se à teia de alianças que tias famílias criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção" (FRAGOSO, 2003, p. 20).

Sendo assim, esses "Homens Bons" eram pessoas das famílias mais respeitadas da localidade, afinal, nos trópicos essa elite era conhecida e reconhecida como "Nobreza costumeira". Ou seja, eram notórios como nobres apenas naquela região. E como a sociedade no Antigo Regime se dava pela ordem natural, isto é, fundamentada na prerrogativa da Política e da Justiça em uma sociedade altamente hierarquizada. (MONTEIRO, 1993, p. 57)

Para problematizar o papel político dessa elite, é fundamental compreender o município onde viviam. E por município, entende-se a comunidade política local, onde cuidavam de assuntos do seu próprio cotidiano sem a interferência do poder central, o Rei. (MONTEIRO, 1997, p. 353)

O mando político dessa Nobreza da Terra só era possível a partir da Lei Mental de Portugal estabelecida em 1434. Firmada pela monarquia de Avis, que possuía como intuito central a criação de uma elite concelhia composta pela elite vinculada à Casa Real. Ou seja, era crucial uma Nobreza que prestasse serviços à Coroa nos seus domínios territoriais.

Sendo assim, no império português existiam comunidades políticas com a prerrogativa do autogoverno, onde cuidavam por exemplo da justiça e ordenanças militares. Por isso, as elites buscavam possuir ofícios nas câmaras municipais para se consolidarem como elite local. (MONTEIRO, 1997, p. 357)

Na região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante no século XVII esse fenômeno não foi diferente. Pois, membros da alta hierarquia da localidade, que eram grandes proprietários de terras e escravos, questionaram decisões do então governador do Rio Janeiro, Salvador Correia de São e Benevides de proibir o comércio da cachaça no litoral da África.

Como a economia local baseava-se principalmente na produção da aguardente, isso causou um grande desastre para a freguesia. Com isso, a elite gonçalense liderou o motim que questionava a administração da capitania, pois "Foi o choque entre a nobreza mais do que tradicional fluminense e nobreza em busca de um espaço político; a nobreza que controlava a economia fluminense e a nobreza sufocada pelas restrições para a expansão de suas atividades econômicas". (CAETANO, 2003, p. 193)

De modo que o solo da região do Recôncavo da Guanabara não era propício para a plantação da cana de açúcar para a elaboração de açúcar em pó, a produção da aguardente torna-se essencial para a economia local. Por essa razão, a cachaça se consolidou a partir de 1650 como um produto altamente valioso para o tráfico negreiro no oeste da África Central. (CURTO, 1999, p. 69)

A partir desse cenário, a aguardente se transformou no produto mais importante no comércio atlântico, superando o vinho português. Isso não só irritou, mas também prejudicou comerciantes portugueses, por exemplo.

> O vinho, ao contrário, era propenso a se estragar. Isso permitiu, aos importadores na capital de Angola, baixar suas perdas nos transportes e permitiu, aos fornecedores de escravos africanos, uma maneira de manter grande suprimento de álcool dentro de seus domínios por um maior período de tempo (CURTO, 1999, p. 76)

Para entendermos o episódio da Revolta da Cachaça, é fundamental buscar a formação do bando comandado pela família Barbalho Bezerra não só região da freguesia de São Gonçalo do Amarante, mas também na capitania do Rio de Janeiro como um todo, pois o patriarca da família é o Luís Barbalho Bezerra foi governador desta capitania. Sua biografia é marcada por grande notoriedade, pois foi figura importante na política colonizadora portuguesa no Nordeste, com atuação importante em Pernambuco e Bahia na década de 1630 (RHEINGANTZ, 1965, p. 188) até chegar ao Rio de Janeiro já em 1642 (CAETANO, 2003, p. 188).

Nascido por volta de 1584, filho de Fernão Bezerra Monteiro e de Dona Camila Barbalho, Luís Barbalho Bezerra casou-se com Maria de Mendonça em 1614. Em 1638, sua família retirou-se de Pernambuco em direção a Bahia (RHEINGANTZ, 1965, p. 188) no contexto após as invasões holandesas no Nordeste.

Chegando ao Rio de Janeiro, Luís Barbalho Bezerra foi nomeado como sucessor do governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Seu "nome está intimamente ligado à história das lutas, na Bahia e Pernambuco, contra os holandeses, nas quais se cobriria de honra e adquiria justo renome" (COARACY, 2009. P. 95).

O contexto histórico desta mudança de grupo político após a emergência da chegada da família dos Barbalho Bezerra no comando local, está inserido num cenário onde Salvador Correia de Sá e Benevides era acusado de

> atos arbitrários, os abusos de poder que praticava, o pouco escrúpulo que manifestava para colher proventos e vantagens para si e para os de sua família, e também o seu empenho em patrocinar e favorecer os Jesuítas, mesmo com prejuízo da população, haviam levantado contra ele forte antipatia e suscitado queixas que não ousavam externar-se em razão do grande prestígio que junto às autoridades superiores desfrutava (COARACY, 2009. P. 93).

Após essas denúncias, "Salvador Benevides partiu para Lisboa, a fim de defender-se perante o Conselho Ultramarino das acusações contra ele formuladas" (COARACY, 2009. P. 95). Com isso, esse bando político começou a ter mais domínio sobre a capitania, pois "O afastamento de Salvador Correia de Sá e Benevides do controle da região fluminense fez emergir um novo governador, era ele, Luís Barbalho Bezerra, que assumiu o cargo em 1643." (CAETANO, 2003, p. 188).

Analisando detalhadamente a trajetória deste indivíduo, é possível perceber que até chegar ao cargo de governador da capitania do Rio de Janeiro houve um processo consolidado de serviços prestados à coroa portuguesa no Nordeste da América lusa.

> Antes de tomar posse da complicada administração fluminense, ela já havia conquistado para si várias outras atribuições, entre elas a fidalguia da casa real, a comenda da ordem de Cristo, o governo de Arraial do Cabo de Santo Agostinho, o cargo de mestre de campo da infantaria e o governo da Bahia (CAETANO, 2003, p. 188).

Mesmo que seu governo tenha sido por pouco tempo, o contexto estava marcado por diversos problemas para "o sustento da frota fluminense e a consequente eclosão de uma

revolta contra a alternativa de desvio da arrecadação dos impostos da câmara para a região baiana, flagelada pelas guerras contra os flamengos." (CAETANO, 2003, p. 188).

Ou seja, ao se transferir para o Rio de Janeiro, essa família encontrou "em São Gonçalo um espaço privilegiado para a manutenção das características que constituíam um nobre da terra." (CAETANO, 2003, p. 194). Isso só foi possível porque nesta região haviam similaridades com Pernambuco, economia baseada na produção do açúcar assim como a possibilidade de atuação política através no senado da câmara (CAETANO, 2003, p. 194).

A atuação de Luís Barbalho Bezerra mesmo que por pouco tempo, foi marcante na capitania, pois mesmo após a sua morte em 1644 seus filhos permaneceram no local e criaram raízes e se consolidaram como um dos principais grupos políticos da região. Seu filho Jerônimo Barbalho Bezerra, por exemplo, era o maior proprietário de escravos da freguesia de São Gonçalo do Amarante[1] ao longo da década de 1650.

O capitão Jerônimo Barbalho Bezerra nasceu em Pernambuco, por volta de 1616. Casou-se com Dona Isabel Pedrosa no Rio de Janeiro, sua esposa era filha de João Couto Carnide e de Cordula Gomes (RHEINGANTZ, 1965, p. 188). Deste matrimônio "teve seis filhos: Jerônimo Barbalho, 1645; Felipe Barbalho Bezerra, 1647; Páscoa Barbalho, 1650; Luís Barbalho, 1651, que faleceu ainda menor; Micaela Pedrosa, 1653; Luís Barbalho, 1660" (CAETANO, 2003, p. 189).

Através de algumas fontes importantes, é possível mapear as relações estabelecidas pelos filhos e filhas do casal Jerônimo Barbalho e Isabel Pedrosa. Por exemplo, Páscoa Barbalho Bezerra casou-se com Pedro da Costa Ramiro em 19 de janeiro de 1668 e Micaela Pedrosa casou-se com João Batista de Matos em 1671. Ambas filhas do casal tiveram matrimônios com filhos de membros da elite da capitania. Páscoa tinha como sogros Domingos Carvalho de Figueiredo e Inês da Costa (RHEINGANTZ, 1965, p. 189), enquanto Micaela tinha como sogros o capitão Francisco Luís Lôbo e Catarina de Sene (RHEINGANTZ, 1965, p. 189-190).

Jerônimo Barbalho Bezerra foi um dos personagens da região que mais apadrinhou livres na freguesia de São Gonçalo entre as décadas de 1640 e 1650. Dos registros de batismos disponíveis para esse contexto, Jerônimo foi padrinho de 13 crianças, sendo que de 11 pais diferentes. Domingos Freire e Manoel da Orta foram os indivíduos que tiveram dois filhos apadrinhados por Jerônimo Barbalho. Outros 9 personagens criaram esse laço do parentesco fictício através do batismo com Jerônimo, são eles Gregório de Veras, Bernardo

[1] De acordo com os registros de batismos de escravos do período ele possuía 67 cativos.

Martins, Manoel Dias, João Pereira, Sebastião Coelho Damim, Manoel da Costa de Macedo. Miguel de Carvalho, Manoel Alvares e José Reis de Moura.[2]

Outro indicador importante para mapear as relações de Jerônimo Barbalho com membros da elite local, é o fato de seus escravos terem relações de compadrio com escravos da mesma elite da região. Inácio Pereira. Domingos Dias, Francisco Gonçalves, Domingos de Freitas, Sebastião, Manoel Pimenta e o Padre Manoel Martins[3] eram os proprietários dos cativos que possuíam laços de parentesco com os cativos de Jerônimo.

Ou seja, a consolidação dos Barbalho Bezerra na região vai além das relações entre os próprios membros da elite, também ocorriam entre os próprios escravos deles, como forma de corroborar o alcance político desses indivíduos. O elo com a região é confirmado "pelo alvará régio, que recriava da freguesia de São Gonçalo, em 1647. Jerônimo Barbalho era citado entre os ilustres sesmeiros que a partir daquela data desmembravam-se da freguesia da Sé para fazer da freguesia de São Gonçalo de Amarante" (CAETANO, 2003, p. 190).

Dos responsáveis pelo requerimento da criação da freguesia de São Gonçalo em 1647, destacamos dois deles para explorar neste artigo; Francisco Barreto de Faria e Jerônimo Barbalho Bezerra[4]. Conseguimos rastrear algumas trajetórias de vida, genealogias, laços de compadrio entre a própria elite, assim como os laços de compadrio dos cativos desta nobreza da terra, além dos laços econômicos entre eles e sua rede de aliados através dos registros de compra e venda.

Dentre esses grandes expoentes que buscaram a criação da freguesia na década de 1640, vários deles tiveram protagonismos na Revolta da Cachaça, alguns se destacam pela liderança e posicionamento que consolidaram no poder estabelecido na região. Na sequência, será aqui explicitado alguns desses nomes, que tiveram relações diretas não só com a revolta em si, mas com o estabelecimento de laços com bandos diversos espalhados pela capitania do Rio de Janeiro.

Sendo assim, identifica-se que as relações estabelecidas entre os grupos, ligados ou não à Salvador Correia de Sá e Benevides, eram marcadas pela "política de mercês, privilégios e troca de favores, onde a retribuição do favor prestado é condição sine qua non para a manutenção dos laços familiares, afetivos e sociais". (CAETANO, 2003, p. 56). Essas relações foram, também, estabelecendo uma série de tensões entre os bandos ligados à Salvador Correia de Sá e Benevides, e as demais lideranças da freguesia de São Gonçalo.

[2] ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.
[3] ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.
[4] Alvará porque Sua Magestade há por bem e manda se erija de novo e crie uma vigairaria da invocação São Gonçalo sita nos limites e lugar de Guaxindiba, Capitania do Rio de Janeiro.

Aliás, são muitos aqueles que se estabeleceram em terras gonçalenses e que tiveram participação direta no processo da revolta. A análise minuciosa desses nomes nos permite melhor entender suas relações políticas e sociais, destacando o que pode ter ocasionado o conflito.

Jerônimo Bezerra Barbalho, por exemplo, era o maior proprietário de escravos da freguesia nesse recorte e que fora degolado como punição por chefiar tal rebelião, como é explicitado no decorrer deste trabalho. Filho de Luís Barbalho Bezerra, que foi governador de Pernambuco no início do século XVII. Era o maior proprietário de escravos da região. Casos como o dele, se faz possível identificar as relações que determinados senhores promoviam com seus escravos, fossem elas por relações de apadrinhamento ou batismo. E o afloramento dessas disputas de poder, ganhou força na Revolta da Cachaça.

Desde o período anterior à revolta, o então patriarca desta parentela, Luís Barbalho Bezerra, que fora governador da capitania de Pernambuco, se deslocou para a freguesia de São Gonçalo do Amarante e conseguiu casar seus filhos com membros da elite local, tendo sido escolhido também governador do Rio de Janeiro. Com isso, estabeleceu um forte e importante papel de liderança na região.

Ou seja, essa apuração nos permite compreender que no período anterior à Revolta da Cachaça, já existiam disputas políticas entre os "bandos" locais. O filho de Luís Barbalho, Jerônimo Barbalho Bezerra, foi o grande líder da Revolta da Cachaça, assim como seu irmão, Agostinho Barbalho Bezerra, foi escolhido pelos revoltosos como o futuro governador do Rio de Janeiro, para assumir o poder da política local após conseguissem derrubar o então mandatário.

Outro indivíduo importante dessa freguesia de São Gonçalo do Amarante foi Francisco Barreto de Faria. Casado com Barbara Barreto, ele foi um dos líderes responsáveis pela elevação da região à freguesia na década de 1640. Como personagem marcante para a localidade, construiu relações fortes e profundas com diversos atores da região, como por exemplo batizou os filhos de Ignacio Pereira e Inês Pinta de Gomes, Francisco Simões e Joana Dami e João [F...?][5] e Pelonia.

O mapeamento das relações entre essa elite local também é possível através dos registros de batismos dos cativos, pois além dos nomes dos escravos, aparecem os nomes dos proprietários destes. Nesse sentido, cativos do Francisco Barreto de Faria tinham relações com os escravizados de Po Barreto, Dorotea Dalvarenga, Manoel de Espinha, Monoel Dias, Domingos Pereira, Paulo da Mata, Luiz Cabral e Sebastião Serrão.

[5] Sobrenome ilegível nos arquivos de batismos

Alguns outros nomes de indivíduos fundamentais da política local não só da freguesia de São Gonçalo, como da capitania como um todo se relacionam com Francisco Barreto de Faria. O mais notório é o nome do Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra. Em um registro de compra e venda de terra do dia dois de março de 1662, aparece o nome destes dois personagens com o Capitão Francisco Martins Soares que era administrador da Companhia Geral do Comércio. Na ocasião Francisco Martins pagou a quantia de 850$000 a Francisco Barreto que Jerônimo Barbalho Bezerra que na época já era falecido. Essa dívida tinha como procedência a compra "18 peças de escravos do gentio de guiné que o dito defunto lhe havia comprado"[6]

Essa relação de proximidade geográfica entre esses membros da elite local é muito difícil de reconstruir, pois os dados de mapas são muito escassos para termos uma visão mais definida da localidade. Porém, alguns indícios nos registros de compra e venda possibilitam de alguma forma reconstruir o espaço e as relações de vizinhança dessa elite.

Em uma escritura de quatro de maio de 1683, há um registro de venda de terras e 23 escravos, onde Sebastião da Silveira e sua mulher Ana Pinta vendiam a Gonçalo Gomes Rangel, na banda d'além, também conhecida como ponta do Barbalho, divisa com terras de Gaspar Pereira de Oliveira de um lado, e de outro lado com terras do Capitão Francisco Barreto de Faria.[7]

Essa localidade chamada de "Ponta do Brabo, também conhecida como Ponta dos Barbalhos, que hoje se convencionou chamar de Gradim, no município de São Gonçalo" (CAETANO, 2003, p. 119). Ou seja, Francisco Barreto de Faria era proprietário de terra próximo do local onde os líderes da Revolta da Cachaça saíram para iniciar o motim. Isso indica que seu protagonismo político era notório na freguesia, se aliando aos membros da nobreza da terra local e assim fazendo parte do bando dos Barbalho Bezerra.

Dessa forma, é importante destacar que mesmo com poucas fontes disponíveis para a reconstrução dos laços de todos os membros dessa elite local da freguesia de São Gonçalo do Amarante, os indícios que encontramos possibilitam concluir que nem todos os indivíduos que lideraram o processo de elevação da região à freguesia em 1647 faziam parte de um único grupo político. O próprio Domingos de Faria aparece como um aliado político do general Salvador Correia de Sá em Benevides nesta fonte de 1662.

[6] AN, 1ON, 44, p. 116 apud BDEFRG http://mauricioabreu.com.br/escrituras
[7] AN, 1ON, 56, p. 55 apud BDEFRG http://mauricioabreu.com.br/escrituras

Como o açúcar era protagonista da economia local, proibir o comércio deste produto era altamente prejudicial para a Nobreza da Terra da freguesia de São Gonçalo de Amarante. Por isso,

> A Revolta da Cachaça simbolizava uma intenção clara dos homens ultramarinos fluminenses de reverterem um quadro negativo que assolava a capitania do Rio de Janeiro com a administração de Salvador Correia de Sá e Benevides. Para isso não mediram esforços para impor seus interesses, mas tomando o cuidado do movimento ser em prol do rei e não contra ele. (CAETANO, 2003, p. 115)

O interessante nesse levante é que os revoltosos foram extremamente cautelosos para mostrar lealdade ao Rei português e deixaram claro que era algo contra o então governador Salvador Correia de Sá e o seu substituto, Thomé Correia de Alvarenga

> Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1660, aos oito dias do mesmo mês e anno nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em casa da Câmara dela, onde se ajuntou o povo desta cidade e seu distrito às cinco horas da manhã, e todo assim junto na dita casa, como fora e circuito dele, fez o vir os oficiais da Câmara , que de presente servem, depois de juntos lhe representou o dito povo, dizendo em primeiro lugar, que vivesse El-Rei nosso Senhor D. Affonso, de quem eram leais vassalos, e que como tais lhe representavam em como em trinta do mês passado de outubro se haviam junto da outra banda da dita cidade, onde chamam a Ponta do Brabo, de onde pretendiam passar a esta cidade magoados, queixosos, e oprimidos das vexações, tiranias, tributos, fintas, pedidos, destruições de fazendas que lhes havia jeito o general Salvador Correia de Sá e Benevides, que governava esta praça, tratando só de suas conveniências, sem atender ao bem comum dele dito povo. [8]

Para a realização da pesquisa, serão exploradas principalmente fontes paroquiais, como batismos de escravos e livres do período de 1646-1668 e escrituras públicas, como as que remetem aos processos de compra e venda de escravos e terras nos séculos XVII e XVIII.

A documentação relacionada aos casos de batismos totaliza 1.019 registros de batismos de escravos, 292 registros de batismos de livres[9] e 582 escrituras públicas já levantadas no Banco de dados do site do geógrafo Maurício de Abreu.

Os registros de batismo de escravos demonstram diversas informações fundamentais para o desenvolvimento da análise crítica do objeto, como por exemplo: as datas dos batismos; os nomes dos escravos batizados; nomes de seus pais e padrinhos; nomes dos donos de padrinhos e madrinhas; os estados civis dos pais; a condição social de padrinhos e madrinhas; entre outras informações relevantes. Todas essas referências são essenciais para a

[8] "Excepto de uma memória manuscrita sobre a história do Rio de Janeiro durante o governo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 3, s/a, p. 5.

[9] Entende-se como livres os filhos da elite da Nobreza da Terra da Freguesia de São Gonçalo.

reconstrução das redes existentes entre os escravos e seus compadres.

Já os batismos de livres informam os nomes dos batizados; os nomes dos pais; os títulos dos pais; os estados civis das mães e seus títulos; os nomes dos padrinhos, assim como suas profissões; os títulos dos padrinhos; os nomes dos maridos das madrinhas e suas profissões e títulos; assim como os nomes dos pais das madrinhas, suas profissões e títulos.

As escrituras públicas nos possibilitam identificar as relações comerciais que a elite desta Freguesia promovia, detalhando as datas de compra e venda da terra, indicando os valores do negócio e, principalmente, os nomes dos personagens envolvidos. Com isso, pode-se entender como a elite da região interagia comercialmente e, também, como ela possuía laços econômicos entre si, pois através do cruzamento das fontes de batismos e dessas escrituras, percebe-se a existência de uma grande intimidade dos membros da Nobreza da Terra da freguesia de São Gonçalo do Amarante em meados do século XVII.

Pelo exposto acima, a utilização da metodologia de análise proposta pelo campo da micro-história, se faz fundamental para o entendimento do cotidiano dessa freguesia, visto que o procedimento dos autores referências dessa corrente historiográfica, possibilitam analisar as estratégias ocultas dos indivíduos.

Como por exemplo, podemos citar Giovanni Levi que explicita a micro-história como um "[...] sistema de contextualização e de interligação entre regras e comportamentos, entre estrutura social e imagem impressa nas fontes escritas entre literalidade do documento e série documental." (LEVI, 2000, p.74) Ou seja, destaca-se que os indivíduos possuem estratégias com o objetivo de controlar o futuro e, para isso, se faz importante entender o seu comportamento geral, tal como suas atitudes ao longo da vida.

Nessa perspectiva, Ginzburg também ressalta a importância dos detalhes das fontes para a reconstrução do passado. Esse é um exercício essencial para quem estuda a história do Recôncavo da Guanabara no século XVII, pois devido à escassez de fontes, o historiador precisa ser criativo ao realizar o cruzamento dos registros históricos de maneira bem refinada e assim fazer questionamentos aprimorados às fontes para realizar um bom estudo de caso.

Sendo assim, o autor destaca que "suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição." (GINZBURG, 2011, p. 179)

A partir dessas considerações, torna-se fundamental perceber que essa pauta dos costumes e experiências, assim como as problemáticas da micro-história italiana, vão nortear

as análises de historiadores brasileiros nas últimas décadas. Um grande exemplo dessa influência são as diferentes obras sobre o período colonial do Recôncavo da Guanabara escritas pelo historiador João Fragoso. Desta forma, com as fontes disponíveis é possível realizar um detalhamento das relações entre as famílias desta freguesia, com base no olhar da micro-história.

Com isso, se faz possível especificar seus nomes e apontar quais famílias possuíam mais laços, e indicar assim as ligações de suas escravarias e ressaltar a importância da formação de redes existentes entre os cativos, tal como a estabilidade da família escrava. Como destaca João Fragoso "O que me importa é sugerir a hipótese de barganhas com escravos como prática da nobreza e, mesmo, a existência de uma certa coincidência de interesses entre ambos." (FRAGOSO, 2003, p. 31)

A partir das problemáticas debatidas por Ginzburg, como por exemplo entender de que maneira os indivíduos viviam, e sobretudo compreender o homem e suas relações sociais. A associação com as ferramentas técnicas da Antropologia também é importante, pois facilita a percepção sobre as práticas culturais, as relações de parentesco e vizinhança no interior de um certo segmento social. Afinal o sujeito e o seu nome são pontos de encontro das suas várias relações sociais. (GINZBURG, 1989)

Assim, ao cruzar as relações estabelecidas a partir das experiências cotidianas, como por exemplo, os casos de batismos, será possível identificar novas formas de relações culturais, ressignificações e variações de costumes, com a formulação de cenários híbridos dentro do processo de escravidão proposto na região durante o século XVII.

Casos como esse, nos permitem destacar a importância da metodologia da microhistória para compreender as ações destes indivíduos em sua época, pois através do seu nome, podemos localizar as suas ações ao longo de sua vida. Alias, é a partir dos estudos de casos que entenderemos o Universo Relacional (GRENDI, 2009, p. 23) desses personagens.

Referências

CAETANO, Antônio Felipe Pereira. **Entre a sombra e o sol.** A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. Rio de Janeiro 1640-1667. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII:** raízes e perspectivas. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009.

CURTO, José C. **Vinho verso Cachaça – A luta Luso-Brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c.1648-1703**. In: Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (orgs.). "**Angola e Brasil nas rotas do atlântico-sul**". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FRAGOSO, João. **A Nobreza vive em bandos**: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. Revista Tempo (UFF), Niterói, v. 8, n. 15. 2003.

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como:** troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GRENDI, Edoardo. **Microanálise e História Social**. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro, FGV, 2009

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Casa e Linhagem**: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Revista Penélope, Lisboa, n. 12, 1993.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime.** Revista Análise Social, Lisboa, v. 32, n. (141), 1997.

Fontes

Escrituras públicas de compra e venda e doações, acessados diversas vezes por meio do Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara sécs. XVII-XVIII, realizado por Maurício de Abreu e seus colaboradores, e disponibilizados no *site* http://www.mauricioabreu.com.br/

RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII) – Vol. 1.** Rio de Janeiro: Brasiliana, 1967.

_____. Primeiras famílias do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII) – Vol. 2. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

Os índios no processo de conquista dos sertões do vale do rio Mucuri (séculos XVIII e XIX): Os caminhos da pesquisa[1]

Tamires Santos Pereira[2]
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Os primeiros contatos com a História Indígena ocorreram em 2010 na condição de acadêmica do curso de História, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), quando também nos aproximamos das comunidades Pataxó, nas terras do entorno do Monte Pascoal, região de Porto Seguro e Cumuruxatiba/Prado.

Na graduação, a História Regional ganhou destaque com o tema das relações interétnicas e a curiosidade sobre os processos que levaram ao desmatamento da Mata Atlântica que até meados do século XX ainda cobria quase 90% da região. O interesse pela história da Mata Atlântica nos fez recorrer a estudos sobre algumas obras clássicas em que os sujeitos e os fatos históricos foram descritos e analisados a partir e em uma relação com o seu meio ambiente.

A nossa inquietação residia no fato de que na chamada Costa do Descobrimento, o que existiam – quase 500 anos após o início da colonização portuguesa - eram sete pequenos municípios ao longo do litoral[3], somados a algumas vilas no interior das matas, até então, em estado primário de ocupação.

Foi com base nas observações dos conflitos do tempo presente que envolvem as comunidades Pataxó do entorno do Monte Pascoal e da forma como se deu a rápida retirada da floresta, especialmente a partir da década de 1950, com o episódio conhecido como "Fogo de 51"[4], que produzimos uma pesquisa de mestrado buscando entender a relação deste grupo

[1]O texto apresentado é uma síntese do trabalho de pesquisa que embasou a tese em fase de conclusão a ser defendida no PPGHS. Nele, abordamos o processo de reformulação do projeto aprovado ainda em 2016 e alguns dos desdobramentos teóricos e documentais. Apresentamos os últimos anos de estudo e análises que fundamentaram a construção dos capítulos que compõe a estrutura da tese. No artigo, indicamos as primeiras análises que levaram a observação do protagonismo indígena no processo de conquista dos sertões do vale do rio Mucuri, e como esta percepção conduziu o foco do trabalho para os diferentes modos de "ser índio" nas fronteiras dos sertões estudados.

[2] Doutorando em História Social. PPGHS/FFP/UERJ. Turma/2017. E-mail: tamiresspereira@gmail.com

[3]Até a década de 1950, haviam emancipados politicamente apenas os municípios de Caravelas (1855), Prado (1886), Belmonte (1891), Porto Seguro (1891), Alcobaça (1896), Mucuri (1931) e Santa Cruz Cabrália (1938). Fonte: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1

[4]O episódio do "Fogo de 51", como ficou conhecido entre o(a)s Pataxó, foi um conflito desencadeado no povoado do Corumbau, vizinho a aldeia Barra Velha ao sul de Porto Seguro, que suscitou uma reação

com o território ocupado, atualmente fragmentado em 06 (seis) terras indígenas legalmente demarcadas, bem como suas marcas da memória inscritas nas paisagens que o compõe.[5]

Recuando o recorte de análise no mestrado, chegamos até a primeira tentativa de demarcação do Parque Nacional do Monte Pascoal na década de 1940[6] e daí aos conflitos que levaram a população de um antigo aldeamento[7] próximo a vila de Caraíva a se deslocarem de suas terras, espalhando-se por todo o Extremo Sul baiano e outros estados do país. Tratava-se do aldeamento Belo Jardim, criado em 1863, que como tantos outros teve como objetivo amansar, civilizar e catequizar os "índios bravos", livrando os colonizadores da presença inculta desses nativos.[8]

O trabalho realizado até o mestrado, de caráter interdisciplinar, aprofundou numa perspectiva geosimbólica nossa reflexão sobre a complexa interação homem-natureza-espaço, este último deixou de ser um cenário estático e imutável, passando a ser visto como algo eminentemente histórico, e, portanto, "vivo". Foi na obra do historiador holandês Simon Schama que esta abordagem simbólica das paisagens do Território do Monte Pascoal ganhou alcance explicativo e mesmo teórico.

Schama mostrou em seu trabalho sobre as relações entre paisagem e memória, como a natureza teria sido moldada culturalmente ao longo da história.[9] Na contramão de uma reflexão ecológica, a qual muitas vezes vê o natural como uma entidade primitiva, supostamente autêntica, que teria sido poluída pelos artefatos mobilizados pelos homens, argumentando que a natureza está relacionada de forma inescapável à cultura. "Paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto de imaginação projetado sobre mata, água, rocha."[10] Cabendo também reconhecer que, quando uma determinada ideia de paisagem, um

---

desproporcional das polícias de Prado e Porto Seguro (BA) que, além de danos físicos e emocionais, provocou a desorganização da população lá estabelecida, o massacre desorganizou o grupo ali aldeado e espalhou o(a)s Pataxó para várias partes da região Extremo Sul e outros estados.

[5]PEREIRA, Tamires. *O(a) Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia*: Patrimônio, Cultura e Memórias CorpOrais. Dissertação de Mestrado, PPGMLS/UESB, Vitória da Conquista, 2016.

[6]CARVALHO, Maria do Rosário. *Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico.* Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1970 [1977].

[7]O aldeamento Belo Jardim é hoje a Aldeia Barra Velha, considerada por muitas comunidades Pataxó como "aldeia mãe". (PEREIRA, 2014).

[8]Além do(a)s Pataxó, o aldeamento também abrigou outras etnias, como os Maxacali, vindos do interior, Botocudos, Tupinikim de Trancoso e Vila Verde e Kamakãs-Meniã, prevalecendo o etnômio Pataxó por serem um grupo maior. O fato de outras etnias terem sido aldeadas no mesmo espaço pode explicar em parte à composição do Patxorã que é considerada a língua Pataxó, pertencente ao tronco linguístico Macro-jê e à família Maxakali. Uma combinação da língua Maxakali com influências do Tupi.

[9]SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

[10]Op. Cit. p.70

mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, tornando-as metáforas mais reais que seus referentes, e, portanto, parte do cenário.

Nesta perspectiva, tomamos como fonte no dito estudo de mestrado, as narrativas apresentadas pelos Pataxó - com os quais tínhamos contato -, e entre elas a do mito de criação do seu povo.[11] O mito segundo Lévi-Strauss[12] está na linguagem e além dela, e foi nesse "mais além" que encontramos as marcas e indícios da presença desses nativos no espaço estudado, ora no tempo da natureza e dos bichos, ora nos lugares encantados descritos pelos Pataxó, como a Juacema e o Monte Pascoal ou Monte Ará como também o chamam. Seguindo os rastros de memória nesta paisagem, nos debruçamos sobre as primeiras fontes escritas que possibilitaram cruzar estas narrativas com a memória registrada nas mesmas, bem como delimitar a pesquisa que fundamenta a tese aqui apresentada.

Juacema é citada no livro *Viagem ao Brasil*, escrito pelo príncipe prussiano Maximiliano Wied-Neuwied, relatos etnográficos de sua viagem pela costa brasileira, adentrando alguns rios entre 1815 e 1817, foi através desta leitura que fizemos nossa primeira incursão de fato pelos sertões do Monte Pascoal, movendo o olhar antes atento apenas ao litoral na direção do interior e por outra perspectiva que não somente as narrativas Pataxó do presente.

Maximilian von Wied-Neuwied (1989) conta que após passarem pela "terra denominada Comechatiba, ou, mais exatamente, na antiga língua indígena, Curribichatiba. Pelo rio Caí ao norte, pelo Corumbau e pela alta montanha denominada Morro Pascoal"[13], que serve de referência aos navios no oceano, chegou as margens do rio Cramimoã.[14]

> Uma vez alcançada a margem norte com toda a "tropa", avançamos ao longo da costa, pela planície coberta de densos cerrados, limitados à distância por colinas; mas logo encontramos novamente altas e íngremes ribanceiras de argila e arenito, [...] Segue-se por uma trilha escarpada até o cimo dessas barreiras, e entra-se numa

[11]"Em um lugar encantado chamado **Juacema** surgiu um grande guerreiro "Txôpai" (o criador). Em um dia ensolarado Txôpai provocou um grande temporal na Juacema, onde se formou um imenso buraco. Cada pingo de água que caía no buraco se misturava ao barro dando formas a guerreiros belos e fortes. Os índios saíram do buraco e começaram a povoar e habitar aquela terra sagrada. Era o povo Pataxó." In: OLIVEIRA, Cristiane Maria de. (Jandaia Pataxó). *Niotxarú Hitap Pataxó:* revitalização cultural, memória e resistência na visão dos troncos velhos da cultura Pataxó. Salvador: SECBA (Monografia Magistério Indígena Nível Médio), 2011 (grifo nosso).
Existem outras versões do mesmo mito de criação, uma delas é a contada por Apinhaera Pataxó que foi escrita e ilustrada por Kanatyo Pataxó, e publicada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais em 1997. Versão disponível: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001782.pdf

[12]LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado.* Lisboa, Edições 70, 1981.

[13]WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p. 217, 218, 219 e 220.

[14]Pelas descrições no texto, parece se tratar da vila de Caraíva ao Sul de Porto Seguro. Atualmente localizada a 6 km de Barra Velha.

> planície seca de campos, denominada Jauacema ou Juacema. Nesse local, de acordo com a tradição dos moradores, houve outrora, nos primórdios da colonização portuguesa, a grande e populosa vila do mesmo, ou Insuacome, mas que, à maneira de Sto. Amaro, Porto Seguro e outros estabelecimentos, foi destruída pela guerra com uma bárbara e antropófaga nação dos Abaquirás, ou Abatirás. [...] Dizem que ainda se acham, em Juacema, pedaços de tijolos, metais e objetos análogos; são os mais antigos testemunhos da história do Brasil, porquanto não há, no litoral, monumentos mais antigos que os do tempo da primeira colonização dos europeus. Os primitivos habitantes não deixaram, como as nações Tulteca e Asteca, monumentos que prendessem a atenção dos pósteros após milhares de anos: pois a memória dos rudes tapuias desaparecerá da terra com seu corpo desnudo, que seus irmãos confiam à cova, pois é indiferente para as futuras gerações.[15]

Na versão Pataxó apresentada pela antropóloga Maria do Rosário Carvalho temos o seguinte relato,

> Em Juacema, o filho do caboclo, do índio pegou um bem-te-vi (índio da beira da costa mesmo Pataxó) e esse bem-te-vi fez uma guerra com eles. O filho do civilizado bateu no filho do caboclo e tomou o bem-te-vi. Foram prá mata chamar outros e quando vieram fizeram uma guerra. E os outros, os Baquirá, saíram de baixo do terreno, fizeram guerra e acabou com a Juacema. Saíram de baixo do chão, tem dois buraco de onde eles saíram, os Baquirá. E os outro índio era daí de cima. Chegou os índio por terra, por cima do terreno com arco e os Baquirá por baixo, do chão... Baquirá é índio brabo, brabo mesmo. Acho que eles mora debaixo do chão que inda não descobriram essa aldeia de índio, chamam baquirá. Os antigo contava isso e prova que ainda tem lá os buraco[16].

A despeito do que expressou o príncipe acerca da memória dos "rudes tapuias", ela tem se atualizado em diversas narrativas reelaboradas no presente como apontamos na pesquisa de mestrado e como demonstra o trecho mencionado acima. Numa ligação quase inseparável entre memória e espaço como discutido por Aleida Assman.[17] Desta forma, os trechos citados, foram os primeiros indicativos de que numa pesquisa mais avançada sobre esse *lócus* ao qual chamávamos de território tradicional do Monte Pascoal, poderíamos chegar a uma elaboração que evidenciasse os pontos de tensão em virtude dos interesses e relações distintas, a depender do período, das populações e culturas díspares que por ele se ligavam.

Analisar as narrativas Pataxó, confrontando-as com textos como o Wied-Neuwied foi uma etapa fundamental para que ao refletir sobre o contexto de elaboração e reelaboração dos mitos, compreendêssemos também a importância da Mata Atlântica, não só como uma floresta nativa, mas como rota secular de encontros e desencontros entre os diversos povos nativos e outros.

[15]WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. *Op. Cit.* p.221.
[16]CARVALHO, Maria do Rosário. *Os Pataxó de Barra Velha*: seu subsistema econômico. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1970 [1977].
[17]ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP, Unicamp, 2011.

Neste sentido, a floresta ganhou destaque como palco de disputas, meio de ligação econômica, de embates violentos e de negociações, e assim começamos a encontrar o caminho para estudar as redes tecidas pelas populações nativas nos diferentes tempos históricos. Assim, chegamos à proposta de investigação cujo objetivo principal foi analisar o processo de conquista e colonização dos territórios ocupados pelos indígenas no vale do rio Mucuri nos séculos XVIII e XIX, rio que nasce em Minas Gerais e percorre 321 km até a sua foz na Bahia, na fronteira com o Espírito Santo.

Esta análise não seria possível sem a leitura crítica das fontes utilizadas, assim como o cruzamento de diferentes documentos. Para dar conta de questões tão diversas como a presença e as relações entre índios e não índios nos sertões do Mucuri e na zona litorânea, envolvendo grupos que se movimentavam por um território entre áreas controlas pelas autoridades régias e terras ainda por conquistar, o uso de uma documentação variada, acessada em diversos arquivos (físicos e digitais) mostrou-se indispensável.[18]

No Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, IHGB, Arquivos Públicos dos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e nos acervos digitais pesquisados, foram levantados entre outros documentos os relatos de expedições públicas e particulares pela região dos sertões na qual se localiza o vale do Mucuri, pareceres acerca do plano de colonização, informações sobre a implantação de quarteis e colônias militares, ofícios e relatórios de diretores de índios. Consultamos ainda os autos de criação das vilas na antiga Capitania de Porto Seguro e os relatórios, ata de instalação e correspondências da Companhia de exploração do Mucuri entre outros.

Além da documentação oficial, revisitamos as obras e relatos de viajantes do período, entre as quais estão *Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817,* do príncipe Maximiliano, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820* de Joahn Baptist von Spix, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* de Auguste de Saint-Hillaire e *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859* de Robert Avé-Lallemant.[19]

[18]Sobre isso podemos dizer que a digitalização de muitos acervos em muito contribuiu com o desenvolvimento da pesquisa, assim conseguimos consultar documentos digitalizados no ... citar os arquivos. Falas de Presidentes de Províncias e os Relatórios sobre as mesmas, encaminhados às câmaras municipais, bem como os Relatórios do Ministério da Agricultura e Fazenda, estão disponíveis para download, no site http://www.crl.edu/content/brazil.htm

[19]WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. SPIX, Joahn Baptist von. *Viagem pelo Brasil*, 1817-1820. Vol. 2. Trad. por Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da USP, 1981, p.65. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Vol.2. Trad. por Vivaldi Moreira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da USP, 1975, p. 247-248.

Na medida em que revisamos as fontes, procuramos entender que as ações e relações definidas como conquistar, dominar, colonizar e civilizar são etapas ou momentos distintos de diferentes processos de dominação, subordinação e negociação imposto por um grupo a outro povo e a seu território. O que pode ocorrer de forma simultânea ou não, podendo ainda haver etapas que não são cumpridas no conjunto das relações de poder.

Em relação ao termo conquista no caso da América, percebemos que se tratava de um conceito utilizado quase exclusivamente para designar a ação da Coroa espanhola e de seus colonos nas terras que ficaram sob seu domínio. Apesar das especificidades nos processos de ocupação histórica das colônias lusitanas e espanholas, há um conjunto de elementos comuns, referentes, principalmente à atuação dos agentes sociais e às políticas estatais, os quais permitem, resguardando as devidas e referidas especificidades, estender o termo conquista ao processo de ocupação das terras que viriam a se constituir no território brasileiro.[20]

No vocabulário da conquista, na América Portuguesa, a floresta do vale do Mucuri como tudo que a circundava ficou conhecida pelo termo "sertão", utilizado para descrever e desqualificar o espaço mais ou menos despovoado que era exterior as zonas controlas pelas autoridades régias, marcado por uma certa ausência de ordem e habitado por seres que desfrutavam da reputação de barbárie, os chamados Botocudos.

Como assinalado por Pedro Cardim o espaço exterior aos núcleos urbanos foi associado a uma humanidade itinerante e menos desenvolvida ou até à ausência de seres verdadeiramente humanos, isto é, à barbárie, quase sempre entendida na sua acepção negativa.[21] Ainda assim, os portugueses procuraram inserir no seu ordenamento os povos que eram qualificados desse modo e fizeram-no, sobretudo, através da guerra, embora por vezes tenham lidado com eles como "nações estrangeiras", no sentido explicado por Tamar Herzog, estabelecendo até tratados com as suas lideranças.[22]

Eduardo França Paiva nos lembra que palavra e conceito não são sinônimos, portanto, seus significados podem variar no tempo e no espaço. Os conceitos, muito mais que as palavras, dadas a sua capacidade simplificadora e a sua função *stander*, podem induzir a anacronismos se forem aplicados indiscriminadamente a qualquer sociedade e época e como

[20]Pensar e projetar a conquista de um território pressupõe crenças, decisões, investimentos e ações de um governo, tendo como fundamento que detém, materializados conjuntamente pelo Estado e por particulares a ele associados, os quais se engajavam ao projeto colonial estabelecido de forma a viabilizá-lo. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho*: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador, Edufba, 2014, p.27-28.

[21]CARDIM, Pedro. *Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola*. 2016, p.43. In: ...

[22]HERZOG, Tamar. Frontiers of Possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.

modelos universais de análise.[23] É o caso de "nação", muito recorrente nas fontes do período, o termo está entre as grandes categorias de distinção dos povos indígenas no mundo ibero-americano. É válido ressaltar que nenhuma dessas categorias nasceu no Novo Mundo, mas todas se transformaram em ferramentas essenciais para ordená-lo, organizá-lo, classificá-lo e compreendê-lo.

Como explicou Hespanha, "a ideia de ordem é central na imaginação política e jurídica moderna".[24] Assim, numa sociedade profundamente cristã, o próprio relato da Criação[25] não pode ter deixado de desempenhar um papel estruturante. Para o autor, esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenado de partes autônomas e desiguais constituiu a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais. Ainda no primeiro século da ocupação ibérica os nativos eram tratados como "gentios" e associados a seres "bárbaros" e antropófagos e a despeito de sua diversidade étnica e cultural, distinguidos e classificados em várias "nações".

No período enfocado neste trabalho, a categoria "nação" não tem semelhanças com a "nação" ou "nacional" produzidos pelo Estado Nação do século XIX, que se definiam a partir da unidade territorial e política de um povo e em torno de língua e cultura próprias. A nação no período estudado, foi marca distintiva, sendo, por vezes denotativa de gentilidade, de barbarismo e de infidelidade, podendo ainda indicar a supremacia da cristandade.[26]

O termo bárbaro também foi usado desde o início da conquista, intensificando-se na segunda metade do século XVII como mostrou Guida Marques, onde as referências à guerra contra o "gentio bárbaro"[27] tornaram-se cada vez mais frequentes na comunicação política da Câmara de Salvador com a Coroa[28].

---

[23]PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo*: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). 1ª ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015, p.123.

[24]HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecilitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. Annablume, Belo Horizonte, PPGH/UFMG, 2010, p.52.

[25]Em Genesis, Deus aparece, dando ordem às coisas: separando as trevas da luz, distinguindo o dia da noite e as águas das terras, criando as plantas e os animais "segundo as suas espécies" e dando-lhes nomes distintos, ordenando as coisas umas para as outras (a erva para os animais, estes e os frutos para os homens, o homem e a mulher, um para o outro e ambos para Deus). Idem, p.47.

[26]PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). 1ª ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015, p.150.

[27]A palavra "índio", em geral, estabelecia o contraste com "gentio", termo que designava os indígenas que não eram batizados porque não estavam submetidos aos portugueses. A categoria "gentio" era por vezes associada a lugares de origem ("gentio da Índia", "gentio do Brasil", "gentio de Angola"), à condição ("gentio de curso", ou seja, nativos ainda não sedentarizados), podendo até surgir associado ao próprio vocábulo "índio" ("índio gentio") ou ainda, a adjetivos (como "bárbaro" ou "bravo"). CARDIM, Pedro. *Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola*. 2016, p.42. HERZOG, Tamar. "Colonial Law and 'Native Customs': Indigenous Land Rights in Colonial Spanish America." The Americas, 2013, 69

Nesses tempos de territorialização da presença portuguesa, o "gentio bárbaro" foi, a partir de então retratado como a principal ameaça à prosperidade da colônia e posteriormente do império, devido aos seus ataques contra arraiais e plantações. Como no relato do Desembargador Luiz Thomaz de Navarro em passagem pela vila do Prado, na fronteira Atlântica do vale do Mucuri:

> A villa do Prado, habitada de Índios, está em grande decadência pelos continuos ataques gentilicos; e segundo a informação do Reverendo Vigario da dita Villa o Padre Antonio Martins Lomba, giram pela extensão do reconcavo d'aquelle paiz, e suas matas, matando, destruindo os habitantes do mesmo lugar, as nações gentias seguintes - Pataxó, nação a mais numerosa, e muito brava - Manaxá - Maconi - Macaxó - Mangalo - Manha e o Bote - e o Botocudo, que é a mais feroz e atrevida, sendo a Pataxó, e o Botocudo antropophagos com certeza: a Macaxan, que tambem fazia suas incursões, e que estava reduzida a poucos individuos, sendo governada pelo Capitão Thomé, Indio da mesma nação, sahiu do mato em busca do dito Reverendo Padre, que ja era conhecido por ter sido visto na sua roça, e o procurou a paz, e pelas persuações do mesmo Padre vieram 70 e tantos gentios, e no dia 15 de Fevereiro de 1807 foram baptisados, 26 pelo referido Reverendo Vigario, alguns já adultos, que pediram baptismo para si e seus filhos: outros não o quizeram. As ditas nações fazem seus tratados de aliança, menos o gentio Pataxó, e o Botocudo, que não fazem, nem querem liga com nação alguma.[29]

Diante da reorganização demográfica e territorial provocada pela colonização, muitos indígenas responderam com violência contra as zonas coloniais. Não são raras as menções de ataques e saques as zonas ocupadas por colonos, como também não raras o enaltecimento das investidas contra os indígenas. Na generalidade da documentação que dá conta destas relações entre índios e colonos, é bem visível como as categorias "gentio" e "bárbaro" foram usadas, a nível local, de uma forma cotidiana, o mesmo podemos dizer da noção de "guerra justa" como forma de legitimar os ataques e massacres aos povos indígenas que resistiam contra a invasão portuguesa.

Convém ainda ressaltar a atuação dos missionários no período colonial, sobretudo nos séculos XVI e XVII, que desempenharam um papel classificatório fundamental, não só religioso, mas também político, foram eles muitas vezes a estabelecer a distinção entre nativos

---

(3):303-321, p.309. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/265721911_Colonial_Law_and_Native_Customs_Indigenous_Land_Rights_in_Colonial_Spanish_America

[28]MARQUES, Guida. "O Índio Gentio ao Gentio Bárbaro: Usos e Deslizes da Guerra Justa na Bahia Seiscentista." Revista de História, 2014, 171:15-48. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89006

[29]ITINERARIO, de *viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Principe Regente, em 1808, o Desembargador Luís Thomaz de Navarro*. (Manuscrito inédito, oferecido ao Instituto pelo seu Sócio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagem). Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro. Nº28, janeiro-1846, p.433-468.

"gentios" e "cristãos", ou entre nativos "mansos" e "bárbaros", diferenciação que produzia importantes efeitos jurisdicionais, pois não só definia quem estava sob o ordenamento europeu, mas também quem tinha os títulos legítimos (do ponto de vista dos colonos) sobre a terra.

O etnônimo Pataxó passou a ser frequente nas fontes estudadas, ao lado de Aymorés e Abatires, foram descritos como responsáveis pelo extermínio ainda no século XVI de portugueses e Tupiquins, contribuindo com a decadência da capitania de Porto Seguro, "pois que ainda no reinado de D. José 1º, diz Fernando Diniz, constar a velha capitania de duas aldêas, sendo certo que foi de 1740 a 1780 que forão erigidas em villas as aldêas de S. Matheus, Mucury, Viçosa e outras".[30] Já os Tupiniquins, por outro lado, foram considerados "selvagens de costumes brandos", que aceitaram francamente a civilização oferecida pelos portugueses, aliando-se a eles em casamentos e fazendo prosperar a Capitania de Porto Seguro nos primeiros anos.[31]

Embora possa parecer nas fontes, como a mencionada, que havia uma dimensão dicotômica no modo como os indígenas se relacionavam com os agentes da colonização, a historiografia indígena há muito reconhece que os povos classificados como mansos ou selvagens, os primeiros do tronco Tupi e aos segundos atribuídos os nomes genéricos de Tapuias, Aymorés ou Botocudos, todos eles agiram como aliados ou como inimigos, estabelecendo entre si e com os estrangeiros alianças fluidas e instáveis.

Concordamos com Guillaume Boccara quando afirma que as atribuições e os usos dos etnônimos não são processos pacíficos, mas estão inseridos em campos onde estão em disputa os significados que adquirem em determinado momento de sua história, os quais variavam segundo as partes em conflito. Para Boccara, os processos de classificação que se desenvolveram em torno dos diferentes grupos ameríndios constituem uma dimensão fundamental de toda luta social, de classe ou étnica. Para o autor, elas remetem ao feito de saber o que é que significa "ser índio" em um momento determinado da história.[32]

Considerando que durante as suas trajetórias na sociedade colonial os grupos nativos se transformaram, a sua autodefinição em relação à lei e as suas próprias visões sobre o seu passado não podem ser tomadas como estáticas e absolutas, mas percebidas como instrumentos acionados em situações concretas por eles vivenciadas. Nesse aspecto uma das observações centrais a ser repensada então é o uso dos etnônimos, principalmente se

[30]OTTONI, Teófilo Benedito. *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri*. IHGB, 1858. p. 2.
[31] Idem.
[32]BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [on-line], Debats, 2005. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/426

compreendidos como categorias estáticas ou autoexplicativas. Muitos etnônimos que foram gerados na sociedade colonial e outros, apesar de terem se mantido no decurso de séculos, adquiriram significados variados ao longo do tempo, mudando de acordo com o contexto e com os usos que deles eram feitos.[33] Um termo, portanto, poderia ser o mesmo, mas empregado em diferentes conjunturas, com fins diversos, para definir grupos em constante transformação.[34]

Diante dessas reflexões, consideramos que conquista e expansão do território estudado pode ser explicada por exemplo pelas alianças que os conquistadores estabeleceram com os nativos que dominavam a região de interesse, desse modo, passamos então a percorrer esta hipótese, por considerar com base nas leituras e análises do conjunto de documentos que a plena conquista e dominação dos sertões do Mucuri só foi possível aos agentes da colonização por meio das alianças com os povos que tinham domínio do conhecimento local, sem negar, contudo a violência e dominação características das relações entre índios e colonizadores. O cruzamento das fontes e a interpretação com base no método histórico em diálogo com a antropologia possibilitaram um panorama da presença dos diversos povos indígenas no vale do Mucuri, observando ao longo do tempo em quais bases e espaços do território os indígenas negociavam com a sociedade envolvente como se verá no decorrer da tese.

O palco das referidas relações, o vale do rio Mucuri, precisou ser elaborado e reelaborado diversas vezes em termos conceituais até chegarmos as definições de "territorialidade", para compreender a presença e movimentação dos povos indígenas pelas áreas ainda não controladas e conquistadas e "fronteira" para delimitar os espaços que diferenciavam o litoral dos chamados sertões, ambos foram indispensáveis à compreensão do espaço estudado.

A territorialidade corresponde segundo Paul Little ao esforço de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território.[35] Neste sentido, para analisar o território de qualquer grupo, consideramos necessária uma abordagem histórica que permita observar o contexto específico em que surgiu, bem como os contextos em que foi defendido ou reafirmado.

[33]SCHWARTZ, Stuart & Solomon, Frank. New peoples and new kinds of peaple: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in South American Indigenous societies. In: _____ (eds.) The Cambridge History of the native peaples of the Americas. VII, South America, part. 2, p.445.
[34]GARCIA, Elisa Frühalf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2009, p.21.
[35]LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil*: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropológica, Brasília, 2002.

Portanto, um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, o que implica que qualquer território é produto histórico de processos sociais e políticos.

Outro aspecto fundamental da territorialidade aplicada aqui aos povos indígenas dos sertões do Mucuri é a sua multiplicidade de expressões e sua capacidade de produzir diversos tipos de territórios com suas particularidades socioculturais. Desse modo, ainda que estejamos tratando em diversos momentos de uma área ainda não controlada pela Coroa portuguesa ou por outros agentes, esta não deixa de ser pensada como território ocupado pelas diferentes territorialidades dos povos que o habitavam e por ele transitavam.

Para auxiliar na compreensão desses diferentes territórios produzidos no vale do Mucuri, recorremos ao conceito de fronteira sob duas perspectivas, primeiro nos sertões do Mucuri, pensando a fronteira como espaço privilegiado de observação e de conhecimento dos conflitos, que não se reduz ou se resume apenas à fronteira geográfica, ao contrário se revela como fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta na perspectiva dos agentes da colonização), fronteira espacial, de culturas e visões de mundo distintas, fronteira de etnias, da História e da historicidade do homem.[36]

João Pacheco de Oliveira, propõe que a fronteira deve ser entendida não apenas como objeto empírico real, uma região ou ainda uma fase na vida de uma região, mas como um modelo de análise teórica de fenômenos histórico-sociais. Não deve incluir, portanto, uma simples contextualização de uma área dentro de uma unidade, "o modelo teórico da fronteira supõe uma totalidade composta por partes heterogêneas e com diferentes ritmos de funcionamento".[37]

Na zona litorânea da Capitania de Porto Seguro, controlada por autoridades régias, na foz do rio Mucuri, tomamos como referência o trabalho da historiadora Yuko Miki, para chamá-la de "fronteira Atlântica".[38] É importante ressaltar que o empréstimo que fazemos da "fronteira Atlântica" se refere a dimensão da paisagem, na medida em que o curso do rio que configura o espaço estudado flui na direção do oceano.

Ao buscar compreender o processo de conquista e colonização do vale do rio Mucuri localizado entre os atuais estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, nos séculos XVIII e XIX, este estudo analisa como os colonizadores, ora por incentivo da coroa ou por

[36]MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA* – A degradação do Outro nos confins do humano. Editora HUCITEC. São Paulo, 1997.
[37]OLIVEIRA, João Pacheco de. A conquista do vale amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório. In: _____. O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro. Contracapa, 2016, p.125.
[38]MIKI, Yuko. Frontiers od Citizenship: a black and indigenous history of postcolonial Brzil... a definição de fronteira, tal como utilizada pela autora, possui um sentido eminentemente político, na medida em que caracteriza o espaço (sul da Bahia) como contraditório ao Estado Nacional.

intermédio do império expandiram suas fronteiras na região dos sertões do Leste, valendo-se sobretudo dos relacionamentos construídos com os grupos indígenas que habitavam a região.

O conjunto de trabalhos citados foi relevante para as nossas discussões e nos permitiu melhor compreensão das situações impostas pelo contato. Neste sentido, pretendemos demonstrar no decorrer da tese, que mesmo em situações adversas, os grupos indígenas agiram e se posicionaram de forma ativa e criativa diante das novas conjunturas impostas pelo avanço das fronteiras.

Mídia e violência urbana: uma análise das matérias policiais dojornal “o São Gonçalo”

Tânia dos Santos Tavares
Mestranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

O presente projeto propõe-se a fazer uma análise a respeito da influência da mídia na construção de identidades sociais a partir da repercussão de suas matérias policiais. O objeto de estudo será a análise das matérias sensacionalistas veiculadas pelo jornal O São Gonçalo. Nesse sentido, faz-se necessário investigar a colaboração (in)direta deste jornal na segregação, repressão e extermínio de sujeitos “indesejáveis” ao sistema Capital, por meio de suas notícias sensacionalistas sobre violência urbana e segurança pública. Pois considera-se que a citada fração populacional é perseguida e tornada pelos meios comunicativos, incluso, pelo O São Gonçalo, o foco dos problemas sociais relativos à pobreza, miséria e a violência urbana. Dessa forma, pretende-se examinar a relação intrínseca/indissociável entre esse jornal, o controle social e a população marginalizada no cenário atual marcado, sobretudo, pelas mazelas sociais sofridas pelos favelados do município de São Gonçalo que, por sinal, sua jurisdição geográfica consiste na delimitação espacial da pesquisa.

Para tanto, é de suma importância discutir a espetacularização do crime nos jornais e sua relação com a necessidade de legitimação do discurso político punitivista na realidade do sentimento global de insegurança que afeta as grandes cidades. Além disso, serão enfocadas as polêmicas existentes entre os argumentos prós e contras o aumento da repressão estatal nas favelas que eleva os níveis de mortalidade prematura desta população veiculadas pelo jornal. Também será demonstrado neste trabalho que o medo e o terror repercutido pela mídia serve como instrumento de reprodução da configuração de relações sociais excludentes e autoritárias que estão enraizadas historicamente na sociedade brasileira desde seus primórdios. Pois, é a disseminação do terror midiático que age como instrumento de controlee disciplina social das classes populares que ao final do processo colabora com os interesses conservadores e reacionários de certa parcela abastada população.

A mídia ‘enquadra-se’ nesta pesquisa como um ‘dispositivo’ de controle social que tem a funcionalidade precípua de produzir medo, terror de estado, sensação de (in)segurança generalizada que se fazem sentir de forma difusa na sociedade, propiciando pretextos para a implantação de políticas públicas exterminadoras de segurança pública nas favelas. Em outras palavras, a relevância deste projeto se resume na premente necessidade de saber como são produzidos e como repercutem os discursos políticos veiculados pelo O São Gonçalo, a respeito dos atos infracionais cometidos por sujeitos hipossuficientes moradores de favelas. Bem como revelar quais são os desdobramentos destas notícias na reprodução do discurso hegemônico e a

consequente produção de políticas destinadas a coibir ou incentivar novos crimes. Neste sentido, a pergunta norteadora da pesquisa é qual a colaboração direta deste

jornal na construção e consolidação desta identidade deteriorada que é imposta aos favelados através de suas matérias que descambam em operações exterministas, na segregação espacial, na repressão violenta e na execução sumária de sujeitos "indesejáveis" ao sistema.

O objetivo Geral da pesquisa é investigar a funcionalidade da mídia sensacionalista repercutidas pelo jornal O São Gonçalo, sobre a violência urbana nas favelas, bem como as matérias veiculadas pela mídia, relacionadas às políticas de segurança pública. E este se desdobra nos seguintes objetivos específicos: - realizar uma abordagem crítica acerca dos discursos jornalísticos d'O São Gonçalo; - compreender as relações entre a Grande Imprensa , a mídia sensacionalista, os sistemas jurídicos e políticos de controle social; - avaliar os efeitos sociais da difusão do medo generalizado, veiculado como um vetor importante de controle social via mídia sensacionalista.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho constitui-se em pesquisa oral com entrevistas a jornalistas (repórteres, editores, chefe de redação do O São Gonçalo) que fazem parte da editoria d'O São Gonçalo, inclusive análise e síntese de matérias repercutidas a partir do ano de 1998. Nesse sentido, imprescindivelmente, deve-se trabalhar com História Oral porque ela lida com memórias seletivas, sujeita às emoções e ao esquecimento, pois, ao contar uma história, o entrevistado traz para ao presente lembranças de determinado evento o qual estava inserido.

Dessa forma, o documento obtido após uma entrevista é de vital importância para um estudo de determinado evento. Segundo, Camargo e Nunes (1977, p. 5), "(...) uma vez que revela o clima de uma época, ou de problemática, obtido a partir de um diálogo espontâneo que sugere a trama de relações e de processos subjacentes aos acontecimentos narrados". Também serão realizados estudos do material bibliográfico que fornecerão os elementos teóricos discursivos e analíticos nas páginas da revista "Discursos Sediciosos" (seção jornalismo), deste cabedal será possível extrair dados bibliográficos e documentais referentesà atuação da mídia na conformação da segregação e morticínio sobre uma parcela da população vulnerável hipossuficiente.

Assim, de posse da metodologia escolhida nossos procedimentos supõem três níveis básicos de abordagem e tratamento das fontes que implicam: 1-Pesquisa bibliográfica (catalogação, resumos, fichamentos e artigos); 2-Levantamento de dados (classificação e análise).3-Revisão da literatura pertinente ao tema, organização/sistematização do material obtido. Quanto à compilação da documentação seguiu-se o ensinamento de Bloch (2001, p.

83), “a despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual o misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise (...)”. E segue dizendo na mesma página que: “(...) os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações”.

Soma-se a esta pesquisa as categorias de Maurice Halbwachs (2006), o qual definiu que toda memória é uma “memória histórica”coletiva e social para reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva do grupo, usada para designar tal atitude o termo “comunidade afetiva". Segundo o autor, essa hierarquização faz com que possuam o papel fundamental de manter a coesão do grupo. E entre os “agentes de memória" estão os apontamentos sobre os esquecimentos e silêncios da História como “mecanismos de manipulação da memória coletiva". Tal fenômeno consciente e proposital faz parte do conceito de amnésia social que o criou. Conceito pelo qual se percebe o uso racional e irracional da memória como “retenção, depósito e armazenamento”, mas também como “dependente de mecanismos de seleção e descarte" e de “enquadramento da memória".

Esse processo resulta de um esforço das sociedades para impor (através da mídia) a sua comunidade ou sociedade uma determinada imagem futura de si própria. Ou seja, inventada, convencionada, construída conforme quer ser vista pelas gerações posteriores, não por acaso justamente o papel social da grande imprensa, assim como faz o Jornal O São Gonçalo ao criar uma realidade fictícia. Metodologicamente, utilizar-se-á deste procedimento para indicar as evidências através da memória midiática de grupo social. Haverá um cruzamento de fontes jornalísticas de naturezas distintas, mas que apresentem possibilidade deserem verificadas com rigor científico. Dado que as categorias dos intelectuais citados permitem problematizar a atuação da grande imprensa sensacionalista compartilhada com os ideais de dominação classista, no sentido de descaracterizar os movimentos sociais libertários a partir da ‘invenção de suas tradições.’

Desenvolvimento

Neste capítulo será abordado os conceitos, da mídia e seu comportamento diante da sociedade, através de uma abordagem crítica acerca dos discursos jornalísticos d’O São Gonçalo. Além de mostrar as relações entre a Grande Imprensa, a mídia sensacionalista, os sistemas jurídicos e políticos de controle social de modo a avaliar os efeitos sociais da difusão

do medo generalizado, veiculado como um vetor importante de controle social via mídia sensacionalista.

Midia

O direito à informação e à liberdade são de suma relevância para o pleno exercício do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, o jornalismo baseia-se em princípios democráticos. Cabe destacar que esses direitos são essenciais para que atividade jornalística possa cumprir a sua função primordial, "ser mediadora do espaço público e informar os fatos que interessam à sociedade para o pleno exercício da cidadania. É assim que a ética jornalística funda-se na verdade, honestidade e objetividade" (PATIAS, 2005, p.10).

Em contrapartida, no cenário midiático é visível o acontecimento de um novo estilo jornalístico, o denominado sensacionalista, em que o conteúdo predominante está relacionado ao crime, à violência e à exploração da tragédia humana. Este novo estilo é produto da indústria cultural e da cultura de massa, o qual é discutido por teóricos da Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer. Para esta linha marxista de pensamento, que elaborou a chamada Teoria Crítica, a indústria cultural significa a produção de bens artísticos e de entretenimento sob a lógica capitalista, ou seja, em busca de grandes escalas, procedimentos padronizados e lucro maximizado. Desta forma, a informação se transforma em espetáculo, contribuindo para o aumento da audiência e do lucro.

Em seu estudo sobre mídia e Segurança Pública, Dias (2008) cita Lustosa (1996) para enfatizar o caráter mercadológico da imprensa no século XX. A mídia torna-se um grande negócio, que visa apenas o lucro, e a notícia passou a ser uma mera mercadoria, quanto mais sensacionalista, mais vendável. O sensacionalismo é uma forma de comunicação que apela às emoções primitivas por meio da apresentação de fatos que têm características incomuns, místicas ou sádicas, idealísticas ou monstruosas, fatos que são ao mesmo tempo desejados, temidos e repelidos. (LUSTOSA, 1996 apud DIAS, 2008, p.25) 17

Vale mencionar que o marco teórico da pesquisa são os estudos realizados pela criminologia crítica a ser mencionada, em especial, nossas investigações serão fundamentadas pelos conhecimentos adquiridos pela 'esquerda antipunitiva' vertente a qual esta pesquisa se vincula. De forma que seja capaz de permitir o uso de instrumentos de análise de diversos campos interdisciplinares sem ecletismos, por exemplo, textos referentes à análise do discurso, que serão usados como referencial teórico-metodológico para os estudos dos aspectos políticos.

A influência midiática na sociedade

O escopo dessa pesquisa será amparado pelos trabalhos desenvolvidos por teóricos da criminologia crítica e da mídia antipunitiva interessados nas análises dos conteúdos dasmatérias publicadas sobre segurança pública e sistema penal, intelectuais como: Sylvia Moretzsohn (2007), Vera Malaguti Batista (2007), Nilo Batista (2008), Eugênio Raul Zaffaroni (2001) entre outros. Seus trabalhos serão utilizados na pesquisa bibliográfica, por meio das técnicas da análise do discurso, que de acordo com Eni Orlandi (2010, p.15) "concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social".

Nilo Batista (S/D) afirma que a partir do ganho de espaço midiático do discurso dominante, e silenciamento do discurso alternativo, se fabrica o consenso. Consenso verticalizado, produzido pelos "especialistas" em imprensa, com a finalidade de ser incutido na população de uma democracia de 'espectadores'. Consenso vazio de subsídios teóricos de expertos tendenciosos. Consenso simplista, de fácil convencimento ao cidadão comum, que tem a mídia como sua única fonte de informação. Consenso que pode ser traduzido em 'opinião pública'. O autor (S/P) enfatiza que:

> O compromisso da imprensa - cujos órgãos informativos se inscrevem, de regra, em grupos econômicos que exploram os bons negócios das telecomunicações - com o empreendimento neoliberal é a chave da compreensão dessa especial vinculação mídia-sistema penal, incondicionalmente legitimante. Tal legitimação implica a constante alavancagem de algumas crenças, e um silêncio sorridente sobre informações que as desmintam. O novo credo criminológico da mídia tem seu núcleo irradiador na própria ideia de pena: antes de mais nada, creem na pena como rito sagrado de solução de conflitos. Pouco importa o fundamento legitimante: se na universidade um retribucionista e um preventista sistêmico podem desentender-se, na mídia complementam-se harmoniosamente.

Vera Malaguti Batista (2003, p. 33), pesquisa exatamente o papel do medo e do vigilantismo social na imprensa, concluindo no sentido de que

> Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da fabricação da realidade para a produção de indignação moral, seja pela fabricação de estereótipo do criminoso.

É essa subjetivação que Sylvia Moretzsohn chama de prática de discurso higienista "(...) que expressam a naturalização dos conflitos sociais, simplificados a partir de estereótipos ('bandido' versus 'cidadãos do bem') que reproduzem o senso comum e deixam

ilesa a estrutura radicalmente segregadora e violenta da sociedade que reproduz o crime e a exclusão"

Raul Zaffaroni (2013, p. 200), por sua vez, auxilia na compreensão da "banalização da morte" repercutida na imprensa ao descrever que as práticas genocidas do sistema penal, na realidade, representam uma característica essencial e intrínseca ao modo de atuação dos aparatos midiáticos que o compõem. Sem a morte eles não sabem governar. Assim, a morte representa a própria lógica pela qual atuam os complexos televisivos e radiofônicos, namedida em que:

> A criminologia midiática naturaliza essas mortes, pois todos os efeitos letais do sistema penal são para ela um produto natural (inevitável) da violência própria deles,chegando ao encobrimento máximo nos casos de fuzilamentos disfarçados de mortesem [falsos] confrontos, apresentadas como episódios da guerra contra o crime, em que se mostra o cadáver do fuzilado como indicador de eficácia preventiva, como o soldado inimigo morto na guerra.

É a partir dessa conjuntura midiática, observando o funcionamento da mídia na América Latina que Zaffaroni (2012, p. 13) afirma que a mídia é uma das agências do sistemapenal com capacidade para influenciar diretamente os processos de criminalização levados a cabo pelas demais agências na tarefa da criminalização primária e secundária dos favelados.

> Como a criminologia midiática atual é importada dos Estados Unidos e em nossa região não existem as condições para manter dois milhões de pessoas presas e baixaro índice de desemprego mediante os serviços necessários para vigiá-los, os efeitos políticos são totalmente diferentes. No norte, reforça-se a política de prisionização de negros e latinos e na Europa a expulsão de extracomunitários, mas na América Latina é impossível aprisionar todas as minorias incômodas - que, tampouco, são tãominorias assim-, com o qual a vingança, estimulada até o máximo pela criminologia midiática, se traduz em maior violência do sistema penal, leis penais piores, maior autonomia policial, com a consequente corrupção e risco político, vulgaridade de políticos oportunistas ou assustados e redução dos juízes à impotência, tudo o que, como logo veremos, provoca mortes reais em um processo de fabricação de cadáveres que a criminologia midiática ignora ou mostra em imagens com interpretações deformantes.

Portanto, nesta pesquisa, deve-se compreender a realidade midiática sob o prisma do controle social violento realizado pelas forças de segurança, para que isso ocorra a contento é fundamental a verificação científica sobre a forma pela qual a sociedade civil burguesa usa funcionalmente a mídia para que haja uma aceitação do controle da "violência social", da criminalidade, da "cidadania negativa", por meio de políticas de criminalização da pobreza, políticas do cárcere "duro" e pela constituição de um Estado Penal.

Este trabalho tem como alicerce paralelo à criminologia crítica, a sociologia criminal, em especial, a teoria do etiquetamento, sobretudo sua fundamentação interacionista da qual faz parte Howard Becker (2008, p. 33) que define o que seja o desvio,

> Alvo de destaque em determinados sujeitos. É natural que um grupo social estabeleça, expressa ou tacitamente, normas que regem a convivência de seus integrantes. Assim, espera-se uma linearidade comportamental da maioria das pessoas que integram o grupo social considerado. Por isso, os que se comportam de maneira conflitante, recebem o rótulo de outsider, ou seja, aquele cuja postura está fora dos padrões pactuados pelo grupo, o que lhes dá a pecha de transgressor. A noção de desvio pode ser compreendida de forma muito simples por meio do estudo da estatística. O desvio é constatado quando um determinado evento não apresenta um padrão de repetição. Já sob a ótica sociológica, o desvio pode ser entendido como sendo a ocorrência de uma desobediência às normas sociais que regem um grupo. Os sujeitos que incorrem em prática desviante são os que não obedecem às regras, o que leva à procura de fatores de cunho pessoal ou traços na personalidade das pessoas desviantes que contribuem ou expliquem tais transgressões.

Erving Goffman (1974, p. 12) será usado para a construção dos sentidos no jornalismo relacionados à(in)segurança pública. O enfoque será a análise do papel da mídia na disseminação dos rótulos na sociedade e, óbvio, a grande parcela de responsabilidade do jornalista nesse fenômeno. Sobre Estigma e Identidade Social assevera Goffman,

> A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientesestabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação". Baseando-nos nessas pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso.

Após o ensinamento de Goffman (1974), cumpre neste trabalho apresentar os princípios ‘teóricos’ do jornalismo como mediação estimuladora do preconceito, do estereótipo e extermínio de moradores de ‘áreas de risco’, os autores mencionados dão conta de todo problema da estereotipação de hipossuficientes nos termos de Goffman e Becker. Paratanto, faz-se necessário compreender a visão dos autores na relação entre mídia e a questão criminal para, de forma clara, entender como o medo e a sensação de insegurança são conformados e estimulados pelos meios de comunicação de forma a fundamentar o consenso, o encarceramento e o extermínio de cidadãos subalternizados na atualidade. Diante dessa perspectiva sobre o ‘fazer’ do jornalismo nos leva a refletir sobre os perigos das reproduções

dos discursos institucionais que, em alguns casos, podem até reproduzir valores também estigmatizados da sociedade.

A Teoria do Etiquetamento ou labelling approach aponta para formação dos estereótipos na sociedade que resultam na seleção do criminoso antecipada pelas suas características físicas e do meio o qual está inserido, e não pela conduta criminosa a ser cometida, portanto, o sistema penal condena antecipadamente por critérios de raça, etnia, condição financeira e de classe, ela não pretende combater àcriminalidade, mas quer 'estampar' estereótipos criminalizantes, através de discursos discriminatórios e seletivos exclusivos para moradores de áreas hipossuficientes. Para (Andrade, 2003, p.41) "O desvio e a criminalidade não são uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica pré- constituída à reação social e penal, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social, isto é, de processos formais e informais de rotulação, definição e seleção."

Por sua vez, faz-se necessário também atentar para o campo teórico do jornalismo. Assim esta pesquisa parte de pressupostos teóricos conceituais compatíveis com os resultados que se almejam conquistar. Para tanto, é indispensável conhecer o processo da construção da notícia, assim sendo constatou-se que a seletividade da informação acontece através de três fases: "a produção, a circulação e o consumo" Alsina (2009, p.10). Isso quer dizer que a construção da notícia começa pela pauta segundo Medina (1988, p.73, apud Silva, 2016). De acordo com Kotscho (1989) a pauta se tornou uma necessidade devido ao crescimento dos jornais. Era preciso escolher os assuntos que se transformariam em matérias jornalísticas que nos fazem convergir até a Teoria do Gatekeeper. Conforme Pena (2012, p.133) a Teoria do Gatekeeper acontece quando os "critérios pessoais do editor" são mais relevantes no processo da construção da notícia do que as necessidades sociais que a comunidade precisa para resolver problemas mais prementes. O articulista é o responsável pela progressão da notíciaou por sua 'morte', caso opte por não a deixar prosseguir, o que significa evitar a publicação. (PENA, 2012, p. 133).

> O conceito refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Ou seja, diante de um grande número deacontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (gate em inglês). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o gatekeeper), que é o próprio jornalista.

Após a apresentação das teorias, criminológicas, sociológicas e jornalísticas, esta pesquisa constata que o jornal O São Gonçalo com sua pauta diária sensacionalista contribui para que esta etiqueta depreciativa seja impregnada nos moradores de periferias que ao final

do processo lhes condicionará uma identidade deteriorada que lhe causará um rebaixamentode status social. Os jornalistas selecionam matérias, fotografias, textos coloquiais, muitas vezes chulos que são estigmatizadores sobrecarregados de preconceitos de forma proposital sensacionalista. Por essa razão resta comprovar a pertinência de se estudar o jornal O Sã Gonçalo para elucidar pontos obscuros que se referem à construção das identidades de sujeitos desfavorecidos na cidade de São Gonçalo.

Consoante com o que foi exposto Pierre Bourdieu (1997) afirma que a mídia sensacionalista, ocupa uma posição peculiar em relação aos demais segmentos jornalísticos, dado o domínio dos instrumentos de produção do seu discurso, em especial no caso do jornal. Para o autor (1997, p. 77):

> O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura"

Sua estruturação lógica se dá em torno de uma oposição formada basicamente pelo reconhecimento interno dos pares jornalistas num polo e pelo reconhecimento externo no outro, representado pelo número apurado de leitores, ouvintes ou telespectadores, que está condicionado necessariamente a uma resposta de mercado típica de atividade comercial, o lucro financeiro.

Conclusão

As considerações expostas evidenciam a ampla discussão em torno do assunto, o qual se apoiou nos aportes teóricos dos autores relacionados que contribuíram para a compreensão do tratamento oferecido à periferia pobre pela mídia impressa, em especial o jornal O São Gonçalo. Percebe-se que as notícias veiculadas pela mídia impressa sensacionalista porta uma dimensão simbólica de produção de medo, terror de estado, sensação de (in)segurança generalizada que se fazem sentir de forma difusa na sociedade, propiciando pretextos para a implantação de políticas públicas exterminadoras de segurança pública nas favelas.

Vale lembrar que esse novo estilo jornalístico, conhecido por sensacionalista, no qual o conteúdo predominante está relacionado ao crime, à violência e à exploração da tragédia humana é produto da indústria cultural e da cultura de massa, o qual tem sido tema de muitas discussões. Desta forma, entende-se que esse tipo de mídia desfavorece a população periférica como de maneira que fomenta o pensamento da falta de políticas públicas para essa população.

Deve-se ressaltar que a espetacularização dos fatos criminais reforça a reprovação social de todos os moradores de áreas ditas ‘perigosas’, os quais se tornam estigmatizados. Além disso, a banalização e o sensacionalismo das matérias policiais do jornal O São Gonçaloreforçam as políticas públicas repressoras contra os representantes das camadas desfavorecidas da sociedade que vivem em um estado de escassez de informação, infraestrutura urbana, emprego e cidadania.

Referências

ANDRADE, Fábio Martins de. **Mídia e Poder Judiciário**: A Influência dos Órgãos da Mídia no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

ANDRADE, Vera R. de. **A ilusão de segurança jurídica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BATISTA, Nilo. “Só Carolina não viu” – violência doméstica e políticas criminais no Brasil”.**In:** Jornal do Conselho Regional de Psicologia, março, 2008, p. 12-13. Disponível em: www.crprj.org.br. Acesso em: 18/08/2018."Todo Crime é Político", Revista Caros Amigos,no 77, ago. 2003. Disponível em: http://www.pdt-rj.org.br/docs/Entrevista de Nilo Batista para a Revista Caro Amigos.doc. Acesso em: 18/08/2018.

_____“História da programação criminalizante no Brasil”. In: ZAFFARONI, E. Raúl;
_____. “Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio”. **In:** Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade. Ano 7, n.o 12, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 30/10/2018.

_____. Política criminal com derramamento de sangue. **In:** Revista Brasileira deCiências Criminais, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

_____. Fragmentos de um discurso sedicioso. **In:** Discursos sediciosos Rio de Janeiro: Revan, 1996, n. 1.
BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **In:** Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade, ano 7, nº 12, Rio de Janeiro, Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2º semestre de 2002, p. 271 – 288.

BATISTA, Vera Malaguti. O Realismo Marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo. **In:** Sociologia e Direito: explorando as Interseções. Marcelo Pereira de Melo (org.). Niterói: PSGDS - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito – Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 135-148.

_____. A questão criminal no Brasil contemporâneo. **In:** Revista Margem Esquerda -Ensaios marxistas, n. 8. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 37-41.

_____. Filicídio. In: RIZZINI, Irene; CORONA, Ricardo Fletes; ZAMORA, Maria Helena; NEUMANN, Mariana Menezes. (Org.). **Crianças, adolescentes, pobreza,**

marginalidade e violência na América Latina e Caribe: relações indissociáveis? Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/FAPERJ, 2006. Disponível em http://www.observatoriodesegurança. org/files/Filicidio.pdf. Acesso em: 30/09/2018.

_____. O medo e o método. **In:** Discursos Sediciosos, no 9/10. O medo na cidade do Riode Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. "A criminalização da pobreza". **Revista IHU On-Line.** Disponível em: http://www.unisinos.br/ihu).

_____.**Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Editora Freitas Bastos, 1999.

BAUMAN. Zygmunt. **Medo Líquido.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, Howard. **Uma teoria da Ação Coletiva**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BEDENDO, Ricardo. **A notícia em tempo real X o contexto da vida real: reflexões sobre jornalismo e segurança pública.** In: X Encontro Regional de Comunicação. Trabalho apresentado no DTJornalismo, Facom, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz;** tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAMARGO, Aspásia A. de Nunes, MÁRCIA B. M. **Como fazer uma entrevista?** Rio de Janeiro: CPDOC

FERNANDES, Fernando Lannes. 1978 – Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro. **Dissertação.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federaldo Rio de Janeiro.

_____. Michel. **Vigiar e punir.** São Paulo: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MELLO, Sílvia Leser de. A cidade, a violência e a mídia. **Revista Brasileira de CiênciasCriminais**, n. 21, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

Maiores jornais do país. Disponível em: http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil. Acesso em: 24/01/2014

MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e criminologia – o papel do jornalismo nas politicas de exclusão social. **[Internet]** Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia- imprensa-criminologia.pdf. Acesso em 14/10/2020.

_____. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao sensocrítico.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MURARO, Mariel. **Mídia e Sistema Penal: Uma breve leitura a partir da CriminologiaCrítica.** 2011.
.
NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **O discurso do telejornalismo de referência:criminalidade violenta e controle punitivo.** São Paulo: Método, 2007.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da Notícia: Métodos de investigação naimprensa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **Guia para edição jornalística**. São Paulo: contexto, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. BOCC: **Biblioteca on line de Ciências da Comunicação.** 2004. Disponível: HTTP://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2020.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil** - Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** RJ Revan, 2003.

_____. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro, volume I: parte geral. 8. Ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2009.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl, 1940- **A questão criminal/ Eugenio Raúl Zaffaroni;** tradução Sérgio Lamarão. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Revan, 2013. Disponível em digital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/135/9/Livro pdf. p.9. Acesso em28/09/2018.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RECUEIRO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **In:** SOSTER, Demétrio de Azeredo; SILVA, Fernando Firmino da.1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** 2.ed.Florianópolis: Insular, 2005.

Representações do Movimento Feminista e das Feministas na Imprensa Carioca durante a passagem do século XIX para o século XX

Hellen Dayane da Silva Corrêa
Mestranda em História Social - PPGHS - UERJ

Durante as primeiras décadas republicanas, o Rio de Janeiro passou por mudanças urbanas e de comportamento que condiziam com o projeto de modernização elaborado nos moldes da burguesia europeia. Com isso, além de transformações associadas à urbanização e à higienização da cidade, empreenderam-se modificações relacionadas à moralidade feminina que faziam com que a mulher fosse educada, sobretudo, para se tornar boa mãe e esposa. Junto a isso percebemos a formação e o desenvolvimento de ummovimento feminista complexo e plural, cujas principais pautas eram o sufrágio feminino, o divórcio e a admissão da mulher em cargos públicos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho incide sobre uma breve análise das representações do movimento feministaa partir da *Gazeta de Notícias*, do *O Paiz*, e da *Fon-Fon*, considerados como grandes ferramentas de influência social e moral durante o período em questão. Além disso, utilizaremos algumas teses produzidas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro parademostrar que, em muitos casos, as ideias difundidas pelos periódicos eram fundamentadas por um saber científico que moldava a natureza feminina de acordo com os padrões estabelecidos no período.

De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, o advento da Repúblicafez com que a mulher obtivesse destaque na construção da moral familiar, sendo educadapara se tornar capaz de dar uma boa instrução aos filhos e para oferecer suporte ao seu marido. De acordo com os autores "a 'boa esposa' e 'boa mãe' deveria ser uma mulher prendada e deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para desempenhar sua "missão educadora" (NEDER; FILHO, 2007, p. 15). Sobre o papel direcionado às mulheres, Margareth Rago afirma que:

> Formadora do caráter dos filhos, sua atuação seria privilegiada, pois dela dependia a regeneração moral da humanidade. Como esposa, deveria ser substituta da mãe/sogra, ajudando o homem a reprimir seus instintos não civilizados. Para tanto, ela não deveria exercer nenhuma atividade fora do lar, nem dispor de meios materiais de independentização. (RAGO, 2008, p. 176).

A imprensa, de forma constante, reforçava essa ideia, agindo como um dos mecanismos utilizados para propagar os valores da nova família burguesa e para reforçara importância de a mulher estar em casa, zelando pelo marido e pelos filhos. Em 6 de julho de 1907, *O Paiz* afirma que:

> A mulher, no casamento, encontra a única iniciação no amor que a sociedade hoje considera digna. O casamento, em geral dá-lhe a felicidade – a felicidaderelativa, a felicidade média deste mundo – porque é mais para ella do que parao homem que o lar se cria. Ella é mais fácil de contentar porque tem mais necessidades de coração que de intelligencia; e o coração é menos exigente quea intelligencia (*O Paiz,* 1907, p. 2).

Conforme podemos notar, *O Paiz* pontuava que a mulher seria mais inclinada às questões do coração e que a inteligência seria um atributo masculino. Tais estereótipos eram,em muitos casos, fundamentados por um saber médico e científico que se desenvolvia noperíodo em questão e que era utilizado como base para aquilo que deveria ser consideradoverdadeiro. De acordo com Magali Engel, os médicos teciam diversas considerações acerca das diferenças biológicas entre homens e mulheres, justificando a inferioridade feminina e restringindo sua atuação ao ambiente privado. Com isso, os papeis femininospassaram a ser definidos a partir das "descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão versus mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos". (ENGEL,2013, p. 332). José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros ao apresentar sua tese para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, discorre sobre as diferenças anatômicas dos corpos femininos e masculinos, comparando, por exemplo, as diferenças entre os ossos, o crânio e os músculos. Em seguida, ele afirma que:

> Esta diversidade de conformação he análoga às funcções de cada sexo: o homem, destinado pela natureza ao trabalho, ao combate das forças physicas, ao uso do pensamento, a se servir da razão e do genio para sustentar sua família, da qual elle deve ser o primeiro chefe, teve uma partilha, umaorganisação mais forte e mais desenvolvida. (BARROS, 1845, p. 6)

Dessa maneira, percebemos que o médico restringe as faculdades intelectuais ao homem que, devido a sua natureza biológica, seria portador da razão, estando apto para opensamento e para o trabalho. É por isso que a ele caberia a função do patriarca, responsável por tomar as decisões na família. Seguindo com os argumentos, Barros afirma que as diferenças entre homens e mulheres também são determinantes para estabelecer a função social de cada um. A natureza biológica seria, portanto, um fator decisivo para restringir as mulheres ao espaço privado. Para ele:

> Geralmente as faculdades affectivas predominão na mulher, e as faculdades intellectuaes no homem; a observação de hum e de outro sexo em todas as circumstancias de sua vida, suas respectivas funcções nas as sociedades, são aprova d'esta verdade. Com efeito, desde sua infância a mulher começa a manifestar os doces sentimentos que a devem successivamente tornar amante,esposa e mãe (...) a mulher, mais fraca a todos os respeitos, he a mais própria a prodigalisar á família os cuidados que ella reclama de sua ternura e do seu affecto (BARROS, 1845, p. 7).

Essas inclinações naturais das mulheres para a maternidade e para o casamento estão constantemente presentes na imprensa. A revista *Fon-Fon* afirma que a mulher queescolhe não se casar e se dedicar a família, deve virar homem: "Uma moça, por exemplo, que queira substrahir-se a um casamento já marcado ou sinta adversão pela vida conjugal, declara em publico que quer ser *homem*" (Fon-Fon, 1911, p. 6).

Além disso, percebemos que as teses médicas também apontam a naturezabiológica como fator essencial para determinar a função de homens e mulheres dentro docasamento. Ao tratar desse assunto, o médico Antônio de Fonseca Vianna, em sua tese intitulada "O casamento relativamente a mulher", chega nas seguintes conclusões:

> As consequências, que tirei da maior parte das dissertações (...) são, que a privação completa dos prazeres do amôr he menis suportável no homem que na mulher; mas o celibato, ou o estado de *não casado*, he mais penoso para esta ultima. D'ahi vem, segundo creio, a necessidade de admitir como verdadefixa e irrecusável, que a mulher he dominada pela precisão da união, e o homem pelo desejo do goso (...) o amôr, em huma palavram he no homem a necessidade dos sentidos, e na mulher a do coração (VIANNA, 1842, p.13).

Observamos, com isso, que para Vianna, a mulher busca o casamento com o objetivo de satisfazer os desejos de seu coração, unindo-se a um homem e formando umafamília com ele. Sua vida só estaria completa mediante esse requisito e, por isso, não se casar seria mais sacrificante para ela. Já o homem só precisaria adquirir matrimônio parasatisfazer seus sentidos e necessidades sexuais, visto que possuiria mais desejo e sofreriamais com as privações do amor.

É interessante salientar, ainda, que os médicos faziam uma ligação direta entre o casamento e a maternidade. Vianna mostra os objetivos de uma união conjugal, deixandoclaro que seu maior objetivo é gerar filhos e zelar por sua felicidade. O médico afirma que:

> As qualidades novas, que o ser púbere adquire, abrem á mulher huma carreiratoda diferente d'aquela, que pecorreo até então; estas qualidades lhe indicam não só necessidades a satisfazer, mas lhe impõe mesmo, a titulo de deveres, laços, que na ordem natural lhe eram absolutamente estranhos antes d'esta época: estes laços legalizados ou submetidos em todas as nações civilizadas asregras das quais a maior parte são invioláveis constituem o casamento, pacto solenne instituído para que os dous sexos possam satisfazer suas necessidadesnaturaes, socorrerem-se mutuamente durante o curso da vida e sobretudo paraperpetuar a espécie, e assegurar a existência

> e felicidade dos filhos, que devemnascer d'esta união (VIANNA, 1842, p. 9)

Contudo, apesar da maternidade ser inerente à natureza feminina, ela só era admitida após o casamento, exigindo-se a virgindade e a pureza das "moças de família" que não tivessem contraído matrimônio. Na sua tese, Antônio Gonsalves Lima Torres salienta que o noivo poderia exigir a inocência de sua futura esposa. Para ele, "o homempouco exige da mulher a que deve unir-se: exige sua inocência e pureza" (TORRES, 1848,

p. 20). A mesma exigência não era feita aos homens, pois considerava-se que, por serem viris, possuíam mais desejos sexuais. Sobre isso, Soihet afirma que "quanto aos homens, estimulou-se o livre exercício de sua sexualidade, símbolo de virilidade; na mulher tal atitude era condenada, cabendo-lhes reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza"(SOIHET, 2013, p. 390).

Ao tratar das necessidades sexuais femininas, *Fon-Fon* afirma que, em muitos casos, elas são diminuídas pelas tarefas que veem junto da maternidade. Sendo assim, mulheres que não possuíssem filhos, que eram viúvas ou que fossem separadas poderiamter os instintos sexuais mais elevados. De acordo com a revista:

> Uma mulher que tenha filhos pode fazer face á privação com muito mais facilidade que outra que não os tenha. Quando se preocupa principalmente comseus deveres maternais, a responsabilidade a ajuda em muito. Quando temos três ou quatro carinhas para lavar, alimentação a preparar, costuras ou remendos a fazer, estamos em melhores condições de pôr de lado os sintomas deprimentes de uma ansiedade provinda de anseios. A maternidade é um dos canais mais seguros por onde nos chega a sublimação (*Fon-Fon*, 1942, p. 44).

Sobre esse ponto, Magali Engel afirma que no final do século XIX a negação do prazer sexual feminino foi sendo reafirmada por grandes nomes, tais como Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero e, por isso, acabou ganhando força no meio científico. Deacordo com a autora, "partia-se do princípio de que, por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual e, consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, *anormal*" (ENGEL, 2013, p.340 – 341). Apesar disso, os médicos do período republicano passaram a reconhecer o desejo e as necessidades sexuais femininas. Para Engel:

> A partir das últimas décadas do século XIX seriam realizadas algumas pesquisas médicas acerca do comportamento sexual feminino, cujos resultadoscolocavam em xeque os pressupostos, defendidos e compartilhados por muitoscientistas da época, que definiam a mulher como um ser por natureza assexuado ou anestesiado sexualmente (ENGEL, 2013, p. 341).

A tese escrita por Torres é um exemplo da maneira pela qual o meio acadêmico passava

a reconhecer a existência do desejo sexual na mulher. O médico afirma que os prazeres oriundos do casamento também devem ser aproveitados pelas mulheres, desde que com a devida *moderação*. Se por um lado "as mulheres solteiras são frequentemente accommettidas de desordens de mestruação, de escorrimentos mucosos, mui propensas àmelancolia, mui capazes de commetter excessos, e entregar-se a costumes devassos" (LIMA, 1848, p. 19), o abuso dos desejos sexuais pode causar, inclusive, danos phisicose morais. Nas suas palavras:

> (...) a falta de moderação é também prejudicial não só porque esgota áfaculdade procreadora, e da ligar á moléstias locaes de útero, como porque degrada o physico e a moral, avilta o nobre sentimento do amor, arranca o império á razão para da-lo a sensualidade, deixa-a só accessivel aos gozos, e conduz a infeliz pela saciedade á indiferença e ao tedio (LIMA, 1848, p. 19).

Contudo, é importante ressaltar que, em muitos casos, os ideais femininos mencionados acima - casamento, pureza, docilidade e maternidade - acabavam convergindo com a realidade e com as necessidades das mulheres das classes populares.Raquel Soihet afirma que:

> Como era grande sua participação no "mundo do trabalho" embora mantidas numa posição subalterna, *as mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria, não eram casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*(SOIHET, 2013, p. 367).

De acordo com a autora, as mulheres pobres precisavam contribuir para o sustentoda sua família e, por isso, acabavam desenvolvendo "sua própria maneira de pensar e viver (...), o que se configurava através de um linguajar 'mais solto', maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões" (SOIHET, 2013, p. 367). Inseridas no "mundo do trabalho", muitas chefiavam suas famílias e lidavam com baixos salários por não serem consideradas capazes de competir intelectualmente e fisicamente com os homens. Junto a isso, eram pressionadas pelos ideais das mulheres das classes dominantes, sentindo-se inferiorizadas quando não se casavam e responsáveis pelo cuidado com os filhos e por todas as tarefas domésticas.

Além disso, o ideal de casamento também era diferente entre as classes populares.Para Soihet, esse fato decorre de dois pontos fundamentais: a dificuldade do homem pobreem assumir o papel de provedor e a pretensão de autonomia das mulheres que, em muitoscasos, preferiam não se casar para não ter que se submeter a um marido e, com isso, assumiam a liderança de sua família e cuidavam sozinha de seus filhos. De acordo com a autora:

> O estereotipo do marido dominador e da mulher submissa próprio da família da classe dominante, não parece se aplicar *in totun* nas camadas subalternas. Muitas mulheres

> assumiam um comportamento negador de tal pressuposto. Algumas reagiam à violência, outras recusavam-se a suportar situações humilhantes chegando mesmo a abrir mão do matrimonio – instituição altamente valorizada para a mulher na época. As condições concretas da existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência, contribuíam para o desenvolvimento de um forte sentimento de alto respeito (SOIHET, 2013, p. 377).

O fato acima, somado aos altos custos para a realização de uma cerimônia de casamento, faziam com que muitas mulheres negras, mestiças e brancas pobres optassempelo concubinato. Conforme poderemos ver, a *Gazeta de Notícias,* ao tratar de uma sessãoda Câmara na qual discutia-se o casamento civil, salienta a posição do senhor Gastão da Cunha sobre o assunto:

> O Sr. Gastão da Cunha (...), observa que o casamento religioso é moral sempre, o concubinato não é moral nunca. O direito diz ao concubinato nefas, ao religioso diz faz, mas ao casamento civil diz 6culta licel. O concubinato pode ser o adultério, o casamento religioso nunca o é;
> O concubinato faz-se ás 6cultas, o casamento religioso ás claras. Para o concubinato a sociedade honesta tem a repulsa, para o religioso, não (*Gazeta de Notícias*, 1900, p. 2)

A *Gazeta* ainda salienta as motivações de Cunha ao apresentar tal proposta para a Câmera:

> O orador quer a acção do legislador afim de impedir que as mulheres honestasse concubinem sob a apparencia do casamento religioso, e é por isso que o projeto em discussão representa uma necessidade inadiável: elle vem impedir que a mulher brasileira, inconscientemente, contra o seu pudor e amor à prole,contra a consideração que deve a si e à sociedade, se concubine de facto, sem querer (...) (*Gazeta de Notícias*, 1900, p. 2).

Com isso, notamos que o concubinato, frequente entre as classes populares, era bastante criticado pelas classes mais altas. Sob a alegação da necessidade de resguardar a mulher brasileira, afirmava-se que tal prática era amoral e repugnante, devendo haver a obrigatoriedade do casamento religioso e, consequentemente, a submissão feminina ao seu marido.

Indo de encontro às ideias patriarcais mencionadas acima, destacamos a formaçãoda primeira onda do feminismo, na qual as mulheres articulavam-se em prol da sua emancipação, buscando, sobretudo, direitos políticos e civis. Sobre isso, Sueann Caulfieldafirma que algumas mulheres – sobretudo de classes média e alta e que se consideravamfeministas – agiam por meio de revistas femininas e de pequenas organizações com o objetivo de "conseguir direitos iguais de propriedade, educação, acesso às profissões e direito ao voto" (CAULFIELD, 2000, p. 139). Entretanto, o movimento feminista, as feministas e suas demandas eram constantemente acompanhados pela imprensa que, na maior parte dos casos, ironizava a luta pela emancipação feminina, caracterizando as feministas como mulheres masculinizadas, feias e

solteironas. A *Gazeta de Notícias*, ao tratar de uma Conferência Feminista que havia acontecido em Berlim, comenta sobre aparência e a personalidade das mulheres que participaram do evento e afirma que:

> As cento e cincoenta senhoras que a compõem não saberiam inspirar idéas divertidas. Teêm, ao contrario, um aspecto severo, quase intimidante. Visivelmente, Vênus e as Graças ainda não adheriram ao movimento feminista. As deusas amáveis são talvez ariscas e frívolas demais para isso. Aconferência parece, antes, colocada sob patronato de Juno, a majestosa e de Minerva, a austera (...)
> Observação geral: as delegadas (...), parecem despreoccupadas com seus atavios. Contam-se as loilettes cuidadas e modernas. A maior parte veste-se á la diable, enfeitada ao acaso, algumas vezes com uma visível affectação de negligencia, de excentricidade e mesmo de fealdade. Duas ou três trazem vestidos reformados a jupe fendne, cuja hediondez é indescriptivel. Algumas,justamente as moças. Usam cabello curto, com feliros desgraciosos semelhantes ás carapuças dos velhos pilares de antigos cabarés artisticos (...) (*Gazeta de Notícias*, 1904, p. 1).

Vemos, com isso, que o periódico ressalta a falta de humor, severidade e austeridade das feministas. Além disso, salienta que elas não se preocupam com a aparência, mostrando-se descuidadas, negligentes e, por vezes, masculinizadas, já que optam por enfeites poucos modernos e cabelos curtos. Além de ridicularizar a imagem ea personalidade das feministas, a imprensa também criticava suas principais demandas. Conforme poderemos ver, a *Gazeta de Notícias*, ao tratar das aptidões naturais femininase da admissão de inscrições de mulheres em concursos públicos, afirma o seguinte:

> Foi o Dr. Nilo Peçanha, quando Ministro do Exterior, quem introduziu a mulher no funcionalismo publico. Segundo o relato de um amigo, uma senhorinha apresentou-se ao Itamaraty como candidata á secretaria. O Dr. NiloPeçanha fizeras vêr a moça a inconveniência do elemento feminino no funcionalismo publico, principalmente no Ministerio dos Estrangeiros. A moçapuxou de uma receita medica e disse: Dr., sou o único sustentáculo de minha velha mãe, paupérrima. Ella esta doente e tenho aqui esta receita (...). Ante taesdeclarações, o Dr. Nilo mandou inscrevel-a no concurso. Para casos semelhantes, concordo. Mas, não é isso que vemos: Moças, que tão uteis podem ser ao exercício normal de directoras moraes do lar, e que não necessitam de trabalho externo para viver, deixam o sagrado meio em que podem actuar serena e vantajosamente para se entregarem a profissões masculinas, em desacordo com a sua delicada natureza de mulher (*Gazeta de Notícias*, 1940, p. 2).

No trecho transcrito acima notamos que a entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo quando se trata de concursos públicos, é admitida somente em momentos de dificuldade econômica. As moças que possuem pais/maridos que pudessemsustentá-las devem ficar em casa, dedicando-se às tarefas que fazem parte de sua natureza.Em seguida, a *Gazeta* continua e aponta as consequências do trabalho público para mulheres:

> O meio influi poderosamente sobre os indivíduos. Dessa promiscuidade condemnavel, resulta a mulher contrahir hábitos (mediante esforços inauditospara a adaptação ao meio) em desacordo com o seu sexo, sacrificando a ternura, que é o seu principal apanágio. Pouco a pouco a transparência crystallina da alma feminina vae sendo colhida pela opacidade e, se não detivermos essa marcha sinuosa e acidentada da mulher, em breve os vícios domeio transformarão a sua alma, tão pura e sublime, num verdadeiro obstáculoa passagem da luz que a ilumina (...) (*Gazeta de Notícias*, 1940, p. 2).

As mulheres que exercem trabalhos tipicamente masculinos poderiam, portanto, perder sua docilidade e gentileza. Vivendo em um ambiente que não condiz com suas aptidões, ela seria influenciada por hábitos nocivos e que não condizem com sua personalidade. Sendo assim, optar pelo trabalho público e não pelo exercício de atividades inerentes a sua natureza – maternidade e casamento – seria promíscuo e inadequado.

Além da busca pela inserção em trabalhos públicos, as feministas do período reivindicavam, ainda, o direito das mulheres votarem e de se serem eleitas. Conforme poderemos ver abaixo, essa demanda também era ridicularizada e criticada pela imprensa:

1ª adversária – Com que intenção a Senhora só vota no meu marido?
2ª adversária – Porque ficará com esse direito desde o dia em que elle principiou a funccionar no meu partido.

Na charge acima, percebemos dois pontos essenciais: o primeiro, conforme já destacado, refere-se à divulgação da imagem da feminista como uma mulher masculinizada que utiliza trajes destinados aos homens; a segunda refere-se a crítica ao sufrágio feminino, na qual enfatiza-se o fato das mulheres estarem em desacordo em relação ao voto direcionado ao marido de uma delas.

A *Gazeta de Notícias* segue essa mesma perspectiva e afirma que:

> Claro, se a mulher vai ter o direito de votar, vai ter também o direito de ser votada. E aqui é que pega o carro.
> Entre ellas ha – dizem os anti-feministas – a rivalidade de pessoa a pessoa. Seé verdade que um homem póde dirigir-se a outro homem, se um candidato podedirigir-se a um eleitor, pedindo-lhe voto – uma mulher não póde dirigir-se a outra, pedindo cousa nenhuma, porque considera isso uma humilhação etambém porque a outra, rival nata em tudo, não lhe daria cousa nenhuma que pudesse a vir engrandecel-a (*Gazeta de Notícias*, 1917, p. 2).

Assim como sugerido na charge da *Fon-Fon*, a *Gazeta* evidencia a rivalidade feminina, ressaltando que as mulheres, se pudessem votar e se eleitas, estariam em constante atrito, não se sentindo à vontade em pedir votos e, tampouco, satisfeitas ao engrandecer outra mulher, já que elas sempre estariam sempre competindo entre si.

Por fim, gostaríamos de destacar a maneira pela qual a imprensa tratava da questãodo divórcio, pois, conforme ressaltamos acima, também pode ser considerada uma das principais pautas feministas do período. *O Paiz*, ao tratar do projeto de lei do divórcio, apresentado pelo senador Martinho Garcez, defende que:

> O divórcio é uma necessidade indispensável; mas como os nossos deputados e senadores são maridos e muito bem casados, não o aceitam. No Brazil as melhores leis são votadas por interesse individual; desde que o divórcio não interessa pessoalmente aos nossos legisladores e vottarem por ele póde até perturbar-lhes a paz doméstica, não é de suppor que tão cedo o tenhamos na legislação brasileira (*O Paiz*, 1900, p. 1)

Sendo assim, o divórcio seria algo impensável, já que a prioridade seria manter apaz doméstica e a harmonia da família. De acordo com Sueann Caulfield, a Primeira República preocupava-se amplamente em preservar os valores relacionados à família paraa construção de uma nação moderna. Para ela, "ninguém duvidava que a família continuaria a ser a instituição civil mais importante do novo regime, ou que sua 'harmonia' requeria que fossem mantidas as diferenças entre os direitos dos homens e dasmulheres" (CAULFIELD, 2000, p. 64).

Para finalizar, gostaríamos de destacar que as pautas mencionadas acima se constituíam como as principais demandas do movimento feminista durante a Primeira República, no entanto elas não eram as únicas. Conforme vimos acima, as mulheres das classes populares já estavam inseridas no "mundo do trabalho", pois precisavam contribuir para o sustento das suas famílias. Diante disso, seus interesses eram diferentesdas mulheres das classes mais abastadas, estando mais inclinadas à busca por direitos trabalhistas. De acordo com Paola Cappellin Giulani, as reivindicações dessas mulheres refletiam o fato de muitas leis trabalhistas se limitarem "ao cotidiano do trabalho dos homens e não faziam a menor referência à vida fora das fábricas, muito menos às especificidades do trabalho das mulheres" (GIULANI, 2013, p. 641). Além disso, a autora destaca que as trabalhadoras nem chegavam a ser "reconhecidas como parte da

população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar" (GIULANI, 2013, p. 641). Diante desses fatos, Giulani destaca a associação de trabalhadoras rurais como um exemplo da mobilização de mulheres que criticavam a divisão sexual do trabalho aproximando-se de ideais feministas. Suas reinvindicações giravam em torno de "manifestações, protestos e abaixo- assinados que reclamam o respeito à legislação, o acesso à previdência social e também o direito de participar ativamente de seus sindicatos" (GIULANI, 2013, p. 645).

Através da discussão aqui apresentada, podemos notar que a imprensa, fundamentada em um saber médico e científico, contribuía para delimitar os moldes de uma sociedade moderna e civilizada na qual as mulheres continuaram sendo representadas como indivíduos naturalmente inclinados para cuidar do lar, do marido e da prole. A nova moralidade burguesa que estava sendo construída delimitava a atuação feminina ao espaço privado, já que o espaço público era tomado como um lugar de virilidade e, portanto, incompatível com a natureza da mulher. Apesar disso, vemos a formação da chamada primeira onda do feminismo, na qual as mulheres articularam-se em prol da sua emancipação buscando, sobretudo, direitos políticos e civis. Nestecontexto, a imprensa do período constantemente diminuía a importância do movimento, ridicularizando suas demandas e representando as femininas como mulheres masculinizadas que não faziam parte do projeto de modernização que se pretendia construir.

Referências

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940).* Campinas: Editora Unicamp, 2000.

ENGEL, Magali. "Psiquiatria e Feminilidade". In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p.322-361.

FERREIRA, Vivian Marcello. *Moda e condição feminina nas páginas da Revista Fon- Fon (1910-1920).* Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GIULANI, Paola Cappellin. "O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira" In:DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.p.640 – 668.

NEDER, Gizlene; FILHO, Gisálio Cerqueira. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade femininaem São Paulo (1890 – 1930)*. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p.362-400.

Fontes

"A semana". *O Paiz*, 22 de julho de 1900.

"Diário do Congresso na Câmara". *Gazeta de Notícias*, 21 de agosto de 1900

"A Eleitora". *Gazeta de Notícias*, 3 de julho de 1904.

"Casamento e Celibato". *O Paiz*, 6 de julho de 1907.

"O lado cruel do feminismo". *O Paiz*, 17 de maio de 1908.

"Missão delicada". *Fon-Fon*, 20 de novembro de 1909.

"Como se muda uma mulher em homem". *Fon-Fon*, 18 de março de 1911.

"Reminiscência", *Fon-Fon*, 3 de agosto de 1912.

"O voto feminino". *Fon-Fon*, 4 de outubro de 1913.

"Um mal-entendido: versão da mulher". *Fon- Fon*, 10 de janeiro de 1914.

"Voto feminino". *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917.

"Elegância ". *Gazeta de Notícias*, 20 de abril de 1924

"O casamento". *Gazeta de Notícias*, 30 de novembro de 1940.

"Fazem falta os homens às mulheres?". *Fon-Fon*, 20 de junho de 1942

Teses da Faculdade de Medicina

BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro de. *Considerações geraes sobre a mulher, e sua differença do homem e sobre o regimen que deve seguir no estado de prenhez*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1845.

VIANNA, Antonio de Fonseca. *Considerações hygienicas e medico-legaes sobre o casamento relativamente a mulher*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio deJaneiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1842.

TORRES, Antonio Gonsalves de Lima. *Breves considerações sobre o physico e o moralda mulher nas differentes phases da sua vida*. Tese apresentada a Faculdade de Medicinado Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutor. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de1848.

A Condição Feminina e a Construção de uma Identidade ligada à Figura Materna: O *Jornal das Moças* (1914 -1934)

Ruth Miranda Oliveira da Silva
Mestranda em História Social - PPGHS – UERJ

O *Jornal das Moças* circulou durante 56 anos no Brasil, chegando a ocupar o oitavo lugar entre as revistas mais lidas. Era publicado de modo quinzenal e distribuído em todo o país, vendido em bancas ou entregue na casa dos assinantes. Sua tiragem ficava em torno de 150 mil exemplares.

Destinado ao público feminino, o *Jornal das Moças* seguia os padrões das publicações de sua época, inclusive em relação ao nome. A edição do periódico era feita por Menezes, Filho & C. Ltda e a direção cabia a Álvaro Menezes e Agostinho Menezes (ALMEIDA, 2008).

Neste trabalho pensamos a condição da mulher no início do século XX e suas transformações em relação ao século XIX a partir do *Jornal das Moças*. Buscamos compreender como a identidade feminina era construída, os comportamentos ditados como exemplares e os processos históricos e culturais que interferiam no olhar sobre a mulher. Desse modo, pensamos o discurso médico e tangenciamos o discurso religioso e seus impactos na construção da identidade feminina a fim de compreender como esta foi sendo relacionada à figura materna. Mais especificamente, procuramos entender qual o papel do *Jornal das Moças* no reforço dos padrões idealizados para a mulher e na crítica à emancipação feminina no início do século XX.

Como destaca Elizabeth Badinter, no início do século XX, o próprio conceito de infância já havia sido modificado e tudo com relação à criança passa a ser importante. Da mesma forma, a mulher no papel materno passa a ter uma nova conotação social com a responsabilidade de cuidar dessa nova infância (BADINTER,1985). Encontramos no *Jornal das Moças* em 1914, nas primeiras edições da publicação, a média de uma ou duas páginas reservadas às crianças com gravuras infantis, fotos de crianças e histórias para serem lidas para elas. Essa seção recebeu o nome de “Páginas Infantis” (*Jornal das Moças*, Edição: 001, 21/05/1914, p. 23.) Desse modo, podemos perceber o quanto o conceito da infância já havia sido modificado. Ao mesmo tempo em que a infância é ressignificada, cresce também a ênfase na figura materna e o papel da mulher na sociedade é atualizado. O discurso da Igreja associa mais fortemente a mulher casada e mãe à figura da Virgem Maria, a mãe pura que deveria se distanciar da imagem da Eva pecadora (BADINTER, 1985).

Esse discurso da Igreja é perceptível no *Jornal das Moças*, como destacamos no artigo "A influência das mulheres", publicado em 1914, que fazia uma crítica a um texto publicado anteriormente no qual a mulher é descrita como uma "influência maléfica". Porém, no mesmo artigo, aparece a ideia de que seria inaceitável esse discurso, pois a mulher seria soberana na vida doméstica. Além disso, "a vida doméstica do filho com a mãe, prepararia o menino para a vida adulta e social". Santo Agostinho teria dito que "tudo que havia sido devia a sua genitora" (*Jornal das Moças,* Edição: 030, 01/08/1914, p. 8.). Dessa forma, a mulher que é mãe não deveria ser descrita como maldosa ou associada a Eva, mas sim vista como sagrada, associada à maternidade e à Virgem Maria.

Encontramos publicadas também em 1914, no artigo intitulado "Confidências de um papelote", que tem um homem como autor, frases como "Mãe és a imagem mais perfeita e mais Santa da Virgem Maria", o que demonstra a influência do discurso religioso ao associar a mulher à Virgem Maria. Em todo o poema, a mulher aparece também como um anjo, uma figura de bondade: "A mulher és o anjo que se respeita e se ama"; "Divina caridade é a sua passagem sobre a terra" (*Jornal das Moças*, Edição: 04, 01/07/1914, p. 07). Mary Del Priore afirma que esse discurso religioso no início do século XX foi atrelado ao Estado. Dessa forma, o Estado definiu o papel da mulher na esfera doméstica. Pobre ou rica, a mulher passa a ser vista como aquela capaz de "fazer o trabalho de base de todo edifício familiar" (DEL PRIORI, 2013, p. 12). "Tanto a Igreja como o Estado apostavam no papel feminino" (DEL PRIORI, 2013, p. 19).

Para Elisabeth Badinter, o discurso médico passa a ajudar a confinar a feminilidade ideal: a mulher sã e feliz é a mãe de família. A maternidade passa a designar um lugar para as mulheres na sociedade; um lugar de respeito e poder desde que não ultrapassasse os limites domésticos. (BADINTER, 1985). Como mostra Michelle Perrot, a mulher casada deveria amar o marido e o lar estaria associado ao casamento. Portanto, a casa deveria estar sempre limpa e bem cuidada. Com a preocupação do Estado e da medicina com as famílias, a mulher deveria estar presente em casa (PERROT, 2012).

Desse modo, o movimento higienista ou sanitarista que havia se desenrolado no país a partir de meados do século XIX, continua a ganhar força no início do século XX, caracterizando-se por ações que se expandem da saúde individual para o perfil familiar. Surge uma nova mentalidade que buscava cuidar da população educando e ensinando novos hábitos. Isto envolvia uma grande preocupação com a saúde e com a educação. Esse era um novo ramo da medicina, que teria a

finalidade não apenas de justificar as causas das doenças no corpo, mas também o papel do meio nesse processo (SILVA, 2017, p. 13).

Gilberto Hochman define o movimento higienista como a era do saneamento, que foi caracterizada, segundo ele, em dois sentidos. O primeiro, "iniciado na década de 1910 e encerrado com o crepúsculo da Primeira República" (HOCHMAN, 2006, p. 40) seria um período de conscientização da elite sobre os problemas sanitários e no qual o Estado deveria se responsabilizar pela saúde individual e do território. O segundo sentido seria o de um conjunto de médicos, cientistas e profissionais de serviços sanitários que reunidos "são capazes de transformar os efeitos externos da doença em consciência da interdependência social" (HOCHMAN, 2006, p. 40). Assim, o movimento critica as condições sanitárias do país, difundindo novos hábitos de higiene pela população. Seu objetivo era educá-la através de normas e hábitos para a saúde coletiva e não apenas a individual (HOCHMAN, 2006).

Como aponta Margareth Rago, a função das mulheres na esfera doméstica era importante para a manutenção dos hábitos higiênicos, sendo enaltecida como um oficio sagrado, como dissemos. E quanto mais a mulher tentava escapar dessa esfera privada, mais ela era julgada e considerada imoral. Isto ocorria especialmente com aquelas que buscavam emancipação. Dessa forma, as mulheres eram controladas e vigiadas, esperando-se que cumprissem o papel de donas de casa e mães para serem socialmente aceitas (RAGO, 1985). O *Jornal das Moças* reforça essas ideias. Isto pode ser percebido através do artigo "A mulher" que descreve a maternidade como uma das funções femininas mais dignas, sendo as mulheres seres divinos. O artigo diz: "As mulheres em relação aos seus filhos, são criaturas sem sexo, são antes semidivinos, são anjos". E complementa: "(...) a missão que a mulher desempenha como sacerdotisa por certo é uma das funções que mais dignificam e exaltam" (*Jornal das Moças*, Edição: 673, 10/05/1928, p.10.).

No entanto, é importante destacar, como aponta Lucila Scavone, que as implicações e experiências da maternidade não atingem do mesmo modo as mulheres de diferentes culturas e classes sociais. Assim, a maternidade é um "fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pela questão de gênero que lhe é subjacente" (SCAVONE, 2001, p. 52). A maternidade vai sendo colocada como um elemento cultural e da identidade feminina e se torna cada vez mais um modo de justificar as desigualdades das mulheres em relação aos homens. A maternidade não era um papel valorizado até o século XVIII. No século XIX, passa-se a valorizar a devoção ao lar. No século XX, o ideal da mãe amorosa e higiênica transforma a mulher na rainha

do lar. Assim, a maternidade e todas as exigências do bem estar do filho foram bases fundamentais para que o amor materno fosse naturalizado e se tornasse um "elemento definidor da condição de feminilidade" (MACHADO, 2019, p. 1129).

O reforço da mulher no papel materno se torna cada vez maior, o que acreditamos que se relacione com o fato do movimento feminista também ter se tornado mais expressivo no Brasil. No artigo "Feminismo", de 1919, encontramos uma crítica ao suposto desprezo sofrido pelas mulheres. O artigo diz que os homens que ridicularizavam o feminismo dizendo que a mulher seria inferior, eram injustos, pois, os homens foram criados por suas mães e a mulher não mereceria ser desprezada por ser mãe: "Não há um só homem que não tenha dito: Minha mãe era a mais inteligente e a mais honrada das mulheres, sem ela eu não seria o que sou e todos os homens tiveram mãe e todas as mães tem educado, tem conduzido e tem influído na vida de seus filhos" (*Jornal das Moças*, Edição: 220, 04/09/1919, p. 06). Aqui percebemos que ao citar o feminismo, o artigo diz que a mulher teria um papel fundamental na criação dos homens. Mesmo pela função da maternidade, a mulher deveria ser valorizada a partir da figura masculina. Percebemos, também, a responsabilidade sobre a educação e o futuro dos filhos sendo direcionada à mulher, pois defende-se que toda mulher deveria educar e conduzir o filho. Os discursos sobre a naturalização da maternidade contribuíram para limitar as mulheres ao lar e impedir que os direitos políticos, sociais e econômicos fossem exercidos por elas (MACHADO, 2019).

De acordo com Tzvetan Todorov, o reconhecimento marca a entrada do indivíduo na existência, sendo o obrigatório de tudo. A "aspiração ao reconhecimento", como o autor trabalha, pode se dar de diversas formas "conscientes e inconscientes, racionais e irracionais" (TODOROV, 1996, p. 116). Portanto, a existência humana estaria marcada pelo reconhecimento e a "alteridade se daria a partir da relação com o outro" (TODOROV, 1996, p. 116). Apropriando-nos do que diz Todorov, podemos dizer que a maternidade estaria dada a mulher como "um caminho fundamental para a constituição de sua identidade" (PERROT, 2012, p. 68). Assim, a função materna, segundo Perrot, por ser um "pilar da sociedade e da força dos estados" (PERROT, 2012, p. 69), se torna um elemento social. A política investe no corpo da mulher que é mãe, havendo todo um controle da natalidade. A maternidade seria, portanto, uma das funções mais relevantes na vida da mulher. (PERROT, 2012).

De acordo com Pierre Bourdieu, a família seria o primeiro grupo de socialização a partir do qual são transmitidas as características culturais. A família seria a primeira identidade social do

indivíduo, e nela a mulher busca reconhecimento. Para Bourdieu, a dominação masculina se impõe nas estruturas, nas atividades produtivas, bem como nas reprodutivas. A mulher foi socialmente tratada como objeto estético, com destaque para tudo que se refere à beleza, ao comportamento, à postura, às roupas e também ao trabalho doméstico. A dominação não seria um efeito direto e simples, mas seria disfarçada a tal ponto que os que sofrem não percebem (BOURDIEU, 2002).

O *Jornal das Moças* demostra inúmeras vezes que é um reforçador dessas ideias de dominação masculina. Em 1919, o artigo "A cultura intelectual na mulher" diz: "O remédio está nas próprias mãos femininas: não vos desleixeis no cuidado que deveis ter assiduamente, para alentar o ânimo desse batalhador heroico e infatigável que se chama – o HOMEM" (*Jornal das Moças*, Edição: 226, 16/10/1919, p. 16.) Podemos observar nessa frase o homem sendo colocado num lugar de herói e batalhador, enquanto a mulher ocupa o lugar de responsável por seu bem estar. Até mesmo a palavra homem é apresentada toda em caixa alta como um modo de colocá-la em evidência.

Portanto, como aponta Bourdieu, a dominação sobre as mulheres é reforçada cada vez mais no espaço social – na família, na escola, no trabalho, na mídia (BORDIEU, 2002). Como destaca Josênia Antunes Vieira, a identidade da mulher não pode ser vista exclusivamente e limitada pelo gênero, pois a "identidade de gênero é produto de comportamentos sociais aprendidos com a família e com outras instituições sociais como a escola" (VIEIRA, 2005, p. 226). Isto também condiz com o que afirma Todorov sobre os meios para se obter o reconhecimento, relacionados diretamente à cultura e aos grupos aos quais o sujeito pertence. No início do século XX, para a mulher obter reconhecimento, deveria estar de acordo com os padrões conservadores da sociedade. E exercer o trabalho materno, como sendo uma função sagrada, era parte dessa conquista por reconhecimento. O reconhecimento alcançaria todas as esferas da relação humana, estando ligado ao modo de atrair o outro. Essa atração pode se dar através do comportamento (TODOROV, 1996). Nas palavras de Todorov:

> A satisfação obtida nas conformidades das normas com os grupos explica também, em grande parte, o poder dos sentimentos comunitários, a necessidade de pertencimento a um grupo, a um país, a uma comunidade religiosa. Seguir escrupulosamente os hábitos do seu meio trará a satisfação de sentir-se existir através do grupo (TODOROV, 1996, p. 120).

Os papéis sociais imputados à mulher ditavam o comportamento feminino ideal e gerariam reconhecimento nesse contexto social. Através do papel de dona de casa, de esposa e de mãe, as

mulheres eram bem vistas dentro dessa realidade, ganhando um *status* social desde que não ultrapassassem essa esfera, esses espaços. A atuação doméstica era essencial para o funcionamento da sociedade no início século XX e é enfatizada como parte da vida e da rotina dessas mulheres (PERROT, 2012). No *Jornal das Moças,* em 1922, no artigo "Como devemos julgar as mulheres", percebemos como a mulher é situada nessa função social de educar os filhos para a sociedade. Nesse artigo, a mulher é destacada como esposa, como mãe, como irmã e como educadora:

> A mulher é a companheira das dores e das alegrias do homem; é o ente mais perfeito e criado por Deus para florir e perfumar nossos lares. [...] A mulher como irmã é a nossa confidente, como esposa a companheira eterna das nossas alegrias e tristezas, quando mãe é a mestre incansável do nosso berço á mesa e que nos educa para o lar e para a sociedade e nos ensina o caminho do bem (*Jornal das Moças*, Edição: 354, 30/03/1922, p. 27).

As mulheres deveriam ser boas donas de casa, para obterem reconhecimento dentro de suas casas, pela sua família, pelo seu marido. Com isso, se tornariam também treinadoras de suas filhas, formando novas donas de casa. Como ressalta Tzvetan Todorov, o sentimento de rejeição é difícil de ser enfrentado. Sermos ignorados provocaria a "sensação de estarmos sendo anulados" (TODOROV, 1996, p. 124). As mulheres que não correspondiam a esses papeis imputados a elas socialmente eram muitas vezes vistas como histéricas, como doentes e como imorais. Como lembra Rachel Soihet, aquelas que participavam do movimento feminista eram ridicularizadas, sendo apresentadas como feias, masculinizadas e despeitadas (SOIHET, 2000).

As mulheres que desejavam estudar no início do século XX, eram mal vistas e pouco interessantes aos homens, pois seu conhecimento desagradava-lhes. Os homens preferiam as mulheres recatadas e dedicadas ao lar. Segundo Mary Del Piore, o discurso dos médicos afirmava que "as mulheres honestas que quisessem se educar corriam o risco de se tornarem prostitutas ou suicidas, porque homens não se casariam com elas – o conhecimento lhes causava repugnância" (DEL PRIORE, 2013, p. 66). A autora complementa:

> E as revistas tinham um papel modelar no que diz respeito a vida familiar. Querida, Vida Doméstica, Você, Jornal das Moças ou seções femininas de O Cruzeiro impactavam como formadoras de opinião. E o que elas diziam? Que ser mãe e dona de casa era o destino natural das mulheres, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade (DEL PRIORE, 2013, p. 67).

No *Jornal das Moças*, encontramos orientações sobre o modo de ser e se comportar das mulheres, de forma a se diferenciarem dos homens. Nesse sentido, chama-nos a atenção o texto

escrito por uma mulher, filha de um Major do exército, intitulado "Uma Gentil Colaboração do Jornal das Moças". Sua autora diz: "O homem pode e deve mesmo ser elegante, procurar vestir-se bem e a mulher brasileira deve ser a criatura despida de vaidades" (*Jornal das Moças*, Edição: 245, 20/02/1920. p. 15). Os conselhos continuam incluindo o modo da mulher se vestir e a importância de não se maquiar:

> Qual o intuito da mulher que se pinta? Fazer-se bela para si mesma? O intuito é outro. Ela procura enganar o sexo contrário para melhor atraí-lo. Ela é, portanto, uma leviana, uma mentirosa. Pinta-se também a messalina. Porém, a moça distinta honesta e boa não deve imitar a messalina (*Jornal das Moças*, Edição: 245, 20/02/1920. p.15).

Foram séculos modelando a figura da mulher e da esposa. "Não a real, mas a ideal. Submissa, obediente, discreta. A mulher certa. Somente ela poderia ser mãe sacralizada no altar doméstico" (DEL PRIORE, 2013, p. 72).

No entanto, é importante considerar que as mulheres no início do século XX também lutavam por mudanças através do movimento feminista. Com avanço do movimento, ocorreram diversas manifestações da FBPF, porque o direito ao voto ainda não havia sido conquistado. Assim, as mulheres realizaram o II Congresso Internacional Feminista em junho de 1931. Encaminharam para Getúlio Vargas o que havia sido tratado no congresso, ressaltando o direito ao voto feminino e a defesa da mulher casada não precisar de autorização do marido para votar. Com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 estabeleceram-se o voto feminino e o voto secreto, o que foi incorporado à Constituição de 1934 (SOIHET, 2000).

O *Jornal das Moças*, em 1932, publica um texto intitulado "Para as feministas". Nele afirma que seria aceitável a mulher ter o direito ao voto, mas esse voto deveria ser pensado de diversas formas. O artigo destaca ser "natural que a mulher queira ter os mesmos direitos que o homem, mas, não em todos os pontos. Porém querer ir para as eleições e dar o seu voto para ser este ou aquele o presidente, seria uma banalidade". O artigo descreve que a finalidade do voto da mulher seria em prol de agradar ao marido. "O voto da mulher é dado somente para embelezar o seu lar, procurar tornar agradável a vida do homem a quem ligou o seu destino e velar pela saúde de seus filhos para que sejam bons cidadãos". O artigo também aconselha as mulheres solteiras a não votarem, pois não seria bem visto pelos homens que buscavam casamento: "um aspirante ao matrimônio não ficará satisfeito em ver que sua noiva em vez de pensar no modo de embelezar seu futuro lar, de torna-lo um céu de felicidade, pensa em ir para as eleições dar o seu voto. A mulher

foi feita para o lar, é lá que ela deve reinar" (*Jornal das Moças*, Edição: 907, 3/11/1932, p. 40). O artigo segue dizendo como a mulher ser uma eleitora seria mal visto e um problema: "Para a mulher ocupar um lugar de destaque na sociedade, não é absolutamente necessário que seja eleitora. Este progresso que dizem que o sexo feminino tem conquistado, tem causado muita desarmonia e é por isto que hoje são raros os lares felizes". Além do artigo criticar a mulher eleitora, destaca também que a maternidade e as funções do lar deveriam ser os maiores orgulhos e conquistas das mulheres e não o direito ao voto, como nessa frase: "Mulher! Ouve bem; não nasceste para futilidades, sua missão é mais santa, é mais sublime; nasceste para ser alegria, para consolar os corações, para seres o anjo do lar, para seres, enfim: — esposa e mãe" (*Jornal das Moças*, Edição: 907, 3/11/1932, p. 40).

As mulheres reivindicavam o direito ao voto, o que se tornou um grande marco para o movimento. Contudo, a emancipação da mulher deveria ser limitada de alguma forma. Ressaltamos que o reforço das políticas de amamentação contribuiu para limitar a mulher ao espaço privado. As mulheres deveriam dedicar-se à função de amamentar. A amamentação faria a mãe estar mais próxima do seu bebê e estreitaria os laços familiares. Segundo o discurso médico, a mãe que não amamentasse seria "desnaturada" (BADINTER, 1985, p. 258), reforçando a figura da mulher enquanto mãe amorosa que amamenta o filho em seu próprio seio. Por meio da imprensa e com respaldo dos argumentos médicos, a mulher foi alvo das mais diversas propostas de intervenção (ENGEL, 2004).

Como afirma Jurandir Freire Costa, no início do século XX, as políticas de amamentação cresciam na mesma medida em que avançavam o movimento feminista e a luta por emancipação das mulheres. A amamentação foi sendo representada como um comportamento natural e instintivo da mulher e o processo do aleitamento estaria ligado à condição feminina. O ato de amamentar passa a ser valorizado socialmente (COSTA, 1983).

Como defende Margareth Rago, o discurso "médico normativo e masculino" (RAGO, 1985, p. 76) fornece suporte para delimitar o lugar da mulher na sociedade e a construção de sua identidade. Assim, a valorização da amamentação era baseada em diversos elementos. Os médicos diziam que amamentar "seria uma vocação natural que deixaria a mulher mais atraente e bonita e que não deformaria o corpo pois fazia parte da natureza feminina" (RAGO, 1985, p. 76).

Portanto, essa nova mãe higiênica e saudável que é exaltada pela medicina deveria se ocupar com a amamentação. Com isso, além de proteger os filhos, essa Medicina Social teria a função de

"prender a mulher no universo doméstico" (DEL PRIORE, 2013, p. 141). Já no contexto dos anos 1930, a partir de 1933, logo após a conquista do voto feminino, o *Jornal das Moças* passa a publicar uma coluna intitulada "Evangelho das Mães" que apresenta a maternidade como função sagrada, como indica o próprio título. A coluna trazia conselhos para mães: o modo como elas deveriam preparar o ambiente para o filho, cuidados higiênicos e conselhos médicos para lidar com o bebê e uma forte campanha para amamentação do filho em seu próprio seio, o que pode ser percebido no trecho a seguir: "Como já havemos referido a imprescindibilidade do leite materno para o recém-nascido" (*Jornal das Moças*, Edição: 967, 28/12/1933, p. 37).

A psicanálise também contribuiu para que as políticas de amamentação fossem reforçadas. Sigmund Freud, na passagem do século XIX para o XX, afirmava que a mãe simboliza antes de tudo o amor e a ternura, e o pai, a lei e a autoridade. A mãe também representaria o primeiro objeto de amor do filho estabelecendo um vínculo entre feminilidade e maternidade. Deste modo, a psicanálise confirma a mãe como o personagem principal da família, exercendo uma relação de poder através desse discurso (BADINTER, 1985).

Como destaca Elisabeth Badinter, os argumentos do saber médico para que as mães amamentassem incluíam a saúde física e psíquica do filho. A autora ainda diz que, segundo a teoria psicanalítica, a "mãe totalmente devotada seria definida pela capacidade de preocupação com o filho" (BADINTER, 1985, p. 312), se adaptando sempre à necessidade do bebê e excluindo qualquer outro interesse. A psicanálise afirma que, para o bebê se desenvolver melhor, o aleitamento materno deveria ser bem sucedido e se o bebê apresentasse algum problema de desenvolvimento e não fosse amamentado o quadro se agravaria. Nesse sentido, Badinter afirma que "a presença do pai é muito menos essencial. Ele pode ausentar-se durante todo o dia, punir e amar de longe sem prejuízo para a criança" (BADINTER, 1985, p. 325).

Desse modo, cabe destacar que encontramos no *Jornal das Moças* a indicação de leituras de conteúdo psicanalítico para as mulheres. No artigo "Fora de série", publicado já em 1935, o autor explica que para que a mulher dita fútil se tornasse "inteligente e brilhante, seria aconselhável a leitura das obras de Freud" (*Jornal das Moças*, Edição:1069 12/12/1935, p. 11)[1]. A psicanálise estava em seu apogeu, influenciando muito na análise dos comportamentos sociais. Daí essa recomendação. Sem a experiência da amamentação, o filho poderia não chegar à integralidade da

[1] Embora publicado um ano após o fim do recorte cronológico desta dissertação, demarcado pela Constituição de 1934, consideramos relevante destacar esse artigo em razão da temática abordada.

saúde mental, segundo a teoria psicanalítica. Diversos discursos se entrelaçavam em favor da amamentação. Os médicos afirmavam que uma série de doenças poderiam acometer as mulheres que não amamentassem seus filhos. O discurso religioso também se fazia presente, afirmando que a mãe que se negasse a amamentar estaria cometendo um pecado contra Deus. Os moralistas condenavam a mulher que não amamentasse, o que se configuraria numa injustiça materna cometida contra o filho. Todos – cientistas, religiosos e moralistas – reforçavam o aleitamento materno e a maior atenção e dedicação que a mãe deveria dar ao bebê (BADINTER, 1985).

A noção de mulher presente no *Jornal das Moças* revela o conservadorismo em relação ao gênero feminino, no qual o homem é visto como superior. Deste modo, como alerta Nukácia Almeida, não havia publicações no jornal que apontassem para as mulheres leitoras outro horizonte que não fosse o circunscrito ao lar, à maternidade, à esfera doméstica e à educadora dos filhos.

Porém, é importante destacar que por mais que as mulheres tenham sido pressionadas por esses discursos, muitas se tornaram desejosas da maternidade e não podemos desconsiderar totalmente esse desejo. A ausência da maternidade pode muitas vezes levar à vulnerabilidade emocional e à frustração. Esses valores foram vistos socialmente como tão importantes que acabam introjetados por elas e estão presentes até hoje. A mulher tem autonomia para fazer suas próprias escolhas e muitas vezes o desejo pela maternidade é uma escolha legítima. No entanto, as mulheres que não sentem esse desejo precisam ser respeitadas, entendendo-se a maternidade como construída e não como obrigatória (MACHADO, 2013). Como afirma Tânia Maria Silva, o desejo da mulher pode ou não se desdobrar para a maternidade, não sendo está uma condição necessária. Afinal, esse discurso é construído ao longo do tempo e marcado pelo controle e pela submissão (SILVA, 2017).

Referências

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*: *o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BORDIEU, Pierre. A *dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Suely Gomes. "Um estimulante encontro com Michel de Certeau: o feminismo tático de Bertha Lutz". *Cadernos Pagu.* Campinas, n. 27, p. 449-454, dezembro de 2006.

DEL PRIORE, Mary. *Conversas e histórias de mulher.* São Paulo: Planeta, 2013.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).* São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2006.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. "Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres". *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, Oct. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000401120&lng=en&nrm=iso

MACHADO, Ana Lúcia. "A maternidade, o trabalho doméstico e a identidade feminina: um estudo particular". *Linhas*. 2007; 2(1):1-9. 25 Fidelis DQ, Mosmann CP. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. Aletheia. 2013, p.2 Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1295/1106/0

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. "Feminismo, história e poder". *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, June 2010.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCAVONE, Lucila. "Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero". *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, Feb. 2001 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832001000100004&lng=en&nrm=iso

SILVA, Amanda Daniele. *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SILVA, Poliana Moreira. *Movimento higienista: construção da figura feminina*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOIHET, Rachel. "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz". *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 15, p.97-117, Dec.2000 https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300007&lang=pt

SILVA, Tânia Maria Gomes da Silva. *Mulheres, maternidade e identidade de gênero. Fazendo gênero 10: desafios atuais do feminismo*. Florianópolis, UFSC, 2013.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

VIEIRA, Josênia Antunes. "A identidade da mulher na modernidade". *DELTA*, São Paulo,v. 21, n. spe, p. 207-238, 2005. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300012

Fontes

JORNAL DAS MOÇAS:
Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil/Jornal das Moças digitalizado. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031

1914
Edição: 01, 21/05/1914.
Edição: 04, 01/07/1914.

1915
Edição: 30, 01/08/1915.

1919
Edição: 220, 04/09/1919.
Edição: 226, 16/10/1919.

1920
Edição: 245, 20/02/1920.

1923
Edição: 419, 23/06/1923.

1932
Edição: 907, 3/11/1932

1933
Edição: 965, 14/12/1933.
Edição: 967, 28/12/1933

1935
Edição: 1069 12/12/1935.

O papel da mulher na família: divórcio, mulheres divorciadas e suas representações na imprensa carioca (1910-1950).

Vívian Marcello Ferreira Caetano
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

> Requerer um divórcio a collocará numa situação indefinida na sociedade, sendo alvo de commentarios nunca lisonjeiros. Todos dirão da mulher: "Aquella é uma divorciada" – o que significa uma criatura degenerada, que abandonou a santa paz do lar em busca de aventuras deshonestas, do ouro, do luxo. Nunca será feliz porque é inconsciente; fará ao segundo o que fez ao primeiro, ao terceiro o que fez ao segundo; terá um triste fim de cigarra no inverno da vida. Pobre mulher![1]

O trecho acima foi publicado em 28 de junho de 1924 na revista *Fon-Fon*. Nele percebemos um aviso ou conselho às mulheres que estariam pensando em se divorciar dos seus maridos. O trecho destaca que ao tomar esta decisão, elas seriam colocadas como "indefinidas na sociedade" e desqualificadas por terem abandonado a "santa paz do lar", rejeitando, assim, a função "natural" feminina de ser esposa. Além disso, seriam consideradas dignas de pena, pois, não conseguiriam fazer durar um casamento, atribuindo-lhes a culpa pelo fim da relação. A ameaça é utilizada como forma de manipular as possíveis decisões femininas. Pois, caso não fossem como o esperado pela sociedade patriarcal e moralista, eram consideradas desonradas, degeneradas, desonestas, infelizes e interesseiras.

No Brasil, o divórcio foi instituído oficialmente somente em 1977, regulamentado pela lei 6.515 do dia 26 de dezembro. A lei permitiu extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa se casasse novamente. No contexto aqui analisado, a legislação brasileira só autorizava o desquite[2]. É importante destacar que os conceitos de divórcio e desquite se confundiam muitas vezes nos periódicos. Em diferentes momentos, a palavra divórcio era generalizada, pois nem sempre significou separação com possibilidade de novas núpcias. Sendo assim, as palavras "desquite e divórcio" ora eram colocadas como sinônimas, ora como antônimas. Por isso, devemos ler com cautela, para que possamos entender e interpretar o contexto e a intenção da narrativa. Como afirma Koselleck:

> Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos, pelas ciências históricas sempre como palavras, pura e simplesmente[3].

[1] "O amor livre". *Fon- Fon*. Anno XVIII, n. 26, 28 de junho de 1924.
[2] O desquite permite a separação de corpos e de bens. Porém, a pessoa desquitada não poderia se casar novamente, pois o vínculo matrimonial continuava a existir e impedia outra união.
[3] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. cit., p. 108.

Palavras tornam-se conceitos a partir do momento em que passam a ser empregadas com diferentes sentidos. Sendo assim, acreditamos que os variados sentidos destes conceitos nos periódicos aconteciam por dois motivos. O primeiro está relacionado à forma patriarcal de se julgar as mulheres que não queriam permanecer casadas. Elas eram desmoralizadas e desqualificadas, mesmo exercendo o seu direito por lei, como era o caso do desquite. Isto é percebido no trecho da *Fon-Fon*, citado acima, no qual transparece que a conquista jurídica não seria o bastante para alterar a construção social sobre o papel do gênero feminino. O outro motivo está relacionado à estratégia destes periódicos em não esclarecer ou se aprofundar no assunto, a fim de confundir ou influenciar os leitores, orientando-os em uma determinada posição. Foram feitos esforços para convencer a sociedade de que o casamento seria a melhor forma de proteger a família e o país como um todo dos possíveis males da excessiva liberdade individual.

Durante a primeira metade do século XX, trechos como os que vimos acima faziam parte de constantes posicionamentos divulgados na imprensa sobre o divórcio e as mulheres divorciadas. O debate em torno da aprovação do divórcio no país começou no século XIX, entre religiosos e conservadores defensores da Igreja, contra liberais que prometiam o progresso com o Estado Laico. Ou seja, a preocupação com a aprovação da lei do divórcio estava relacionada com o início da República e a separação entre Estado e Igreja. O debate tornou-se mais intenso e polêmico a partir do dia 24 de janeiro de 1890, quando foi aprovado o Decreto n.181, que estabeleceu o casamento civil no Brasil. Segundo Clóvis Bevilaqua (jurista responsável pela autoria do Código Civil), era preciso mudar as relações de poder entre o Estado e a Igreja. Bevilaqua dizia:

> Fazia-se mais urgente uma reforma legislativa mais radical. Desde 1854, apareceram tentativas de secularizar-se. Mas, somente com a transformação do sistema de governo, com a proclamação da República, é que tivemos o decreto de 24 de janeiro de 1890, criando o casamento civil, como consequência necessária da separação de poderes, o temporal e o espiritual, objetivava o decreto de 7 de janeiro de 1890, completou essa evolução o Código Civil regulando o casamento de acordo com os princípios da constituição republicana[4].

Segundo Mary Del Priore, este período foi de grande agitação social e motivo de muitas discussões familiares: "É pecado ou não casar no civil?"[5]. Isto porque a Igreja fez forte oposição ao casamento civil e criticou a transformação do ato matrimonial divino em um mero contrato civil. Para a Igreja, casar no civil era um atestado de maus costumes. Ao se estabelecer o

[4] BELIVAQUA, Clóvis. *Direito da família.* Rio de Janeiro: Livraria e Editora Freitas Bastos, 1938, p. 61.
[5] DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013, p. 60.

casamento como perpétuo e indissolúvel, não haveria espaço para individualidades. Sendo assim, qualquer medida que representasse a quebra deste contrato, seria condenada pela Igreja. Por isso, o divórcio foi estigmatizado pelo catolicismo. No Brasil, mesmo sendo uma república com um Estado Laico, a Igreja continuava interferindo em vários assuntos, o que também aconteceu com o divórcio. Para a Igreja, o matrimônio funda uma família cristã, na qual a moralidade da mulher em relação a do homem é muito mais vigiada. Sendo assim, ao casar, a mulher era submetida a funções como respeitar e obedecer ao marido, ser mãe, formar os filhos na fé cristã e administrar a casa. Não se entendia a mulher como um indivíduo, com desejos, vontades ou direitos. Segundo Cláudia Maia, esta ideia estava presente também nas leis republicanas brasileiras, que foram criadas com a "aparência de igualdade de direitos, mas de fato legitimavam a subordinação das mulheres aos homens"[6]. Isto aparece, por exemplo, na lei do casamento civil na qual as mulheres tinham condição jurídica inferior, sendo consideradas incapazes e submissas ao marido. Como podemos observar no artigo 6 do Código Civil brasileiro:

> Art.6 - são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:
> I- Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos;
> II- As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal;
> III- Os pródigos;
> IV- Os silvícolas[7].

As leis instituídas, portanto, reafirmavam o modelo patriarcal de família e diferenciavam os espaços dos maridos e esposas hierarquicamente separados, retirando das mulheres casadas a condição de indivíduos. Assim, o Código Civil de 1916 legitimou a divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo ao tornar as mulheres incapazes e dependentes. Para Carole Pateman, o casamento civil assegurava aos homens o controle sobre as mulheres, pois "tais direitos foram criados pelo contrato social original e, nesse sentido, ele é também um contrato sexual"[8]. Segundo a autora, a história sobre o contrato social foi contada pela metade pelos clássicos teóricos, porque excluiu a forma como o patriarcado moderno se estabeleceu. Nela, o contrato social teria acabado com o patriarcado (entendido como direito político do pai), assegurando a liberdade civil aos homens. Contudo, para Pateman, o contrato social ao mesmo tempo em que concede a liberdade para os homens, cria formas de manutenção do patriarcalismo no qual:

---

[6] MAIA, Claudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral - Minas Gerais (1890-1948).* Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007, p. 93.
[7] BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm Acessado em 13 de novembro de 2020.
[8] PATEMAN, Carole. *O contrato sexual.* Rio de Janeiro: Paz e Autêntica, 1993, p. 17.

> Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Já que o contrato é feito entre homens, as mulheres são participam dele como indivíduos, pelo contrário, elas são o objeto do contrato[9].

Neste sentido, entendemos que os direitos civis acabaram funcionando como um instrumento de legitimação do Estado e dos homens sobre as mulheres, já que elas estavam sujeitas ao pátrio poder, ou seja, do pai quando não casadas ou do marido quando casadas. Permanecer solteira ou desquitar-se constituía "uma das formas para escapar das determinações do contrato de casamento, ao mesmo tempo, expor a condição de submissão das esposas"[10]. Assim, para evitar a possibilidade de realização dessas alternativas para as mulheres, foram criadas várias formas de persuasão para contê-las dentro da ideia do casamento, seja ele civil ou religioso. Vejamos a charge da revista *O Malho*, de 31 de agosto de 1912:

Figura 1: As ligas catholicas contra o divórcio: Pobre divórcio... Encontrou oposição das mulheres? Está mortinho da silva... Pois se "ce que femme veut, Dieu le veut"!...

Fonte: *O Malho*. Anno XI, n. 520, 31 de agosto de 1912.

Na charge, vemos a representação de mulheres cristãs com objetos nas mãos em manifestação contra o divórcio, que seria o inimigo comum a elas. Segundo Darlene Oliveira, a atuação das mulheres das Ligas Católicas no combate ao divórcio foi uma das formas encontradas pela Igreja, para enfraquecer o movimento feminista e as ideias progressistas:

> As Ligas Católicas do século XX, apesar de possuírem particularidades, ambas se aproximam quanto à participação leiga, com um caráter marcadamente religioso e devocional e com atividades de assistência social aos pobres. A mulher, neste momento, é mostrada, não estando servindo à Igreja somente nesse requisito de caridade, mas também era intenção, colocar a mulher em um patamar que lhe conferisse sentimentos de importância perante a sociedade para afrontar o feminismo e as práticas laicas de intervenção social[11].

[9] Ibidem, p.21.
[10] MAIA, Claudia. *Entre "inocência" e "corrupção"* ... Op. cit., p. 292.
[11] OLIVEIRA, Darlene Socorro da Silva. *Liga das Senhoras Católicas de Cuiabá (1924-1935): O movimento de Ação Católica no Brasil e as Associações Femininas.* Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação. Cuiabá, 2010, p. 107.

Desta forma, a revista ao divulgar a charge, direciona seus leitores, e principalmente as leitoras, ao posicionamento de que mulheres cristãs deveriam ser contrárias ao divórcio. Isso porque, opor-se ao dogma cristão que afirmava a indissolubilidade do matrimônio, seria opor-se à vontade de Deus. Sendo assim, como romper um casamento sem ofender a vontade divina? A estratégia aqui utilizada para o convencimento das leitoras foi a de apresentar a oposição ao divórcio como sendo também uma vontade da mulher cristã. Ou seja, não só porque Deus quer, mas também, por ser um desejo feminino, como é destacado em francês "femme veut, Dieu le veut"[12]. Michelle Perrot[13] destaca que as associações femininas eram entendidas como um espaço mais conveniente para o protagonismo feminino. Ou seja, as mulheres que participavam das Ligas Católicas, ou as que acreditavam ou defendiam seus posicionamentos, se sentiam reconhecidas não só no ambiente religioso, mas também sociopolítico do país. Acreditamos que a ambiguidade foi uma maneira encontrada pela Igreja e a imprensa para intervir e direcionar suas posições sobre o divórcio. Neste sentido, algumas ideias de liberdade foram utilizadas para manter medidas conservadoras. Portanto, entendemos que na charge a representação exposta traz uma ideia de que as mulheres das Ligas Católicas foram as que decidiram por aquela opinião, tentando amenizar o sentido de ordem ou obrigação imposta pela Igreja e enfatizar o protagonismo feminino, mantendo, assim, a tradição e os privilégios existentes sem grandes alterações nas relações de gênero.

As revistas constantemente noticiavam algo sobre o tema do divórcio, relacionando-o com uma imagem feminina corruptora, imoral e indecente. Novamente é possível notar a culpabilização da mulher pelo fim da estrutura padronizada da família tradicional. Um ano antes, em 20 de novembro de 1930, no mesmo periódico foi publicada uma charge com este mesmo sentido direcionado às mulheres:

Figura 2: A visão dos factos. É a sua oportunidade senhorita. Os jornaes noticiam que vão sêr instalados grandes studios cinematográficos aqui no Rio. – É inútil, seu Clarimundo. Emquanto não tivermos uma lei de divórcio como nos Estados Unidos nunca teremos estrelas de cinema.

Fonte: *Careta*. Anno XXIII, n. 1170, 22 de novembro de 1930.

[12] Tradução: "A mulher quer, Deus quer".
[13] PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 151.

A partir do diálogo da charge acima, podemos notar duas críticas feitas pela *Careta*. A primeira está direcionada ao cinema norte-americano que estaria influenciando na campanha a favor da lei do divórcio, reduzindo, assim, sua real importância na luta pela ampliação dos direitos civis, sendo colocado apenas como uma moda ou algo passageiro. A outra crítica está relacionada às atrizes, que na charge eram apresentadas como promíscuas, por se divorciarem. Mas, nada foi dito a respeito dos atores na mesma situação. Ou seja, um homem divorciado não incomodava, a mulher sim. Desta forma, os periódicos colaboravam para o esvaziamento de assuntos importantes que precisavam ser debatidos, na tentativa de torná-los fúteis e desnecessários. Acreditamos que a ideia passada por estas revistas, relacionando as mulheres divorciadas ou desquitadas à desonestidade e à indecência, possuía duas finalidades: a primeira era convencê-las a não requererem o desquite, permanecendo sob o controle de seus maridos, presas à família e ao casamento heterossexual. A segunda era que, caso a mulher se desquitasse, seria vinculada à imagem de adúltera ou com a reputação duvidosa, criando condições para a exclusão dos bens do casal e a negação do seu direito à pensão alimentícia e/ou à guarda dos filhos, ou seja mesmo fora do casamento muitos homens conseguiam manter o controle sobre os corpos femininos. Eram muitas as formas de controle e fugir desta condição exigia muita luta e estratégia das mulheres. E elas resistiram, pois mesmo com todo esforço e aparato da Igreja, do Estado, da medicina e da imprensa em manter o casamento como indissolúvel, os casos de desquites foram aumentando com o passar dos anos e eram elas que na maioria das vezes pediam a separação.

Na conquista de espaço da escrita feminina nas revistas ilustradas, foi alcançada por poucas mulheres, sendo elas, em sua maioria, brancas e com boas condições financeiras. Sabemos que muitas delas, para conquistar estes espaços, tiveram que reiterar os discursos patriarcais da época como uma maneira possível de serem ouvidas e obterem reconhecimento entre os homens. Contudo, apesar das dificuldades, foi essencial a participação dessas mulheres, trazendo novas expectativas para o período e um maior espaço não só na imprensa, mas também no cenário social e político, levantando as pautas necessárias para a conquista e ampliação dos direitos femininos. A partir da década de 1930, foi possível notar nos periódicos que os debates sobre a questão do divórcio ficaram ainda mais intensos. Elisabeth Bastos aparece neste período se posicionando a favor do divórcio, o que pode ser observado quando afirma que em outros países a mulher poderia ser livre e no Brasil não e que a maioria das mulheres se divorciariam caso a lei existisse no país. Elisabeth Bastos fazia parte do movimento feminista. Não havia muitos escritos de sua autoria nos periódicos, mais um livro ganhou destaque, intitulado *Justiça,*

Alegria e Felicidade, na *Fon-Fon* apareceu em destaque com fotografia da autora, como pode ser observado abaixo:

Figura 3: A escriptora Elisabeth Bastos, que se tem destacado nos círculos feministas brasileiros, pela sua brilhante actuação no movimento em pról dos direitos da mulher, acaba de entregar à Renascença Editora os originaes de seu livro de estréa "Justiça, Alegria, Felicidade", coletânea de conferências pronunciadas pela autora sobre o papel da mulher na sociedade.

A escriptora Elisabeth Bastos, que se tem destacado nos circulos femi-nitas brasileiros, pela sua brilhante actuação no movimento em pról dos direitos da mulher, acaba de entre-gar á Renascença Editora os origi-naes de seu livro de estréa «Justiça, Alegria, Felicidade», collectanea de conferencias pronunciadas pela au-tora sobre o papel da mulher na sociedade.

Fonte: *Fon- Fon,* Anno XXVII, n. 33, 19 de agosto de 1933.

Em 1937, outra participação feminina nos periódicos pode ser destacada, a da advogada Ilnah Pacheco Secundino. Ela foi fundadora do Centro Paranaense Feminino de Cultura, em Curitiba, e, neste ano, havia sido reeleita para a sua presidência, como podemos ver abaixo a partir de uma fotografia publicada na revista *O Malho*:

Figura 3: CENTRO PARANAENSE DE CULTURA FEMININA- Aspecto da posse da nova Directora do Centro Paranaense de Cultura Feminina, quando falava a presidente reeleita, senhorita Dra. Ilnah Secundino.

CENTRO PARANAENSE DE CULTURA FEMININA — Aspecto da posse da nova Directoria do Centro Paranáense de Cultura Feminina, quando falava a presidente reeleita, senhorita Dra. Ilnah Secundino.

Fonte: *O Malho*. Anno XXXVI, n.194, 18 de fevereiro de 1937.

Segundo Larissa Seixas[14], o Centro reunia na sua inauguração 51 associadas e as participantes eram mulheres abastadas. Tinha o objetivo de divulgar poetisas e escritoras da região, com conferências, recitais e exposições com participação de mulheres mesmo fora de

[14] SEIXAS, Larissa Selhorst. *"O feminismo no bom sentido": o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958).* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 71.

seu estado. Paralelamente ao enfoque cultural, as associadas dedicavam-se também a oferecer cursos, como de corte e costura, inglês, datilografia, entre outros. Para Ana Maria Ganz, Ilnah Secundino utilizava o espaço do Centro para "argumentar como deviam as mulheres atuarem em sociedade. (...) Propunha uma educação feminina num sentido mais racional, mais prático, mais eficiente e mais utilitário"[15]. Ela também se posicionou a favor da lei do divórcio e, em 1941, escreveu um livro chamado *A mulher e o divórcio*. Na época, o periódico *O Malho* afirmava que ela estava consagrada pela crítica nacional, trazendo seus "conhecimentos profundos da questão e em que desenvolve uma tese interessante"[16]. Em um trecho do seu livro, encontramos sua posição sobre o assunto:

> (...) estejam as mulheres prontas para trabalhar. Trabalhem seja qual for o trabalho porque todo ele, desde o mais grosseiro e humilde, eleva e enobrece, e fiquem tranquilas quanto a situação em que hão de ficar no futuro, si uma infelicidade tornar rotos os laços matrimoniais e desfizer os seus lares[17].

Como afirma Ana Maria Ganz, a advogada utilizava a ideia de que o divórcio era "uma medida muito mais moral que o desquite em vigor na legislação brasileira, pois impediria o adultério e o concubinato, não oferecendo perigo algum à família"[18]. O mesmo discurso foi utilizado por Lucia Del Rodes, que apareceu somente esta vez na revista *O Malho* em setembro de 1948:

> Sou a favor do divórcio. Encaro-o como medida moralizadora. A igreja católica, na sua guerra contra o divórcio, não encontrou, ainda quem esclarecesse a medida como indispensável à própria igreja. O divórcio separaria o joio do trigo, na clássica expressão bíblica. Os verdadeiros católicos não se divorciariam, dando exemplos edificantes e convincentes. Além desse exemplo, consentindo no divórcio, a igreja estaria rigorosamente dentro do seu papel: amparar os fracos e os que erram, consolar os aflitos e socorrer as vítimas[19].

Ao longo desta pesquisa, vimos que estes discursos ambíguos eram utilizados por alguns homens (como o parlamentar Nelson Carneiro) e, constantemente, por mulheres ávidas por mudanças e que viam nessa estratégia uma possibilidade de alcançar a visibilidade necessária. Acreditamos que foi a partir desses discursos, por vezes contraditórios, que se tornou possível conquistar algumas das alterações e ampliações dos direitos das mulheres no país. Depois das autoras que vimos acima, o que encontramos nas revistas foram algumas informações sobre artistas do cinema americano (como o divórcio de Marilyn Monroe em 1954) e posicionamentos de artistas do rádio nacional. Destacaremos aqui o de duas cantoras. A

[15] GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba (1925-1945*). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994, p. 132.
[16] *O Malho*. Anno XL, n. 20, setembro de 1941.
[17] SECUNDINO, Ilnah Pacheco. *A mulher e o divórcio*. Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro: Guaira, 1941, p.111.
[18] GANZ, Ana Maria. Op. cit. p. 126.

[19] "A entrevista que não dei". *O Malho*. Anno XLVI, n. 104, setembro de 1948.

primeira foi Dircinha Batista que, em 28 de junho de 1952, se declarou a favor do divórcio em uma entrevista para a *Fon-Fon*:

> O amor é um sentimento espontâneo e como tal não aceita imposição. O amor não tem existência artificial. O vínculo indissolúvel que o atual contrato conjugal determina não consulta à realidade, à evidência dos fatos. (...) Por isso sou a favor do divórcio. Penso que assim, só assim, se evitarão os desastres domésticos, os dramas e as tragédias que a "indissolubilidade" acarreta. No dia em que essa "válvula social" for admitida e utilizada normalmente, desaparecerá o temor, o medo de casar, a desconfiança terá desaparecido. E respiraremos dias em que o revolver, os tóxicos, o desespero, terão lugares mais modestos na Sociedade. (...) Pois fiquem sabendo seus moços. A mamãe aqui é a favor do divórcio e fim, é uma opinião que precisa ser respeitada. Dircinha, ajeita a blusa que está querendo livrar-se do cinto e avisa que vai pro bar da Nacional comer qualquer coisa e fazer hora... O repórter, então, se ri[20].

A segunda foi da cantora Maysa, no mesmo periódico, mas na edição da primeira quinzena de novembro de 1957. Nela consta uma reportagem feita pela jornalista Jeanette Adib, a única colaboradora mulher deste período na *Fon-Fon*. O título da notícia era: "Maysa desquita-se do milionário Andrezinho Matarazzo". A jornalista, antes de iniciar a entrevista com Maysa, explica aos leitores o motivo da separação:

> O motivo principal das desavenças do casal é a carreira de Maysa. André confessou aos mais íntimos, que o fato da esposa ter abraçado a profissão de cantora matou a felicidade de seu lar. (...) Os ensaios, os programas, a vida agitada de artista, tomavam-lhe todo o tempo. (...) Andrezinho não se conformou com as viagens da esposa e resolveu acertar as coisas. Pediu que Maysa abandonasse suas atividades artísticas para que a situação da família voltasse a se normalizar. Maysa não cedeu. Não abandonaria a carreira. Sem uma solução que agradasse a ambos. Então apelaram para o desquite[21].

Então, inicia a entrevista com apenas uma pergunta:

> - Depois do desquite, você continuará usando o sobrenome Matarazzo? -indagamos.
> - Serei apenas Maysa.
> A infelicidade transparece em seu rosto. Durante a conversa que tivemos com a cantora, ela mostrou-se bastante reservada sobre o assunto desquite, fazendo declarações entre demoradas pausas[22].

Notamos que nas duas entrevistas os jornalistas apresentam sua visão sobre o que receberam de respostas das cantoras. Havia uma constante desvalorização feminina. Ao final da primeira reportagem, o jornalista destaca como Dircinha estava com sua vestimenta amarrotada ao terminar seu show e indo para um bar, espaço que, na época, era destinado aos homens. Ao finalizar a entrevista, o jornalista faz um deboche da situação ao relatar que riu da cantora, deixando a entender que ela seria alguém que não poderia ser levada a sério e deslegitimando, assim, sua posição em favor do divórcio.

[20] "Dircinha é a favor do Divórcio". *Fon-Fon*. Anno XLV, n.2359, 28 de junho de 1952.
[21] "Maysa desquita-se do milionário Andrezinho Matarazzo". *Fon-Fon*. Anno XLVIII, n.2618, 1 quinzena de novembro de 1957.
[22] Ibidem.

Na segunda reportagem, é possível perceber outros vários julgamentos feitos pela jornalista em relação à cantora Maysa. Ela começa explicando o desquite de modo a colocar culpa na cantora, que teria preferido continuar a carreira abandonando a família. Logo depois, Jeanette Adib pergunta se ela usaria o nome de casada, ou seja, uma forma de desqualificação da cantora por estar se separando, atrelando o sucesso da sua carreira ao seu casamento, ao sobrenome do marido. Ao terminar a entrevista, a repórter ainda afirma que Maysa se sentia infeliz devido ao desquite, dando a entender que poderia não ter sido uma boa decisão. Como podemos perceber, as entrevistas conduziam os leitores a uma posição conservadora contrária à separação conjugal. Entendemos a partir das análises feitas das fontes que o principal alvo dessas matérias eram as mulheres, que enfrentavam o julgamento social e moral diante de uma decisão de desquite ou algum posicionamento a favor do divórcio. Estas foram as últimas matérias encontradas contendo posicionamentos femininos sobre o tema.

Das três revistas aqui analisadas, a *Careta* se apresentou a mais conservadora em relação ao assunto. Nela não encontramos nenhuma posição feminina contrária ou a favor do divórcio. As mulheres não tinham voz no periódico. Portanto, com o que analisamos nos periódicos até aqui, acreditamos que, mesmo com o reduzido espaço da escrita feminina favorável ao divórcio, foi possível perceber as insatisfações de algumas mulheres naquele tempo, trazendo posições contrárias aos discursos conservadores que prevaleciam na imprensa e que refletiam os valores de uma sociedade patriarcal. Entendemos que, ao compartilhar suas opiniões, essas leitoras, advogadas, deputadas, escritoras, jornalistas, atrizes e cantoras encorajavam outras mulheres a também se manifestarem. Ou seja, a partir do espaço conquistado por elas, foi possível dar voz aquelas que viviam no anonimato. Elas não passaram desapercebidas. Afinal, como afirma Mary Del Priore: "Era preciso admitir que a história das mulheres só começava quando uma delas rompia com o círculo infernal da história masculina e de suas leis, para tornar-se fonte e matéria da dinâmica social"[23].

Referências

BELIVAQUA, Clóvis. *Direito da família*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Freitas Bastos, 1938.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

_____ "História das Mulheres: As vozes do silêncio". In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) . *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba (1925-1945*). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.

[23] DEL PRIORE, Mary. "História das Mulheres: As vozes do silêncio". In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 224.

MAIA, Claudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral - Minas Gerais (1890-1948).* Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007.

OLIVEIRA, Darlene Socorro da Silva. *Liga das Senhoras Católicas de Cuiabá (1924-1935): O movimento de Ação Católica no Brasil e as Associações Femininas.* Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação. Cuiabá, 2010.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual.* Rio de Janeiro: Paz e Autêntica, 1993.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

SECUNDINO, Ilnah Pacheco. *A mulher e o divórcio*. Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro: Guaira, 1941.

SEIXAS, Larissa Selhorst. *"O feminismo no bom sentido": o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958).* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2011.

Disputas pelo controle da Cristandade na China: a chegada dos padres propagandistas em Pequim, no século XVII

Adriana de Souza Carvalho
Doutoranda em História Social – PPGHS - UERJ

A produção textual apresentada para esse seminário é parte de um dos capítulos da pesquisa, no qual se privilegiam as análises das vivências, especificamente, dos jesuítas que atuaram na capital chinesa, sob amparo do Padroado Português. Contudo, o projeto de catequese na China, a partir da segunda metade do século XVII, enfrentará uma mudança significativa em termos das condições de missionação e circulação dos padres nas províncias setentrionais.

Neste aspecto, Pequim será um espaço de disputa entre jesuítas, sob a proteção do Padroado Português, em convivência conflituosa com os padres, sob assistência da França, enviados diretamente pela *Propaganda Fide*. Não se questiona, em termos estratégicos, o valor político-geográfico de uma quebra de regra como essa que é considerada uma das mais importantes do padroado, já que Portugal ao perder a exclusividade sobre o transporte de religiosos, por desdobramento, era cessado também o monopólio da evangelização católica daquelas partes. Por outros termos, significou ter prejuízos quanto às práticas formais sobre a malha institucional eclesiástica, já que fragilizava também aspectos ligados às vivências dos padres, tanto em termos de jurisdição, quanto das diretrizes de missionação.

Por tais quadros, em que a circulação jesuíta na Corte deu-se sob hierarquias transversais, as fontes epistolares, aqui privilegiadas, atestam disputas narrativas a partir de 1685, entre Padres de Corte, sob assistência de Portugal, com os jesuítas propagandistas[1], alinhados aos interesses da França e do controle papal, neste embate ao controle da Cristandade sínica.

Tais movimentos e ajustes de atuação, em relação à mobilidade entre as províncias, ao longo do tempo em que a Companhia de Jesus estabeleceu residência oficial, tinham por meta manter o vigor do projeto de catequese da Companhia de Jesus nestas partes, isso pode ser atestado desde a fixação consentida pelo imperador Ming, Wanli, na província de *Zhaoqing*,

[1] Termo que referencia os padres jesuítas enviados diretamente pela *Propaganda Fide*, através de outras vias de acesso ao império chinês, com o objetivo de evitar o controle do Porto de Macau. Podendo ser localizado dois termos que serão eficazes ao reconhecimento da chancela dos padres: **missionários propagandistas e missionários do Padroado** Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Os Prelados de Goa e Macau perante o Legado Papal Maillard de Tournon. Notas sobre o contexto da reacção Sino-Portuguesa* In MARINHO, M. F. et al. (eds). Miscelânea. O Fascínio da Índia; Comércio e Ética económica em Malaca;Prelados de Goa e Malaca; Descolonização e Nacionalismo no Sudeste Asiático. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. p.205

no século XVI, até as demais regiões nas quais a presença destes missionários ganharam maior capilaridade na chamada China continental. As estratégias de mobilidade territorial para este fim pareciam esbarrar com recorrência nas resistências locais do aparelhamento provincial, como atestado em missiva do Visitador Valignano ao rei de Portugal, em 1588, de Macau[2]:

> Desta missão da China também posso dizer a V. Magestade que se hia ordenando muito bem, pois já tinhão entrado polla terra dentro quatro padres [em referência aos padres: Michele Ruggieri, Matteo Ricci, Duarte de Sande e Antonio de Almeida] e, alem de fazer sua residência e igreja em huma cidade principal, chamada Xauquim, dous dos ditos padres foram discorrendo por diversas provincias a China, **entrando mais de quatrocentas legoas** [em referência a Shaohing em Chekiang] polla terra dentro pera ver a disposição que nella achavão (...) Mas, com essa entrada dos nossos padres foi tanto o concurso e fervor de outras religiões [em referência aos Franciscanos e Agostinianos] que **polla via dos Luções [Filipinas]** vierão a este porto de Amachao com intento de entrar na China(...) Os mandarins entrarão em tanta sospeita e desconfiança com ver acudir tantos religiosos à China, que logo mandarão que se fossem os nossos também de Xauquin. E, posto que os padres reclamarão que se lhe fazia sem-rezão, pois eles entrarão com licença na China e fizerão com tanto gasto sua residência em Xauquin, todavia apenas puderão alcançar que ficassem somente os dous primeiros a quem se tinha dada a tal licença, com declaração que fizeram com huma provisão, que eles chamam **chapa**[3], que os outros se viessem pera Amachao e que nunca mais entrasse nenhum outro padre na China e, tentando algum de entrar, os que ficavam em Xauquin serião muy bem castigados e desterrados sem remédio, da China.

O trecho acima sinaliza, de certa forma, os entraves geopolíticos que irão tornar-se mais agudos ao longo do século XVII, por um risco sempre presente que era a presença de padres que pudessem estar apartados da assistência do padroado português. Em análise dessa trajetória, para além da relação de força instaurada entre a referida burocracia civil chinesa e os direcionamentos internos da Ordem Inaciana, é possível estabelecer outra escala de análise, sobre as vivências destes missionários no século XVII, que converge fortemente para a questão norteadora da pesquisa que privilegia pensarmos as questões territoriais como um vetor às decisões de catequese, nos espaços setentrionais da China, localizando a função estratégica de duas áreas administrativas do Império Chinês: *Beijing shi* e *Nanjing shi*, respectivamente Pequim e Nanquim, consideradas as "cabeças" do Império chinês.

Neste contexto das dinâmicas territoriais, a partir da segunda metade do século XVII as ações empreendidas pelas monarquias ibéricas, particularmente as práticas régias do Império Português em relação à assistência aos padres jesuítas apresentam outra modulação[4],

[2] José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1981. v.15.p.838.
[3] Este termo constará nas fontes como uma espécie de selo, carimbo, comando, ordem ou provisão.
[4] Necessário observar a análise de Ângela Barreto Xavier e Fernanda Olival sob o título *O padroado da coroa de Portugal: Fundamentos e práticas*, na qual analisam as mudanças político-administrativas do Padroado Português em função do estabelecimento da *Propaganda Fide* acirrando o controle sobre a evangelização e a

estabelecendo um rearranjo político observado em função das alterações de jurisprudência entre os Direitos de Padroado adquiridos pela Coroa Portuguesa, desde as bulas papais erigidas a partir dos Quinhentos, até a criação da Sagrada Congregação da Propaganda da Fé, em 1622, demarcando disputa sobre o controle da evangelização nos espaços de catequese, quebrando o monopólio português até ali assegurado.

Para alguns teóricos, como Ângela Xavier, este período é localizado como a erosão dos direitos do padroado português[5], em relação ao controle dos padres que atuavam nos espaços asiáticos, estabelecendo, assim, uma nova demarcação geográfica, a partir de outra geometria de alianças, como ainda destaca a autora, em relação ao convívio com as práticas adotadas pela *Propaganda Fide*.

Essa análise comparativa, ou seja, entre as duas relações de força do Padroado português e da referida instituição romana, é consenso admitir que a bibliografia sobre o padroado da coroa de Portugal é fértil[6]. Assim, o objetivo não será aprofundar a análise jurídica do que se prevê em termos de direitos e deveres definidos a um padroeiro, em que neste escopo, há diferentes matizes que atestam a complexidade dessa jurisprudência. No entanto, é possível identificar como os arranjos políticos e as mudanças impulsionadas pela *Propaganda Fide* interferiram nas vivências dos padres que atuavam naquelas partes do Império Chinês, até então sob o monopólio da proteção régia de Portugal.

O Padroado Português delineou-se a partir de uma série de concessões e privilégios conferidos pelo Papado à linha sucessória dos reis de Portugal, viabilizando o projeto expansionista de além mar. Em termos territoriais, a Santa Sé conferia a Portugal a responsabilidade de propagação do projeto de Roma nos novos espaços conquistados como também nas regiões de presença fluida do Império Português no Oriente, nas quais se enquadram os espaços sínicos[7].

---

vida espiritual fora da Europa, a partir de 1622, contribuindo para as mudanças nas práticas de padroado publicado in_ Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (séculos XVI-XVIII)dinâmicas imperiais, org. Ângela Barreto Xavier, Federido Palomo e Roberta Stumpf. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.p.123

[5] *Idem* p.127.

[6] Para a compreensão destes quadros de definições das regras e obrigações de Padroado, Cf. REGO, Antonio da Silva. *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.Como também HESPANHA, António Manuel. *Portugal no contexto europeu*, in_ Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (Coord.), *Memória de Portugal, o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

[7] Aqui, em referência aos contornos da administração ultramarina portuguesa por ter um protótipo de administração flexível, fundada também não só pela conquista ou mesmo ocupação efetiva, mas também por sua presença através da rede de conexões estabelecida a partir das vivências Índicas mercantis. Especificamente a China era um destes territórios nos quais a atuação portuguesa se deu através da presença no entreposto de Macau, como prática premente às ações de missionação dos padres jesuítas. Para maior detalhamento da relação que se estabeleceu entre Igreja e Estado nos assuntos religiosos, ver o trabalho da historiadora Fernanda Santos, da Universidade de Lisboa, na qual se faz uma análise a partir da documentação da Legação da Santa Sé-Nunciatura Apostólica- pesquisada dos Arquivos Secretos do Vaticano. Documentação sumariada em três tomos

Por outros termos, é possível compreender que tais privilégios estavam associados a um conjunto de obrigações, no qual o padroeiro comprometia-se não só economicamente, mas em uma série de ações na dimensão política e também religiosa, selando assim o acordo contratual com a Cúria Romana. Nas muitas interpretações possíveis sobre as condições mais favoráveis de Portugal a este pacto, parece haver consenso na historiografia por entender que reunia condições exógenas[8] que contribuíram ao entendimento da sequência de bulas outorgadas, como uma espécie de alvará que viabilizava o Império ultramarino.

Aqui sendo indispensável evidenciar o verbete –Padroado- do professor Guilherme Pereira das Neves, no *Dicionário do Brasil Colonial*, organizado por Ronaldo Vainfas[9] no qual adiciona à uma das conceituações mais recorrentes sobre o direito de padroado, como "regime cuja origem remonta à Idade Média, pelo qual a Igreja instituía um indivíduo ou instituição como padroeiro de certo território, a fim de que ali fosse promovida a manutenção e propagação da fé cristã", uma importante localização da modulação peculiar desse acordo em termos jurídicos para Portugal, diferenciado, nesse aspecto, dois conjuntos de privilégios e obrigações de padroeiro que, pouco a pouco, em razão da sucessão de bulas outorgadas pela Sé, serão incorporados em um só regime de padroado mais robusto e singular, em explicação subsequente ao trecho acima citado[10]:

> Em troca o padroeiro recebia privilégios, como a coleta dos dízimos e a prerrogativa de indicar religiosos para o exercício das funções eclesiásticas. Em Portugal em decorrência da luta contra os mouros, **o rei adquiriu não só o padroado sobre diversos locais restritos como também um padroado propriamente régio**, que o habilitava a propor a criação de novas dioceses, escolher os bispos e apresentá-los ao papa para confirmação. A ele estava associado o chamado *beneplácito*, isto é a exigência de que o monarca aprovasse previamente as normas e determinações da Santa Sé que se destinassem ao reino. Paralelamente, graças à exploração da costa africana, o infante D. Henrique obteve para a Ordem de Cristo, em 1456, um segundo padroado, sobre as novas terras conquistadas e a conquistar no ultramar.
> Na prática, esses dois padroados foram reunidos pela Coroa no reinado de D. João II (1481-1495), quando a Ordem de Cristo passou a ser administrada diretamente pelo monarca. No entanto, tal situação só veio a ser confirmada mais tarde, através de várias bulas da Santa Sé, promulgadas entre a criação das dioceses do Funchal

(1.º Tomo referente ao Brasil, **2.º Tomo referente ao Oriente** e 3.º Tomo referente à Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas) Cf. SANTOS, Fernanda Cristina. *A persistência do projecto português nos documentos da Nunciatura Apostólica de Lisboa*, Lisboa: Universidade de Lisboa. Revista Lusófana de Ciências das Religiões. Ano XI, n.º 16, 2012.

[8] Essa análise a partir do levantamento do contexto das condições externas, as quais serviram como "pano de fundo" ao surgimento do Império Português do Oriente, tais como fatores econômicos, políticos e religiosos como impulsos preponderantes. Nestes termos, o trabalho de Manuel Gonçalves Martins contribui com o estudo de como Portugal construiu paralelamente ao Império Temporal, o Império Espiritual que contornou a relação de Padroado. Cf. MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Padroado Português no Oriente e os Fatores Exógenos*. Braga: Editora PAX, 1990.

[9] Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. p.466-467

[10] *Ibidem*

> (1514), na Madeira, e a da Bahia (1551). Nos séculos seguintes, em função das novas relações que o poder secular tendeu a estabelecer com a Igreja, os inúmeros aspectos jurídicos envolvidos nesses documentos converteram-se em permanente motivo de disputas, não só entre a monarquia e o papado como ainda, no interior do reino, entre a alta herarquia eclesiástica eo tribunal régio da Mesa da Consciência e Ordens.

Vê-se, portanto, tal modularidade localizada na aplicação conceitual às especificidades de Portugal, encaminhando as intenções iniciais deste conjunto de direitos e deveres servindo como instrumento tático para subordinar os interesses da Igreja aos da Coroa, que será traduzido neste verbete, como certo *regalismo* que permite entender as relações de transferência de grande parte das obrigações as ordens religiosas no trato à manutenção dos cultos, permitindo compreender a perpetuação de tal política eclesiástica, sujeitando uma relação de interdependência entre a Igreja e a Coroa, até a segunda metade do século XVIII.

Aplicando este conjunto de concessões e direitos ao trato da Cristandade, significava interpretar que a Santa Sé "assegurava para sempre toda a jurisdição ordinária em todas as suas descobertas."[11] Entretanto, essa premissa era absolutamente permeável em relação à presença portuguesa nos espaços índicos, permitindo inferir que havia nessa questão um afastamento ou fissura entre o texto pontifício legal e a realidade vivenciada nestas partes pelos missionários, como visto nos capítulos precedentes, também.

Entretanto, o monopólio português sobre a atividade missionária no Oriente só será rescindido oficialmente em 1608, no papado de Paulo V, pela bula *Apostolicae Sedes* que revoga essa exclusividade, autorizando religiosos de outras ordens mendicantes, como será visto aqui em relação aos padres da assistência jesuítica de França, a viajar para a região Índica[12], embarcando em outros portos não portugueses, como também seguindo em navios não pertencentes a Coroa Lusa. Isso não é pouco, se considerarmos que se tratou de quebra de um direito de padroado, no qual em anos posteriores será adensado com novas ações provenientes da fundação da Congregação da *Propaganda Fide*, em franco aceno à diminuição e, em muitos casos, eliminação de outros direitos que fragilizavam sobremaneira o controle sobre os territórios independentes politicamente de Portugal, como se aplica a China.

Esse patente afrouxamento no controle sobre a cristandade já é deflagrado nas missivas ao final do século XVI, como se lê nas queixas do Visitador Valignano ao assistente

[11] Cf. SANTOS, Fernanda Cristina. *A persistência do projecto português nos documentos da Nunciatura Apostólica de Lisboa*, Lisboa: Universidade de Lisboa. Revista Lusófana de Ciências das Religiões. Ano XI, n.º 16, 2012 p.86

[12] Em continuidade ao conjunto dos primeiros fatores exógenos articulados por Manuel Martins, para justificar a condição privilegiada das monarquias ibéricas ao contrato de Padroado, agora o autor apresenta os fatores externos que explicam o período de maior enfrentamento português no Oriente, no que diz respeito às intervenções que fragilizavam o controle nestas partes. Cf. MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Padroado Português no Oriente e os Fatores Exógenos*. Braga: Editora PAX, 1990. p.118.

da Companhia de Jesus, padre Manuel Rodrigues, ao queixar-se "da pouca conta que se tem conosco, de nos mandar algumas novas cada anno assi das cousas da Companhia, como do estado da Christandade em comum, particularmente destas partes de Roma, porque ficamos em jejuns sem saber nada disso." [13]

Nesta perspectiva, a dimensão territorial de atuação da Companhia de Jesus, quanto às questões que tangenciam a ideia de territorialidade, impelia a necessidade de ajustar as práticas de missionação, em função do aval papal aos demais padres que poderiam chegar em território chinês sob outra proteção régia, já que isso insuflava uma nova relação de forças em relação ao trato aos temas cotidianos das vivências entre os padres. Isto porque a transversalidade de jurisdição, como também os interesses pela fixação territorial, a partir dessa quebra de monopólio, modulavam um outro cenário nos espaços de catequese.

É que a experiência de catequese sino-portuguesa da Companhia de Jesus, nos idos de Quinhentos até a 1ª metade do século XVII não havia tido um embate frontal entre jesuítas sob distintas tutelas. E ainda que o aval papal tenha sido oficialmente outorgado na primeira década de Seiscentos[14], ao fomento dessa nova prática, será a partir de 1685, com a chegada à China de padres jesuítas sob a égede francesa, que Pequim se constituirá como o centro de disputa de poder entre os clérigos.

A necessidade de equacionar os próprios estatutos territoriais, à luz dos direcionamentos de catequese regulados, nestas partes, pela comunicação epistolar, entre o Visitador e o Superior da Missão, era uma condicionante incontornável[15], sobretudo se recuperarmos um dos conceitos centrais de territorialidade, em que de acordo com o geógrafo Marcos Saquet, o território é por si uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades,[16]" e que por tais atributos promove a diferenciação dos espaços

[13] José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1979. v.14.p.666 Deixando-os muitas vezes "as cegas", como na carta de 1587 do Visitador da Companhia da India Valignano ao padre Manuel Rodrigues, assistente da Companhia de Jesus em Roma, em claro desconforto em função da ausência de informações atualizadas sobre os direcionamentos, dizendo "nos mande alguns volumes inteiros e perfeitos e bem autenticados de todas as nossas bulas e breves que ategora tivemos, porque temos muitos volumes das bulas antigas que nos mandarão há quatro anos(..) faltam nelas muytas bullas que Gregorio 13º concedeo, ou melhor dizendo todas".

[14] Em referência aqui, a revogação de Paulo V, em 1608, do monopólio português sobre as atividades missionárias no Oriente, autorizando padres de outras ordens mendicantes a viajarem para esta região, embarcando em portos e navios não pertencentes a Portugal.

[15] Em 1688, o jesuíta Tomás Pereira que atuava em Pequim questiona por missiva ao Visitador quanto às imprecisões sobre a geografia local na China, indagando a patente do Vice- Visitador na qual se instruíam ações para as províncias do Norte, especificamente indagando as fronteiras de atuação do que estava descrito apenas como "Namkini [Nanquim] significa simultaneamente a província e a cidade principal, a razão para duvidar se Vossa Reverencia entende apenas a cidade, e não a província" Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obras. V.1. p.132. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Simão Martins. Pequim, 24/02/1688. BA 49 IV-63, fls. 105 v-106

[16] Cf. SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.81

geográficos. Aplicando tal conceito na dinâmica pequinense, é factível localizar múltiplas territorialidades, a partir do convívio progressivamente conflitante entre jesuítas na condição de *Padres de Corte*, sob assistência de Portugal, com os jesuítas recém chegados à Corte Imperial, sob patrocínio da França, no decorrer da segunda metade do século XVII, suscitando intensos conflitos jurisdicionais dentro das estruturas religiosas implementadas pela Ordem Inaciana.

Neste contexto de redimensionamento do estatuto territorial dentro do projeto de catequese na China, por desdobramento, é passível compreender a recorrência nas missivas, redigidas em Pequim, encaminhadas ao Visitador e ao Geral da Ordem, informando a perda de controle cada vez maior sobre os padres que entravam de forma clandestina ou por outras vias de acesso a *China de dentro*[17]. Dito de outra forma, Pequim tornou-se permeável a outras dinâmicas de atuação de catequese e de novas diligências na modulação de territorialidades possíveis, nas formas reticulares constatadas na convivência entre os padres.

E, sobre este aspecto, é preciso esclarecer que na dinâmica de tais redes a condição entre distintas nacionalidades dos padres inacianos não denotava ser questão atípica e de inclinação a conflito nato, já que a análise da epistolografia jesuíta informando sobre circulação de notícias nos territórios de catequese nos diferentes pontos do continente, localizam padres de diferentes naturalidades.

Uma atenção particular a essa matéria pode ser encontrada através da contribuição do historiador espanhol, José Gallego, que sustenta a hipótese argumentativa de que o problema, nas questões territoriais de missionação no século XVII, não estava amparado na suposta inabilidade de convívio dos missionários em razão das diferentes nacionalidades. Segundo ele, a questão não era impor a hegemonia de uma nacionalidade, mas entender que havia dissonância entre as intenções políticas que circunscreveram o cenário de missionação na China, sobretudo no centro nevrálgico de Pequim.[18]

1.1 Pequim: território estratégico para a política pontifícia de expansão da Cristandade

A partir de tais quadros descritos, pode-se dizer que as transgressões aos direitos garantidos pelas bulas quatrocentistas e quinhentistas se tornarão rotineiras com o envio de

[17] Em brevíssima missiva redigida em Pequim, em 1688, o jesuíta Tomás Pereira, um padre de Corte residindo há mais de dezessete anos, até aquela data, informa ao Rei de Portugal sobre a entrada na corte de Pequim de "padres francezes sem chegarem a Macao". Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obras. V.1. p.157. Carta de Tomás Pereira a D. Pedro II. Pequim, 10/05/1688. BA 49 V-20, fls. 204 v-206.

[18] Cf. GALLEGO, José Andrés. Santiaguistas y Teresianos, sedentários y nómadas, com Propaganda Fide y China al Fondo. Madrid: Centro de Ciências Humanas. Revista Hispania Sacra, LXIV,2012. p.747

missionários propagandistas que chegavam a China por vias clandestinas nas periferias da Dinastia Qing, na condição de religiosos ilegais, aguardando permissão imperial para mobilidade territorial, incorrendo por tais práticas, em riscos iminentes impostos pela rigorosa política a estrangeiros[19].

Em geral, a mediação para autorização aos propagandistas era feita através dos padres de Corte jesuítas junto aos mandarins diretamente ligados ao imperador, o que não era tarefa fácil, exigindo esforços e análise do momento mais adequado para tais negociações, a fim de não deixar exposto o período delicado enfrentando dentro da Companhia de Jesus, o que se lê em missiva de 1690, ao Visitador Francesco Filippucci em menção a entrada de padres por outras vias[20]:

> Se convem pedirmos isso ao Emperador, e dar-lhe a entender que vinham por terra os ditos padres por Moscovia e etc. Respondi que nam convinha falar antecipadamente, porque nam havia necessidade de fazer saber ao Emperador huã couza tam duvidosa e longe do fim que se esperava: nem convinha arriscar-nos a responder a outras muitas perguntas que o Emperador tam sospeitozo fazia *data ocasione* [a propósito]com nam pouco perigo nosso, e sem necessidade. O Emperador se mostrou sempre muito ciozo dos europeus julgando eram os Moscovitas (...) como homens de engenho, valentes e de traças, como peças de artilharia, se mostrou muitas vezes inquieto e vendo o Emperador que por Moscovia vinham padres, creria o tinham enganado sempre.

No contexto de tais disputas territoriais, o tabuleiro do jogo será outro, exigindo estrategicamente da Propaganda Fide, novas fronteiras de demarcação na China, enfrentando o desafio de manter-se a distância de Macau. Assim, a capital do Império será disputada como o ponto de fixação de padres propagandistas, o que implicava multiplicar hierarquias, estabelecer direcionamentos administrativos que viabilizassem a presença de padres em espaços sínicos em paralelo à rotina de missionação controlada por jesuítas enviados por Portugal.

É em paralelo a esse processo de estabelecer maior controle sobre os territórios de catequese, que se pode certificar os esforços de Roma aos mecanismos de administração das circunscrições eclesiásticas, destacando-se a centralidade nos espaços fronteiriços de Pequim, isto porque será na capital imperial que se montará uma rede de comunicação entre os padres propagandistas e a Cúria Romana, através de troca epistolar, por vias paralelas, entre os jesuítas da missão francesa.

---

[19] A entrada dos missionários era feita por Macau, porta de entrada, as demais províncias, em que nela havia política de contagem e classificação dos agentes que iriam circular nos territórios da China. Tal controle era feito seguindo um fluxo no aparelhamento imperial.

[20] Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obras. V.1. p.379-380. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Francesco Saverio Filippucci. Pequim, 31/07/1690. BA 49 IV-64, fls. 45v -52v

A escolha tem relação direta com a importância simbólica desta região, na Dinastia Ming, isto porque é datada como capital há apenas sete séculos, pensando a China com os mais de dois mil anos de Império. Sua relevância já começa a ter contornos na Dinastia Yuan da Mongólia (1279-1368) que intitulava essa cidade como "grande capital" (Dadu, em chinês) ou "grande residência do Khan" (em mongol, Khanbaliq)[21]. A capital chinesa na Dinastia Ming (1368-1644) era inicialmente estabelecida em *Nanjing* ou "Capital do Sul", entretanto em 1403 foi transferida para o norte, onde estava localizada a antiga capital da Mongólia, que explica o nome atual de Pequim ou "Capital do Norte", conferindo a Nanquim o status de capital secundária.

Quando os manchus invadiram a China, os conquistadores adotaram o nome de Qing, em 1636, embora a Dinastia Ming tenha se extendido até o ano de 1662, no entanto, a demarcação da mudança dinástica é escolhida somente anos depois, a partir de 1644 por ser a data que Pequim esteve sob o domínio dos manchus, exatamente em função do simbolismo da região.

Essa breve explicação traz uma característica incomum à capital pequinense, por ter sido a região central de três dinastias, já que observando o processo sucessório das anteriores, tem-se por prática a mudança de sede imperial, exatamente para demarcar os novos tempos dinásticos. Vê-se Pequim, na história chinesa, como o centro de poder também dos conquistadores estrangeiros, sendo descrita na historiografia tradicional como a última das capitais da China Imperial.

Curiosamente, por tal historicidade da capital, em algumas missivas, no decorrer do século XVII, há permanência de traços da importância geográfica da antiga "capital do sul", em referência a Nanquim. Como em carta de 1688, na qual há um direcionamento aparentemente incorreto a respeito da cobertura de missionação, comunicado pelo Visitador Simão Martins e questionado pelo Padre Tomás Pereira, em resposta a tal patente[22]:

> Na patente que Vossa Reverencia me mandou pode haver alguã duvida; porque nella me nomeya Vice Visitador de Namkim, Hamcheu e etc. *Ratio dubitandi est, per* se [há motivo de dúvida por si mesmo] pode entender so das rezidencias; e nam das

[21] O artigo de Catherine Jami apresenta a localização de Pequim, como capital simbólica e do conhecimento, a partir da representação dessa cidade em termos dinásticos, priorizando análise do importante mapeamento sobre a conexão de duas grandes capitais na Dinastia Qing: Paris e Pequim, que irão se aproximar pela circulação de conhecimentos produzidos em cada uma delas, isso será articulado pelas vivências missionárias dos padres franceses que serão enviados pela Propaganda fide sob patrocínio régio da França à capital da China, com o objetivo de estabelecer uma relação entre o "saber ocidental e o saber chinês". Cf. JAMI, Catherine. *Pékin au début de la dynastie Qing : capitale des savoirs impériaux et relais de l'Académie royale des sciences de Paris*. Revue d'histoire moderne & contemporaine no.55 France: Éditeur Belin. 2008, p.43-69.

[22] Cf. PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obras. V.1. p.142. Carta de Tomás Pereira ao Visitador Simão Martins. Pequim, s/d/ 1688. BNP, Reservados, cód. 723, fls 251-253v

> Provincias e a razam disto hé porque Nankim hé nome da Cidade Principal: demais Vossa Reverencia de Hamcheu, sendo que Hamcheu he tambem o nome da Metrópoli da Provincia de Chekiam. Pello que pode ocorrer alguãs duvidas, *explicet suam mentem, intelligatne Residentias tantum nominatas, na Provincias.* [explique a sua intenção: se entende apenas as ditas residências, ou as Províncias].

Por trecho acima, os direcionamentos no que tange à mobilidade territorial aos padres na missão, continham traços descritivos distintos daqueles observados, a partir das dinâmicas territoriais dos padres que viviam na Corte Imperial, como fica indiciado na carta acima, demonstrando que os direcionamentos acerca da cobertura dos territórios eram passíveis de equívocos e registros desatualizados em relação aos espaços provinciais na China[23].

Como visto, o valor simbólico de Pequim e as questões territoriais de outras regiões, tal qual Nanquim, exigiriam da *Propaganda Fide* a estratégia de buscar novas alianças que pudessem assegurar a política pontifícia de expansão da Cristandade, não deixando eclipsar o desafio de encaminhar missionários em uma estrutura incomum ao que se adotara sob o protocolo régio de Portugal. Isso implicava buscar financiamento, que não dependesse dos padroados de monopólio fechado, ou seja das coroas ibéricas, como também exigia logística de embarcação, recrutamento de missionários e uma estrutura hierárquica religiosa capaz de contrapor a jurisdição eclesiástica vigente nos territórios de catequese.

A França neste cenário oferecia condições que viabilizavam o envio de padres a estas partes por portões não portugueses[24]. As ambições da Monarquia francesa quanto às possibilidades de fazer parte da disputa dos territórios de evangelização, aliada ao estabelecimento da *Societé des Missions Étrangères*, em 1660, sob o patrocínio da *Propaganda Fide* marcaria a "entrada oficial" da coroa francesa nos espaços de missionação da China[25].

---

[23] É preciso pontuar que tais equívocos de interpretação territorial constam igualmente na documentação analisada sobre a missão chinesa no século XVI, como em carta de Valignano para Claudio Acquaviva, em 1587, na qual apresenta sobre Nankim: "Quanto a lo que toca a la china los padres Rogerio y Antonio de Almeida fueron a buscar su ventura en outra província cerca de Nanquin. Y puesto que por algunos impedimentos que se offrecieron, no hizieron allá por entonces residência(...) por agora, que irse haziendo conocer por la China y ellos reconocer la tierra y poder ir por ella seguramente". Cf. José Wicki. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1979. v.14.p.719

[24] Sobre os desafios geográficos em "vencer a distância" em territórios à margem do poder político português ou castelhano, nos contextos asiáticos e do Índico (Japão, China) Cf. GAUDIN, Guillaume, GÓMEZ, A.C, GÓMES, Margarita, STUMPF, Roberta. *Vencer la distancia: Actores y prácticas del gobierno de los imperios español y português*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, 02 octobre 2017, consulté le 27 juillet 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71453
http://journals.openedition.org/nuevomundo/71453. Acessado em agosto/2021.

[25] Destaca-se aqui, para ratificar a influência da França nas disputas territoriais, a nomeação de vigários apostólicos que eram ligados a recém fundada associação parisiense, como será o caso da nomeação de Ignace Cotolendi para Nanquim. Cf. MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Padroado Português no Oriente e os Fatores Exógenos*. Braga: Editora PAX, 1990 p 120; RÊGO, A. da S. *O Padroado português do Oriente: esboço histórico*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1940.

Os interesses comerciais franceses na China estão registrados em profusão nas trocas epistolares das missivas de Pequim, no século XVII. Em análise dessas fontes, constam descrições das tentativas de mapeamento territorial por padres propagandistas, sob a justificativa de novos espaços de conversão de almas, argumento recorrentemente refutado na escrita dos jesuítas enviados pela Companhia de Jesus, sob o padroado luso. Como se lê em carta do padre Vice Visitador Tomas Pereira, redigida ao Visitador Francisco Nogueira, em 1693[26]:

> O padre Vice Provincial [padroeiro] disse ontem mandal-lo a Huquam, pera acodir ao padre Motel ou ao Padre Valat se ve claro são pretextos. Indo ontem o Vice Provincial a despedir-se do Emperador pera se voltar, o Emperador lhe mandou oferecer, que ficasse ainda athe passar o verão.Cayu-lhe a sopa no mel, dizendo que recebia o mandado de sua magestade. Hauia Vossa Reverencia de uer o como se remeixião os seus de alegria.

O trecho acima ratifica a intenção de buscar maior tempo de fixação nas regiões da China, sob o pretexto de assegurar a mobilidade territorial para dar assistência de missionação a outros padres. Tal argumento era exequível na Corte já que o Imperador não tinha ciência sobre a disputa interna na Companhia de Jesus entre padres que representavam interesses régios distintos, em razão da proteção de padroado de um lado e o patrocínio francês aos padres jesuítas com aval da *Propaganda Fide*, de outro; julgando de forma equivocada haver a mesma procedência para a entrada na China, a partir do controle em Macau.

As intenções da coroa francesa, para além dos interesses comerciais, previa estabelecer também uma conexão entre Paris e Pequim, em função das duas capitais simbólicas no campo científico. Este avivamento efetuou-se, no século XVII, através da *Royal Academy of Sciences de Paris* criada em 1666 pelo Controlador Geral, Jean Baptiste Colbert, com a vocação de reunir estudiosos, dentro dos espaços da biblioteca do Rei Luís XIV, para fomento do movimento científico, e dentro desta missão, o forte ímpeto em mapear a construção do conhecimento em outras partes do mundo.

Assim, as estratégias para expandir a circulação de padres em Pequim ficam visíveis nesse jogo de concorrência entre interesses transversais, instaurado a partir da controvérsia judicial latente nas ações da *Propaganda Fide*, como espécie de linha de frente aos interesses de Roma sobre os espaços da Cristandade. Mas, de todo modo, fica igualmente crível a

[26] Trata-se nesta fonte da compilação de "parágrafos de alguas cartas do Padre Vice Visitador Thomas Pereira pera o Padre Visitador Francisco Nogueira. Cf. PEREIRA, *Tomás. Tomás Pereira. Obras*. V.1. p.669. Carta de Tomás Pereira ao Padre Geral Thyrsus Gonzalez. Pequim, 18/10/1696. ARSI, Jap. Sin. 165, fls 426 -428v.

condição de Pequim, como capital em disputa, constituindo-se em um território de múltiplas vivências de padres jesuítas sob amparos régios distintos. Passível, portanto, de ser interpretada como um "cavalo de Troia"[27], ao projeto inaciano na China, em referência as animosidades que irão fazer parte da rotina de missionação nestas fronteiras, com a chegada dos primeiros padres propagandistas.

Por tais circunstâncias, ao norte da China, sobretudo na capital Pequim, a atuação dos jesuítas foi marcada, na segunda metade do século dezessete, por inúmeras controvérsias em função do convívio com padres que não reconheciam a jurisdição da assistência de Portugal, como também eram tutelados pela *Propaganda Fide*, imbuídos por outros regimes de missionação que convergiam aos interesses régios da França, amparados por hierarquia transversal.

Em última análise, conferir os termos de padres padroeiros ou propagandistas aos missionários que circularam nas províncias setentrionais sínicas, nestes tempos, apenas organiza historiograficamente o regime de assistência de cada um, mas não esconde a condição paradoxal que os definia em termos das dinâmicas de missionação: jesuítas em disputa entre jesuítas nos espaços de poder e de catequese na experiência sino-ocidental.

Referências

CAETANO, Marcello. Recepção e execução dos decretos do Concilio de Trento em Portugal. Lisboa: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, XIX, 1965.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *A cruz e a luneta: ciência e religião na Europa moderna*. Rio de Janeiro: Editora Access, 2001

_____. *O Papa, os bispos e os reis: a Restauração da independência política de Portugal e o problema da Igreja lusitana (1640-1668)* In: AGNOLIN, A; ZERON, C.A. de M; WISSENBACH, M.C.C.; SOUZA, M. de M.(orgs.). *Contextos Missionários: religião e poder no Império Português.* São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2011

GALLEGO, José Andrés. *Santiaguistas y Teresianos, sedentários y nómadas, com Propaganda Fide y China al Fondo*. Madrid: Centro de Ciências Humanas. Revista Hispania Sacra, LXIV,2012.

GAUDIN, Guillaume, GÓMEZ, A.C, GÓMES, Margarita, STUMPF, Roberta. Vencer la distancia: Actores y prácticas del gobierno de los imperios español y português. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, 02 octobre 2017, consulté le 27 juillet 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/nuevomundo/71453.

[27] Embora este trabalho, que aqui será referenciado para justificar o termo, analise a complexidade e também fluidez do chamado Sistema de Cantão em referência ao comércio Sino-Ocidental, entre os séculos XVIII e XIX,o autor fornece também uma análise sobre o Setecentos para explicar de que forma os padres enviados pela Propaganda Fide subverteram o mecanismo Imperial Qing, a partir dessa dinâmica de comércio, a serviço dos interesses das trocas religiosas que serão estabelecidas nos espaços chineses. Cf. MENEGON, Eugenio. *Interlopers at the Fringes of Empire: The Procurators of the Propaganda Fide Papal. Congregation in Canton and Macao, 1700-1823. Cross-Currents: East Asian History and Culture Review.*E-Journal, nº 25, 2018. p.28 Disponível em: https://cross-currents.berkeley.edu/sites/default/files/e-journal/articles/menegon.pdf. Acessado em agosto/2021.

GATTI, A.F. Em defesa da Expansão da Cristandade. O PE. Nuno da Cunha e os Primórdios do Embate entre Portugal e a Santa Sé, 1640-1669. Parana: Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Revista Tempos Históricos v.23, 2019.

JAMI, Catherine. Pékin au début de la dynastie Qing : capitale des savoirs impériaux et relais de l'Académie royale des sciences de Paris. Revue d'histoire moderne & contemporaine no.55 France: Éditeur Belin. 2008, p.43-69

MARCOCCI, Giuseppe. A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012

MARQUES, João Francisco e GOUVEIA, António Camões(coord). História Religiosa de Portugal, vol II. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000

MARTINS, Manuel Gonçalves. O Padroado Português no Oriente e os Fatores Exógenos. Braga: Editora PAX, 1990.

MENEGON, Eugenio. Interlopers at the Fringes of Empire: The Procurators of the Propaganda Fide Papal. Congregation in Canton and Macao, 1700-1823. Cross-Currents: East Asian History and Culture Review.E-Journal, nº 25, 2018

PINOT, Virgile. *La Chine et la Formation de l'Esprit Philosophique en France(1640-174).* Paris: Librairie orientaliste Paul Geuthner, 1932, p. 18-27

ROMANO, Antonella. *Observer, vénérer, servir: Une polémique jésuite autour du Tribunal des mathématiques de Pékin*. Revue Annales. Histoire, Sciences Sociales, no.04 France: Éditeur l'EHESS (Èditions de l'École des hautes études em sciences sociales), 2004

SANTOS, Fernanda Cristina. A persistência do projecto português nos documentos da Nunciatura Apostólica de Lisboa, Lisboa: Universidade de Lisboa. Revista Lusófana de Ciências das Religiões. Ano XI, n.º 16, 2012

TAVARES, Pedro Vilas Boas. Os Prelados de Goa e Macau perante o Legado Papal Maillard de Tournon. Notas sobre o contexto da reacção Sino-Portuguesa In MARINHO, M. F. et al. (eds). Miscelânea. O Fascínio da Índia; Comércio e Ética económica em Malaca;Prelados de Goa e Malaca; Descolonização e Nacionalismo no Sudeste Asiático. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto. PALOMO, Federico., STUMPF, Roberta.(org) *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (séculos XVI- XVIII)dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018

Fontes

PEREIRA, Tomás. Tomás Pereira. Obras. Barreto, Luís Filipe; Santo, Arnaldo do Espírito; Gomes, Cristina Costa; Pina, Isabel Murta e Correia, Pedro (eds.), 2 Vols., Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2012.

SEBBES, Joseph. S.J. O Diário do padre Tomás Pereira, S.J. Os jesuítas e o Tratado Sino-Russo de Nerchinsk (1689). Portugal: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Instituto Cultural de Macau, 1999.

Aspectos da Iconografia Renascentista no Atlas Vallard

Luciana de Queiroz Pinto
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ
Orientadora: Daniela B. Calainho

> A História dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, lingüísticos, numéricos e temporais, como uma forma de saber espacial.[1]

Nos diferentes momentos históricos, nas diferentes sociedades e civilizações, os seres humanos, utilizaram a comunicação através de imagens, desde a Pré-história, quando faziam as pinturas rupestres para representar suas vivências sociais. As ilustrações colaboram para reconstruir o passado de forma mais visível e real. Para Burke, "Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas"[2]As imagens não servem apenas para ilustrar ou enfeitar, elas contribuem de modo significativo para a produção do conhecimento. Ao ler uma imagem, compreendem-se seus signos e significados, o sentido lato e o imaginável. A imagem fala, tem mensagem própria, basta saber interpretá-la.

Ao analisar imagens e seus discursos visuais, é preciso compreender que estes símbolos foram produzidos em determinada sociedade, e, que, de certa forma, permite diálogo com as regras e os códigos dessa mesma cultura. Podemos utilizar Barbosa e Cunha para explicitar esse conceito: "Imagens podem ser utilizadas como meio de acesso a formas de compreensão e interpretação das visões de mundo dos sujeitos e das teias culturais em que eles estão inseridos"[3]. As ilustrações dentro dos mapas podem nos levar à compreensão dos valores histórico-culturais do período.

> a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade[4]

1 HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins [Online], 2009. Disponível em: http://confins.revues.org/index5724.html> Acesso em: 22 mar. 2015.
2 BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem.* Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 17.
3 BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 53-54.
4 GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 24

O método etnográfico utilizado na tese situa-se numa reflexão da vida social no contexto em que o mapa foi escrito, no século XVI. À vista disso, nossa análise produziu uma reflexão interpretativa das ilustrações, entendendo que as imagens constituem um tipo de linguagem e, sendo assim, podem ser descritas a partir da qualidade da observação, sensibilidade e conhecimento científico do pesquisador. O Atlas Vallard está repleto de informações visuais nas suas quinze pranchas.

A partir do século XV, a Europa passou por um novo alvorecer de ideias e paradigmas. Houve um renascer da civilização ocidental, fundamentado num movimento artístico e científico que resgatou aspectos da Antiguidade greco-romana, valorizando a razão, a lógica e o experimento. Verificou-se uma dedicação a questões epistemológicas e metodológicas, buscando nas ciências e no método empírico, algumas respostas para ampliar o conhecimento do homem e do mundo.

> o Renascimento foi, ao mesmo tempo, razão e sem-razão, sombra e luz [...]. Entusiasmou-se com a beleza, mas deixou-nos uma extraordinária galeria de obras horríveis e malsãs. Pregou a paz, mas dilacerou-se em guerras religiosas. Foi sorriso e ódio, delicadeza e grosseria, truculência e austeridade, audácia e medo. Comparável ao adolescente em que lutam fogosamente forças opostas e que ainda não encontrou o equilíbrio, foi mais ambicioso que razoável, mais brilhante que profundo, mais tenso que eficaz. O Renascimento foi variedade, jogo de contrários, exploração ardente e, por vezes, apenas esboço de um universo de novidades [...]. Trouxe aos séculos seguintes uma imensa herança, na qual eles fizeram sua escolha.[5]

Enaltecer as características humanas, o ser humano passou a ser o cerne de tudo, apto a influir o universo. O humanismo representou uma valorização do homem e duas ações. Em suma, "o próprio sujeito torna-se princípio da unidade, instância transcendental de constituição do mundo das coisas e o critério segundo o qual deve ser medida a sua verdade. E a construção do mundo a partir do eu torna-se o princípio unificador da idade moderna"[6].

Naturalismo e Humanismo

O mapa 11 possui ilustrações que demonstram aspectos do naturalismo e humanismo, típicos do renascimento. O destaque das frutas e flores no pé do altar, que se estende com brasão e sustenta duas mulheres com pés descalços, vestimentas em tons de azul e vermelho; seios à mostra e apoiando os braços sobre a barriga avantajada, numa posição típica de mulheres grávidas. Na borda esquerda, carrega um cesto de frutas e grão; na mulher da

5 DELUMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento, trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994. p. 125.
6 TEIXEIRA, Evilázio B. *Aventura Pós-Moderna e sua Sombra*. São Paulo: Editora Paulus, 2005. p.22

direita, um manto lhe cobre a cabeça. Das imagens que aparecem nas margens de seis mapas, esse que descreve parte da América do Sul, é único o possui ilustração distinta dos demais.

Figura 1: Detalhe das bordas esquerda e direita do Mapa 11

O Renascimento instaurou um novo paradigma no mundo ocidental. A concepção Teocêntrica, foi substituída. Colocou o homem e todos os seus atributos no centro do mundo. Foi um momento de uma revolução no pensamento, que rompeu não apenas com valores, mas também com costumes. O Renascer das ideias da Grécia Antiga permitiu o questionamento e a contestação. Não excluiu Deus, mas colocou-o num patamar diferente do que havia a séculos. Essa renovação inspirou o movimento da Reforma protestante, cujo homem pôde contestar a Igreja e o papa, buscando um conhecimento empírico. A natureza carecia de estudo e esclarecimento. Compreender o mundo ao redor, foi além das crenças, assumiu convicções e motivou uma revolução na Europa moderna. Era preciso espalhar essas ideias e a invenção da imprensa foi crucial para essa divulgação, principalmente em textos e livros e mapas.

Descobertas de vestígios da antiga civilização romana influenciaram escultores. Pintores eternizaram quadros que inovaram nos contornos humanos, na dualidade entre luz e sombra, na noção de perspectiva e todo o realismo que introduziram nas suas obras. Esse movimento artístico, cultural e científico teve reflexo na cartografia. Alguns mapas foram carregados de imagens que apresentavam aspectos do renascimento. O Atlas Vallard é um desses documentos cartográficos. Ele expressou sujeitos da cultura greco-romana, em algumas das suas bordas.

Mitologia[7]

> Sim bem primeiro nasceu Caos, depois também
> Terra de amplo seio, de todos sede irresvalável sempre,
> dos imortais que têm a cabeça do Olimpo nevado,
> e Tártaro nevoento no fundo do chão de amplas vias,
> e Eros: o mais belo entre Deuses imortais,
> solta membros, dos Deuses todos e dos homens todos
> ele doma no peito o espírito e a prudente vontade.
>
> Do Caos Érebos e Noite negra nasceram.
> Da Noite aliás Éter e Dia nasceram,
> Gerou-os fecundada unida a Érebos em amor.
>
> Terra primeiro pariu igual a si mesma
> Céu constelado, para cercá-la toda ao redor
> e ser aos deuses venturosos sede irresvalável sempre.
> Pariu altas Montanhas, belos abrigos das Deusas
> ninfas que moram nas montanhas frondosas.
> E pariu infecunda planície impetuosa de ondas
> o Mar, sem o desejoso amor. Depois pariu
> do coito com Céu: Oceano de fundos remoinhos
> e Coios e Crios e Hipérion e Jápeto
> e Téia e Réia e Têmis e Memória
> e Febe de áurea coroa e Tétys amorosa.
> E após com ótimas armas Crono de curvo pensar,
> filho o mais terrível: detestou o florescente pai[8]

Dentro das características do Renascimento, pautamos o resgate da cultura greco-romana e suas especificidades. A busca pela razão, valorização da natureza, o uso dos mitos[9] para dar significado e a exteriorização dos deuses nas produções artísticas, que remetiam a mentalidade da Antiguidade clássica[10]. Entre os séculos XVI e XVII, encontramos diversas obras de arte que retratavam acontecimentos dessa mitologia greco-romana.

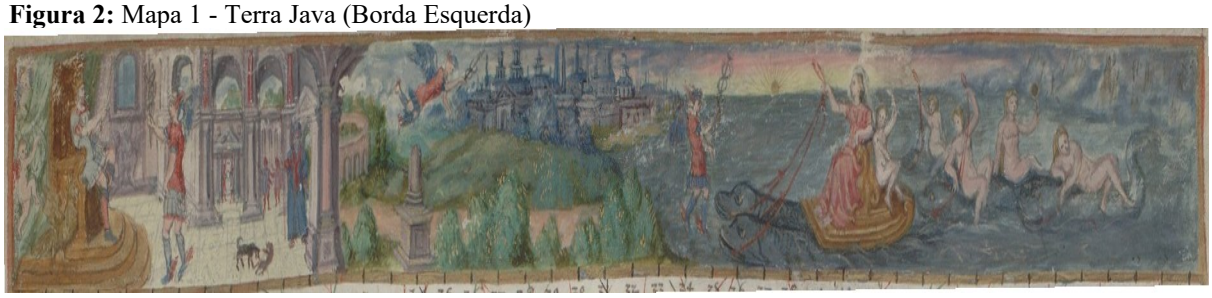
7 Para compreender mais sobre a origem dos deuses, veja: Hesíodo (séc. VIII-VII a.C.). Teogonia a origem dos deuses. Trad. Jaa Torrano. SP, Ed: Iluminuras, 1ª edição, 2000.
8 HESÍODO. Teogonia. Tradução e Estudo: Jaa Torrano. São Paulo, Iluminuras, 2003. p. 111
9 HAMILTON, Edith. A mitologia. Publicação D. Quixote, Lisboa, 1983. 3.ed.
10 BRANDÃO, Junito de Souza.. Mitologia grega. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988. vol. 2.

> (...) somente no período da Renascença, quando os italianos tentaram apaixonadamente reconquistar a antiga glória de Roma, os mitos clássicos se tornaram populares entre os leigos educados. Para esses homens, a mitologia dos admiradores gregos e romanos representava algo mais do que alegres e bonitas histórias da carochinha. Estavam tão convencidos da sabedoria superior dos antigos, que acreditavam existir nessas lendas clássicas alguma verdade profunda e misteriosa.[11]

No Atlas Vallard, dos quinze mapas, essas representações da mitologia aparecem em quatro cartas, nas bordas dos primeiros documentos cartográficos. Tais narrativas míticas aparecem nos seguintes mapas: 1(Terra Java), 2 (La Java), 4 (Mar Arábico, Vermelho e Golfo Pérsico) e 5 (África Sul e Sudoeste do Oceano Índico).

Essas imagens expõem os valores culturais daquele tempo e espaço. Segundo Barbosa e Cunha, "Cultura não estaria apenas nos artefatos, mas também em hábitos, valores e comportamentos que precisavam ser apreendidos pela observação e registrados"[12]. Essas representações não são discursos neutros, traduzem práticas e representam seu mundo social[13], nas bordas elas salientam deuses e criaturas míticas.

Figura 2: Mapa 1 - Terra Java (Borda Esquerda)



O deus Hermes para os gregos - mercúrio para os romanos[14] - aparece em três momentos. Primeiro em um possível diálogo com um personagem que tem cupidos na parte posterior de seu trono. Logo em seguida, sai voando e segue para o mar, de encontro a uma nova personagem.

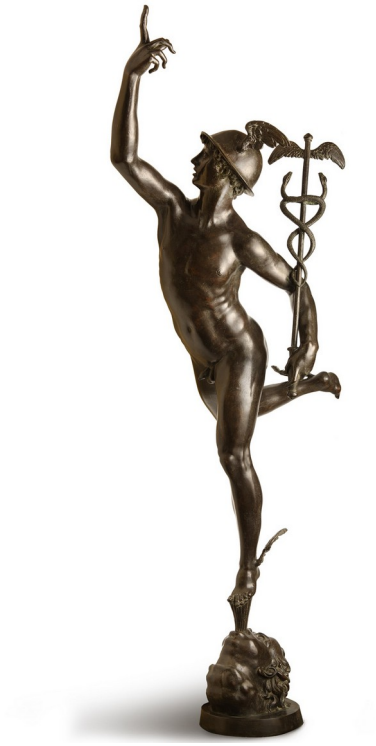
11 GOMBRICH, Ernest Hans. A História da Arte. Trad. Álvaro Cabral. 16ª edição, RJ: LTC, 2012. p. 263

12 BARBOSA, Andréa. (Op. Cit) , p. 12.

13 CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17

14 Era conhecido como o mensageiro dos deuses, filho de Zeus e Hera, cultuado pelos ladrões e comerciantes. Segundo a mitologia, calçava um par de sandália com asas, seu chapéu era um pétaso com asas e nas mãos carregava o caduceu envolvido com duas serpentes equilibradas.

Figura 3: Mercúrio, Giambologna, 1580



Fonte: Disponível em https://www.galleriabazzanti.it/en/prodotto/mercurio-di- giambologna/

> (...) a estátua de Mercúrio, o mensageiro dos deuses, por um escultor flamengo, Jean de Boulogne (1529-1608), a quem os italianos chamavam de Giovanni de Bologna ou Giambologna (...) Impôs-se a si mesmo a tarefa de realizar o impossível: uma estátua que superasse o peso da matéria inerte e criasse a sensação de um voo rápido pelo ar. (...) A estátua, como um todo está tão cuidadosamente equilibrada que parece pairar no ar[15]

Hermes encontra-se com a deusa Anfitrite[16] - na mitologia romana é chamada de Salacia - que se destaca numa carruagem marinha puxada por dois golfinhos num cortejo com as ninfas do mar. De acordo com as histórias antigas, as ninfas marinhas sempre acompanhavam a diva. As Ninfas eram seres mitológicos ligados aos elementos da Natureza. No Vallard elas aparecem no mar, junto a Anfitrite, conduzidas por seres marinhos, elas seguem nuas num cortejo. Conhecidas também por oceânidas e nereidas, traziam felicidade e alegria.

15 GOMBRICH, Ernest Hans. A História da Arte. Trad. Álvaro Cabral. 16ª edição, RJ: LTC, 2012. p.367

16 Esposa de Poseidon, a rainha dos oceanos. Segundo a narrativa mítica, ela havia se recusado a casar com o deus do mar, então o deus dos golfinhos, Delfos, a convenceu a se casar. Ela era uma nereida sempre representada por uma mulher jovem, com cabelo preso por uma rede.

A obra[17] de Nicolas Poussin é um exemplo dessa presença greco-romana nas artes européias durante o período renascentista. Nessa pintura, Netuno (Poseidon) aparece imponente conduzido por hipocampos, assim como estampado nas pranchas do Atlas Vallard. Anfitrite ao seu lado, sob golfinho envoltos de Nereidas e Tritões.

Figura 4: O Triunfo de Netuno, 1634

Fonte: Disponível em: http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/13262

No canto esquerdo, atrás do trono, estão os cupidos. Tanto para os gregos como para os romanos, cupido simbolizava o amor e a paixão em sua essência. Um corpo infantil com asas e um arco e flecha que alvejava os casais, fazendo-os se apaixonar. Narrado por Hesíodo no século VIII a.C., o cupido seria filho de Afrodite (Vênus) com deus Ares (Marte). Retratados também na obra 'A Primavera' de Botticelli, logo abaixo.

Figura 5: Mapa 1 - Terra Java (Borda Direita)

Novamente Mercúrio aparece em dois planos… Entre as nuvens com as divindades, onde se vê Hefesto[18] com sua bigorna e martelo. Os romanos o chamavam de Vulcano e sua

17 Faz parte do acervo do Philadelphia Museum of Art | Philadelphia - Estados Unidos

18 Filho de Zeus, o deus dos construtores. Responsável por produzir equipamentos como o tridente de Poseidon, as flechas de Apolo e objetos para deuses e semideuses. Casou-se com a sua irmã Afrodite.

inteligência e habilidade para produzir ferramentas e armas era admirada na sociedade clássica. Segunda a crença, essa divindade seria responsável por criações incríveis, mas também era famoso por sua aparência disforme. O mesmo deus pode ser visto na pintura de Peter Paul Rubens (Pedro Paulo Rubens) do século XVII, que retrata o filho de Zeus construindo o raio para seu pai o mais poderoso do Olimpo. Por esse trabalho, Hefesto (Vulcano) recebe a mão da deusa Afrodite em casamento.

Figura 6: Vulcano forjando os raios de Júpiter, Peter Paul Rubens,1636-38.

Fonte: Disponível em: https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de- arte/vulcano-forjando-los-rayos-de-jupiter/eec97f47-8497-43bf-b466-9d72c38087ad

Em outro plano, o mensageiro aborda o cortejo da deusa Ártemis[19] - Diana para os romanos - sentada em sua carruagem puxada por dois cervos e seguida por suas ninfas da floresta. Retratada com arco em uma das mãos.

Figura 7: Ártemis e a corça ou Diana de Versalhes, Século II

19 Diva da caça e animais selvagens; protetora de mulheres e meninas; conhecida como a deusa do parto.

Fonte: Disponível em: https://guiadolouvre.com/wp-content/uploads/2019/06/Diane_de_Versailles_Leochares.jpg

Vallard é parte de um conjunto de obras da idade Moderna que destaca tais sujeitos. Como na obra 'A Primavera' de Sandro Botticelli, os personagens da mitologia greco-romana estão em evidência. No centro da pintura, Vênus (Afrodite) se destaca com o cupido acima de sua cabeça atirando suas flechas do amor. Segundo o mito, a ninfa Flora, casa-se com Zéfiro, o vento, e se transforma em Primavera. Mercúrio (Hermes) aparece no canto esquerdo, com seus adereços de mensageiro dos deuses. A sandália alada, seu petasus e o caduceu.

Figura 8: A Primavera, Sandro Botticelli, 1480

Fonte: Disponível em: https://www.uffizi.it/pagine/archivi-digitali

Segundo Gombrich, ao referir-se que obras da mitologia tornaram-se frequentes, o que antes só havia espaço para arte sacra. Quanto às pinturas de Botticelli, concluiu:

> Não é que ao mestre florentino faltasse reverência ou devoção. Mas os próprios poderes que sua arte adquiria tornava impossível ao artista concebê-la apenas como um meio de transmissão do significado da história sacra. Ele preferiu, pelo contrário, usar esse poder a fim de converter a página numa alegre exibição de riqueza e luxo. Essa função da arte, a de aumentar a beleza e as graças da vida, nunca foi inteiramente esquecida. No período a que chamamos Renascença Italiana, tal função viria a ser um destaque cada vez maior.[20]

De certo que, tal pintura renascentista contém outras características como realismo, profundidade, movimento etc. Mas queremos enfatizar que tais produções artísticas demonstram que as imagens do Vallard fazem parte das expressões artísticas desse contexto

20 GOMBRICH, Ernest Hans. A História da Arte. Trad. Álvaro Cabral. 16ª edição, RJ: LTC, 2012. p. 264-267

histórico cultural, em que houve um resgate das narrativas da Antiguidade Clássica e deixaram um grande legado cultural.

Figura 9: Mapa 2 - La Java (Borda Esquerda)

Como em outras bordas, a divindade aparece num cortejo. Dionísio ou Baco[21] surge numa carruagem sentado sob um barril, com alguns odres ao seu redor. Em sua cabeça, há uma coroa de parreira, típica representação da sua afinidade às uvas. Assim como explicita a mitologia, esse deus era cercado por sátiros que o acompanham, conduzindo um personagem sob o cavalo. Essa relação entre os deuses e os mortais era muito habitual nas narrativas. Vallard não foi o único a enaltecer a comitiva de Dionísio. A obra do pintor holandês Heesenkerck que foi influenciado pela arte italiana, retratou o deus em meio a um grupo de seguidores que o acompanhavam.

Figura 10: A procissão Triunfal de Baco, Maerten Van Heesenker, c. 1536

Fonte: Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maerten_van_Heemskerck_-_The_Triumphal_Procession_of_Bacchus_-_Google_Art_Project.jpg

21 Deus do vinho, das festas, da loucura, da bebedeira e da alegria. Baco na mitologia romana era responsável pelas festas conhecidas como 'bacanais'. Filho de Zeus com uma mortal, tinha o privilégio de viver no Olimpo junto aos outros deuses. Patrono das artes, do teatro grego cuja tragédia e a comédia representavam a duplicidade da vida, assim como os embriagados ficam, uns tristes, outros alegres. Segundo a narrativa, ele ia aos bosques junto com seus auxiliares sátiros para banquetes e festas.

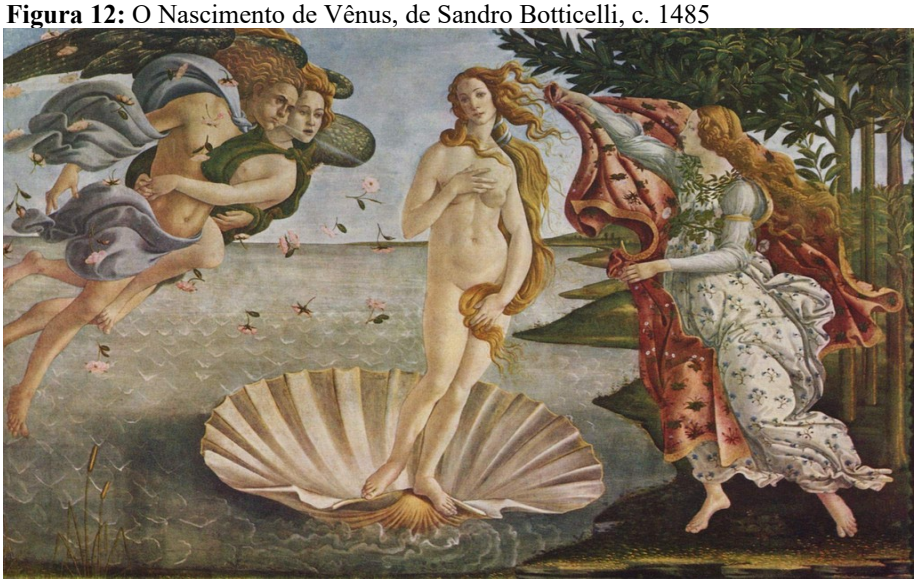
As ilustrações que aparecem na borda direita do documento trazem duas divindades da mitologia greco-romana. Sob uma carruagem conduzida por cisnes, Afrodite ou Vênus[22] segue em direção ao cortejo de Poseidon, que surge em sua diligência conduzida por hipocampos e saudado pelos tritões que sopram uma concha como nas narrativas míticas.

Figura 11: Mapa 2 - La Java (Borda Direita)

As divindades retratadas nessa borda do Vallard, também podem ser encontradas em obras do período renascentista. Uma das mais imponentes é a criação de Botticelli, cuja pintura simboliza o nascimento da divindade da beleza. Vênus ou Afrodite surge de uma concha no mar.

> (...) a história do nascimento de Vênus era o símbolo do mistério através da qual a mensagem divina da beleza veio ao mundo (...) A ação do quadro é rapidamente entendida. Vênus emergiu do mar numa concha que é impelida para a praia pelos alados deuses eólicos, em meio a uma chuva de rosas. Quando está prestes a pisar em terra, uma das Horas ou Ninfas recebe-a com um manto de púrpura.[23]

Figura 12: O Nascimento de Vênus, de Sandro Botticelli, c. 1485



Fonte: Disponível em: https://www.uffizi.it/opere/nascita-di-venere

22 Deusa do amor e da sexualidade. Era a verdadeira expressão da beleza e da fecundidade, muitas vezes retratada com seus animais. Segundo o mito, ela se senta em um trono de cisnes e viaja pelos ares numa carruagem conduzida por cisnes e gansos.

23 GOMBRICH, Ernest Hans. A História da Arte. Trad. Álvaro Cabral. 16ª edição, RJ: LTC, 2012. p. 264

Figura 13: Mapa 4 - Mar Arábico, Vermelho e Golfo Pérsico (Borda Direita)

Nesta borda, em meio a um banquete no centro da imagem. Os sátiros fazem o serviço de levar os alimentos e bebidas à mesa. Esses seres divinos dos bosques e florestas, aparecem nos relatos míticos como ajudantes de Dionísio e do deus Pã. Chamados também de Faunos pelos romanos, são figuras masculinas e seus corpos, têm a parte inferior de bode e a superior humana, em certo tempo, apareciam-lhes chifres. Tais criaturas míticas, foram retratadas no período renascentista pelo pintor Belga, no início do século dezessete. Na obra, eles aparecem risonhos com cacho de uvas nas mãos de um sátiro, enquanto o outro toma uma bebida.

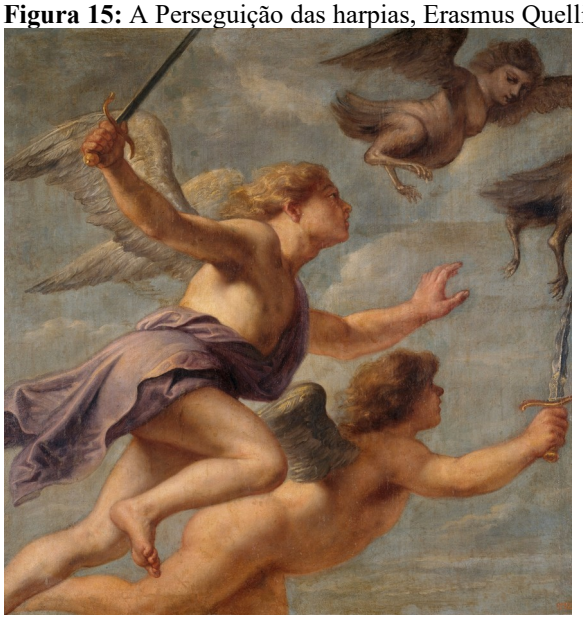
Figura 14: Dois sátiros, Peter Paul Rubens, c. 1617-16

Fonte: Disponível em https://i.redd.it/mwup9jet1nz31.jpg

No canto direito da imagem, três harpias surgem e uma delas toca um tipo de flauta. Eram criaturas fantásticas femininas aladas, desenhadas com seios e rosto de mulher e a parte inferior de seus corpos eram de pássaro, ora monstruosas, ora sedutoras. Consideradas aves de

rapina que apareciam conduzindo os mortos ao reino de Hades. Também foram retratadas no contexto do renascimento, na pintura feita em óleo sobre tela.

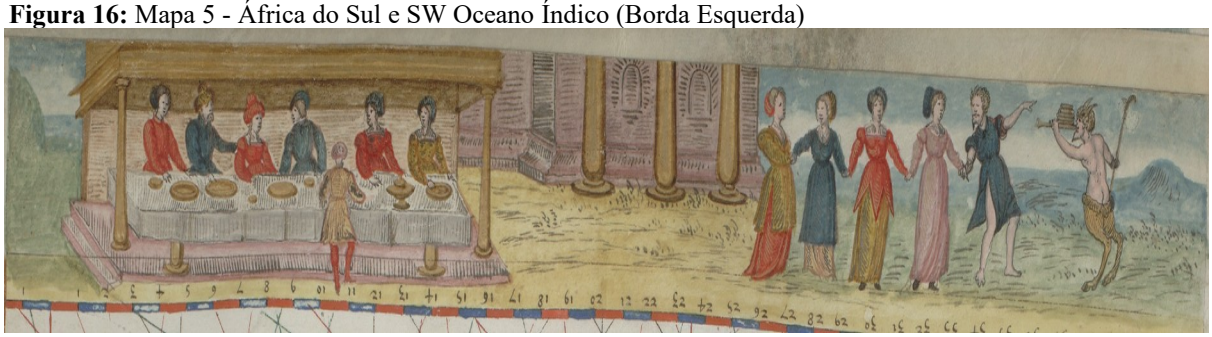
Figura 15: A Perseguição das harpias, Erasmus Quellinus, 1636 - 1638.



Fonte: Disponível em https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/the-persecution-of-the-harpies/05d9d174-c570-4172-aee9-d6b60431e12a

Uma outra divindade mostra-se na borda do mapa cinco. O deus Pã assoma com seu cajado e sua flauta característica. Tocando para um grupo de quatro mulheres e um outro sujeito apontando para o longe.

Figura 16: Mapa 5 - África do Sul e SW Oceano Índico (Borda Esquerda)



Considerado um deus menor na mitologia, era o deus dos bosques, dos campos, dos rebanhos e dos pastores, era companheiro dos sátiros e das ninfas. Para os romanos, era conhecido como Lupércio. Sua aparência de fauno, geralmente aparecia tocando uma flauta, simbolizando sua afetividade por música. Segundo as histórias, quando aparecia, arrebanhava fêmeas, sejam mortais ou ninfas.

Figura 17: Pan e Syrinx, Peter Paul Rubens, c. 1620-25

Fonte: Disponível em https://www.rct.uk/collection/404637/pan-and-syrinx

As narrativas míticas serviam de base para o ilustrador representar as iconografias nas bordas do Vallard. Estas, foram além de meras pinturas, elas simbolizam a cultura do renascimento. Esse resgate dos valores clássicos, contribuíram para a consolidação do contexto renascentista. Dessa forma, podemos afirmar que o Atlas Vallard é uma fonte inserida nesse movimento artístico, científico e cartográfico da Idade Moderna. Ele demonstra mais que lugares, destaca as relações culturais do mundo moderno, que resgatou na Antiguidade clássica sentidos e valores. Podemos afirmar que essa fonte faz parte da cultura renascentista, no qual o conceito utilizado por Chartier[24], como um conjunto de práticas entrelaçadas que representam o mundo, do social ao sagrado. Vallard se insere no conjunto de bens simbólicos, cuja sua análise e leitura traz significações[25] à contemporaneidade.

A cultura que expressa sistemas de representações e práticas, para Certeau[26], o processo de interação social, uma relação entre o sujeito e o objeto. Dessa forma, precisamos considerar o papel do cartógrafo e do ilustrador da obra que deram destaque especificamente a esses símbolos ou figuras culturais[27].

> [...] os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma

24CHARTIER, R. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

25 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos avançados. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991. P. 178

26 CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

27 CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2002. P. 49

> ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais 'representantes' encarnam de modo visível, 'presentificam', a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder[28]

Em suma, a ideia de renascer, ressurgir, reviver o que Antiguidade Clássica legou à humanidade. Foi o momento de resgatar a realidade científica, valorizando o método racional, voltar-se às obras de Platão, Aristóteles, Ptolomeu entre tantos outros. Estudos em astronomia, geografia, matemática, filosofia, literatura, natureza foram surgindo inspirados nesses antigos intelectuais. Dessa maneira, foi restabelecida uma nova relação entre homem e mundo, sujeito e objeto, naturalismo e espiritualismo mítico. Segundo Burckhardt, "a Renascença não teria sido a admirável fatalidade histórica que conhecemos se pudesse abstrair tão facilmente a influência da Antiguidade"[29].

O Atlas Vallard é uma fonte que retrata esse universo de transformações que o movimento renascentista desabrochou na Europa, contagiando outras partes do planeta. Esse livro-atlas, representou aspectos da renovação cartográfica e científica do século dezesseis, mas igualmente, dele pode se extrair a essência da arte do renascimento. A iconografia das bordas retrata características peculiares que resgataram narrativas míticas, assim como pôde ser observada e comparada com outras obras clássicas desse período histórico. Assim, podemos afirmar que, tal documento também pode ser considerado uma expressão artística do renascimento.

Referências

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar T. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRANDÃO, Junito de Souza.. Mitologia grega. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988. vol. 2.

BURCKHARDT, Jacob. A Civilização do Renascimento Italiano. Tradução de António Borges Coelho. 2ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1983.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem.* Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2002.

_____. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. O mundo como representação. Estudos avançados. Vol. 5, n.11. São Paulo. Jan/Abr. 1991. P. 178

28 CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS , 2002. p.169

29 BURCKHARDT, Jacob. A Civilização do Renascimento Italiano. Tradução de António Borges Coelho. 2ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1983. p. 137

_____. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990,

DELUMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento, trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMBRICH, Ernest Hans. A História da Arte. Trad. Álvaro Cabral. 16ª edição, RJ: LTC, 2012.

HAMILTON, Edith. A mitologia. Publicação D. Quixote, Lisboa, 1983. 3.ed.

TEIXEIRA, Evilázio B. Aventura Pós-Moderna e sua Sombra. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

Fontes

Atlas Portulano, [VALLARD, ATLAS], 1547.
Disponível em: http://catalog.huntington.org/search?/Xvallard&SORT=D/Xvallard&SORT=D&SUBKEY=vallard/1%2C7%2C7%2CB/frameset&FF=Xvallard&SORT=D&7%2C7%2C

HESÍODO. Teogonia. Tradução e Estudo: Jaa Torrano. São Paulo, Iluminuras, 2003.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins [Online], 2009. Disponível em: http://confins.revues.org/index5724.html>

Literatura de testemunho no Ensino de História: limites e possibilidades a partir de *Vozes de Tchérnobil*

Bárbara Oasky Garofalo
Mestranda em História Social - PPGHS – FFP - UERJ
Bolsista da CAPES

Introdução

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar os limites e possibilidades do uso de literatura de testemunho na historiografia e no Ensino de História, pensando na possibilidade desenvolvimento de propostas didáticas para sua utilização na sala de aula, a partir dos relatos apresentados no livro *Vozes de Tchernóbil* da escritora e jornalista Svetlana Aleksiévitch. Para tal, buscamos expor as renovações historiográficas que culminaram em novos métodos e objetos de estudo na historiografia e refletir questões da história oral, do testemunho e da literatura como fonte para a escrita historiográfica. Além disso, aprofundaremos questões das especificidades da história ensinada, levando em consideração a sala de aula como lugar de construção de conhecimento histórico onde se encontram diferentes agentes, e o fato de que essa não está apenas ligada ao saber docente, mas é feita a partir do diálogo entre esses agentes.

I – Renovações historiográficas do século XX: consagração da História do Tempo Presente e a emergência de novos sujeitos e fontes na historiografia.

As renovações historiográficas do fim do século XX estão ligadas ao contexto de uma história política muito voltada para ações repressivas de diferentes Estados – ditaduras latino-americanas, e no cenário europeu uma movimentação de se escrever um novo capítulo sobre o holocausto, pensando políticas de reparação e monumentalização –, eventos esses que acabaram por levar o desenvolvimento de novos métodos, abordagens e objetos para pensar o fazer historiográfico. Essas novas abordagens e métodos vão contra uma historiografia que por muito tempo perdurou com características de uma história narrativa, factual e linear, como a historiografia metódica, muito influenciada pelas percepções do historiador Leopold Van Ranke. Essa historiografia metódica também estava preocupada em romper com a aproximação do discurso histórico com o discurso literário, buscando reforçar o entendimento de que a história é ciência, e não arte, cabe a esse historiador da historiografia metódica, a busca pela verdade, narrar e descrever os acontecimentos do passado "tal como eles realmente foram". Como consequência dos métodos adotados nesse período, se difundiu na

historiografia, por muito tempo, uma deslegitimação do papel do testemunho ocular e da história oral como fontes, dando-se prioridade ao uso do documento escrito.

O século XX, portanto, traz renovações historiográficas para o campo histórico, na medida em que está lidando com um contexto de busca por dever de memória, marcado pelo florescimento da subjetividade, da presença de testemunhos vivos, e sendo assim, de inserção da memória como objeto na historiografia, e de valorização das fontes orais, gerando um aumento de interesse de pesquisas no campo da história do tempo presente e, segundo Ferreira, "num interesse crescente da sociedade em geral pelos temas históricos" (FERREIRA, 2018: 85).

Considerando essa mudança de crescente interesse pelo contemporâneo, inicia-se a consagração da História do Tempo Presente (HTP) na historiografia, a HTP é um campo da história que se consagra no século XX, no pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo na europa. Na França, a criação do *Institut d'Histoire Du Temps Présent* (IHTP), em 1978, foi um importante passo para a difusão do campo nos estudos históricos, buscando pensar as pautas e as críticas que o cerca. Seguindo nesse sentido, a "resposta" às críticas e aos questionamentos foram colocados pelo ITHP, como nos mostra Marieta M. Ferreira, na organização de seminários de 1988 à 1990, que ficaram conhecidos como "O tempo presente, uma *démarche* histórica à luz das ciências sociais" (FERREIRA, 2018: 86). Esses, buscaram responder as questões acerca das singularidades do campo, e defender seu cunho científico, produzindo caminhos possíveis para pensar o seu uso e contribuição para a história.

No Brasil, como nos aponta Ferreira, o crescimento do uso e pesquisa da História do Tempo Presente acompanha o período de redemocratização (FERREIRA, 2018: 88), e se consagra a partir da história oral, tendo como sua grande virada justamente as discussões sobre o dever de memória no pós-ditadura civil-militar e de grupos excluídos e discriminados, como indígenas, negros e mulheres. Essa virada, apresentada por um crescimento de interesse pela História do Tempo Presente resultou em uma produção de diversas teses, seminários, simpósios e criação de grupos de pesquisas, que acabaram por ajudar na legitimação da história oral, que por muito tempo foi colocada em xeque por uma historiografia influenciada pelo modelo da escola rankeana, baseado na neutralidade e objetividade na produção das narrativas históricas e na defesa de um distanciamento do historiador/pesquisador para o seu objeto, dando-se prioridade ao uso do documento escrito e desqualificando o uso dos relatos, de histórias pessoais e condenando a subjetividade.

A partir dos contextos apresentados, compreende-se que a historicização do Tempo Presente é feita a partir da demanda e pressão social dos contemporâneos, mostrando um dos

complexos debates historiográficos sobre a singularidade do campo. A demanda social está ligada, como nos aponta Christian Delacroix, às "reivindicações memoriais" de passados traumáticos que ainda não foram superados, segundo o autor: "passados que não querem passar" (DELACROIX, 2018: 46). Os acontecimentos traumáticos do século XX como o Holocausto e as ditaduras latino-americanas influenciaram diretamente na forma de como os historiadores se mobilizaram para refletir acerca do fazer histórico e, conforme nos aponta Beatriz Sarlo, há também nesse contexto, uma certa pressão à historiografia para refletir acerca dos processos de violência e extermínio nesses eventos a partir daqueles que os testemunharam.

Segundo Sarlo, é no período dos anos 1970 a 1980 que começa a se restaurar a "razão do sujeito" (SARLO, 2007: 19), dá-se, portanto, o reconhecimento e valorização da subjetividade, recuperando assim a confiança da história oral e do testemunho como possível de narrar a vida para se obter reparação de uma "identidade machucada" e de conservação da lembrança. É nesse contexto de demandas sociais pelos deveres de memórias de grupos que foram marginalizados e discriminados na história e, de mudança no papel social do historiador que há uma maior valorização da memória e da história oral, fazendo-se uso, por exemplo, do testemunho e da literatura de testemunho, e também de ampliação das noções de autores e atores das histórias.

Pensando no caso argentino, Sarlo aponta como o dever de memória presente nessa historiografia do final do século XX, além de reconhecer uma visão outra à do Estado sobre o acontecimento, possibilitou, através dos testemunhos, a condenação do terrorismo de Estado, a autora afirma que "os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade" (SARLO, 2007: 19). O dever de memória imposto após o holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial à história europeia e após ditaduras nos países da América Latina, é seguido pelo interesse e valorização das memórias dos sobreviventes e dos vestígios das vítimas, auxiliando, como nos aponta Andreas Huyssen em *Seduzidos pela memória*, no processo contra as políticas de esquecimento – a partir de reconciliações nacionais, anistias ou silenciamento repressivo – e na luta para criação de políticas democráticas perante os contextos de "rastros de histórias" de ditaturas militares, totalitarismos, extermínios em massas e *apartheids* (HUYSSEN, 2000: 16).

II – História oral e testemunho: algumas contribuições

Com a maior utilização da História oral como fonte, a partir dos anos 1970 e 1980 na Europa e nos países da América Latina para analisar os eventos traumáticos, devemos nos

atentar às suas especificações e seus usos pelos historiadores, buscando compreender suas possibilidades e limites dentro da historiografia. Como afirma Verena Alberti, a técnica de ouvir testemunhas ou atores de acontecimentos já era utilizada na Antiguidade por historiadores como Tucídides e Heródoto, sendo essas experiências consideradas muitas vezes "percursoras" daquilo que a autora chama de "história oral moderna". Essa se diferencia, sobretudo, pelo uso da gravação do relato, podendo ser em áudio ou em vídeo, e também por essas entrevistas serem definidas por objetos específicos (ALBERTI, 2011: 156).

Na história oral, trabalha-se com a dimensão subjetiva do entrevistado, segundo Maria Paula Araujo, isso ocorre pelo fato dos entrevistados serem pessoas falando de suas vidas, e nessas falas estão envolvidas seus sentimentos e emoções. Cabe ao historiador não excluir o caráter emocional da entrevista, mas transformá-lo num entendimento histórico (ARAUJO, 2012: 183). A historiadora Danièle Voldman ainda afirma que é necessário ao historiador recorrer a uma interdisciplinaridade ao realizar as entrevistas, devem fazer uso das contribuições da sociologia para a condução e formulação das pesquisas e levar em conta os elementos da psicologia, psicossociologia e psicanálise. Além disso, Voldman afirma que historiadores para além de buscarem nas fontes orais interpretações daquilo que está sendo relatado, atentam-se no não dito, nas hesitações, repetições e divagações, entendendo que esses elementos são "integrantes e estruturantes" do discurso e do relato (VOLDMAN, 2006: 38). Outra questão quando se envolve história oral e suas fontes é, que ao serem muito utilizadas como instrumento de pesquisa para analisar eventos traumáticos, e auxiliar na tarefa de ampliação da visão desses acontecimentos a partir dos depoimentos das vítimas, pode estar relacionada a uma militância política e a luta por direitos humanos (ARAUJO, 2012: 183).

Para analisar a contribuição da história oral também é importante traçarmos algumas questões do gênero testemunhal, tendo em vista que o testemunho oral é uma das suas principais fontes, e por conta de sua importância na relação da construção de uma história outra, buscando ampliar a visão sobre os acontecimentos a partir das "memórias subterrâneas" – termo cunhado por Michael Pollak se referindo a memória de culturas minoritárias que por muitas vezes foram excluídas da historiografia –, principalmente daqueles que sofreram com a repressão e violência de Estado em eventos traumáticos. Beatriz Sarlo nos mostra como o testemunho, principalmente no cenário europeu (em especial, na Alemanha) e na América Latina pós-ditaduras, serviu como denúncia ao terrorismo dos Estados. Entretanto, a autora afirma que os testemunhos são discursos, e dessa forma não devem ser inabordáveis, a inteligibilidade do testemunho não deve ser maior ou menor que outras fontes, e caso haja essa hierarquização pode se esbarrar na "feitichização da verdade testemunhal", portanto,

cabe ao historiador aplicar ao testemunho o princípio da dúvida metodológica (SARLO, 2007: 47-48).

A autora aponta que há uma "utopia" de que o testemunho representaria o uma narração do acontecimento em sua totalidade, devido ao fato de aquele que relata vivenciou/presenciou o determinado evento. Entretanto, Sarlo afirma que não devemos diminuir a importância desse para a compreensão histórica do acontecimento ou pela busca por justiça, mas é necessário reconhecer que esses testemunhos são um relato dos fatos, no meio de outros. O historiador Alexandre de Sá Avellar aponta, a partir da perspectiva de Verônica Tozzi, que os testemunhos não devem servir como garantia de eventos ocorridos, "mas atuam em sua construção a partir de uma ação no presente" (TOZZI Apud AVELLAR, 2012: 48) nesse sentido, se tornam uma das principais fontes para construção de conhecimento sobre esses eventos, porém é importante que o historiador reconheça que o que é transmitido neles não é a totalidade do ocorrido, mas sim representa "algo que aconteceu" (AVELLAR, 2012: 49).

Outro limite apresentado em relação ao testemunho representar a totalidade dos acontecimentos está quando tratamos principalmente de eventos traumáticos, tal qual, o Holocausto, na impossibilidade de representar os ausentes, nesse caso, aqueles que morreram nos campos de concentração. Sarlo apresenta essa relação como um "paradoxo do testemunho" na medida em que aquele quem testemunha – os sobreviventes – sobre os "verdadeiros testemunhos" – os mortos – assumem a primeira pessoa, dessa forma não se tem o acesso direto com o testemunho daqueles que vinham a presenciar a função máxima dos campos de concentração, sendo essa a morte. Nesse sentido, a autora afirma que objeto do testemunho daqueles que sobreviveram é justamente a morte em massa e sistemática dos campos de concentração, e só esses que escaparam que testemunham, mas não podem falar plenamente sobre os campos de concentração, entendendo que não presenciaram sua função máxima, "fala então *porque* outros morreram, e em *seu* lugar" (SARLO, 2007: 34).

Os testemunhos auxiliam na construção da compreensão histórica e podem dar suporte à narrativa historiográfica a partir da apresentação de fatos e acontecimentos, possibilitando acesso à um "mundo ausente". A valorização do testemunho está ligada, como aponta Avellar, aos constantes apelos públicos e da mídia referente à necessidade da lembrança e do não esquecimento após eventos traumáticos, assim como de uma valorização do passado como patrimônio, nessa forma, há uma reivindicação para pensar o passado através da memória. Portanto, essa aparece como um dever diante das experiências traumáticas ocorridas no século XX, eventos esses marcados por violência e extermínio, e o testemunho se coloca

como possibilidade outra ao que é o conhecimento puramente documental oficial sobre os eventos, permitindo a multiplicação de existências e a potencialização de vivências.

III – Literatura, testemunho e ensino de história: diálogos possíveis a partir de *Vozes de Tchernóbil*

Ao utilizar *Vozes de Tchernóbil* como objeto de análise, é necessário estabelecer, se, e como, sendo ele um livro fora do campo da história, pode contribuir para a construção do conhecimento historiográfico. Portanto, é preciso traçar as possibilidades do uso da literatura como fonte na historiografia, entendendo-as também como resultado das renovações historiográficas do fim do século XX, com o alargamento da percepção do que viria a ser objeto da história.

O debate da contribuição da literatura para a história é composto pelos questionamentos relacionados à "verdade" e ao caráter ficcional atribuído à literatura. Conforme apontado por Sandra Pesavento, essas atribuições da literatura como ficção acabam por negá-la como condição ou prática do campo da história (PESAVENTO, 2006: 17). A autora, pensando nesses questionamentos em torno do caráter ficcional coloca em debate o que seria, portanto, o "contrafluxo da ficção" para a história, e aponta que não pode ser a verdade, visto que o resgate real do passado, em sua totalidade, não pode ser realizado. A partir disso, confronta que o historiador quando mobiliza o passado não está trabalhando com certezas, mas sim possibilidades, o ofício do historiador consiste em escolhas, seleções, organização de trama, e não narram de fato o real, o acontecido em sua totalidade, mas está preocupado em "chegar lá" (PESAVENTO, 2006: 18). Dessa forma percebemos uma aproximação da literatura e da história ao mesmo tempo que nos torna possível de distingui-las, a ficção na história é controlada pela retórica e pelo método, a versão do historiador do acontecido deve dar a possibilidade de testagem por outras fontes e bibliografias, enquanto na literatura não há um compromisso em criar um efeito de realidade.

A literatura se mostra para o historiador como uma fonte que dá acesso ao imaginário, dando-lhe imagens sensíveis do mundo, e pode fazê-lo refletir acerca daquilo que outras fontes não conseguiram mostrar, consiste em uma narrativa que através do mito, da poesia ou prosa, se apresenta de forma metafórica e alegórica. Quando o historiador se volta para a literatura e a ficção literária, não está preocupado em buscar o fato na integridade do real, mas sim do resgate de novas possibilidades verossímeis que demonstram como determinado indivíduo ou grupo se expressavam. Na perspectiva de Pesavento: "o texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir. Tais fatos narrados não se apresentam como

dados acontecidos, mas como possibilidades, como posturas de comportamento e sensibilidade, dotadas de credibilidade e significância". O sentido do texto literário pode possibilitar para o historiador, segundo a autora, orientar-se para outras fontes, permitindo enxergar aquilo que ainda não viu, ampliando a possibilidade de leituras sobre um determinado contexto (PESAVENTO, 2006: 22-23). Dessa forma, acreditamos que o uso de literatura na historiografia pode ser uma importante ferramenta para diversificar as fontes, enriquecendo assim o debate historiográfico e possibilitando diferentes visões dos contextos históricos apresentados.

Contudo, levando em consideração que o livro em questão trata de uma reunião de testemunhos de sobreviventes do acidente nuclear de Chernobyl, caracterizaremos a obra como literatura de testemunho, fazendo necessário refletirmos sobre as especificidades desse tipo de literatura. Márcio Seligmann Silva, historiador e teórico literário denomina por literatura de testemunho aquelas obras que se referem aos sobreviventes de eventos traumáticos, tal qual o Holocausto. Seligmann-Silva entende a literatura de testemunho como uma "face da literatura", essa surge justamente na "época das catástrofes", e traz o questionamento da relação da literatura e o compromisso com o real, sendo esse o ponto principal que diferencia a literatura de testemunho das outras (SELIGMANN-SILVA, 2003: 373).

Wilberth Salgueiro aponta algumas características recorrentes nas produções literárias de testemunho, como o registro em primeira pessoa, a sinceridade do relato, o desejo de justiça, a vontade de resistência contra autoritarismos, a apresentação de um evento coletivo (a primeira pessoa representando os traumas de muitos), sentimento de vergonha pelas humilhações e animalizações sofridas, sentimento de culpa por ter sobrevivido, entre outras (SALGUEIRO, 2012: 292).

Entendendo que a literatura de testemunho está ligada a narrativa de traumas, Seligmann-Silva aponta que a imaginação para elas serve como "auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real trauma". Além disso, também serve como meio para enfrentar a crise do testemunho (a questão da impossibilidade da totalidade do testemunho), dessa forma, segundo o autor, o trauma encontra na imaginação um meio para sua narração, a literatura, portanto, serve como possibilidade de expressão do trauma. Por conta dessa relação íntima com a imaginação, a literatura de testemunho foi por muito tempo descartada como possível fonte para os historiadores, e a partir do século XX passa a se perceber uma revisão do uso da literatura e do teor testemunhal, onde esse, segundo Seligmann-Silva, é reconhecido

como “indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real” (SELIGMANN-SILVA, 2008: 71).

Vozes de Tchernóbil, da escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Aleksiévitch foi Publicado em russo pela primeira vez em 1997, e levou 10 anos para ser escrito, foi lançado no Brasil em 2016 com tradução de Sonia Branco, e faz parte do que Alekisévitch chama de enciclopédia do “homem vermelho” ou “utopia vermelha”, remetendo a análise do homem e socialismo soviético. Nele, encontramos testemunhos diretos e indiretos, onde Aleksiévitch apresenta algumas narrativas pessoais de “pessoas comuns”, tais quais, soldados, cientistas e trabalhadores afetados e que sobreviveram ao acidente nuclear de Chernobyl, muitos deles, ainda residentes de zonas contaminadas. Nessas entrevistas encontramos uma sociedade traumatizada, vivendo as consequências de uma experiência que mudou completamente seu cotidiano, são pessoas marcadas pela falta de confiança em seus líderes e que temem sua própria moradia.

Ainda encontramos nos relatos, diversos pontos sobre o acidente e a sociedade/cultura soviética num geral, relatos de mulheres que perderam seus maridos para a radiação, liquidadores, bombeiros e cientistas que sobrevivem com sequelas e traumas buscando respostas sobre a competência de seus superiores. Pessoas que perderam suas casas e que viram, em pouco tempo, grande parte dos cidadãos bielorrussos morrerem ou entrarem em estado grave por doenças relacionadas à radiação. Percebemos também, ao longo dos relatos, nas narrativas escolhidas pela autora, a questão da falta de comunicação do Estado com grande parcela da sociedade, “poupando-os” dos detalhes verdadeiros sobre o que viria significar o acidente e a exposição à radiação.

A autora reconhece pontos importantes apontados no presente trabalho, levando em consideração as questões envolvendo as possibilidades e limites das fontes orais e testemunhos, é possível perceber a preocupação de Aleksiévitch em não apresentar os testemunhos como totalidade do acontecimento, ela demonstra uma consciência de que aquele que relata, cria, acrescentando aos fatos informações a partir de sua imaginação, e entende que essas narrativas e sentimentos apresentados podem se modificar conforme o tempo. Em um trecho do livro a autora reconhece: “Evidentemente, a pessoa fala a partir do seu tempo: ela não pode falar de outro lugar! Mas é difícil penetrar a alma humana, ela está atulhada de superstições, parcialidades e mentiras da sua época. Insuflada pela televisão e pelos jornais.”.

Considerando as questões apresentadas sobre as possibilidades e limites acerca da literatura e testemunho na historiografia, quando propomos pensa-las para o Ensino de História, deveremos analisar as especificidades do campo e da sala de aula, e como se dá esse

trabalho da utilização dessas novas abordagens e fontes. Há, dentro da disciplina escolar uma constante preocupação dos docentes em buscarem diferentes estratégias e abordagens que possibilitem a aprendizagem histórica. Para realizar tal escolha, os professores e professoras devem levar em consideração algumas especificidades da história ensinada, tal qual a presença dos diversos agentes que a engloba, como o professor, os alunos, a instituição e os materiais didáticos selecionados, esses, inseridos dentro de um contexto curricular específico. Portanto, cada sala de aula pode demandar diferentes sentidos e formas de conhecimento, e essa construção de conhecimento não está apenas ligada ao saber docente, é feita a partir do diálogo entre esses agentes.

Entendendo que a maior utilização dos testemunhos está atrelada ao contexto pós eventos-traumáticos do século XX, é importante refletir o papel do ensino nesse cenário, a Doutora em Educação, Maine Liana Hatschbach Ourique e a Mestra em Educação, Eliana Regina Fritzen Pedroso, nos atentam:

> Considerando que a educação tem uma tarefa que vai além da instrução ou do repasse dos conhecimentos acumulados, atingindo o campo da formação humana, seu compromisso em tratar as barbáries vividas pelo homem é imanente. A compreensão desses fatos exige muito mais do que um mapeamento histórico de suas causas e consequências, envolve também um olhar reconstrutivo e crítico sobre os valores e formas de vida da sociedade (OURIQUE; PEDROSO, 2016: 206);

A historiadora Kelen Staehler Indicatti defende em sua dissertação que o uso do testemunho em sala apresenta uma alteração metodológica no ensino de história trazendo uma renovação na escolha de fontes que fazem parte do processo de aprendizado da história. Indicatti aponta que a narração de testemunha aproxima os alunos da história, entendendo que essas narrativas são apresentadas por uma sensibilidade do olhar, gerando uma "aprendizagem significativa" e empatia por parte dos alunos (INDICATTI, 2018: 47). Segundo Ourique e Pedroso, testemunhos como o de Anne Frank e Primo levi, além de mobilizarem sensibilidade ou compaixão, "sinalizam a responsabilidade que se tem sobre a historicidade e sobre a trajetória humana" As autoras também apontam como o ensino testemunhal também permite uma transdisciplinaridade, entendendo que o testemunho carrega aspectos históricos, culturais, estéticos e linguísticos (OURIQUE; PEDROSO, 2016: 207-208).

Contudo, entendendo que a seleção do livro *Vozes Tchernóbil* como possibilidade de fonte no ensino de história proposto aqui se trata de uma literatura de testemunho, faz-se necessário também trabalharmos a respeito da contribuição da literatura e ficção para ensino

de história. A literatura como fonte é para o historiador o acesso ao imaginário, dando-lhe imagens sensíveis do mundo, e segundo a historiadora Janaína dos Santos Correia:

> O texto literário, tratado como fonte histórica, requer que se façam os questionamentos necessários tais como: Quem é o autor? Qual o seu público? A quem se destina a obra? Em que momento histórico foi criado? Qual a importância desta obra nos dias atuais? Perguntas essenciais para se iniciar um trabalho interdisciplinar envolvendo a Literatura no ensino de História. (CORREIA, 2012: 192-193)

Nesse sentido, a literatura se torna fonte a partir da possibilidade de ser questionada, como os demais documentos históricos. Portanto, história e literatura, segundo Correia, possibilitam um espaço privilegiado no processo pedagógico de ensino de história (CORREIA, 2012: 193). O texto literário deve ser utilizado no processo de aprendizagem a partir do contato com outras informações históricas possibilitando assim, a partir da relação dentre diferentes informações, fazer com que os alunos percebam as mudanças e continuidades da sociedade. A literatura usada como proposição didática complexifica a análise histórica, possibilitando novas formas de abordagens e ampliando as visões de mundo.

Contudo, o historiador não deve utilizar da literatura e dos testemunhos como um "culto a memória", ou apresentar o documento como prova do que aconteceu, além disso, não devem ser aplicado de forma acrítica, mas como forma de mostrar a complexidade do conhecimento histórico e segundo Indicatti, de questionar, problematizar e provocar debates acerca dos sujeitos silenciados (INDICATTI, 2018: 46), podendo trazer reflexões sobre possíveis relações de determinado contexto com o tempo presente dos discentes.

IV – Considerações finais

Buscamos nesse artigo traçar um paralelo das renovações historiográficas do século XX com a ampliação das fontes e objetos da historiografia, sobretudo na mudança epistemológica da história oral e do testemunho a partir da perspectiva da História do Tempo Presente, acompanhadas das demandas impostas pelos "novos sujeitos" no cenário político e cultural. Apresentamos, portanto, especificidades e contribuições do gênero testemunhal e da história oral e os debates historiográficos para pensar como a possibilidade de abordagens na historiografia a partir dessas fontes, permitiu um certo rompimento com uma história que por muito tempo apenas validou o uso do documento escrito como fonte legítima da história e a partir dessa privilegiava uma história oficial, a história dos grandes personagens e dos grandes feitos.

Trazer *Vozes de Tchernóbil* não só nos permite pensar uma história que faz uso dessas novas abordagens, refletindo sobre seus limites e possibilidades e o papel do historiador nesse cenário, mas também possibilita uma complexificação do debate sobre o determinado evento histórico, buscando trazer as experiências de "pessoas comuns", amplificando as visões sobre o passado e potencializando as vivências desses grupos que por muito tempo foram excluídos da historiografia.

Referências

ALBERTI, Verena. "Fontes orais: Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

ARAUJO, Maria Paula. "Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral." In: MAIA, Andréa Casa Nova; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Outras Histórias. Ensaios em História Oral*. Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.

AVELAR, A. S..História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. *Maracanan,* v. VIII, p. 29-57, 2012.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória. Arquitetura, monumento, mídia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2000.

INDICATTI, Kelen Katlen Staehler. *O Testemunho no ensino de história: a lembrança, o esquecimento e o sensível.* Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

OURIQUE, M. L. H., & PEDROSO, E. R. F. (2016). A docência e seus saberes: o valor do testemunho para o ensino. *Educação*, *39*(2), 202-210. https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.2.19980.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In. COSTA, Cléria Botelho da e MACHADO, Maria Clara Tomaz. (orgs.) *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia-MG: EDUF, 2006. p.11 a 28.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, no 3, 1989.

SALGUEIRO, W. C. F. "O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap)". *Matraga* (Rio de Janeiro), v. 19, p. 284-303, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, no. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da PUC – Rio, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. "O testemunho: entre a ficção e o real". In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.*). História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes.* Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. *In:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral* – 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 33-42

Fontes

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. (1997). *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear.* Trad. do russo, Sonia Branco. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Letras. 2016.

"*Pros moleque da quebrada, um futuro mais ameno*": um breve debate sobre juventudes, identidades e possíveis dilemas da pesquisa em História com adolescentes privados de liberdade

Elisa Defelippe
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

Identidade, estigma e a juventude encarcerada

Existem, no Brasil, aproximadamente 210 milhões de pessoas, sendo ¼ delas jovens, o que torna a pesquisa com os jovens brasileiros muito importante. No campo do ensino de História, muitos deles são alunos. Todavia, entre todos esses jovens, existe uma pequena parcela, aproximadamente 25 mil, cumprindo medidas socioeducativas, sendo 72% deles cumprindo a medida de internação (BRASIL, 2019, p. 13). Esta comunicação marca o início da minha pesquisa sobre as juventudes brasileiras, privadas de liberdade ou não. Ele está, portanto, longe de esgotar as análises sobre esse tema tão complexo, mas apostou no desafio de refletir sobre o conceito de *identidades* diante desse recorte peculiar à pesquisa histórica.

Ser jovem e estar privado de liberdade é condição suficiente para marcar uma vida, criar identidades e estigmas nos indivíduos que frequentam o sistema socioeducativo brasileiro. Contudo, quem são esses adolescentes? Existe uma identidade comum? É possível traçar um perfil? Como devemos denominá-los: *menor infrator*? Como os paradigmas normativos – Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude – os definem? Tal definição dá conta de entender todas as possibilidades de ser um adolescente privado de liberdade?

Partindo do pressuposto de que as identidades são produzidas nas relações sociais, é preciso historicizar a identidade formada sobre esses jovens privados de liberdade. Em um primeiro momento, foi feito um breve levantamento bibliográfico a partir de autores que pensam o conceito de identidade, diferença e estigma (HALL, 1998; BAUMAN, 2000; GOFFMAN, 2004 e SILVA, 2014).

Em um segundo momento, as relações entre o Estado brasileiro e os adolescentes serão postas em perspectiva a partir dos usos da palavra *menor*. Um breve panorama normativo foi feito, com o objetivo de tencionar a histórica dicotomia estabelecida entre os *menores* (infratores) e os *adolescentes*. Até que ponto palavras reforçam identidades estigmatizadas? Quais são os limites das leis que tutelam a infância no Brasil? Aqui, refletiremos sobre a importância dos avanços iniciados pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente (1990), sobre a força dos discursos e a persistente estigmatização da infância pobre brasileira.

Na terceira e última parte do artigo, será feita uma breve análise sobre os jovens do Rio de Janeiro que se encontram em situação de privação de liberdade por cumprir medida socioeducativa de internação. A realidade daqueles que estão inseridos no sistema socioeducativo será apresentada a partir de pesquisas recentes sobre essa juventude talvez desconhecida por muitos, mas, certamente, mal interpretada. A partir de toda discussão anterior, um perfil desses adolescentes foi traçado, mesmo sabendo que a experiência da privação de liberdade, na juventude, seja única.

Nossa discussão parte da ideia de que, na atualidade, não é pertinente pensar que os seres humanos possuem uma única forma de ser e estar (e por que não se identificar) no mundo, tal qual ocorria em outros tempos. No contexto da modernidade tardia ou pós-modernidade, os seres humanos passaram por um processo de *descentração*, tornando suas identidades múltiplas. Somos, portanto, seres múltiplos e fragmentados em "diferentes paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecidos sólidas localizações como indivíduos sociais" (HALL, 1998, p. 9). Ser, portanto, é performar esse caleidoscópio de fragmentos cuja mistura está longe de ser homogênea, posto que, "dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas" (idem, p. 13).

Há movimento, nesse sentido. Corroborando com a ideia, mas pesando um pouco mais nas cores, Bauman (2005) afirma que as identidades da pós-modernidade são frágeis e fluidas, portanto eternamente provisórias, pois podem mudar com o tempo. Para ele, a globalização trouxe intensa fluidez na formação das identidades diferentemente de como ocorria nos tempos de formação dos Estados Modernos, onde existia pouco espaço de manobras para que os sujeitos se entendessem em dissonância daquilo que o Estado determinou para cada um ser. Se, no passado, o Estado tinha este papel fundamental, o de moldar a maneira como os indivíduos se identificavam, hoje, com a globalização, tal processo tornou-se fluído e fragmentado em muitas possibilidades construídas ao longo da vida e das experiências de cada um.

Para o autor, erra, no entanto, quem acredita que esse processo de fragmentação das identidades possa ser entendido como uma espécie de quebra-cabeças, no sentido de que, se tais diferentes peças (identidades) forem unidas e organizadas, o indivíduo será compreendido como um todo. Primeiro porque, ao montarmos um quebra-cabeças, temos uma imagem final

a ser seguida, enquanto, com as identidades, isso não acontece, já que elas podem ser modificadas de acordo com as interações sociais. É como se novas peças pudessem ser acrescentadas, sempre, já que é o processo, a experiência, que vão dando forma ao quebra-cabeças e garantido as identidades múltiplas. Segundo porque, para Bauman, do ponto de vista metodológico, só é possível pensar nas identidades como um quebra-cabeças incompleto cujo montador jamais terá consciência das peças que faltam já que essa fluidez e mudanças acontecem com o decorrer do tempo. (2005, p. 54 e 55). Penso que, se é para haver uma metáfora, a de um lego seria mais apropriada.

A ideia de incompletude, fluidez e de negação do determinismo no processo de identificação encontra, porém, alguns pontos de tensão que merecem um olhar mais cuidadoso. Afinal, em um sistema capitalista, a desigualdade é um pressuposto de organização social. Por isso, acreditar que todos possuem a possibilidade de mudar de identidades ao longo da vida é sustentar a argumentação em um engodo liberal, ou, no mínimo, analisar superficialmente a realidade de muitas pessoas.

Vejamos, por exemplo, a questão dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas por serem acusados de cometer um ato infracional[1]. Essas pessoas passam a ser consideradas, por muitos, como *infratores* ou *delinquentes*. Quais outras tantas identidades, outras tantas peças dos seus quebra-cabeças (ou dos seus legos), são-lhes negadas quando passam a ser encaradas dessa forma? Afinal,

> [...] mesmo diante de uma pessoa sobre quem foi comprovada autoria de infração, não é ético impor uma identidade de infrator. **Ninguém é infrator em tempo integral,** havendo a necessidade de uma compreensão abrangente dos condicionantes e do contexto, e o reconhecimento de que, como em qualquer outra trajetória individual, há uma diferenciação de papéis e posicionamentos que se expressam de acordo com a intencionalidades pessoais diferenciadas e com os ambientes diversos em momentos distintos do curso da vida. (OLIVEIRA; VALENTE, 2017, p. 40, grifo nosso)

Assim, por vivermos em uma sociedade marcadamente desigual, preconceituosa e violenta, a fluidez das identidades não é uma prerrogativa de todos os indivíduos. Para alguns,

[1]A infração cometida por um adolescente recebe o nome de *ato infracional* e pode juridicamente ser entendido como "a conduta descrita como crime ou contravenção penal" (ECA, artigo 103) praticada por pessoas com idades compreendidas entre 12 e 18 anos incompletos. Ainda segundo o Estatuto, tais pessoas são penalmente inimputáveis (ECA, artigo 104). Assim, o adolescente não comete um *crime* e a ele não incide responsabilidade penal. Isso não significa dizer que não exista responsabilização jurídica, pessoal e social, tanto que existem diferentes possibilidades de medidas socioeducativas: orientação e apoio sócio familiar; apoio socioeducativo em meio aberto; colocação familiar; acolhimento institucional; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; e internação (ECA, artigo 90). Cabe apontar que esses parâmetros estão presentes na legislação, mas que, em muitos aspectos do cumprimento da medida socioeducativa, existe sim um caráter punitivo e penal.

deixar de ser visto de determinada forma – como infratores, por exemplo – é muito mais difícil. Bauman ressalta que a

> [...] identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* - identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005, p. 44, grifos do autor)

Na lógica de reprodução de desigualdades própria do mundo capitalista, a descentração das identidades também é um aspecto que reproduz hierarquizações sociais. Bauman denomina "subclasse" o grupo de pessoas que não estão incluídas no escopo da transitoriedade identitária. O problema dessa análise reside em tratar os indivíduos pertencentes às "subclasses" como exceção de um mundo líquido, quando se é sabido que o que estrutura o neoliberalismo é, justamente, o desequilíbrio. Reconheço, no entanto, que uma parcela de jovens brasileiros, aqueles privados de liberdade, encontram-se nessa categoria, e pesquisá-los é uma escolha ética em reconhecê-los enquanto sujeitos históricos. Prefiro, por outro lado, a análise de Goffman (2004), classificando os sujeitos que, ao receber determinada identidade, não podem abrir mão dela, pois, aos olhos do outro, serão reduzidos a um único aspecto, o de estigmatizados. No caso aqui citado, por exemplo, a identidade de infrator é, também, um estigma, uma *identidade deteriorada*, como define o autor.

Para Goffman, durante a interação social, os indivíduos estão constantemente fazendo julgamentos e afirmando o que o outro deve ou não deve ser, criando o que ele chama de "identidade social virtual". Já "identidade social real" é formada pelos atributos que os indivíduos efetivamente possuem ou acreditam possuir. Para ele, estigmatizar alguém acontece quando

> [...] deixamos de considerá-lo uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2004, p. 8).

A existência de estigmas contrapõe a ideia um tanto quanto romântica de que, em um mundo líquido como o atual, todas as identidades são fluidas, tal qual Bauman incessantemente afirma. Os sujeitos estigmatizados, a "subclasse", encontram, aos olhos de muitos, rigidez em suas identidades deterioradas.

Outro aspecto fundamental sobre as dimensões da identidade é que elas se forjam a partir da diferença: só existe quem pertença a um grupo porque existem vários outros que não pertencem, ou seja, que não se identificam com tal grupo (SILVA, 2018 e WOODWARD, 2018). Um policial que, ao abordar um adolescente em "atitude suspeita"[2], identifica-o como um "menor infrator", de maneira velada, também está dizendo que tal adolescente não é, por exemplo, um bom aluno, um bom cidadão (ainda que em desenvolvimento) ou um trabalhador. Ele é um "menor infrator" porque existe quem não o seja. "Identidade e diferença são, pois, inseparáveis." (SILVA, 2018, p. 75)

Ainda que breve, esse primeiro movimento de reflexão tem como objetivo apontar que os processos de identificação (como se elaboram os preenchimentos) são sempre relacionais – como eu me vejo, como eu e os meus nos vemos e como os outros me veem e veem os meus. São também carregados de disputas, reproduzem hierarquizações, podem mudar ao longo da vida, mas não para todos. Concordamos com Silva quando, concisamente, afirma

> [...] identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tão pouco é homogênea, definitiva, acabada, idênticas, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, consistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relação de poder (SILVA, 2018, p. 97)

Essa discussão inicial nos foi fundamental para dar consistência à pesquisa que está sendo desenvolvida. É preciso expor os dilemas da identificação social para darmos conta de que, enquanto pesquisadores (as) do ensino de História, partimos do pressuposto de que, no Brasil, é impossível categorizar a identidade jovem sem problematizar que existem muitas maneiras de vivenciar as juventudes. Faz-se necessária a historicização dessa questão, tal qual faremos adiante.

[2] Este termo é bem comum à categoria, termo esse que reproduz a lógica racista e preconceituosa das nossas instituições, mas que não cabe, aqui, ampliar a discussão.

Os "*menores*" e os adolescentes: quem é quem nas disputas históricas do direito à infância no Brasil

Para dar continuidade às nossas reflexões, é preciso entender que, no Brasil (e na América Latina), coexistem duas concepções de direitos da infância e adolescência: a doutrina da "situação irregular" (DSI) e a doutrina da "proteção integral" (DPI). De maneira bastante objetiva, elas diferem, pois a primeira delas é excludente e por isso irregular, já que não acredita que todas as crianças e todos os adolescentes são possuidores de direitos. Já a segunda, também conhecida como "garantista", prega o princípio da isonomia, isto é, igualdade jurídica.

A doutrina da "situação irregular" é também conhecida como "menorista", visto que se baseia no *Código de Menores*, um documento de 1927, no qual se pregava que aqueles não considerados adultos deveriam ser classificados em dois grupos: o dos *menores*, abrangendo os carentes, abandonados, delinquentes e objetos de intervenção do Estado, e o das *crianças*, aquelas de famílias abastadas. Segundo o documento, o "menor" era considerado um problema social, o que, concordamos com Julião e Oliveira, "contribuiu fortemente para a estigmatização da infância pobre no Brasil" (2017, p. 56). Mais adiante aprofundaremos os usos desse termo, *menor*.

Ainda sobre a DSI, Gomes reflete que ela "é a expressão jurídica do modelo latino-americano de apartação social, modelo este que, ao longo de nossa evolução histórica, acabou gerando duas infâncias: (i) a infância escola-família-comunidade e (ii) a infância trabalho-rua-delito" (COSTA, 2006a, p. 19). Para o autor, portanto, existem, ao menos, dois caminhos dicotômicos para viver a infância no Brasil. Em uma delas, o trabalho infantil, a vida distante da família e o delito são realidades comuns e, até mesmo, esperadas. Sendo assim, quais futuros guardamos para as crianças que vivenciam um cenário assim?

A doutrina da "situação irregular" começou a ser juridicamente enfrentada no final dos anos 80 e o início dos anos 90, período da história brasileira marcado pelo avanço das ideias democráticas. O fim da ditadura civil militar (1964-85), a redemocratização da sociedade e a participação de movimentos sociais nos rumos do país, juntamente a uma série de conferências internacionais lideradas pela ONU colocaram a infância e a juventude como prioridade na luta por um mundo mais igualitário (COSTA, 2006, p. 16). Assim, fatores internos e externos formaram o contexto histórico para a mudança, ao menos na lei, das políticas de infância no Brasil. A Constituição Federal de 1988 (CF-1988) e o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)[3], criados a partir da lógica garantista de direitos, formaram dois aparatos jurídicos que apontam para um novo marco legal, conceitual e ético para a assistência dos adolescentes no país.

O ECA aponta que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros são possuidores de direitos e devem ser tratados como prioridade. Tais direitos independem das condições socioeconômicas, argumentação radicalmente diferente da que constava na legislação anterior.

"Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento" (Idem). É possível perceber que houve avanço, pois crianças e adolescentes passam a ser observados como um grupo social prioritário e de cidadãos, mas em uma condição especial, a de desenvolvimento. Essa situação peculiar, estar "em desenvolvimento", é fundamental para entender como se dará a relação do Estado com aqueles que cometem delitos, isto é, infringem alguma lei. No mínimo não poderão ser tratados como adultos.

Os avanços trazidos por essa nova legislação são, portanto, inegáveis, já que houve sim uma mudança de "paradigma". É preciso ponderar, no entanto, que tais mudanças não foram garantidoras da extinção de práticas "irregulares" e representam muitos paradoxos (Gomes, 2016) já que coexistem, em muitos aspectos, na nossa sociedade, inclusive por parte de gestores públicos, condutas na contramão da doutrina de "proteção integral". Essa contradição, uma legislação progressista baseada na DPI e a manutenção de práticas da DSI, gera enorme frustração para os profissionais e pesquisadores progressistas – grupo no qual me incluo – que lidam com o cotidiano de adolescentes e jovens marginalizados, como aqueles privados de liberdade, tal qual analisamos aqui.

Um exemplo de tal paradoxo é o uso cotidiano do termo "*menor".* Como já foi dito, o antigo Código dos Menores (1927) classificava as pessoas com menos de 18 anos em dois grupos, estigmatizando aqueles considerado "problemas". Eram, pois, *menores* e não *crianças*.

Segundo Silva, "as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamento simétricos. Dividir e classificar significa neste caso também hierarquizar". (2018, p. 82) O processo de hierarquizar pessoas, ou seja, organizá-las como pertencentes ou

[3] A última atualização do ECA é de outubro de 2017, mas as citações neste artigo serão baseadas no ano de sua publicação original, 1990. A fim de tornar a leitura mais dinâmica, as informações citadas diretamente do ECA serão referenciadas apenas com o número do artigo, ao lado.

não a determinados grupos e, por isso, detentoras ou não de privilégios é característico da condição humana. Ser identificado em um grupo é também deixar de pertencer a tantos outros. Desse modo, o indivíduo considerado (e tratado) como um *menor* é o indivíduo que não é ou não era uma criança. Caso seja identificado como sendo uma criança, automaticamente não é ou não era um *menor*. Todavia, no Brasil, a legislação corroborou, por muitos anos, com a estigmatização da infância pobre, inibindo a ampliação de direitos, o que nos leva a perceber as limitações de um país que se diz democrático.

Concordamos com Silva que a identidade e a diferença são frutos da linguagem. O autor elucida a força histórica da repetição de certas palavras que estigmatizam. Quem convive com adolescentes internados sabe que, tanto agentes socioeducativos, quanto os próprios adolescentes fazem uso dessa palavra, com maior ou menor consciência, para identificar quem está ali a cumprir medidas socioeducativas. Apego-me à literatura (sempre um bom recurso) para conferir nuances mais sensíveis a esses usos quando o ator Lázaro Ramos, em seu livro *Na Minha Pele*, diz que

> [...] quem é negro como eu sabe que a cor é motivo de discriminação diária, sim. Um bom exemplo é blitz de ônibus. Em determinada época, elas eram bastante frequentes em Salvador. O curioso é que só descia negão dos ônibus. O cara branco era chamado de cidadão e eu virava menininho, garoto, moleque. Ou vocês nunca repararam na cor da pele de quem é "menor" e de quem é "criança" nos textos da Imprensa, no vocabulário popular ou mesmo em pronunciamento de autoridades? (RAMOS, 2019, p. 49)

Lázaro Ramos é um ator negro que denuncia, de maneira bastante didática, o tom segregador presente na palavra *menor* por parte de autoridades e da imprensa. É possível perceber que, na legislação, todas as crianças e adolescentes devem ser tratados da mesma maneira. No entanto, a lei exigir isonomia não é suficiente para garantir que seja extinta a distinção entre crianças pobres e negras (os *menores*) daqueles que já nasceram com os direitos garantidos (as crianças). O trecho autobiográfico citado serve para ilustrar o argumento de que a concepção menorista ainda existe no cotidiano das principais cidades brasileiras, inclusive a partir de agentes do Estado, como a polícia e os agentes socioeducativos, reforçando estigmas.

Aprofundando ainda mais a questão, Kilomba afirma que

> [...] a língua. por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define um lugar de identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode

> representar a *verdadeira condição humana*. (KILOMBA, 2019, p. 14, grifo da autora)

Esse trecho foi retirado do prefácio à edição brasileira do livro *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano* (2019). A autora faz vários apontamentos sobre o racismo, o machismo e o colonialismo presentes em palavras da língua portuguesa, a fim de que a força de suas posições políticas não se perca por conta da tradução. Kilomba chama atenção para a violência da repetição de certas palavras. Elas representam estigmas enraizados em nossa sociedade racista e preconceituosa. Não existe inocência nas reivindicações identitárias. Não devemos separar discurso – o uso da palavra *menor* – e ações – o tratamento dado aos *menores* – quando estudamos a formação das identidades dos jovens brasileiros. A repetição da palavra não deve ser considerada atitude mais amena do que as ações decorrentes do seu uso. Falar (para ou sobre) os jovens, assim como tratar os jovens de formas distintas, além de ilegal, do ponto de vista instituições sociais, é uma forma de violência e de perpetuação de desigualdades sociais.

Ainda que seja a partir de uma reflexão pouco elaborada, isto é, do senso comum, existe quem defenda que a palavra *menor* é uma maneira abreviada de se referir aos menores de idade – aqueles que não completaram 18 anos. Esse argumento não está de todo errado, afinal, de acordo com o artigo segundo do ECA, "adolescente é o sujeito entre doze e dezoito anos de idade". De fato, todo adolescente é menor de idade, mas nem todo adolescente é tratado como *menor.*

Se, na lei, todos deveriam ser tratados da mesma forma, na realidade sabemos que existe uma distância considerável entre as crianças, os jovens, os adolescentes e os *menores*. Não se trata de proibir o uso de determinada palavra, mas entender que as palavras reproduzem identidades (e até mesmo estigmas) e que, por trás do uso coloquial da linguagem, existe o peso histórico de um paradigma que precisa ser superado nos costumes, já que já foi superado na lei.

Traçar este breve histórico tem como objetivo colocar em perspectiva histórica as mudanças (e permanências) da relação entre o Estado brasileiro e uma significativa parcela da sua população, os jovens. Através dele, é possível perceber que, apesar da triste realidade do tempo presente ainda ser de muitas violações da dignidade humana, a nossa legislação representou um significativo avanço. Sim, os ventos democratizantes que trouxeram uma nova concepção garantista de direitos da infância e juventude não foram sentidos por todos. E pior, eles encontram-se constantemente ameaçados pela onda conservadora que assola o país e parte significativa do mundo. É preciso estar atento e forte, como diria a canção, para

estarmos, enquanto pesquisadores (as) da juventude, posicionados no lado progressista da luta, porque ela não acabou.

Quem é o menor cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade?

Tendo como base as pesquisas mais recentes feitas com dados do Degase, nesta última parte do artigo, traçaremos um breve perfil – idade, escolarização, cor e ato infracional que responde – dos adolescentes e jovens privados de liberdade da cidade do Rio de Janeiro.

Adolescentes a partir dos 12 anos até jovens de até 21 anos podem cumprir medidas socioeducativas no Brasil. Isso acontece, pois, de acordo com o ECA, no processo, o que importa é a idade à época que o ato infracional supostamente aconteceu (ECA, artigo 104). Como o maior tempo de medida de internação é de 3 anos (ECA, artigo 121), aquele que cometer infração um pouco antes de completar a maioridade e tiver que cumprir o tempo máximo de medida poderá estar no sistema socioeducativo até 21 anos, quando sua medida será automaticamente extinta. No entanto, a maior parte da população do sistema socioeducativo possui mais de 16 anos (BRASIL, 2019, p. 40), ou seja, de acordo com os parâmetros legais, são tanto adolescentes quanto jovens, por isso utilizaremos tais termos, aqui, como sinônimos[4], ainda que outras questões mereçam ser aqui analisadas no tocante a como nomear aqueles que cumprem medidas socioeducativas, hoje, chamados de *adolescentes em conflito com a lei.*

Apesar de representar um significativo avanço – já que foi abolido o termo *menor infrator* -, preferimos a expressão *adolescente acusado de cometer atos infracionais*. Consideramos que, é mais justa e elucidaremos o porquê a partir de três pontos. Primeiro porque antes de infringir a lei, muitos desses adolescentes já não a tiveram a seu favor, isto é, os direitos sociais prometidos na Constituição lhes foram negados. O Estado está em conflito – entendendo conflito como negligência – com adolescentes pobres, no Brasil, há anos. Segundo porque o adolescente em questão é acusado de cometer um delito, o que não significa que tenha efetivamente o cometido, já que sabemos o quão racista e perversa pode ser a sociedade brasileira e os responsáveis pela apreensão dos adolescentes. Terceiro porque ninguém é infrator de maneira permanente, ou seja, infringir a lei é uma prática que pode ser interrompida, deixar de ser feita. Definir um adolescente como um (menor) infrator ou como um adolescente em conflito com a lei retira o caráter provisório da identidade, tal qual é

[4] Utilizando critérios puramente etários, quem tem entre 12 e 18 anos é considerado adolescente para o ECA. Já para o Estatuto da Juventude (Lei n°. 12.852), quem tem entre 15 e 29 anos é jovem. Assim, os indivíduos com 15, 16, 17 e 18 anos são, concomitantemente, aos olhos dos marcos legais, jovens e adolescentes.

cometer um delito. É resumir as múltiplas formas possíveis desse jovem se relacionar com o mundo a apenas uma: ser delinquente[5].

E o ser delinquente é um indivíduo perigoso e violento. Contudo, as pesquisas mais recentes afirmam que o tráfico e o roubo disparam como os atos infracionais motivadores das medidas de privação de liberdade, tanto no Brasil, quanto na cidade e no estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2019, p. 51, MPRJ, UFF, 2019, p. 73; Degase, UFF, 2018, p. 46). Tais atos infracionais são análogos a crimes contra a propriedade, e não contra a vida (homicídio e lesão corporal) ou contra a dignidade sexual (estupro). Esse dado é fundamental para que muitos preconceitos, principalmente os que são alimentados pelo suposto perigo desses jovens estarem nas ruas, sejam repensados. Será que a melhor solução para diminuir o tráfico e o roubo seja mesmo "encarcerar" a população jovem?

Os atos infracionais da juventude envolvida com a criminalidade representam uma manifestação social da violência. Tal juventude pratica violência, mas também pode sofrer com ela. São, portanto, ao mesmo tempo: vulneráveis, vítimas e agentes da violência.

É necessário refletir com cautela sobre o caldo social a que pertencem esses jovens. Se focarmos apenas no ato infracional – tal como muitas vezes fazem os juízes, o poder público e a grande mídia –, a questão pode se resumir a aumentar as medidas de privação e restrição de liberdade. É preciso olhar também para as vulnerabilidades social e política refletidas na ausência de direitos desses jovens.

> O drama da juventude perdida possui duas faces. De um lado a perda de vidas humanas e do outro lado a falta de oportunidades educacionais e laborais que condenam os jovens a uma vida de restrição material e de anomia social, que termina por impulsionar a criminalidade violenta. Enquanto isso, a sociedade, que segue marcada pelo temor e pela ânsia de vingança, parece clamar cada vez mais pela diminuição da idade de imputabilidade penal, pela truculência policial e pelo encarceramento em massa, que apenas dinamizam a criminalidade violenta, a um alto custo orçamentário, econômico e social. (JULIÃO, 2019, p. 60)

Outro critério muito importante para entender o perfil dos adolescentes internados é a questão da cor da pele. O Brasil é um país extremamente racista, cuja população negra, formada por pretos e pardos, é maioria na sociedade. Especificamente dentre os jovens, a população negra é de 56,2%,. No sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, os jovens negros formam a esmagadora maioria (76,2%) daqueles que estão internados (VERGILIO; JESUS,

[5] Aquele que comete um delito ou que é acusado de cometer um delito passa a ter sua identidade deteriorada e sobre ele recai um julgamento moral. Seus atos infracionais (ou criminosos) são encarados como sendo ele próprio. Esse processo é denominado *sujeição criminal* (MISSE, 2007).

2019, p. 122). Tais dados nos apontam para uma constatação óbvia: a juventude negra não só é mais assassinada[6] como também mais "encarcerada".

Por fim, mas não menos importante, os dados sobre a escolarização desses adolescentes revelam que quase ¾ dos rapazes que cumprem medida de internação, no Rio de Janeiro, não estudam, mesmo estando em idade escolar, já que aproximadamente 26% dos jovens internados estudam, 61% não estudam e 12% estão matriculados, mas não frequentavam a escola (DEGASE; UFF, 2018, p. 35).

Menciona-se ainda que apenas 4% dos jovens internados em nosso estado têm de 12 a 14 anos. A maior parte tem mais de 15 anos (DEGASE; UFF, 2018, p. 20) e, por essa idade, já deveriam estar cursando o ensino médio. No entanto, cerca de 85% estavam no ensino fundamental e apenas 14% cursavam o ensino médio (Idem, p. 23), mostrando altas taxas de distorção série/idade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar que diversas pesquisas apontam para relações entre cumprimento de medidas socioeducativas e evasão escolar.

Diante dos dados alarmantes acima expostos, podemos constatar que a maior parte dos jovens que cumpre medida socioeducativa no Rio de Janeiro está internada, tem mais de 15 anos de idade e foi acusada de cometer atos infracionais análogos ao roubo ou ao tráfico. Eles são, em sua maioria, pretos e pardos, e não frequentam mais a escola. Esses aspectos contribuem para que, desde muito cedo, alguns brasileiros sejam estigmatizados, e apresentem poucas chances de futuros mais amenos[7].

Considerações finais

Definir o que é jovem não é algo simples e o caminho escolhido para destrinchar esse ponto nos é mais caro do que uma resposta objetiva. Não é uma questão puramente cronológica, mas passa por isso. Não é uma transição entre a infância e a vida adulta, mas passa por isso. Definitivamente não é um grupo homogêneo e, por isso, deve sempre ser pensado no plural (as diferentes juventudes brasileiras), mas, de certa forma, passa por uma identidade já que apresenta alguns traços comuns apesar das tantas diferenças. Tanto que foi possível traçar um perfil dos (adolescentes) e jovens privados de liberdade: ter 15 anos de

[6] Segundo o *Mapa da Violência de 2016* desde 1998, quando foi divulgada a sua primeira versão, o principal grupo assassinado no Brasil é o dos jovens, pessoas entre 15 e 29 anos de idade, onde verifica-se aumento considerável do crescimento da letalidade violenta em relação ao restante da população. De 2005 até 2016, os números seguem altíssimos mas houve um ligeiro decréscimo. Nesse período, mais de 218 mil jovens foram assassinados. (WAISELFISZ, 2016, p. 49).

[7] Alusão ao verso "Pros moleques da quebrada um futuro mais ameno", retirado da música "Da ponte pra cá", lançada em 2002 no álbum *Nada como um dia Após o outro Dia*, dos Racionais Mc's.

idade, ser acusado de traficar ou roubar, em maioria negros e não frequentam a escola. Sobretudo, serem tratados, muitas vezes, como *menores.*

Esta condição peculiar – estar em situação de privação de liberdade – pode criar muitos laços comuns entre esses jovens, isto é, identidades, mas ainda sim existem variadas formas de ser jovem no sistema socioeducativo. Ser cristão ou não, cisgênero ou não, pertencente a uma facção ou não, cumprir medida em uma unidade superlotada ou não, receber visitas ou não são informações que podem trazer diferentes experiências de juventudes privadas de liberdade que merecem ser destrinchadas, mas em outra ocasião.

A discussão sobre como denominar os sujeitos privados de liberdade – *adolescentes, jovens, menores, menores infratores, adolescentes em conflito com a lei ou adolescentes acusados de cometer ato infracional* – é importante, pois traz à tona o peso histórico de alguns estigmas, assim como a manutenção de comportamentos que precisam ser repensados. Não é uma simples questão de adotar uma "nova palavra", mas trazer consciência para o uso (e certamente o desuso) das que representam paradoxos que precisam ser superados. Segundo Silva (2014), amparado pelo pensamento da filósofa Judith Butler, as identidades mais estigmatizadas são as binárias, tal qual aqui demonstrei acontecer na dicotomia *menor* x adolescente. Tencionar esse binarismo é uma prática democrática que deve ser metodologicamente afirmada. Produzir reflexões teóricas sobre esse tema, trazê-lo para academia é também uma forma de organização de não se sentir imobilizada diante dos futuros injustos de tantos jovens.

Identificar é hierarquizar. A proposta deste artigo é entender a construção histórica desta hierarquização e refletir sobre a existência de outras identidades possíveis para alguns jovens, para além daquela de infrator.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1990.

_____. Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de juventude – SINAJUVE. Brasília: Congresso Nacional, 2013

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). *Levantamento anual Sinase 2017.*

Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (Degase); UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). *Trajetória de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Degase; UFF, 2018.

GOFFMAN, Ervin. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTP: Rio de Janeiro, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. Texto integral.

JULIÃO, Elionaldo; OLIVEIRA, Vivian de. Sistema de garantia de direitos: questões e perspectivas para uma política socioeducativa. In: ZAMORA, Maria Helena; OLIVEIRA, Maria Cláudia (Org.). *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2017, p. 55-68.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: SENTO-SÉ, João Trajano; PAIVA, Vanilda (orgs.). Jovens em conflito com a lei. Rio de Janeiro: Garamond, p. 191-200, 2007.

MPRJ; UFF. *Perfil dos adolescentes e jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro*: [s.n.], 2019.

OLIVEIRA, Maria Cláudia; VALENTE, Fernanda. Adolescência e responsabilização socioeducativa: aspectos históricos, filosóficos e éticos. In: ZAMORA, Maria Helena; OLIVEIRA, Maria Cláudia (Org.). *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos.* Curitiba: Appris, 2017, p. 35-54.

RAMOS, Lázaro. *Na minha pele*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016. Homicídios por Arma de Fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2016.

Ensino de História e direitos humanos: em foco as representações de alunos do Ensino Médio

Fabrícia Vieira de Araújo
Doutoranda em História Social - PPGHS - UERJ

O presente trabalho objetiva analisar as representações sobre os direitos humanos nas falas de alunos de duas escolas públicas da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, e as relações que esses estudantes estabelecem entre os direitos humanos e os conteúdos curriculares de História. Entende-se que os conteúdos do ensino de História podem evocar a temática dos direitos humanos, a construção histórica de tais direitos se insere de forma mais explícita ou direta em determinados conteúdos que fazem parte da tradição curricular.

Assim, serão apresentadas as análises de grupos focais que foram concretizados no ano de 2018, com alunos de uma turma do 1°, 2° e 3° ano do Ensino Médio, em instituições que aqui chamaremos de Escola 1 e Escola 2[1]. Na Escola 1, 27 estudantes participaram da pesquisa, e na escola 2, o total de 36 discentes. Os grupos focais ocorreram de forma separada, por turma. Os dados coletados em cada grupo foram reunidos de forma a agregar as informações obtidas na Escola 1 e as obtidas na Escola 2. As análises presentes nesse texto foram concretizadas por escola. Como forma de identificar os fragmentos obtidos em cada turma, serão utilizados os códigos (G1), para se referir as respostas obtidas no grupo focal do 1° ano, (G2) no grupo focal do 2° ano e (G3) no grupo focal do 3°ano.

As escolas são da rede estadual de ensino, consideradas instituições tradicionais de Campos, detentoras de um longo histórico: a Escola 1 foi criada ainda em 1895, e a escola 2, no ano de 1922, as duas com nomes distintos do que recebem hoje. Elas apresentam perfis diferentes e atendem a um público diferenciado. As instituições estão localizadas em pontos distintos da cidade. A Escola 2 no Centro do município e a Escola 1 próxima ao Centro, mas ainda em uma área movimentada, de muita circulação de pessoas e significativo comércio. Ambas são de fácil acesso, com grande fluxo de transportes públicos em suas proximidades.

Quanto aos participantes da pesquisa, de forma geral, são jovens que possuem entre 15 a 20 anos de idade – tendo duas exceções na Escola 2, um aluno de 27 e outro de 41 anos – que em sua maioria não trabalha e que não vem de famílias de classe média alta. Na Escola 1 a maioria se considera branco, seguido por um empate entre negros e pardos. Já na Escola 2 os que se consideram negros e pardos foram as respostas mais recorrentes.

[1] O nome das instituições não será divulgado, devido aos acordos estabelecidos com o Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ. Os alunos mencionados ao longo do texto receberão nomes fictícios.

É oportuno mencionar que os direitos humanos são aqui entendidos enquanto direitos históricos, como assevera Bobbio (2004). Direitos que nasceram de modo gradual, não todos de uma só vez, despontaram inicialmente em determinadas conjunturas marcadas pelas lutas em prol de novas liberdades, em combate a velhos poderes. O rol de direitos humanos se altera com as transformações das condições históricas. Conforme Piovesan (2004), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, representa um referencial para se pensar os direitos humanos na contemporaneidade. A Declaração nasceu em contexto posterior às guerras mundiais que ocorreram na primeira metade do século XX, com a tentativa de superar os horrores por elas acarretados. A partir da Declaração, foram criados vários tratados e instrumentos internacionais direcionados a proteção dos direitos humanos, iniciou-se um movimento de internacionalização dos direitos. A DUDH introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pautada não apenas na universalidade desses direitos, mas também na sua indivisibilidade.

Para Piovesan (2004), um dos desafios para a implementação dos direitos humanos na contemporaneidade diz respeito à incorporação do enfoque de gênero, raça, etnia na compreensão de direitos humanos, bem como a criação de políticas particulares destinadas aos grupos vulneráveis, como os migrantes, afrodescendentes, crianças, entre outros. Ao lado das políticas universalistas devem ser adotadas as políticas específicas que evidenciem os sujeitos mais vulneráveis, com o intuito de propiciar o direito à inclusão social. Segundo a autora, “ao lado do direito à igualdade surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade” (PIOVESAN, 2004, p.30), assegurando às categorias vulneráveis um tratamento especial.

De modo semelhante, Boaventura de Souza Santos (2003) compreende que, nos dias atuais, os direitos humanos precisam ser ressignificados à luz de um prisma multicultural, necessitam incluir aspectos ligados à diversidade cultural. Cabe aos direitos humanos promover a articulação entre igualdade e diferença: “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2003, p.458). Assim, faz-se necessária uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza desigualdades.

Nas próximas páginas, em um primeiro momento, serão analisadas as representações sobre os direitos humanos nas falas dos alunos participantes dos grupos focais, e, posteriormente, as relações que eles estabeleceram entre os direitos humanos e os conteúdos curriculares de História.

As representações sobre os direitos humanos nas falas dos alunos

Quando questionados sobre o que entendem acerca dos direitos humanos, os estudantes apresentaram respostas variadas. A análise inicial incidirá sobre as falas dos jovens da Escola 1, e, posteriormente, os da Escola 2. Nesse sentido, Na Escola 1, três alunas em um total de 27 apontaram explicitamente nada entender sobre os direitos humanos, uma disse que já ouviu falar: "já ouvi falar, mas não sei o que é. [...] nunca quis me aprofundar também" (G1). A jovem expressou pouco interesse. Em uma turma de 9 estudantes, um aluno manifestou inicialmente o seu ponto de vista acerca dos direitos humanos e outros estudantes concordaram com sua fala, repetindo posteriormente ideia semelhante a de tal colega. Para o aluno aludido, "a proposta inicial dos direitos humanos é realmente uma proposta boa [...] só que hoje em dia acho que funciona muito mal. [...] eles simplesmente olham para o lado de quem tá completamente errado da história, acabam priorizando essas pessoas de forma ridícula" (G1). Segundo esse jovem, atualmente os defensores dos direitos humanos concedem mais atenção aos criminosos. O discente expõe ainda o seguinte exemplo:

> Um bandido morreu. [...] muitas vezes se a pessoa ela matou o cara sem opção, no caso de vida ou morte, ela vai ter que indenizar a família do bandido, acho isso completamente ridículo, porque quem começou errando foi o bandido. E acaba que hoje em dia isso fica completamente distorcido nas ideias das pessoas (G1).

A partir desse excerto, entende-se que o aluno apresenta uma visão que não condiz com o fato, visto que o ato de legítima defesa não é crime no Brasil e não gera indenizações. É possível perceber, por essa fala, que o estudante não mobiliza um conhecimento sobre os direitos humanos para colocar-se em relação a eles, e sim apresenta um julgamento, a partir de julgamentos de terceiros, sobre o que seriam tais direitos.

O exercício do direito constitucional, interpretado como promotor de injustiça com os outros, aparece na fala de outro jovem, a saber: "é, o preso recebe alguma quantia pra mandar pra família, eu acho que é assim que funciona, e muitas das vezes é maior que a do trabalhador, a quantia. [...] Isso sim é meio injusto com o trabalhador, não que seja errado" (G2). O aluno se refere ao auxílio- reclusão. É comum as pessoas acreditarem que todos os presidiários possuem esse auxílio[2], todavia, isso é uma inverdade.

[2] Conforme informação divulgada no *site* do INSS: "O Auxílio-Reclusão tem o objetivo de assegurar a manutenção e sobrevivência da família do segurado de baixa renda que contribuiu para o INSS durante sua vida laboral e, que assim, gerou o direito de ter sua família amparada em caso de reclusão, conforme assegurado pela legislação previdenciária." Disponível em: <https://www.inss.gov.br/auxilio-reclusao-desmistifique-boatos-e-entenda-quem-realmente-tem-direito/>. Acesso em: 09/04/2019.

Assim, supostas informações, que na verdade enunciam interpretações e posicionamentos sobre os direitos estabelecidos a partir da Constituição de 1988 e de legislação posterior, muitas vezes divulgadas em redes digitais, podem cooperar para que as pessoas construam posições acerca dos direitos humanos, antes mesmo de entender o que seriam esses direitos e sua historicidade. O próprio presidente Bolsonaro, em seu Twitter, associou tal direito à injustiça, apontando que o auxílio-reclusão "ultrapassa o valor do salário mínimo [...] decidimos que avançaremos nesta questão ignorada quando se trata de reforma da previdência e indevidos. Em cima de muitos detalhes vamos desinchando a máquina e fazendo justiça!"[3]

A associação da noção de direitos humanos com a condenação de uso desses direitos por criminosos não é de agora. Ainda na década de 1980 essa ideia já germinava, ela faz parte da trajetória de nossa sociedade relativa aos direitos humanos e das forças políticas que estão em disputa, sendo incorporada no discurso de sujeitos que nem eram nascidos naquele contexto, como os jovens do Ensino Médio.

Quatro estudantes também afirmaram ouvir pessoas falando mal dos direitos humanos, que os direitos humanos defendem bandidos, que é injusto com a sociedade, que é um absurdo. Nesse sentido, é possível constatar que em certos momentos, os jovens confundem os direitos humanos com os militantes, os órgãos ou as organizações que os defendem. Eles ignoram que o que está em defesa é o princípio de que todo indivíduo tem o direito à defesa e deve ser julgado e condenado via processo penal do Estado, e que não prevaleça a justiça feita pelas próprias mãos, com métodos de tortura, por exemplo.

O modo de avaliar os direitos humanos como algo bom e ruim é perceptível nas representações desses alunos, antes de haver uma compreensão do que sejam tais direitos que permita um posicionamento mais embasado: "por um lado é bom e olhando pro outro lado também é ruim" (G2). Para as pessoas inocentes quando acusadas de cometerem algum delito, os direitos humanos então despontam como algo bom, entretanto, quando "defendem criminosos", esses direitos são vistos como negativos por alguns estudantes. Na fala de um jovem: "[...] traficante, esses caras que, bandido assim não merece nenhum direito humano não. [...] mata uma família de um de nós aqui, ninguém ia pedir direitos humanos" (G2). Para esses alunos, os criminosos não merecem usufruir os direitos humanos devido aos atos que cometem. A concretização dos direitos está associada ao comportamento dos indivíduos. Na

[3] Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-critica-valor-do-auxilio-reclusao-e-fala-em-fazer-justica-04012019.>. Acesso em: 17/01/2021.

visão de outro estudante: “se a pessoa mata outra pessoa, como ela quer respeito? Como ela vai ter respeito?” (G2).

É oportuno ressaltar que esses jovens não estão apartados da sociedade que estão inseridos, na verdade, eles expressam ideias dos segmentos dessa sociedade. Como lembra Elias (1994):

> A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo. [...] Rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos lingüísticos a seu dispor. [...] cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade (ELIAS, 1994, p.56, 66, 123).

Uma aluna rebate a opinião dos colegas com o seguinte apontamento: “ele merece respeito, mas a justiça que vai pôr o castigo deles. Eles têm que pagar pelo que eles fizerem, mas tem que respeitar independente do que fez ou não” (G2). Conforme outro discente: “por mais que ele seja criminoso, ele não deixou de ser um humano” (G2). Indo ao encontro desses posicionamentos, uma estudante argumenta que:

> [...] o ato dele pode ser desumano, mas ele realmente não deixa de ser um ser humano, ele não vai virar um mutante, não vai virar um avatar, não vai virar um alienígena, ele continua sendo um ser humano. Como ser humano, querendo ou não, a gente gostando ou não, ele tem o mesmo direito que todo mundo [...]. Ele pode ser o pior criminoso do mundo, sendo que se foi criado os direitos humanos pra defender a causa dele, por mais que no final a sentença seja culpado, ele ainda é um ser humano que merece usufruir dos direitos que foi dado a ele, não por merecimento dele, mas por merecimento nosso, no coletivo, porque quando é dado os direitos humanos, quando foi dado, não foi pensando só no Yuri, foi pensando no Yuri, na Lívia, na Larissa, na Gabriela, no Ruan, em todos, foi no coletivo. Então a gente não pode tirar o direito desse um único individuo, porque todos ganhamos por igual, então todos temos que ter o direito de usufruir por igual (G2).

Nesse sentido, a partir da fala dessa aluna, é possível supor que alguns desses jovens apresentam a percepção da universalidade dos direitos humanos, ou seja, que possuem direitos comuns a todos os indivíduos. Sete estudantes manifestaram explicitamente essa perspectiva da universalidade. Para esses alunos, os direitos humanos são “direitos que um humano pode ter, né? [...] seja bandido, homem, mulher, negro, qualquer coisa” (G1). Ou então: “todos os humanos têm direitos iguais, independente se é mulher, se é homem, tem direito de ter um emprego, ter sua própria família, constituir uma família que achar melhor” (G1).

Uma estudante aponta ter lido na rede social Instagram informações sobre o tema. Segundo essa aluna, no contexto da disputa presidencial daquele momento, muitos foram aqueles que acusaram Jair Bolsonaro de infringir os direitos humanos, "que ele não respeita as domésticas, as mulheres, os negros e tal. Aí tem gente que apoia ele e que não liga muito pra isso [...]" (G3). Dessa forma, a intenção da postagem no Instagram era a de esclarecer o que são os direitos humanos. Conforme a discente:

> [...] aí a pessoa descreveu desde o começo, e ela dava alguns exemplos básicos, tipo assim, se você utiliza da saúde pública você está usando um direito humano, se seu filho vai à escola, ele está utilizando um direito humano. Porque direitos humanos não precisa ser uma coisa mirabolante, o básico já é um direito humano, ir e vir, liberdade de expressão (G3).

A mídia, os meios digitais contribuindo na formação de ideias acerca dos direitos humanos, nesse exemplo, não na perspectiva do direito de bandido. Uma aluna citou também o direito ao voto, enfim, "direitos básicos de uma sociedade em geral" (G1). Outra discente também entende os direitos enquanto "as coisas que a gente lutou" (G3), sendo complementada pela sua colega: "e luta ainda, né? Porque falta muita coisa, tá um processo" (G3). É possível perceber, que elas compreendem que os direitos humanos são objeto de luta, não são meros favores concedidos por nossos representantes políticos e não foram conquistados como num "passe de mágica", direitos que não nasceram todos de uma única vez, mas que foram conquistados ao longo de um processo, como afirma e propõe Bobbio (2004).

A partir das falas dos estudantes da Escola 1, foi possível constatar variadas representações de direitos humanos. Os direitos humanos aparecem enquanto direitos de bandidos, sendo assim percebidos numa perspectiva negativa. Mas são também compreendidos numa dimensão positiva, quando empregados a favor de inocentes, por exemplo. Por um lado, são direitos universais, por outro, são direitos que devem ser garantidos somente aos "humanos direitos", devem ser limitados. Assim, como aponta Chartier (1988, p.17), as representações estão "sempre colocadas num campo de concorrências e de competições," os direitos humanos são objeto de disputas.

Passando para a análise das respostas concedidas pelos discentes da Escola 2, foi possível constatar que esses estudantes, assim como os da instituição anterior, apresentaram falas variadas quando questionados sobre o que entendem acerca dos direitos humanos. Na Escola 2, tais respostas externadas pelos jovens também evidenciaram os aspectos de suas experiências e realidade, contribuindo no modo como eles percebem os direitos humanos. Ao

longo de suas colocações, três estudantes manifestaram possuir familiares ou amigos que foram ou que estão encarcerados. Assim, para um desses alunos, os detentos também devem usufruir os direitos humanos. Sua colega insiste que não, mesmo apesar de também possuir um familiar presidiário, conforme a discussão abaixo, que apresenta nomes fictícios.

> Pedro: direitos humanos também pros amigos que tão no privado. [...] Tipo assim, tem muita gente que tá no privado, tá, fez muita merda aqui fora, mas eles também têm direito como o pessoal que tá aqui fora.
> [...].
> Laura: porque tá lá dentro porque quis.
> [...].
> Pedro: mas pera aí, se você vê um primo seu que você gosta muito, tomando porrada na cara lá dentro de graça, você vai gostar?
> Laura: ué, ele escolheu esse caminho. [...] Sabe por quê? Meu pai ficou sete anos na cadeia e eu não fui visitar ele, sabe por quê? Porque ele roubou, traficou.
> [...]
> Pedro: então, mas se um amigo meu tá lá preso, eu quero direitos humanos pra ele também, hã... (G1).

Para Laura, é compreensível que os detentos em específico não usufruam os direitos humanos devido aos crimes que cometeram: "o cara rouba, mata, trafica, faz um monte de coisa errada, você quer que os caras quando chega lá, você quer que ele seja tratado como? [...] O cara estupra, mata e quer ser tratado como rei" (G1). Novamente, aparece a ideia de que os direitos humanos são para os "humanos direitos". Seu colega insiste com o argumento de que os presos também devem ter uma condição digna nas cadeias, isso especialmente porque ele possui um vínculo com um determinado detento. Para outra aluna, que também tem um irmão que já foi preso, os detentos possuem sim seus direitos: "ainda tem mais do que a gente que tá aqui fora, tá?" (G1). A aluna fez alusão ao auxílio-reclusão, direito usufruído por seu familiar.

Ainda sobre esse assunto, outras duas estudantes estabeleceram a seguinte discussão:

> Márcia: por exemplo, o sistema carcerário, os caras que são presos pra serem reabilitados pra voltar à sociedade, eles não são tratados como humanos, então eu acho que...
> Laís: primeiramente ele não tinha que ser preso.
> Márcia: ah cara, mas eu acho que você não consegue colocar ninguém de volta na sociedade pra não roubar, pra não matar, se você botar numa cadeia onde só tem facção, quando num trash pesado pior ainda.
> Laís: mas tem, você não tem que ir pra lá primeiramente.
> Márcia: mas você vai pra lá pra se recuperar, não pra ser uma pessoa pior. [...] A gente esquece a função da prisão, não é um castigo, não é uma punição pelo crime que a pessoa veio cometer? Se é uma punição é com intenção de sair do castigo com você refletindo e pensando, pô, não vou fazer de novo. Você entra na cadeia, num ambiente onde as celas são superlotadas, onde as pessoas comem comida ruim, não tem direito algum, eu não acho isso justo porque eu acho que não vai sair nenhuma pessoa melhor de lá de dentro (G3).

Para Laís, “você não entra uma pessoa boa lá [na prisão]”, assim, “preso não tem direito” (G3), conforme suas palavras. Como mencionado em linhas anteriores, tal modo de ver externado pela aluna não está distante do que pensam amplos grupos da nossa sociedade. A ideia de que os direitos humanos devem ser limitados “às pessoas de bem”, àqueles que têm um bom comportamento, é comumente representada nas falas desses alunos, todo mundo deveria ter o mesmo direito, menos o criminoso.

Por outro lado, reafirmando o campo de disputa das representações em torno dos direitos, também foi possível verificar falas na Escola 2 que comtemplam a perspectiva universal dos direitos humanos, para um aluno: “é um negócio que todo mundo deveria ter o mesmo direito, né fessora, negro, gay, lésbica, todo mundo” (G1). O aluno evoca grupos específicos, geralmente marginalizados, para afirmar que todos deveriam ser iguais no usufruto dos direitos. Outro discente também aponta que “todos nós somos iguais” (G2). Uma estudante assevera que os direitos humanos “são direitos básicos que a gente tem que estabelecer pra não chegar a afetar o outro da forma que não quer que nos afeta [...]” (G3). E, ainda, conforme outra discente, “todos deveriam ter o mesmo... todos os mesmos direitos, tipo, você tem um direito e eu também tenho, mas nem todos entende isso” (G3). Os jovens também entendem que os direitos humanos abarcam o direito de ir e vir, direito à moradia, à educação, à liberdade de expressão, à propriedade, a constituir uma família, à igualdade “e o mais importante que é o direito à vida” (G2).

Os estudantes das Escolas 1 e 2 também foram questionados nos grupos focais se os conteúdos que eles estudaram nas aulas de História possuem alguma relação com os direitos humanos. Tal questão será discutida no próximo tópico.

Relações possíveis entre conteúdos curriculares de História e os direitos humanos nas falas dos alunos

Quando questionados diretamente se os conteúdos que estudaram nas aulas de História possuem alguma relação com os direitos humanos, de forma geral, os alunos da Escola 1 acreditam que sim, mas nem todos desenvolveram as suas respostas: “deve ter, mas eu não sei”, “tem a ver, mas não sei explicar”, ou então, “não tem o que falar [...] nunca relacionei nada com história” (G1).

Tal aluno que afirmou nunca ter relacionado nada com história, apontou: “acho que qualquer luta que as pessoas tiveram que fazer foi importante”. Seu colega de turma entende

que “toda revolução, toda essa história, assim, de revolução, são pessoas que lutam pelo direito que elas não tinham” (G1). Outro estudante disse que “todos os movimentos realizados antes foi em busca de seus direitos, como liberdade e o direito de opinar. Não tinha isso, agora a gente tem o direito a ter esses direitos [...]” (G1). Em consonância com essas assertivas, uma aluna dessa turma asseverou que “cada direito que o homem tem foi uma luta no passado [...].” Esses discentes não apontaram um conteúdo específico, mas associaram que os direitos são fruto de lutas que ocorreram no passado, como nas revoluções, que fazem parte do currículo da História escolar. Eles entendem que os direitos de que somos detentores não surgiram de modo aleatório, acidental.

Um dos alunos anteriores também mencionou a escravidão e a Revolução Industrial. Sem discorrer demasiadamente sobre os referidos conteúdos, o estudante apontou que os negros lutaram pelos seus direitos, a terem os seus direitos iguais aos das pessoas brancas, da mesma forma os trabalhadores, “[...] pra poder trabalhar nas fábricas sem as condições que eles tinham, que eram desumanas” (G1). O aluno associou os direitos humanos aos próprios fatos históricos marcados por lutas por direitos. Nesse caso, são exemplos da história em que os direitos são vistos sob uma perspectiva negativa, da exclusão, ausência.

Outro discente também citou a escravidão, mas não explicitou seu ponto de vista. Sobre o referido conteúdo, uma aluna apontou o seguinte:

> [...] a gente pode ver que, estudando História, a gente vai vendo que o tempo foi se passando e houve uma luta pra conquistar, como por exemplo, os negros. Antigamente eram todos escravos, aí veio a alforria dos negros e tal, [...] como por exemplo deixou de ser mão de obra escrava pra ser assalariado, com horário pra entrar, por mais que não se seguia. O certo era até 8 horas de trabalho mas ainda assim não era, não era com boas condições, mas a luta começou aí, então sim, teve sim esse... essa travessia de um estado pro outro até chegar hoje, onde a gente pode não ter totalmente acesso aos nossos direitos humanos, mas em comparação a como era lá trás, a gente tem, a gente pode dizer que tem, então claro que tem relação (G2).

Novamente, a questão dos direitos humanos e sua relação com o ensino de História se associa à luta para conquistar esses direitos, iniciada no passado e travada ao longo do tempo, chegando ao presente com os direitos alcançados, embora nem sempre implementados.

Uma aluna mencionou a “história do nazismo” e afirmou que:

> Foi uma coisa contra o direito, né. [...]. Eles não tinham a liberdade de se expressar, né, eles tinham sempre que obedecer aquilo que aquele governo dizia que era o correto, eles não podiam ficar, ir contra, ser oposição, porque eles eram assassinados, torturados, tinha aquele negócio de... aquelas câmeras de gás. [...] perseguia o judeu [...] (G3).

Assim, é possível verificar que a aluna e também suas duas colegas de turma, pois concordaram com seu ponto de vista, associam nazismo à ausência dos direitos humanos. Mais um exemplo da história pensado na ótica da negação dos direitos, da violação.

A aluna que anteriormente mencionou o nazismo, também falou da Era Vargas, dessa vez, enquanto algo positivo no âmbito dos direitos, devido à criação dos direitos trabalhistas, direitos de cidadania nesse caso, mas que não deixam de pertencer ao rol dos direitos humanos: "eu acho que a parte da Era Vargas tem a ver sim, de forma positiva porque ele criou aquela Constituição, não, os direitos trabalhistas..." (G3). Ela é capaz de situar a estirpe de tais direitos no Brasil. Sua colega aproveita o assunto abordado e menciona o fato de as mulheres não poderem trabalhar no passado. Assim, no conteúdo sobre a Era Vargas, os direitos estão associados à afirmação, a algo positivo.

No entendimento de um aluno, nem todos os conteúdos de História se relacionam aos direitos humanos. Segundo ele: "tem uns que podem até ser semelhantes, mas tem uns que não... tem nada a ver com direitos humanos" (G2). Esse discente citou como exemplo a Revolução Industrial enquanto conteúdo que não se relaciona à temática dos direitos. Todavia, duas de suas colegas de turma se manifestaram de modo a discordar de sua opinião: "não, eu acho que tem sim", "é o que mais tinha a ver, né?", indicando que esse assunto se relaciona sim, foi nesse contexto que começaram as indústrias, os empregos, mas os trabalhadores não recebiam os seus direitos. A Revolução Industrial é vista novamente pelos alunos na ótica da ausência de direitos.

Portanto, é possível perceber que esses discentes se basearam nas generalizações dos exemplos da história, mencionado em algumas ocasiões, fatos em que os direitos foram afirmados ou negados. Os conteúdos que são ensinados em História contribuíram para que eles identificassem a temática dos direitos humanos a partir de diferentes fatos e temporalidades. Alguns estudantes entendem, por exemplo, que quando pensamos em Revolução Industrial, os direitos dos trabalhadores ainda não eram afirmados. Os direitos de liberdade e os direitos trabalhistas foram aludidos e associados aos conteúdos de História, especificamente a história do Brasil e da Europa. Além do mais, outros alunos que se manifestaram têm clareza de que os direitos afirmados hoje são conquistas alcançadas por meio de lutas travadas no passado, e isso é significativo.

Foi possível verificar que os estudantes que se manifestaram apresentaram mais dificuldades em desenvolver as suas respostas. A relação estabelecida ocorreu de forma mais fragmentada, o que pode ser natural, já que as percepções dos alunos a partir do que viram nas

aulas são incompletas, mas relevantes para eles, como nos remete Jarvis (2015) sobre a questão da aprendizagem.

Algo semelhante foi verificado na Escola 2. Quando questionados se os conteúdos que estudaram nas aulas de História possuem alguma relação com os direitos humanos, ao menos três alunos apontaram que não, a maioria entende que sim, mas nem todos quiseram ou conseguiram apresentar seu raciocínio. Uma aluna, por exemplo, disse: "eu não sabia comunicar" (G2), mas concordou com a fala de um colega sobre como um conteúdo de História – a Ditadura no Brasil – se relaciona com a temática dos direitos humanos. Outros não souberam responder por não conhecer muito bem os conteúdos da disciplina: "eu não sei História direito", "ah eu não sei, porque eu não estudo História" ou então, "ah História é muita coisa", "me dá dor de cabeça" (G2). Assim como ocorreu com os alunos da escola anterior, de modo geral, mesmo os que afirmaram existir a relação entre os direitos humanos e as aulas de História, não se estenderam em suas reflexões.

Aos que não estabeleceram relação entre os conteúdos das aulas de História e os direitos, o argumento foi o de que "História só fala coisa antiga. [...] São direitos humanos! Direitos humanos é Sociologia" (G1). Para um segundo aluno: "História é a história do passado e direitos humanos é mais dia a dia" (G2). É possível entender que, para esses estudantes, os direitos humanos se referem ao tempo presente, assim, não se relacionam com a História, pois, na visão dos alunos, o ensino de História não se associa com o presente por nós vivido, limita-se aos fatos longínquos.

Todavia, no caso do segundo aluno, o seguinte exemplo foi explicitado: "porque no passado o negro era tratado como escravo, hoje em dia já não é." Esse estudante entende que no âmbito da escravidão os negros não usufruíam os direitos humanos, pois eram tratados como escravos, assim, involuntariamente, ele fez uma associação entre o âmbito dos direitos e um conteúdo do currículo de História. No caso do primeiro aluno mencionado anteriormente, ao exemplificar como aprendeu direitos humanos em Sociologia, ele se referiu a um fato passado – o mote dos direitos civis nos Estados Unidos – e que, inclusive, também pode ser um conteúdo do ensino de História:

> O que eu aprendi sobre alguns direitos é que, foi com Sociologia, no caso que, lá nos Estados Unidos tinha coisa pra negros e pra brancos, não era a mesma coisa, tinha bebedouro pra branco, era melhor do que o negro, os negros ficavam no fundo do ônibus, aí eu aprendi mesmo em Sociologia (G1).

Assim, mantendo a sua opinião contrária, o aluno questiona: “Por quê que História tem alguma relação com a matéria de direitos humanos?”

Suas colegas logo respondem: “porque Hitler é coisa de História”, “História fala sobre a escravidão” (G1). Sobre o primeiro assunto, a aluna explica: “ele torturava os negros, perseguia as pessoas e isso é direitos humanos.” Sobre o segundo, outra aluna aponta: “uma doméstica aí que trabalha mais de não sei quantas horas aí e recebe pouco, isso aí pra mim é escravidão.” As alunas associaram práticas atreladas ao personagem histórico (Hitler) e o tema histórico (escravidão), que são vistos nas aulas de História, à ausência ou violação de direitos. Assim, uma delas reforça: “eu acho que História tem mais a ver com direitos humanos do que qualquer outra matéria.” Segundo ela, História “fala sobre o nosso passado, a gente aprender da onde a gente veio, aprender a se respeitar.” Nesse sentido, é possível entender que, para essa discente, as questões que envolvem os direitos humanos também estão ligadas ao passado e, além disso, o respeito, que é importante para a concretização dos direitos, também pode ser trabalhado na História escolar.

Outros alunos também associaram a escravidão aos direitos humanos, ou à ausência desses direitos. Um estudante apontou que os cativos eram comparados aos animais, viviam na senzala e a temática dos direitos humanos entra nesse conteúdo, pois “não havia igualdade” (G2) entre os escravos e os seus donos. Para uma discente, a escravidão “fere completamente os direitos humanos” (G3).

No que diz respeito à 2ª Guerra Mundial, uma aluna chamou atenção para o lado da religião: “primeiramente o preconceito, né, matar os judeus só por ser judeu. [...] você não pode ferir a religião” (G3). A estudante associa a morte dos judeus por conta de sua crença religiosa aos direitos humanos, subentende-se, assim, que direitos foram violados. Ainda sobre o conteúdo da 2ª Guerra, outra discente mencionou que: “eu não lembro exatamente, mas os direitos humanos surgiram depois da Primeira ou da Segunda Guerra? Eu não lembro, mas a gente vê esse parâmetro histórico que dá necessidade do... da pressão do direito pra defender as pessoas [...]” (G3). A aluna estava se referindo à Declaração Universal de 1948, construída após a 2ª Grande Guerra como forma de superar as atrocidades acarretadas naquele contexto, e que introduz a concepção contemporânea de direitos humanos. Indo ao encontro desse raciocínio, outro estudante apontou que nas aulas de História é possível estudar como os direitos humanos foram conquistados no passado, mas não concedeu nenhuma exemplificação.

No tocante à Ditadura no Brasil, três alunos também relacionaram esse conteúdo estudado nas aulas de História aos direitos humanos, dois deles se manifestaram. Para uma

estudante: “[...] o povo não podia votar, quem decidia quem ia ser o próximo presidente era o pessoal que já trabalhava pro governo [...]” (G3). Conforme outro aluno:

> Na época da ditadura as pessoas eram oprimidas. Não tinham direito à liberdade de se expressar, era isso... não tinha direito à nada. Se você escrevesse uma música, até pra você tocar ele num evento você tinha que passar pela censura, se o pessoal da ditadura não aceitasse uma palavra que eles achavam que vai ter problema, os militares, a música não passava, o livro não passava, a reportagem, se você escrevesse uma reportagem, se ela fosse divulgada, se a ditadura achasse que aquilo ali era contra eles, o jornal era fechado, botavam fogo no jornal [...] (G2).

Mais uma vez, os alunos fizeram uma associação entre conteúdos estudados em História e violação de direitos, também são capazes de mencionar quais são esses direitos a partir de um fato passado, no caso das citações acima, o voto e a liberdade de expressão. Nessa perspectiva da ausência, outros alunos apontaram que no passado os negros e as mulheres, principalmente, não podiam exercer os seus direitos.

Vemos que, assim como ocorreu na Escola 1, os discentes da Escola 2 que se manifestaram também formularam suas respostas de forma fragmentada. Eles partiram igualmente da generalização dos exemplos da história, mencionando fatos que são estudados nas aulas em que os direitos humanos despontam sob a ótica da negação, da violação, da ausência, como é o caso da escravidão e da Ditadura Militar.

É oportuno destacar que aquelas representações sobre os direitos humanos enquanto direitos de bandidos ou que devam ser usufruídos apenas por “pessoas de bem” – mencionadas no início desse texto – não foram articuladas quando os alunos estabeleceram as relações entre conteúdos de História e os direitos. Esse é um indício de que a História contribui, portanto, para que eles construam outras referências sobre os direitos humanos, indo além das forças do senso comum.

Ao relacionarem os direitos aos conteúdos de História, os alunos evidenciaram os direitos convencionais, evocaram mais os direitos civis e políticos do que os sociais, abordando a história do Brasil e da Europa. A história de países asiáticos ou africanos, por exemplo, não foi aludida quando estabelecidas as relações. As discussões que giram em torno dos direitos humanos estão muito atreladas às histórias de países ocidentais, “o mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente” (SEN, 2010, p.227), e o próprio ensino de História muito teve ou ainda tem uma predominância eurocêntrica, assim, os estudantes consolidaram suas ideias principalmente a partir dessas perspectivas, desse contexto nos quais estão inseridos e que lhes é apresentado pela escola. Os discentes expuseram os elementos que aprenderam e que pra eles são significativos (JARVIS, 2015).

Ainda assim, sustento a importância de o ensino de História e seus conteúdos terem uma relação mais explícita e consolidada com os direitos humanos, especialmente em um momento em que tais direitos são constantemente ameaçados. A proteção aos direitos humanos pode ser fortalecida via educação, e o ensino de História por meio dos conteúdos que evocam tais direitos, trabalhados em sala de aula, pode muito contribuir. É importante ressaltar que a potencialidade dos conteúdos de História não deixa de ser limitada, visto que tais conteúdos abarcam principalmente os fatos e processos históricos, e não os direitos humanos em si. De qualquer forma, podemos esperar uma ênfase na temática transversal dos direitos humanos articulada aos conteúdos curriculares de História

Sustento ainda que o ensino de História propicie a mobilização da temática dos direitos humanos para além dos conteúdos que versam uma história ocidental, e que também possibilite aos estudantes elaborarem ideias para além dos direitos humanos convencionais. Direitos ambientais, por exemplo, podem ser explorados em conteúdos sobre guerras, que provocam a destruição do meio ambiente afetando a vida do homem. É possível também pensar em direitos humanos a partir de culturas não ocidentais, e as discussões acerca do respeito e do direito à diferença podem receber aí grande potência.

Em tempos de violações de direitos humanos e de disputas em torno de seus sentidos, é de suma importância trazermos à tona a discussão acerca dos direitos que foram declarados em diversos processos históricos como humanos. O ensino de História com seus conteúdos pode despontar enquanto uma importante contribuição para apresentar aos jovens o amplo âmbito dos direitos humanos, possibilitando que eles desenvolvam um pensamento crítico e analítico acerca desses direitos.

Referências

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1994.

JARVIS, Peter. Aprendizagem humana: implícita e explícita. *Educação & Realidade*, v.40, n.3, Porto Alegre, jul./set.2015.

PIOVESAN, Flávia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 1, n.1, p.20-47, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade* [livro eletrônico]. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Literatura de cordel no ensino da história escolar: a Era Vargas contada em versos

Rejane Rosa do Amaral Monteiro[1]
Mestre em História Social - PPGHS – UERJ

Introdução

A cordelteca Gonçalo Ferreira da Silva, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), mantém sob sua guarda um patrimônio cultural, acervo que reúne folhetos de cordéis produzidos por diversos cordelistas, onde é possível encontrar narrativas que contam de uma forma poética acontecimentos que despertaram a atenção da sociedade e marcaram a nossa história. Desde a sua criação em 2007 e, por meio do projeto de extensão *Leitura na Cordelteca da FFP*, o acervo vem sendo divulgado e trabalhado nas escolas públicas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente, no município de São Gonçalo. Esse acervo, que carrega uma linguagem simples em seus folhetos, pode fazer uma aproximação com a vida prática, facilitar a produção de sentido para o que está sendo lido e produzir formas de aprendizados, inclusive históricos. Pretende-se analisar, se esses aprendizados são condinzentes com o conteúdo e objetivos da História escolar e como podem ser utilizados pelos professores da Educação básica como apoio ao que está sendo estudado em sala de aula.

O uso do folheto de cordel como recurso de apoio ao ensino apresenta algumas vantagens, dentre elas, a utilização de uma linguagem acessível e compreensível por leitores e/ou ouvintes de diferentes camadas sociais. Cheia de ritmo e sonoridade, facilita a transmissão e assimilação de seu conteúdo pelos alunos. Apresenta também uma estrutura com estrofes que motivam a leitura e a memorização. Nesse sentido, observou-se que as temáticas podem ser abordadas a partir das singularidades e semelhanças à realidade vivenciada pelo aluno, promovendo sentidos em seus discursos, memórias e narrativas no processo de construção dos saberes históricos.

O cordel expressa a realidade, não só daqueles que a produzem, mas também do público leitor. Na verdade, um dos fatores que mais enriquecem a literatura de cordel é a reprodução

[1] *Mestre em História Social pela Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Formada em Biblioteconomia, com Especialização em Gestão da Qualidade. Dedica-se aos estudos sobre Literatura de cordel, patrimônio imaterial e ensino de História.*
E-mail: rejmara1@gmail.com

que diversas vezes se faz de elementos regionais, sejam no contexto político ou de ênfase das características culturais do Nordeste. Os folhetos trazem o comentário de fatos ocorridos no Brasil e no mundo, narrativas sobre problemas contemporâneos, geralmente acrescidos de algum juízo de valor. Ele compõe o complexo repertório social e cultural brasileiro. É possível concebê-lo como um discurso da realidade, como uma prática cultural que pode contribuir para a elaboração de uma série de representações de um período histórico. Nesse sentido, os poetas de cordel produzem em meio as suas práticas, versos rimados que tratam de uma realidade e de um cotidiano, que representam vidas, alegrias, sofrimentos, amor, ódio, fé, cidadania, política e história. Entende-se que disseminam os costumes de geração para geração. "As festas, os rituais, os cânticos, as narrativas míticas que se repetem dia após dia desempenham esta função de fazer lembrar para o grupo suas tradições mais importantes" (ABREU, 1999, p. 54).

Conforme enfatiza Mark Curran (2009), há mais de cem anos os cordelistas escrevem histórias no Brasil. Porém, os poetas não têm preocupação, em sua maioria, com um método historiográfico de pesquisa[2], nem com as hipóteses que justifiquem seus procedimentos. O discurso que emerge do folheto tem a pretensão de validade histórica na medida em que os acontecimentos ganham significado na sua descrição, na narrativa das ações de personagens de notoriedade na história, na análise da conjuntura política e econômica e no relato pormenorizado do cotidiano, produzindo sentido para o estar no tempo e fortalecendo sentido identitário.

Essas histórias nos possibilitam saber a perspectiva de quem não estava no centro do poder político, de quem não figurava entre as elites de intelectuais da literatura nacional, de quem fora testemunha ocular da violência nos grandes centros urbanos ou no campo, dos desmandos dos poderosos contra os desvalidos.

Os folhetos procuram enfatizar temas que proporcionam espaço e priorizam acontecimentos presentes no cotidiano das pessoas comuns, problemas sociais que numa visão macro poderiam nem ser lembrados, mas que ganham notoriedade, ou ao menos, visibilidade através das produções cordelísticas.

Mais que demonstrar a participação popular na construção da história, inserir o cordel nas aulas como elemento da cultura popular, vem reforçar um espaço de participação a elementos, muitas vezes, marginalizados na história que também tem suas ferramentas de

[2] Entende-se aqui que os cordéis trazem uma narrativa histórica porque seus versos orientam no tempo e produzem identidade, porém não são necessariamente historiográficos, pois tais narrativas não tem a preocupação com a metódica racional científica da História ciência.

comunicação e representação, possibilitando assim, diferentes estratégias para que conheçamos a história conforme o viés popular e com base nas diferenciadas leituras de mundo.

Cordel e cultura histórica

É inquestionável o papel da escola na aprendizagem histórica, porém não se aprende história só no ambiente escolar, mas também através da cultura histórica presente na mídia, nos jornais, nas redes sociais, nos discursos políticos, no cinema, nos jogos eletrônicos, na literatura, entre outros.

> Os alunos chegam à escola já carregados de uma História cujo aprendizado não foi controlado pelo professor ou pela escola, mas que teve origem na experiência pessoal, no convívio com os mais velhos, na prática da religião, no contato diário com os meios de comunicação. (CERRI, 2005, p. 13)

Ao abordar o conceito de cultura histórica, verificamos que se trata "de uma forma específica de experimentar e interpretar o mundo, que descreve e analisa a orientação da vida prática, a autocompreensão e a subjetividade dos seres humanos" (CARDOSO, 2008 apud WANDERLEY, 2012). A cultura histórica abarca o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática. Dessa forma, ela contempla as diferentes estratégias de investigação, sejam elas científico-acadêmicas, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extra escolar, do entretenimento e de outros procedimentos ligados à história pública. Nesse sentido, a cultura histórica atua no campo da interpretação do mundo e de si mesmo, a partir das operações de sentido da experiência do tempo determinantes da consciência histórica. Ainda nessa perspectiva, verificamos o conceito de cultura histórica desenvolvido por Flores (2007):

> Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95)

O autor reconhece a cultura histórica como sendo uma produção de saberes históricos das mais diversas áreas sociais. Portanto, podemos concluir que a cultura histórica está além do campo da cultura historiográfica.

Baseado no conceito de cultura histórica acima elencado, a partir da perspectiva de abordagem desses autores, podemos perceber esse constructo presente na narrativa poética da literatura de cordel na qual pretendemos entender a imagem que foi se formando do homem simples e de sua história através de seu discurso poético[3], assim como a resposta dada pelo poeta em determinado tempo dentro da sociedade em que viveu.

O folheto de cordel e o ensino de História

Ao fazermos uma reflexão sobre as atividades no cotidiano escolar, percebemos que existe uma necessidade desse sistema ser modificado tendo em vista as exigências diferenciadas da sociedade atual. As contradições sociais e seus reflexos podem ser vistos, principalmente, nas escolas públicas. Alunos de baixa condição social, salas com um número significativo de alunos, com interesses, realidades e expectativas diversas.

Dessa maneira, o ensino de História tem sido objeto de grande interesse, constituindo um campo de pesquisas em desenvolvimento no Brasil. Torna-se relevante pensar sobre esse campo não como uma simplificação dos saberes produzidos nas universidades, mas como um ambiente dinâmico onde possa ocorrer a aprendizagem em um lugar com demandas sociais e culturais próprias.

No que se refere ao ensino de história, ainda hoje, percebe-se que em muitas escolas da rede pública de ensino, existe uma diferença entre as mudanças da historiografia e o que é ensinado nas salas de aula. De fato, com temas ou assuntos organizados muitas vezes em esquemas de causas e consequências, com um tempo histórico pensado de forma linear, não é incomum encontrarmos um aprendizado marcado pelo ato de memorização, visando apenas à aprovação nas avaliações bimestrais. Nessa perspectiva, não se valoriza o poder de criação, de crítica e de reflexão do aluno. Vemos, em muitos lugares, o ensino de História resumindo-se apenas à transmissão de conteúdos elaborados em programas e currículos.

Com uma linguagem interessante, o cordel mostra-se como uma importante ferramenta pedagógica capaz de promover questionamentos, despertar o imaginário e a reflexão. Essa produção, marcada sobretudo pela oralidade, é típica dos estados de Pernambuco,

[3] Entendido aqui a partir de uma perspectiva de como o poeta (cordelista) está representando, reconstruindo ou ressignificando determinados acontecimentos sociais dentro de seus poemas, a ideia de como ele está dando sentido a esse passado.

da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. As façanhas do cangaceiro Lampião (Virgulino Ferreira da Silva, 1900-1938) e o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1883-1954) são alguns dos assuntos retratados nos cordéis que tiveram maior tiragem no passado e podem contribuir muito na aprendizagem escolar. Não há limite para a criação de temas dos folhetos. Praticamente todo e qualquer assunto pode virar cordel nas mãos de um poeta competente.

Essa discussão é relevante para o ensino de história ao menos porque a história como disciplina escolar é eminentemente narrativa. Se considerarmos o ofício do professor de história, a narrativa, nas suas mais variadas formas, permeia praticamente todas as etapas no processo de ensino. A aula de história é uma narrativa ou uma combinação de narrativas. Percebe-se a predominância da verbalização sobre a escrita. O professor seleciona narrativas como prática frequente no seu cotidiano de trabalho, seja do livro didático ou de materiais que emprega como recursos paradidáticos (filme, livro, música etc.), e, por vezes, cria, separa, combina narrativas de diversos tipos para explicar um conteúdo. Porém, Monteiro afirma que,

> nossos alunos, ao chegarem à escola são portadores de saberes, referências construídas nos grupos familiares que cultivam suas memórias: sejam memórias de trabalhadores, migrantes nordestinos, desempregados, de lutas e combates diários pela sobrevivência, de referências étnicas, religiosas que oferecem explicações do mundo e de seu devir (MONTEIRO, 2007, p. 12)

Esses saberes, carregados de memórias individuais e coletivas, não devem ser negligenciados. No processo historiográfico, memória e História se intercruzam na busca pela compreensão do social.

Assim, o trabalho com o folheto visa uma prática onde a pesquisa enriquece o ensino no sentido de abordar questões que podem estar ausentes nos livros didáticos, abordagens complementares ou uma outra versão daquilo que nos foi ensinado. Inúmeros são os eventos do século XX contidos nos folhetos que relatam a vida em sociedade.

> O cordel, que através de sua narrativa conta os acontecimentos de um dado período e de um dado lugar, se transforma em memória, documento e registro da história brasileira. Tais acontecimentos recordados e reportados pelo cordelista, que além de autor se coloca como conselheiro do povo e historiador popular, dão origem a uma crônica de sua época. (GRILLO, 2003, p.117).

De acordo com Monteiro (2003), ‘professores e alunos são sujeitos, portadores de visões de mundo e interesses diferenciados, que estabelecem relações entre si com múltiplas possibilidades de apropriação e interpretação’. Nesse sentido, é necessário levar em consideração o nível de conhecimento que o aluno já tem, o local onde ele vive, os meios de comunicação com os quais ele tem contato, as experiências vividas.

Ao observarmos a História do Brasil dita oficial escrita na maioria dos livros, nos deparamos com uma história peculiar, que enaltece e destaca apenas os grandes feitos e os grandes personagens. Percebemos que o que geralmente chega até nós é uma história pronta e acabada, produzida de cima para baixo, ou seja, imposta por uma elite brasileira econômica e intelectual. Diante desse cenário, os educadores precisam buscar alternativas que dinamizem e impulsionem o aproveitamento do saber do aluno na escola. Assim, vale à pena ressaltar que o cordel se configura um instrumento importante de representação, tanto da realidade dos brasileiros quanto do imaginário popular. Porém, de acordo com Pinheiro e Lúcio (2001),

> Na sala de aula, é importante que o professor tenha sempre a preocupação em não transformar o folheto em mero relato jornalístico. O que interessa é perceber como o poeta se posiciona diante da história, tendo sempre em vista o caráter ficcional desta produção. (...) Lampião, assim como outros personagens da história do Brasil (Getúlio Vargas, Padre Cícero, Tancredo Neves, Antônio Conselheiro), desfila pelas páginas dos folhetos, assumindo ora a posição de herói, escolhido para resolver as questões sociais, ora a posição de homem comum, com suas fraquezas e incertezas. Resta-nos ler com atenção as histórias que estes personagens inspiraram e, despertar nos jovens, o interesse em saber um pouco mais sobre a nossa cultura, sobre a nossa história. (PINHEIRO; LÚCIO, 2001, p. 69 e 77).

A proposta aqui não é colocar a pé de igualdade as narrativas produzidas pelos cordelistas ditos tradicionais e as produzidas pelos historiadores profissionais, mas demonstrar que é possível, através da narrativa de um gênero literário poético, produzir um conhecimento histórico válido.

Dessa forma, percebe-se que o uso dessa literatura no ensino de História visa atrair os alunos de forma que os mesmos participem mais das aulas, consigam relacionar os conteúdos escolares com seu dia-a-dia e percebam que a História vai além do livro didático.

Com a narrativa, a História assume a função de estimular os homens na busca de um sentido através do conhecimento do tempo passado, a fim de permitir uma interpretação do momento presente e a busca de orientações para o futuro. O teórico Jorn Rüsen aborda a inserção do discurso no saber histórico e como estes discursos aparecem como parte integrante da orientação existencial, constituindo um elemento essencial da relação social na vida humana.

> Ao indicar e interligar a dimensão da vida prática à esfera da ciência especializada, Rüsen apresenta-nos que o conhecimento histórico produzido na academia não se trata de um acontecimento isolado da sociedade, mas sim de uma satisfação de interesses comuns e que partem da vida cotidiana das pessoas e que deve retornar como função orientadora na vida prática. (BARON; CERRI, 2011, p. 1-2)

Percebemos então que tudo está interligado. O conhecimento histórico produzido nas universidades, institutos e centros de pesquisa partem de questões que foram observadas no dia

a dia, em determinado período, em nosso meio social. Vemos também que o discurso não é apenas o que é dito sobre a vida humana, ele é dinâmico, molda costumes e modela sociedades.

Rüsen desenvolve a reflexão de que a narrativa é um modo de se fazer História, pois o pensamento histórico segue uma lógica narrativa que, em todas suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo. Dessa forma, compreende-se que narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo.

Nessa ótica, um amplo saber histórico, simplesmente acumulativo de fatos datas e interpretações históricas, que não orientasse para a vida prática não teria nenhuma utilidade. O aprendizado pode ser considerado histórico quando, como atividade da consciência histórica, produz uma ampliação da experiência do passado humano, um aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática (RÜSEN, 2010, p. 110).

> O cordel, que através de sua narrativa conta os acontecimentos de um dado período e de um dado lugar, se transforma em memória, documento e registro da história brasileira. Tais acontecimentos recordados e reportados pelo cordelista, que além de autor se coloca como conselheiro do povo e historiador popular, dão origem a uma crônica de sua época. (GRILLO, 2003, p.117).

Portanto, nessa pesquisa, a coleção de folhetos deve ser analisada não apenas como fonte de informação. Ela é, na verdade, mais que isso: é uma categoria de narração, assumindo simultaneamente os papéis de conjunto de documentos e de relato, uma vez que sua análise permite conhecer a narrativa de acontecimentos que fazem parte da nossa história. Um conjunto constituído por vários tipos de temas representativos da memória nacional, regional e social.

Circuito Nossa História em Cordel

A abordagem do cordel como fonte histórica, artefato cultural que traz consigo o registro de memórias, apresenta-se como uma proposta de interpretação do passado e construção de sentidos por meio de uma narrativa histórica. A partir de suas representações e interpretações do mundo social e dos sujeitos históricos nele contidos, veiculadas por suportes orais ou escritos, as narrativas dos textos cordelísticos trazem memórias contadas e recontadas que estão presentes na vida da sociedade no âmbito cultural, social, artístico etc. Nesse entendimento, as afirmações acima vão ao encontro dos estudos de Marinho e Pinheiro (2012, p. 126), quando dizem que qualquer sugestão metodológica no campo do trabalho com a literatura de cordel pressupõe certo envolvimento afetivo com a cultura popular, de modo que possa haver uma

interação entre o texto e o leitor, onde aquele que lê, ao mesmo tempo que percorre entre aquelas palavras rimadas, consegue, por exemplo, ver sua realidade representada.

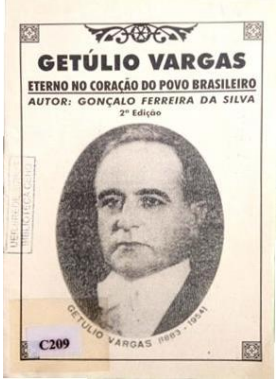
Logo, podemos entender, que além de ser atrativo em virtude de seu conteúdo, gravuras e musicalidade, o folheto de cordel desperta o interesse pela leitura e interpretação por meio da aproximação e interação do leitor com as suas vivências. Podemos verificar que há também uma história construída a partir das experiências das massas populares por meio de sua atuação enquanto sujeitos históricos. A Literatura de cordel contempla as diversas realidades que constituem a formação da história, oportunizando voz aos diferentes agentes sociais.

Com base nas pesquisas realizadas proponho uma atividade a ser desenvolvida com os folhetos de cordel, no espaço da Cordelteca, como apoio ao ensino da História escolar. O tema escolhido foi a Era Vargas e o folheto a ser trabalhado será *Getúlio Vargas: eterno no coração do povo brasileiro*. É importante frisar que o ensino de História utilizando o cordel como fonte deve acontecer por meio de seleção, leitura, compreensão e interpretação da narrativa desses folhetos. Grillo (2003, p.121) enfatiza que "o folheto deve ser introduzido a partir de um determinado conteúdo programático". Dessa forma, depois de apresentado um assunto em sala de aula, o folheto deve auxiliar a problematização do conteúdo, mostrando uma outra perspectiva, do tema estudado.

O folheto Getúlio Vargas: eterno no coração do povo brasileiro

O folheto a ser trabalhado nesse circuito cultural tem a autoria de Gonçalo Ferreira da Silva, patrono da Cordelteca, e foi escolhido por ter um caráter biográfico e ser carregado do sentido que Getúlio Vargas tinha para com a parcela da população pobre brasileira que viveu nas décadas de 1940 e 1950. Escrito em homenagem ao centenário de seu nascimento, o folheto discorre sobre os principais momentos que marcaram a trajetória do referido presidente.

Figura 1: Folheto utilizado no Circuito Cultural



Fonte: SILVA, 1987.

Getúlio Vargas ficou conhecido como “pai dos pobres” por promover leis trabalhistas e por seu carisma com a população durante o período do Estado Novo. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), aparelho de publicidade da Era Vargas, referia-se a ele como um grande benfeitor, implantando na população brasileira o 'culto à personalidade' do presidente. Esse personagem histórico é construído da seguinte forma pelo folheto selecionado:

Feliz daquele que pode
Tranquilamente dizer:
- Quando chegar minha hora
Terei prazer em morrer
Pois cumpri honradamente
O meu humano dever.

Sentindo o quanto é efêmera
Esta vida transitória
Getúlio escreveu a frase
Que o povo tem na memória:
“Amigos, saio da vida
Para entrar na história”.

E mostrando uma grande grandeza
Espiritual sem par
Respondeu às injustiças
Antes de suicidar
“A não ser meu próprio sangue
Nada mais vos posso dar”.

Este poema pretende
Despretensiosamente
No ano do centenário
Do nascimento, somente
Prestar justa homenagem
Ao famoso presidente.

A revolução de trinta
É-me difícil esquecer
No dia 3 de novembro
Levou Getúlio ao poder.
Nova constituição
Veio o Brasil conhecer.

Promulgada em trinta e quatro
Nova constituição
Foi eleito presidente
Da nossa grande nação
Um país carente de
Humana legislação.

A dez de novembro de
Trinta e sete promulgou
Nova constituição
Como governo ficou
E até quarenta e cinco
Ele o país governou.

> Nas eleições de cinqüenta
> O nosso grande estadista
> Como grande candidato
> Do Partido Trabalhista
> Foi eleito presidente
> Numa visão realista.
>
> Assim em cinqüenta e quatro
> A vinte e quatro de agosto
> Chorava o povo sua morte
> Com infinito desgosto
> Ele se vendo humilhado
> Não aceitou ser deposto. (SILVA, 1987, p. 1-8)

Sabemos que a "Era Vargas" compreende um dos períodos mais decisivos da nossa história. A industrialização e urbanização, o controle dos trabalhadores e sindicatos e a criação das leis trabalhistas são mudanças que, certamente, transformaram o cenário histórico do país. O Brasil deixa de ser um país agrário para se tornar um país industrial. Esses acontecimentos políticos, econômicos e sociais foram a inspiração para que muitos poetas registrassem nos versos de cordel as transformações que a nação vivenciou. De acordo com Curran (2009),

> O cenário político nacional estava dominado por figuras importantes – Getúlio Vargas à frente. Na crônica cordeliana ele simbolizou pela primeira vez a vitória dos pobres, historicamente dominados pela classe alta, tanto na extinta era da escravidão quanto no governo oligárquico, que continuara a submeter a classe pobre rural. (CURRAN, 2009, p. 112)

Ainda de acordo com esse autor, a Revolução de 1930 deu origem a forças nacionais que diminuíram o poder tradicional da aristocracia e da oligarquia, por meio da centralização política e de um plano de industrialização. O governo Vargas organizou o sistema de leis trabalhistas e as instituições sociais e econômicas que, teoricamente, proporcionaria à classe trabalhadora uma rede de proteção inédita na história do país. O crescimento de sua fama popular, em grande parte por intermédio do cordel, não se explica apenas pelas ações de seu governo. Getúlio era o líder carismático, "o pai ou o avô que cuidava do povo" (CURRAN, 2009, p. 112). Ele levou ao ápice esse papel quando, em 1954, como oferta do próprio sangue, se suicidou. Na narrativa cordelística, Getúlio Vargas representa o carisma e o personalismo do presidente na história brasileira.

Considerações finais

O cordelista através de suas reflexões sobre o cotidiano se utiliza de sua produção poética para produzir um saber histórico. Ainda nessa perspectiva, por mais que o poeta não

possua o controle dos procedimentos teórico-metodológicos tão cobrados aos historiadores na hora de pôr em prática suas pesquisas e na construção de sua escrita da história, ele escolhe e define seu método através da construção de seus poemas, buscando em fontes historiográficas os fatos e acontecimentos que pretende abordar, faz seus recortes e se utiliza da linguagem figurada na construção de suas "narrativas históricas" no interior de sua produção poética e na construção de determinado conhecimento histórico.

A apropriação dos folhetos de cordel pelo ensino de história torna possível a demonstração de uma constituição histórica de sentido tradicional, de uma experiência interpretativa e subjetiva e por sua vez de uma constituição crítica de sentido na orientação do agir. Sendo assim, a formação histórica pelo viés do saber e da ação, como pretendemos que seja realizada a utilização do cordel no ensino de história, trabalha a experiência, a interpretação da experiência e a orientação no tempo presente. A criança e o jovem como protagonista no processo histórico. "Nesse processo, o sujeito afirma a si próprio. Ao aprender, firma a dimensão temporal de sua própria identidade e assenhoreia-se de si, de seu tempo." (RÜSEN, 2010, p. 107- 108).

Referências

ABREU, M. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

CERRI, Luis Fernando. Ensino da história: fronteiras interdisciplinares, avanços e problemas. *Cad. História*, v. 12/13, n. 1, p. 7-21, 2005.

_____. *Ensino de história e consciência histórica*: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 138p.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2009. 283p.
GRILLO, Maria Angela Faria. A literatura de cordel na sala de aula. In: Abreu, Martha; Soihe, Rachel. *Ensino de História*: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. História em verso e reverso. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Ano 2, n. 13, outubro de 2006.

FLORES, Elio Chaves. Dos efeitos e dos ditos: história e cultura histórica. *SAECULUM – Revista de História*, 16., João Pessoa, jan./jun., 2007, p. 83-102. Disponível em: https://doczz.com.br/doc/130651/dos-feitos-e-dos-ditos--hist%C3%B3ria-e-cultura-hist%C3%B3rica . Acesso em 03 de março de 2020.

MARINHO, Ana Cristina; PINHEIRO, Hélder. *O Cordel no Cotidiano Escolar***.** São Paulo: Cortez, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de história*: entre memória e história. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). História e Educação: territórios em convergência. Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007. Disponível em: http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf. Acesso em 05 de abril de 2021.

_____; PENNA, Fernando de Araújo. *Ensino de História*: saberes em lugar de fronteira. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15080/11518. Acesso em 15 de maio de 2020.

PINHEIRO, H. e LÚCIO, A. C. M. *Cordel na Sala de Aula*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

RÜSEN, Jörn. *A Razão histórica:* a teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *História Viva Teoria da História III***:** formar funções do conhecimento histórico. Tradução: Estevão Rezende Martins. Brasília. Editora UNB. 2010.

SILVA, Gonçalo Ferreira da Silva. *Getúlio Vargas*: eterno no coração do povo brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: ABLC, 1987. 8p.

WANDERLEY, Sonia. Cultura Histórica, Mídia e Ensino de História: problemas políticos de ensinar e aprender. In: XV Encontro Regional de História Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa, 2012, São Gonçalo. XV Encontro Regional de História Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa. Rio de Janeiro: ANPUH - RJ, 2012. v. 1. p. 20-28. *Anais.* Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338471937_ARQUIVO_Culturahistorica,midiaeensinodehistoria-artigoAnPuhregional2012.pdf . Acesso em 19 de fev. de 2019.

"*Ser é ser percebido*[1]": o lugar da História ensinada na constituição do sujeito da aprendizagem no mundo contemporâneo

Susanna Fernandes Lima[2]
Doutoranda em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Desde a obtenção do diploma da licenciatura plena em História, em 2010, e ao longo da minha experiência profissional, tenho lidado com a pergunta "para que serve a História?", realizada por minhas alunas e meus alunos, e venho experimentando a elaboração de aulas que colaborem com uma experiência capaz de associar o conhecimento histórico escolar a um uso prático na formação desses sujeitos. Com isto, retomo a pergunta tantas vezes enunciada nas investigações sobre historiografia e Ensino de História, sobre o desafio de aproximar experiência histórica e narrativa historiográfica, em suas modalidades acadêmica e escolar.

Esta questão atravessou o meu curso de Mestrado, realizado no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), na UERJ, no qual me propus a investigar quem é a/o aluna/o da atualidade e que experiência de aula de História está sendo construída no espaço escolar. Lançar um olhar sobre a (inter) ação das/os alunas/os com a estrutura da aula foi importante na medida em que revelou ser necessário ajustar o modo de elaborar a aula de História, tornando suas margens mais elásticas e flexíveis.

Aqui me valho dos postulados de Ilmar Rohloff de Mattos (2006), onde fica sublinhado que o processo de ensino-aprendizagem "é fruto da contradição entre o velho e o novo, propiciador de desequilibrações sucessivas*"* (MATTOS, 2006, p. 18). Nesse contexto, segundo o autor, nós nos tornamos professoras/es de História a partir do movimento de elaboração da aula (como texto), e nossa/o aluna/o, que ocupa lugar central nessa relação, tem a possibilidade de ler um texto (a aula), tornando-se leitor/a. A partir disto, é preciso pensar a aula não só como texto e local onde se faz História, mas também considerar as possibilidades de criação/elaboração coletiva dessa experiência, já que "a aula de História como texto é criação individual e coletiva a um só tempo" (MATTOS, 2006, p. 24).

As desequilibrações, às quais se refere Ilmar de Mattos, podem gerar como resultado possível a ação de ressignificar formas de elaborar a aula, pensando no diálogo entre o

[1] Frase do filósofo irlandês George Berkeley (1685-1753).
[2] Professora de História na SEEDUC RJ. Mestra em Ensino de História pela UERJ (Orientação: Prof.ª Drª. Marcia de Almeida Gonçalves - 2021). Doutoranda pelo PPGHS (2021), na linha de pesquisa Historiografia e Ensino de História, sob orientação da Prof.ª Drª. Marcia de Almeida Gonçalves e coorientação da Prof.ª Drª. Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley.

conhecimento histórico escolar e a constituição desses sujeitos em sua condição de nativas/os digitais. Considerando-se, nesse sentido, que a/o aluna/o que se constrói a partir da vivência num mundo urbano e hiperconectado é aquela/e que interfere na aula de História para propor assuntos e formatos; trata-se de uma/um nativa/o digital cuja subjetividade se forja de forma diferente em relação aos sujeitos que, como eu e tantas/os outr/asos de minha geração – e de gerações anteriores – foram adolescentes e jovens num momento anterior à popularização da internet.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012), também me auxilia a não perder de vista uma motivação acadêmica delimitadora desta pesquisa: "a História nos ensina a prestar atenção no outro, a medir a nossa distância e nossa diferença em relação a ele, não para recusá-las ou para construir uma hierarquia entre elas, mas para aceitá-las em sua essência" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 32).

Deparar-me com as informações disponíveis em relatórios recentes de avaliação destes jovens *leitores* de aulas de História foi revelador, na medida em que pude atestar o que já estava diante dos meus olhos através da observação em sala, ao longo dos anos. Por exemplo, segundo a pesquisa Juventude Conectada (2016): "A cada ano do estudo é possível notar que faz menos sentido falar em 'mudanças que a internet trouxe para o dia a dia' [porque] para os jovens, 'antes da internet' é um lugar que não existe" (p. 52-53). Coexistimos, eu – na condição de imigrante digital, e elas/es enquanto nativas/os digitais –, como afirmou Marc Prensky, e apenas nessa convivência faz sentido afirmar que "a História implica o aprendizado da alteridade, o aprendizado da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 32).

As intenções dessa pesquisa se relacionam diretamente ao modo como o campo do Ensino de História pode contribuir para a formação da subjetividade dos sujeitos que ocupam os bancos escolares, atrelando isso à disponibilidade das tecnologias digitais de informação e comunicação presentes e em acelerado desenvolvimento em diversas sociedades contemporâneas – especialmente considerando o contexto urbano de grandes metrópoles –, sem perder de vista que o espaço escolar é tessitura humana. A matéria de que é feita a escola combina a existência/formação de sujeitos, e o modo como esses sujeitos – elas/es, nós – significam suas existências enquanto seres atuantes no mundo em que vivem. Albuquerque Júnior é preciso em suas colocações quanto ao sentido não somente da História, mas da matéria escolar e da narrativa, produto deste ofício.

Os questionamentos que venho elaborando até aqui não são novidade para aqueles que pensam as condições de possibilidade do Ensino de História no mundo contemporâneo, tendo

em vista esse cenário hiperconetado no qual estamos inseridas/os – professoras/es e alunas/os –, uma vez que se trata de condição sem retorno: a internet faz parte, inegavelmente, do florescimento das subjetividades humanas que se desenvolvem sob seu domínio. Em razão disso, assevero minha aposta na colaboração do campo investigativo do Ensino de História – que se sobressai na medida em que reforça sua singularidade a partir da relação com a Educação Básica (COELHO; BICHARA, 2019, p. 65) – e em suas contribuições para uma aprendizagem significativa no espaço escolar.

Uma vez que opera produzindo efeitos sobre a vida prática das/os estudantes, a História ensinada tem o potencial de colaborar com a maneira pela qual os sujeitos da aprendizagem conferem contornos às suas próprias subjetividades partindo, inclusive, de suas narrativas sobre si – expostas em redes sociais ou apresentadas por meio dos encontros na escola –, posto que são o caminho por meio do qual se constitui o sentido da experiência do tempo (RÜSEN, 2010). Afinal, "sem uma narrativa, a vida não tem sentido. Sem um sentido a aprendizagem da História não tem um significado. Sem significado não superamos a necessidade de gerar sentido para a vida" (SALIBA, 2009, p. 63).

É inegável a rapidez com que avançam os processos tecnológicos em grande parte da sociedade. Nesse sentido, afirmo as/os estudantes com os quais os(as) professores(as) atualmente convivem em grande parte das escolas brasileiras em contexto urbano são hiperconectadas/os, aceleradas/os, propositivas/os e geralmente apresentam maior interesse por práticas e atividades que se utilizem de mídias e tecnologias da informação. Isto corrobora a ideia de que os interesses das/os alunas/os precisam ser aproximados da aula de História para que o processo de ensino-aprendizagem transcorra de maneira expressiva.

Sem dúvida não se trata de apontar para o surgimento da internet, e consequente desenvolvimento das mídias digitais e tecnologias de comunicação e informação, como pioneiros no processo de aprendizagem que resulta em elaboração de conhecimento significativo. Ao contrário, há longa estrada em conceitos e teorias que definem e se dirigem para esse tipo de metodologia, justamente tendo em conta que as pessoas buscam aprender o que, em algum grau, desperta interesse, curiosidade, encantamento e afeto.

No que concerne a esta pesquisa, a perspectiva de que tanto professoras/es quanto pesquisadoras/es do Ensino de História devemos considerar a "bagagem", os conhecimentos com os quais as/os estudantes chegam ao espaço escolar, não é uma novidade – "No caso específico da aula de História, tal bagagem ou capital se traduz nas informações prévias que se aproximam dos conhecimentos históricos escolares". (ROCHA, 2009, p. 90)

A despeito disso, o que proponho é o movimento de aproveitar esse contexto hiperconectado em que estamos sendo inseridas/os, e onde a boa parte de nossas/os alunas/os nasceram, dirigindo um olhar atento para as contribuições formativas do Ensino de História na construção de sujeitos e subjetividades, partindo das informações ou conhecimentos que já possuem, a fim de que isso funcione como um propulsor para encontros escolares mais interativos e significativos para todos os envolvidos.

Enquanto redijo este texto, sei que os tempos são difíceis para os que escolheram e escolhem o magistério, especialmente no recorte da Educação Básica, mais ainda no caso das Ciências Humanas, onde se insere a História. Vivemos um tempo no qual o contexto político brasileiro encontra-se eivado por ataques à democracia. Fernando Seffner (2019) desenvolve uma reflexão importante sobre essa conjuntura, associando-a ao papel fundamental do Ensino de História, uma vez que entende ser um desafio desenvolver práticas que objetivem reforçar o comprometimento da educação com valores democráticos, justamente quando estes – também as escolas e seus docentes – estão sendo atropelados por práticas autoritárias, como vimos ser noticiadas praticamente em caráter diário.

A despeito desse cenário, e certamente por conta dele, o autor reconhece que "toda aula de História tem como um de seus objetivos viabilizar condições para que alunos e alunas se interroguem sobre sua própria historicidade" (SEFFNER, 2019, p. 23), compreendendo-se como resultado das marcas históricas que operaram na sua produção enquanto sujeitos que existem e agem no mundo, ou seja, para além de sujeitos da História, podem vir a ser sujeitos conscientes de sua agência sobre a História.

É nesse sentido que Seffner sugere que o Ensino de História deve funcionar como uma "complicação necessária" (SEFFNER, 2019, p. 37). Complicar não para embaçar, intrincar, ou confundir, mas tornar mais complexo aquilo que se ensina, objetivando ampliar os horizontes dos mais jovens, a fim de que seus conhecimentos sobre o mundo – em que vivem e no qual foram forjadas as suas identidades e subjetividades – possam ser alargados, e não meramente reproduzidos. Esse Ensino de História, dialogado e democrático, deve se fortalecer não só para questionar constrangimentos democráticos que têm assomado a sociedade, como também para colocar em disputa homogeneizações ou naturalizações que têm emergido na cena atual da política brasileira, e aparecem refletidas nas salas de aula.

Ao defender o direito de alunas e alunos aprenderem, Seffner aposta na defesa da liberdade de ensinar (orientada por procedimentos científicos), moderada pela "liberdade de expressão, concedida a [...] professores e professoras quando no exercício da função docente" (SEFFNER, 2019, p. 36), buscando romper com a suposta neutralidade, sombra que tem se

construído em torno de docentes (de História). Além disso, entende que é na aula de História que se torna possível indagar e fazer remexer sentidos atribuídos ao passado e ao presente, oportunizando que se ensaiem novidades – sobre os temas, sobre si, sobre a narrativa de si, e sobre o outro, eu diria.

O presente texto se ancora, portanto, neste movimento para pensar a alteridade, a partir da qual se trata na escola (e não apenas nela), a questão do outro; e, por conseguinte, ao examinar a formação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem, busca identificar e construir possibilidades para o tratamento dado à produção de identidades e diferenças, nas práticas de Ensino da História e nas reflexões sobre ela.

Uma das formas de pensar os contornos das relações que professores estabelecem com alunas/os na escola pode ser vinculada à noção de precariedade, apropriada de Judith Butler (2011). Nesse contexto, tanto não há controle por parte das/os docentes em relação às/aos estudantes que encontrará em cada sala de aula, como também, nós, enquanto professoras/es, não somos necessariamente escolhidos por elas/es – estamos bilateralmente expostos a esta relação de alteridade.

Nas palavras da filósofa Judith Butler, no texto "Vida precária": "aquilo que nos vincula moralmente tem a ver com como o discurso do Outro se dirige a nós de maneira que não podemos evitá-lo ou mesmo dele desviar" (BUTLER, 2011, p. 15). A possibilidade de atrelar o Ensino de História à ideia de precariedade, proposta por Butler, tendo em conta o contexto de hiperconexão fomentado pela internet, passa por entender como funciona o argumento da autora. Para ela:

> A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. Reciprocamente, isso significa que nos são impingidas a exposição e a dependência dos outros, que, em sua maioria, permanecem anônimos. (BUTLER, 2019, p. 31)

No que diz respeito às reflexões da autora acerca da questão do reconhecimento da alteridade, e, por isso, do reconhecimento de si, ocorre o apontamento para certo modo de construção do discurso de representação do *outro,* de forma a discutir os processos de humanização e desumanização que podem vincular a nossa existência à desse *outro* através de um pressuposto ético.

É dessa forma que, do ponto de vista de Judith Butler, se dá a nossa formação e entendimento enquanto sujeitos: a partir do reconhecimento que é engendrado no movimento de entender e ser entendido por alguém a quem identificamos como *outro.* Portanto, é através

do discurso que se revela a dimensão relacional da constituição do pressuposto de alteridade mobilizado por Butler, uma vez que, constitutivamente, nos reconhecemos enquanto *alguém* a partir da ideia de *outro*, ou de ser *outro*.

Nesse caso, e na minha interpretação, o que vaza pelas margens da imagem atribuída à/ao adolescente/jovem hiperconectada/o, e com a qual dialoga com o senso comum – de que esses sujeitos fazem uso das mídias apenas para entretenimento, distração e lazer, ou para buscar respostas de tarefas escolares –, é a falha da imagem, ou uma espécie de ruptura com essa abordagem superficial. Essa compreensão generalizante advém de uma leitura unilateral de quem, de fora e com suas próprias lentes, observa o uso de mídias sociais por este público, sem incluir a dimensão relacional e dialógica que faria emergir se não a verdade, porque não se pode afirmar que há uma única verdade nessa situação, antes, traria à tona o enquadramento através do qual essa/e estudante se percebe, se pensa e se constrói enquanto ser para o outro que o vê.

Enquanto desdobramento da argumentação sobre a precariedade, Butler se vale do exemplo do nascimento (de uma pessoa) como sendo, por definição, precário, uma vez que a sobrevivência de uma nova vida depende do cuidado de uma rede de apoio, do contrário, pode morrer. E é exatamente por isso que é preciso cuidar dessa nova vida: para que ela sobreviva[3]. A condição essencialmente precária de uma vida, portanto, se dá na medida em que esta é ontologicamente entendida como vulnerável, uma vez que pode deixar de existir a qualquer momento – no caso da situação mobilizada aqui, basta que o cuidado à vida recém-nascida seja retirado para que esta seja perdida.

Esse encadeamento substantiva fundamentalmente as conexões que vivenciamos nos espaços escolares: somos, professoras/es e estudantes, dependentes do cuidado mútuo para que a relação estabelecida "antes mesmo de formarmos nossa vontade" (BUTLER, 2011, p. 15) sobreviva. E reside nessa ação – cuidar – quando ela inexiste ou acontece, o efeito de uma concepção de distanciamento (violência ética) ou de aproximação (responsabilidade ética), respectivamente. Em outras palavras: os vínculos estabelecidos a partir das relações com o outro, que permeiam nosso ser e estar no mundo – nos interessam mais de perto aqueles forjados entre docentes e discentes –, são precários, nesse contexto relacional, na medida em

[3] É importante afirmar que, do ponto de vista de Judith Butler, não existe apenas a precariedade relacional, apreendida a partir do suposto de alteridade. Ela assinala a existência de uma condição política de precariedade, na qual alguns corpos (reconhecidos como vidas) correm mais risco de deixar de existir do que outros. Esse enquadramento (quais corpos são tratados como mais/menos vulneráveis) está em constante disputa, uma vez que, por exemplo, condições desiguais de trabalho fomentam condições desiguais de existência nas sociedades, resultando em reconhecimentos desiguais de identidades. Essa desigualdade é produzida pelas conjunturas política e econômica que situam determinados grupos de pessoas como mais/menos vulneráveis, portanto, mais/menos precárias/os.

que refletem características de humanização (“poderia ser eu no lugar desse outro”) ou de desumanização (“ele é apenas mais um”).

Diante desse cenário, a narrativa é o elemento fundamental que confere sentido à experiência, para que se observe quem é e de onde fala o sujeito. Émile Benveniste (2005) nos auxilia na reflexão acerca da narrativa e de suas relações entre subjetividade e linguagem afirmando: “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem [...]*”* (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Esta, por sua vez, é encarada pelo autor como dimensão da condição humana e não como mero instrumento fabricado para servir a algum uso material e, nesse sentido, é ela quem viabiliza a intermediação do sujeito com a sociedade, posto que funciona como instrumento social por meio do qual operam a língua e o discurso. De acordo com Benveniste, a linguagem é responsável por acrescentar à espécie humana o caráter social – “não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo [...] É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (BENVENISTE, 2005, p. 285) É a linguagem, ainda, a operação que, segundo o autor, possibilita a organização do discurso (p. 289).

Essa/e adolescente e/ou jovem, sujeito em formação, que figura enquanto objeto das reflexões propostas neste projeto, carrega, enquanto elemento formativo, uma competência narrativa que lhe confere apropriação particular do mundo em que se insere, cujos meios de comunicação encontram-se imbricados à sua existência. Trata-se certamente de um ser de linguagem, como todos somos, no entanto, a onipresença da internet e de seus mecanismos de funcionamento adjetivam seu modo de ser e agir no mundo. No campo da narrativa, portanto, concordamos com Benveniste, quando afirma que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

O propósito de investigar sobre os processos já mencionados é encaminhamento que se apresenta a partir da ocupação, enquanto professora de História e pesquisadora, de um lugar de escuta ativa e sensível e, neste sentido, a interlocução com Marcia Gonçalves (2020) me parece decisiva. Gonçalves firma diálogo com as proposições de Leonor Arfuch (2010), de onde temos que “nesse pensar sobre o “quem” insere-se um caminho analítico, pois ao indagar sobre “quem narra/quem fala” podemos compreender os processos de construção de identidades, identificações e subjetivações” (GONÇALVES, 2020, p. 86), colocando em cena as interlocuções possíveis entre o eu, que enuncia, e o tu – sendo estes pronomes intercambiáveis nas diversas relações que se estabelecem entre os sujeitos, especialmente quando se escolhe apurar, através da narrativa individual, em consonância com as narrativas

do saber histórico escolar, as linhas formativas de subjetividades traçadas por sujeitos discentes.

Através do Ensino de História, e de movimentos que se realizam por meio de uma aula dessa disciplina, é possível observar a emersão das concepções de sujeito, de si, que fazem parte de um recorte mais contemporâneo. Por exemplo: ao periodizar sua História, através de uma linha do tempo ou do desenvolvimento de um perfil para rede social, a/o aluna/o não só elabora uma reflexão sobre sua vida, como também, por meio da narrativa, "outorga forma ao que é informe" (ARFUCH, 2010, p. 112). Diz a autora: "o tempo mesmo se torna humano na medida em que é articulado sobre um modo narrativo" (ARFUCH, 2010, p. 112). Portanto, a elaboração, mediante o relato, de marcos no tempo de sua História possibilita ao estudante conceber reinterpretações do vivido.

Trata-se de um movimento salutar empreendido no interior da historiografia acadêmica aquilo que Beatriz Sarlo (2007) chamou de "guinada subjetiva", relacionada aos efeitos do pós-guerra e às narrativas testemunhais do holocausto postas em público, bem como à explosão de memórias oriundas dos relatos de vítimas da violência de Estado cometidas em regimes ditatoriais na América Latina.

A autora aponta a emergência de "novos sujeitos" que fazem parte de um "novo passado" (SARLO, 2007, p. 16), indicando um rearranjo de narrativa do passado, reordenado conceitual e metodologicamente a partir de certa renovação de interesses por parte de historiadores, que buscavam examinar aquilo que fugia à curva das/os grandes personagens/movimentos sobre os quais se debruçavam as/os eruditas/os, em consonância com relevantes atos de memória aderidos à experiência relatada por vítimas e testemunhas de eventos traumáticos da História, fazendo aparecer o que ela chama de "sujeitos normais" (idem). E a afirmação de Beatriz Sarlo de que o "sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito" (SARLO, 2007, p. 39) vem ao encontro desta proposta de pesquisa.

Em paralelo a isso, e recuperando o diálogo proposto por Marcia Gonçalves com Leonor Arfuch, emerge a concepção de "sujeito não essencial" como sendo aquele que "viabiliza escrever outras Histórias" (GONÇALVES, 2020, p. 85), por, justamente, caracterizar-se como "aberto a identificações múltiplas" (ARFUCH, 2010, p. 80). Recorrer a esse conceito confere fôlego à pesquisa em que se pretende analisar narrativas de vida, relatos de si, especialmente no contexto contemporâneo, no qual as marcas da internet já se apresentam bastante profundas, desenhando identidades, vivências e experiências no cotidiano das sociedades que operam com sua utilização.

As/Os alunas/os da última década, portanto, configuram as primeiras gerações de pessoas cujo processo de vivência e socialização aconteceu integralmente no contexto da tecnologia digital. Há quem os nomeie como "geração touch screen", ou seja, geração que sequer apertou botões para realizar chamadas telefônicas, por exemplo.

É sabido por todos nós que a internet, e tudo o que ela carrega consigo enquanto aplicação, tornou-se a base da comunicação dentre diversos grupos sociais no mundo, e cada vez mais tem sido utilizada enquanto meio fundamental para acesso a meios de comunicação. Cabe comentar que enquanto eu, imigrante digital, estabeleço relações de memória com o tempo em que o uso de tecnologias digitais de comunicação e informação ainda era incipiente, e com a sociedade, que funcionava de modo diverso do que se apresenta na atualidade.

O autor Jorge Larossa Bondía (2002) se propõe a refletir sobre a educação evocando, para isso, o par "experiência/sentido". Bondía sugere que "a informação não é experiência"; segundo seu ponto de vista, experiência é "o que nos acontece, o que nos toca" (BONDÍA, 2002, p. 21), não o que acontece a cada dia, sem relação direta conosco, afinal, muitas coisas ocorrem todos os dias, e nem todas nos afetam, impressionam ou sensibilizam. A partir disso, o autor discute acerca da expressão "sociedade da informação", que muitas vezes aparece associada à outra, "sociedade do conhecimento" (BONDÍA, 2002, p. 22), dando a ideia de que aprender resume-se a apenas obter e processar informações, oferecendo como resultado a emissão de opiniões sobre aquilo que julgamos estar informados.

Ainda na esteira dos argumentos de Bondía, fica claro que a educação, nesse contexto, tem caminhado *pari passu* com o correr acelerado dos acontecimentos que geram as informações. Nesse ponto, temos consumido com avidez as notícias que se acumulam sobre os dias com o passar do tempo. "Com isso, também em educação estamos sempre acelerados e nada nos acontece" (BONDÍA, 2002, p. 23).

Enquanto aqueles que são identificados sob o signo da migração digital não apenas presenciam essa virada tecnológica, mas buscam se acomodar e adaptar a ela, os nativos digitais sequer conseguem imaginar um mundo anterior a este. Numa tentativa de costurar esses argumentos, proponho o diálogo com o conceito de "atualismo", elaborado por Mateus Pereira e Valdei Araújo (2016). Nele, os autores desenvolvem uma acurada reflexão acerca de um diagnóstico do que tem ocorrido no cenário atual das sociedades contemporâneas/hiperconectadas, a saber, "a contínua atualização do atual" ou o "atualismo" (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 285).

> Nosso presente não precisa ser pensado apenas como presente alargado, ou como um presente sem futuro, mas como uma forma de temporalização assentada em um modo específico do presente articular futuro e passado. [...] Por mais que as novidades se apresentem, sejam mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refaer vínculos conjunturais, pois "nossa atualidade" se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade. (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 294)

As TDIC encontram, nesse contexto atualista, campo fértil para a irrigação contínua das mídias, cada vez mais personalizadas, fomentando uma necessidade – que podemos e devemos discutir – de fazer corresponder um (ou mais, posto que cada espaço, na internet, demanda um tipo diferente de perfil) "eu virtual" a cada "eu real" (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 292). As redes sociais, objeto direto de uso e consumo por parte das/dos adolescentes e jovens, ainda que não somente delas/deles, operam um pouco nessa direção: as identidades mais valorizadas pelos consumidores, nesse campo, são exatamente aquelas com mais seguidores e curtidas – portanto, as mais expostas, cujo encaixe com a vontade atual de ver (a vida do outro, o outro) se dá como peças que completam um quebra-cabeça. "Explorar as tensões e novas complexidades nas encenações da subjetividade […] é uma tarefa fundamental, já que a cultura do eu encontra hoje mídias cada vez mais poderosas nas quais e as quais (se) alimenta" (PEREIRA; ARAÚJO, 2016, p. 293).

O interesse em desenvolver uma pesquisa acerca das contribuições do Ensino de História para a formação da subjetividade dos sujeitos da aprendizagem envolve, ainda, a necessidade de elaboração de uma reflexão atenta e crítica sobre o modo como essa questão é tratada em manuais didáticos e nos documentos curriculares, tendo em vista que estes não apenas interferem nas práticas docentes, por vezes moldando-as, como também podem lançar luz sobre as disputas de poder relativas aos processos educacionais brasileiros.

Uma importante menção se faz necessária: é o compromisso com a educação básica que caracteriza e, mais que isso, singulariza o campo do Ensino de História (COELHO; BICHARA, 2019, p. 65). Conhecendo de perto os dilemas, problemas e desafios vividos no âmbito escolar, as pesquisas serão capazes de estreitar os laços com as áreas às quais se vincula diretamente – História e educação –, atendendo, assim, a dois objetivos centrais: (I) "interferir nos sistemas educacionais, com vistas à melhoria das condições de oferta da Educação Básica" (idem); e (II) aprimorar o lugar ocupado pela História enquanto disciplina escolar.

O cenário atual da política brasileira, que revela inúmeros retrocessos em diversos campos, não eximiu o Ensino de História de experimentar diversos episódios sintomáticos do acirramento ideológico que toma conta do país nos últimos anos. Pudemos presenciar, da

parte de diversos não especialistas, as muitas incursões realizadas no sentido de estabelecer como, a seu ver, deveria se dar a questão da abordagem curricular da História ensinada nas instituições escolares.

São nossos também os questionamentos realizados pelo professor Fernando Penna: "Qual é o papel das escolas em uma sociedade democrática? Qual é o tipo de subjetividade que se considera desejável ou necessário para uma sociedade democrática?" (PENNA, 2017, p. 252). Nesse sentido, entendo que tratar a aprendizagem histórica significativa enquanto problema a ser perscrutado na pesquisa em Ensino de História e nas práticas de ensino em sala de aula significa pensar nas formas de aproximação ou distanciamento que se podem estabelecer entre experiência histórica vivida e História narrada em modalidade escolar, trazendo para o centro quem são os sujeitos e como agem de acordo com as estruturas sociais que fomentam e forjam suas subjetividades.

Por fim, enfrentar o problema da constituição da subjetividade configura-se enquanto um desafio imediato para o professor de História e para a pesquisa em Ensino de História no mundo contemporâneo hiperconectado, tendo em vista a emergência de vidas precárias a partir da crescente demanda de exposição em ambiente virtual, posto que as existências encontram-se segmentadas entre versões virtuais (múltiplas) e não virtuais de si e do outro, além das temporalizações aceleradas do atualismo.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?* In: Marcia Gonçalves, Helenice Rocha, Luis Reznik, Ana Maria Monteiro (org). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ARFUCH, Leonor. O Espaço Biográfico. Dilemas da Subjetividade Contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

Beatriz Sarlo. *Tempo passado*, *Crítica do testemunho: sujeito e experiência* e *A retórica testemunhal.* In: **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 9-68.

BENVENISTE, Émile. *Da subjetividade na linguagem*. In **Problemas da Linguística Geral I**. 5a ed. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 284-293.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19. p. 20-28.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? [tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Vida precária.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 13-33.

COELHO, Mauro Cezar; BICHARA, Taíssa. *Ensino de História: uma incursão pelo tempo.* In: Adriana Ralejo e Ana Maria Monteiro. **Cartografias da pesquisa em ensino de história.** Rio de Janeiro, Mauad X, 2019, p. 63-83.

GONÇALVES, Marcia de A. *A morte e a morte da biografia*. OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha. (Org.). **Tempos de crise**; ensaios de história política. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 23-62.

Juventude Conectada 2 / [idealização e coordenação] Fundação Telefônica Vivo. - 1. ed. - São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *"Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História*. In: **Tempo** [online]. 2006, vol.11, n.21.

PENNA, Fernando de Araújo. *"Escola sem Partido" como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola*. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez: ANPUH SP - Associação Nacional de História - Seção São Paulo, 2017. p. 247-260.

PEREIRA, M.; ARAÚJO, V. **Reconfigurações do tempo histórico:** presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. Revista. UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, 2016, p. 270-297.

PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza, 2001. Disponível em: http://pdfcast.org/pdf/nativos-digitais-imigrantesdigitais-marc-prensky. Acesso em: 08/11/2020.

ROCHA, Helenice. *A aula de história: que bagagem levar?* In: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Marcelo de Souza Magalhães e Rebeca Gontijo. **A escrita da história escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p.51-63.

RÜSEN, Jörn. *Narrativa Histórica*: *fundamentos, tipos e razão*. SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, pp. 93-108.

SALIBA, Elias Tomé. *Na guinada subjetiva, a memória tem futuro?* In: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Marcelo de Souza Magalhães e Rebeca Gontijo. **A escrita da história escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p.51-63.

SEFFNER, Fernando. *Três territórios a compreender, um bem precioso a defender: estratégias escolares e Ensino de História em tempos turbulentos.* In: Adriana Ralejo e Ana Maria Monteiro. **Cartografias da pesquisa em ensino de história.** Rio de Janeiro, Mauad X, 2019, p. 21-42.

História local na construção da identidade e preservação da memória do bairro Guarani

Ailson Carlos da Silva[1]
Mestrando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

O século XX é um período de grandes mudanças em relação à historiografia. A revolução que a historiografia vivenciou com a escola dos Annales, tratando uma história que não seja apenas com foco político e econômico, é de suma importância para a compreensão das sociedades como um todo. De acordo com (BURKE, 1992, p. 18), os estudos de Lucien Febvre, La terre et l'évolution humaine, publicado em 1922, apoiado em uma geografia histórica, característica marcante em que delineia nitidamente os contornos da região determinada, tornou a introdução geográfica quase obrigatória nas monografias provinciais da escola dos Annales na década de 60. Este fato faz-se compreender, desde o início da colonização do Brasil, a necessidade de valorizar as delimitações regionais, no nosso caso territorial, composto por sesmarias; e a compreender como a geografia da região foi se constituindo com o tempo, formando os limites entre municípios e dentro dos municípios as delimitações dos bairros, influenciados por avanços econômicos industriais ou crise agrária, êxodos rurais e mercado imobiliário.

A história local, palco da diversidade que configura o que se identifica e se reconhece como o local, que é marcado pela multiplicidade de sentidos e variações, podendo associar-se a uma aldeia, uma cidade, uma universidade entre outros espaços limitados (GONÇALVES, 2007, p.177), dialoga com um conceito clássico de (GOUBERT, 1992, p.70):

> Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada.

São Gonçalo tem a sua importância desde o início da colonização, mantendo-se como uma região com inúmeros engenhos e produção agrícola, principalmente cultura cítrica. Ainda que após 1930 perca a alcunha de Manchester Fluminense, é o munícipio do estado do Rio de

[1] Mestrando em História Social pela FFP - PPGHS. E-mail: prof.ailson.ailson@gmail.com

Janeiro com 1,091.737 de habitantes, só ficando atrás da capital, ocupando a 16º posição nacional segundo dados do IBGE em 2020, e o segundo maior colégio eleitoral do Estado.

O passado e o presente continuam a fazer de São Gonçalo, um local fascinante e rico em diversidades, que precisa fazer parte da memória e do cotidiano gonçalense. O bairro Guarani, que é também curiosamente conhecido como Mundel, traz em sua história um relato de desbravamento, crescimento urbano, e luta de moradores em busca de melhorias para sua descendência, como a construção do Colégio Estadual Vila Guarani, em um terreno cedido pela associação de moradores da época.

A história da formação dos bairros de São Gonçalo, e seus respectivos nomes, carregam detalhes da história, tanto dos donos dessa terra, como dos índios e dos colonizadores, que exploraram a região desde o início da colonização, assim como do marco local de importância econômica. Encontramos nomes ligados à língua nativa como Itaoca, Guaxindiba e Ipiiba; nomes ligados a portos comerciais como Porto do Rosa, Porto Novo e Neves; nomes ligados a características geográficas do solo, como Barro Vermelho.

A origem dos 92 bairros e outros sub-bairros tem interligação direta ao processo de decadência das grandes fazendas agrárias, como a cultura cítrica da laranja, por exemplo, sítios e chácaras, e o esvaziamento industrial que acontece após 1930, no qual São Gonçalo perde a razão da alcunha de “Manchester Fluminense”. Apesar de a cidade ter sido o berço da industrialização brasileira, a indústria fluminense sofre desde a década de 1930 um inexorável processo de esvaziamento industrial, perdendo posição para a indústria paulista (ARAUJO, 2005).

Mesmo com conhecimento de parte da memória histórica, da fundação da cidade de São Gonçalo, e da origem dos seus bairros, existem algumas lacunas a serem preenchidas, e que merecem estudo, atenção e investigação, no que tange a pequenos bairros que fazem partes desse espaço. O levantamento histórico da formação do bairro Guarani pós-processo de fragmentação das grandes fazendas do 3.º distrito de São Gonçalo é importante para a história local, que tem sua primazia no fato de buscar nos pequenos espaços as peculiaridades, a preservação da memória, e a formação identitária de um grupo que compartilha desse mesmo ambiente.

A história oral vem se constituindo o meio mais eficaz para a reconstituição e esclarecimento dos acontecimentos mais próximos do tempo, no qual envolvem os testemunhos. Ainda que houvesse o pensamento da necessidade do distanciamento como forma de dissipar a nuvem que envolve os fatos para aumentar as possibilidades do conhecimento (RICOEUR, 1997, p.196), as narrativas testemunhais oculares são um rico

material para entender os acontecimentos próximos e fonte para pesquisas posteriores, se constituindo com o tempo em farto material para futuras pesquisas como bem coloca Alberti:

> [...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p.4).

Sendo assim, espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão da importância da história local, o que permitirá entender passado e presente nos vários espaços de convivência, e valorizar a própria história; criar sentimento de pertencimento e identidade, resguardando a memória, que é essencial à manutenção de uma cultura e sociedade. Além disso, contribuir com informações acerca da história da formação da cidade de São Gonçalo.

Passado e presente: Da colonização à formação dos bairros

São Gonçalo, desde o século XVI, constava na pauta de interesse europeu, haja vista a invasão francesa e o comércio estabelecido entre os franceses e os índios que ocupavam essa região, os tupinambás (SILVA; MOLINA, 1995). Após os franceses se aliarem aos índios tupinambás, e serem derrotados pelos lusos-temiminó, a concretização da empreitada do processo de ocupação colonial, através da criação das sesmarias, foi necessária para evitar riscos de novas invasões (SILVA; MOLINA, 1995).

As sesmarias foram doadas a homens como Antônio Rodrigues de Almeida, em Itaoca – 1565; Pedro Martins Namorado e José Adorno, em região que corresponde atualmente ao bairro de Neves e Praia da Luz; Gonçalves de Aguiar, em terras que iam de Guaxindiba ao Rio Alcântara; e a Gonçalo Gonçalves, o mais importante sesmeiro, em terras que correspondem uma área que vai de Itaoca - rio Suassunhão -, ao Gradim - Porto de Ibirapitanga (MOLINA; SILVA, 1995). As sesmarias de Gonçalo Gonçalves estabelecem uma posição central nas terras guanabarinas, principalmente em relação ao município de São Gonçalo. Com acesso privilegiado ao mar, se deu início ao processo de ocupação da região.

> Os primeiros registros de ocupação de terras no território gonçalense remetem a sesmaria de Antônio de Mariz que montou o engenho de Nossa Senhora das Neves, na região do atual bairro de Neves, quando obteve sua sesmaria em 1568. (FERNANDES, 2020, p. 239)

Desse processo de concessão de sesmarias surgem as fazendas as quais, com o desenvolvimento urbano, dão origens aos bairros de São Gonçalo.

São Gonçalo possui atualmente 5 distritos, 92 bairros, e outros tantos sub-bairros originados, em sua maioria, a partir do loteamento de terras que outrora foram fazendas, sítios

ou chácaras. Jaime dos Santos Figueiredo foi um dos primeiros a realizar o loteamento das terras; seu empreendimento deu origem ao que é hoje o bairro Paraíso (BRAGA, 2006).

Barro Vermelho, Brasilândia, Camarão, Covanca, Engenho Pequeno, Galo Branco, Gradim, Guaxindiba, Jockey (Jóquei), Jurumenha, Parada 40, Porto da Madama, Porto da Pedra, Porto Velho, Monjolos, Trindade, Venda da Cruz, Rio do Ouro, Tribobó, Várzea das Moças, Porto do Rosa, Neves, Patronato, Porto Novo, Vila Lage, Zé Garoto e Vista Alegre foram os primeiros bairros a surgirem na região de São Gonçalo.

Vista Alegre é apontado como um dos primeiros bairros que surgiram em São Gonçalo, e este faz delimitação com o bairro Guarani. Moradores mais antigos da região relatam que toda a região que compreende Vista Alegre, Monjolos e Guarani, era uma grande fazenda chamada Fazenda Restaurada, e sua principal fonte econômica era o cultivo de laranja. Alguns autores remetem que o processo de ocupação de Vista Alegre foi iniciado na década de 20, com a construção da Vila Operária para os empregados da Cerâmica Vista Alegre, empresa situada em Rio do Ouro. E, posteriormente, a Fazenda Restaurada foi loteada dando origem a outros bairros, como o Guarani.

O entorno do Guarani guarda um passado de história e prosperidade. A fazenda Engenho Novo do Retiro, localizada no bairro Largo da Ideia, foi um grande marco na fundação de São Gonçalo. A fazenda pertenceu a vários donos quando, em 1830, foi adquirida por Belarmino Ricardo Siqueira – Barão de São Gonçalo. A Fazenda foi grande produtora de cana-de-açúcar, além de produzir laranja e carregar o título de maior produtora de abacaxi do Estado. Foi, ainda, um dos principais trajetos da 2ª corrida automobilística do Brasil em 1909, e também serviu de cenário para as gravações da minissérie “Memorial de Maria Moura”, produzida pela Rede Globo. Há relatos de que a fazenda foi palco de uma visita da Família Imperial, por volta de 1870, devido à amizade do Barão com o Imperador D. Pedro II. O conjunto abandonado à própria sorte, não resistiu ao descaso e ruiu no início dos anos 2000.

O bairro Guarani, nasceu do loteamento da antiga Fazenda Restaurada. De acordo com depoimentos de antigos moradores do local, a região que compreende os atuais bairros de Vista Alegre, Monjolos, Guaxindiba e Guarani, pertenceu a três irmãos. Eram três fazendas: a do Engenho Novo, na região do Largo da Ideia; a de Bom Retiro, na região de Guaxindiba; e a Fazenda Restaurada, cuja sede principal se localizava, onde atualmente é possível apontar, entre as ruas Presidente Truman e Jorge Luis Figueiredo, no bairro Vista Alegre, e as terras de sua propriedade compreendiam o que hoje conhecemos como bairro Guarani, Vista Alegre e Monjolos. Parte das terras do entorno da antiga sede, que se estende desde a Av. Almirante Pena Boto à Rua Godofredo Pereira de Assunção, e fundos para a Rua Cidade Lisboa,

pertencem aos proprietários da Escola Infantil Recanto Verde – EIREVE (SILVA et al, 2019, pg.20)

Guarani ontem e hoje: Transformações socioespaciais

"Guardemos com carinho o passado numa gaveta do presente." É por esta via que moradores mais antigos do bairro Guarani descrevem a região desde os primórdios da infância. A região era roça e a mão de obra era a cerâmica, fazenda de gado e laranja. Quando a fábrica de cimento Mauá veio para a região, em 1932, e se instalou em parte dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí, os proprietários das fazendas arrendaram as terras para a instalação de uma linha férrea, necessária para passar o trem que transportava o calcário, principal matéria-prima do cimento. A linha férrea, com cerca de 18 km, vinha de Guaxindiba até São José - Itaboraí, e passava no lado esquerdo da estrada que dá acesso ao bairro Monjolos. As terras foram utilizadas para transportar o calcário por 50 anos quando, em 1983, a fábrica deixou de explorar a pedreira devido ao esgotamento das reservas. Desde então, as águas das nascentes, anteriormente dragadas pela Companhia, ficaram represadas e formou-se ali a atual Lagoa de São José (SILVA et al, 2019, pg. 30).

A Lagoa de São José, situada já no município de Itaboraí, foi consequência da exploração da fábrica de cimento. Hoje, neste local, existe o parque paleontológico de São José, região do mais antigo registro brasileiro de fauna e flora fóssil, a Bacia de Itaboraí.

Com a instalação da Fábrica de Cimento em Guaxindiba, e o uso da terra para o transporte, já nos anos 40, a região começou a receber um maior número de habitantes. Nos anos 70, as terras foram loteadas pela S/A Mauá de Comércio, Indústria e Lavoura.

O nome do bairro, Guarani, foi dado porque havia, naquela região, o Sítio Guarani, terras que também faziam parte do loteamento da Fazenda Restaurada. Sua existência é anterior a 1953.

Com o passar dos anos, o bairro também ficou conhecido como Mundéu, grafado Mundel. Para uns, o nome remete a uma armadilha de caça que os moradores usavam para pegarem suas prezas, prática muito comum na época; para outros, o nome Mundéu surgiu porque havia no final da antiga Rua B, um matadouro de boi clandestino, e Mundéu era o nome do buraco onde eles sacrificavam os animais.

Atualmente, os nomes Mundel e Guarani parecem se fundir. Dos moradores mais antigos, aos mais jovens, muitos parecem ter adotado o nome Mundel para o bairro onde vivem. Nos registros da prefeitura, o nome oficial é Guarani. No entanto, a linha de ônibus

que circula na região tem o nome Mundel exibido como destino, uma vez que muitos desconhecem o nome oficial.

Mundel ou Guarani, o bairro de ontem revela resquícios de uma história que não pode ser esquecida.

Tempos cruzados: memória e história local

Transformações importantes no campo da pesquisa histórica ocorreram nas ultimas décadas do século XX em relação a importância das experiências individuais, movendo o foco de interesses para as situações vividas de acordo com Ferreira que também aponta para a expansão dos debates em torno da memória e suas relações com a história como objeto de pesquisa podendo oferecer aberturas para compreensibilidade do passado (FERREIRA,2018, p.84)

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, p. 423). Em relação à memória coletiva, esta assume importância na luta das forças sociais pelo poder a qual se tornaram senhores da memória e do esquecimento, sendo uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (LE GOFF, p. 426). “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, p. 426). Portanto, é preciso olhar para o passado refletindo sobre o contexto e os interesses que podem estar ocultos, de forma a manter um estado de dominação, e arguir as fontes para retirar delas os elementos que possam resgatar a memória coletiva sem implicações que as mantenham esse estado de domínio, mas que se revele algo libertador, capaz de tirar o peso de um passado histórico de silêncio e submissão autoritária.

A história local é parte de um processo histórico de uma região que corrobora, também, para o entendimento de mundo e o papel de cada indivíduo como agente dessa história. Sua importância consiste em conhecer a formação histórica do lugar, ressaltando a diversidade em busca da identidade, através da memória coletiva, preservando para as gerações futuras os registros daqueles que marcaram uma época.

> A abordagem sobre história local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que valorizaram esta abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História e a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos. Em nosso país, o tema de história local, já foi proposto pelo menos há duas décadas, com diferentes formas de abordagem, sendo que nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares foram

> organizadas em círculos concêntricos, com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno. Entre as décadas de 1980 e 1990, predominou-se a histórica temática, sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico (GERMINARI, BUCZENKO, 2012, p. 128).

Conhecer a própria história, a sua formação e as suas raízes, permite aos atores deste processo sentirem-se como parte integrante da História, e não simples espectador. A memória coletiva fortalece os laços de uma comunidade, de um grupo, tornando-o mais forte e mais resistente aos arbítrios das classes dominantes que buscam, a todo o tempo, apagar a memória de um povo. Um ser humano que não tem memória, que não se reconhece como pertencente a um grupo, não tem identidade e é facilmente dominado, basta lembrar o processo de descaracterização sofrido pelos escravos que vieram para o Brasil.

Considerações Finais

No Limiar do século XXI, a sociedade se depara com grandes e numerosos desafios para essa geração. Mudanças ocorrem com enorme velocidade tornando cada vez mais necessário investigar, esquadrinhar, refletir, arguir fontes, e cuidar para que se preserve a memória e o registro o mais fidedigno possível dos fatos que constituem a história de uma nação como um todo, e as especificidades de cada local como um bairro.

De forma especial, tratar a história local relacionando com a história nacional ou regional, permite compreender o passado, presente, e a possibilidade de constantes mudanças do amanhã, resgatando através da memória e sua preservação, a identidade de um grupo que compartilhou ou compartilha dessa identidade que pode ser forjada através de múltiplas identidades. Olhar para trás com uma lupa que amplie de forma a elucidar e esquadrinhar o passado continua a ser necessário para captar o máximo de detalhes dos acontecimentos. Assim também ouvir os personagens atuais como forma de dar transparência aos feitos políticos, econômicos, e sociais, bem como fazer uma hermenêutica dos fatos que sejam capazes de dar visibilidade e luz à sociedade sobre o ontem, hoje, e a expectativa do amanhã.

Por essas razões, pesquisar sobre São Gonçalo, um município que já recebeu no passado a alcunha de Manchester fluminense e sendo atualmente um o segundo maior colégio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, é uma oportunidade de resgate de memória e da história, que seja capaz de deixar para as gerações vindouras um legado e a possibilidade de novas revelações e construções historiográficas.

Referências

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ARAUJO, José Inaldo Alves. Os dois Primeiros sesmeiros Magé, Itaboraí e São Gonçalo. **Jornal do Instituto Histórico de Niterói**, "Tribuna" de Niterói – 1982.

BOURDIN, Alain. **A questão do local. Trad. Orlando dos Santos Reis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história.** Niterói: Edição Independente, 2006.

BURKE, P. (org.). **A Escrita da história – Novas perspectivas**. São Paulo: Edusp, 1992.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989** / Peter Burke; tradução Nilo Odália – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

Cidade – **História de São Gonçalo**. Site da Prefeitura de São Gonçalo, 2018. Disponível em: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/historia.php>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.
DP&A, 2001.

FERNANDES, R. A. N. **Notas para uma história ambiental de São Gonçalo: o processo de ocupação do território gonçalense. In Estudos Ambientais em Regiões Metropolitanas: São Gonçalo**. SANTOS, M. G. (org). EdUERJ, 2012. 334 p.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinas e identidade local. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 235-260, abril, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/27600. Acesso em: 21 out. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil.** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. Imprensa Oficial do Estado, 2002**.**

GERMINARI, G.; BUCZENKO, G. História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125- 142, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/index. Acesso em 04/11/2020.

GONÇALVES, Márcia de A. **História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância**. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOUBERT, Pierre. **História Local" in História & Perspectivas**, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45 Humanitas/FFLCH/USP. Imprensa Oficial do Estado, 2002**.**

LE GOFF, Jacques. **História e memória; tradução Bernardo Leitão ... [et al.]**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PINTO, Tales Dos Santos. **"O que é sesmaria?"; Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>. Acesso em: 04 de novembro de 2018.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo. **Atos Oficiais**. Site da Prefeitura de São Gonçalo, 2018. Disponível em: http://www.pmsg.rj.gov.br/diario/2014_08_12.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

RIBEIRO DA SILVA, Francisco. "**História local: objetivos, métodos e fontes**". In *Acta de Conferência Nacional.* Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 1999.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa-Tomo III**. Tradução Roberto Leal Ferreira; Revisão técnica Maria da Penha Vilela Petit. Campinas, SP, Editora Papirus-1997.

SILVA, Ailson Carlos da (Org.) et al. **Entre o bairro e a escola: vozes, memórias e paisagens do Guarani**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

SILVA, Salvador Mata; MOLINA, Evadyr. **São |Gonçalo no século XVI**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

Almanaque da Parnaíba e os itinerários da intimidade

Priscila Saraiva

> O Almanaque é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem 'ler'.[1]

Os almanaques possuem uma proposta de publicação que aborda diferentes gêneros textuais, somados a imagens, a charadas e a calendários. São publicações de grande circulação, destinadas a um amplo público leitor, e que se pretendem, ao mesmo tempo, úteis, prazerosos e didáticos, aceitando cartas e contribuições de seus leitores. Segundo Roger Chartier, "sua importância para a cultura brasileira se mede em suas enormes tiragens de dois ou três milhões de exemplares e sua forte presença nas lembranças de leituras, ou de escuta, dos mais modestos leitores".[2]

No Brasil, os mais divulgados e pesquisados são os almanaques de farmácia, desde as primeiras décadas do século XX até a década de 1970.[3]Esses eram patrocinados por laboratórios farmacêuticos que promoviam e divulgavam seus produtos, veiculando ideias de higienização, saúde, felicidade, força e beleza, atreladas aos fármacos.

Os almanaques alcançaram amplas tiragens, eram de distribuição gratuita ou destinada aos fregueses que adquiriam medicamentos,e,segundo Margareth Brandini Park,neste universo, o *Almanaque Biotônico Fontoura* é, sem dúvida, o mais importante deles. Impulsionado pelo sucesso do folheto *Jeca-Tatuzinho*, distribuído anteriormente pelas farmácias, o primeiro número saiu em 1920, elaborado e ilustrado por Monteiro Lobato, com uma tiragem de 50.000 exemplares.[4] Surgia num contexto em que predominavam discussões acerca de projetos e ideias nacionalistas, e de defesa da "trilogia Educação, Saúde e Força. O nacionalismo, através desta trilogia, queria tirar o povo brasileiro da letargia, combater pelo país e reforçar o caráter nacional".[5]

O personagem *Jeca-Tatuzinho* circulava por todas as seções da imprensa, pelos acontecimentos esportivos, comentários políticos, cartazes de teatro, campanhas sanitárias e

[1] CHARTIER, Roger. Introdução: o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanaques no Brasil.* Campinas: Mercado das Letras,1999, p.9.
[2]Ibid. p. 10.
[3] GOMES, Mário Luiz. Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia. *História, Ciência, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out./dez. 2016. p. 1007- 1018.
[4]PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaque no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 108.
[5]Ibid. p. 112.

bancos escolares, e havia surgido "em comunhão ao que ocorre no país, em termos de medicina social, medicina sanitária, trabalhos de saneamento básico e reurbanização, ideias de Progresso e Civilização que marcaram as décadas iniciais do século XX no Brasil".[6]

Sobre as funções e a circulação dos almanaques de farmácia no Brasil, Regina Marteleto e Stella Dourado ressaltam:

> Produzidos e difundidos com múltiplos propósitos, dentre eles o de circular informações úteis, manter e renovar tradições culturais, relatar os eventos e personagens do seu tempo. São considerados como a versão mais completa dos anuários e calendários e conservam uma relação especial com a passagem do tempo. Cada país tem uma história de almanaques. No Brasil os de maior circulação foram os almanaques de farmácia, dentre eles o do Biotônico Fontoura. Eram publicados pelos laboratórios farmacêuticos e distribuídos pelas farmácias. Entre os tipos de Almanaques populares, o *Lunário Perpétuo* de Gerónimo Cortés (1555-1615), este de grande difusão e uso no Nordeste do país, principalmente pelas mãos de poetas, artistas populares, cantantes, emboladores que nele buscavam inspiração. No entanto, e apesar de seu significado social, cultural e informacional em cada época, esses livretos quase se perderam, sobretudo no Brasil, restando poucas coleções dispersas.[7]

Os almanaques de farmácia têm sido objeto de pesquisa de muitos historiadores, a exemplo podemos citar os estudos realizados por Margareth BrandiniPark em *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*; Marlyse Meyer em *Do almanak aos almanaques*[8] e Vera Casa Nova em *Lições de almanaque*,[9] que analisam a questão das imagens e da publicidade de produtos farmacêuticos em diversas publicações. As pesquisas forneceram subsídios para a análise das características e informações gerais sobre os almanaques e sobre a importância desse tipo de publicação. As autoras, em especial Park, fazem uma análise das práticas de leitura a partir de cartas dos leitores.

Desde os séculos XVII e XVIII essas publicações dedicavam espaço em seus editorais para anotações do leitor. Dessa forma, traziam expressões e representações da vida cotidiana, "assim ocorreu na Inglaterra, nos quais [eram] intercaladas páginas em branco, ou na Itália, com as primeiras agendas, que deixavam para cada dia da semana ou para cada parte do dia, espaços para as anotações pessoais".[10] Tais publicações possibilitam uma análise sobre as relações entre a forma impressa e a escritura dos leitores. Nesse sentido, as cartas por eles enviadas também eram uma forma de ligação estabelecida com o público. Somavam-se a elas

[6]Ibid. p. 121.
[7] MARTELETO, Regina Maria; DOURADO, Stella Moreira. Os Almanaques e a circulação social dos objetos culturais: bibliografias, coleções, rastros de leitura. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, 17 out. 2019. p. 354-372. Edição Especial V Seminário Internacional, A Arte da Bibliografia.
[8] MEYER, Marlyse. *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Atelier Editorial, 2001.
[9] CASA NOVA, Vera Lúcia. *LiçõesdeAlmanaque*: um estudo semiótico. Belo Horizonte: Ed. UFMG,1996.
[10] CHARTIER, op. cit., p. 12.

as imagens que remetiam ao cotidiano, como as fotografias de batismos, de casamentos e de festas religiosas.

Os almanaques, com as anotações reveladoras da vida cotidiana de pessoas comuns, foram percebidos não somente como um veículo de publicidade. Passaram a ser objeto de análise e interesse de muitos historiadores, entre eles, Peter Burke,[11] Roger Chartier,[12] Robert Darnton,[13] Carlo Ginzburg[14]e Natalie Zemon Davis,[15]que se dedicaram ao estudo da sociedade e da cultura com foco nas pessoas comuns, anônimas, no modo como elas formulavam ideias sobre o mundo por meio de histórias, cerimônias, crenças populares e religiosidades, desde a Idade Média até o Renascimento e o Iluminismo.

Tais historiadores contribuíram para a análise das práticas de escrita e leitura e nos instigaram a pensar sobre quem eram os leitores, os editores e os mediadores de publicações de grande circulação, a exemplo dos almanaques. Contribuíram ainda com análises sobre a circulação desses impressos pelos países, principalmente da Europa, observando diferenciações, circularidade de ideias e o variado fluxo de elementos culturais no contexto de uma sociedade na qual avançava a cultura escrita e o letramento. Eles contribuíram, com seus estudos, para um exercício de ruptura com a noção de divisão rígida entre formas culturais ditas "superiores" ou elitizadas, e as ditas "inferiores" ou populares.

Darnton, ao selecionar narrativas de camponeses contadores de histórias, plebeus e pequenos burgueses do século XVIII na França, analisa de que forma intelectuais e pessoas do povo vivenciavam e lidavam com problemas comuns, "reproduzidos em escritos ficcionais ou não ficcionais cheios de 'descrições', guias, almanaques e relatos feitos por amadores sobre a vida cotidiana, disputas sociais, celebridades locais".[16]

Com a contribuição da História Cultural, nas pesquisas sobre almanaques passam a ser analisados não apenas quem os produziu ou financiou, mas seus leitores,enquadrados no universo dos estudos sobre práticas de escrita, leitura e representação. Segundo Jacques Le Goff, existem diversos tipos de almanaques, que surgiram e se espalharam pelo mundo, traziam em si imensa diversidade de temas:

[11] BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
[12] CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
[13] DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[14] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[15] ZEMON DAVIS, Natalie. *Culturas do povo*: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.
[16]DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos* e outros episódios da história cultural francesa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015., p. 143.

> Ilustrados com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se, sobretudo, aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne saberes astronômicos, com os eclipses e as fases da lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico.[17]

Como assevera LeGoff, os almanaques em sua origem eram confeccionados com um material mais barato e vendido por um preço acessível. Suas imagens e textos versavam a respeito de temáticas tão diversas como saúde, religião e astrologia, atraíam leitores mais e menos instruídos.[18]

No Brasil, a chegada dos almanaques está associada aos portugueses durante a colonização. Segundo Leite,[19] os almanaques chegaram ao Brasil por meio de importações contrabandeadas da Europa, devido ao fato de a Coroa Portuguesa ter proibido a circulação de periódicos na Colônia. A Impressão Régia surge após a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808 e a partir daí surgiram os primeiros periódicos e tipografias nacionais. O primeiro almanaque brasileiro foi o *Almanach para a cidade da Bahia*, publicado em 1812 pela Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva. De acordo com Leite,tal publicação seguiu o modelo europeu e exercia a função de calendário, informando os feriados e dias comemorativos: "eram repletos de imagens que representavam os pequenos textos publicados",[20]apresentando as "fases da lua, dados estatísticos e curiosidades sobre os mais variados temas".[21]O segundo almanaque publicado no Brasil foi o *Almanach do Rio de Janeiro* em 1816 pela recém-criada Impressão Régia.

A circulação dos almanaques no país tornou-se mais ampla com a chegada de Pierre Plancher e dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, que publicaram respectivamente o *Almanak dos negociantes do Império do Brasil* (1827) e o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* (1849), mais conhecido como *Almanaque Laemmert.* Pierre Plancher, tipógrafo e livreiro, famoso na França por editar obras vinculadas ao pensamento iluminista, chegou ao Brasil em 23 de fevereiro de 1824, fugindo, após ascensão do conde d'Artois – sob o título de Carlos X – ao trono francês, por ser partidário de

[17] LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.527.
[18]Ibid.
[19] LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. Um mergulho no passado. *OBSERVATÓRIO da Imprensa,* 2016. Disponível em: <http://www.observatóriodaimprensa.com.br/memoria/um-mergulho-no-passado/>. Acesso em: 24 jan. 2021.
[20]Ibid.
[21]Ibid.

Napoleão.[22] Após o Tratado de Paz,[23]o Brasil apresentava firmes ligações com a França,ePlancher aportou no Rio de janeiro trazendo consigo:

> uma tipografia completa, com prelos e caixas de tipos, e um grande número de catálogos e livros por ele editados, além de seu impressor Justin Victor Cremiére, e abriu rapidamente, na rua do Ouvidor, n 80, a *Typografia de P. Plancher-Seignot*.[24]

Pierre Plancher foi um dos primeiros a se dedicar e a contribuir para a circulação dos almanaques no Brasil quando a Impressão Régia parou de produzi-los, além disso, esta modalidade de publicação foi revigorada, tornando-se um sucesso de vendas.[25]

Os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, de origem alemã, tiveram também grande relevância para o desenvolvimento da tipografia no Brasil. Eduardo Laemmert aportou no Rio de Janeiro em 1827 para atuar na filial brasileira dos livreiros Hector Bossange e Jean Pierre Aillaud. Após seis anos no país, Laemmert inaugurou seu próprio estabelecimento comercial, e em 1837, período que seu irmão desembarcou no Brasil, inaugurou outro empreendimento, a *Tipografia Universal*. A partir da iniciativa dos irmãos, em 1838 a *Livraria Universal* torna-se *E & H Laemmert*.

Os irmãos Laemmert ganharam visibilidade especialmente com a edição do *Almanaque Laemmert* e das *Folhinhas de Laemmert.* Os tipógrafos investiam em um mercado ainda pouco explorado ao fornecer guias de bolso e produções semelhantes, publicações destinadas à leitura rápida e de valor acessível, com as *Folhinhas de Laemmert* de produção anual.[26]Segundo Gilberto Ferrez essa publicação tinha objetivo de infundir "moral cívica e cristã".[27]

Em 1847, o *Diário do Rio de Janeiro* publica uma notícia sobre o *Almanaque Laemmert* enfatizando a importância da impressão de um guia com dados sobre o Rio de Janeiro:

---

[22] MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil*: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 232-233.

[23] O tratado de Paz de 1814 ou o Tratado de Paris foi um acordo assinado entre a França e os principais países europeus, que versava sobre a saída de Napoleão do governo francês e o restabelecimento das fronteiras francesas. A partir dessa decisão, a França voltou a ter relações com os demais países como, por exemplo, Portugal e suas colônias que passaram a negociar novamente com os franceses. In: *Coleção de tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as demais potências desde 1640 até o presente por José Ferreira Borges Castro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.t. IV. p. 474-509.

[24] BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro*: impressores bibliográficos 1808-1900. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984. p. 15.

[25] FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Comércio de Livros: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 5, n. 5, 2011. p. 41-52. p. 45.

[26]Ibid. p. 236-237.

[27] FERREZ, Gilberto. A obra de Eduardo Laemmert. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 329, n. 331, abr./jun. 1981. p. 192-201. p. 197.

ALMANAQUE administrativo, mercantil e industrial para 1847

> Publicaram os Srs. Eduardo e Henrique Laemmert o quarto ano do seu *Almanaque* e é forçoso confessar que esta empresa, em que os Srs. Laemmert entraram sós, desajudados de qualquer auxílio, tem hoje chegado a grande exatidão e perfeição.
> Diversas vezes se tem tentado a publicação do Almanaque no Brasil, que afinal não puderam continuar: era necessário ter perseverança e coragem para contar todos os embaraços, lutar com eles e superá-los. Os Srs. Laemmert a tiveram, e já vão no 4º ano da publicação.
> Não há necessidade de demonstrar o que todos sabem – a utilidade dos almanaques. Em livros tais não há só o interesse do momento: geralmente são eles depósito de estatísticas importantes e curiosas, instrutivas e que podem ser base de trabalhos externos e proveitosos, que não coligidos a tempo, perdem-se e com prejuízo.
> Damos parabéns aos Srs. Laemmert pela constância que tem progredido este trabalho, e auguramos para o seu *Almanaque* estabilidade e apoio do público, se, como é de esperar, continuarem a esforçar-se como se esforçarão para a redação e coordenação d'este 4º volume.[28]

Para além de enfatizar a *exatidão* e *perfeição* do *Almanaque Laemmert*, o texto aponta a importância desse tipo de publicação, que não apresentaria *só o interesse do momento*, mas atuava como guia, apresentando informações importantes sobre o comércio e a indústria. Segundo Monteleone, ao longo do século XIX, não apenas o significado, mas a maneira de editar e ler os almanaques expressaram as transformações econômicas e políticas do período.

Neste contexto de transformações, os almanaques exerceram papeis importantes no que diz respeito à divulgação de novas idéias e comportamentos individuais e sociais. Ainda segundo Monteleone, ao longo dos séculos XVIII e XIX, os almanaques abarcaram "de folhinhas de calendário, a uma espécie de lista hierárquica dos nobres, funcionários e servidores públicos, guias das cidades e um lugar de veiculação dos produtos decorrentes da revolução industrial".[29]

É a partir dessas mudanças e do sucesso editorial do *Almanaque Laemmert* que o século XIX registra o surgimento de outros almanaques, em diversas regiões do país. Como exemplo podemos citar: o *Almanach Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais* (1864), o*Almanach Administrativo Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco* (1872), o*Almanak Mercantil e Industrial da Província do Ceará* (1873) e o *Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial Cidade de Niterói* (1878). Apesar de apresentarem conteúdos equivalentes, tais publicações foram formando tipologias específicas a partir da incorporação de novos elementos, possibilitando uma considerável diversificação. Além de almanaques de cidades, passaram a ser publicados almanaques literários, de farmácia, jornalísticos e comerciais.

[28] BIBLIOGRAFIA. Almanaque administrativo, mercantil e industrial para 1847. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 7395, 2 jan. 1847. p. 1.
[29] MONTELEONE, op. cit.,p. 53.

O Almanaque da Parnaíba

Em 1924, no âmbito de uma já consolidada tradição de publicação, difusão e popularização de almanaques no Brasil, surgiu em Parnaíba[30], por iniciativa do comerciante Benedicto dos Santos Lima, conhecido como Bembem,[31] o *Almanaque da Parnaíba*. A cidade funcionava como um importante entreposto comercial para o estado do Piauí, núcleo das exportações de produtos extrativistas. Nesse contexto, o comerciante defendeu que a cidade "carecia da publicação de um opúsculo que patenteasse o grau já intenso, do adiantamento do seu povo. Vem daí a iniciativa nossa em publicar este singelo Almanaque".[32]

Em Parnaíba já circulavam alguns folhetos ilustrativos e alguns almanaques que consistiam em coletâneas sobre diversos assuntos, tais como calendários, fases da lua, poesias, notas biográficas, enigmas, divertimentos, comentários históricos, geográficos e científicos.[33] Eram pequenas enciclopédias, patrocinadas por empresas que anualmente promoviam ali os seus produtos. Dos almanaques que circulavam, os mais conhecidos eram "o '*Almanaque Bristol*', o '*Almanaque do Pensamento*' e o sofisticado '*Almanaque Bertrand*' – Lisboa (Portugal)".[34]

O *Almanaque da Parnaíba*, "um anuário com todas as características dos almanaques em voga: calendário, santos do dia, ilustrações, propagandas, artigos de conteúdo cultural",[35]foi o primeiro almanaque que conseguiu manter-se regular. Seu primeiro número apresentava uma brochura de 44 páginas. Foi, também, o primeiro periódico em formato de livro a surgir na cidade, publicado em caráter sistemático, de circulação anual, que, em 1945, alcançou o número de 500 páginas. Circulou por quase seis décadas ininterruptas, até 1982.[36]

[30]A cidade de Parnaíba está situada no extremo norte do estado do Piauí, a 345 km da capital Teresina e a poucos quilômetros do mar, à margem direita do rio Igaraçu. Limita-se ao norte com o oceano Atlântico; ao sul com os municípios de Buriti dos Lopes e Bom Princípio; a leste, com o município de Luís Correia e a oeste, com os municípios de Ilha Grande do Piauí e Araioses (MA).

[31]Benedicto dos Santos Lima, mais conhecido por Bembem, era natural do povoado de São Raimundo, no município de São Bernardo (Maranhão). Nascido em 27 de maio de 1893. Foi comerciantee editor do *AlmanaquedaParnaíba* durante dezoito anos. Atuou ainda como gerente do jornal *A Praça*, diretor-proprietário do jornal *Aljava* e co-editor do *Livro do centenário daParnaíba*. O comerciante foi o primeiro presidente da Associação profissional dos jornalistas de Parnaíba, membro da Associação Brasileira de Imprensa, membro da Academia Charadística Luso-Brasileira e patrono da Cadeira número 3 da Academia Parnaibana de Letras. Cf.: SANTOS, OrphilaLima dos (Org.). *Benedictodos Santos Lima*: intelectual autodidata. [S.l.: s.n.], 1993.

[32] LIMA, Benedicto dos Santos Lima. Ao público. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 3, 1926, n.p.

[33] SANTOS, op. cit., p. 18.

[34]Ibid. p. 18.

[35] LIMA, Benjamim dos Santos Lima.Natal de 1923: nascimento do Almanack da Parnaíba. *OBembem*. Parnaíba, ano 1, n. 7, p. 10, 21 jul. 2008.

[36] Em Parnaíba, na década de 1920, surgiram diversos periódicos, jornais e folhetos de cunho religioso e escolar. Entre eles *A Boa Semana, A Propaganda, O Trabalho, O Marítimo, Polyanteia, O Perdão, A Pátria, A Campanha, A Imprensa, Jornal do Comércio, A Conquista, 19 de Outubro, Gazeta da Parnaíba, O Consolador, A Notícia, A Tribuna, A Razão, Alcyon, Mocidade Jornal, Palace Jornal, A Tela, O Dia, O Independente, A*

Depois disto, a publicação seguiria circulando, com interregnos, até 2013, como podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 1 – Quantitativo de publicações do *Almanaque da Parnaíba*

Período (ano)	**Nº da Edição**	**Total de Edições**	**Responsável**
1924 a 1941	1 a 18	18	Benedicto dos Santos Lima
1942 a 1981	19 a 58	40	Ranulpho Torres Raposo
1982 e 1985	59 e 60	02	Manoel Domingos Neto
1994 a 1999	61 a 66	06	Academia Parnaibana de Letras (APAL)
2004	67	01	APAL
2006	68	01	APAL
2013	**69**	**01**	**APAL**

Fonte: *Almanaque da Parnaíba* (edições de 2004,2006,2013).

Em sua primeira edição, o *Almanaque* já aparece ilustrado, contando com um significativo número de imagens (caricaturas e fotografias), anúncios, artigos, sonetos, calendário com as fases da lua, charadas, e uma relação das casas comerciais de Parnaíba. Incluía ainda anúncios de produtos e serviços variados, de:

> naturezas comerciais, desde empresas de navegação com escritório na cidade oferecendo seus serviços de transporte, produtos farmacêuticos e medicinais, modas, motores, perfumaria, prestação de serviço, além de anúncios do comércio varejista local.[37]

Na capa do *Almanaque*, lia-se: "Lembrança da Mercearia Bembem", assinalando a publicação como uma espécie de "presente" do seu editor para os amigos e fregueses de sua loja. A ilustração exposta na capa da primeira edição, sinalizava a que público se destinava o anuário, como vemos abaixo:

Figura 1 –Capa do primeiro número do Almanaque da Parnaíba.

Fonte: ALMANAQUE DA PARNAÍBA PARA 1924. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.

Verdade, *A Praça* e *O Popular*. Cf.: IMPRENSA EM PARNAÍBA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 7, 1929.

[37] SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnahyba: Política, sociedade e cultura em revista. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim (Org.). *A cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013. p.83.

A capa da primeira edição retrata um casal em trajes finos, sentado a uma mesa da Mercearia Bembem, comendo e bebendo de forma descontraída, talvez comemorando a passagem do Ano Novo ou celebrando o lançamento do próprio *Almanaque*. Interessante descrição dessa capa é feita por Junia Motta Rego:

> A capa tem estampado um desenho em bico de pena, à mão livre, em preto e branco, assinado no canto inferior direito por B.Freire, datado de 1923. O leitor é convidado a observar um casal sentado à mesa, numa sala de jantar, como se olhasse por uma janela. A sala é ornamentada com cortina de tecido e lustre. À mesa, o cavalheiro está sentado de frente, e a dama sentada na cabeceira, à sua esquerda. Ela levanta um copo, parecendo brindar o cavalheiro. Usa vestido longo, decotado, estilo tomara que caia, com ombros à mostra. Os cabelos estão presos por um pente, estilo espanhola.Ocavalheiro usa terno, gravata borboleta e sapato bico fino. Na mesa, coberta por uma toalha, além de uma garrafa de vinho, copo, prato e travessa com alimento. A cena remete a um ambiente íntimo e sofisticado, a um ritual civilizado. Acompanha o desenho a frase: 'Lembrança da Mercearia do Bembem, de Benedicto dos Santos Lima, Parnaíba (Estado do Piauí)'.[38]

A primeira tiragem[39] do *Almanaque da Parnaíba* foi de 1.000 exemplares. A capa e a contracapa eram iguais, seguidas do anúncio da Mercearia Bembem, do editorial de apresentação e dos artigos sobre a cidade, a política e a conduta de homens e mulheres. Apresentavam-se ainda charadas, a relação das casas comerciais de Parnaíba, e fotografias de instituições locais.

Enquanto publicação de conteúdos diversificados, o *Almanaque* conseguiu trazer artigos sobre a cidade, a economia, e formas de lazer, tudo isso aliado a propagandas de mercadorias e empresas da cidade. Conforme referido, no Brasil circularam diferentes tipos de almanaques, visando diferentes públicos-alvo. O *Almanaque da Parnaíba* se propunha a divulgar as transformações ocorridas na cidade, reclamar melhorias em prol das exportações dos produtos extrativistas, da saúde, da higiene e de melhoramentos e reformas urbanas.

Na primeira página da publicação encontrava-se o editorial Ao Público. Nele, o editor apresentava suas pretensões e expectativas. Além da capa e da contracapa, o editorial compunha a estrutura do anuário, e informava ao público leitor as intenções do editor:

> [...] A MERCEARIA BEMBEM se propôs dirigir e iniciar a publicação do presente ALMANACK DA PARNAÍBA,[40] mas o fez de modo a apresentar uma publicação atraente, caprichando na multiplicidade das leituras, ao mesmo tempo, que contendo o mais completo serviço de informações de toda espécie, sobretudo comerciais. Este almanaque é, portanto, uma promissora esperança. Nas edições seguintes procurarão

[38]REGO, op. cit., p.274.
[39]Com exceção da primeira edição, não foi possível saber a tiragem do *Almanaque da Parnaíba*, visto que sua impressão foi realizada em gráficas diferentes. O primeiro exemplar foi impresso na Tipografia Renascença em Fortaleza-CE, e os demais, ora Fortaleza, ora em Belém-PA.
[40]A grafia desse anuário manteve a seguinte configuração: de 1924 a 1928 – ALMANACK DA PARNAHYBA; de 1929 a 1931 – ALMANACH DA PARNAHYBA; de 1932 em diante – ALMANAQUE DA PARNAÍBA.

> os seus dirigentes dar-lhes maior desenvolvimento, mais completo serviço de informações. Agradecendo ao honrado corpo comercial desta praça a solicitude com que foi atendido o nosso apelo, para a aquisição dos anúncios, entregamo-lo ao público, certos de que prestamos, assim, com ele, um excelente serviço. MERCEARIA BEBEM.[41]

Assim, Bembem expõe as pretensões do *Almanaque da Parnaíba*, afirmando a variedade de temas que o mesmo pretendia abordar, como um guia de orientação para a vida do parnaibano, e finalizava agradecendo ao"honrado corpo comercial a solicitude com que foi atendido [o] apelo, para aquisição dos anúncios".[42]

O *Almanaque da Parnaíba* passa, a partir de 1925, de um registro de instituições e reformas urbanas a dedicar algumas páginas para traçar uma breve biografia de patrocinadores e figuras políticas com a pretensão de destacar ou homenagear. As fotografias, a princípio, integravam-se a um conjunto de práticas de distinção social vinculadas à construção de um *habitus*.[43] Assim, as fotografias publicadas no *Almanaque da Parnaíba* até o final da década de 1920 traziam, na maior parte das vezes, imagens da alta sociedade parnaibana e retratavam prédios luxuosos e pessoas em trajes finos.

A publicação de 1925 trouxe pela primeira vez o que logo se tornaria uma seção fixa, de homenagem a "homens ilustres". O primeiro homenageado foi o inglês James Federick Clarck[44] em comemoração ao seu aniversário, destacando-o como um dos "mais eminentes e venerados [parnaibanos], porque ele é, pelo coração e pelo casamento".[45] O artigo se detém nas qualidades profissionais do inglês, descrevendo-o como criterioso, competente, reconhecendo-o como "uma das mais brilhantes e proveitosas páginas da história"[46] da cidade, responsável pelo progresso "em qualquer das suas diferentes e variadas faces".[47] Caracteriza-o também como um chefe de família exemplar e virtuoso e destaca como a

[41] AO PÚBLICO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 1, n. 1, 1924.
[42] Ibid.
[43] Compreende-se o conceito de *habitus* a partir da concepção de P. Bourdieu, que o define como um esquema gerador de práticas e as representações que envolvem tais práticas: "[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]", não de um espírito universal, mas de um sujeito em ação. Cf.: BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 61. (grifo do autor)
[44] James Frederick Clarck nasceu em Keswick, no condado de Cumberland, Inglaterra, no dia 14 de março de 1855 e faleceu em Parnaíba, no dia 2 de setembro de 1928. Aos 14 anos deixou sua pátria para trabalhar como aprendiz na Casa Inglesa em Parnaíba. Em 27 de maio de 1889 ele deu início a comercialização regular da cera de carnaúba, exportando-a para praças europeias e norte-americanas e transformando-a no principal produto de exportação da região.
[45] O RETRACTO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 2, p. 5, 1925.
[46] Ibid. p. 6.
[47] Ibid. p. 6.

"característica principal desse grande homem que se chama James Frederick Clarck, precisamente a bondade generosa do seu bom e generoso coração".[48]

A homenagem, que busca construir a imagem do parnaibano, elege o comerciante inglês que desde cedo se dedicou aos negócios empresariais na cidade, com destaque para a comercialização da cera de carnaúba. Ele chegou a Parnaíba em 15 de novembro de 1869 para trabalhar como jovem aprendiz na Casa Inglesa e aos 25 anos tornou-se sócio da empresa. O *Almanaque* destaca o perfil empreendedor e também modelo de elegância que ele se tornou.

As homenagens destinavam-se a homens de destaque público na cidade: políticos, médicos, comerciantes e literatos. Informava-se nessas breves biografias as ações políticas e sociais, dados relativos a instituições, exibia-se uma série de imagens buscando apresentar o ideal de parnaibano forte, comprometido com a cidade, culto e "civilizado". Entre os homenageados destacam-se também o coronel Jonas de Moraes Correia, o poeta Jonas da Silva, o comerciante Henock Guimarães, dentre outros. São páginas destinadas à valorização de homens de negócios e intelectuais, destacando seus feitos e exaltando sua importância como exemplos para a cidade. Esta seção exclui os trabalhadores do cais – canoeiros e estivadores – e outros trabalhadores rurais e urbanos.

As publicações do *Almanaque* se modificaram ao longo das décadas, a primeira delas, já citada, foi à incorporação de uma sessão de homenagem com caráter biográfico. O editorial Ao Público também sofreu modificações, a partir de 1927 passou a se chamar Aos nossos amigos, dirigindo-se aos leitores de forma mais íntima, agradecendo a "benévola acolhida de que tem sido alvo todos os anos as avultadas edições deste opúsculo",[49]como vemos na imagem abaixo:

Figura 2 – Editorial do *Almanaque da Parnaíba*

ALMANACK DA PARNAHYBA
PARA 1927
ANNO IV — PIAUHY-BRASIL

Aos nossos amigos:

A MERCEARIA — BEMBEM — lautamente preconisada aquem e além Parnahyba, pela superioridade de seus artigos e baixeza de seus preços, ha quatro annos que vem distribuindo entre seus innumeros freguezes e amigos o Almanack Parnahybano, o qual hoje, conta leitores certos que o orgulham e envaidecem, nos mais distantes recantos deste rincão collossal.—

Publicando para o anno de 1927, este Almanack, a MERCEARIA BEMBEM agradece desvanecida a benevola acolhida de que tem sido alvo, todos os annos, as avultadas edições deste opusculo O Almanack Parnahybano é uma publicação que deleita seus innumeros apreciadores com muitas paginas de leitura sadia, leve, selecionada e proficua, onde cada um encontrara sempre a satisfação de seus gostos pessôaes de par com um invulgar entretenimento. Ao lado da litteratura regional traz o Almanack uma serie de informações uteis e agradaveis passatempos com os quaes brinda seu illustrado e enorme —circulo de alleições.— Aos seus amaveis leitores e innumeros collaboradores o Almanack cumprimenta pelo advento do novo anno e faz ardentes votos para que 1927 lhes seja mais uma etapa gloriosa de prosperidades.

B. S. LIMA & C.ª

[48] Ibid. p. 7.
[49] LIMA, Benedicto dos Santos. Aos nossos amigos. *Almanaque da Parnaíba*, ano IV, 1927.

Fonte: AOS NOSSOS AMIGOS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 4, p. 3, 1927.

No editorial de 1927, o corpo do texto está em formato de taça. O título ganhou destaque e são feitos agradecimentos à classe comercial da cidade e a todos os leitores pela acolhida de cada edição. Afirma-se que a publicação:"deleita seus inúmeros apreciadores com muitas páginas de leitura sadia, leve, selecionada e profícua, onde cada um encontrará sempre a satisfação de seus gostos pessoais de par com um invulgar entretenimento".[50] O editorial apresentava a intenção de oferecer um conteúdo variado, incluindo textos literários e uma série de informações que seriam "úteis e agradáveis, passatempos com os quais brindariam seu ilustrado e enorme círculo de afeições aos seus amáveis leitores".[51]

O *Almanaque* se utiliza de expressões como "satisfação de seus gostos pessoais, entretenimento, agradáveis, círculo de afeições e sensibilidades". Pode-se, portanto, inferir que os editores buscavam atrair o leitor, e, ao destinar uma seção específica "aos nossos amigos",intentavam um diálogo mais íntimo com os seus consumidores– ou com seus "amáveis leitores", aos quais era destinada a seção. A utilização de uma linguagem considerada leve pelo próprio editor do almanaque, selecionada especificamente para compô-lo, é indício também desse desejo de atrair o leitor. O periódico se propõe atraente, buscando abranger os mais diversos interesses e sensibilidades, e publicando os mais diversos tipos de conteúdo, incluindo anúncios de produtos e firmas de dentro e de fora de Parnaíba.

Observa-se o aumento de registros fotográficos de homens em Parnaíba, para além da seção de homenagem a eles. Na edição de 1927, entre as cinco fotografias publicadas, a primeira é a de Jonas da Silva (homenageado), em seguida está à fotografia do médico João Maria Marques Bastos, que ocupa a página inteira. Nesta edição também está presente a imagem de São Bernardo, e fotografias da residência de James Frederick Clarck e de um filhote de boi. Abaixo a foto da homenagem a Jonas da Silva, poeta parnaibano:

Figura 3 – Homenagem do *Almanaque da Parnaíba* ao poeta parnaibano Jonas da Silva.

[50] LIMA, Benedicto dos Santos. Aos nossos amigos. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 4, p. 3, 1927.
[51] Ibid.

Fonte: HOMENAGEM. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 4, 1927.

Os homenageados são retratados com ternos em tom escuro, ou linho como vemos acima. O traje, mais que apresentar implicações da vaidade e da moda masculina em Parnaíba, apresenta os requisitos requeridos pela sociedade para o homem parnaibano. Para Márcia Raspanti[52], a indumentária fazia parte de uma série de normas e exigências a que os homens, principalmente os da elite, estavam submetidos para serem respeitados pelos que os cercavam. Era-lhes destacada a elegância e também a educação, a inteligência, a fortuna, a cultura, a oratória e a boa aparência.

Nessa incursão sobre as publicações observa-se que, no final da década de 1920, houve outra mudança significativa: o *Almanaque* passou a publicar detalhes mais cotidianos da vida dos comerciantes parnaibanos. Contribuiu para essa observação a dinâmica relação entre o que e quem se fotografava, onde e em que trajes se deixava fotografar. A mudança estava no conteúdo das fotografias, conotada por poses e comportamentos flagrados por registros familiares, e não somente fotografias tiradas para o periódico exibindo trajes finos.

Ganhou destaque no periódico uma mescla de informações a respeito dos interesses dos comerciantes, de suas atividades, das residências luxuosas onde moravam e, agora, a vida cotidiana dos filhos, as atividades religiosas e os lugares que frequentavam. Os registros íntimos eram enviados por iniciativa das famílias que liam o periódico e enviavam fotos pessoais pelo desejo de compor o *Almanaque*, tornando-se assim coautores das publicações.

Figura 4 –Fotografia de Augusto César, filho do comerciante Humberto Fonseca.

Fonte: O INTELIGENTE e gracioso... *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

Legenda: "O inteligente e gracioso Augusto Cesar, de 39 meses de idade, filho do comerciante Humberto Fonseca, cavalgando o seu inseparável Rocinante".

[52] RASPANTI, Márcia Pinna. O que "eles" vestem: moda, vaidade e masculinidades no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 191.

O uso de fotos familiares potencializa o argumento anterior quanto ao empreendimento de um esforço de aproximação com o leitor, associado ao valor do periódico para a sociedade que o recebe. As famílias parnaibanas buscavam fazer parte do periódico, compartilhando com o mesmo as fotografias que ganhavam legenda, homenagem, texto. A soma da fotografia e da legenda resultam em um jogo de expressão e conteúdo que envolvem necessariamente três componentes: o autor, o texto propriamente dito e o leitor.[53]

A partir do já constatado avanço na preocupação e no diálogo com o leitor, a publicação de fotos que remetem ao cotidiano de famílias parnaibanos abastadas e as publicações –textos, fotografias, ilustrações, propagandas- remetendo à modernização econômica da cidade o Almanaque traz ainda as vivências das camadas populares. O *Almanaque da Parnaíba* publicou, em 1929, a fotografia de "Luzia Maria Raymunda, que, apesar da carga de anos que conduz sobre os ombros, ainda tem saúde para gozar e emprestar, conservando lúcidas todas as suas faculdades mentais"[54] E assim o Almanaque trouxe a fotografia de uma senhora de 108 anos que pedia esmolas na cidade para sua sobrevivência:

Figura 5 - "A velhinha Luzia Maria Raymunda".

Fonte: A VELHINHA Luzia... *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

[53]Cf.: VILCHES,L. *La lectura de la imagem*: prensa, cine, TV. Barcelona: Ed. Paidós, 1992 apud MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX.*Anais do Museu Paulista,* São Paulo, v. 13, n.1, p. 133-174, jan./jun. 2005.
[54] JÁ É VIVER. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

O exemplar contempla ainda o artista Manoel Brabo, "popularíssimo tocador de sanfona, para quem o instrumento não tem segredos. Nos sertões do Piauí, Ceará e Maranhão é tido com empautado, pelas suas habilidades musicais".[55]

Figura 6 – "Manoel Brabo".

Fonte: MANOEL BRABO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

Não há como saber se o artista pagou pelo anúncio, ou se foi uma homenagem, o certo é que o periódico divulgava outros estratos sociais. Representa ainda essa abertura o surgimento de duas páginas que se dedicavam à vida familiar dos parnaibanos: A "Página Infantil" e a "Página Religiosa" criadas em 1933. Ambas se tornaram fixas e apresentam, entre textos e imagens, a vida das crianças e das cerimônias religiosas em Parnaíba. A Página Infantil traz fotografias de crianças que pousaram para o anuário, e a Página Religiosa apresenta fotos de batismo e primeira comunhão enviadas para publicação. Nos enunciados predominam o nome do pai e da mãe, a referência à família, ao cargo ocupado pelo pai na cidade, bem como adjetivos que enaltecem a figura da mãe, e em alguns casos o nome do avô, para enfatizar a distinção social e profissional das famílias em destaque.

Adjetivos como mimosa, interessante e inteligente eram utilizados em relação às crianças como observamos na imagem abaixo:

Figura 7- Página Infantil

Fonte: PÁGINA INFANTIL. Almanaque da Parnaíba, ano 10, 1933, p.63.

[55] MANOEL BRABO. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 6, 1929.

Na imagem acima, a primeira criança a esquerda é descrita como "a interessante Lourdinha, mimosa 'vitória-regia', que enche de encanto e graça o lar feliz de seus pais Anita e Santos Lima"[56], os gêmeos Antonio Setimus e Luiz Emanoel, "filhos do casal Mario Reis – Noquinha Couto Reis"[57] . Nas fotografias da parte inferior da página, o Almanaque apresenta o registro fotográfico de crianças de outras cidades. A página Infantil dos exemplares posteriores fazia menção ainda à beleza e à naturalidade dos pequenos. Todo esse diálogo entre o anuário e os leitores que enviavam fotografias exemplifica as famílias que possuíam espaço no anuário para compartilhar imagens, e traz luz sobre a visibilidade que o anuário destinava aos comerciantes, funcionários do banco, uma dedicação a assíduos leitores e colaboradores pertencentes às famílias influentes.

Através dessas seções observamos o que o *Almanaque* representa enquanto socialmente válido para as crianças, e não apenas para os homens. As crianças apresentavam-se como bonitas, doces, educadas e inteligentes. Mauad,[58]analisando fotografias de crianças de elite durante o império, afirma serem as mesmas monumentos, vestígios de uma vontade de ver perenizada, na superfície sensível do papel, uma determinada imagem de si próprio e dos seus.

A "Página Infantil" e a "Página Religiosa" traziam uma mensagem também sobre os trajes, os penteados, as poses, os objetos e as paisagens relacionados a uma imagem adequada de criança, bem como o desalinho dos trajes e penteados da rotina doméstica. Para Mauad, o que a fotografia mostra é o enquadramento do olhar adulto para o objeto do olhar: a criança e o adolescente.[59] Para além do olhar adulto, e da fixação de uma imagem, a fotografia revela o socialmente aceito. Formas de vestir-se e portar-se das meninas para as quais os pais deveriam estar atentos, em conformidade com a moda vigente.

Em geral, as crianças eram retratadas sozinhas, com exceção das fotos de batismo e de primeira comunhão, em que apareciam acompanhadas de irmãos ou irmãs. Eram retratadas ainda com roupas de sair – vestidos, sapatinhos, tiaras ou laços nos cabelos, como vemos nas imagens abaixo:

[56] PÁGINA INFANTIL. Almanaque da Parnaíba, ano 10, 1933, p.63.
[57] Ibid, p.63.
[58] MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 137-176.
[59]Ibid. p. 142.

Figura 8 – Maria do Socorro.

Fonte: PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 191, 1939.

Figura 9 – Filha de Batista Fontenele.

Fonte: CRIANÇAS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 133, 1934.

Na figura 20, Maria do Socorro, “a mimosa e interessante menina, filha do casal José Vaz Pinto – Antônieta de Brito Pinto e, encanto do seu vovô – Manoel Pereira Pinto, do nosso

comércio".[60] Na figura 21, vemos "a interessante e mimosa filhinha do Tte. Batista Fontenele e de sua virtuosa esposa Zuraide Nogueira Paranaguá".[61]

As crianças apareciam também em "flagrantes" íntimos, como a filha do médico Mirócles Véras, a pequena Lucília, no carro do pai.[62] Foram publicados desenhos de crianças para propagandas da manteiga Rio brumado,[63], "*a melhor manteiga do mundo"*, e propagandas de medicamentos que prometiam o fortalecimento das crianças, como o Emulsato de Scott.

No almanaque se encontram também anúncios de lojas e sapatarias com artigos para crianças, como a sapataria Iracema, com seu "permanente estoque de calçados para homens, senhoras e crianças",[64] as lojas Orion, que anunciavam "bicos e chupetas, pentes de chifre, bolas de borracha, botões de osso e sapato",[65] a fábrica de artefatos de couro e sapataria Elite "especializado em calçados para homens, senhoras e crianças",[66] A Samaritana, "fazendas, calçados, perfumarias, louças e vidros, bijuterias, brinquedos, e armarinho",[67] e a Casa Londres com "roupas para homens, crianças, eclesiásticos, esportistas, militares".[68] Algumas lojas não tinham sede em Parnaíba, mas os anúncios mostram que os produtos para o público infantil tinham mercado consumidor.

Encontramos numerosos anúncios de brinquedos. Em anuários diferentes do *Almanaque* há artigos divulgando a paixão das meninas e de suas mães em presenteá-las com bonecas. O artigo de Victor Hugo, intitulado *A boneca*, assevera que a boneca é uma das "mais imperiosas necessidades e ao mesmo tempo um dos mais encantadores instintos da infância feminina".[69] O ato de brincar, vestir, despir, tornar a vestir, embalar, fantasiar bonecas, segundo o autor, seria o resumo do futuro das meninas, destinadas, quando adultas, à maternidade. A criança que "sonhando e tagarelando, fazendo enxovaizinhos, cozendo vestidinhos, fraldas, camisolas, camisinhas e cueiros, a criança passa a ser menina, a menina a ser moça, a moça a ser mulher. O primeiro filho é a continuação da última boneca".[70]

Em outro artigo intitulado *Bonecas*, Orestes Barbosa lembra com nostalgia as bonecas francesas com que brincou e diz: "que saudades das bonecas... Sinto, ainda, o olfato, o aroma

[60]PÁGINA INFANTIL. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 191, 1939.
[61]CRIANÇAS. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 133, 1934.
[62] TODOS GUIAM Carros Ford. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 183, 1934.
[63] RIO BRUMADO a melhor manteiga do mundo. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 42, 1937.
[64] SAPATARIA IRACEMA. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 68, 1937.
[65] ORION. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 78, 1932.
[66] FÁBRICA DE ARTEFATOS de couro e sapataria Elite. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 106, 1937.
[67] A SAMARITANA. Almanaque da Parnaíba, 1937, p. 112
[68] CASA LONDRES. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 92, 1932.
[69]HUGO, Victor. A boneca. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 85, 1934.
[70]Ibid. p. 85.

das suas roupas – cheiro de fazenda nova, cheiro de louça pintada... E na minha boca vive ainda o gosto acre daquela borracha cor de rosa que eu mordi".[71]

Ao passo que a cidade cada vez mais se torna o palco de transformações, os editores usavam as seções fixas para contemplar as muitas temáticas que o *Almanaque da Parnaíba* discutia. À medida que o *Almanaque* divulgava um padrão de comportamento e consumo, os leitores pareciam utilizar as sugestões e essa dinâmica tinha um retorno rápido. O editorial dessas seções anexava sempre um comentário positivo fazendo referência à roupa. Os leitores são provocados a enviar fotos "e o fazem por diversos motivos, para oferecer sugestões, se autodenominando leitores-colaboradores, para pedir informações, para se corresponderem".[72]

A partir disso, as fotografias publicadas apresentam aspectos da vida parnaibana à época, bem como os usos e funções dela no agenciamento de imagens que se queriam compartilhar, revelando-se um importante instrumento na compreensão das estratégias de publicação e na maneira como as famílias desejavam ver–se representadas.

Referências

BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro*: impressores bibliográficos 1808-1900. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASA NOVA, Vera Lúcia. *LiçõesdeAlmanaque*: um estudo semiótico. Belo Horizonte: Ed. UFMG,1996.

CHARTIER, Roger. Introdução: o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanaques no Brasil.* Campinas: Mercado das Letras,1999, p.9.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos* e outros episódios da história cultural francesa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015., p. 143.

FERREZ, Gilberto. A obra de Eduardo Laemmert. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 329, n. 331, abr./jun. 1981. p. 192-201. p. 197.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Comércio de Livros: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 5, n. 5, 2011. p. 41-52.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Mário Luiz. Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia. *História, Ciência, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, out./dez. 2016. p. 1007- 1018.

[71]BARBOZA, Orestes. As bonecas. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, p. 91, 1930.
[72] PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de Almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 161.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p.527.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. Um mergulho no passado. *OBSERVATÓRIO da Imprensa*, 2016. Disponível em: <http://www.observatóriodaimprensa.com.br/memoria/um-mergulho-no-passado/>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MARTELETO, Regina Maria; DOURADO, Stella Moreira. Os Almanaques e a circulação social dos objetos culturais: bibliografias, coleções, rastros de leitura. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, 17 out. 2019. p. 354-372. Edição Especial V Seminário Internacional, A Arte da Bibliografia.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX.*Anais do Museu Paulista,* São Paulo, v. 13, n.1, p. 133-174, jan./jun. 2005.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

MEYER, Marlyse. *Do almanak aos almanaques*. São Paulo: Atelier Editorial, 2001.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil*: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaque no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 108.

RASPANTI, Márcia Pinna. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidades no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013

SILVA, Josenias dos Santos. Almanack da Parnahyba: Política, sociedade e cultura em revista. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim (Org.). *A cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013.

ZEMON DAVIS, Natalie. *Culturas do povo*: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

Fonte:

Almanaque da Parnaíba (1924-1941)

Franklin Ferreira – um reformador da era digital

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa
Doutorando em História Social — PPGHS-FFP/UERJ

Introdução

O presente trabalho aborda a atuação do pastor batista calvinista Franklin Ferreira. Líder de uma coalização interdenominacional chamada Coalizão Pelo Evangelho, Ferreira é um formador de opinião entre os evangélicos conservadores. Autor de uma obra de Teologia Política, é atuante no Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) e atuou como professor da Academia da ANAJURE (Associação Nacional de Juristas Evangélicos) e tem um curso na plataforma do Burke Instituto Conservador. Em meio a pandemia de Covid-19 tornou-se colaborador do "Gazeta do Povo", um jornal curitibano que se tornou digital em 2017, com colunistas conservadores de direita. O texto aponta conexões por afinidade eletiva entre o neocalvinismo de Ferreira e o conservadorismo moral, político e econômico em vigor no Brasil contemporâneo e que sustenta a construção de identidades e representações do bolsonarismo.

Situando o personagem: a onda conservadora e os evangélicos

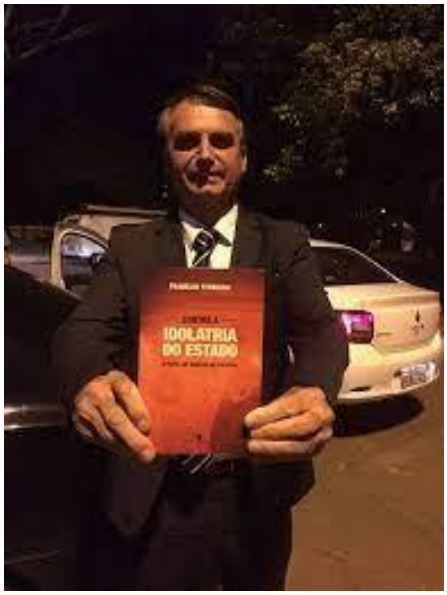
Diferentes pesquisadores concordam sobre uma onda conservadora que teve início na primeira parte da década de 2010 e tem um caráter transnacional (CHALOUB e PERLATTO, 2016; ALMEIDA: 2017, 2018 2019; MESSEMBERG: 2017; BURITY: 2018, 2020, 2021) O revigoramento do conservadorismo, sobretudo nos EUA e América Latina tem como partícipe razoável número de evangélicos, um campo religioso que no Brasil se mostra essencialmente pentecostalizado. Certamente que sua participação na política partidária e nas controvérsias na esfera pública são parte importante do atual cenário, ainda que seja discutível uma relação causal direta do voto evangélico com a vitória de Jair Bolsonaro (FONSECA: 2018), vitória que pode ser interpretada como ponto alto da onda conservadora no Brasil

Tem sido alvo de observação o fato dado de as ideias conservadoras terem fundamento religioso ou afinidades eletivas com a teologia evangélica (SOUZA JÚNIOR, 2020). Especialmente no que tange a pautas morais, mas não somente, os evangélicos fazem parte da onda conservadora. Sua crescente inserção na esfera pública tem justificativa teológica. Dentre as teologias políticas que se destacam no cenário brasileiro podemos citar a teologia do domínio e a teologia neocalvinista. No atual contexto, a diferença mais marcante do neocalvinismo com

relação à teologia do domínio é que enquanto essa apela a uma visão espiritualista em que as diferentes esferas da vida foram tomadas por demônios e precisam ser reconquistadas pelos cristãos, os calvinistas apresentam suas ideias de forma racionalizada, intelectualizada, valendo-se de uma aproximação de seus pensadores com o meio acadêmico, buscando legitimar sua visão de mundo no próprio pluralismo de ideias característico das sociedades democráticas. Curiosamente, há indicativos de inserção das doutrinas calvinistas entre os pentecostais incipientemente trabalhado por Lopes (2018) e Peixoto (2020). Essa inserção tem se dado principalmente nas Assembleias de Deus, a maior denominação pentecostal brasileira. Para além dessa inserção, a teologia política calvinista se imiscui em outras esferas sociais fora do campo religioso, como é o caso de *think tanks*, associações e cursos sobre conservadorismo, tendo por foco áreas como a educacional e a jurídica, como será brevemente citado mais à frente.

A relação entre o conservadorismo e o calvinismo será aqui observada na teologia política do pastor batista Franklin Ferreira, como forma de delimitação. Ele foi escolhido como principal fonte de meu objeto de pesquisa quando tive acesso a uma foto de Bolsonaro com o livro "Contra a Idolatria do Estado" e posteriormente acessei um vídeo publicado no Facebook do pastor[1] em que efusivamente o então deputado indicava a leitura do livro. Bolsonaro e Ferreira são personagens que no universo da pesquisa simbolizam o conservadorismo e neocalvinismo respectivamente em seu próprio campo.

Figura 1



Fonte: Facebook, acesso em 15/10/2021

[1] https://www.facebook.com/ProfFranklinFerreira/videos/1743775005696240/, acesso em 15/10/2021.

Figura 2

Fonte: Twitter, acesso em 15/10/2021

Franklin Ferreira e sua teologia política neocalvinista

Franklin Ferreira é mais especificamente um pastor de origem batista[2], já que hoje atua em uma igreja independente, a Igreja da Trindade, em São José dos Campos. Conforme declaração dada em um de seus vídeos ele foi pastor de uma igreja batista em uma comunidade no Rio de Janeiro[3]. Foi naquela comunidade em que se sentiu movido a falar sobre política, depois de buscar responder pastoralmente ao choque causado entre os membros de sua igreja pela morte de cinco pessoas queimadas dentro de um ônibus na Penha, no subúrbio do Rio de Janeiro, em novembro de 2005. Além desse dado mais pessoal, são poucas as informações biográficas mais detalhadas sobre Ferreira. O que mais se destaca é o seu histórico de trabalho que evidencia um ministério dedicado ao ensino teológico, atuando em diferentes instituições de formação de pastores em diversas denominações, conforme dados retirados do seu currículo na Plataforma Lattes. A forma como se apresenta no seu perfil do Facebook também privilegia sua atuação como pastor, professor, teólogo e, principalmente, diretor de um seminário teológico, o Martin Bucer, em São José dos Campos.

Ferreira recorre frequentemente a uma afirmação do pensador holandês Abraham Kuyper: “na extensão total da vida humana não há nenhum centímetro acerca do qual Cristo, que é o único soberano, não declare: Isto é meu!” (KUYPER Apud FERREIRA: 2016, p.203.

[2] Como a pesquisa focou-se no uso das redes sociais, não recorri a entrevista com o personagem, o que ficará para os desdobramentos da pesquisa de doutoramento.
[3] Veja https://www.youtube.com/watch?v=Gn9hcy3HlZM&t=16s, acesso em 15/10/2021.

Kuyper foi um político e teólogo holandês que exerceu o cargo de primeiro-ministro, tendo sido um dos expoentes da teologia política neocalvinista. Essa corrente teológica pode ser interpretada como uma leitura do calvinismo que se desenvolveu na virada do século XIX para o século XX com forte ênfase na participação do cristão em questões culturais e políticas. Interessantemente, Kuyper foi bastante influenciado pelo antirrevolucionário Groen Van Prinsterer, que por sua vez teve suas ideias derivadas de Edmund Burke que é considerado o "Pai do Conservadorismo". Franklin Ferreira recorre a Kuper em sua principal obra sobre política *Contra a Idolatria do Estado*, bem como em suas palestras disponíveis em vídeos no Youtube. Isso permite que ele seja incluído entre os adotam uma teologia política neocalvinista.

Quais os pontos fundamentais da teologia política neocalvinista expressa na obra de nosso personagem, seja seu livro ou seus vídeos?

Em primeiro lugar, seus escritos e suas palestras têm como maior objetivo chamar o cristão a atuar na esfera pública. Essa participação tem amparo religioso, é fundamentada teologicamente, mas não se pretende apresentar religiosa ou teológica. Não há gritos. Demônios nomeados sob os títulos das divindades afro-brasileiras não são exorcizados. Não há campanhas por milagres movidas pela coleta de doações financeiras. É uma atuação fundada no conceito calvinista de vocação, sendo a realização da atividade profissional para glória de Deus e, por isso, de forma capacitada, no exercício de dons e talentos aperfeiçoados no conhecimento humano desenvolvidos como parte da chamada "graça comum", que é derramada sobre os crentes e descrentes.

Em segundo lugar, uma das principais características de Franklin Ferreira e do segmento evangélico que ele, como ator social, representa é a apresentação que transcende os limites da pertença aos quadros de lideranças religiosas. Em geral, ele se apresenta como professor, como teólogo, como consultor acadêmico. A importância da formação e da atuação acadêmica é parte do processo de legitimação do discurso, especialmente quando comparados os pastores calvinistas com as lideranças evangélico-pentecostais midiáticas. Destaca-se a sobriedade do pastor-professor. Diferente da postura agressiva de personagens midiáticos como Silas Malafaia e o deputado Marcos Feliciano, Ferreira se caracteriza por uma fala tranquila, palestrante, racionalizada, que demonstra um autocontrole já percebido nos calvinistas na célebre análise weberiana como "autocontrole puritano" (WEBER, 2003, p.92-93). Para os neocalvinistas, não é necessária uma linguagem estritamente religiosa, dotada de símbolos litúrgicos ou fraseado ou remissões aos dogmas tão afeitos ao ambiente eclesiástico, mas que haja uma interação no espaço de intersecção entre a racionalidade secularizada e a racionalização da religião. Ferreira se apropria de um conceito habermasiano, o de "tradução cooperativa dos conteúdos

religiosos", em que cabe aos que creem demonstrar racionalmente a razoabilidade de suas crenças quanto a como as coisas devem ser sem necessariamente usar argumentos ou linguagem religiosa. Sua opinião é mais uma em uma realidade plural e colocá-las em debate e disputa por aceitação faz parte do jogo democrático.

Em terceiro lugar, no que tange a participação no campo político por meio de programas político-partidários, a teologia política neocalvinista tal como se reconstrói a partir de Franklin Ferreira envolve duas realidades: a do foro íntimo, que respeita a individualidade do fiel, que pode, por si, filiar-se e militar na esfera pública; contraposta a essa, está a realidade da Igreja enquanto instituição, que nunca é apolítica, mas sempre apartidária. Não cabe a Igreja sair em defesa de partidos ou agentes políticos individualmente. No entanto, Ferreira é essencialmente antirrevolucionário e muito especificamente um opositor ferrenho da esquerda política. O discurso neocalvinista interpreta a esquerda como rival do cristianismo. Este não indica ou designa quais os partidos políticos cujos programas são compatíveis com a visão da fé cristã defendida por essa linha teológica. Ao mesmo tempo, restringem a escolha e acabam por direcionar o voto: esquerda e extrema esquerda – leia-se comunismo e socialismo – não!

Franklin Ferreira e suas redes de sociabilidade

A pesquisa começou focando principalmente a relação entre o conservadorismo e os evangélicos nas redes sociais digitais. Curiosamente, a partir de Ferreira, a quem consideramos um personagem-chave, foi-se desvelando uma rede de contatos em diferentes campos, ainda que ligados pelo viés conservador do discurso. O uso das mídias não exclui a inserção ou construção de uma rede de relacionamentos influentes em diferentes organizações. As redes sociais digitais mostram-se um instrumento de divulgação e recepção de ideias desenvolvidas nessas redes de sociabilidade e tornam públicas as suas bandeiras e iniciativas gerando adesão por meio dos "seguidores" que se tornam "curtidores" e "compartilhadores".

Num primeiro plano, a principal rede de influência de Ferreira é de cunho interdenominacional. O pastor é o presidente da Coalização pelo Evangelho. Trata-se de uma iniciativa de pastores e presbíteros que compartilham da teologia calvinista, sendo uma "seção" da *Gospel Coalition* estadunidense. Seus principais objetivos são promover uma confessionalidade com base nos princípios da Reforma Protestante e fornecer subsídios para que o evangelho seja defendido e vindicado na esfera pública. Em consonância com o que indicam Mariano (2011), Montero (2012), Machado (2015), Camurça (2019), Burity (2005), dentre outros, percebe-se nesses objetivos que há uma articulação intencional em levar

convicções religiosas ao debate e isso acontece sob uma lógica apoiada em duas concepções: a) a de competição, seja com referenciais ditos seculares ou de cunho religioso que concorrem com os evangélicos; b) a de participação dos evangélicos no sistema republicano diante da noção de pluralismo democrático.

O exame da inserção de Ferreira na esfera pública faz perceber que sua participação no Instituto Brasileiro de Direito e Religião é a segunda mais importante presença do pastor, onde ele ocupa a função de secretário do Conselho Deliberativo, cargo que rendeu um encontro oficial com o presidente Bolsonaro em Julho de 2019 (Figura 3). O IBDR é uma *think tanks* criada em 2018 com o objetivo declarado de propor uma visão "crítico-transcendental" da sociedade a partir de uma abordagem que faça dialogarem o direito e a teologia, sob uma perspectiva da cosmovisão judaico-cristã percebendo como danosa a tentativa de expurgar da vida pública o fenômeno religioso. O IBDR tem como presidente de honra Ives Gandra Martins, jurista que emitiu parecer sobre a admissibilidade de um processo de impeachment ainda no primeiro mês do segundo mandato da então chefe de Estado. Os membros do IBDR são majoritariamente ligados ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e/ou à prelazia católica *Opus Dei*. O Mackenzie é uma instituição cuja associada vitalícia é a Igreja Presbiteriana do Brasil, denominação de confissão calvinista a que pertencem os pastores Milton Ribeiro e André Mendonça, que tomaram parte do primeiro escalão do governo Bolsonaro. Um importante ponto de contato entre os católicos da *Opus Dei* e os calvinistas são sua construção discursiva que apela a intelectualidade, a racionalidade e que se mostra receptiva a um grupo letrado, especializado, que deseja viver sua profissão sem renunciar à fé ao mesmo tempo sem renunciar a razão. O principal destaque para o IBDR está no fato de entrarem em cena em um momento crítico da conjuntura brasileira, municiando cristãos a agirem na esfera pública, municiados por pareceres técnico-jurídicos fundamentados epistemologicamente.

Figura 3

Fonte: site da Vieira e Regina Advogados, acesso em 15/10/2021.

Duas outras instituições foram marcadas pela presença de Ferreira. São elas a Associação Nacional de Juristas Evangélicos e o Burke Instituto Conservador. Sua participação nessas instituições foram mais pontuais do que sua atuação de liderança na Coalizão pelo Evangelho e no IBDR, mas são dignas de nota em função do caráter das instituições e do seu papel na atual onda conservadora.

A ANAJURE foi fundada em 2012, ocasião em que estava presente Damares Alves, então assessora jurídica da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, liderada pelo então senador evangélico Magno Malta. Desde sua fundação a associação tem se dedicado a defender as liberdades civis fundamentais, mais notadamente a liberdade religiosa e de expressão. A ANAJURE promove periodicamente a chamada "Academia ANAJURE", um encontro de formação para juristas evangélicos que tem por objetivo treinar estudantes e recém-formados em Direito na Cosmovisão Cristã aplicada às Ciências Jurídicas. Ferreira foi professor da edição de 2017. A associação tem em seus quadros diversos nomes ligados de alguma forma a Universidade Presbiteriana Mackenzie, mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie. Institucionalmente, a ANAJURE tem se destacado pelo constante *lobby* junto ao governo. Pode ser classificada como uma associação de militância jurídica no sentido de promover ações jurídicas específicas, seja por meio de pareceres à luz dos textos legislativos, seja em ações de monitoramento de proposições legislativas ou por meio de seus vários programas de apoio jurídico às denominações evangélicas, agências missionárias e outras instituições. Ainda que a maioria de seus membros não seja calvinista, é perceptível a influência dessa linha doutrinária seja pela atuação dos membros consultivos, seja pelo contexto discursivo confessional pelo qual transitam os que tem ligação com o Mackenzie, seja pela constatação de que palestras-chave dadas nos cursos promovidos pela Academia ANAJURE são dados por calvinistas.

Ferreira também é professor do Burke Instituto Conservador que mantém um curso *online* dado pelo pastor intitulado "A Política, o Estado e a Igreja". Fundado em São José dos Campos por Wesley Santos, Wagner Lima e Ramon Dias, sobre os quais se consegue poucas informações, o instituto se autodefine como um centro cultural de constituição clássica. Vários professores do Instituto são figuras recorrentes nos círculos conservadores brasileiros como Aramis de Barros, Francisco Razzo, Thiago Rossi e Ana Caroline Campangnolo. Vários temas são tratados nos mais diferentes cursos como aborto, feminismo, *homeschooling* e globalismo. O Instituto reúne a interdisciplinaridade sob os auspícios de uma proposta pedagógica, educacional, formativa, lançando mão de filósofos, economistas, jornalistas, historiadores, juristas e, sem preconceitos, também os teólogos.

Além de Franklin Ferreira, diferentes personagens pertencem a duas ou mais das instituições supracitadas ao mesmo tempo.

Franklin Ferreira: um reformador da era digital

Ferreira sabe muito bem se valer dos recursos digitais. Ele está presente no Facebook, no Instagram, mantém um grupo no Telegram e um canal no Youtube. Seu *modus operandi* nas redes sociais digitais permite incluí-lo no fenômeno do "ativismo digital evangélico" descrito por Cunha (2019, cap.3, passim), em que assumindo um papel de "influenciadores digitais", personagens atuam na "esfera pública digital" ou "esfera pública virtual" como produtores, reprodutores ou credenciadores de conteúdo político (Cunha: 2019, p.206).

No presente trabalho, dou ênfase às postagens de sua página no Facebook que possuía 146.096 seguidores em 25/10/2021. Dentre diferentes indicações de materiais (vídeos, artigos, etc.) nessas postagens, Ferreira tem recorrentemente postado seus textos escritos para o Jornal *A Gazeta do Povo* ou matérias e colunas escritas por outros autores. No que se refere ao Jornal *A Gazeta do Povo*, cabe aqui uma rápida nota: era o jorna diário de maior circulação de Curitiba, Paraná. Em 2017, deixou de circular impresso migrando para uma atividade diária online e uma revista impressa aos fins de semana (LIMA; FERNANDES; COSTA: 2019, p.2) Em 2018 declarou-se o jornal mais lido no mês de outubro – justamente o mês das eleições presidenciais que levaram Jair Bolsonaro ao poder – com 33,7 milhões de visitantes únicos. Ainda que um jornal de perfil conservador, Martins (2018) aponta uma guinada ainda mais radical à direita que teria tido início a partir de 2009 e com maior força em 2015, sob a liderança de Guilherme Döring Cunha Pereira, presidente do Grupo Paranaense de Comunicação e numerário da *Opus Dei*. Dentre os atuais colunistas do jornal estão nomes como Alexandre Garcia, Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé e João Pereira Coutinho[4].

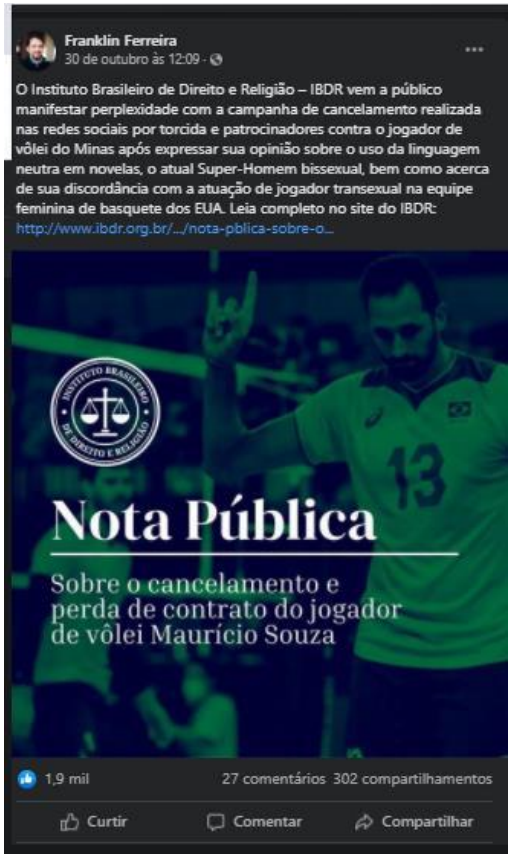
Dado ao caráter sintético desta apresentação, escolhi algumas postagens do final do mês de outubro, portanto, o mais próximo a realização deste Seminário, para exemplificar o ativismo digital de Ferreira.

A primeira postagem analisada é a de 30 de outubro de 2021 (Figura 4), em que compartilha uma nota pública do IBDR[5] em defesa da liberdade de expressão do jogador de vôlei Maurício de Souza. A nota critica a campanha pelo "cancelamento" nas redes sociais do

[4] Veja: https://www.gazetadopovo.com.br/#explore, acesso em 31/10/2021.
[5] A nota está disponível em https://static1.squarespace.com/static/5bfc81e6266c07c8f534faa3/t/617c557202e1535ae48aede7/1635538290712/Nota+Jogador+Mauri%CC%81cio+Souza.pdf, acesso em 31/10/2021.

esportista e a perda de seu contrato. O jogador havia se manifestado contrário ao uso de linguagem neutra em novelas, sua preocupação com a construção do personagem "Superman" como bissexual e sua discordância quanto a participação de jogador transexual na equipe feminina de basquete estadunidense. Para o IBDR, do qual Ferreira é secretário, a cultura do cancelamento disseminada nas redes sociais põe em risco a liberdade de pensamento e expressão garantidas pela Constituição Federal, especialmente por ensejar consequências na vida profissional dos cancelados. Em 01/11/2021 a postagem contava com mais de 1.900 curtidas e 302 compartilhamentos.

Figura 4



Fonte: Facebook, acesso em: 20/10/2021

Alguns dias antes, em 28 de outubro, Ferreira havia postado o link para um editorial publicado no jornal *A Gazeta do Povo* (Figura 5)[6]. A imagem postada por Ferreira continha a seguinte citação: *"Classificar as manifestações de Maurício de Souza como 'homofóbicas' ou 'ilegais' é muito mais que uma distorção grosseira do seu conteúdo; é a admissão de que há*

[6] O texto completo, aberto inclusive a não assinantes, está disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/o-cancelamento-de-mauricio-souza-e-a-liberdade-de-expressao-agredida/?utm_source=instagram&utm_medium=midia-social&utm_campaign=gazeta-do-povo&utm_term=feed&fbclid=IwAR3JHVhKb2Z1FtgnOUC7IuGsDzwGOqutn2z6eMnxDKWDo2x8k5vej1Wa5is, acesso em 01/11/2021.

assuntos que não podem ser nem mesmo discutidos, quanto mais questionados". A publicação contava em 01/11/2021 com mais de 5.900 curtidas e cerca de 2.200 compartilhamentos.

Figura 5

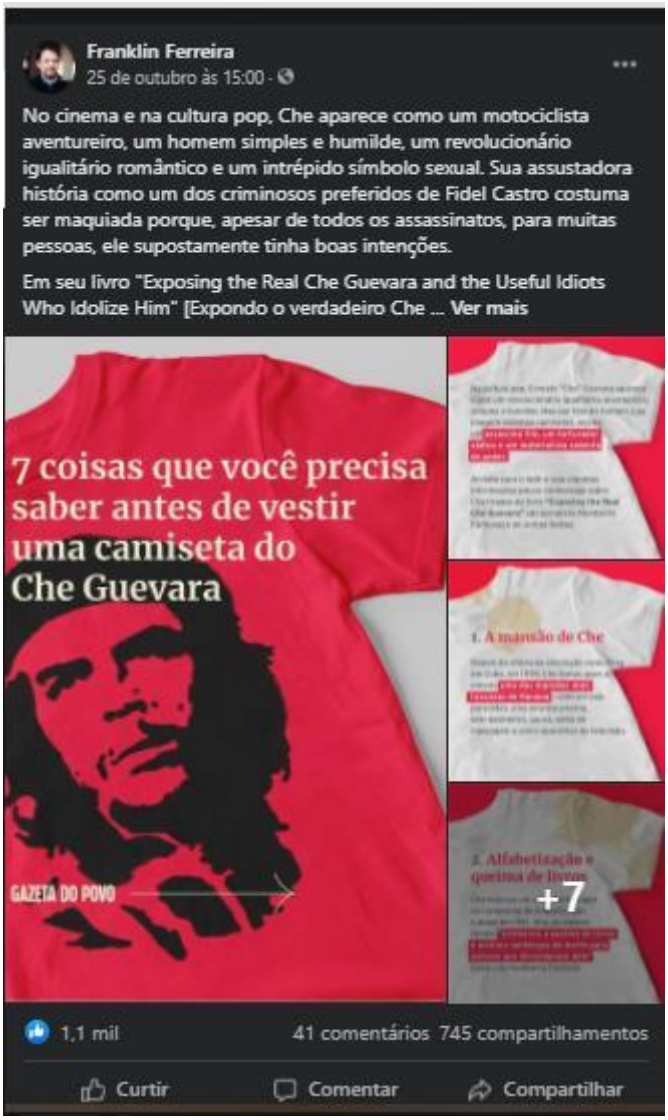
Fonte: Facebook, acesso em: 20/10/2021

Em postagem de 25 de outubro de 2021 (Figura 6), Ferreira demonstra seu antiesquerdismo a partir de uma crítica ao líder da revolução cubana Ernesto Che Guevara. Numa sequência de imagens produzidas pelo jornal *A Gazeta do Povo*, lê-se os seguintes trechos destacados: "7 Coisas que você precisa saber antes de vestir uma camisa do Che Guevara"; um "assassino frio, um torturador, sádico e um materialista sedento de poder"; 1) "uma das mansões mais luxuosas de Havana"; 2) "promoveu a queima de livros e assinou sentenças de morte para autores que discordavam dele"; 3 "supervisionando a tortura e execução de milhares de cubanos sem julgamento"; 4) "se você tem dúvida, deve executar"; 5) "ignorava os princípios mais elementares da economia"; 6) "importou uma frota de limpadores

de neve da Tchecoslováquia porque achava que eles seriam ótimos para colher cana"; 7) "o socialismo valia mais do que milhões de vítimas de uma guerra nuclear".

A publicação contava em 01/11/2021 com mais de 1.100 curtidas e cerca de 745 compartilhamentos.

Figura 6



Fonte: Facebook, acesso em: 20/10/2021

Em postagem de 22 de outubro (Figura 7), vemos a indicação de uma obra em fase de escrita tendo como tema a visão da teologia reforma (leia-se calvinista) sobre os judeus. Ferreira tem sido visto como um sionista, defendendo uma posição simpática a Israel no conflito com os árabes palestinos. Curiosamente, essa postagem possuía em 01/11/2021 com apenas 343 curtidas e 29 compartilhamentos.

Figura 7

Fonte: Facebook, acesso em: 20/10/2021

Uma postagem de 21 de Outubro (Figura 8) mostra a derrubada de um aplicativo de Bíblia pela *Apple* atendendo pedido do governo chinês. Ferreira veicula com recorrência em suas postagens notícias sobre a repressão do Partido Comunista da China aos cristãos. Percebe-se uma tentativa de associar imediata e necessariamente todo o espectro político da esquerda com a ditadura, a repressão e a perseguição. Suas postagens parecem ser um alerta aos cristãos sobre o que pode vir a acontecer caso a esquerda retome o poder no país.

Essa postagem possuía em 01/11/2021 com mais de 1.300 curtidas e cerca de 780 compartilhamentos.

Figura 8

Fonte: Facebook, acesso em: 20/10/2021

Uma postagem de 19 de outubro (Figura 9) apresenta uma crítica ao chamado "progressismo". Esse é um termo recorrentemente usado por Franklin Ferreira para se opor aos evangélicos não conservadores. Em diferentes postagens Ferreira os trata como uma ameaça ao que entende ser o verdadeiro Evangelho, como um "cavalo de tróia" inserido entre os evangélicos brasileiros e que precisa ser combatido. O meme postado consta de duas figuras sobrepostas: na de cima, uma serpente é mostrada com a legenda "comunismo". Abaixo, uma serpente que leva presa sobre a cabeça uma espécie de pelúcia ou algo do tipo em formato de unicórnio com a legenda "progressismo", indicando que o progressismo nada mais seria do que o comunismo disfarçado em uma aparência benéfica, prometendo força e pureza, mas trazendo

veneno e destruição. Essa postagem possuía em 01/11/2021 mais de 3.200 curtidas e 671 compartilhamentos.

Figura 9

Fonte: Facebook, acesso em: 20/10/2021

Essa é apenas uma pequena mostra da análise em curso das diferentes postagens de Ferreira, que, neste ponto da pesquisa de doutoramento permitem chegar à algumas conclusões fundamentais: O antipetismo é muito presente no ativismo digital de Franklin Ferreira como consequência de sua total intolerância com o que chama de "esquerdismo". Há uma verdadeira "cruzada" para divulgação de que a esquerda é uma posição política inaceitável não somente para os cristãos, visto que o esquerdismo seria, em sua ótica, frontalmente oposto ao cristianismo, como também para os não-cristãos visto que os totalitarismos seriam obra da esquerda e uma nefasta consequência da adoção de suas ideias. A defesa intransigente do ideal liberal é uma marca das postagens de Franklin Ferreira, sobretudo da liberdade de pensamento e opinião, mas também presente a liberdade do mercado. O Estado é visto apenas como um agente de punição securitária, à luz de sua compreensão do texto bíblico de Romanos capítulo 13, sendo um agente recompensador dos justos e punidor dos malfeitores. Dentre as questões políticas mais controversas está a questão do Estado de Israel, que não é unanimidade entre os

calvinistas, mas está atrelada a escatologia dispensacionalista muito presente nos diferentes grupos pentecostais.

Os pontos de vista defendidos por Ferreira como antiesquerdismo, defesa intransigente do liberalismo político e econômico, defesa de um Estado repressor e securitariamente punitivo, a defesa da moralidade sexual cristã como normativa como a manifestação do direito à liberdade de expressão e opinião, o apoio irrestrito ao Estado de Israel, são todas ideias presentes no bolsonarismo. Ainda que se deva ter em mente que as convicções religiosas calvinistas de Ferreira não são uma causa imediata do bolsonarismo, seu papel como influenciador digital certamente fundamenta percepções favoráveis às pautas defendidas, quando não adesões ao projeto bolsonarista. Isso se dá por afinidade eletiva, conceito encontrado em Weber e interpretado por Löwy (2011), que designa um processo pelo qual duas ou mais formas culturais — sejam elas religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas — entram, a partir de analogias significativas, afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo.

Curiosamente, uma rápida passagem de olhos pelas diversas postagens de Franklin Ferreira em sua página no Facebook permite perceber que as que possuem maior interação dos seus seguidores, seja curtidas ou outras reações, ou comentários e compartilhamentos, são justamente as postagens em que assuntos afeitos à esfera pública como política, economia e defesas morais são abordados. A interação com os conteúdos estritamente religiosos, como sermões, indicações de bibliografia ou outros ligados a sua posição como pastor não possuem o mesmo número de interações.

Considerações Finais:

A pesquisa em curso aponta Franklin Ferreira como um “reformador da era digital”. O que define essa “tipologia”, essa “classificação”? Por partes, podemos definir como segue:

Deve-se entender “reformador” sob alguns parâmetros fundamentais: em primeiro lugar, é um líder religioso que defende uma reforma contínua na igreja cristã, uma volta contínua ao que entende ser o padrão normativo, o texto, as Sagradas Escrituras, a Bíblia cristã. A reforma defendida começa na vida pessoal, tem por consequência imediata um avivamento nas comunidades eclesiásticas locais e se expande para a sociedade na medida em que crentes reformados levam suas convicções para a esfera pública e ali, no cotidiano, vivem seu culto público; em segundo lugar, esse líder é intelectual, acadêmico, revestido de autoridade por um certo currículo, produção literária e argumentação arrazoada aceita ou – quando não completamente aceita – respeitada por seus pares e recebida pelo grupo de base que ele

influencia; em terceiro lugar, a forma como apresenta sua teologia lhe confere autoridade na medida em que são construídas ligações com os pensadores fundadores de sua tradição teológica, ou seja, a apropriação e interpretação de autores passados é feita de forma que transmita simbolicamente uma linha ininterrupta de verdade autorizada.

Deve-se entender "digital" na sua capacidade de ler a realidade presente e não negar, mas buscar se beneficiar da mediação das mídias digitais, mormente das redes sociais digitais. O reformador da era digital é mais um "digital influencer", com perfis nas diferentes redes, com seguidores e até inserção em um importante jornal, hoje publicado exclusivamente de forma digital. Mas não só. O que mais tem sido surpreendente no decorrer da pesquisa é que as redes sociais digitais não superam e não são capazes de excluir a tradicional rede de sociabilidade que está por detrás das telas: posições estratégicas que são ocupadas em diferentes terrenos, mesmo em diferentes campos que cada vez mais se aproximam, tendo suas antigas fronteiras ou limites cada vez mais confusos. Isto posto, a observação desse personagem faz concluir que ele soube construir – quando não se inserir – em importantes espaços de sociabilidade, espaços que garantem visibilidade e influência sobre diferentes grupos sociais. Assim, a partir dessa presença física real, Ferreira enquanto reformador da era digital sabe também marcar presença na realidade virtual, transmitindo as ideias para suas redes sociais digitais, publicando ou compartilhando conteúdo dessas diferentes redes, fazendo-as conhecidas e gerando mobilizações e adesões a um projeto de ocupação consciente da esfera pública a partir de convicções muito bem estruturadas e com argumento organizado.

Os pontos de convergência entre cristãos evangélicos e conservadores são território fértil das afinidades eletivas em que a junção de interesses dos mais diversos manipulam toda uma série de símbolos e acionam identidades e representações que mimetizam complexos fatores estruturais e permitem simplificações e reducionismos que opõe direita e esquerda, honestidade e corrupção, velha política e nova política e outros binômios operados na lógica do combate, da guerra, do "nós" e "eles" e que exigem nos tempos de crise uma escolha, uma tomada de lado. A mesma lógica, quando aplicada em outras controvérsias, como o modelo econômico a ser adotado; a política de segurança pública a ser implementada ou a moralidade pública que deve ser considerada normativa, manipula identidades e representações religiosas não necessariamente apresentadas como religiosas e, assim, compõe um universo de convicções conservadoras defendidas como uma solução para a crise política, econômica e social. Convicções legitimadas pelo discurso intelectual, arrazoado, estruturado, secularizado, como mais uma peça no intrincado jogo do campo político. Ferreira sabe se valer dessa dinâmica e sua presença nas redes sociais digitais são uma mostra disso.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. IN: *Novos Estudos*. CEBRAP: São Paulo. Volume 38, nº 1. p.185-213. Jan-Abr.2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. “Os impedimentos de Dilma” IN: ALMEIDA, Ronaldo & TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos*. Análises conjunturais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. Cadernos PAGU, v. 50, 2017, pp. 5-30.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura post impeachment en Brasil. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Campinas, v. 22, p. 1-24, 2020.

BURITY, Joanildo. “Religião e República: Desafios do Pluralismo Democrático”. IN: *Caderno de Estudos Sociais.* Recife, vol.21, nº1-2; p.23-42. Jan/Dez.2005.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. *In*: TONIOL, Rodrigo; ALMEIDA, Ronaldo. Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BURITY, Joanildo. El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. Encartes, v. 3, n. 6, p. 1-35, set. 2020-fev. 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018” IN: Estudos de Sociologia (UFPE), v. 2, p. 3-212, 2019.

CHALOUB, Jorge. PERLATTO, Fernando. “A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política” IN: Insight Inteligência. Ano XIX, nº 72, Jan/Fev/Mar de 2016. p.25-41.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias*. Evangélicos na política e ativismo digital. Curitiba: Editora Appris, 2019.

FONSECA, Alexandre Brasil. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro?. Revista IHU *Online*, 7 nov. 2018. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro. Acesso em: 21 jun. 2021.

LIMA, Myriam Regina Del Vecchio. FERNANDES, José Carlos. COSTA, Rosa Maria Dalla. “Os leitores da Gazeta do Povo diante de um jornal em desmaterialização”. E-compós (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), , v. 22, jan–dez, publicação contínua, 2019, p. 1–23.

LOPES, Marcelo. Metanoia pentecostal: sinais de uma primavera educacional na Assembleia de Deus no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

LÖWY, Michael. Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva) São Paulo: Perspectiva, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos”. IN: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Civitas. Porto Alegre, v.11, n° 2, 2011, pp.238-258.

MESSENBERG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. IN: Revista Sociedade e Estado. Volume 32, nº 3, Set/Dez de 2017. p.621-647.

MONTERO, Paula. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. IN: Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, 32 (1): 167-183, 2012.

PEIXOTO, Pedro André de Sousa. Quem eles pensam que são? Identidade calvinista no Brasil contemporâneo. Temporalidades: Revista de História, ed. 32, v. 12, n. 1, jan./abr. 2020.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.